PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DE MATO GROSSO

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso - Ano XXXII - Cuiabá/MT
DISPONIBILIZADO na Sexta-Feira, 13 de Dezembro de 2019 - Edição nº 10639

ASSINADO DIGITALMENTE TJMT DJE

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Des. Carlos Alberto Alves da Rocha
Presidente

Desa. Maria Helena Gargaglione Póvoas
Vice-Presidente

Des. Luiz Ferreira da Silva
Corregedor-Geral

SUUM CUIQUE TRIBUERE

ESTRUTURA TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO

TRIBUNAL PLENO

Reunir-se-á mediante convocação do Presidente do Tribunal

Des. Carlos Alberto Alves da Rocha - Presidente
Des. Orlando de Almeida Perri
Des. Rubens de Oliveira Santos Filho
Des. Paulo da Cunha
Des. Juvenal Pereira da Silva
Des. Sebastião de Moraes Filho
Des. Márcio Vidal
Des. Rui Ramos Ribeiro
Des. Guiomar Teodoro Borges
Desa. Maria Helena Gargaglione Póvoas
Des. Luiz Ferreira da Silva
Desa. Clarice Claudino da Silva
Des. Alberto Ferreira de Souza
Desa. Maria Erotides Kneip
Des. Marcos Machado
Des. Dirceu dos Santos
Des. Luiz Carlos da Costa
Des. João Ferreira Filho
Des. Pedro Sakamoto
Desa. Marilsen Andrade Addário
Des. Rondon Bassil Dower Filho
Desa. Maria Aparecida Ribeiro
Des. José Zuquim Nogueira
Desa. Serly Marcondes Alves
Des. Sebastião Barbosa Farias
Des. Gilberto Giraldelli
Desa. Nilza Maria Pôssas de Carvalho
Desa. Antônia Siqueira Gonçalves
Desa. Helena Maria Bezerra Ramos
Des. Mário Roberto Kono de Oliveira

ÓRGÃO ESPECIAL
Sessões: 2ª - Quinta-feira do mês - 14:00
Matéria Judiciária - Plenário 01
Sessões: 4ª - Quinta-feira do mês - 14:00
Matéria Administrativa - Plenário 01
Des. Carlos Alberto Alves da Rocha - Presidente
Des. Orlando de Almeida Perri
Des. Paulo da Cunha
Des. Juvenal Pereira da Silva
Des. Márcio Vidal
Des. Rui Ramos Ribeiro
Desa. Maria Helena Gargaglione Póvoas
Des. Luiz Ferreira da Silva
Desa. Clarice Claudino da Silva
Desa. Maria Erotides Kneip
Des. Marcos Machado
Des. João Ferreira Filho
Des. Rondon Bassil Dower Filho

CONSELHO DA MAGISTRATURA
Sessões: 4ª- Segunda-Feira do mês - 9:00
Des. Carlos Alberto Alves da Rocha - Presidente
Desa. Maria Helena Gargaglione Póvoas
Des. Luiz Ferreira da Silva

PRIMEIRA TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PRIVADO
Sessões: 1ª - Quinta-feira do mês
Plenário 01 - 14:00
Des. Sebastião de Moraes Filho - Presidente
Desa. Clarice Claudino da Silva
Des. João Ferreira Filho
Desa. Marilsen Andrade Addário
Des. Sebastião Barbosa Farias
Desa. Nilza Maria Pôssas de Carvalho

SEGUNDA TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PRIVADO
Sessões: 1ª - Quinta-feira do mês
Plenário 03 - 8:30
Des. Rubens de Oliveira Santos Filho - Presidente
Des. Guiomar Teodoro Borges
Des. Dirceu dos Santos
Des. José Zuquim Nogueira
Desa. Serly Marcondes Alves
Desa. Antônia Siqueira Gonçalves

TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO
Sessões: 1º Quintas-feiras do mês
Plenário 04 - 14:00
Des. Márcio Vidal - Presidente
Desa. Maria Erotides Kneip
Des. Luiz Carlos da Costa
Desa. Maria Aparecida Ribeiro
Desa. Helena Maria Bezerra Ramos
Des. Mário Roberto Kono de Oliveira

TURMA DE CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS
Sessões: 1ª - Quinta-feira do mês
Plenário 02 - 14:00
Des. Orlando de Almeida Perri - Presidente
Des. Paulo da Cunha
Des. Juvenal Pereira da Silva
Des. Rui Ramos Ribeiro
Des. Alberto Ferreira de Souza
Des. Marcos Machado
Des. Pedro Sakamoto
Des. Rondon Bassil Dower Filho
Des. Gilberto Giraldelli

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO
Sessões: Terças-feiras - Plenário 01 - 14:00
Des. João Ferreira Filho - Presidente
Des. Sebastião Barbosa Farias
Desa. Nilza Maria Pôssas de Carvalho

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO
Sessões: Quartas-feiras - Plenário 02 - 8:30
Des. Sebastião de Moraes Filho - Presidente
Desa. Clarice Claudino da Silva
Desa. Marilsen Andrade Addário

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO
Sessões: Quartas-feiras - Plenário 01 - 14:00
Des. Dirceu dos Santos - Presidente.
Des. José Zuquim Nogueira
Desa. Antônia Siqueira Gonçalves

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO
Sessões: Quartas-feiras - Plenário 03 - 8:30
Des. Rubens de Oliveira Santos Filho - Presidente
Des. Guiomar Teodoro Borges
Desa. Serly Marcondes Alves

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO
Sessões: Segundas-feiras - Plenário 04 - 14:00
Des. Márcio Vidal - Presidente
Desa. Maria Erotides Kneip
Desa. Helena Maria Bezerra Ramos

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO
Sessões: Terças-feiras - Plenário 03 - 14:00
Des.Luiz Carlos da Costa - Presidente.
Desa. Maria Aparecida Ribeiro
Des. Mario Roberto Kono de Oliveira

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL
Sessões: Terças-feiras - Plenário 04 - 14:00
Des. Orlando de Almeida Perri - Presidente
Des. Paulo da Cunha
Des. Marcos Machado

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL
Sessões: Quartas-feiras - Plenário 04 - 14:00
Des. Rui Ramos Ribeiro - Presidente
Des. Alberto Ferreira de Souza
Des. Pedro Sakamoto

TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
Sessões: Quartas-feiras - Plenário 03 - 14:00
Des. Juvenal Pereira da Silva - Presidente
Des. Rondon Bassil Dower Filho
Des. Gilberto Giraldelli

SEÇÃO DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO
Sessões: 3ª Quinta-feira do mês - 9:00
Plenário 02
Des. Márcio Vidal - Presidente.
Desa. Maria Erotides Kneip
Des. Luiz Carlos da Costa
Desa. Marilsen Andrade Addário
Desa. Maria Aparecida Ribeiro
Desa. Serly Marcondes Alves
Desa. Nilza Maria Pôssas de Carvalho
Desa. Antônia Siqueira Gonçalves
Desa. Helena Maria Bezerra Ramos
Des. Mário Roberto Kono de Oliveira

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO
Sessões: 3ª Quinta-feira do mês - 14:00
Plenário 01
Des. Rubens de Oliveira Santos Filho - Presidente
Des. Sebastião de Moraes Filho
Des. Guiomar Teodoro Borges
Desa. Clarice Claudino da Silva
Des. Dirceu dos Santos
Des. João Ferreira Filho
Desa. Marilsen Andrade Addário
Des. José Zuquim Nogueira
Desa. Serly Marcondes Alves
Des. Sebastião Barbosa Farias
Desa. Nilza Maria Pôssas de Carvalho
Desa. Antônia Siqueira Gonçalves

Índice

COMARCAS **4**
Primeira Entrância **4**
Comarca de Alto Garças **4**
Vara Única 4

Comarca de Alto Taquari **4**
Diretoria do Fórum **4**
Vara Única 4
Juizado Especial Cível e Criminal 10

Comarca de Apiacás **10**
Vara Única 10

Comarca de Araputanga **13**
Vara Única 13
Juizado Especial Cível e Criminal 14

Comarca de Arenápolis **54**
Diretoria do Fórum **54**
Vara Única 54
Juizado Especial Cível e Criminal 57

Comarca de Aripuanã **58**
Vara Única 58

Comarca de Brasnorte **59**
Vara Única 59

Comarca de Campinápolis **66**
Vara Única 66

Comarca de Cláudia **73**
Vara Única 73

Comarca de Colniza **76**
Vara Única 76

Comarca de Cotriguaçu **78**
Diretoria do Fórum **78**
Vara Única 78

Comarca de Dom Aquino **82**
Vara Única 82
Juizado Cível e Criminal 86

Comarca de Feliz Natal **86**
Vara Única 86
Juizado Especial Cível e Criminal 87

Comarca de Guarantã do Norte **87**
Vara Única 87
Juizado Especial Cível e Criminal 87

Comarca de Itaúba **98**
Vara Única 98
Juizado Especial Cível e Criminal 98

Comarca de Itiquira **98**
Vara Única 98

Comarca de Jauru **100**
Vara Única 100

Comarca de Juscimeira **102**
Vara Única 102
Juizado Especial Cível e Criminal 104

Comarca de Marcelândia **106**
Diretoria do Fórum **106**
Juizado Especial Cível e Criminal 106

Comarca de Matupá **108**
Diretoria do Fórum **108**
Vara Única 108
Juizado Especial Cível e Criminal 121

Comarca de Nobres **123**
Vara Única 123
Juizado Especial Cível e Criminal 124

Comarca de Nortelândia **125**
Vara Única 125

Comarca de Nova Canaã do Norte **125**
Vara Única 125
Juizado Especial Cível e Criminal 126

Comarca de Nova Monte Verde **133**
Vara Única 133
Juizado Especial Cível e Criminal 139

Comarca de Nova Ubiratã **143**
Vara Única 143

Comarca de Novo São Joaquim **143**
Diretoria do Fórum **143**
Comarca de Paranaita **143**
Vara Única 143
Juizado Especial Cível e Criminal 144

Comarca de Pedra Preta **144**
Vara Única 144
Juizado Especial Cível e Criminal 144

Comarca de Poconé **147**
Diretoria do Fórum 147
Vara Única 147
Juizado Especial Cível e Criminal 152

Comarca de Porto dos Gaúchos **155**
Diretoria do Fórum **155**
Vara Única 155
Juizado Especial Cível e Criminal 161

Comarca de Porto Alegre do Norte **162**
1ª Vara 162
Juizado Especial Cível e Criminal 164
2ª Vara 185
3ª Vara 189

Comarca de Porto Esperidião **191**
Vara Única 191

Comarca de Querência **193**
Vara Única 193

Comarca de Rio Branco **195**
Diretoria do Fórum **195**
Vara Única 196
Juizado Especial Cível e Criminal 200

Comarca de Rosário Oeste **202**
Vara Única 202

Comarca de Santo Antônio do Leverger **207**
Diretoria do Fórum **207**
Vara Única 207
Juizado Especial Cível e Criminal 207

Comarca de São Félix do Araguaia **210**
2ª Vara 210

Comarca de São José dos Quatro Marcos **213**
Vara Única 213

Comarca de Sapezal **218**
Vara Única 218
Juizado Especial Cível e Criminal 224

Comarca de Tabaporã **225**
Diretoria do Fórum **225**
Vara Única 225
Juizado Especial Cível e Criminal 230

Comarca de Tapurah **230**
Diretoria do Fórum **230**
Vara Única 231
Juizado Especial Cível e Criminal 236

Comarca da Terra Nova do Norte **236**
Vara Única 236
Juizado Especial Cível e Criminal 236

Comarca de Vila Bela da Santíssima Trindade **238**
Vara Única 238
Juizado Especial Cível e Criminal 238

Comarca de Vera **241**
Vara Única 241

COMARCAS

Primeira Entrância

Comarca de Alto Garças

Vara Única

Intimação

Ato Ordinatório Classe: CNJ-103 IMISSÃO NA POSSE
Processo Número: 1000737-34.2019.8.11.0035
Parte(s) Polo Ativo:
JORGE ALBERTO KONRAD (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
EDIVILSON JOSE GUIMARAES OAB - MT0006534A (ADVOGADO(A))
IDELVANDA RODRIGUES DE MORAES OAB - MT23583/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TEMISTOCLES NUNES DE ALMEIDA (RÉU)
MARCOS (RÉU)
LUCINEI (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE ALTO GARÇAS Nos termos da CNGC, IMPULSIONO estes autos a parte autora para que providencie o recolhimento da(s) diligência(s) do oficial de justiça visando o cumprimento do(s) mandado(s), por meio de guia a ser expedida acessando o menu Guias, Diligência do Oficial de Justiça, no site:http://www.tjmt.jus.br/ ALTO GARÇAS - MT, 12 de dezembro de 2019 Rogério Rodrigues dos Santos Gestor(a) Judiciário(a) em Substituição Legal ASSINA POR ORDEM DO(A) MM(ª) JUIZ(A)

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Angela Maria Janczeski Goes
Cod. Proc.: 9852 Nr: 541-67.2008.811.0035
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Valmir Pereira da Silva
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: VALDECI SOBRINHO PAZ DA SILVA - OAB:24292/O
Diante do exposto, e nos termos do art. 399 do CPP, DESIGNO audiência de instrução e julgamento para o dia 03 de MARÇO de 2020, às 09h00min.Estando o réu preso, REQUISITE-SE. Caso resida em outra comarca, EXPEÇA-SE carta precatória para intimação quanto a esta decisão.Havendo testemunha residente em outra comarca, EXPEÇA-SE carta precatória nos termos do art. 222, do CPP, intimando-se o Ministério Público e a defesa técnica de sua expedição (Súmula 273, do STJ, e art. 1.363, da CNGC).Havendo policial militar arrolado como testemunha, REQUISITE-SE na forma do art. 221, § 2º, do CPP, ou sendo funcionário público, EXPEÇA-SE o competente mandado de intimação e comunique-se na forma do art. 221, § 3º, do CPP, diferentemente, INTIME-SE a testemunha no endereço declinado pelas partes, advertindo-as, de que em caso de não comparecimento, estando devidamente intimadas, poderão responder por crime de desobediência.INTIMEM-SE, pessoalmente, o Ministério Público. PROCEDA-SE A INTIMAÇÃO DO ACUSADO NO CUMPRIMENTO DO ÁLVARA DE SOLTURA.Cumpra-se, expedindo-se o necessário.Alto Garças/MT, data da assinatura eletrônica. Angela Maria Janczeski Góes Juíza de Direito

Comarca de Alto Taquari

Diretoria do Fórum

Edital

O Edital n. 09/2019-DF CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE AUTOS completo encontra-se no Caderno de Anexos do Diário da Justiça Eletrônico no final desta Edição.
Clique aqui
Caderno de Anexo

Vara Única

Intimação

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000885-68.2019.8.11.0092
Parte(s) Polo Ativo:
GUILHERME KOK (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
AFONSO BONFATI TASSO OAB - SP331192 (ADVOGADO(A))
RODRIGO AKIRA NOZAQUI OAB - SP314712 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (RÉU)
COMPANHIA DE SEGUROS ALIANCA DO BRASIL (RÉU)
Magistrado(s):
FABIO ALVES CARDOSO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE ALTO TAQUARI DESPACHO Processo: 1000885-68.2019.8.11.0092. AUTOR(A): GUILHERME KOK RÉU: COMPANHIA DE SEGUROS ALIANCA DO BRASIL, BANCO DO BRASIL SA INTIME-SE a parte autora, via DJE, para que recolha as custa e taxas judiciais. ALTO TAQUARI, 12 de dezembro de 2019. Juiz(a) de Direito

Intimação Classe: CNJ-283 DIVÓRCIO CONSENSUAL
Processo Número: 1000869-17.2019.8.11.0092
Parte(s) Polo Ativo:
G. V. S. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SIGMAR MACEIO OAB - MT0016463A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
E. L. D. S. (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE ALTO TAQUARI DESPACHO Processo: 1000869-17.2019.8.11.0092. REQUERENTE: GILSELIA VIEIRA SILVA REQUERIDO: EMERSON LUCAS DE SOUZA Diante da cota ministerial de I.D 26990831, intimem-se as parte para, no prazo de 05 dias, informarem o percentual do salário mínimo vigente como quantum devidos a título de alimentos, uma vez a peça inicial constar apenas o valor de R$300,00. ALTO TAQUARI, 12 de dezembro de 2019. Juiz(a) de Direito

Intimação Classe: CNJ-14 CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
Processo Número: 1000875-24.2019.8.11.0092
Parte(s) Polo Ativo:
Espólio de Terezinha Aparecida Cardoso de Souza (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NERCY RAMOS TEIXEIRA OAB - RS7982 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ARI TRAMM (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE ALTO TAQUARI VARA ÚNICA DE ALTO TAQUARI Rua Altino Pereira de Souza, s/n, Praça dos Três Poderes, ALTO TAQUARI - MT - CEP: 78785-000 CERTIDÃO DE IMPULSIONAMENTO Nos termos da legislação vigente e artigo 482, VI, da Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria- Geral da Justiça - CNGC, ante o teor da certidão acostada aos autos, impulsiono estes autos por certidão com a finalidade de intimar a parte autora, por meio de seu procurador, para manifestar-se nos autos, requerendo o que entender de direito, no prazo legal. ALTO TAQUARI, 12 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça

Intimação Classe: CNJ-66 REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE
Processo Número: 1000457-86.2019.8.11.0092
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO OAB - MT20732-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FABIO MAURI GARBUGIO (RÉU)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE ALTO

TAQUARI VARA ÚNICA DE ALTO TAQUARI Rua Altino Pereira de Souza, s/n, Praça dos Três Poderes, ALTO TAQUARI - MT - CEP: 78785-000 CERTIDÃO DE IMPULSIONAMENTO Em atenção ao Provimento n.º 07/2017-CGJ, que dispõe sobre o novo sistema de recolhimento de diligências de Oficiais de Justiça, por meio de guia a ser emitida diretamente no site do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (aba Serviços-Guias-Diligências), impulsiono estes autos com o fim de intimar a parte requerente, por meio de seu procurador, a proceder o devido recolhimento da diligência para cumprimento do ato. ALTO TAQUARI, 12 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça

Intimação Classe: CNJ-14 CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
Processo Número: 1000729-80.2019.8.11.0092
Parte(s) Polo Ativo:
IGREJA PRESBITERIANA RENOVADA DE ALTO ARAGUAIA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADEMILSON ANTONIO LOPES DE ALMEIDA OAB - MT18005/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA APARECIDA PIEDADE BERNINI (REQUERIDO)
MARIA TEIXEIRA BERNINI (REQUERIDO)
ADAUTO LUIZ BERNINI (REQUERIDO)
GIGLIO BERNINI NETO (REQUERIDO)
Eduardo Bernini (REQUERIDO)
Claudio Bernini (REQUERIDO)
Alexandre Bernini (REQUERIDO)
Andrea Bernini (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE ALTO TAQUARI VARA ÚNICA DE ALTO TAQUARI Rua Altino Pereira de Souza, s/n, Praça dos Três Poderes, ALTO TAQUARI - MT - CEP: 78785-000 CERTIDÃO DE IMPULSIONAMENTO Em atenção ao Provimento n.º 07/2017-CGJ, que dispõe sobre o novo sistema de recolhimento de diligências de Oficiais de Justiça, por meio de guia a ser emitida diretamente no site do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (aba Serviços-Guias-Diligências), impulsiono estes autos com o fim de intimar a parte requerente, por meio de seu procurador, a proceder o devido recolhimento da diligência para cumprimento do ato, bem como manifestar-se acerca dos esclarecimentos solicitados pelo ilustre meirinho. ALTO TAQUARI, 12 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça

Expediente

Edital de Citacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 16810 Nr: 1189-07.2007.811.0092
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: HSBC Bank Brasil S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): GIOVANI LUIGI PERACHIA, RENÊ FRANCISCO FUNGHETTO, Valdir Antônio Niedermeier
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Cristina Vasconcelos Borges Martins - OAB:13.994-A/MT, Renato Chagas Correa da Silva - OAB:8.184-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 30 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) citadas(s): GIOVANI LUIGI PERACHIA, Cpf: 11675667004, Rg: 0705477, italiano, casado(a), agricultor, atualmente em local incerto e não sabido RENÊ FRANCISCO FUNGHETTO, Cpf: 13510940091, brasileiro(a), casado(a), agricultor e atualmente em local incerto e não sabido VALDIR ANTÔNIO NIEDERMEIER, Cpf: 13180479000, Rg: 734.589, Filiação: de Tereza O. Niedermeier e Aldino Niedermeier, data de nascimento: 26/12/1948, brasileiro(a), natural de Três Passos-RS, casado(a), agricultor. atualmente em local incerto e não sabido
FINALIDADE: CITAÇÃO do(s) executado(s) acima qualificado(s), atualmente em lugar incerto e não sabido, dos termos da ação executiva que lhe(s) é proposta, consoante consta da petição inicial a seguir resumida, para, no prazo de 3 (três) dias, contados da expiração do prazo deste edital, pagar o débito abaixo descrito, com atualização monetária e juros, ou nomear bens à penhora suficientes para assegurar o total do débito, sob pena de lhe serem penhorados tantos bens quantos necessários forem para a satisfação da dívida.
Resumo da Inicial: Trata-se de Ação de Execução Por Titulo Extrajudiial promovida por HSBC Bank Brasil S/Al em desfavor de Valdir Antônio Niedermeier e outros, cuja suposta dívida é originária de Contrato de Abertura de Crédito Fixo com Repasse de Finame n.º 0510.129791-3.
- Custas Processuais: R$ 0,00 - Valor Total: R$ 146.560,20 - Valor Atualizado: R$ 133.236,55 - Valor Honorários: R$ 13.323,65
Despacho/Decisão: Vistos.Intime-se a parte exequente a fim de que, no prazo de cinco dias, traga aos autos cálculo atualizado do débito.Após, nos moldes dos artigos 652 e seguintes do Código de Processo Civil, com as alterações trazidas pela Lei n.º 11.382/2006, cite-se a parte Executada para os atos desta ação, a fim de que, no prazo de 03 dias, efetue o pagamento da dívida. Fixo honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor da execução, consignando-se que, no caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, a verba honorária será reduzida pela metade (artigo 652-A, parágrafo único, do CPC). Não efetuado o pagamento, proceda-se de imediato à penhora de bens e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o executado. Em não sendo encontrado o devedor, proceda-se ao arresto de tantos bens quantos bastem para garantir a execução (art. 653, CPC). Defiro o disposto no art. 172, § 2º do Código de Processo Civil. Expeça-se o necessário. Cumpra-se.
ADVERTÊNCIA: Fica(m) ainda advertido(s) o(s) executado(s) de que, expirado o prazo deste edital de citação, terá(terão) o prazo de 15 (quinze) dias para opor(oporem) embargos.
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Laila Gabriela Cardozo Carron, digitei.
Alto Taquari, 10 de dezembro de 2019
Everton Donizetti Ferreira Cerantes Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.205/CNGC

Edital de Citacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 21514 Nr: 324-42.2011.811.0092
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Banco Bradesco S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): Sirlene Ferreira Mares - ME, Sirlene Ferreira Mares
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Marli Terezinha Mello de Oliveira - OAB:5134/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 60 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) citadas(s): SIRLENE FERREIRA MARES - ME, CNPJ: 02541117000108, Inscrição Estadual: 131814435 e atualmente em local incerto e não sabido SIRLENE FERREIRA MARES, Cpf: 66261651191, Rg: 593.480, Filiação: Leny Ferreira Mares, data de nascimento: 28/04/1973, brasileiro(a), natural de Mirassol D'oeste-MT, casado(a), comerciante. atualmente em local incerto e não sabido
FINALIDADE: CITAÇÃO do(s) executado(s) acima qualificado(s), atualmente em lugar incerto e não sabido, dos termos da ação executiva que lhe(s) é proposta, consoante consta da petição inicial a seguir resumida, para, no prazo de 3 (três) dias, contados da expiração do prazo deste edital, pagar o débito abaixo descrito, com atualização monetária e juros, ou nomear bens à penhora suficientes para assegurar o total do débito, sob pena de lhe serem penhorados tantos bens quantos necessários forem para a satisfação da dívida.
Resumo da Inicial: Trata-se de Ação de Execução Por Titulo Extrajudiial promovida pelo Banco do Brasil em desfavor Sirlene Ferreira Mares Me e Sirlene Ferreira Mares, cuja suposta dívida é representada pelas Cédulas de Crédito Bancário juntadas aos autos.
- Custas Processuais: R$ 0,00 - Valor Total: R$ 68.287,75 - Valor Atualizado: R$ 62.079,77 - Valor Honorários: R$ 6.207,98
Despacho/Decisão: Vistos.Nos moldes dos artigos 652 e seguintes do Código de Processo Civil, com as alterações trazidas pela Lei n.º 11.382/2006, cite-se a parte Executada para os atos desta ação, a fim de

que, no prazo de 03 dias, efetue o pagamento da dívida. Fixo honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor da execução, consignando-se que, no caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, a verba honorária será reduzida pela metade (artigo 652-A, parágrafo único, do CPC). Não efetuado o pagamento, proceda-se de imediato à penhora de bens e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o executado. Em não sendo encontrado o devedor, proceda-se ao arresto de tantos bens quantos bastem para garantir a execução (art. 653, CPC). Defiro o disposto no art. 172, § 2º do Código de Processo Civil. Expeça-se o necessário. Cumpra-se.

ADVERTÊNCIA: Fica(m) ainda advertido(s) o(s) executado(s) de que, expirado o prazo deste edital de citação, terá(terão) o prazo de 15 (quinze) dias para opor(oporem) embargos.

E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Laila Gabriela Cardozo Carron, digitei.

Alto Taquari, 10 de dezembro de 2019

Everton Donizetti Ferreira Cerantes Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.205/CNGC

Edital de Citacao

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 31984 Nr: 163-27.2014.811.0092

AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: Banco Bradesco S/A

PARTE(S) REQUERIDA(S): Ricardo Aparecido de Araújo

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Marli Terezinha Mello de Oliveira - OAB:5134/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 30 DIAS

Pessoa(s) a ser(em) citadas(s): RICARDO APARECIDO DE ARAÚJO, Cpf: 06587148646, brasileiro(a), solteiro(a), comerciante, Telefone 66-3496-2846. atualmente em local incerto e não sabido

FINALIDADE: CITAÇÃO do(s) executado(s) acima qualificado(s), atualmente em lugar incerto e não sabido, dos termos da ação executiva que lhe(s) é proposta, consoante consta da petição inicial a seguir resumida, para, no prazo de 3 (três) dias, contados da expiração do prazo deste edital, pagar o débito abaixo descrito, com atualização monetária e juros, ou nomear bens à penhora suficientes para assegurar o total do débito, sob pena de lhe serem penhorados tantos bens quantos necessários forem para a satisfação da dívida.

Resumo da Inicial: Trata-se de Ação de Execução Por Titulo Extrajudiial promovida pelo Banco do Brasil, que move em desfavor Ricardo Aparecido de Araújo, cuja suposta dívida é representada por Instrumento Particular de Confissão de Dívidas e Outras Avenças n.º 3274737.

- Custas Processuais: R$ 0,00 - Valor Total: R$ 61.516,88 - Valor Atualizado: R$ 55.924,44 - Valor Honorários: R$ 5.592,44

Despacho/Decisão: Autos nº 163-27.2014.811.0092 – Código 31984Exequente: Banco Bradesco S/AExecutado(s): Ricardo Aparecido AraújoDESPACHO \ MERO EXPEDIENTE \ [1011010]Vistos etc.1. Recebo a presente Ação de Execução de Título Extrajudicial, nos termos do artigo 585, inciso II, do Código de Processo Civil, porquanto, devidamente, lastrada por documento público assinado pelo devedor, conforme Termo de Confissão de Dívida de fls. 09/12.2. Fixo, de plano, os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) do valor dado à causa, na forma do artigo 20, § 3º e alíneas, e artigo 652-A, ambos do CPC, os quais, na hipótese de pronto pagamento do valor exequendo, serão reduzidos pela metade (artigo 652-A, parágrafo único, do CPC).3. Defiro, outrossim, os benefícios constantes dos § § 1º e 2º do artigo 172 do Código de Processo Civil.4. Cumpra a Secretaria as seguintes providências:(a) Cite-se o executado para que, no prazo de 03 (três) dias, pague o valor exequendo, devidamente acrescido das custas e despesas processuais e honorários advocatícios, sob pena de serem imediatamente penhorados tantos bens quantos bastem para garantir a presente execução, tomando o Oficial de Justiça às cautelas devidas para que não sejam penhorados bens de terceiros.Conste, no mandado executório, a ressalva de que o pagamento no prazo assinalado – 03 (três) dias – implicará na redução pela metade da verba honorária (CPC, art. 652-A, parágrafo único) e que o devedor poderá pagar o valor exequendo depositando em juízo apenas 30 % (trinta por cento) do valor da dívida (valor principal + custas + honorários) e o valor remanescente dividido em até 06 (seis) vezes, acrescidos apenas de correção monetária (INPC) e juros de 1% (um por cento) ao mês (CPC, art. 745-A). Na oportunidade, destaque que, caso queira, poderão ajuizar Embargos à Execução no prazo de 15 (quinze) dias, constados da data da juntada aos autos do mandado de citação (CPC, art. 738), independentemente de penhora, depósito ou caução;(b) Inexistindo pagamento e havendo penhora, intime-se o executado na pessoa de seu advogado, ou na falta deste, o seu representante legal, ou pessoalmente, por mandado ou pelo correio (artigo 652, § 4º do CPC), dando-lhe ciência da penhora.Se o bem penhorado for imóvel, intimem-se também o cônjuge do executado (artigo 655, § 2º do CPC);(c) Não encontrando bens para penhora, intime-se o devedor, via correio, para que no prazo 05 (cinco) dias, indique quais são e onde se encontram os bens sujeitos à penhora e seus respectivos valores, acompanhado da prova de propriedade, sob pena de sua omissão ser considerada ato atentatório a dignidade da justiça (artigo 600, inciso IV, c/c 656, § 1º, ambos do CPC);(d) Se não encontrado o devedor, com fulcro no artigo 653 do CPC, determino que desde já proceda a penhora de tantos bens quantos bastem para garantir a execução. Na sequência, o Oficial de Justiça deve proceder na forma prevista no parágrafo único do artigo 653 do CPC.Alto Taquari/MT, 28 de fevereiro de 2014.Luis Felipe Lara de SouzaJuiz Substituto

ADVERTÊNCIA: Fica(m) ainda advertido(s) o(s) executado(s) de que, expirado o prazo deste edital de citação, terá(terão) o prazo de 15 (quinze) dias para opor(oporem) embargos.

E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Laila Gabriela Cardozo Carron, digitei.

Alto Taquari, 10 de dezembro de 2019

Everton Donizetti Ferreira Cerantes Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.205/CNGC

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 36759 Nr: 310-82.2016.811.0092

AÇÃO: Embargos à Execução->Embargos->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: MARLI TEREZINHA MELLO DE OLIVEIRA

PARTE(S) REQUERIDA(S): João Brasil Kohlrausch, ELBER HENRIQUE IRGANG, Loiva Ana Kohlrausch Kok, Guilherme Kok, Romeu Kohlrausch, DANIELA TURCHETTI IRGANG

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Marli Terezinha Mello de Oliveira - OAB:5134/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANTONIO RAYES SAKR - OAB:40832, Péricles Landgraf Araújo de Oliveira - OAB:6.005A/MT, Roadam Jhonei de Paula Leal - OAB:14398/MT

Certifico, em cumprimento a r. decisão de ref. 40, que serve a presente para intimar o (s) executado (s) para que, no prazo de 15 (quinze) dias, pague(m) a integralidade da dívida, sob pena de aplicação de multa no percentual de 10% (dez) por cento sobre o valor corrigido, sem prejuízo dos atos processuais necessários à expropriação de tantos bens quantos forem necessários para a satisfação da obrigação. Transcorrido o prazo sem pagamento, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que a parte executada, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação (art. 525 do CPC).

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A): Fabio Alves Cardoso

Cod. Proc.: 46382 Nr: 345-71.2018.811.0092

AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso, Maria Luzimar Almeida Teixeira

PARTE(S) REQUERIDA(S): Flites Alberto Barbosa da Silva, Luciana Pereira da Rocha

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Ricardo Moraes de Oliveira - OAB:12.913/MT, Sigmar Maceió - OAB:16.463/O-MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANGELO BERNARDINO DE MENDONÇA JUNIOR - OAB:16330, THAYLANE BENEVIDES DA SILVA - OAB:23479/O

ANTE O EXPOSTO, INDEFIRO o pedido de Relaxamento da prisão preventiva do réu Flites Alberto Barbosa da Silva. Ciência ao Ministério

Público, à Assistente de Acusação e à defesa.Após, aguarde-se o decurso do prazo para apresentação dos memoriais finais.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Fabio Alves Cardoso
Cod. Proc.: 37122 Nr: 437-20.2016.811.0092
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Brenco - Companhia Brasileira de Energia Renovavel
PARTE(S) REQUERIDA(S): ESTADO DE MATO GROSSO (FAZENDA ESTADUAL)
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANDRÉ RICARDO LEMES DA SILVA - OAB:156817, Antonio Carlos Guidoni Filho - OAB:146.997/SP
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Ao que consta no acórdão do Agravo de Instrumento juntado na Ref. 97, a questão referente ao protesto da CDA já foi resolvida de forma amigável entre as partes, tanto que houve a perda de objeto recursal.
Diante disso, intime-se a para autora para, no prazo de 10 (dez) dias, dar andamento ao feito, sob pena de extinção.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1000815-51.2019.8.11.0092
Parte(s) Polo Ativo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS DO SUL DE MATO GROSSO - SICREDI SUL MT (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEONARDO SANTOS DE RESENDE OAB - MT0006358A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VANUSA CRUVINEL VIEIRA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARLOS CICERO TIRADENTES DA SILVA OAB - MG152533 (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
FABIO ALVES CARDOSO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE ALTO TAQUARI DECISÃO Processo: 1000815-51.2019.8.11.0092. REQUERENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS DO SUL DE MATO GROSSO - SICREDI SUL MT REQUERIDO: VANUSA CRUVINEL VIEIRA CHAMO O FEITO À ORDEM. Realmente, analisando detidamente os autos, verifico que este magistrado declarou-se suspeito para atuar em processos anteriores que envolvem as mesmas partes. Logo, a atuação neste feito ocorreu por equívoco. Diante disso, DECLARO-ME SUSPEITO para apreciar e julgar o presente feito, por motivo de foro íntimo, nos termos do §1º do artigo 145 do Código de Processo Civil, devendo ser encaminhado ao substituto legal. Determino a fixação de etiqueta eletrônica na capa dos autos identificando a presente decisão. Por consequência, torno sem efeito todas as decisões por mim proferidas nestes autos. Intimem-se as partes. Juiz(a) de Direito

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1000725-43.2019.8.11.0092
Parte(s) Polo Ativo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS DO SUL DE MATO GROSSO - SICREDI SUL MT (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEONARDO SANTOS DE RESENDE OAB - MT0006358A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VANUSA CRUVINEL VIEIRA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARLOS CICERO TIRADENTES DA SILVA OAB - MG152533 (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
FABIO ALVES CARDOSO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE ALTO TAQUARI DECISÃO Processo: 1000725-43.2019.8.11.0092. EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS DO SUL DE MATO GROSSO - SICREDI SUL MT EXECUTADO: VANUSA CRUVINEL VIEIRA CHAMO O FEITO À ORDEM. Realmente, analisando detidamente os autos, verifico que este magistrado declarou-se suspeito para atuar em processos anteriores que envolvem as mesmas partes. Logo, a atuação neste feito ocorreu por equívoco. Diante disso, DECLARO-ME SUSPEITO para apreciar e julgar o presente feito, por motivo de foro íntimo, nos termos do §1º do artigo 145 do Código de Processo Civil, devendo ser encaminhado ao substituto legal. Determino a fixação de etiqueta eletrônica na capa dos autos identificando a presente decisão. Por consequência, torno sem efeito todas as decisões por mim proferidas nestes autos. Intimem-se as partes. Juiz(a) de Direito

Decisão Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1000816-36.2019.8.11.0092
Parte(s) Polo Ativo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS DO SUL DE MATO GROSSO - SICREDI SUL MT (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEONARDO SANTOS DE RESENDE OAB - MT0006358A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VANUSA CRUVINEL VIEIRA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARLOS CICERO TIRADENTES DA SILVA OAB - MG152533 (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
FABIO ALVES CARDOSO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE ALTO TAQUARI DECISÃO Processo: 1000816-36.2019.8.11.0092. REQUERENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS DO SUL DE MATO GROSSO - SICREDI SUL MT REQUERIDO: VANUSA CRUVINEL VIEIRA CHAMO O FEITO À ORDEM. Realmente, analisando detidamente os autos, verifico que este magistrado declarou-se suspeito para atuar em processos anteriores que envolvem as mesmas partes. Logo, a atuação neste feito ocorreu por equívoco. Diante disso, DECLARO-ME SUSPEITO para apreciar e julgar o presente feito, por motivo de foro íntimo, nos termos do §1º do artigo 145 do Código de Processo Civil, devendo ser encaminhado ao substituto legal. Determino a fixação de etiqueta eletrônica na capa dos autos identificando a presente decisão. Por consequência, torno sem efeito todas as decisões por mim proferidas nestes autos. Intimem-se as partes. Juiz(a) de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000881-31.2019.8.11.0092
Parte(s) Polo Ativo:
BRUNO ALVES GOUVEIA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARYKELLER DE MELLO OAB - SP336677 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO VOLKSWAGEN S.A. (RÉU)
Magistrado(s):
FABIO ALVES CARDOSO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE ALTO TAQUARI DECISÃO Processo: 1000881-31.2019.8.11.0092. AUTOR(A): BRUNO ALVES GOUVEIA RÉU: BANCO VOLKSWAGEN S.A. Trata-se de AÇÃO ORDINÁRIA CUMULADA DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA ANTECIPADA, EM CARÁTER LIMINAR ajuizada por BRUNO ALVES GOUVEIA em face do BANCO VOLKSWAGEN S/A, onde alega que celebrou um contrato de alienação fiduciária com a instituição requerida, no valor de R$27.003,98 em 48 prestações, com parcela inicial de R$874,83. Discorre ainda que o banco requerido agiu de maneira ardilosa, ao aprovar um contrato com taxas e formas de pagamento acima das reais condições do mercado financeiro, acreditando assim que os juros aplicados no referido contrato de financiamento são totalmente abusivos, bem como as tarifas cobradas, tornando-o demasiadamente oneroso para o consumidor. Ao final, requer a concessão da liminar para determinar, em caráter definitivo, o desconto em conta, com parcelas os valores de R$837,95, observando-se os juros contratuais legais, impedindo a instituição financeira ré de inscrever o nome da autora nos cadastros de inadimplentes. Requereu ainda a procedência do pedido de repetição de indébito em dobro dos valores pagos indevidamente. É o relatório. DECIDO. Inicialmente, esclareço que a tutela de urgência será concedida somente quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o

perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, nos termos do art. 300 do NCPC. Pois bem, de acordo com o entendimento pacificado do Superior Tribunal de Justiça, o ajuizamento isolado de ação revisional ou de cobrança não descaracteriza a mora, nem mesmo quando o reconhecimento de abusividade incidir sobre os encargos inerentes ao período de inadimplência contratual. Logo, a propositura de ação de cobrança ou revisão contratual, por si só, não possui o condão de impedir a inscrição do nome do devedor nos cadastros de inadimplentes nem de evitar a busca e apreensão do bem garantidor do contrato de alienação fiduciária. Nesse sentido: "(...) ORIENTAÇÃO 2 - CONFIGURAÇÃO DA MORA. (...) b) Não descaracteriza a mora o ajuizamento isolado de ação revisional, nem mesmo quando o reconhecimento de abusividade incidir sobre os encargos inerentes ao período de inadimplência contratual. (...) ORIENTAÇÃO 4 - INSCRIÇÃO/MANUTENÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES a) A abstenção da inscrição/manutenção em cadastro de inadimplentes, requerida em antecipação de tutela e/ou medida cautelar, somente será deferida se, cumulativamente: i) a ação for fundada em questionamento integral ou parcial do débito; ii) houver demonstração de que a cobrança indevida se funda na aparência do bom direito e em jurisprudência consolidada do STF ou STJ; iii) houver depósito da parcela incontroversa ou for prestada a caução fixada conforme o prudente arbítrio do juiz; b) A inscrição/manutenção do nome do devedor em cadastro de inadimplentes decidida na sentença ou no acórdão observará o que for decidido no mérito do processo. Caracterizada a mora, correta a inscrição/manutenção. (STJ - REsp 1061530/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/10/2008, DJe 10/03/2009)" No caso em tela, ao menos em sede de cognição sumária e superficial, não vislumbro ilegalidades/abusividades na cobrança dos encargos contratuais, nos moldes da jurisprudência dos tribunais superiores. Nesse sentido: "DIREITO PRIVADO - AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO C/C CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO E ANTECIPAÇÃO DE TUTELA - INSCRIÇÃO DO DEVEDOR EM ÓRGÃOS DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO - FACULDADE DO CREDOR - DEPÓSITO DE VALOR INSUFICIENTE - AUSÊNCIA DA VEROSSIMILHANÇA DA ALEGAÇÃO - EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. Se a pretensão revisional escapa dos requisitos legais à concessão da antecipação de tutela, por se tratar de exercício regular de um direito, correto é a manutenção ou inscrição do nome do devedor nos órgãos quer restringem crédito (SPC, SERASA).(TJMT – AI 92950/2012, DES. SEBASTIÃO DE MORAES FILHO, QUINTA CÂMARA CÍVEL, JULGADO EM 03/10/2012)." "APELAÇÃO - AÇÃO REVISIONAL - CÉDULA RURAL PIGNORATÍCIA E HIPOTECÁRIA - FINAME/MODERFROTA - RESOLUÇÃO Nº 3207/2004/BACEN - JUROS REMUNERATÓRIOS - MANUTENÇÃO DO PERCENTUAL CONTRATADO - SPREAD DE RISCO - ABUSIVIDADE NÃO VISUALIZADA - CAPITALIZAÇÃO SEMESTRAL DE JUROS - POSSIBILIDADE - DECRETO-LEI 167/67 - VENDA CASADA - EXCESSO DE GARANTIA - INOCORRÊNCIA - COBRANÇA DE IOF - INCIDÊNCIA SOBRE AS OPERAÇÕES FINANCEIRAS - SENTENÇA MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO. A limitação dos juros remuneratórios em 12% ao ano não se aplica aos contratos com recursos oriundos do BNDES (FINAME/MODERFROTA), porquanto sujeitam-se à regramento próprio, qual seja, a Resolução nº 3207/2004/BACEN, a qual aponta a utilização da taxa de juros de 12,75% ao ano. Não se revela abusivo o percentual de 2,95% referente ao spread de risco da instituição financeira, porquanto já incluído na taxa de juros de 12,75% ao ano, inicialmente contratada. A redação do artigo 5º do Decreto-lei n. 167/67 já prevê a capitalização semestral dos juros, porém admite a contratação de modo diverso, hipótese em que impõe a pactuação de forma expressa. A prática da "venda casada" a que se refere o artigo 39, I, do CDC, pressupõe que a prestação do serviço ou produto principal seja condicionada à contratação do acessório. (...) (TJMT - Ap 52041/2015, DES. GUIOMAR TEODORO BORGES, SEXTA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 08/07/2015, Publicado no DJE 13/07/2015)" "AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE REVISÃO CONTRATUAL – CÉDULAS RURAIS PIGNORATÍCIAS E HIPOTECÁRIAS – TUTELA ANTECIPATÓRIA – RETIRADA DOS NOMES DOS AUTORES DOS ÓRGÃOS DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO – INDEFERIMENTO – ALEGAÇÃO DE COBRANÇA DE JUROS REMUNERATÓRIOS ABUSIVOS – DESCABIMENTO – TAXAS PACTUADAS INFERIORES A 12% AO ANO – NÃO DEMONSTRAÇÃO DOS REQUISITOS DO ART.273 DO CPC – AUSÊNCIA DE DEPÓSITO DO DÉBITO OU DA PARTE INCONTROVERSA – NEGATIVAÇÃO PERANTE OS CADASTROS DE INADIMPLENTES – EXERCÍCIO REGULAR DO DIREITO DO CREDOR – RECURSO DESPROVIDO. Para evitar a inscrição do nome nos cadastros restritivos de crédito, não basta a simples propositura da ação revisional, devendo o devedor demonstrar que sua pretensão esteja firmada na aparência do bom direito da jurisprudência do STJ e STF. Assim, se ao contrário do que alega, os juros remuneratórios pactuados nas Cédulas Rurais Pignoratícias e Hipotecárias firmadas com instituição financeira agravada não ultrapassam 12% ao ano, não resta dúvida acerca da ausência da verossimilhança do direito invocado, devendo ser mantida a decisão que indeferiu o pleito tutela antecipada. O ato de inscrição do nome do inadimplente nos órgãos de proteção ao crédito constitui direito do credor, o qual, se assim proceder, estará em conformidade com a lei, consoante artigos 188 do Código Civil. (TJMT - AI 79399/2013, DESA. MARILSEN ANDRADE ADDARIO, SEGUNDA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 29/01/2014, Publicado no DJE 03/02/2014). Destarte, não demonstrada a probabilidade do direito, impõe-se o indeferimento da tutela de urgência. ANTE O EXPOSTO, indefiro a tutela de urgência. I - Determino a remessa deste feito à Conciliadora, para designação de sessão de conciliação/mediação, presidida por conciliador/mediador devidamente capacitado e cadastrado. II – Cite-se e intime-se a parte requerida para que compareça à audiência de mediação e conciliação, conforme artigo 694 do NCPC, acompanhada de advogado, consignando que o termo inicial para apresentação da contestação observará o artigo 697 do NCPC, não sendo realizado o acordo, passarão incidir, a partir de então, as normas do procedimento comum, observado o artigo 335 do NCPC. Consigne ainda que não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela parte autora, nos termos do artigo art. 7º Da Lei nº 5.478/1968. III – Intime-se a parte autora, na pessoa de seu advogado, para que compareceram à audiência, nos termos do artigo 334, §§ 3º e 9º do NCPC. Defiro o pedido de justiça gratuita. ALTO TAQUARI, 12 de dezembro de 2019. Juiz(a) de Direito

Decisão Classe: CNJ-105 MANDADO DE SEGURANÇA
Processo Número: 1000800-82.2019.8.11.0092
Parte(s) Polo Ativo:
BATISTA VANO & CIA LTDA - ME (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO ALEXANDRE TORTORELLI OAB - MT0008974S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Prefeito do Município de Alto Taquari MT (IMPETRADO)
Magistrado(s):
FABIO ALVES CARDOSO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE ALTO TAQUARI DECISÃO Processo: 1000800-82.2019.8.11.0092. IMPETRANTE: BATISTA VANO & CIA LTDA - ME IMPETRADO: PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI MT Trata-se de Mandado de Segurança Preventivo impetrado por Silva e Vano Ltda contra ato tido por ilegal praticado pelo Prefeito do Município de Alto Taquari/MT, consubstanciado na proibição de participação da autora em procedimentos licitatórios do município réu em razão da relação conjugal entre sua sócia, Sra. Maria de Lurdes Batista Vano, e o Secretário de Infraestrutura, Sr. Marco Antônio Fontes Vano. Alegou que é pessoa jurídica de direito privado, que atua no ramo comercial de Serviços de Alimentação para eventos e recepções – Bufê; Decoração de Interiores; Ensino de Esportes; Ensino de Dança; Ensino de Artes e Cultura. Na data de 06 de junho de 2019, pretendeu participar de Licitação realizada pelo Município de Alto Taquari-MT, através do Pregão Presencial 029/2019, para o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DECORAÇÃO DE EVENTOS. No entanto ficou impedida de participar do certame sob a fundamentação de que a sócia da empresa, Sra Maria de Lurdes Batista Vano, possui parentesco com o então Secretário de Infraestrutura, Viação Obras e Planejamento, Sr. Marco Antônio Fontes Vano, uma vez que são cônjuges, o que feriria o disposto no artigo 9º da Lei 8.666/93. Assim, pede a concessão liminar para que seja autorizada a participar de processos licitatórios realizados no Município de Alto Taquari/MT. É o relatório. Decido. O Mandado de Segurança é ação constitucional, de natureza cível, prevista no art. 5º, LXIX, da Constituição da República e na Lei 12.016/2009, visando a proteção de direito líquido e certo lesado ou que sofra ameaça de lesão, em decorrência de ato de autoridade, praticado com ilegalidade ou abuso de poder. A concessão da liminar, em mandado de segurança, exige dois requisitos: a relevância do fundamento e a possibilidade de ineficácia da

medida, caso concedida ao final, nos termos do artigo 7º, III, da Lei nº 12.016/2009. Entende-se por direito líquido e certo aquele demonstrado de plano, por meio de provas pré-constituídas, o que no caso concreto está devidamente demonstrada ante as alegações e os documentos acostados à inicial. Analisando o caso, observo que não existe vedação legal para participação da impetrante em procedimentos licitatórios no Município de Alto Taquari simplesmente pelo fato de sua sócia ser esposa do Secretário de Infraestrutura. Com efeito, o art. 9º, III, da Lei 8.666/93, veda apenas a participação de servidores, nada mencionando em relação à cônjuge e parentes. Logo, em princípio, não vejo razões para vedar a participação de cônjuge ou parente de servidor da Administração Pública responsável pela realização do certame, salvo se o servidor tiver influência direta no andamento e resultado do procedimento. Aliás, impedir a impetrante de participar de todo e qualquer certame pelo simples fato de ser esposa de servidor da prefeitura é medida extremamente restritiva e que fere o princípio da razoabilidade. No mesmo sentido: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - MANDADO DE SEGURANÇA - CADASTRO DE FORNECEDORES (SUCAF) - LEI ORGÂNICA MUNICIPAL - QUADRO SOCIETÁRIO DE EMPRESA - RELAÇÃO DE PARENTESCO COM SERVIDOR COMISSIONADO - PROIBIÇÃO DE CONTRATAR - APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE - SENTENÇA CONFIRMADA 1 - A circunstância de empresa que visa a contratar com a Administração Pública possuir em seu quadro societário filho de servidora que desempenha a função comissionada nos quadros do Município não tem o condão de macular a impessoalidade e moralidade administrativa se não há constatação de qualquer influência daquela servidora no processo licitatório. 2 - Impedir a impetrante de participar de todo e qualquer certame é medida extremamente restritiva e que fere o princípio da razoabilidade. 3 - Sentença confirmada, em reexame necessário, prejudicado o recurso voluntário. (TJMG - Ap Cível/Reex Necessário 1.0024.12.030866-3/002, Relator(a): Des.(a) Rogério Coutinho , 8ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 14/05/2015, publicação da súmula em 25/05/2015)" "LICITAÇÃO. CONTRATOS. SERVIDOR EFETIVO DE ÓRGÃO OU ENTIDADE CONTRATANTE. RELAÇÃO DE PARENTESCO COM LICITANTES. PODER DE INFLUÊNCIA. IMPEDIMENTOS. 1) O parentesco até o terceiro grau de servidor efetivo e/ou secretários municipais não é fato impeditivo de participação em licitação ou contratação pública, exceto se o servidor ou agente público for detentor de poder de influência sobre o resultado do certame. 2) Entende-se como servidor público que detenha poder de influência sobre o resultado do certame, todo aquele que participa, direta ou indiretamente, das etapas do processo de licitação, a exemplo dos integrantes da comissão de licitação e pareceristas, bem como aqueles com capacidade de interferir na própria condução e fiscalização do contrato resultante da licitação, como os gestores e fiscais de contrato. (CONSULTAS. Relator: VALTER ALBANO. Resolução De Consulta 5/2016 - TRIBUNAL PLENO. Julgado em 22/03/2016. Publicado no DOC/TCE-MT em 06/04/2016. Processo 34282/2016)." Isso não significa dizer que há um salvo conduto para realização de irregularidades, pois, havendo demonstração concreta de fraude ou favorecimento da empresa cujo sócio tenha relação de parentesco com servidor da Administração Pública, é perfeitamente cabível sua exclusão do processo licitatório, sem prejuízo de eventuais sanções nas esferas cabíveis. Em relação ao perigo da demora, evidencia-se nos autos possíveis prejuízos decorrentes da não participação da impetrante nos processos licitatórios vindouros, seja para ela mesma com a frustração de eventuais lucros, seja para a Administração Pública pela diminuição do número de concorrentes, que invariavelmente ocasiona o aumento dos preços. Assim, impõe-se a concessão da tutela de urgência. ANTE O EXPOSTO, DEFIRO a tutela de urgência para determinar ao Município de Alto Taquari/MT que não proíba a impetrante de participar de licitações sob o fundamento único de relação conjugal com o Sr. Marcos Antônio Fontes Vano, enquanto Secretário de Infraestrutura, Viação, Obras e Planejamento. Notifique(m)-se o(s) coator(es), supracitado(s) e no(s) endereço (s) indicado(s), do conteúdo da petição inicial, entregando-lhe a segunda via apresentada pelo requerente com as cópias dos documentos, a fim de que tenha ciência e cumpra a tutela de urgência e, no prazo de dez dias, preste informações (art. 7º, inciso I, da Lei nº 12.016/09). Intime-se a impetrante. Após, com ou sem a manifestação, certifique-se e abra-se vista dos autos ao ilustre Representante do Ministério Público. Juiz(a) de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000864-92.2019.8.11.0092
Parte(s) Polo Ativo:
APARECIDA CONCEICAO DE CARVALHO E SANTOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
VICTOR MARCELO HERRERA OAB - SP179200 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
29.979.036.0001-40 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS (RÉU)
Magistrado(s):
FABIO ALVES CARDOSO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE ALTO TAQUARI DECISÃO Processo: 1000864-92.2019.8.11.0092. AUTOR(A): APARECIDA CONCEICAO DE CARVALHO E SANTOS RÉU: 29.979.036.0001-40 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS Trata-se de AÇÃO DE APOSENTADORIA RURAL POR IDADE ajuizada por APARECIDA CONCEIÇÃO DE CARVALHO E SANTOS em face do INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL/INSS, todos devidamente qualificados nos autos. Os requisitos da tutela de urgência estão previstos no artigo 300 do CPC, sendo eles: probabilidade do direito e perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Fixadas tais premissas, cumpre reconhecer que, in casu, as assertivas lançadas pelo autor, não se revestem de intensidade e força necessárias, para, mesmo em mera cognição sumária, convencer da probabilidade do direito acerca dos fundamentos invocados. Vale dizer, os elementos até então trazidos pelo autor não oferecem grau de probabilidade da existência do direito alegado, ensejando, isto sim, pela mera aparência que ainda representam dúvidas na convicção do Julgador. Assim, por faltarem elementos para sustentação do alegado pela parte requerente, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, sem prejuízo de reanálise durante a instrução processual. Considerando o Ofício Circular AGU/PF-MT/DPREV n° 01/2016, bem como em observância as especificidades da causa, e de modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito, nos termos do art. 139, VI, do Código de Processo Civil, deixo de designar audiência de conciliação. Cite-se a parte requerida para, querendo, no prazo de 15 dias, contestar a ação, nos termos do artigo 335, III do Código de Processo Civil, bem como intime-a para comparecer à audiência de instrução, a qual designo para o dia 11/03/2020 às 12h30 (HORÁRIO MT). Determino, ainda, o comparecimento pessoal da parte autora para prestar depoimento pessoal, intimando-a e advertindo-a do disposto no § 1º do artigo 385 do Código de Processo Civil. Consigno que, em face do princípio da celeridade processual e o disposto no artigo 455 do Código de Processo Civil, a parte autora deverá trazer suas testemunhas ao ato processual independente de intimação realizada pelo Juízo. Por sua vez, havendo preliminares alegadas em sede de contestação, intime-se a parte requerente para se manifestar no prazo legal. Defiro a parte autora os benefícios da justiça gratuita. ALTO TAQUARI, 9 de dezembro de 2019. Juiz(a) de Direito

Sentença

Sentença Classe: CNJ-283 DIVÓRCIO CONSENSUAL
Processo Número: 1000895-15.2019.8.11.0092
Parte(s) Polo Ativo:
E. P. D. N. (REQUERENTE)
J. A. A. L. J. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Edson Roberto Castanho OAB - MT0008825S-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:Magistrado(s):
FABIO ALVES CARDOSO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE ALTO TAQUARI SENTENÇA Processo: 1000895-15.2019.8.11.0092. REQUERENTE: JOSE AILTON ARAUJO LEITE JUNIOR, ELAINE PEDROSA DO NASCIMENTO HOMOLOGO por sentença a desistência da ação, e Julgo Extinto o presente processo, Sem Resolução do Mérito, nos termos do art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Arbitro honorários advocatícios ao advogado nomeado para a defesa das partes no importe de 2 (duas) URHS, a serem custeadas pelo Estado de Mato Grosso. Custas pela autora ficando sua exigibilidade suspensa por ser beneficiária da justiça gratuita. Com o transito em julgado, procedam-se às baixas e anotações necessárias, e arquivem-se os autos, independentemente de nova determinação. P.I. ALTO TAQUARI, 11 de dezembro de 2019. Juiz(a) de Direito

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO

Processo Número: 1000331-70.2018.8.11.0092
Parte(s) Polo Ativo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))
MURILLO ESPINOLA DE OLIVEIRA LIMA OAB - MT3127-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ALGODOEIRA PARANA LTDA - EPP (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Roadam Jhonei de Paula Leal OAB - MT0014398A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
FABIO ALVES CARDOSO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE ALTO TAQUARI SENTENÇA Processo: 1000331-70.2018.8.11.0092. REQUERENTE: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A REQUERIDO: ALGODOEIRA PARANA LTDA - EPP Trata-se de Embargos de Declaração opostos pela embargante em face da sentença lançada nos autos. Aduziu a parte embargante que houve omissão em suas conclusões no que diz respeito à fixação dos honorários advocatícios, ante ao reconhecimento da litispendência e da extinção do feito. Pede a correção dos vícios apontados e a reforma da sentença. É o relatório. DECIDO. Pois bem, em que pese os argumentos lançados pela parte embargante, entendo que a sentença exarada não possui qualquer omissão ou contradição. Na realidade, tem-se um descontentamento com a Justiça da decisão, cujo meio cabível para impugnação não é o escolhido pela parte, mas recurso próprio à superior instância. Nesse sentido é a orientação jurisprudencial: "Efeitos modificativos. Os embargos de declaração não são palco para a parte simplesmente se insurgir contra o julgado e requerer sua alteração. Por isso não se admite embargos de declaração com efeitos modificativos quando ausente qualquer dos requisitos do art. 535 do Código de Processo Civil" (STJ - Corte Especial, ED no REsp 437.380, Min. Menezes Direito, j. 20.4.05, DJU 23.5.05). ANTE O EXPOSTO, conheço, mas REJEITO os embargos declaratórios, mantendo-se inalterada a sentença. Intimem-se. ALTO TAQUARI, 12 de dezembro de 2019. Juiz(a) de Direito

Juizado Especial Cível e Criminal

Intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000897-82.2019.8.11.0092
Parte(s) Polo Ativo:
SEBASTIAO MENDES VALADAO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIO ALMEIDA DE SOUZA OAB - MT0011716A (ADVOGADO(A))
WILKER GUSTAVO MARQUES DE SOUZA OAB - MT21661/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
POSTO MONTE SINAI LTDA (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1000897-82.2019.8.11.0092 POLO ATIVO:SEBASTIAO MENDES VALADAO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: JULIO ALMEIDA DE SOUZA, WILKER GUSTAVO MARQUES DE SOUZA POLO PASSIVO: POSTO MONTE SINAI LTDA FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: Audiência de Conciliação Juizado Especial Data: 30/01/2020 Hora: 13:00 , no endereço: Rua Altino Pereira de Souza, S/N, Praça dos Três Poderes, ALTO TAQUARI - MT - CEP: 78785-000 . CUIABÁ, 12 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000057-72.2019.8.11.0092
Parte(s) Polo Ativo:
VANDILSON RODRIGUES SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS ANTHONIELE MOREIRA MELO OAB - SP420319 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BRUNA SAPAROLI (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Edson Roberto Castanho OAB - MT0008825S-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE ALTO TAQUARI DECISÃO Processo: 1000057-72.2019.8.11.0092. REQUERENTE: VANDILSON RODRIGUES SANTOS REQUERIDO: BRUNA SAPAROLI Em que pese a manifestação da parte autora, no id 24901653, esclareço que a sentença da juiza leiga já foi homologada por este juízo, pendente, no entanto, do trânsito em julgado. Cumpra-se a secretária o dispositivo da sentença. Intime-se. ALTO TAQUARI, 5 de dezembro de 2019. (assinado digitalmente) Fabio Alves Cardoso Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1000524-51.2019.8.11.0092
Parte(s) Polo Ativo:
TATIANA ANDREIA EBLING 02520712120 (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Roadam Jhonei de Paula Leal OAB - MT0014398A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
NATALIA LUIZA DE SOUZA (EXECUTADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE ALTO TAQUARI SENTENÇA Processo: 1000524-51.2019.8.11.0092. EXEQUENTE: TATIANA ANDREIA EBLING 02520712120 EXECUTADO: NATALIA LUIZA DE SOUZA Considerando a satisfação da obrigação informada, julgo extinta a execução, nos termos do art. 924, II do CPC. Sem custas nem honorários, nos termos da Lei nº 9.099/1995. P.I. ALTO TAQUARI, 10 de dezembro de 2019. Juiz(a) de Direito

Comarca de Apiacás

Vara Única

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Tibério de Lucena Batista
Cod. Proc.: 60216 Nr: 1471-49.2019.811.0084
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MPdEdMG
PARTE(S) REQUERIDA(S): JTS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MARCILENE MARTINS ALVAREZ - OAB:27303/O
"Vistos.1- Homologo a desistência da oitiva da testemunha Lázaro Robson Sousa da Costa. 2 - Analisando os elementos de informações constantes dos autos e, considerando o encerramento da instrução, entendo por bem conceder ao acusado liberdade provisória vinculada, haja vista que os requisitos que justificaram a sua segregação cautelar nestes autos não se fazem mais presentes. Embora presentes a prova da materialidade delitiva e indícios suficientes de autoria, reconheço que não se mostra mais cabível à hipótese a manutenção da custódia cautelar do réu, eis que a aplicação de outras medidas cautelares diversas da prisão constituem, no momento, medida mais adequada ao caso. Desta maneira, impõe-se à hipótese em exame a concessão de liberdade provisória, mediante a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, eis que os pressupostos ensejadores da prisão preventiva não se fazem mais presentes, na forma do art. 321 do Código de Processo Penal. Ante o exposto, com fundamento nos artigos 282, § 5º, 316, 319 e 321, todos do Código de Processo Penal, revogo a prisão preventiva do réu JOSÉ TELES SOARES e concedo-lhe a LIBERDADE PROVISÓRIA VINCULADA, sob as seguintes condições: a) Monitoramento Eletrônico com raio de monitoração de 50 metros; b) Proibição de ausentar-se da comarca, sem prévia autorização judicial nos termos do artigo 319, inciso IV, do CPP; c) Botão do Pânico para a vítima. ADVIRTO o denunciado que, a "prisão preventiva também poderá ser decretada em caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas por força de outras medidas cautelares", assim como que o "juiz poderá revogar a medida cautelar ou substituí-la quando verificar a falta de motivo para que subsista, bem como voltar a decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem" - CPP, art. 312, parágrafo único,

e art. 282, §§ 4º e 5º, todos incluídos pela Lei n. 12.403, de 2011. Expeça-se o competente alvará de soltura, SALVO SE POR OUTRO MOTIVO DEVA PERMANECER PRESO, DEVENDO, POIS, A SECRETARIA DA VARA E A CADEIA PÚBLICA CERTIFICAR.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Tibério de Lucena Batista
Cod. Proc.: 7453 Nr: 1165-08.2004.811.0084
AÇÃO: Ação Civil Pública->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Vaner Mechi, Iraci Champi Mechi, E. D. V. de Araújo Combustível Ltda, R. L. ALENCAR EPP
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Valentin Peron - OAB:7524/MT
Vistos.
Conforme orientação do Ofício-Circular n. 91/2019-CCGJ, considerando que houve julgamento do RE 852.475, referente ao tema de repercussão geral 897, determino a intimação das partes para manifestarem nos autos requerendo o que entender de direito no prazo de 15 dias.
Cumpra-se.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1000366-20.2019.8.11.0084
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIULA MULLER OAB - PR22819-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ROSANGELA FERNANDES MODESTO MARCOSSI (EXECUTADO)
RAMONA FERNANDES (EXECUTADO)
Magistrado(s):
TIBERIO DE LUCENA BATISTA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE APIACÁS DECISÃO Processo: 1000366-20.2019.8.11.0084. EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL SA EXECUTADO: ROSANGELA FERNANDES MODESTO MARCOSSI, RAMONA FERNANDES Vistos. Preenchidos os requisitos legais, e estando as custas devidamente recolhidas, recebo a inicial. CITE-SE a parte executada para pagamento do débito indicado na inicial, no prazo de 3 (três) dias, contados da citação, nos termos do artigo 829 do Código de Processo Civil. Conste do mandado de citação que, não efetuado o pagamento no prazo legal, serão PENHORADOS e AVALIADOS os bens indicados pela parte exequente. Efetivada a constrição, LAVRE-SE o respectivo auto, intimando-se a parte executada no mesmo ato. Não encontrada a parte executada, deverá o Oficial de Justiça ARRESTAR-LHE tantos bens quantos bastem para garantir a execução, observando-se o regramento estabelecido pelo artigo 830, §§ 1º e 3º, do Código de Processo Civil. Conste do mandado que a parte executada poderá opor EMBARGOS, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data de juntada aos autos do mandado de citação devidamente cumprido, independentemente de penhora, depósito ou caução, tudo em conformidade com os artigos 914/915 do Código de Processo Civil. Fixo, desde já, honorários advocatícios em 10% (dez por cento) do valor da dívida, os quais serão reduzidos pela metade em caso de pagamento integral no prazo legal. Não efetuado o pagamento, munido da segunda via do mandado, o Oficial de Justiça procederá de imediato a penhora de bens, de acordo com a ordem de preferência descrita no artigo 835 do Novo Código de Processo Civil, e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, os executados (art. 829, § 1º, do Novo Código de Processo Civil) e, em caso de bens imóveis, também deverá ser intimado o cônjuge do executado (art. 835, § 3º, do Código de Processo Civil). Na execução de crédito com garantia hipotecária, pignoratícia ou anticrética, a penhora recairá, preferencialmente, sobre a coisa dada em garantia; se a coisa pertencer a terceiro garantidor, será também esse intimado da penhora (art. 835, §3º, do Novo Código de Processo Civil). Não encontrado os devedores, efetue o Sr. Oficial de Justiça o arresto de bens dos devedores suficientes para o pagamento do débito (art. 830 do Novo Código de Processo Civil), sendo que nos 10 dias seguintes à efetivação do arresto, o Sr. Oficial de Justiça deverá procurar os devedores por 2 vezes em dias distintos e, havendo suspeita de ocultação, realizará a citação por hora certa, certificando pormenorizadamente o ocorrido (art. 830, §1º, do Novo Código de Processo Civil). Incumbe a exequente requerer a citação por edital, uma vez frustradas a pessoal e a com hora certa (§2º, artigo 830 do CPC). Consigne-se no mandado de citação a faculdade prevista no artigo 916 do Código de Processo Civil. Defiro o pedido para que todas as intimações sejam publicadas em nome dos advogados dos advogados Gustavo Rodrigo Góes Nicoladelli – OAB/PR 56.918/OAB/MT 17.980 e Fabiula Müller Koenig – OAB/PR 22.819/OAB/MT 22165-A para que surtam seus legais e jurídicos efeitos, sob pena de nulidade. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Apiacás/MT, 12 de dezembro de 2019. TIBÉRIO DE LUCENA BATISTA Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000368-87.2019.8.11.0084
Parte(s) Polo Ativo:
SONIA MARIA DA CONCEICAO SOUSA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA PAULA CARVALHO MARTINS E SILVA MORENO OAB - MT0011206A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (RÉU)
Magistrado(s):
TIBERIO DE LUCENA BATISTA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE APIACÁS DECISÃO Processo: 1000368-87.2019.8.11.0084. AUTOR(A): SONIA MARIA DA CONCEICAO SOUSA RÉU: INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL Vistos. Trata-se de ação previdenciária - pedido de aposentadoria por idade rural c/c pedido de antecipação de tutela proposta por SONIA MARIA DA CONCEIÇÃO SOUSA em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS. A inicial veio instruída com documentos. É o relato do necessário. Decido. Almeja a autora a concessão de tutela provisória de urgência de seu pedido, para ser agraciada com o recebimento da aposentadoria a que julga fazer direito logo no início da demanda. Pois bem. Conforme a sistemática do novo Código de Processo Civil, a tutela provisória é gênero do qual são espécies: tutela de urgência, que se subdivide em tutela satisfativa (que o código denomina de antecipada) ou cautelar – sendo que ambas podem ser requeridas antecedente ou incidentalmente – e tutela de evidência. Isso é o que se dessume do disposto no art. 294 do CPC/2015, que classifica a tutela provisória de acordo com o fundamento que autoriza sua concessão: “Art. 294. A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência. Parágrafo único. A tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental.” Assim, pelo novo código, compete ao Magistrado verificar dois pressupostos para a concessão da tutela de urgência, quais sejam: a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Então, aqueles dois clássicos pressupostos da tutela de urgência (fumaça do bom direito e perigo da demora) foram agora transformados nos seguintes termos: probabilidade do direito e perigo ao resultado útil do processo. É o que está estabelecido no caput do art. 300 do CPC/2015: “Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1º Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.” Assim, na vigência do CPC/2015, não vislumbro, ao menos por ora, o preenchimento dos requisitos necessários para concessão da tutela de urgência pleiteada pela parte autora. É dizer, as provas colacionadas devem ser suficientes a calcar o Julgador de que não será tal tutela irreversível, devendo, pois, tais provas, serem inequívocas do alegado, sob pena de a parte contrária ser prejudicada. No caso em apreciação, trata-se de aposentadoria por idade rural, de maneira que entendo imprescindível a produção de prova testemunhal para fazer um juízo de valor seguro acerca do preenchimento, ou não, dos requisitos legais para a obtenção do benefício

de maneira que se faz temerária a concessão de tutela provisória (seja a de urgência ou de evidência) antes de encerrada a instrução processual. Por fim, sabe-se que a aposentadoria rural por idade somente poderá ser concedida mediante prova suficiente ou início razoável de prova material do exercício de atividade rural, corroborada por prova testemunhal. De mais a mais, em demandas desse talante, as provas colacionadas devem ser suficientes para que o Julgador, ao conceder a tutela provisória, tenha quase certeza de que se a demanda fosse julgada na ocasião, sairia a parte requerente vencedora, o que não é o caso, pois, para aferir se a autora têm o direito que alega, repito, provas deverão ser colhidas. Diante do breve exposto: 1) RECEBO a inicial em todos os seus termos, bem como, INDEFIRO a tutela provisória almejada. 2) Não obstante o interesse público defendido nas causas em que a Fazenda Pública e suas autarquias sejam parte não impeça a realização de acordos judiciais, não há uma discricionariedade ampla por parte do advogado público para fazer tais acordos de maneira que não é possível identificar, prima facie, se o presente feito seria passível de transação judicial, mormente quando o Ofício Circular AGU/PF-MT/DPREV nº 01/2016 pugnou pelo reconhecimento da desnecessidade de audiência de conciliação nos processos em que forem parte o INSS e demais autarquias federais. Assim, designar audiência na forma do caput do artigo 334 do CPC no presente feito, levando em consideração o objeto da causa somente contribuirá para o indesejável prolongamento do processo, em sentido diametralmente oposto ao trilhado pelo novo código, além de abarrotar a pauta de audiências de conciliação e mediação. Diante de tais considerações, DEIXO de designar audiência de conciliação nesta oportunidade, podendo fazê-lo, a qualquer momento, caso as partes manifestem interesse em se comporem. 2.1) Assim, CITE-SE o requerido, nas pessoas de seus representantes legais (artigo 242, § 3º, CPC), consignando o prazo de trinta (30) dias para oferecerem resposta, nos termos dos artigos 183 c/c 335, III e, ainda, com as advertências do artigo 344, todos do CPC. 3) Após o aporte de resposta aos autos, com ou sem a vinda dela, CERTIFIQUE-SE e façam os autos CONCLUSOS para os fins do artigo 347 do Código de Processo Civil. 4) DEFIRO os benefícios da Justiça Gratuita, diante da presunção de veracidade da afirmação da parte requerente (pessoas físicas) de que não possui recursos suficientes para pagar as custas e as despesas processuais, nos termos do § 3º, do artigo 99, do CPC. INTIMEM-SE. CUMPRA-SE, expedindo o necessário. Apiacás/MT, 12 de dezembro de 2019. Tibério de Lucena Batista Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000404-32.2019.8.11.0084
Parte(s) Polo Ativo:
VILMA LUCIA MOURA DE ARAUJO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA PAULA CARVALHO MARTINS E SILVA MORENO OAB - MT0011206A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (RÉU)
Magistrado(s):
TIBERIO DE LUCENA BATISTA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE APIACÁS DECISÃO Processo: 1000404-32.2019.8.11.0084. AUTOR(A): VILMA LUCIA MOURA DE ARAUJO RÉU: INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL Vistos. Trata-se de ação previdenciária - pedido de aposentadoria por idade rural c/c pedido de antecipação de tutela proposta por VILMA LUCIA MOURA DE ARAUJO em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS. A inicial veio instruída com documentos. É o relato do necessário. Decido. Almeja a autora a concessão de tutela provisória de urgência de seu pedido, para ser agraciada com o recebimento da aposentadoria a que julga fazer direito logo no início da demanda. Pois bem. Conforme a sistemática do novo Código de Processo Civil, a tutela provisória é gênero do qual são espécies: tutela de urgência, que se subdivide em tutela satisfativa (que o código denomina de antecipada) ou cautelar – sendo que ambas podem ser requeridas antecedente ou incidentalmente – e tutela de evidência. Isso é o que se dessume do disposto no art. 294 do CPC/2015, que classifica a tutela provisória de acordo com o fundamento que autoriza sua concessão: "Art. 294. A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência. Parágrafo único. A tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental." Assim, pelo novo código, compete ao Magistrado verificar dois pressupostos para a concessão da tutela de urgência, quais sejam: a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Então, aqueles dois clássicos pressupostos da tutela de urgência (fumaça do bom direito e perigo da demora) foram agora transformados nos seguintes termos: probabilidade do direito e perigo ao resultado útil do processo. É o que está estabelecido no caput do art. 300 do CPC/2015: "Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1º Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão." Assim, na vigência do CPC/2015, não vislumbro, ao menos por ora, o preenchimento dos requisitos necessários para concessão da tutela de urgência pleiteada pela parte autora. É dizer, as provas colacionadas devem ser suficientes a calcar o Julgador de que não será tal tutela irreversível, devendo, pois, tais provas, serem inequívocas do alegado, sob pena de a parte contrária ser prejudicada. No caso em apreciação, trata-se de aposentadoria por idade rural, de maneira que entendo imprescindível a produção de prova testemunhal para fazer um juízo de valor seguro acerca do preenchimento, ou não, dos requisitos legais para a obtenção do benefício de maneira que se faz temerária a concessão de tutela provisória (seja a de urgência ou de evidência) antes de encerrada a instrução processual. Por fim, sabe-se que a aposentadoria rural por idade somente poderá ser concedida mediante prova suficiente ou início razoável de prova material do exercício de atividade rural, corroborada por prova testemunhal. De mais a mais, em demandas desse talante, as provas colacionadas devem ser suficientes para que o Julgador, ao conceder a tutela provisória, tenha quase certeza de que se a demanda fosse julgada na ocasião, sairia a parte requerente vencedora, o que não é o caso, pois, para aferir se a autora têm o direito que alega, repito, provas deverão ser colhidas. Diante do breve exposto: 1) RECEBO a inicial em todos os seus termos, bem como, INDEFIRO a tutela provisória almejada. 2) Não obstante o interesse público defendido nas causas em que a Fazenda Pública e suas autarquias sejam parte não impeça a realização de acordos judiciais, não há uma discricionariedade ampla por parte do advogado público para fazer tais acordos de maneira que não é possível identificar, prima facie, se o presente feito seria passível de transação judicial, mormente quando o Ofício Circular AGU/PF-MT/DPREV nº 01/2016 pugnou pelo reconhecimento da desnecessidade de audiência de conciliação nos processos em que forem parte o INSS e demais autarquias federais. Assim, designar audiência na forma do caput do artigo 334 do CPC no presente feito, levando em consideração o objeto da causa somente contribuirá para o indesejável prolongamento do processo, em sentido diametralmente oposto ao trilhado pelo novo código, além de abarrotar a pauta de audiências de conciliação e mediação. Diante de tais considerações, DEIXO de designar audiência de conciliação nesta oportunidade, podendo fazê-lo, a qualquer momento, caso as partes manifestem interesse em se comporem. 2.1) Assim, CITE-SE o requerido, nas pessoas de seus representantes legais (artigo 242, § 3º, CPC), consignando o prazo de trinta (30) dias para oferecerem resposta, nos termos dos artigos 183 c/c 335, III e, ainda, com as advertências do artigo 344, todos do CPC. 3) Após o aporte de resposta aos autos, com ou sem a vinda dela, CERTIFIQUE-SE e façam os autos CONCLUSOS para os fins do artigo 347 do Código de Processo Civil. 4) DEFIRO os benefícios da Justiça Gratuita, diante da presunção de veracidade da afirmação da parte requerente (pessoas físicas) de que não possui recursos suficientes para pagar as custas e as despesas processuais, nos termos do § 3º, do artigo 99, do CPC. INTIMEM-SE. CUMPRA-SE, expedindo o necessário. Apiacás/MT, 12 de dezembro de 2019. Tibério de Lucena Batista Juiz de Direito

Sentença

Sentença Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 1000379-19.2019.8.11.0084
Parte(s) Polo Ativo:
ANA MARIA FERNANDES DE ANDRADE VINCENZI (EXEQUENTE)

Advogado(s) Polo Ativo:
ANA MARIA FERNANDES DE ANDRADE VINCENZI OAB - MT4931/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXECUTADO)
FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
TIBERIO DE LUCENA BATISTA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE APIACÁS SENTENÇA Processo: 1000379-19.2019.8.11.0084. EXEQUENTE: ANA MARIA FERNANDES DE ANDRADE VINCENZI EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO, FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO Vistos. Trata-se de execução de honorários proposta por Ana Maria Fernandes de Andrade Vincenzi em face do Estado de Mato Grosso, objetivando o recebimento do valor de R$: 10.533,61, em razão da atuação como advogada dativa. Ao id: 27244456, aportou-se pedido de desistência e, requerendo a extinção nos termos do art. 485, VIII do código de processo civil. É o relatório necessário. Fundamento. Decido. Compulsando os autos, verifico que, antes mesmo do recebimento da inicial, a parte autora apresentou pedido expresso de desistência da ação, pugnando pela extinção do feito. Nesse ponto, vale destacar que, não havido citação, torna-se desnecessária a anuência da parte requerida ao pedido de desistência da ação, conforme inteligência do artigo 485, §4º, do Código de Processo Civil. Desta maneira, acolho o pedido de desistência da ação formulado pela parte autora, homologando-o na forma do artigo 200, parágrafo único, do Código de Processo Civil, e, em consequência JULGO EXTINTO O PRESENTE FEITO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fundamento no artigo 485, inciso VIII do Código de Processo Civil. Sem custas. Transitada em julgado esta sentença, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Apiacás-MT, 12 de dezembro de 2019 Tibério de Lucena Batista Juiz de Direito

Comarca de Araputanga

Vara Única

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Renato José de Almeida Costa Filho
Cod. Proc.: 109969 Nr: 2493-86.2019.811.0038
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministério Público
PARTE(S) REQUERIDA(S): Diego Marques Cordeiro, Bruno dos Santos, Marcelo Damaso da Silva, Alisson Batista dos Santos, Jeferson Souza da Costa, John Lennon Candido da Silva, Egnaldo Araujo dos Santos, Diego Mariani de Souza, Bruno Ribeiro Luz, Amilton Bruno Inácio Martins, Valdeci Gonçalves da Silva
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Defensoria Pública - OAB:
(...) Ademais, o acusado encontra-se preso nos autos n. 2166-49.2016.811.0038 (70329) AÇÃO PENAL – PROCEDIMENTO RELATIVO AOS PROCESSOS DA COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI – CPP, art. 394, § 3º, incluído pela Lei n. 11.719/08, e 406 e ss., ajuizada MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO em desfavor de BRUNO RIBEIRO LUZ, atribuindo-lhe a prática do delito capitulado/descrito no art. 121, § 2º, II e IV, c/c art. 14, II, do CP, em relação a vítima ADRIANO SCARPAZZA, e no art. 14, caput, da Lei n. 10.826/2003 n/f do art. 69 do CP, em que foi proferida sentença, após ser julgado pelo Egrégio Tribunal do Juri.Isso posto, INDEFIRO o pedido de revogação da prisão preventiva decretada em desfavor do acusado pois presentes os fundamentos legais - arts. 312 e 313, do CPP -, sendo necessária para a garantia da ordem pública e conveniência da instrução criminal, ou seja, MANTENHO A PRISÃO do réu BRUNO RIBEIRO LUZ, pois não há nos autos fatos novos ou modificativos que autorizam sua liberação e não há fundamento diverso capaz de ensejar a mudança desse entendimento.Sem prejuízo disso DETERMINO a remessa dos autos para realização da audiência designada.Cumpra.Às providências.Intime o acusado e cientifique o(a) representante do Ministério Público e defesa técnica.Cumpra. As providências.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Renato José de Almeida Costa Filho
Cod. Proc.: 58274 Nr: 2109-02.2014.811.0038
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Maria Helena Campos Gonçalves
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional de Seguro Social - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Jair Roberto Marques - OAB:MT - 8969 B, Juliano Marques Ribeiro - OAB:MT - 8.973 - B, Paula Regina Cardoso - OAB:MT - 15506
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
(...) Foi designada AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, a ser conduzida pelo magistrado, para a produção da prova oral no dia 5 de dezembro de 2019, às 15h – NCPC, art. 357, V, contudo não se realizou pois não mais jurisdicionarei nesta Comarca de Araputanga-MT, bem como o magistrado substituto estar fisicamente em comarca diversa.Isso posto, DESIGNO AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, a ser conduzida pelo magistrado, para a produção da prova oral no dia 19 de março de 2020, às 13h – NCPC, art. 357, V,Consequentemente, DETERMINO que intime as partes, sendo a intimação do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, autarquia federal (pessoa jurídica de direito público), realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial, pessoalmente por carga, remessa ou meio eletrônico – NCPC, art. 183, caput e § 1º, art. 230 e 269, § 3º – e da parte autora/requerente através do seu(sua) advogado(a) constituído(a) – NCPC, art. 269 e ss. -, da data agendada e para que, caso não tenham feito, apresentem rol de testemunhas no prazo comum de 15 (quinze) dias – NCPC, art. 357, §4º –, que conterá, sempre que possível, o nome, a profissão, o estado civil, a idade, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas, o número de registro de identidade e o endereço completo da residência e do local de trabalho - NCPC, art. (...).

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Renato José de Almeida Costa Filho
Cod. Proc.: 60720 Nr: 664-12.2015.811.0038
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministério Público
PARTE(S) REQUERIDA(S): Alexandre Moreira de Souza
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Oswaldo Alvarez de Campos Junior - OAB:MT - 6.702, Rodrigo Francisco de Souza - OAB:MT - 19474
(...) .Isso posto, diante da ausência de justa causa para o prosseguimento da ação, um dos elementos do interesse de agir e, com a finalidade de evitar o dispêndio de tempo e o desgaste da Justiça Pública com um processo que, inevitavelmente, perderia sua utilidade, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de ALEXANDRE MOREIRA DE SOUZA, por reconhecer, ex ofício – CPP, art. 61 –, em virtude de ter ocorrido a PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL, tudo com fundamento no art. 107, IV, c/c art. 109, V, todos do CP.Sem taxas, despesas, custas processuais e honorários advocatícios, sendo isento do pagamento de emolumentos despesas e custas o Ministério Público, nos atos de ofício - Lei Estadual n. 7.603/2001, art. 3º, IV.Transitada em julgado, arquive com as baixas e anotações devidas.Ciência ao Ministério Público e à Defensoria Pública/Advogado.Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - "Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI",P. I. Cumpra.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Renato José de Almeida Costa Filho
Cod. Proc.: 102233 Nr: 2420-51.2018.811.0038
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministério Público
PARTE(S) REQUERIDA(S): Julio Cesar Nunes, Jovane Santana de Campos, Rosana Alcides Barbosa, Rannyel Lucas Dourado Silva, Ronilson Poquiviqui de Arruda
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Anderson Rogério Grahl - OAB:MT/ 10.565, Defensoria Pública - OAB:, Thiago Cruz Furlanetto

Garcia Barbosa - OAB:13607/MT

(...) Outrossim, os autos encontra-se na fase de prolatação de sentença, pendentes alegações finais da corré ROSANA ALCIDES BARBOSA, momento em que será analisada a prisão considerando o disposto no CPP, art. 387, § 2º.Sendo assim, resta justificado o decreto da prisão preventiva para garantia da ordem pública, não sendo o caso de aplicar qualquer das medidas cautelares diversas da prisão elencadas no art. 319 do CPP, uma vez que insuficientes e inadequadas – art. 282, II c/c art. 310, II, ambos do CPP.Isso posto, INDEFIRO o pedido de revogação da prisão preventiva decretada em desfavor do acusado pois presentes os fundamentos legais - arts. 312 e 313, do CPP -, sendo necessária para a garantia da ordem pública e conveniência da instrução criminal, ou seja, MANTENHO A PRISÃO do réu JULIO CESAR NUNES, pois não há nos autos fatos novos ou modificativos que autorizam sua liberação e não há fundamento diverso capaz de ensejar a mudança desse entendimento.Intime o acusado e cientifique o(a) representante do Ministério Público e defesa técnica.Por fim, DETERMINO que intime a ré ROSANA ALCIDES BARBOSA, pessoalmente, quem deverá ser indagado(a) possuir condições de constituir advogado nos autos ou se pretende a nomeação de Advogado dativo/Defensor(a) Público(a) para patrocinar a sua defesa.Após, volte os autos conclusos.Cumpra.Às providências.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 12692 Nr: 764-16.2005.811.0038
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MARC
PARTE(S) REQUERIDA(S): INdSS-I
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Jair Roberto Marques - OAB:MT - 8969 B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Intimação da parte autora para, no prazo legal, manifestar nos autos, requerendo o que entender de direito.

Juizado Especial Cível e Criminal

Intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000075-95.2018.8.11.0038
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA DE LURDES MORAES BARBOSA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEONARDO ANDRADE ZUCHETTI OAB - MT22584/O (ADVOGADO(A))
NAYRA RINALDI BENTO OAB - MT23194/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EDNA ALVES DA SILVA - ME (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ARAPUTANGA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DA FAZENDA RUA CASTELO BRANCO, S/N, CENTRO, ARAPUTANGA - MT - CEP: 78260-000 Processo n. 1000075-95.2018.8.11.0038 REQUERENTE: MARIA DE LURDES MORAES BARBOSA REQUERIDO: EDNA ALVES DA SILVA - ME PROJETO DE SENTENÇA Visto e bem examinado. Dispensado o relatório - Lei n. 9.099/1995, art. 38, caput. Trato de AÇÃO RECLAMATÓRIA– rito da Lei n. 9.099/1995 -, tendo como partes MARIA DE LURDES MORAES BARBOSA em desfavor de EDNA ALVES DA SILVA - ME, em que aquela deixou o prazo para se manifestar transcorrer in albis e abandonou o processo. Decido. A parte reclamante deixou de promover os atos que lhe competia, ocasionando o abandono da causa por mais de 30 (trinta) dia, fato que impõe, inevitavelmente, a extinção, uma vez que o Poder Judiciário atual, especialmente a Justiça Estadual que tem ampla competência, não pode manter uma estrutura para tramitar processos que nem mesmo as partes fazem valer a importância da lide/interesse. O abandono processual é causa de extinção de processo – CPC, art. 267, III/NCPC, art. 485, III - e, por se tratar de processo sujeito ao disposto na Lei n. 9.099/1995, é inaplicável o art. 267, § 1º, do CPC/NCPC, 485, § 1º, em face do art. 51, § 1º, daquela lei especial que regula os juizados, conforme entendimento doutrinário (CHIMENTI, Ricardo Cunha. Teoria e pratica dos juizados especiais cíveis. 5. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2003. p. 267; FIGUEIRA JUNIOR, Joel Dias; TOURINHO NETO, Fernando da Costa. Juizados especiais estaduais cíveis e criminais: comentários a Lei n. 9.099/1995. 5. ed. rev. atual e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. p. 333). Nesses termos, igualmente precedente decisório, in verbis: RECURSO INOMINADO. EXTINÇÃO DO PROCESSO POR ABANDONO DO AUTOR. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL. INAPLICABILIDADE DO ART. 267, § 1.º DO CPC E DA SÚMULA N.º 240 DO STJ NO ÂMBITO DOS JUIZADOS ESPECIAIS. INTELIGÊNCIA DO ART. 51, § 1.º DA LEI FEDERAL N.º 9.099/1995. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. RELATÓRIO EM SESSÃO. VOTO: Inicialmente, conheço do Recurso Inominado, considerando-se a presença dos pressupostos extrínsecos e intrínsecos de admissibilidade. No mérito, a sentença não merece ser reformada. Na espécie, o processo foi suspenso a pedido das partes por 30 (trinta) dias. Decorrido o prazo, o juízo de origem extinguiu o processo sem resolução de mérito, sem determinar prévia intimação do advogado da exequente, nem sua intimação pessoal. Veja-se que o § 1.º do art. 51 da Lei dos Juizados Especiais estabelece que ?a extinção do processo independerá, em qualquer hipótese, de prévia intimação pessoal das partes?. Assim, tem-se que o art. 267, § 1.º do CPC e a Súmula n.º 240 do STJ não são aplicados no âmbito dos Juizados Especiais, não havendo necessidade intimação pessoal da exequente para dar prosseguimento à execução. DO EXPOSTO, conheço do recurso e nego-lhe provimento, para o fim específico de manter a sentença recorrida. DISPOSITIVO O julgamento foi presidido por mim, Fernando Swain Ganem, Juiz Relator Designado, seguido pelo eminente Juiz Aldemar Sternadt e pelo eminente Juiz Vinícius de Mattos Magalhães (relator vencido). Curitiba, 26 de junho de 2015. Fernando Swain Ganem, Juiz Relator Designado. O julgamento foi presidido por mim, Fernando Swain Ganem, Juiz Relator Designado, seguido pelo eminente Juiz Aldemar Sternadt e pelo eminente Juiz Vinícius de Mattos Magalhães (relator vencido (TJPR - 1ª Turma Recursal - 0001263-68.2012.8.16.0182/0 - Curitiba - Rel.: VinÃ-cius de Mattos MagalhÃ£es - Rel.Desig. p/ o Acórdão: Fernando Swain Ganem - - J. 30.06.2015)". (TJ-PR - RI: 00012636820128160182 0 PR 0001263-68.2012.8.16.0182/0 (Acórdão), Relator: Fernando Swain Ganem, Data de Julgamento: 30/06/2015, 1ª Turma Recursal, Data de Publicação: 10/07/2015) Portanto, o § 1º do art. 51 da Lei n. 9.099/1995 preceitua que a extinção do processo independerá, em qualquer hipótese, de previa intimação pessoal da parte, cuja aplicação do Código Processual Civil é subsidiária e não incide nas circunstâncias em que há regramento específico naquela especial. Isso posto, EXTINGO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO nos termos do artigo 485, III c/c Lei n. 9.099/1995, art. 51, § 1º. Sem taxas, despesas, custas processuais e honorários advocatícios - Lei n. 9.099/95, arts. 54 e 55 c/c Lei n. 12.153/09, art. 27. Por força da legislação especial, não haverá/não sujeita a reexame necessário – Lei n. 12.153/09, art. 11. Transitada em julgado, proceda com as baixas necessárias e arquive. P. I. Cumpra. À submissão do Juiz de Direito para fins do disposto no artigo 40 da Lei n° 9.099/95. Aisi Anne Lima Tiago Juíza Leiga _____ Visto e bem examinado. Trato de AÇÃO DE CONHECIMENTO – rito da Lei n. 9.099/1995 -, em que o(a) Juiz(a) Leigo(a) da Comarca proferiu o seu PROJETO DE SENTENÇA nos autos, o texto foi aprovado e já disponibilizado, razão pela qual HOMOLOGO para que passe a produzir os efeitos legais de SENTENÇA – Lei n. 9.099/1995, art. 40 -, cujo eventual prazo decorre da intimação. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - "Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI", P. I. Cumpra. Araputanga-MT, 11 de dezembro de 2019. (assinado digitalmente) Renato J. de A. C. Filho Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000075-95.2018.8.11.0038
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA DE LURDES MORAES BARBOSA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEONARDO ANDRADE ZUCHETTI OAB - MT22584/O (ADVOGADO(A))
NAYRA RINALDI BENTO OAB - MT23194/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EDNA ALVES DA SILVA - ME (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ARAPUTANGA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DA FAZENDA RUA CASTELO BRANCO, S/N, CENTRO, ARAPUTANGA - MT - CEP: 78260-000 Processo n. 1000075-95.2018.8.11.0038 REQUERENTE: MARIA DE LURDES

MORAES BARBOSA REQUERIDO: EDNA ALVES DA SILVA - ME PROJETO DE SENTENÇA Visto e bem examinado. Dispensado o relatório - Lei n. 9.099/1995, art. 38, caput. Trato de AÇÃO RECLAMATÓRIA– rito da Lei n. 9.099/1995 -, tendo como partes MARIA DE LURDES MORAES BARBOSA em desfavor de EDNA ALVES DA SILVA - ME, em que aquela deixou o prazo para se manifestar transcorrer in albis e abandonou o processo. Decido. A parte reclamante deixou de promover os atos que lhe competia, ocasionando o abandono da causa por mais de 30 (trinta) dia, fato que impõe, inevitavelmente, a extinção, uma vez que o Poder Judiciário atual, especialmente a Justiça Estadual que tem ampla competência, não pode manter uma estrutura para tramitar processos que nem mesmo as partes fazem valer a importância da lide/interesse. O abandono processual é causa de extinção de processo – CPC, art. 267, III/NCPC, art. 485, III - e, por se tratar de processo sujeito ao disposto na Lei n. 9.099/1995, é inaplicável o art. 267, § 1º, do CPC/NCPC, 485, § 1º, em face do art. 51, § 1º, daquela lei especial que regula os juizados, conforme entendimento doutrinário (CHIMENTI, Ricardo Cunha. Teoria e pratica dos juizados especiais cíveis. 5. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2003. p. 267; FIGUEIRA JUNIOR, Joel Dias; TOURINHO NETO, Fernando da Costa. Juizados especiais estaduais cíveis e criminais: comentários a Lei n. 9.099/1995. 5. ed. rev. atual e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. p. 333). Nesses termos, igualmente precedente decisório, in verbis: RECURSO INOMINADO. EXTINÇÃO DO PROCESSO POR ABANDONO DO AUTOR. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL. INAPLICABILIDADE DO ART. 267, § 1.º DO CPC E DA SÚMULA N.º 240 DO STJ NO ÂMBITO DOS JUIZADOS ESPECIAIS. INTELIGÊNCIA DO ART. 51, § 1.º DA LEI FEDERAL N.º 9.099/1995. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. RELATÓRIO EM SESSÃO. VOTO: Inicialmente, conheço do Recurso Inominado, considerando-se a presença dos pressupostos extrínsecos e intrínsecos de admissibilidade. No mérito, a sentença não merece ser reformada. Na espécie, o processo foi suspenso a pedido das partes por 30 (trinta) dias. Decorrido o prazo, o juízo de origem extinguiu o processo sem resolução de mérito, sem determinar prévia intimação do advogado da exequente, nem sua intimação pessoal. Veja-se que o § 1.º do art. 51 da Lei dos Juizados Especiais estabelece que ?a extinção do processo independerá, em qualquer hipótese, de prévia intimação pessoal das partes?. Assim, tem-se que o art. 267, § 1.º do CPC e a Súmula n.º 240 do STJ não são aplicados no âmbito dos Juizados Especiais, não havendo necessidade intimação pessoal da exequente para dar prosseguimento à execução. DO EXPOSTO, conheço do recurso e nego-lhe provimento, para o fim específico de manter a sentença recorrida. DISPOSITIVO O julgamento foi presidido por mim, Fernando Swain Ganem, Juiz Relator Designado, seguido pelo eminente Juiz Aldemar Sternadt e pelo eminente Juiz Vinícius de Mattos Magalhães (relator vencido). Curitiba, 26 de junho de 2015. Fernando Swain Ganem, Juiz Relator Designado. O julgamento foi presidido por mim, Fernando Swain Ganem, Juiz Relator Designado, seguido pelo eminente Juiz Aldemar Sternadt e pelo eminente Juiz Vinícius de Mattos Magalhães (relator vencido (TJPR - 1ª Turma Recursal - 0001263-68.2012.8.16.0182/0 - Curitiba - Rel.: VinÃ-cius de Mattos MagalhÃ£es - Rel.Desig. p/ o Acórdão: Fernando Swain Ganem - - J. 30.06.2015)". (TJ-PR - RI: 00012636820128160182 0 PR 0001263-68.2012.8.16.0182/0 (Acórdão), Relator: Fernando Swain Ganem, Data de Julgamento: 30/06/2015, 1ª Turma Recursal, Data de Publicação: 10/07/2015) Portanto, o § 1º do art. 51 da Lei n. 9.099/1995 preceitua que a extinção do processo independerá, em qualquer hipótese, de previa intimação pessoal da parte, cuja aplicação do Código Processual Civil é subsidiária e não incide nas circunstâncias em que há regramento específico naquela especial. Isso posto, EXTINGO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO nos termos do artigo 485, III c/c Lei n. 9.099/1995, art. 51, § 1º. Sem taxas, despesas, custas processuais e honorários advocatícios - Lei n. 9.099/95, arts. 54 e 55 c/c Lei n. 12.153/09, art. 27. Por força da legislação especial, não haverá/não sujeita a reexame necessário – Lei n. 12.153/09, art. 11. Transitada em julgado, proceda com as baixas necessárias e arquive. P. I. Cumpra. À submissão do Juiz de Direito para fins do disposto no artigo 40 da Lei n° 9.099/95. Aisi Anne Lima Tiago Juíza Leiga _____ Visto e bem examinado. Trato de AÇÃO DE CONHECIMENTO – rito da Lei n. 9.099/1995 -, em que o(a) Juiz(a) Leigo(a) da Comarca proferiu o seu PROJETO DE SENTENÇA nos autos, o texto foi aprovado e já disponibilizado, razão pela qual HOMOLOGO para que passe a produzir os efeitos legais de SENTENÇA – Lei n. 9.099/1995, art. 40 -, cujo eventual prazo decorre da intimação. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - "Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI", P. I. Cumpra. Araputanga-MT, 11 de dezembro de 2019. (assinado digitalmente) Renato J. de A. C. Filho Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1001048-16.2019.8.11.0038
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO PAULO DUARTE BRANDAO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCEL SANTOS MARTINEZ OAB - MS23321 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JONES DA SILVA OLIVEIRA (EXECUTADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ARAPUTANGA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DA FAZENDA RUA CASTELO BRANCO, S/N, CENTRO, ARAPUTANGA - MT - CEP: 78260-000 Processo n. 1001048-16.2019.8.11.0038 EXEQUENTE: JOAO PAULO DUARTE BRANDAO EXECUTADO: JONES DA SILVA OLIVEIRA Visto e bem examinado. Trato de AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - rito da Lei n. 9.099/1995, art. 53, caput, c/c NCPC - com pedido de citação da parte devedora/executada para pagamento da dívida/quantia certa. É o necessário. Decido de forma sucinta e objetivamente fundamentada – CRFB/88, art. 93, IX -, diante da excessiva quantidade de feitos em andamento sob a responsabilidade do magistrado subscrevente, bem como metas diversas de produtividade impostas e a serem cumpridas. Preenchidos aparentemente os requisitos, recebo a petição inicial com seus documentos – art. 14 e ss. da Lei n. 9.099/1995 – e DETERMINO que cite o(s) devedor(es) executado(s) para, no prazo de 3 (três) dias, contado da citação, efetuar(em) o pagamento da dívida - NCPC, art. 829 -, sob pena de lhe ser(em) penhorado(s) bens coercitivamente - Lei n. 9.099/1995, art. 53, caput, c/c NCPC, art. 829, §1º. Não mais é defeso/proibido que a citação do(s) devedor(es) seja feita pelo correio – NCPC, art. 247. Citado(s) o(s) devedor(es)/executado(s) e não havendo pagamento da dívida no prazo suso ou nomeação de bens à penhora, a requerimento expresso do(s) credor(es)/exequente(s), sem dar ciência prévia do ato ao(s) devedor(es)/executado(s), – NCPC, art. 854 e ss. - - com a indicação do número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do devedor, volte-me concluso para requisitar do Banco Central, via sistema BACENJUD 2.0, informações sobre a existência de ativos em nome deste e determinar, no mesmo ato, a sua indisponibilidade, até o valor indicado na execução – penhora on-line -, ou pesquisar a existência de veículos no DETRAN, via sistema RENAJUD. Inexistente(s) esse(s), expedir-se-á mandado e o(a) Oficial(a) de Justiça procederá de imediato à penhora de bem(s), onde se encontrem, ainda que sob a posse, a detenção ou a guarda de terceiros – NCPC, art. 845 -, e a sua(s) avaliação(ões), que constará de vistoria e de laudo anexados ao auto de penhora com a especificação dos bens, com suas características, e o estado em que se encontram, bem como o seu valor – NCPC, art. 870 e ss. -, removendo-o(s) no mesmo ato, se possível, e depositando esse(s) bem(ns) penhorado(s) com a parte credora/exequente, por não haver depositário judicial – NCPC, art. 840, II e § 1º -, salvo nos casos de difícil remoção ou quando anuir o credor/exequente, hipótese em que poderá ser depositada com o devedor/executado – NCPC, art. 840, § 2º -, ressaltando que os bens que guarnecem a residência do devedor, desde que não essenciais a habitabilidade, são penhoráveis – Enunciado n. 14 do FONAJE. O(a) OJA, quando não encontrar bens penhoráveis, independentemente de determinação judicial expressa, deverá descrever na certidão os bens que guarnecem a residência ou o estabelecimento do executado, quando este for pessoa jurídica, bem como nomear o devedor/executado ou seu representante legal como depositário provisório de tais bens listados, até ulterior determinação do magistrado – NCPC, art. 836, § 1º e § 2º. Esclareço que, para presunção absoluta de conhecimento por terceiros, cabe ao exequente providenciar a averbação do arresto ou da penhora no registro competente, mediante apresentação de cópia do auto ou do termo, independentemente de mandado judicial – NCPC, art. 844. Efetuada a penhora – penhora, avaliação e depósito -, o(s) devedor(es) será(ão) INTIMADO(S) - por qualquer meio idôneo de comunicação – Lei n. 9.099/1995, art. 19 e NCPC, art. 841 e §§ - PARA APRESENTAR(EM) EMBARGOS POR ESCRITO NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS - NCPC, art. 915 - da(s) intimação(ões) da(s) penhora(s) ou data de eventual depósito

espontâneo, sendo prescindível a designação de audiência de conciliação - §§ do art. 53 da Lei n. 9.099/1995 -, como forma de imprimir ritmo procedimental mais célere e melhor administrar o volume de processos e a pauta da Comarca, o que faço com fundamento no art. 125, II, do CPC/NCPC, art. 4º. As intimações no Juizado Especial serão feitas na forma prevista para a citação ou por qualquer outro MEIO IDÔNEO DE COMUNICAÇÃO – Lei n. 9.099/1995, art. 19 -, sendo que nas realizadas por telefone, deverá certificar qual o número chamado, o dia, o horário, a pessoa com quem falou e, em resumo, o teor da comunicação e da respectiva resposta, além de outras informações pertinentes – art. 911 da CNGC. Em atenção aos termos da CGJ, art. 917 e ss., a realização dessa intimação das instituições públicas ou privadas cadastradas deverá ser realizada de FORMA ELETRÔNICA. Nos locais atendidos e não se tratando da hipótese suso mencionada, far-se-á por CORRESPONDÊNCIA/CORREIO, com aviso de recebimento em mão própria (ARMP) e considerar-se-á feita na data da entrega da carta no endereço – art. 909 da CNGC. No prazo para embargos, reconhecendo o crédito e comprovado o depósito de 30% (trinta por cento) do valor da execução, poderá a parte devedora/executada requerer seja admitido a pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de juros de 1% (um por cento) ao mês – NCPC, art. 916 e §§. Oportunamente, se necessário e caso haja interesse das partes manifestada de forma expressa, audiência de conciliação será designada. Não apresentados os embargos, ou julgados improcedentes, qualquer das partes poderá requerer ao magistrado a adoção de uma das alternativas do § 2º do art. 53 da Lei n. 9.099/1995. Não solucionada a lide ou requerida a adjudicação – NCPC, art. 876 e ss. -, INTIME o(s) credor(es)/exequente(s) para manifestar(em) se deseja(m) promover a alienação dos bens constritos, por sua própria iniciativa ou por intermédio de corretor credenciado perante a autoridade judiciária – NCPC, art. 880 e art. 1.004, § 4º, da CNGC. Cumpra, expedindo o necessário. Às providências. Araputanga-MT, 11 de dezembro de 2019. (assinado digitalmente) Renato J. de A. C. Filho Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000394-29.2019.8.11.0038
Parte(s) Polo Ativo:
LOTERICA INDIAVAI LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FRANCISCO DE ASSIS RAMALHO ARAUJO OAB - MT3642-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CAIXA SEGURADORA S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DANIELA CRISTINA VAZ PATINI OAB - MT11660-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ARAPUTANGA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DA FAZENDA RUA CASTELO BRANCO, S/N, CENTRO, ARAPUTANGA - MT - CEP: 78260-000 Processo n. 1000394-29.2019.8.11.0038 REQUERENTE: LOTERICA INDIAVAI LTDA - ME REQUERIDO: CAIXA SEGURADORA S/A PROJETO DE SENTENÇA Visto e bem examinado. Dispensado o relatório – Lei n. 9.099/1995, art. 38, caput. Trata-se de AÇÃO INDENIZATÓRIA proposta por LOTERICA INDIAVAI LTDA - ME em face de CAIXA SEGURADORA S/A. As sentenças nos Juizados Especiais obedecerão aos limites traçados no artigo 2º e artigo 38 da Lei nº 9.099/95, c.c artigo 1.046, parágrafos 2º e 4º do CPC e Enunciados nº 161 e 162 do FONAJE. Decido. Rejeito a alegação de revelia, haja vista que a reclamada estava devidamente representada na audiência de conciliação. Passo a análise do mérito. A solução do litígio não demanda muito esforço, pois, pela regra do Código de Processo Civil (art. 373, I e II do CPC), compete ao autor provar o fato constitutivo do seu direito e ao réu fato modificativo, impeditivo ou extintivo do referido direito. Narra que a lotérica foi furtada em 29/3/2019 e acionou a seguradora, contudo o pedido extrajudicial foi negado porque os valores estavam dentro do Terminal fora do horário do expediente, diverso das condições especiais do seguro, que exige a guarda nos cofres-fortes e/ou caixas-fortes, cláusulas as quais afirma não conter na apólice de seguro enviada. Em análise aos elementos e circunstâncias que envolvem a controvérsia, tenho que não assiste razão a Reclamante. Verifico que a autora afirma em sua peça inicial que seu estabelecimento foi furtado, sendo levado valores que estavam dentro do terminal, os quais afirma que devem ser restituídos pela seguradora. Contudo, em analise aos documentos anexados aos autos é possível verificar que o contrato de seguro é expresso no sentido que, “fora do expediente da casa lotérica, apenas estão cobertos pelo seguro os valores que estejam guardados dentro do cofre existente na lotérica, desde que este esteja devidamente fechado à chave de segurança e/ou segredo e o arrombamento do cofre fique definitivamente comprovado na forma do item 2.2”. Desta feita, conforme informado pelo autor e ainda nos laudos juntados aos autos, os valores furtados estavam em local diverso do cofre, bem como não era horário de expediente, portanto, em desacordo as cláusulas do contrato. Ainda no que se refere ao dano material com danos causados pelo furto, o autor não faz prova de que tal ressarcimento possui cobertura no contrato entabulado, portanto, indefiro. Dessa forma, a parte autora não se desincumbiu de seu ônus, nos termos do artigo 373, inciso I do Código de Processo Civil. No que concerne à reparação do dano, em se tratando de pessoa jurídica, restou sedimentado na Súmula nº 227 do colendo Superior Tribunal de Justiça, que a pessoa jurídica pode sofrer dano moral. Todavia, sua configuração depende da cabal demonstração do abalo da imagem da parte supostamente ofendida, no meio em que desempenha as suas atividades ou, em outras palavras, que o seu "bom nome" seja negativamente afetado - honra objetiva, o que no presente não restou demonstrado. Nessa senda, entendo que as provas e demais argumentos retratados nos autos não comprovam a ocorrência de danos ao bom nome da requerente. Ante o exposto, RESOLVO O MÉRITO da demanda com base no artigo 487, inciso I, do CPC, para JULGAR IMPROCEDENTE os pedidos da parte autora. Sem taxas, despesas, custas processuais e honorários advocatícios - Lei n. 9.099/1995, arts. 54 e 55. Transitada em julgado, ao arquivo, com as devidas baixas. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - “Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI”, P. I. Cumpra. À submissão do(a) Juiz(a) de Direito para fins do disposto no artigo 40 da Lei n° 9.099/95. Aisi Anne Lima Tiago Juíza Leiga _____ Visto e bem examinado. Trato de AÇÃO DE CONHECIMENTO – rito da Lei n. 9.099/1995 -, em que o(a) Juiz(a) Leigo(a) da Comarca proferiu o seu PROJETO DE SENTENÇA nos autos, o texto foi aprovado e já disponibilizado, razão pela qual HOMOLOGO para que passe a produzir os efeitos legais de SENTENÇA – Lei n. 9.099/1995, art. 40 -, cujo eventual prazo decorre da intimação. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - “Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI”, P. I. Cumpra. Araputanga-MT, 11 de dezembro de 2019. (assinado digitalmente) Renato J. de A. C. Filho Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000394-29.2019.8.11.0038
Parte(s) Polo Ativo:
LOTERICA INDIAVAI LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FRANCISCO DE ASSIS RAMALHO ARAUJO OAB - MT3642-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CAIXA SEGURADORA S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DANIELA CRISTINA VAZ PATINI OAB - MT11660-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ARAPUTANGA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DA FAZENDA RUA CASTELO BRANCO, S/N, CENTRO, ARAPUTANGA - MT - CEP: 78260-000 Processo n. 1000394-29.2019.8.11.0038 REQUERENTE: LOTERICA INDIAVAI LTDA - ME REQUERIDO: CAIXA SEGURADORA S/A PROJETO DE SENTENÇA Visto e bem examinado. Dispensado o relatório – Lei n. 9.099/1995, art. 38, caput. Trata-se de AÇÃO INDENIZATÓRIA proposta por LOTERICA INDIAVAI LTDA - ME em face de CAIXA SEGURADORA S/A. As sentenças nos Juizados Especiais obedecerão aos limites traçados no artigo 2º e artigo 38 da Lei nº 9.099/95, c.c artigo 1.046, parágrafos 2º e 4º do CPC e Enunciados nº 161 e 162 do FONAJE. Decido. Rejeito a alegação de revelia, haja vista que a reclamada estava devidamente representada na audiência de conciliação. Passo a análise do mérito. A solução do litígio não demanda muito esforço, pois, pela regra do Código de Processo Civil (art. 373, I e II do CPC), compete ao autor provar o fato constitutivo do seu direito e ao réu fato modificativo, impeditivo ou extintivo do referido direito. Narra que a lotérica foi furtada em 29/3/2019 e acionou a seguradora, contudo o pedido extrajudicial foi negado porque os valores estavam dentro do Terminal fora do horário do expediente, diverso das condições

especiais do seguro, que exige a guarda nos cofres-fortes e/ou caixas-fortes, cláusulas as quais afirma não conter na apólice de seguro enviada. Em análise aos elementos e circunstâncias que envolvem a controvérsia, tenho que não assiste razão a Reclamante. Verifico que a autora afirma em sua peça inicial que seu estabelecimento foi furtado, sendo levado valores que estavam dentro do terminal, os quais afirma que devem ser restituídos pela seguradora. Contudo, em analise aos documentos anexados aos autos é possível verificar que o contrato de seguro é expresso no sentido que, "fora do expediente da casa lotérica, apenas estão cobertos pelo seguro os valores que estejam guardados dentro do cofre existente na lotérica, desde que este esteja devidamente fechado à chave de segurança e/ou segredo e o arrombamento do cofre fique definitivamente comprovado na forma do item 2.2". Desta feita, conforme informado pelo autor e ainda nos laudos juntados aos autos, os valores furtados estavam em local diverso do cofre, bem como não era horário de expediente, portanto, em desacordo as cláusulas do contrato. Ainda no que se refere ao dano material com danos causados pelo furto, o autor não faz prova de que tal ressarcimento possui cobertura no contrato entabulado, portanto, indefiro. Dessa forma, a parte autora não se desincumbiu de seu ônus, nos termos do artigo 373, inciso I do Código de Processo Civil. No que concerne à reparação do dano, em se tratando de pessoa jurídica, restou sedimentado na Súmula nº 227 do colendo Superior Tribunal de Justiça, que a pessoa jurídica pode sofrer dano moral. Todavia, sua configuração depende da cabal demonstração do abalo da imagem da parte supostamente ofendida, no meio em que desempenha as suas atividades ou, em outras palavras, que o seu "bom nome" seja negativamente afetado - honra objetiva, o que no presente não restou demonstrado. Nessa senda, entendo que as provas e demais argumentos retratados nos autos não comprovam a ocorrência de danos ao bom nome da requerente. Ante o exposto, RESOLVO O MÉRITO da demanda com base no artigo 487, inciso I, do CPC, para JULGAR IMPROCEDENTE os pedidos da parte autora. Sem taxas, despesas, custas processuais e honorários advocatícios - Lei n. 9.099/1995, arts. 54 e 55. Transitada em julgado, ao arquivo, com as devidas baixas. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - "Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI", P. I. Cumpra. À submissão do(a) Juiz(a) de Direito para fins do disposto no artigo 40 da Lei n° 9.099/95. Aisi Anne Lima Tiago Juíza Leiga _____ Visto e bem examinado. Trato de AÇÃO DE CONHECIMENTO – rito da Lei n. 9.099/1995 -, em que o(a) Juiz(a) Leigo(a) da Comarca proferiu o seu PROJETO DE SENTENÇA nos autos, o texto foi aprovado e já disponibilizado, razão pela qual HOMOLOGO para que passe a produzir os efeitos legais de SENTENÇA – Lei n. 9.099/1995, art. 40 -, cujo eventual prazo decorre da intimação. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - "Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI", P. I. Cumpra. Araputanga-MT, 11 de dezembro de 2019. (assinado digitalmente) Renato J. de A. C. Filho Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000414-20.2019.8.11.0038
Parte(s) Polo Ativo:
OSWALDO ALVAREZ DE CAMPOS JUNIOR (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
OSWALDO ALVAREZ DE CAMPOS JUNIOR OAB - MT6702-O (ADVOGADO(A))
RODRIGO FRANCISCO DE SOUZA OAB - MT0019474A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO CETELEM S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MT14992-S (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ARAPUTANGA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DA FAZENDA RUA CASTELO BRANCO, S/N, CENTRO, ARAPUTANGA - MT - CEP: 78260-000 Processo n. 1000414-20.2019.8.11.0038 INTERESSADO: OSWALDO ALVAREZ DE CAMPOS JUNIOR REQUERIDO: BANCO CETELEM S.A. PROJETO DE SENTENÇA Visto e bem examinado. Dispensado o relatório – Lei n. 9.099/1995, art. 38, caput. Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS proposta por OSWALDO ALVAREZ DE CAMPOS JUNIOR em face de BANCO CETELEM S.A. As sentenças nos Juizados Especiais obedecerão aos limites traçados no artigo 2º e artigo 38 da Lei nº 9.099/95, c.c artigo 1.046, parágrafos 2º e 4º do CPC e Enunciados nº161 e 162 do FONAJE. Decido. Presentes as condições da ação e os pressupostos processuais de existência e validade, inexistindo quaisquer nulidades ou irregularidades que devam ser declaradas ou sanadas, bem como preliminares ou questões prévias que pendam de apreciação e permitindo a hipótese o julgamento imediato da lide, passo a analisar o mérito. Aduz o autor que o Banco requerido, inscreveu o nome do requerente ao SPC/SERASA, lhe causando prejuízos ao seu direito creditício. Por outro lado, na peça contestatória, a parte ré defende a regularidade do débito, não havendo danos a serem indenizados. Por fim, pugna pela condenação da requerida em litigância de má fé, e improcedência in totum da pretensão autoral. Após análise percuciente dos elementos e circunstâncias que envolvem a controvérsia, tenho que razão parcial assiste à parte autora. Apesar das argumentações trazidas pela parte promovida em sua defesa, tenho que esta não se desincumbiu de seu ônus probatório– art. 6º, VIII, do CDC, pois, não trouxe elemento de prova que retire a validade dos documentos juntados na inicial, bem assim, quaisquer causas impeditivas, modificativas ou extintivas do direito da parte Autora – art. 373, II, do CPC, no sentido de demonstrar a existência e exigibilidade da dívida, pautando-se apenas alegar que uma parcela não foi adimplida Verifica-se que a requerida alega que houve o pagamento de apenas 23 parcelas, restando uma em aberto, que gerou renegociação e não quitação no prazo, com juros. Em analise aos documentos constantes nos autos é possível verificar que o autor anexou comprovantes, que sequer foram impugnados pela requerida, não tendo esta informado qual parcela estaria em aberto. Restando caracterizada a falha e a abusividade na prestação de seus serviços. Assim, não comprovada à legitimidade da cobrança, a declaração da inexistência do débito oriundo da negativação indevida, e a reparação pelos danos suportados é medida que se impõe. No que se refere aos danos materiais, a jurisprudência das Turmas que compõem a Segunda Seção do STJ (direito privado) é firme no sentido de que a repetição em dobro do indébito, prevista no art. 42, parágrafo único, da Lei n. 8.078/90, pressupõe tanto a existência de pagamento indevido quanto a má-fé do credor. - STJ, 3ª Turma, AgRg no REsp 1199273/SP, Min. Sidnei Beneti, DJe 19/08/2011 – e, assim, enquanto a Corte Especial do STJ, no EAREsp n. 600.663/RS, não decide em definitivo a divergência com a Primeira Seção do STJ (direito público), que admite a condenação quando decorrer de dolo (má-fé) ou culpa na conduta – STJ, 2ª Turma, REsp 1.079.064/SP, Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 20/4/09 - mantenho o entendimento fixado pelas de Direito Privado, de que a restituição deve ocorrer de forma simples, exceto se comprovada a má-fé da fornecedora, a qual não decorre da mera cobrança de valores decorrentes de procedimentos que venham a ser declaradas ilegais e, portanto, para que haja a devolução em dobro dos valores cobrados, é necessária a comprovação de 3 (três) requisitos – Lei n. 8.078/90, art. 42, parágrafo único -, ou seja, que a cobrança realizada tenha sido indevida, haja o efetivo pagamento pelo consumidor do excesso e a ausência de engano justificável/a demonstração da má-fé/dolo do credor, não demonstrado nos autos. Desta feita, para que haja a condenação da parte requerida, é indispensável que a parte autora comprove efetivamente a extensão dos prejuízos patrimoniais que suportou, em decorrência do ato ilícito. Por tal motivo, é a prova do dano material de fundamental importância na ação indenizatória. Verifico que, a autora comprova o pagamento de fatura no valor de R$ 317,35 (trezentos e dezessete reais e trinta e cinco centavos), não tendo a requerida comprovado a legalidade da cobrança. Desta feita, faz jus a parte autora ao ressarcimento do valor na forma simples. No tocante aos danos morais, não há olvidar que, como vem decidindo nossos tribunais, o mero aborrecimento, o dissabor, a mágoa ou a irritação, sem maiores consequências, não são passíveis de indenização por dano moral. No entanto, em se tratando de negativação indevida, não há dúvidas que houve violação a bem jurídico passível de indenização, prescindindo a efetiva comprovação da materialização do dano. O contexto retratado nos autos indica postura da ré suficiente para gerar ofensa à honra. Entendo que o dissabor experimentado ultrapassou os limites do mero aborrecimento, caracterizando, portanto, a lesão à sua dignidade. Via de consequência procede à pretensão de condenação da parte reclamada ao pagamento de indenização por danos morais à parte autora, ao passo que inseriu indevidamente o seu nome nos órgãos restritivos que além de inviabilizar o seu acesso ao crédito, caracterizando

o dano moral in re ipsa, sendo irrelevante, portanto, a prova da sua ocorrência. Destaco que, a sistemática da responsabilidade civil, nas relações de consumo é a de que responde o fornecedor de produtos e/ou de serviços independentemente da verificação de culpa, pelos danos causados aos consumidores, decorrentes de fatos do produto e/ou do serviço, respectivamente. Segundo as normas expressas na Lei nº 8.078/90, essa é objetiva e independe de culpa. Tal responsabilidade está, ainda, fundamentada na teoria do risco do empreendimento, pois aquele que tem o bônus deve arcar com os riscos e ônus de sua atividade. Nessa senda, tem manifestado as Turmas Recursais: RESPONSABILIDADE CIVIL. CONTRATO DE TELEFONIA. CANCELAMENTO DE LINHA TELEFÔNICA. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA. DANO MORAL. TERMO INICIAL. CITAÇÃO. I – A inclusão do nome do consumidor em cadastro de restrição ao crédito resulta em ofensa à imagem e reputação, causando desconforto moral apto a ensejar compensação pecuniária, sendo dispensável a prova do prejuízo. II – O valor da compensação por danos morais deve ser informado por critérios de proporcionalidade e razoabilidade, observando-se as condições econômicas das partes envolvidas, a natureza, a extensão do dano, o caráter punitivo da medida e o não enriquecimento sem causa da parte ofendida. III - O termo inicial dos juros de mora incidentes sobre os danos morais decorrentes da relação contratual é a data da citação. IV – Negou-se provimento ao recurso do autor. Deu-se parcial provimento ao recurso da ré.(TJ-DF - APC: 20130110862516, Relator: JOSÉ DIVINO DE OLIVEIRA, Data de Julgamento: 07/10/2015, 6ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 13/10/2015 . Pág.: 268); NEGATIVAÇÃO INDEVIDA. SERVIÇOS DE TELEFONIA. Responsabilidade pelo fato do serviço. Acidente de consumo. Não demonstração, pela ofensora, de "culpa exclusiva do consumidor" (CDC, art. 14, § 3º, I). Ocorrência de fortuito interno, incapaz de afastar a imputação. Teoria do risco profissional (risco-proveito), inerente à atividade econômica (lucrativa) exercida. APELAÇÃO DESPROVIDA NESSE PONTO. DANO MORAL. CARACTERIZAÇÃO. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA. VIOLAÇÃO DE DIREITO DA PERSONALIDADE. Lesão à honra objetiva da apelada-autora. APELAÇÃO DESPROVIDA NESSE PONTO. COMPENSAÇÃO DE R$ 20.000,00 FIXADA NA ORIGEM. REDUÇÃO. POSSIBILIDADE. MINORAÇÃO PARA R$ 8.000,00. Adequação às peculiaridades do caso concreto, aos princípios da proporcionalidade-razoabilidade e da moderação, e às finalidades compensatória e pedagógica da reparação. APELAÇÃO PROVIDA NESSE PONTO.(TJ-SP - APL: 01310483020108260100 SP 0131048-30.2010.8.26.0100, Relator: Alberto Gosson, Data de Julgamento: 09/03/2015, 20ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 12/03/2015). Em observância às finalidades compensatória, punitiva, pedagógica e preventiva da condenação, bem assim às circunstâncias da causa, inclusive a capacidade financeira do ofensor, bem como a perda de tempo útil na solução do problema apenas após a busca do Poder Judiciário e espera de sentença de mérito, pois não foi a parte adversa, ora reclamada, capaz de resolvê-lo de forma administrativa/extrajudicial ou pelos métodos de solução consensual de conflito - conciliação, mediação etc. -, insistindo nas teses defensivas sem prova alguma em seu favor, razoável e proporcional o arbitramento em R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a título de ressarcimento ao dano moral suportado. Isso posto, RESOLVO O MÉRITO – CPC, art. 487, I, e JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos formulados para: - DETEMINAR que a requerida retire o nome do autor do cadastro de inadimplentes (SPC, SERASA), referente ao débito em discussão; - DECLARAR a inexistência dos débitos da parte autora com a parte ré referente à dívida em litígio, sob pena de pagamento de multa cominatória/astreinte fixados no TRIPLO do que exigir em desacordo, a partir da intimação desta. - CONDENAR a reclamada a indenizar/compensar ao reclamante, a título de dano patrimonial/material, na forma simples, o valor de R$ 317,35 (trezentos e dezessete reais e trinta e cinco centavos), corrigido monetariamente a partir do desembolso/pagamentos das quantias, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC – Lei n. 6.899/81 -, e acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos do art. 406, do vigente Código Civil, c/c o §1º, do art. 161, do Código Tributário Nacional e Enunciado 20 da I Jornada de Direito Civil promovida pelo Centro de Estudos Jurídicos do Conselho da Justiça Federal, a partir da citação – CC/02, art. 397, parágrafo único c/c art. 405. - CONDENAR a parte Ré a COMPENSAR/PAGAR à parte autora, a título de dano moral, o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), corrigido monetariamente a partir da leitura/intimação da sentença – Enunciado n. 362 da Súmula do STJ -, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC – Lei n. 6.899/81 -, e acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos do art. 406, do vigente Código Civil, c/c o §1º, do art. 161, do Código Tributário Nacional e Enunciado 20 da I Jornada de Direito Civil promovida pelo Centro de Estudos Jurídicos do Conselho da Justiça Federal, a partir do evento danoso/data da inscrição – responsabilidade extracontratual – Enunciado n. 54 da Súmula do STJ e CC/02, art. 398. Sem taxas, despesas, custas processuais e honorários advocatícios - Lei n. 9.099/1995, arts. 54 e 55. Fica a parte sucumbente, desde já, ciente de que o não pagamento do valor da condenação no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do trânsito em julgado da sentença, apresentação de memória discriminada do débito e intimação para isso, acarretará a incidência da multa de 10% (dez por cento) sobre tal valor – art. 52, caput, da Lei n. 9.099/1995 e 475-J do CPC/NCPC, art. 523 e §§. Após o trânsito em julgado, certifique. Decorrido o prazo recursal e cumprido o julgado, arquive com as baixas e anotações de estilo. Do contrário, na ausência do cumprimento, após solicitação do interessado – art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/1995 -, prossiga com a execução na forma disposta pela Lei dos Juizados Especiais – art. 52 e ss. - e Código de Processo Civil – art. 475-I e ss./Novo Código de Processo Civil – art. 513 e ss.. Nada requerido no prazo de 15 (quinze) dias do trânsito em julgado, ARQUIVE os autos, sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido da parte – CNGC, art. 1.006. P. I. Cumpra. À submissão do Juiz de Direito para fins do disposto no artigo 40 da Lei n° 9.099/95. Aisi Anne Lima Tiago Juíza Leiga _____

Visto e bem examinado. Trato de AÇÃO DE CONHECIMENTO – rito da Lei n. 9.099/1995 -, em que o(a) Juiz(a) Leigo(a) da Comarca proferiu o seu PROJETO DE SENTENÇA nos autos, o texto foi aprovado e já disponibilizado, razão pela qual HOMOLOGO para que passe a produzir os efeitos legais de SENTENÇA – Lei n. 9.099/1995, art. 40 -, cujo eventual prazo decorre da intimação. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - “Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI”, P. I. Cumpra. Araputanga-MT, 11 de dezembro de 2019. (assinado digitalmente) Renato J. de A. C. Filho Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000414-20.2019.8.11.0038
Parte(s) Polo Ativo:
OSWALDO ALVAREZ DE CAMPOS JUNIOR (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
OSWALDO ALVAREZ DE CAMPOS JUNIOR OAB - MT6702-O (ADVOGADO(A))
RODRIGO FRANCISCO DE SOUZA OAB - MT0019474A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO CETELEM S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MT14992-S (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ARAPUTANGA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DA FAZENDA RUA CASTELO BRANCO, S/N, CENTRO, ARAPUTANGA - MT - CEP: 78260-000 Processo n. 1000414-20.2019.8.11.0038 INTERESSADO: OSWALDO ALVAREZ DE CAMPOS JUNIOR REQUERIDO: BANCO CETELEM S.A. PROJETO DE SENTENÇA Visto e bem examinado. Dispensado o relatório – Lei n. 9.099/1995, art. 38, caput. Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS proposta por OSWALDO ALVAREZ DE CAMPOS JUNIOR em face de BANCO CETELEM S.A. As sentenças nos Juizados Especiais obedecerão aos limites traçados no artigo 2º e artigo 38 da Lei nº 9.099/95, c.c artigo 1.046, parágrafos 2º e 4º do CPC e Enunciados nº161 e 162 do FONAJE. Decido. Presentes as condições da ação e os pressupostos processuais de existência e validade, inexistindo quaisquer nulidades ou irregularidades que devam ser declaradas ou sanadas, bem como preliminares ou questões prévias que pendam de apreciação e permitindo a hipótese o julgamento imediato da lide, passo a analisar o mérito. Aduz o autor que o Banco requerido, inscreveu o nome do requerente ao SPC/SERASA, lhe causando prejuízos ao seu direito creditício. Por outro lado, na peça contestatória, a parte ré defende a regularidade do débito, não havendo danos a serem indenizados. Por fim, pugna pela condenação da requerida em litigância de má fé, e improcedência in totum da pretensão autoral. Após análise percuciente dos elementos e circunstâncias que envolvem a controvérsia, tenho que razão parcial assiste à parte autora.

Apesar das argumentações trazidas pela parte promovida em sua defesa, tenho que esta não se desincumbiu de seu ônus probatório– art. 6º, VIII, do CDC, pois, não trouxe elemento de prova que retire a validade dos documentos juntados na inicial, bem assim, quaisquer causas impeditivas, modificativas ou extintivas do direito da parte Autora – art. 373, II, do CPC, no sentido de demonstrar a existência e exigibilidade da dívida, pautando-se apenas alegar que uma parcela não foi adimplida Verifica-se que a requerida alega que houve o pagamento de apenas 23 parcelas, restando uma em aberto, que gerou renegociação e não quitação no prazo, com juros. Em analise aos documentos constantes nos autos é possível verificar que o autor anexou comprovantes, que sequer foram impugnados pela requerida, não tendo esta informado qual parcela estaria em aberto. Restando caracterizada a falha e a abusividade na prestação de seus serviços. Assim, não comprovada à legitimidade da cobrança, a declaração da inexistência do débito oriundo da negativação indevida, e a reparação pelos danos suportados é medida que se impõe. No que se refere aos danos materiais, a jurisprudência das Turmas que compõem a Segunda Seção do STJ (direito privado) é firme no sentido de que a repetição em dobro do indébito, prevista no art. 42, parágrafo único, da Lei n. 8.078/90, pressupõe tanto a existência de pagamento indevido quanto a má-fé do credor. - STJ, 3ª Turma, AgRg no REsp 1199273/SP, Min. Sidnei Beneti, DJe 19/08/2011 – e, assim, enquanto a Corte Especial do STJ, no EAREsp n. 600.663/RS, não decide em definitivo a divergência com a Primeira Seção do STJ (direito público), que admite a condenação quando decorrer de dolo (má-fé) ou culpa na conduta – STJ, 2ª Turma, REsp 1.079.064/SP, Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 20/4/09 - mantenho o entendimento fixado pelas de Direito Privado, de que a restituição deve ocorrer de forma simples, exceto se comprovada a má-fé da fornecedora, a qual não decorre da mera cobrança de valores decorrentes de procedimentos que venham a ser declaradas ilegais e, portanto, para que haja a devolução em dobro dos valores cobrados, é necessária a comprovação de 3 (três) requisitos – Lei n. 8.078/90, art. 42, parágrafo único -, ou seja, que a cobrança realizada tenha sido indevida, haja o efetivo pagamento pelo consumidor do excesso e a ausência de engano justificável/a demonstração da má-fé/dolo do credor, não demonstrado nos autos. Desta feita, para que haja a condenação da parte requerida, é indispensável que a parte autora comprove efetivamente a extensão dos prejuízos patrimoniais que suportou, em decorrência do ato ilícito. Por tal motivo, é a prova do dano material de fundamental importância na ação indenizatória. Verifico que, a autora comprova o pagamento de fatura no valor de R$ 317,35 (trezentos e dezessete reais e trinta e cinco centavos), não tendo a requerida comprovado a legalidade da cobrança. Desta feita, faz jus a parte autora ao ressarcimento do valor na forma simples. No tocante aos danos morais, não há olvidar que, como vem decidindo nossos tribunais, o mero aborrecimento, o dissabor, a mágoa ou a irritação, sem maiores consequências, não são passíveis de indenização por dano moral. No entanto, em se tratando de negativação indevida, não há dúvidas que houve violação a bem jurídico passível de indenização, prescindindo a efetiva comprovação da materialização do dano. O contexto retratado nos autos indica postura da ré suficiente para gerar ofensa à honra. Entendo que o dissabor experimentado ultrapassou os limites do mero aborrecimento, caracterizando, portanto, a lesão à sua dignidade. Via de consequência procede à pretensão de condenação da parte reclamada ao pagamento de indenização por danos morais à parte autora, ao passo que inseriu indevidamente o seu nome nos órgãos restritivos que além de inviabilizar o seu acesso ao crédito, caracterizando o dano moral in re ipsa, sendo irrelevante, portanto, a prova da sua ocorrência. Destaco que, a sistemática da responsabilidade civil, nas relações de consumo é a de que responde o fornecedor de produtos e/ou de serviços independentemente da verificação de culpa, pelos danos causados aos consumidores, decorrentes de fatos do produto e/ou do serviço, respectivamente. Segundo as normas expressas na Lei nº 8.078/90, essa é objetiva e independe de culpa. Tal responsabilidade está, ainda, fundamentada na teoria do risco do empreendimento, pois aquele que tem o bônus deve arcar com os riscos e ônus de sua atividade. Nessa senda, tem manifestado as Turmas Recursais: RESPONSABILIDADE CIVIL. CONTRATO DE TELEFONIA. CANCELAMENTO DE LINHA TELEFÔNICA. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA. DANO MORAL. TERMO INICIAL. CITAÇÃO. I – A inclusão do nome do consumidor em cadastro de restrição ao crédito resulta em ofensa à imagem e reputação, causando desconforto moral apto a ensejar compensação pecuniária, sendo dispensável a prova do prejuízo. II – O valor da compensação por danos morais deve ser informado por critérios de proporcionalidade e razoabilidade, observando-se as condições econômicas das partes envolvidas, a natureza, a extensão do dano, o caráter punitivo da medida e o não enriquecimento sem causa da parte ofendida. III - O termo inicial dos juros de mora incidentes sobre os danos morais decorrentes da relação contratual é a data da citação. IV – Negou-se provimento ao recurso do autor. Deu-se parcial provimento ao recurso da ré.(TJ-DF - APC: 20130110862516, Relator: JOSÉ DIVINO DE OLIVEIRA, Data de Julgamento: 07/10/2015, 6ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 13/10/2015 . Pág.: 268); NEGATIVAÇÃO INDEVIDA. SERVIÇOS DE TELEFONIA. Responsabilidade pelo fato do serviço. Acidente de consumo. Não demonstração, pela ofensora, de "culpa exclusiva do consumidor" (CDC, art. 14, § 3º, I). Ocorrência de fortuito interno, incapaz de afastar a imputação. Teoria do risco profissional (risco-proveito), inerente à atividade econômica (lucrativa) exercida. APELAÇÃO DESPROVIDA NESSE PONTO. DANO MORAL. CARACTERIZAÇÃO. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA. VIOLAÇÃO DE DIREITO DA PERSONALIDADE. Lesão à honra objetiva da apelada-autora. APELAÇÃO DESPROVIDA NESSE PONTO. COMPENSAÇÃO DE R$ 20.000,00 FIXADA NA ORIGEM. REDUÇÃO. POSSIBILIDADE. MINORAÇÃO PARA R$ 8.000,00. Adequação às peculiaridades do caso concreto, aos princípios da proporcionalidade-razoabilidade e da moderação, e às finalidades compensatória e pedagógica da reparação. APELAÇÃO PROVIDA NESSE PONTO.(TJ-SP - APL: 01310483020108260100 SP 0131048-30.2010.8.26.0100, Relator: Alberto Gosson, Data de Julgamento: 09/03/2015, 20ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 12/03/2015). Em observância às finalidades compensatória, punitiva, pedagógica e preventiva da condenação, bem assim às circunstâncias da causa, inclusive a capacidade financeira do ofensor, bem como a perda de tempo útil na solução do problema apenas após a busca do Poder Judiciário e espera de sentença de mérito, pois não foi a parte adversa, ora reclamada, capaz de resolvê-lo de forma administrativa/extrajudicial ou pelos métodos de solução consensual de conflito - conciliação, mediação etc. -, insistindo nas teses defensivas sem prova alguma em seu favor, razoável e proporcional o arbitramento em R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a título de ressarcimento ao dano moral suportado. Isso posto, RESOLVO O MÉRITO – CPC, art. 487, I, e JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos formulados para: - DETEMINAR que a requerida retire o nome do autor do cadastro de inadimplentes (SPC, SERASA), referente ao débito em discussão; - DECLARAR a inexistência dos débitos da parte autora com a parte ré referente à dívida em litígio, sob pena de pagamento de multa cominatória/astreinte fixados no TRIPLO do que exigir em desacordo, a partir da intimação desta. - CONDENAR a reclamada a indenizar/compensar ao reclamante, a título de dano patrimonial/material, na forma simples, o valor de R$ 317,35 (trezentos e dezessete reais e trinta e cinco centavos), corrigido monetariamente a partir do desembolso/pagamentos das quantias, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC – Lei n. 6.899/81 -, e acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos do art. 406, do vigente Código Civil, c/c o §1º, do art. 161, do Código Tributário Nacional e Enunciado 20 da I Jornada de Direito Civil promovida pelo Centro de Estudos Jurídicos do Conselho da Justiça Federal, a partir da citação – CC/02, art. 397, parágrafo único c/c art. 405. - CONDENAR a parte Ré a COMPENSAR/PAGAR à parte autora, a título de dano moral, o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), corrigido monetariamente a partir da leitura/intimação da sentença – Enunciado n. 362 da Súmula do STJ -, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC – Lei n. 6.899/81 -, e acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos do art. 406, do vigente Código Civil, c/c o §1º, do art. 161, do Código Tributário Nacional e Enunciado 20 da I Jornada de Direito Civil promovida pelo Centro de Estudos Jurídicos do Conselho da Justiça Federal, a partir do evento danoso/data da inscrição – responsabilidade extracontratual – Enunciado n. 54 da Súmula do STJ e CC/02, art. 398. Sem taxas, despesas, custas processuais e honorários advocatícios - Lei n. 9.099/1995, arts. 54 e 55. Fica a parte sucumbente, desde já, ciente de que o não pagamento do valor da condenação no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do trânsito em julgado da sentença, apresentação de memória discriminada do débito e intimação para isso, acarretará a incidência da multa de 10% (dez por cento) sobre tal valor – art. 52, caput, da Lei n. 9.099/1995 e 475-J do CPC/NCPC, art. 523 e §§. Após o trânsito em julgado, certifique. Decorrido o prazo recursal e cumprido o julgado, arquive com as baixas e anotações de estilo. Do contrário, na ausência do cumprimento, após solicitação do

interessado – art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/1995 -, prossiga com a execução na forma disposta pela Lei dos Juizados Especiais – art. 52 e ss. - e Código de Processo Civil – art. 475-I e ss./Novo Código de Processo Civil – art. 513 e ss.. Nada requerido no prazo de 15 (quinze) dias do trânsito em julgado, ARQUIVE os autos, sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido da parte – CNGC, art. 1.006. P. I. Cumpra. À submissão do Juiz de Direito para fins do disposto no artigo 40 da Lei n° 9.099/95. Aisi Anne Lima Tiago Juíza Leiga _____ Visto e bem examinado. Trato de AÇÃO DE CONHECIMENTO – rito da Lei n. 9.099/1995 -, em que o(a) Juiz(a) Leigo(a) da Comarca proferiu o seu PROJETO DE SENTENÇA nos autos, o texto foi aprovado e já disponibilizado, razão pela qual HOMOLOGO para que passe a produzir os efeitos legais de SENTENÇA – Lei n. 9.099/1995, art. 40 -, cujo eventual prazo decorre da intimação. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - "Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI", P. I. Cumpra. Araputanga-MT, 11 de dezembro de 2019. (assinado digitalmente) Renato J. de A. C. Filho Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000174-65.2018.8.11.0038
Parte(s) Polo Ativo:
JURANDIR ROSA RIBEIRO (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (REQUERIDO)
DETRAN DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO/ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
KAMILA APARECIDA RODRIGUES CORREA DO ESPIRITO SANTO OAB - MT0014133A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ARAPUTANGA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DA FAZENDA RUA CASTELO BRANCO, S/N, CENTRO, ARAPUTANGA - MT - CEP: 78260-000 Processo n. 1000174-65.2018.8.11.0038 REQUERENTE: JURANDIR ROSA RIBEIRO REQUERIDO: DETRAN DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO/ESTADO DE MATO GROSSO, MUNICÍPIO DE CUIABÁ PROJETO DE SENTENÇA Visto e bem examinado. Dispensado o relatório – Lei n. 9.099/95, art. 38, caput. As sentenças nos Juizados Especiais obedecerão aos limites traçados no artigo 2º e artigo 38 da Lei nº 9.099/95 c.c artigo 1.046, parágrafos 2º e 4º do CPC c.c Enunciados nº161 e 162 do FONAJE. Trato de AÇÃO DE DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO – rito da Lei n. 9.099/95 -, ajuizada por JURANDIR ROSA RIBEIRO em desfavor de DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DE MATO GROSSO – DETRAN/MT e MUNICÍPIO DE CUIABÁ. Em síntese, aduz a autora que é proprietária do veículo motocicleta ano 2011/2011, marca e modelo Honda/CG 150 FAN ESDI, cor vermelha de placa NUF7374/MT, RENAVAM nº 350915490, CHASI nº 9C2KC1680BR513457. Afirma que em abril deste ano, ao tentar efetuar o pagamento do licenciamento e do IPVA de seu veículo percebeu que havia uma multa no valor de R$ 880,41 (oitocentos e oitenta reais e quarenta e um centavos), onde constava que na data de 25/07/2017, às 16:20 seu veículo transitava em calçadas na cidade de Cuiabá/MT, desconhecendo tal situação. As requeridas devidamente citadas contestaram ou a ação. Existindo preliminar suscitada. Enfrento-as. A legitimidade passiva do DETRAN decorre da sua responsabilidade na higidez dos registros dos veículos em circulação e dos portadores de carteira de habilitação. Outrossim, o interesse processual se revela na medida em que a parte autora pretende questionar a validade das multas. Qualquer discussão fora disto adentra em aspectos meritais da causa. No mérito, o pedido inicial é improcedente. Estabelece o artigo 333, I, do Código de Processo Civil, que incumbe ao autor a prova dos fatos constitutivos de seu direito. Destarte, não arcou, a autora com o ônus da prova, deixou de anexar documentos capazes de comprovar suas alegações. Verifica-se que, a autora poderia ter juntado comprovante de que estava trabalhando em cidade diversa na data das infrações, Laudo de Vistoria junto a POLITEC, a fim de demonstrar se seu veículo apresentava sinais de adulteração, ou qualquer documento capaz de trazer indício de verossimilhança de seu pedido, contudo, não o fez, motivo pelo qual o pedido não pode ser acolhido, uma vez que não existe a comprovação sólida de que não é de fato seu o veículo que consta nos autos de infração. A presunção estabelecida no artigo 257, § 7.º do CTB, acerca do lançamento de pontuação da infração de trânsito no prontuário do proprietário do veículo, é relativa, cedendo diante de prova em sentido contrário. E, no presente caso, não há nestes autos elementos a corroborar as alegações da parte autora, Destarte, não fez a autora prova eficaz da negligência dos réus, nem dos danos e do nexo causal, ônus que lhe competia. Nesse sentido, é o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal STF: "Tratando-se de ato omissivo do Poder Público, a responsabilidade civil por tal ato é subjetiva, pelo que exige dolo ou culpa, esta numa de suas três vertentes, a negligência, a imperícia ou a imprudência, não sendo, entretanto, necessário individualizá-la, dado que pode ser atribuída ao serviço público, de forma genérica, a falta do serviço. A falta do serviço faute du service dos franceses não dispensa o requisito da causalidade, vale dizer, do nexo de causalidade entre a ação omissiva atribuída ao Poder Público e o dano causado a terceiro" (RE 369.820, Segunda Turma, Rel. Min. Carlos Velloso, j. 04.11.03). (G.N). Não se desincumbindo o autor da comprovação de qualquer conduta ofensiva e desonrosa praticada, ou mesmo de ação ou omissão antijurídica, antagônica à moralidade ou ao bom senso, não há que se falar em pedido de indenização. Finalmente, também não se antevê lesão a nenhuma das faces dos direitos da personalidade da parte autora, não se verificando, assim, nenhuma conduta vexatória, humilhante ou depreciativa. Na verdade, não se constata dor n'alma, tampouco sofrimento espiritual equivalente Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos da parte autora e declaro, com isso, RESOLVIDO O MÉRITO da demanda com base no artigo 487, inciso I, do CPC. Sem despesas processuais e honorários advocatícios, na forma dos artigos 54 e 55 da Lei nº. 9.099/1995. Transitada em julgado, ao arquivo, com as devidas baixas. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - "Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI", P. I. Cumpra. À submissão do Juiz de Direito para fins do disposto no artigo 40 da Lei n° 9.099/95. Aisi Anne Lima Tiago Juíza Leiga _____ Visto e bem examinado. Trato de AÇÃO DE CONHECIMENTO – rito da Lei n. 9.099/1995 -, em que o(a) Juiz(a) Leigo(a) da Comarca proferiu o seu PROJETO DE SENTENÇA nos autos, o texto foi aprovado e já disponibilizado, razão pela qual HOMOLOGO para que passe a produzir os efeitos legais de SENTENÇA – Lei n. 9.099/1995, art. 40 -, cujo eventual prazo decorre da intimação. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - "Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI", P. I. Cumpra. Araputanga-MT, 11 de dezembro de 2019. (assinado digitalmente) Renato J. de A. C. Filho Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000470-53.2019.8.11.0038
Parte(s) Polo Ativo:
INES DE SILVEIRA PINHEIRO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEONARDO ANDRADE ZUCHETTI OAB - MT22584/O (ADVOGADO(A))
NAYRA RINALDI BENTO OAB - MT23194/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI MÓVEL S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ARAPUTANGA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DA FAZENDA RUA CASTELO BRANCO, S/N, CENTRO, ARAPUTANGA - MT - CEP: 78260-000 Processo n. 1000470-53.2019.8.11.0038 REQUERENTE: INES DE SILVEIRA PINHEIRO REQUERIDO: OI MÓVEL S/A PROJETO DE SENTENÇA Visto e bem examinado. Dispensado o relatório – Lei n. 9.099/1995, art. 38, caput. Trata-se de AÇÃO DE RECLAMAÇÃO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS proposta por INES DE SILVEIRA PINHEIRO em face de OI MÓVEL S/A. As sentenças nos Juizados Especiais obedecerão aos limites traçados no artigo 2º e artigo 38 da Lei nº 9.099/95 c.c artigo 1.046, parágrafos 2º e 4º do CPC c.c Enunciados nº161 e 162 do FONAJE. Decido Nesse quadrante processual, e à luz dos poderes de direção conferidos ao Juiz na condução da demanda, com permissivo legal no artigo 355, I, do Código de Processo Civil, conheço diretamente do pedido e passo a julgar antecipadamente a lide. Passo a análise do mérito. Narra a autora que após ficar por três meses sem receber suas faturas referentes aos serviços prestados pela parte requerida, solicitou cancelamento de seu plano, quando foi informada da multa de cancelamento. Inconformada a requerente procurou o Procon, quando

teve a multa cancelada e o parcelamento das faturas em aberto que seriam enviados via e-mail ao Procon, visto que a autora deixou de efetuar os pagamentos por inércia da empresa requerida. Aduz que no dia 12/3/2018 se deslocou até o Procon para retirada dos boletos, porém só foi enviado uma fatura, no entanto via Procon a requerida se comprometeu em encaminhar o restante das faturas no próximo mês, porém a empresa requerida não honrou com o compromisso, após inúmeras ligações e solicitações via Procon, a autora desistiu de buscar as faturas de parcelamento. Informa ainda que no dia 19/3/2019, retornou ao Procon, onde o atendente da OI, constatou uma dívida de R$ 242,25 (duzentos e quarenta e dois reais e vinte e cinco centavos). Afirma que pagou a fatura, porém seu nome ainda consta no SPC/SERASA. Por outro lado, na peça contestatória, a parte ré defende que não houve qualquer conduta irregular praticada, inexistindo responsabilidade reparatória, pois, a referida cobrança é oriunda do inadimplemento contratual, regularmente, aderido pela parte autora, isto é, existe um contrato inadimplido, ensejador da restrição declinada na inicial. Argumenta que não há comprovação dos supostos danos morais sofridos pela parte autora e que os fatos não passaram de mero aborrecimento. Por fim, pugna pela improcedência in totum da pretensão autoral. O pedido liminar foi DEFERIDO. Após análise percuciente dos elementos e circunstâncias que envolvem a controvérsia, tenho que razão assiste à parte autora. Apesar das argumentações trazidas pela parte promovida em sua defesa, tenho que esta não se desincumbiu de seu ônus probatório– art. 6º, VIII, do CDC, pois, não trouxe elemento de prova que retire a validade dos documentos juntados na inicial, bem assim, quaisquer causas impeditivas, modificativas ou extintivas do direito da parte Autora – art. 373, II, do CPC, no sentido de demonstrar a existência e exigibilidade da dívida. Verifico pelos documentos anexados nos autos, que a requerida efetuou a inscrição do nome da autora nos órgãos de proteção na data de 06/02/2019, referente ao valor de R$ 242,25 (duzentos e quarenta e dois reais e vinte e cinco centavos). Afirma a requerida existência de debito em aberto no valor de R$ 709,34 (setecentos e nove reais e trinta e quatro centavos), contudo em reclamação ao PROCON, é possível constatar que a atendente informou que o plano foi cancelado em 09/2017, não informado a requerida quais os meses de referência dos referidos débitos. Ademais é possível verificar nas inúmeras tentativas de solução junto ao PROCON, que a reclamada não enviou as faturas para pagamento, tampouco cumpria o acordado perante o órgão, deixando a consumidora a mercê de sua má prestação de serviço. Restando caracterizada a falha e a abusividade na prestação de seus serviços. Assim, não comprovada à legitimidade da cobrança, a declaração da inexistência do débito oriundo da negativação indevida, e a reparação pelos danos suportados é medida que se impõe. Não há olvidar como vem decidindo nossos tribunais, o mero aborrecimento, o dissabor, a mágoa ou a irritação, sem maiores consequências, não são passíveis de indenização por dano moral. No entanto, em se tratando de negativação indevida, dúvida não há que há violação a bem jurídico passível de indenização, prescindindo a efetiva comprovação da materialização do dano. O contexto retratado nos autos indica postura da ré suficiente para gerar ofensa à honra. Entendo que o dissabor experimentado ultrapassou os limites do mero aborrecimento, caracterizando, portanto, a lesão à sua dignidade. Via de consequência procede à pretensão de condenação da parte reclamada ao pagamento de indenização por danos morais à parte autora, ao passo que inseriu indevidamente o seu nome nos órgãos restritivos que inviabilizou o seu acesso ao crédito no comércio local, caracterizando o dano moral in re ipsa, sendo irrelevante, portanto, a prova da sua ocorrência. Destaco que a sistemática da responsabilidade civil, nas relações de consumo é a de que responde o fornecedor de produtos e/ou de serviços independentemente da verificação de culpa, pelos danos causados aos consumidores, decorrentes de fatos do produto e/ou do serviço, respectivamente. Segundo as normas expressas na Lei n.8.078/90, essa é objetiva e independe de culpa. Tal responsabilidade está, ainda, fundamentada na teoria do risco do empreendimento, pois aquele que tem o bônus deve arcar com os riscos e ônus de sua atividade. Nessa senda, tem manifestado as Turmas Recursais: RESPONSABILIDADE CIVIL. CONTRATO DE TELEFONIA. CANCELAMENTO DE LINHA TELEFÔNICA. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA. DANO MORAL. TERMO INICIAL. CITAÇÃO. I – A inclusão do nome do consumidor em cadastro de restrição ao crédito resulta em ofensa à imagem e reputação, causando desconforto moral apto a ensejar compensação pecuniária, sendo dispensável a prova do prejuízo. II – O valor da compensação por danos morais deve ser informado por critérios de proporcionalidade e razoabilidade, observando-se as condições econômicas das partes envolvidas, a natureza, a extensão do dano, o caráter punitivo da medida e o não enriquecimento sem causa da parte ofendida. III - O termo inicial dos juros de mora incidentes sobre os danos morais decorrentes da relação contratual é a data da citação. IV – Negou-se provimento ao recurso do autor. Deu-se parcial provimento ao recurso da ré.(TJ-DF - APC: 20130110862516, Relator: JOSÉ DIVINO DE OLIVEIRA, Data de Julgamento: 07/10/2015, 6ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 13/10/2015 . Pág.: 268); De tal modo, caracterizados o ato ofensivo, o dano e o nexo de causalidade, a reparação do dano moral é impositiva, na forma do art. 5º, V e X, da Constituição da República, do art. 6º, VI, do CDC e do art. 186 do CC. No tocante ao valor da indenização, compete ao juiz se orientar pela denominada lógica do razoável e fixar o valor da indenização de acordo com o grau de reprovabilidade da conduta ilícita, com as condições econômicas do causador do dano e do ofendido, em quantitativo consentâneo com a natureza e intensidade da humilhação, da tristeza e do constrangimento sofridos, de modo a produzir eficácia pedagógica, inibir novas condutas idênticas da parte ofensora, e representar compensação à parte ofendida, sem, contudo, implicar em indevido enriquecimento. Outrossim, a ausência de solução administrativa, gerando sentimento de frustração, lesão e impotência, e a falha na prestação dos serviços caracterizados como passíveis de gerar lesão aos direitos da personalidade e passíveis de compensação, a serem arbitrados no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais). No que se refere ao pedido contraposto, entendendo que o mesmo deve ser julgado improcedente, haja vista, que a requerida não comprova os débitos cobrados. Ante o exposto, e o que mais consta dos autos do processo, RESOLVO O MÉRITO, com fulcro no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, e JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados na exordial para: - TORNAR DEFINITIVA A LIMINAR deferida em exame sumario; - CONDENAR a parte Ré a COMPENSAR/PAGAR à parte Autora, a título de dano moral, o valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), corrigido monetariamente a partir da leitura/intimação da sentença – Enunciado n. 362 da Súmula do STJ -, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC – Lei n. 6.899/81 -, e acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos do art. 406, do vigente Código Civil, c/c o §1º, do art. 161, do Código Tributário Nacional e Enunciado 20 da I Jornada de Direito Civil promovida pelo Centro de Estudos Jurídicos do Conselho da Justiça Federal, a partir da citação – CC/02, art. 397, parágrafo único c/c art. 405. - JULGAR IMPROCEDENTE o pedido contraposto; Sem taxas, despesas, custas processuais e honorários advocatícios - Lei n. 9.099/1995, arts. 54 e 55. Fica a parte sucumbente, desde já, ciente de que o não pagamento do valor da condenação no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do trânsito em julgado da sentença, apresentação de memória discriminada do débito e intimação para isso, acarretará a incidência da multa de 10% (dez por cento) sobre tal valor – art. 52, caput, da Lei n. 9.099/1995 e 475-J do CPC/NCPC, art. 523 e §§. Após o trânsito em julgado, certifique. Decorrido o prazo recursal e cumprido o julgado, arquive com as baixas e anotações de estilo. Do contrário, na ausência do cumprimento, após solicitação do interessado – art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/1995 -, prossiga com a execução na forma disposta pela Lei dos Juizados Especiais – art. 52 e ss. - e Código de Processo Civil – art. 475-I e ss./Novo Código de Processo Civil – art. 513 e ss.. Nada requerido no prazo de 15 (quinze) dias do trânsito em julgado, ARQUIVE os autos, sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido da parte – CNGC, art. 1.006. P. I. Cumpra. À submissão do(a) Juiz(a) de Direito para fins do disposto no artigo 40 da Lei n° 9.099/95. Aisi Anne Lima Tiago Juíza Leiga _____ Visto e bem examinado. Trato de AÇÃO DE CONHECIMENTO – rito da Lei n. 9.099/1995 -, em que o(a) Juiz(a) Leigo(a) da Comarca proferiu o seu PROJETO DE SENTENÇA nos autos, o texto foi aprovado e já disponibilizado, razão pela qual HOMOLOGO para que passe a produzir os efeitos legais de SENTENÇA – Lei n. 9.099/1995, art. 40 -, cujo eventual prazo decorre da intimação. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - "Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI", P. I. Cumpra. Araputanga-MT, 11 de dezembro de 2019. (assinado digitalmente) Renato J. de A. C. Filho Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000470-53.2019.8.11.0038
Parte(s) Polo Ativo:

INES DE SILVEIRA PINHEIRO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEONARDO ANDRADE ZUCHETTI OAB - MT22584/O (ADVOGADO(A))
NAYRA RINALDI BENTO OAB - MT23194/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI MÓVEL S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ARAPUTANGA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DA FAZENDA RUA CASTELO BRANCO, S/N, CENTRO, ARAPUTANGA - MT - CEP: 78260-000 Processo n. 1000470-53.2019.8.11.0038 REQUERENTE: INES DE SILVEIRA PINHEIRO REQUERIDO: OI MÓVEL S/A PROJETO DE SENTENÇA Visto e bem examinado. Dispensado o relatório – Lei n. 9.099/1995, art. 38, caput. Trata-se de AÇÃO DE RECLAMAÇÃO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS proposta por INES DE SILVEIRA PINHEIRO em face de OI MÓVEL S/A. As sentenças nos Juizados Especiais obedecerão aos limites traçados no artigo 2º e artigo 38 da Lei nº 9.099/95 c.c artigo 1.046, parágrafos 2º e 4º do CPC c.c Enunciados nº161 e 162 do FONAJE. Decido Nesse quadrante processual, e à luz dos poderes de direção conferidos ao Juiz na condução da demanda, com permissivo legal no artigo 355, I, do Código de Processo Civil, conheço diretamente do pedido e passo a julgar antecipadamente a lide. Passo a análise do mérito. Narra a autora que após ficar por três meses sem receber suas faturas referentes aos serviços prestados pela parte requerida, solicitou cancelamento de seu plano, quando foi informada da multa de cancelamento. Inconformada a requerente procurou o Procon, quando teve a multa cancelada e o parcelamento das faturas em aberto que seriam enviados via e-mail ao Procon, visto que a autora deixou de efetuar os pagamentos por inércia da empresa requerida. Aduz que no dia 12/3/2018 se deslocou até o Procon para retirada dos boletos, porém só foi enviado uma fatura, no entanto via Procon a requerida se comprometeu em encaminhar o restante das faturas no próximo mês, porém a empresa requerida não honrou com o compromisso, após inúmeras ligações e solicitações via Procon, a autora desistiu de buscar as faturas de parcelamento. Informa ainda que no dia 19/3/2019, retornou ao Procon, onde o atendente da OI, constatou uma dívida de R$ 242,25 (duzentos e quarenta e dois reais e vinte e cinco centavos). Afirma que pagou a fatura, porém seu nome ainda consta no SPC/SERASA. Por outro lado, na peça contestatória, a parte ré defende que não houve qualquer conduta irregular praticada, inexistindo responsabilidade reparatória, pois, a referida cobrança é oriunda do inadimplemento contratual, regularmente, aderido pela parte autora, isto é, existe um contrato inadimplido, ensejador da restrição declinada na inicial. Argumenta que não há comprovação dos supostos danos morais sofridos pela parte autora e que os fatos não passaram de mero aborrecimento. Por fim, pugna pela improcedência in totum da pretensão autoral. O pedido liminar foi DEFERIDO. Após análise percuciente dos elementos e circunstâncias que envolvem a controvérsia, tenho que razão assiste à parte autora. Apesar das argumentações trazidas pela parte promovida em sua defesa, tenho que esta não se desincumbiu de seu ônus probatório– art. 6º, VIII, do CDC, pois, não trouxe elemento de prova que retire a validade dos documentos juntados na inicial, bem assim, quaisquer causas impeditivas, modificativas ou extintivas do direito da parte Autora – art. 373, II, do CPC, no sentido de demonstrar a existência e exigibilidade da dívida. Verifico pelos documentos anexados nos autos, que a requerida efetuou a inscrição do nome da autora nos órgãos de proteção na data de 06/02/2019, referente ao valor de R$ 242,25 (duzentos e quarenta e dois reais e vinte e cinco centavos). Afirma a requerida existência de debito em aberto no valor de R$ 709,34 (setecentos e nove reais e trinta e quatro centavos), contudo em reclamação ao PROCON, é possível constatar que a atendente informou que o plano foi cancelado em 09/2017, não informado a requerida quais os meses de referência dos referidos débitos. Ademais é possível verificar nas inúmeras tentativas de solução junto ao PROCON, que a reclamada não enviou as faturas para pagamento, tampouco cumpria o acordado perante o órgão, deixando a consumidora a mercê de sua má prestação de serviço. Restando caracterizada a falha e a abusividade na prestação de seus serviços. Assim, não comprovada à legitimidade da cobrança, a declaração da inexistência do débito oriundo da negativação indevida, e a reparação pelos danos suportados é medida que se impõe. Não há olvidar como vem decidindo nossos tribunais, o mero aborrecimento, o dissabor, a mágoa ou a irritação, sem maiores consequências, não são passíveis de indenização por dano moral. No entanto, em se tratando de negativação indevida, dúvida não há que há violação a bem jurídico passível de indenização, prescindindo a efetiva comprovação da materialização do dano. O contexto retratado nos autos indica postura da ré suficiente para gerar ofensa à honra. Entendo que o dissabor experimentado ultrapassou os limites do mero aborrecimento, caracterizando, portanto, a lesão à sua dignidade. Via de consequência procede à pretensão de condenação da parte reclamada ao pagamento de indenização por danos morais à parte autora, ao passo que inseriu indevidamente o seu nome nos órgãos restritivos que inviabilizou o seu acesso ao crédito no comércio local, caracterizando o dano moral in re ipsa, sendo irrelevante, portanto, a prova da sua ocorrência. Destaco que a sistemática da responsabilidade civil, nas relações de consumo é a de que responde o fornecedor de produtos e/ou de serviços independentemente da verificação de culpa, pelos danos causados aos consumidores, decorrentes de fatos do produto e/ou do serviço, respectivamente. Segundo as normas expressas na Lei n.8.078/90, essa é objetiva e independe de culpa. Tal responsabilidade está, ainda, fundamentada na teoria do risco do empreendimento, pois aquele que tem o bônus deve arcar com os riscos e ônus de sua atividade. Nessa senda, tem manifestado as Turmas Recursais: RESPONSABILIDADE CIVIL. CONTRATO DE TELEFONIA. CANCELAMENTO DE LINHA TELEFÔNICA. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA. DANO MORAL. TERMO INICIAL. CITAÇÃO. I – A inclusão do nome do consumidor em cadastro de restrição ao crédito resulta em ofensa à imagem e reputação, causando desconforto moral apto a ensejar compensação pecuniária, sendo dispensável a prova do prejuízo. II – O valor da compensação por danos morais deve ser informado por critérios de proporcionalidade e razoabilidade, observando-se as condições econômicas das partes envolvidas, a natureza, a extensão do dano, o caráter punitivo da medida e o não enriquecimento sem causa da parte ofendida. III - O termo inicial dos juros de mora incidentes sobre os danos morais decorrentes da relação contratual é a data da citação. IV – Negou-se provimento ao recurso do autor. Deu-se parcial provimento ao recurso da ré.(TJ-DF - APC: 20130110862516, Relator: JOSÉ DIVINO DE OLIVEIRA, Data de Julgamento: 07/10/2015, 6ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 13/10/2015 . Pág.: 268); De tal modo, caracterizados o ato ofensivo, o dano e o nexo de causalidade, a reparação do dano moral é impositiva, na forma do art. 5º, V e X, da Constituição da República, do art. 6º, VI, do CDC e do art. 186 do CC. No tocante ao valor da indenização, compete ao juiz se orientar pela denominada lógica do razoável e fixar o valor da indenização de acordo com o grau de reprovabilidade da conduta ilícita, com as condições econômicas do causador do dano e do ofendido, em quantitativo consentâneo com a natureza e intensidade da humilhação, da tristeza e do constrangimento sofridos, de modo a produzir eficácia pedagógica, inibir novas condutas idênticas da parte ofensora, e representar compensação à parte ofendida, sem, contudo, implicar em indevido enriquecimento. Outrossim, a ausência de solução administrativa, gerando sentimento de frustração, lesão e impotência, e a falha na prestação dos serviços caracterizados como passíveis de gerar lesão aos direitos da personalidade e passíveis de compensação, a serem arbitrados no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais). No que se refere ao pedido contraposto, entendendo que o mesmo deve ser julgado improcedente, haja vista, que a requerida não comprova os débitos cobrados. Ante o exposto, e o que mais consta dos autos do processo, RESOLVO O MÉRITO, com fulcro no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, e JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados na exordial para: - TORNAR DEFINITIVA A LIMINAR deferida em exame sumario; - CONDENAR a parte Ré a COMPENSAR/PAGAR à parte Autora, a título de dano moral, o valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), corrigido monetariamente a partir da leitura/intimação da sentença – Enunciado n. 362 da Súmula do STJ -, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC – Lei n. 6.899/81 -, e acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos do art. 406, do vigente Código Civil, c/c o §1º, do art. 161, do Código Tributário Nacional e Enunciado 20 da I Jornada de Direito Civil promovida pelo Centro de Estudos Jurídicos do Conselho da Justiça Federal, a partir da citação – CC/02, art. 397, parágrafo único c/c art. 405. - JULGAR IMPROCEDENTE o pedido contraposto; Sem taxas, despesas, custas processuais e honorários advocatícios - Lei n. 9.099/1995, arts. 54 e 55. Fica a parte sucumbente,

desde já, ciente de que o não pagamento do valor da condenação no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do trânsito em julgado da sentença, apresentação de memória discriminada do débito e intimação para isso, acarretará a incidência da multa de 10% (dez por cento) sobre tal valor – art. 52, caput, da Lei n. 9.099/1995 e 475-J do CPC/NCPC, art. 523 e §§. Após o trânsito em julgado, certifique. Decorrido o prazo recursal e cumprido o julgado, arquive com as baixas e anotações de estilo. Do contrário, na ausência do cumprimento, após solicitação do interessado – art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/1995 -, prossiga com a execução na forma disposta pela Lei dos Juizados Especiais – art. 52 e ss. - e Código de Processo Civil – art. 475-I e ss./Novo Código de Processo Civil – art. 513 e ss.. Nada requerido no prazo de 15 (quinze) dias do trânsito em julgado, ARQUIVE os autos, sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido da parte – CNGC, art. 1.006. P. I. Cumpra. À submissão do(a) Juiz(a) de Direito para fins do disposto no artigo 40 da Lei n° 9.099/95. Aisi Anne Lima Tiago Juíza Leiga _____ Visto e bem examinado. Trato de AÇÃO DE CONHECIMENTO – rito da Lei n. 9.099/1995 -, em que o(a) Juiz(a) Leigo(a) da Comarca proferiu o seu PROJETO DE SENTENÇA nos autos, o texto foi aprovado e já disponibilizado, razão pela qual HOMOLOGO para que passe a produzir os efeitos legais de SENTENÇA – Lei n. 9.099/1995, art. 40 -, cujo eventual prazo decorre da intimação. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - "Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI", P. I. Cumpra. Araputanga-MT, 11 de dezembro de 2019. (assinado digitalmente) Renato J. de A. C. Filho Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000470-53.2019.8.11.0038
Parte(s) Polo Ativo:
INES DE SILVEIRA PINHEIRO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEONARDO ANDRADE ZUCHETTI OAB - MT22584/O (ADVOGADO(A))
NAYRA RINALDI BENTO OAB - MT23194/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI MÓVEL S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ARAPUTANGA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DA FAZENDA RUA CASTELO BRANCO, S/N, CENTRO, ARAPUTANGA - MT - CEP: 78260-000 Processo n. 1000470-53.2019.8.11.0038 REQUERENTE: INES DE SILVEIRA PINHEIRO REQUERIDO: OI MÓVEL S/A PROJETO DE SENTENÇA Visto e bem examinado. Dispensado o relatório – Lei n. 9.099/1995, art. 38, caput. Trata-se de AÇÃO DE RECLAMAÇÃO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS proposta por INES DE SILVEIRA PINHEIRO em face de OI MÓVEL S/A. As sentenças nos Juizados Especiais obedecerão aos limites traçados no artigo 2º e artigo 38 da Lei nº 9.099/95 c.c artigo 1.046, parágrafos 2º e 4º do CPC c.c Enunciados nº161 e 162 do FONAJE. Decido Nesse quadrante processual, e à luz dos poderes de direção conferidos ao Juiz na condução da demanda, com permissivo legal no artigo 355, I, do Código de Processo Civil, conheço diretamente do pedido e passo a julgar antecipadamente a lide. Passo a análise do mérito. Narra a autora que após ficar por três meses sem receber suas faturas referentes aos serviços prestados pela parte requerida, solicitou cancelamento de seu plano, quando foi informada da multa de cancelamento. Inconformada a requerente procurou o Procon, quando teve a multa cancelada e o parcelamento das faturas em aberto que seriam enviados via e-mail ao Procon, visto que a autora deixou de efetuar os pagamentos por inércia da empresa requerida. Aduz que no dia 12/3/2018 se deslocou até o Procon para retirada dos boletos, porém só foi enviado uma fatura, no entanto via Procon a requerida se comprometeu em encaminhar o restante das faturas no próximo mês, porém a empresa requerida não honrou com o compromisso, após inúmeras ligações e solicitações via Procon, a autora desistiu de buscar as faturas de parcelamento. Informa ainda que no dia 19/3/2019, retornou ao Procon, onde o atendente da OI, constatou uma dívida de R$ 242,25 (duzentos e quarenta e dois reais e vinte e cinco centavos). Afirma que pagou a fatura, porém seu nome ainda consta no SPC/SERASA. Por outro lado, na peça contestatória, a parte ré defende que não houve qualquer conduta irregular praticada, inexistindo responsabilidade reparatória, pois, a referida cobrança é oriunda do inadimplemento contratual, regularmente, aderido pela parte autora, isto é, existe um contrato inadimplido, ensejador da restrição declinada na inicial. Argumenta que não há comprovação dos supostos danos morais sofridos pela parte autora e que os fatos não passaram de mero aborrecimento. Por fim, pugna pela improcedência in totum da pretensão autoral. O pedido liminar foi DEFERIDO. Após análise percuciente dos elementos e circunstâncias que envolvem a controvérsia, tenho que razão assiste à parte autora. Apesar das argumentações trazidas pela parte promovida em sua defesa, tenho que esta não se desincumbiu de seu ônus probatório– art. 6º, VIII, do CDC, pois, não trouxe elemento de prova que retire a validade dos documentos juntados na inicial, bem assim, quaisquer causas impeditivas, modificativas ou extintivas do direito da parte Autora – art. 373, II, do CPC, no sentido de demonstrar a existência e exigibilidade da dívida. Verifico pelos documentos anexados nos autos, que a requerida efetuou a inscrição do nome da autora nos órgãos de proteção na data de 06/02/2019, referente ao valor de R$ 242,25 (duzentos e quarenta e dois reais e vinte e cinco centavos). Afirma a requerida existência de debito em aberto no valor de R$ 709,34 (setecentos e nove reais e trinta e quatro centavos), contudo em reclamação ao PROCON, é possível constatar que a atendente informou que o plano foi cancelado em 09/2017, não informado a requerida quais os meses de referência dos referidos débitos. Ademais é possível verificar nas inúmeras tentativas de solução junto ao PROCON, que a reclamada não enviou as faturas para pagamento, tampouco cumpria o acordado perante o órgão, deixando a consumidora a mercê de sua má prestação de serviço. Restando caracterizada a falha e a abusividade na prestação de seus serviços. Assim, não comprovada à legitimidade da cobrança, a declaração da inexistência do débito oriundo da negativação indevida, e a reparação pelos danos suportados é medida que se impõe. Não há olvidar como vem decidindo nossos tribunais, o mero aborrecimento, o dissabor, a mágoa ou a irritação, sem maiores consequências, não são passíveis de indenização por dano moral. No entanto, em se tratando de negativação indevida, dúvida não há que há violação a bem jurídico passível de indenização, prescindindo a efetiva comprovação da materialização do dano. O contexto retratado nos autos indica postura da ré suficiente para gerar ofensa à honra. Entendo que o dissabor experimentado ultrapassou os limites do mero aborrecimento, caracterizando, portanto, a lesão à sua dignidade. Via de consequência procede à pretensão de condenação da parte reclamada ao pagamento de indenização por danos morais à parte autora, ao passo que inseriu indevidamente o seu nome nos órgãos restritivos que inviabilizou o seu acesso ao crédito no comércio local, caracterizando o dano moral in re ipsa, sendo irrelevante, portanto, a prova da sua ocorrência. Destaco que a sistemática da responsabilidade civil, nas relações de consumo é a de que responde o fornecedor de produtos e/ou de serviços independentemente da verificação de culpa, pelos danos causados aos consumidores, decorrentes de fatos do produto e/ou do serviço, respectivamente. Segundo as normas expressas na Lei n.8.078/90, essa é objetiva e independe de culpa. Tal responsabilidade está, ainda, fundamentada na teoria do risco do empreendimento, pois aquele que tem o bônus deve arcar com os riscos e ônus de sua atividade. Nessa senda, tem manifestado as Turmas Recursais: RESPONSABILIDADE CIVIL. CONTRATO DE TELEFONIA. CANCELAMENTO DE LINHA TELEFÔNICA. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA. DANO MORAL. TERMO INICIAL. CITAÇÃO. I – A inclusão do nome do consumidor em cadastro de restrição ao crédito resulta em ofensa à imagem e reputação, causando desconforto moral apto a ensejar compensação pecuniária, sendo dispensável a prova do prejuízo. II – O valor da compensação por danos morais deve ser informado por critérios de proporcionalidade e razoabilidade, observando-se as condições econômicas das partes envolvidas, a natureza, a extensão do dano, o caráter punitivo da medida e o não enriquecimento sem causa da parte ofendida. III - O termo inicial dos juros de mora incidentes sobre os danos morais decorrentes da relação contratual é a data da citação. IV – Negou-se provimento ao recurso do autor. Deu-se parcial provimento ao recurso da ré.(TJ-DF - APC: 20130110862516, Relator: JOSÉ DIVINO DE OLIVEIRA, Data de Julgamento: 07/10/2015, 6ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 13/10/2015 . Pág.: 268); De tal modo, caracterizados o ato ofensivo, o dano e o nexo de causalidade, a reparação do dano moral é impositiva, na forma do art. 5º, V e X, da Constituição da República, do art. 6º, VI, do CDC e do art. 186 do CC. No tocante ao valor da indenização, compete ao juiz se orientar pela denominada lógica do razoável e fixar o valor da

indenização de acordo com o grau de reprovabilidade da conduta ilícita, com as condições econômicas do causador do dano e do ofendido, em quantitativo consentâneo com a natureza e intensidade da humilhação, da tristeza e do constrangimento sofridos, de modo a produzir eficácia pedagógica, inibir novas condutas idênticas da parte ofensora, e representar compensação à parte ofendida, sem, contudo, implicar em indevido enriquecimento. Outrossim, a ausência de solução administrativa, gerando sentimento de frustração, lesão e impotência, e a falha na prestação dos serviços caracterizados como passíveis de gerar lesão aos direitos da personalidade e passíveis de compensação, a serem arbitrados no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais). No que se refere ao pedido contraposto, entendendo que o mesmo deve ser julgado improcedente, haja vista, que a requerida não comprova os débitos cobrados. Ante o exposto, e o que mais consta dos autos do processo, RESOLVO O MÉRITO, com fulcro no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, e JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados na exordial para: - TORNAR DEFINITIVA A LIMINAR deferida em exame sumario; - CONDENAR a parte Ré a COMPENSAR/PAGAR à parte Autora, a título de dano moral, o valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), corrigido monetariamente a partir da leitura/intimação da sentença – Enunciado n. 362 da Súmula do STJ -, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC – Lei n. 6.899/81 -, e acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos do art. 406, do vigente Código Civil, c/c o §1º, do art. 161, do Código Tributário Nacional e Enunciado 20 da I Jornada de Direito Civil promovida pelo Centro de Estudos Jurídicos do Conselho da Justiça Federal, a partir da citação – CC/02, art. 397, parágrafo único c/c art. 405. - JULGAR IMPROCEDENTE o pedido contraposto; Sem taxas, despesas, custas processuais e honorários advocatícios - Lei n. 9.099/1995, arts. 54 e 55. Fica a parte sucumbente, desde já, ciente de que o não pagamento do valor da condenação no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do trânsito em julgado da sentença, apresentação de memória discriminada do débito e intimação para isso, acarretará a incidência da multa de 10% (dez por cento) sobre tal valor – art. 52, caput, da Lei n. 9.099/1995 e 475-J do CPC/NCPC, art. 523 e §§. Após o trânsito em julgado, certifique. Decorrido o prazo recursal e cumprido o julgado, arquive com as baixas e anotações de estilo. Do contrário, na ausência do cumprimento, após solicitação do interessado – art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/1995 -, prossiga com a execução na forma disposta pela Lei dos Juizados Especiais – art. 52 e ss. - e Código de Processo Civil – art. 475-I e ss./Novo Código de Processo Civil – art. 513 e ss.. Nada requerido no prazo de 15 (quinze) dias do trânsito em julgado, ARQUIVE os autos, sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido da parte – CNGC, art. 1.006. P. I. Cumpra. À submissão do(a) Juiz(a) de Direito para fins do disposto no artigo 40 da Lei n° 9.099/95. Aisi Anne Lima Tiago Juíza Leiga _____ Visto e bem examinado. Trato de AÇÃO DE CONHECIMENTO – rito da Lei n. 9.099/1995 -, em que o(a) Juiz(a) Leigo(a) da Comarca proferiu o seu PROJETO DE SENTENÇA nos autos, o texto foi aprovado e já disponibilizado, razão pela qual HOMOLOGO para que passe a produzir os efeitos legais de SENTENÇA – Lei n. 9.099/1995, art. 40 -, cujo eventual prazo decorre da intimação. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - "Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI", P. I. Cumpra. Araputanga-MT, 11 de dezembro de 2019. (assinado digitalmente) Renato J. de A. C. Filho Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000776-22.2019.8.11.0038
Parte(s) Polo Ativo:
OSWALDO ALVAREZ DE CAMPOS JUNIOR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
OSWALDO ALVAREZ DE CAMPOS JUNIOR OAB - MT6702-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ARAPUTANGA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DA FAZENDA RUA CASTELO BRANCO, S/N, CENTRO, ARAPUTANGA - MT - CEP: 78260-000 Processo n. 1000776-22.2019.8.11.0038 REQUERENTE: OSWALDO ALVAREZ DE CAMPOS JUNIOR REQUERIDO: OI S.A PROJETO DE SENTENÇA Visto e bem examinado. Dispensado o relatório - Lei n. 9.099/1995, art. 38, caput. Trato de AÇÃO DE COBRANÇA proposta por OSWALDO ALVAREZ DE CAMPOS JUNIOR em desfavor de OI S.A. É o necessário. Decido. As partes compuseram acordo, nos seguintes termos: "A requerida cancelará o serviço Arrec. Terc, BR TURBO BL PLUS-4002 0888, do terminal (65) 3261 1666, no prazo de 30 dias úteis, bem como compromete-se a inserir um crédito no valor de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), para abatimentos em contas futuras no terminal ativo (65) 3261 1666, no prazo de 60 dias úteis, ficando ciente o autor de que não deverá efetuar mudança do plano habilitado, durante vigência do crédito, sob pena de cancelamento do valor remanescente. Fica estipulada multa de 20% sobre o valor do crédito emcaso de descumprimento.. " Isso posto, considerando que em havendo transação/acordo o exame do magistrado deve se limitar à sua validade e eficácia, entre os quais, se houve a efetiva transação, os transatores são titulares do direito que dispõem parcialmente, capazes de transigir e estão adequadamente representados, ausente qualquer impedimento ou ilegalidade no avençado/acordado pelas partes, HOMOLOGO-O para que produza seus efeitos legais – Lei n. 9.099/1995, art. 22, parágrafo único - e, em consequência, RESOLVO O MÉRITO – CPC, art. 269, III/NCPC, art. 487, III, "b". DECLARO O PRESENTE FEITO EXTINTO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, ANTE A SATISFAÇÃO DA OBRIGAÇÃO, nos termos do art. 924, I, c/c, art. 925, ambos do Código de Processo Civil. Sem taxas, despesas, custas processuais e honorários advocatícios - Lei n. 9.099/1995, arts. 54 e 55. Transitada em julgado, proceda com as baixas necessárias e arquive. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - "Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI", P. I. Cumpra. À submissão do(a) Juiz (a) de Direito para fins do disposto no artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Aisi Anne Lima Tiago Juíza Leiga _____ Visto e bem examinado. Trato de AÇÃO DE CONHECIMENTO – rito da Lei n. 9.099/1995 -, em que o(a) Juiz(a) Leigo(a) da Comarca proferiu o seu PROJETO DE SENTENÇA nos autos, o texto foi aprovado e já disponibilizado, razão pela qual HOMOLOGO para que passe a produzir os efeitos legais de SENTENÇA – Lei n. 9.099/1995, art. 40 -, cujo eventual prazo decorre da intimação. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - "Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI", P. I. Cumpra. Araputanga-MT, 11 de dezembro de 2019. (assinado digitalmente) Renato J. de A. C. Filho Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000776-22.2019.8.11.0038
Parte(s) Polo Ativo:
OSWALDO ALVAREZ DE CAMPOS JUNIOR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
OSWALDO ALVAREZ DE CAMPOS JUNIOR OAB - MT6702-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ARAPUTANGA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DA FAZENDA RUA CASTELO BRANCO, S/N, CENTRO, ARAPUTANGA - MT - CEP: 78260-000 Processo n. 1000776-22.2019.8.11.0038 REQUERENTE: OSWALDO ALVAREZ DE CAMPOS JUNIOR REQUERIDO: OI S.A PROJETO DE SENTENÇA Visto e bem examinado. Dispensado o relatório - Lei n. 9.099/1995, art. 38, caput. Trato de AÇÃO DE COBRANÇA proposta por OSWALDO ALVAREZ DE CAMPOS JUNIOR em desfavor de OI S.A. É o necessário. Decido. As partes compuseram acordo, nos seguintes termos: "A requerida cancelará o serviço Arrec. Terc, BR TURBO BL PLUS-4002 0888, do terminal (65) 3261 1666, no prazo de 30 dias úteis, bem como compromete-se a inserir um crédito no valor de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), para abatimentos em contas futuras no terminal ativo (65) 3261 1666, no prazo de 60 dias úteis, ficando ciente o autor de que não deverá efetuar mudança do plano habilitado, durante vigência do crédito, sob pena de cancelamento do valor remanescente. Fica estipulada multa de 20% sobre o valor do crédito emcaso de descumprimento.. " Isso posto, considerando

que em havendo transação/acordo o exame do magistrado deve se limitar à sua validade e eficácia, entre os quais, se houve a efetiva transação, os transatores são titulares do direito que dispõem parcialmente, capazes de transigir e estão adequadamente representados, ausente qualquer impedimento ou ilegalidade no avençado/acordado pelas partes, HOMOLOGO-O para que produza seus efeitos legais – Lei n. 9.099/1995, art. 22, parágrafo único - e, em consequência, RESOLVO O MÉRITO – CPC, art. 269, III/NCPC, art. 487, III, "b". DECLARO O PRESENTE FEITO EXTINTO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, ANTE A SATISFAÇÃO DA OBRIGAÇÃO, nos termos do art. 924, I, c/c, art. 925, ambos do Código de Processo Civil. Sem taxas, despesas, custas processuais e honorários advocatícios - Lei n. 9.099/1995, arts. 54 e 55. Transitada em julgado, proceda com as baixas necessárias e arquive. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - "Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI", P. I. Cumpra. À submissão do(a) Juiz (a) de Direito para fins do disposto no artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Aisi Anne Lima Tiago Juíza Leiga _____ Visto e bem examinado. Trato de AÇÃO DE CONHECIMENTO – rito da Lei n. 9.099/1995 -, em que o(a) Juiz(a) Leigo(a) da Comarca proferiu o seu PROJETO DE SENTENÇA nos autos, o texto foi aprovado e já disponibilizado, razão pela qual HOMOLOGO para que passe a produzir os efeitos legais de SENTENÇA – Lei n. 9.099/1995, art. 40 -, cujo eventual prazo decorre da intimação. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - "Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI", P. I. Cumpra. Araputanga-MT, 11 de dezembro de 2019. (assinado digitalmente) Renato J. de A. C. Filho Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000542-40.2019.8.11.0038
Parte(s) Polo Ativo:
EMANOEL ANDRE DE LIMA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TATIANE APARECIDA DIAS SOUZA OAB - MT21724/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ARAPUTANGA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DA FAZENDA RUA CASTELO BRANCO, S/N, CENTRO, ARAPUTANGA - MT - CEP: 78260-000 Processo n. 1000542-40.2019.8.11.0038 REQUERENTE: EMANOEL ANDRE DE LIMA REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A PROJETO DE SENTENÇA Vistos. Dispensado o relatório na forma do art. 38 da Lei 9.099/1995. As sentenças nos Juizados Especiais obedecerão aos limites traçados no artigo 2º e artigo 38 da Lei nº 9.099/95 c.c artigo 1.046, parágrafos 2º e 4º do CPC c.c Enunciados nº161 e 162 do FONAJE. Cuida-se de AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS C/C PEDIDO ACAUTELATÓRIO, ajuizada por EMANOEL ANDRE DE LIMA em face de ENERGISA MATO GROSSO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A, ambos devidamente qualificados. Decido Nesse quadrante processual, e à luz dos poderes de direção conferidos ao Juiz na condução da demanda, com permissivo legal no artigo 355, I, do Código de Processo Civil, conheço diretamente do pedido e passo a julgar antecipadamente a lide. Indefiro a preliminar de impugnação quanto ao pedido de assistência gratuita, uma vez que, o artigo 54 da Lei 9.099/95, estatui que o acesso ao Juizado Especial independe, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas e o artigo 55 da mesma Lei, estabelece que a sentença de primeiro grau não condenará o vencido em custas e honorários de advogado, ressalvados os casos de litigância de má-fé. Passo a análise do mérito. Pelo que se extrai da inicial, e dos documentos que acompanham, a parte reclamante teve seu crédito restrito no comércio local em razão da inserção indevida de seu nome nos órgãos restritivos de crédito, referente a Unidade Consumidora sob o nº. 6/9013653-2, com endereço à Rua Sem Denominação, 0, QD – 10 LT, Loteamento Carvalho, a qual nunca lhe pertenceu. Diante da tentativa frustrada em resolver o problema pela via administrativa busca a tutela jurisdicional como garantia de seus direitos. Por outro lado, na peça contestatória, a parte ré defende que não houve qualquer conduta irregular praticada, inexistindo responsabilidade reparatória, pois, a referida cobrança é oriunda do inadimplemento contratual, regularmente, aderido pela parte autora, isto é, existe um contrato inadimplido, ensejador da restrição declinada na inicial. Argumenta que não há comprovação dos supostos danos morais sofridos pela parte autora e que os fatos não passaram de mero aborrecimento. Por fim, pugna pela improcedência in totum da pretensão autoral. Após análise percuciente dos elementos e circunstâncias que envolvem a controvérsia, tenho que razão assiste à parte autora. Apesar das argumentações trazidas pela parte promovida em sua defesa, tenho que esta não se desincumbiu de seu ônus probatório– art. 6º, VIII, do CDC, pois, não trouxe elemento de prova que retire a validade dos documentos juntados na inicial, bem assim, quaisquer causas impeditivas, modificativas ou extintivas do direito da parte Autora – art. 373, II, do CPC, no sentido de demonstrar a existência e exigibilidade da dívida. A reclamada alega que a autora é responsável pela unidade consumidora nº 6/9013653-2, com endereço à Rua Sem Denominação, 0, QD – 10 LT, Loteamento Carvalho, contudo, não anexou nenhum documento capaz de comprovar a contratação, utilizando apenas telas de seu sistema e relatórios de consumo. O autor foi ouvido em audiência de instrução tendo negado já ter residido no endereço da unidade, bem como, afirma que nunca solicitou ou foi titular da referida unidade, não tendo a requerida comprovado sua alegação. Restando caracterizada a falha e a abusividade na prestação de seus serviços. Assim, não comprovada à legitimidade da contratação, a cobrança, a declaração da inexistência do débito oriundo da negativação indevida, e a reparação pelos danos suportados é medida que se impõe. No que se refere aos danos materiais, é de se destacar, que conforme pacífica e reiterada jurisprudência, exigem a comprovação do quantum reclamado, posto que, ao contrário dos danos morais, não são presumíveis. Para que haja a condenação da parte Requerida, é indispensável que a parte Requerente comprove efetivamente a extensão dos prejuízos patrimoniais que suportou, em decorrência do ato ilícito, o que fora feito pela autora. A jurisprudência das Turmas que compõem a Segunda Seção do STJ (direito privado) é firme no sentido de que a repetição em dobro do indébito, prevista no art. 42, parágrafo único, da Lei n. 8.078/90, pressupõe tanto a existência de pagamento indevido quanto a má-fé do credor. - STJ, 3ª Turma, AgRg no REsp 1199273/SP, Min. Sidnei Beneti, DJe 19/08/2011 – e, assim, enquanto a Corte Especial do STJ, no EAREsp n. 600.663/RS, não decide em definitivo a divergência com a Primeira Seção do STJ (direito público), que admite a condenação quando decorrer de dolo (má-fé) ou culpa na conduta – STJ, 2ª Turma, REsp 1.079.064/SP, Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 20/4/09 - mantenho o entendimento fixado pelas de Direito Privado, de que a restituição deve ocorrer de forma simples, exceto se comprovada a má-fé da fornecedora, a qual não decorre da mera cobrança de valores decorrentes de procedimentos que venham a ser declaradas ilegais e, portanto, para que haja a devolução em dobro dos valores cobrados, é necessária a comprovação de 3 (três) requisitos – Lei n. 8.078/90, art. 42, parágrafo único -, ou seja, que a cobrança realizada tenha sido indevida, haja o efetivo pagamento pelo consumidor do excesso e a ausência de engano justificável/a demonstração da má-fé/dolo do credor. Portanto, ante a não comprovação de má fé da requerida, DEFIRO o pedido de dano material na forma simples, no valor de R$ 22,90 (vinte e dois e noventa centavos). Não há olvidar como vem decidindo nossos tribunais, o mero aborrecimento, o dissabor, a mágoa ou a irritação, sem maiores consequências, não são passíveis de indenização por dano moral. No entanto, em se tratando de negativação indevida, dúvida não há que há violação a bem jurídico passível de indenização, prescindindo a efetiva comprovação da materialização do dano. O contexto retratado nos autos indica postura da ré suficiente para gerar ofensa à honra. Entendo que o dissabor experimentado ultrapassou os limites do mero aborrecimento, caracterizando, portanto, a lesão à sua dignidade. Via de consequência procede à pretensão de condenação da parte reclamada ao pagamento de indenização por danos morais à parte autora, ao passo que inseriu indevidamente o seu nome nos órgãos restritivos que inviabilizou o seu acesso ao crédito no comércio local, caracterizando o dano moral in re ipsa, sendo irrelevante, portanto, a prova da sua ocorrência. Destaco que a sistemática da responsabilidade civil, nas relações de consumo é a de que responde o fornecedor de produtos e/ou de serviços independentemente da verificação de culpa, pelos danos causados aos consumidores, decorrentes de fatos do produto e/ou do serviço, respectivamente. Segundo as normas expressas na Lei n.8.078/90, essa

é objetiva e independe de culpa. Tal responsabilidade está, ainda, fundamentada na teoria do risco do empreendimento, pois aquele que tem o bônus deve arcar com os riscos e ônus de sua atividade. Nessa senda, tem manifestado as Turmas Recursais: RESPONSABILIDADE CIVIL. CONTRATO DE TELEFONIA. CANCELAMENTO DE LINHA TELEFÔNICA. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA. DANO MORAL. TERMO INICIAL. CITAÇÃO. I – A inclusão do nome do consumidor em cadastro de restrição ao crédito resulta em ofensa à imagem e reputação, causando desconforto moral apto a ensejar compensação pecuniária, sendo dispensável a prova do prejuízo. II – O valor da compensação por danos morais deve ser informado por critérios de proporcionalidade e razoabilidade, observando-se as condições econômicas das partes envolvidas, a natureza, a extensão do dano, o caráter punitivo da medida e o não enriquecimento sem causa da parte ofendida. III - O termo inicial dos juros de mora incidentes sobre os danos morais decorrentes da relação contratual é a data da citação. IV – Negou-se provimento ao recurso do autor. Deu-se parcial provimento ao recurso da ré.(TJ-DF - APC: 20130110862516, Relator: JOSÉ DIVINO DE OLIVEIRA, Data de Julgamento: 07/10/2015, 6ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 13/10/2015 . Pág.: 268); De tal modo, caracterizados o ato ofensivo, o dano e o nexo de causalidade, a reparação do dano moral é impositiva, na forma do art. 5º, V e X, da Constituição da República, do art. 6º, VI, do CDC e do art. 186 do CC. No tocante ao valor da indenização, compete ao juiz se orientar pela denominada lógica do razoável e fixar o valor da indenização de acordo com o grau de reprovabilidade da conduta ilícita, com as condições econômicas do causador do dano e do ofendido, em quantitativo consentâneo com a natureza e intensidade da humilhação, da tristeza e do constrangimento sofridos, de modo a produzir eficácia pedagógica, inibir novas condutas idênticas da parte ofensora, e representar compensação à parte ofendida, sem, contudo, implicar em indevido enriquecimento. Outrossim, a ausência de solução administrativa, tendo a autora procurado a requerida, gerando sentimento de frustração, lesão e impotência, e a falha na prestação dos serviços caracterizados como passíveis de gerar lesão aos direitos da personalidade e passíveis de compensação, a serem arbitrados no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais). Deixo de condenar a parte autora em litigância de má-fé, pois não se configuraram nenhuma das hipóteses previstas no art. 80 do CPC. Ante o exposto, e o que mais consta dos autos do processo, RESOLVO O MÉRITO, com fulcro no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, e JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados na exordial para: - DECLARAR INEXIGÍVEL os débitos discutidos e DETERMINAR que a requerida abstenha-se de exigi-lo/cobrá-lo por qualquer meio, bem como abstenha de efetuar a inscrição do nome do autor no cadastro de proteção ao crédito (SPC/SERASA), a partir do trânsito em julgado, sob pena de multa cominatória/astreinte equivalente ao TRIPLO do importe que exigir em desacordo; - CONDENAR a parte Ré a COMPENSAR/PAGAR à parte Autora, a título de dano patrimonial/material, no valor de R$ 22,90 (vinte e dois e noventa centavos), corrigido monetariamente – Enunciado n. 562 da Súmula do STF -, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC – Lei n. 6.899/81 -, e acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos do art. 406, do vigente Código Civil, c/c o §1º, do art. 161, do Código Tributário Nacional e Enunciado 20 da I Jornada de Direito Civil promovida pelo Centro de Estudos Jurídicos do Conselho da Justiça Federal, ambos a partir do evento danoso/data da inscrição – responsabilidade extracontratual – Enunciados n. 43 e n. 54 da Súmula do STJ e CC/02, art. 398. - CONDENAR a parte Ré a COMPENSAR/PAGAR à parte Autora, a título de dano moral, o valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), corrigido monetariamente a partir da leitura/intimação da sentença – Enunciado n. 362 da Súmula do STJ -, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC – Lei n. 6.899/81 -, e acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos do art. 406, do vigente Código Civil, c/c o §1º, do art. 161, do Código Tributário Nacional e Enunciado 20 da I Jornada de Direito Civil promovida pelo Centro de Estudos Jurídicos do Conselho da Justiça Federal, a partir do evento danoso/data da inscrição – responsabilidade extracontratual – Enunciado n. 54 da Súmula do STJ e CC/02, art. 398. - JULGAR IMPROCEDENTE o pedido de condenação em litigância de má fé; Sem taxas, despesas, custas processuais e honorários advocatícios - Lei n. 9.099/1995, arts. 54 e 55. Fica a parte sucumbente, desde já, ciente de que o não pagamento do valor da condenação no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do trânsito em julgado da sentença, apresentação de memória discriminada do débito e intimação para isso, acarretará a incidência da multa de 10% (dez por cento) sobre tal valor – art. 52, caput, da Lei n. 9.099/1995 e 475-J do CPC/NCPC, art. 523 e §§. Após o trânsito em julgado, certifique. Decorrido o prazo recursal e cumprido o julgado, arquive com as baixas e anotações de estilo. Do contrário, na ausência do cumprimento, após solicitação do interessado – art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/1995 -, prossiga com a execução na forma disposta pela Lei dos Juizados Especiais – art. 52 e ss. - e Código de Processo Civil – art. 475-I e ss./Novo Código de Processo Civil – art. 513 e ss.. Nada requerido no prazo de 15 (quinze) dias do trânsito em julgado, ARQUIVE os autos, sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido da parte – CNGC, art. 1.006. P. I. Cumpra. À submissão do(a) Juiz(a) de Direito para fins do disposto no artigo 40 da Lei n° 9.099/95. Aisi Anne Lima Tiago Juíza Leiga _____ Visto e bem examinado. Trato de AÇÃO DE CONHECIMENTO – rito da Lei n. 9.099/1995 -, em que o(a) Juiz(a) Leigo(a) da Comarca proferiu o seu PROJETO DE SENTENÇA nos autos, o texto foi aprovado e já disponibilizado, razão pela qual HOMOLOGO para que passe a produzir os efeitos legais de SENTENÇA – Lei n. 9.099/1995, art. 40 -, cujo eventual prazo decorre da intimação. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - "Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI", P. I. Cumpra. Araputanga-MT, 11 de dezembro de 2019. (assinado digitalmente) Renato J. de A. C. Filho Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000542-40.2019.8.11.0038
Parte(s) Polo Ativo:
EMANOEL ANDRE DE LIMA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TATIANE APARECIDA DIAS SOUZA OAB - MT21724/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ARAPUTANGA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DA FAZENDA RUA CASTELO BRANCO, S/N, CENTRO, ARAPUTANGA - MT - CEP: 78260-000 Processo n. 1000542-40.2019.8.11.0038 REQUERENTE: EMANOEL ANDRE DE LIMA REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A PROJETO DE SENTENÇA Vistos. Dispensado o relatório na forma do art. 38 da Lei 9.099/1995. As sentenças nos Juizados Especiais obedecerão aos limites traçados no artigo 2º e artigo 38 da Lei nº 9.099/95 c.c artigo 1.046, parágrafos 2º e 4º do CPC c.c Enunciados nº161 e 162 do FONAJE. Cuida-se de AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS C/C PEDIDO ACAUTELATÓRIO, ajuizada por EMANOEL ANDRE DE LIMA em face de ENERGISA MATO GROSSO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A, ambos devidamente qualificados. Decido Nesse quadrante processual, e à luz dos poderes de direção conferidos ao Juiz na condução da demanda, com permissivo legal no artigo 355, I, do Código de Processo Civil, conheço diretamente do pedido e passo a julgar antecipadamente a lide. Indefiro a preliminar de impugnação quanto ao pedido de assistência gratuita, uma vez que, o artigo 54 da Lei 9.099/95, estatui que o acesso ao Juizado Especial independe, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas e o artigo 55 da mesma Lei, estabelece que a sentença de primeiro grau não condenará o vencido em custas e honorários de advogado, ressalvados os casos de litigância de má-fé. Passo a análise do mérito. Pelo que se extrai da inicial, e dos documentos que acompanham, a parte reclamante teve seu crédito restrito no comércio local em razão da inserção indevida de seu nome nos órgãos restritivos de crédito, referente a Unidade Consumidora sob o nº. 6/9013653-2, com endereço à Rua Sem Denominação, 0, QD – 10 LT, Loteamento Carvalho, a qual nunca lhe pertenceu. Diante da tentativa frustrada em resolver o problema pela via administrativa busca a tutela jurisdicional como garantia de seus direitos. Por outro lado, na peça contestatória, a parte ré defende que não houve qualquer conduta irregular praticada, inexistindo responsabilidade reparatória, pois, a referida cobrança é oriunda do inadimplemento contratual, regularmente, aderido pela parte autora, isto é, existe um contrato inadimplido, ensejador da restrição declinada na inicial. Argumenta que não há comprovação dos supostos danos morais sofridos pela parte autora e que os fatos não passaram de mero aborrecimento.

Por fim, pugna pela improcedência in totum da pretensão autoral. Após análise percuciente dos elementos e circunstâncias que envolvem a controvérsia, tenho que razão assiste à parte autora. Apesar das argumentações trazidas pela parte promovida em sua defesa, tenho que esta não se desincumbiu de seu ônus probatório– art. 6º, VIII, do CDC, pois, não trouxe elemento de prova que retire a validade dos documentos juntados na inicial, bem assim, quaisquer causas impeditivas, modificativas ou extintivas do direito da parte Autora – art. 373, II, do CPC, no sentido de demonstrar a existência e exigibilidade da dívida. A reclamada alega que a autora é responsável pela unidade consumidora nº 6/9013653-2, com endereço à Rua Sem Denominação, 0, QD – 10 LT, Loteamento Carvalho, contudo, não anexou nenhum documento capaz de comprovar a contratação, utilizando apenas telas de seu sistema e relatórios de consumo. O autor foi ouvido em audiência de instrução tendo negado já ter residido no endereço da unidade, bem como, afirma que nunca solicitou ou foi titular da referida unidade, não tendo a requerida comprovado sua alegação. Restando caracterizada a falha e a abusividade na prestação de seus serviços. Assim, não comprovada à legitimidade da contratação, a cobrança, a declaração da inexistência do débito oriundo da negativação indevida, e a reparação pelos danos suportados é medida que se impõe. No que se refere aos danos materiais, é de se destacar, que conforme pacífica e reiterada jurisprudência, exigem a comprovação do quantum reclamado, posto que, ao contrário dos danos morais, não são presumíveis. Para que haja a condenação da parte Requerida, é indispensável que a parte Requerente comprove efetivamente a extensão dos prejuízos patrimoniais que suportou, em decorrência do ato ilícito, o que fora feito pela autora. A jurisprudência das Turmas que compõem a Segunda Seção do STJ (direito privado) é firme no sentido de que a repetição em dobro do indébito, prevista no art. 42, parágrafo único, da Lei n. 8.078/90, pressupõe tanto a existência de pagamento indevido quanto a má-fé do credor. - STJ, 3ª Turma, AgRg no REsp 1199273/SP, Min. Sidnei Beneti, DJe 19/08/2011 – e, assim, enquanto a Corte Especial do STJ, no EAREsp n. 600.663/RS, não decide em definitivo a divergência com a Primeira Seção do STJ (direito público), que admite a condenação quando decorrer de dolo (má-fé) ou culpa na conduta – STJ, 2ª Turma, REsp 1.079.064/SP, Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 20/4/09 - mantenho o entendimento fixado pelas de Direito Privado, de que a restituição deve ocorrer de forma simples, exceto se comprovada a má-fé da fornecedora, a qual não decorre da mera cobrança de valores decorrentes de procedimentos que venham a ser declaradas ilegais e, portanto, para que haja a devolução em dobro dos valores cobrados, é necessária a comprovação de 3 (três) requisitos – Lei n. 8.078/90, art. 42, parágrafo único -, ou seja, que a cobrança realizada tenha sido indevida, haja o efetivo pagamento pelo consumidor do excesso e a ausência de engano justificável/a demonstração da má-fé/dolo do credor. Portanto, ante a não comprovação de má fé da requerida, DEFIRO o pedido de dano material na forma simples, no valor de R$ 22,90 (vinte e dois e noventa centavos). Não há olvidar como vem decidindo nossos tribunais, o mero aborrecimento, o dissabor, a mágoa ou a irritação, sem maiores consequências, não são passíveis de indenização por dano moral. No entanto, em se tratando de negativação indevida, dúvida não há que há violação a bem jurídico passível de indenização, prescindindo a efetiva comprovação da materialização do dano. O contexto retratado nos autos indica postura da ré suficiente para gerar ofensa à honra. Entendo que o dissabor experimentado ultrapassou os limites do mero aborrecimento, caracterizando, portanto, a lesão à sua dignidade. Via de consequência procede à pretensão de condenação da parte reclamada ao pagamento de indenização por danos morais à parte autora, ao passo que inseriu indevidamente o seu nome nos órgãos restritivos que inviabilizou o seu acesso ao crédito no comércio local, caracterizando o dano moral in re ipsa, sendo irrelevante, portanto, a prova da sua ocorrência. Destaco que a sistemática da responsabilidade civil, nas relações de consumo é a de que responde o fornecedor de produtos e/ou de serviços independentemente da verificação de culpa, pelos danos causados aos consumidores, decorrentes de fatos do produto e/ou do serviço, respectivamente. Segundo as normas expressas na Lei n.8.078/90, essa é objetiva e independe de culpa. Tal responsabilidade está, ainda, fundamentada na teoria do risco do empreendimento, pois aquele que tem o bônus deve arcar com os riscos e ônus de sua atividade. Nessa senda, tem manifestado as Turmas Recursais: RESPONSABILIDADE CIVIL. CONTRATO DE TELEFONIA. CANCELAMENTO DE LINHA TELEFÔNICA. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA. DANO MORAL. TERMO INICIAL. CITAÇÃO. I – A inclusão do nome do consumidor em cadastro de restrição ao crédito resulta em ofensa à imagem e reputação, causando desconforto moral apto a ensejar compensação pecuniária, sendo dispensável a prova do prejuízo. II – O valor da compensação por danos morais deve ser informado por critérios de proporcionalidade e razoabilidade, observando-se as condições econômicas das partes envolvidas, a natureza, a extensão do dano, o caráter punitivo da medida e o não enriquecimento sem causa da parte ofendida. III - O termo inicial dos juros de mora incidentes sobre os danos morais decorrentes da relação contratual é a data da citação. IV – Negou-se provimento ao recurso do autor. Deu-se parcial provimento ao recurso da ré.(TJ-DF - APC: 20130110862516, Relator: JOSÉ DIVINO DE OLIVEIRA, Data de Julgamento: 07/10/2015, 6ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 13/10/2015 . Pág.: 268); De tal modo, caracterizados o ato ofensivo, o dano e o nexo de causalidade, a reparação do dano moral é impositiva, na forma do art. 5º, V e X, da Constituição da República, do art. 6º, VI, do CDC e do art. 186 do CC. No tocante ao valor da indenização, compete ao juiz se orientar pela denominada lógica do razoável e fixar o valor da indenização de acordo com o grau de reprovabilidade da conduta ilícita, com as condições econômicas do causador do dano e do ofendido, em quantitativo consentâneo com a natureza e intensidade da humilhação, da tristeza e do constrangimento sofridos, de modo a produzir eficácia pedagógica, inibir novas condutas idênticas da parte ofensora, e representar compensação à parte ofendida, sem, contudo, implicar em indevido enriquecimento. Outrossim, a ausência de solução administrativa, tendo a autora procurado a requerida, gerando sentimento de frustração, lesão e impotência, e a falha na prestação dos serviços caracterizados como passíveis de gerar lesão aos direitos da personalidade e passíveis de compensação, a serem arbitrados no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais). Deixo de condenar a parte autora em litigância de má-fé, pois não se configuraram nenhuma das hipóteses previstas no art. 80 do CPC. Ante o exposto, e o que mais consta dos autos do processo, RESOLVO O MÉRITO, com fulcro no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, e JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados na exordial para: - DECLARAR INEXIGÍVEL os débitos discutidos e DETERMINAR que a requerida abstenha-se de exigi-lo/cobrá-lo por qualquer meio, bem como abstenha de efetuar a inscrição do nome do autor no cadastro de proteção ao crédito (SPC/SERASA), a partir do trânsito em julgado, sob pena de multa cominatória/astreinte equivalente ao TRIPLO do importe que exigir em desacordo; - CONDENAR a parte Ré a COMPENSAR/PAGAR à parte Autora, a título de dano patrimonial/material, no valor de R$ 22,90 (vinte e dois e noventa centavos), corrigido monetariamente – Enunciado n. 562 da Súmula do STF -, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC – Lei n. 6.899/81 -, e acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos do art. 406, do vigente Código Civil, c/c o §1º, do art. 161, do Código Tributário Nacional e Enunciado 20 da I Jornada de Direito Civil promovida pelo Centro de Estudos Jurídicos do Conselho da Justiça Federal, ambos a partir do evento danoso/data da inscrição – responsabilidade extracontratual – Enunciados n. 43 e n. 54 da Súmula do STJ e CC/02, art. 398. - CONDENAR a parte Ré a COMPENSAR/PAGAR à parte Autora, a título de dano moral, o valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), corrigido monetariamente a partir da leitura/intimação da sentença – Enunciado n. 362 da Súmula do STJ -, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC – Lei n. 6.899/81 -, e acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos do art. 406, do vigente Código Civil, c/c o §1º, do art. 161, do Código Tributário Nacional e Enunciado 20 da I Jornada de Direito Civil promovida pelo Centro de Estudos Jurídicos do Conselho da Justiça Federal, a partir do evento danoso/data da inscrição – responsabilidade extracontratual – Enunciado n. 54 da Súmula do STJ e CC/02, art. 398. - JULGAR IMPROCEDENTE o pedido de condenação em litigância de má fé; Sem taxas, despesas, custas processuais e honorários advocatícios - Lei n. 9.099/1995, arts. 54 e 55. Fica a parte sucumbente, desde já, ciente de que o não pagamento do valor da condenação no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do trânsito em julgado da sentença, apresentação de memória discriminada do débito e intimação para isso, acarretará a incidência da multa de 10% (dez por cento) sobre tal valor – art. 52, caput, da Lei n. 9.099/1995 e 475-J do CPC/NCPC, art. 523 e §§. Após o trânsito em julgado, certifique. Decorrido o prazo recursal e cumprido o julgado, arquive com as baixas e anotações de estilo. Do contrário, na ausência do cumprimento, após solicitação do interessado – art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/1995 -, prossiga com a execução na forma disposta pela Lei dos Juizados Especiais – art. 52 e

ss. - e Código de Processo Civil – art. 475-I e ss./Novo Código de Processo Civil – art. 513 e ss.. Nada requerido no prazo de 15 (quinze) dias do trânsito em julgado, ARQUIVE os autos, sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido da parte – CNGC, art. 1.006. P. I. Cumpra. À submissão do(a) Juiz(a) de Direito para fins do disposto no artigo 40 da Lei n° 9.099/95. Aisi Anne Lima Tiago Juíza Leiga _____ Visto e bem examinado. Trato de AÇÃO DE CONHECIMENTO – rito da Lei n. 9.099/1995 -, em que o(a) Juiz(a) Leigo(a) da Comarca proferiu o seu PROJETO DE SENTENÇA nos autos, o texto foi aprovado e já disponibilizado, razão pela qual HOMOLOGO para que passe a produzir os efeitos legais de SENTENÇA – Lei n. 9.099/1995, art. 40 -, cujo eventual prazo decorre da intimação. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - "Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI", P. I. Cumpra. Araputanga-MT, 11 de dezembro de 2019. (assinado digitalmente) Renato J. de A. C. Filho Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000244-48.2019.8.11.0038
Parte(s) Polo Ativo:
LUCINETE NEIVA DA COSTA (REQUERENTE)
GENEZ RODRIGUES DA SILVA (REQUERENTE)
MARTA TEIXEIRA LIMA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TATIANE APARECIDA DIAS SOUZA OAB - MT21724/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ARAPUTANGA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DA FAZENDA RUA CASTELO BRANCO, S/N, CENTRO, ARAPUTANGA - MT - CEP: 78260-000 Processo n. 1000244-48.2019.8.11.0038 REQUERENTE: GENEZ RODRIGUES DA SILVA, LUCINETE NEIVA DA COSTA, MARTA TEIXEIRA LIMA DA SILVA REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A PROJETO DE SENTENÇA Vistos. Trata-se de AÇÃO DE RECLAMAÇÃO COM PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS, movida por GENEZ RODRIGUES DA SILVA, LUCINETE NEIVA DA COSTA e MARTA TEIXEIRA LIMA DA SILVA, em desfavor de ENERGISA MATO GROSSO – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A. Dispensado o relatório na forma do art. 38 da Lei 9.099/1995. Decido. Nesse quadrante processual, e à luz dos poderes de direção conferidos ao Juiz na condução da demanda, com permissivo legal no artigo 330, I, do Código de Processo Civil, conheço diretamente do pedido e passo a julgar antecipadamente a lide. Existindo preliminar suscitada. Enfrento-as. No que se refere a preliminar de ilegitimidade ativa, trato de relação de consumo, na qual temos de um lado um consumidor e de outro o fornecedor, uma vez que a Lei n. 8.078/90, art. 17, equipara à condição de consumidor todas as pessoas que possam ter sido vitimadas pelos acidentes decorrentes do fato de produto ou serviço. Toda e qualquer vítima de acidente de consumo equipara-se ao consumidor para efeito da proteção conferida pela Lei n. 8.078/90. Passam a ser abrangidos os chamados 'bystander', terceiros que, embora não estejam diretamente envolvidos na relação de consumo, são atingidos pelo aparecimento de um defeito no produto ou no serviço. Verifica-se que a unidade consumidora se encontra em nome do Sra. MARTA TEIXEIRA LIMA DA SILVA, contudo, trata-se de tanque comunitário, utilizado pelos autores, restando estes legítimos para requerer o dano imaterial e material como consumidora por equiparação (bystanders). Portanto indefiro a preliminar. Passo a analisa o mérito. A parte autora requer a condenação da parte ré no dano material e moral suportado, em decorrência da ausência de energia elétrica em sua propriedade na data de 12/12/2018, ocasionando a perca de 2.000 litros de leite. Afirma que, entrou em contato com a requerida inúmeras vezes, sendo que lhe foi prometido solução, o que não ocorreu, anexa protocolos de ligação. A parte reclamada em sua defesa alega a inexistência de ato ilícito. Argumenta que não há comprovação dos danos materiais supostamente sofridos pela parte autora, tampouco danos morais. Por fim, pugna pela improcedência da demanda. Em análise aos elementos e circunstâncias que envolvem a controvérsia, tenho que razão parcialmente assiste à parte autora. Constato que apesar das argumentações trazidas pela parte ré em sua defesa, não há como afastar a sua responsabilidade pelos eventos narrados na inicial, vez que, não se desincumbiu do seu ônus probatório – art. 6º, VIII, do CDC, pois, deixou de trazer aos autos qualquer prova capaz de afastar o nexo de causalidade e corroborar as suas alegações defensivas. Do mesmo modo, não comprovou a correta prestação dos serviços, tampouco a culpa concorrente da parte autora, pois, como dito, não carreou aos autos nenhum documento apto a comprovar a veracidade de suas alegações, bem como, quaisquer causas impeditivas, modificativas ou extintivas do direito da parte Autora – art. 333, II, do CPC. Incontroverso que houve falha na prestação de seus serviços, pois, cabe a esta como prestadora de serviços, que, aliás, recebe por tais serviços, manter a rede em perfeito funcionamento, bem como solucionar os eventuais problemas, com a maior brevidade possível, por se tratar de um serviço essencial, não tendo comprovado suas alegações de ausência de interrupção na data de 12/12/2018. Não prospera a alegação da requerida de ausência de responsabilidade com fundamente na Resolução 414/2010, que determina que a Requerida somente esteja passível de ressarcir danos elétricos ocorridos as unidades consumidoras com tensão igual ou inferior a 2,3 KV, haja vista que a lide não trata de dano elétrico e sim ausência de energia. Ademais, não comprova que a unidade consumidora possui tensão igual ou inferior a 2,3 KV. A sistemática da responsabilidade civil nas relações de consumo é a de que responde o fornecedor de produtos e/ou de serviços independentemente da verificação de culpa, pelos danos causados aos consumidores, decorrentes de fatos do produto e/ou do serviço, respectivamente. Dessa forma, e diante da responsabilidade objetiva da empresa concessionária de serviço público, nos termos artigo 37, §6º, da Constituição Federal, bem como da comprovação dos danos e do nexo causal, deve ser reconhecido o dever de indenizar os prejuízos suportados pela parte demandante. No tocante ao dano material, é de se destacar, que conforme pacífica e reiterada jurisprudência, exigem a comprovação do quantum reclamado, posto que, ao contrário dos danos morais, não são presumíveis. Para que haja a condenação da parte Requerida, é indispensável que a parte Requerente comprove efetivamente a extensão dos prejuízos patrimoniais que suportou, em decorrência do ato ilícito, o que fora feito pelo autor. Portanto, DEFIRO pedido de dano material, o qual deverá ser ressarcido no valor de R$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais). Com relação ao dano moral, da mesma maneira entendo que razão assiste a parte autora diante da gravidade dos fatos, bem como do descaso demonstrado pela requerida que não comprovou ter prestado a devida assistência à parte autora, necessitando realizar incontáveis ligações e reclamações (protocolos informados na exordial), tendo o pedido administrativo negado. Entendo que o dissabor experimentado ultrapassou os limites do mero aborrecimento, caracterizando, portanto, a lesão à sua dignidade. A situação causou angústia e sofrimento na parte autora, afetando o seu bem-estar psicológico, de modo que o dano moral afigura-se in re ipsa, que não necessita da sua comprovação, visto que existe em decorrência do próprio evento. No tocante ao valor da indenização, deve-se levar em conta o caráter sancionatório e inibitório da condenação, mas sem levar-se ao enriquecimento indevido de quem o pleiteia motivo pelo qual o valor arbitrado não deve ultrapassar os limites do razoável. Pelo exposto, RESOLVO O MÉRITO, com fulcro no artigo 487, inciso I, do Novo Código de Processo Civil e JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão formulada na inicial, para: - CONDENAR a parte Ré a COMPENSAR/PAGAR à parte Autora, a título de dano moral, o valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), para cada autor, corrigido monetariamente a partir da leitura/intimação da sentença – Enunciado n. 362 da Súmula do STJ -, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC – Lei n. 6.899/81 -, e acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos do art. 406, do vigente Código Civil, c/c o §1º, do art. 161, do Código Tributário Nacional e Enunciado 20 da I Jornada de Direito Civil promovida pelo Centro de Estudos Jurídicos do Conselho da Justiça Federal, a partir da citação – CC/02, art. 397, parágrafo único c/c art. 405. - CONDENAR a reclamada a indenizar o reclamante, a título de dano patrimonial/material, no valor de R$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais), corrigido monetariamente a partir do desembolso/pagamentos das quantias e/ou prejuízo, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC – Lei n. 6.899/81 -, e acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos do art. 406, do vigente Código Civil, c/c o §1º, do art. 161, do Código Tributário Nacional e Enunciado 20 da I Jornada de Direito Civil promovida pelo Centro de Estudos Jurídicos do Conselho da Justiça Federal, a partir da citação –

CC/02, art. 397, parágrafo único c/c art. 405. Sem taxas, despesas, custas processuais e honorários advocatícios - Lei n. 9.099/1995, arts. 54 e 55. Fica a parte sucumbente, desde já, ciente de que o não pagamento do valor da condenação no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do trânsito em julgado da sentença, apresentação de memória discriminada do débito e intimação para isso, acarretará a incidência da multa de 10% (dez por cento) sobre tal valor – art. 52, caput, da Lei n. 9.099/1995 e 475-J do CPC/NCPC, art. 523 e §§. Após o trânsito em julgado, certifique. Decorrido o prazo recursal e cumprido o julgado, arquive com as baixas e anotações de estilo. Do contrário, na ausência do cumprimento, após solicitação do interessado – art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/1995 -, prossiga com a execução na forma disposta pela Lei dos Juizados Especiais – art. 52 e ss. - e Código de Processo Civil – art. 475-I e ss./Novo Código de Processo Civil – art. 513 e ss.. Nada requerido no prazo de 15 (quinze) dias do trânsito em julgado, ARQUIVE os autos, sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido da parte – CNGC, art. 1.006. P. I. Cumpra. À submissão do Juiz de Direito para fins do disposto no artigo 40 da Lei n° 9.099/95. Aisi Anne Lima Tiago Juíza Leiga _____ Visto e bem examinado. Trato de AÇÃO DE CONHECIMENTO – rito da Lei n. 9.099/1995 -, em que o(a) Juiz(a) Leigo(a) da Comarca proferiu o seu PROJETO DE SENTENÇA nos autos, o texto foi aprovado e já disponibilizado, razão pela qual HOMOLOGO para que passe a produzir os efeitos legais de SENTENÇA – Lei n. 9.099/1995, art. 40 -, cujo eventual prazo decorre da intimação. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - "Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI", P. I. Cumpra. Araputanga-MT, 11 de dezembro de 2019. (assinado digitalmente) Renato J. de A. C. Filho Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000244-48.2019.8.11.0038
Parte(s) Polo Ativo:
LUCINETE NEIVA DA COSTA (REQUERENTE)
GENEZ RODRIGUES DA SILVA (REQUERENTE)
MARTA TEIXEIRA LIMA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TATIANE APARECIDA DIAS SOUZA OAB - MT21724/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ARAPUTANGA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DA FAZENDA RUA CASTELO BRANCO, S/N, CENTRO, ARAPUTANGA - MT - CEP: 78260-000 Processo n. 1000244-48.2019.8.11.0038 REQUERENTE: GENEZ RODRIGUES DA SILVA, LUCINETE NEIVA DA COSTA, MARTA TEIXEIRA LIMA DA SILVA REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A PROJETO DE SENTENÇA Vistos. Trata-se de AÇÃO DE RECLAMAÇÃO COM PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS, movida por GENEZ RODRIGUES DA SILVA, LUCINETE NEIVA DA COSTA e MARTA TEIXEIRA LIMA DA SILVA, em desfavor de ENERGISA MATO GROSSO – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A. Dispensado o relatório na forma do art. 38 da Lei 9.099/1995. Decido. Nesse quadrante processual, e à luz dos poderes de direção conferidos ao Juiz na condução da demanda, com permissivo legal no artigo 330, I, do Código de Processo Civil, conheço diretamente do pedido e passo a julgar antecipadamente a lide. Existindo preliminar suscitada. Enfrento-as. No que se refere a preliminar de ilegitimidade ativa, trato de relação de consumo, na qual temos de um lado um consumidor e de outro o fornecedor, uma vez que a Lei n. 8.078/90, art. 17, equipara à condição de consumidor todas as pessoas que possam ter sido vitimadas pelos acidentes decorrentes do fato de produto ou serviço. Toda e qualquer vítima de acidente de consumo equipara-se ao consumidor para efeito da proteção conferida pela Lei n. 8.078/90. Passam a ser abrangidos os chamados 'bystander', terceiros que, embora não estejam diretamente envolvidos na relação de consumo, são atingidos pelo aparecimento de um defeito no produto ou no serviço. Verifica-se que a unidade consumidora se encontra em nome do Sra. MARTA TEIXEIRA LIMA DA SILVA, contudo, trata-se de tanque comunitário, utilizado pelos autores, restando estes legítimos para requerer o dano imaterial e material como consumidora por equiparação (bystanders). Portanto indefiro a preliminar. Passo a analisa o mérito. A parte autora requer a condenação da parte ré no dano material e moral suportado, em decorrência da ausência de energia elétrica em sua propriedade na data de 12/12/2018, ocasionando a perca de 2.000 litros de leite. Afirma que, entrou em contato com a requerida inúmeras vezes, sendo que lhe foi prometido solução, o que não ocorreu, anexa protocolos de ligação. A parte reclamada em sua defesa alega a inexistência de ato ilícito. Argumenta que não há comprovação dos danos materiais supostamente sofridos pela parte autora, tampouco danos morais. Por fim, pugna pela improcedência da demanda. Em análise aos elementos e circunstâncias que envolvem a controvérsia, tenho que razão parcialmente assiste à parte autora. Constato que apesar das argumentações trazidas pela parte ré em sua defesa, não há como afastar a sua responsabilidade pelos eventos narrados na inicial, vez que, não se desincumbiu do seu ônus probatório – art. 6º, VIII, do CDC, pois, deixou de trazer aos autos qualquer prova capaz de afastar o nexo de causalidade e corroborar as suas alegações defensivas. Do mesmo modo, não comprovou a correta prestação dos serviços, tampouco a culpa concorrente da parte autora, pois, como dito, não carreou aos autos nenhum documento apto a comprovar a veracidade de suas alegações, bem como, quaisquer causas impeditivas, modificativas ou extintivas do direito da parte Autora – art. 333, II, do CPC. Incontroverso que houve falha na prestação de seus serviços, pois, cabe a esta como prestadora de serviços, que, aliás, recebe por tais serviços, manter a rede em perfeito funcionamento, bem como solucionar os eventuais problemas, com a maior brevidade possível, por se tratar de um serviço essencial, não tendo comprovado suas alegações de ausência de interrupção na data de 12/12/2018. Não prospera a alegação da requerida de ausência de responsabilidade com fundamente na Resolução 414/2010, que determina que a Requerida somente esteja passível de ressarcir danos elétricos ocorridos as unidades consumidoras com tensão igual ou inferior a 2,3 KV, haja vista que a lide não trata de dano elétrico e sim ausência de energia. Ademais, não comprova que a unidade consumidora possui tensão igual ou inferior a 2,3 KV. A sistemática da responsabilidade civil nas relações de consumo é a de que responde o fornecedor de produtos e/ou de serviços independentemente da verificação de culpa, pelos danos causados aos consumidores, decorrentes de fatos do produto e/ou do serviço, respectivamente. Dessa forma, e diante da responsabilidade objetiva da empresa concessionária de serviço público, nos termos artigo 37, §6º, da Constituição Federal, bem como da comprovação dos danos e do nexo causal, deve ser reconhecido o dever de indenizar os prejuízos suportados pela parte demandante. No tocante ao dano material, é de se destacar, que conforme pacífica e reiterada jurisprudência, exigem a comprovação do quantum reclamado, posto que, ao contrário dos danos morais, não são presumíveis. Para que haja a condenação da parte Requerida, é indispensável que a parte Requerente comprove efetivamente a extensão dos prejuízos patrimoniais que suportou, em decorrência do ato ilícito, o que fora feito pelo autor. Portanto, DEFIRO pedido de dano material, o qual deverá ser ressarcido no valor de R$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais). Com relação ao dano moral, da mesma maneira entendo que razão assiste a parte autora diante da gravidade dos fatos, bem como do descaso demonstrado pela requerida que não comprovou ter prestado a devida assistência à parte autora, necessitando realizar incontáveis ligações e reclamações (protocolos informados na exordial), tendo o pedido administrativo negado. Entendo que o dissabor experimentado ultrapassou os limites do mero aborrecimento, caracterizando, portanto, a lesão à sua dignidade. A situação causou angústia e sofrimento na parte autora, afetando o seu bem-estar psicológico, de modo que o dano moral afigura-se in re ipsa, que não necessita da sua comprovação, visto que existe em decorrência do próprio evento. No tocante ao valor da indenização, deve-se levar em conta o caráter sancionatório e inibitório da condenação, mas sem levar-se ao enriquecimento indevido de quem o pleiteia motivo pelo qual o valor arbitrado não deve ultrapassar os limites do razoável. Pelo exposto, RESOLVO O MÉRITO, com fulcro no artigo 487, inciso I, do Novo Código de Processo Civil e JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão formulada na inicial, para: - CONDENAR a parte Ré a COMPENSAR/PAGAR à parte Autora, a título de dano moral, o valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), para cada autor, corrigido monetariamente a partir da leitura/intimação da sentença – Enunciado n. 362 da Súmula do STJ -, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC – Lei n. 6.899/81 -, e acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos do art. 406, do vigente Código Civil, c/c o §1º, do art. 161, do Código Tributário

Nacional e Enunciado 20 da I Jornada de Direito Civil promovida pelo Centro de Estudos Jurídicos do Conselho da Justiça Federal, a partir da citação – CC/02, art. 397, parágrafo único c/c art. 405. - CONDENAR a reclamada a indenizar o reclamante, a título de dano patrimonial/material, no valor de R$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais), corrigido monetariamente a partir do desembolso/pagamentos das quantias e/ou prejuízo, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC – Lei n. 6.899/81 -, e acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos do art. 406, do vigente Código Civil, c/c o §1º, do art. 161, do Código Tributário Nacional e Enunciado 20 da I Jornada de Direito Civil promovida pelo Centro de Estudos Jurídicos do Conselho da Justiça Federal, a partir da citação – CC/02, art. 397, parágrafo único c/c art. 405. Sem taxas, despesas, custas processuais e honorários advocatícios - Lei n. 9.099/1995, arts. 54 e 55. Fica a parte sucumbente, desde já, ciente de que o não pagamento do valor da condenação no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do trânsito em julgado da sentença, apresentação de memória discriminada do débito e intimação para isso, acarretará a incidência da multa de 10% (dez por cento) sobre tal valor – art. 52, caput, da Lei n. 9.099/1995 e 475-J do CPC/NCPC, art. 523 e §§. Após o trânsito em julgado, certifique. Decorrido o prazo recursal e cumprido o julgado, arquive com as baixas e anotações de estilo. Do contrário, na ausência do cumprimento, após solicitação do interessado – art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/1995 -, prossiga com a execução na forma disposta pela Lei dos Juizados Especiais – art. 52 e ss. - e Código de Processo Civil – art. 475-I e ss./Novo Código de Processo Civil – art. 513 e ss.. Nada requerido no prazo de 15 (quinze) dias do trânsito em julgado, ARQUIVE os autos, sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido da parte – CNGC, art. 1.006. P. I. Cumpra. À submissão do Juiz de Direito para fins do disposto no artigo 40 da Lei n° 9.099/95. Aisi Anne Lima Tiago Juíza Leiga _____ Visto e bem examinado. Trato de AÇÃO DE CONHECIMENTO – rito da Lei n. 9.099/1995 -, em que o(a) Juiz(a) Leigo(a) da Comarca proferiu o seu PROJETO DE SENTENÇA nos autos, o texto foi aprovado e já disponibilizado, razão pela qual HOMOLOGO para que passe a produzir os efeitos legais de SENTENÇA – Lei n. 9.099/1995, art. 40 -, cujo eventual prazo decorre da intimação. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - "Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI", P. I. Cumpra. Araputanga-MT, 11 de dezembro de 2019. (assinado digitalmente) Renato J. de A. C. Filho Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000714-79.2019.8.11.0038
Parte(s) Polo Ativo:
MIGUEL OLIVEIRA FILHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
OSWALDO ALVAREZ DE CAMPOS JUNIOR OAB - MT6702-O (ADVOGADO(A))
RODRIGO FRANCISCO DE SOUZA OAB - MT0019474A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ARAPUTANGA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DA FAZENDA RUA CASTELO BRANCO, S/N, CENTRO, ARAPUTANGA - MT - CEP: 78260-000 Processo n. 1000714-79.2019.8.11.0038 REQUERENTE: MIGUEL OLIVEIRA FILHO REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Visto e bem examinado. Trato de AÇÃO DE CONHECIMENTO – rito da Lei n. 9.099/1995 - em que, diante das peculiaridades do caso e necessidade de esclarecimentos outros, DETERMINO que designe AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO de acordo com a agenda da juíza leiga, e intime as partes, com a ADVERTÊNCIA ao(s) requerente(s) de que o processo será extinto e esta parte condenada nas despesas/custas, quando deixar de comparecer PESSOALMENTE a qualquer das audiências do processo – art. 9º c/c art. 51, I e § 2º, todos da Lei n. 9.099/1995 e Enunciados n. 13 e 28 do FONAJE –, bem como ao(s) requerido(s) de que, não comparecendo PESSOALMENTE, considerar-se-ão verdadeiras as alegações iniciais, ensejando, pois, os efeitos da revelia, salvo se o contrário resultar da convicção do juiz – Lei n. 9.099/1995, art. 20. As intimações no Juizado Especial serão feitas na forma prevista para a citação ou por qualquer outro MEIO IDÔNEO DE COMUNICAÇÃO – Lei n. 9.099/1995, art. 19 -, sendo que nas realizadas por telefone, deverá certificar qual o número chamado, o dia, o horário, a pessoa com quem falou e, em resumo, o teor da comunicação e da respectiva resposta, além de outras informações pertinentes – art. 911 da CNGC. Em atenção aos termos da CGJ, art. 917 e ss., a realização dessa intimação das instituições públicas ou privadas cadastradas deverá ser realizada de FORMA ELETRÔNICA. Nos locais atendidos e não se tratando da hipótese suso mencionada, far-se-á por CORRESPONDÊNCIA/CORREIO, com aviso de recebimento em mão própria (ARMP) e considerar-se-á feita na data da entrega da carta no endereço – art. 909 da CNGC. Eventuais testemunhas, até o máximo de 3 (três) para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento levadas pela parte que as tenha arrolado, independentemente de intimação, ou mediante esta, se assim for requerido na forma da Lei n. 9.099/1995, art. 34 e§§. Cumpra, expedindo o necessário. Às providências. Araputanga-MT, 11 de dezembro de 2019 - 19:36:17. (assinado digitalmente) Renato J. de A. C. Filho Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000714-79.2019.8.11.0038
Parte(s) Polo Ativo:
MIGUEL OLIVEIRA FILHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
OSWALDO ALVAREZ DE CAMPOS JUNIOR OAB - MT6702-O (ADVOGADO(A))
RODRIGO FRANCISCO DE SOUZA OAB - MT0019474A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ARAPUTANGA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DA FAZENDA RUA CASTELO BRANCO, S/N, CENTRO, ARAPUTANGA - MT - CEP: 78260-000 Processo n. 1000714-79.2019.8.11.0038 REQUERENTE: MIGUEL OLIVEIRA FILHO REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Visto e bem examinado. Trato de AÇÃO DE CONHECIMENTO – rito da Lei n. 9.099/1995 - em que, diante das peculiaridades do caso e necessidade de esclarecimentos outros, DETERMINO que designe AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO de acordo com a agenda da juíza leiga, e intime as partes, com a ADVERTÊNCIA ao(s) requerente(s) de que o processo será extinto e esta parte condenada nas despesas/custas, quando deixar de comparecer PESSOALMENTE a qualquer das audiências do processo – art. 9º c/c art. 51, I e § 2º, todos da Lei n. 9.099/1995 e Enunciados n. 13 e 28 do FONAJE –, bem como ao(s) requerido(s) de que, não comparecendo PESSOALMENTE, considerar-se-ão verdadeiras as alegações iniciais, ensejando, pois, os efeitos da revelia, salvo se o contrário resultar da convicção do juiz – Lei n. 9.099/1995, art. 20. As intimações no Juizado Especial serão feitas na forma prevista para a citação ou por qualquer outro MEIO IDÔNEO DE COMUNICAÇÃO – Lei n. 9.099/1995, art. 19 -, sendo que nas realizadas por telefone, deverá certificar qual o número chamado, o dia, o horário, a pessoa com quem falou e, em resumo, o teor da comunicação e da respectiva resposta, além de outras informações pertinentes – art. 911 da CNGC. Em atenção aos termos da CGJ, art. 917 e ss., a realização dessa intimação das instituições públicas ou privadas cadastradas deverá ser realizada de FORMA ELETRÔNICA. Nos locais atendidos e não se tratando da hipótese suso mencionada, far-se-á por CORRESPONDÊNCIA/CORREIO, com aviso de recebimento em mão própria (ARMP) e considerar-se-á feita na data da entrega da carta no endereço – art. 909 da CNGC. Eventuais testemunhas, até o máximo de 3 (três) para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento levadas pela parte que as tenha arrolado, independentemente de intimação, ou mediante esta, se assim for requerido na forma da Lei n. 9.099/1995, art. 34 e§§. Cumpra, expedindo o necessário. Às providências. Araputanga-MT, 11 de dezembro de 2019 - 19:36:17. (assinado digitalmente) Renato J. de A. C. Filho Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000993-65.2019.8.11.0038
Parte(s) Polo Ativo:
ADRIANO E SILVA BARROS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:

MARCELA APARECIDA CARDOSO OAB - MT19356/O (ADVOGADO(A))
PAULA REGINA CARDOSO OAB - MT0015506A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAYARA BENDO LECHUGA OAB - MT20191-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ARAPUTANGA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DA FAZENDA RUA CASTELO BRANCO, S/N, CENTRO, ARAPUTANGA - MT - CEP: 78260-000 Processo n. 1000993-65.2019.8.11.0038 REQUERENTE: ADRIANO E SILVA BARROS REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Visto e bem examinado. Trato de AÇÃO DE CONHECIMENTO – rito da Lei n. 9.099/1995 - com pedido de TUTELA PROVISÓRIA de URGÊNCIA LIMINAR ANTECIPADA – NCPC, art. 300 e ss. -, tendo como partes ADRIANO E SILVA BARROS e ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A., em que, entre outros, aquela requer in initio litis e inaudita altera parte seja determinado que a reclamada faça a "religação imediata da Unidade Consumidora 6/1957281-7, eis que o corte foi efetuado indevidamente na data do dia 18/11/2019". Narra que: "O reclamante é cliente da reclamada, conforme a Unidade Consumidora 6/1957281-7, faturas anexas. Há meses o reclamante vem sofrendo com faturas exorbitantes da reclamada, e agora no mês de setembro foi mais uma vez surpreendido com uma fatura exorbitante, no valor de R$ 1.711,21 (um mil setecentos e onze reais e vinte e um centavos), não condizente com a realidade do requerente" "Apesar de constar na fatura que trata-se de energia rural, a residência do requerente está localizada no perímetro urbano, trata-se de uma residência simples e mesmo fazendo leitura a cada três meses, jamais o requerente consumiria o valor cobrado". "O autor compareceu ao Procon local, solicitou vistoria e bloqueio de corte, o que foi deferido pela atendente Monica, todavia a reclamada não cumpriu, realizou o corte no mesmo dia, (18/11/2019)" "Excelência, é um abuso o que a reclamada está fazendo com o reclamante e sua família, pois estão cobrando um consumo inexistente, por "estimativa" e isso é ilegal. E se não bastasse ainda suspendeu o fornecimento de energia do autor injustamente". "O reclamante não entende porque sua energia é classificada como rural, sendo que o bairro ao lado e em frente ao seu não é mais zona rural, já é perímetro urbano. No bairro onde o reclamante reside é todo urbanizado, o mesmo possui vários vizinhos, conforme podemos verificar nas fotos anexo. O reclamante sempre pagou consumo de energia elétrica valores variáveis, sendo o máximo já pago em uma fatura, o valor de R$ 100,00 (cem) reais, mensais, conforme faturas anexa (valore com leitura a cada 03 meses). Esses valores sempre estiveram condizentes com o real consumo do autor, como já foi citado, o mesmo é pessoa simples, reside num pequeno imóvel, num bairro de casas SIMPLES, conforme fotos anexas. No imóvel o requerente não tem ar condicionado, e possui apenas eletrodomésticos básicos, condizentes com suas condições financeiras". . É necessário. Decido de forma sucinta e objetivamente fundamentada – CRFB/88, art. 93, IX -, diante da excessiva quantidade de feitos em andamento sob a responsabilidade do magistrado subscrevente, bem como metas diversas de produtividade impostas e a serem cumpridas. Preenchidos aparentemente os requisitos, pois do pedido constarão, de forma simples e em linguagem acessível o nome, a qualificação e o endereço das partes, os fatos e os fundamentos, de forma sucinta e o objeto e seu valor, recebo a petição inicial com seus documentos – art. 14 e ss. da Lei n. 9.099/1995. Trato de relação de consumo, na qual temos de um lado um consumidor e de outro o fornecedor, uma vez que presentes os requisitos subjetivos - consumidor e fornecedor – arts. 2º e 3º da Lei n. 8.078/90 - e objetivos - produto e serviço – §§ 1º e 2º do art. 3º dessa Lei. Ademais, por ser hipótese de relação de consumo e, igualmente, presentes os requisitos caracterizadores da legislação consumerista, INVERTO o ônus da prova com base no art. 6º, VIII, da Lei n. 8.078/90, devido à hipossuficiência da parte autora, segundo as regras ordinárias de experiências, para trazer provas outras e, ainda, verossimilhança de suas alegações apresentadas. Essa tem fundamento na necessidade de estabelecer o equilíbrio da relação jurídica entre as partes no processo civil, motivo pelo qual não há alegar inobservância ao princípio da isonomia entre essas, pois tem o consumidor o direito à facilitação de sua defesa em juízo, inclusive com a inversão do ônus da prova quando presentes os requisitos e necessário. O Enunciado n. 26 do FONAJE, com redação dada no encontro de Florianópolis/SC, dispõe que "São cabíveis a tutela acautelatória e a antecipatória nos Juizados Especiais Cíveis" e, portanto, há possibilidade de o magistrado antecipar os efeitos da sentença para uma fase do processo anterior àquela em que normalmente seriam produzidos – sentença -, aplicando-se o disposto na legislação processual – NCPC, art. 300 e ss. - cujos requisitos, em regra, imprescindíveis à concessão da medida almejada são o pedido/requerimento, a prova inequívoca dos fatos/probabilidade do direito, que resultam da verossimilhança do alegado – fumus boni iuris -, e o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação/perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo – periculum in mora. Não obstante, quando a tutela de urgência é de natureza antecipada – NCPC, art. 300, § 3º -, faz-se necessário também a análise quanto à possibilidade de reversão da medida eventualmente deferida, sendo somente nessa hipótese ou quando verificada a irreversibilidade recíproca - valendo do princípio da proporcionalidade e afastando o risco mais grave. A verossimilhança/elementos que evidenciam a probabilidade do direito – fumus boni iuris - está configurada pelo fato de que aparentemente os valores seriam faturados por estimativa e em valores que o consumidor afirma bem superiores a sua média, bem como não se mostra possível a supressão/suspensão como forma de recebimento de crédito pretérito decorrente de eventual irregularidade. O periculum in mora, uma vez que suspensão no fornecimento já vem causando prejuízos. Confira os seguintes julgados: "PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. INADIMPLEMENTO. DÉBITOS ANTIGOS E JÁ CONSOLIDADOS. FRAUDE NO MEDIDOR DE CONSUMO. 1. A "concessionária não pode interromper o fornecimento de energia elétrica por dívida relativa à recuperação de consumo não-faturado, apurada a partir da constatação de fraude no medidor, em face da essencialidade do serviço, Fl. 3 de 7 QUARTA CÂMARA CÍVEL REEXAME NECESSÁRIO Nº 18053/2012 - CLASSE CNJ - 199 - COMARCA DE ITIQUIRA posto bem indispensável à vida. Entendimento assentado pela Primeira Turma, no julgamento do REsp n.º 772.489/RS, bem como no AgRg no AG 633.173/RS" (AgRg no REsp 854002/RS, 1ª Turma, Min. Luiz Fux, DJ de 11.06.2007).2. Recurso especial a que se nega provimento." (STJ - REsp 819004 – 1ª Turma – Relator Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI - Data do Julgamento -04/3/2008 - Data da Publicação/Fonte DJ 17.03.2008 p. 1). "RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. RESOLUÇÃO. ANÁLISE. NÃO-CABIMENTO. ADULTERAÇÃO NO MEDIDOR. COBRANÇA DE DÉBITO. VALORES DISCUTIDOS EM JUÍZO. CORTE. IMPOSSIBILIDADE. [...]. 4. A suspensão do fornecimento de energia elétrica pressupõe o inadimplemento de conta regular, relativa ao mês do consumo, de modo que inviável o corte do abastecimento em razão de débitos antigos, em relação aos quais a companhia deve utilizar-se dos meios ordinários de cobrança. Precedentes da Corte, q.v., verbi gratia, REsp 706.043/RS . 5. Recurso especial parcialmente conhecido, e nesta extensão, não provido." (STJ - REsp 992800 / RS RECURSO ESPECIAL 2007/0159250-1 – Rel. Juiz Convocado do TRF 1ª Região, Dr. Carlos Fernando Mathias – Segunda Turma – j. 13-5-2008 – DJE 29-5-2008). "PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. ENERGIA ELÉTRICA. SUPOSTA FRAUDE NO MEDIDOR. DÍVIDA CONTESTADA JUDICIALMENTE. INTERRUPÇÃO NO FORNECIMENTO. ILEGALIDADE. PRECEDENTES DESTE TRIBUNAL REsp 708176 / RS . 1. Consoante decisão deste Superior Tribunal de Justiça, é ilegal a interrupção do fornecimento de energia elétrica nos casos de dívidas contestadas em Juízo, decorrentes de suposta fraude no medidor do consumo de energia elétrica. O corte configura constrangimento ao consumidor. 2. Recurso especial provido para determinar a religação da energia elétrica." (STJ - REsp 1026639 / Fl. 4 de 7 QUARTA CÂMARA CÍVEL REEXAME NECESSÁRIO Nº 18053/2012 - CLASSE CNJ - 199 - COMARCA DE ITIQUIRA SP RECURSO ESPECIAL 2008/0017413-8 – Rel. Juiz Convocado do TRF 1ª Região, Dr. Carlos Fernando Mathias - Segunda Turma – j. 17-4-2008 – DJE 13-5-2008). "PROCESSO CIVIL. ADMINISTRATIVO. ENERGIA ELÉTRICA. INTERRUPÇÃO NO FORNECIMENTO. FRAUDE NO MEDIDOR. PERÍCIA UNILATERAL. DÍVIDA CONTESTADA JUDICIALMENTE. ILEGALIDADE. PREQUESTIONAMENTO. [...]. 4. Contestada em juízo dívida apurada unilateralmente e decorrente de suposta fraude no medidor do consumo de energia elétrica, há ilegalidade na interrupção no fornecimento de energia elétrica, uma vez que esse procedimento configura verdadeiro constrangimento ao consumidor que procura discutir no Judiciário débito que considera indevido. 5. 'Tornado o débito litigioso, o devedor não

poderá sofrer nenhuma retaliação por parte do credor' (AgA 559.349/RS, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJU de 10.05.04). 6. Recurso especial conhecido em parte e não provido." (STJ - REsp 975314 / RS RECURSO ESPECIAL 2007/0185015-0 - Ministro Castro Meira – Segunda Turma - j. 20-9-2007 - DJ 04-10-2007 - p. 229). A concessionária de serviço público, ora reclamada, deve demonstrar o atendimento integral da normatização do setor, especificamente o disposto no Capítulo XI – Dos Procedimentos Irregulares -, já que, nas hipóteses em que houver a "necessidade de retirada do medidor ou demais equipamentos de medição, a distribuidora deve acondicioná-los em invólucro específico, a ser lacrado no ato da retirada, mediante entrega do comprovante desse procedimento ao consumidor ou àquele que acompanhar a inspeção, e encaminhá-los por meio de transporte adequado para a realização da avaliação técnica" - Res. ANEEL n. 414/2010, art. 129, § 5º -, bem como "deve comunicar ao consumidor, por escrito, mediante comprovação, com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência, o local, data e hora da realização da avaliação técnica, para que ele possa, caso deseje, acompanhá-la pessoalmente ou por meio de representante nomeado" - Res. ANEEL n. 414/2010, art. 129, § 7º -, ônus probatório da fornecedora e que não se desincumbiu no processo – CPC, art. 333, II/NCPC, art. 373, II c/c Lei n. 8.078/90, art. 6º, VIII. O consumidor somente é responsável por danos causados aos equipamentos de medição externa nos casos de ação comprovada que lhe possa ser imputava ou quando instalados no interior de sua propriedade, hipótese em que figura na qualidade de depositário a título gratuito e responde pela custódia dos equipamentos de medição - Res. ANEEL n. 414/2010, art. 167, IV e parágrafo único -, assim como o custo administrativo incorrido com a realização da inspeção in loco, cobrado pela reclamada, adicionalmente, somente se aplica naqueles casos em que responsável o consumidor ou essa for comprovadamente a ele atribuída - Res. ANEEL n. 414/2010, art. 131, caput e parágrafo único. Não bastasse isso, a exigência da forma utilizada pela reclamada - Res. ANEEL n. 414/2010, art. 130, III, e art. 131 – é permitida para proceder à recuperação da receita quando comprovado o procedimento irregular, o que deve demonstrar a reclamada – CPC, art. 333, II/NCPC, art. 373, II c/c Lei n. 8.078/90, art. 6º, VIII -, não na hipótese em que o equipamento de medição supostamente apresentou vício ou ocorreu a redução do consumo por economia. Eventual deficiência na medição ou faturamento incorreto, que difere do procedimento irregular e ora utilizado, seja por falha no medidor ou em demais equipamentos de medição, deve seguir o disposto na Res. ANEEL n. 414/2010, arts. 115 e 113. Nesses termos: "APELAÇÃO. DIREITO PÚBLICO NÃO ESPECIFICADO. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. RESOLUÇÃO N. 414/2010 DA ANEEL. RECUPERAÇÃO DE CONSUMO. DEFEITO NO MEDIDOR DE ENERGIA ELÉTRICA. No caso concreto, não se trata de irregularidade ou avaria imputável ao autor, e sim de recuperação de consumo em razão de faturamento incorreto por defeito no medidor, o que resultou em beneficio do consumidor em prejuízo da concessionária. Assim, o pagamento do consumo não medido é devido para evitar o enriquecimento sem causa, e o faturamento deve ser feito na forma do que dispõe os arts. 113 e 115 da Resolução Normativa nº 414/2010, da ANEEL, nos termos que agiu a concessionária. RECURSO A QUE SE DÁ PROVIMENTO. DECISÃO MONOCRÁTICA". (Apelação Cível Nº 70064413594, Vigésima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Denise Oliveira Cezar, Julgado em 14/07/2015). Os requisitos ensejadores da concessão da tutela provisória de urgência liminar subsistem pela suficiência das provas apresentadas até o momento e, consequentemente, resultados negativos que podem advir da não concessão, ainda que pendente a oitiva da parte adversa e eventual instrução/cognição exauriente. Ausência de perigo de irreversibilidade da medida, uma vez que a qualquer tempo - NCPC, art. 300, § 3º - e até por ocasião do julgamento final do mérito poderá ser revogada a decisão e os valores do período exigidos da parte reclamante, sem prejuízo de novamente cessar o fornecimento de energia elétrica na unidade consumidora supracitada. Com essas razões e porque presentes os requisitos do NCPC, art. 300 e ss., DEFIRO a TUTELA PROVISÓRIA de URGÊNCIA LIMINAR ANTECIPADA para determinar que a reclamada faça a "religação imediata da Unidade Consumidora 6/1957281-7", sob pena de multa cominatória diária/astreinte fixado em R$. 100,00 (cem reais), a qual poderá ser majorada na hipótese de resistência em cumprir a decisão judicial, sem prejuízo de eventual prática e responsabilização por crime de desobediência, cuja cientificação/intimação deverá se dar nos termos do Enunciado n. 410 da Súmula do STJ - "A prévia intimação pessoal do devedor constitui condição necessária para a cobrança de multa pelo descumprimento de obrigação de fazer ou não fazer". O deferimento desse pedido não obsta que o reclamante pague as faturas apresentadas com medição regular ou que, após o procedimento adequado pela reclamada e falta de adimplemento pelo consumidor, realize novo e futuro corte no fornecimento da energia elétrica. Caso ainda não realizado de forma automática, DETERMINO que DESIGNE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, intime as partes, com a ADVERTÊNCIA ao(s) requerente(s) de que o processo será extinto e esta parte condenada nas despesas/custas, quando deixar de comparecer PESSOALMENTE a qualquer das audiências do processo – art. 9º c/c art. 51, I e § 2º, todos da Lei n. 9.099/1995 e Enunciados n. 13 e 28 do FONAJE. Na intimação por telefone, deverá certificar qual o número chamado, o dia, o horário, a pessoa com quem falou e, em resumo, o teor da comunicação e da respectiva resposta, além de outras informações pertinentes – art. 911 da CNGC. Cite o(s) requerido(s) a respeito da ação – art. 18 e incisos da Lei n. 9.099/1995 -, bem como o(s) intime(m) para participar(em) da audiência conciliatória, com a ADVERTÊNCIA de que, não comparecendo o(s) requerido(s) PESSOALMENTE, considerar-se-ão verdadeiras as alegações iniciais, ensejando, pois, os efeitos da revelia, salvo se o contrário resultar da convicção do juiz, bem como será proferido julgamento, de plano – art. 18, § 1º c/c art. 20, ambos da Lei n. 9.099/1995 e Enunciado n. 78 do FONAJE, aprovado no XI Encontro, em Brasília-DF. Em atenção aos termos da CGJ, art. 917 e ss., a realização dessa citação e intimação das instituições públicas ou privadas cadastradas deverá ser realizada de FORMA ELETRÔNICA. Nos locais atendidos e não se tratando da hipótese suso mencionada, a citação far-se-á por CORRESPONDÊNCIA/CORREIO, com aviso de recebimento em mão própria (ARMP) e considerar-se-á feita na data da entrega da carta no endereço – art. 909 da CNGC. Caso não haja acordo, o(s) requerido(os) tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar(em) sua(s) contestação(ões), sob pena julgamento no estado – CNGC, art. 925. O prazo para impugnar(em) a(s) contestação(ões) e os documentos nela acostados é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação(ões) da(s) defesa(s) – CNGC, art. 926. Por fim, tem-se que "a assistência obrigatória prevista no art. 9º da Lei 9.099/1995 tem lugar a partir da fase instrutória, não se aplicando para a formulação do pedido e a sessão de conciliação" e "os prazos processuais nos Juizados Especiais Cíveis, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo, e não da juntada do comprovante da intimação, observando-se as regras de contagem do CPC ou do Código Civil, conforme o caso" – Enunciados n. 36 e 13 do FONAJE, este com nova redação aprovada no XXI Encontro – Vitória/ES. Cumpra, expedindo o necessário. Intime. Às providências. Araputanga-MT, 11 de dezembro de 2019 - 23:11:22. (assinado digitalmente) Renato J. de A. C. Filho Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000993-65.2019.8.11.0038
Parte(s) Polo Ativo:
ADRIANO E SILVA BARROS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELA APARECIDA CARDOSO OAB - MT19356/O (ADVOGADO(A))
PAULA REGINA CARDOSO OAB - MT0015506A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAYARA BENDO LECHUGA OAB - MT20191-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ARAPUTANGA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DA FAZENDA RUA CASTELO BRANCO, S/N, CENTRO, ARAPUTANGA - MT - CEP: 78260-000 Processo n. 1000993-65.2019.8.11.0038 REQUERENTE: ADRIANO E SILVA BARROS REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Visto e bem examinado. Trato de AÇÃO DE CONHECIMENTO – rito da Lei n. 9.099/1995 - com pedido de TUTELA PROVISÓRIA de URGÊNCIA LIMINAR ANTECIPADA – NCPC, art. 300 e ss. -, tendo como partes ADRIANO E SILVA BARROS e ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A., em que, entre outros, aquela requer in initio litis e inaudita altera parte seja determinado que a reclamada faça a "religação imediata da Unidade Consumidora 6/1957281-7, eis que o corte foi efetuado indevidamente na data do dia 18/11/2019". Narra que: "O reclamante é cliente da reclamada, conforme a Unidade Consumidora 6/1957281-7, faturas anexas. Há meses o reclamante vem sofrendo com

faturas exorbitantes da reclamada, e agora no mês de setembro foi mais uma vez surpreendido com uma fatura exorbitante, no valor de R$ 1.711,21 (um mil setecentos e onze reais e vinte e um centavos), não condizente com a realidade do requerente" "Apesar de constar na fatura que trata-se de energia rural, a residência do requerente está localizada no perímetro urbano, trata-se de uma residência simples e mesmo fazendo leitura a cada três meses, jamais o requerente consumiria o valor cobrado". "O autor compareceu ao Procon local, solicitou vistoria e bloqueio de corte, o que foi deferido pela atendente Monica, todavia a reclamada não cumpriu, realizou o corte no mesmo dia, (18/11/2019)" "Excelência, é um abuso o que a reclamada está fazendo com o reclamante e sua família, pois estão cobrando um consumo inexistente, por "estimativa" e isso é ilegal. E se não bastasse ainda suspendeu o fornecimento de energia do autor injustamente". "O reclamante não entende porque sua energia é classificada como rural, sendo que o bairro ao lado e em frente ao seu não é mais zona rural, já é perímetro urbano. No bairro onde o reclamante reside é todo urbanizado, o mesmo possui vários vizinhos, conforme podemos verificar nas fotos anexo. O reclamante sempre pagou consumo de energia elétrica valores variáveis, sendo o máximo já pago em uma fatura, o valor de R$ 100,00 (cem) reais, mensais, conforme faturas anexa (valore com leitura a cada 03 meses). Esses valores sempre estiveram condizentes com o real consumo do autor, como já foi citado, o mesmo é pessoa simples, reside num pequeno imóvel, num bairro de casas SIMPLES, conforme fotos anexas. No imóvel o requerente não tem ar condicionado, e possui apenas eletrodomésticos básicos, condizentes com suas condições financeiras". . É necessário. Decido de forma sucinta e objetivamente fundamentada – CRFB/88, art. 93, IX -, diante da excessiva quantidade de feitos em andamento sob a responsabilidade do magistrado subscrevente, bem como metas diversas de produtividade impostas e a serem cumpridas. Preenchidos aparentemente os requisitos, pois do pedido constarão, de forma simples e em linguagem acessível o nome, a qualificação e o endereço das partes, os fatos e os fundamentos, de forma sucinta e o objeto e seu valor, recebo a petição inicial com seus documentos – art. 14 e ss. da Lei n. 9.099/1995. Trato de relação de consumo, na qual temos de um lado um consumidor e de outro o fornecedor, uma vez que presentes os requisitos subjetivos - consumidor e fornecedor – arts. 2º e 3º da Lei n. 8.078/90 - e objetivos - produto e serviço – §§ 1º e 2º do art. 3º dessa Lei. Ademais, por ser hipótese de relação de consumo e, igualmente, presentes os requisitos caracterizadores da legislação consumerista, INVERTO o ônus da prova com base no art. 6º, VIII, da Lei n. 8.078/90, devido à hipossuficiência da parte autora, segundo as regras ordinárias de experiências, para trazer provas outras e, ainda, verossimilhança de suas alegações apresentadas. Essa tem fundamento na necessidade de estabelecer o equilíbrio da relação jurídica entre as partes no processo civil, motivo pelo qual não há alegar inobservância ao princípio da isonomia entre essas, pois tem o consumidor o direito à facilitação de sua defesa em juízo, inclusive com a inversão do ônus da prova quando presentes os requisitos e necessário. O Enunciado n. 26 do FONAJE, com redação dada no encontro de Florianópolis/SC, dispõe que "São cabíveis a tutela acautelatória e a antecipatória nos Juizados Especiais Cíveis" e, portanto, há possibilidade de o magistrado antecipar os efeitos da sentença para uma fase do processo anterior àquela em que normalmente seriam produzidos – sentença -, aplicando-se o disposto na legislação processual – NCPC, art. 300 e ss. - cujos requisitos, em regra, imprescindíveis à concessão da medida almejada são o pedido/requerimento, a prova inequívoca dos fatos/probabilidade do direito, que resultam da verossimilhança do alegado – fumus boni iuris -, e o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação/perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo – periculum in mora. Não obstante, quando a tutela de urgência é de natureza antecipada – NCPC, art. 300, § 3º -, faz-se necessário também a análise quanto à possibilidade de reversão da medida eventualmente deferida, sendo somente nessa hipótese ou quando verificada a irreversibilidade recíproca - valendo do princípio da proporcionalidade e afastando o risco mais grave. A verossimilhança/elementos que evidenciam a probabilidade do direito – fumus boni iuris - está configurada pelo fato de que aparentemente os valores seriam faturados por estimativa e em valores que o consumidor afirma bem superiores a sua média, bem como não se mostra possível a supressão/suspensão como forma de recebimento de crédito pretérito decorrente de eventual irregularidade. O periculum in mora, uma vez que suspensão no fornecimento já vem causando prejuízos. Confira os seguintes julgados: "PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. INADIMPLEMENTO. DÉBITOS ANTIGOS E JÁ CONSOLIDADOS. FRAUDE NO MEDIDOR DE CONSUMO. 1. A "concessionária não pode interromper o fornecimento de energia elétrica por dívida relativa à recuperação de consumo não-faturado, apurada a partir da constatação de fraude no medidor, em face da essencialidade do serviço, Fl. 3 de 7 QUARTA CÂMARA CÍVEL REEXAME NECESSÁRIO Nº 18053/2012 - CLASSE CNJ - 199 - COMARCA DE ITIQUIRA posto bem indispensável à vida. Entendimento assentado pela Primeira Turma, no julgamento do REsp n.º 772.489/RS, bem como no AgRg no AG 633.173/RS" (AgRg no REsp 854002/RS, 1ª Turma, Min. Luiz Fux, DJ de 11.06.2007).2. Recurso especial a que se nega provimento." (STJ - REsp 819004 – 1ª Turma – Relator Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI - Data do Julgamento -04/3/2008 - Data da Publicação/Fonte DJ 17.03.2008 p. 1). "RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. RESOLUÇÃO. ANÁLISE. NÃO-CABIMENTO. ADULTERAÇÃO NO MEDIDOR. COBRANÇA DE DÉBITO. VALORES DISCUTIDOS EM JUÍZO. CORTE. IMPOSSIBILIDADE. [...]. 4. A suspensão do fornecimento de energia elétrica pressupõe o inadimplemento de conta regular, relativa ao mês do consumo, de modo que inviável o corte do abastecimento em razão de débitos antigos, em relação aos quais a companhia deve utilizar-se dos meios ordinários de cobrança. Precedentes da Corte, q.v., verbi gratia, REsp 706.043/RS . 5. Recurso especial parcialmente conhecido, e nesta extensão, não provido." (STJ - REsp 992800 / RS RECURSO ESPECIAL 2007/0159250-1 – Rel. Juiz Convocado do TRF 1ª Região, Dr. Carlos Fernando Mathias – Segunda Turma – j. 13-5-2008 – DJE 29-5-2008). "PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. ENERGIA ELÉTRICA. SUPOSTA FRAUDE NO MEDIDOR. DÍVIDA CONTESTADA JUDICIALMENTE. INTERRUPÇÃO NO FORNECIMENTO. ILEGALIDADE. PRECEDENTES DESTE TRIBUNAL REsp 708176 / RS . 1. Consoante decisão deste Superior Tribunal de Justiça, é ilegal a interrupção do fornecimento de energia elétrica nos casos de dívidas contestadas em Juízo, decorrentes de suposta fraude no medidor do consumo de energia elétrica. O corte configura constrangimento ao consumidor. 2. Recurso especial provido para determinar a religação da energia elétrica." (STJ - REsp 1026639 / Fl. 4 de 7 QUARTA CÂMARA CÍVEL REEXAME NECESSÁRIO Nº 18053/2012 - CLASSE CNJ - 199 - COMARCA DE ITIQUIRA SP RECURSO ESPECIAL 2008/0017413-8 – Rel. Juiz Convocado do TRF 1ª Região, Dr. Carlos Fernando Mathias - Segunda Turma – j. 17-4-2008 – DJE 13-5-2008). "PROCESSO CIVIL. ADMINISTRATIVO. ENERGIA ELÉTRICA. INTERRUPÇÃO NO FORNECIMENTO. FRAUDE NO MEDIDOR. PERÍCIA UNILATERAL. DÍVIDA CONTESTADA JUDICIALMENTE. ILEGALIDADE. PREQUESTIONAMENTO. [...]. 4. Contestada em juízo dívida apurada unilateralmente e decorrente de suposta fraude no medidor do consumo de energia elétrica, há ilegalidade na interrupção no fornecimento de energia elétrica, uma vez que esse procedimento configura verdadeiro constrangimento ao consumidor que procura discutir no Judiciário débito que considera indevido. 5. 'Tornado o débito litigioso, o devedor não poderá sofrer nenhuma retaliação por parte do credor' (AgA 559.349/RS, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJU de 10.05.04). 6. Recurso especial conhecido em parte e não provido." (STJ - REsp 975314 / RS RECURSO ESPECIAL 2007/0185015-0 - Ministro Castro Meira – Segunda Turma - j. 20-9-2007 - DJ 04-10-2007 - p. 229). A concessionária de serviço público, ora reclamada, deve demonstrar o atendimento integral da normatização do setor, especificamente o disposto no Capítulo XI – Dos Procedimentos Irregulares -, já que, nas hipóteses em que houver a "necessidade de retirada do medidor ou demais equipamentos de medição, a distribuidora deve acondicioná-los em invólucro específico, a ser lacrado no ato da retirada, mediante entrega do comprovante desse procedimento ao consumidor ou àquele que acompanhar a inspeção, e encaminhá-los por meio de transporte adequado para a realização da avaliação técnica" - Res. ANEEL n. 414/2010, art. 129, § 5º -, bem como "deve comunicar ao consumidor, por escrito, mediante comprovação, com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência, o local, data e hora da realização da avaliação técnica, para que ele possa, caso deseje, acompanhá-la pessoalmente ou por meio de representante nomeado" - Res. ANEEL n. 414/2010, art. 129, § 7º -, ônus probatório da fornecedora e que não se desincumbiu no processo – CPC, art. 333, II/NCPC, art. 373, II c/c Lei n. 8.078/90, art. 6º, VIII. O consumidor somente é responsável por danos causados aos equipamentos de medição externa nos casos de ação comprovada que lhe possa ser imputava ou quando instalados no interior de sua

propriedade, hipótese em que figura na qualidade de depositário a título gratuito e responde pela custódia dos equipamentos de medição - Res. ANEEL n. 414/2010, art. 167, IV e parágrafo único -, assim como o custo administrativo incorrido com a realização da inspeção in loco, cobrado pela reclamada, adicionalmente, somente se aplica naqueles casos em que responsável o consumidor ou essa for comprovadamente a ele atribuída - Res. ANEEL n. 414/2010, art. 131, caput e parágrafo único. Não bastasse isso, a exigência da forma utilizada pela reclamada - Res. ANEEL n. 414/2010, art. 130, III, e art. 131 – é permitida para proceder à recuperação da receita quando comprovado o procedimento irregular, o que deve demonstrar a reclamada – CPC, art. 333, II/NCPC, art. 373, II c/c Lei n. 8.078/90, art. 6º, VIII -, não na hipótese em que o equipamento de medição supostamente apresentou vício ou ocorreu a redução do consumo por economia. Eventual deficiência na medição ou faturamento incorreto, que difere do procedimento irregular e ora utilizado, seja por falha no medidor ou em demais equipamentos de medição, deve seguir o disposto na Res. ANEEL n. 414/2010, arts. 115 e 113. Nesses termos: "APELAÇÃO. DIREITO PÚBLICO NÃO ESPECIFICADO. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. RESOLUÇÃO N. 414/2010 DA ANEEL. RECUPERAÇÃO DE CONSUMO. DEFEITO NO MEDIDOR DE ENERGIA ELÉTRICA. No caso concreto, não se trata de irregularidade ou avaria imputável ao autor, e sim de recuperação de consumo em razão de faturamento incorreto por defeito no medidor, o que resultou em beneficio do consumidor em prejuízo da concessionária. Assim, o pagamento do consumo não medido é devido para evitar o enriquecimento sem causa, e o faturamento deve ser feito na forma do que dispõe os arts. 113 e 115 da Resolução Normativa nº 414/2010, da ANEEL, nos termos que agiu a concessionária. RECURSO A QUE SE DÁ PROVIMENTO. DECISÃO MONOCRÁTICA". (Apelação Cível Nº 70064413594, Vigésima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Denise Oliveira Cezar, Julgado em 14/07/2015). Os requisitos ensejadores da concessão da tutela provisória de urgência liminar subsistem pela suficiência das provas apresentadas até o momento e, consequentemente, resultados negativos que podem advir da não concessão, ainda que pendente a oitiva da parte adversa e eventual instrução/cognição exauriente. Ausência de perigo de irreversibilidade da medida, uma vez que a qualquer tempo - NCPC, art. 300, § 3º - e até por ocasião do julgamento final do mérito poderá ser revogada a decisão e os valores do período exigidos da parte reclamante, sem prejuízo de novamente cessar o fornecimento de energia elétrica na unidade consumidora supracitada. Com essas razões e porque presentes os requisitos do NCPC, art. 300 e ss., DEFIRO a TUTELA PROVISÓRIA de URGÊNCIA LIMINAR ANTECIPADA para determinar que a reclamada faça a "religação imediata da Unidade Consumidora 6/1957281-7", sob pena de multa cominatória diária/astreinte fixado em R$. 100,00 (cem reais), a qual poderá ser majorada na hipótese de resistência em cumprir a decisão judicial, sem prejuízo de eventual prática e responsabilização por crime de desobediência, cuja cientificação/intimação deverá se dar nos termos do Enunciado n. 410 da Súmula do STJ - "A prévia intimação pessoal do devedor constitui condição necessária para a cobrança de multa pelo descumprimento de obrigação de fazer ou não fazer". O deferimento desse pedido não obsta que o reclamante pague as faturas apresentadas com medição regular ou que, após o procedimento adequado pela reclamada e falta de adimplemento pelo consumidor, realize novo e futuro corte no fornecimento da energia elétrica. Caso ainda não realizado de forma automática, DETERMINO que DESIGNE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, intime as partes, com a ADVERTÊNCIA ao(s) requerente(s) de que o processo será extinto e esta parte condenada nas despesas/custas, quando deixar de comparecer PESSOALMENTE a qualquer das audiências do processo – art. 9º c/c art. 51, I e § 2º, todos da Lei n. 9.099/1995 e Enunciados n. 13 e 28 do FONAJE. Na intimação por telefone, deverá certificar qual o número chamado, o dia, o horário, a pessoa com quem falou e, em resumo, o teor da comunicação e da respectiva resposta, além de outras informações pertinentes – art. 911 da CNGC. Cite o(s) requerido(s) a respeito da ação – art. 18 e incisos da Lei n. 9.099/1995 -, bem como o(s) intime(m) para participar(em) da audiência conciliatória, com a ADVERTÊNCIA de que, não comparecendo o(s) requerido(s) PESSOALMENTE, considerar-se-ão verdadeiras as alegações iniciais, ensejando, pois, os efeitos da revelia, salvo se o contrário resultar da convicção do juiz, bem como será proferido julgamento, de plano – art. 18, § 1º c/c art. 20, ambos da Lei n. 9.099/1995 e Enunciado n. 78 do FONAJE, aprovado no XI Encontro, em Brasília-DF. Em atenção aos termos da CGJ, art. 917 e ss., a realização dessa citação e intimação das instituições públicas ou privadas cadastradas deverá ser realizada de FORMA ELETRÔNICA. Nos locais atendidos e não se tratando da hipótese suso mencionada, a citação far-se-á por CORRESPONDÊNCIA/CORREIO, com aviso de recebimento em mão própria (ARMP) e considerar-se-á feita na data da entrega da carta no endereço – art. 909 da CNGC. Caso não haja acordo, o(s) requerido(os) tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar(em) sua(s) contestação(ões), sob pena julgamento no estado – CNGC, art. 925. O prazo para impugnar(em) a(s) contestação(ões) e os documentos nela acostados é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação(ões) da(s) defesa(s) – CNGC, art. 926. Por fim, tem-se que "a assistência obrigatória prevista no art. 9º da Lei 9.099/1995 tem lugar a partir da fase instrutória, não se aplicando para a formulação do pedido e a sessão de conciliação" e "os prazos processuais nos Juizados Especiais Cíveis, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo, e não da juntada do comprovante da intimação, observando-se as regras de contagem do CPC ou do Código Civil, conforme o caso" – Enunciados n. 36 e 13 do FONAJE, este com nova redação aprovada no XXI Encontro – Vitória/ES. Cumpra, expedindo o necessário. Intime. Às providências. Araputanga-MT, 11 de dezembro de 2019 - 23:11:22. (assinado digitalmente) Renato J. de A. C. Filho Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000993-65.2019.8.11.0038
Parte(s) Polo Ativo:
ADRIANO E SILVA BARROS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELA APARECIDA CARDOSO OAB - MT19356/O (ADVOGADO(A))
PAULA REGINA CARDOSO OAB - MT0015506A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAYARA BENDO LECHUGA OAB - MT20191-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ARAPUTANGA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DA FAZENDA RUA CASTELO BRANCO, S/N, CENTRO, ARAPUTANGA - MT - CEP: 78260-000 Processo n. 1000993-65.2019.8.11.0038 REQUERENTE: ADRIANO E SILVA BARROS REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Visto e bem examinado. Trato de AÇÃO DE CONHECIMENTO – rito da Lei n. 9.099/1995 - com pedido de TUTELA PROVISÓRIA de URGÊNCIA LIMINAR ANTECIPADA – NCPC, art. 300 e ss. -, tendo como partes ADRIANO E SILVA BARROS e ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A., em que, entre outros, aquela requer in initio litis e inaudita altera parte seja determinado que a reclamada faça a "religação imediata da Unidade Consumidora 6/1957281-7, eis que o corte foi efetuado indevidamente na data do dia 18/11/2019". Narra que: "O reclamante é cliente da reclamada, conforme a Unidade Consumidora 6/1957281-7, faturas anexas. Há meses o reclamante vem sofrendo com faturas exorbitantes da reclamada, e agora no mês de setembro foi mais uma vez surpreendido com uma fatura exorbitante, no valor de R$ 1.711,21 (um mil setecentos e onze reais e vinte e um centavos), não condizente com a realidade do requerente" "Apesar de constar na fatura que trata-se de energia rural, a residência do requerente está localizada no perímetro urbano, trata-se de uma residência simples e mesmo fazendo leitura a cada três meses, jamais o requerente consumiria o valor cobrado". "O autor compareceu ao Procon local, solicitou vistoria e bloqueio de corte, o que foi deferido pela atendente Monica, todavia a reclamada não cumpriu, realizou o corte no mesmo dia, (18/11/2019)" "Excelência, é um abuso o que a reclamada está fazendo com o reclamante e sua família, pois estão cobrando um consumo inexistente, por "estimativa" e isso é ilegal. E se não bastasse ainda suspendeu o fornecimento de energia do autor injustamente". "O reclamante não entende porque sua energia é classificada como rural, sendo que o bairro ao lado e em frente ao seu não é mais zona rural, já é perímetro urbano. No bairro onde o reclamante reside é todo urbanizado, o mesmo possui vários vizinhos, conforme podemos verificar nas fotos anexo. O reclamante sempre pagou consumo de energia elétrica valores variáveis, sendo o máximo já pago em uma fatura, o valor de R$ 100,00 (cem) reais, mensais, conforme faturas anexa (valore com leitura a cada 03 meses). Esses valores sempre estiveram condizentes com o real consumo do autor, como já foi citado, o mesmo é pessoa simples, reside num pequeno

imóvel, num bairro de casas SIMPLES, conforme fotos anexas. No imóvel o requerente não tem ar condicionado, e possui apenas eletrodomésticos básicos, condizentes com suas condições financeiras". . É necessário. Decido de forma sucinta e objetivamente fundamentada – CRFB/88, art. 93, IX -, diante da excessiva quantidade de feitos em andamento sob a responsabilidade do magistrado subscrevente, bem como metas diversas de produtividade impostas e a serem cumpridas. Preenchidos aparentemente os requisitos, pois do pedido constarão, de forma simples e em linguagem acessível o nome, a qualificação e o endereço das partes, os fatos e os fundamentos, de forma sucinta e o objeto e seu valor, recebo a petição inicial com seus documentos – art. 14 e ss. da Lei n. 9.099/1995. Trato de relação de consumo, na qual temos de um lado um consumidor e de outro o fornecedor, uma vez que presentes os requisitos subjetivos - consumidor e fornecedor – arts. 2º e 3º da Lei n. 8.078/90 - e objetivos - produto e serviço – §§ 1º e 2º do art. 3º dessa Lei. Ademais, por ser hipótese de relação de consumo e, igualmente, presentes os requisitos caracterizadores da legislação consumerista, INVERTO o ônus da prova com base no art. 6º, VIII, da Lei n. 8.078/90, devido à hipossuficiência da parte autora, segundo as regras ordinárias de experiências, para trazer provas outras e, ainda, verossimilhança de suas alegações apresentadas. Essa tem fundamento na necessidade de estabelecer o equilíbrio da relação jurídica entre as partes no processo civil, motivo pelo qual não há alegar inobservância ao princípio da isonomia entre essas, pois tem o consumidor o direito à facilitação de sua defesa em juízo, inclusive com a inversão do ônus da prova quando presentes os requisitos e necessário. O Enunciado n. 26 do FONAJE, com redação dada no encontro de Florianópolis/SC, dispõe que "São cabíveis a tutela acautelatória e a antecipatória nos Juizados Especiais Cíveis" e, portanto, há possibilidade de o magistrado antecipar os efeitos da sentença para uma fase do processo anterior àquela em que normalmente seriam produzidos – sentença -, aplicando-se o disposto na legislação processual – NCPC, art. 300 e ss. - cujos requisitos, em regra, imprescindíveis à concessão da medida almejada são o pedido/requerimento, a prova inequívoca dos fatos/probabilidade do direito, que resultam da verossimilhança do alegado – fumus boni iuris -, e o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação/perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo – periculum in mora. Não obstante, quando a tutela de urgência é de natureza antecipada – NCPC, art. 300, § 3º -, faz-se necessário também a análise quanto à possibilidade de reversão da medida eventualmente deferida, sendo somente nessa hipótese ou quando verificada a irreversibilidade recíproca - valendo do princípio da proporcionalidade e afastando o risco mais grave. A verossimilhança/elementos que evidenciam a probabilidade do direito – fumus boni iuris - está configurada pelo fato de que aparentemente os valores seriam faturados por estimativa e em valores que o consumidor afirma bem superiores a sua média, bem como não se mostra possível a supressão/suspensão como forma de recebimento de crédito pretérito decorrente de eventual irregularidade. O periculum in mora, uma vez que suspensão no fornecimento já vem causando prejuízos. Confira os seguintes julgados: "PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. INADIMPLEMENTO. DÉBITOS ANTIGOS E JÁ CONSOLIDADOS. FRAUDE NO MEDIDOR DE CONSUMO. 1. A "concessionária não pode interromper o fornecimento de energia elétrica por dívida relativa à recuperação de consumo não-faturado, apurada a partir da constatação de fraude no medidor, em face da essencialidade do serviço, Fl. 3 de 7 QUARTA CÂMARA CÍVEL REEXAME NECESSÁRIO Nº 18053/2012 - CLASSE CNJ - 199 - COMARCA DE ITIQUIRA posto bem indispensável à vida. Entendimento assentado pela Primeira Turma, no julgamento do REsp n.º 772.489/RS, bem como no AgRg no AG 633.173/RS" (AgRg no REsp 854002/RS, 1ª Turma, Min. Luiz Fux, DJ de 11.06.2007).2. Recurso especial a que se nega provimento." (STJ - REsp 819004 – 1ª Turma – Relator Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI - Data do Julgamento -04/3/2008 - Data da Publicação/Fonte DJ 17.03.2008 p. 1). "RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. RESOLUÇÃO. ANÁLISE. NÃO-CABIMENTO. ADULTERAÇÃO NO MEDIDOR. COBRANÇA DE DÉBITO. VALORES DISCUTIDOS EM JUÍZO. CORTE. IMPOSSIBILIDADE. [...]. 4. A suspensão do fornecimento de energia elétrica pressupõe o inadimplemento de conta regular, relativa ao mês do consumo, de modo que inviável o corte do abastecimento em razão de débitos antigos, em relação aos quais a companhia deve utilizar-se dos meios ordinários de cobrança. Precedentes da Corte, q.v., verbi gratia, REsp 706.043/RS . 5. Recurso especial parcialmente conhecido, e nesta extensão, não provido." (STJ - REsp 992800 / RS RECURSO ESPECIAL 2007/0159250-1 – Rel. Juiz Convocado do TRF 1ª Região, Dr. Carlos Fernando Mathias – Segunda Turma – j. 13-5-2008 – DJE 29-5-2008). "PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. ENERGIA ELÉTRICA. SUPOSTA FRAUDE NO MEDIDOR. DÍVIDA CONTESTADA JUDICIALMENTE. INTERRUPÇÃO NO FORNECIMENTO. ILEGALIDADE. PRECEDENTES DESTE TRIBUNAL REsp 708176 / RS . 1. Consoante decisão deste Superior Tribunal de Justiça, é ilegal a interrupção do fornecimento de energia elétrica nos casos de dívidas contestadas em Juízo, decorrentes de suposta fraude no medidor do consumo de energia elétrica. O corte configura constrangimento ao consumidor. 2. Recurso especial provido para determinar a religação da energia elétrica." (STJ - REsp 1026639 / Fl. 4 de 7 QUARTA CÂMARA CÍVEL REEXAME NECESSÁRIO Nº 18053/2012 - CLASSE CNJ - 199 - COMARCA DE ITIQUIRA SP RECURSO ESPECIAL 2008/0017413-8 – Rel. Juiz Convocado do TRF 1ª Região, Dr. Carlos Fernando Mathias - Segunda Turma – j. 17-4-2008 – DJE 13-5-2008). "PROCESSO CIVIL. ADMINISTRATIVO. ENERGIA ELÉTRICA. INTERRUPÇÃO NO FORNECIMENTO. FRAUDE NO MEDIDOR. PERÍCIA UNILATERAL. DÍVIDA CONTESTADA JUDICIALMENTE. ILEGALIDADE. PREQUESTIONAMENTO. [...]. 4. Contestada em juízo dívida apurada unilateralmente e decorrente de suposta fraude no medidor do consumo de energia elétrica, há ilegalidade na interrupção no fornecimento de energia elétrica, uma vez que esse procedimento configura verdadeiro constrangimento ao consumidor que procura discutir no Judiciário débito que considera indevido. 5. 'Tornado o débito litigioso, o devedor não poderá sofrer nenhuma retaliação por parte do credor' (AgA 559.349/RS, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJU de 10.05.04). 6. Recurso especial conhecido em parte e não provido." (STJ - REsp 975314 / RS RECURSO ESPECIAL 2007/0185015-0 - Ministro Castro Meira – Segunda Turma - j. 20-9-2007 - DJ 04-10-2007 - p. 229). A concessionária de serviço público, ora reclamada, deve demonstrar o atendimento integral da normatização do setor, especificamente o disposto no Capítulo XI – Dos Procedimentos Irregulares -, já que, nas hipóteses em que houver a "necessidade de retirada do medidor ou demais equipamentos de medição, a distribuidora deve acondicioná-los em invólucro específico, a ser lacrado no ato da retirada, mediante entrega do comprovante desse procedimento ao consumidor ou àquele que acompanhar a inspeção, e encaminhá-los por meio de transporte adequado para a realização da avaliação técnica" - Res. ANEEL n. 414/2010, art. 129, § 5º -, bem como "deve comunicar ao consumidor, por escrito, mediante comprovação, com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência, o local, data e hora da realização da avaliação técnica, para que ele possa, caso deseje, acompanhá-la pessoalmente ou por meio de representante nomeado" - Res. ANEEL n. 414/2010, art. 129, § 7º -, ônus probatório da fornecedora e que não se desincumbiu no processo – CPC, art. 333, II/NCPC, art. 373, II c/c Lei n. 8.078/90, art. 6º, VIII. O consumidor somente é responsável por danos causados aos equipamentos de medição externa nos casos de ação comprovada que lhe possa ser imputava ou quando instalados no interior de sua propriedade, hipótese em que figura na qualidade de depositário a título gratuito e responde pela custódia dos equipamentos de medição - Res. ANEEL n. 414/2010, art. 167, IV e parágrafo único -, assim como o custo administrativo incorrido com a realização da inspeção in loco, cobrado pela reclamada, adicionalmente, somente se aplica naqueles casos em que responsável o consumidor ou essa for comprovadamente a ele atribuída - Res. ANEEL n. 414/2010, art. 131, caput e parágrafo único. Não bastasse isso, a exigência da forma utilizada pela reclamada - Res. ANEEL n. 414/2010, art. 130, III, e art. 131 – é permitida para proceder à recuperação da receita quando comprovado o procedimento irregular, o que deve demonstrar a reclamada – CPC, art. 333, II/NCPC, art. 373, II c/c Lei n. 8.078/90, art. 6º, VIII -, não na hipótese em que o equipamento de medição supostamente apresentou vício ou ocorreu a redução do consumo por economia. Eventual deficiência na medição ou faturamento incorreto, que difere do procedimento irregular e ora utilizado, seja por falha no medidor ou em demais equipamentos de medição, deve seguir o disposto na Res. ANEEL n. 414/2010, arts. 115 e 113. Nesses termos: "APELAÇÃO. DIREITO PÚBLICO NÃO ESPECIFICADO. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. RESOLUÇÃO N. 414/2010 DA ANEEL. RECUPERAÇÃO DE CONSUMO. DEFEITO NO MEDIDOR DE ENERGIA ELÉTRICA. No caso concreto, não se trata de irregularidade ou avaria imputável ao autor, e sim de recuperação de consumo em razão de faturamento incorreto por defeito no medidor, o que resultou em beneficio

do consumidor em prejuízo da concessionária. Assim, o pagamento do consumo não medido é devido para evitar o enriquecimento sem causa, e o faturamento deve ser feito na forma do que dispõe os arts. 113 e 115 da Resolução Normativa nº 414/2010, da ANEEL, nos termos que agiu a concessionária. RECURSO A QUE SE DÁ PROVIMENTO. DECISÃO MONOCRÁTICA". (Apelação Cível Nº 70064413594, Vigésima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Denise Oliveira Cezar, Julgado em 14/07/2015). Os requisitos ensejadores da concessão da tutela provisória de urgência liminar subsistem pela suficiência das provas apresentadas até o momento e, consequentemente, resultados negativos que podem advir da não concessão, ainda que pendente a oitiva da parte adversa e eventual instrução/cognição exauriente. Ausência de perigo de irreversibilidade da medida, uma vez que a qualquer tempo - NCPC, art. 300, § 3º - e até por ocasião do julgamento final do mérito poderá ser revogada a decisão e os valores do período exigidos da parte reclamante, sem prejuízo de novamente cessar o fornecimento de energia elétrica na unidade consumidora supracitada. Com essas razões e porque presentes os requisitos do NCPC, art. 300 e ss., DEFIRO a TUTELA PROVISÓRIA de URGÊNCIA LIMINAR ANTECIPADA para determinar que a reclamada faça a "religação imediata da Unidade Consumidora 6/1957281-7", sob pena de multa cominatória diária/astreinte fixado em R$. 100,00 (cem reais), a qual poderá ser majorada na hipótese de resistência em cumprir a decisão judicial, sem prejuízo de eventual prática e responsabilização por crime de desobediência, cuja cientificação/intimação deverá se dar nos termos do Enunciado n. 410 da Súmula do STJ - "A prévia intimação pessoal do devedor constitui condição necessária para a cobrança de multa pelo descumprimento de obrigação de fazer ou não fazer". O deferimento desse pedido não obsta que o reclamante pague as faturas apresentadas com medição regular ou que, após o procedimento adequado pela reclamada e falta de adimplemento pelo consumidor, realize novo e futuro corte no fornecimento da energia elétrica. Caso ainda não realizado de forma automática, DETERMINO que DESIGNE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, intime as partes, com a ADVERTÊNCIA ao(s) requerente(s) de que o processo será extinto e esta parte condenada nas despesas/custas, quando deixar de comparecer PESSOALMENTE a qualquer das audiências do processo – art. 9º c/c art. 51, I e § 2º, todos da Lei n. 9.099/1995 e Enunciados n. 13 e 28 do FONAJE. Na intimação por telefone, deverá certificar qual o número chamado, o dia, o horário, a pessoa com quem falou e, em resumo, o teor da comunicação e da respectiva resposta, além de outras informações pertinentes – art. 911 da CNGC. Cite o(s) requerido(s) a respeito da ação – art. 18 e incisos da Lei n. 9.099/1995 -, bem como o(s) intime(m) para participar(em) da audiência conciliatória, com a ADVERTÊNCIA de que, não comparecendo o(s) requerido(s) PESSOALMENTE, considerar-se-ão verdadeiras as alegações iniciais, ensejando, pois, os efeitos da revelia, salvo se o contrário resultar da convicção do juiz, bem como será proferido julgamento, de plano – art. 18, § 1º c/c art. 20, ambos da Lei n. 9.099/1995 e Enunciado n. 78 do FONAJE, aprovado no XI Encontro, em Brasília-DF. Em atenção aos termos da CGJ, art. 917 e ss., a realização dessa citação e intimação das instituições públicas ou privadas cadastradas deverá ser realizada de FORMA ELETRÔNICA. Nos locais atendidos e não se tratando da hipótese suso mencionada, a citação far-se-á por CORRESPONDÊNCIA/CORREIO, com aviso de recebimento em mão própria (ARMP) e considerar-se-á feita na data da entrega da carta no endereço – art. 909 da CNGC. Caso não haja acordo, o(s) requerido(os) tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar(em) sua(s) contestação(ões), sob pena julgamento no estado – CNGC, art. 925. O prazo para impugnar(em) a(s) contestação(ões) e os documentos nela acostados é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação(ões) da(s) defesa(s) – CNGC, art. 926. Por fim, tem-se que "a assistência obrigatória prevista no art. 9º da Lei 9.099/1995 tem lugar a partir da fase instrutória, não se aplicando para a formulação do pedido e a sessão de conciliação" e "os prazos processuais nos Juizados Especiais Cíveis, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo, e não da juntada do comprovante da intimação, observando-se as regras de contagem do CPC ou do Código Civil, conforme o caso" – Enunciados n. 36 e 13 do FONAJE, este com nova redação aprovada no XXI Encontro – Vitória/ES. Cumpra, expedindo o necessário. Intime. Às providências. Araputanga-MT, 11 de dezembro de 2019 - 23:11:22. (assinado digitalmente) Renato J. de A. C. Filho Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000773-67.2019.8.11.0038
Parte(s) Polo Ativo:
R P OTENIO MERCADO - EPP (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PATRICIA ALVARES DE OLIVEIRA OAB - MT20479/O (ADVOGADO(A))
MARIANA PASTURELLI CINTRA OAB - MT20459/O (ADVOGADO(A))
ANDRE HENRIQUE SILVA OTENIO OAB - MT24178/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FRANCISCO ALMEIDA SALDANHA (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ARAPUTANGA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DA FAZENDA RUA CASTELO BRANCO, S/N, CENTRO, ARAPUTANGA - MT - CEP: 78260-000 Processo n. 1000773-67.2019.8.11.0038 REQUERENTE: R P OTENIO MERCADO - EPP REQUERIDO: FRANCISCO ALMEIDA SALDANHA PROJETO DE SENTENÇA Visto e bem examinado. Dispensado o relatório - Lei n. 9.099/1995, art. 38, caput. Trato de COBRANÇA, proposta por R P OTENIO MERCADO – EPP e FRANCISCO ALMEIDA SALDANHA. É o necessário. Decido. As partes compuseram acordo (id. 26054325), nos seguintes termos: "O requerido pagará a quantia de R$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais), como forma de entrada, no dia 11/11/2019, e 03 parcelas mensais e sucessivas no valor de R$ 300,00 (trezentos reais), com vencimentos em 15/12/2019, 15/01/2019 e 15/12/2019, saldados mensalmente mediante recibo no estabelecimento do requerido. Em caso de descumprimento incidirá multa de 50% do valor acertado. Com o presente acordo as partes dão ampla, rasa, total e irrevogável quitação quanto ao objeto da presente ação". Isso posto, considerando que em havendo transação/acordo o exame do magistrado deve se limitar à sua validade e eficácia, entre os quais, se houve a efetiva transação, os transatores são titulares do direito que dispõem parcialmente, capazes de transigir e estão adequadamente representados, ausente qualquer impedimento ou ilegalidade no avençado/acordado pelas partes, HOMOLOGO-O para que produza seus efeitos legais – Lei n. 9.099/1995, art. 22, parágrafo único - e, em consequência, RESOLVO O MÉRITO – CPC, art. 269, III/NCPC, art. 487, III, "b". Sem taxas, despesas, custas processuais e honorários advocatícios - Lei n. 9.099/1995, arts. 54 e 55. Transitada em julgado, proceda com as baixas necessárias e arquive. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - "Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI", P. I. Cumpra. À submissão do(a) Juiz (a) de Direito para fins do disposto no artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Aisi Anne Lima Tiago Juíza Leiga _____ Visto e bem examinado. Trato de AÇÃO DE CONHECIMENTO – rito da Lei n. 9.099/1995 -, em que o(a) Juiz(a) Leigo(a) da Comarca proferiu o seu PROJETO DE SENTENÇA nos autos, o texto foi aprovado e já disponibilizado, razão pela qual HOMOLOGO para que passe a produzir os efeitos legais de SENTENÇA – Lei n. 9.099/1995, art. 40 -, cujo eventual prazo decorre da intimação. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - "Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI", P. I. Cumpra. Araputanga-MT, 11 de dezembro de 2019. (assinado digitalmente) Renato J. de A. C. Filho Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 1001064-67.2019.8.11.0038
Parte(s) Polo Ativo:
FAUSTINO LOPES DOS SANTOS (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FAUSTINO LOPES DOS SANTOS OAB - MT0011135A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (EXECUTADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ARAPUTANGA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DA FAZENDA RUA CASTELO BRANCO, S/N, CENTRO, ARAPUTANGA - MT - CEP: 78260-000 Processo n. 1001064-67.2019.8.11.0038 EXEQUENTE: FAUSTINO LOPES DOS SANTOS EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO Visto e bem examinado. Trato de AÇÃO DE EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA – rito da Lei n. 12.153/2009 -, ajuizada pelo(a) exequente em epígrafe em desfavor do ESTADO DE MATO GROSSO (pessoa jurídica de direito público interno), cuja competência do Juizado Especial da Fazenda Pública é fixada através do critério econômico – ações que não ultrapassam o valor de 60 (sessenta) salários mínimos - e material – cujo art. 2º, § 1º, da Lei n. 12.153/2009 elenca as

ações vedadas -, assim como ABSOLUTA nos locais em que estiver instalado – Lei n. 12.153/2009, art. 2º, § 4º. Enunciado n. 1, aprovado no XIII Encontro em Cuiabá-MT, permite que seja dispensada a realização de audiência de conciliação, no âmbito do Juizado Especial da Fazenda Pública, desde que fixe o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar a defesa, assim como possível o processamento com base no procedimento do art. 730 e ss. do CPC/NCPC, arts. 535, caput, 910, caput e §§, aplicado subsidiariamente – Lei n.12.153/2009, art. 27 e Enunciado n. 3 do XIII Encontro em Cuiabá-MT: É dever do Estado prestar assistência judiciária aos necessitados, inclusive nos locais onde não instalada a Defensoria Pública, desativada essa (retrocesso), ou, instalada, é insuficiente para o atendimento da demanda na Comarca – CRFB/88, art. 5º, XXXV, LXXIV e LXXVIII. Existente pedido certo, líquido e exigível de pagamento em desfavor do devedor/executado, decorrente de nomeação/designação do(a) credor(a)/exequente para atuar como curador(a)/advogado(a) dativo e a efetiva prestação do serviço pelo profissional, que resultaram na expedição de certidão judicial em seu favor pelo cartório do juízo - art. 22, § 1º, e 24, ambos da Lei n. 8.906/94. Isso posto, por prescindível a audiência de conciliação e possibilidade de que seja feita/apresentada por escrito, assim como antecipar o fato de que a Procuradoria do Estado não mandará profissional para eventuais audiências agendadas na Comarca, DETERMINO que cite/intime a Fazenda Pública devedora/executada para OPOR embargos/impugnação no prazo máximo de 30 (trinta) dias - CPC, art. 730, com redação dada pelo art. 1º – B, da Lei n. 9.494/1997, acrescentado pela MP n. 2.180-35/2001/NCPC, arts. 535, caput, 910, caput e §§ -, e, querendo, MANIFESTAR sobre débitos que preencham as condições estabelecidas no § 9º do art. 100 da CRFB/88, para os fins nele previstos, sob pena de perda do direito de abatimento no processo - art. 100, §§ 9º e 10, da CRFB/88. Caso apresentado no âmbito do Juizado Especial da Fazenda Pública, os embargos/impugnação serão interpostos nos próprios autos, por medida de economia processual - Enunciado n. 3, aprovado no XIII Encontro em Cuiabá-MT. Ademais, na hipótese da parte devedora/executada NÃO APRESENTAR EMBARGOS/IMPUGNAÇÃO à execução, deixando o prazo transcorrer in albis, desde já DETERMINO, sucessivamente: a) elaboração do cálculo pelo Departamento da Secretaria Auxiliar da Presidência – DEJAUX – Prov. 11/2017-CM; b) expedição de ofício requisitório de Requisições de Pequeno Valor - RPV (créditos com valor igual ou inferior a 256 UPF/MT); c) intimação das partes do teor do ofício requisitório. Por fim, nada impugnado ou requerido pelas partes, DETERMINO, por tratar de obrigação de pagar quantia certa e diante do atual entendimento de inaplicável Enunciado n. 4, aprovado no XIII Encontro em Cuiabá-MT, a entrega/envio da requisição à autoridade citada para a causa, independentemente de precatório na hipótese de créditos com valor igual ou inferior a 256 UPF/MT, para que pague no prazo máximo de 60 (sessenta) dias/2 (dois) meses, mediante depósito na agência de banco oficial mais próxima da residência do credor/exequente ou depósito na Conta Única vinculado ao processo em epígrafe, cujo desatendimento resultará no imediato sequestro do numerário suficiente ao cumprimento da decisão, dispensada a audiência da Fazenda Pública – CF, art. 100; CPC, art. 730, incisos I e II/NCPC, arts. 535, § 3º, I e II, 910, caput e §§ -, Lei n. 12.153/2009, arts. 13 e 27; Lei Estadual n. 7.894/2003. Em sendo necessário decidir algo diverso, volte-me concluso. Cumpra. Às providências. Araputanga-MT, 11 de dezembro de 2019 - 20:21:54. (assinado digitalmente) Renato J. de A. C. Filho Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000162-51.2018.8.11.0038
Parte(s) Polo Ativo:
DANIEL RAMOS DE ALMEIDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDILAINE APARECIDA SOARES OAB - MT0015818A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MOTOS MATO GROSSO LTDA (REQUERIDO)
ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PATRICIA JORGE DA CUNHA VIANA DANTAS OAB - MT8014-O (ADVOGADO(A))
MARCO ANDRÉ HONDA FLORES OAB - MT9708-S (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ARAPUTANGA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DA FAZENDA RUA CASTELO BRANCO, S/N, CENTRO, ARAPUTANGA - MT - CEP: 78260-000 Processo n. 1000162-51.2018.8.11.0038 REQUERENTE: DANIEL RAMOS DE ALMEIDA REQUERIDO: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA, MOTOS MATO GROSSO LTDA PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Deixo de apresentar o relatório com fulcro no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Cuida-se de AÇÃO INDENIZATÓRIA proposta por DANIEL RAMOS DE ALMEIDA, em desfavor do ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA e MOTOS MATO GROSSO LTDA. Relatório dispensado, conforme artigo 38 da Lei n.º 9.099/95. As sentenças nos Juizados Especiais obedecerão aos limites traçados no artigo 2º e artigo 38 da Lei nº 9.099/95 c.c artigo 1.046, parágrafos 2º e 4º do CPC c.c Enunciados nº161 e 162 do FONAJE. Decido. No caso, não havendo vício que possa obstar o regular prosseguimento do feito, preparado está o processo para julgamento antecipado, posto que as provas dos autos são suficientes para a solução da lide, sendo, portanto, dispensável dilação probatória. Passo a analisar a preliminar suscitada. Em defesa a reclamada MOTOS MATO GROSSO LTDA, alegou preliminar de ilegitimidade passiva, haja vista que, as negociações referentes ao bem foram feitas exclusivamente entre o autor e a requerida ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA. Verifica-se que a reclamada não pode ser responsabilizada pelas negociações que sequer possui autonomia, como a presente. Não há, portanto, solidariedade para atribuir responsabilidade a MOTOS MATO GROSSO LTDA. Ante o exposto, reconhece-se a ilegitimidade passiva da MOTOS MATO GROSSO LTDA e JULGO EXTINTO o processo, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do artigo 485, VI, do Código de Processo Civil. Passo ao julgamento da requerida ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA. Presentes os pressupostos processuais e as condições da ação, passo ao julgamento do mérito. Pois bem. Não assiste razão a parte autora. Em síntese sustenta a parte autora que adquiriu consorcio junto a requerida que ofertou um lance, sendo contemplado. Confirma que a requerida lhe exigiu vários documentos, nos quais todos foram providenciados. Após apresentar toda documentação, a requerida solicitou um comprovante de renda de terceiro, o que também foi entregue. Informa ainda, que mesmo depois de ter providenciado todos os documentos, a requerida exigiu a documentação de outro avalista. Em defesa a requerida alega exercício regular de direito, não havendo que se falar em danos morais. Em análise aos elementos e circunstâncias que envolvem a controvérsia, tenho que razão não assiste à parte autora. A inteligência do artigo 6º da Lei nº. 9.099/95, nos mostra que "O juiz adotará em cada caso a decisão que reputar mais justa e equânime, atendendo aos fins sociais da Lei e às exigências do bem comum. " Isso demonstra que o Juiz, poderá valer-se da interpretação teleológica com mais liberdade como forma de buscar a solução mais justa para o caso, permitindo uma discricionariedade, amparada na Lei. Entendo que o acervo probatório colacionado com a petição inicial é insuficiente para amparar o direito perseguido pela parte autora. O requerente afirma que sofreu danos ante as condutas da requerida em dificultar a entrega do bem consorciado. Contudo, verifica-se que o procedimento realizado pela requerida, consta do contrato entabulado entre as partes, devidamente assinado pelo autor, o que demonstra que o mesmo estava ciente das condições. Ademais, o autor não anexa nenhum documento capaz de comprovar que atendeu todos os requisitos para retirada do bem. Nessa senda, a norma processual civil além de distribuir o ônus da prova, distribui também os riscos relativos à sua não desincumbência, ou seja, traça critérios destinados a apontar quem suportará as consequências desfavoráveis de não haver provado o fato. A doutrina aponta, nesse sentido, que "[a] consequência do não desincumbimento do ônus da prova pelo autor é o julgamento de improcedência do pedido (actore non probante absolvitur reus)." (Machado, Costa. Código de processo civil interpretado e anotado. 2ª Ed. - São Paulo: Editora Manole, 2008, p. 668). Vê-se, portanto, que o ônus probatório possui uma dupla função. Ao mesmo tempo em que fixa uma regra de instrução, voltada às partes, fixa também uma regra de julgamento, voltado ao magistrado. Ou seja, estimula a movimentação das partes e aponta a consequência de uma eventual inércia, respectivamente. Em que pese às argumentações da parte reclamante, não vislumbro qualquer conduta ilícita praticada pela parte demandada, mas, sim, exercício regular de um direito inexistindo, portanto, qualquer dever de reparação. Nessa senda tem decidido as Turmas recursais: COMPRA E VENDA – AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C.C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – AUTORA QUE NÃO SE DESINCUMBIU DE PROVAR OS FATOS ALEGADOS NA INICIAL – INADIMPLEMENTO DA CONSUMIDORA – NEGATIVAÇÃO

DEVIDA JUNTO AOS CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO, EFETUADA EM EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO – SENTENÇA MANTIDA. -Recurso desprovido.(TJ-SP - APL: 10274215720148260001 SP 1027421-57.2014.8.26.0001, Relator: Edgard Rosa, Data de Julgamento: 03/09/2015, 25ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 03/09/2015). Pelo mesmo motivo, não se vislumbra circunstância apta a ensejar reparação pecuniária a título de danos morais. Verifico ainda que a autora não faz prova de dos alegados danos morais sofridos, não se tratando de dano in re ipsa. Diante de tais ponderações, as pretensões contidas na inicial são improcedentes. Ante o exposto, julgo IMPROCEDENTES os pedidos da parte autora e declaro, com isso, RESOLVIDO O MÉRITO da demanda com base no artigo 487, inciso I, do CPC. - DECLARO A ILEGITIMIDADE PASSIVA DA MOTOS MATO GROSSO LTDA e JULGO EXTINTO o processo, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do artigo 485, VI, do Código de Processo Civil. Sem despesas processuais e honorários advocatícios, na forma dos artigos 54 e 55 da Lei nº. 9.099/1995. Nada requerido no prazo de 15 (quinze) dias do trânsito em julgado, ARQUIVE os autos, sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido da parte – CNGC, art. 1.006. P. I. Cumpra. À submissão do(a) Juiz(a) de Direito para fins do disposto no artigo 40 da Lei n° 9.099/95. Aisi Anne Lima Tiago Juíza Leiga _____ Visto e bem examinado. Trato de AÇÃO DE CONHECIMENTO – rito da Lei n. 9.099/1995 -, em que o(a) Juiz(a) Leigo(a) da Comarca proferiu o seu PROJETO DE SENTENÇA nos autos, o texto foi aprovado e já disponibilizado, razão pela qual HOMOLOGO para que passe a produzir os efeitos legais de SENTENÇA – Lei n. 9.099/1995, art. 40 -, cujo eventual prazo decorre da intimação. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - "Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI", P. I. Cumpra. Araputanga-MT, 11 de dezembro de 2019. (assinado digitalmente) Renato J. de A. C. Filho Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000162-51.2018.8.11.0038
Parte(s) Polo Ativo:
DANIEL RAMOS DE ALMEIDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDILAINE APARECIDA SOARES OAB - MT0015818A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MOTOS MATO GROSSO LTDA (REQUERIDO)
ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PATRICIA JORGE DA CUNHA VIANA DANTAS OAB - MT8014-O (ADVOGADO(A))
MARCO ANDRÉ HONDA FLORES OAB - MT9708-S (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ARAPUTANGA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DA FAZENDA RUA CASTELO BRANCO, S/N, CENTRO, ARAPUTANGA - MT - CEP: 78260-000 Processo n. 1000162-51.2018.8.11.0038 REQUERENTE: DANIEL RAMOS DE ALMEIDA REQUERIDO: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA, MOTOS MATO GROSSO LTDA PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Deixo de apresentar o relatório com fulcro no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Cuida-se de AÇÃO INDENIZATÓRIA proposta por DANIEL RAMOS DE ALMEIDA, em desfavor do ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA e MOTOS MATO GROSSO LTDA. Relatório dispensado, conforme artigo 38 da Lei n.º 9.099/95. As sentenças nos Juizados Especiais obedecerão aos limites traçados no artigo 2º e artigo 38 da Lei nº 9.099/95 c.c artigo 1.046, parágrafos 2º e 4º do CPC c.c Enunciados nº161 e 162 do FONAJE. Decido. No caso, não havendo vício que possa obstar o regular prosseguimento do feito, preparado está o processo para julgamento antecipado, posto que as provas dos autos são suficientes para a solução da lide, sendo, portanto, dispensável dilação probatória. Passo a analisar a preliminar suscitada. Em defesa a reclamada MOTOS MATO GROSSO LTDA, alegou preliminar de ilegitimidade passiva, haja vista que, as negociações referentes ao bem foram feitas exclusivamente entre o autor e a requerida ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA. Verifica-se que a reclamada não pode ser responsabilizada pelas negociações que sequer possui autonomia, como a presente. Não há, portanto, solidariedade para atribuir responsabilidade a MOTOS MATO GROSSO LTDA. Ante o exposto, reconhece-se a ilegitimidade passiva da MOTOS MATO GROSSO LTDA e JULGO EXTINTO o processo, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do artigo 485, VI, do Código de Processo Civil. Passo ao julgamento da requerida ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA. Presentes os pressupostos processuais e as condições da ação, passo ao julgamento do mérito. Pois bem. Não assiste razão a parte autora. Em síntese sustenta a parte autora que adquiriu consorcio junto a requerida que ofertou um lance, sendo contemplado. Confirma que a requerida lhe exigiu vários documentos, nos quais todos foram providenciados. Após apresentar toda documentação, a requerida solicitou um comprovante de renda de terceiro, o que também foi entregue. Informa ainda, que mesmo depois de ter providenciado todos os documentos, a requerida exigiu a documentação de outro avalista. Em defesa a requerida alega exercício regular de direito, não havendo que se falar em danos morais. Em análise aos elementos e circunstâncias que envolvem a controvérsia, tenho que razão não assiste à parte autora. A inteligência do artigo 6º da Lei nº. 9.099/95, nos mostra que "O juiz adotará em cada caso a decisão que reputar mais justa e equânime, atendendo aos fins sociais da Lei e às exigências do bem comum. " Isso demonstra que o Juiz, poderá valer-se da interpretação teleológica com mais liberdade como forma de buscar a solução mais justa para o caso, permitindo uma discricionariedade, amparada na Lei. Entendo que o acervo probatório colacionado com a petição inicial é insuficiente para amparar o direito perseguido pela parte autora. O requerente afirma que sofreu danos ante as condutas da requerida em dificultar a entrega do bem consorciado. Contudo, verifica-se que o procedimento realizado pela requerida, consta do contrato entabulado entre as partes, devidamente assinado pelo autor, o que demonstra que o mesmo estava ciente das condições. Ademais, o autor não anexa nenhum documento capaz de comprovar que atendeu todos os requisitos para retirada do bem. Nessa senda, a norma processual civil além de distribuir o ônus da prova, distribui também os riscos relativos à sua não desincumbência, ou seja, traça critérios destinados a apontar quem suportará as consequências desfavoráveis de não haver provado o fato. A doutrina aponta, nesse sentido, que "[a] consequência do não desincumbimento do ônus da prova pelo autor é o julgamento de improcedência do pedido (actore non probante absolvitur reus)." (Machado, Costa. Código de processo civil interpretado e anotado. 2ª Ed. - São Paulo: Editora Manole, 2008, p. 668). Vê-se, portanto, que o ônus probatório possui uma dupla função. Ao mesmo tempo em que fixa uma regra de instrução, voltada às partes, fixa também uma regra de julgamento, voltado ao magistrado. Ou seja, estimula a movimentação das partes e aponta a consequência de uma eventual inércia, respectivamente. Em que pese às argumentações da parte reclamante, não vislumbro qualquer conduta ilícita praticada pela parte demandada, mas, sim, exercício regular de um direito inexistindo, portanto, qualquer dever de reparação. Nessa senda tem decidido as Turmas recursais: COMPRA E VENDA – AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C.C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – AUTORA QUE NÃO SE DESINCUMBIU DE PROVAR OS FATOS ALEGADOS NA INICIAL – INADIMPLEMENTO DA CONSUMIDORA – NEGATIVAÇÃO DEVIDA JUNTO AOS CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO, EFETUADA EM EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO – SENTENÇA MANTIDA. -Recurso desprovido.(TJ-SP - APL: 10274215720148260001 SP 1027421-57.2014.8.26.0001, Relator: Edgard Rosa, Data de Julgamento: 03/09/2015, 25ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 03/09/2015). Pelo mesmo motivo, não se vislumbra circunstância apta a ensejar reparação pecuniária a título de danos morais. Verifico ainda que a autora não faz prova de dos alegados danos morais sofridos, não se tratando de dano in re ipsa. Diante de tais ponderações, as pretensões contidas na inicial são improcedentes. Ante o exposto, julgo IMPROCEDENTES os pedidos da parte autora e declaro, com isso, RESOLVIDO O MÉRITO da demanda com base no artigo 487, inciso I, do CPC. - DECLARO A ILEGITIMIDADE PASSIVA DA MOTOS MATO GROSSO LTDA e JULGO EXTINTO o processo, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do artigo 485, VI, do Código de Processo Civil. Sem despesas processuais e honorários advocatícios, na forma dos artigos 54 e 55 da Lei nº. 9.099/1995. Nada requerido no prazo de 15 (quinze) dias do trânsito em julgado, ARQUIVE os autos, sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido da parte – CNGC, art. 1.006. P. I. Cumpra. À submissão do(a) Juiz(a) de Direito para fins do disposto no artigo 40 da Lei n° 9.099/95. Aisi Anne Lima Tiago Juíza Leiga _____ Visto e bem examinado. Trato de AÇÃO DE

CONHECIMENTO – rito da Lei n. 9.099/1995 -, em que o(a) Juiz(a) Leigo(a) da Comarca proferiu o seu PROJETO DE SENTENÇA nos autos, o texto foi aprovado e já disponibilizado, razão pela qual HOMOLOGO para que passe a produzir os efeitos legais de SENTENÇA – Lei n. 9.099/1995, art. 40 -, cujo eventual prazo decorre da intimação. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - "Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI", P. I. Cumpra. Araputanga-MT, 11 de dezembro de 2019. (assinado digitalmente) Renato J. de A. C. Filho Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000162-51.2018.8.11.0038
Parte(s) Polo Ativo:
DANIEL RAMOS DE ALMEIDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDILAINE APARECIDA SOARES OAB - MT0015818A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MOTOS MATO GROSSO LTDA (REQUERIDO)
ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PATRICIA JORGE DA CUNHA VIANA DANTAS OAB - MT8014-O (ADVOGADO(A))
MARCO ANDRÉ HONDA FLORES OAB - MT9708-S (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ARAPUTANGA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DA FAZENDA RUA CASTELO BRANCO, S/N, CENTRO, ARAPUTANGA - MT - CEP: 78260-000 Processo n. 1000162-51.2018.8.11.0038 REQUERENTE: DANIEL RAMOS DE ALMEIDA REQUERIDO: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA, MOTOS MATO GROSSO LTDA PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Deixo de apresentar o relatório com fulcro no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Cuida-se de AÇÃO INDENIZATÓRIA proposta por DANIEL RAMOS DE ALMEIDA, em desfavor do ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA e MOTOS MATO GROSSO LTDA. Relatório dispensado, conforme artigo 38 da Lei n.º 9.099/95. As sentenças nos Juizados Especiais obedecerão aos limites traçados no artigo 2º e artigo 38 da Lei nº 9.099/95 c.c artigo 1.046, parágrafos 2º e 4º do CPC c.c Enunciados nº161 e 162 do FONAJE. Decido. No caso, não havendo vício que possa obstar o regular prosseguimento do feito, preparado está o processo para julgamento antecipado, posto que as provas dos autos são suficientes para a solução da lide, sendo, portanto, dispensável dilação probatória. Passo a analisar a preliminar suscitada. Em defesa a reclamada MOTOS MATO GROSSO LTDA, alegou preliminar de ilegitimidade passiva, haja vista que, as negociações referentes ao bem foram feitas exclusivamente entre o autor e a requerida ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA. Verifica-se que a reclamada não pode ser responsabilizada pelas negociações que sequer possui autonomia, como a presente. Não há, portanto, solidariedade para atribuir responsabilidade a MOTOS MATO GROSSO LTDA. Ante o exposto, reconhece-se a ilegitimidade passiva da MOTOS MATO GROSSO LTDA e JULGO EXTINTO o processo, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do artigo 485, VI, do Código de Processo Civil. Passo ao julgamento da requerida ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA. Presentes os pressupostos processuais e as condições da ação, passo ao julgamento do mérito. Pois bem. Não assiste razão a parte autora. Em síntese sustenta a parte autora que adquiriu consorcio junto a requerida que ofertou um lance, sendo contemplado. Confirma que a requerida lhe exigiu vários documentos, nos quais todos foram providenciados. Após apresentar toda documentação, a requerida solicitou um comprovante de renda de terceiro, o que também foi entregue. Informa ainda, que mesmo depois de ter providenciado todos os documentos, a requerida exigiu a documentação de outro avalista. Em defesa a requerida alega exercício regular de direito, não havendo que se falar em danos morais. Em análise aos elementos e circunstâncias que envolvem a controvérsia, tenho que razão não assiste à parte autora. A inteligência do artigo 6º da Lei nº. 9.099/95, nos mostra que "O juiz adotará em cada caso a decisão que reputar mais justa e equânime, atendendo aos fins sociais da Lei e às exigências do bem comum. " Isso demonstra que o Juiz, poderá valer-se da interpretação teleológica com mais liberdade como forma de buscar a solução mais justa para o caso, permitindo uma discricionariedade, amparada na Lei. Entendo que o acervo probatório colacionado com a petição inicial é insuficiente para amparar o direito perseguido pela parte autora. O requerente afirma que sofreu danos ante as condutas da requerida em dificultar a entrega do bem consorciado. Contudo, verifica-se que o procedimento realizado pela requerida, consta do contrato entabulado entre as partes, devidamente assinado pelo autor, o que demonstra que o mesmo estava ciente das condições. Ademais, o autor não anexa nenhum documento capaz de comprovar que atendeu todos os requisitos para retirada do bem. Nessa senda, a norma processual civil além de distribuir o ônus da prova, distribui também os riscos relativos à sua não desincumbência, ou seja, traça critérios destinados a apontar quem suportará as consequências desfavoráveis de não haver provado o fato. A doutrina aponta, nesse sentido, que "[a] consequência do não desincumbimento do ônus da prova pelo autor é o julgamento de improcedência do pedido (actore non probante absolvitur reus)." (Machado, Costa. Código de processo civil interpretado e anotado. 2ª Ed. - São Paulo: Editora Manole, 2008, p. 668). Vê-se, portanto, que o ônus probatório possui uma dupla função. Ao mesmo tempo em que fixa uma regra de instrução, voltada às partes, fixa também uma regra de julgamento, voltado ao magistrado. Ou seja, estimula a movimentação das partes e aponta a consequência de uma eventual inércia, respectivamente. Em que pese às argumentações da parte reclamante, não vislumbro qualquer conduta ilícita praticada pela parte demandada, mas, sim, exercício regular de um direito inexistindo, portanto, qualquer dever de reparação. Nessa senda tem decidido as Turmas recursais: COMPRA E VENDA – AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C.C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – AUTORA QUE NÃO SE DESINCUMBIU DE PROVAR OS FATOS ALEGADOS NA INICIAL – INADIMPLEMENTO DA CONSUMIDORA – NEGATIVAÇÃO DEVIDA JUNTO AOS CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO, EFETUADA EM EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO – SENTENÇA MANTIDA. -Recurso desprovido.(TJ-SP - APL: 10274215720148260001 SP 1027421-57.2014.8.26.0001, Relator: Edgard Rosa, Data de Julgamento: 03/09/2015, 25ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 03/09/2015). Pelo mesmo motivo, não se vislumbra circunstância apta a ensejar reparação pecuniária a título de danos morais. Verifico ainda que a autora não faz prova de dos alegados danos morais sofridos, não se tratando de dano in re ipsa. Diante de tais ponderações, as pretensões contidas na inicial são improcedentes. Ante o exposto, julgo IMPROCEDENTES os pedidos da parte autora e declaro, com isso, RESOLVIDO O MÉRITO da demanda com base no artigo 487, inciso I, do CPC. - DECLARO A ILEGITIMIDADE PASSIVA DA MOTOS MATO GROSSO LTDA e JULGO EXTINTO o processo, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do artigo 485, VI, do Código de Processo Civil. Sem despesas processuais e honorários advocatícios, na forma dos artigos 54 e 55 da Lei nº. 9.099/1995. Nada requerido no prazo de 15 (quinze) dias do trânsito em julgado, ARQUIVE os autos, sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido da parte – CNGC, art. 1.006. P. I. Cumpra. À submissão do(a) Juiz(a) de Direito para fins do disposto no artigo 40 da Lei n° 9.099/95. Aisi Anne Lima Tiago Juíza Leiga _____ Visto e bem examinado. Trato de AÇÃO DE CONHECIMENTO – rito da Lei n. 9.099/1995 -, em que o(a) Juiz(a) Leigo(a) da Comarca proferiu o seu PROJETO DE SENTENÇA nos autos, o texto foi aprovado e já disponibilizado, razão pela qual HOMOLOGO para que passe a produzir os efeitos legais de SENTENÇA – Lei n. 9.099/1995, art. 40 -, cujo eventual prazo decorre da intimação. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - "Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI", P. I. Cumpra. Araputanga-MT, 11 de dezembro de 2019. (assinado digitalmente) Renato J. de A. C. Filho Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000317-20.2019.8.11.0038
Parte(s) Polo Ativo:
MATHEUS DOS SANTOS COSENZO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
OSWALDO ALVAREZ DE CAMPOS JUNIOR OAB - MT6702-O (ADVOGADO(A))
RODRIGO FRANCISCO DE SOUZA OAB - MT0019474A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS DO NOROESTE DE MATO GROSSO - SICREDI NOROESTE MT (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:

LEONARDO ANDRADE ZUCHETTI OAB - MT22584/O (ADVOGADO(A))
NAYRA RINALDI BENTO OAB - MT23194/O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ARAPUTANGA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DA FAZENDA RUA CASTELO BRANCO, S/N, CENTRO, ARAPUTANGA - MT - CEP: 78260-000 Processo n. 1000317-20.2019.8.11.0038 REQUERENTE: MATHEUS DOS SANTOS COSENZO REQUERIDO: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS DO NOROESTE DE MATO GROSSO - SICREDI NOROESTE MT PROJETO DE SENTENÇA Visto e bem examinado. Dispensado o relatório – Lei n. 9.099/1995, art. 38, caput. Trata-se de AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL E MATERIAL proposta por MATHEUS DOS SANTOS COSENZO em face de COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS DO NOROESTE DE MATO GROSSO - SICREDI NOROESTE MT. As sentenças nos Juizados Especiais obedecerão aos limites traçados no artigo 2º e artigo 38 da Lei nº 9.099/95, c.c artigo 1.046, parágrafos 2º e 4º do CPC e Enunciados nº161 e 162 do FONAJE. Decido. Incumbe às rés provarem a veracidade de seus alegados na qualidade de fornecedora de produtos e serviços, seja em razão da inversão do ônus da prova, seja porque as suas assertivas é fato extintivo de direito, nos termos do art. 373, II do CPC. Presentes os pressupostos processuais e as condições da ação, passo ao julgamento do mérito. Narra que o requerente ao se deslocar até a loja móveis Gazin, a fim de adquirir um aparelho de ar condicionado, foi informado pelo atendente da referida loja que havia uma restrição em seu nome. Inconformado com a situação, procurou a CDL em Araputanga/MT, onde pode constatar a veracidade da restrição lançada pelo Banco SICREDI. O autor alega ser cobranças indevidas, não contratadas, em especial a Fatura de Cartão de Crédito, pois não contratou o produto. Busca a Tutela Jurisdicional pleiteando a condenação das empresas requeridas pelos danos materiais e morais suportados. Em sede de contestação, a parte requerida pugna pela improcedência dos pedidos insertos na exordial por ausência do dever de reparação ante a inexistência de conduta ilícita praticada. Liminar deferida. Em análise aos elementos e circunstâncias que envolvem a controvérsia, tenho que razão não assiste à parte autora. Em que pese às suas alegações, não há elementos nos autos que levem à configuração do ato ilícito por parte da empresa reclamada. Não obstante o promovente alegue ferimento às normas do direito do consumidor, não há provas suficientes para a procedência da lide, portanto, a improcedência do pedido é medida que se impõe ao presente caso. Entendo que os documentos apresentados são insuficientes para efetivamente comprovar os fatos elencados na inicial. Apesar das alegações da parte autora de que desconhece os débitos cobrados em sua conta bancaria, a requerida anexa documentos devidamente assinados pelo autor, os quais adquirirem os produtos/pacotes e concordam com os descontos (id. 25657531). Portanto, ante o não pagamento e os débitos, legal a inscrição do nome do autor no cadastro de inadimplentes, não havendo danos a serem indenizados. Ressalto a regra do ônus da prova no Sistema de Proteção ao Consumidor serve para beneficiar o consumidor que se afigure em uma situação de hipossuficiência, no entanto, isso não significa que ele não deva produzir qualquer prova. Deve haver, ao menos, um arcabouço probatório mínimo que ampare sua pretensão, o que não ocorreu in caso. Ao lado disso, no que concerne aos danos morais, não vislumbro qualquer indício de prova que demonstre ofensa aos direitos da personalidade da parte autora. Ainda, em não se tratando de dano moral "in re ipsa," necessário que haja comprovação pela parte requerente dos efetivos danos morais sofridos, o que não logrou a autora fazer. Dessa forma, a parte autora não se desincumbiu de seu ônus, nos termos do artigo 373, inciso I do Código de Processo Civil. Nessa senda, a norma processual civil encartada no artigo 373, além de distribuir o ônus da prova, distribui também os riscos relativos à sua não desincumbência, ou seja, traça critérios destinados a apontar quem suportará as consequências desfavoráveis de não haver provado o fato. A doutrina aponta, nesse sentido, que "[a] consequência do não desincumbimento do ônus da prova pelo autor é o julgamento de improcedência do pedido (actore non probante absolvitur reus)." (Machado, Costa. Código de processo civil interpretado e anotado. 2ª Ed. - São Paulo: Editora Manole, 2008, p. 668). Vê-se, portanto, que o ônus probatório possui uma dupla função. Ao mesmo tempo em que fixa uma regra de instrução, voltada às partes, fixa também uma regra de julgamento, voltado ao magistrado. Ou seja, estimula a movimentação das partes e aponta a consequência de uma eventual inércia, respectivamente. Ante o exposto, RESOLVO O MÉRITO da demanda com base no artigo 487, inciso I, do CPC, para JULGAR IMPROCEDENTES os pedidos da parte autora. Sem taxas, despesas, custas processuais e honorários advocatícios - Lei n. 9.099/1995, arts. 54 e 55. Transitada em julgado, ao arquivo, com as devidas baixas. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - "Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI", P. I. Cumpra. À submissão do(a) Juiz(a) de Direito para fins do disposto no artigo 40 da Lei n° 9.099/95. Aisi Anne Lima Tiago Juíza Leiga _____ Visto e bem examinado. Trato de AÇÃO DE CONHECIMENTO – rito da Lei n. 9.099/1995 -, em que o(a) Juiz(a) Leigo(a) da Comarca proferiu o seu PROJETO DE SENTENÇA nos autos, o texto foi aprovado e já disponibilizado, razão pela qual HOMOLOGO para que passe a produzir os efeitos legais de SENTENÇA – Lei n. 9.099/1995, art. 40 -, cujo eventual prazo decorre da intimação. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - "Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI", P. I. Cumpra. Araputanga-MT, 11 de dezembro de 2019. (assinado digitalmente) Renato J. de A. C. Filho Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000317-20.2019.8.11.0038
Parte(s) Polo Ativo:
MATHEUS DOS SANTOS COSENZO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
OSWALDO ALVAREZ DE CAMPOS JUNIOR OAB - MT6702-O (ADVOGADO(A))
RODRIGO FRANCISCO DE SOUZA OAB - MT0019474A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS DO NOROESTE DE MATO GROSSO - SICREDI NOROESTE MT (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LEONARDO ANDRADE ZUCHETTI OAB - MT22584/O (ADVOGADO(A))
NAYRA RINALDI BENTO OAB - MT23194/O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ARAPUTANGA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DA FAZENDA RUA CASTELO BRANCO, S/N, CENTRO, ARAPUTANGA - MT - CEP: 78260-000 Processo n. 1000317-20.2019.8.11.0038 REQUERENTE: MATHEUS DOS SANTOS COSENZO REQUERIDO: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS DO NOROESTE DE MATO GROSSO - SICREDI NOROESTE MT PROJETO DE SENTENÇA Visto e bem examinado. Dispensado o relatório – Lei n. 9.099/1995, art. 38, caput. Trata-se de AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL E MATERIAL proposta por MATHEUS DOS SANTOS COSENZO em face de COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS DO NOROESTE DE MATO GROSSO - SICREDI NOROESTE MT. As sentenças nos Juizados Especiais obedecerão aos limites traçados no artigo 2º e artigo 38 da Lei nº 9.099/95, c.c artigo 1.046, parágrafos 2º e 4º do CPC e Enunciados nº161 e 162 do FONAJE. Decido. Incumbe às rés provarem a veracidade de seus alegados na qualidade de fornecedora de produtos e serviços, seja em razão da inversão do ônus da prova, seja porque as suas assertivas é fato extintivo de direito, nos termos do art. 373, II do CPC. Presentes os pressupostos processuais e as condições da ação, passo ao julgamento do mérito. Narra que o requerente ao se deslocar até a loja móveis Gazin, a fim de adquirir um aparelho de ar condicionado, foi informado pelo atendente da referida loja que havia uma restrição em seu nome. Inconformado com a situação, procurou a CDL em Araputanga/MT, onde pode constatar a veracidade da restrição lançada pelo Banco SICREDI. O autor alega ser cobranças indevidas, não contratadas, em especial a Fatura de Cartão de Crédito, pois não contratou o produto. Busca a Tutela Jurisdicional pleiteando a condenação das empresas requeridas pelos danos materiais e morais suportados. Em sede de contestação, a parte requerida pugna pela improcedência dos pedidos insertos na exordial por ausência do dever de reparação ante a inexistência de conduta ilícita praticada. Liminar deferida. Em análise aos elementos e circunstâncias que envolvem a controvérsia, tenho que razão não assiste à parte autora. Em que pese às suas alegações, não há elementos nos autos que levem à configuração do ato ilícito por parte da empresa reclamada. Não obstante o promovente alegue ferimento às normas do direito do consumidor, não há provas suficientes para a

procedência da lide, portanto, a improcedência do pedido é medida que se impõe ao presente caso. Entendo que os documentos apresentados são insuficientes para efetivamente comprovar os fatos elencados na inicial. Apesar das alegações da parte autora de que desconhece os débitos cobrados em sua conta bancaria, a requerida anexa documentos devidamente assinados pelo autor, os quais adquirirem os produtos/pacotes e concordam com os descontos (id. 25657531). Portanto, ante o não pagamento e os débitos, legal a inscrição do nome do autor no cadastro de inadimplentes, não havendo danos a serem indenizados. Ressalto a regra do ônus da prova no Sistema de Proteção ao Consumidor serve para beneficiar o consumidor que se afigure em uma situação de hipossuficiência, no entanto, isso não significa que ele não deva produzir qualquer prova. Deve haver, ao menos, um arcabouço probatório mínimo que ampare sua pretensão, o que não ocorreu in caso. Ao lado disso, no que concerne aos danos morais, não vislumbro qualquer indício de prova que demonstre ofensa aos direitos da personalidade da parte autora. Ainda, em não se tratando de dano moral "in re ipsa," necessário que haja comprovação pela parte requerente dos efetivos danos morais sofridos, o que não logrou a autora fazer. Dessa forma, a parte autora não se desincumbiu de seu ônus, nos termos do artigo 373, inciso I do Código de Processo Civil. Nessa senda, a norma processual civil encartada no artigo 373, além de distribuir o ônus da prova, distribui também os riscos relativos à sua não desincumbência, ou seja, traça critérios destinados a apontar quem suportará as consequências desfavoráveis de não haver provado o fato. A doutrina aponta, nesse sentido, que "[a] consequência do não desincumbimento do ônus da prova pelo autor é o julgamento de improcedência do pedido (actore non probante absolvitur reus)." (Machado, Costa. Código de processo civil interpretado e anotado. 2ª Ed. - São Paulo: Editora Manole, 2008, p. 668). Vê-se, portanto, que o ônus probatório possui uma dupla função. Ao mesmo tempo em que fixa uma regra de instrução, voltada às partes, fixa também uma regra de julgamento, voltado ao magistrado. Ou seja, estimula a movimentação das partes e aponta a consequência de uma eventual inércia, respectivamente. Ante o exposto, RESOLVO O MÉRITO da demanda com base no artigo 487, inciso I, do CPC, para JULGAR IMPROCEDENTES os pedidos da parte autora. Sem taxas, despesas, custas processuais e honorários advocatícios - Lei n. 9.099/1995, arts. 54 e 55. Transitada em julgado, ao arquivo, com as devidas baixas. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - "Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI", P. I. Cumpra. À submissão do(a) Juiz(a) de Direito para fins do disposto no artigo 40 da Lei n° 9.099/95. Aisi Anne Lima Tiago Juíza Leiga _____ Visto e bem examinado. Trato de AÇÃO DE CONHECIMENTO – rito da Lei n. 9.099/1995 -, em que o(a) Juiz(a) Leigo(a) da Comarca proferiu o seu PROJETO DE SENTENÇA nos autos, o texto foi aprovado e já disponibilizado, razão pela qual HOMOLOGO para que passe a produzir os efeitos legais de SENTENÇA – Lei n. 9.099/1995, art. 40 -, cujo eventual prazo decorre da intimação. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - "Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI", P. I. Cumpra. Araputanga-MT, 11 de dezembro de 2019. (assinado digitalmente) Renato J. de A. C. Filho Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000317-20.2019.8.11.0038
Parte(s) Polo Ativo:
MATHEUS DOS SANTOS COSENZO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
OSWALDO ALVAREZ DE CAMPOS JUNIOR OAB - MT6702-O (ADVOGADO(A))
RODRIGO FRANCISCO DE SOUZA OAB - MT0019474A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS DO NOROESTE DE MATO GROSSO - SICREDI NOROESTE MT (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LEONARDO ANDRADE ZUCHETTI OAB - MT22584/O (ADVOGADO(A))
NAYRA RINALDI BENTO OAB - MT23194/O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ARAPUTANGA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DA FAZENDA RUA CASTELO BRANCO, S/N, CENTRO, ARAPUTANGA - MT - CEP: 78260-000 Processo n. 1000317-20.2019.8.11.0038 REQUERENTE: MATHEUS DOS SANTOS COSENZO REQUERIDO: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS DO NOROESTE DE MATO GROSSO - SICREDI NOROESTE MT PROJETO DE SENTENÇA Visto e bem examinado. Dispensado o relatório – Lei n. 9.099/1995, art. 38, caput. Trata-se de AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL E MATERIAL proposta por MATHEUS DOS SANTOS COSENZO em face de COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS DO NOROESTE DE MATO GROSSO - SICREDI NOROESTE MT. As sentenças nos Juizados Especiais obedecerão aos limites traçados no artigo 2º e artigo 38 da Lei nº 9.099/95, c.c artigo 1.046, parágrafos 2º e 4º do CPC e Enunciados nº161 e 162 do FONAJE. Decido. Incumbe às rés provarem a veracidade de seus alegados na qualidade de fornecedora de produtos e serviços, seja em razão da inversão do ônus da prova, seja porque as suas assertivas é fato extintivo de direito, nos termos do art. 373, II do CPC. Presentes os pressupostos processuais e as condições da ação, passo ao julgamento do mérito. Narra que o requerente ao se deslocar até a loja móveis Gazin, a fim de adquirir um aparelho de ar condicionado, foi informado pelo atendente da referida loja que havia uma restrição em seu nome. Inconformado com a situação, procurou a CDL em Araputanga/MT, onde pode constatar a veracidade da restrição lançada pelo Banco SICREDI. O autor alega ser cobranças indevidas, não contratadas, em especial a Fatura de Cartão de Crédito, pois não contratou o produto. Busca a Tutela Jurisdicional pleiteando a condenação das empresas requeridas pelos danos materiais e morais suportados. Em sede de contestação, a parte requerida pugna pela improcedência dos pedidos insertos na exordial por ausência do dever de reparação ante a inexistência de conduta ilícita praticada. Liminar deferida. Em análise aos elementos e circunstâncias que envolvem a controvérsia, tenho que razão não assiste à parte autora. Em que pese às suas alegações, não há elementos nos autos que levem à configuração do ato ilícito por parte da empresa reclamada. Não obstante o promovente alegue ferimento às normas do direito do consumidor, não há provas suficientes para a procedência da lide, portanto, a improcedência do pedido é medida que se impõe ao presente caso. Entendo que os documentos apresentados são insuficientes para efetivamente comprovar os fatos elencados na inicial. Apesar das alegações da parte autora de que desconhece os débitos cobrados em sua conta bancaria, a requerida anexa documentos devidamente assinados pelo autor, os quais adquirirem os produtos/pacotes e concordam com os descontos (id. 25657531). Portanto, ante o não pagamento e os débitos, legal a inscrição do nome do autor no cadastro de inadimplentes, não havendo danos a serem indenizados. Ressalto a regra do ônus da prova no Sistema de Proteção ao Consumidor serve para beneficiar o consumidor que se afigure em uma situação de hipossuficiência, no entanto, isso não significa que ele não deva produzir qualquer prova. Deve haver, ao menos, um arcabouço probatório mínimo que ampare sua pretensão, o que não ocorreu in caso. Ao lado disso, no que concerne aos danos morais, não vislumbro qualquer indício de prova que demonstre ofensa aos direitos da personalidade da parte autora. Ainda, em não se tratando de dano moral "in re ipsa," necessário que haja comprovação pela parte requerente dos efetivos danos morais sofridos, o que não logrou a autora fazer. Dessa forma, a parte autora não se desincumbiu de seu ônus, nos termos do artigo 373, inciso I do Código de Processo Civil. Nessa senda, a norma processual civil encartada no artigo 373, além de distribuir o ônus da prova, distribui também os riscos relativos à sua não desincumbência, ou seja, traça critérios destinados a apontar quem suportará as consequências desfavoráveis de não haver provado o fato. A doutrina aponta, nesse sentido, que "[a] consequência do não desincumbimento do ônus da prova pelo autor é o julgamento de improcedência do pedido (actore non probante absolvitur reus)." (Machado, Costa. Código de processo civil interpretado e anotado. 2ª Ed. - São Paulo: Editora Manole, 2008, p. 668). Vê-se, portanto, que o ônus probatório possui uma dupla função. Ao mesmo tempo em que fixa uma regra de instrução, voltada às partes, fixa também uma regra de julgamento, voltado ao magistrado. Ou seja, estimula a movimentação das partes e aponta a consequência de uma eventual inércia, respectivamente. Ante o exposto, RESOLVO O MÉRITO da demanda com base no artigo 487, inciso I, do CPC, para JULGAR IMPROCEDENTES os pedidos da parte autora. Sem taxas, despesas, custas processuais e honorários advocatícios - Lei n. 9.099/1995, arts. 54 e 55. Transitada em julgado, ao arquivo, com as devidas baixas. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - "Fica dispensado

o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI", P. I. Cumpra. À submissão do(a) Juiz(a) de Direito para fins do disposto no artigo 40 da Lei n° 9.099/95. Aisi Anne Lima Tiago Juíza Leiga _____ Visto e bem examinado. Trato de AÇÃO DE CONHECIMENTO – rito da Lei n. 9.099/1995 -, em que o(a) Juiz(a) Leigo(a) da Comarca proferiu o seu PROJETO DE SENTENÇA nos autos, o texto foi aprovado e já disponibilizado, razão pela qual HOMOLOGO para que passe a produzir os efeitos legais de SENTENÇA – Lei n. 9.099/1995, art. 40 -, cujo eventual prazo decorre da intimação. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - "Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI", P. I. Cumpra. Araputanga-MT, 11 de dezembro de 2019. (assinado digitalmente) Renato J. de A. C. Filho Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8010299-41.2016.8.11.0038
Parte(s) Polo Ativo:
IRANY APARECIDA FERREIRA DA CUNHA BARBOZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALICE BERNADETE PARRA MERINO OAB - MT0012669A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EUCATUR-EMPRESA UNIAO CASCAVEL DE TRANSPORTES E TURISMO LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GABRIEL SANTOS ALBERTTI OAB - PR44655-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ARAPUTANGA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DA FAZENDA RUA CASTELO BRANCO, S/N, CENTRO, ARAPUTANGA - MT - CEP: 78260-000 Processo n. 8010299-41.2016.8.11.0038 REQUERENTE: IRANY APARECIDA FERREIRA DA CUNHA BARBOZA REQUERIDO: EUCATUR-EMPRESA UNIAO CASCAVEL DE TRANSPORTES E TURISMO LTDA PROJETO DE SENTENÇA Vistos. Dispenso o relatório, autorizada pelo artigo 38 da Lei 9.099/95. Trata-se de AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS proposta por IRANY APARECIDA FERREIRA DA CUNHA BARBOZA em desfavor de EUCATUR-EMPRESA UNIAO CASCAVEL DE TRANSPORTES E TURISMO LTDA. As sentenças nos Juizados Especiais obedecerão aos limites traçados no artigo 2º e artigo 38 da Lei nº 9.099/95 c.c artigo 1.046, parágrafos 2º e 4º do CPC c.c Enunciados nº161 e 162 do FONAJE. Decido. No caso, não havendo vício que possa obstar o regular prosseguimento do feito, preparado está o processo para julgamento antecipado, posto que, as provas dos autos são suficientes para a solução da lide, sendo, portanto, dispensável dilação probatória. Presentes os pressupostos processuais e as condições da ação, passo ao julgamento do mérito. No caso há relação consumerista entre as partes, sendo a parte autora consumidora e a parte ré fornecedora de serviços, nos termos do artigo 2º, caput, e 3º caput do Código de Defesa do Consumidor – CDC. Em síntese sustenta a parte autora que através de busca na internet, efetuou com seu cartão de credito, uma compra no dia 05/08/2016 de bilhetes de passagem de ônibus na empresa EUCATUR, com valor total de R$ 1.119,08 (um mil e cento e dezenove reais e oito centavos), parcelados em 4 vezes de R$ 279,77 (duzentos e setenta e nove reais e setenta e sete centavos). Logo, mesmo tendo logrado êxito na efetuação da compra, a empresa não encaminhou o voucher no seu e-mail. Afirma que no dia 06 de agosto de 2016 a promovente ao chegar de no guichê da Agência da empresa EUCATUR para retirar os bilhetes de embarque, fora deparada pela negativa de que não havia nenhuma reserva de passagem em seu nome e nem mesmo dos integrantes da sua família. Diante de todos os transtornos vivenciados, bem como, pela tentativa frustrada em resolver o problema junto aos funcionários da requerida, busca a tutela jurisdicional como garantia de seus direitos. Em defesa a requerida afirma que não há má prestação de serviços, bem como não há danos a serem indenizados. Em análise aos elementos e circunstâncias que envolvem a controvérsia, tenho que razão assiste à parte autora. Assim, analisando detidamente os autos, tenho que a parte autora provou o fato constitutivo do seu direito, na medida em que demonstrou a aquisição do bilhete, anteriormente via internet, o qual inclusive foi descontado em sua conta bancaria em 04 parcelas, bem como que no dia seguinte ao se dirigir ao guichê da requerida juntamente com sua família necessitou adquirir nova passagem, efetuando pagamento a vista, para enfim conseguir efetuar sua viagem. Ademais, consta nos autos que a autora tentou administrativamente receber os valores descontados de sua conta, referente a compra via internet, o qual a requerida alegou não ter reserva, contudo, continuou os descontos. Vislumbro que a atitude da parte demandada foi descabida, como dito, não observou as exigências de praxe pertinentes a Lei Consumerista, implicando no reconhecimento dos requisitos que possibilitam a configuração do dano e sua reparação, tais como a culpa e o nexo de causalidade, ambos se encontrando presentes na medida reclamada. No que se refere aos danos materiais, para que haja a condenação da parte Requerida, é indispensável que a parte Requerente comprove efetivamente a extensão dos prejuízos patrimoniais que suportou, em decorrência do ato ilícito, tendo a parte autora comprovado fato constitutivo de seu direito, sendo que apresentou provas no valor de R$ 1.119,08 (um mil e cento e dezenove reais e oito centavos), quantia que deve ser restituída na forma simples, por não restar comprovado má fé. Não atendendo de imediato o estabelecido na Lei 8.078/90, artigo 18, incisos e parágrafos, deverá indenizar, não somente, pelos danos materiais, mas, também pelos danos morais, que no presente caso é evidente. No tocante aos danos morais, não há olvidar que, como vem decidindo nossos tribunais, o mero aborrecimento, o dissabor, a mágoa ou a irritação, sem maiores consequências, não são passíveis de indenização por dano moral. Nesse sentido é o entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso: CONTRATO DE COMPRA E VENDA A PRAZO. FALTA INJUSTIFICADA NA ENTREGA DO PRODUTO E NA DEVOLUÇÃO DO VALOR PAGO. DANO MORAL CONFIGURADO. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por vícios relativos à prestação dos serviços. Para a configuração do dever de indenizar em sede de dano moral, não há necessidade que se comprove dor intensa, pois o desconforto decorrente da recusa na entrega do produto e insucesso de solucionar o problema têm a extensão suficiente para configurar o dano moral. Não comporta reparos a sentença que fixou o valor da indenização com observância dos critérios da razoabilidade de da proporcionalidade. (RI 622/2009, DR. NELSON DORIGATTI, 2ª TURMA RECURSAL, Julgado em 15/12/2009, Publicado no DJE 13/01/2010). Verifica-se que o autor comprou com antecedência o bilhete de passagem, estando no local no horário do embarque o qual lhe foi recusado sob alegação de ausência de reserva, contudo, o valor foi descontado de sua conta bancaria, demonstrado o descaso e falta de atenção com o consumidor. Certo é que o descumprimento de contrato isoladamente considerado não é suficiente para acolher a pretensão do Consumidor, mas, no contexto retratado nos autos, a postura da Ré potencializa a superioridade do fornecedor em detrimento da vulnerabilidade da parte consumidora, gerando ofensa à sua honra subjetiva, devendo ser objeto de compensação a título de danos morais na forma dos artigos 5º, inciso X da Lei Maior de 1988 e 6º, inciso VI da Lei nº 8.078/90. Adota-se, no caso, a Teoria do Risco do Empreendimento de modo que a responsabilidade se faça destituída da verificação de culpa - aquele que tem o bônus deve arcar com os riscos e ônus de sua atividade e, assim, sua responsabilidade somente pode ser afastada caso demonstrada uma das excludentes do nexo, o que não ocorreu no caso. Certo é que o descumprimento de contrato isoladamente considerado não é suficiente para acolher a pretensão da parte consumidora, mas, no contexto retratado nos autos, a postura da requerida potencializa a superioridade do fornecedor em detrimento da vulnerabilidade da parte consumidora. Outrossim, a ausência de solução administrativa, gerando sentimento de frustração, lesão e impotência, e a falha na prestação dos serviços caracterizados como passíveis de gerar lesão aos direitos da personalidade e passíveis de compensação. No tocante ao valor da indenização, compete ao juiz se orientar pela denominada lógica do razoável e fixar o valor da indenização de acordo com o grau de reprovabilidade da conduta ilícita, com as condições econômicas do causador do dano e do ofendido, em quantitativo consentâneo com a natureza e intensidade da humilhação, da tristeza e do constrangimento sofridos, de modo a produzir eficácia pedagógica, inibir novas condutas idênticas da parte ofensora, e representar compensação à parte ofendida, sem, contudo, implicar em indevido enriquecimento. Desta feita, considerando as situações acima mencionada, entendo que o valor a título de danos morais deve ser fixado no montante de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), valor condizente com os prejuízos sofridos e ainda incapaz de gerar o enriquecimento indevido. Ante o exposto, e o que mais consta dos

autos do processo, RESOLVO O MÉRITO, com fulcro no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, e JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados na exordial para: - CONFIRMAR/TORNAR DEFINITIVA a liminar deferida em exame sumario; - CONDENAR a parte Ré a COMPENSAR/PAGAR à parte Autora, a título de dano moral, o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), corrigido monetariamente a partir da leitura/intimação da sentença – Enunciado n. 362 da Súmula do STJ -, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC – Lei n. 6.899/81 -, e acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos do art. 406, do vigente Código Civil, c/c o §1º, do art. 161, do Código Tributário Nacional e Enunciado 20 da I Jornada de Direito Civil promovida pelo Centro de Estudos Jurídicos do Conselho da Justiça Federal, a partir da citação – CC/02, art. 397, parágrafo único c/c art. 405. - CONDENAR a reclamada a indenizar o reclamante, a título de dano patrimonial/material, no valor de R$ 1.119,08 (um mil e cento e dezenove reais e oito centavos), na forma simples, corrigido monetariamente a partir do desembolso/pagamentos das quantias, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC – Lei n. 6.899/81 -, e acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos do art. 406, do vigente Código Civil, c/c o §1º, do art. 161, do Código Tributário Nacional e Enunciado 20 da I Jornada de Direito Civil promovida pelo Centro de Estudos Jurídicos do Conselho da Justiça Federal, a partir da citação – CC/02, art. 397, parágrafo único c/c art. 405Sem taxas, despesas, custas processuais e honorários advocatícios - Lei n. 9.099/1995, arts. 54 e 55. Fica a parte sucumbente, desde já, ciente de que o não pagamento do valor da condenação no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do trânsito em julgado da sentença, apresentação de memória discriminada do débito e intimação para isso, acarretará a incidência da multa de 10% (dez por cento) sobre tal valor – art. 52, caput, da Lei n. 9.099/1995 e 475-J do CPC/NCPC, art. 523 e §§. Após o trânsito em julgado, certifique. Decorrido o prazo recursal e cumprido o julgado, arquive com as baixas e anotações de estilo. Do contrário, na ausência do cumprimento, após solicitação do interessado – art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/1995 -, prossiga com a execução na forma disposta pela Lei dos Juizados Especiais – art. 52 e ss. - e Código de Processo Civil – art. 475-I e ss./Novo Código de Processo Civil – art. 513 e ss.. Nada requerido no prazo de 15 (quinze) dias do trânsito em julgado, ARQUIVE os autos, sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido da parte – CNGC, art. 1.006. P. I. Cumpra. À submissão do(a) Juiz(a) de Direito para fins do disposto no artigo 40 da Lei n° 9.099/95. Aisi Anne Lima Tiago Juíza Leiga _____ Visto e bem examinado. Trato de AÇÃO DE CONHECIMENTO – rito da Lei n. 9.099/1995 -, em que o(a) Juiz(a) Leigo(a) da Comarca proferiu o seu PROJETO DE SENTENÇA nos autos, o texto foi aprovado e já disponibilizado, razão pela qual HOMOLOGO para que passe a produzir os efeitos legais de SENTENÇA – Lei n. 9.099/1995, art. 40 -, cujo eventual prazo decorre da intimação. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - "Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI", P. I. Cumpra. Araputanga-MT, 11 de dezembro de 2019. (assinado digitalmente) Renato J. de A. C. Filho Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8010299-41.2016.8.11.0038
Parte(s) Polo Ativo:
IRANY APARECIDA FERREIRA DA CUNHA BARBOZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALICE BERNADETE PARRA MERINO OAB - MT0012669A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EUCATUR-EMPRESA UNIAO CASCAVEL DE TRANSPORTES E TURISMO LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GABRIEL SANTOS ALBERTTI OAB - PR44655-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ARAPUTANGA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DA FAZENDA RUA CASTELO BRANCO, S/N, CENTRO, ARAPUTANGA - MT - CEP: 78260-000 Processo n. 8010299-41.2016.8.11.0038 REQUERENTE: IRANY APARECIDA FERREIRA DA CUNHA BARBOZA REQUERIDO: EUCATUR-EMPRESA UNIAO CASCAVEL DE TRANSPORTES E TURISMO LTDA PROJETO DE SENTENÇA Vistos. Dispenso o relatório, autorizada pelo artigo 38 da Lei 9.099/95. Trata-se de AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS proposta por IRANY APARECIDA FERREIRA DA CUNHA BARBOZA em desfavor de EUCATUR-EMPRESA UNIAO CASCAVEL DE TRANSPORTES E TURISMO LTDA. As sentenças nos Juizados Especiais obedecerão aos limites traçados no artigo 2º e artigo 38 da Lei nº 9.099/95 c.c artigo 1.046, parágrafos 2º e 4º do CPC c.c Enunciados nº161 e 162 do FONAJE. Decido. No caso, não havendo vício que possa obstar o regular prosseguimento do feito, preparado está o processo para julgamento antecipado, posto que, as provas dos autos são suficientes para a solução da lide, sendo, portanto, dispensável dilação probatória. Presentes os pressupostos processuais e as condições da ação, passo ao julgamento do mérito. No caso há relação consumerista entre as partes, sendo a parte autora consumidora e a parte ré fornecedora de serviços, nos termos do artigo 2º, caput, e 3º caput do Código de Defesa do Consumidor – CDC. Em síntese sustenta a parte autora que através de busca na internet, efetuou com seu cartão de credito, uma compra no dia 05/08/2016 de bilhetes de passagem de ônibus na empresa EUCATUR, com valor total de R$ 1.119,08 (um mil e cento e dezenove reais e oito centavos), parcelados em 4 vezes de R$ 279,77 (duzentos e setenta e nove reais e setenta e sete centavos). Logo, mesmo tendo logrado êxito na efetuação da compra, a empresa não encaminhou o voucher no seu e-mail. Afirma que no dia 06 de agosto de 2016 a promovente ao chegar de no guichê da Agência da empresa EUCATUR para retirar os bilhetes de embarque, fora deparada pela negativa de que não havia nenhuma reserva de passagem em seu nome e nem mesmo dos integrantes da sua família. Diante de todos os transtornos vivenciados, bem como, pela tentativa frustrada em resolver o problema junto aos funcionários da requerida, busca a tutela jurisdicional como garantia de seus direitos. Em defesa a requerida afirma que não há má prestação de serviços, bem como não há danos a serem indenizados. Em análise aos elementos e circunstâncias que envolvem a controvérsia, tenho que razão assiste à parte autora. Assim, analisando detidamente os autos, tenho que a parte autora provou o fato constitutivo do seu direito, na medida em que demonstrou a aquisição do bilhete, anteriormente via internet, o qual inclusive foi descontado em sua conta bancaria em 04 parcelas, bem como que no dia seguinte ao se dirigir ao guichê da requerida juntamente com sua família necessitou adquirir nova passagem, efetuando pagamento a vista, para enfim conseguir efetuar sua viagem. Ademais, consta nos autos que a autora tentou administrativamente receber os valores descontados de sua conta, referente a compra via internet, o qual a requerida alegou não ter reserva, contudo, continuou os descontos. Vislumbro que a atitude da parte demandada foi descabida, como dito, não observou as exigências de praxe pertinentes a Lei Consumerista, implicando no reconhecimento dos requisitos que possibilitam a configuração do dano e sua reparação, tais como a culpa e o nexo de causalidade, ambos se encontrando presentes na medida reclamada. No que se refere aos danos materiais, para que haja a condenação da parte Requerida, é indispensável que a parte Requerente comprove efetivamente a extensão dos prejuízos patrimoniais que suportou, em decorrência do ato ilícito, tendo a parte autora comprovado fato constitutivo de seu direito, sendo que apresentou provas no valor de R$ 1.119,08 (um mil e cento e dezenove reais e oito centavos), quantia que deve ser restituída na forma simples, por não restar comprovado má fé. Não atendendo de imediato o estabelecido na Lei 8.078/90, artigo 18, incisos e parágrafos, deverá indenizar, não somente, pelos danos materiais, mas, também pelos danos morais, que no presente caso é evidente. No tocante aos danos morais, não há olvidar que, como vem decidindo nossos tribunais, o mero aborrecimento, o dissabor, a mágoa ou a irritação, sem maiores consequências, não são passíveis de indenização por dano moral. Nesse sentido é o entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso: CONTRATO DE COMPRA E VENDA A PRAZO. FALTA INJUSTIFICADA NA ENTREGA DO PRODUTO E NA DEVOLUÇÃO DO VALOR PAGO. DANO MORAL CONFIGURADO. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por vícios relativos à prestação dos serviços. Para a configuração do dever de indenizar em sede de dano moral, não há necessidade que se comprove dor intensa, pois o desconforto decorrente da recusa na entrega do produto e insucesso de solucionar o problema têm a extensão suficiente para configurar o dano moral. Não comporta reparos a sentença que fixou o valor da indenização com observância dos critérios da razoabilidade de da proporcionalidade. (RI 622/2009, DR. NELSON DORIGATTI, 2ª TURMA RECURSAL, Julgado em 15/12/2009, Publicado no DJE 13/01/2010). Verifica-se que o autor comprou com antecedência o bilhete de

passagem, estando no local no horário do embarque o qual lhe foi recusado sob alegação de ausência de reserva, contudo, o valor foi descontado de sua conta bancaria, demonstrado o descaso e falta de atenção com o consumidor. Certo é que o descumprimento de contrato isoladamente considerado não é suficiente para acolher a pretensão do Consumidor, mas, no contexto retratado nos autos, a postura da Ré potencializa a superioridade do fornecedor em detrimento da vulnerabilidade da parte consumidora, gerando ofensa à sua honra subjetiva, devendo ser objeto de compensação a título de danos morais na forma dos artigos 5º, inciso X da Lei Maior de 1988 e 6º, inciso VI da Lei nº 8.078/90. Adota-se, no caso, a Teoria do Risco do Empreendimento de modo que a responsabilidade se faça destituída da verificação de culpa - aquele que tem o bônus deve arcar com os riscos e ônus de sua atividade e, assim, sua responsabilidade somente pode ser afastada caso demonstrada uma das excludentes do nexo, o que não ocorreu no caso. Certo é que o descumprimento de contrato isoladamente considerado não é suficiente para acolher a pretensão da parte consumidora, mas, no contexto retratado nos autos, a postura da requerida potencializa a superioridade do fornecedor em detrimento da vulnerabilidade da parte consumidora. Outrossim, a ausência de solução administrativa, gerando sentimento de frustração, lesão e impotência, e a falha na prestação dos serviços caracterizados como passíveis de gerar lesão aos direitos da personalidade e passíveis de compensação. No tocante ao valor da indenização, compete ao juiz se orientar pela denominada lógica do razoável e fixar o valor da indenização de acordo com o grau de reprovabilidade da conduta ilícita, com as condições econômicas do causador do dano e do ofendido, em quantitativo consentâneo com a natureza e intensidade da humilhação, da tristeza e do constrangimento sofridos, de modo a produzir eficácia pedagógica, inibir novas condutas idênticas da parte ofensora, e representar compensação à parte ofendida, sem, contudo, implicar em indevido enriquecimento. Desta feita, considerando as situações acima mencionada, entendo que o valor a título de danos morais deve ser fixado no montante de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), valor condizente com os prejuízos sofridos e ainda incapaz de gerar o enriquecimento indevido. Ante o exposto, e o que mais consta dos autos do processo, RESOLVO O MÉRITO, com fulcro no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, e JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados na exordial para: - CONFIRMAR/TORNAR DEFINITIVA a liminar deferida em exame sumario; - CONDENAR a parte Ré a COMPENSAR/PAGAR à parte Autora, a título de dano moral, o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), corrigido monetariamente a partir da leitura/intimação da sentença – Enunciado n. 362 da Súmula do STJ -, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC – Lei n. 6.899/81 -, e acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos do art. 406, do vigente Código Civil, c/c o §1º, do art. 161, do Código Tributário Nacional e Enunciado 20 da I Jornada de Direito Civil promovida pelo Centro de Estudos Jurídicos do Conselho da Justiça Federal, a partir da citação – CC/02, art. 397, parágrafo único c/c art. 405. - CONDENAR a reclamada a indenizar o reclamante, a título de dano patrimonial/material, no valor de R$ 1.119,08 (um mil e cento e dezenove reais e oito centavos), na forma simples, corrigido monetariamente a partir do desembolso/pagamentos das quantias, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC – Lei n. 6.899/81 -, e acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos do art. 406, do vigente Código Civil, c/c o §1º, do art. 161, do Código Tributário Nacional e Enunciado 20 da I Jornada de Direito Civil promovida pelo Centro de Estudos Jurídicos do Conselho da Justiça Federal, a partir da citação – CC/02, art. 397, parágrafo único c/c art. 405Sem taxas, despesas, custas processuais e honorários advocatícios - Lei n. 9.099/1995, arts. 54 e 55. Fica a parte sucumbente, desde já, ciente de que o não pagamento do valor da condenação no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do trânsito em julgado da sentença, apresentação de memória discriminada do débito e intimação para isso, acarretará a incidência da multa de 10% (dez por cento) sobre tal valor – art. 52, caput, da Lei n. 9.099/1995 e 475-J do CPC/NCPC, art. 523 e §§. Após o trânsito em julgado, certifique. Decorrido o prazo recursal e cumprido o julgado, arquive com as baixas e anotações de estilo. Do contrário, na ausência do cumprimento, após solicitação do interessado – art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/1995 -, prossiga com a execução na forma disposta pela Lei dos Juizados Especiais – art. 52 e ss. - e Código de Processo Civil – art. 475-I e ss./Novo Código de Processo Civil – art. 513 e ss.. Nada requerido no prazo de 15 (quinze) dias do trânsito em julgado, ARQUIVE os autos, sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido da parte – CNGC, art. 1.006. P. I. Cumpra. À submissão do(a) Juiz(a) de Direito para fins do disposto no artigo 40 da Lei n° 9.099/95. Aisi Anne Lima Tiago Juíza Leiga _____ Visto e bem examinado. Trato de AÇÃO DE CONHECIMENTO – rito da Lei n. 9.099/1995 -, em que o(a) Juiz(a) Leigo(a) da Comarca proferiu o seu PROJETO DE SENTENÇA nos autos, o texto foi aprovado e já disponibilizado, razão pela qual HOMOLOGO para que passe a produzir os efeitos legais de SENTENÇA – Lei n. 9.099/1995, art. 40 -, cujo eventual prazo decorre da intimação. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - "Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI", P. I. Cumpra. Araputanga-MT, 11 de dezembro de 2019. (assinado digitalmente) Renato J. de A. C. Filho Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000327-98.2018.8.11.0038
Parte(s) Polo Ativo:
GILSON DOS REIS NEIVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
OSWALDO ALVAREZ DE CAMPOS JUNIOR OAB - MT6702-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARCOS PEREIRA ALECRIM (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ROSINEI PROCOPE VIEIRA DE SOUZA OAB - MT23088/O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ARAPUTANGA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DA FAZENDA RUA CASTELO BRANCO, S/N, CENTRO, ARAPUTANGA - MT - CEP: 78260-000 Processo n. 1000327-98.2018.8.11.0038 REQUERENTE: GILSON DOS REIS NEIVA REQUERIDO: MARCOS PEREIRA ALECRIM PROJETO DE SENTENÇA Visto e bem examinado. Dispensado o relatório – Lei n. 9.099/1995, art. 38, caput. Trata-se de AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS POR ACIDENTE AUTOMOTIVO proposta por GILSON DOS REIS NEIVA em face de MARCOS PEREIRA ALECRIM. As sentenças nos Juizados Especiais obedecerão aos limites traçados no artigo 2º e artigo 38 da Lei nº 9.099/95, c.c artigo 1.046, parágrafos 2º e 4º do CPC e Enunciados nº161 e 162 do FONAJE. Passo a analisar as preliminares suscitadas. Em sede de preliminares alega o requerido, ilegitimidade ativa do autor, haja vista que a condutora do veículo envolvido no acidente, foi a esposa do autor Sra. Keyla Lopes de Souza. Rejeito a referida preliminar haja vista que restou demonstrado nos autos que o autor foi quem arcou com as despesas do conserto do veículo, portanto, parte legitima para figurar na demanda. No que se refere a preliminar de ilegitimidade passiva, afirma o requerido que não tem a guarda do menor envolvido no sinistro, sendo este apenas sobrinho de sua esposa. Contudo, em audiência, verifico que o reclamado afirma que a motocicleta envolvida pertencia ao menor, bem como que este "permaneceu/morou um tempo em sua residência", portanto, deixando claro que este esteve responsável pelo menor, no período que este morou em sua residência. Portanto, indefiro. Presentes os pressupostos processuais e as condições da ação, passo ao julgamento do mérito. Em síntese o reclamante requer a reparação dos danos que sofreu em seu veículo, em razão de colisão na data de 30 de setembro de 2018, provocada supostamente por uma motocicleta que era conduzida pelo menor Júlio César Leopoldino Maciel, sobrinho do requerido. Analisando detidamente os fatos alegados na inicial, bem como os documentos colacionados aos autos, tenho que restou comprovada a ocorrência do acidente, envolvendo os veículos Fiat Strada e CG Honda 125 TITAN. Trata-se de Ação Indenizatória por danos materiais e morais, proposta pelo Reclamante em desfavor do Reclamado, sob o fundamento de responsabilidade por ato ilícito decorrente de acidente de veículo. Nos termos do art. 373, I do Código de Processo Civil, cabe à parte autora demonstrar os fatos constitutivos de seu direito, dentre eles a própria causa que levou ao acidente envolvendo o veículo dos reclamantes. Senão vejamos: Art. 373. O ônus da prova incumbe: I - ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito; In casu, verifico que o Reclamante demonstra a existência do dano, bem como comprova a materialidade do acidente, entretanto não consegue demonstrar a culpa do reclamado no evento, não demonstrando que o acidente causador dos danos materiais se decorreu tão somente por culpa do reclamado. Apesar da oitiva das partes em audiência de instrução, não é possível constatar que a responsabilidade do acidente seja exclusivamente do reclamado. Ora, o

Boletim de Ocorrência, por contemplar apenas os fatos narrados unilateralmente pelo Reclamante ao órgão estatal, isoladamente, é insuficiente para demonstrar o alegado. Neste sentido: RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAS. ACIDENTE DE TRÂNSITO. PLACA ENCONTRADA NO SLO. BOLETIM DE OCORRÊNCIA. DECLARAÇÃO UNILATERAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA CONDUTA ILÍCITA DE PARTE RÉ/APELADA. ÔNUS PROBATÓRIO QUE INCUMBE O AUTOR. ART. 373, I DO CPC. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.1. A responsabilidade indenizatória, nos termos dos artigos 186 e 927 do CC, pressupõe a confluência de três pressupostos essenciais, quais sejam, a existência do dano, a culpa do agente e o nexo causal entre o ato do agente e o evento danoso. A ausência de um destes elementos afasta o dever de indenizar.2. O fato da placa de um dos veículos ter ficado no solo em decorrência do acidente, por si só, não é capaz de caracterizar a culpa da parte que o conduzia.3. O boletim de ocorrência de acidente de trânsito, com declaração unilateral do condutor do veículo envolvido no acidente, ainda que possa servir de elemento formador da convicção judicial, se reveste de presunção relativa de veracidade, pois não certifica que os fatos declarados correspondem à verdade.4. A responsabilidade civil e o dever de indenizar surgem apenas com a concreta comprovação da conduta ilícita, de modo a caracterizar o dano, fato que não aconteceu nos autos. Portanto, diante da ausência de prova de culpa da Apelada/Ré pelo acidente, ela não pode ser responsabilizada pelos danos materiais e morais suportados pelo autor em razão do sinistro.5. Sentença mantida.6. Recurso provido.(N.U 0000398-96.2016.8.11.0003, CÂMARAS ISOLADAS CÍVEIS DE DIREITO PRIVADO, SEBASTIAO BARBOSA FARIAS, Primeira Câmara de Direito Privado, Julgado em 09/07/2019, Publicado no DJE 15/07/2019) APELAÇÃO CÍVEL – SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT – NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE O ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO E AS LESÕES SUPORTADAS – AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO – ÔNUS DA PROVA – BOLETIM DE OCORRÊNCIA LAVRADO MEDIANTE REQUERIMENTO – DECLARAÇÃO UNILATERAL – INEFICÁCIA PROBATÓRIA – PEDIDO IMPROCEDENTE – SENTENÇA REFORMADA– RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. Em ação de cobrança de indenização do seguro obrigatório (DPVAT) incumbe ao autor o ônus da prova dos fatos constitutivos de seu direito, dentre eles a origem acidentária da lesão sofrida. (N.U 1004706-73.2018.8.11.0041, CÂMARAS ISOLADAS CÍVEIS DE DIREITO PRIVADO, DIRCEU DOS SANTOS, Terceira Câmara de Direito Privado, Julgado em 31/07/2019, Publicado no DJE 05/08/2019) A responsabilidade civil e o dever de indenizar surgem apenas com a concreta comprovação da conduta ilícita, de modo a caracterizar o dano, fato que não aconteceu nos autos. Ao lado disso, no que concerne aos danos morais, não vislumbro qualquer indício de prova que demonstre ofensa aos direitos da personalidade da parte autora. Entretanto, com relação ao dano moral, regra geral não é possível a caracterização de dano moral in re ipsa (presumido, que independe de comprovação) nos casos de acidentes automobilísticos sem vítimas, quando normalmente é discutida apenas eventual reparação por danos materiais. Nessas hipóteses de acidente, para haver indenização de dano moral, é necessário comprovar circunstâncias que demonstrem o efetivo prejuízo extrapatrimonial, o que se fez no caso em tela, razão pela qual entendo como indevido. Ante o exposto, RESOLVO O MÉRITO da demanda com base no artigo 487, inciso I, do CPC, para: - JULGAR IMPROCEDENTES os pedidos da parte autora. Sem taxas, despesas, custas processuais e honorários advocatícios - Lei n. 9.099/1995, arts. 54 e 55. Transitada em julgado, ao arquivo, com as devidas baixas. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - "Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI", P. I. Cumpra. À submissão do(a) Juiz(a) de Direito para fins do disposto no artigo 40 da Lei n° 9.099/95. Aisi Anne Lima Tiago Juíza Leiga _____ Visto e bem examinado. Trato de AÇÃO DE CONHECIMENTO – rito da Lei n. 9.099/1995 -, em que o(a) Juiz(a) Leigo(a) da Comarca proferiu o seu PROJETO DE SENTENÇA nos autos, o texto foi aprovado e já disponibilizado, razão pela qual HOMOLOGO para que passe a produzir os efeitos legais de SENTENÇA – Lei n. 9.099/1995, art. 40 -, cujo eventual prazo decorre da intimação. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - "Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI", P. I. Cumpra. Araputanga-MT, 11 de dezembro de 2019. (assinado digitalmente) Renato J. de A. C. Filho Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000327-98.2018.8.11.0038
Parte(s) Polo Ativo:
GILSON DOS REIS NEIVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
OSWALDO ALVAREZ DE CAMPOS JUNIOR OAB - MT6702-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARCOS PEREIRA ALECRIM (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ROSINEI PROCOPE VIEIRA DE SOUZA OAB - MT23088/O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ARAPUTANGA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DA FAZENDA RUA CASTELO BRANCO, S/N, CENTRO, ARAPUTANGA - MT - CEP: 78260-000 Processo n. 1000327-98.2018.8.11.0038 REQUERENTE: GILSON DOS REIS NEIVA REQUERIDO: MARCOS PEREIRA ALECRIM PROJETO DE SENTENÇA Visto e bem examinado. Dispensado o relatório – Lei n. 9.099/1995, art. 38, caput. Trata-se de AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS POR ACIDENTE AUTOMOTIVO proposta por GILSON DOS REIS NEIVA em face de MARCOS PEREIRA ALECRIM. As sentenças nos Juizados Especiais obedecerão aos limites traçados no artigo 2º e artigo 38 da Lei nº 9.099/95, c.c artigo 1.046, parágrafos 2º e 4º do CPC e Enunciados nº161 e 162 do FONAJE. Passo a analisar as preliminares suscitadas. Em sede de preliminares alega o requerido, ilegitimidade ativa do autor, haja vista que a condutora do veículo envolvido no acidente, foi a esposa do autor Sra. Keyla Lopes de Souza. Rejeito a referida preliminar haja vista que restou demonstrado nos autos que o autor foi quem arcou com as despesas do conserto do veículo, portanto, parte legitima para figurar na demanda. No que se refere a preliminar de ilegitimidade passiva, afirma o requerido que não tem a guarda do menor envolvido no sinistro, sendo este apenas sobrinho de sua esposa. Contudo, em audiência, verifico que o reclamado afirma que a motocicleta envolvida pertencia ao menor, bem como que este "permaneceu/morou um tempo em sua residência", portanto, deixando claro que este esteve responsável pelo menor, no período que este morou em sua residência. Portanto, indefiro. Presentes os pressupostos processuais e as condições da ação, passo ao julgamento do mérito. Em síntese o reclamante requer a reparação dos danos que sofreu em seu veículo, em razão de colisão na data de 30 de setembro de 2018, provocada supostamente por uma motocicleta que era conduzida pelo menor Júlio César Leopoldino Maciel, sobrinho do requerido. Analisando detidamente os fatos alegados na inicial, bem como os documentos colacionados aos autos, tenho que restou comprovada a ocorrência do acidente, envolvendo os veículos Fiat Strada e CG Honda 125 TITAN. Trata-se de Ação Indenizatória por danos materiais e morais, proposta pelo Reclamante em desfavor do Reclamado, sob o fundamento de responsabilidade por ato ilícito decorrente de acidente de veículo. Nos termos do art. 373, I do Código de Processo Civil, cabe à parte autora demonstrar os fatos constitutivos de seu direito, dentre eles a própria causa que levou ao acidente envolvendo o veículo dos reclamantes. Senão vejamos: Art. 373. O ônus da prova incumbe: I - ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito; In casu, verifico que o Reclamante demonstra a existência do dano, bem como comprova a materialidade do acidente, entretanto não consegue demonstrar a culpa do reclamado no evento, não demonstrando que o acidente causador dos danos materiais se decorreu tão somente por culpa do reclamado. Apesar da oitiva das partes em audiência de instrução, não é possível constatar que a responsabilidade do acidente seja exclusivamente do reclamado. Ora, o Boletim de Ocorrência, por contemplar apenas os fatos narrados unilateralmente pelo Reclamante ao órgão estatal, isoladamente, é insuficiente para demonstrar o alegado. Neste sentido: RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAS. ACIDENTE DE TRÂNSITO. PLACA ENCONTRADA NO SLO. BOLETIM DE OCORRÊNCIA. DECLARAÇÃO UNILATERAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA CONDUTA ILÍCITA DE PARTE RÉ/APELADA. ÔNUS PROBATÓRIO QUE INCUMBE O AUTOR. ART. 373, I DO CPC. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.1. A responsabilidade indenizatória, nos termos dos artigos 186 e 927 do CC, pressupõe a confluência de três pressupostos essenciais, quais sejam, a existência do dano, a culpa do agente e o nexo causal entre o ato do agente e o evento danoso. A ausência de um destes elementos afasta o dever de indenizar.2. O fato da

placa de um dos veículos ter ficado no solo em decorrência do acidente, por si só, não é capaz de caracterizar a culpa da parte que o conduzia.3. O boletim de ocorrência de acidente de trânsito, com declaração unilateral do condutor do veículo envolvido no acidente, ainda que possa servir de elemento formador da convicção judicial, se reveste de presunção relativa de veracidade, pois não certifica que os fatos declarados correspondem à verdade.4. A responsabilidade civil e o dever de indenizar surgem apenas com a concreta comprovação da conduta ilícita, de modo a caracterizar o dano, fato que não aconteceu nos autos. Portanto, diante da ausência de prova de culpa da Apelada/Ré pelo acidente, ela não pode ser responsabilizada pelos danos materiais e morais suportados pelo autor em razão do sinistro.5. Sentença mantida.6. Recurso provido.(N.U 0000398-96.2016.8.11.0003, CÂMARAS ISOLADAS CÍVEIS DE DIREITO PRIVADO, SEBASTIAO BARBOSA FARIAS, Primeira Câmara de Direito Privado, Julgado em 09/07/2019, Publicado no DJE 15/07/2019) APELAÇÃO CÍVEL – SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT – NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE O ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO E AS LESÕES SUPORTADAS – AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO – ÔNUS DA PROVA – BOLETIM DE OCORRÊNCIA LAVRADO MEDIANTE REQUERIMENTO – DECLARAÇÃO UNILATERAL – INEFICÁCIA PROBATÓRIA – PEDIDO IMPROCEDENTE – SENTENÇA REFORMADA– RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. Em ação de cobrança de indenização do seguro obrigatório (DPVAT) incumbe ao autor o ônus da prova dos fatos constitutivos de seu direito, dentre eles a origem acidentária da lesão sofrida. (N.U 1004706-73.2018.8.11.0041, CÂMARAS ISOLADAS CÍVEIS DE DIREITO PRIVADO, DIRCEU DOS SANTOS, Terceira Câmara de Direito Privado, Julgado em 31/07/2019, Publicado no DJE 05/08/2019) A responsabilidade civil e o dever de indenizar surgem apenas com a concreta comprovação da conduta ilícita, de modo a caracterizar o dano, fato que não aconteceu nos autos. Ao lado disso, no que concerne aos danos morais, não vislumbro qualquer indício de prova que demonstre ofensa aos direitos da personalidade da parte autora. Entretanto, com relação ao dano moral, regra geral não é possível a caracterização de dano moral in re ipsa (presumido, que independe de comprovação) nos casos de acidentes automobilísticos sem vítimas, quando normalmente é discutida apenas eventual reparação por danos materiais. Nessas hipóteses de acidente, para haver indenização de dano moral, é necessário comprovar circunstâncias que demonstrem o efetivo prejuízo extrapatrimonial, o que se fez no caso em tela, razão pela qual entendo como indevido. Ante o exposto, RESOLVO O MÉRITO da demanda com base no artigo 487, inciso I, do CPC, para: - JULGAR IMPROCEDENTES os pedidos da parte autora. Sem taxas, despesas, custas processuais e honorários advocatícios - Lei n. 9.099/1995, arts. 54 e 55. Transitada em julgado, ao arquivo, com as devidas baixas. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - "Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI", P. I. Cumpra. À submissão do(a) Juiz(a) de Direito para fins do disposto no artigo 40 da Lei n° 9.099/95. Aisi Anne Lima Tiago Juíza Leiga _____ Visto e bem examinado. Trato de AÇÃO DE CONHECIMENTO – rito da Lei n. 9.099/1995 -, em que o(a) Juiz(a) Leigo(a) da Comarca proferiu o seu PROJETO DE SENTENÇA nos autos, o texto foi aprovado e já disponibilizado, razão pela qual HOMOLOGO para que passe a produzir os efeitos legais de SENTENÇA – Lei n. 9.099/1995, art. 40 -, cujo eventual prazo decorre da intimação. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - "Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI", P. I. Cumpra. Araputanga-MT, 11 de dezembro de 2019. (assinado digitalmente) Renato J. de A. C. Filho Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8010177-28.2016.8.11.0038
Parte(s) Polo Ativo:
JULIO MARCELO DIAS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RODRIGO FRANCISCO DE SOUZA OAB - MT0019474A (ADVOGADO(A))
OSWALDO ALVAREZ DE CAMPOS JUNIOR OAB - MT6702-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATHEUS PEIXOTO RAIMUNDO (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ARAPUTANGA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DA FAZENDA RUA CASTELO BRANCO, S/N, CENTRO, ARAPUTANGA - MT - CEP: 78260-000 Processo n. 8010177-28.2016.8.11.0038 REQUERENTE: JULIO MARCELO DIAS REQUERIDO: MATHEUS PEIXOTO RAIMUNDO PROJETO DE SENTENÇA Vistos. As sentenças nos Juizados Especiais obedecerão aos limites traçados no artigo 2º e artigo 38 da Lei nº 9.099/95 c.c artigo 1.046, parágrafos 2º e 4º do CPC c.c Enunciados nº161 e 162 do FONAJE. Dispenso o relatório, em atenção ao que dispõe o artigo 38 da Lei 9.099/95. Trata-se de AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS E MORAIS proposta por JULIO MARCELO DIAS em desfavor de MATHEUS PEIXOTO RAIMUNDO. Decido. Presentes os pressupostos processuais e as condições da ação, passo ao julgamento do mérito. Analisando detidamente os fatos alegados na inicial, bem como os documentos colacionados aos autos, tenho que restou comprovada a ocorrência do acidente na data de 12/06/2016, aproximadamente às 07h20min, envolvendo os veículos VW/GOL 1.0 – ano 2008, cor prata, RENAVAM sob o nº 953050114, Placa NJB-1962 e Titan KS, placa NJH 2199, cor vermelha. Trata-se de Ação Indenizatória por danos materiais e morais, proposta pelo Reclamante em desfavor do Reclamado, sob o fundamento de responsabilidade por ato ilícito decorrente de acidente de veículo. Nos termos do art. 373, I do Código de Processo Civil, cabe à parte autora demonstrar os fatos constitutivos de seu direito, dentre eles a própria causa que levou ao acidente envolvendo o veículo dos reclamantes. Senão vejamos: Art. 373. O ônus da prova incumbe: I - ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito; In casu, verifico que o Reclamante demonstra a existência do dano, bem como comprova a materialidade do acidente, entretanto não consegue demonstrar a culpa do reclamado no evento, não demonstrando que o acidente causador dos danos materiais se decorreu tão somente por culpa do reclamado. Apesar da oitiva das partes em audiência de instrução, não é possível constatar que a responsabilidade do acidente seja exclusivamente do reclamado. Ora, o Boletim de Ocorrência, por contemplar apenas os fatos narrados unilateralmente pelo Reclamante ao órgão estatal, isoladamente, é insuficiente para demonstrar o alegado. Neste sentido: RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAS. ACIDENTE DE TRÂNSITO. PLACA ENCONTRADA NO SLO. BOLETIM DE OCORRÊNCIA. DECLARAÇÃO UNILATERAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA CONDUTA ILÍCITA DE PARTE RÉ/APELADA. ÔNUS PROBATÓRIO QUE INCUMBE O AUTOR. ART. 373, I DO CPC. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.1. A responsabilidade indenizatória, nos termos dos artigos 186 e 927 do CC, pressupõe a confluência de três pressupostos essenciais, quais sejam, a existência do dano, a culpa do agente e o nexo causal entre o ato do agente e o evento danoso. A ausência de um destes elementos afasta o dever de indenizar.2. O fato da placa de um dos veículos ter ficado no solo em decorrência do acidente, por si só, não é capaz de caracterizar a culpa da parte que o conduzia.3. O boletim de ocorrência de acidente de trânsito, com declaração unilateral do condutor do veículo envolvido no acidente, ainda que possa servir de elemento formador da convicção judicial, se reveste de presunção relativa de veracidade, pois não certifica que os fatos declarados correspondem à verdade.4. A responsabilidade civil e o dever de indenizar surgem apenas com a concreta comprovação da conduta ilícita, de modo a caracterizar o dano, fato que não aconteceu nos autos. Portanto, diante da ausência de prova de culpa da Apelada/Ré pelo acidente, ela não pode ser responsabilizada pelos danos materiais e morais suportados pelo autor em razão do sinistro.5. Sentença mantida.6. Recurso provido.(N.U 0000398-96.2016.8.11.0003, CÂMARAS ISOLADAS CÍVEIS DE DIREITO PRIVADO, SEBASTIAO BARBOSA FARIAS, Primeira Câmara de Direito Privado, Julgado em 09/07/2019, Publicado no DJE 15/07/2019) APELAÇÃO CÍVEL – SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT – NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE O ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO E AS LESÕES SUPORTADAS – AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO – ÔNUS DA PROVA – BOLETIM DE OCORRÊNCIA LAVRADO MEDIANTE REQUERIMENTO – DECLARAÇÃO UNILATERAL – INEFICÁCIA PROBATÓRIA – PEDIDO IMPROCEDENTE – SENTENÇA REFORMADA– RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. Em ação de cobrança de indenização do seguro obrigatório (DPVAT) incumbe ao autor o ônus da prova dos fatos constitutivos de seu direito, dentre eles a origem acidentária da lesão sofrida. (N.U 1004706-73.2018.8.11.0041, CÂMARAS ISOLADAS CÍVEIS DE DIREITO PRIVADO, DIRCEU DOS SANTOS, Terceira Câmara de Direito Privado, Julgado em 31/07/2019, Publicado no DJE 05/08/2019) A responsabilidade civil e o dever de indenizar surgem apenas com a concreta comprovação da conduta ilícita, de modo a caracterizar o dano, fato que não aconteceu

nos autos. Ao lado disso, no que concerne aos danos morais, não vislumbro qualquer indício de prova que demonstre ofensa aos direitos da personalidade da parte autora. Entretanto, com relação ao dano moral, regra geral não é possível a caracterização de dano moral in re ipsa (presumido, que independe de comprovação) nos casos de acidentes automobilísticos sem vítimas, quando normalmente é discutida apenas eventual reparação por danos materiais. Nessas hipóteses de acidente, para haver indenização de dano moral, é necessário comprovar circunstâncias que demonstrem o efetivo prejuízo extrapatrimonial, o que se fez no caso em tela, razão pela qual entendo como indevido. Ante o exposto, RESOLVO O MÉRITO da demanda com base no artigo 487, inciso I, do CPC, para: - JULGAR IMPROCEDENTES os pedidos da parte autora. Sem taxas, despesas, custas processuais e honorários advocatícios - Lei n. 9.099/1995, arts. 54 e 55. Transitada em julgado, ao arquivo, com as devidas baixas. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - "Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI", P. I. Cumpra. À submissão do(a) Juiz(a) de Direito para fins do disposto no artigo 40 da Lei n° 9.099/95. Aisi Anne Lima Tiago Juíza Leiga _____ Visto e bem examinado. Trato de AÇÃO DE CONHECIMENTO – rito da Lei n. 9.099/1995 -, em que o(a) Juiz(a) Leigo(a) da Comarca proferiu o seu PROJETO DE SENTENÇA nos autos, o texto foi aprovado e já disponibilizado, razão pela qual HOMOLOGO para que passe a produzir os efeitos legais de SENTENÇA – Lei n. 9.099/1995, art. 40 -, cujo eventual prazo decorre da intimação. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - "Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI", P. I. Cumpra. Araputanga-MT, 11 de dezembro de 2019. (assinado digitalmente) Renato J. de A. C. Filho Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000721-71.2019.8.11.0038
Parte(s) Polo Ativo:
ALEXANDRE DOS SANTOS PALERMO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA LUCIA DE FREITAS ALVAREZ OAB - MT0008311A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA OAB - MT19081-A (ADVOGADO(A))
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-S (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ARAPUTANGA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DA FAZENDA RUA CASTELO BRANCO, S/N, CENTRO, ARAPUTANGA - MT - CEP: 78260-000 Processo n. 1000721-71.2019.8.11.0038 REQUERENTE: ALEXANDRE DOS SANTOS PALERMO REQUERIDO: BANCO DO BRASIL SA PROJETO DE SENTENÇA Visto e bem examinado. Dispensado o relatório – Lei n. 9.099/1995, art. 38, caput. Trata-se de AÇÃO DE RECLAMAÇÃO proposta por ALEXANDRE DOS SANTOS PALERMO em face de BANCO DO BRASIL S.A. As sentenças nos Juizados Especiais obedecerão aos limites traçados no artigo 2º e artigo 38 da Lei nº 9.099/95 c.c artigo 1.046, parágrafos 2º e 4º do CPC c.c Enunciados nº161 e 162 do FONAJE. Decido Nesse quadrante processual, e à luz dos poderes de direção conferidos ao Juiz na condução da demanda, com permissivo legal no artigo 355, I, do Código de Processo Civil, conheço diretamente do pedido e passo a julgar antecipadamente a lide. Indefiro a preliminar de impugnação quanto ao pedido de assistência gratuita, uma vez que, o artigo 54 da Lei 9.099/95, estatui que o acesso ao Juizado Especial independe, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas e o artigo 55 da mesma Lei, estabelece que a sentença de primeiro grau não condenará o vencido em custas e honorários de advogado, ressalvados os casos de litigância de má-fé. Passo a análise do mérito. Narra que é titular de conta junto à instituição financeira, tinha 2 (dois) contratos de mútuo firmados em 2016 e em janeiro de 2019, estava utilizando o aplicativo no celular e identificou a opção de crédito renovação, a qual afirma acreditava ser um novo crédito disponível e contratou por erro, razão pela qual informou o gerente que não tinha interesse em refinanciar e solicitou o cancelamento da operação, o que não ocorreu. Por outro lado, na peça contestatória, a parte ré defende que não houve qualquer conduta irregular praticada, inexistindo responsabilidade reparatória. Argumenta que não há comprovação dos supostos danos morais sofridos pela parte autora e que os fatos não passaram de mero aborrecimento. Por fim, pugna pela improcedência in totum da pretensão autoral. O pedido liminar foi INDEFERIDO. Após análise percuciente dos elementos e circunstâncias que envolvem a controvérsia, tenho que razão parcial assiste à parte autora. Apesar das argumentações trazidas pela parte promovida em sua defesa, tenho que esta não se desincumbiu de seu ônus probatório– art. 6º, VIII, do CDC, pois, não trouxe elemento de prova que retire a validade dos documentos juntados na inicial, bem assim, quaisquer causas impeditivas, modificativas ou extintivas do direito da parte Autora – art. 373, II, do CPC. Verifico pelos documentos anexados nos autos, que a o autor firmou dois contratos junto a requerida, os quais vinha adimplindo mensalmente. Contudo afirma que, em janeiro de 2019, realizou refinanciamento dos mesmos via aplicativo da requerida, o qual alega ter ocorrido de forma equivocada, tendo solicitado cancelamento, o que lhe foi negado, mesmo estando no prazo de 07 dias. Fato é que, tratando-se de compra fora do estabelecimento comercial, o autor tinha o direito ao arrependimento, dentro de sete dias, nos termos do artigo 49, do CDC: "O consumidor pode desistir do contrato, no prazo de 7 dias a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço, sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou a domicílio. " O autor afirma que esteve no estabelecimento da requerida, no segundo dia útil após a contratação via aplicativa, a fim de cancelar o contrato de refinanciamento, o que não fora impugnado especificamente pelo requerido. Sendo assim, o direito de arrependimento do consumidor deve ser compreendido que o prazo de sete dias foi respeitado, sendo possível a rescisão contratual pleiteada. Rescindindo o contrato, sem atribuição de culpa a qualquer das partes, mas mero exercício do direito ao arrependimento, devendo as situações experimentadas retornarem ao status quo ante. Desta feita, declaro rescindindo o contrato de refinanciamento operação 911561317 BB CRÉD RENOVAÇÃO em 08.01.2019, devendo cessar os descontos referentes a referida operação na conta do autor, retornando os contratos operação nº 866412982 e 86612015, conforme o contratado. Aliás, acerca do dispositivo supracitado, Nelson Nery Junior, in Código Brasileiro de Defesa do Consumidor comentado pelos autores do anteprojeto, 2° edição, Editora Forense Universitária p. 328, preleciona: "... O código garante o direito de arrependimento, de forma pura e simples, sem que do consumidor se exija a declinação dos motivos que o levaram a arrepender-se do negócio. A denúncia vazia do contrato de consumo é direito do consumidor, que não pode ser apenado com o pagamento das despesas oriundas daquele contrato resolvido, justamente porque sua atividade é lícita e jurídica...". Também já decidiu os Tribunais: "BEM MÓVEL. CDC. RESCISÃO CONTRATUAL. VENDA À DISTÂNCIA. DIREITO DE ARREPENDIMENTO. ADMISSIBILIDADE. Demonstrado que a venda não se formalizou no estabelecimento da ré, tendo se efetivado na modalidade à distância o consumidor possui o direito ao arrependimento previsto no art. 49 do CDC. Sentença mantida. Recurso desprovido." (Relator (a): Felipe Ferreira; Comarca: Campinas; Órgão julgador: 25ª Câmara Extraordinária de Direito Privado; Data do julgamento: 27/04/2017; Data de registro: 02/05/2017) Todavia, a fim de se evitar a ocorrência de enriquecimento ilícito da requerente, consigno que ela deverá viabilizar a devolução do valor de R$ 358,87 (trezentos e cinquenta e oito reais e oitenta e sete centavos). No que concerne aos danos morais, o primeiro comportamento que se espera, de forma legitima, é que o fornecedor informe de maneira clara e correta sobre as funções e características do produto, e ainda que seja respeitado o prazo de arrependimento e vontade do consumidor, conforme codificado no CDC, o que não comprou a requerida ter feito. Após espera-se que as solicitações sejam no mínimo atendidas não frustrando as expectativas do consumidor. Além disso, é evidente o tratamento com desleixo ao consumidor com perda de tempo útil. A questão poderia ser solvida a tempo e modo satisfatório pelo fornecedor, que assim não o faz, gerando uma lesão ao consumidor. No que diz respeito ao valor da indenização, compete ao juiz se orientar pela denominada lógica do razoável e fixar o valor da indenização de acordo com o grau de reprovabilidade da conduta ilícita, com as condições econômicas do causador do dano e do ofendido, em quantitativo consentâneo com a natureza e intensidade da humilhação, da tristeza e do constrangimento sofridos, de modo a produzir eficácia pedagógica, inibir novas condutas idênticas da parte ofensora, e representar compensação à parte ofendida, sem, contudo, implicar em indevido enriquecimento. Quantum arbitrado que

deve considerar os princípios atinentes à matéria e as particularidades do caso concreto. Ante o exposto, e o que mais consta dos autos do processo, RESOLVO O MÉRITO, com fulcro no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, e JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados na exordial para: - DECLARO rescindindo o contrato de refinanciamento operação 911561317 BB CRÉD RENOVAÇÃO em 08.01.2019, devendo cessar os descontos referentes a referida operação na conta do autor, sob pena de multa no TRIPLO do que exigir, retornando os contratos operação nº 866412982 e 86612015, conforme o contratado. - CONDENAR a parte Ré a COMPENSAR/PAGAR à parte Autora, a título de dano moral, o valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), corrigido monetariamente a partir da leitura/intimação da sentença – Enunciado n. 362 da Súmula do STJ -, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC – Lei n. 6.899/81 -, e acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos do art. 406, do vigente Código Civil, c/c o §1º, do art. 161, do Código Tributário Nacional e Enunciado 20 da I Jornada de Direito Civil promovida pelo Centro de Estudos Jurídicos do Conselho da Justiça Federal, a partir da citação – CC/02, art. 397, parágrafo único c/c art. 405. -DETERMINO QUE O AUTOR efetue a devolução do valor de R$ 358,87 (trezentos e cinquenta e oito reais e oitenta e sete centavos), podendo ser compensado com eventual crédito. Sem taxas, despesas, custas processuais e honorários advocatícios - Lei n. 9.099/1995, arts. 54 e 55. Fica a parte sucumbente, desde já, ciente de que o não pagamento do valor da condenação no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do trânsito em julgado da sentença, apresentação de memória discriminada do débito e intimação para isso, acarretará a incidência da multa de 10% (dez por cento) sobre tal valor – art. 52, caput, da Lei n. 9.099/1995 e 475-J do CPC/NCPC, art. 523 e §§. Após o trânsito em julgado, certifique. Decorrido o prazo recursal e cumprido o julgado, arquive com as baixas e anotações de estilo. Do contrário, na ausência do cumprimento, após solicitação do interessado – art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/1995 -, prossiga com a execução na forma disposta pela Lei dos Juizados Especiais – art. 52 e ss. - e Código de Processo Civil – art. 475-I e ss./Novo Código de Processo Civil – art. 513 e ss.. Nada requerido no prazo de 15 (quinze) dias do trânsito em julgado, ARQUIVE os autos, sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido da parte – CNGC, art. 1.006. P. I. Cumpra. À submissão do(a) Juiz(a) de Direito para fins do disposto no artigo 40 da Lei n° 9.099/95. Aisi Anne Lima Tiago Juíza Leiga _____ Visto e bem examinado. Trato de AÇÃO DE CONHECIMENTO – rito da Lei n. 9.099/1995 -, em que o(a) Juiz(a) Leigo(a) da Comarca proferiu o seu PROJETO DE SENTENÇA nos autos, o texto foi aprovado e já disponibilizado, razão pela qual HOMOLOGO para que passe a produzir os efeitos legais de SENTENÇA – Lei n. 9.099/1995, art. 40 -, cujo eventual prazo decorre da intimação. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - "Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI", P. I. Cumpra. Araputanga-MT, 11 de dezembro de 2019. (assinado digitalmente) Renato J. de A. C. Filho Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000721-71.2019.8.11.0038
Parte(s) Polo Ativo:
ALEXANDRE DOS SANTOS PALERMO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA LUCIA DE FREITAS ALVAREZ OAB - MT0008311A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA OAB - MT19081-A (ADVOGADO(A))
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-S (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ARAPUTANGA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DA FAZENDA RUA CASTELO BRANCO, S/N, CENTRO, ARAPUTANGA - MT - CEP: 78260-000 Processo n. 1000721-71.2019.8.11.0038 REQUERENTE: ALEXANDRE DOS SANTOS PALERMO REQUERIDO: BANCO DO BRASIL SA PROJETO DE SENTENÇA Visto e bem examinado. Dispensado o relatório – Lei n. 9.099/1995, art. 38, caput. Trata-se de AÇÃO DE RECLAMAÇÃO proposta por ALEXANDRE DOS SANTOS PALERMO em face de BANCO DO BRASIL S.A. As sentenças nos Juizados Especiais obedecerão aos limites traçados no artigo 2º e artigo 38 da Lei nº 9.099/95 c.c artigo 1.046, parágrafos 2º e 4º do CPC c.c Enunciados nº161 e 162 do FONAJE. Decido Nesse quadrante processual, e à luz dos poderes de direção conferidos ao Juiz na condução da demanda, com permissivo legal no artigo 355, I, do Código de Processo Civil, conheço diretamente do pedido e passo a julgar antecipadamente a lide. Indefiro a preliminar de impugnação quanto ao pedido de assistência gratuita, uma vez que, o artigo 54 da Lei 9.099/95, estatui que o acesso ao Juizado Especial independe, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas e o artigo 55 da mesma Lei, estabelece que a sentença de primeiro grau não condenará o vencido em custas e honorários de advogado, ressalvados os casos de litigância de má-fé. Passo a análise do mérito. Narra que é titular de conta junto à instituição financeira, tinha 2 (dois) contratos de mútuo firmados em 2016 e em janeiro de 2019, estava utilizando o aplicativo no celular e identificou a opção de crédito renovação, a qual afirma acreditava ser um novo crédito disponível e contratou por erro, razão pela qual informou o gerente que não tinha interesse em refinanciar e solicitou o cancelamento da operação, o que não ocorreu. Por outro lado, na peça contestatória, a parte ré defende que não houve qualquer conduta irregular praticada, inexistindo responsabilidade reparatória. Argumenta que não há comprovação dos supostos danos morais sofridos pela parte autora e que os fatos não passaram de mero aborrecimento. Por fim, pugna pela improcedência in totum da pretensão autoral. O pedido liminar foi INDEFERIDO. Após análise percuciente dos elementos e circunstâncias que envolvem a controvérsia, tenho que razão parcial assiste à parte autora. Apesar das argumentações trazidas pela parte promovida em sua defesa, tenho que esta não se desincumbiu de seu ônus probatório– art. 6º, VIII, do CDC, pois, não trouxe elemento de prova que retire a validade dos documentos juntados na inicial, bem assim, quaisquer causas impeditivas, modificativas ou extintivas do direito da parte Autora – art. 373, II, do CPC. Verifico pelos documentos anexados nos autos, que a o autor firmou dois contratos junto a requerida, os quais vinha adimplindo mensalmente. Contudo afirma que, em janeiro de 2019, realizou refinanciamento dos mesmos via aplicativo da requerida, o qual alega ter ocorrido de forma equivocada, tendo solicitado cancelamento, o que lhe foi negado, mesmo estando no prazo de 07 dias. Fato é que, tratando-se de compra fora do estabelecimento comercial, o autor tinha o direito ao arrependimento, dentro de sete dias, nos termos do artigo 49, do CDC: "O consumidor pode desistir do contrato, no prazo de 7 dias a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço, sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou a domicílio. " O autor afirma que esteve no estabelecimento da requerida, no segundo dia útil após a contratação via aplicativa, a fim de cancelar o contrato de refinanciamento, o que não fora impugnado especificamente pelo requerido. Sendo assim, o direito de arrependimento do consumidor deve ser compreendido que o prazo de sete dias foi respeitado, sendo possível a rescisão contratual pleiteada. Rescindindo o contrato, sem atribuição de culpa a qualquer das partes, mas mero exercício do direito ao arrependimento, devendo as situações experimentadas retornarem ao status quo ante. Desta feita, declaro rescindindo o contrato de refinanciamento operação 911561317 BB CRÉD RENOVAÇÃO em 08.01.2019, devendo cessar os descontos referentes a referida operação na conta do autor, retornando os contratos operação nº 866412982 e 86612015, conforme o contratado. Aliás, acerca do dispositivo supracitado, Nelson Nery Junior, in Código Brasileiro de Defesa do Consumidor comentado pelos autores do anteprojeto, 2° edição, Editora Forense Universitária p. 328, preleciona: "... O código garante o direito de arrependimento, de forma pura e simples, sem que do consumidor se exija a declinação dos motivos que o levaram a arrepender-se do negócio. A denúncia vazia do contrato de consumo é direito do consumidor, que não pode ser apenado com o pagamento das despesas oriundas daquele contrato resolvido, justamente porque sua atividade é lícita e jurídica...". Também já decidiu os Tribunais: "BEM MÓVEL. CDC. RESCISÃO CONTRATUAL. VENDA À DISTÂNCIA. DIREITO DE ARREPENDIMENTO. ADMISSIBILIDADE. Demonstrado que a venda não se formalizou no estabelecimento da ré, tendo se efetivado na modalidade à distância o consumidor possui o direito ao arrependimento previsto no art. 49 do CDC. Sentença mantida. Recurso desprovido." (Relator (a): Felipe Ferreira; Comarca: Campinas; Órgão julgador: 25ª Câmara Extraordinária de Direito Privado; Data do julgamento: 27/04/2017; Data de registro: 02/05/2017) Todavia, a fim de se evitar a ocorrência de enriquecimento ilícito da requerente, consigno que ela deverá viabilizar a devolução do valor de R$

358,87 (trezentos e cinquenta e oito reais e oitenta e sete centavos). No que concerne aos danos morais, o primeiro comportamento que se espera, de forma legitima, é que o fornecedor informe de maneira clara e correta sobre as funções e características do produto, e ainda que seja respeitado o prazo de arrependimento e vontade do consumidor, conforme codificado no CDC, o que não comprou a requerida ter feito. Após espera-se que as solicitações sejam no mínimo atendidas não frustrando as expectativas do consumidor. Além disso, é evidente o tratamento com desleixo ao consumidor com perda de tempo útil. A questão poderia ser solvida a tempo e modo satisfatório pelo fornecedor, que assim não o faz, gerando uma lesão ao consumidor. No que diz respeito ao valor da indenização, compete ao juiz se orientar pela denominada lógica do razoável e fixar o valor da indenização de acordo com o grau de reprovabilidade da conduta ilícita, com as condições econômicas do causador do dano e do ofendido, em quantitativo consentâneo com a natureza e intensidade da humilhação, da tristeza e do constrangimento sofridos, de modo a produzir eficácia pedagógica, inibir novas condutas idênticas da parte ofensora, e representar compensação à parte ofendida, sem, contudo, implicar em indevido enriquecimento. Quantum arbitrado que deve considerar os princípios atinentes à matéria e as particularidades do caso concreto. Ante o exposto, e o que mais consta dos autos do processo, RESOLVO O MÉRITO, com fulcro no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, e JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados na exordial para: - DECLARO rescindindo o contrato de refinanciamento operação 911561317 BB CRÉD RENOVAÇÃO em 08.01.2019, devendo cessar os descontos referentes a referida operação na conta do autor, sob pena de multa no TRIPLO do que exigir, retornando os contratos operação nº 866412982 e 86612015, conforme o contratado. - CONDENAR a parte Ré a COMPENSAR/PAGAR à parte Autora, a título de dano moral, o valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), corrigido monetariamente a partir da leitura/intimação da sentença – Enunciado n. 362 da Súmula do STJ -, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC – Lei n. 6.899/81 -, e acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos do art. 406, do vigente Código Civil, c/c o §1º, do art. 161, do Código Tributário Nacional e Enunciado 20 da I Jornada de Direito Civil promovida pelo Centro de Estudos Jurídicos do Conselho da Justiça Federal, a partir da citação – CC/02, art. 397, parágrafo único c/c art. 405. -DETERMINO QUE O AUTOR efetue a devolução do valor de R$ 358,87 (trezentos e cinquenta e oito reais e oitenta e sete centavos), podendo ser compensado com eventual crédito. Sem taxas, despesas, custas processuais e honorários advocatícios - Lei n. 9.099/1995, arts. 54 e 55. Fica a parte sucumbente, desde já, ciente de que o não pagamento do valor da condenação no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do trânsito em julgado da sentença, apresentação de memória discriminada do débito e intimação para isso, acarretará a incidência da multa de 10% (dez por cento) sobre tal valor – art. 52, caput, da Lei n. 9.099/1995 e 475-J do CPC/NCPC, art. 523 e §§. Após o trânsito em julgado, certifique. Decorrido o prazo recursal e cumprido o julgado, arquive com as baixas e anotações de estilo. Do contrário, na ausência do cumprimento, após solicitação do interessado – art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/1995 -, prossiga com a execução na forma disposta pela Lei dos Juizados Especiais – art. 52 e ss. - e Código de Processo Civil – art. 475-I e ss./Novo Código de Processo Civil – art. 513 e ss.. Nada requerido no prazo de 15 (quinze) dias do trânsito em julgado, ARQUIVE os autos, sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido da parte – CNGC, art. 1.006. P. I. Cumpra. À submissão do(a) Juiz(a) de Direito para fins do disposto no artigo 40 da Lei n° 9.099/95. Aisi Anne Lima Tiago Juíza Leiga _____ Visto e bem examinado. Trato de AÇÃO DE CONHECIMENTO – rito da Lei n. 9.099/1995 -, em que o(a) Juiz(a) Leigo(a) da Comarca proferiu o seu PROJETO DE SENTENÇA nos autos, o texto foi aprovado e já disponibilizado, razão pela qual HOMOLOGO para que passe a produzir os efeitos legais de SENTENÇA – Lei n. 9.099/1995, art. 40 -, cujo eventual prazo decorre da intimação. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - "Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI", P. I. Cumpra. Araputanga-MT, 11 de dezembro de 2019. (assinado digitalmente) Renato J. de A. C. Filho Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000721-71.2019.8.11.0038
Parte(s) Polo Ativo:
ALEXANDRE DOS SANTOS PALERMO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA LUCIA DE FREITAS ALVAREZ OAB - MT0008311A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA OAB - MT19081-A (ADVOGADO(A))
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-S (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ARAPUTANGA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DA FAZENDA RUA CASTELO BRANCO, S/N, CENTRO, ARAPUTANGA - MT - CEP: 78260-000 Processo n. 1000721-71.2019.8.11.0038 REQUERENTE: ALEXANDRE DOS SANTOS PALERMO REQUERIDO: BANCO DO BRASIL SA PROJETO DE SENTENÇA Visto e bem examinado. Dispensado o relatório – Lei n. 9.099/1995, art. 38, caput. Trata-se de AÇÃO DE RECLAMAÇÃO proposta por ALEXANDRE DOS SANTOS PALERMO em face de BANCO DO BRASIL S.A. As sentenças nos Juizados Especiais obedecerão aos limites traçados no artigo 2º e artigo 38 da Lei nº 9.099/95 c.c artigo 1.046, parágrafos 2º e 4º do CPC c.c Enunciados nº161 e 162 do FONAJE. Decido Nesse quadrante processual, e à luz dos poderes de direção conferidos ao Juiz na condução da demanda, com permissivo legal no artigo 355, I, do Código de Processo Civil, conheço diretamente do pedido e passo a julgar antecipadamente a lide. Indefiro a preliminar de impugnação quanto ao pedido de assistência gratuita, uma vez que, o artigo 54 da Lei 9.099/95, estatui que o acesso ao Juizado Especial independe, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas e o artigo 55 da mesma Lei, estabelece que a sentença de primeiro grau não condenará o vencido em custas e honorários de advogado, ressalvados os casos de litigância de má-fé. Passo a análise do mérito. Narra que é titular de conta junto à instituição financeira, tinha 2 (dois) contratos de mútuo firmados em 2016 e em janeiro de 2019, estava utilizando o aplicativo no celular e identificou a opção de crédito renovação, a qual afirma acreditava ser um novo crédito disponível e contratou por erro, razão pela qual informou o gerente que não tinha interesse em refinanciar e solicitou o cancelamento da operação, o que não ocorreu. Por outro lado, na peça contestatória, a parte ré defende que não houve qualquer conduta irregular praticada, inexistindo responsabilidade reparatória. Argumenta que não há comprovação dos supostos danos morais sofridos pela parte autora e que os fatos não passaram de mero aborrecimento. Por fim, pugna pela improcedência in totum da pretensão autoral. O pedido liminar foi INDEFERIDO. Após análise percuciente dos elementos e circunstâncias que envolvem a controvérsia, tenho que razão parcial assiste à parte autora. Apesar das argumentações trazidas pela parte promovida em sua defesa, tenho que esta não se desincumbiu de seu ônus probatório– art. 6º, VIII, do CDC, pois, não trouxe elemento de prova que retire a validade dos documentos juntados na inicial, bem assim, quaisquer causas impeditivas, modificativas ou extintivas do direito da parte Autora – art. 373, II, do CPC. Verifico pelos documentos anexados nos autos, que a o autor firmou dois contratos junto a requerida, os quais vinha adimplindo mensalmente. Contudo afirma que, em janeiro de 2019, realizou refinanciamento dos mesmos via aplicativo da requerida, o qual alega ter ocorrido de forma equivocada, tendo solicitado cancelamento, o que lhe foi negado, mesmo estando no prazo de 07 dias. Fato é que, tratando-se de compra fora do estabelecimento comercial, o autor tinha o direito ao arrependimento, dentro de sete dias, nos termos do artigo 49, do CDC: "O consumidor pode desistir do contrato, no prazo de 7 dias a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço, sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou a domicílio. " O autor afirma que esteve no estabelecimento da requerida, no segundo dia útil após a contratação via aplicativa, a fim de cancelar o contrato de refinanciamento, o que não fora impugnado especificamente pelo requerido. Sendo assim, o direito de arrependimento do consumidor deve ser compreendido que o prazo de sete dias foi respeitado, sendo possível a rescisão contratual pleiteada. Rescindindo o contrato, sem atribuição de culpa a qualquer das partes, mas mero exercício do direito ao arrependimento, devendo as situações experimentadas retornarem ao status quo ante. Desta feita, declaro rescindindo o contrato de refinanciamento operação 911561317 BB CRÉD RENOVAÇÃO em 08.01.2019, devendo cessar os descontos referentes a referida operação na conta do autor, retornando os contratos operação nº 866412982 e

86612015, conforme o contratado. Aliás, acerca do dispositivo supracitado, Nelson Nery Junior, in Código Brasileiro de Defesa do Consumidor comentado pelos autores do anteprojeto, 2° edição, Editora Forense Universitária p. 328, preleciona: "... O código garante o direito de arrependimento, de forma pura e simples, sem que do consumidor se exija a declinação dos motivos que o levaram a arrepender-se do negócio. A denúncia vazia do contrato de consumo é direito do consumidor, que não pode ser apenado com o pagamento das despesas oriundas daquele contrato resolvido, justamente porque sua atividade é lícita e jurídica...". Também já decidiu os Tribunais: "BEM MÓVEL. CDC. RESCISÃO CONTRATUAL. VENDA À DISTÂNCIA. DIREITO DE ARREPENDIMENTO. ADMISSIBILIDADE. Demonstrado que a venda não se formalizou no estabelecimento da ré, tendo se efetivado na modalidade à distância o consumidor possui o direito ao arrependimento previsto no art. 49 do CDC. Sentença mantida. Recurso desprovido." (Relator (a): Felipe Ferreira; Comarca: Campinas; Órgão julgador: 25ª Câmara Extraordinária de Direito Privado; Data do julgamento: 27/04/2017; Data de registro: 02/05/2017) Todavia, a fim de se evitar a ocorrência de enriquecimento ilícito da requerente, consigno que ela deverá viabilizar a devolução do valor de R$ 358,87 (trezentos e cinquenta e oito reais e oitenta e sete centavos). No que concerne aos danos morais, o primeiro comportamento que se espera, de forma legitima, é que o fornecedor informe de maneira clara e correta sobre as funções e características do produto, e ainda que seja respeitado o prazo de arrependimento e vontade do consumidor, conforme codificado no CDC, o que não comprou a requerida ter feito. Após espera-se que as solicitações sejam no mínimo atendidas não frustrando as expectativas do consumidor. Além disso, é evidente o tratamento com desleixo ao consumidor com perda de tempo útil. A questão poderia ser solvida a tempo e modo satisfatório pelo fornecedor, que assim não o faz, gerando uma lesão ao consumidor. No que diz respeito ao valor da indenização, compete ao juiz se orientar pela denominada lógica do razoável e fixar o valor da indenização de acordo com o grau de reprovabilidade da conduta ilícita, com as condições econômicas do causador do dano e do ofendido, em quantitativo consentâneo com a natureza e intensidade da humilhação, da tristeza e do constrangimento sofridos, de modo a produzir eficácia pedagógica, inibir novas condutas idênticas da parte ofensora, e representar compensação à parte ofendida, sem, contudo, implicar em indevido enriquecimento. Quantum arbitrado que deve considerar os princípios atinentes à matéria e as particularidades do caso concreto. Ante o exposto, e o que mais consta dos autos do processo, RESOLVO O MÉRITO, com fulcro no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, e JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados na exordial para: - DECLARO rescindindo o contrato de refinanciamento operação 911561317 BB CRÉD RENOVAÇÃO em 08.01.2019, devendo cessar os descontos referentes a referida operação na conta do autor, sob pena de multa no TRIPLO do que exigir, retornando os contratos operação nº 866412982 e 86612015, conforme o contratado. - CONDENAR a parte Ré a COMPENSAR/PAGAR à parte Autora, a título de dano moral, o valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), corrigido monetariamente a partir da leitura/intimação da sentença – Enunciado n. 362 da Súmula do STJ -, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC – Lei n. 6.899/81 -, e acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos do art. 406, do vigente Código Civil, c/c o §1º, do art. 161, do Código Tributário Nacional e Enunciado 20 da I Jornada de Direito Civil promovida pelo Centro de Estudos Jurídicos do Conselho da Justiça Federal, a partir da citação – CC/02, art. 397, parágrafo único c/c art. 405. -DETERMINO QUE O AUTOR efetue a devolução do valor de R$ 358,87 (trezentos e cinquenta e oito reais e oitenta e sete centavos), podendo ser compensado com eventual crédito. Sem taxas, despesas, custas processuais e honorários advocatícios - Lei n. 9.099/1995, arts. 54 e 55. Fica a parte sucumbente, desde já, ciente de que o não pagamento do valor da condenação no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do trânsito em julgado da sentença, apresentação de memória discriminada do débito e intimação para isso, acarretará a incidência da multa de 10% (dez por cento) sobre tal valor – art. 52, caput, da Lei n. 9.099/1995 e 475-J do CPC/NCPC, art. 523 e §§. Após o trânsito em julgado, certifique. Decorrido o prazo recursal e cumprido o julgado, arquive com as baixas e anotações de estilo. Do contrário, na ausência do cumprimento, após solicitação do interessado – art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/1995 -, prossiga com a execução na forma disposta pela Lei dos Juizados Especiais – art. 52 e ss. - e Código de Processo Civil – art. 475-I e ss./Novo Código de Processo Civil – art. 513 e ss.. Nada requerido no prazo de 15 (quinze) dias do trânsito em julgado, ARQUIVE os autos, sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido da parte – CNGC, art. 1.006. P. I. Cumpra. À submissão do(a) Juiz(a) de Direito para fins do disposto no artigo 40 da Lei n° 9.099/95. Aisi Anne Lima Tiago Juíza Leiga _____ Visto e bem examinado. Trato de AÇÃO DE CONHECIMENTO – rito da Lei n. 9.099/1995 -, em que o(a) Juiz(a) Leigo(a) da Comarca proferiu o seu PROJETO DE SENTENÇA nos autos, o texto foi aprovado e já disponibilizado, razão pela qual HOMOLOGO para que passe a produzir os efeitos legais de SENTENÇA – Lei n. 9.099/1995, art. 40 -, cujo eventual prazo decorre da intimação. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - "Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI", P. I. Cumpra. Araputanga-MT, 11 de dezembro de 2019. (assinado digitalmente) Renato J. de A. C. Filho Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000605-65.2019.8.11.0038
Parte(s) Polo Ativo:
PEREIRA & PESSOA LTDA - EPP (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDRE HENRIQUE SILVA OTENIO OAB - MT24178/O (ADVOGADO(A))
MARIANA PASTURELLI CINTRA OAB - MT20459/O (ADVOGADO(A))
PATRICIA ALVARES DE OLIVEIRA OAB - MT20479/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TEREZINHA CUSTODIO DOS SANTOS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
TATIANE APARECIDA DIAS SOUZA OAB - MT21724/O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ARAPUTANGA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DA FAZENDA RUA CASTELO BRANCO, S/N, CENTRO, ARAPUTANGA - MT - CEP: 78260-000 Processo n. 1000605-65.2019.8.11.0038 REQUERENTE: PEREIRA & PESSOA LTDA - EPP REQUERIDO: TEREZINHA CUSTODIO DOS SANTOS PROJETO DE SENTENÇA Visto e bem examinado. Dispensado o relatório - Lei n. 9.099/1995, art. 38, caput. Trato de COBRANÇA, proposta por PEREIRA & PESSOA LTDA – EPP e TEREZINHA CUSTODIO DOS SANTOS. É o necessário. Decido. As partes compuseram acordo, nos seguintes termos: "A requerida efetuará o pagamento no valor de R$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), divido em 04 parcelas de R$ 300,00 (trezentos reais) cada, com primeiro pagamento para o dia 10/10/2019, por meio de deposito na conta bancaria da parte autora, Cooperativa Sicred, agência 0805, conta corrente 6512-9, Supermercado Predileto, CNPJ nº 13.445.864/0001-69, se comprometendo a anexar os comprovantes nos autos. Em caso de descumprimento incidirá multa de 10% sobre o valor total da divida remanescente. O autor se compromete a retirar as restrições constantes no nome da autora, no prazo de 05 dias, após o pagamento da primeira parcela". Isso posto, considerando que em havendo transação/acordo o exame do magistrado deve se limitar à sua validade e eficácia, entre os quais, se houve a efetiva transação, os transatores são titulares do direito que dispõem parcialmente, capazes de transigir e estão adequadamente representados, ausente qualquer impedimento ou ilegalidade no avençado/acordado pelas partes, HOMOLOGO-O para que produza seus efeitos legais – Lei n. 9.099/1995, art. 22, parágrafo único - e, em consequência, RESOLVO O MÉRITO – CPC, art. 269, III/NCPC, art. 487, III, "b". Sem taxas, despesas, custas processuais e honorários advocatícios - Lei n. 9.099/1995, arts. 54 e 55. Transitada em julgado, proceda com as baixas necessárias e arquive. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - "Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI", P. I. Cumpra. À submissão do(a) Juiz (a) de Direito para fins do disposto no artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Aisi Anne Lima Tiago Juíza Leiga _____ Visto e bem examinado. Trato de AÇÃO DE CONHECIMENTO – rito da Lei n. 9.099/1995 -, em que o(a) Juiz(a) Leigo(a) da Comarca proferiu o seu PROJETO DE SENTENÇA nos autos, o texto foi aprovado e já disponibilizado, razão pela qual HOMOLOGO para que passe a produzir os efeitos legais de SENTENÇA – Lei n. 9.099/1995, art. 40 -, cujo eventual prazo decorre da intimação. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - "Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI", P. I. Cumpra. Araputanga-MT, 11 de dezembro de 2019. (assinado digitalmente) Renato

J. de A. C. Filho Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000605-65.2019.8.11.0038
Parte(s) Polo Ativo:
PEREIRA & PESSOA LTDA - EPP (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDRE HENRIQUE SILVA OTENIO OAB - MT24178/O (ADVOGADO(A))
MARIANA PASTURELLI CINTRA OAB - MT20459/O (ADVOGADO(A))
PATRICIA ALVARES DE OLIVEIRA OAB - MT20479/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TEREZINHA CUSTODIO DOS SANTOS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
TATIANE APARECIDA DIAS SOUZA OAB - MT21724/O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ARAPUTANGA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DA FAZENDA RUA CASTELO BRANCO, S/N, CENTRO, ARAPUTANGA - MT - CEP: 78260-000 Processo n. 1000605-65.2019.8.11.0038 REQUERENTE: PEREIRA & PESSOA LTDA - EPP REQUERIDO: TEREZINHA CUSTODIO DOS SANTOS PROJETO DE SENTENÇA Visto e bem examinado. Dispensado o relatório - Lei n. 9.099/1995, art. 38, caput. Trato de COBRANÇA, proposta por PEREIRA & PESSOA LTDA – EPP e TEREZINHA CUSTODIO DOS SANTOS. É o necessário. Decido. As partes compuseram acordo, nos seguintes termos: "A requerida efetuará o pagamento no valor de R$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), divido em 04 parcelas de R$ 300,00 (trezentos reais) cada, com primeiro pagamento para o dia 10/10/2019, por meio de deposito na conta bancaria da parte autora, Cooperativa Sicred, agência 0805, conta corrente 6512-9, Supermercado Predileto, CNPJ nº 13.445.864/0001-69, se comprometendo a anexar os comprovantes nos autos. Em caso de descumprimento incidirá multa de 10% sobre o valor total da divida remanescente. O autor se compromete a retirar as restrições constantes no nome da autora, no prazo de 05 dias, após o pagamento da primeira parcela". Isso posto, considerando que em havendo transação/acordo o exame do magistrado deve se limitar à sua validade e eficácia, entre os quais, se houve a efetiva transação, os transatores são titulares do direito que dispõem parcialmente, capazes de transigir e estão adequadamente representados, ausente qualquer impedimento ou ilegalidade no avençado/acordado pelas partes, HOMOLOGO-O para que produza seus efeitos legais – Lei n. 9.099/1995, art. 22, parágrafo único - e, em consequência, RESOLVO O MÉRITO – CPC, art. 269, III/NCPC, art. 487, III, "b". Sem taxas, despesas, custas processuais e honorários advocatícios - Lei n. 9.099/1995, arts. 54 e 55. Transitada em julgado, proceda com as baixas necessárias e arquive. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - "Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI", P. I. Cumpra. À submissão do(a) Juiz (a) de Direito para fins do disposto no artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Aisi Anne Lima Tiago Juíza Leiga _____ Visto e bem examinado. Trato de AÇÃO DE CONHECIMENTO – rito da Lei n. 9.099/1995 -, em que o(a) Juiz(a) Leigo(a) da Comarca proferiu o seu PROJETO DE SENTENÇA nos autos, o texto foi aprovado e já disponibilizado, razão pela qual HOMOLOGO para que passe a produzir os efeitos legais de SENTENÇA – Lei n. 9.099/1995, art. 40 -, cujo eventual prazo decorre da intimação. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - "Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI", P. I. Cumpra. Araputanga-MT, 11 de dezembro de 2019. (assinado digitalmente) Renato J. de A. C. Filho Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000806-57.2019.8.11.0038
Parte(s) Polo Ativo:
IRENI DA SILVA SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIS FERNANDO ALVES DE BRITO OAB - MT25726/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LIBERTY SEGUROS S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EDGARD PEREIRA VENERANDA OAB - MG0030629A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ARAPUTANGA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DA FAZENDA RUA CASTELO BRANCO, S/N, CENTRO, ARAPUTANGA - MT - CEP: 78260-000 Processo n. 1000806-57.2019.8.11.0038 REQUERENTE: IRENI DA SILVA SOUZA REQUERIDO: LIBERTY SEGUROS S/A PROJETO DE SENTENÇA Visto e bem examinado. Dispensado o relatório - Lei n. 9.099/1995, art. 38, caput. Trato de AÇÃO INDENIZATÓRIA - rito da Lei n. 9.099/95, proposta por IRENI DA SILVA SOUZA em desfavor de LIBERTY SEGUROS S/A. É o necessário. Decido. As partes firmaram acordo, nos seguintes termos: "A requerida pagará a quantia de R$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais), em única parcela, visando à satisfação de todos os direitos reclamados na presente demanda, englobando-se os pedidos principais e acessórios, inclusive honorários advocatícios, mediante depósito bancário na conta da procuradora da autora, Banco do Brasil, agência 2214-4, conta corrente 15649-3, Janaína Angélica dos Santos Teixeira, CPF: 040.496.841-44, a ser realizado até o dia 26/12/2019. Em caso de descumprimento até a data aprazada, será devido o valor integral do debito, ora acordado, bem como aplicação de multa no importe de 5%; O deposito mencionado fica condicionado a exatidão das informações sobre a conta bancaria mencionada acima, bem como dados do seu titular, sendo que eventual divergência quanto a conta, banco, agencia ou quaisquer outras informações, acarretara a imediata suspensão do respectivo deposito, cujo prazo, voltara a correr na integra da data da regularização dos dados em questão, sendo de inteira responsabilidade da autora seus procuradores a exatidão das informações e impossibilidade de deposito bancário; com o deposito bancário, a autora e seus procuradores, nos termos dos artigos 840 e 849 do CC, estarão oferecendo a LIBERTY SEGUROS S/S e aos seus advogados, a mais ampla, geral, irrestrita e irrevogável quitação para todos os danos decorrentes da presente ação, bem como fatos que deram origem a estas, para nada mais tendo que reclamar, a que titulo for direta ou indiretamente ou de suas consequências e independentemente de sua natureza, sem com fulcro contratual ou extracontratual, inclusive no que concerne as despesas havidas, cancelamento de liminar/tutela antecipada concedida, danos materiais, corporais, multas, liminar deferida, morais, estéticos ou psicológicos, honorários contratuais ou sucumbenciais, bem como lucros cessantes, ou qualquer outro tipo de indenização prevista no nosso ordenamento, inclusive obrigação de fazer ou não fazer." Isso posto, considerando que em havendo transação/acordo o exame do magistrado deve se limitar à sua validade e eficácia, entre os quais, se houve a efetiva transação, os transatores são titulares do direito que dispõem parcialmente, capazes de transigir e estão adequadamente representados, ausente qualquer impedimento ou ilegalidade no avençado/acordado pelas partes, HOMOLOGO-O para que produza seus efeitos legais – Lei n. 9.099/1995, art. 22, parágrafo único - e, em consequência, RESOLVO O MÉRITO – CPC, art. 269, III/NCPC, art. 487, III, "b". Sem taxas, despesas, custas processuais e honorários advocatícios - Lei n. 9.099/1995, arts. 54 e 55. Após o trânsito em julgado, certifique. Decorrido o prazo recursal e cumprido o acordado, arquive com as baixas e anotações de estilo. Não sendo o caso de aguardar eventual cumprimento da transação, arquive imediatamente – CNGC, art. 915. Do contrário, na ausência do cumprimento, após solicitação do interessado – art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/1995 -, prossiga com a execução na forma disposta pela Lei dos Juizados Especiais – art. 52 e ss. - e Código de Processo Civil – art. 475-I e ss./Novo Código de Processo Civil – art. 513 e ss.. Nada requerido no prazo de 15 (quinze) dias do trânsito em julgado, arquive os autos, sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido da parte – CNGC, art. 1.006. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - "Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI", bem como Intimação das partes e de seus patronos – CNGC, art. 914 e Enunciado 12 do Estado de Mato Grosso, aprovado no XII Encontro em Cuiabá-MT, P. Cumpra. À submissão do(a) Juiz (a) de Direito para fins do disposto no artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Aisi Anne Lima Tiago Juíza Leiga _____ Visto e bem examinado. Trato de AÇÃO DE CONHECIMENTO – rito da Lei n. 9.099/1995 -, em que o(a) Juiz(a) Leigo(a) da Comarca proferiu o seu PROJETO DE SENTENÇA nos autos, o texto foi aprovado e já disponibilizado, razão pela qual HOMOLOGO para que passe a produzir os efeitos legais de SENTENÇA – Lei n. 9.099/1995, art. 40 -, cujo eventual prazo decorre da intimação. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - "Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI", P. I. Cumpra. Araputanga-MT, 11 de dezembro de 2019. (assinado digitalmente) Renato J. de A. C. Filho Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000806-57.2019.8.11.0038
Parte(s) Polo Ativo:
IRENI DA SILVA SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIS FERNANDO ALVES DE BRITO OAB - MT25726/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LIBERTY SEGUROS S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EDGARD PEREIRA VENERANDA OAB - MG0030629A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ARAPUTANGA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DA FAZENDA RUA CASTELO BRANCO, S/N, CENTRO, ARAPUTANGA - MT - CEP: 78260-000 Processo n. 1000806-57.2019.8.11.0038 REQUERENTE: IRENI DA SILVA SOUZA REQUERIDO: LIBERTY SEGUROS S/A PROJETO DE SENTENÇA Visto e bem examinado. Dispensado o relatório - Lei n. 9.099/1995, art. 38, caput. Trato de AÇÃO INDENIZATÓRIA - rito da Lei n. 9.099/95, proposta por IRENI DA SILVA SOUZA em desfavor de LIBERTY SEGUROS S/A. É o necessário. Decido. As partes firmaram acordo, nos seguintes termos: "A requerida pagará a quantia de R$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais), em única parcela, visando à satisfação de todos os direitos reclamados na presente demanda, englobando-se os pedidos principais e acessórios, inclusive honorários advocatícios, mediante depósito bancário na conta da procuradora da autora, Banco do Brasil, agência 2214-4, conta corrente 15649-3, Janaína Angélica dos Santos Teixeira, CPF: 040.496.841-44, a ser realizado até o dia 26/12/2019. Em caso de descumprimento até a data aprazada, será devido o valor integral do debito, ora acordado, bem como aplicação de multa no importe de 5%; O deposito mencionado fica condicionado a exatidão das informações sobre a conta bancaria mencionada acima, bem como dados do seu titular, sendo que eventual divergência quanto a conta, banco, agencia ou quaisquer outras informações, acarretara a imediata suspensão do respectivo deposito, cujo prazo, voltara a correr na integra da data da regularização dos dados em questão, sendo de inteira responsabilidade da autora seus procuradores a exatidão das informações e impossibilidade de deposito bancário; com o deposito bancário, a autora e seus procuradores, nos termos dos artigos 840 e 849 do CC, estarão oferecendo a LIBERTY SEGUROS S/S e aos seus advogados, a mais ampla, geral, irrestrita e irrevogável quitação para todos os danos decorrentes da presente ação, bem como fatos que deram origem a estas, para nada mais tendo que reclamar, a que titulo for direta ou indiretamente ou de suas consequências e independentemente de sua natureza, sem com fulcro contratual ou extracontratual, inclusive no que concerne as despesas havidas, cancelamento de liminar/tutela antecipada concedida, danos materiais, corporais, multas, liminar deferida, morais, estéticos ou psicológicos, honorários contratuais ou sucumbenciais, bem como lucros cessantes, ou qualquer outro tipo de indenização prevista no nosso ordenamento, inclusive obrigação de fazer ou não fazer." Isso posto, considerando que em havendo transação/acordo o exame do magistrado deve se limitar à sua validade e eficácia, entre os quais, se houve a efetiva transação, os transatores são titulares do direito que dispõem parcialmente, capazes de transigir e estão adequadamente representados, ausente qualquer impedimento ou ilegalidade no avençado/acordado pelas partes, HOMOLOGO-O para que produza seus efeitos legais – Lei n. 9.099/1995, art. 22, parágrafo único - e, em consequência, RESOLVO O MÉRITO – CPC, art. 269, III/NCPC, art. 487, III, "b". Sem taxas, despesas, custas processuais e honorários advocatícios - Lei n. 9.099/1995, arts. 54 e 55. Após o trânsito em julgado, certifique. Decorrido o prazo recursal e cumprido o acordado, arquive com as baixas e anotações de estilo. Não sendo o caso de aguardar eventual cumprimento da transação, arquive imediatamente – CNGC, art. 915. Do contrário, na ausência do cumprimento, após solicitação do interessado – art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/1995 -, prossiga com a execução na forma disposta pela Lei dos Juizados Especiais – art. 52 e ss. - e Código de Processo Civil – art. 475-I e ss./Novo Código de Processo Civil – art. 513 e ss.. Nada requerido no prazo de 15 (quinze) dias do trânsito em julgado, arquive os autos, sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido da parte – CNGC, art. 1.006. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - "Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI", bem como Intimação das partes e de seus patronos – CNGC, art. 914 e Enunciado 12 do Estado de Mato Grosso, aprovado no XII Encontro em Cuiabá-MT, P. Cumpra. À submissão do(a) Juiz (a) de Direito para fins do disposto no artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Aisi Anne Lima Tiago Juíza Leiga _____ Visto e bem examinado. Trato de AÇÃO DE CONHECIMENTO – rito da Lei n. 9.099/1995 -, em que o(a) Juiz(a) Leigo(a) da Comarca proferiu o seu PROJETO DE SENTENÇA nos autos, o texto foi aprovado e já disponibilizado, razão pela qual HOMOLOGO para que passe a produzir os efeitos legais de SENTENÇA – Lei n. 9.099/1995, art. 40 -, cujo eventual prazo decorre da intimação. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - "Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI", P. I. Cumpra. Araputanga-MT, 11 de dezembro de 2019. (assinado digitalmente) Renato J. de A. C. Filho Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000798-80.2019.8.11.0038
Parte(s) Polo Ativo:
ALINE DEUSDEDITH ROCHA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
OSWALDO ALVAREZ DE CAMPOS JUNIOR OAB - MT6702-O (ADVOGADO(A))
RODRIGO FRANCISCO DE SOUZA OAB - MT0019474A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GAZIN INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ARMANDO SILVA BRETAS OAB - PR31997 (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ARAPUTANGA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DA FAZENDA RUA CASTELO BRANCO, S/N, CENTRO, ARAPUTANGA - MT - CEP: 78260-000 Processo n. 1000798-80.2019.8.11.0038 REQUERENTE: ALINE DEUSDEDITH ROCHA REQUERIDO: GAZIN INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA PROJETO DE SENTENÇA Visto e bem examinado. Dispensado o relatório - Lei n. 9.099/1995, art. 38, caput. Trato de AÇÃO DE COBRANÇA proposta por ALINE DEUSDEDITH ROCHA em desfavor de GAZIN INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA. É o necessário. Decido. As partes compuseram acordo, nos seguintes termos: "A reclamada pagará a quantia de R$ 2.666,01 (dois mil seiscentos e sessenta e seis reais e um centavo), no prazo de 10 dias, por meio de depósito bancário na conta do procurador do autor, Cooperativa Sicred, agência 0805, conta corrente 4121-1, Rodrigo Francisco de Souza, CPF: 036.777.091-13. " Isso posto, considerando que em havendo transação/acordo o exame do magistrado deve se limitar à sua validade e eficácia, entre os quais, se houve a efetiva transação, os transatores são titulares do direito que dispõem parcialmente, capazes de transigir e estão adequadamente representados, ausente qualquer impedimento ou ilegalidade no avençado/acordado pelas partes, HOMOLOGO-O para que produza seus efeitos legais – Lei n. 9.099/1995, art. 22, parágrafo único - e, em consequência, RESOLVO O MÉRITO – CPC, art. 269, III/NCPC, art. 487, III, "b". DECLARO O PRESENTE FEITO EXTINTO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, ANTE A SATISFAÇÃO DA OBRIGAÇÃO, nos termos do art. 924, I, c/c, art. 925, ambos do Código de Processo Civil. Sem taxas, despesas, custas processuais e honorários advocatícios - Lei n. 9.099/1995, arts. 54 e 55. Transitada em julgado, proceda com as baixas necessárias e arquive. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - "Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI", P. I. Cumpra. À submissão do(a) Juiz (a) de Direito para fins do disposto no artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Aisi Anne Lima Tiago Juíza Leiga _____ Visto e bem examinado. Trato de AÇÃO DE CONHECIMENTO – rito da Lei n. 9.099/1995 -, em que o(a) Juiz(a) Leigo(a) da Comarca proferiu o seu PROJETO DE SENTENÇA nos autos, o texto foi aprovado e já disponibilizado, razão pela qual HOMOLOGO para que passe a produzir os efeitos legais de SENTENÇA – Lei n. 9.099/1995, art. 40 -, cujo eventual prazo decorre da intimação. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - "Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI", P. I. Cumpra. Araputanga-MT, 11 de dezembro de 2019. (assinado digitalmente) Renato J. de A. C. Filho Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000798-80.2019.8.11.0038
Parte(s) Polo Ativo:
ALINE DEUSDEDITH ROCHA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
OSWALDO ALVAREZ DE CAMPOS JUNIOR OAB - MT6702-O (ADVOGADO(A))
RODRIGO FRANCISCO DE SOUZA OAB - MT0019474A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GAZIN INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ARMANDO SILVA BRETAS OAB - PR31997 (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ARAPUTANGA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DA FAZENDA RUA CASTELO BRANCO, S/N, CENTRO, ARAPUTANGA - MT - CEP: 78260-000 Processo n. 1000798-80.2019.8.11.0038 REQUERENTE: ALINE DEUSDEDITH ROCHA REQUERIDO: GAZIN INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA PROJETO DE SENTENÇA Visto e bem examinado. Dispensado o relatório - Lei n. 9.099/1995, art. 38, caput. Trato de AÇÃO DE COBRANÇA proposta por ALINE DEUSDEDITH ROCHA em desfavor de GAZIN INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA. É o necessário. Decido. As partes compuseram acordo, nos seguintes termos: “A reclamada pagará a quantia de R$ 2.666,01 (dois mil seiscentos e sessenta e seis reais e um centavo), no prazo de 10 dias, por meio de depósito bancário na conta do procurador do autor, Cooperativa Sicred, agência 0805, conta corrente 4121-1, Rodrigo Francisco de Souza, CPF: 036.777.091-13. ” Isso posto, considerando que em havendo transação/acordo o exame do magistrado deve se limitar à sua validade e eficácia, entre os quais, se houve a efetiva transação, os transatores são titulares do direito que dispõem parcialmente, capazes de transigir e estão adequadamente representados, ausente qualquer impedimento ou ilegalidade no avençado/acordado pelas partes, HOMOLOGO-O para que produza seus efeitos legais – Lei n. 9.099/1995, art. 22, parágrafo único - e, em consequência, RESOLVO O MÉRITO – CPC, art. 269, III/NCPC, art. 487, III, “b”. DECLARO O PRESENTE FEITO EXTINTO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, ANTE A SATISFAÇÃO DA OBRIGAÇÃO, nos termos do art. 924, I, c/c, art. 925, ambos do Código de Processo Civil. Sem taxas, despesas, custas processuais e honorários advocatícios - Lei n. 9.099/1995, arts. 54 e 55. Transitada em julgado, proceda com as baixas necessárias e arquive. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - “Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI”, P. I. Cumpra. À submissão do(a) Juiz (a) de Direito para fins do disposto no artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Aisi Anne Lima Tiago Juíza Leiga _____ Visto e bem examinado. Trato de AÇÃO DE CONHECIMENTO – rito da Lei n. 9.099/1995 -, em que o(a) Juiz(a) Leigo(a) da Comarca proferiu o seu PROJETO DE SENTENÇA nos autos, o texto foi aprovado e já disponibilizado, razão pela qual HOMOLOGO para que passe a produzir os efeitos legais de SENTENÇA – Lei n. 9.099/1995, art. 40 -, cujo eventual prazo decorre da intimação. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - “Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI”, P. I. Cumpra. Araputanga-MT, 11 de dezembro de 2019. (assinado digitalmente) Renato J. de A. C. Filho Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-132 EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL
Processo Número: 1001032-62.2019.8.11.0038
Parte(s) Polo Ativo:
MAYARA SERAFIM DOS REIS OLIVEIRA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAYARA SERAFIM DOS REIS OLIVEIRA OAB - MT21904/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
estado de mato grosso (EXECUTADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ARAPUTANGA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DA FAZENDA RUA CASTELO BRANCO, S/N, CENTRO, ARAPUTANGA - MT - CEP: 78260-000 Processo n. 1001032-62.2019.8.11.0038 EXEQUENTE: MAYARA SERAFIM DOS REIS OLIVEIRA EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO Visto e bem examinado. Trato de AÇÃO DE EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA – rito da Lei n. 12.153/2009 -, ajuizada pelo(a) exequente em epígrafe em desfavor do ESTADO DE MATO GROSSO (pessoa jurídica de direito público interno), cuja competência do Juizado Especial da Fazenda Pública é fixada através do critério econômico – ações que não ultrapassam o valor de 60 (sessenta) salários mínimos - e material – cujo art. 2º, § 1º, da Lei n. 12.153/2009 elenca as ações vedadas -, assim como ABSOLUTA nos locais em que estiver instalado – Lei n. 12.153/2009, art. 2º, § 4º. Enunciado n. 1, aprovado no XIII Encontro em Cuiabá-MT, permite que seja dispensada a realização de audiência de conciliação, no âmbito do Juizado Especial da Fazenda Pública, desde que fixe o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar a defesa, assim como possível o processamento com base no procedimento do art. 730 e ss. do CPC/NCPC, arts. 535, caput, 910, caput e §§, aplicado subsidiariamente – Lei n.12.153/2009, art. 27 e Enunciado n. 3 do XIII Encontro em Cuiabá-MT: É dever do Estado prestar assistência judiciária aos necessitados, inclusive nos locais onde não instalada a Defensoria Pública, desativada essa (retrocesso), ou, instalada, é insuficiente para o atendimento da demanda na Comarca – CRFB/88, art. 5º, XXXV, LXXIV e LXXVIII. Existente pedido certo, líquido e exigível de pagamento em desfavor do devedor/executado, decorrente de nomeação/designação do(a) credor(a)/exequente para atuar como curador(a)/advogado(a) dativo e a efetiva prestação do serviço pelo profissional, que resultaram na expedição de certidão judicial em seu favor pelo cartório do juízo - art. 22, § 1º, e 24, ambos da Lei n. 8.906/94. Isso posto, por prescindível a audiência de conciliação e possibilidade de que seja feita/apresentada por escrito, assim como antecipar o fato de que a Procuradoria do Estado não mandará profissional para eventuais audiências agendadas na Comarca, DETERMINO que cite/intime a Fazenda Pública devedora/executada para OPOR embargos/impugnação no prazo máximo de 30 (trinta) dias - CPC, art. 730, com redação dada pelo art. 1º – B, da Lei n. 9.494/1997, acrescentado pela MP n. 2.180-35/2001/NCPC, arts. 535, caput, 910, caput e §§ -, e, querendo, MANIFESTAR sobre débitos que preencham as condições estabelecidas no § 9º do art. 100 da CRFB/88, para os fins nele previstos, sob pena de perda do direito de abatimento no processo - art. 100, §§ 9º e 10, da CRFB/88. Caso apresentado no âmbito do Juizado Especial da Fazenda Pública, os embargos/impugnação serão interpostos nos próprios autos, por medida de economia processual - Enunciado n. 3, aprovado no XIII Encontro em Cuiabá-MT. Ademais, na hipótese da parte devedora/executada NÃO APRESENTAR EMBARGOS/IMPUGNAÇÃO à execução, deixando o prazo transcorrer in albis, desde já DETERMINO, sucessivamente: a) elaboração do cálculo pelo Departamento da Secretaria Auxiliar da Presidência – DEJAUX – Prov. 11/2017-CM; b) expedição de ofício requisitório de Requisições de Pequeno Valor - RPV (créditos com valor igual ou inferior a 256 UPF/MT); c) intimação das partes do teor do ofício requisitório. Por fim, nada impugnado ou requerido pelas partes, DETERMINO, por tratar de obrigação de pagar quantia certa e diante do atual entendimento de inaplicável Enunciado n. 4, aprovado no XIII Encontro em Cuiabá-MT, a entrega/envio da requisição à autoridade citada para a causa, independentemente de precatório na hipótese de créditos com valor igual ou inferior a 256 UPF/MT, para que pague no prazo máximo de 60 (sessenta) dias/2 (dois) meses, mediante depósito na agência de banco oficial mais próxima da residência do credor/exequente ou depósito na Conta Única vinculado ao processo em epígrafe, cujo desatendimento resultará no imediato sequestro do numerário suficiente ao cumprimento da decisão, dispensada a audiência da Fazenda Pública – CF, art. 100; CPC, art. 730, incisos I e II/NCPC, arts. 535, § 3º, I e II, 910, caput e §§ -, Lei n. 12.153/2009, arts. 13 e 27; Lei Estadual n. 7.894/2003. Em sendo necessário decidir algo diverso, volte-me concluso. Cumpra. Às providências. Araputanga-MT, 11 de dezembro de 2019. (assinado digitalmente) Renato J. de A. C. Filho Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1000084-57.2018.8.11.0038
Parte(s) Polo Ativo:
FABIO HIPOLITO SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCIO JUNIOR BUENO ALVES OAB - RO6454 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO SA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ARAPUTANGA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DA FAZENDA RUA CASTELO BRANCO, S/N, CENTRO, ARAPUTANGA - MT - CEP: 78260-000 Processo n. 1000084-57.2018.8.11.0038 REQUERENTE: FABIO HIPOLITO SANTOS REQUERIDO: BANCO BRADESCO SA Visto e bem examinado. Trato de AÇÃO – rito da Lei n. 9.099/1995 -, cujo trânsito em julgado foi certificado e o processo devolvido, razão pela qual dou-me por ciente do retorno dos autos e decisum proferido pelo Conselho/Turma Recursal, assim como DETERMINO que intime as partes e, por fim, ARQUIVE, uma vez que nada há a ser aparentemente cumprido de imediato. As intimações no Juizado Especial serão feitas na forma prevista para a citação ou por qualquer outro MEIO IDÔNEO DE COMUNICAÇÃO – Lei n. 9.099/1995, art. 19 -, sendo que nas realizadas por telefone, deverá certificar qual o número chamado, o dia, o horário, a pessoa com quem falou e, em resumo, o teor da comunicação e da respectiva resposta, além de outras informações pertinentes – art. 911 da CNGC. Em atenção aos termos da CGJ, art. 917 e ss., a realização dessa intimação das instituições públicas ou privadas cadastradas deverá ser realizada de FORMA ELETRÔNICA. Nos locais atendidos e não se tratando da hipótese suso mencionada, far-se-á por CORRESPONDÊNCIA/CORREIO, com aviso de recebimento em mão própria (ARMP) e considerar-se-á feita na data da entrega da carta no endereço – art. 909 da CNGC. Cumpra. Às providências. Araputanga-MT, 11 de dezembro de 2019. (assinado digitalmente) Renato J. de A. C. Filho Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1000084-57.2018.8.11.0038
Parte(s) Polo Ativo:
FABIO HIPOLITO SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCIO JUNIOR BUENO ALVES OAB - RO6454 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO SA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ARAPUTANGA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DA FAZENDA RUA CASTELO BRANCO, S/N, CENTRO, ARAPUTANGA - MT - CEP: 78260-000 Processo n. 1000084-57.2018.8.11.0038 REQUERENTE: FABIO HIPOLITO SANTOS REQUERIDO: BANCO BRADESCO SA Visto e bem examinado. Trato de AÇÃO – rito da Lei n. 9.099/1995 -, cujo trânsito em julgado foi certificado e o processo devolvido, razão pela qual dou-me por ciente do retorno dos autos e decisum proferido pelo Conselho/Turma Recursal, assim como DETERMINO que intime as partes e, por fim, ARQUIVE, uma vez que nada há a ser aparentemente cumprido de imediato. As intimações no Juizado Especial serão feitas na forma prevista para a citação ou por qualquer outro MEIO IDÔNEO DE COMUNICAÇÃO – Lei n. 9.099/1995, art. 19 -, sendo que nas realizadas por telefone, deverá certificar qual o número chamado, o dia, o horário, a pessoa com quem falou e, em resumo, o teor da comunicação e da respectiva resposta, além de outras informações pertinentes – art. 911 da CNGC. Em atenção aos termos da CGJ, art. 917 e ss., a realização dessa intimação das instituições públicas ou privadas cadastradas deverá ser realizada de FORMA ELETRÔNICA. Nos locais atendidos e não se tratando da hipótese suso mencionada, far-se-á por CORRESPONDÊNCIA/CORREIO, com aviso de recebimento em mão própria (ARMP) e considerar-se-á feita na data da entrega da carta no endereço – art. 909 da CNGC. Cumpra. Às providências. Araputanga-MT, 11 de dezembro de 2019. (assinado digitalmente) Renato J. de A. C. Filho Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1000302-22.2017.8.11.0038
Parte(s) Polo Ativo:
R P OTENIO MERCADO - EPP (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDRE HENRIQUE SILVA OTENIO OAB - MT24178/O (ADVOGADO(A))
PATRICIA ALVARES DE OLIVEIRA OAB - MT20479/O (ADVOGADO(A))
MARIANA PASTURELLI CINTRA OAB - MT20459/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BENACY BERNARDES DA COSTA (EXECUTADO)

CERTIDÃO Certifico juntada do Ofício nº 19/2019/DRH/PMA. Diante disso, INTIMO a parte credora/exequente para manifestação.

Comarca de Arenápolis

Diretoria do Fórum

Edital

O Edital n. 31/2019-DF completo encontra-se no Caderno de Anexos do Diário da Justiça Eletrônico no final desta Edição.
Clique aqui
Caderno de Anexo

Vara Única

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Victor Lima Pinto Coelho
Cod. Proc.: 21571 Nr: 79-35.2011.811.0026
AÇÃO: Procedimento Sumário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Rosa Helena Viana
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: José Afonso Fraga - OAB:8792-B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Diego Pereira Machado - OAB:70617/RS
3. Ante o exposto, com fundamento no art. 487, I, do CPC/2015, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO.Custas e despesas processuais e verba honorária de 10% ao patrono do instituto requerido a cargo parte autora, ônus, todavia, sob condição suspensiva de exigibilidade pelo prazo previsto no § 3º do artigo 98 do Código de Processo Civil.Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, dando-se baixa, inclusive, na distribuição.Publicada com a inserção no Sistema Informatizado Apolo TJ/MT. Intimem-se. Cumpra-se.Arenápolis, 06 de dezembro de 2019.VICTOR LIMA PINTO COELHOJuiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Victor Lima Pinto Coelho
Cod. Proc.: 41210 Nr: 1342-68.2012.811.0026
AÇÃO: Procedimento Sumário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Nelci Levitzki
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Erick Henrique Dias Prado - OAB:17642/MT, Roque Pires da Rocha Filho - OAB:99870/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
1. DESIGNO audiência de instrução e julgamento para o DIA 02 (DOIS) DE MARÇO DE 2020, ÀS 16H30MIN, oportunidade em que a parte autora deverá comparecer pessoalmente, bem como trazer suas testemunhas, independentemente de intimação, podendo ser presumida a desistência em caso de ausência.
2. Cumpra a Secretaria as seguintes providências:
(a) Intimem-se a parte requerente por meio de seu patrono constituído, via DJE;
(b) Intime-se, ainda, o Instituto Requerido, na pessoa do Procurador-Chefe para comparecer na audiência.
VICTOR LIMA PINTO COELHO
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 52329 Nr: 771-58.2016.811.0026
AÇÃO: Procedimento Sumário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: GERVASIO PEREIRA COSTA
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: HELTON GEORGE RAMOS - OAB:11237
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Impulsionam-se os presentes autos para intimar a parte autora, por meio de seu Advogado constituído, via Dje, para que apresente Contrarrazões ao recurso interposto pela Autarquia Requerida, no prazo de 15 (quinze) dias.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 45624 Nr: 1355-96.2014.811.0026
AÇÃO: Procedimento Sumário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Valdecir de Oliveira
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Arnaldo Silva Araújo - OAB:13840/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Impulsionam-se os presentes autos para intimar a parte autora, por meio de seu patrono constituído, via Dje, para que apresente contrarrazões ao Recurso de Apelação interposto pela Autarquia Requerida, no prazo de 15 (quinze) dias.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 52420 Nr: 828-76.2016.811.0026
AÇÃO: Procedimento Sumário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Ledlaine Mendes de Almeida
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Arnaldo Silva Araújo - OAB:13840/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: EMILY MARIA DE BULHÕES DUARTE - OAB:0
Impulsionam-se os presentes autos para intimar a parte autora, por meio de seu patrono constituído, via Dje, para que manifeste-se nos presentes autos em 15 (quinze) dias, requerendo o que entender de direito. Findo, in albis, o prazo assinalado, os autos serão enviados à Central de Arquivamento.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 52427 Nr: 834-83.2016.811.0026
AÇÃO: Procedimento Sumário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Helton Lima de Oliveira
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: HELTON GEORGE RAMOS - OAB:11237
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Bruno Beger Uchôa - OAB:
Impulsionam-se os presentes autos para intimar a parte autora, por meio de seu Advogado constituído, via Dje, para que apresente Contrarrazões ao recurso interposto pela Autarquia Requerida, no prazo de 15 (quinze) dias.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 68943 Nr: 1966-10.2018.811.0026
AÇÃO: Petição->Atos e expedientes->Outros Procedimentos->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MARCIA RODRIGUES DE ARRUDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Arnaldo Silva Araújo - OAB:13840/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Impulsionam-se os presentes autos para intimar a parte autora, por meio de seu Advogado constituído, via Dje, para que apresente Contrarrazões ao recurso interposto pela Autarquia Requerida, no prazo de 15 (quinze) dias.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Victor Lima Pinto Coelho
Cod. Proc.: 81445 Nr: 3275-32.2019.811.0026
AÇÃO: Carta Precatória->Cartas->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: JDC - Alta Floresta/MT - 5ª Vara Criminal, Ministério Público Estadual
PARTE(S) REQUERIDA(S): João Stroher
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Ministério Público Estadual - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Abdiel Virgino Mathias de Souza - OAB:16.241
Vistos.
DEFIRO o pedido retro.
REDESIGNO a audiência anteriormente agendada para o DIA 21 (VINTE E UM) DE JANEIRO DE 2020, ÀS 17H30MIN.
RENOVEM-SE as intimações necessárias.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Victor Lima Pinto Coelho
Cod. Proc.: 46044 Nr: 1637-37.2014.811.0026
AÇÃO: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos->Processo Especial de Leis Esparsas->Processo Especial->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Delegacia de Policia Judiciária Civil de Arenápolis, Ministério Público Estadual
PARTE(S) REQUERIDA(S): Wagner Brandão de Aguilar, Karla Biazim Ramos
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Rafael Augusto de Brito - OAB:13631/MT
Vistos.
HOMOLOGO a DESISTÊNCIA da oitiva das testemunhas de defesa (i) Willian Cristian Dias Brito e (ii) Maisa de Almeida Silva, conforme requerido pelo advogado.
HOMOLOGO a DESISTÊNCIA da oitiva das testemunhas de acusação (i) José Lopes Dourado e (iii) Sofia Lima Silva.
Aguarde-se o retorno da Carta Precatória expedida para oitiva da testemunha Mario Roberto de Souza Santiago Junior.
Intime-se a testemunha Roberto Ferreira da Silva, sobre a nova data de audiência qual seja DIA 18 (DEZOITO) DE MARÇO DE 2020, ÀS 17H00MIN.
Permaneçam os autos conclusos para decisão quanto à análise de litispendência.
Saem os presentes intimados.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-68 USUCAPIÃO
Processo Número: 1000886-57.2019.8.11.0026
Parte(s) Polo Ativo:
ODINAEL AMARAL DE SOUZA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNA APARECIDA DA SILVA OAB - MT0017549A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VITORINO ANTONIO DE MOURA (RÉU)
Magistrado(s):
VICTOR LIMA PINTO COELHO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE ARENÁPOLIS Processo: 1000886-57.2019.8.11.0026. AUTOR(A): ODINAEL AMARAL DE SOUZA RÉU: VITORINO ANTONIO DE MOURA VISTOS. Na forma do artigo 99, § 2º, parte final, do CPC, intime-se a parte requerente para comprovar, no prazo de 15 (quinze) dias, a existência dos pressupostos legais para a concessão da gratuidade judiciária, sob pena de indeferimento. Tendo as custas e emolumentos natureza tributária (taxa), a concessão de isenção de pagamento – em verdade uma espécie de moratória circunscrita à manutenção da situação de pobreza – deve encontrar lastro fático probatório mínimo a justificar a excepcional medida. A concessão açodada e generalizada do benefício com base tão somente na declaração de hipossuficiência da parte – muitas vezes descolada da realidade – acarreta diversos danos ao erário público, impedindo, ao fim e ao cabo, uma série de investimentos necessários ao pleno desenvolvimento dos trabalhos por parte do Poder Judiciário. Assim, a fim de viabilizar o enfrentamento do pedido de gratuidade judiciária, deverá a parte autora comprovar documentalmente renda e patrimônio, seus e da família, com quem coabita ou da qual é dependente e, ainda, apresentar comprovante de isenção de imposto de renda. Verifica-se, ainda, que a parte autora não informou endereço para citação da parte requerida, não tendo comprovado que promoveu qualquer diligência a fim de localizar o endereço atualizado da parte requerida, razão pela qual indefiro diligência

judicial objetivando a localização da parte e/ou a sua citação editalícia, tendo em vista a excepcionalidade da medida que é admitida apenas quando não tiver sido possível outra forma de citação da parte. Intimem-se. Cumpra-se. Após, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Às providências. VICTOR LIMA PINTO COELHO, Juiz de Direito.

Decisão Classe: CNJ-43 OUTRAS MEDIDAS PROVISIONAIS
Processo Número: 1000996-56.2019.8.11.0026
Parte(s) Polo Ativo:
CLEVERSON DA CRUZ VIEIRA (REQUERENTE)
DIENNE DA SILVA MOREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNA APARECIDA DA SILVA OAB - MT0017549A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLAUDEILTON ARAUJO DE SOUZA (REQUERIDO)
FERNANDA BRANDAO SANTANA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
VICTOR LIMA PINTO COELHO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE ARENÁPOLIS Processo: 1000996-56.2019.8.11.0026. REQUERENTE: CLEVERSON DA CRUZ VIEIRA, DIENNE DA SILVA MOREIRA REQUERIDO: CLAUDEILTON ARAUJO DE SOUZA, FERNANDA BRANDAO SANTANA Vistos. Ciente da decisão do E. Tribunal de Justiça que deferiu o efeito suspensivo à decisão que concedeu a reintegração de posse em favor dos autores. Determino o encaminhamento das informações ao Agravo de Instrumento. Proceda-se a expedição de mandado de reintegração de posse objetivando reintegrar a requerida ao imóvel litigioso, tendo em vista o efeito suspensivo concedido à Decisão atacada. Intimem-se os autores para, caso queiram, apresentem impugnação à contestação, no prazo legal. No mais, aguarde-se o julgamento do referido agravo. Assim, com a juntada da decisão do agravo de instrumento interposto nos autos, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se. Às providências. VICTOR LIMA PINTO COELHO, Juiz de Direito.

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1001111-77.2019.8.11.0026
Parte(s) Polo Ativo:
MANUEL DA GUIA DE CAMPOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROQUE PIRES DA ROCHA FILHO OAB - MT0009870A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS-INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL (REQUERIDO)
Magistrado(s):
VICTOR LIMA PINTO COELHO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE ARENÁPOLIS DECISÃO Processo: 1001111-77.2019.8.11.0026. REQUERENTE: MANUEL DA GUIA DE CAMPOS REQUERIDO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL Vistos. 1. Trata-se de Ação de Previdenciária para Concessão de Benefício de Prestação Continuada com base na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), com pedido de tutela de urgência, ajuizada por MANUEL DA GUIA DE CAMPOS contra o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, objetivando, tanto em sede de tutela provisória de urgência antecipada quanto no mérito, a concessão e imediata implantação do benefício. Aduz, em síntese, o requerente afirma que conta com 66 anos de idade, mora com seu esposo e possui gastos alimentação, água e luz, sequer sobra para o vestuário, assim como que depende da ajuda de amigos para que não passe fome. É o relato do essencial. Fundamento e Decido. 2. Preliminarmente, defiro em favor da parte requerente o benefício processual da Justiça Gratuita, ante do teor da declaração de pobreza e documentos que instruem a inicial. Passo doravante a analisar o pleito antecipatório. A tutela de urgência (cautelar ou antecipada) está disciplinada no art. 300 do Código de Processo Civil de 2015, e tem como requisitos concomitantes a existência de elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Vejamos: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. In casu, a despeito das considerações lançadas na peça de ingresso [depender da ajuda de terceiros para sobreviver], não pude divisar a presença concomitante dos pressupostos legais indispensáveis à concessão do reclamo antecipatório, máxime se se considerar que os documentos apresentados pela parte autora não representam, a meu sentir, a prova inequívoca, sendo, na verdade, elemento de convicção, ao qual deverão ser somados outros para fins de deferimento do benefício pleiteado. Ademais, para prestação o benefício almejado é necessário que reste demonstrado muito mais que os problemas gastos com as necessidades básicas (art. 203, V, da CF). Evidencia-se, pois, a necessidade não só de oitiva da parte demandada, como, por igual, a abertura da fase probatória, justamente para se constatar ou não a veracidade das alegações vertidas pela demandante e, ao final, editar um provimento jurisdicional definitivo. Ademais, o § 3º do artigo 300 do Código de Processo Civil não admite a concessão de tutela de urgência antecipada "(…) quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.", o que, na espécie, acaso concedido o reclamo antecipatório, redundará na proibição em questão. 3. Ante o exposto, concluo inexistentes, por ora, os requisitos aptos a legitimar a concessão da medida pleiteada, razão pela qual INDEFIRO o pedido de tutela de urgência antecipada. DETERMINO a realização de estudo social pela equipe do Juízo, devendo ser averiguado acerca da condição financeira do autor para prover sua própria subsistência ou de tê-la provida por sua família e o que mais for relevante. 3. Cumpra a Secretaria as seguintes providências: Cumpra a Secretaria, com urgência, as seguintes providências: a) CITE-SE o Instituto Requerido, na pessoa do Procurador-Chefe junto a Autarquia Federal (Lei nº 10.910/2004), conforme Convênio nº 09/2009, firmado entre a Procuradoria Federal no Estado de Mato Grosso e o Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso; b) INTIME-SE a parte requerente, por meio do patrono, sobre o teor da presente decisão; c) INTIME-SE assistente social para realização do estudo, no prazo de 30 (trinta) dias. Victor Lima Pinto Coelho Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1001048-52.2019.8.11.0026
Parte(s) Polo Ativo:
ZILDA BARBOSA DE ARAUJO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RODRIGO TOBIAS CHAVES DA SILVA OAB - MT0021822A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
29.979.036.0001-40 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
VICTOR LIMA PINTO COELHO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE ARENÁPOLIS DECISÃO Processo: 1001048-52.2019.8.11.0026. REQUERENTE: ZILDA BARBOSA DE ARAUJO REQUERIDO: 29.979.036.0001-40 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS Vistos. Trata-se de AÇÃO DE CONHECIMENTO CONDENATÓRIA com pedido de ANTECIPAÇÃO dos efeitos da TUTELA, ajuizada por ZILDA BARBOSA DE ARAUJO em desfavor do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, pleiteando a concessão do benefício da justiça gratuita, bem como antecipação de tutela a fim de ser-lhe concedido benefício de RESTABELECIMENTO DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, sob o argumento de que ainda se encontra com problemas de saúde que o incapacita de exercer suas atividades laborais, e ao final requer a procedência da demanda, condenando o requerido ao pagamento do benefício de APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. A ação foi ajuizada no domicílio da parte autora, competente para o processamento, nos termos do artigo 109, § 3º da CRFB/88. É o relatório do essencial. Fundamento e decido. 2. De entrada, defiro o benefício processual da assistência judiciária gratuita à requerente, considerada a documentação que instrui a inicial. A tutela de urgência (cautelar ou antecipada) está disciplinada no art. 300 do Código de Processo Civil de 2015, e tem como requisitos concomitantes a existência de elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Vejamos: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. O benefício de aposentadoria por invalidez encontra previsão no artigo 42 da Lei nº 8.213/91, senão vejamos: "Art. 42. A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta

a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição." In casu, a despeito das considerações lançadas na peça de ingresso, não pude divisar a presença concomitante dos pressupostos legais indispensáveis à concessão do reclamo antecipatório, máxime se se considerar que os documentos apresentados pela parte autora não representam, a meu sentir, a prova inequívoca, sendo, na verdade, elemento de convicção, ao qual deverão ser somados outros para fins de deferimento do benefício pleiteado. Evidencia-se, pois, a necessidade não só de oitiva da parte demandada, como, por igual, a abertura da fase probatória, justamente para se constatar ou não a veracidade das alegações vertidas pelo demandante e, ao final, editar um provimento jurisdicional definitivo. Ademais, o § 3º do artigo 300 do Novo Código de Processo Civil não admite a concessão de tutela antecipada "(…) quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão", o que, na espécie, acaso concedido o reclamo antecipatório, redundará na proibição em questão. 3. Ante o exposto, concluo inexistentes, por ora, os requisitos aptos a legitimar a concessão da medida pleiteada, razão pela qual INDEFIRO o pedido de antecipação dos efeitos da tutela. 4. Cumpra a Secretaria, com urgência, as seguintes providências: a) Intime-se a parte requerente, por meio do patrono, sobre o teor da presente decisão. b) Cite-se eletronicamente o Instituto Requerido, na pessoa do Procurador-Chefe junto a Autarquia Federal (Lei nº 10.910/2004) para, querendo, oferecer contestação, no prazo de 30 (trinta) dias úteis a contar de sua intimação pessoal (CPC/2015, arts. 183, 230), sob pena de revelia (CPC/2015, art. 344). c) Apresentada a contestação, intime-se o patrono da requerente para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, impugnar a contestação e/ou requerer o que entender de direito. d) Após, conclusos. VICTOR LIMA PINTO COELHO Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-43 OUTRAS MEDIDAS PROVISIONAIS
Processo Número: 1001075-35.2019.8.11.0026
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONINA REGIS DE ARRUDA BISPO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SILVIO FERREIRA FREITAS OAB - MT0019920A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
29.979.036.0001-40 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
VICTOR LIMA PINTO COELHO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE ARENÁPOLIS DECISÃO Processo: 1001075-35.2019.8.11.0026. REQUERENTE: ANTONINA REGIS DE ARRUDA BISPO REQUERIDO: 29.979.036.0001-40 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS Vistos. Trata-se de AÇÃO DE CONHECIMENTO CONDENATÓRIA com pedido de ANTECIPAÇÃO dos efeitos da TUTELA, ajuizada por ANTONINA REGIS DE ARRUDA BISPO em desfavor do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, pleiteando a concessão do benefício da justiça gratuita, bem como antecipação de tutela a fim de ser-lhe concedido benefício de RESTABELECIMENTO DO BENEFÍCIO AUXÍLIO-DOENÇA OU CONCESSÃO DE APOSENTODIA POR INVALIDEZ, sob o argumento de que ainda se encontra com problemas de saúde que a incapacita de exercer suas atividades laborais, e ao final requer a procedência da demanda, condenando o requerido ao pagamento do benefício de aposentadoria por invalidez ou auxílio-doença. É o relatório do essencial. Fundamento e decido. 2. De entrada, defiro o benefício processual da assistência judiciária gratuita à requerente, considerada a documentação que instrui a inicial. A tutela de urgência (cautelar ou antecipada) está disciplinada no art. 300 do Código de Processo Civil de 2015, e tem como requisitos concomitantes a existência de elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Vejamos: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. O benefício de aposentadoria por invalidez encontra previsão no artigo 42 da Lei nº 8.213/91, senão vejamos: "Art. 42. A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição." In casu, a despeito das considerações lançadas na peça de ingresso, não pude divisar a presença concomitante dos pressupostos legais indispensáveis à concessão do reclamo antecipatório, máxime se se considerar que os documentos apresentados pela parte autora não representam, a meu sentir, a prova inequívoca, sendo, na verdade, elemento de convicção, ao qual deverão ser somados outros para fins de deferimento do benefício pleiteado. Evidencia-se, pois, a necessidade não só de oitiva da parte demandada, como, por igual, a abertura da fase probatória, justamente para se constatar ou não a veracidade das alegações vertidas pelo demandante e, ao final, editar um provimento jurisdicional definitivo. Ademais, o § 3º do artigo 300 do Novo Código de Processo Civil não admite a concessão de tutela antecipada "(…) quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão", o que, na espécie, acaso concedido o reclamo antecipatório, redundará na proibição em questão. 3. Ante o exposto, concluo inexistentes, por ora, os requisitos aptos a legitimar a concessão da medida pleiteada, razão pela qual INDEFIRO o pedido de antecipação dos efeitos da tutela. 4. Cumpra a Secretaria, com urgência, as seguintes providências: a) Intime-se a parte requerente, por meio do patrono, sobre o teor da presente decisão. b) Cite-se eletronicamente o Instituto Requerido, na pessoa do Procurador-Chefe junto a Autarquia Federal (Lei nº 10.910/2004) para, querendo, oferecer contestação, no prazo de 30 (trinta) dias úteis a contar de sua intimação pessoal (CPC/2015, arts. 183, 230), sob pena de revelia (CPC/2015, art. 344). c) Apresentada a contestação, intime-se o patrono da requerente para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, impugnar a contestação e/ou requerer o que entender de direito. d) Após, conclusos. VICTOR LIMA PINTO COELHO Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-43 OUTRAS MEDIDAS PROVISIONAIS
Processo Número: 1000645-83.2019.8.11.0026
Parte(s) Polo Ativo:
RAFAEL BLAZIS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SILVIO FERREIRA FREITAS OAB - MT0019920A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
29.979.036.0001-40 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
VICTOR LIMA PINTO COELHO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE ARENÁPOLIS DECISÃO Processo: 1000645-83.2019.8.11.0026. REQUERENTE: RAFAEL BLAZIS REQUERIDO: 29.979.036.0001-40 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS Vistos. 1. DESIGNO audiência de instrução e julgamento para o DIA 17 (DEZESSETE) DE FEVEREIRO DE 2020, ÀS 17H00MIN, oportunidade em que a parte autora deverá comparecer pessoalmente, bem como trazer suas testemunhas, independentemente de intimação, podendo ser presumida a desistência em caso de ausência. 2. DETERMINO a realização de estudo social na residência do autor, devendo a assistente social para efeito de demonstrar a dependência do autor em relação a possível segurada, no prazo de 60 (sessenta) dias. 3. Cumpra a Secretaria as seguintes providências: (a) Intimem-se a parte requerente por meio de seu patrono constituído, via DJE; (b) Intime-se, ainda, o Instituto Requerido, na pessoa do Procurador-Chefe para comparecer na audiência. VICTOR LIMA PINTO COELHO Juiz de Direito

Juizado Especial Cível e Criminal

Intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001120-39.2019.8.11.0026
Parte(s) Polo Ativo:
LORENA SANTOS DA SILVA (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
SILVIO FERREIRA FREITAS OAB - MT0019920A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1001120-39.2019.8.11.0026 POLO ATIVO:LORENA SANTOS DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: SILVIO FERREIRA FREITAS POLO PASSIVO: TELEFÔNICA BRASIL S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: Sala de Audiência -

Conciliação/ JEC Data: 12/02/2020 Hora: 15:40 , no endereço: Juscelino Kubitschek, 629E, Vila Nova, ARENÁPOLIS - MT - CEP: 78420-000 . CUIABÁ, 12 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001121-24.2019.8.11.0026
Parte(s) Polo Ativo:
LEONICE ALEXANDRINA DA SILVA (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
SILVIO FERREIRA FREITAS OAB - MT0019920A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1001121-24.2019.8.11.0026 POLO ATIVO:LEONICE ALEXANDRINA DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: SILVIO FERREIRA FREITAS POLO PASSIVO: TELEFÔNICA BRASIL S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: Sala de Audiência - Conciliação/ JEC Data: 12/02/2020 Hora: 16:00 , no endereço: Juscelino Kubitschek, 629E, Vila Nova, ARENÁPOLIS - MT - CEP: 78420-000 . CUIABÁ, 12 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001123-91.2019.8.11.0026
Parte(s) Polo Ativo:
JOVANILHA DOS SANTOS GOMES CAVALHEIRO (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
SILVIO FERREIRA FREITAS OAB - MT0019920A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1001123-91.2019.8.11.0026 POLO ATIVO:JOVANILHA DOS SANTOS GOMES CAVALHEIRO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: SILVIO FERREIRA FREITAS POLO PASSIVO: TELEFÔNICA BRASIL S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: Sala de Audiência - Conciliação/ JEC Data: 12/02/2020 Hora: 16:20 , no endereço: Juscelino Kubitschek, 629E, Vila Nova, ARENÁPOLIS - MT - CEP: 78420-000 . CUIABÁ, 12 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000271-38.2017.8.11.0026
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO RODRIGUES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARINA SANTANA DE OLIVEIRA OAB - MT9879-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO SA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE ARENÁPOLIS JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE ARENÁPOLIS Juscelino Kubitschek, 629E, Vila Nova, ARENÁPOLIS - MT - CEP: 78420-000 MANDADO DE INTIMAÇÃO Oficial de Justiça: ZONA XXX Diligência: ID. XXX EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO PROCESSO n. 1000271-38.2017.8.11.0026 Valor da causa: R$ 18.740,00 POLO ATIVO: Nome: JOAO RODRIGUES Endereço: Rua Presidente Costa e Silva, 869, vila rica, ARENÁPOLIS - MT - CEP: 78420-000 POLO PASSIVO: Nome: BANCO BRADESCO SA Endereço: BANCO BRADESCO S.A., NÚCLEO CIDADE DE DEUS, S/N, VILA YARA, OSASCO - SP - CEP: 06029-900 ESPÉCIE: [DIREITO DO CONSUMIDOR, BANCÁRIOS, INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL, INCLUSÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) FINALIDADE: INTIMAÇÃO DA PARTE EXECUTADA, acima qualificadas, para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifeste acerca da petição do ID id n° 23797158. ARENÁPOLIS, 12 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001124-76.2019.8.11.0026
Parte(s) Polo Ativo:
GEDALIA NASCIMENTO DE OLIVEIRA ESPIRITO SANTO (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
SILVIO FERREIRA FREITAS OAB - MT0019920A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1001124-76.2019.8.11.0026 POLO ATIVO:GEDALIA NASCIMENTO DE OLIVEIRA ESPIRITO SANTO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: SILVIO FERREIRA FREITAS POLO PASSIVO: TELEFÔNICA BRASIL S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: Sala de Audiência - Conciliação/ JEC Data: 12/02/2020 Hora: 16:40 , no endereço: Juscelino Kubitschek, 629E, Vila Nova, ARENÁPOLIS - MT - CEP: 78420-000 . CUIABÁ, 12 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Comarca de Aripuanã

Vara Única

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ricardo Frazon Menegucci
Cod. Proc.: 75771 Nr: 1981-84.2018.811.0088
AÇÃO: Divórcio Litigioso->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JTP
PARTE(S) REQUERIDA(S): DMdRT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES - OAB:9831/MT, JULIO CESAR PILEGI RODRIGUES - OAB:7437/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
Cuida-se de ação de divórcio tendo como partes as em epígrafe.
Entre um ato e outro, a parte autora peticionou requerendo a desistência da ação, uma vez que as partes retornaram sua vida em comum (ref. 48).
É o que merece registro.
DECIDO.
A desistência da ação é um ato unilateral do autor, o qual abdica de forma expressa de sua posição processual. Em regra, não depende do consentimento do réu para que seja homologada.
A exceção se encontra no art. 485, § 4º, do CPC, segundo o qual, oferecida a contestação, o autor não poderá, sem o consentimento do réu, desistir da ação.
Perlustrando os autos, verifica-se que não houve contestação pela parte ré, razão pela qual é prescindível o seu consentimento para fins de homologação da desistência.
Nesta senda, não há óbice legal para a homologação da desistência da ação nos moldes pleiteados pela parte autora.
Ante o exposto, CANCELO a audiência de instrução e julgamento designada para o dia 11 de dezembro de 2019, às 16h30, e, com fulcro no art. 485, VIII, do CPC, HOMOLOGO A DESISTÊNCIA DA AÇÃO, extinguindo-a sem resolver o mérito.
Descabe condenação ao pagamento de honorários advocatícios de sucumbência.
Custas pela parte autora, nos termos do art. 90, caput, do CPC, observado, se for o caso, a suspensão de exigibilidade disposta no § 3º do art. 98 do CPC.
Transitado em julgado, ARQUIVEM-SE os autos, com as cautelas e baixas de praxe.
INTIMEM-SE.
PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE, expedindo o necessário.
ÀS PROVIDÊNCIAS.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ricardo Frazon Menegucci

Cod. Proc.: 76511 Nr: 2469-39.2018.811.0088
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: EVA BRANDÃO MARTINS
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: HILONES NEPOMUCENO - OAB:14764, MARKO ADRIANO KREFTA - OAB:22427/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, condenando a Requerida a pagar à autora EVA BRANDÃO MARTINS o benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE, desde a data do requerimento administrativo (21/02/2017), nos termos da legislação invocada, em razão do óbito do seu marido, extinguindo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I do CPC.Sobre as prestações em atraso incidirão correção monetária a partir do vencimento de cada parcela, na forma prevista na Lei 6.899/81 e Súmula 148 do STJ e juros de mora devidos em 1% ao mês, a contar da citação até a Lei 11.960/09, e a partir de então à razão de 0,5% ao mês, nos termos do art. 1ºF, da Lei 9.494/97, c/c art. 406, do CC/02; c/c 161, § 1º, do CTN; enunciado 20 do CJF e da Súmula 204 do STJ.DEIXO DE CONDENAR a requerida em custas e despesas processuais, nos termos do art. 1º, § 1º, da Lei nº 9.289/96; c/c art. 3º, inciso I, da Lei Estadual nº. 7.603/2001.CONDENO a requerida no pagamento de honorários advocatícios de sucumbência, que fixo em 10% sobre as parcelas vencidas, consoante Súmula 111 do STJ, não incidindo, portanto, sobre as parcelas vincendas, que serão pagas administrativamente com a implantação do benefício no sistema geral de previdência social.DESCABIDA a remessa necessária no caso, ante o teor do disposto no art. 496, § 3º, inc. I, do CPC.Após o trânsito em julgado, ARQUIVEM-SE com as baixas necessárias.PUBLIQUE-SE e INTIME-SE.CUMPRA-SE, expedindo o necessário.ÀS PROVIDÊNCIAS.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ricardo Frazon Menegucci
Cod. Proc.: 51961 Nr: 691-10.2013.811.0088
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JOSE LUIZ DE MORAES
PARTE(S) REQUERIDA(S): JOSE CONCEIÇÃO DE SOUZA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ELVES MARQUES COUTINHO - OAB:7825-B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: José Conceição Souza - OAB:, Nairon César Diniz de Sousa - OAB:
Vistos.
Cuida-se de ação de “rescisão de contrato de compra e venda cumulada com perdas e danos e lucros cessantes” tendo como partes as em epígrafe.
Entre um ato e outro, em petitório à ref. 11, é informado o falecimento da parte autora, pugnando a peticionária pela suspensão do processo e intimação da herdeira para habilitação.
Vieram os autos conclusos para deliberações.
É o que merece registro.
DECIDO.
Estabelece o art. 110 do Código de Processo Civil que, ocorrendo a morte de qualquer das partes, dar-se-á a sucessão pelo espólio ou sucessores, procedendo com a suspensão do processo, na forma do art. 313, §§ 1º e 2º do CPC.
Ante o exposto, CANCELO a audiência de instrução e julgamento designada para o dia 11 de dezembro de 2019, às 17h30, e, com fulcro no art. 313, inc. I, c/c art. 689, ambos do CPC, DETERMINO a SUSPENSÃO do processo.
INTIME-SE a advogada do autor para que, no prazo de cinco (5) dias, junte aos autos cópia da certidão de óbito do requerente.
Com a juntada do documento, INTIME-SE a sucessora Alianda Luiz, no endereço declinado à ref. 11, para que, no prazo de quinze (15) dias, manifeste interesse na sucessão processual e promova a respectiva habilitação, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito (art. 313, § 2º, inc. II, do CPC).
CUMPRA-SE, expedindo o necessário.
ÀS PROVIDÊNCIAS.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 61042 Nr: 1106-85.2016.811.0088
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): CRISTIAN WILIAN DA SILVA ROSA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: YOUSSEF SAYAH EL ATYEH - OAB:26319
Intimo a defesa do denunciado acerca da audiência designada na Comarca de Cuiabá-MT, na data de 23/01/2020, às 16:15 horas, para inquirição de testemunha, para que compareça ao ato, sob pena da aplicação da multa prevista no artigo 265 do CPP.

Comarca de Brasnorte

Vara Única

Expediente

Intimação das Partes
JUIZ(A): Daiane Marilyn Vaz
Cod. Proc.: 56159 Nr: 350-74.2015.811.0100
AÇÃO: Petição->Atos e expedientes->Outros Procedimentos->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MARIA APARECIDA PEREIRA DOS SANTOS
PARTE(S) REQUERIDA(S): OI S.A.
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Daniella Maia Dutra - OAB:18410/B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Denner B. Mascarenhas Barbosa - OAB:6.835-MS
Vistos, etc.
De proêmio, compulsando os autos, verifico que o processo está sobrestado, conforme decisão de ref. 17. Diante disso REVOGO a decisão de ref. 24 e DETERMINO que os autos sejam remetidos ao arquivo provisório, até o julgamento pela Instância Superior sobre o tema, ao qual este processo é afetado.
Cumpra-se. Intimem-se.
Diligências necessárias.
Às providências.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 54391 Nr: 1069-90.2014.811.0100
AÇÃO: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO FIBRA S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): REGINO DA COSTA SIMÕES- ME
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Claudio Kazuyoshi Kawasaki - OAB:MT 17.555-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Intimação da parte exequente, na pessoa de seu advogado, para que recolha a diligência do Oficial de Justiça para cumprimento do mandado, de acordo com a tabela de zoneamento vigente, a ser emitido pelo site do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, no seguinte endereço eletrônico: http://arrecadacao.tjmt.jus.br/#/guia/diligencia/emissao, devendo juntar comprovante aos autos no prazo de 05 (cinco) dias.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Victor Lima Pinto Coelho
Cod. Proc.: 23029 Nr: 737-02.2009.811.0100
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DO OESTE/MT - SICREDI
PARTE(S) REQUERIDA(S): R. A ANTANA ROBERTO - ME, CARLOS GOMES ROBERTO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: André Assis Rosa - OAB:OAB/MT 19.077-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: André Assis Rosa - OAB:OAB/MT 19.077-A

Arquivem-se os autos com as baixas e anotações de costume.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Daiane Marilyn Vaz
Cod. Proc.: 18334 Nr: 453-96.2006.811.0100
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JOÃO FERREIRA DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DE SEGUROS SOCIAL - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JEFFERSON APARECIDO POZZA FAVARO - OAB:MT-10.200-A, Murillo Espicalquis Maschio - OAB:MT / 9.118-B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ALLAN JOSÉ METELLO DE SIQUEIRA - OAB:3.691/MT
Vistos etc.
De proêmio, cumpra-se integralmente a decisão de fl. 175 e consequentemente, expeçam-se as competentes Requisições de Pequeno Valor – RPV e/ou precatório, ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, para pagamento do débito, em consonância com as disposições contidas nos artigo 910, § 1º, do NCPC e 100, § 3º da CF/88.
Após, expeçam-se os respectivos alvarás de levantamento, observando os poderes constantes da procuração outorgada ao advogado.
Cumpra-se, expedindo o necessário.
P.R.I.
Às providências.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Daiane Marilyn Vaz
Cod. Proc.: 67857 Nr: 2932-76.2017.811.0100
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MPDEDMG
PARTE(S) REQUERIDA(S): AF
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ELLEN ADRIANA RODRIGUES CONTI - OAB:21998/O, Silvio César dos Santos - OAB:MT 7.806 - B
Vistos etc.
Considerando que o acusado Adelar Festinalli, foi denunciado como incurso nas penas previstas no crime tipificado no artigo 250, §1º, II, "a", do Código Penal, com as implicações da Lei 11.340/06, intime-se a causídica para retificar a defesa apresentada à ref. 42, no prazo de 10 (dez) dias.
Em seguida, voltem os autos conclusos para deliberação.
Cumpra-se.
Às providências.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Daiane Marilyn Vaz
Cod. Proc.: 69643 Nr: 529-03.2018.811.0100
AÇÃO: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)->Medidas Cautelares->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: DdPJCdB-M
PARTE(S) REQUERIDA(S): CBdS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Ellen Adriana Rodrigues Conti - OAB:MT 21.998/O
Vistos.
SENTENÇA
Trata-se de pedido de medidas protetivas, em favor da ofendida TAMARA RODRIGUES DE MELO em desfavor de CLEITON BORGES DA SILVA, ante as alegações de agressões.
As medidas protetivas foram deferidas em plantão judiciário, sendo devidamente cumpridas conforme certidão do Oficial de Justiça de ref. 04, o qual informou que procedeu às intimações da vítima e do suposto agressor.
À ref. 06 foi nomeada defensora dativa para o suposto agressor, que apresentou defesa prévia à ref.22.
Transcorrido o prazo, determinou-se a intimação da vítima sobre a necessidade de manutenção das medidas. (ref.24).
Não encontrada no endereço diligenciado, o Ministério Público entrou em contato telefônico com a vítima, que disse estar residindo em Rondonópolis e que não possui mais interesse em dar continuidade nas medidas protetivas (ref.40).
É o relatório. DECIDO.
O art. 485, VIII, do CPC, dispõe que:
"Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando:
(...)
VIII - homologar a desistência da ação;"
Considerando que a requerente manifestou pelo interesse em retirar as medidas protetivas outrora aplicadas e que não há qualquer indício de que algum direito da ofendida esteja sendo violado, a revogação das medidas protetivas de urgência deferidas é medida que se impõe.
Diante do exposto, com fundamento no art. 485, VIII, do CPC, HOMOLOGO a desistência da ação, REVOGO as medidas protetivas anteriormente aplicadas e JULGO EXTINTO o feito sem resolução do mérito.
Intime-se a vítima da presente decisão.
Publique-se. Registre-se.
Cientifique-se o Ministério Público.
Arquive-se o presente feito com a devida baixa no Cartório Distribuidor e outras providências de praxe.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Daiane Marilyn Vaz
Cod. Proc.: 70838 Nr: 1264-36.2018.811.0100
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução Trabalhista->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BONIFACIL CLANDIL PASSAMANI
PARTE(S) REQUERIDA(S): Aguiar e Aguiar LTDA-ME
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LUCAS MOREIRA MILHOMEM - OAB:MT 21.907
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos etc.
Trata-se de ação de cobrança proposta por Bonifacio Clandir Passamani em face de Aguiar & Aguiar LTDA - ME.
Recebida a petição inicial, foi concedida a justiça gratuita pleiteada, bem como foi determinado a citação do executado para que no prazo pagasse a dívida (ref.04).
Conforme devolução da carta precatória à ref. 17, o executado não foi localizado.
Instado a se manifestar (ref.23) o exequente juntou petição indicando endereço para nova citação do executado.
Após, o exequente juntou petição pleiteando a desistência da ação (ref.28).
É, em síntese, o relatório.
Vieram os autos conclusos para sentença.
FUNDAMENTAÇÃO
Estabelece o art. 485, inc. VIII do CPC que o processo será extinto sem julgamento de mérito quando o juiz homologar a desistência da ação.
No caso, não há impedimento para homologação da desistência.
DISPOSITIVO
Ante o exposto, com fulcro no art. 485, inc. VIII do CPC JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM APRECIAÇÃO DO MÉRITO.
Custas pela parte autora, observados os benefícios da justiça gratuita. Sem honorários, tendo em vista que não houve citação. Promova-se o levantamente de eventual penhora/restrição
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE a parte autora, por seu advogado.
Oportunamente, arquivem-se.
Demais diligências necessárias.
Às providências.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Daiane Marilyn Vaz
Cod. Proc.: 72412 Nr: 2061-12.2018.811.0100
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): THIAGO DA SILVA PACHECO, ALEXANDRE MARTINS DE OLIVEIRA, WEBERTON BRUNO MENDES SOARES, JANDERSON JALES DA SILVA, PEDRO RODRIGUES DE OLIVEIRA, ERIELY CRISTINA DOS SANTOS DE ASSIS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANIBAL FELICIO GARCIA - OAB:11443-MT, Ellen Adriana Rodrigues Conti - OAB:MT 21.998/O, FERNANDA DOMINGAS RONDON RODRIGUES - OAB:OAB/MT 21.853, LUCAS MOREIRA MILHOMEM - OAB:MT 21.907, MARCELO FELICIO

GARCIA - OAB:7297, SILVIO CESAR DOS SANTOS - OAB:MT 7.806 - B, TIAGO JOSE LIPSCH - OAB:23383/O

Vistos etc.

Considerando a renúncia de ref. 371, intime-se o acusado para constituir novo advogado ou, caso já tenha, se manifestar nos autos, no prazo legal, sob pena de nomeação de defensor dativo, ocasião em que os honorários advocatícios serão às suas expensas, nos termos do artigo 263 do Código de Processo Penal.

Ademais, cumpra-se integralmente a decisão de ref. 348.

Intime-se.

Cumpra-se, expedindo o necessário.

Às providências.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Daiane Marilyn Vaz

Cod. Proc.: 72470 Nr: 2100-09.2018.811.0100

AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: THAIS DOS SANTOS DINIZ EILERT

PARTE(S) REQUERIDA(S): FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: THAIS DOS SANTOS DINIZ EILERT - OAB:35730

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Vistos, etc.

Trata-se de execução por quantia certa contra a Fazenda Pública Estadual, consistente em honorários advocatícios.

Devidamente intimada (ref.09), a Fazenda Pública, quedou-se inerte e/ou concordou com os cálculos apresentados, ocorrendo, portanto, a preclusão.

A Exequente peticionou pugnando pela preferência de crédito quando da requisição (RPV).

É o relato.

Pois bem.

Diante disso, HOMOLOGO para que surta seus jurídicos e legais efeitos, o valor apresentado de R$ 4.482,55 (quatro mil quatrocentos e oitenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos), conforme petição inicial.

Por conseguinte, JULGO procedente o pedido inicial, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso III, alínea “a”, do Código de Processo Civil.

Transitada em julgado a sentença, com base no artigo 3°, §1° do Provimento n. 11/2017-CM, de 10 de agosto de 2017, remetam-se os documentos necessários ao Departamento da Secretaria Auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, para elaboração de cálculos e demais providências cabíveis.

Preclusas as vias recursais, expeça-se o competente RPV/Precatório, conforme planilha de cálculo advinda da Secretaria Auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.

Após, expeçam-se os respectivos alvarás de levantamento, e em nada mais sendo requerido, arquivem-se.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Cumpra-se, expedindo o necessário.

Diligências necessárias.

Às providências.

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A): Daiane Marilyn Vaz

Cod. Proc.: 74431 Nr: 3007-81.2018.811.0100

AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: MPDEDMG

PARTE(S) REQUERIDA(S): RRDS

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: TIAGO JOSE LIPSCH - OAB:23383/O

Vistos etc.

Considerando o endereço informado da testemunha Renilson Ítalo Ribeiro, designo audiência para sua inquirição para o dia 01 de abril de 2020, às 14h40min.

Ademais, considerando que o endereço da vítima informado pelo Ministério Público (ref. 71), expeça-se carta precatória para a comarca Juara/MT a fim de realizar a inquirição da vítima Rosângela Ribeiro.

Intimem-se.

Ciência ao Ministério Público.

Cumpra-se, expedindo o necessário.

Às providências.

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A): Daiane Marilyn Vaz

Cod. Proc.: 77918 Nr: 1448-55.2019.811.0100

AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PARTE(S) REQUERIDA(S): HELIO LOPES DA SILVA, EDUARA DE OLIVEIRA REZENDE

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: EDUARDO SORTICA DE LIMA - OAB:7485/O, LUCAS MOREIRA MILHOMEM - OAB:MT 21.907

Vistos etc.

Recebo os recursos de apelação interpostos tempestivamente pela Defesa e pelo Ministério Público (refs. 138 e 145), com fundamento no artigo 593, inciso I do Código de Processo Penal, porquanto presentes todos os requisitos de admissibilidade, bem como juntada as razões recursais do Parquet.

Abra-se vistas à Defesa da ré Eduara para apresentação das respectivas razões, no prazo oito dias e, em seguida, ao Ministério Público para a apresentação das contrarrazões, no mesmo prazo, nos termos do artigo 600, caput do CPP.

Após, com a apresentação das razões e contrarrazões, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça de Mato Grosso.

De mais a mais, defiro o pleito ministerial, devendo a defesa ser intimada para que junte aos autos comprovante de residência, no prazo de 05 dias.

Intimem-se.

Cumpra-se, expedindo o necessário.

Às providências.

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A): Daiane Marilyn Vaz

Cod. Proc.: 64189 Nr: 603-91.2017.811.0100

AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: MPDEDMG

PARTE(S) REQUERIDA(S): ETL

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ELLEN ADRIANA RODRIGUES CONTI - OAB:21998/O

Vistos etc.

Considerando que o acusado Edenilson Tramontin Leandro foi denunciado como incurso nas penas previstas no crime tipificado no artigo 129, §9º, do Código Penal, com as implicações da Lei 11.340/06, intime-se a causídica para retificar a defesa apresentada à ref. 42, no prazo de 10 (dez) dias.

Em seguida, voltem os autos conclusos para deliberação.

Cumpra-se.

Às providências.

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A): Daiane Marilyn Vaz

Cod. Proc.: 64699 Nr: 911-30.2017.811.0100

AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PARTE(S) REQUERIDA(S): MANOEL RAIMUNDO DA SILVA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: TIAGO JOSE LIPSCH - OAB:23383/O

Vistos etc.

Considerando o teor da certidão de ref. 92, não havendo controvérsia sobre a quantidade e natureza da droga apreendida, ou sobre a regularidade do auto de constatação preliminar, DETERMINO que se proceda na forma do art. 50, §§ 3º e 4º da Lei n.º 11.343/06.

Cumpra-se com anotação de urgência.

Às providências.

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A): Daiane Marilyn Vaz

Cod. Proc.: 64700 Nr: 912-15.2017.811.0100

AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento

Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LUCAS MOREIRA MILHOMEM - OAB:MT 21.907
Vistos etc.
Considerando o teor da certidão de ref. 38, abra-se vistas dos autos ao Ministério Público para manifestar-se e/ou requerer o que entender de direito.
Após, tornem-me conclusos para deliberação.
Cumpra-se com anotação de urgência.
Às providências.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Daiane Marilyn Vaz
Cod. Proc.: 26132 Nr: 918-32.2011.811.0100
AÇÃO: Embargos à Execução->Embargos->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: GERSON SOARES DE OLIVEIRA
PARTE(S) REQUERIDA(S): GLADES DENISE SCHORODER
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: SAMUEL ALVES - OAB:12422-B/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: WILKER CHRISTI CORRÊA - OAB:MT 12.228
Vistos, etc.
Trata-se de embargos à execução proposta por Gerson Soares de Oliveira em face de Glades Denise Schoroder.
Recebido os presentes embargos à fl. 21.
A parte embargada apresentou impugnação aos embargos à execução (fls. 25/29).
Certificou-se a tempestividade da impugnação aos embargos (fl. 34).
Determinou-se a intimação das partes, para que apresentassem provas que pretendiam produzir (fl. 36), porém, conforme certidão de fl. 38, mesmo devidamente intimadas, mantiveram-se inertes.
Houve sentença às fls. 39/41, julgando procedentes os embargos e julgando extinta a execução.
A parte embargada apresentou recurso de apelação às fls. 42/49. Certificou-se à fl. 56, que mesmo devidamente intimado o apelado/embargante, deixou transcorrer o prazo e manteve-se inerte.
Houve decisão proferida pela Turma Recursal reconhecendo e dando provimento no recurso para anular a sentença e determinou o regular prosseguimento do feito (fls.69/73).
Determinou-se à fl. 74 a intimação das partes, ante o retorno dos autos, para requererem o que entender de direito, e após, à fl. 77, certificou-se que mesmo devidamente intimadas, as partes permaneceram inertes.
Nos termos do art. 485, III do Novo Código de Processo Civil, a inércia da parte autora por mais de trinta dias dá causa a extinção do processo sem resolução do mérito. Todavia, consoante à inteligência do §1º do art. 485 do mesmo diploma legal, é necessário que a parte autora seja intimada pessoalmente para suprir aquela falta antes de extinguir de fato o feito.
Diante disso, intime-se pessoalmente a parte autora, para que se manifeste e requeira o que entender de direito, no prazo de cinco dias; sob pena extinção do feito.
Cumpra-se, expedindo o necessário.
Às providências.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Daiane Marilyn Vaz
Cod. Proc.: 55192 Nr: 4-26.2015.811.0100
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): Peterson Aparecido Seregatti
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: CAIO FERNANDO GIANINI LEITE ! - OAB:174974/SP
Diante do exposto, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE DO AGENTE, PETERSON APARECIDO SEREGATTI, pela prescrição da pretensão punitiva da pena em abstrato, com fulcro no art. 107, IV, CP c/c art. 109, inciso IV, CP, c/c art. 115, todos do Código Penal apenas em relação aos crimes de furto simples e porte ilegal de munição.QUANTO AO CRIME PREVISTO NO ARTIGO 33, "CAPUT", DA LEI Nº 11.343/06.Em análise minuciosa dos autos, verifico que quanto ao crime de tráfico de drogas não há falar-se em prescrição, haja vista que, considerando o disposto no artigo 109, inciso I, do Código Penal, bem como ao fato do acusado ser menor de 21 anos à época dos fatos, a prescrição em perspectiva ocorreria em 06 anos e, no caso em análise, tal lapso temporal não transcorreu desde o recebimento da denúncia até a presente data.De mais a mais, consta que até a presente data o laudo que restou controverso não foi apresentado, mesmo tendo sido a empresa intimada conforme juntada de AR positiva à ref. 94. Assim, determino, desde já, seja reiterada a intimação da Politec para que encaminhe a este Juízo o laudo definitivo da droga, no prazo de 10 (dez) dias.Sem custas processuais.Publique-se. Registre-se. Intime-se. Ciência ao Ministério Público. Cumpra-se expedindo o necessário.Às providências.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Daiane Marilyn Vaz
Cod. Proc.: 57102 Nr: 708-39.2015.811.0100
AÇÃO: Ação de Alimentos->Processo de Conhecimento->Seção Cível->JUIZADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
PARTE AUTORA: EdMW, VBdML
PARTE(S) REQUERIDA(S): MAW
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FERNANDA SOUZA DUTRA - OAB:15503
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
Trata-se de ação de alimentos ajuizada por Elaine de Matos Wathier assistida por sua genitora Valdete Barbosa de Matos em face de Mauro Antônio Wathier, ambos qualificados na inicial.
Recebida a petição inicial, fora deferida a gratuidade de justiça pleiteada.
O requerido não foi citado, conforme juntada de carta precatória à ref. 24.
Foram realizadas audiências de conciliação em duas oportunidades, as quais restaram inexitosas (ref.:25 e ref.:53).
Foi expedida carta precatória para a intimação da requerente, para que, sob pena de extinção, se manifestasse acerca do prosseguimento do feito. Ato contínuo, se manifestou à ref.78 requerendo a desistência da ação.
O Ministério Público se manifestou à ref.: 85 pugnando pela extinção do feito, acolhendo o pedido feito pela autora à ref.78.
É, em síntese, o relatório.
Vieram os autos conclusos para sentença.
FUNDAMENTAÇÃO
Estabelece o art. 485, inc. VIII do CPC que o processo será extinto sem julgamento de mérito quando o juiz homologar a desistência da ação.
No caso não há impedimento para homologação da desistência.
DISPOSITIVO
Ante o exposto, com fulcro no art. 485, inc. VIII do CPC JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM APRECIAÇÃO DO MÉRITO.
Sem custas, eis que é beneficiária de justiça gratuita.
Não havendo manifestação das partes, arquivem-se.
Publique-se. Registre-se. Certifique-se o trânsito em julgado e, após, arquive-se.
Ciência ao Ministério Público.
Diligências necessárias.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Daiane Marilyn Vaz
Cod. Proc.: 23029 Nr: 737-02.2009.811.0100
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DO OESTE/MT - SICREDI
PARTE(S) REQUERIDA(S): R. A ANTANA ROBERTO - ME, CARLOS GOMES ROBERTO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: André Assis Rosa - OAB:OAB/MT 19.077-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: André Assis Rosa - OAB:OAB/MT 19.077-A
Vistos, etc.
Acolho o pedido de fls.174/175.
Para tanto, DETERMINO que seja efetuado a baixa da penhora da matrícula 1392, tendo em vista a quitação do débito por parte da executada.
Cumpra-se, expedindo o necessário.
Após, arquivem-se, com as baixas necessárias.
Às providências.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Daiane Marilyn Vaz
Cod. Proc.: 23804 Nr: 33-52.2010.811.0100
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO/MT
PARTE(S) REQUERIDA(S): LOJA TEMPO VERDE LTDA, ROVIAN GIRELLI, DARVIM JOSE GIRELLI
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JENZ PROCHNOW JUNIOR - SUBPROCURADOR GERAL DA SUBPROCURADORIA FISCAL - OAB:PROCURADOR
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: CRISTIANNE MARIA KUNST TALASKA - OAB:7987
Vistos, etc.
Inicialmente, forçoso ressaltar a aplicação do Código de Processo Civil/2015 ao feito, vez que a intimação da decisão recorrida deu-se já na vigência do novo diploma legal (Lei n.º 13.105/2015).
Interposto recurso de apelação pela parte exequente (fls. 58/62), a parte recorrida foi devidamente intimada para apresentar suas contrarrazões recursais, no prazo legal (artigo 1.010, §1º, do CPC/2015), porém, conforme certidão de fl. 69, manteve-se inerte.
Posto isso, vencidas as formalidades acima, encaminhem-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (art. 1.009, §3º, CPC/2015), com as minhas homenagens, ressaltando-se que o juízo de admissibilidade do(s) recurso(s) será efetuado direta e integralmente pela Corte ad quem (artigo 932, CPC/2015).
Cumpra-se. Diligências necessárias.
Às providências.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Daiane Marilyn Vaz
Cod. Proc.: 24035 Nr: 267-34.2010.811.0100
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: GLADES DENISE BOTTEGA
PARTE(S) REQUERIDA(S): GERSON SOARES DE OLIVEIRA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: WILKER CHRISTI CORRÊA - OAB:MT 12.228
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: SAMUEL ALVES - OAB:12422-B/MT
Vistos, etc.
Cumpra-se a determinação proferida nos autos em apenso.
Diligências necessárias.
Às providências.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Daiane Marilyn Vaz
Cod. Proc.: 25483 Nr: 270-52.2011.811.0100
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: TEREZA MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DE SEGUROS SOCIAL - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: PATRICIA MARIANO DA SILVA - OAB:MT 11279-B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Silvia Costa Naves - OAB:
Vistos, etc.
Inicialmente, forçoso ressaltar a aplicação do Código de Processo Civil/2015 ao feito, vez que a intimação da decisão recorrida deu-se já na vigência do novo diploma legal (Lei n.º 13.105/2015).
Interposto recurso de apelação pela parte exequente (fls. 168/191), a parte recorrida foi devidamente intimada para apresentar suas contrarrazões recursais, no prazo legal (artigo 1.010, §1º, do CPC/2015), porém, conforme certidão de fl. 195 manteve-se inerte.
Posto isso, vencidas as formalidades acima, encaminhem-se os autos ao E. Tribunal Regional Federal da 1ª Região (art. 1.009, §3º, CPC/2015), com as minhas homenagens, ressaltando-se que o juízo de admissibilidade do(s) recurso(s) será efetuado direta e integralmente pela Corte ad quem (artigo 932, CPC/2015).
Cumpra-se. Diligências necessárias.
Às providências.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Daiane Marilyn Vaz
Cod. Proc.: 1683 Nr: 959-43.2004.811.0100
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO/MT
PARTE(S) REQUERIDA(S): MADEIREIRA BRASNORTE LTDA.
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Fernanda Mendes Pereira Cardoso - OAB:PROCURADORA
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: João Luiz Spolador - OAB:5453, RODRIGO BOSCARATO DIAS - OAB:4.491, Washington siqueira Barbosa - OAB:3821MT, Wellington Cardoso Ribeiro - OAB:11.991
Vistos, etc.
Inicialmente, forçoso ressaltar a aplicação do Código de Processo Civil/2015 ao feito, vez que a intimação da decisão recorrida deu-se já na vigência do novo diploma legal (Lei n.º 13.105/2015).
Interposto recurso de apelação pela parte exequente (fls. 277/279), a parte recorrida foi devidamente intimada para apresentar suas contrarrazões recursais, no prazo legal (artigo 1.010, §1º, do CPC/2015), porém, conforme certidão de fl. 284 manteve-se inerte.
Posto isso, vencidas as formalidades acima, encaminhem-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (art. 1.009, §3º, CPC/2015), com as minhas homenagens, ressaltando-se que o juízo de admissibilidade do(s) recurso(s) será efetuado direta e integralmente pela Corte ad quem (artigo 932, CPC/2015).
Cumpra-se. Diligências necessárias.
Às providências.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Daiane Marilyn Vaz
Cod. Proc.: 11385 Nr: 802-70.2004.811.0100
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: AU
PARTE(S) REQUERIDA(S): RIECDMLE
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ELIANE MORENO HEIDGGER DA SILVA - PROCURADORA - OAB:3212-MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: João Luiz Spolador - OAB:5453, Washington siqueira Barbosa - OAB:3821MT
Vistos, etc.
Conforme o teor da certidão de fls.216 , DETERMINO que intime-se a parte executada, por meio de seu procurador constituído, para que indique nos autos dados bancários para a expedição do alvará.
Após, expeça-se alvará de levantamento da quantia bloqueada às fl.132/138 , em favor da parte executada, na conta a ser indicada, observando os poderes constantes da procuração outorgada ao(à) advogado(a).
Cumpra-se, expedindo o necessário.
Intime-se.
Empós, cumpridas as determinações, arquivem-se os autos, com as baixas necessárias.
Às providências.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Daiane Marilyn Vaz
Cod. Proc.: 11415 Nr: 795-78.2004.811.0100
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: A UNIÃO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ORLANDO RADECKI - ME
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ELIANE MORENO HEIDGGER DA SILVA - PROCURADORA - OAB:3212-MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Roberto Mendonça Faria - OAB:MT 9.411-B
Vistos, etc.
Conforme o teor da certidão de fls.209, DETERMINO que intime-se a parte executada, por meio de seu procurador constituído, para que indique nos autos dados bancários para a expedição do alvará.
Após, expeça-se alvará de levantamento da quantia bloqueada à fl.168, em favor da parte executada, na conta a ser indicada, observando os poderes constantes da procuração outorgada ao(à) advogado(a).
Cumpra-se, expedindo o necessário.
Intime-se.
Empós, cumpridas as determinações, arquivem-se os autos, com as

baixas necessárias.
Às providências.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Daiane Marilyn Vaz
Cod. Proc.: 11816 Nr: 860-73.2004.811.0100
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: A UNIÃO
PARTE(S) REQUERIDA(S): REAL IND. E COM. DE MADEIRAS LTDA EPP
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARIA JOSÉ DO NASCIMENTO - OAB:PROCURADOR DA F, Maurides Celso Leite - OAB:MT. 3.042
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: João Luiz Spolador - OAB:5453, Washington Siqueira Barbosa - OAB:3.209
Vistos, etc.
Conforme o teor da certidão de fls.137, DETERMINO que intime-se a parte executada, por meio de seu procurador constituído, para que indique nos autos dados bancários para a expedição do alvará.
Após, expeça-se alvará de levantamento da quantia bloqueada às fl.99/101, em favor da parte executada, na conta a ser indicada, observando os poderes constantes da procuração outorgada ao(à) advogado(a).
Cumpra-se, expedindo o necessário.
Intime-se.
Empós, cumpridas as determinações, arquivem-se os autos, com as baixas necessárias.
Às providências.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Daiane Marilyn Vaz
Cod. Proc.: 50496 Nr: 30-29.2012.811.0100
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): SEBASTIÃO PEREIRA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Roberto Mendonça Faria - OAB:MT 9.411-B
Vistos etc.
Recebo o recurso em sentido estrito interposto tempestivamente pelo Ministério Público em face da sentença de fls. 93/93vº.
Abra-se vistas dos autos a defesa para apresentar as contrarrazões do recurso no prazo legal e, pós, voltem os autos conclusos para juízo de admissibilidade.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Daiane Marilyn Vaz
Cod. Proc.: 53837 Nr: 693-07.2014.811.0100
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MPDEDMG
PARTE(S) REQUERIDA(S): TBR
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: RAFAEL GIL SILVA - OAB:MT 20.303/O
Vistos etc.
Considerando o teor da certidão de fl. 138, abra-se vistas dos autos ao Ministério Público para manifestar-se e/ou requerer o que entender de direito.
Após, tornem-me conclusos para deliberação.
Cumpra-se com anotação de urgência.
Às providências.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Daiane Marilyn Vaz
Cod. Proc.: 5901 Nr: 1009-69.2004.811.0100
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CEF-C
PARTE(S) REQUERIDA(S): ASMS, NCN, RIECDML
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JUEL PRUDÊNCIO BORGES - OAB:3838, Sandro Martinho Tiegas - OAB:8423
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos, etc.
Inicialmente, forçoso ressaltar a aplicação do Código de Processo Civil/2015 ao feito, vez que a intimação da decisão recorrida deu-se já na vigência do novo diploma legal (Lei n.º 13.105/2015).
Interposto recurso de apelação pela parte exequente (fls. 147/156), a parte recorrida foi devidamente intimada para apresentar suas contrarrazões recursais, no prazo legal (artigo 1.010, §1º, do CPC/2015), porém, conforme certidão de fls. 163 manteve-se inerte.
Posto isso, vencidas as formalidades acima, encaminhem-se os autos ao E. Tribunal Regional Federal da 1ª Região (art. 1.009, §3º, CPC/2015), com as minhas homenagens, ressaltando-se que o juízo de admissibilidade do(s) recurso(s) será efetuado direta e integralmente pela Corte ad quem (artigo 932, CPC/2015).
Cumpra-se. Diligências necessárias.
Às providências.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Daiane Marilyn Vaz
Cod. Proc.: 6575 Nr: 811-32.2004.811.0100
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: AU
PARTE(S) REQUERIDA(S): EF
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARIA JOSÉ DO NASCIMENTO - OAB:PROCURADOR DA F
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos, etc.
Indefiro o requerimento da parte exequente (fls.143/144), haja vista que é ônus da parte trazer aos autos informações sobre o paradeiro da parte executada.
Neste sentido:
AGRAVO DE INSTRUMENTO. DILIGÊNCIAS PARA OBTENÇÃO DE ENDEREÇO DO RÉU. OBRIGAÇÃO DO AUTOR. PEDIDO DE CONSULTA NO SISTEMA INFOJUD. INDEFERIMENTO.
I - É do exequente a incumbência de localizar e informar os bens do devedor capazes de satisfazer o débito. Não cabe ao judiciário efetuar buscas quando não comprovado que o Autor esgotou as possibilidades para a localização dos referidos bens;
II - Agravo de Instrumento conhecido e improvido.
(TJAM - Processo: AI 4000244482015804000 0 AM 4000244-48.2015.8.04.0000 - Terceira Câmara Cível – Publicação: 04/03/2015 – Relator: João de Jesus Abdala Simões)
Diante do exposto, intime-se a parte exequente para que informe o endereço atualizado da parte executada, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito.
Cumpra-se.
Às providências.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Daiane Marilyn Vaz
Cod. Proc.: 18483 Nr: 599-40.2006.811.0100
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ELISA LUBISCO CARLETTI, ROBERTO LUBISCO CARLETTI
PARTE(S) REQUERIDA(S): GILMAR CARMO CANDIDO, AIRTON NICOLETTI, JOACIR PIANA, DAMIÃO FERREIRA LIMA, ORESTES PRIMO PRADELLA, VASCO ULISSES MASCARELLO, NABOR RONI ANZANELLO, IZINDA CASTILHOS ANZANELLO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANTÔNIO SOBREIRA - OAB:2651, ANTONIO ZOZIVAL MILFONT SOBREIRA - OAB:2651, Daiana Tayse Tessaro Minozzo - OAB:OAB/MT 12280
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos, etc.
Cumpra-se determinação proferida nos autos em apenso.
Diligências necessárias.
Às providências.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Daiane Marilyn Vaz
Cod. Proc.: 18522 Nr: 642-74.2006.811.0100
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO

TRABALHO
PARTE AUTORA: ELISA LUBISCO CARLETTI, ROBERTO LUBISCO CARLETTI
PARTE(S) REQUERIDA(S): VLADEMIR DOMINGOS CARBONERA, JURANDIR BOTTEGA, NABOR RONI ANZANELLO, ZENIOCLÉCIO MILFONT SOBREIRA, MARIEDNA QUEIROZ SOBREIRA, IOLANDA CASTILHOS ANZANELLO, LURDES RODRIGUES MAGDALENO CARLETTI
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANTONIO ZOZIVAL MILFONT SOBREIRA - OAB:2651, Daiana Tayse Tessaro Minozzo - OAB:OAB/MT 12280
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANTONIO ZOZIVAL MILFONT SOBREIRA - OAB:2651, ELIAS FARAH - OAB:10064, JOACIR JOLANDO NEVES - OAB:MT 3.610-B, Luis Augusto Freitas Caetano Teixeira - OAB:12159
Vistos, etc.
Cumpra-se determinação proferida nos autos em apenso.
Diligências necessárias.
Às providências.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Daiane Marilyn Vaz
Cod. Proc.: 23926 Nr: 158-20.2010.811.0100
AÇÃO: Reintegração / Manutenção de Posse->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ELISA LUBISCO CARLETTI, ROBERTO LUBISCO CARLETTI
PARTE(S) REQUERIDA(S): ODILON APARECIDO MENOTTI, ADÉLICO NAVARRO, NABOR RONI ANZANELLO, ZENIOCLÉCIO MILFONT SOBREIRA, JURANDIR BOTTEGA, IOLANDA CASTILHOS ANZANELLO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANTONIO ZOZIVAL MILFONT SOBREIRA - OAB:2651, Daiana Tayse Tessaro Minozzo - OAB:OAB/MT 12280, JAQUELINE RAFAGNIN MARQUES - OAB:15499, JORGE OTÁVIO ALVORCEM TEIXEIRA - OAB:33821
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Luis Augusto Freitas Caetano Teixeira - OAB:12159, MARCO ANTÔNIO MEDEIROS - OAB:5423-B
Vistos, etc.
Sem prejuízo de eventual julgamento imediato do mérito, intimem-se as partes para que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestem se pretendem produzir provas, indicando, em caso positivo, a PERTINÊNCIA e o OBJETIVO de sua realização, sob pena de preclusão.
Certifique-se a tempestividade das petições das partes.
Após, voltem-me os autos conclusos.
Às providências.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Daiane Marilyn Vaz
Cod. Proc.: 60321 Nr: 710-72.2016.811.0100
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ERS
PARTE(S) REQUERIDA(S): INDSS-I
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FERNANDA SOUZA DUTRA - OAB:15503
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos, etc.
A redação do artigo 17 da Lei nº 10.259/01 não dispensa, no caso em tela, a citação da autarquia para que promova o cumprimento da sentença.
Destarte, cite-se o INSS nos termos do artigo 910 do Código de Processo Civil.
Em nada sendo requerido, expeça-se a competente Requisição de Pequeno Valor - RPV e/ou Precatório, ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, para pagamento do débito, em consonância com as disposições contidas nos artigo 910, §1º, do CPC e 100, § 3º da CF/88.
Oficie-se, ainda, à autarquia requerida, solicitando informações acerca da implantação do benefício em favor da Requerente, bem como para que informe o número do mesmo.
Proceda-se ao necessário.
Cumpra-se.
Diligências necessárias.
Às providências.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Daiane Marilyn Vaz
Cod. Proc.: 56825 Nr: 608-84.2015.811.0100
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MPDEDMG
PARTE(S) REQUERIDA(S): RAF
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: TIAGO JOSE LIPSCH - OAB:23383/O
Vistos etc.
Recebo o recurso de apelação interposto tempestivamente pelo Ministério Público (ref. 120), com fundamento no artigo 593, inciso I do Código de Processo Penal, porquanto presentes todos os requisitos de admissibilidade, bem como juntada as razões recursais.
Considerando que a Defesa apresentou as contrarrazões ao recurso de apelação (ref. 131), remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça de Mato Grosso.
Intimem-se.
Cumpra-se, expedindo o necessário.
Às providências.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Daiane Marilyn Vaz
Cod. Proc.: 17842 Nr: 1729-02.2005.811.0100
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ANITA MAGALHÃES DE SOUZA
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DE SEGUROS SOCIAL - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Murillo Espicalquis Maschio - OAB:MT / 9.118-B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ALLAN JOSÉ METELLO DE SIQUEIRA - OAB:3.691/MT
Vistos, etc.
De proêmio, conforme verifica-se às fls. 202/203, o valor a título de RPV/Precatório foi vinculado à conta única deste Juízo, diante disso, expeçam-se os respectivos alvarás de levantamento, observando os poderes constantes da procuração outorgada ao(à) advogado(a).
Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.
Diligências necessárias.
Às providências.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Daiane Marilyn Vaz
Cod. Proc.: 55489 Nr: 105-63.2015.811.0100
AÇÃO: Divórcio Litigioso->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CMDS
PARTE(S) REQUERIDA(S): SADS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: NINIVI ZILIENE PEREIRA CARNEIRO - OAB:18.815-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Daniella Maia Dutra - OAB:18410/B
Diante do exposto, e em consonância com o parecer ministerial, HOMOLOGO o acordo entabulado entre as partes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos e DECRETO o divórcio de CLEIDMAR MENDES DA SILVA e SARA ALVES DA SILVA. E, em consequência, julgo extinto o processo, com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, inciso III, b, do Código de Processo Civil. Sem custas, eis que são beneficiários da justiça gratuita.Ciência ao Ministério Público.Após o trânsito em julgado, expeçam-se os mandados e ofícios que se fizerem necessários para a averbação junto aos ofícios competentes.Certifique-se e arquivem-se o processo, com as anotações e baixas de estilo.Intimem-se. Cumpra-se.Diligências necessárias.Às providências.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Daiane Marilyn Vaz
Cod. Proc.: 25415 Nr: 201-20.2011.811.0100
AÇÃO: Procedimento Investigatório do MP (Peças de Informação) ->Procedimentos Investigatórios->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: MPDEDMG
PARTE(S) REQUERIDA(S): SBDC, WBO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MOACIR ORTEGA - OAB:7086/A, Silvio César dos Santos - OAB:MT 7.806 - B

O processo encontra-se em fase de cumprimento de sentença. Anote-se nos autos e cadastre-se nos sistemas informatizados.Pois bem.Acolho o pleito ministerial de fls. 110 e, para tanto, proceda a intimação da empresa requerida Sistema BTE de Comunicação, através de seu representante WILLIAN BRAZ OLIVEIRA, no prazo de 15 (quinze) dias.Após, decorrido o aludido prazo, com ou sem manifestação da parte requerida, abre-se vistas ao Ministério Público.CIÊNCIA ao Ministério Público.Intimem-se. Cumpra-se.Diligências necessárias.Às providências.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Daiane Marilyn Vaz
Cod. Proc.: 77335 Nr: 1135-94.2019.811.0100
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): FABIANO SANTOS DA LUZ MANENTI, FERNANDA APARECIDA DA SILVA, Alexandre Alves da Silva
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LUCAS MOREIRA MILHOMEM - OAB:MT 21.907

Vistos etc.
Considerando o pedido de revogação formulado pela defesa à ref. 129, dê-se vista do processo ao Ministério Público para se manifestar e/ou requerer o que entender de direito.
Após, retorne concluso para deliberação.
Cumpra-se com anotação de urgência.
Às providências.

Comarca de Campinápolis

Vara Única

Intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000632-26.2019.8.11.0110
Parte(s) Polo Ativo:
ITALO RICARDO TAVARES FRANCO (REQUERENTE)
JANDER JOSE QUEIROZ FRANCO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RUANA CAROLINE SILVA RIOS OAB - MT20743/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIM CELULAR S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES OAB - MT16846-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE CAMPINÁPOLIS SENTENÇA Processo: 1000632-26.2019.8.11.0110. REQUERENTE: ITALO RICARDO TAVARES FRANCO, JANDER JOSE QUEIROZ FRANCO REQUERIDO: TIM CELULAR S.A. Vistos, etc. Com Resolução do Mérito->Extinção > Homologação de acordo. Dispensado o relatório, na forma do art. 38 da Lei 9.099/95. Fundamento e decido. Trata-se de Ação de Indenização por Danos Morais proposta por ITALO RICARDO TAVARES FRANCO e JANDER JOSE QUEIROZ FRANCO em desfavor TIM CELULAR S/A, ambos qualificados nos autos, conforme (Id nº 24210684). Compulsando os autos denota-se a composição celebrada entre as partes conforme manifestação em Audiência de Conciliação (Id nº 26236404), na qual resolvem por fim a seus desentendimentos, onde a parte reclamada compromete-se a pagar o valor de R$ 2.700,00 (Dois mil e setecentos reais), a serem depositados na conta da advogada da parte autora, e ao restabelecimento da linha telefônica, conforme Id nº 25764773. Destarte a manifestação das partes pugnando pela homologação do acordo, observo que não há qualquer óbice formal que prejudique a sua ratificação em juízo. Dispositivo. Posto isto, opino pela homologação do acordo, extinguindo o processo com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso III, alínea "b" do Código de Processo Civil. Submeto o presente projeto de sentença à homologação do Juiz Togado, para que surta seus efeitos legais. Sem custas processuais e honorários advocatícios. Lys Meire Toda Paiva Juíza Leiga Vistos, etc. Homologo por sentença a decisão da Juíza Leiga, nos termos do artigo 40 da Lei 9099/95. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. Cumpra-se. Campinápolis – MT, 21 de novembro de 2019. Carlos Eduardo de Moraes e Silva Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000663-46.2019.8.11.0110
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO GABRIEL CAIXETA (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
CENTRO TECNICO DE ENSINO PROFISSIONAL LTDA - ME (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RODRIGO QUEIROZ FERNANDES OAB - GO36968 (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE CAMPINÁPOLIS SENTENÇA Processo: 1000663-46.2019.8.11.0110. REQUERENTE: JOAO GABRIEL CAIXETA REQUERIDO: CENTRO TECNICO DE ENSINO PROFISSIONAL LTDA - ME Vistos, etc. Com Resolução do Mérito->Extinção > Homologação de acordo. Dispensado o relatório, na forma do art. 38 da Lei 9.099/95. Fundamento e decido. Trata-se de Ação de Reclamação proposta por JOÃO GABRIEL CAIXETA em desfavor CENTRO TÉCNICO DE ENSINO PROFISSIONAL LTDA - ME, ambos qualificados nos autos, conforme (Id nº 24609527). As partes não compareceram à Audiência de Conciliação, conforme Id nº 26239667. Contudo, compulsando os autos denota-se a composição celebrada entre as partes conforme manifestação anterior; na qual resolvem por fim a seus desentendimentos, onde a parte reclamada compromete-se a pagar o valor de R$ 850,00 (Oitocentos e cinquenta reais), a serem depositados na conta da parte autora, conforme Id nº 26171806. Destarte a manifestação das partes pugnando pela homologação do acordo, observo que não há qualquer óbice formal que prejudique a sua ratificação em juízo. Dispositivo. Posto isto, opino pela homologação do acordo, extinguindo o processo com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso III, alínea "b" do Código de Processo Civil. Submeto o presente projeto de sentença à homologação do Juiz Togado, para que surta seus efeitos legais. Sem custas processuais e honorários advocatícios. Lys Meire Toda Paiva Juíza Leiga Vistos, etc. Homologo por sentença a decisão da Juíza Leiga, nos termos do artigo 40 da Lei 9099/95. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. Cumpra-se. Campinápolis – MT, 21 de novembro de 2019. Carlos Eduardo de Moraes e Silva Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1000058-03.2019.8.11.0110
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA APARECIDA DA SILVA (REQUERENTE)
RAFAEL JOHNSON DA SILVA POMMOT (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RUANA CAROLINE SILVA RIOS OAB - MT20743/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PREVI-CAMP (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCELO ANTONIO DA SILVA OAB - MT21332/O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE CAMPINÁPOLIS SENTENÇA Processo: 1000058-03.2019.8.11.0110. REQUERENTE: MARIA APARECIDA DA SILVA, RAFAEL JOHNSON DA SILVA POMMOT REQUERIDO: PREVI-CAMP Vistos, etc. Dispensa-se o relatório, conforme artigo 38, da Lei nº 9.099/1995 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Prefacialmente é imperioso desenredar que in casu o deslinde das questões de fato e de direito não depende de dilação probatória de perícia ou em audiência de instrução, pelo que delibero por julgar antecipadamente a lide, ex vi do art. 355, inciso I do CPC/15. MARIA APARECIDA DA SILVA e RAFAEL JHONSON DA SILVA POMMOT ajuizaram a ação contra PREVI-CAMP, almejando o recebimento de pensão por morte no percentual de 50% para cada beneficiário, com reversão das cotas do pensionista temporário para a pensionista vitalícia, na medida em que for completando sua idade até 21 anos, conforme (Id nº 18071105). Houve o indeferimento do pedido de antecipação de tutela, conforme (Id nº 18271486 e Id nº 19254890). Passa-se ao julgamento. I – DAS PRELIMINARES A parte reclamada alega a ilegitimidade das partes, falta de interesse processual e inépcia da inicial. Ocorre que a parte reclamante informa sobre a impossibilidade de ver seu pleito atendido pela via administrativa, sendo tal fato ratificado na defesa

do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Campinápolis – PREVI-CAMP, restando presente o interesse processual. Noticia ser convivente em união estável com o falecido Lousenir Celestino Pommot por mais de 32 (Trinta e dois anos), enquanto Rafael Johnson informa sua dependência econônica, conforme Id nº 18071105. Referente à inépcia da inicial, verifico que foram instruídos com os documentos aptos a análise da demanda. Assim, rejeitam-se as preliminares supramencionada. II – DO MÉRITO A Lei Municipal nº 653 de 18 de fevereiro de 2004, que dispõe sobre a reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Campinápolis/MT, e preleciona sobre a pensão: Art. 3º São segurados obrigatórios do PREVI-CAMP os servidores ativos e inativos dos órgãos da Administração Direta e Indireta, do Município de Campinápolis/MT. Art. 7º São considerados dependentes do segurado, para os efeitos desta lei: I - O cônjuge, a companheira, o companheiro, e o filho não emancipado, de qualquer condição, desde que não tenham atingido a maioridade civil ou inválido. II - Os pais; e III - O irmão não emancipado, de qualquer condição, desde que não tenha atingido a maioridade civil ou se inválido. (...) Art. 8º A dependência econômica das pessoas indicadas no inciso I do artigo anterior é presumida, a das pessoas constantes dos incisos II e III deverão comprova-las. Art. 9º A perda da qualidade de dependente ocorrerá: I - para os cônjuges, pela separação judicial ou divórcio sem direito a percepção de alimentos, pela anulação do casamento, pelo óbito ou por sentença judicial transitada em julgado; (...) Art. 27 A pensão por morte será calculada na seguinte forma: I - Ao valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito; ou II - Ao valor da totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência sócia_ de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso em atividade na data do óbito. § 1º A importância total assim obtida será rateada em partes iguais entre todos os dependentes com direito a pensão. (...) É cediço que em se tratando de pensão por morte, o benefício deve ser aferido à luz da legislação que vigorava a época do óbito do servidor, conforme Súmula nº 340 do STJ, in verbis: "A lei aplicável à concessão de pensão previdenciária por morte é aquela vigente na data do óbito do segurado." Extrai-se dos autos que o servidor faleceu em 20/12/2018 – Id nº 18071123. In casu, conforme disposto no artigo 40, § 12, da CRFB/1988, os requisitos e critérios fixados para o regime geral da previdência social aplicar-se-ão subsidiariamente aos regimes próprios, no que couber. O artigo 9º da Lei Municipal nº 653/2004, vigente na data do óbito e aplicável ao caso em comento, estabelece que só haja perda da qualidade de dependente, para filho e o irmão, de qualquer condição, ao atingirem a maioridade civil. Neste sentido, vejamos: RECURSO DE AGRAVO REGIMENTAL – APELAÇÃO CÍVEL – SEGUIMENTO NEGADO – PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA – PENSÃO POR MORTE – EXTENSÃO DO BENEFÍCIO ATÉ CONCLUSÃO DE CURSO SUPERIOR – IMPOSSIBILIADE - FALTA DE PREVISÃO LEGAL E CONTRATUAL - RECURSO EM CONFRONTO COM JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE - DECISÃO DO RELATOR MANTIDA – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. Sem que tenha o agravante convencido o relator do desacerto da decisão – tanto que não exercida a retratação e apresentado o processo em mesa – permanece incólume a decisão agravada, a não ser que, em outro sentido, alguém inaugure a divergência. (N.U 0079891-68.2015.8.11.0000, , SERLY MARCONDES ALVES, QUARTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 08/07/2015, Publicado no DJE 13/07/2015). Negritei. In casu, verifica-se que a Lei Municipal nº 653/2004, vigente na data do óbito, não prevê a concessão de beneficio de pensão aos filhos com maioridade civil e não inválidos. Portanto, a parte reclamante RAFAEL JHONSON DA SILVA POMMOT não cumpriu com seu ônus de prova dos fatos constitutivos do direito, como dispõe no artigo 373, I, do CPC/2015. Assim, tratando de servidor público, regido por diploma normativo próprio fixado no âmbito municipal que regula a previdência dos servidores do Município de Campinápolis, qual seja a Lei nº 653/2004, portanto deve se observar a taxatividade da lei previdenciária, por não ser dado ao Poder Judiciário legislar positivamente, usurpando função do Poder Legislativo. Entretanto, há nos autos a comprovação da qualidade de MARIA APARECIDA DA SILVA consoante aos requisitos para a concessão da pensão por morte de Lousenir Celestino Pommot, tendo convivido em união estável com o servidor, atestado pelos herdeiros legítimos, conforme (Id nº 18071446).

Consigna-se, ainda, que o termo inicial para o pagamento da pensão por morte deve ser desde a data do requerimento administrativo ou da interposição da ação judicial. Vejamos: “ADMINISTRATIVO EX-COMBATENTE. FALECIMENTO. REVERSÃO. FILHA INVÁLIDA. POSSIBILIDADE. PEDIDO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE. (...) 2. O termo inicial para a concessão do benefício de pensão por morte de ex-combatente é a data do requerimento administrativo ou, na sua falta, o pleito judicial ou a habilitação nos autos do processo. 3. Agravo regimental improvido.” (STJ - AgRg no AgRg no REsp 912.620/SC, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 21/06/2011, DJe 01/08/2011) (grifei). Por outro lado, no que concerne ao pedido de condenação em litigância, indefiro-o, uma vez que tal situação não restou caracterizada nos autos. DISPOSITIVO. Por todo o exposto, opino pelo julgamento PARCIALMENTE PROCEDENTE dos pedidos da inicial apenas para condenar o reclamado a pagar a pensão por morte a contar da data da interposição do requerimento administrativo, com a consequente implantação do benefício em folha de pagamento, somente para MARIA APARECIDA DA SILVA, devido sua condição de pensionista. As prestações vencidas devem respeitar o limite de alçada de 60 (sessenta) salários mínimos, sendo acrescidas de juros moratórios calculados com base no índice oficial de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança, nos termos do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com redação da Lei nº 11.960/09, a contar da citação e correção monetária calculada com base no IPCA, a partir do vencimento de cada parcela. E por consequência, DECLARA-SE EXTINTO o processo com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do CPC/2015. Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Submeto os autos ao M.M. Juiz Togado para apreciação e posterior homologação, nos termos do art. 40 da Lei 9.099/95. Lys Meire Toda Paiva Juíza Leiga Vistos, etc. Homologo por sentença a decisão da Juíza Leiga, nos termos do artigo 40 da Lei 9099/95. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. Cumpra-se. Campinápolis – MT, 9 de dezembro de 2019. Carlos Eduardo de Moraes e Silva Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000085-83.2019.8.11.0110
Parte(s) Polo Ativo:
APARECIDA ANTONIA DA COSTA TOBIAS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KENIA CRISTINA BORGES OAB - MT0016122S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE CAMPINÁPOLIS SENTENÇA Processo: 1000085-83.2019.8.11.0110. REQUERENTE: APARECIDA ANTONIA DA COSTA TOBIAS REQUERIDO: TELEFÔNICA BRASIL S.A. Vistos, etc. Sentença->Não Acolhimento de Embargos de Declaração. Dispensado o relatório conforme preceitua o art. 38 da Lei 9.099/95. Preliminares. Não há preliminares a serem sanadas. Cuida-se de Embargos de Declaração interposto por TELEFÔNICA BRASIL S.A – VIVO em desfavor da sentença de Id nº 21843079. Fundamento e decido. Recebo os Embargos, porque formal e tempestivamente apresentados. A parte Embargante sustenta a existência de obscuridade na sentença atacada, apoiando a sua alegação ao fato da recorrida ter utilizado como provas “telas sistêmicas” que demonstram que a Embargante agira dentro da legalidade, sendo incabível a condenação a título de danos morais, haja vista que não restaram demonstradas, conforme (Id nº 24153967). A embargada em sede de resposta impugnou os argumentos da Embargante, bem como requereu a aplicação da multa do art. 80 inc. VII CPC, conforme (Id nº 24454165). Mérito. Para acolhimento dos embargos de declaração a parte deve encaixar sua pretensão aos moldes do art. 1.022 do CPC, isso porque os embargos têm como objetivo acabar com obscuridade, contradição, omissão e erro material; que devem ser indicados quando da interposição do recurso. Vejamos: Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; III - corrigir erro material. Parágrafo único. Considera-se omissa a decisão que: I - deixe de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em

incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento; II - incorra em qualquer das condutas descritas no art. 489, § 1º. Negritei. Art. 1.023. Os embargos serão opostos, no prazo de 5 (cinco) dias, em petição dirigida ao juiz, com indicação do erro, obscuridade, contradição ou omissão, e não se sujeitam a preparo. Negritei. Da Obscuridade. No caso vertente, alega a proponente que a obscuridade estaria relacionada ao fato de não ter o juízo aceito às telas sistêmicas como prova de relação jurídica. Inobstante a argumentação articulada nos embargos declaratórios, as questões suscitadas decorrem de manifesto equívoco jurídico na interpretação do ato decisório e na manifesta discordância com o posicionamento adotado na sentença (Id nº 21843079), não refletindo, de modo algum, real omissão ou obscuridade. Com efeito, consoante se pode observar, as alegações da embargante mostra a insatisfação ao ato decisório, não havendo omissão ou obscuridade que pudesse ensejar a fundamentação dos embargos declaratórios. Trecho extraído dos Embargos de Declaração (Id nº 24153967): "(...) Nesse sentido, verifica-se, data máxima vênia, que Vossa Excelência deixou de fundamentar a existência do dano alegado, bem como não considerou, tampouco invalidou as provas sistêmicas e as faturas fornecidas pela requerida. Além de não fundamentar sobre a necessária exigência de consulta direta nos Órgãos de Proteção ao Crédito acerca do débito objeto da presente demanda, bem como sua veracidade, uma vez que o presente documento anexado aos autos foi obtido por operadores estranhos aos meios oficiais. Nenhum dano moral é presumido e deve ser fundamentado. Sendo assim, não restou comprovado nos autos a sua ocorrência.(...)" Trecho da sentença (Id nº 21843079): "(...)Em que pese à requerida trazer aos autos "prints" de telas sistêmicas, bem como relatório de chamadas, não conseguiu trazer aos autos fatores relevantes como: a) Serviço prestado na cidade de Campinápolis –MT; b) Chamadas que originaram o débito (faturas) foram enviadas ao endereço da requerente. Ressalta-se, não trouxe aos autos elementos de prova que retirem a validade dos documentos juntados, bem como a requerida não demonstrou por meio de qualquer documento hábil a existência de relação contratual entre as partes, contrato assinado ou a exigibilidade da dívida, sendo que os documentos acostados sequer rebatem os argumentos de ser a TIM CELULAR a única operadora da cidade, significando dizer que o mesmo não logrou êxito em demonstrar fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito da demandante, ônus que lhe incumbia por força do art. 373, II, do NCPC, c/c art. 6º, VIII, do CDC. Além disso, segundo a regra contida nos artigos 336 e 341 do Código de Processo Civil, compete ao réu alegar, na contestação, toda matéria de defesa; expondo as razões de fato e de direito, com que impugna o pedido do autor, sob pena de presumirem verdadeiros os fatos não impugnados. Vejamos: Art. 336. Incumbe ao réu alegar, na contestação, toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito com que impugna o pedido do autor e especificando as provas que pretende produzir. Destaquei. A propósito, trata-se de um fato de simples resolução, dependendo apenas de uma visita técnica ou mesmo de um dos diretores/representantes da empresa a este Município com seus aparelhos da operadora VIVO, para constatar a inexistência/precariedade de sinal do serviço que querem cobrar pelo uso. Conclui-se, portanto, que a reclamada agiu sem direito algum ao incluir o nome da parte reclamante nos órgãos de proteção ao crédito, causando-lhe evidentes prejuízos, sendo imperativo que responda de forma indenizatória pelos danos a que deu causa.(...)" "(...)Neste caso o dano moral fruto da negativação é presumido, in re ipsa, comprova-se pela força dos próprios fatos e independe de demonstração da extensão dos prejuízos para que surja a obrigação de indenizar,(...)" No caso concreto, verifica-se que a embargante não concorda com a valoração das provas realizadas pelo juízo ao prolatar a sentença, o que não é passível de correção por meio de embargos de declaração; dessa forma inexistiu obscuridade ou omissão na sentença proferida de Id nº 21843079. Nesse sentir, válida a menção do entendimento jurisprudencial do egrégio TJDF: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. OMISSÃO. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. 1. Trata-se de embargos de declaração opostos em face do acórdão que, por unanimidade, negou provimento ao recurso de apelação. 2. Nos termos do artigo 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração configuram recurso de fundamentação vinculada, mostrando-se imprescindível que a parte demonstre a existência de contradição, omissão ou obscuridade. 3. A contradição que autoriza o cabimento de embargos de declaração é aquela que se refere a uma incompatibilidade lógica (desacordo ou discrepância) entre duas proposições integrantes de um mesmo aresto (contradição interna) ? situação que não se amolda àquela aduzida pelo embargante, qual seja, o suposto desacordo em relação à legislação e à jusrisprudência. 4. A discordância quanto aos argumentos expendidos no acórdão deve ser deduzida por meio da via adequada, não se prestando os embargos de declaração para buscar o reexame da matéria. 5. As questões deduzidas em sede de embargos de declaração se mostram suficientemente debatidas para fins de prequestionamento. 6. Recurso conhecido e desprovido. (TJ-DF 07182819520178070001 DF 0718281-95.2017.8.07.0001, Relator: SANDOVAL OLIVEIRA, Data de Julgamento: 05/04/2018, 2ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE: 10/04/2018. Pág.: Sem Página Cadastrada.). Negritei. Assim, não restou demonstrado, no presente embargos, a ocorrência do suposto vício de obscuridade. Quanto à possibilidade da aplicação de embargos de declaração com efeitos infringentes, para a modificação de sentença, deve ser restrita, sendo apenas cabíveis quando resultam direta e automaticamente da alteração de uma lacuna ou contradição judicial, não se admitindo, portanto, que os embargos sejam usados como sucedâneo recursal, a fim de que o Juízo, ao analisá-lo, altere a decisão, frustrando-se assim a essência dos embargos. Sobreleva registrar, por oportuno, que a omissão ocorre quando, na decisão, deixa-se de manifestar-se sobre qualquer ponto, enquanto a obscuridade diz respeito à ausência de clareza do posicionamento do magistrado no julgamento, o que não se pode constatar da sentença em comento. Destarte, sendo certo que o presente instrumento não demonstra qualquer obscuridade, omissão ou contradição na sentença de Id nº 21843079. Sendo assim, verifico que não podem ser acolhidos. A jurisprudência é no seguinte sentido: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – CONTRADIÇÃO – OBSCURIDADE – OMISSÃO - Inexistência – Finalidade De Novo Julgamento – Caráter Modificativo – Impossibilidade. É manifestamente inadmissível emprestar efeitos infringentes ou modificativos aos embargos de declaração sem que ocorra omissão, obscuridade, contradição ou erro de fato no acórdão impugnado. No mais, os embargos de declaração não podem ser opostos com o fito de se proceder a novo julgamento do feito. Embargos rejeitados. (TJ-SP 21254961520178260000 SP 2125496-15.2017.8.26.0000, Relator: Roberto Mac Cracken, Data de Julgamento: 31/08/2017, 22ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 11/09/2017). Negritei. Por outro lado, no que concerne ao pedido de condenação em litigância, indefiro-o, uma vez que tal situação não restou caracterizada nos autos. Dispositivo. Ante o exposto, opino por NÃO ACOLHER OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO (Id nº 24153967), mantendo a sentença (Id nº 21843079) integralmente. Submeto os autos ao M.M. Juiz Togado para apreciação e posterior homologação, nos termos do art. 40 da Lei 9.099/95. Lys Meire Toda Paiva Juíza Leiga Homologo por sentença a decisão da Juíza Leiga, nos termos do artigo 40 da Lei 9099/95. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Campinápolis – MT,9 de dezembro de 2019. Carlos Eduardo de Moraes e Silva Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 1000075-39.2019.8.11.0110
Parte(s) Polo Ativo:
VAINA FERREIRA DA SILVA E SILVA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOEL CARDOSO DE SOUZA OAB - MT0019303A (ADVOGADO(A))
JOAO BOSCO DOS SANTOS OAB - MT0019408A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE CAMPINAPOLIS (EXECUTADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE CAMPINÁPOLIS ATO ORDINATÓRIO. Nos termos da legislação vigente e com espeque no que dispõe o capítulo 2, Seção 17, item 2.17.4 - VI da CNGC, bem como o Provimento 56/2007 - CGJ, impulsiono os presentes autos com a finalidade de: intimar as partes para manifestarem sobre o retorno dos autos da instância superior em 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento. Campinápolis, 12 de dezembro de 2019. ANA CAROLINA TOZO DA COSTA Gestor(a) Judiciário(a) SEDE DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE CAMPINÁPOLIS E INFORMAÇÕES: - TELEFONE: (66) 34371726

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000699-88.2019.8.11.0110
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO BUENO DE MORAES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:

SIMIRAMY BUENO DE CASTRO OAB - MT5880-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE CAMPINÁPOLIS DESPACHO Processo: 1000699-88.2019.8.11.0110. AUTOR(A): ANTONIO BUENO DE MORAES RÉU: BANCO BRADESCO Vistos. Compulsando os autos verifico que a parte autora não adotou providência necessária para o regular processamento do feito, mormente pelo fato de não ter recolhido as custas e taxas judiciárias devidas, uma vez que as informações extraídas dos autos indicam que esta não faz jus aos benefícios da justiça gratuita. Em razão disso, determino: Emende, a parte autora a sua inicial, nos termos dos artigos 290 e 321 do CPC, em 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento na distribuição; Indico com precisão o que deve ser corrigido ou completado: 1. Apresentar comprovante de pagamento das custas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição. Expirado o prazo, voltem-me conclusos. Intime-se. Cumpra-se. Campinápolis-MT, 10 de dezembro de 2019. Carlos Eduardo Moraes e Silva Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1000747-47.2019.8.11.0110
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO FINASA BMC S.A. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROSANGELA DA ROSA CORREA OAB - MT16308-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DANIEL JUNIOR DOS SANTOS (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE CAMPINÁPOLIS DESPACHO Processo: 1000747-47.2019.8.11.0110. REQUERENTE: BANCO FINASA BMC S.A. REQUERIDO: DANIEL JUNIOR DOS SANTOS Vistos. Compulsando os autos verifico que a parte autora não adotou providência necessária para o regular processamento do feito. Em razão disso, determino: Emende, a parte autora a sua inicial, nos termos dos artigos 290 e 321 do CPC, em 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento na distribuição; Indico com precisão o que deve ser corrigido ou completado: 1. Apresentar comprovante de pagamento das custas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição. Expirado o prazo, voltem-me conclusos. Intime-se. Cumpra-se. Campinápolis-MT, 10 de dezembro de 2019. Carlos Eduardo Moraes e Silva Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000232-12.2019.8.11.0110
Parte(s) Polo Ativo:
OLGA TSINHOTSE E UTO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
DOUGLAS CRISTIANO SAMPAIO PURETZ OAB - MS21797 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE CAMPINÁPOLIS DESPACHO Processo: 1000232-12.2019.8.11.0110. AUTOR(A): OLGA TSINHOTSE E UTO RÉU: BANCO DO BRASIL SA Vistos. Trânsito em julgado (ID 25035042). Comprovação de pagamento da obrigação (ID 23336062). Pedido de expedição de alvará para levantamento de valores (ID 24209428). Ante as constatações supracitadas, expeça-se alvará de levantamento de valores, com a devida vinculação, em favor da parte autora. Anoto os dados bancários informados no ID 24209428, devendo a parte ter procuração com poderes específicos para o ato. Após, nada mais sendo requerido, arquivem-se com as baixas de estilo. Cumpra-se, expedindo o necessário. Campinápolis – MT, 5 de novembro de 2019. Carlos Eduardo Moraes e Silva Juiz de Direito

Expediente

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 38815 Nr: 1002-90.2017.811.0110
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JOANA REWADI TSIHORIRA
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANTONIO MARCOS ALVES DA COSTA - OAB:24321/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - OAB:128341
INTIMAR AS PARTES PARA MANIFESTAREM SOBRE O RETORNO DOS AUTOS DA INSTÂNCIA SUPERIOR EM 10 DIAS.

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 38817 Nr: 1004-60.2017.811.0110
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JOANA REWADI TSIHORIRA
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO ITAU BMG
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANTONIO MARCOS ALVES DA COSTA - OAB:/MT 24.321/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO - OAB:/MT 14992-A
INTIMAR AS PARTES PARA MANIFESTAREM SOBRE O RETORNO DOS AUTOS DA INSTÂNCIA SUPERIOR EM 10 DIAS.

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 38906 Nr: 1052-19.2017.811.0110
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: REWATSUDU PARIWAWI
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO ITAU BMG
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANTONIO MARCOS ALVES DA COSTA - OAB:/MT 24.321/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO - OAB:/MT 14992-A
INTIMAR AS PARTES PARA MANIFESTAREM SOBRE O RETORNO DOS AUTOS DA INSTÂNCIA SUPERIOR EM 10 DIAS.

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 38924 Nr: 1067-85.2017.811.0110
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JACINTA RO'OPADA
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO ITAU BMG
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANTONIO MARCOS ALVES DA COSTA - OAB:/MT 24.321/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO - OAB:/MT 14992-A
INTIMAR AS PARTES PARA MANIFESTAREM SOBRE O RETORNO DOS AUTOS DA INSTÂNCIA SUPERIOR EM 10 DIAS.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Carlos Eduardo de Moraes e Silva
Cod. Proc.: 34217 Nr: 192-86.2015.811.0110
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: RAIMUNDO NONATO DE MIRANDA SANTOS, ADEMAR SOUSA E SILVA, VALDIR BACHIEGA MACHADO, OTAVIANO LIMA MARQUES
PARTE(S) REQUERIDA(S): HELIO BRITTO DI MIGUELI, ESPOLIO DE EDSON NOLASCO GUIMARÃES, JOSÉ ANGELO DA SILVA, MARIA NAZARÉ OLIVEIRA, ADEMIL ANGELO DA SILVA ALMEIDA, ADEVAIR APARECIDA DE ALMEIDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: WMARLEY LOPES FRANCO - OAB:/MT 3.353
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ARIDAQUE LUIS NETO - OAB:3252/MT, EDSON AZOLINI - OAB:3094

(...) Há nos autos determinação exarada pelo TJMT em sede de Agravo de Instrumento provido (fls.165/170) garantindo acesso dos demandantes "ao Lote 17, sem qualquer restrição específica." (sic).A ação foi contestada pelos requeridos HELIO (fls.206/220) e ESPOLIO DE EDSON (fls.175/190). Impugnação (fls.224/230).Apesar de devidamente citado (fl.156), não há nos autos informação acerca da apresentação de contestação por parte do requerido JOSE ANGELO. O ESPÓLIO DE EDSON pugnou pelo julgamento antecipado da lide (fl.249).Às fls. 277/279 este Juízo rejeitou preliminares e alegação de nulidade absoluta do feito, bem como determinou a suspensão do feito a fim de seja regularizado o polo passivo da demanda, em razão do óbito do requerido JOSE ANGELO (fl.275).Petição (fl.218) dando conta da interposição de Agravo de Instrumento em face da decisão retro.Recurso não conhecido (fls.220/223).Manifestação da parte autora (fls.226/227), dando conta da realização de contrato de comodato com a pessoa de MAURO TOMÉ DE BRITO (fls.227-v/228-v), tendo tal negócio jurídico sido informado ao causídico que patrocina a defesa do requerido ESPOLIO DE EDSON (fls.229/231). Na oportunidade, pugnou pela inclusão do comodatário e sua família na lista de pessoas autorizadas a ter acesso ao Lote 17, objeto da presente lide.Devolução da carta precatória expedida às fls.224/225 em razão da não adoção das medidas cabíveis para seu cumprimento, mormente o recolhimento das custas (fls.232/253).Pois bem.Certifique acerca de eventual decurso do prazo para apresentação de defesa por parte do citado requerido JOSE ANGELO.Providencie-se o necessário para o regular cumprimento da missiva de fl.224.Deixo de deliberar acerca do pedido de inclusão de mais pessoas à área objeto da lide, em razão da suspensão do feito.Cumpridas as determinações retro e expirados os prazos para manifestação, certifique-se e volvam conclusos.Cumpra-se, expedindo o necessário.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Carlos Eduardo de Moraes e Silva
Cod. Proc.: 41579 Nr: 328-78.2018.811.0110
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FRANCIOSE & ASSMANN LTDA - ME
PARTE(S) REQUERIDA(S): PEDEMAR CIRINO RODRIGUES, MELANIA TESSARO RODRIGUES, MILLENA CIRINO RODRIGUES
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: SERGIO HENRIQUE STANISZEWSKI - OAB:12972/A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: VANDERLEI MARTINS DE OLIVEIRA JUNIOR - OAB:13989/B
Vistos.
Sem prejuízo da análise de preliminares e prejudiciais de mérito na sentença, tendo por base o princípio da economia processual; intimem-se as partes para que se manifestem sobre o interesse de produção de demais provas, no prazo de 10 (dez) dias, devendo ser esclarecida a pertinência, ou no julgamento antecipado da lide.
Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Carlos Eduardo de Moraes e Silva
Cod. Proc.: 36533 Nr: 391-74.2016.811.0110
AÇÃO: Procedimento Sumário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ARCENDINO EDUARDO DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CELSON JESUS GONÇALVES FALEIRO - OAB:5048
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
Trata-se de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA promovido por ARCENDINO EDUARDO DA SILVA em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.
Intime-se o Instituto Nacional do Seguro Social-INSS, na pessoa de seu representante legal, por carga, remessa ou meio eletrônico, para, querendo, apresentar impugnação à execução, nos próprios autos, no prazo de 30 (trinta dias), ou concordar com pugnado pelo exequente, na forma do artigo 535 do Código de Processo Civil.
Intime-se. Cumpra-se, expedindo o necessário.
À secretaria, para providências.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Carlos Eduardo de Moraes e Silva
Cod. Proc.: 46430 Nr: 599-53.2019.811.0110
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): APARECIDO ALVES MORAIS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MARCELO BATISTA DE FARIA - OAB:/MT 26.869, ROBSON OLIVEIRA PRESTES - OAB:20354/B
Posto isso, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a denúncia, razão pela qual CONDENO o réu APARECIDO ALVES MORAIS, (...) TORNO DEFINITIVA a pena do réu APARECIDO ALVES MORAIS, qualificado nos autos, em 1 (UM) ANO, 2 (DOIS) MESES E 22 (VINTE E DOIS) DIAS DE DETENÇÃO e 130 (CENTO E TRINTA) DIAS-MULTA fixados em 1/30 do salário mínimo vigente à época dos fatos pela prática do crime capitulado no artigo 163, parágrafo único, I (dano qualificado) do Código Penal com as implicações da Lei n. 11.340/06.Regime de cumprimento da pena.O regime inicial de cumprimento da pena será o SEMI-ABERTO, tendo por base a condição de reincidente do réu, nos termos da Súmula 269 do STJ.Do direito de recorrer em liberdade.Diante do regime inicial de cumprimento de pena fixado, REVOGO a prisão preventiva do réu APARECIDO ALVES MORAIS e, por conseguinte, concedo o direito de recorrer em liberdade. Expeça-se alvará de soltura em favor do réu condenado, que deverá ser colocado em liberdade, salvo se por outro motivo deva permanecer preso.Detração.Não há operação de detração a ser realizada nos presentes feitos, visto que o réu não foi preso cautelarmente. Substituição da pena.Deixo de aplicar a conversão da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos, nos termos do art. 44, I, do Código Penal, pois se trata de crime cometido com grave ameaça. Igualmente descabida a concessão do benefício da suspensão da pena em razão da reincidência do réu, nos termos do art. 77, I, do CP.Valor mínimo para reparação dos danos(...).Tendo em vista a nomeação de fls. 94, fixo os honorários advocatícios em favor do (a) defensor (a) dativo (a) em 10 (dez) URHs (Unidade Referencial de Honorários), nos termos do item 7.1 da Tabela XIX da OAB/MT.O escrivão deverá lavrar a competente certidão da dívida em favor do advogado nomeado com fulcro no art. 4º do Provimento n. 9/2007-CGJ, sessão 12, item 1.2.4.Após, nada mais havendo, arquivem-se estes autos com as baixas e informações necessárias. P.R.I.C.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Carlos Eduardo de Moraes e Silva
Cod. Proc.: 46352 Nr: 552-79.2019.811.0110
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): KEILA ASSIS SILVA SALLES, LUCAS VINICIO CUSTODIO ABREU, LEIDIANE FERNANDES DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MARCELO BATISTA DE FARIA - OAB:/MT 26.869, ROBSON OLIVEIRA PRESTES - OAB:20354/B, SILVANA PAULA GOMES - OAB:37682/GO
DISPOSITIVOPosto isso, JULGO PARCAILMENTE PROCEDENTE a pretensão contida na denúncia formulada pelo MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL para CONDENAR os réus LEIDIANE FERNANDES DA SILVA e LUCAS VINICIO CUSTODIO ABREU como incursos no art. 33, caput, da Lei 11.343/2006, crime do qual ABSOLVO a ré KEILA ASSIS SILVA SALLES. E ainda, ABSOLVER todos os réus da acusação da prática do delito capitulado no art. 35 do mesmo diploma legal, com fundamento no art. 386, VII do CPP.(...0.PENA DEFINITIVA.Dessa forma, TORNO DEFINITIVA a pena de cada um dos réus, LUCAS VINICIO CUSTODIO ABREU e LEIDIANE FERNANDES DA SILVA, em 5 (ANOS) de RECLUSÃO e 500 (QUINHENTOS) dias-multa, fixados em 1/30 do salário mínimo vigente à época dos fatos.Regime de cumprimento da pena.O regime inicial de cumprimento da pena será o SEMIABERTO, em virtude da quantidade de pena imposta, nos termos do art. 33, §2º, "b" do CP.Do direito de recorrer em liberdade.Diante do regime inicial de cumprimento de pena fixado, REVOGO a prisão preventiva (fls.116/121) dos réus LUCAS VINICIO CUSTODIO ABREU e LEIDIANE FERNANDES DA SLVA e, por conseguinte, concedo o direito de recorrer em liberdade.Expeça-se alvará de soltura em favor dos réus LUCAS VINICIO CUSTODIO ABREU e LEIDIANE FERNANDES DA SLVA(...)Diante da nomeação de fls. 230 fixo os

honorários advocatícios em 10 URHs, nos termos da Tabela XIX, itens 7.1 da OAB, observada a respectiva atuação no feito.O escrivão deverá lavrar a competente certidão da dívida em favor do advogado nomeado com fulcro no art. 4º do Provimento n. 9/2007-CGJ, sessão 12, item 1.2.4.Após, nada mais havendo, arquivem-se estes autos com as baixas e informações necessárias. P.R.I.C.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 37717 Nr: 254-58.2017.811.0110
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JOÃO ÕMOREH'O
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANTONIO MARCOS ALVES DA COSTA - OAB:/MT 24.321/O, FELIPPE BENDER TAQUES - OAB:18590, JHONNY RICARDO TIEM - OAB:MS 16.452
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JEAN CARLOS ALVES CAIXETA - OAB:20632 MT, WILSON SALES BELCHIOR - OAB:4215
IMPULSIONAMENTO
Impulsiono os autos intimando o exequente para manifestar, no prazo de 10 (dez) dias, quanto ao deposito realizado pela parte executada a p. 63/64.
Nada mais.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 41480 Nr: 275-97.2018.811.0110
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: SUELI MARTINS PEREIRA
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: HELTON CARLOS DE MEDEIROS FILHO - OAB:11658/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
CERTIDÃO
Certifico para os devidos fins que, realizei o cadastramento da solicitação de implantação do beneficio junto ao JUSCONVÊNIO conforme comprovante de solicitação em anexo.
Nada mais.

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 41963 Nr: 580-81.2018.811.0110
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: HELENA ROOUTA TSEREURA
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO ITAU BMG
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANTONIO MARCOS ALVES DA COSTA - OAB:/MT 24.321/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO - OAB:/MT 14992-A
CONSIDERANDO o retorno dos autos da Instância Superior, IMPULSIONO os autos para intimar as partes, a manifestarem requerendo o que entenderem de Direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Carlos Eduardo de Moraes e Silva
Cod. Proc.: 21741 Nr: 789-36.2007.811.0110
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BBS
PARTE(S) REQUERIDA(S): IDMS, NADC
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MAURO PAULO GALERA MARI - OAB:3056/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
Intime-se a parte exequente para manifestação acerca da ocorrência de prescrição intercorrente, no prazo de 10 (dez) dias.
Intime-se. Cumpra-se, expedindo o necessário.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 24412 Nr: 542-84.2009.811.0110
AÇÃO: Despejo->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: RAMIRO GONÇALVES SASTRE, HELSA APARECIDA QUINTINO GONÇALVES, ROMILDO GONÇALVES SASTRE, ALLI FAYRDIN, NAIR FAYRDIN, MARIA SUMIE AKIYAMA GONÇALVES, ILDA RODRIGUES GONÇALVES
PARTE(S) REQUERIDA(S): WANDER RESENDE MARTINS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: BRUNO HENRIQUE DA ROCHA - OAB:230904 SP, FABIO LUIS DE MELLO OLIVEIRA - OAB:6848/MT, PAULO CESAR DE TOLEDO RIBEIRO - OAB:2311-MT, PAULO CLÉCIO FERLIN - OAB:12564 - MT, RODRIGO VIEIRA KOMOCHENA - OAB:11011, SIMIRAMY BUENO DE CASTRO - OAB:17671
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: AUGUSTO CARLOS FERNANDES ALVES - OAB:83.161/SP
CONSIDERANDO que na petição aportada aos autos às fls. 1091, o requerido noticia o falecimento do autor Ramiro Gonçalves Sastre, IMPULSIONO OS autos para intimar a patrona dos autores para manifestar em 15 (quinze) dias, providenciando a juntada de atestado e habilitação de herdeiros.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Carlos Eduardo de Moraes e Silva
Cod. Proc.: 24715 Nr: 838-09.2009.811.0110
AÇÃO: Ação Trabalhista - Rito Ordinário->Procedimentos Trabalhistas->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JOAQUIM CANDIDO DOS REIS
PARTE(S) REQUERIDA(S): MUNICIPIO DE CAMPINÁPOLIS-MT.
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DIEGO MAYOLINO MONTECCHI - OAB:12124, KENIA CRISTINA BORGES - OAB: 16122-A/MT, RAFAEL PEREIRA LOPES - OAB:16038/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: WALLACE RIBEIRO BRAGA - OAB:5887-B
Vistos.
Intime-se a parte exequente para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, acerca da impugnação ao cumprimento de sentença apresentado pela parte executada.
Após, conclusos.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Carlos Eduardo de Moraes e Silva
Cod. Proc.: 30504 Nr: 260-07.2013.811.0110
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ANTONIO RODRIGUES
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: HELTON CARLOS DE MEDEIROS FILHO - OAB:11658/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
Trata-se de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA proposto por ANTONIO RODRIGUES em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS.
Intime-se a parte executada, na pessoa de seu representante legal, por carga, remessa ou meio eletrônico, para, querendo, apresentar impugnação à execução, nos próprios autos, no prazo de 30 (trinta) dias, ou concordar com pugnado pelo exequente, na forma do artigo 535 do Código de Processo Civil.
Intime-se. Cumpra-se, expedindo o necessário.
À secretaria, para providências.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Carlos Eduardo de Moraes e Silva
Cod. Proc.: 39682 Nr: 4074-61.2017.811.0021

AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: A JUSTIÇA PÚBLICA
PARTE(S) REQUERIDA(S): JOSÉ HENRIQUE PAESANO MONTEIRO JUNIOR, RODRIGO DA SILVA MATOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: RENATO WENTZ MANHAES - OAB:20744/O

(...).É a previsão do art. 120 do CPP:Art. 120. A restituição, quando cabível, poderá ser ordenada pela autoridade policial ou juiz, mediante termo nos autos, desde que não exista dúvida quanto ao direito do reclamante.Sabido que o veículo constrito na abordagem policial que desencadeou a presente ação penal foi objeto de furto praticado em face de terceiro, quando da prolação de sentença, este Juízo não declarou seu perdimento sem que antes houvesse sido oportunizada a manifestação da vítima do delito noticiado.Constato que a requerente é pessoa jurídica do ramo de seguros gerais, tendo por meio da documentação de fls.329-v/332-v comprovado ser a legítima proprietária do veículo apreendido, uma vez que indenizou a então proprietária do bem que fora furtado.Em tal cenário, já tendo sido encerrada a instrução processual e, portanto, não mais havendo interesse ao processo, nos termos do art. 118 do CPP, cabível a restituição pretendida.Prejudicado o pleito da Autoridade Policial.Assim, ante a documentação posta e os fundamentos elencados, DETERMINO a restituição do veículo HONDA HR-V, cor cinza, placa QHZ-8946 – apreendido à fl.13, à parte requerente PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS. Adotem-se as providências necessárias para cumprimento da restituição supra, certificando-se as ocorrências.Com relação ao recurso interposto nos autos, preenchidos os requisitos legais objetivos e subjetivos do art. 593 e seguintes, do CPP, RECEBO-O nos seus legais e jurídicos efeitos (art. 593, I e art. 597, do CPP).Após, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça de Mato Grosso, com os cumprimentos deste Juízo.Cumpra-se, expedindo o necessário.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Carlos Eduardo de Moraes e Silva
Cod. Proc.: 40613 Nr: 1749-40.2017.811.0110
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): MAURICIO PEREIRA DE LIMA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: IANDRA SANTOS MORAIS - OAB:16051/O/MT

Vistos.
Defiro a cota Ministerial de fls.109/109-v.
Determino a retificação dos autos, bem como junto ao sistema Apolo, quanto ao nome da parte ré, devendo constar MAURICO PEREIRA DE LIMA, conforme documentos de fls.28/28-v.
Ratifico todos os atos processuais praticados até então, uma vez que não há de se falar em qualquer vício ou nulidade a macular o feito.
Expeça-se carta precatório ao Juízo de Novo São Joaquim/MT a fim de que seja realizado o interrogatório do réu.
Com o retorno da missiva, intimem-se as partes para apresentação de memoriais finais, no prazo sucessivo de 5 (cinco) dias, a começar pela Acusação.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 44186 Nr: 1644-29.2018.811.0110
AÇÃO: Embargos à Execução->Embargos->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ALENCAR CAMBAÚVA DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: IANDRA SANTOS MORAIS - OAB:16051/O/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: SERVIO TULIO DE BARCELOS - OAB:14.258-A

CONSIDERANDO que foi juntado aos autos o Embargos de Declaração de fls. 59/68, IMPULSIONO os autos, para intimar a embargada para apresentar contrarrazões no prazo legal.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Carlos Eduardo de Moraes e Silva
Cod. Proc.: 20785 Nr: 1447-94.2006.811.0110
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: OLIVEIRA RICARDO DE SOUZA
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CELSON MARTIN SPOHR - OAB:, KATIA ALESSANDRA FÁVERO ALVES - OAB:167929-SP, KENIA CRISTINA BORGES - OAB: 16122-A/MT, MOACIR JESUS BARBOZA - OAB:105.089 /SP
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Visto.
Prudente oportunizar a manifestação da parte executada quanto ao petitório de fls.152/161, intime-se para tanto, com o prazo de 10 (dez) dias.
Após, volvam conclusos.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Carlos Eduardo de Moraes e Silva
Cod. Proc.: 23958 Nr: 82-97.2009.811.0110
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: A FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO-MT.
PARTE(S) REQUERIDA(S): INDUSTRIA DE LATICÍNIOS MARCOPOLO LTDA, OSVALDO ANTONIO SIQUEIRA, CLAUDINEI PASSERINI, JOSE PINTO MARÇOLA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JENZ PROCHNOW JUNIOR - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: CELSON JESUS GONÇALVES FALEIRO - OAB:5048, FLAVIO RAFAEL DE JESUS COSTA NASSER - OAB:16905/O, RODRIGO TAUIL ADOLFO - OAB:8208 MT
Vistos.
Observo que a parte executada informa ter cumprido com todas as obrigações que lhe foram impostas, aduzindo ter adimplido todo o débito existente com a parte exequente (fls.223/257).
De igual modo, constato que a parte exequente (fls.218/219) não nega a quitação supra, no entanto, alega não poder finalizar o procedimento de pagamento ante a ausência da decisão homologatória do processo de compensação.
Pois bem.
Evidencia-se a ausência de decisão homologatória do processo de compensação necessária para o deslinde da presente execução e que tal documentação não pode ser apresentada pela parte executada, uma vez que de competência da própria credora.
Em tal cenário, determino a intimação da parte exequente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, junte aos autos a decisão homologatória devida para a prosseguimento do feito e, consequentemente, sua extinção.
Decorrido o prazo, certifique-se e intime-se a parte executada para manifestação.
Após, conclusos.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Carlos Eduardo de Moraes e Silva
Cod. Proc.: 40740 Nr: 1829-04.2017.811.0110
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ANTONIO DONIZETE JERONIMO PIRES
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: HELTON CARLOS DE MEDEIROS FILHO - OAB:11658/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
Trata-se de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA proposto por ANTONIO DONIZETE JERONIMO PIRES em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS.
Intime-se a parte executada, na pessoa de seu representante legal, por carga, remessa ou meio eletrônico, para, querendo, apresentar impugnação à execução, nos próprios autos, no prazo de 30 (trinta) dias,

ou concordar com pugnado pelo exequente, na forma do artigo 535 do Código de Processo Civil.
Intime-se. Cumpra-se, expedindo o necessário.
À secretaria, para providências.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Carlos Eduardo de Moraes e Silva
Cod. Proc.: 42109 Nr: 694-20.2018.811.0110
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO DO BRASIL S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): JULIMAR CARDOSO DA SILVA, FLORISVAL TOBIAS PEDRO, NILCELIA MARIANO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FABIULA MULLER KOENIG - OAB:22819
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
Decisão->Suspensão do Processo
Trata-se de EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL proposta pelo BANCO DO BRASIL S.A em desfavor de JULIMAR CARDOSO DA SILVA, FLORISVALDO TOBIAS PEDRO e NILCELIA MARIANO.
Às fls. 47/47-v, requer a suspensão do processo até a data de 27/12/2019, conforme determinado pelo art. 10 da Lei 13.340/2016.
Pois bem.
Em atenção à previsão legal mencionada, determino a suspensão do presente feito até a data de 27/12/2019.
Transcorrido o prazo, certifique. Após, intime-se a parte exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar acerca das certidões de fls.43/44.
Intime-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Carlos Eduardo de Moraes e Silva
Cod. Proc.: 35912 Nr: 118-95.2016.811.0110
AÇÃO: Procedimento Sumário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MIGUEL JOSÉ DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: NEMIAS BATISTA PEREIRA - OAB:4.544-B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
Sentença de procedência (fls.65/68-v), oportunidade em que foi concedida tutela de urgência determinando a implantação do benefício em favor da parte autora.
Comprovante de implantação (fls.80).
Acórdão (fls.86/89-v) que extinguiu o feito sem resolução do mérito e revogou a liminar deferida nos autos.
Petição da parte requerida pugnando pela devolução dos valores pagos a título de tutela antecipada (fls.95/96-v).
Pois bem.
Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar manifestação acerca do petitório de fls.95/96-v.
Escoado o prazo, certifique e volvam conclusos.
Intime-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Carlos Eduardo de Moraes e Silva
Cod. Proc.: 31868 Nr: 17-49.2002.811.0110
AÇÃO: Execução de Alimentos->Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: AMDSP, AAFDS
PARTE(S) REQUERIDA(S): ASDPF
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: NEY RICARDO FEITOSA DE PAULA - OAB:17078/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
Decisão->Suspensão do Processo.
Trata-se de Execução de Alimentos proposta por ARTHUR MIGUEL DA SILVA PRADO, representado por usa genitora, Sra. ALESSANDRA APARECIDA DO PRADO FILHO, em face de ALMERICO SANTAQNA DO PRADO FILHO.
A parte exequente pugnou pela suspensão do feito (fl.98).
O Parquet não se opôs ao pleito de suspensão (fl.99).
Pois bem.
Diante do exposto, não tendo sido encontrados bens do executado, determino a SUSPENSÃO DO PROCESSO pelo prazo de 1 (um) ano, durante o qual estará suspensa a prescrição, com fulcro no art. 921, §1°, do CPC.
Decorrido tal prazo sem a manifestação do exequente, começará a correr o prazo da prescrição intercorrente, conforme art. 921, §4°, do CPC.
Expirado o prazo referido, sem que seja localizado o executado ou encontrados bens penhoráveis, deverão os autos ser arquivados, nos termos do art. 921, §2°, do CPC.
Intime-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Carlos Eduardo de Moraes e Silva
Cod. Proc.: 34054 Nr: 107-03.2015.811.0110
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: DEUSUITA PEREIRA DE SOUZA
PARTE(S) REQUERIDA(S): MUNICIPIO DE CAMPINÁPOLIS-MT.
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MISAEL LUIZ INÁCIO - OAB:12.227
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: WALLACE RIBEIRO BRAGA - OAB:5887-B
Vistos.
Primeiramente, retifique-se a capa dos autos e o sistema Apolo, visto que se trata de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.
Cuida-se de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA promovido por DEUSUITA PEREIRA DE SOUZA em face do MUNICÍPIO DE CAMPINÁPOLIS/MT.
O acórdão de fls.174/178 manteve integralmente a sentença de fls.72/76. Trânsito em julgado (fl.178-v).
A parte exequente pugna pela intimação do executado para implantação do benefício devido, nos moldes da sentença prolatada no feito, sob pena de aplicação de multa diária.
Pois bem.
Intime-se o executado, na pessoa de seu representante legal, por carga, remessa ou meio eletrônico, para, no prazo de 20 (vinte) dias, proceder com a incorporação da gratificação à remuneração da requerente, nos moldes determinados na sentença de fls.72/76, sob pena de multa diária no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) até o máximo de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).
Da mesma intimação, poderá a parte executada, apresentar impugnação à execução, nos próprios autos, no prazo de 30 (trinta dias), ou concordar com o cálculo apresentado pelo exequente, na forma do artigo 535 do Código de Processo Civil.
Intime-se. Cumpra-se, expedindo o necessário.
À secretaria, para providências.

Comarca de Cláudia

Vara Única

Intimação

Ato Ordinatório Classe: CNJ-14 CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
Processo Número: 1000803-10.2019.8.11.0101
Parte(s) Polo Ativo:
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO PARANÁ - DER/PR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANTONIO CARLOS CABRAL DE QUEIROZ OAB - PR06786 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FREGONESE E RIZZI LTDA - EPP (REQUERIDO)

Nos termos da legislação vigente e do Provimento n.º 56/2007-CGJ/MT, impulsiono estes autos a fim de intimar o advogado da parte autora para que providencie o pagamento da diligência do Oficial de Justiça, para cumprimento do Ato Deprecado, devendo para tanto efetuar o recolhimento de Guia de Diligência junto ao sitio do TJ/MT (emissão de Guias Online), no valor de R$ 60,00 (sessenta reais), correspondente ao zoneamento "Cláudia Industrial", bem como encaminhar a Guia e o

comprovante de pagamento.

Intimação Classe: CNJ-14 CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
Processo Número: 1000787-56.2019.8.11.0101
Parte(s) Polo Ativo:
JAIME PEGO SIQUEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JAIME PEGO SIQUEIRA OAB - PR18593-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LISBOA MADEIRAS LTDA - EPP (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA COMARCA DE CLÁUDIA GABINETE Autos. n.º 1000787-56.2019.8.11.0101 Vistos. 1. Inicialmente, intime-se a parte autora para recolher as custas da carta precatória, no prazo de 15 (quinze) dias. 2. Com a comprovação, cumpra-se conforme deprecado. 3. Após, devidamente cumprido o ato, devolva-se ao Juízo Deprecante, com as homenagens de estilo. 4. Caso não haja o pagamento, determino o cancelamento da distribuição da missiva. 5. Diligências necessárias. Cláudia, 7 de dezembro de 2019. THATIANA DOS SANTOS Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-62 MONITÓRIA
Processo Número: 1000387-42.2019.8.11.0101
Parte(s) Polo Ativo:
ANDRE GUSTAVO DE PAULA PECHIR (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ALESSANDRA MARIA AFONSO OAB - MG133845 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ROSIMERI SILVA (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA COMARCA DE CLÁUDIA GABINETE Autos nº 1000387-42.2019.8.11.0101 Vistos. 1. Em análise dos autos, verifico que a parte Requerente embora não tenha realizado pedido de justiça gratuita na inicial, apresentou Declaração de Hipossuficiência, bem como extrato da declaração do imposto de renda exercício-2019. Assim, considerando o valor declarado no imposto de renda, INDEFIRO os benefícios da Justiça Gratuita e determino que o requerente apresente nos autos o comprovante de recolhimento das custas e taxas judiciais no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da inicial, nos termos do artigo 290 do CPC. 2. Intime-se a advogada via DJE. 3. Após, conclusos. 4. Diligências necessárias. Cláudia, 12 de dezembro de 2019. THATIANA DOS SANTOS Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-68 USUCAPIÃO
Processo Número: 1000681-94.2019.8.11.0101
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO CARLOS ORTIZ (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDERSON ORTIZ OAB - MT27006/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
COLONIZADORA SINOP S A (RÉU)
Magistrado(s):
THATIANA DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA COMARCA DE CLÁUDIA GABINETE Autos nº 1000681-94.2019.8.11.0101 Vistos. Analisando o pedido, verifico que a parte Autora declarou que não possui condições financeiras de arcar com as despesas processuais, contudo consta em sua qualificação que o mesmo é autônomo, mas deixou de trazer aos autos comprovante de seus rendimentos e das despesas mensais que comprovariam a impossibilidade de arcar com as custas. Assim, a declaração pura e simples do interessado, não constitui prova inequívoca daquilo que afirma, nem obriga o Juiz a curvar-se às suas alegações. O §2º do art. 99 do NCPC, dispõe que "o juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos pressupostos.". O Superior Tribunal de Justiça já se manifestou de que não é ilegal condicionar o juiz à concessão de benesse à comprovação da miserabilidade, se a atividade exercida pelo litigante faz, em princípio, presumir não se tratar de pessoa pobre (RMS 1.243 – RJ, rel Min. Nilson Naves). Nesse sentido, o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso sufraga tal entendimento: "AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO – NEGATIVA DE SEGUIMENTO À PRETENSÃO RECURSAL DE CONCESSÃO JUSTIÇA GRATUITA – AUSÊNCIA DE PROVAS DA HIPOSSUFICIÊNCIA DECLARADA – VULTOSIDADE DOS NEGÓCIOS EM DISCUSSÃO E OSTENTAÇÃO DA CONDIÇÃO DE GRANDE AGRICULTOR – PRETENSÃO CONTRÁRIA AOS PRECEDENTES DA CORTE - NEGATIVA DE SEGUIMENTO MANTIDA – REGIMENTAL DESPROVIDO. Conquanto baste, em princípio, a simples alegação hipossuficiência do interessado para que o juiz possa conceder-lhe o benefício da assistência judiciária, certo é que essa declaração constitui presunção juris tantum de que o interessado é, de fato, hipossuficiente. Em havendo expressiva negociação financeira indicada nos autos, aliada ao fato de que o agravante não trouxe qualquer documento apto a demonstrar a alegada hipossuficiência, mormente sem se tratando de produtor rural de grande porte, escorreita a decisão que nega seguimento a recurso no qual se reitera o pedido de gratuidade, especialmente quando contrata advogado particular para patrocinar sua causa." (TJMT. AgR 125829/2014, DESA. MARILSEN ANDRADE ADDARIO, SEGUNDA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 08/10/2014, Publicado no DJE 14/10/2014). (Grifei). Assim, intime-se a parte Autora para no prazo de 15 (quinze) dias, trazer aos autos a comprovação de seus rendimentos, a título de análise da justiça gratuita ou comprove o pagamento das custas processuais. Ainda, no mesmo prazo supracitado, que traga aos autos documentos que comprovam que a parte autora não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural, nos termos do artigo 1.240 do Código Civil, o qual poderá ser demonstrado através de certidão de buscas de bens junto ao CRI desta Comarca. Após, à conclusão. Diligências necessárias. Cláudia, 12 de dezembro de 2019. THATIANA DOS SANTOS Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-68 USUCAPIÃO
Processo Número: 1000740-82.2019.8.11.0101
Parte(s) Polo Ativo:
VANDERLEI DELLANI (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDERSON ORTIZ OAB - MT27006/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
COLONIZADORA SINOP S A (RÉU)
Magistrado(s):
THATIANA DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA COMARCA DE CLÁUDIA GABINETE Autos nº 1000740-82.2019.8.11.0101 Vistos. 1. Analisando o pedido, verifico que a parte Autora declarou que não possui condições financeiras de arcar com as despesas processuais, contudo consta em sua qualificação que o mesmo é empresário, mas deixou de trazer aos autos comprovante de seus rendimentos e das despesas mensais que comprovariam a impossibilidade de arcar com as custas. Assim, a declaração pura e simples do interessado, não constitui prova inequívoca daquilo que afirma, nem obriga o Juiz a curvar-se às suas alegações. O §2º do art. 99 do NCPC, dispõe que "o juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos pressupostos.". Além disso, a parte Autora é patrocinada por advogado particular, cujos honorários certamente foram cobrados, não se justificando a gratuidade para as custas processuais. Desse modo, não basta que o Requerente esteja em situação econômica fragilizada, é necessário também comprovar seus rendimentos. O Superior Tribunal de Justiça já se manifestou de que não é ilegal condicionar o juiz à concessão de benesse à comprovação da miserabilidade, se a atividade exercida pelo litigante faz, em princípio, presumir não se tratar de pessoa pobre (RMS 1.243 – RJ, rel Min. Nilson Naves). Nesse sentido, o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso sufraga tal entendimento: "AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO – NEGATIVA DE SEGUIMENTO À PRETENSÃO RECURSAL DE CONCESSÃO JUSTIÇA GRATUITA – AUSÊNCIA DE PROVAS DA HIPOSSUFICIÊNCIA DECLARADA – VULTOSIDADE DOS NEGÓCIOS EM DISCUSSÃO E OSTENTAÇÃO DA CONDIÇÃO DE GRANDE AGRICULTOR – PRETENSÃO CONTRÁRIA AOS PRECEDENTES DA CORTE - NEGATIVA DE SEGUIMENTO MANTIDA – REGIMENTAL DESPROVIDO. Conquanto baste, em princípio, a simples alegação hipossuficiência do interessado para que o juiz possa conceder-lhe o benefício da assistência judiciária, certo é que essa declaração constitui presunção juris tantum de que o interessado é, de fato, hipossuficiente. Em havendo expressiva negociação financeira

indicada nos autos, aliada ao fato de que o agravante não trouxe qualquer documento apto a demonstrar a alegada hipossuficiência, mormente sem se tratando de produtor rural de grande porte, escorreita a decisão que nega seguimento a recurso no qual se reitera o pedido de gratuidade, especialmente quando contrata advogado particular para patrocinar sua causa." (TJMT. AgR 125829/2014, DESA. MARILSEN ANDRADE ADDARIO, SEGUNDA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 08/10/2014, Publicado no DJE 14/10/2014). (Grifei). Assim, intime-se a parte Autora para no prazo de 15 (quinze) dias, trazer aos autos a comprovação de seus rendimentos, a título de análise da justiça gratuita ou comprove o pagamento das custas processuais. 2. Ainda, no mesmo prazo supracitado, que traga aos autos documentos que comprovam que a parte autora não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural, nos termos do artigo 1.240 do Código Civil, o qual poderá ser demonstrado através de certidão de buscas de bens junto ao CRI desta Comarca. 3. Após, à conclusão. 4. Diligências necessárias. Cláudia, 12 de dezembro de 2019. THATIANA DOS SANTOS Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-68 USUCAPIÃO
Processo Número: 1000681-94.2019.8.11.0101
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO CARLOS ORTIZ (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDERSON ORTIZ OAB - MT27006/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
COLONIZADORA SINOP S A (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA COMARCA DE CLÁUDIA GABINETE Autos nº 1000681-94.2019.8.11.0101 Vistos. Analisando o pedido, verifico que a parte Autora declarou que não possui condições financeiras de arcar com as despesas processuais, contudo consta em sua qualificação que o mesmo é autônomo, mas deixou de trazer aos autos comprovante de seus rendimentos e das despesas mensais que comprovariam a impossibilidade de arcar com as custas. Assim, a declaração pura e simples do interessado, não constitui prova inequívoca daquilo que afirma, nem obriga o Juiz a curvar-se às suas alegações. O §2º do art. 99 do NCPC, dispõe que "o juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos pressupostos.". O Superior Tribunal de Justiça já se manifestou de que não é ilegal condicionar o juiz à concessão de benesse à comprovação da miserabilidade, se a atividade exercida pelo litigante faz, em princípio, presumir não se tratar de pessoa pobre (RMS 1.243 – RJ, rel Min. Nilson Naves). Nesse sentido, o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso sufraga tal entendimento: "AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO – NEGATIVA DE SEGUIMENTO À PRETENSÃO RECURSAL DE CONCESSÃO JUSTIÇA GRATUITA – AUSÊNCIA DE PROVAS DA HIPOSSUFICIÊNCIA DECLARADA – VULTOSIDADE DOS NEGÓCIOS EM DISCUSSÃO E OSTENTAÇÃO DA CONDIÇÃO DE GRANDE AGRICULTOR – PRETENSÃO CONTRÁRIA AOS PRECEDENTES DA CORTE - NEGATIVA DE SEGUIMENTO MANTIDA – REGIMENTAL DESPROVIDO. Conquanto baste, em princípio, a simples alegação hipossuficiência do interessado para que o juiz possa conceder-lhe o benefício da assistência judiciária, certo é que essa declaração constitui presunção juris tantum de que o interessado é, de fato, hipossuficiente. Em havendo expressiva negociação financeira indicada nos autos, aliada ao fato de que o agravante não trouxe qualquer documento apto a demonstrar a alegada hipossuficiência, mormente sem se tratando de produtor rural de grande porte, escorreita a decisão que nega seguimento a recurso no qual se reitera o pedido de gratuidade, especialmente quando contrata advogado particular para patrocinar sua causa." (TJMT. AgR 125829/2014, DESA. MARILSEN ANDRADE ADDARIO, SEGUNDA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 08/10/2014, Publicado no DJE 14/10/2014). (Grifei). Assim, intime-se a parte Autora para no prazo de 15 (quinze) dias, trazer aos autos a comprovação de seus rendimentos, a título de análise da justiça gratuita ou comprove o pagamento das custas processuais. Ainda, no mesmo prazo supracitado, que traga aos autos documentos que comprovam que a parte autora não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural, nos termos do artigo 1.240 do Código Civil, o qual poderá ser demonstrado através de certidão de buscas de bens junto ao CRI desta Comarca. Após, à conclusão. Diligências necessárias. Cláudia, 12 de dezembro de 2019. THATIANA DOS SANTOS Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-68 USUCAPIÃO
Processo Número: 1000740-82.2019.8.11.0101
Parte(s) Polo Ativo:
VANDERLEI DELLANI (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDERSON ORTIZ OAB - MT27006/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
COLONIZADORA SINOP S A (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA COMARCA DE CLÁUDIA GABINETE Autos nº 1000740-82.2019.8.11.0101 Vistos. 1. Analisando o pedido, verifico que a parte Autora declarou que não possui condições financeiras de arcar com as despesas processuais, contudo consta em sua qualificação que o mesmo é empresário, mas deixou de trazer aos autos comprovante de seus rendimentos e das despesas mensais que comprovariam a impossibilidade de arcar com as custas. Assim, a declaração pura e simples do interessado, não constitui prova inequívoca daquilo que afirma, nem obriga o Juiz a curvar-se às suas alegações. O §2º do art. 99 do NCPC, dispõe que "o juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos pressupostos.". Além disso, a parte Autora é patrocinada por advogado particular, cujos honorários certamente foram cobrados, não se justificando a gratuidade para as custas processuais. Desse modo, não basta que o Requerente esteja em situação econômica fragilizada, é necessário também comprovar seus rendimentos. O Superior Tribunal de Justiça já se manifestou de que não é ilegal condicionar o juiz à concessão de benesse à comprovação da miserabilidade, se a atividade exercida pelo litigante faz, em princípio, presumir não se tratar de pessoa pobre (RMS 1.243 – RJ, rel Min. Nilson Naves). Nesse sentido, o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso sufraga tal entendimento: "AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO – NEGATIVA DE SEGUIMENTO À PRETENSÃO RECURSAL DE CONCESSÃO JUSTIÇA GRATUITA – AUSÊNCIA DE PROVAS DA HIPOSSUFICIÊNCIA DECLARADA – VULTOSIDADE DOS NEGÓCIOS EM DISCUSSÃO E OSTENTAÇÃO DA CONDIÇÃO DE GRANDE AGRICULTOR – PRETENSÃO CONTRÁRIA AOS PRECEDENTES DA CORTE - NEGATIVA DE SEGUIMENTO MANTIDA – REGIMENTAL DESPROVIDO. Conquanto baste, em princípio, a simples alegação hipossuficiência do interessado para que o juiz possa conceder-lhe o benefício da assistência judiciária, certo é que essa declaração constitui presunção juris tantum de que o interessado é, de fato, hipossuficiente. Em havendo expressiva negociação financeira indicada nos autos, aliada ao fato de que o agravante não trouxe qualquer documento apto a demonstrar a alegada hipossuficiência, mormente sem se tratando de produtor rural de grande porte, escorreita a decisão que nega seguimento a recurso no qual se reitera o pedido de gratuidade, especialmente quando contrata advogado particular para patrocinar sua causa." (TJMT. AgR 125829/2014, DESA. MARILSEN ANDRADE ADDARIO, SEGUNDA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 08/10/2014, Publicado no DJE 14/10/2014). (Grifei). Assim, intime-se a parte Autora para no prazo de 15 (quinze) dias, trazer aos autos a comprovação de seus rendimentos, a título de análise da justiça gratuita ou comprove o pagamento das custas processuais. 2. Ainda, no mesmo prazo supracitado, que traga aos autos documentos que comprovam que a parte autora não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural, nos termos do artigo 1.240 do Código Civil, o qual poderá ser demonstrado através de certidão de buscas de bens junto ao CRI desta Comarca. 3. Após, à conclusão. 4. Diligências necessárias. Cláudia, 12 de dezembro de 2019. THATIANA DOS SANTOS Juíza de Direito

Ato Ordinatório Classe: CNJ-14 CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
Processo Número: 1000817-91.2019.8.11.0101
Parte(s) Polo Ativo:
COOPERATIVA DE CREDITO POUPANCA E INVESTIMENTO FRONTEIRAS DO PARANA, SANTA CATARINA E SAO PAULO - SICREDI FRONTEIRAS PR/SC/SP (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCIO RODRIGO FRIZZO OAB - PR33150 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ROSA NAIR DA SILVA MARTINELLO (REQUERIDO)
MAYKON ALAN MARTINELLO (REQUERIDO)

Nos termos da legislação vigente e do Provimento n.º 56/2007-CGJ/MT, impulsiono estes autos a fim de intimar o advogado da parte autora para que providencie o pagamento da diligência do Oficial de Justiça, para cumprimento do Ato Deprecado, devendo para tanto efetuar o recolhimento de Guia de Diligência junto ao sitio do TJ/MT (emissão de Guias Online), no valor de R$ 591,75 (quinhentos e noventa e um reais e setenta e cinco centavos), correspondente ao zoneamento "Cláudia - BR 163", bem como encaminhar a Guia e o comprovante de pagamento.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1000527-76.2019.8.11.0101
Parte(s) Polo Ativo:
HUMBERTO HENRIQUE QUEIROZ DE CARVALHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CANDIDO NISVALDO FRANCA COELHO JUNIOR OAB - MT25057-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Banco OLÉ CONSIGNADO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
THATIANA DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA COMARCA DE CLÁUDIA GABINETE Autos nº 1000527-76.2019.8.11.0101 Vistos. 1. Recebo a inicial. 2. Ante a justificativa apresentada pelo autor com relação ao pedido da justiça gratuita, reconsidero a decisão retro (Id. 21906380) e defiro os benefícios da justiça gratuita. 3. Trata-se de ação declaratória de inexistência débito c/c repetição de indébito e indenização por danos morais c/c pedido de tutela antecipada proposta por HUMBERTO HENRIQUE QUEIROZ DE CARVALHO em face do BANCO OLÉ BONSUCESSO CARTÃO DE CRÉDITO S.A. onde requer, em sede de cognição sumária, que o promovido suspenda imediatamente de efetuar os descontos em folha de pagamento. Para tanto, afirma que não se recorda de ter realizado contratação de empréstimo consignado junto o Requerido com relação a cartão de crédito. Relata que os descontos vêm sendo realizado em sua folha de pagamento mensalmente desde o ano de 2016, com valores distintos. Desse modo, pleiteia pela restituição em dobro os descontos realizados mensalmente em sua folha, bem como a condenação por danos morais. E, em sede de tutela de urgência pela suspensão da cobrança descontada em folha. Ainda, requer a inversão do ônus da prova. Juntou documentos à inicial. DECIDO. O art. 303 do NCPC dispõe a respeito do pedido da tutela de urgência, do qual caracteriza a tutela antecipada em caráter antecedente. Diante disso, o artigo preceitua o seguinte entendimento: “Art. 303. Nos casos em que a urgência for contemporânea à propositura da ação, a petição inicial pode limitar-se ao requerimento da tutela antecipada e à indicação do pedido de tutela final, com a exposição da lide, do direito que se busca realizar e do perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo.” Consoante se extrai do CPC/2015, são necessários para a concessão da tutela de urgência em caráter antecedente os seguintes requisitos: probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. A verificação da presença de tais requisitos é feita em sede de cognição sumária, ou seja, com base da análise da probabilidade de o direito alegado ser reconhecido ao final, na sentença. Compulsando os autos, denota-se que desde 2016 os descontos em folha de pagamento estão ocorrendo sob a sigla "cartão de crédito" e apenas neste ano é que o autor resolveu questionar tais cobranças. Ademais, também não comprovou que pretendeu resolver o problema com o Requerido, mediante 0800, e-mail ou notificação, acostando aos autos os números de protocolos. Assim, face o lapso temporal, ficam afastados os requisitos da tutela pretendida. No caso dos autos, não vislumbro a existência de prova inequívoca a amparar as asserções da parte requerente, sendo necessária a instrução probatória para melhor convicção das alegações. Diante disso, não comprovado de imediato os requisitos para concessão da tutela provisória de urgência, sendo que ainda terá a fase instrutória a fim de obter a possibilidade de comprovação, razão pela qual INDEFIRO A TUTELA ANTECIPADA PLEITEADA. 4. No tocante a inversão do ônus da prova passo a decidir. Este beneplácito processual ao consumidor não é concedido de forma automática, apenas pela constatação da existência de uma relação de consumo, mas submete-se aos ditames do art. 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor, verbis: “Art. 6º. São direitos básicos do consumidor: (...) VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências.”. Portanto, muito embora o caso em análise deva ser interpretado à luz do estatuto consumeirista, não há que se falar em automática e irrestrita inversão do ônus da prova. E isso porque a inversão apenas tem cabimento quando está presente a verossimilhança das alegações, bem como quando a produção da prova é complexa e difícil ao consumidor que se encontre numa posição de hipossuficiência econômica ou técnica. Nesse sentido: “DIREITO PROCESSUAL CIVIL. DIREITO DO CONSUMIDOR. DANOS MATERIAIS E MORAIS PELO FATO DO PRODUTO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. HIPOSSUFICIÊNCIA. AMPLA DEFESA.1.-. Para garantia do exercício do direito de ampla defesa do consumidor, estabelece-se a possibilidade a inversão do ônus da prova em seu benefício quando a alegação por ele apresentada seja verossímil ou, alternativamente, quando for constatada a sua hipossuficiência. 2.- A hipossuficiência a referida pela Lei 8.078/90 na parte em que trata da possibilidade de inversão do ônus da prova está relacionada, precisamente, com o exercício dessa atividade probatória, devendo ser compreendida como a dificuldade, seja de ordem técnica seja de ordem econômica, para se demonstrar em juízo a causa ou a extensão do dano. 3.- Há de se atentar, porém, para que não seja imputado ao réu o ônus de uma prova que foi inviabilizada pelo próprio autor, o que não sucede na hipótese dos autos. (...)” (REsp 1325487/MT, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 28/08/2012, DJe 14/09/2012). No caso em apreço, tem razão a parte Requerente no tocante ao pleito de inversão do ônus da prova, previsto no artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor, pois além da verossimilhança das alegações, tal inversão é imprescindível, eis que não há como a parte promovente comprovar que não contratou os serviços de cartão de crédito. Assim, a parte Requerida reúne melhores condições de comprovar tais motivos, em detrimento da hipossuficiência da parte autora, razão pela qual determino a inversão do ônus da prova da forma como pleiteada. Há de se esclarecer que esta decisão não exime a parte autora de trazer indícios de veracidade de suas alegações (art. 373, I do CPC), pois esta regra não se confunde com a procedência automática dos pedidos formulados pelo autor. 5.Tendo em vista o desinteresse da parte autora em conciliar, deixo de designar audiência. 6. CITE-SE a parte requerida querendo, contestar a ação (art. 335, inciso III). 7. Havendo na contestação fato impeditivo, modificativo ou extintivo, intime-se a parte autora para impugnar a contestação, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 350 c/c art. 186, ambos do NCPC). 8. Após, voltem conclusos. 9. Diligências necessárias. Cláudia, 12 de dezembro de 2019. THATIANA DOS SANTOS Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-62 MONITÓRIA
Processo Número: 1000387-42.2019.8.11.0101
Parte(s) Polo Ativo:
ANDRE GUSTAVO DE PAULA PECHIR (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ALESSANDRA MARIA AFONSO OAB - MG133845 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ROSIMERI SILVA (RÉU)
Magistrado(s):
THATIANA DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA COMARCA DE CLÁUDIA GABINETE Autos nº 1000387-42.2019.8.11.0101 Vistos. 1. Em análise dos autos, verifico que a parte Requerente embora não tenha realizado pedido de justiça gratuita na inicial, apresentou Declaração de Hipossuficiência, bem como extrato da declaração do imposto de renda exercício-2019. Assim, considerando o valor declarado no imposto de renda, INDEFIRO os benefícios da Justiça Gratuita e determino que o requerente apresente nos autos o comprovante de recolhimento das custas e taxas judiciais no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da inicial, nos termos do artigo 290 do CPC. 2. Intime-se a advogada via DJE. 3. Após, conclusos. 4. Diligências necessárias. Cláudia, 12 de dezembro de 2019. THATIANA DOS SANTOS Juíza de Direito

Comarca de Colniza

Vara Única

Intimação

Intimação Classe: CNJ-269 INVENTÁRIO
Processo Número: 1000002-82.2019.8.11.0105
Parte(s) Polo Ativo:
BENICIO BORCHARDT (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADALBERTO WOLNEY DA COSTA BELOTTO OAB - RS92083 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CACILDA BORCHARDT OLIVEIRA (REQUERIDO)
Outros Interessados:
MUNICIPIO DE COLNIZA (TERCEIRO INTERESSADO)
PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
FAZENDA NACIONAL - MINISTERIO DA FAZENDA (TERCEIRO INTERESSADO)
BENICIO BORCHARDT (HERDEIRO)
ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE COLNIZA DECISÃO Processo: 1000002-82.2019.8.11.0105. REQUERENTE: BENICIO BORCHARDT REQUERIDO: CACILDA BORCHARDT OLIVEIRA Vistos. Prefacialmente, DEFIRO pedido deduzido na r. cota da Fazenda Pública Estadual de ID. 18931357 para a localização de bens, via sistema RENAJUD e BACENJUD. Após a juntada aos autos das pesquisas, INTIME-SE a inventariante para que se manifeste, no prazo de quinze dias, quanto ao teor das cotas fazendárias de ID. 18931357 e 18623180. Transcorrido o prazo sobredito, CERTIFIQUE-SE o necessário e voltem os autos conclusos para deliberações. Sem prejuízo do determinado acima, CERTIFIQUE-SE se a Fazenda Pública Municipal foi intimada para se manifestar nos autos, bem como, em caso positivo, se deixou transcorrer in albis o prazo para apresentar seu parecer. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE expedindo o necessário. ÀS PROVIDÊNCIAS. COLNIZA, 12 de dezembro de 2019. RICARDO FRAZON MENEGUCCI Juiz(a) de Direito

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ricardo Frazon Menegucci
Cod. Proc.: 86275 Nr: 511-64.2018.811.0105
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: REGINA TESCH ROSSOW
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANDRÉA CRISTINA GOMES DE JESUS - OAB:21383/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
Nos moldes do art. 535 do CPC, INTIME-SE a parte executada, na pessoa de seu representante legal, para, no prazo de 30 (trinta) dias, impugnar o cumprimento de sentença.
PROCEDA-SE a Serventia com a atualização da distribuição do feito junto ao sistema APOLO, eis que o processo tramita em fase de cumprimento de sentença.
INTIME-SE o exequente, via DJE.
PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE, expedindo o necessário.
ÀS PROVIDENCIAS.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 90490 Nr: 3061-32.2018.811.0105
AÇÃO: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: GST
PARTE(S) REQUERIDA(S): SBT, SB
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Defensoria Pública do Estado de Rondônia - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ALEXANDRO GUTJAHR DOS SANTOS - OAB:16.496/MT
Impulsiono os autos com a finalidade de intimar o apelado para que, no prazo legal, apresente suas contrarrazões ao recurso interposto.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ricardo Frazon Menegucci
Cod. Proc.: 76188 Nr: 51-14.2017.811.0105
AÇÃO: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Banco Honda S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): Everson Ricard Jandrey
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Raquel Cristina Rockenbach Bleich - OAB:7.655
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
É de conhecimento deste Juízo que o requerido se encontra detido na Cadeia Pública de Colniza-MT.
Assim, INTIME-SE a parte autora para em cinco dias se manifestar no sentido que julgar conveniente.
PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE expedindo o necessário.
ÁS PROVIDÊNCIAS.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ricardo Frazon Menegucci
Cod. Proc.: 73231 Nr: 1383-50.2016.811.0105
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Gislaine Ferreira da Silva
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANDRÉA CRISTINA GOMES DE JESUS - OAB:21383/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
Trata-se de ação em fase de cumprimento de sentença promovida por GISLAINE FERREIRA DA SILVA contra INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS.
Devidamente intimada para impugnar a execução, a Fazenda Pública deixou transcorrer in albis, consoante certidão de ref. 73.
É o epítome do necessário.
FUNDAMENTO e DECIDO.
Segundo o art. 535, § 3º, do CPC, não impugnada a execução ou rejeitadas as arguições da executada, expedir-se-á, precatório/ofício requisitório de pequeno valor. Pois bem.
Embora intimado pessoalmente, a Fazenda não impugnou a presente ação conforme já elucidado.
Destarte, sem delongas desnecessárias, a homologação do cálculo apresentado pela parte exequente é a medida de rigor.
Ante o exposto, HOMOLOGO, para os devidos fins, o cálculo apresentado pela parte exequente à ref. 60.
INTIMEM-SE as partes quanto ao teor da presente decisão.
Transitada em julgado a presente decisão, INTIMEM-SE novamente as partes, desta vez, para, no prazo de TRINTA DIAS, requererem o que se entender de direito.
CUMPRA-SE, expedindo o necessário.
ÀS PROVIDÊNCIAS.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ricardo Frazon Menegucci
Cod. Proc.: 74217 Nr: 1951-66.2016.811.0105
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Cleiziane de Paula da Silva Guilherme
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANDRÉA CRISTINA GOMES DE JESUS - OAB:21383/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
Trata-se de ação em fase de cumprimento de sentença promovida por CLEIZIANE DE PAULA DA SILVA GUILHERME contra INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS.
Devidamente intimada para impugnar a execução, a Fazenda Pública deixou transcorrer in albis, consoante certidão de ref. 80.

É o epítome do necessário.
FUNDAMENTO e DECIDO.
Segundo o art. 535, § 3º, do CPC, não impugnada a execução ou rejeitadas as arguições da executada, expedir-se-á, precatório/ofício requisitório de pequeno valor. Pois bem.
Embora intimado pessoalmente, a Fazenda não impugnou a presente ação confome já explanado.
Destarte, sem delongas desnecessárias, a homologação do cálculo apresentado pela parte exequente é a medida de rigor.
Ante o exposto, HOMOLOGO, para os devidos fins, o cálculo apresentado pela parte exequente à ref. 67.
INTIMEM-SE as partes quanto ao teor da presente decisão.
Transitada em julgado a presente decisão, INTIMEM-SE novamente as partes, desta vez, para, no prazo de TRINTA DIAS, requererem o que se entender de direito.
CUMPRA-SE, expedindo o necessário.
ÀS PROVIDÊNCIAS.

Comarca de Cotriguaçu

Diretoria do Fórum

Portaria

PORTARIA N°. 52/2019/COT
O Doutor Dante Rodrigo Aranha da Silva, MM. Juiz Substituto e Diretor do Foro da Comarca de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO que a servidora Juliana Luiza Haupenthal Berwanger, matrícula 11704, Gestora Geral de 1ª Entrância do Fórum desta Comarca, estará usufruindo férias no período de 07/01/20 20 a 26/01/20 20(20 dias), referente ao período 2019.
RESOLVE:
Art. 1°- DESIGNAR o servidor Carlos Roberto Bertucini, matrícula 11705, para exercer o cargo de Gestor Geral durante o período de 07/01/2020 a 26/01/2020(20 dias).
Cumpra-se, remetendo-se cópia à Egrégia Corregedoria Geral do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.
Cotriguaçu/MT, 06 de dezembro de 201 9.
Dante Rodrigo Aranha da Silva
Juiz Substituto e Diretor do Foro

Vara Única

Intimação

Ato Ordinatório Classe: CNJ-284 DIVÓRCIO LITIGIOSO
Processo Número: 1000298-25.2019.8.11.0099
Parte(s) Polo Ativo:
GINEI SIQUEIRA DAMASCENO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDUARDO RODRIGO DA SILVA OAB - MT25225/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA JOSE NUNES DOS SANTOS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GLAUCIO ANDRE LUIZ DO CARMO PINTO OAB - MT23573/O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE COTRIGUAÇU ATO ORDINATÓRIO. Nos termos da legislação vigente e com espeque no que dispõe o capítulo 2, Seção 17, item 2.17.4 - VI da CNGC, bem como o Provimento 56/2007 - CGJ, impulsiono os presentes autos com a finalidade de intimar a parte autora para que junte corretamente a petição de ID 25577742 e 25577748, que não estão disponíveis para visualização. COTRIGUAÇU, 4 de novembro de 2019. CARLOS ROBERTO BERTUCINI Gestor(a) Judiciário(a) SEDE DO VARA ÚNICA DE COTRIGUAÇU E INFORMAÇÕES: Avenida Angelin Saia, 59, Jardim Vitória Régia, COTRIGUAÇU - MT - CEP: 78330-000 - TELEFONE: (66) 35551586

Ato Ordinatório Classe: CNJ-37 CAUTELAR INOMINADA
Processo Número: 1000468-94.2019.8.11.0099
Parte(s) Polo Ativo:
ORLANDO BOTELHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDUARDO RODRIGO DA SILVA OAB - MT25225/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE COTRIGUACU (REQUERIDO)
Estado de Mato Grosso (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MANOEL ANTONIO DE REZENDE DAVID OAB - MT6078-O (ADVOGADO(A))
EMERSON MONTEIRO TAVARES OAB - MT0019736A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE COTRIGUAÇU ATO ORDINATÓRIO. Nos termos da legislação vigente e com espeque no que dispõe o capítulo 2, Seção 17, item 2.17.4 - VI da CNGC, bem como o Provimento 56/2007 - CGJ, impulsiono os presentes autos com a finalidade de intimar a parte autora para retificar a juntada de Id 25577221 que se encontra corrompida no prazo de 05 dias. COTRIGUAÇU, 12 de dezembro de 2019. PIETRO ALAN CUSTODIO DE OLIVEIRA Gestor(a) Judiciário(a) SEDE DO VARA ÚNICA DE COTRIGUAÇU E INFORMAÇÕES: Avenida Angelin Saia, 59, Jardim Vitória Régia, COTRIGUAÇU - MT - CEP: 78330-000 - TELEFONE: (66) 35551586

Expediente

Edital de Intimacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 81671 Nr: 2177-21.2018.811.0099
AÇÃO: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)->Medidas Cautelares->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: FG
PARTE(S) REQUERIDA(S): GRF
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO 30 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) intimada(s): FRANCIELLY GONÇALVES, Filiação: Rosimara Aparecida Gonçalves, data de nascimento: 18/09/2001, brasileiro(a), natural de Comodoro-MT, menor e atualmente em local incerto e não sabido GEBES ROCHA FERREIRA, Cpf: 02656749131, Rg: 15346986, Filiação: Osmarina Rocha Ferreira e Rael Rodrigues Ferreira, brasileiro(a). atualmente em local incerto e não sabido
FINALIDADE: INTIMAÇÃO da parte acima qualificada, atualmente em lugar incerto e não sabido, dos termos da r. sentença proferida nos autos e a seguir transcrita. .
Sentença: Ante o exposto, REVOGAM-SE as medidas protetivas determinadas nos autos, JULGANDO-SE EXTINTO o presente feito, sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, VI, do Código de Processo Civil.Ciência ao Ministério Público.Após o trânsito em julgado, arquivem-se com as baixas de estilo.
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Pietro Alan Custodio de Oliveira, digitei.
Cotriguaçu, 29 de novembro de 2019
Ezequiel Serafim da Paixão Mazzeto Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.686/CNGC

Edital de Citacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 9707 Nr: 237-17.2001.811.0099
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE JURUENA
PARTE(S) REQUERIDA(S): PASTRO & PASTRO LTDA (SUPERMERCADO PEKA)
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: VIVIANE SANTIN RODRIGUES - OAB:4206/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 30 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) citadas(s): PASTRO & PASTRO LTDA (SUPERMERCADO PEKA), CNPJ: 03198439000169. atualmente em local incerto e não sabido
FINALIDADE: CITAÇÃO do(s) executado(s) acima qualificado(s), atualmente em lugar incerto e não sabido, quanto aos termos da ação executiva que lhe(s) é proposta, consoante consta da petição inicial a

seguir resumida, para, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da expiração do prazo deste edital, pagar o débito acima descrito, com atualização monetária e juros, ou nomear bens à penhora suficientes para assegurar o total do débito, sob pena de lhe serem penhorados tantos bens quantos necessários forem para a satisfação da dívida. Data de Distribuição da Ação: 30/10/2001.

RESUMO DA INICIAL: Trata-se de Execução Fiscal promovida pela FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE JURUENA em face de PASTRO & PASTRO LTDA (SUPERMERCADO PEKA), na quantia abaixo especificada, referente ao débito de Tributária, inscrito(s) na(s) seguinte(s) Certidão(ões) de Dívida Ativa: 5968/2000, 5969/2000, 12161/2002, 12162/2002.

Data de Inscrição da Dívida Ativa: 10/04/2002

- Valor Total: R$1.862,79 - Valor Atualizado: R$1.862,79 - Valor Honorários: R$0,00

Despacho/Decisão: Vistos...Nos termos do artigo 8º da Lei nº. 6.830/80 (Lei de Execução Fiscal), CITAR a parte-executada por CARTA COM AVISO DE RECEBIMENTO, para pagar a dívida, com os juros, multa de mora e encargos indicados na última petição da parte-exequente (atualização do débito/aditamento à inicial) ou garantir a execução, no prazo de 05 (cinco) dias.Na hipótese da citação por carta ser frustrada, CITAR a parte executada por meio de OFICIAL DE JUSTIÇA, expedindo o mandado de citação, penhora, avaliação e registro de bens existentes em nome da parte executada, para, de igual forma, pagar a dívida ou garantir a execução com o oferecimento de bens à penhora (artigo 8º, inciso III da LEF).Salienta-se que a parte executada poderá, querendo, oferecer embargos no prazo de 30 (trinta) dias, contados da intimação da penhora.Para as hipóteses de pronto pagamento, fixam-se os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor da execução, conforme artigo 85, §3º, inciso I, do CPC.Infrutífera a citação por Oficial de Justiça, CITAR POR EDITAL a parte-executada, nos mesmos termos acima descritos, observando o disposto no inciso IV do artigo 8º da LEF.Efetuada a citação, seja por qualquer meio supramencionado e decorrido o prazo sem o pagamento do débito exequendo, INTIMAR a parte-exequente para requerer o que entender de direito.Intimar. Cumprir. Serve cópia do presente como MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA, considerando a celeridade processual pretendida.Cotriguaçu/MT, 09 de julho de 2018.Dante Rodrigo Aranha da SilvaJuiz Substituto

ADVERTÊNCIA: Fica(m) ainda advertido(s) o(s) executado(s) de que, aperfeiçoada a penhora, terá(terão) o prazo de 30 (trinta) dias para opor(oporem) embargos.

E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, CHARLA EDUARDA MIRANDA DA SILVA, digitei.

Cotriguaçu, 11 de dezembro de 2019

Ezequiel Serafim da Paixão Mazzeto Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.205/CNGC

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 17540 Nr: 140-46.2003.811.0099

AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: UNIÃO FAZENDA NACIONAL

PARTE(S) REQUERIDA(S): JURUENA EMPREENDIMENTOS DE COLONIZAÇÃO LTDA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: OSVALDO ANTONIO DE LIMA - OAB:3212/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DIOGO DOUGLAS CARMONA - OAB:751/MT

Nos termos da legislação e provimento nº 56/2007, impulsiono estes autos com a finalidade de intimar a parte exequente para que fique ciente da sentença de fl.122.

Edital de Intimacao

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 30809 Nr: 432-55.2008.811.0099

AÇÃO: Ação Penal de Competência do Júri->Processo Comum->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PARTE(S) REQUERIDA(S): NIVALDO MOLMELSTET - Vulgo "Polaco"

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JOCIMAR FERREZ - OAB:18766/O

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PRAZO 15 DIAS

Pessoa(s) a ser(em) intimada(s): NIVALDO MOLMELSTET - VULGO "POLACO", Cpf: 96396636972, Rg: 2.967.167-1, Filiação: Bernadete Hoepers Molmelstet e Sebastião João Milmelstet, data de nascimento: 29/06/1975, brasileiro(a), natural de Vidal Ramos-SC, casado(a), industriário. atualmente em local incerto e não sabido

FINALIDADE: INTIMAÇÃO da parte acima qualificada, atualmente em lugar incerto e não sabido, dos termos da r. sentença proferida nos autos e a seguir transcrita. INTIMAÇÃO DO ACUSADO, ACIMA QUALIFICADO, DA DECISÃO DE PRONÚNCIA ABAIXO TRANSCRITA..

Sentença: Vistos em correição...I RELATÓRIOTrata-se de processo iniciado a partir de Denúncia do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO em desfavor de NIVALDO MOLMELSTET, com qualificação anterior, asseverando que teria praticado conduta tipificada como infração penal, indicando-se a seguinte correlação:i.NIVALDO: art. 121, §2º, II (motivo fútil) e IV (recurso que dificultou ou impossibilitou a defesa do ofendido) c/c art. 14, II, todos do Código Penal, por duas vezes,Para tanto, apontou-se, na Denúncia, trazendo em seu bojo Inquérito Policial, que o acusado, em 29/03/2008, por volta das 21h30min, na Avenida Principal, na Agrovila dos Pioneiros, em Cotriguaçu, desferiu golpes de faca ("peixeira") contra MARCOS ANTÔNIO CORREIA DE MELO e GEISE CRISTIANE SCHONINGER, dolosamente, por motivo fútil e mediante recurso que dificultou ou impossibilitou a defesa das vítimas, não consumando o resultado morte pretendido por circunstâncias alheias à vontade do acusado. Narra a Denúncia que as vítimas estavam no local dos fatos quando lá "surgiu o denunciado na posse de uma faca, indagando a respeito do paradeiro de sua esposa". Indicou-se que o acusado, sem aguardar qualquer resposta, "iniciou uma série de golpes de faca contra" as vítimas, as quais não puderam "esboçar qualquer reação de defesa". Em seguida, o acuado foi "contido por terceiros", os quais lhe tomaram a faca que "trazia em punho", impedindo "a consumação dos delitos de homicídio".NÃO houve prisão em flagrante.A Denúncia foi recebida em 05/06/2008. Citação pessoal em 02/10/2009. Apresentou-se resposta à acusação em 08/10/2009. Em instrução, foram ouvidas testemunhas, vítimas e feito o interrogatório. Em alegações finais, requereu o Ministério Público a prolação de decisão de pronúncia nos termos da Denúncia.Das alegações da Defesa se extrai o seguinte:i.Quanto à vítima Geise, desclassificação para lesão corporal culposa, declarando-se a prescrição;ii.Pronúncia quanto à vítima Marcos.II FUNDAMENTAÇÃO II.1 CONSIDERAÇÕES GERAISDe início deve ser sublinhado que o atual momento é aquele previsto nos arts. 413, 414, 415 e 419, todos do CPP:Art. 413.O juiz, fundamentadamente, pronunciará o acusado, se convencido da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação.§ 1oA fundamentação da pronúncia limitar-se-á à indicação da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, devendo o juiz declarar o dispositivo legal em que julgar incurso o acusado e especificar as circunstâncias qualificadoras e as causas de aumento de pena. § 2oSe o crime for afiançável, o juiz arbitrará o valor da fiança para a concessão ou manutenção da liberdade provisória. § 3oO juiz decidirá, motivadamente, no caso de manutenção, revogação ou substituição da prisão ou medida restritiva de liberdade anteriormente decretada e, tratando-se de acusado solto, sobre a necessidade da decretação da prisão ou imposição de quaisquer das medidas previstas no Título IX do Livro I deste Código.Art. 414.Não se convencendo da materialidade do fato ou da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, o juiz, fundamentadamente, impronunciará o acusado.Parágrafo único.Enquanto não ocorrer a extinção da punibilidade, poderá ser formulada nova denúncia ou queixa se houver prova nova.Art. 415.O juiz, fundamentadamente, absolverá desde logo o acusado, quando: I – provada a inexistência do fato;II – provado não ser ele autor ou partícipe do fato;III – o fato não constituir infração penal;IV – demonstrada causa de isenção de pena ou de exclusão do crime. Parágrafo único.Não se aplica o disposto no inciso IV do caput deste artigo ao caso de inimputabilidade prevista no caput do art. 26 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, salvo quando esta for a única tese defensiva. Art. 419.Quando o juiz se convencer, em discordância com a acusação, da existência de crime diverso dos referidos no § 1o do art. 74 deste Código e não for competente para o julgamento, remeterá os autos ao juiz que o seja.Parágrafo único.Remetidos os autos do processo a outro juiz, à

disposição deste ficará o acusado preso. É o momento processual, portanto, de se apontar o caminho a ser seguido após o decurso e o cumprimento da primeira fase do rito de julgamento de crimes dolosos contra a vida, o doutrinária e jurisprudencialmente denominado “iudicium acusationes”, antecedente processual da chamada “iudicium causae” (aquela que se concretiza em plenário, com os jurados vindos da própria comunidade).Sobre esta divisão, Norberto Avena lança o seguinte comentário:Por isso é que se diz que o rito do júri é escalonado, bipartido. E por que essa divisão em duas fases? Ora, o julgamento popular, na medida em que expõe o réu perante a sociedade, envolve um grave constrangimento. Sendo assim, no Estado Democrático de Direito, sob pena de se ter um constrangimento ilegal, não se pode colocar o indivíduo no banco dos réus quando não haja, por exemplo, o mínimo de elementos apontando que tenha ele praticado o fato, ou quando evidente a licitude de seu agir. Por isso é que, no rito do júri, logo após o encerramento da instrução e a manifestação das partes, obrigatoriamente o juiz deverá manifestar-se quanto a admitir ou não a acusação feita ao réu na denúncia de um crime doloso contra a vida, filtrando cada acusação de modo a impedir que, processos sem o mínimo de lastro probatório, conduzam o réu a júri popular.(AVENA, Norberto. Processo penal: esquematizado. Rio de Janeiro: Forense, 2014. 6. ed. E-book, sem paginação).Especificamente sobre esta primeira fase, Renato Brasileiro lembra que “Nesta fase, há apenas a intervenção do juiz togado, aqui denominado de juiz sumariante. O iudicium accusationis é a fase em que se reconhece ao Estado o direito de submeter o acusado a julgamento perante o Tribunal do Júri” (Manual de Processo Penal. Salvador: Editora Jus Podivm, 2014. 2. ed., rev., ampliada e atual. P. 1275).Abrem-se ao Juízo, como se nota, as quatro possibilidades acima citadas: pronúncia (art. 413 do CPP), impronúncia (art. 414 do CPP), absolvição sumária (art. 415 do CPP) e desclassificação (art. 419 do CPP). A pronúncia, nos dizeres de Aramis Nassif, citado por Aury Lopes Jr., é decisão que verifica a “admissibilidade da pretensão acusatória, tal como feito quando do recebimento da denúncia, mas, e não é demasia dizer, trata-se de verdadeiro re-recebimento da denúncia, agora qualificada pela instrução judicializada” (Direito processual penal. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. E-book, sem paginação).Como se vê da leitura do §1º do art. 413 do CPP, a decisão de pronúncia “limitar-se-á à indicação da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação”.Por isso diz Aury Lopes que: Não é a pronúncia o momento para realização de juízos de certeza ou pleno convencimento. Nem deve o juiz externar suas “certezas”, pois isso irá negativamente influenciar os jurados, afetando a necessária independência que devem ter para julgar o processo.(Direito processual penal. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. E-book, sem paginação)A impronúncia, por sua vez, é a infirmação da suficiência, ou em outro prisma, a afirmação da insuficiência, querendo com isso dizer que o lugar da impronúncia é aquele em que se situa a conclusão pela falta de indícios suficientes de autoria (aqui em sentido amplo, a englobar a participação) ou até mesmo quando não se “convencer” da materialidade delitiva (delito este que, como visto, deve ser doloso contra a vida). Note-se que a impronúncia se refere à falta de indícios suficientes, o que não significa conclusão pela inexistência deles, ou seja, pela confirmação (em análise do resultado da atividade probatória) de que inexistiu o fato, da comprovação do não envolvimento do acusado, da comprovação de inexistência da infração penal ou até mesmo pela comprovação de causa que exclua o crime ou afaste (isente) a pena. Isso é assim porque em casos como tais, o que se terá não é impronúncia, mas absolvição sumária (art. 415 do CPP).A absolvição sumária, portanto, decorre da conclusão a que se chega após a análise da atividade probatória (propositura, admissão, produção, valoração) em que se afirma provada a inexistência do fato, a não-autoria, a inexistência do crime, a exclusão do crime ou até mesmo a isenção de pena em relação ao crime. Situa-se, como se vê, em outro nível de cognição em relação à impronúncia. Por último, tem-se a desclassificação, tendo lugar quando se conclui não haver grau de suficiência da prática de crime doloso contra a vida, porém se conclui pela existência de indícios relacionados a crime de natureza diversa, ou seja, não doloso contra a vida. II.2 DA ANÁLISE DO PRESENTE CASOComo toda imputação em sede de processo penal, o que deve ser analisada é a estruturação do binômio autoria/materialidade, sempre ressaltando que não é momento processual que exige a conclusão pela comprovação, pelo menos não para fins de pronúncia, pois, como visto, o que se exige para que se mantenha o curso até a segunda fase são indícios suficientes de autoria e materialidade. De pronto já se transcreve a estrutura normativa indicada pela Denúncia:Art. 121. Matar alguém:Pena - reclusão, de seis a vinte anos.[...]Homicídio qualificado§ 2° Se o homicídio é cometido:I - mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe;[...]Pena - reclusão, de doze a trinta anos.Art. 14. Diz-se o crime: Crime consumadoI - consumado, quando nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal; TentativaII - tentado, quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.Quanto à materialidade, encontrar-se-ia vincada no “Auto de Exame de Lesões Corporais” de Geise, pelo “Termo de Exibição e Apreensão” da faca e pelas oitivas.Discute-se individualmente.O Auto de Exame de Lesões Corporais aponta para “corte superficial emdedos da mão direita” (falangemédia do 2º dedo e falange do 3º dedo). O mapa topográfico para localização de lesões deixa ver que houve lesão na região da mãe direita.E não pode ser deixado de lado o Termo de Apreensão, no qual se encontra a indicação de apreensão de uma faca com 19cm de lâmina.Fundamental analisar a prova testemunhal (em sentido amplo) produzida em sede judicial, pelo menos aquelas que trazem informações que se aparentam relevantes.MARCOS, vítima, disse que estava em uma festa no “Pavilhão”, momento em que lá chegou o acusado.Estava com sua namorada, abraçada nela, tendo o acusado dado duas voltas e perguntado pela esposa dele. Disse que não sabia, momento em que o acusado sacou uma faca e desferiu um golpe na direção de Marcos, o qual foi para frente, tendo o golpe atingido os dedos de sua namorada. Correu para trás de um caminhão boiadeiro, tendo o acusado corrido atrás, mas acabou caindo. Deu a volta no caminhão e entrou no salão, tendo o acusado entrado correndo atrás, ainda com a faca, mas um pessoal segurou o acusado. Não sabe o motivo de o acusado fazer aquilo. Afirmou que não tinha qualquer desavença ou rixa anterior com o acusado. Conhecia o acusado de vista, não sendo amigos ou inimigos. Depois até se encontrou com o acusado, mas nada ocorreu. Depois soube que ele foi embora.GEISE, vítima, disse que à época dos fatos Marcos era seu namorado. Conhecia o acusado de vista. No dia dos fatos estavam em uma festa, abraçada com seu namorado, quando lá chegou Nivaldo, falando algumas coisas estranhas, com uma faca na mão, indo para cima de Marcos, vindo a acertar um golpe de faca na mão de Geise. Ele perguntou para Marcos acerca da esposa do acusado, tendo Marcos dito que não sabia. O acusado apontou a faca para Marcos. Como estava com a mão nas costas de Marcos, acabou tendo sua mão acertada. Acredita que Nivaldo nem viu que acertou a vítima. Após o golpe, Marcos correu, tendo Nivaldo corrido atrás, ainda com a faca em punho. Nivaldo foi contido por alguns homens, impedindo que alcançasse Marcos. Marcos não foi lesionado. Não ouviu Marcos chamando o acusado de corno ou algo do gênero. Marcos não estava armado, tampouco houve soco por parte de Marcos. Não sabe de qualquer desentendimento entre Marcos e Nivaldo. Conhecia Nivaldo de vista, nada tendo contra ele. Ele não disse qualquer coisa para Geise. A faca parecia que não era de serra, mas sim de corte. ARVELINO, testemunha, disse que conhece Nivaldo, Marcos e Geise, os quais moravam na Agrovila. Era dono da lanchonete onde ocorreu a situação, mas não viu a briga. Ouviu dizer que alguém havia batido um banco na cabeça do acusado (“Polaco”). Depois encontrou a faca no chão, pegando-a, ouvindo dizer que estava com Polaco, bem como ouviu que Nivaldo correu atrás de Marcos. A faca era “de corte”.JOSÉ PAULINO, testemunha, disse que estava presente no local e momento dos fatos. O que fez foi ajudar a apartar. Nivaldo estava com uma faca na mão, uma peixeira. Estava no bar quando Nivaldo chegou com a faca na mão. Não se recorda a dinâmica da discussão entre Nivaldo, Marcos e Geise. A briga era ente Nivaldo e Marcos, tendo Geise ficado no meio. Não sabe o motivo. VALDEMAR, testemunha, disse que é amigo do acusado, conhecendo-o há cinco ou seis anos. Estava na festa quando do ocorrido. Estava dançando, não tendo visto o que ocorreu. Nivaldo foi embora. GILSON, testemunha, disse que é amigo do acusado. Estava na festa quando do ocorrido, mas praticamente não viu o ocorrido. Não viu quando pegaram o Polaco. NIVALDO, interrogado, afirmou que parte dos fatos é verdadeira. À tarde estava em um churrasco, pois isso estava com uma faca. Havia bebido. Do churrasco foi para uma festa no Nego, tendo levado a faca, não sabendo a razão de ter feito isso, acreditando que tenha sido por causa da bebida. Estava na festa quando sua esposa disse que iria levar as crianças para casa. Foi para fora da festa para procurar a esposa, perguntando para Marcos e Geise onde estava a esposa. Decidiu ir embora para sua casa, pois estava muito bêbado. Quando passou por Marcos e disse que iria embora para sua casa, Marcos disse que “lugar de corno era em casa”. Isso

irritou o acusado, levando a faca contra Marcos, acabando por cortar o dedo da menina. Correu atrás de Marcos. A faca era tipo um "facãozinho". Reconheceu a faca na Delegacia. Não tinha qualquer desentendimento anterior com Marcos. Retoma-se a discussão sobre a imputação. Quanto à tese da Defesa, a de que se estaria diante de um caso de "aberratio criminis" e que, por isso, deveria haver a consideração de tentativa de homicídio contra Marcos e lesão corporal culposa contra Geise, com ela não se concorda.Mesmo que se tratasse de "aberratio criminis", a conclusão seria outra. Entretanto, aqui se depara com "aberratio ictus" (art. 73 do CP):Erro na execuçãoArt. 73 - Quando, por acidente ou erro no uso dos meios de execução, o agente, ao invés de atingir a pessoa que pretendia ofender, atinge pessoa diversa, responde como se tivesse praticado o crime contra aquela, atendendo-se ao disposto no § 3º do art. 20 deste Código. No caso de ser também atingida a pessoa que o agente pretendia ofender, aplica-se a regra do art. 70 deste Código.A prova testemunhal delineou cenário em que se mostram indícios de que a conduta do acusado se voltou à vítima Marcos, mas por erro na execução acabou atingindo a mão de Geise. Fica bem vincado tal aspecto quando se analisam as oitivas de Geise e Marcos, havendo clara e coerente indicação de que o acusado, após desferir o golpe em direção a Marcos, correu atrás deste, tendo que ser contido por algumas pessoas para não continuar a empreitada iniciada. Portanto, aqui se conclui que há indícios de que o acusado pretendia matar Marcos, não conseguindo por circunstâncias alheias à vontade dele (ação de pessoas no local), atingindo, em erro na execução, a mão de Geise. Por esse raciocínio, também não prospera a tese do Ministério Público de que tenha havido concurso de crimes (dois homicídios tentados), havendo clareza nas provas produzidas estruturando cenário em que Geise não era alvo do acusado. Não fazendo pouco da limitação que existe nesta fase processual, como dito anteriormente, mas aqui se tem situação em que é forçoso reconhecer a absolvição quanto à imputação relacionada à vítima Geise. Não se desconhecendo entendimentos (doutrinários e jurisprudenciais) de que a ligação entre o fim da primeira e a segunda fase no rito do Júri prescinda de robustez probatória, contentando-se com afirmações calcadas nos chamados "elementos informativos pré-processuais", parte-se de outro paradigma, o de que o caminho para a segunda fase do rito em destaque deva ser alicerçado por conclusões probatórias que, a par de poderem utilizar indicações anteriormente obtidas, não se mostrem antagônicas entre si e guardem correlação com o delineado pelos atores do processo. Vai-se ao encontro de posicionamento como o exposto em julgado do Tribunal de Justiça de Mato Grosso assim ementado:EMBARGOS INFRINGENTES – APELAÇÃO CRIMINAL RECEBIDA COMO RECURSO EM SENTIDO ESTRITO – TENTATIVA DE HOMICÍDIO – DECISÃO DE PRONÚNCIA – IRRESIGNAÇÃO DEFENSIVA – PRETENDIDA PREVALÊNCIA DO VOTO VENCIDO QUE DESPROVEU O RECURSO E MANTEVE A IMPRONÚNCIA – PERTINÊNCIA – AUSÊNCIA DE PROVAS CONTUNDENTES PARA A FUNDADA SUSPEITA DE AUTORIA DO DELITO – IMPRONÚNCIA – EMBARGOS PROVIDOS.O onus probandi da existência do fato criminoso e dos indícios suficientes de autoria cabe ao Ministério Público, vez que formula a pretensão condenatória. Incabível a pronúncia do imputado se a anemia probatória não permite a constatação da possibilidade de autoria do crime contra a vida.(ElfNu 157983/2013, DES. RUI RAMOS RIBEIRO, TURMA DE CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS, Julgado em 05/06/2014, Publicado no DJE 30/06/2014)Tendo isso em mente, segue-se.Se são necessários apenas "indícios suficientes de autoria" para que se tenha decisão de pronúncia (art. 413 do CPP), os indícios e provas trazidos e produzidos se adjetivam do anteriormente mencionado e tido por indispensável "grau de suficiência" para que se tenha decisão de pronúncia em relação ao cenário vinculado a Marcos, mas não quanto a Geise.No tocante à qualificadora do "motivo fútil", há menção à questão da interpretação feita pelo acusado acerca das palavras da vítima Marcos, indicando desproporção, havendo indícios suficientes de que a motivação da conduta perpetrada tenha sido essa, não sendo "manifestamente improcedente ou descabida" (em expressão utilizada pelo STJ), de forma que deve ser levado tal ponto ao Tribunal do Júri.O recurso que impossibilitou ou dificultou a defesa da vítima porém, não se mostra minimamente (suficientemente, portanto) delineado, NÃO havendo indicativo de que o golpe tenha se dado de surpresa a ponto de não permitir que fosse defendido, tanto que a própria vítima Marcos apontou que se desvencilhou do golpe quando o acusado sacou a faca.Em razão disso, conclui-se pelo afastamento da qualificadora "recurso que impossibilitou ou dificultou a defesa da vítima" no presente caso.III DISPOSITIVOPor todo o exposto, conclui-se por:i.PRONUNCIAR, com fundamento no art. 413 do CPP, NIVALDO MOLMESLTET ("Polaco"), como incurso na conduta prevista no art. 121, §2º, II (motivo fútil) c/c art. 14, II, ambos do Código Penal, a fim de que seja oportunamente submetido ao julgamento do Egrégio Tribunal do Júri desta Comarca;ii.ABSOLVER, com fundamento no art. 414 do Código de Processo Penal, NIVALDO MOLMESLTET ("Polaco"), quanto à imputação contra a vítima Geise;IV DISPOSIÇÕES FINAISPor fim, à SECRETARIA para:1.INTIMAR o acusado (pessoalmente, no último endereço indicado. Por edital,se não encontrado);2.INTIMAR a Defesa (pessoalmente, se Defensor nomeado);3.CIÊNCIA ao Ministério Público;4.TRANSITADA em julgado/PRECLUSA, o que deve ser certificado:a.VISTAS ao Ministério Público, por 5 dias, para os fins do art. 422 do CPP;b.Após, VISTAS à Defesa para a mesma finalidade;c.Após, conclusos.Serve o presente como MANDADO/PRECATÓRIA.Publicar. Intimar. Cumprir, fazendo as comunicações e as baixas necessárias.Cotriguaçu/MT, 26 de setembro de 2018.Dante Rodrigo Aranha da SilvaJuiz Substituto

E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, José Jorge Taninato Silva, digitei.

Cotriguaçu, 11 de dezembro de 2019

Ezequiel Serafim da Paixão Mazzeto Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.686/CNGC

Edital de Citacao

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 61855 Nr: 248-26.2013.811.0099

AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO

PARTE(S) REQUERIDA(S): JUARES ROBERTO POMPEU DE CAMPOS

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ROMES JULIO TOMAZ - OAB:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 30 DIAS

Pessoa(s) a ser(em) citadas(s): JUARES ROBERTO POMPEU DE CAMPOS, Cpf: 42445256100, brasileiro(a). atualmente em local incerto e não sabido

FINALIDADE: CITAÇÃO do(s) executado(s) acima qualificado(s), atualmente em lugar incerto e não sabido, quanto aos termos da ação executiva que lhe(s) é proposta, consoante consta da petição inicial a seguir resumida, para, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da expiração do prazo deste edital, pagar o débito acima descrito, com atualização monetária e juros, ou nomear bens à penhora suficientes para assegurar o total do débito, sob pena de lhe serem penhorados tantos bens quantos necessários forem para a satisfação da dívida. Data de Distribuição da Ação: 01/02/2013.

RESUMO DA INICIAL: Trata-se de Execução Fiscal promovida pela FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO em face de JUARES ROBERTO POMPEU DE CAMPOS, na quantia abaixo especificada, referente ao débito de Descumprimento do Dispositivo do CDC, inscrito(s) na(s) seguinte(s) Certidão(ões) de Dívida Ativa: 2013502/2013.

Data de Inscrição da Dívida Ativa: 05/12/2011

- Valor Total: R$977,16 - Valor Atualizado: R$977,16 - Valor Honorários: R$0,00

Despacho/Decisão: Vistos...Tendo em vista o novo endereço informado da parte-executada fl. 18, DEFERE-SE o pleito da parte-exequente.Por isso, à SECRETARIA para:1.CITAR o executado por CARTA COM AVISO DE RECEBIMENTO, para pagar a dívida, com os juros, multa de mora e encargos indicados na última petição da parte-exequente (atualização do débito/aditamento à inicial) ou garantir a execução, no prazo de 05 (cinco) dias;2.Na hipótese da citação por carta ser frustrada, CITAR o executado por meio de OFICIAL DE JUSTIÇA, expedindo o mandado de citação, penhora, avaliação e registro de bens existentes em nome da parte executada, para, de igual forma, pagar a dívida ou garantir a execução com o oferecimento de bens à penhora (artigo 8º, inciso III da LEF);a.Salienta-se que a parte executada poderá, querendo, oferecer embargos no prazo de 30 (trinta) dias, contados da intimação da penhora;b.Para as hipóteses de pronto pagamento, fixam-se os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor da execução, conforme artigo 85, §3º, inciso I, do CPC;3.Infrutífera a citação por Oficial de Justiça, CITAR POR EDITAL o executado, nos mesmos

termos acima descritos, observando o disposto no inciso IV do artigo 8º da LEF;4.Efetuada a citação, seja por qualquer meio supramencionado e decorrido o prazo sem o pagamento do débito exequendo, INTIMAR a parte-exequente para requerer o que entender de direito.Intimar. Cumprir. Serve cópia do presente como MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA, considerando a celeridade processual pretendida.Cotriguaçu/MT, 28 de fevereiro de 2019.Dante Rodrigo Aranha da SilvaJuiz de Direito
ADVERTÊNCIA: Fica(m) ainda advertido(s) o(s) executado(s) de que, aperfeiçoada a penhora, terá(terão) o prazo de 30 (trinta) dias para opor(oporem) embargos.
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, CHARLA EDUARDA MIRANDA DA SILVA, digitei.
Cotriguaçu, 11 de dezembro de 2019
Ezequiel Serafim da Paixão Mazzeto Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.205/CNGC

Comarca de Dom Aquino

Vara Única

Intimação

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1000495-78.2019.8.11.0034
Parte(s) Polo Ativo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS VALE DO CERRADO - SICREDI VALE DO CERRADO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO ALVES PUGA OAB - MT5058-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GERCINO PINTO DE OLIVEIRA (EXECUTADO)
MARIA ROSA FILHA DE OLIVEIRA (EXECUTADO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE DOM AQUINO VARA ÚNICA DE DOM AQUINO AV. JÚLIO MULLER, 98, (66) 3451-1224, CENTRO, DOM AQUINO - MT - CEP: 78830-000 Processo nº 1000495-78.2019.8.11.0034 C E R T I D Ã O Nos termos da legislação vigente, artigo 203, § 4º do NCPC, que determina que “os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, e outros, independem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo servidor e revistos pelo juiz quando necessário”, procedo a movimentação processual, INTIMANDO o(a) ADVOGADO DO(A) EXEQUENTE: MARCELO ALVES PUGA - MT5058-O, para que tome ciência do inteiro teor da certidão de ID. n 24760449, bem como para no prazo de 05 (cinco), efetuar o pagamento da diligência do Oficial de Justiça, referente ao cumprimento do segundo ato, devendo observar que as guias serão retiradas diretamente do site do TJMT: http://arrecadao.tjmt.jus.br/guia/diligencia/emissão (Provimento nº 07/2017). DOM AQUINO, 12 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) MARLI RIBEIRO SANTOS Gestor de Secretaria

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000366-73.2019.8.11.0034
Parte(s) Polo Ativo:
TIRADENTES MEDICO HOSPITALAR LTDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCIO EMRICH GUIMARAES LEAO OAB - GO0019964A (ADVOGADO(A))
CRISTINA VIANA DE SIQUEIRA MELAZZO OAB - GO18154 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE DOM AQUINO (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
EDMILSON VASCONCELOS DE MORAES OAB - 690.343.541-72 (PROCURADOR)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE DOM AQUINO DECISÃO Processo: 1000366-73.2019.8.11.0034. AUTOR(A): TIRADENTES MEDICO HOSPITALAR LTDA RÉU: MUNICIPIO DE DOM AQUINO Vistos Digam as partes as provas que pretendem produzir, justificando a pertinência e a necessidade, no prazo de 10 (dez) dias. Após, voltem-me os autos imediatamente conclusos. Intimem-se. LENER LEOPOLDO DA SILVA COELHO Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000611-84.2019.8.11.0034
Parte(s) Polo Ativo:
MARLEI ALVES DE SOUSA OLIVEIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FLAVIA PENHA OLIVEIRA DIAS CARDOSO OAB - MT12617/B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (RÉU)

Processo n. 1000611-84.2019.8.11.0034 C E R T I D Ã O Certifico, que a Contestação de id. n.26720253, foi apresentada tempestivamente. Nos termos da legislação vigente, artigo 203, § 4º do NCPC, que determina que “os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, e outros, independem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo servidor e revistos pelo juiz quando necessário”, procedo a movimentação processual, INTIMANDO o(a) ADVOGADO DO(A) AUTOR(A): FLAVIA PENHA OLIVEIRA DIAS CARDOSO - MT12617/B, para,querendo, apresente impugnação, no prazo de 15 (quinze) dias. DOM AQUINO, 12 de dezembro de 2019. Assinado eletronicamente por: ANTONIO DOS REIS LIMA FILHO 12/12/2019 17:23:19

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000636-97.2019.8.11.0034
Parte(s) Polo Ativo:
AGNALDO PEREIRA DE SOUZA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FLAVIA PENHA OLIVEIRA DIAS CARDOSO OAB - MT12617/B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (RÉU)

Processo n. 1000636-97.2019.8.11.0034 C E R T I D Ã O Certifico, que a Contestação de id. n.26766344, foi apresentada tempestivamente. Nos termos da legislação vigente, artigo 203, § 4º do NCPC, que determina que “os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, e outros, independem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo servidor e revistos pelo juiz quando necessário”, procedo a movimentação processual, INTIMANDO o(a) ADVOGADO DO(A) AUTOR(A): FLAVIA PENHA OLIVEIRA DIAS CARDOSO - MT12617/B, para,querendo, apresente impugnação, no prazo de 15 (quinze) dias. DOM AQUINO, 12 de dezembro de 2019. Assinado eletronicamente por: ANTONIO DOS REIS LIMA FILHO 12/12/2019 17:28:32

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000644-74.2019.8.11.0034
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO PEREIRA DOS SANTOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FLAVIA PENHA OLIVEIRA DIAS CARDOSO OAB - MT12617/B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (RÉU)

Processo n. 1000644-74.2019.8.11.0034 C E R T I D Ã O Certifico, que a Contestação de id. n.26832751, foi apresentada tempestivamente. Nos termos da legislação vigente, artigo 203, § 4º do NCPC, que determina que “os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, e outros, independem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo servidor e revistos pelo juiz quando necessário”, procedo a movimentação processual, INTIMANDO o(a) ADVOGADO DO(A) AUTOR(A): FLAVIA PENHA OLIVEIRA DIAS CARDOSO - MT12617/B, para,querendo, apresente impugnação, no prazo de 15 (quinze) dias. DOM AQUINO, 12 de dezembro de 2019. Assinado eletronicamente por: ANTONIO DOS REIS LIMA FILHO 12/12/2019 17:33:59

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000648-14.2019.8.11.0034
Parte(s) Polo Ativo:
NEDIO RODRIGUES DA PAIXAO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FLAVIA PENHA OLIVEIRA DIAS CARDOSO OAB - MT12617/B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:

INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (RÉU)

Processo n. 1000648-14.2019.8.11.0034 C E R T I D Ã O Certifico, que a Contestação de id. n.27053827, foi apresentada tempestivamente. Nos termos da legislação vigente, artigo 203, § 4º do NCPC, que determina que "os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, e outros, independem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo servidor e revistos pelo juiz quando necessário", procedo a movimentação processual, INTIMANDO o(a) ADVOGADO DO(A) AUTOR(A): FLAVIA PENHA OLIVEIRA DIAS CARDOSO - MT12617/B, para,querendo, apresente impugnação, no prazo de 15 (quinze) dias. DOM AQUINO, 12 de dezembro de 2019. Assinado eletronicamente por: ANTONIO DOS REIS LIMA FILHO 12/12/2019 17:43:40

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000554-66.2019.8.11.0034
Parte(s) Polo Ativo:
VALDEVINO FLORENCIO DE SALES CONCEICAO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FLAVIA PENHA OLIVEIRA DIAS CARDOSO OAB - MT12617/B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS (RÉU)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE DOM AQUINO VARA ÚNICA DE DOM AQUINO AV. JÚLIO MULLER, 98, (66) 3451-1224, CENTRO, DOM AQUINO - MT - CEP: 78830-000 Processo nº 1000554-66.2019.8.11.0034 CERTIDÃO INTIMAÇÃO das partes, através de seus procuradores que, foi agendada pelo Dr. Elder Rocha Lemos – Médico Perito - CRM 3151/MS, perícia médica a ser realizada no(a) requerente: VALDEVINO FLORENCIO DE SALES CONCEIÇÃO, no dia 13/03/2020, às 15h00min, na sede deste Juízo, devendo o(a) periciando(a) portar-se de Carteira de Identidade, Carteira de Trabalho, Carteira de Habilitação (caso possua) e todos os documentos referentes ao problema de saúde (laudos e exames) que pretenda oferecer à apreciação pericial. DOM AQUINO, 11 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) MARLI RIBEIRO SANTOS Gestor de Secretaria

Expediente

Edital de Intimacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 12421 Nr: 97-32.2011.811.0034
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: A União
PARTE(S) REQUERIDA(S): Marley Constantino da Silva, Marley Constantino da Silva
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ELIANE MORENO HEIDGGER DA SILVA/PROCURADORA DA FAZENDA NACIONAL - OAB:2287-B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Edital de Intimação - Sentença ME102
Prazo do Edital:30
Nome do(a,s) Intimando(a,s):MARLEY CONSTANTINO DA SILVA
Nome e cargo do digitador:ANIELLE ALVES MORAES EUGENIO, ANALISTA JUDICIÁRIO
Nº Ord. Serv. aut. escrivão assinar:
Sentença:Código 12421VISTOS. Trata-se de Execução Fiscal proposta pela UNIÃO em desfavor
dos executados MARLEY CONSTANTINO DA SILVA e MARLEY CONSTANTINO DA
SILVA.Instado, à UNIÃO, através do seu procurador, requereu a extinção do feito no que concerne
às CDA's 12.6.06.003863-27 e 12.4.10.001797-90 em razão do pagamento nos termos do art. 924,II
do CPC e a extinção da CDA 12.4.09.001336-40, ante a prescrição , com fulcro no art. 40, §4º da Lei
da Execução Fiscal e art. 924, V do CPC.É o relatório. Decido.Razão assiste à EXEQUENTE,
porquanto além de juntar a informação de pagamento das CDA's 12.6.06.003863-27 e
12.4.10.001797-90, esta informou/concordou com a prescrição da CDA 12.4.09.001336-40.Assim,
sem muitas delongas, preenchidos os requisitos para a ocorrência da
prescrição intercorrente na Lei
da Execução Fiscal, bem como ainformação do pagamento das demais CDA's, a extinção dos autos
com resolução do mérito, é medida que se impõe. Ante o exposto, JULGO e DECLARO extinta a
presente Execução Fiscal em relação à CDA 12.4.09.001336-40, com julgamento de mérito, nos
termos do art. 924, V, do CPC, ante o reconhecimento da prescrição, bem como fica extinta a
presente execução em relação às CDA's CDA's 12.6.06.003863-27 e 12.4.10.001797-90, com
julgamento do mérito, nos termos do art. 924, II do CPC, ante o pagamento integral
destas.Certificado o trânsito em julgado, ARQUIVEM-SE os autos, com as baixas e anotações de
estilo, independentemente de nova determinação. Dom Aquino/MT, 25 de novembro de
2019.LENER LEOPOLDO DA SILVA COELHOJUIZ DE DIREITO

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 32155 Nr: 865-84.2013.811.0034
AÇÃO: Execução de Sentença (arts. 632 e 730 do CPC)->MATÉRIA CÍVEL - 1ª INSTÂNCIA->Procedimento Criminal Militar->PROCESSO MILITAR
PARTE AUTORA: Raimundo Ferreira Dias
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Rondonópolis-MT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Flávia Penha Oliveira Dias Cardoso - OAB:12617-B/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Milena Luisa de Macedo Bonfim - Procuradora Federal do INSS - OAB:Mat 1950397
INTIMAÇÃO do(a) Advogado(a) da parte autora/exequente, para que tome ciência acerca do inteiro teor dos Ofícios Requisitórios (Precatório/RPV), expedidos às fls. 122 e 123, nos presentes autos conforme Res. CJF 458/2017, art. 11, e para, que no prazo legal, querendo, se manifeste.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 54627 Nr: 783-77.2018.811.0034
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Marcelo Torres Barbosa
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FLAVIA PENHA OLIVEIRA DIAS CARDOSO - OAB:12617B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Certifico e dou fé que, o Recurso de Apelação anexado à ref. 46, foi interposto tempestivamente pela parte requerida.
Certifico, ainda, nos termos da Legislação vigente (artigo 203 do NCPC), e do Provimento nº 56/07-CGJ, INTIMO a parte requerente, através de sua advogada, para no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresente as contrarrazões.

Edital de Intimacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 58470 Nr: 2535-84.2018.811.0034
AÇÃO: Interdição->Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso, Elisangela Ferreira da Silva Lopes
PARTE(S) REQUERIDA(S): MARIA BENITE
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Adalberto Ferreira de Souza Junior - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Marise Soares Guimarães de Souza - OAB:7846-MT
Edital de Intimação - Sentença ME102
Prazo do Edital:10 (DEZ) DIAS
Nome do(a,s) Intimando(a,s):Requerido(a): Maria Benite, Cpf: 70488834139, Rg: 28135849 SSP MT Filiação: , data de nascimento: 10/03/1944, brasileiro(a), natural de Cuiabá-MT, viuvo(a), idosa, Endereço:

Av. Pedro Celestino, 196, Bairro: Centro, Cidade: Dom Aquino-MT
Nome e cargo do digitador:Antonio dos Reis Lima Filho - Técnico Judiciário
FAZ SABER, a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, de que foi decretada a Interdição de VILSON PEREIRA DOS SANTOS, CPF: 03025936169, RG: 19105614 SSP MT Filiação: Maria de Lourdes Pereira de Sousa, data de nascimento: 31/08/1988 04:00:00, brasileiro(a), natural de Dom Aquino-MT, solteiro(a), beneficiário, Endereço: Rua Fernando Correa Nº 39, Quadra 10, Bairro: Ferreira Mendes, Cidade: Dom Aquino-MT, por sentença proferida em 03/11/2016. Limites da Interdição: absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil. Causa da Interdição: Deficiência mental. Prazo da Interdição: Indeterminado. Curadora nomeada: MARIA APARECIDA PEREIRA DE SOUZA. O prazo deste edital é do art. 755, § 3º do Novo Código de Processo Civil.
Nº Ord. Serv. aut. escrivão assinar:
Sentença:
Vistos e etc.
Trata-se de AÇÃO DE INTERDIÇÃO C.C ANTECIPAÇÃO DE TUTELA ajuizada pelo MINISTÉRIO PÚBLICO em favor da idosa MARIA BENITE, visando que seja decretada a sua interdição, nomeando como curadora definitiva a neta da idosa, SRA. ELISÂNGELA FERREIRA DA SILVA LOPES, alegando, em síntese, em síntese, que a idosa encontra-se incapacitada em virtude de seu problema de saúde – Acidente Vascular Cerebral Hemorrágico (AVC) e por conta disso fica sob os cuidados de sua filha Deici Ferreira da Cruz. Acontece que a Sra. Deici não é alfabetizada, motivo pelo qual pugna para que seja nomeada como curadora a neta da idosa, Sra. Elisangela Ferreira da Silva Lopes.
Outrossim, extrai-se da prefacial que a interditanda carece de constante assistência e auxílio.
Com lastro nestas premissas, postula a Parte Autora pela decretação de interdição da Interditanda.
Com a inicial vieram os documentos. A tutela antecipada foi deferida (ref. 4), concedendo-se a curatela provisória da interditanda à sua neta ELISANGELA.
A interditada foi regularmente citada (Ref. 22).
Houve a realização de audiência (Ref. 25) momento em que efetuou a entrevista da interditanda, bem como fora nomeada Dra. Marise Soares Guimarães de Souza como curadora da interditanda, igualmente, em ref. 33 fora apresentada contestação.
Vieram-me os autos conclusos.
É O RELATÓRIO. FUNDAMENTO E DECIDO.
Cuida-se de pedido formulado pelo Ministério Público para interdição de MARIA BENITE.
O entendimento predominante nos tribunais é que a ação de interdição possui caráter social, a fim de garantir a proteção da pessoa e dos bens do(a) interditando(a), desde que haja indícios e suspeitas de que o(a) requerido(a) não detém plena capacidade de entendimento.
Conforme ressaltado pelo Parquet, no caso dos autos, vê-se claramente do interrogatório da interditanda (ref: 25), a situação precária que se encontra a mesma, tendo em vista, que a mesma e cadeirante, não possuindo qualquer discernimento do que estava ocorrendo no ato, bem como possui sério problema de audição. Demais disso, conforme atestado médico subscrito pelo Dr. Rogerio, entende-se:
"(…) Atesto para fins de documentação que Maria Benite esta incapacitada, devido sequelas de AVC H, devendo receber benefícios previdenciários".
Impõe-se, portanto, nos termos do artigo 1767, inciso I do Código Civil, a curatela do interditando. Neste sentido, cita Maria Helena Diniz, em seu Código Civil Anotado, p. 387:
"A curatela é o encargo público cometido, por lei, a alguém para reger e defender uma pessoa e administrar seus os bens de maiores incapazes, que, por si sós, não estão em condições de fazê-lo, em razão de enfermidade ou deficiência mental" (RT 529/80).
Diante das alegações trazidas os pedidos iniciais, assim, devem ser tidos por procedentes.
Logo, torna-se dispensável a designação de audiência de instrução, bem como a designação de pericia.
Isto posto, e pelo que mais consta dos autos, JULGO PROCEDENTE a pretensão posta na peça inicial, para decretar a interdição de MARIA BENITE, declarando-a relativamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil. Via de consequência, o interditando ficará privada de, sem curador, emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar, demandar ou ser demandada e praticar, em geral, os atos que não sejam de mera administração (CC, art. 1782).
Nomeio lhe curadora a Sra. Elisangela Ferreira da Silva Lopes, sua neta.
Em obediência ao disposto no artigo 755. §3, do Código de Processo Civil e no artigo 12, inciso III, do Código Civil, inscreva-se a presente decisão no registro civil e publique-se na imprensa local e no diário oficial, por três vezes, com intervalos de dez dias.
Expeça-se o necessário para averbação no registro civil do Interditada.
Sem custas ou honorários advocatícios.
Dou esta por publicada com a entrega na Escrivania. Dispensado o registro nos termos do Provimento nº 42/2008-CGJ.
Por fim fixo o valor de 4 (quatro) URH´s em favor da advogada nomeada como curadora especial. Expeça-se a competente certidão de honorários.
Transitada em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe.
Intimem-se. Ciência ao MP.
LENER LEOPOLDO DA SILVA COELHO
JUIZ DE DIREITO

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Lener Leopoldo da Silva Coelho
Cod. Proc.: 50380 Nr: 2363-79.2017.811.0034
AÇÃO: Inventário->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MARIA RITA OLIVEIRA DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): ÂNGELA MARIA PEREIRA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Marise Soares Guimarães de Souza - OAB:7846-MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.[...]Assim, JULGO, por sentença (art. 659, § 2º, CPC), o inventário dos bens deixados por ÂNGELA MARIA PEREIRA (qualificado nos autos), na forma pleiteada pela inventariante, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, atribuindo aos nele contemplados os respectivos quinhões, salvo erro ou omissão, e ressalvados direitos de terceiros.Tendo o feito tramitado sob o pálio da gratuidade da justiça, determino que, decorrido o prazo recursal, sejam expedidos os competentes formais de partilha. Em atendimento ao art. 659, § 2º, do CPC, após o cumprimento do item supra, abra-se vista à Fazenda Pública. Cumpridas as formalidades expeça-se a competente certidão de honorários advocatícios, conforme nomeação de ref.08.Após, arquivem-se, procedendo-se às baixas de estilo e anotações de praxe. Publique-se. Registre-se.Intime-se. Cumpra-se. LENER LEOPOLDO DA SILVA COELHOJuiz de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Lener Leopoldo da Silva Coelho
Cod. Proc.: 50628 Nr: 2487-62.2017.811.0034
AÇÃO: Produção Antecipada de Provas->Processo Cautelar->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BASF Agricultural Solutions US LLC, PL Pesquisa e Produção de Sementes Ltda
PARTE(S) REQUERIDA(S): Sadi Luiz Piccinin Júnior
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: AMANDA MARTINS NAVEGANTES - OAB:186461, Gustavo Piva de Andrade - OAB:119.932 - RJ, Juliana Nogueira de Sá Cardoso Coelho - OAB:220.769
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Lorivaldo Fernandes Stringheta - OAB:3517-B
Vistos etc.
Sobre petição do Réu à ref. 88, manifeste-se o Autor no prazo de 15 dias, após conclusos.
Intimem-se.
LENER LEOPOLDO DA SILVA COELHO
JUIZ DE DIREITO

Decisão

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1000394-75.2018.8.11.0034
Parte(s) Polo Ativo:
SANDRA MARA DA SILVA (EXEQUENTE)
MARIA APARECIDA DA SILVA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO RENATO CARDOSO PAIAO OAB - MT22578/O-O

(ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ICATU SEGUROS S/A (EXECUTADO)
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS VALE DO CERRADO - SICREDI VALE DO CERRADO (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANDRESSA ARMELIN OAB - MT0018776S-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
LENER LEOPOLDO DA SILVA COELHO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE DOM AQUINO DECISÃO Processo: 1000394-75.2018.8.11.0034. EXEQUENTE: MARIA APARECIDA DA SILVA, SANDRA MARA DA SILVA EXECUTADO: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS VALE DO CERRADO - SICREDI VALE DO CERRADO, ICATU SEGUROS S/A Vistos, etc. Previamente à analise do pedido de id. 26097389, junte a exequente, no prazo de 10 (dez) dias, cálculo atualizado da dívida. Após, conclusos. Cumpra-se. LENER LEOPOLDO DA SILVA COELHO Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1000478-42.2019.8.11.0034
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO REGINALDO ROLDAO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
REMI CRUZ BORGES OAB - MT11148-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SERGIO LUIS MILIATI (EXECUTADO)
Magistrado(s):
LENER LEOPOLDO DA SILVA COELHO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE DOM AQUINO DECISÃO Processo: 1000478-42.2019.8.11.0034. EXEQUENTE: ANTONIO REGINALDO ROLDAO EXECUTADO: SERGIO LUIS MILIATI Vistos e etc. Trata-se de Ação de Execução de Título Extrajudicial proposta por ANTÔNIO REGINALDO ROLDÃO em face de SERGIO LUIS MILIATI, todos qualificados nos autos. Cite-se e intime-se o devedor para, no prazo de 3 (três) dias, pagar ou nomear bens à penhora, sob pena de serem penhorados, tantos bens quantos bastem para satisfação integral do crédito exequendo, acrescido dos encargos legais, observando-se em caso de bens imóveis o disposto pelos artigos 844 e 845, §1º, do CPC. Conste-se no mandado a prerrogativa de oferecer embargos à execução no prazo de 15 (quinze) dias, a contar-se na forma prevista pelo art. 915 do CPC. Não encontrando o executado, o oficial de justiça deverá arrestar tantos bens quantos bastem para garantir a execução, procedendo, em seguida, nos termos do parágrafo único do art. 830 do CPC. Nos termos do art. 827 do CPC, arbitro os honorários advocatícios em 10% sobre o valor da execução. Em caso de pagamento integral no prazo de 03 (três) dias a verba honorária será reduzida à metade. Defiro desde já o cumprimento nos moldes facultados pelo art. 212, §2º do CPC, caso haja necessidade. ANTES, INTIME o exequente para que faça entrega da nota promissória nesta Secretaria da Vara única, que deverá ser armazenada em pasta própria e certificado nos autos. PARCELAMENTO DAS CUSTAS Nos termos do artigo 468, § 7º da CNGC, defiro o parcelamento conforme requerido, expeça-se o necessário. Expeça-se o necessário para o cumprimento desta decisão. LENER LEOPOLDO DA SILVA COELHO JUIZ DE DIREITO

Sentença

Sentença Classe: CNJ-275 INTERDIÇÃO
Processo Número: 1000142-38.2019.8.11.0034
Parte(s) Polo Ativo:
PAULO SILVA ALVARENGA (REQUERENTE)
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
IZABEL CHRISOSTOMO DA SILVA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARISE SOARES GUIMARAES DE SOUZA OAB - MT7846 (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
LENER LEOPOLDO DA SILVA COELHO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE DOM AQUINO SENTENÇA Processo: 1000142-38.2019.8.11.0034. REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO, PAULO SILVA ALVARENGA REQUERIDO: IZABEL CHRISOSTOMO DA SILVA Vistos e etc. Cuida-se de Ação De Interdição Com Pedido de curatela Em Antecipação De Tutela ajuizada pelo MINISTERIO PÚBLICO tendo como Interditando a Sra. IZABEL CHRISOSTOMO DA SILVA e em favor do seu filho, SR. PAULO SILVA ALVARENGA, alegando, em síntese, que a idosa Izabel Chrisostomo da Silva apresenta séria dificuldade para se relacionar, sendo que é Deficiente Auditiva, portadora da doença de Alzheimer, Epilepsia, Ulcera Varicosa Crônica, Hipertensão Arterial, bem como apresenta dificuldade para locomoção, sendo necessário o uso de bengala. Segundo informações angariadas, a idosa Izabel Chrisostomo da Silva é totalmente dependente para realizar os seus cuidados diários, como banho, alimentação, higiene pessoal, sendo estes realizados pela esposa de seu filho, Sra. Marlucia Batista Costa de Alvarenga. Outrossim, extrai-se da prefacial que a interditanda carece de constante assistência e auxílio. Com lastro nestas premissas, postula a Parte Autora pela decretação de interdição da Interditanda. Com a inicial vieram os documentos. A tutela antecipada foi deferida (ID. 19881323), concedendo-se a curatela provisória da interditanda ao seu filho Paulo Silva Alvarenga. A interditada foi regularmente citada (ID. 20709354). Houve a realização de audiência (ID. 22449355) momento em que efetuou a entrevista da interditanda, bem como fora nomeada Dra. Marise Soares Guimarães de Souza como curadora da interditanda, igualmente, em ID. 22782500 fora apresentada contestação por negativa geral. Por fim, em ID. 26117181, o MPE pugnou pela procedência da ação. Vieram-me os autos conclusos. É O RELATÓRIO. FUNDAMENTO E DECIDO. Cuida-se de pedido formulado pelo Ministério Público para interdição de IZABEL CHRISOSTOMO DA SILVA. O entendimento predominante nos tribunais é que a ação de interdição possui caráter social, a fim de garantir a proteção da pessoa e dos bens do(a) interditando(a), desde que haja indícios e suspeitas de que o(a) requerido(a) não detém plena capacidade de entendimento. Conforme ressaltado pelo Parquet, no caso dos autos, vê-se claramente do interrogatório da interditanda (ID. 22449355), a mesma possui sério problema de discernimento. Demais disso, conforme Relatório médico subscrito pela Dra. Elizangela A. Arraes, paciente idosa com 95 anos, apresenta dificuldade para caminhar, mesmo com uso de bengala, dificuldade auditiva e apresenta lesão ulcerosa em membro inferior direito. Ademais, aufere-se do parecer psicológico que: "(…) a idosa se encontra residindo com seu filho Paulo e sua nora Marlúcia, onde foi possível verificar que a idosa é bem cuidada pelo casal, sendo dispensadas a ela cuidados médicos e de higiene essenciais à manutenção de sua saúde e qualidade de vida". Impõe-se, portanto, nos termos do artigo 1767, inciso I do Código Civil, a curatela do interditando. Neste sentido, cita Maria Helena Diniz, em seu Código Civil Anotado, p. 387: "A curatela é o encargo público cometido, por lei, a alguém para reger e defender uma pessoa e administrar seus os bens de maiores incapazes, que, por si sós, não estão em condições de fazê-lo, em razão de enfermidade ou deficiência mental" (RT 529/80). Diante das alegações trazidas os pedidos iniciais, assim, devem ser tidos por procedentes. Logo, torna-se dispensável a designação de audiência de instrução, bem como a designação de pericia. Isto posto, e pelo que mais consta dos autos, JULGO PROCEDENTE a pretensão posta na peça inicial, para decretar a interdição de IZABEL CHRISOSTOMO DA SILVA, declarando-a relativamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil. Via de consequência, a interditanda ficará privada de, sem curador, emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar, demandar ou ser demandada e praticar, em geral, os atos que não sejam de mera administração (CC, art. 1782). Nomeio lhe curador o Sr. Paulo Silva Alvarenga, seu filho, aplica-se no caso o disposto no artigo 553 do CPC e as respectivas sanções. Lavre-se o termo de curatela, constando às restrições acima. Em obediência ao disposto no artigo 755. §3, do Código de Processo Civil e no artigo 12, inciso III, do Código Civil, inscreva-se a presente decisão no registro civil e publique-se na imprensa local e no diário oficial, por três vezes, com intervalos de dez dias. Sem custas ou honorários advocatícios. Dou esta por publicada com a entrega na Escrivania. Dispensado o registro nos termos do Provimento nº 42/2008-CGJ. Transitada em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. Por fim, fixo o valor de 3 (três) URH´s em favor da advogada nomeada em ID. 22449355. Expeça-se a competente certidão. Intimem-se. Ciência ao MP. LENER LEOPOLDO DA SILVA COELHO JUIZ DE DIREITO

Juizado Cível e Criminal

Intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000715-76.2019.8.11.0034
Parte(s) Polo Ativo:
MARCOS VINICIUS SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO YUJI YASHIRO OAB - MT16250-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1000715-76.2019.8.11.0034 POLO ATIVO:MARCOS VINICIUS SOUZA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MARCELO YUJI YASHIRO POLO PASSIVO: VIVO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: Juizado Especial Cível e Criminal de Dom Aquino Data: 12/02/2020 Hora: 14:50 , no endereço: AV. JULIO MULLER, 98, (66) 3451-1224, CENTRO, DOM AQUINO - MT - CEP: 78830-000 . CUIABÁ, 12 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000717-46.2019.8.11.0034
Parte(s) Polo Ativo:
JANAINA MARINELLI MOREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO MARQUES PONTES JUNIOR OAB - MT16873/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1000717-46.2019.8.11.0034 POLO ATIVO:JANAINA MARINELLI MOREIRA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MARCELO MARQUES PONTES JUNIOR POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: Juizado Especial Cível e Criminal de Dom Aquino Data: 12/02/2020 Hora: 15:10 , no endereço: AV. JULIO MULLER, 98, (66) 3451-1224, CENTRO, DOM AQUINO - MT - CEP: 78830-000 . CUIABÁ, 12 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000718-31.2019.8.11.0034
Parte(s) Polo Ativo:
DANIEL DOS SANTOS PRADO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO MARQUES PONTES JUNIOR OAB - MT16873/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1000718-31.2019.8.11.0034 POLO ATIVO:DANIEL DOS SANTOS PRADO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MARCELO MARQUES PONTES JUNIOR POLO PASSIVO: TELEFÔNICA BRASIL S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: Juizado Especial Cível e Criminal de Dom Aquino Data: 12/02/2020 Hora: 15:30 , no endereço: AV. JULIO MULLER, 98, (66) 3451-1224, CENTRO, DOM AQUINO - MT - CEP: 78830-000 . CUIABÁ, 12 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Comarca de Feliz Natal

Vara Única

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 78694 Nr: 280-10.2017.811.0093
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): CARLOS ALBERTO DAL PAZ
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ricardo huck - OAB:
Conforme Decisão e, Termo de Audiência de fla. 33, impulsiono os presentes autos a parte requerida para comprovar o cumprimento integral das obrigações assumidas.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 82125 Nr: 2507-70.2017.811.0093
AÇÃO: Embargos à Execução->Embargos->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MT MARNGATU PEÇAS AGRICOLAS LTDA - ME, André Diego Tezolin
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO DO BRASIL S.A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Ary Fruto - OAB:7.229-B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Certifico que, nos termos do artigo 6º, § 2º e artigo 7º do provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA A PARTE REQUERENTE, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 804,28 (oitocentos e quatro reais e vinte e oito centavos), a que foi condenado nos termos da r. sentença de folha 22/22V. Fica cientificado de que poderá acessar o site www.tjmt.jus.br, link "EMISSÃO DE GUIAS ONLINE - PRIMEIRA INSTANCIA", clicar no item (CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES), preencher os campos com o número único do processo, o CPF do pagante. Clicar no item custas, incluir o valor e gerar a guia e da mesma forma no item da taxa judiciária. Após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a guia (paga) no protocolo geral do Fórum da Comarca de Feliz Natal, aos cuidados da Central de Arrecadação e Arquivamento.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Jorge Hassib Ibrahim
Cod. Proc.: 87453 Nr: 995-81.2019.811.0093
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MPDEDMG
PARTE(S) REQUERIDA(S): AP, JFDS, MDS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Emanuel Lima Costa - OAB:MT/19.534, Marcos de Moura Horta - OAB:OAB/MT 9.811-B, NÉVIO PEGORARO - OAB:6904-B
Código nº 87453
Ação Penal
VISTOS.
Considerando o endereço da testemunha Jucelina Maria Pontes da Silva apresentado pela Defesa à fl. 509, DESIGNO o dia 27 de janeiro de 2020, às 14h30min para continuação da instrução processual, oportunidade em que serão inquiridas as testemunhas Adilson Marcos Rutzen e Jucelina Maria Pontes da Silva, devendo ser intimados nos endereços indicados à fl. 331 e 509.
Ciência ao Ministério Público e à Defesa.
Intimem-se.
CUMPRA-SE, expedindo-se o necessário.
Feliz Natal/MT, 12 de dezembro de 2019.
Jorge Hassib Ibrahim
Juiz de Direito
Em substituição

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Jorge Hassib Ibrahim
Cod. Proc.: 86877 Nr: 568-84.2019.811.0093
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): Rudson Jonas Jardim da Cruz, Matheus Henrique Alves Apolinário, NAIARA RODRIGUES OVEDO, MARIA JULIANA DA SILVA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JULIANO BERTICELLI - OAB:12121/MT, Philippe Zandarin Villela Magalhães - OAB:16.244, PHILIPPE ZANDARIN VILLELA MAGALHÃES - OAB:16244
VISTOS.
CUMPRA-SE integralmente a decisão de fl. 320.

Juizado Especial Cível e Criminal

Intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000051-96.2018.8.11.0093
Parte(s) Polo Ativo:
EUCLESIO SAUER (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO ALEXANDRE VIEIRA DA COSTA OAB - MT0023047A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
AMANDA BARBARA DE OLIVEIRA SODRE OAB - MT13333-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE FELIZ NATAL Certidão Processo: 1000051-96.2018.8.11.0093. Impulsiono os autos para INTIMAR a parte requerida para, querendo, apresentar Contrarrazões ao Recurso Inominado, no prazo de 10 dias. FELIZ NATAL, 12 de dezembro de 2019 MARTA RODRIGUES DA SILVA Gestor(a) Judiciário(a) SEDE DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE FELIZ NATAL E INFORMAÇÕES: RUA SÃO LOURENÇO D`OESTE, 945, CENTRO, FELIZ NATAL - MT - CEP: 78885-000 TELEFONE: (66) 35851766

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000624-03.2019.8.11.0093
Parte(s) Polo Ativo:
OLAVIO DIOMAR HIBNER JUNIOR 05588116127 (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIANO BERTICELLI OAB - MT12121-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
2º OFICIO DE FELIZ NATAL - MT (REQUERIDO)
WILSON MARCELINO (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1000624-03.2019.8.11.0093 POLO ATIVO:OLAVIO DIOMAR HIBNER JUNIOR 05588116127 ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: JULIANO BERTICELLI POLO PASSIVO: WILSON MARCELINO e outros FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: Sala 2 - Conciliadora Data: 23/01/2020 Hora: 12:00 , no endereço: RUA SÃO LOURENÇO D`OESTE, 945, CENTRO, FELIZ NATAL - MT - CEP: 78885-000 . CUIABÁ, 12 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8010026-62.2014.8.11.0093
Parte(s) Polo Ativo:
PEDRO VASCONCELOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO CAMARGO ARTEMAN OAB - MS0010332A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LEANDRO SAUER (REQUERIDO)
MARCOS DE MOURA HORTA (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE FELIZ NATAL Certidão Processo: 8010026-62.2014.8.11.0093; Valor causa: R$ 28.000,00; Tipo: Cível; Espécie: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)/[PERDAS E DANOS]; Recuperando: Sim/Não - Urgente: Sim/Não - Pode cumprir fora do expediente: Sim/Não. Considerando o lapso temporal desde a expedição do mandado de citação e a presente data, sem que houvesse até a presente data qualquer manifestação nos autos, IMPULSIONO o feito para INTIMAR a parte requerente a se manifestar no que entender de direito.

FELIZ NATAL, 12 de dezembro de 2019 MARTA RODRIGUES DA SILVA Gestor(a) Judiciário(a) SEDE DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE FELIZ NATAL E INFORMAÇÕES: RUA SÃO LOURENÇO D`OESTE, 945, CENTRO, FELIZ NATAL - MT - CEP: 78885-000 TELEFONE: (66) 35851766

Comarca de Guarantã do Norte

Vara Única

Intimação

Despacho Classe: CNJ-14 CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
Processo Número: 1000238-88.2019.8.11.0087
Parte(s) Polo Ativo:
Ministerio Público Federal (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
LUTERO SIQUEIRA DA SILVA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RODRIGO FERREIRA ULIANA OAB - MT15946-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
MARIA JANETE RODRIGUES DE LIMA (TESTEMUNHA)
CLOSMAR JOAQUIM CEZAR FERRETO (TESTEMUNHA)
JOAO CARLOS HEINEN (TESTEMUNHA)
Juizo Federal da Subseção Judiciária de Sinop/MT (DEPRECANTE)
Juízo da Vara Unica de Guarantã do Norte MT (DEPRECADO)
Magistrado(s):
DIEGO HARTMANN

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE GUARANTÃ DO NORTE VARA ÚNICA DE GUARANTÃ DO NORTE _____ Processo: 1000238-88.2019.8.11.0087 REQUERENTE: MINISTERIO PÚBLICO FEDERAL REQUERIDO: LUTERO SIQUEIRA DA SILVA DESPACHO Considerando a necessidade de readequação na pauta de audiências (REGIME DE EXCEÇÃO), redesigno audiência para a data de 11.03.2020, às 14h. Informe o juízo deprecante. Intime-se. Cumpra-se. DIEGO HARTMANN Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-14 CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
Processo Número: 1000175-63.2019.8.11.0087
Parte(s) Polo Ativo:
KPM EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO AMBROSIO CINTRA OAB - MT8934-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CELSO PEREIRA DOS SANTOS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CRISTIANO ALCIDES BASSO OAB - MT0006252-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
DIEGO HARTMANN

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE GUARANTÃ DO NORTE VARA ÚNICA DE GUARANTÃ DO NORTE _____ Processo: 1000175-63.2019.8.11.0087 REQUERENTE: KPM EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA REQUERIDO: CELSO PEREIRA DOS SANTOS DESPACHO Tendo em vista o teor da manifestação de ID 27218817, redesigno audiência para a data de 11.03.2020, às 14h30min. Informe o juízo deprecante. Intime-se. Cumpra-se. DIEGO HARTMANN Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-14 CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
Processo Número: 1000175-63.2019.8.11.0087
Parte(s) Polo Ativo:
KPM EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO AMBROSIO CINTRA OAB - MT8934-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CELSO PEREIRA DOS SANTOS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CRISTIANO ALCIDES BASSO OAB - MT0006252-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
DIEGO HARTMANN

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE GUARANTÃ DO NORTE VARA ÚNICA DE GUARANTÃ DO NORTE

_____ Processo: 1000175-63.2019.8.11.0087 REQUERENTE: KPM EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA REQUERIDO: CELSO PEREIRA DOS SANTOS DESPACHO Tendo em vista o teor da manifestação de ID 27218817, redesigno audiência para a data de 11.03.2020, às 14h30min. Informe o juízo deprecante. Intime-se. Cumpra-se. DIEGO HARTMANN Juiz de Direito

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Gerardo Humberto A. da S. Junior
Cod. Proc.: 109797 Nr: 2834-33.2017.811.0087
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Noeli de Lima
PARTE(S) REQUERIDA(S): Estado de Mato Grosso - MT, Paulo Roberto Jorge do Prado, ELCY LARANJEIRA SOARES BASSAN, Espolio De Marcelo Bassan
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Quécele de Carli - OAB:17.062-O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Marcelo Bertoldo Barchet - OAB:5.665 OAB/MT
Posto isso, julgo improcedente os pedidos formulados na inicial por Noeli de Lima contra o Estado de Mato Grosso e o espólio de Marcelo Bassan, com fundamento no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.Condeno a parte autora ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios, em favor de cada um dos réus, no percentual de 10% do valor atualizado da causa, conforme prevê o artigo 85, § 2º, do Código de Processo Civil. Essa condenação fica suspensa por força da assistência judiciária gratuita. P. R. I. C.Guarantã do Norte/MT, 12 de novembro de 2019.Gerardo Humberto Alves Silva JuniorJuiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da JustiçaPortaria n. 132/2019/CGJ/MT

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): José Arimatéa Neves Costa
Cod. Proc.: 33526 Nr: 2426-57.2008.811.0087
AÇÃO: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BFS
PARTE(S) REQUERIDA(S): VAdL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Mauro A de Moura Apoitia - OAB:MT/ 11.896
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos em Regime de Exceção.
Nos termos do artigo 4º, do Decreto Lei nº 911/1969, verificando que inexiste ato citatório nos autos, reputo o contrato objeto da ação como título executivo extrajudicial, diante da não localização do Devedor (certidão, fl. 33). Por essa razão, para adequação ao novo rito processual implementado pela Lei 13.043/14 e com amparo no princípio da fungibilidade, converto a presente ação em processo executivo, devendo a Secretaria anotar a evolução da classe processual nesse sentido.
A propósito: "AGRAVO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. BUSCA E APREENSÃO. VEÍCULO NÃO APREENDIDO E RÉU NÃO CITADO. PEDIDO DE CONVERSÃO DA AÇÃO EM EXECUÇÃO. ADMISSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 264 e 294 DO CPC*, ALÉM DOS ARTS. 4º e 5º, DO DECRETO-LEI Nº 911/69. RECURSO PROVIDO. É cabível a conversão de busca e apreensão em execução de título extrajudicial, uma vez que o veículo não foi apreendido e o réu ainda não foi citado. Ademais, os artigos 4º e 5º, do Decreto-Lei nº 911/69, amparam a pretensão do credor, ora agravante, especialmente após a alteração promovida pela Lei nº 13.043 de 13 de novembro de 2014." (TJSP, Agrado de Instrumento nº 21078340920158260000 SP, 31ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. Adilson de Araújo, julgado em 16/06/2015). *No NCPC, art. 329.
Art. 5o Se o credor preferir recorrer à ação executiva, direta ou a convertida na forma do art. 4o, ou, se for o caso ao executivo fiscal, serão penhorados, a critério do autor da ação, bens do devedor quantos bastem para assegurar a execução. (Redação dada pela Lei nº 13.043, de 2014).
Nesta trilha, traga o autor/exequente aos autos o cálculo da evolução do débito atualizado, em dez (10) dias, sob pena de extinção da execução.
Intime-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Gerardo Humberto A. da S. Junior
Cod. Proc.: 108160 Nr: 1918-96.2017.811.0087
AÇÃO: Ação Civil Pública->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Ministério Público de Guarantã do Norte - MT
PARTE(S) REQUERIDA(S): Eloi Luiz de Almeida
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Aarão Lincoln Sicuto - OAB:OAB/MT 5.091-B
TERMO DE AUDIÊNCIA
Autos: 1918-96.2017.8.11.0087
Parte autora: Ministério Público
Parte ré: Eloi Luiz de Almeida
Data e hora: 10 de dezembro de 2019, às 14 horas
PRESENTE
Juiz de Direito: Gerardo Humberto Alves Silva Junior
OCORRÊNCIAS
I – Ausentes o Ministério Público, o réu e o respectivo advogado.
DELIBERAÇÕES
I – Em análise dos autos, observo que o despacho de fl. 134 determinou a notificação do réu para, no prazo de 15 dias, apresentar manifestação por escrito.
Entretanto, considerando que se aplica ao caso o procedimento comum, bem como para evitar eventual nulidade, determino a intimação do advogado do réu para, no prazo de 15 dias, manifestar se concorda com a utilização da petição de fls. 139/142 como contestação, podendo, se for o caso, aditá-la no prazo estabelecido.
II – Dê-se ciência ao Ministério Público.
Nada mais havendo a consignar, foi lavrado o presente termo que vai assinado por todos.
Gerardo Humberto Alves Silva Junior
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 112023 Nr: 4040-82.2017.811.0087
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Maria Amandia Gomes dos Santos
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Elio Alceno Schowantz - OAB:26.104/B OAB/MT, Maycon A. Chagas de Lima - OAB:OAB/MT 21.831/0
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Intimação do Advogado da parte Autora, para se manifestar sobre a junta da pericia fls. 30/34.

Edital de Intimacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 85800 Nr: 1750-36.2013.811.0087
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Sebastião Dalbosco, Ailton Aparecido Guaranha
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Adenilson Alves Matos - OAB:OAB/MT 8.977/A
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO 30 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) intimada(s): SEBASTIÃO DALBOSCO, Cpf: 03776959126, Filiação: Noemia Dalbosco, data de nascimento: 02/06/1971, brasileiro(a), natural de Laranjeiras do Sul-RS, solteiro(a), serviços gerais. atualmente em local incerto e não sabido
FINALIDADE: INTIMAÇÃO da parte acima qualificada, atualmente em lugar

incerto e não sabido, dos termos da r. sentença proferida nos autos e a seguir transcrita. Intimá-lo também para que, no prazo legal, apresente os dados bancários para levantamento do valor pago a título de fiança. Dados necessários: CPF do titular, Agência, Conta e Tipo de conta (poupança ou corrente)..
Sentença: Por estas razões, com supedâneo no art. 107, IV, do Código Penal, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE dos acusados, devidamente qualificados, quanto ao crime descrito na denúncia, pela ocorrência da prescrição virtual da pretensão punitiva estatal.Procedam-se as comunicações pertinentes, constantes no 7.16.1 da Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Mato Grosso quanto à extinção da punibilidade, e retificações necessárias.Com o trânsito em julgado, certifique-se e arquive-se com as anotações e baixas de estilo.Outrossim, com relação às armas e munições apreendidas, proceda-se conforme disposto no art. 25 da Lei nº 10.826/2003 e item 7.8.20 da C.N.G.C.Restituam-se as fianças recolhidas nos autos aos denunciados.P. R. I. C.Guarantã do Norte/MT, 12 de novembro de 2019.Jean Garcia de Freitas BezerraJuiz de Direito
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, José Alberto Della Mea Junior, digitei.
Guarantã do Norte, 11 de dezembro de 2019

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Thalles Nóbrega Miranda Rezende de Brito
Cod. Proc.: 86687 Nr: 2367-93.2013.811.0087
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): BENEDITO CONCEIÇÃO MOREIRA TRISTÃO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Ana Carolina Lenzi - OAB:13287/MT, Gefferson Cavalcanti Paixão - OAB:MT/23125/0, Pedro Henrique Gonçalves - OAB:11.999 - OAB/MT
A seguir, o MM. Juiz:
Vistos em regime de exceção.
HOMOLOGO a proposta de suspensão condicional do processo.
Com a juntada, autorizo o arquivamento do feito.
Cumpra-se. Às providências.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 91147 Nr: 96-43.2015.811.0087
AÇÃO: Monitória->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Cooperativa De Credito de Livre Admissão de Associados Norte Matogrossense
PARTE(S) REQUERIDA(S): Arlindo Candido de Morais
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Jean Carlos Rovaris - OAB:12.113/OAB-MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Nos termos do artigo 1.205 da CNGC impulsiono o feito intimando a autora para dar andamento ao feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 91547 Nr: 399-57.2015.811.0087
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Jose Carlos de Souza
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Francis Vinicius Oliveira Duarte - OAB:19.063-OAB/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Intimação do Advogado da parte Autora, para se manifestar sobre a junta da pericia fls. 64.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 98151 Nr: 357-71.2016.811.0087
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução Trabalhista->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Coop. De Crédito Rural Norte Matogrossense-Sicredi Norte
PARTE(S) REQUERIDA(S): MARIO GALVÃO, José Carlos Camargo
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Jean Carlos Rovaris - OAB:12.113/OAB-MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Nos termos do artigo 1.205 da CNGC impulsiono o feito para intimação da autora para dar andamento ao feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena extinção e arquivamento.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 101322 Nr: 2168-66.2016.811.0087
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução Trabalhista->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Coop. De Crédito Rural Norte Matogrossense-Sicredi Norte
PARTE(S) REQUERIDA(S): João Francisco de Paula, PAULO SERGIO DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Jean Carlos Rovaris - OAB:12.113/OAB-MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Nos termos do artigo 1.205 da CNGC impulsiono o feito intimando a autora para dar andamento ao feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento.

Edital de Intimacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 101410 Nr: 2222-32.2016.811.0087
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministério Público de Guarantã do Norte - MT
PARTE(S) REQUERIDA(S): Gilberto Santos da Silva
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO 30 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) intimada(s): GILBERTO SANTOS DA SILVA, Cpf: 00556501128, Rg: 1574903-7, Filiação: Maria de Fatima Ferreira Sampaio da Silva e Aparecido Santos da Silva, data de nascimento: 25/06/1980, brasileiro(a), natural de Sinop-MT, convivente, serviços gerais, Telefone 66-9928-6369. atualmente em local incerto e não sabido
FINALIDADE: INTIMAÇÃO da parte acima qualificada, atualmente em lugar incerto e não sabido, dos termos da r. sentença proferida nos autos e a seguir transcrita. Intimá-lo também para que, no prazo legal, apresente os dados bancários para levantamento do valor pago a título de fiança. Dados necessários: CPF do titular, Agência, Conta e Tipo de conta (poupança ou corrente)..
Sentença: Por estas razões, com fulcro no art. 107, inciso IV, do Código Penal, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado, devidamente qualificado, quanto ao crime descrito na inicial acusatória, pela ocorrência da prescrição virtual da pretensão punitiva estatal. Restitua-se eventual fiança recolhida nos autos.Procedam-se as comunicações pertinentes, constante no artigo 1.453 da Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Mato Grosso quanto à extinção da punibilidade e retificações necessárias.Com o trânsito em julgado, certifique-se e arquive-se com as anotações e baixas de estilo. P. R. I. C.Guarantã do Norte/MT, 13 de novembro de 2019.Jean Garcia de Freitas BezerraJuiz de Direito
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, José Alberto Della Mea Junior, digitei.
Guarantã do Norte, 11 de dezembro de 2019

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Thalles Nóbrega Miranda Rezende de Brito
Cod. Proc.: 102395 Nr: 2910-91.2016.811.0087
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministério Público de Guarantã do Norte - MT

PARTE(S) REQUERIDA(S): Eli Lourenço dos Santos
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
A seguir, o MM. Juiz:
Vistos em regime de exceção.
Arbitro 01 (um) URH em favor do advogado nomeado para o ato.
HOMOLOGO a proposta de suspensão condicional do processo.
Reconheço o trânsito em julgado e autorizo o arquivamento do feito.
Cumpra-se. Às providências.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 102928 Nr: 3242-58.2016.811.0087
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução Trabalhista->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Coop. De Crédito Rural Norte Matogrossense-Sicredi Norte
PARTE(S) REQUERIDA(S): Dorvalino Narciso de Moraes
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Jean Carlos Rovaris - OAB:12.113/OAB-MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Intimação do (a, s) advogado (a, s) Dr. (a) Jean Carlos Rovaris, para que providencie junto aos autos, no prazo de 05 (cinco) dias, o depósito da (s) diligência (s), devendo ser emitida a Guia de pagamento no endereço eletrônico: "http://arrecadacao.tjmt.jus.br/#/guia/diligencia/emissao", devendo ser comprovado nos autos o depósito para posterior cumprimento do expediente.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 104903 Nr: 88-95.2017.811.0087
AÇÃO: Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Coop. De Crédito Rural Norte Matogrossense-Sicredi Norte
PARTE(S) REQUERIDA(S): CLOVIS HELLESHEIN
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Jean Carlos Rovaris - OAB:12.113/OAB-MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Intimação do (a) advogado (a) Jean Carlos Rovaris para manifestar o que entender de direito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de suspensão.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Thalles Nóbrega Miranda Rezende de Brito
Cod. Proc.: 111965 Nr: 4009-62.2017.811.0087
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministério Público de Guarantã do Norte - MT
PARTE(S) REQUERIDA(S): BENEDITO CONCEIÇÃO MOREIRA TRISTÃO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Pedro Henrique Gonçalves - OAB:11.999 - OAB/MT
A seguir, o MM. Juiz:
Vistos em regime de exceção.
HOMOLOGO a proposta de suspensão condicional do processo.
Com a juntada do comprovante de pagamento, autorizo o arquivamento do feito.
Cumpra-se. Às providências.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 114765 Nr: 1904-78.2018.811.0087
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Nivaldo Dias Gomes
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Gutemberg do Monte Amorim - OAB:33.567
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Intimação do Advogado da parte Autora, para se manifestar sobre a junta da pericia fls. 64.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 115591 Nr: 2519-68.2018.811.0087
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Delmar Erthal Barbosa
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Elio Alceno Schowantz - OAB:26.104/B OAB/MT, Maycon A. Chagas de Lima - OAB:OAB/MT 21.831/0
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Intimação do Advogado da parte Autora, para se manifestar sobre a junta da pericia fls. 64.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 116873 Nr: 3427-28.2018.811.0087
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: M2 COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE PEÇAS LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): AZULÃO MOTOPEÇAS E SERVIÇOS LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JORDANIA BARCELO DA SILVA - OAB:19722/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Nos termos da legislação vigente e do provimento n. 56/2007-CGJ, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação da parte (?), para aportar nos autos o comprovante de pagamento das custas e taxas judiciárias para distribuição da carta precatória na comarca deprecada, no prazo de 5 (cinco) dias.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 117972 Nr: 4142-70.2018.811.0087
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Anderson Junior Nascimento Sá
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Maycon A. Chagas de Lima - OAB:OAB/MT 21.831/0
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Intimação do Advogado da parte Autora, para se manifestar sobre a junta da pericia fls. 64.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Edna Ederli Coutinho
Cod. Proc.: 94270 Nr: 1846-80.2015.811.0087
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Denise Fatima Pastorio
PARTE(S) REQUERIDA(S): Município de Guarantã do Norte - MT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Hermes Feliciano de Deus Nery - OAB:13849
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Giovani Rodrigues Coladello - OAB:12.684 OAB/MT, Ralff Hoffmann - OAB:13.128/OAB-MT
Analisando os autos, verifico que os cálculos exibidos pelas partes são divergentes, revelando ser necessário à designação de um perito judicial que possua conhecimentos técnicos para elaboração dos cálculos e eventualmente apure o real valor devido.
Desse modo, diante da complexidade dos cálculos e aliado ao fato de que o Contabilista do Juízo não possui conhecimentos específicos para tal mister, nomeio como Perito Judicial o Sr. Jair Silveira dos Santos, CRC/MT n.º 7220/0-9, com endereço à Rua Paulo Alberto Pan, nº 265, Boa Esperança, Sinop/MT, CEP 78.553-837, Fone: (65) 9.9964-5015, e-mail: jairsilveira@bol.com.br.
Cientifique-se a o perito a respeito da nomeação, bem como para que apresente, em 05 (cinco) dias: I – proposta de honorários; II – currículo com comprovação da especialização; e III – contatos profissionais, em especial o endereço eletrônico, para onde serão dirigidas as intimações pessoais.
Com a vinda da proposta de honorários, intimem-se as partes para que se manifestem a respeito do valor exposto, no prazo de 05 (cinco) dias, advertindo-se que o silêncio será interpretado como anuência ao valor

apresentado pelo perito.

N'outro giro, tendo em vista que o Município de Guarantã do Norte foi parte vencida na lide principal, deverá arcar com a integralidade do valor dos honorários periciais.

Havendo concordância quanto ao valor dos honorários exigidos pelo perito, determino que o Município de Município de Guarantã do Norte efetue o depósito de 50% (cinquenta por cento) da quantia para que o expert possa dar início aos trabalhos, em 15 (quinze) dias, devendo os demais 50% (cinquenta por cento) serem pagos quando da entrega do laudo e empós eventuais esclarecimentos a serem prestados pelo perito.

Decorrido o prazo e sem o recolhimento dos honorários, certifique-se e volvam-me conclusos.

Com a juntada do laudo pericial, intimem-se as partes para que se manifestem, no prazo de 15 (quinze) dias.

Cumpra-se.

Guarantã do Norte/MT, 18 de novembro de 2019.

Edna Ederli Coutinho

Juíza de Direito em Regime de Exceção

Provimento nº 016/2019-CM

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Edna Ederli Coutinho

Cod. Proc.: 94277 Nr: 1853-72.2015.811.0087

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: Valdenice Antonio de Almeida

PARTE(S) REQUERIDA(S): MUNICIPIO DE NOVO MUNDO - MT

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Hermes Feliciano de Deus Nery - OAB:13849

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Analisando os autos, verifico que os cálculos exibidos pelas partes são divergentes, revelando ser necessário à designação de um perito judicial que possua conhecimentos técnicos para elaboração dos cálculos e eventualmente apure o real valor devido.

Desse modo, diante da complexidade dos cálculos e aliado ao fato de que o Contabilista do Juízo não possui conhecimentos específicos para tal mister, nomeio como Perito Judicial o Sr. Jair Silveira dos Santos, CRC/MT n.º 7220/0-9, com endereço à Rua Paulo Alberto Pan, nº 265, Boa Esperança, Sinop/MT, CEP 78.553-837, Fone: (65) 9.9964-5015, e-mail: jairsilveira@bol.com.br.

Cientifique-se a o perito a respeito da nomeação, bem como para que apresente, em 05 (cinco) dias: I – proposta de honorários; II – currículo com comprovação da especialização; e III – contatos profissionais, em especial o endereço eletrônico, para onde serão dirigidas as intimações pessoais.

Com a vinda da proposta de honorários, intimem-se as partes para que se manifestem a respeito do valor exposto, no prazo de 05 (cinco) dias, advertindo-se que o silêncio será interpretado como anuência ao valor apresentado pelo perito.

N'outro giro, tendo em vista que o Município de Guarantã do Norte foi parte vencida na lide principal, deverá arcar com a integralidade do valor dos honorários periciais.

Havendo concordância quanto ao valor dos honorários exigidos pelo perito, determino que o Município de Município de Guarantã do Norte efetue o depósito de 50% (cinquenta por cento) da quantia para que o expert possa dar início aos trabalhos, em 15 (quinze) dias, devendo os demais 50% (cinquenta por cento) serem pagos quando da entrega do laudo e empós eventuais esclarecimentos a serem prestados pelo perito.

Decorrido o prazo e sem o recolhimento dos honorários, certifique-se e volvam-me conclusos.

Com a juntada do laudo pericial, intimem-se as partes para que se manifestem, no prazo de 15 (quinze) dias.

Cumpra-se.

Guarantã do Norte/MT, 18 de novembro de 2019.

Edna Ederli Coutinho

Juíza de Direito em Regime de Exceção

Provimento nº 016/2019-CM

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Edna Ederli Coutinho

Cod. Proc.: 94303 Nr: 1867-56.2015.811.0087

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: Romi Wazlawick Schwingel

PARTE(S) REQUERIDA(S): Município de Guarantã do Norte - MT

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Hermes Feliciano de Deus Nery - OAB:13849

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Edcleiton Meneghini - OAB:22.882-MT/O, GIOVANI RODRIGUES COLADELLO - OAB:12684/B

Analisando os autos, verifico que os cálculos exibidos pelas partes são divergentes, revelando ser necessário à designação de um perito judicial que possua conhecimentos técnicos para elaboração dos cálculos e eventualmente apure o real valor devido.

Desse modo, diante da complexidade dos cálculos e aliado ao fato de que o Contabilista do Juízo não possui conhecimentos específicos para tal mister, nomeio como Perito Judicial o Sr. Jair Silveira dos Santos, CRC/MT n.º 7220/0-9, com endereço à Rua Paulo Alberto Pan, nº 265, Boa Esperança, Sinop/MT, CEP 78.553-837, Fone: (65) 9.9964-5015, e-mail: jairsilveira@bol.com.br.

Cientifique-se a o perito a respeito da nomeação, bem como para que apresente, em 05 (cinco) dias: I – proposta de honorários; II – currículo com comprovação da especialização; e III – contatos profissionais, em especial o endereço eletrônico, para onde serão dirigidas as intimações pessoais.

Com a vinda da proposta de honorários, intimem-se as partes para que se manifestem a respeito do valor exposto, no prazo de 05 (cinco) dias, advertindo-se que o silêncio será interpretado como anuência ao valor apresentado pelo perito.

N'outro giro, tendo em vista que o Município de Guarantã do Norte foi parte vencida na lide principal, deverá arcar com a integralidade do valor dos honorários periciais.

Havendo concordância quanto ao valor dos honorários exigidos pelo perito, determino que o Município de Município de Guarantã do Norte efetue o depósito de 50% (cinquenta por cento) da quantia para que o expert possa dar início aos trabalhos, em 15 (quinze) dias, devendo os demais 50% (cinquenta por cento) serem pagos quando da entrega do laudo e empós eventuais esclarecimentos a serem prestados pelo perito.

Decorrido o prazo e sem o recolhimento dos honorários, certifique-se e volvam-me conclusos.

Com a juntada do laudo pericial, intimem-se as partes para que se manifestem, no prazo de 15 (quinze) dias.

Cumpra-se.

Guarantã do Norte/MT, 18 de novembro de 2019.

Edna Ederli Coutinho

Juíza de Direito em Regime de Exceção

Provimento nº 016/2019-CM

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Edna Ederli Coutinho

Cod. Proc.: 95484 Nr: 2609-81.2015.811.0087

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: Salette Bosa Picoloto

PARTE(S) REQUERIDA(S): Município de Guarantã do Norte - MT

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Hermes Feliciano de Deus Nery - OAB:13849

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Edcleiton Meneghini - OAB:22.882-MT/O, Giovani Rodrigues Coladello - OAB:12.684 OAB/MT, Ralff Hoffmann - OAB:13.128/OAB-MT

Analisando os autos, verifico que os cálculos exibidos pelas partes são divergentes, revelando ser necessário à designação de um perito judicial que possua conhecimentos técnicos para elaboração dos cálculos e eventualmente apure o real valor devido.

Desse modo, diante da complexidade dos cálculos e aliado ao fato de que o Contabilista do Juízo não possui conhecimentos específicos para tal mister, nomeio como Perito Judicial o Sr. Jair Silveira dos Santos, CRC/MT n.º 7220/0-9, com endereço à Rua Paulo Alberto Pan, nº 265, Boa Esperança, Sinop/MT, CEP 78.553-837, Fone: (65) 9.9964-5015, e-mail: jairsilveira@bol.com.br.

Cientifique-se a o perito a respeito da nomeação, bem como para que apresente, em 05 (cinco) dias: I – proposta de honorários; II – currículo com comprovação da especialização; e III – contatos profissionais, em especial o endereço eletrônico, para onde serão dirigidas as intimações pessoais.

Com a vinda da proposta de honorários, intimem-se as partes para que se manifestem a respeito do valor exposto, no prazo de 05 (cinco) dias, advertindo-se que o silêncio será interpretado como anuência ao valor apresentado pelo perito.

N'outro giro, tendo em vista que o Município de Guarantã do Norte foi parte vencida na lide principal, deverá arcar com a integralidade do valor dos honorários periciais.

Havendo concordância quanto ao valor dos honorários exigidos pelo perito, determino que o Município de Município de Guarantã do Norte efetue o depósito de 50% (cinquenta por cento) da quantia para que o expert possa dar início aos trabalhos, em 15 (quinze) dias, devendo os demais 50% (cinquenta por cento) serem pagos quando da entrega do laudo e empós eventuais esclarecimentos a serem prestados pelo perito.

Decorrido o prazo e sem o recolhimento dos honorários, certifique-se e volvam-me conclusos.

Com a juntada do laudo pericial, intimem-se as partes para que se manifestem, no prazo de 15 (quinze) dias.

Cumpra-se.

Guarantã do Norte/MT, 18 de novembro de 2019.

Edna Ederli Coutinho

Juíza de Direito em Regime de Exceção

Provimento nº 016/2019-CM

Intimação das Partes

JUIZ(A): Edna Ederli Coutinho

Cod. Proc.: 113326 Nr: 767-61.2018.811.0087

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: Ronildo Lima de Oliveira

PARTE(S) REQUERIDA(S): Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S/A

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Quécele de Carli - OAB:17.062-O

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Fagner da Silva Botofi - OAB:12903 MT, Renato Chagas Corrêa da Silva - OAB:OAB/MT 8184-A

DECLARO O FEITO SANEADO, remetendo-o a fase instrutória.O ponto controvertido da lide é a comprovação do nexo causal do dano decorrente de acidente de trânsito e o grau de invalidez.As partes protestaram genericamente por provas e assim, considerando a natureza do seu objeto, entendo por bem deferir a perícia médica e a prova documental. No nomeio como perita-médica, independentemente de compromisso, a Dra. MAÍRA ATALLAH MONREAL LENTISCO, CRM 9006/MT, Endereço: Rua Flamboyants, nº 1.020; Bairro Centro, em Guarantã do Norte/MT, CEP: 78520-000, e-mail: mairamonreal@yahoo.com.br, para responder os quesitos apresentados pelas partes, devendo o laudo ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias. Faculto às partes, dentro do prazo de quinze dias, a indicação de assistentes técnicos.Deverá a Secretaria desta Vara agendar a data da perícia médica, bem como intimar a expert desta nomeação. Posteriormente, intime-se o perito, para ciência dos quesitos, para fins dos incisos do § 2º do art. 465, salvo o inciso I, bem como do art. 473, incisos e parágrafos, todos do Novo Código de Processo Civil.Arbitro honorários periciais no valor de R$ 1.000,00 (um mil reais), devendo a parte requerida, de imediato, efetuar o pagamento de 50% (cinquenta por cento) do valor em conta vinculada ao Juízo e os outros 50% (cinquenta por cento), na entrega do laudo pericial.Com a juntada do laudo médico pericial, intimem-se as partes para fins e prazo do §1º do artigo 477 do CPC, observando na espécie a intimação da parte requerente mediante publicação no DJE.Superado o prazo ventilado, certifique-se e à conclusão mediante triagem, para análise da necessidade de designação de audiência de instrução e julgamento.Cumpra-se, expedindo o necessário.Guarantã do Norte/MT, 19 de novembro de 2019.Edna Ederli CoutinhoJuíza de Direito em Regime de ExceçãoProvimento nº 016/2019-CM

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Edna Ederli Coutinho

Cod. Proc.: 94403 Nr: 1937-73.2015.811.0087

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: Jaqueline Moreno

PARTE(S) REQUERIDA(S): Estado de Mato Grosso - MT

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Hermes Feliciano de Deus Nery - OAB:13849

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Analisando os autos, verifico que os cálculos exibidos pelas partes são divergentes, revelando ser necessário à designação de um perito judicial que possua conhecimentos técnicos para elaboração dos cálculos e eventualmente apure o real valor devido.

Desse modo, diante da complexidade dos cálculos e aliado ao fato de que o Contabilista do Juízo não possui conhecimentos específicos para tal mister, nomeio como Perito Judicial o Sr. Jair Silveira dos Santos, CRC/MT n.º 7220/0-9, com endereço à Rua Paulo Alberto Pan, nº 265, Boa Esperança, Sinop/MT, CEP 78.553-837, Fone: (65) 9.9964-5015, e-mail: jairsilveira@bol.com.br.

Cientifique-se a o perito a respeito da nomeação, bem como para que apresente, em 05 (cinco) dias: I – proposta de honorários; II – currículo com comprovação da especialização; e III – contatos profissionais, em especial o endereço eletrônico, para onde serão dirigidas as intimações pessoais.

Com a vinda da proposta de honorários, intimem-se as partes para que se manifestem a respeito do valor exposto, no prazo de 05 (cinco) dias, advertindo-se que o silêncio será interpretado como anuência ao valor apresentado pelo perito.

N'outro giro, tendo em vista que o Estado de Mato Grosso foi parte vencida na lide principal, deverá arcar com a integralidade do valor dos honorários periciais.

Havendo concordância quanto ao valor dos honorários exigidos pelo perito, determino que o Estado de Mato Grosso efetue o depósito de 50% (cinquenta por cento) da quantia para que o expert possa dar início aos trabalhos, em 15 (quinze) dias, devendo os demais 50% (cinquenta por cento) serem pagos quando da entrega do laudo e empós eventuais esclarecimentos a serem prestados pelo perito.

Decorrido o prazo e sem o recolhimento dos honorários, certifique-se e volvam-me conclusos.

Com a juntada do laudo pericial, intimem-se as partes para que se manifestem, no prazo de 15 (quinze) dias.

Cumpra-se.

Guarantã do Norte/MT, 18 de novembro de 2019.

Edna Ederli Coutinho

Juíza de Direito em Regime de Exceção

Provimento nº 016/2019-CM

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Edna Ederli Coutinho

Cod. Proc.: 94445 Nr: 1962-86.2015.811.0087

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: Neusa Terezinha Borsatti

PARTE(S) REQUERIDA(S): Município de Guarantã do Norte - MT

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Hermes Feliciano de Deus Nery - OAB:13849

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Edcleiton Meneghini - OAB:22.882-MT/O, GIOVANI RODRIGUES COLADELLO - OAB:12684/B

Desse modo, diante da complexidade dos cálculos e aliado ao fato de que o Contabilista do Juízo não possui conhecimentos específicos para tal mister, nomeio como Perito Judicial o Sr. Jair Silveira dos Santos, CRC/MT n.º 7220/0-9, com endereço à Rua Paulo Alberto Pan, nº 265, Boa Esperança, Sinop/MT, CEP 78.553-837, Fone: (65) 9.9964-5015, e-mail: jairsilveira@bol.com.br. Cientifique-se a o perito a respeito da nomeação, bem como para que apresente, em 05 (cinco) dias: I – proposta de honorários; II – currículo com comprovação da especialização; e III – contatos profissionais, em especial o endereço eletrônico, para onde serão dirigidas as intimações pessoais.Com a vinda da proposta de honorários, intimem-se as partes para que se manifestem a respeito do valor exposto, no prazo de 05 (cinco) dias, advertindo-se que o silêncio será interpretado como anuência ao valor apresentado pelo perito. N'outro giro, tendo em vista que o Município de Guarantã do Norte foi parte vencida na lide principal, deverá arcar com a integralidade do valor dos honorários periciais. Havendo concordância quanto ao valor dos honorários exigidos pelo perito, determino que o Município de Município de Guarantã do Norte efetue o depósito de 50% (cinquenta por cento) da quantia para que o expert possa dar início aos trabalhos, em 15 (quinze) dias, devendo os demais 50% (cinquenta por cento) serem pagos quando da entrega do laudo e empós eventuais esclarecimentos a serem prestados pelo perito.Decorrido o prazo e sem o recolhimento dos

honorários, certifique-se e volvam-me conclusos.Com a juntada do laudo pericial, intimem-se as partes para que se manifestem, no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se.Guarantã do Norte/MT, 18 de novembro de 2019.Edna Ederli CoutinhoJuíza de Direito em Regime de Exceção Provimento nº 016/2019-CM

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Edna Ederli Coutinho
Cod. Proc.: 94622 Nr: 2077-10.2015.811.0087
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Lucia Alves de Oliveira
PARTE(S) REQUERIDA(S): Estado de Mato Grosso - MT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Hermes Feliciano de Deus Nery - OAB:13849
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Analisando os autos, verifico que os cálculos exibidos pelas partes são divergentes, revelando ser necessário à designação de um perito judicial que possua conhecimentos técnicos para elaboração dos cálculos e eventualmente apure o real valor devido.
Desse modo, diante da complexidade dos cálculos e aliado ao fato de que o Contabilista do Juízo não possui conhecimentos específicos para tal mister, nomeio como Perito Judicial o Sr. Jair Silveira dos Santos, CRC/MT n.º 7220/0-9, com endereço à Rua Paulo Alberto Pan, nº 265, Boa Esperança, Sinop/MT, CEP 78.553-837, Fone: (65) 9.9964-5015, e-mail: jairsilveira@bol.com.br.
Cientifique-se a o perito a respeito da nomeação, bem como para que apresente, em 05 (cinco) dias: I – proposta de honorários; II – currículo com comprovação da especialização; e III – contatos profissionais, em especial o endereço eletrônico, para onde serão dirigidas as intimações pessoais.
Com a vinda da proposta de honorários, intimem-se as partes para que se manifestem a respeito do valor exposto, no prazo de 05 (cinco) dias, advertindo-se que o silêncio será interpretado como anuência ao valor apresentado pelo perito.
N'outro giro, tendo em vista que o Estado de Mato Grosso foi parte vencida na lide principal, deverá arcar com a integralidade do valor dos honorários periciais.
Havendo concordância quanto ao valor dos honorários exigidos pelo perito, determino que o Estado de Mato Grosso efetue o depósito de 50% (cinquenta por cento) da quantia para que o expert possa dar início aos trabalhos, em 15 (quinze) dias, devendo os demais 50% (cinquenta por cento) serem pagos quando da entrega do laudo e empós eventuais esclarecimentos a serem prestados pelo perito.
Decorrido o prazo e sem o recolhimento dos honorários, certifique-se e volvam-me conclusos.
Com a juntada do laudo pericial, intimem-se as partes para que se manifestem, no prazo de 15 (quinze) dias.
Cumpra-se.
Guarantã do Norte/MT, 18 de novembro de 2019.
Edna Ederli Coutinho
Juíza de Direito em Regime de Exceção
Provimento nº 016/2019-CM

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Edna Ederli Coutinho
Cod. Proc.: 27079 Nr: 1291-78.2006.811.0087
AÇÃO: Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: PPM Comercio de Maquinas e Lubrificantes Ltda
PARTE(S) REQUERIDA(S): Oliveira Martins e Brasil da Silva Ltda
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Murillo Espinola de Oliveira Lima - OAB:3127-A/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Autos n. 1291-78.2006.811.0087 – ID: 27079
Execução de Titulo Judicial
DECISÃO
Vistos.
Como requerido pelo Exequente a fls. 95, determino penhora BACENJUD nesta data nas possíveis contas do Executado OLIVEIRA MARTINS e BRASIL DA SILVA LTDA, para o que providencio a juntada do espelho impresso da ordem de bloqueio, registrando que o feed-back do Sistema ocorre em 48 horas, devendo ser gerado e juntado o espelho positivo ou negativo da resultante da ordem de bloqueio.
Caso negativa a penhora BACENJUD, realize-se a penhora RENAJUD, com restrição de transferência dos veículos porventura localizados em nome do Executado.
Caso positiva a penhora BACENJUD, mesmo que parcial, intime-se imediatamente os Executados, para manifestação, em dez (10) dias, ouvindo-se, a seguir, no mesmo prazo, a Exequente.
Caso negativa ambas as penhoras, busquem-se bens penhoráveis via INFOJUD, anexando-se as últimas do Executado.
Intimem-se.
Guarantã do Norte/MT, 19 de novembro de 2019.
José Arimatéa Neves Costa
Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça
Em Regime de Exceção - Prov. n. 16/2019-CM

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Edna Ederli Coutinho
Cod. Proc.: 86857 Nr: 281-18.2014.811.0087
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Ernildo Blemer
PARTE(S) REQUERIDA(S): Município de Guarantã do Norte - MT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ALESSANDRA DE CASTRO PEREZ - OAB:8.742/OAB-MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Pedro Henrique Gonçalves - OAB:11.999 - OAB/MT
Código 86857
Em que pese o pedido para o cumprimento de sentença, verifico que o acórdão proferido às fls. 84/93 determinou que a apuração do montante devido seja por mio de liquidação de sentença por arbitramento, motivo pelo qual determino a intimação da parte autora para que emende a petição de cumprimento de sentença ao rito de liquidação de sentença, por arbitramento, em 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento .
Decorrido o prazo supra sem manifestação, certifique-se e façam-me conclusos.
Cumpra-se.
Guarantã do Norte/MT, 19 de novembro de 2019.
Edna Ederli Coutinho
Juíza de Direito em Regime de Exceção
Provimento nº 016/2019

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Edna Ederli Coutinho
Cod. Proc.: 95350 Nr: 2541-34.2015.811.0087
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Terezinha Aparecida Bezerra
PARTE(S) REQUERIDA(S): Município de Guarantã do Norte - MT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Hermes Feliciano de Deus Nery - OAB:13849
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Cód. 95350
Manifeste-se a parte exequente acerca da petição juntada às fls. 228/229, em cinco dias.
Empós, conclusos imediatamente.
Cumpra-se.
Guarantã do Norte/MT, 19 de novembro de 2019.
Edna Ederli Coutinho
Juíza de Direito em Regime de Exceção
Provimento nº 016/2019-CM

Intimação das Partes
JUIZ(A): Thalles Nóbrega Miranda Rezende de Brito
Cod. Proc.: 100564 Nr: 1762-45.2016.811.0087
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Marcos Antonio Lupatini
PARTE(S) REQUERIDA(S): Banco Bradesco S.A.
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Adolfo Wagner Areco Gonzales - OAB:5438/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Vistos em regime de exceção.Proceda-se a Secretaria com as conferências determinadas no artigo 54 da Resolução TJ-MT/TP Nº 03 de 12 de Abril de 2018, adotando as providências que se fizerem necessárias.Com fundamento nos arts. 6º e 10º do CPC, faculto às partes o prazo comum de 05 (cinco) dias para que apontem, de maneira clara, objetiva e sucinta, as questões de fato e de direito que entendam pertinentes ao julgamento da lide.Quanto às questões de fato, deverão indicar a matéria que consideram incontroversa, bem como aquela que entendem já provada pela prova trazida, enumerando nos autos os documentos que servem de suporte a cada alegação.Com relação ao restante, remanescendo controvertida, deverão especificar as provas que pretendem produzir, justificando, objetiva e fundamentadamente, sua relevância e pertinência.O silêncio ou o protesto genérico por produção de provas serão interpretados como anuência ao julgamento antecipado, indeferindo-se, ainda, os requerimentos de diligências inúteis ou meramente protelatórias.Quanto às questões de direito, para que não se alegue prejuízo, deverão, desde logo, manifestar-se sobre a matéria cognoscível de ofício pelo juízo, desde que interessem ao processo.Com relação aos argumentos jurídicos trazidos pelas partes, deverão estar de acordo com toda a legislação vigente, que, presume-se, tenha sido estudada até o esgotamento pelos litigantes, e cujo desconhecimento não poderá ser posteriormente alegado.Registre-se, ainda, que não serão consideradas relevantes as questões não adequadamente delineadas e

Intimação das Partes
JUIZ(A): Thalles Nóbrega Miranda Rezende de Brito
Cod. Proc.: 106750 Nr: 1155-95.2017.811.0087
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO BRADESCO S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): Alexandro José Freitas - ME, ALEXANDRO JOSE FREITAS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MAURO PAULO GALERA MARI - OAB:3056
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, REJEITO a exceção de pré-executividade apresentada pela executada. Sem honorários advocatícios, consoante jurisprudência do STJ. INTIME-SE a parte exequente para que prossiga na execução, promovendo atos concretos que viabilizem o seu êxito, no prazo de 10 (dez) dias.Cumpra-se. Às providências.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Thalles Nóbrega Miranda Rezende de Brito
Cod. Proc.: 104187 Nr: 4144-11.2016.811.0087
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Irene Antonio Santos Jesus
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Elio Alceno Schowantz - OAB:26.104/B OAB/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Ante o exposto e por tudo mais que consta dos autos, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na inicial, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC, para o fim de condenar o INSS a implantar o benefício de Aposentadoria Rural por Idade, no valor de um salário mínimo, em favor da parte autora, com termo inicial (Data da Entrada do Requerimento administrativo - DER), com incidência de correção monetária, desde seus respectivos vencimentos, além de juros de mora calculados nos termos da Lei 11.960/09, estes, a partir da citação, e o ABONO ANUAL de que trata o artigo 40 da Lei 8.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Edna Ederli Coutinho
Cod. Proc.: 80174 Nr: 1997-85.2011.811.0087
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO DO BRASIL S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): Deumires Demossi
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Fabiula Muller Koenig - OAB:PR 22819, Gustavo R. Góes Nicoladelli - OAB:17.980/A OAB/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Código 80174
Indefiro o pedido de fl. 84, consistente na expedição de ofício ao Instituto Nacional do Seguro Social com o fito de localizar informações sobre os herdeiros do executado, porquanto incumbe à exequente promover as diligências necessárias para obter as informações pretendidas; informações públicas, diga-se de passagem. Aliás, não se observa que a parte exequente tenha empreendido diligência alguma nesse sentido. Poderia ter se valido de meios diretos para a eventual coleta dessas informações, não sendo possível, antes disso, carrear-se ao Poder Judiciário, já tão sobrecarregado, o ônus de trazê-las, sem a prévia adoção de providências diretamente pela parte, voltadas a órgãos que não se submetem a sigilo.
Ademais, ante a comunicação do falecimento do executado, com fulcro no art. 313 , I, do Código de Processo Civil, SUSPENDO o presente feito pelo prazo de 03 (três) meses.
Intime-se a exequente para que promova a citação do espólio do falecido, no prazo de suspensão supramencionado, nos termos do art. 313, §2º, inciso II do mesmo Codex.
Decorrido o prazo acima e sem manifestação, certifique-se e volvam-me conclusos.
Cumpra-se, expedindo o necessário.
Guarantã do Norte/MT, 18 de novembro de 2019.
Edna Ederli Coutinho
Juíza de Direito em Regime de Exceção
Provimento 16/2019-CM

Intimação das Partes
JUIZ(A): Edna Ederli Coutinho
Cod. Proc.: 114436 Nr: 1644-98.2018.811.0087
AÇÃO: Reintegração / Manutenção de Posse->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Elizabete Pinheiro , Espólio de Dirce Rochemback Pinheiro
PARTE(S) REQUERIDA(S): JOSÉ JACOBSEN CAMARGO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: WALTER DJONES RAPUANO - OAB:16505/B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Antonio de Souza Campos Neto - OAB:3670
Código n. 114436
Trata-se de AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE com pedido liminar proposta pelo ESPÓLIO DE DIRCE ROCHEMBACK PINHEIRO, representado pela inventariante ELIZABETE PINHEIRO, em face de JOSÉ JACOBSEN CAMARGO, ambos qualificados nos autos.
Objetiva o autor a reintegração de uma propriedade rural de 1,92 ha (um hectare e noventa e dois ares) localizada na Linha Castanheira, Bairro Cotrel, em Guarantã do Norte/MT.
Entendendo presentes os requisitos legais, requereu liminarmente a reintegração de posse do imóvel descrito na inicial.
Com a inicial, vieram os documentos de fls. 12/72.
Decisão deferida às fls. 77/78, deferindo a liminar vindicada determinando a expedição de mandado de reintegração de posse do imóvel rural descrito nos autos à parte autora.
A parte requerida apresentou contestação às fls. 83/90, e a requerente impugnação às fls. 133/134
Tendo em vista que o requerido pugnou pela produção de provas, embora a parte autora tenha manifestado pelo julgamento antecipado da lide, afim de se evitar eventual nulidade por cerceamento de defesa, intimem-se as partes para, no prazo de 15(quinze) dias, especificarem as provas que pretendem produzir, presumindo-se o silencio no desejo de que o processo seja julgado no estado em que se encontra.
Cumpra-se, com urgência.
Guarantã do Norte-MT, 19 de novembro de 2019.
Edna Ederli Coutinho
Juíza de Direito em Regime de Exceção
Provimento nº 016/2019-CM

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 85278 Nr: 1236-83.2013.811.0087
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Ilario Trumm

PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MAURICIO RICARDO ALVES - OAB:15.523/OAB/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO Intimação do advogado(a) MAURICIO RICARDO ALVES, para devolução dos autos nº 1236-83.2013.811.0087, Protocolo 85278, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de adoção das medidas cabíveis.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Diego Hartmann
Cod. Proc.: 39363 Nr: 1564-18.2010.811.0087
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): Marques & Guerrezi Ltda, LENINE KOVAC DERZE MARQUES, Aladir Salete Guerrezi
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Jenz Prochnow Junior (Subproc. Geral Fiscal) - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Na petição de folhas 48, a parte executada informou o parcelamento da dívida, bem como requereu a liberação dos valores penhorados e a suspensão dos autos até o cumprimento integral da dívida.
Considerando o parcelamento da dívida informado às folhas 55-57, bem como o comprovante do pagamento da primeira parcela às folhas 58-59, DETERMINO a liberação dos valores penhorados nos autos, devendo ser transferidos para a conta indicada às folhas 48.
No mais, tendo em vista que manter o processo suspenso até o eventual pagamento do débito prejudica a celeridade e a eficácia da prestação jurisdicional, haja vista que contabiliza uma alta taxa de congestionamento, o que torna o Poder Judiciário ainda mais assoberbado por demandas paralisadas, DETERMINO a remessa dos autos ao arquivo até que o exequente informe o integral cumprimento da obrigação ou requeira o prosseguimento da execução.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Diego Hartmann
Cod. Proc.: 107686 Nr: 1685-02.2017.811.0087
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Fazenda Pública Estadual
PARTE(S) REQUERIDA(S): L. L. Kich e CIA Ltda - ME, Natalia Tanara Weissler, Lisani Liliane Kich
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LEONARDO VIEIRA DE SOUZA - OAB:17522, Procuradoria Geral do Estado de Mato Grossso - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Na petição de folhas 17, a parte executada informou o parcelamento da dívida, bem como requereu a liberação dos valores penhorados e a suspensão dos autos até o cumprimento integral da dívida.
Considerando o termo de confissão de débito inscrito em dívida ativa e requerimento de parcelamento às folhas 24-26, bem como os comprovantes dos pagamentos apresentados às folhas 27-64, DETERMINO a liberação dos valores penhorados nos autos, conforme extrato de folhas 66-67, devendo ser transferidos para a conta indicada às folhas 17.
Ressalta-se que os valores bloqueados são de R$ 128,38 (cento e vinte e oito mil Reais e trinta e oito centavos) e não de R$ 79.449,67 (setenta e nove mil e quatrocentos e quarenta e nove Reais e sessenta e sete centavos), consoante demonstra o extrato do Bacenjud às folhas 66-67.
No mais, tendo em vista que manter o processo suspenso até o eventual pagamento do débito prejudica a celeridade e a eficácia da prestação jurisdicional, haja vista que contabiliza uma alta taxa de congestionamento, o que torna o Poder Judiciário ainda mais assoberbado por demandas paralisadas, DETERMINO a remessa dos autos ao arquivo até que o exequente informe o integral cumprimento da obrigação ou requeira o prosseguimento da execução.
Cumpra-se.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1001232-19.2019.8.11.0087
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THAIS DANIELA TUSSOLINI DE ALMEIDA OAB - MT21589-O (ADVOGADO(A))
LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS OAB - MT16691-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SIDNEI DE PAULA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
DIEGO HARTMANN

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE GUARANTÃ DO NORTE VARA ÚNICA DE GUARANTÃ DO NORTE
_____ Processo: 1001232-19.2019.8.11.0087 EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL SA EXECUTADO: SIDNEI DE PAULA DECISÃO Recebo a execução. Cite-se o devedor para, no prazo de 3 (três) dias, efetuar o pagamento da dívida. Fixo os honorários advocatícios em 10% sobre o valor do débito, consignando que em caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, a verba honorária será reduzida pela metade. Não efetuado o pagamento no prazo legal, proceda o oficial de justiça à penhora dos bens oferecidos em garantia para garantir a execução, e as suas avaliações, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o executado. Realizada a penhora na presença do executado, reputar-se-á devidamente intimado, dispensando a expedição de novos atos. Eventuais embargos à execução deverão ser oferecidos no prazo de 15 (quinze) dias, contados da juntada aos autos do mandado de citação, na forma do art. 915 e seguintes do NCPC. Não encontrando o devedor, o oficial de justiça arrestar-lhe-á tantos bens quantos bastem para garantir a execução, procedendo na forma do art. 830 do NCPC. Cumpra-se. DIEGO HARTMANN Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001266-91.2019.8.11.0087
Parte(s) Polo Ativo:
VILMAR LUIZ TROIAN (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JADERSON ROSSET OAB - MT0015129A (ADVOGADO(A))
ALCIONIR PAULO SILVESTRO OAB - MT16005-N (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EURIPEDES ALVES DUARTE (RÉU)
JUSCELINO CLEMENTE DUARTE (RÉU)
Magistrado(s):
DIEGO HARTMANN

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE GUARANTÃ DO NORTE VARA ÚNICA DE GUARANTÃ DO NORTE
_____ Processo: 1001266-91.2019.8.11.0087 AUTOR(A): VILMAR LUIZ TROIAN RÉU: JUSCELINO CLEMENTE DUARTE, EURIPEDES ALVES DUARTE DECISÃO Em análise dos autos constato que a parte requerente postula pelo deferimento do benefício da assistência judiciária gratuita, contudo, vejo que tal pedido não pode prosperar, pelos motivos que passo a discorrer. Primeiramente, observando o caso sob a ótica do direito ao benefício, tem-se que o acesso à justiça é garantia individual e fundamental do cidadão. O legislador constituinte para viabilizar o acesso à justiça disponibilizou meios para o alcance da prestação jurisdicional, entre eles está o benefício da assistência judiciária gratuita, garantia esculpida no inciso LXXIV da Constituição da República e vigente no ordenamento jurídico brasileiro desde a publicação da lei n.º 1.060/50, sendo que esta assistência consubstancia-se, além da condição de pobreza, pelo aspecto da impossibilidade de custear os atos processuais sem prejuízo próprio ou de seus familiares. A propósito, em pesquisa ao Sistema Renajud observou-se que o requerente possui 9 (nove) veículos constando no seu nome, sendo de se pressupor que possui condições financeiras de arcar com as despesas processuais, sem prejuízos financeiros familiar. Além disso, os documentos carreados são insuficientes para possibilitar a concessão da benesse, uma vez que não denotam que o requerente ficaria impossibilitado ou mesmo que teria dificuldades de arcar com as custas do processo sem prejuízo do próprio sustento ou de sua família. Insta salientar, que o escopo da lei concedendo o benefício da gratuidade, destina-se a favorecer àqueles que realmente necessitam se socorrerem

deste benefício para ver assegurado seu direito, o que não se vislumbra no caso concreto. Sendo assim, diante da falta de presunção do estado de miserabilidade do requerente, o não acolhimento do pedido de concessão do benefício da justiça gratuita é medida que se impõe. Do exposto, INDEFIRO o pedido de Justiça Gratuita. Intime-se a parte requerente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento das custas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição, conforme preceitua o artigo 290 do NCPC. Cumpra-se. DIEGO HARTMANN Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001304-06.2019.8.11.0087
Parte(s) Polo Ativo:
LUCAS VIEIRA AFONSO (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
EDER DE OLIVEIRA COUTO (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIS RICARDO DE OLIVEIRA OAB - MT24943-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOAO ANTONIO COSTA NETO (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
ANTONIO FERREIRA BENTO (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Magistrado(s):
DIEGO HARTMANN

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE GUARANTÃ DO NORTE VARA ÚNICA DE GUARANTÃ DO NORTE _____ Processo: 1001304-06.2019.8.11.0087 ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL: EDER DE OLIVEIRA COUTO, LUCAS VIEIRA AFONSO ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL: JOAO ANTONIO COSTA NETO, ANTONIO FERREIRA BENTO DECISÃO Defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita. Preenchidos os requisitos do artigo 319 do Código de Processo Civil, recebo a petição inicial. Conforme o teor do artigo 334 do Código de Processo Civil, remetam-se os autos ao CEJUSC para designação de audiência de conciliação. Citem-se e intimem-se os requeridos. O prazo para contestação (de quinze dias úteis) será contado a partir da realização da audiência. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir). A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa. As partes devem estar acompanhadas de seus advogados. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Decorrido o prazo para contestação, intimem-se os requerentes para que no prazo de quinze dias úteis apresentem manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverão informarem se querem produzir outras provas ou se desejam o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverão se manifestarem em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverão os autores apresentarem resposta à reconvenção). Intime-se. Cumpra-se. DIEGO HARTMANN Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-79 AÇÃO CIVIL PÚBLICA
Processo Número: 1001294-59.2019.8.11.0087
Parte(s) Polo Ativo:
M. P. D. C. D. G. D. N. (AUTOR(A))
Parte(s) Polo Passivo:
J. T. (RÉU)
C. P. (RÉU)
E. S. G. (RÉU)
H. O. B. (RÉU)
Magistrado(s):
DIEGO HARTMANN

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE GUARANTÃ DO NORTE VARA ÚNICA DE GUARANTÃ DO NORTE _____ Processo: 1001294-59.2019.8.11.0087 AUTOR(A): MINISTÉRIO PÚBLICO DA COMARCA DE GUARANTÃ DO NORTE-MT RÉU: ERICO STEVAN GONCALVES, HERMES OLNEY BRANDAO, JAIR TAVARES, CLAUDIOMAR PALOSCHI DECISÃO Cuida-se de ação civil pública de improbidade administrativa manejada pelo Ministério Público em face de ÉRICO STEVAN GONÇALVES, HERMES OLNEY BRANDÃO, JAIR TAVARES e CLAUDIOMAR PALOSCHI. Em síntese, diz o Ministério Público Estadual que após a denúncia formulada por membros da Câmara Municipal de Guarantã do Norte, foi instaurado Inquérito Civil nº 39/2019 (SIMP nº 000915-058/2019) para apuração da ocorrência de utilização de maquinários públicos, pertencentes à Prefeitura Municipal, na execução de serviços em propriedade particular, localizada na área que se encontra em litígio judicial entre os Estados de Mato Grosso e Pará – Gleba Vale do XV (ACO nº 714/STF. Com isso, foi determinada a realização de inspeção no local da denúncia recebida, a qual constatou a presença de obras consistentes na retirada de terra localizada em propriedade privada, de posse do Sr. Hermes Olney Brandão, para nivelamento de estradas constantes na referida Linha Vale do XV, realizadas por quatro caminhões caçamba, retroescavadeira, pá carregadeira e uma motoniveladora. Ato contínuo, notificado, o Prefeito de Guarantã do Norte informou que a utilização dos maquinários públicos se deu em razão da recuperação da estrada municipal do Vale do XV, a qual existiria há mais de 20 anos. Ainda, acrescentou que a utilização dos maquinários não ocorreu com base na Lei Municipal nº 1.111/2013, uma vez que a estrada recuperada seria uma via municipal e não particular. Afirma o órgão ministerial que em oitiva dos servidores que realizaram a obra do ato, Luiz Branco, Eduardo Rodrigo Fritsch, Valmor dos Santos, Cesar Lelis da Silva, Vilmar dos Santos, Jackson Douglas Nardi, Laércio Vanderlei Pereira, restou apurado que a ordem para execução dos serviços envolvendo os maquinários públicos foi emanada do ex-Secretário de Obras, Sr. Claudiomar Paloschi. Além disso, segundo narra, os servidores confirmaram a realização de cascalhamento na via que liga a Linha Vale doo XV à Linha Iriri, bem como relataram que a referida estrada passa na propriedade dos requeridos Jair Tavares e Hermes Olney Brandão. Segundo aduz o parquet, no depoimento do Prefeito perante o Ministério Público, este confirmou a realização da obra de cascalhamento com maquinários públicos na referida estrada, assim como afirmou que o cascalho utilizado era retirado da propriedade dos requeridos Jair e Hermes, pois é comum os proprietários rurais realizarem doações para recuperações de estradas municipais em troca de algum tipo de serviço em suas áreas particulares. Com isso, verifica-se que foi realizado o cascalhamento da referida estrada, bem como utilização de bem público para colocação de cascalho no curral da propriedade rural e na manutenção do acesso até a sede do imóvel. Apresentados documentos à promotoria, a procuradoria jurídica municipal apresentou o mapa atualizado das estradas vicinais de 2019, no qual se aponta que a estrada recuperada com os maquinários públicos é denominada como travessão Iriri/Vale do XV, Entretanto, a Câmara Municipal apresentou ofício com cópia da Lei Municipal nº 1.300/2015, contendo mapa e a relação das estradas rurais municipais, onde não consta a estrada vicinal recuperada pelo ente municipal. Diante disso, pleiteia o Ministério Público, em sede liminar, a decretação da indisponibilidade dos bens dos réus, no valor de R$ 44.928,75 (quarenta e quatro mil e novecentos e vinte e oito Reais e setenta e cinco centavos) para cada demandado, totalizando em R$ 179.715,00 (cento e setenta e nove mil e setecentos e quinze Reais), a fim de garantir aplicação das penalidades pela prática de ato de improbidade, referentes ao futuro ressarcimento ao erário, pagamento da multa civil e dano moral coletivo. É o relato. Dispõe o artigo 37 da Constituição Federal que “a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”, para fins de probidade administrativa. Pois bem. É cediço que, em regra, os pedidos liminares estão circunscritos às hipóteses em que comprovado o perigo na demora do provimento final (periculum in mora) e a existência de verossimilhança entre os fatos deduzidos, o direito de regência e os documentos que acompanham o pedido (fumus boni iuris). Forte nessa premissa passo a analisar, sumariamente, os pedidos ministeriais. INDISPONIBILIDADE DE BENS No que se refere ao pedido de indisponibilidade dos bens da requerida, há de se trazer à colação o entendimento jurisprudencial sedimentado no STJ no sentido de que a decretação da indisponibilidade dos bens, em sede de ação de improbidade, dispensa comprovação do risco iminente de dilapidação patrimonial, sendo, em tais casos, implícito ao próprio comando legal que autoriza a constrição. Assim, sendo o perigo ínsito ao próprio comando do art. 7º da Lei 8.429/92, há de se aferir a verossimilhança das alegações

ministeriais. Trouxe o Ministério Público farta documentação comprovando a prática de atos potencialmente ímprobos ocorridos na execução de serviços públicos em propriedade particular, Gleba Vale do XV. Nos depoimentos dos servidores públicos, Luiz Branco, Eduardo Rodrigo Fritsch, Valmor dos Santos, Cesar Lelis da Silva, Vilmar dos Santos, Jackson Douglas Nardi, Laércio Vanderlei Pereira, esses relataram que realizaram os serviços na estrada sob as ordens do Sr. Claudiomar Paloshi. Atrelado a isso, no depoimento ministerial do Sr. Prefeito Municipal, este confirma a utilização do maquinário público na propriedade dos demandados Jair Tavares e Hermes Olney Brandão, como forma de contraprestação, uma vez que os referidos particulares concederam materiais para o cascalhamento da via que entende pública. Outrossim, as ordens dos atos, em tese, ímprobos para a utilização dos bens públicos foram dadas pelo Secretário de Obras do Município de Guarantã do Norte, Sr. Claudiomar, bem como no exercício do mandato do Prefeito Érico, o qual era ciente dos todos os atos e confirmou que as ordens de urgências eram de forma verbal, sem documentação por escrito. Ressalta-se o teor do depoimento do Sr. Luiz Branco, o qual relatou que foi contratado pela Prefeitura de Guarantã do Norte no ano de 2018 para levar o maquinário até a estrada descrita nos autos para arrumá-la. Entretanto, diz que quando levou o maquinário, existia somente uma estrada antiga sem trafegabilidade, tipo um trilheiro, e o resto era mato. Além disso, relatou que foi necessária a abertura de estrada até a propriedade de Hermes, aproximadamente 11km, sendo as ordens na forma verbal pelo Secretário de Obras, Sr. Claudiomar. Além disso, os mapas apresentados nos autos demonstram a inexistência da referida estrada no mapa oficial da malha viária de estradas em 2015, constatando-se, à primeira vista, que a estrada é privada e não via pública. Nesse sentido, dispõe o artigo 10, inciso XIII, da Lei 8.429/92, que: "Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente: (...) XIII - permitir que se utilize, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta Lei, bem como o trabalho de servidor público, empregados ou terceiros contratados por essas entidades." O fato por si só é grave. Os demandados supostamente utilizaram de bens públicos para realizar serviço em propriedades particulares, afirmando que a via seria pública, quando, aparentemente, diante dos estudos e relatórios de inspeção anexados no Inquérito Civil nº 39/2019 (SIMP nº 000915-058/2019), trata-se de via particular. Portanto, há robustos indícios que houve realização de serviços públicos em áreas particulares, o que potencialmente causou prejuízo ao erário e vantagem financeira indevida aos particulares beneficiados. Tais condutas aparentemente ferem não só a legalidade, mas também a moralidade administrativa, além de potencialmente poder gerar o reconhecimento de prática de ato de improbidade administrativa punido, dentre outros, com aplicação de multa e ressarcimento ao erário. Com efeito, presente, ainda que neste âmbito de cognição sumária, fundada evidência da culpabilidade, é de ser deferido, em parte, o bloqueio judicial dos bens dos requeridos a fim de garantir adimplemento por atos que potencialmente maculam a probidade administrativa. DO VALOR DA INDISPONIBILIZAÇÃO Na inicial requer o parquet a indisponibilização cautelar de bens dos requeridos no valor de R$ 44.928,75 (quarenta e quatro mil, novecentos e vinte e oito Reais e setenta e cinco centavos), o que seria suficiente para garantir o ressarcimento do dano ao erário, o pagamento de eventual multa civil aplicada no patamar máximo, e a reparação pelo dano moral coletivo. Não obstante o Ministério Público tenha pretendido demonstrar, a partir de critérios técnicos, o valor do dano ao erário, da multa civil e do dano moral coletivo, entendo que neste momento de cognição não exauriente, em que não foi oportunizado às partes exercer o contraditório judicial, revela-se excessivo o valor pretendido a título de indisponibilização dos bens dos requeridos. Isso porque, não obstante os elementos indiciários, não há comprovação robusta do grau de culpabilidade dos requeridos a ponto de justificar um juízo antecipatório de provável de condenação em multa civil em seu patamar máximo, e tampouco se pode ter por certo o valor atribuído a título de dano moral coletivo, o qual, também, pende de comprovação. Assim, o montante a ser indisponibilizado cautelarmente deve considerar, tão somente o valor do prejuízo ao erário e o valor da multa civil simples, o que, tomando-se por base os elementos técnicos trazidos pelo Ministério Público, alcança o montante de R$ 28.825,56 (vinte e oito mil e oitocentos e vinte e cinco Reais e cinquenta e seis centavos). DISPOSITIVO Ante ao exposto, atento aos parâmetros disciplinados nos art. 7º e 12, inciso II, ambos da Lei de Improbidade Administrativa, DEFIRO EM TERMOS o pedido liminar para determinar o BLOQUEIO JUDICIAL dos bens dos requeridos ÉRICO STEVAN GONÇALVES, HERMES OLNEY BRANDÃO, JAIR TAVARES e CLAUDIOMAR PALOSCHI, até o montante individualizado de R$ 28.825,56 (vinte e oito mil e oitocentos e vinte e cinco Reais e cinquenta e seis centavos), para cada requerido. Notifiquem-se os requeridos para oferecerem manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 17, parágrafo 7º, da Lei 8.429/92. Notifique-se o Município de Guarantã do Norte para, querendo, integre a presente ação. Bloqueiem-se quantos bens bastem para garantir a indisponibilidade ora determinada, preferencialmente com utilização dos sistemas informatizados, BACENJUD e RENAJUD. Sendo insuficientes os bens bloqueados, expeça-se ofício ao Registro de Imóveis da Comarca para fins de averbação da indisponibilidade dos bens imóveis em nome dos requeridos. No mais, considerando que as partes devem zelar pelo melhor manuseio dos autos, bem como que as mídias e documentos apresentados no ofício nº 286/2019/MPMT/PJGN, protocolado na secretaria, deverão ser, todos, compactados e fracionados para o formato admitido pelo Sistema PJe, de modo que DETERMINO ao Ministério Público Estadual que junte, no prazo de 05 (cinco) dias, as mídias apresentadas em anexo no referido ofício nos autos, conforme artigos 33 e seguintes da Resolução nº 03, TJ-MT/TP. Até que juntadas as mídias no PJE, franqueie-se acesso às partes em secretaria. Deixo de designar audiência de conciliação, em razão da natureza da ação. Cumpra-se, com urgência. Cumpra-se. DIEGO HARTMANN Juiz de Direito

Juizado Especial Cível e Criminal

Decisão

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8010194-53.2012.8.11.0087
Parte(s) Polo Ativo:
ABILIO FERREIRA LEITE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALESSANDRA DE CASTRO PEREZ OAB - MT8742-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI/BRASIL TELECOM S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Alexandre Miranda Lima OAB - MT13241-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
DIEGO HARTMANN

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE GUARANTÃ DO NORTE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE GUARANTÃ DO NORTE _____ Processo: 8010194-53.2012.8.11.0087 REQUERENTE: ABILIO FERREIRA LEITE REQUERIDO: OI/BRASIL TELECOM S.A DECISÃO Recebo o pedido de cumprimento de sentença. Intime-se o devedor, na pessoa de seu advogado constituído nos autos, para cumprimento da obrigação, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 513, § 2º, I, do NCPC), efetuando o pagamento do valor atualizado do crédito. Não ocorrendo o pagamento no prazo, o débito será acrescido de multa de 10% e também de honorários advocatícios de 10%, de acordo com o § 1º do art. 523 do NCPC. Em caso de pagamento parcial a multa e honorários recairá somente sobre o saldo remanescente (art. 523, § 2º o do NCPC). Se o devedor não efetuar tempestivamente o pagamento voluntário, expeça-se mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação, como dispõe o § 3º do art. 523 do NCPC. Havendo alienação forçada, fica desde já o devedor autorizado a tratar da alienação do bem em preço não inferior a 70% do valor da avaliação. DIEGO HARTMANN Juiz de Direito

Sentença

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8010013-76.2017.8.11.0087
Parte(s) Polo Ativo:
ELLEOMAR MORAIS AGUIAR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SAMARA CORINTA HAMMOUD COSTA OAB - MT0006816A

(ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
DIEGO HARTMANN

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE GUARANTÃ DO NORTE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE GUARANTÃ DO NORTE _____ Processo: 8010013-76.2017.8.11.0087 REQUERENTE: ELLEOMAR MORAIS AGUIAR REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A SENTENÇA Dispensado o relatório. Durante a execução do cumprimento da sentença as partes chegaram a um acordo com quanto ao objeto da lide, conforme petição de acordo ID 26456929. Assim, não havendo pendências, sendo lícito e devidamente aceito pelas partes, HOMOLOGO o acordo firmado em audiência e, na forma do art. 487, III, alínea "b" do CPC, extingo o processo com resolução de mérito. Arquive-se com as baixas necessárias. DIEGO HARTMANN Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000476-44.2018.8.11.0087
Parte(s) Polo Ativo:
LAURO CORREIA FERNANDES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANGELICE MALAVAZI OAB - MT24162/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MT14992-S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
DIEGO HARTMANN

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE GUARANTÃ DO NORTE Processo: 1000476-44.2018.8.11.0087. REQUERENTE: LAURO CORREIA FERNANDES REQUERIDO: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. SENTENÇA Relatório dispensado, nos termos do artigo 38 da lei 9.099/95. Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA CUMULADA COM REPETIÇÃO DO INDÉBITO, DANO MORAL E TUTELA DE URGÊNCIA proposta por LAURO CORREIA FERNANDES em desfavor do BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. Analisando os autos verifica-se que a parte autora postulou a desistência da ação, consoante petição ID 19281701. Segundo o Enunciado nº 90 do FONAJE: "a desistência do autor, mesmo sem a anuência do réu já citado, implicará na extinção do processo sem julgamento do mérito, ainda que tal ato se dê em audiência de instrução e julgamento". Com essas considerações, com fundamento no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução do mérito. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. GUARANTÃ DO NORTE, 04 de dezembro de 2019. Diego Hartmann Juiz(a) de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000409-45.2019.8.11.0087
Parte(s) Polo Ativo:
ERICA OLIVEIRA DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUANA FERNANDA GUIMARAES GREFFE PEIXOTO OAB - MT13868/O (ADVOGADO(A))
JULIANO DOMINGUES DE OLIVEIRA OAB - MT11670-B (ADVOGADO(A))
CAMILA IRIS DA SILVA LARA OAB - MT25239/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DIEGO HARTMANN

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE GUARANTÃ DO NORTE 1000409-45.2019.8.11.0087 REQUERENTE: ERICA OLIVEIRA DE SOUZA Advogados do(a) REQUERENTE: LUANA FERNANDA GUIMARAES GREFFE PEIXOTO - MT13868/O, JULIANO DOMINGUES DE OLIVEIRA - MT11670-B, CAMILA IRIS DA SILVA LARA - MT25239/O REQUERIDO: TELEFÔNICA BRASIL S.A. SENTENÇA A parte autora manifestou-se pela desistência da presente ação. Não há informações de que o requerido tenha sido citado, bem como não há contestação juntada aos autos. Desta feita, com fulcro no disposto no artigo 485, inciso VIII, homologo a desistência da ação e decreto a extinção do processo sem julgamento do mérito. Custas pelo autor, se devidas. Sem honorários advocatícios, face a inexistência de contraditório. Após o cumprimento de todas as formalidades, arquive-se. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se, expedindo o necessário e com as cautelas de estilo. GUARANTÃ DO NORTE, 4 de dezembro de 2019. Diego Hartmann Juiz(a) de Direito

Comarca de Itaúba

Vara Única

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 73009 Nr: 2587-10.2008.811.0009
AÇÃO: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública->Procedimento de Cumprimento de Sentença/Decisão->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JOSÉ CARLOS FRANCISCATO
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Admar Agostini Mânica - OAB:MT-3560, Neuma T. Cielo Mânica - OAB:MT-3508-B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Considernado que a Executada apresentou impugnação ao cumprimento de sentença requerido às fls. 235, nos termos da Legislação Vigente e do Art. 482, VI e 1209 ambos da CNGC/MT, e Art. 26 da Portaria nº01/2019 deste Juízo, impulsiono estes autos com a finalidade de intimar o advogado da Parte Autora/Exequente, via DJE, para que, no prazo de 05(cinco) dias, se manifestar acerca da referida impugnação.

Juizado Especial Cível e Criminal

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 93215 Nr: 544-47.2019.811.0096
AÇÃO: Termo Circunstanciado->Procedimentos Investigatórios->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Delegacia de Polícia Civil de Itaúba - MT
PARTE(S) REQUERIDA(S): FAGNER DIRCEU SGARBI
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FABIO ROGERIO MARÇAL - OAB:12492-B, IVONETE GIACHINI - OAB:MT 22555-O
Nos termos da Legislação Vigente e do art. 482, VI da CNGC, impulsiono estes autos com a finalidade de intimar o advogado do Autor do Fato, via DJE, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, decline o endereço atualizado de seu cliente, possibilitando assim a designação da audiência para oferecimento da proposta de transação penal realizada pelo Membro do Ministério Público às fls. 18/18-v.

Comarca de Itiquira

Vara Única

Intimação

Intimação Classe: CNJ-14 CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
Processo Número: 1000537-51.2019.8.11.0027
Parte(s) Polo Ativo:
AGRO PECUARIA ESPIGAO LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ERLON DE FARIA PILATI OAB - PR23091 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOAO BATISTA RAPSAN DA SILVA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:

CLOVIS ROBERTO DE PAULA OAB - PR04407 (ADVOGADO(A))

EM REITERAÇÃO: Nos termos da Legislação Vigente e Provimento nº 056/2007- CGJ que dispõe sobre o cumprimento de atos ordinatórios pelos senhores gestores das varas judiciais cíveis do Estado de Mato Grosso, em cumprimento ao Provimento nº 07/2017-CGJ que implantou a Central de Processamento de Diligências dos Oficiais de Justiça nas comarcas deste Estado, impulsiono os autos ao setor de envio de matéria p/ imprensa para intimar o Requerente, na pessoa de seu advogado, acerca da Certidão do Sr. Oficial de Justiça para que efetue o pagamento da diligência, por meio de guia emitida através do site "www.tjmt.jus.br", devendo trazer aos autos a guia e o respectivo comprovante de pagamento, no prazo de 05 (cinco) dias.

Expediente

Intimação das Partes
JUIZ(A): Rafael Siman Carvalho
Cod. Proc.: 56391 Nr: 789-08.2018.811.0027
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Carlos Ernesto Augustin
PARTE(S) REQUERIDA(S): Rumo Malha Norte S.A.
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JÔNATAS DE LIMA BARROS - OAB:11690
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Carlos Alberto de Jesus Marques - OAB:4.862-MS
DECISÃO
Trata-se de pedido de homologação de acordo extra judice, em ação de cumprimento de sentença proposto por CARLOS ERNESTO AUGUSTIN em face de ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA NORTE S/A.
Em manifestação das partes (ID 25448596), informam a celebração de acordo, bem como, pugna pela homologação e sua respectiva extinção.
É o breve relatório.
DECIDO.
Do que consta nos autos, verifica-se que as partes litigantes celebraram acordo extrajudice, no qual pactuam o pagamento da dívida objetos dos autos, bem como, obrigações de fazer consistentes em limpeza de pastagem, instalação de pivô central, inclusive estabelecendo prazos para apresentação dos orçamentos para aprovação.
Assim, considerando o acordo realizado entre as partes (ref.42), homologo o presente, e, por conseguinte SUSPENDO O PROCESSO até o cumprimento do acordo.
Ainda, fica concedido o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentação dos novos orçamentos, conforme requerimento.
Desnecessário o decurso de prazo recursal e, quitadas as custas por ventura existentes, ARQUIVEM-SE, mediante as baixas e cautela.
P.R.I.C.
Itiquira/MT, 25 de novembro de 2019.
Rafael Siman Carvalho
Juiz de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Rafael Siman Carvalho
Cod. Proc.: 32110 Nr: 662-46.2013.811.0027
AÇÃO: Reintegração / Manutenção de Posse->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Espólio de Celestina Cabral de Freitas, Anaides Cabral de Freitas
PARTE(S) REQUERIDA(S): Orestes Gonçalves Cabral, Renato Alves Cabral
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Luis Filipe Oliveira de Oliveira - OAB:7.206-B/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANFILOFIO PEREIRA CAMPOS SOBRINHO - OAB:5136
Processo nº 662-46.2013.811.0027 (Código 32110)
Vistos etc.
Tendo em vista que a audiência do processo 30738 foi redesignada e levando-se em conta que a audiência destes autos será realizada em conjunto com a do Código 30738, necessário se faz a redesignação da audiência anteriormente agendada neste autos.
Deste modo, REDESIGNO a audiência anteriormente agendada para o dia 19/02/2020, às 13h00min, e DETERMINO a Secretaria deste Juízo que promova as intimações e comunicações necessárias à perfeita realização do ato.
Às providências. Cumpra-se, expedindo o necessário, com as cautelas de estilo.
Itiquira/MT, 19 de setembro de 2019.
Rafael Siman Carvalho
Juiz de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Rafael Siman Carvalho
Cod. Proc.: 18 Nr: 259-39.1997.811.0027
AÇÃO: Reintegração / Manutenção de Posse->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: NESTOR DOS SANTOS LEMOS
PARTE(S) REQUERIDA(S): Jorge Eduardo Raposo de Medeiros, JOÃO CLEMENTE DE FREITAS JUNIOR
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Ayslan Clayton Moraes - OAB:8.377-MT, Fernando Henrique Cesar Leitão - OAB:13.592-MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Ednaldo de Carvalho Aguiar - OAB:3179/MT, Félix Dias - OAB:1005-MT, ILDO ROQUE GUARESCHI - OAB:5417-B/MT
Processo nº 259-39.2017.811.0027 (Código 18)
Vistos etc.
Defiro o pedido de fls. 717/720.
Deste modo, REDESIGNO a audiência anteriormente agendada nestes autos para o dia 19/02/2020, às 14h00min, e DETERMINO a Secretaria deste Juízo que promova as intimações e comunicações necessárias à perfeita realização do ato.
Às providências. Cumpra-se, expedindo o necessário, com as cautelas de estilo.
Itiquira/MT, 20 de setembro de 2019.
Rafael Siman Carvalho
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 57447 Nr: 1317-42.2018.811.0027
AÇÃO: Monitória->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BDBS
PARTE(S) REQUERIDA(S): MDTM, MD, EAB
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FABIULA MULLER KOENIG - OAB:22819, Gustavo Rodrigo Góes Nicoladelli - OAB:17980/A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Nos termos da Legislação Vigente e Provimento nº 056/2007- CGJ que dispõe sobre o cumprimento de atos ordinatórios pelos senhores gestores das varas judiciais cíveis do Estado de Mato Grosso, em cumprimento ao Provimento nº 07/2017-CGJ que implantou a Central de Processamento de Diligências dos Oficiais de Justiça nas comarcas deste Estado, impulsiono os autos ao setor de envio de matéria p/ imprensa para intimar o Requerente, na pessoa de seu advogado, acerca da Certidão do Sr. Oficial de Justiça (ref. 21) para que efetue o pagamento da complementação da diligência, por meio de guia emitida através do site "www.tjmt.jus.br", devendo trazer aos autos a guia e o respectivo comprovante de pagamento, no prazo de 05 (cinco) dias.

Sentença

Sentença Classe: CNJ-496 GUARDA
Processo Número: 1000069-87.2019.8.11.0027
Parte(s) Polo Ativo:
SUELLEN KETHYN DA SILVA PEREIRA (REQUERENTE)
CARLOS EDUARDO RODRIGUES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CYNTHIA THAISE SOARES CARVALHO OAB - MT0019274A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:Magistrado(s):
RAFAEL SIMAN CARVALHO

Processo nº 1000069-87.2019.811.0027 SENTENÇA Vistos, etc. Trata-se de Ação de Dissolução de União Estável Consensual c/c Guarda promovida por Carlos Eduardo Rodrigues e Suellen Kethyn da Silva Pereira, ambos devidamente qualificados nos autos. Os requerentes declaram que convivem em União estável desde 10/11/2014, conforme declaração de União Estável averbada pelo Cartório do 2° Ofício de Registro Civil de Itiquira-MT. Alegam que na constância da união do casal adveio o nascimento de 02 (dois) filhos, Carlos Daniel da Silva Pereira Rodrigues e Leticia Fernanda Pereira Rodrigues, ambos menores impúberes. As partes apresentaram Termo de Acordo Extrajudicial, em que estabeleceram quanto à guarda e as visitas das crianças. Instado à manifestação, o Ministério Público em evento de ID 19347481 pugnou pela homologação do acordo. Vieram-me os autos conclusos. É o relatório. Fundamento. Decido. As partes são legítimas e bem representadas, presentes estando os pressupostos processuais e as condições da ação. Não verifico óbice pela homologação do acordo apresentado, devendo este ser homologado. Defiro o pedido de assistência judiciária gratuita formulada pelas partes. 1 – Da Dissolução da União Estável Ex Positis, e por tudo mais que dos autos consta, DISSOLVO a união estável de CARLOS EDUARDO RODRIGUES e SUELLEN KETHYN DA SILVA PEREIRA, SEM PARTILHA DE BENS. 2- dos alimentos As partes acordaram que não haverá prestação de alimentos. 3 – Da guarda. A guarda dos menores será exercida de forma unilateral pelo genitor, com direito da genitora visitar as crianças livremente, quando quiser exercer seu direito de visita. 4 – Dos bens e das Dívidas As partes informam que não há bens a partilhar, e nem dívidas contraídas na constância da união do casal. Em face ao exposto, HOMOLOGO o acordo efetuado entre as partes, com fundamento no artigo 487, III, do Código do Processo Civil. Expeça-se Termo de Guarda e Responsabilidade definitiva, lembrando-se que este ato poderá ser revogado, se necessário, por decisão fundamentada, ouvindo-se o Ministério Público. Ante os serviços prestados pela advogada nomeada Dra. Cintia Thaise Soares Carvalho (OAB/MT 19.274), no presente feito, arbitro os honorários advocatícios em 05 (cinco URH), conforme tabela da OAB/MT, a ser suportado pelo Estado de Mato Grosso. Expeça-se a respectiva certidão. Sem custas e taxas judiciárias nos termos da Lei 1060/50. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Desnecessário o decurso de prazo. Arquivem-se os autos, com as anotações de estilo. Às providências. Cumpra-se, expedindo o necessário, com as cautelas de estilo. Itiquira-MT, 12 de dezembro de 2019. Rafael Siman Carvalho Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-283 DIVÓRCIO CONSENSUAL
Processo Número: 1000743-65.2019.8.11.0027
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE DIVINO BATISTA DE MORAIS (REQUERENTE)
ZEILA MARTINS DO NASCIMENTO MORAIS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LAYANE INACIO PARREIRA OAB - MT0020241A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:Magistrado(s):
RAFAEL SIMAN CARVALHO

Processo nº 1000743-65.2019.811.0027 SENTENÇA Vistos, etc. Trata-se de Ação de Divórcio Consensual promovida por José Divino Batsita de Morais e Zeila Martins do Nascimento Morais, ambos devidamente qualificados nos autos. Aduzem na peça inicial que contraíram matrimônio sob o regime de comunhão parcial de bens em 23/06/1989, e que desta união tiveram filhos, que já são maiores e capazes. Acordaram sobre a partilha dos bens, alteração dos nomes, entre outros pontos descritos na peça inicial (ID 25211579). À inicial veio instruída com os documentos das partes. Não há nos autos interesses de menores e incapazes a requererem intervenção Ministerial. Vieram-me os autos conclusos. É o relatório. Fundamento. Decido. As partes são legítimas e bem representadas, presentes estando os pressupostos processuais e as condições da ação. Satisfeitos os requisitos do artigo 98 do Código de Processo Civil, defiro as benesses da assistência judiciária gratuita. O acordo celebrado preserva de forma integral o interesse das partes, de modo que foi celebrado da seguinte forma: 1 – Do divórcio Com a entrada em vigor da Emenda Constitucional 66/2010, que deu nova redação ao art. 226, §6º CF, vê-se que presentes os requisitos para a decretação do divórcio. Posto isso, DECRETO o divórcio do casal, pondo fim à sociedade conjugal. 2 - Do nome A requerente voltará a usar o nome de solteira, qual seja: Zeila Martins do Nascimento. 3 - Dos alimentos As partes dispensaram mutuamente a necessidade de prestar alimentos entre si. 4 – Dos bens Ficará conforme acordado na inicial. Em face ao exposto, JULGO PROCEDENTE, o pedido decretando o divórcio do casal, HOMOLOGO com fundamento no artigo 487, III, do Código do Processo Civil, o acordo tal qual o celebrado na inicial e em petição protocolada em ID 25211579. Sem Custas e honorários advocatícios, em face à gratuidade. Encaminhem-se ao Tabelionato de Registro Civil de Itiquira/MT o competente mandado de averbação (art. 10, I, do Código Civil em vigor e art. 29, §1°, “a”, da Lei 6.015/73). Ante os serviços prestados pela advogada nomeada Dra. Layane Inácio Parreira (OAB/MT 20.241-O), no presente feito, arbitro os honorários advocatícios em 05 (cinco URH), conforme tabela da OAB/MT, a ser suportado pelo Estado de Mato Grosso. Após o trânsito em julgado, cumpridas as formalidades legais, arquivem-se os presentes autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Às providências. Cumpra-se, expedindo o necessário, com as cautelas de estilo. Itiquira/MT, 12 de dezembro de 2019. Rafael Siman Carvalho Juiz de Direito

Comarca de Jauru

Vara Única

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ítalo Osvaldo Alves da Silva
Cod. Proc.: 33627 Nr: 884-17.2014.811.0047
AÇÃO: Execução Contra a Fazenda Pública->Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Vanuza Pereira dos Santos
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Conrado Agostini Machado - OAB:16637-O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos, etc.
Sentença->Com Resolução do Mérito->Extinção da execução ou do cumprimento da sentença
Trata-se de Cumprimento de Sentença promovido por VANUZA PEREIRA DOS SANTOS em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS. Partes qualificadas no feito.
Iniciado o cumprimento de sentença (fls. 107/109).
A parte executada impugnou a execução (fls. 113/116).
Julgada procedente em parte para reconhecer excesso nos cálculos, determinar a exclusão dos valores cobrados a título de benefício salário maternidade e, condenar o INSS ao pagamento de honorários advocatícios (fls. 125/126).
Elaborado os cálculos dos honorários (fl. 127), foi expedido a RPV (fl. 132).
O INSS apresentou aos autos o demonstrativo do depósito (fl. 138).
Intimado o causídico informou os dados bancários requerendo a expedição do alvará de levantamento (fl. 140/141).
Ofício de vinculação (fl. 143-v).
Vieram-me os autos conclusos.
É o relatório. Decido.
Conforme delineado no relatório supra, não pairam dúvidas quanto ao pagamento e satisfação do direito da exequente, visto que a quantia já se encontra devidamente depositado (fl. 138).
Sendo assim, é certo que somente a quitação da dívida, a transação, a compensação ou a renúncia ao crédito permite a extinção à execução de título judicial.
Nesse diapasão, visto que a dívida foi plenamente satisfeita pelo executado, imperiosa a extinção da presente.
DISPOSITIVO
Ante o exposto, com base no artigo 924, II, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO O PROCESSO, uma vez que satisfeita a dívida pelo devedor.
Expeça-se o alvará judicial de levantamento para recebimento do valor referente aos honorários advocatícios devidos, observando os dados bancários apresentados (fls. 140/141).
Certificado o trânsito em julgado e observadas as formalidades legais, arquive-se.
Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.
À secretaria, para providências.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 37994 Nr: 1267-58.2015.811.0047
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Sonia Maria de Assuncao Pinto Mendonça
PARTE(S) REQUERIDA(S): REAL E BENEMERITA ASSOCIACAO PORTUGUESA DE BENEFICENCIA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: GUSTAVO GOMES POLOTTO - OAB:230351
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JOSE LUIS DIAS DA SILVA - OAB:119848
IMPULSIONAMENTO POR CERTIDÃO
ATOS ORDINATÓRIOS (art. 152, VI, do NCPC)
Joylis Soares, Gestor Judiciário Substituto, lotado na Vara Única da Comarca de Jauru, no uso das funções inerentes ao seu cargo e na forma da Lei, em cumprimento à legislação em vigor [art. 152, VI, do NCPC, e arts. 701, XVIII, e 482, VI, ambos da CNGC], bem assim aos termos contidos nos Provimentos nº 52, 53, 54, 55 e 56/2007, da Egrégia Corregedoria Geral de Justiça deste Estado.
CONSIDERANDO que a contestação e documentos de ref.: 76 e 77 dos autos, foram protocolados no dia 07/12/2019, CERTIFICO que foram protocolados TEMPESTIVAMENTE. Assim, IMPULSIONO os presentes autos, a fim de:
1. INTIMAR a parte requerente, através de seu advogado para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias apresente impugnação à contestação.
Jauru, 11 de dezembro de 2019.
Joylis Soares
Gestor Judiciário

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ítalo Osvaldo Alves da Silva
Cod. Proc.: 31442 Nr: 207-21.2013.811.0047
AÇÃO: Execução Contra a Fazenda Pública->Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Vital Severo dos Santos
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Fabricio de Almeida Teixeira - OAB:OAB/MT 15.073, Rafael Nevack Ribeiro - OAB:15196
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos, etc.
Despacho->Mero Expediente.
Cuida-se de Cumprimento de Sentença promovido por VITAL SEVERO DOS SANTOS em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS. Partes qualificadas no feito.
Este Juízo, consoante documentos transladados (Ref: 25), julgou parcialmente procedente os embargos à execução manejados pelo INSS, homologando os cálculos devidamente retificados pelo embargado ás fls. 25/26 dos autos cód. 37842.
Instada a manifestar, a parte exequente, na Ref: 30 e 31, pugna pela expedição dos ofícios requisitórios.
Pois bem.
EXPEÇAM-SE os competentes ofícios requisitórios, nos moldes do cálculo homologado pela sentença transladada na Ref: 25.
INTIME-SE. CUMPRA-SE, providenciando e expedindo o necessário.
ÀS PROVIDÊNCIAS.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ítalo Osvaldo Alves da Silva
Cod. Proc.: 35178 Nr: 206-65.2015.811.0047
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Albino Ferreira
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: RAFAEL NEVACK RIBEIRO - OAB:310498
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos, etc.
Despacho->Mero Expediente.
Trata-se de Cumprimento de Sentença promovido por ALBINO FERREIRA em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. Partes qualificadas no feito.
INTIME-SE o requerido, na pessoa de seu representante legal, por carga, remessa ou meio eletrônico, para, querendo, apresentar impugnação à execução, nos próprios autos, no prazo de 30 (trinta dias), ou concordar com o cálculo apresentado pela parte exequente, na forma do artigo 535 do Código de Processo Civil.
CUMPRA-SE, providenciando e expedindo o necessário.
ÀS PROVIDÊNCIAS.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ítalo Osvaldo Alves da Silva
Cod. Proc.: 35288 Nr: 256-91.2015.811.0047
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: DERLI CORREA DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Conrado Agostini Machado - OAB:16637-O, FABRICIO DE ALMEIDA TEIXEIRA - OAB:15073/A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos, etc.
Trata-se de Cumprimento de Sentença promovido por DERLI CORREA DA SILVA em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. Partes qualificadas no feito.
INTIME-SE o requerido, na pessoa de seu representante legal, por carga, remessa ou meio eletrônico, para, querendo, apresentar impugnação à execução, nos próprios autos, no prazo de 30 (trinta dias), ou concordar com o cálculo apresentado pela parte exequente, na forma do artigo 535 do Código de Processo Civil.
CUMPRA-SE, providenciando e expedindo o necessário.
ÀS PROVIDÊNCIAS.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ítalo Osvaldo Alves da Silva
Cod. Proc.: 37806 Nr: 1207-85.2015.811.0047
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: SEBASTIÃO ALVES DE ALMEIDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: RAFAEL NEVACK RIBEIRO - OAB:310498
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos, etc.
Despacho->Mero Expediente.
Trata-se de Cumprimento de Sentença promovido por SEBASTIÃO ALVES DE ALMEIDA em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. Partes qualificadas no feito.
INTIME-SE o requerido, na pessoa de seu representante legal, por carga, remessa ou meio eletrônico, para, querendo, apresentar impugnação à execução, nos próprios autos, no prazo de 30 (trinta dias), ou concordar com o cálculo apresentado pela parte exequente, na forma do artigo 535 do Código de Processo Civil.
CUMPRA-SE, providenciando e expedindo o necessário.
ÀS PROVIDÊNCIAS.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ítalo Osvaldo Alves da Silva
Cod. Proc.: 38310 Nr: 1364-58.2015.811.0047
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CLAUDIANE NUNES BRUNO DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DE SEGUROS SOCIAL - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: KATYA REGINA NOVAK DE MOURA - OAB:15989
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos, etc.
Despacho->Mero Expediente.
Trata-se de Cumprimento de Sentença promovido por CLAUDIANE NUNES BRUNO DA SILVA em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. Partes qualificadas no feito.
INTIME-SE o requerido, na pessoa de seu representante legal, por carga,

remessa ou meio eletrônico, para, querendo, apresentar impugnação à execução, nos próprios autos, no prazo de 30 (trinta dias), ou concordar com o cálculo apresentado pela parte exequente, na forma do artigo 535 do Código de Processo Civil.
CUMPRA-SE, providenciando e expedindo o necessário.
ÀS PROVIDÊNCIAS.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ítalo Osvaldo Alves da Silva
Cod. Proc.: 42834 Nr: 214-71.2017.811.0047
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ANEREUZA PENHA PEREIRA
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CONRADO AGOSTINI MACHADO - OAB:16637
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos, etc.
Trata-se de Cumprimento de Sentença promovido por ANEREUZA PENHA PEREIRA em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. Partes qualificadas no feito.
INTIME-SE o requerido, na pessoa de seu representante legal, por carga, remessa ou meio eletrônico, para, querendo, apresentar impugnação à execução, nos próprios autos, no prazo de 30 (trinta dias), ou concordar com o cálculo apresentado pela parte exequente, na forma do artigo 535 do Código de Processo Civil.
CUMPRA-SE, providenciando e expedindo o necessário.
ÀS PROVIDÊNCIAS.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ítalo Osvaldo Alves da Silva
Cod. Proc.: 43937 Nr: 887-64.2017.811.0047
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ROSEVANIA DOURADO NASCIMENTO
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: VERA LUCIA NOVAK - OAB:10886/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos, etc.
Despacho->Mero Expediente.
Trata-se de Cumprimento de Sentença promovido por ROSEVÂNIA DOURADO NASCIMENTO em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. Partes qualificadas no feito.
INTIME-SE o requerido, na pessoa de seu representante legal, por carga, remessa ou meio eletrônico, para, querendo, apresentar impugnação à execução, nos próprios autos, no prazo de 30 (trinta dias), ou concordar com o cálculo apresentado pela parte exequente, na forma do artigo 535 do Código de Processo Civil.
CUMPRA-SE, providenciando e expedindo o necessário.
ÀS PROVIDÊNCIAS.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ítalo Osvaldo Alves da Silva
Cod. Proc.: 48626 Nr: 1213-87.2018.811.0047
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ORONI FRANCISCA DE MIRANDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS)
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: EDUARDO SANTOS DE PAULA - OAB:20135/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Ante o exposto, nos termos do art. 485, IV, do CPC, JULGO EXTINTO o feito, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. Sem condenação em honorários ou custas[1]. Transitada em julgado, CERTIFIQUE-SE e, após, ARQUIVE-SE, com as devidas baixas e anotações. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.Às providências.[1]PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 0001586-28.2015.8.11.0111 APELANTE: THIAGO DE ALMEIDA CRUZ APELADO: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS NORTE MATO-GROSSENSE - SICREDI NORTE MT DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE RESTITUIÇÃO DE VALORES C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - JUSTIÇA GRATUITA INDEFERIDA - CUSTAS INICIAIS NÃO RECOLHIDAS - CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO - ART . 290 DO CPC - EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO - ART . 485, IV, DO CPC - CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DAS DESPESAS JUDICIAIS - INCOERÊNCIA - RECURSO PROVIDO. Se a extinção da Ação sem resolução de mérito provém do não pagamento das custas iniciais, revela-se incoerente a condenação do autor ao pagamento dessa verba, justamente a obrigação cujo descumprimento impediu o seguimento do processo. (TJMT - N.U 0001586-28.2015.8.11.0111, CÂMARAS ISOLADAS CÍVEIS DE DIREITO PRIVADO, RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO, Quarta Câmara de Direito Privado, Julgado em 27/03/2019, Publicado no DJE 01/04/2019)

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ítalo Osvaldo Alves da Silva
Cod. Proc.: 40798 Nr: 814-29.2016.811.0047
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: VALDIR INACIO DE ABREU
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO DA PREVIDENCIA SOCIAL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CLAUDIA GRACIELA CORREA BENTO - OAB:17873/O, Dionne Aparecida Carrijo de Souza - OAB:OAB/MT 20644-O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos, etc.
Trata-se de Cumprimento de Sentença promovido por VALDIR INACIO DE ABREU em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. Partes qualificadas no feito.
INTIME-SE o requerido, na pessoa de seu representante legal, por carga, remessa ou meio eletrônico, para, querendo, apresentar impugnação à execução, nos próprios autos, no prazo de 30 (trinta dias), ou concordar com o cálculo apresentado pela parte exequente, na forma do artigo 535 do Código de Processo Civil.
CUMPRA-SE, providenciando e expedindo o necessário.
ÀS PROVIDÊNCIAS.

Comarca de Juscimeira

Vara Única

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 34381 Nr: 385-25.2017.811.0048
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS SICREDI LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): GILSON PEREIRA DE SOUZA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: VERA REGINA MARTINS - OAB:34607
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
INTIMAÇÃO do advogado da Parte Autora para, no prazo legal, providenciar o depósito da diligência do Oficial de Justiça, através de emissão de guias no site deste tribunal, para efetivo cumprimento do mandado de citação.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Alcindo Peres da Rosa
Cod. Proc.: 49719 Nr: 311-97.2019.811.0048
AÇÃO: Pedido de Medida de Proteção->Processo de Conhecimento->Seção Cível->JUIZADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO, DANIEL SINOBRE DE ALBUQUERQUE, MARIA APARECIDA DE SOUZA SANTOS
PARTE(S) REQUERIDA(S): PAMELA REGINA DE SOUZA GOMES
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ADALBERTO FERREIRA DE SOUZA JUNIOR - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:

Vistos.
1. Defiro os pleitos contidos na cota ministerial de Ref: 57, sendo assim, designo audiência de advertência para o dia 23/03/2020, às 13h (horário oficial de Cuiabá - MT).
2. Intime(m)-se o(a)(s) adolescente(s) e seus genitores para comparecerem à audiência.
3. Notifique-se o Ministério Público e a Defensoria Pública.
4. Intimem-se. Expeça-se o necessário. Cumpra-se.
ALCINDO PERES DA ROSA
Juiz de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Alcindo Peres da Rosa
Cod. Proc.: 40407 Nr: 3045-89.2017.811.0048
AÇÃO: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: LFQS, EJQDC
PARTE(S) REQUERIDA(S): PSDC
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: GUSTAVO MEDEIROS ARAÚJO - OAB:13.068
Vistos, etc.
1. Diante do petitório de Ref: 123, vejo por bem nomear o(a) Dr.(a) Gustavo Medeiros Araújo, inscrito na OAB/MT 13.068, como Defensor(a) Dativo(a) do requerido nestes autos.
2. A prestação da assistência judiciária, no caso, deverá ser totalmente gratuita, vedada ao(à) Defensor(a) Dativo(a) cobrar do(a) assistido(a) honorários advocatícios, taxas, custas ou emolumentos a qualquer título, sob pena de sua substituição, perda do direito à remuneração, com devolução de eventual valor recebido, devidamente corrigido, sem prejuízo das sanções administrativas, penais e disciplinares. Nesse passo, fixo o valor dos honorários advocatícios ao(à) causídico(a) nomeado(a), o valor dos honorários em 3 URH, conforme Tabela de Honorários da OAB – MT, a ser executado frente ao Estado de Mato Grosso.
3. Ademais, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 23/03/2020, às 13h30min (horário oficial de Cuiabá-MT).
4. Muito embora tenham apresentando rol de testemunhas (Ref: 36), consigno que o(a)(s) Advogado(a)(s) deverá(ão) comparecer(em) com as testemunhas que pretendem ouvir durante a oralidade, à inteligência do artigo 455 do novo Código de Processo Civil. Outrossim, deverão os causídicos se atentarem ao disposto no artigo 357, § 6º do novo Código de Processo Civil.
5. Intime(m)-se a(s) testemunha(s) faltante arrolada(s) pela Defensoria Pública desta Comarca, com fulcro no artigo 455, § 4º, inciso IV, do novo Código de Processo Civil.
6. Dê-se vistas dos autos à Defensoria Pública para ciência da oralidade acima designada.
7. Intimem-se. Expeça-se o necessário. Cumpra-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Alcindo Peres da Rosa
Cod. Proc.: 40269 Nr: 3002-55.2017.811.0048
AÇÃO: Divórcio Litigioso->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ESS
PARTE(S) REQUERIDA(S): CS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: RICARDO ALEXANDRE VIANA - OAB:17947/B
Vistos etc.
1. Compulsando os autos, vejo por bem retificar a determinação proferida em Ref: 142, especificadamente non item "1" eis que houve erro material na mesma. Assim passa a ter o seguinte texto: "Homologo a desistência das testemunhas Sra. Leidyane Garcia de Souza Dourado, Sra. Kacia Aparecida Coimbra e Sr. Adriano Shoenher".
2. Outrossim, defiro parcialmente o pedido de Ref: 80, devendo o requerido comparecer no Conselho Tutelar para informar data e hora das visitas.
3. Assim, oficie-se ao Conselho Tutelar para que promova o acompanhamento do requerido durante as visitas realizadas pelo mesmo.
4. Intime-se. Expeça-se o necessário. Cumpra-se
Alcindo Peres da Rosa
Juiz de Direito

Edital de Intimacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 32659 Nr: 1486-34.2016.811.0048
AÇÃO: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BKSB, LRSDS
PARTE(S) REQUERIDA(S): GAB
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Mullena Cristina Martins dos Santos - OAB:21.363
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO 30 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) intimada(s): GENYS ANTENOR BONIFÁCIO, Filiação: Maria Agostinha de Jesus Bonifácio e José Antenor Bonifácio, data de nascimento: 09/10/1979, brasileiro(a), natural de Porto Experidião-MT, casado(a), auxiliar de serviços gerais. atualmente em local incerto e não sabido
FINALIDADE: INTIMAÇÃO da parte acima qualificada, atualmente em lugar incerto e não sabido, dos termos da r. sentença proferida nos autos e a seguir transcrita. Proceder com a Intimação do requerido GENYS ANTENOR BONIFÁCIO para tomar ciência da Sentença a fim de que cumpra com as obrigações nela exposta, mais precisamente, efetuar o pagamento da pensão alimentícia no valor correspondente à 30% (trinta por cento) do salário mínimo vigente.
Sentença: 3.1. ANTE O EXPOSTO, nos termos dos artigos 1616, 1566, IV, 1634, I, do Código Civil, 229 da Constituição Federal, e 487, inciso I, do NCPC, julgo totalmente procedente o pedido contido na inicial, para o fim de condenar o requerido no pagamento de pensão alimentícia em favor do(a) autor(a) no valor correspondente a 30% (trinta e um por cento) sobre o salário mínimo vigente, 3.2. Sem custas, por se tratar de parte beneficiária da assistência judiciária gratuita.3.3. Ademais, fixo o valor dos honorários advocatícios à advogada dativaem 3 URH, conforme Tabela de Honorários da OAB – MT, a ser executado frente ao Estado de Mato Grosso.3.4. Após o trânsito em julgado e cumpridas todas as deliberações, ao arquivo.3.5. Publique-se. Registre-se. Intime(m)-se. Expeça-se o necessário, inclusive carta precatória, se o caso. Cumpra-se.ALCINDO PERES DA ROSAJuiz de Direito
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Beatris Soares Mascarenhas, digitei.
Juscimeira, 11 de dezembro de 2019
Lucilene Soares Paniago Mascarenhas Gestor Judicial Autorizado art. 1.205/CNGC

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Alcindo Peres da Rosa
Cod. Proc.: 7118 Nr: 749-46.2007.811.0048
AÇÃO: Ação Penal de Competência do Júri->Processo Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): DALMIR MORIGGI, IZAIAS RODRIGUES DOS SANTOS NETO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LUCIANO MEDEIROS CRIVELLENTE - OAB:8321, LUZIA STELLA MUNIZ - OAB:4273/B, SILVIA REGINA DOS SANTOS - OAB:6747, VINICIUS VARGAS LEITE - OAB:18130
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSORIA PUBLICA - OAB:, STALYN PANIAGO PEREIRA - OAB:6115/B, Welida de Lima Silva - OAB:26226/O
Vistos.
1. Recebo o presente recurso de apelação, nos seus legais e jurídicos efeitos, porquanto tempestivo, eis que interposto no prazo de 5 (cinco) dias – art. 593, Código de Processo Penal.
2. Outrossim, tendo em vista que apelante já apresentou suas razões,

determino vista ao apelado para, no prazo de 8 (oito) dias, também arrazoar.
3. Observadas as formalidades legais, inclusive certificada a regularidade das intimações da sentença, remetam-se os autos ao egrégio Tribunal de Justiça, com os cumprimentos deste juízo.
4. Expeça-se o necessário. Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 10377 Nr: 29-74.2010.811.0048
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: PAULA OLINDA DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: NÁDIMA THAYS DIAS DE MENDONÇA - OAB:21160/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Nos termos da legislação vigente, Provimento n.º 56/2007-CGJ e Ordem de Serviço n.º 02/2013J, intimo a parte autora a tomar ciência de que os autos encontram-se desarquivados para fins de cópia, conforme solicitado, no prazo legal.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Alcindo Peres da Rosa
Cod. Proc.: 32780 Nr: 1546-07.2016.811.0048
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): AUDENIR GOMES COSTA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSORIA PUBLICA - OAB:
3.1. Tecidas estas considerações e gizadas as razões de decidir, julgo procedente a pretensão punitiva estatal esposada na denúncia, para o fim de condenar o réu Audenir Gomes Costa, já qualificado, como incurso no artigo 147 c.c., artigo 61, II, alínea "f", ambos do Código Penal, as quais, após a aplicação do critério trifásico, fixo, em definitivo, em 2 (dois) meses e 20 (vinte) dias de detenção, a serem cumpridas inicialmente em regime semiaberto, com direito a recorrer em liberdade.3.2. Determino que, após o trânsito em julgado: a) seja lançado o nome do réu no rol 3.6. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Oportunamente, arquivem-se.Juscimeira – MT, 11 de dezembro de 2019.Alcindo Peres da Rosa Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Alcindo Peres da Rosa
Cod. Proc.: 33057 Nr: 1693-33.2016.811.0048
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): MARIA ANGELICA DE SOUZA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO - OAB:4482, MARCELO BRASIL SALIBA - OAB:11546
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: RAFAELLI PRISCILA DE ALMEIDA - OAB:18562
Vistos.
1. Diante da certidão de Ref: 60, intime-se a parte exequente para requerer o que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.
2. Expeça-se o necessário, se o caso. Cumpra-se.
ALCINDO PERES DA ROSA
Juiz de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Alcindo Peres da Rosa
Cod. Proc.: 39145 Nr: 2622-32.2017.811.0048
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: VANESSA PAULA DA COSTA
PARTE(S) REQUERIDA(S): UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MULLENA CRISTINA MARTINS DOS SANTOS - OAB:21363-O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MAURICIO T.D. MORGUETA - OAB:, NIVAIR VIEIRA BORGES- PROCURADOR GERAL - OAB:
3. Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, RESOLVO O MÉRITO, com fulcro no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, e JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a presente demanda, para que surta seus efeitos legais, nos seguintes termos:a) determinar que a parte requerida EXPEÇA-SE o respectivo diploma, no prazo de dez (10) dias, salvo se a inadimplência não for único motivo a ensejar a não entrega do respectivo diploma de graduação e, desde que este motivo esteja previsto em lei, sob pena de multa diária que fixo no valor de R$ 500,00, a serem revertidos em favor da requerente;b) condenar a instituição Requerida a PAGAR a Requerente, a título de dano moral, o valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), corrigido monetariamente, com base no INPC, a partir da data desta sentença (Enunciado 362 da Súmula do STJ), acrescido de juros legais no percentual de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação, nos termos do art. 406, do vigente Código Civil, c/c o §1º, do art. 161, do Código Tributário Nacional e Enunciado 20 da I Jornada de Direito Civil;c) condenar a Requerida, ainda, ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, os quais fixo no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação;4. Sem custas face a gratuidade que ora estendo à Requerida, nos termos da decisão inaugural.5. Transitada em julgado, execute-se na forma da Lei, alertando ao devedor que caso não efetue o pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523 do CPC.6. Intimem-se. Cumpra-se.Alcindo Peres da RosaJuiz de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Alcindo Peres da Rosa
Cod. Proc.: 48653 Nr: 3157-24.2018.811.0048
AÇÃO: Carta Precatória->Cartas->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): OSMAR MOREIRA DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSORIA PUBLICA ESTADUAL - OAB:
Vistos.
1. Ante o teor de certidão de Ref: 62, redesigno audiência para o dia 18/12/2019, às 17h00min (horário oficial de Cuiabá – MT), a qual será realizada através do sistema de videoconferência.
2. Ciência ao Ministério público e a Defensoria Pública.
3. Intime-se. Cumpra-se com urgência.
Alcindo Peres da Rosa
Juiz de Direito

Juizado Especial Cível e Criminal

Intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000445-10.2019.8.11.0048
Parte(s) Polo Ativo:
AILTON DORNE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MULLENA CRISTINA MARTINS DOS SANTOS OAB - MT0213630A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
RODONORTE - CONCESSIONARIA DE RODOVIAS INTEGRADAS S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FABIOLA POLATTI CORDEIRO OAB - PR0021515A (ADVOGADO(A))
PAULO SERGIO DUBENA OAB - PR47356 (ADVOGADO(A))
CARLOS EDUARDO MANFREDINI HAPNER OAB - PR10515 (ADVOGADO(A))
TARCISIO ARAUJO KROETZ OAB - PR17515 (ADVOGADO(A))

Certidão Nos termos da legislação vigente e do Provimento nº 55/2007-CGJ, impulsiono os presentes autos, com a finalidade de intimar a parte Requerente, através de seu i. patrono (a) Dr (.ª) Advogado: ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MULLENA CRISTINA MARTINS DOS SANTOS para comparecer a audiência Tipo: Conciliação Sala: J.E - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Data: 31/10/2019 Hora: 16:00 , devendo avisar aos (a) seus (a) clientes . O não comparecimento do Requerente à audiência importará implicará na extinção do processo e arquivamento da reclamação, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a

condenação nas custas processuais (Se for microempresa ou empresa de pequeno porte, quando autoras, devem ser representadas, inclusive em audiência, pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente -ENUNCIADO 141 do FONAJE(XXVIII Encontro – Salvador/BA). Nada mais. Lucilene Soares Paniago Mascarenhas Gestor(a) Judiciário(a)-Autorizado art. 971/CNGC

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000539-55.2019.8.11.0048
Parte(s) Polo Ativo:
MARILDE SALETE CAPATO (INTERESSADO)
KELVIA LARISSA DE OLIVEIRA CAPATO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MULLENA CRISTINA MARTINS DOS SANTOS OAB - MT0213630A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARCELO GONCALVES LUCCHESI - ME (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANA PAULA MULLER OAB - SC48669 (ADVOGADO(A))

Certidão Nos termos da legislação vigente e do Provimento nº 55/2007-CGJ, impulsiono os presentes autos, com a finalidade de intimar a parte Requerente, através de seu i. patrono (a) Dr (.ª) Advogado: ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MULLENA CRISTINA MARTINS DOS SANTOS para comparecer a audiência Tipo: Conciliação Sala: J.E - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Data: 13/11/2019 Hora: 13:00 , devendo avisar aos (a) seus (a) clientes . O não comparecimento do Requerente à audiência importará implicará na extinção do processo e arquivamento da reclamação, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação nas custas processuais (Se for microempresa ou empresa de pequeno porte, quando autoras, devem ser representadas, inclusive em audiência, pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente -ENUNCIADO 141 do FONAJE(XXVIII Encontro – Salvador/BA). Nada mais. Lucilene Soares Paniago Mascarenhas Gestor(a) Judiciário(a)-Autorizado art. 971/CNGC

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000540-40.2019.8.11.0048
Parte(s) Polo Ativo:
THAYZA SUELLEN OLIVEIRA CAPATO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MULLENA CRISTINA MARTINS DOS SANTOS OAB - MT0213630A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARCELO GONCALVES LUCCHESI - ME (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANA PAULA MULLER OAB - SC48669 (ADVOGADO(A))

Certidão Nos termos da legislação vigente e do Provimento nº 55/2007-CGJ, impulsiono os presentes autos, com a finalidade de intimar a parte Requerente, através de seu i. patrono (a) Dr (.ª) Advogado: ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MULLENA CRISTINA MARTINS DOS SANTOS para comparecer a audiência Tipo: Conciliação Sala: J.E - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Data: 13/11/2019 Hora: 13:15 , devendo avisar aos (a) seus (a) clientes . O não comparecimento do Requerente à audiência importará implicará na extinção do processo e arquivamento da reclamação, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação nas custas processuais (Se for microempresa ou empresa de pequeno porte, quando autoras, devem ser representadas, inclusive em audiência, pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente -ENUNCIADO 141 do FONAJE(XXVIII Encontro – Salvador/BA). Nada mais. Lucilene Soares Paniago Mascarenhas Gestor(a) Judiciário(a)-Autorizado art. 971/CNGC

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000459-91.2019.8.11.0048
Parte(s) Polo Ativo:
RISOMA SOARES DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MULLENA CRISTINA MARTINS DOS SANTOS OAB - MT0213630A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))

Certidão Nos termos da legislação vigente e do Provimento nº 55/2007-CGJ, impulsiono os presentes autos, com a finalidade de intimar a parte Promovente, através de seu i. patrono (a) Dr (.ª) Advogado: Advogado: MULLENA CRISTINA MARTINS DOS SANTOS OAB: MT0213630A Endereço: desconhecido e Intimação/Citação do Promovido através de seu i. patrono (a) Dr (.ª) Advogado: OZANA BAPTISTA GUSMÃO OAB: MT4062-A Endereço: SAO SEBASTIAO, 2198, - DE 889/890 AO FIM, GOIABEIRAS, CUIABÁ - MT - CEP: 78045-280 , para comparecer a audiência de CONCILIAÇÃO no dia Tipo: Conciliação Sala: J.E - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Data: 06/11/2019 Hora: 13:30 , devendo avisar aos (a) seus (a) clientes. O não comparecimento do Promovente à audiência importará implicará na extinção do processo e arquivamento da reclamação, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação nas custas processuais (Se for microempresa ou empresa de pequeno porte, quando autoras, devem ser representadas, inclusive em audiência, pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente -ENUNCIADO 141 do FONAJE(XXVIII Encontro – Salvador/BA)) e do Promovido importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do autor e proferindo-se o julgamento de plano. Comparecendo a parte promovida (ré), e não obtida a conciliação, o promovido deverá oferecer contestação, escrita ou oral, na audiência de conciliação ou até 05 (cinco) dias, contados a partir da referida audiência, e em se tratando de pessoa jurídica, o preposto deverá apresentar no ato da audiência respectiva a carta de preposição, sob pena de revelia. Nada mais. Lucilene Soares Paniago Mascarenhas Gestor(a) Judiciário(a) -Autorizado art. 971/CNGC

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000543-92.2019.8.11.0048
Parte(s) Polo Ativo:
JOSIANE RODRIGUES DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEANDRA MENDES FRANCO OAB - MT26409/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOAO THOMAZ PRAZERES GONDIM OAB - RJ0062192A (ADVOGADO(A))

Certidão Nos termos da legislação vigente e do Provimento nº 55/2007-CGJ, impulsiono os presentes autos, com a finalidade de intimar a parte Requerente, através de seu i. patrono (a) Dr (.ª) Advogado: ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: LEANDRA MENDES FRANCO para comparecer a audiência Tipo: Conciliação Sala: J.E - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Data: 13/11/2019 Hora: 13:45 , devendo avisar aos (a) seus (a) clientes . O não comparecimento do Requerente à audiência importará implicará na extinção do processo e arquivamento da reclamação, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação nas custas processuais (Se for microempresa ou empresa de pequeno porte, quando autoras, devem ser representadas, inclusive em audiência, pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente -ENUNCIADO 141 do FONAJE(XXVIII Encontro – Salvador/BA). Nada mais. Lucilene Soares Paniago Mascarenhas Gestor(a) Judiciário(a)-Autorizado art. 971/CNGC

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000562-98.2019.8.11.0048
Parte(s) Polo Ativo:
LEANDRO JESUS DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVALDO LUCIO DA SILVA OAB - MT10462-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Certidão Nos termos da legislação vigente e do Provimento nº 55/2007-CGJ, impulsiono os presentes autos, com a finalidade de intimar a parte Requerente, através de seu i. patrono (a) Dr (.ª) Advogado: ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: EVALDO LUCIO DA SILVA para comparecer a audiência Tipo: Conciliação Sala: J.E - AUDIÊNCIA DE

CONCILIAÇÃO Data: 13/11/2019 Hora: 14:00 , devendo avisar aos (a) seus (a) clientes . O não comparecimento do Requerente à audiência importará implicará na extinção do processo e arquivamento da reclamação, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação nas custas processuais (Se for microempresa ou empresa de pequeno porte, quando autoras, devem ser representadas, inclusive em audiência, pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente -ENUNCIADO 141 do FONAJE(XXVIII Encontro – Salvador/BA). Nada mais. Lucilene Soares Paniago Mascarenhas Gestor(a) Judiciário(a)-Autorizado art. 971/CNGC

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000599-28.2019.8.11.0048
Parte(s) Polo Ativo:
EVANILDES MARIA DUARTE IZAIAS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MULLENA CRISTINA MARTINS DOS SANTOS OAB - MT0213630A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEMAR NORTE LESTE S/A (OI) (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Alexandre Miranda Lima OAB - MT13241-A (ADVOGADO(A))

Certidão Nos termos da legislação vigente e do Provimento nº 55/2007-CGJ, impulsiono os presentes autos, com a finalidade de intimar a parte Requerente, através de seu i. patrono (a) Dr (.ª) Advogado: ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MULLENA CRISTINA MARTINS DOS SANTOS para comparecer a audiência Tipo: Conciliação juizado Sala: J.E - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Data: 13/11/2019 Hora: 15:30 , devendo avisar aos (a) seus (a) clientes . O não comparecimento do Requerente à audiência importará implicará na extinção do processo e arquivamento da reclamação, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação nas custas processuais (Se for microempresa ou empresa de pequeno porte, quando autoras, devem ser representadas, inclusive em audiência, pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente -ENUNCIADO 141 do FONAJE(XXVIII Encontro – Salvador/BA). Nada mais. Lucilene Soares Paniago Mascarenhas Gestor(a) Judiciário(a)-Autorizado art. 971/CNGC

Comarca de Marcelândia

Diretoria do Fórum

Edital

O Edital n. 13/2019-Marcelândia completo encontra-se no Caderno de Anexos do Diário da Justiça Eletrônico no final desta Edição.
Clique aqui
Caderno de Anexo

Juizado Especial Cível e Criminal

Intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000021-13.2018.8.11.0109
Parte(s) Polo Ativo:
4 A. R. INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA - EPP (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDUARDO ANTUNES SEGATO OAB - MT13546-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JUCILENE ZIELINSKI - EPP (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUILHERME ZIEGEMANN SEIDEL OAB - PR49101 (ADVOGADO(A))

CERTIFICO E DOU FÉ, que procedo a intimação do(a)(s) advogado(a)(s) para comparecer(em) a audiência de conciliação designada para o dia 09 de julho de 2019 às 14:05 horas.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000021-13.2018.8.11.0109
Parte(s) Polo Ativo:
4 A. R. INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA - EPP (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDUARDO ANTUNES SEGATO OAB - MT13546-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JUCILENE ZIELINSKI - EPP (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUILHERME ZIEGEMANN SEIDEL OAB - PR49101 (ADVOGADO(A))

CERTIFICO, que procedo a intimação para contrarrazoar o embargos de declaração no prazo legal.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000033-27.2018.8.11.0109
Parte(s) Polo Ativo:
ROSEMIRO MONTEGUTI BATISTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDUARDO ANTUNES SEGATO OAB - MT13546-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JUCILENE ZIELINSKI - EPP (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUILHERME ZIEGEMANN SEIDEL OAB - PR49101 (ADVOGADO(A))

CERTIFICO E DOU FÉ, que procedo a intimação do(a)(s) advogado(a)(s) para comparecer(em) a audiência de conciliação designada para o dia 09 de Julho de 2019 às 14:10 horas.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000033-27.2018.8.11.0109
Parte(s) Polo Ativo:
ROSEMIRO MONTEGUTI BATISTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDUARDO ANTUNES SEGATO OAB - MT13546-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JUCILENE ZIELINSKI - EPP (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUILHERME ZIEGEMANN SEIDEL OAB - PR49101 (ADVOGADO(A))

CERTIFICO, que procedo a intimação para contrarrazoar o embargos de declaração no prazo legal.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8010108-11.2015.8.11.0109
Parte(s) Polo Ativo:
MADEMARCOS INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA - EPP (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDUARDO ANTUNES SEGATO OAB - MT13546-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

CERTIFICO, que procedo a intimação para contrarrazoar o embargos de declaração no prazo legal.

Intimação Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 1000206-17.2019.8.11.0109
Parte(s) Polo Ativo:
GABRIELLE BORIN NAVARRO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GABRIELLE BORIN NAVARRO OAB - MT21951/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (EXECUTADO)

CERTIFICO, que procedo a intimação intimado o credor para apresentar memória de cálculos pelos critérios acima mencionados para homologação e requisição do pagamento.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000680-85.2019.8.11.0109
Parte(s) Polo Ativo:
BERENICE LUIZA SALES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULA ARAUJO COSTA OAB - MT23601/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

CERTIFICO, que procedo a intimação para comparecer a audiência de conciliação designada para o dia 28 de janeiro de 2020 às 13:15 horas.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1000323-08.2019.8.11.0109
Parte(s) Polo Ativo:
ANA ALICE DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JAQUELINE COELHO OAB - MT21734/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS NORTE MATO-GROSSENSE - SICREDI NORTE MT (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JEAN CARLOS ROVARIS OAB - MT12113-O (ADVOGADO(A))

CERTIFICO, que procedo a intimação dos advogados para comparecerem a audiência de conciliação designada para o dia 28 de janeiro de 2020 às 14:45 horas.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000009-96.2018.8.11.0109
Parte(s) Polo Ativo:
ADILSON FRANCISCO FISTAROL (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDUARDO ANTUNES SEGATO OAB - MT13546-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE MARCELÂNDIA DECISÃO Processo: 1000009-96.2018.8.11.0109. REQUERENTE: ADILSON FRANCISCO FISTAROL REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A, ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Diante do tema nº 956, que corre perante o Supremo Tribunal Federal, em repercussão geral, SUSPENDO o andamento do feito até julgamento superior. INTIMEM-SE. CUMPRA-SE, expedindo o necessário. MARCELÂNDIA, 11 de dezembro de 2019. THATIANA DOS SANTOS Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8010034-54.2015.8.11.0109
Parte(s) Polo Ativo:
VILMA CONCEICAO CARDOSO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LILIANE CASADEI OAB - MT0006989A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANDRACAR COMERCIO DE VEICULOS LTDA - ME (REQUERIDO)

CERTIFICO, que procedo a intimação da advogada para tomar ciência do cumprimento da carta precatória e no prazo de 5 (cinco) dias, atualizar o endereço do requerido, sob pena de arquivamento.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8010014-34.2013.8.11.0109
Parte(s) Polo Ativo:
TERUAKI MORII (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
REGINALDO ALVES OAB - MT15508-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AILSON LIMA (REQUERIDO)

CERTIFICO, que procedo a intimação do advogado para tomar conhecimento da devolução da Carta Precatória e atualizar o endereço do requerido no prazo de 5 (cinco) dias sob pena de arquivamento.

Citação

Citação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1000645-28.2019.8.11.0109
Parte(s) Polo Ativo:
ALTAIR JOSE DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JADEIR CANGUSSU NOGUEIRA OAB - MT0006739S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE MARCELÂNDIA DECISÃO Processo n° 1000645-28.2019.8.11.0109 Requerente: ALTAIR JOSE DA SILVA Requerente: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Vistos. 1. Recebo a inicial. 2. Trata-se de ação de indenização por danos morais c/c pedido de tutela de urgência antecipada proposta por ALTAIR JOSÉ DA SILVA em face de ENERGISA em que requer, antecipadamente, que seja determinada a retirada do nome do autor dos órgãos de proteção ao crédito. Para tanto, alega que é usuário dos serviços do requerido, sob a unidade consumidora de n° 6/501318-0, e que no dia 07.07.2019, quitou uma conta no valor de R$ 1.052,69, e que, no mês posterior, foi surpreendido com funcionários da requerida, os quais alegavam que a requerida não havia efetuado o pagamento. A fim de evitar o corte, o requerente alega que pagou novamente a conta de luz, contudo, ao tentar abrir o crediário em uma loja, recebeu a notícia de que em seu nome havia restrições, por conta da parte requerida. Por não possuir qualquer débito com a requerida, pleiteia pela exclusão do seu nome do cadastro de inadimplentes, que seja declarada a inexistência da dívida em seu nome e a repetição do indébito, e ao final pela indenização por danos morais. Juntou documentos à inicial. DECIDO. A antecipação dos efeitos da tutela, hoje prevista no artigo 303 do Código de Processo Civil, é uma espécie de tutela de urgência, devendo ser concedida "quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo do dano ou risco ao resultado útil do processo". Da leitura da norma, infere-se que a tutela de urgência, que pode ter natureza satisfativa (antecipação de tutela) ou cautelar, tem seu deferimento condicionado à presença dos clássicos requisitos: "fumus boni iuris", consubstanciado na probabilidade do direito alegado; e o "periculum in mora", materializado no risco de dano ao direito da parte (natureza satisfativa) ou ao resultado útil do processo (natureza cautelar). A verificação da presença de tais requisitos é feita em sede de cognição sumária, ou seja, com base da análise da probabilidade de o direito alegado ser reconhecido ao final, na sentença. No caso em tela, em que a parte postula a concessão de tutela urgência de natureza satisfativa, ou seja, antecipação de tutela, verifico que estão presentes os pressupostos acima citados. A parte autora comprovou que possui negativação em seu nome no banco de dados da empresa SPC no valor de R$ 901,43 (novecentos e um e quarenta e três centavos) e R$1.052,69 (mil e cinquenta e dois reais e sessenta e nove centavos) - id n° 26257247. Com relação a dívida no montante de R$ R$1.052,69 (mil e cinquenta e dois reais e sessenta e nove centavos) a parte autora se desincumbiu de comprovar o seu pagamento (id n° 26257258, 26257776 e 26258091). Diante disso, resta demonstrado o "fumus boni iuris", permitindo concluir, neste juízo preliminar, que os argumentos trazidos pela parte autora possam ser verídicos. O perigo do dano irreparável é evidente com a inclusão e manutenção do nome da parte nos cadastros dos serviços de proteção ao crédito, que pode trazer consequências danosas e irreversíveis, evidenciando-se na possibilidade de dano ao seu crédito no mercado e a sua imagem. Quanto à empresa requerida, não se vislumbra que possa vir a sofrer grandes prejuízos com a negativação do nome da autora. Por derradeiro, não há que se falar em irreversibilidade da medida, porquanto caso seja constatada (ao final da demanda) a pertinência da cobrança realizada pela reclamada, a inclusão poderá ser refeita às custas do reclamante e sem qualquer ônus à empresa requerida (art. 300, § 3°, CPC). Nestes termos, DEFIRO A TUTELA DE URGÊNCIA, determinando que a Requerida EXCLUA do cadastro de inadimplentes a negativação existente em nome do requerente referente à dívida no valor de R$1.052,69 (mil e cinquenta e dois reais e sessenta e nove centavos), incluída pela empresa Energisa em 04.06.2019, no prazo de 05 (cinco) dias, bem como se abstenha de incluir novamente. Estabeleço a pena diária no valor de R$ 1.000,00 (um mil reais), no caso de descumprimento da presente ordem (artigo 537, do Código de Processo Civil). 3. No tocante a inversão do ônus da prova passo a decidir. Este beneplácito processual ao consumidor não é concedido de forma automática, apenas pela constatação da existência de uma relação de consumo, mas submete-se aos ditames do art. 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor, verbis:

"Art. 6º. São direitos básicos do consumidor:(...) VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências.". Portanto, muito embora o caso em análise deva ser interpretado à luz do estatuto consumeirista, não há que se falar em automática e irrestrita inversão do ônus da prova. E isso porque a inversão apenas tem cabimento quando está presente a verossimilhança das alegações, bem como quando a produção da prova é complexa e difícil ao consumidor que se encontre numa posição de hipossuficiência econômica ou técnica. Nesse sentido: "DIREITO PROCESSUAL CIVIL. DIREITO DO CONSUMIDOR. DANOS MATERIAIS E MORAIS PELO FATO DO PRODUTO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. HIPOSSUFICIÊNCIA. AMPLA DEFESA.1.-. Para garantia do exercício do direito de ampla defesa do consumidor, estabelece-se a possibilidade a inversão do ônus da prova em seu benefício quando a alegação por ele apresentada seja verossímil ou, alternativamente, quando for constatada a sua hipossuficiência. 2.- A hipossuficiência a referida pela Lei 8.078/90 na parte em que trata da possibilidade de inversão do ônus da prova está relacionada, precisamente, com o exercício dessa atividade probatória, devendo ser compreendida como a dificuldade, seja de ordem técnica seja de ordem econômica, para se demonstrar em juízo a causa ou a extensão do dano. 3.- Há de se atentar, porém, para que não seja imputado ao réu o ônus de uma prova que foi inviabilizada pelo próprio autor, o que não sucede na hipótese dos autos. (...)" (REsp 1325487/MT, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 28/08/2012, DJe 14/09/2012). No caso em apreço, não assiste razão a parte Requerente no tocante ao pleito de inversão do ônus da prova, previsto no artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor, vez que se supõe que a parte autora possua os comprovantes de pagamento das faturas relacionadas à energia elétrica, sobretudo pelo fato de que apresentou o comprovante de pagamento quanto a uma das faturas. Assim, indefiro o pedido de inversão do ônus da prova. 4. Designe-se audiência de conciliação, conforme pauta da senhora conciliadora. 5. Cite-se e intime-se a parte reclamada de todo o teor da presente ação bem como para que compareça à audiência, no Fórum desta Comarca, advertindo-a de que seu não comparecimento poderá lhe acarretar prejuízos, como o de serem considerados como verdadeiros os fatos articulados na inicial e proferido julgamento de plano (art. 18, § 1º e 20, da Lei nº. 9.099/95). 6. Intime-se a parte reclamante para que compareça à audiência, constando da intimação que sua ausência implicará na extinção do processo, sem resolução do mérito (art. 51, I, da Lei nº 9.099/95). Cabe salientar que é necessário o comparecimento pessoal das partes a qualquer das audiências. A Lei n. 9.099/95 não admite que a pessoa física seja representada em audiência, nem mesmo por procurador com poderes especiais para transigir, bem como em seu artigo 9º estabelece que as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado e somente a pessoa jurídica ou titular de firma individual é que poderá ser representada por preposto (art. 9º, § 4º). 7. Caso não haja conciliação, a contestação poderá ser ofertada até cinco (05) dias após a audiência acima mencionada. 8. Diligências necessárias. Marcelândia, 10 de novembro de 2019. THATIANA DOS SANTOS Juíza de Direito em substituição legal

Comarca de Matupá

Diretoria do Fórum

Portaria

PORTARIA N. 55/2019-CNPar

Excelentíssimo Senhor Doutor Evandro Juarez Rodrigues – MM. Juiz de Direito e Diretor do Foro em Substituição Legal da Comarca de Matupá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições LEGAIS e;

CONSIDERANDO o agendamento de 10 (dez) dias de férias da servidora Regina Matos Davi, matricula 8157, Gestora Administrativa 03, a serem gozadas a partir de 13/01/2020.

RESOLVE:

Art. 01 - DESIGNAR a servidora JOICE DE SOUZA PORTELLA, matricula 40001, Analista Judiciária, para cumular a função de Gestora Administrativa 03 desta Comarca, no período de 13/01/2020 a 22/01/2020, em virtude do agendamento das férias da servidora Regina Matos Davi, matricula 8157, Gestora Administrativa 03.

Art. 02 – Publique-se. Registre-se. Cumpra-se remetendo cópia ao Departamento de Controle e Informação e Departamento de Pagamento de Pessoal do E. Tribunal de Justiça.

Matupá/MT, 11 de dezembro de 2019.

Evandro Juarez Rodrigues

Juiz de Direito e Diretor do Foro em Substituição Legal

Vara Única

Intimação

Despacho Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA

Processo Número: 1000739-67.2019.8.11.0111

Parte(s) Polo Ativo:

KASSIO ROBERTO PEREIRA (EXEQUENTE)

Advogado(s) Polo Ativo:

IGOR NEVES CARVALHO OAB - MT0014432A (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:

ESTADO DE MATO GROSSO (EXECUTADO)

Magistrado(s):

EVANDRO JUAREZ RODRIGUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE MATUPÁ DESPACHO Processo: 1000739-67.2019.8.11.0111. EXEQUENTE: KASSIO ROBERTO PEREIRA EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos. Nos termos do artigo 3º, inciso I, da Lei 9099/95, o Juizado Especial Cível é competente para processar e julgar causas cíveis de menor complexidade, cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo. No caso concreto, verifico que o valor da causa corresponde a importância inferior a 40 salários mínimos. Diante disso, INTIME-SE a parte autora para o pagamento de custas processuais, ou manifeste-se pelo declínio de competência para o Juizado especial desta comarca. Evandro Juarez Rodrigues Juiz de Direito Em substituição legal

Despacho Classe: CNJ-132 EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL

Processo Número: 1000704-10.2019.8.11.0111

Parte(s) Polo Ativo:

ANGELITA KEMPER (EXEQUENTE)

Advogado(s) Polo Ativo:

ANGELITA KEMPER OAB - MT0015090-A (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:

Estado de Mato Grosso (EXECUTADO)

Magistrado(s):

EVANDRO JUAREZ RODRIGUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE MATUPÁ DESPACHO Processo: 1000704-10.2019.8.11.0111. EXEQUENTE: ANGELITA KEMPER EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos. Nos termos do artigo 3º, inciso I, da Lei 9099/95, o Juizado Especial Cível é competente para processar e julgar causas cíveis de menor complexidade, cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo. No caso concreto, verifico que o valor da causa corresponde a importância inferior a 40 salários mínimos. Diante disso, INTIME-SE a parte autora para o pagamento de custas processuais, ou manifeste-se pelo declínio de competência para o Juizado especial desta comarca. Evandro Juarez Rodrigues Juiz de Direito Em substituição legal

Despacho Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA

Processo Número: 1000740-52.2019.8.11.0111

Parte(s) Polo Ativo:

KASSIO ROBERTO PEREIRA (EXEQUENTE)

Advogado(s) Polo Ativo:

IGOR NEVES CARVALHO OAB - MT0014432A (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:

ESTADO DE MATO GROSSO (EXECUTADO)

Magistrado(s):

EVANDRO JUAREZ RODRIGUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE MATUPÁ DESPACHO Processo: 1000740-52.2019.8.11.0111. EXEQUENTE: KASSIO ROBERTO PEREIRA EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos. Nos termos do artigo 3º, inciso I, da Lei 9099/95, o Juizado Especial Cível é competente para processar e julgar causas cíveis de menor complexidade, cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo. No caso concreto, verifico que o valor da causa corresponde a

importância inferior a 40 salários mínimos. Diante disso, INTIME-SE a parte autora para o pagamento de custas processuais, ou manifeste-se pelo declínio de competência para o Juizado especial desta comarca. Evandro Juarez Rodrigues Juiz de Direito Em substituição legal

Despacho Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 1000741-37.2019.8.11.0111
Parte(s) Polo Ativo:
KASSIO ROBERTO PEREIRA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR NEVES CARVALHO OAB - MT0014432A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EVANDRO JUAREZ RODRIGUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE MATUPÁ DESPACHO Processo: 1000741-37.2019.8.11.0111. EXEQUENTE: KASSIO ROBERTO PEREIRA EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos. Nos termos do artigo 3º, inciso I, da Lei 9099/95, o Juizado Especial Cível é competente para processar e julgar causas cíveis de menor complexidade, cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo. No caso concreto, verifico que o valor da causa corresponde a importância inferior a 40 salários mínimos. Diante disso, INTIME-SE a parte autora para o pagamento de custas processuais, ou manifeste-se pelo declínio de competência para o Juizado especial desta comarca. Evandro Juarez Rodrigues Juiz de Direito Em substituição legal

Despacho Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 1000734-45.2019.8.11.0111
Parte(s) Polo Ativo:
IGOR NEVES CARVALHO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR NEVES CARVALHO OAB - MT0014432A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EVANDRO JUAREZ RODRIGUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE MATUPÁ DESPACHO Processo: 1000734-45.2019.8.11.0111. EXEQUENTE: IGOR NEVES CARVALHO EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos. Nos termos do artigo 3º, inciso I, da Lei 9099/95, o Juizado Especial Cível é competente para processar e julgar causas cíveis de menor complexidade, cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo. No caso concreto, verifico que o valor da causa corresponde a importância inferior a 40 salários mínimos. Diante disso, INTIME-SE a parte autora para o pagamento de custas processuais, ou manifeste-se pelo declínio de competência para o Juizado especial desta comarca. Evandro Juarez Rodrigues Juiz de Direito Em substituição legal

Despacho Classe: CNJ-132 EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL
Processo Número: 1000705-92.2019.8.11.0111
Parte(s) Polo Ativo:
ANGELITA KEMPER (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANGELITA KEMPER OAB - MT0015090-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EVANDRO JUAREZ RODRIGUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE MATUPÁ DESPACHO Processo: 1000705-92.2019.8.11.0111. EXEQUENTE: ANGELITA KEMPER EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos. Nos termos do artigo 3º, inciso I, da Lei 9099/95, o Juizado Especial Cível é competente para processar e julgar causas cíveis de menor complexidade, cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo. No caso concreto, verifico que o valor da causa corresponde a importância inferior a 40 salários mínimos. Diante disso, INTIME-SE a parte autora para o pagamento de custas processuais, ou manifeste-se pelo declínio de competência para o Juizado especial desta comarca. Evandro Juarez Rodrigues Juiz de Direito Em substituição legal

Despacho Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 1000738-82.2019.8.11.0111
Parte(s) Polo Ativo:
IGOR NEVES CARVALHO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR NEVES CARVALHO OAB - MT0014432A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EVANDRO JUAREZ RODRIGUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE MATUPÁ DESPACHO Processo: 1000738-82.2019.8.11.0111. EXEQUENTE: IGOR NEVES CARVALHO EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos. Nos termos do artigo 3º, inciso I, da Lei 9099/95, o Juizado Especial Cível é competente para processar e julgar causas cíveis de menor complexidade, cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo. No caso concreto, verifico que o valor da causa corresponde a importância inferior a 40 salários mínimos. Diante disso, INTIME-SE a parte autora para o pagamento de custas processuais, ou manifeste-se pelo declínio de competência para o Juizado especial desta comarca. Evandro Juarez Rodrigues Juiz de Direito Em substituição legal

Despacho Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 1000733-60.2019.8.11.0111
Parte(s) Polo Ativo:
IGOR NEVES CARVALHO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR NEVES CARVALHO OAB - MT0014432A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EVANDRO JUAREZ RODRIGUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE MATUPÁ DESPACHO Processo: 1000733-60.2019.8.11.0111. EXEQUENTE: IGOR NEVES CARVALHO EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos. Nos termos do artigo 3º, inciso I, da Lei 9099/95, o Juizado Especial Cível é competente para processar e julgar causas cíveis de menor complexidade, cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo. No caso concreto, verifico que o valor da causa corresponde a importância inferior a 40 salários mínimos. Diante disso, INTIME-SE a parte autora para o pagamento de custas processuais, ou manifeste-se pelo declínio de competência para o Juizado especial desta comarca. Evandro Juarez Rodrigues Juiz de Direito Em substituição legal

Despacho Classe: CNJ-132 EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL
Processo Número: 1000712-84.2019.8.11.0111
Parte(s) Polo Ativo:
ANGELITA KEMPER (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANGELITA KEMPER OAB - MT0015090-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EVANDRO JUAREZ RODRIGUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE MATUPÁ DESPACHO Processo: 1000712-84.2019.8.11.0111. EXEQUENTE: ANGELITA KEMPER EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos. Nos termos do artigo 3º, inciso I, da Lei 9099/95, o Juizado Especial Cível é competente para processar e julgar causas cíveis de menor complexidade, cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo. No caso concreto, verifico que o valor da causa corresponde a importância inferior a 40 salários mínimos. Diante disso, INTIME-SE a parte autora para o pagamento de custas processuais, ou manifeste-se pelo declínio de competência para o Juizado especial desta comarca. Evandro Juarez Rodrigues Juiz de Direito Em substituição legal

Despacho Classe: CNJ-14 CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
Processo Número: 1000716-24.2019.8.11.0111
Parte(s) Polo Ativo:
JONATAS MAINARDI (REQUERENTE)
VANEI MAINARDI (REQUERENTE)

Advogado(s) Polo Ativo:
RODRIGO TREVISAN DA SILVA OAB - RS85148 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARCELO LUIZ ZANELLA (REQUERIDO)
JOAO FRANCISCO SOARES (REQUERIDO)
JOAO DIEGO DA SILVA SOARES (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PAULO RENATO RIBEIRO OAB - RS36133 (ADVOGADO(A))
ANILDO LAMAISON DE MORAES OAB - RS19028 (ADVOGADO(A))
SANDRO ALMEIDA DOS SANTOS OAB - RS55763 (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EVANDRO JUAREZ RODRIGUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE MATUPÁ DESPACHO Processo: 1000716-24.2019.8.11.0111. REQUERENTE: JONATAS MAINARDI, VANEI MAINARDI REQUERIDO: JOAO DIEGO DA SILVA SOARES, MARCELO LUIZ ZANELLA, JOAO FRANCISCO SOARES Vistos. Nos termos do artigo 3º, inciso I, da Lei 9099/95, o Juizado Especial Cível é competente para processar e julgar causas cíveis de menor complexidade, cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo. No caso concreto, verifico que o valor da causa corresponde a importância inferior a 40 salários mínimos. Diante disso, INTIME-SE a parte autora para o pagamento de custas processuais, ou manifeste-se pelo declínio de competência para o Juizado especial desta comarca. Evandro Juarez Rodrigues Juiz de Direito Em substituição legal

Despacho Classe: CNJ-132 EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL
Processo Número: 1000703-25.2019.8.11.0111
Parte(s) Polo Ativo:
ANGELITA KEMPER (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANGELITA KEMPER OAB - MT0015090-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EVANDRO JUAREZ RODRIGUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE MATUPÁ DESPACHO Processo: 1000703-25.2019.8.11.0111. EXEQUENTE: ANGELITA KEMPER EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos. Nos termos do artigo 3º, inciso I, da Lei 9099/95, o Juizado Especial Cível é competente para processar e julgar causas cíveis de menor complexidade, cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo. No caso concreto, verifico que o valor da causa corresponde a importância inferior a 40 salários mínimos. Diante disso, INTIME-SE a parte autora para o pagamento de custas processuais, ou manifeste-se pelo declínio de competência para o Juizado especial desta comarca. Evandro Juarez Rodrigues Juiz de Direito Em substituição legal

Despacho Classe: CNJ-132 EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL
Processo Número: 1000702-40.2019.8.11.0111
Parte(s) Polo Ativo:
ANGELITA KEMPER (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANGELITA KEMPER OAB - MT0015090-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EVANDRO JUAREZ RODRIGUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE MATUPÁ DESPACHO Processo: 1000702-40.2019.8.11.0111. EXEQUENTE: ANGELITA KEMPER EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos. Nos termos do artigo 3º, inciso I, da Lei 9099/95, o Juizado Especial Cível é competente para processar e julgar causas cíveis de menor complexidade, cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo. No caso concreto, verifico que o valor da causa corresponde a importância inferior a 40 salários mínimos. Diante disso, INTIME-SE a parte autora para o pagamento de custas processuais, ou manifeste-se pelo declínio de competência para o Juizado especial desta comarca. Evandro Juarez Rodrigues Juiz de Direito Em substituição legal

Despacho Classe: CNJ-68 USUCAPIÃO
Processo Número: 1000947-51.2019.8.11.0111
Parte(s) Polo Ativo:
SEBASTIAO CUSTODIO CARNELOSE (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDREIA FERDINANDO VAREA OAB - MT0010641A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DECIO THOMAZINHO (RÉU)
AGROPECURIA CACHIMBO (RÉU)
Outros Interessados:
LONI MARIA KIRST CORTEZIA (CONFINANTES)
Antonio Sbardelotto (CONFINANTES)
EDSON CAMPOS DIDRICH (CONFINANTES)
Magistrado(s):
EVANDRO JUAREZ RODRIGUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE MATUPÁ DESPACHO Processo: 1000947-51.2019.8.11.0111. AUTOR(A): SEBASTIAO CUSTODIO CARNELOSE RÉU: DECIO THOMAZINHO, AGROPECURIA CACHIMBO Vistos. Averbe-se a existência da presente demanda, com observância do lote corretamente indicado. Intime-se a parte requerente para indicar o paradeiro do requerido Edson Campos Didrich, eis que a diligência de citação restou negativa, conforme certidão de id.26690655. Cumpra-se. Evandro Juarez Rodrigues Juiz de Direito Em substituição legal

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1000068-44.2019.8.11.0111
Parte(s) Polo Ativo:
ADILSON PEREIRA BOHRER (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCUS AUGUSTO GIRALDI MACEDO OAB - MT0013563A (ADVOGADO(A))
RONALDO DOS SANTOS CIRQUEIRA OAB - MT26066/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VANDERLEI ANTONIO GALVAN (EXECUTADO)

CERTIDÃO/IMPULSIONAMENTO Autos n.º 1000068-44.2019.8.11.0111 Autor: ADILSON PEREIRA BOHRER Réu: VANDERLEI ANTONIO GALVAN INTIMAÇÃO do advogado da parte autora/exequente, para providenciar o pagamento da diligência do oficial de justiça, através de guia a ser emitida pelo site do Tribunal de Justiça de Mato Grosso: www.tjmt.jus.br, para devendo juntar aos autos a guia recolhida, no prazo de 15 (quinze) dias. Matupá/MT, 12 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) JOICE DE SOUZA PORTELLA Analista Judiciária Sede do Juízo e Informações: Av. Hermínio Ometto N° 321, Bairro: Zr-001, Cidade: Matupá-MT Cep:78525000, Fone: (66) 3595-1752.

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Evandro Juarez Rodrigues
Cod. Proc.: 54902 Nr: 1062-65.2014.811.0111
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): GILBERTO DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: GIOVANNE GOMES DE ARAUJO - OAB:19.911 OAB/MT
Código nº 54902.
Processo nº 1062-65.2014.811.0111.
Autor: Ministério Público
Acusado: Gilberto da Silva
Vistos.
Trata-se de Ação Penal movida pelo Ministério Público visando apurar a prática do crime previsto no artigo 306, §1º. Inciso II, e artigo 309, ambos do Código de Trânsito Brasileiro, atribuído a GILBERTO DA SILVA.
Em audiência, o Ministério Público propôs a suspensão condicional do processo, pelo prazo de 02 (dois) anos, e, cientificado, o acusado aceitou a benesse (ref. 76).
Decorrido o prazo de suspensão do processo, o Ministério Público requereu a extinção da punibilidade do acusado (ref. 104).
É o breve relato. Fundamento e decido.
A parte acusada foi beneficiada pela suspensão condicional do processo em 07.08.2017, conforme se verifica do termo de audiência de ref. 76.

Decorreu o lapso temporal de dois anos sem a revogação do benefício, período em que não houve notícia de descumprimento das condições impostas.
Ante o exposto, com fundamento no artigo 89, § 5º, da Lei nº 9.099/95, julgo EXTINTA A PUNIBILIDADE de GILBERTO DA SILVA.
Com o trânsito em julgado, procedam-se às baixas, comunicações e anotações de praxe arquivando-se os autos.
Publique-se. Registre-se. Intime-se. Comunique-se.
Matupá/MT, 10 de dezembro de 2019.
Evandro Juarez Rodrigues
Juiz de Direito
Em substituição legal

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Evandro Juarez Rodrigues
Cod. Proc.: 61717 Nr: 884-48.2016.811.0111
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ZENILDE MARIA DOS SANTOS BARROS
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: VALDEMAR SOUZA SANTOS - OAB:22516/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Autos nº 884-48.2016.811.0111.
Código Apolo nº 61717.
Vistos.
Trata-se de Ação de Concessão de Benefício Previdenciário (aposentadoria rural por idade),proposta por ZENILDE MARIA DOS SANTOS BARROS em face do Instituto de Seguro Social – INSS.
À Ref. 53 a parte embargada apresentou embargos de declaração.
Vieram-me os autos conclusos.
É o breve relato. Fundamento e DECIDO.
Os embargos de declaração somente se prestam à elucidação da obscuridade, ao afastamento da contradição ou à supressão da omissão existente no julgado.
Consoante doutrinador Marcato, ocorre a obscuridade quando a redação do julgado não for clara, dificultando, pois, a correta interpretação do pronunciamento judicial. Já a contradição existe em razão da incerteza quanto aos termos do julgado, pelo uso de proposições inconciliáveis, podendo acarretar, inclusive, dificuldades a seu cumprimento. Por fim, a omissão se dá quando o julgado não aprecia ponto, ou questão, que deveria ter sido dirimida (MARCATO, Antonio Carlos. Código de Processo Civil Interpretado. São Paulo: Atlas, 2004. p. 1593).
No caso em análise não visualizo nenhum dos requisitos para cabimento do referido recurso, não sendo possível analisar o mérito da demanda, o que deve ser feito por meio do recurso apropriado.
Assim sendo, analisando os argumentos articulados pela embargante, verifico que a presente medida não passa de mera discordância ao ato decisório.
Ante o exposto, e tudo mais que dos autos consta, RECEBO os embargos declaratórios e, no mérito, NÃO ACOLHO a pretensão neles deduzidas, JULGANDO-OS IMPROCEDENTES.
No mais, considerando a interposição de recurso à Ref. 52, intime-se o apelado para apresentar as contrarrazões (CPC, art. 1.010, §1º), no prazo de 15 (quinze) dias úteis (art. 219, CPC).
Não sendo apresentado no prazo acima mencionado, certifique-se e, REMETAM-SE os autos ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, com os nossos cumprimentos.
Matupá/MT, 10 de dezembro de 2019.
Evandro Juarez Rodrigues
Juiz de Direito
Em substituição legal

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Evandro Juarez Rodrigues
Cod. Proc.: 59758 Nr: 113-70.2016.811.0111
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CIDALIA BATISTA CORREA
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: PAULO HENRIQUE VACARIO DOS SANTOS - OAB:19404/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Autos nº 113-70.2016.811.0111.
Código nº 59758.
Vistos.
INTIME-SE a Autarquia Federal para, no prazo de 30 dias, apresentar impugnação, na forma do artigo 535 do CPC, bem como para, no mesmo prazo, manifestar-se nos termos do artigo 100, § 9º e § 10º, da CF/88 (compensação de débitos), sob pena de perda do direito de abatimento, o que deverá ser certificado.
Transcorrido o prazo assinalado ou caso a Autarquia Federal concorde expressamente com o cálculo apresentado, CERTIFIQUE-SE e, independentemente de novo despacho, EXPEÇA-SE a respectiva requisição de pagamento, encaminhando-se ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
Outrossim, se a Autarquia apresentar valor a ser compensado, INTIME-SE a parte exequente para, no prazo de 05 dias, pugnar o que entender de direito, valendo o silêncio como concordância. Nessa hipótese, caso não haja irresignação, PROMOVA-SE a compensação.
Se, em outro viés, a Autarquia Federal contestar por mera petição o valor apresentado, INTIME-SE a parte exequente para, no prazo de 10 dias, se manifestar nos autos, valendo o silêncio como concordância. Nessa hipótese, desde já também vale registrar que, se transcorrido "in albis" o prazo assinalado ou caso a parte exequente concorde expressamente com o cálculo apresentado, CERTIFIQUE-SE e, independentemente de novo despacho, EXPEÇA-SE a respectiva requisição de pagamento, encaminhando-se ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
FIXO os honorários advocatícios em 10% incidentes sobre a diferença discutida, os quais devem ser pagos em observância ao art. 23, Lei 8.906/94.
CUMPRA-SE, expedindo o necessário.
Matupá/MT, 09 de dezembro de 2019.
Evandro Juarez Rodrigues
Juiz de Direito
Em substituição legal

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Evandro Juarez Rodrigues
Cod. Proc.: 71216 Nr: 3259-85.2017.811.0111
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): PAULO ALMEIDA BAZANA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: KASSIO ROBERTO PEREIRA - OAB:MT 12691/B
Autos nº 3259-85.2017.811.0111.
Código Apolo nº 71216.
Vistos.
RENOVE-SE a intimação do advogado nomeado (Ref. 89) para que apresente razões recursais no prazo legal ou, havendo motivo justo, renuncie a nomeação, visto que, mesmo regularmente intimado deixou de se manifestar em favor do acusado para o qual foi nomeado.
Cientifique-o de que caso o fato volte a ocorrer, será comunicado à sua entidade de classe para as providências pertinentes.
Cumpra-se, COM URGÊNCIA.
Matupá/MT, 12 de dezembro de 2019.
Evandro Juarez Rodrigues
Juiz de Direito
Em substituição legal

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Evandro Juarez Rodrigues
Cod. Proc.: 76672 Nr: 2312-94.2018.811.0111
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): MAYKSON ALVES DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANDREIA FERDINANDO VAREA - OAB:MT 10641
Autos nº 2312-94.2018.811.0111.
Código Apolo nº 76672.

Vistos.
RENOVE-SE a intimação da advogada nomeada (Ref. 14) para que apresente resposta à acusação no prazo legal ou, havendo motivo justo, renuncie a nomeação, visto que, mesmo regularmente intimada deixou de se manifestar em favor do acusado para o qual foi nomeado.
Cientifique-o de que caso o fato volte a ocorrer, será comunicado à sua entidade de classe para as providências pertinentes.
No mais, considerando a informação de Ref. 29, bem como que o acusado praticou novo crime em período noturno, conforme BO nº 2019.365767 (código 86357), ABRA-SE VISTA ao Ministério Público para manifestação quanto a violação das medidas cautelares impostas quando da concessão de liberdade provisória.
Cumpra-se, COM URGÊNCIA.
Matupá/MT, 12 de dezembro de 2019.
Evandro Juarez Rodrigues
Juiz de Direito
Em substituição legal

Intimação das Partes
JUIZ(A): Evandro Juarez Rodrigues
Cod. Proc.: 74423 Nr: 1209-52.2018.811.0111
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CARLOS ROBERTO FERREIRA
PARTE(S) REQUERIDA(S): Telefonica Brasil S.A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FABIANE LEMOS MELO - OAB:MT 10569/O, JAKSON DARLYN FERREIRA DOS SANTOS - OAB:24855/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FILINTO CORRÊA DA COSTA JUNIOR - OAB:11.264.
Autos nº 1209-52.2018.811.0111.
Código nº 74423.
Vistos.
Trata-se de Cumprimento de Sentença proposto por CARLOS ROBERTO FERREIRA em face de TELEFÔNIA BRASIL S/A MOVEL (VIVO S/A), ambos qualificados nos autos.
A executada, voluntariamente, satisfez a obrigada, apresentando comprovante de quitação do valor da condenação (Ref. 53).
Em simples petição, a parte exequente concordou com o valor pago requerendo o levantamento do numerário mediante depósito bancária às contas indicadas (Ref. 54).
Formalizados os autos, vieram conclusos para deliberação.
É o relatório. Fundamento e decido.
CARLOS ROBERTO FERREIRA promoveu o presente cumprimento de sentença em face de TELEFÔNIA BRASIL S/A MOVEL (VIVO S/A), objetivando o recebimento da quantia fixada sem sentença, à título de condenação.
À Ref. 53 houve a comprovação da quitação integral da obrigação.
Feitas essas considerações, o caso é de extinção da execução.
Isso porque, nos termos do artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil "extingue-se a execução quando: II – a obrigação for satisfeita (...)".
Ante o exposto, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO, POR SENTENÇA, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do artigo 924, II, do Código de Processo Civil.
Autorizo o levantamento do numerário depositado em favor do exequente CARLOS ROBERTO FERREIRA, BEM COMO DA CAUSÍDICA Dra. FABIANE LEMOS MELO, conforme os valores apresentados – R$ 6.467,25 e R$ 970,09, respectivamente –, mediante expedição de alvará judicial eletrônico para transferência de valores, com observância dos dados informados.
Transitada em julgado, arquivem-se os autos com as baixas pertinentes.
Publique-se. Registre-se. Intime-se. CUMPRA-SE, expedindo o necessário.
Matupá/MT, 10 de dezembro de 2019.
Evandro Juarez Rodrigues
Juiz de Direito
Em substituição legal

Intimação das Partes
JUIZ(A): Evandro Juarez Rodrigues
Cod. Proc.: 68204 Nr: 1734-68.2017.811.0111
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Georgina Aparecida Ramos
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO ITAÚ-BMG
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: EMILIANA BORGES FRANÇA - OAB:17694/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO - OAB:OAB-MT 14.992 A
Autos nº 1734-68.2017.811.0111.
Código nº 68204.
Vistos.
Considerando as manifestações públicas e notórias da advogada Emiliana Borges França – OAB/MT 17694/O frente a este Magistrado, inclusive com procedimento e investigação criminal por supostos crimes de falsidade ideológica, denunciação caluniosa, difamação, a fim de evitar futuras alegações de nulidade processual nos autos em que a causídica milita necessária a remessa ao Juiz Substituto para análise das decisões já proferidas e atos processuais futuros evitando prejuízo aos clientes e partes envolvidas nos feitos.
Declaro-me por suspeito para atuar neste feito, por ser vítima de acusações da referida advogada, fazendo-o com arrimo no art. 145, do CPC.
Tendo em vista o afastamento da Magistrada Titular da Comarca de Matupá/MT, cadastre-se o Dr. Diego Hartmann – Juiz de Direito da Comarca de Guarantã do Norte/MT como Substituto Legal, devendo os autos ser encaminhados à mesma para prolação de despacho/decisão/sentença (art. 50, "caput", do COJE).
Cumpra-se.
Matupá/MT, 10 de dezembro de 2019.
Evandro Juarez Rodrigues
Juiz de Direito
Em substituição legal

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Evandro Juarez Rodrigues
Cod. Proc.: 77676 Nr: 2829-02.2018.811.0111
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): MAYKSON ALVES DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANGELITA KEMPER - OAB:15090-O
Autos nº 2829-02.2018.811.0111.
Código Apolo 77676.
Vistos.
1) RECEBO o recurso de apelação interposto pelo acusado MAYKSON ALVES DA SILVA no seu regular efeito (Ref. 65).
2) Considerando que o acusado esteve assistido por Defensor Dativo nesses autos, NOMEIO a advogada Angelita Kemper para atuar em continuidade à Defesa do réu nessa fase processual, devendo apresentar razões recursais no prazo legal.
Tomando em conta a natureza da causa FIXO os honorários da mencionada advogada em 05 (cinco) URH (Unidade Referencial De Honorário), de acordo com a tabela de honorários da OAB/MT.
Oportunamente será determinada a expedição de certidão em favor da Defensora Nomeada para cobrança junto ao Estado de Mato Grosso.
3) Após a apresentação das razões recursais, INTIME-SE o Ministério Público para que ofereça contrarrazões no prazo legal.
4) Cumpridas as determinações anteriores, REMETAM-SE os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, com os nossos cumprimentos, conforme disposto no art. 601 do Código de Processo Penal.
CUMPRA-SE, expedindo o necessário.
Matupá/MT, 12 de dezembro de 2019.
Evandro Juarez Rodrigues
Juiz de Direito
Em substituição legal

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Evandro Juarez Rodrigues
Cod. Proc.: 83633 Nr: 1784-26.2019.811.0111
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): Manoel da Silva

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: IVAINE MOLINA JUNIOR - OAB:21264/O
Autos nº 1784-26.2019.811.0111.
Código Apolo 83633.
Vistos.
1) RECEBO o recurso de apelação interposto pelo acusado MANOEL DA SILVA no seu regular efeito (Ref. 75).
2) Considerando que o acusado esteve assistido por Defensor Dativo nesses autos, NOMEIO o advogado Ivaine Molina Junior para atuar em continuidade à Defesa do réu nessa fase processual, devendo apresentar razões recursais no prazo legal.
Tomando em conta a natureza da causa FIXO os honorários do mencionado advogado em 05 (cinco) URH (Unidade Referencial De Honorário), de acordo com a tabela de honorários da OAB/MT.
Oportunamente será determinada a expedição de certidão em favor do Defensor Nomeado para cobrança junto ao Estado de Mato Grosso.
3) Após a apresentação das razões recursais, INTIME-SE o Ministério Público para que ofereça contrarrazões no prazo legal.
4) Cumpridas as determinações anteriores, REMETAM-SE os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, com os nossos cumprimentos, conforme disposto no art. 601 do Código de Processo Penal.
CUMPRA-SE, expedindo o necessário.
Matupá/MT, 09 de dezembro de 2019.
Evandro Juarez Rodrigues
Juiz de Direito
Em substituição legal

Decisão

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001040-14.2019.8.11.0111
Parte(s) Polo Ativo:
SHIRLEY APARECIDA DE ALMEIDA NOGUEIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
VALDEMAR SOUZA SANTOS OAB - MT22516/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (RÉU)
Magistrado(s):
EVANDRO JUAREZ RODRIGUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE MATUPÁ DECISÃO Processo: 1001040-14.2019.8.11.0111. AUTOR(A): SHIRLEY APARECIDA DE ALMEIDA NOGUEIRA RÉU: INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL Vistos. 1 - RECEBO a inicial, uma vez que estão presentes os requisitos dos artigos 319 e 320 ambos do Código de Processo Civil. 2 - DEFIRO o pedido de Justiça gratuita, revogando-os a qualquer tempo se inverídica a declaração ou alterado o cenário financeiro da parte autora no curso da demanda. 3 – Acerca do pedido de tutela de urgência, postergo sua análise após a manifestação da parte requerida. 4 – OFICIE-SE à APS de Matupá - MT para que, no prazo de 15 (quinze) dias, encaminhe informações constantes do CNIS acerca da parte autora e, se casado ou em união estável, do respectivo cônjuge/convivente, bem como de seus genitores, para o que deverá a Secretaria de Vara encaminhar os dados incrustados nos autos. 5 – Pelo Ofício n. 43/2011-PFE-INSS-SINOP-MT, datado de 20.04.2011, a Procuradoria Federal Especializada-INSS-SINOP/MT concorda que, em benefícios previdenciários afetos à área médica, bem como a levantamento socioeconômico, seja primeiramente realizada a perícia, para após ser procedida à sua citação, com o que seria outorgada maior celeridade ao deslinde da demanda. 6 – Portanto, NOMEIO como perito o (a) Dr(a) Geane Moron Beato, CRM nº 7436, médico atuante nesta Comarca, devendo a Sra. Gestora proceder ao contato com o perito nomeado, bem como o agendamento da perícia. 7 - Após a perícia agendada, INTIMEM-SE as partes para no prazo de 05 dias, indicar quesitos e assistente técnico (cuja intimação pessoal é dispensável), se ainda não indicados. 8– Conforme dispõe o artigo 1º da Resolução nº 232 de 13 de julho de 2016, editada pelo Conselho da Justiça Federal, as despesas com peritos no âmbito da jurisdição delegada correrão à conta da Justiça Federal, observado o limite máximo estabelecido na tabela da referida resolução, a qual estabelece como valor máximo R$ 370,00 (trezentos e setenta reais) para honorários periciais, e considerando a natureza da demanda, bem como a complexidade da perícia a ser realizada, entendo que o valor correspondente a R$ 370,00 (trezentos e setenta reais), pois guarda proporção ao trabalho a ser desenvolvido pelo médico perito. 9 – Levando em conta o grande volume de feitos que reclamam realizações de perícias médicas e a carência de profissionais nesta urbe, FIXO o prazo de 30 (trinta) dias para entrega do laudo, prazo que será contado a partir da intimação com a entrega dos quesitos e documentos ao Sr. Perito. 10 – Concluída a perícia, encaminhe ofício, conforme o anexo I da Resolução nº 305/2014 da CJF prevê, ao Diretor do Foro da Seção Judiciária de Sinop/MT e/ou Cuiabá/MT, acompanhado do ato de nomeação do perito, com solicitação de pagamento, informando o nome da comarca e todos os dados necessários para a efetivação do pagamento, discriminando ainda o tipo da perícia (art. 12º, da Resolução nº 305/2014). 11 - Com aporte da pericia médica, CITE-SE a Autarquia demandada para, no prazo legal, responder aos termos da inicial, oportunidade em que manifestará sobre o laudo médico. 12 – Empós a apresentação da contestação, INTIME-SE a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar sobre a perícia, quando poderá, se for o caso, confrontar documentos e teses levantadas na contestação. 13 – Após de tudo cumprido e certificado, venham-me os autos CONCLUSOS para designação de audiência de instrução e julgamento. Como quesitos do Juízo, o Sr. Médico Perito deverá responder: a) A parte autora é portadora de deficiência/moléstia/doença? De que tipo? b) A parte autora é incapacitada para trabalhar? c) A incapacidade da parte autora para o trabalho é parcial ou total? Explique. d) A incapacidade da parte autora para o trabalho é permanente ou temporária? Caso temporária, por quanto tempo é a incapacidade da autora? e) Havendo incapacidade, aproximadamente desde quando ela existe? f) A deficiência/moléstia/doença de que é portadora a parte autora encontra-se em fase evolutiva ou residual? g) Constatada a incapacidade para o trabalho e, não sendo possível precisar a época aproximada do advento desta (a incapacidade), pode-se afirmar que tal incapacidade decorre da evolução/agravamento da deficiência/moléstia/doença de que é portadora a parte autora? h) Qual a atividade laboral da parte autora? Desde quando exerce essa atividade? i) A incapacidade, se existente, é para qualquer atividade laboral ou apenas para a atividade habitual da parte autora? É possível a reabilitação para outra atividade que lhe garanta a subsistência, considerando o grau de instrução da autora, suas condições financeiras, idade e acesso a atividades de reabilitação? j) A parte autora é incapaz para a vida independente? k) A deficiência/moléstia de que é portadora a parte autora traz limitações em sua vida? Que tipos de limitações? l) Existe tratamento para o mal da parte autora? Caso positivo, qual o valor aproximado do tratamento? m) O tratamento traz efeitos colaterais? Quais? n) Esses efeitos colaterais impedem que a parte autora exerça alguma atividade braçal? o)Qual o tempo necessário para convalidação da doença? 14 - CUMPRA-SE, COM URGÊNCIA, expedindo-se o necessário. Evandro Juarez Rodrigues Juiz de Direito Em substituição legal

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001050-58.2019.8.11.0111
Parte(s) Polo Ativo:
MARINA FERREIRA BARBOSA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANE LEMOS MELO OAB - MT0010569A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DA SEGURIDADE SOCIAL - INSS (RÉU)
Magistrado(s):
EVANDRO JUAREZ RODRIGUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE MATUPÁ DECISÃO Processo: 1001050-58.2019.8.11.0111. AUTOR(A): MARINA FERREIRA BARBOSA RÉU: INSTITUTO NACIONAL DA SEGURIDADE SOCIAL - INSS Vistos. 1 - RECEBO a inicial, uma vez que estão presentes os requisitos dos artigos 319 e 320 ambos do Código de Processo Civil. 2 - DEFIRO o pedido de Justiça gratuita, revogando-os a qualquer tempo se inverídica a declaração ou alterado o cenário financeiro da parte autora no curso da demanda. 3 – Acerca do pedido de tutela de urgência, postergo sua análise após a manifestação da parte requerida. 4 – OFICIE-SE à APS de Matupá - MT para que, no prazo de 15 (quinze) dias, encaminhe informações constantes do CNIS acerca da parte autora e, se casado ou em união estável, do respectivo cônjuge/convivente, bem como de seus genitores, para o que deverá a Secretaria de Vara encaminhar os dados incrustados nos autos. 5 – Pelo Ofício n. 43/2011-PFE-INSS-SINOP-MT, datado de 20.04.2011, a Procuradoria

Federal Especializada-INSS-SINOP/MT concorda que, em benefícios previdenciários afetos à área médica, bem como a levantamento socioeconômico, seja primeiramente realizada a perícia, para após ser procedida à sua citação, com o que seria outorgada maior celeridade ao deslinde da demanda. 6 – Portanto, NOMEIO como perito o (a) Dr(a) Geane Moron Beato, CRM nº 7436, médico atuante nesta Comarca, devendo a Sra. Gestora proceder ao contato com o perito nomeado, bem como o agendamento da perícia. 7 - Após a perícia agendada, INTIMEM-SE as partes para no prazo de 05 dias, indicar quesitos e assistente técnico (cuja intimação pessoal é dispensável), se ainda não indicados. 8– Conforme dispõe o artigo 1º da Resolução nº 232 de 13 de julho de 2016, editada pelo Conselho da Justiça Federal, as despesas com peritos no âmbito da jurisdição delegada correrão à conta da Justiça Federal, observado o limite máximo estabelecido na tabela da referida resolução, a qual estabelece como valor máximo R$ 370,00 (trezentos e setenta reais) para honorários periciais, e considerando a natureza da demanda, bem como a complexidade da perícia a ser realizada, entendo que o valor correspondente a R$ 370,00 (trezentos e setenta reais), pois guarda proporção ao trabalho a ser desenvolvido pelo médico perito. 9 – Levando em conta o grande volume de feitos que reclamam realizações de perícias médicas e a carência de profissionais nesta urbe, FIXO o prazo de 30 (trinta) dias para entrega do laudo, prazo que será contado a partir da intimação com a entrega dos quesitos e documentos ao Sr. Perito. 10 – Concluída a perícia, encaminhe ofício, conforme o anexo I da Resolução nº 305/2014 da CJF prevê, ao Diretor do Foro da Seção Judiciária de Sinop/MT e/ou Cuiabá/MT, acompanhado do ato de nomeação do perito, com solicitação de pagamento, informando o nome da comarca e todos os dados necessários para a efetivação do pagamento, discriminando ainda o tipo da perícia (art. 12º, da Resolução nº 305/2014). 11 - Com aporte da pericia médica, CITE-SE a Autarquia demandada para, no prazo legal, responder aos termos da inicial, oportunidade em que manifestará sobre o laudo médico. 12 – Empós a apresentação da contestação, INTIME-SE a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar sobre a perícia, quando poderá, se for o caso, confrontar documentos e teses levantadas na contestação. 13 – Após de tudo cumprido e certificado, venham-me os autos CONCLUSOS para deliberação. Como quesitos do Juízo, o Sr. Médico Perito deverá responder: a) A parte autora é portadora de deficiência/moléstia/doença? De que tipo? b) A parte autora é incapacitada para trabalhar? c) A incapacidade da parte autora para o trabalho é parcial ou total? Explique. d) A incapacidade da parte autora para o trabalho é permanente ou temporária? Caso temporária, por quanto tempo é a incapacidade da autora? e) Havendo incapacidade, aproximadamente desde quando ela existe? f) A deficiência/moléstia/doença de que é portadora a parte autora encontra-se em fase evolutiva ou residual? g) Constatada a incapacidade para o trabalho e, não sendo possível precisar a época aproximada do advento desta (a incapacidade), pode-se afirmar que tal incapacidade decorre da evolução/agravamento da deficiência/moléstia/doença de que é portadora a parte autora? h) Qual a atividade laboral da parte autora? Desde quando exerce essa atividade? i) A incapacidade, se existente, é para qualquer atividade laboral ou apenas para a atividade habitual da parte autora? É possível a reabilitação para outra atividade que lhe garanta a subsistência, considerando o grau de instrução da autora, suas condições financeiras, idade e acesso a atividades de reabilitação? j) A parte autora é incapaz para a vida independente? k) A deficiência/moléstia de que é portadora a parte autora traz limitações em sua vida? Que tipos de limitações? l) Existe tratamento para o mal da parte autora? Caso positivo, qual o valor aproximado do tratamento? m) O tratamento traz efeitos colaterais? Quais? n) Esses efeitos colaterais impedem que a parte autora exerça alguma atividade braçal? o)Qual o tempo necessário para convalidação da doença? 14 - CUMPRA-SE, COM URGÊNCIA, expedindo-se o necessário. Evandro Juarez Rodrigues Juiz de Direito Em substituição legal

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001030-67.2019.8.11.0111
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO SOARES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA RITA DA SILVA MARAFON OAB - MT12275/B (ADVOGADO(A))
KEZIA DA LUZ SOARES OAB - MT20317/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
29.979.036.0001-40 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS (RÉU)
Magistrado(s):
EVANDRO JUAREZ RODRIGUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE MATUPÁ DECISÃO Processo: 1001030-67.2019.8.11.0111. AUTOR(A): ANTONIO SOARES RÉU: 29.979.036.0001-40 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS Vistos. 1 - RECEBO a inicial, uma vez que estão presentes os requisitos dos artigos 319 e 320 ambos do Código de Processo Civil. 2 - DEFIRO o pedido de Justiça gratuita, revogando-os a qualquer tempo se inverídica a declaração ou alterado o cenário financeiro da parte autora no curso da demanda. 3 – Acerca do pedido de tutela de urgência, postergo sua análise após a manifestação da parte requerida. 4 – OFICIE-SE à APS de Matupá - MT para que, no prazo de 15 (quinze) dias, encaminhe informações constantes do CNIS acerca da parte autora e, se casado ou em união estável, do respectivo cônjuge/convivente, bem como de seus genitores, para o que deverá a Secretaria de Vara encaminhar os dados incrustados nos autos. 5 – Pelo Ofício n. 43/2011-PFE-INSS-SINOP-MT, datado de 20.04.2011, a Procuradoria Federal Especializada-INSS-SINOP/MT concorda que, em benefícios previdenciários afetos à área médica, bem como a levantamento socioeconômico, seja primeiramente realizada a perícia, para após ser procedida à sua citação, com o que seria outorgada maior celeridade ao deslinde da demanda. 6 – Portanto, NOMEIO como perito o (a) Dr(a) Geane Moron Beato, CRM nº 7436, médico atuante nesta Comarca, devendo a Sra. Gestora proceder ao contato com o perito nomeado, bem como o agendamento da perícia. 7 - Após a perícia agendada, INTIMEM-SE as partes para no prazo de 05 dias, indicar quesitos e assistente técnico (cuja intimação pessoal é dispensável), se ainda não indicados. 8– Conforme dispõe o artigo 1º da Resolução nº 232 de 13 de julho de 2016, editada pelo Conselho da Justiça Federal, as despesas com peritos no âmbito da jurisdição delegada correrão à conta da Justiça Federal, observado o limite máximo estabelecido na tabela da referida resolução, a qual estabelece como valor máximo R$ 370,00 (trezentos e setenta reais) para honorários periciais, e considerando a natureza da demanda, bem como a complexidade da perícia a ser realizada, entendo que o valor correspondente a R$ 370,00 (trezentos e setenta reais), pois guarda proporção ao trabalho a ser desenvolvido pelo médico perito. 9 – Levando em conta o grande volume de feitos que reclamam realizações de perícias médicas e a carência de profissionais nesta urbe, FIXO o prazo de 30 (trinta) dias para entrega do laudo, prazo que será contado a partir da intimação com a entrega dos quesitos e documentos ao Sr. Perito. 10 – Concluída a perícia, encaminhe ofício, conforme o anexo I da Resolução nº 305/2014 da CJF prevê, ao Diretor do Foro da Seção Judiciária de Sinop/MT e/ou Cuiabá/MT, acompanhado do ato de nomeação do perito, com solicitação de pagamento, informando o nome da comarca e todos os dados necessários para a efetivação do pagamento, discriminando ainda o tipo da perícia (art. 12º, da Resolução nº 305/2014). 11 - Com aporte da pericia médica, CITE-SE a Autarquia demandada para, no prazo legal, responder aos termos da inicial, oportunidade em que manifestará sobre o laudo médico. 12 – Empós a apresentação da contestação, INTIME-SE a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar sobre a perícia, quando poderá, se for o caso, confrontar documentos e teses levantadas na contestação. 13 – Após de tudo cumprido e certificado, venham-me os autos CONCLUSOS para deliberação. Como quesitos do Juízo, o Sr. Médico Perito deverá responder: a) A parte autora é portadora de deficiência/moléstia/doença? De que tipo? b) A parte autora é incapacitada para trabalhar? c) A incapacidade da parte autora para o trabalho é parcial ou total? Explique. d) A incapacidade da parte autora para o trabalho é permanente ou temporária? Caso temporária, por quanto tempo é a incapacidade da autora? e) Havendo incapacidade, aproximadamente desde quando ela existe? f) A deficiência/moléstia/doença de que é portadora a parte autora encontra-se em fase evolutiva ou residual? g) Constatada a incapacidade para o trabalho e, não sendo possível precisar a época aproximada do advento desta (a incapacidade), pode-se afirmar que tal incapacidade decorre da evolução/agravamento da deficiência/moléstia/doença de que é portadora a parte autora? h) Qual a atividade laboral da parte autora? Desde quando exerce essa atividade? i) A incapacidade, se existente, é para qualquer atividade laboral ou apenas para a atividade habitual da parte autora? É possível a reabilitação para outra atividade que lhe garanta a subsistência, considerando o grau de instrução da autora, suas condições financeiras, idade e acesso a atividades de reabilitação? j) A parte autora é incapaz para a vida

independente? k) A deficiência/moléstia de que é portadora a parte autora traz limitações em sua vida? Que tipos de limitações? l) Existe tratamento para o mal da parte autora? Caso positivo, qual o valor aproximado do tratamento? m) O tratamento traz efeitos colaterais? Quais? n) Esses efeitos colaterais impedem que a parte autora exerça alguma atividade braçal? o)Qual o tempo necessário para convalidação da doença? 14 - CUMPRA-SE, COM URGÊNCIA, expedindo-se o necessário. Evandro Juarez Rodrigues Juiz de Direito Em substituição legal

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000729-23.2019.8.11.0111
Parte(s) Polo Ativo:
NORMA DE MOURA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
VALDEMAR SOUZA SANTOS OAB - MT22516/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS (RÉU)
Magistrado(s):
EVANDRO JUAREZ RODRIGUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE MATUPÁ DECISÃO Processo: 1000729-23.2019.8.11.0111. AUTOR(A): NORMA DE MOURA RÉU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS Vistos. Trata-se de ação para concessão de pensão por morte – segurado especial- proposta por NORMA DE MOURA em desfavor do INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL. Recebida a inicial foi determinada a intimação da parte requerida que, devidamente citada e intimada, apresentou contestação à ID. 24541185. A parte autora não apresentou impugnação à contestação. Vieram-me os autos conclusos para designação de audiência de instrução e julgamento. Pois bem. Em razão da cumulação com duas Comarcas, este Magistrado tem proferido decisões e realizado audiências em processos de réus presos, infância e juventude e outros feitos urgentes. Sendo assim, deixo de designar, por ora, audiência de instrução no presente feito. AGUARDE-SE pela disponibilidade de pauta de audiência, permanecendo os autos no Cartório. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Evandro Juarez Rodrigues Juiz de Direito Em substituição legal

Sentença

Sentença Classe: CNJ-105 MANDADO DE SEGURANÇA
Processo Número: 1000411-40.2019.8.11.0111
Parte(s) Polo Ativo:
ELETRO TARTARI LTDA - EPP (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HUMBERTO MARQUES DA SILVA OAB - MT9725-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VALTER MIOTTO FERREIRA (IMPETRADO)
ELETRICA RADIANTE MATERIAIS ELETRICOS LTDA - EPP (IMPETRADO)
CRISTIANA PEREIRA SERRA LOPES (IMPETRADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CLEBER KOCHHANN OAB - MT7678/O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
EVANDRO JUAREZ RODRIGUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE MATUPÁ SENTENÇA Processo: 1000411-40.2019.8.11.0111. IMPETRANTE: ELETRO TARTARI LTDA - EPP IMPETRADO: VALTER MIOTTO FERREIRA, CRISTIANA PEREIRA SERRA LOPES, ELETRICA RADIANTE MATERIAIS ELETRICOS LTDA - EPP Vistos. Trata-se de MANDADO DE SEGURANÇA impetrado pela empresa ELETRO TARTARI LTDA – EPP contra suposto ato coator perpetrado pelo Prefeito do Município de Matupá, Sr. VALTER MIOTTO FERREIRA, e pela presidente da Comissão de Licitação, Sra. CRISTIANA PEREIRA SERRA LOPES; e como litisconsorte passivo a empresa ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA – EPP, todos qualificados nos autos. Sustenta a impetrante, em síntese, que foi instaurado o processo licitatório, na modalidade TOMADA DE PREÇO sob o n. 005/2019, cujo objeto é a contratação de empresa de engenharia, com comprovada capacidade técnica, administrativa e financeira para construção da iluminação do acesso e da orla dos lagos do Município de Matupá (MT), conforme contrato de repasse n. 864643/2018, celebrado entre o Ministério de Turismo e o Município de Matupá. Pontuou ter se apresentado como candidata ao certame, para o qual foi inabilitada sob o fundamento de que “apresentou o balanço patrimonial sem a comprovação de registro da junta e datas incompatíveis com o selo de autenticação e apresentou laudo de vida útil da luminária de 120w, sendo a amostra com potência de 60w”. Irresignada, a impetrante interpôs recurso administrativo com fundamento na ausência de motivação da decisão em decorrência dos vícios apontados pelas documentações juntadas pelas empresas concorrentes, notadamente erro no laudo técnico da licitante SEC Engenharia e erro no apontamento do capital social do balanço financeiro da licitante Elétrica Radiante. Narra que o recurso foi parcialmente provido para reconhecer a validade do documento que certifica a vida útil dos seus equipamentos, mas a inabilitou por considerar que não houve a demonstração do registro do balanço patrimonial perante a Junta Comercial, considerando-o vício insanável. A mesma decisão, outrossim, inabilitou a concorrente SEC Engenharia e manteve a habilitação da empresa litisconsorte ELÉTRICA RADIANTE. Em sede liminar requereu a suspensão cautelar do processo licitatório TOMADA DE PREÇO n. 005/2019 instaurado pelo Edital n. 033/2019. Em decisão fundamentada, o pedido liminar foi deferido. A autoridade coatora prestou informações. A empresa Elétrica Radiante Materiais Elétricos Ltda – EPP, em simples petição, requereu sua exclusão da presente demanda ao argumento de que o direito perquirido não altera a habilitação desta. Instado a se manifestar, o Ministério Público opinou pela concessão da ordem de segurança. Formalizados os autos, vieram conclusos para deliberação. É o relatório. Fundamento e decido. Preliminarmente, defiro o pedido de exclusão do polo passivo do presente “mandamus” da empresa ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA – EPP, eis que o direito perquirido aqui neste processo não lhe afeta, pois permanecerá habilitada no certame e eventual concessão da ordem apenas garante a disputa de mais uma empresa nas fases subsequentes da licitação em voga. Pretende o impetrante a concessão da ordem de segurança para suspender a licitação e garantir a empresa impetrante como apta à prosseguir com o processo licitatório em análise, na modalidade TOMADA DE PREÇO 05/2019. Sustenta que possui direito líquido e certo quanto à apresentação do balanço patrimonial relativo aos períodos de 2017 e 2018, devidamente registrados perante a Junta Comercial, consoante documentação inclusa. Eis o cerne da questão! Nos termos do artigo 3º da Lei 8.666/93 “a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos”. Pois bem. Da singela leitura do dispositivo supramencionado, tem-se que o processo licitatório possui um arcabouço principiológico e normativo, cujo qual objetiva, notadamente, a participação isonômica dos concorrentes à assunção do contrato com a Administração Pública. Nesse contexto, as empresas participantes devem obedecer às regras insculpidas no Edital do certame correspondente, sob pena de exclusão das suas subsequentes fases. No caso concreto, a empresa impetrante havia sido excluída do certame na fase de HABILITAÇÃO, ao argumento de que o balanço patrimonial apresentado não havia sido registrado perante a Junta Comercial. Em sede de contestação, a autoridade coatora apontou que o selo de autenticação supostamente não seria da Junta Comercial, pois aparentemente o brasão estava “cortado” e não permitia a completa visualização e comprovação da autenticidade do referido documento. Alegou, outrossim, que os servidores municipais que compõem a equipe de licitação são altamente qualificados e que atuam cotidianamente com diversos processos licitatórios, razão por que entende que a decisão foi pautada tecnicamente nos consectários legais específicos. Entrementes, tais argumentos não são suficientes a afastar o direito líquido e certo da empresa impetrante que comprovou documentalmente que seu balanço patrimonial estava regularmente registrado perante a Junta Comercial, conforme a certidão exarada pelo próprio órgão, além de que o número de autenticação poderia ser facilmente consultado no sítio eletrônico da Junta Comercial. Conclui-se, portanto, que a parte impetrante fez prova pré-constituída do direito líquido e certo que invocou, bem como da violação sofrida, conforme se depreende da documentação juntada aos autos, motivo pelo qual a concessão da ordem é medida que se impõe. Isto posto, CONCEDO A ORDEM DE SEGURANÇA pleiteada por ELETRO TARTARI LTDA EPP para GARANTIR sua devida habilitação no processo

licitatório instaurado pelo Edital n.33/2019, na modalidade TOMADA DE PREÇO n. 05/2019. Portanto, DECLARO o feito EXTINTO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, na forma do art. 487, inciso I, do CPC. ISENTO as partes do pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, com base nas Súmulas n. 512 do STF e n. 105 do STJ[1]. Ao reexame necessário, oportunamente. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Após o trânsito em julgado, AO ARQUIVO com as anotações e baixas de estilo. Evandro Juarez Rodrigues Juiz de Direito Em substituição legal [1] Súmula 512 do STF: "Não cabe condenação em honorários de advogado na ação de mandado de segurança". Súmula 105 do STF: "Na ação de mandado de segurança não se admite condenação em honorários advocatícios". "A teor do que preceituam as Súmulas 512 do STF e 105 do STJ, e o art. 10, inc. XXIII, da Constituição do Estado de Mato Grosso, inadmissível a condenação ao ônus da sucumbência na ação mandamental". (Reexame Necessário de Sentença n. 27476/2004, Classe: 27, 1ª Câmara Cível, julgamento por maioria em 20 de junho de 2005, dele fazendo parte o Exmo. Sr. Dr. ALEXANDRE ELIAS FILHO (Relator), o Exmo. Sr. Des. JOSÉ TADEU CURY (Revisor) e o Exmo. Sr. Des. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO (Vogal).

Sentença Classe: CNJ-105 MANDADO DE SEGURANÇA
Processo Número: 1000411-40.2019.8.11.0111
Parte(s) Polo Ativo:
ELETRO TARTARI LTDA - EPP (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HUMBERTO MARQUES DA SILVA OAB - MT9725-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VALTER MIOTTO FERREIRA (IMPETRADO)
ELETRICA RADIANTE MATERIAIS ELETRICOS LTDA - EPP (IMPETRADO)
CRISTIANA PEREIRA SERRA LOPES (IMPETRADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CLEBER KOCHHANN OAB - MT7678/O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
EVANDRO JUAREZ RODRIGUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE MATUPÁ SENTENÇA Processo: 1000411-40.2019.8.11.0111. IMPETRANTE: ELETRO TARTARI LTDA - EPP IMPETRADO: VALTER MIOTTO FERREIRA, CRISTIANA PEREIRA SERRA LOPES, ELETRICA RADIANTE MATERIAIS ELETRICOS LTDA - EPP Vistos. Trata-se de MANDADO DE SEGURANÇA impetrado pela empresa ELETRO TARTARI LTDA – EPP contra suposto ato coator perpetrado pelo Prefeito do Município de Matupá, Sr. VALTER MIOTTO FERREIRA, e pela presidente da Comissão de Licitação, Sra. CRISTIANA PEREIRA SERRA LOPES; e como litisconsorte passivo a empresa ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA – EPP, todos qualificados nos autos. Sustenta a impetrante, em síntese, que foi instaurado o processo licitatório, na modalidade TOMADA DE PREÇO sob o n. 005/2019, cujo objeto é a contratação de empresa de engenharia, com comprovada capacidade técnica, administrativa e financeira para construção da iluminação do acesso e da orla dos lagos do Município de Matupá (MT), conforme contrato de repasse n. 864643/2018, celebrado entre o Ministério de Turismo e o Município de Matupá. Pontuou ter se apresentado como candidata ao certame, para o qual foi inabilitada sob o fundamento de que "apresentou o balanço patrimonial sem a comprovação de registro da junta e datas incompatíveis com o selo de autenticação e apresentou laudo de vida útil da luminária de 120w, sendo a amostra com potência de 60w". Irresignada, a impetrante interpôs recurso administrativo com fundamento na ausência de motivação da decisão em decorrência dos vícios apontados pelas documentações juntadas pelas empresas concorrentes, notadamente erro no laudo técnico da licitante SEC Engenharia e erro no apontamento do capital social do balanço financeiro da licitante Elétrica Radiante. Narra que o recurso foi parcialmente provido para reconhecer a validade do documento que certifica a vida útil dos seus equipamentos, mas a inabilitou por considerar que não houve a demonstração do registro do balanço patrimonial perante a Junta Comercial, considerando-o vício insanável. A mesma decisão, outrossim, inabilitou a concorrente SEC Engenharia e manteve a habilitação da empresa litisconsorte ELÉTRICA RADIANTE. Em sede liminar requereu a suspensão cautelar do processo licitatório TOMADA DE PREÇO n. 005/2019 instaurado pelo Edital n. 033/2019. Em decisão fundamentada, o pedido liminar foi deferido. A autoridade coatora prestou informações. A empresa Elétrica Radiante Materiais Elétricos Ltda – EPP, em simples petição, requereu sua exclusão da presente demanda ao argumento de que o direito perquirido não altera a habilitação desta. Instado a se manifestar, o Ministério Público opinou pela concessão da ordem de segurança. Formalizados os autos, vieram conclusos para deliberação. É o relatório. Fundamento e decido. Preliminarmente, defiro o pedido de exclusão do polo passivo do presente "mandamus" da empresa ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA – EPP, eis que o direito perquirido aqui neste processo não lhe afeta, pois permanecerá habilitada no certame e eventual concessão da ordem apenas garante a disputa de mais uma empresa nas fases subsequentes da licitação em voga. Pretende o impetrante a concessão da ordem de segurança para suspender a licitação e garantir a empresa impetrante como apta à prosseguir com o processo licitatório em análise, na modalidade TOMADA DE PREÇO 05/2019. Sustenta que possui direito líquido e certo quanto à apresentação do balanço patrimonial relativo aos períodos de 2017 e 2018, devidamente registrados perante a Junta Comercial, consoante documentação inclusa. Eis o cerne da questão! Nos termos do artigo 3º da Lei 8.666/93 "a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos". Pois bem. Da singela leitura do dispositivo supramencionado, tem-se que o processo licitatório possui um arcabouço principiológico e normativo, cujo qual objetiva, notadamente, a participação isonômica dos concorrentes à assunção do contrato com a Administração Pública. Nesse contexto, as empresas participantes devem obedecer às regras insculpidas no Edital do certame correspondente, sob pena de exclusão das suas subsequentes fases. No caso concreto, a empresa impetrante havia sido excluída do certame na fase de HABILITAÇÃO, ao argumento de que o balanço patrimonial apresentado não havia sido registrado perante a Junta Comercial. Em sede de contestação, a autoridade coatora apontou que o selo de autenticação supostamente não seria da Junta Comercial, pois aparentemente o brasão estava "cortado" e não permitia a completa visualização e comprovação da autenticidade do referido documento. Alegou, outrossim, que os servidores municipais que compõem a equipe de licitação são altamente qualificados e que atuam cotidianamente com diversos processos licitatórios, razão por que entende que a decisão foi pautada tecnicamente nos consectários legais específicos. Entrementes, tais argumentos não são suficientes a afastar o direito líquido e certo da empresa impetrante que comprovou documentalmente que seu balanço patrimonial estava regularmente registrado perante a Junta Comercial, conforme a certidão exarada pelo próprio órgão, além de que o número de autenticação poderia ser facilmente consultado no sítio eletrônico da Junta Comercial. Conclui-se, portanto, que a parte impetrante fez prova pré-constituída do direito líquido e certo que invocou, bem como da violação sofrida, conforme se depreende da documentação juntada aos autos, motivo pelo qual a concessão da ordem é medida que se impõe. Isto posto, CONCEDO A ORDEM DE SEGURANÇA pleiteada por ELETRO TARTARI LTDA EPP para GARANTIR sua devida habilitação no processo licitatório instaurado pelo Edital n.33/2019, na modalidade TOMADA DE PREÇO n. 05/2019. Portanto, DECLARO o feito EXTINTO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, na forma do art. 487, inciso I, do CPC. ISENTO as partes do pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, com base nas Súmulas n. 512 do STF e n. 105 do STJ[1]. Ao reexame necessário, oportunamente. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Após o trânsito em julgado, AO ARQUIVO com as anotações e baixas de estilo. Evandro Juarez Rodrigues Juiz de Direito Em substituição legal [1] Súmula 512 do STF: "Não cabe condenação em honorários de advogado na ação de mandado de segurança". Súmula 105 do STF: "Na ação de mandado de segurança não se admite condenação em honorários advocatícios". "A teor do que preceituam as Súmulas 512 do STF e 105 do STJ, e o art. 10, inc. XXIII, da Constituição do Estado de Mato Grosso, inadmissível a condenação ao ônus da sucumbência na ação mandamental". (Reexame Necessário de Sentença n. 27476/2004, Classe: 27, 1ª Câmara Cível, julgamento por maioria em 20 de junho de 2005, dele fazendo parte o Exmo. Sr. Dr. ALEXANDRE ELIAS FILHO (Relator), o Exmo. Sr. Des. JOSÉ TADEU CURY (Revisor) e o Exmo. Sr. Des. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO (Vogal).

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000445-15.2019.8.11.0111
Parte(s) Polo Ativo:
ELIDIANA AMANCIO DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDA DE FREITAS ROSA OAB - MT9028/B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE MATUPA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
CLEBER KOCHHANN OAB - 782.053.361-72 (PROCURADOR)
Magistrado(s):
EVANDRO JUAREZ RODRIGUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE MATUPÁ SENTENÇA Processo: 1000445-15.2019.8.11.0111. AUTOR(A): ELIDIANA AMANCIO DA SILVA RÉU: MUNICIPIO DE MATUPA PROCURADOR: CLEBER KOCHHANN SENTENÇA Trata-se de Ação Ordinária proposta por ELIDIANA AMANCIO DA SILVA, em desfavor do Município de Matupá, objetivando a incorporação do percentual de 11,98% decorrente da perda ocorrida na conversão da moeda de cruzeiro real para URV. Instruiu o pedido inicial com os documentos. Devidamente citada, a parte requerida quedou-se inerte, consoante certidão inclusa. Formalizados os autos, vieram conclusos para deliberação. É o relatório. Fundamento e Decido. Em que pese o teor do Ofício Circular nº 178/2017/NUGEP/VQS que admitiu o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas - IRDR 85560/2016, e determinou a suspensão da tramitação dos processos pendentes de julgamento em todo o Estado de Mato Grosso, reputo desnecessária tal medida no caso em comento. Isso porque, a questão debatida é tão somente acerca da competência do Juizado Especial da Fazenda Pública para processamento e julgamento das ações de cobrança de diferença de URV. Não se tratando de processo ajuizado perante o Juizado da Fazenda Pública, inaplicável a suspensão ao presente feito. Feita essa consideração, passo à análise da demanda. Cuida-se de ação ordinária inominada com pedido de antecipação de tutela proposta em desfavor do Município de Matupá/MT. Dispensável a dilação probatória, visto tratar-se de demanda cuja questão é de direito, e cujos documentos trazidos com a inicial são suficientes à solução, razão pela qual passo ao julgamento antecipado do mérito, com fulcro no artigo 355, inciso I, do CPC. Quanto ao mérito propriamente dito, tem-se como premissa que a Lei Federal nº 8.880/94, a qual instituiu a Unidade Real de Valor (URV), não se destinou a assegurar aumento salarial dos servidores públicos. Em verdade, referida lei estipulou um método para a conversão da moeda nacional de Cruzeiro Real para URV, estabelecendo que os valores das tabelas de vencimentos, soldos e salários e das tabelas de funções de confiança e gratificadas dos servidores civis e militares serão convertidos em URV em 1º de março de 1994: I - dividindo-se o valor nominal, vigente em cada um dos quatro meses imediatamente anteriores à conversão, pelo valor em cruzeiros reais do equivalente em URV do último dia do mês de competência, de acordo com o Anexo I desta medida provisória e; II - extraindo-se a média aritmética dos valores resultantes do inciso anterior. § 2º - Da aplicação do disposto neste artigo não poderá resultar pagamento de vencimentos, soldos ou salários inferiores aos efetivamente pagos ou devidos, relativamente ao mês de fevereiro de 1994, em cruzeiros reais, em obediência ao disposto nos arts. 37, inciso XV, e 95, inciso III, da Constituição (Art. 22) Quanto aos servidores que não recebiam seus vencimentos no último dia do mês é possível que tenha ocorrido decréscimo relativo aos dias que não foram incluídos na correção, desde que não tenha sido corrigida a defasagem remuneratória. Sob essa justificativa é que a pretensão ao recálculo dos vencimentos com base na conversão correta em URV não corresponde a pleito de aumento salarial, mas de aplicação de medida prevista em Lei Federal, a ser observada por todas as pessoas jurídicas de direito público, e por isso, aplicável tanto aos servidores federais quanto aos estaduais e municipais, inclusive do Poder Executivo. Nesse sentido: Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do índice decorrente do processo de liquidação deve adstringir-se ao decisum na ADI nº 2.323-MC/DF e na ADI nº 2.321/DF. 5) O término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público. 6) A irredutibilidade estipendial recomenda que se, em decorrência da reestruturação da carreira do servidor, a supressão da parcela dos 11,98%, ou em outro percentual obtido na liquidação, verificar-se com a redução da remuneração, o servidor fará jus a uma parcela remuneratória (VPNI) em montante necessário para que não haja uma ofensa ao princípio, cujo valor será absorvido pelos aumentos subsequentes. 7) A reestruturação dos cargos no âmbito do Poder Judiciário Federal decorreu do advento da Lei nº 10.475/2002, diploma legal cuja vigência deve servir de termo ad quem para o pagamento e incorporação dos 11,98% no âmbito do referido Poder. 8) Inconstitucionalidade. 9) Recurso extraordinário interposto pelo estado do Rio Grande do Norte conhecido e parcialmente provido, porquanto descabida a pretensa compensação do percentual devido ao servidor em razão da ilegalidade na conversão de Cruzeiros Reais em URV com aumentos supervenientes a título de reajuste e revisão de remuneração, restando, por outro lado, fixado que o referido percentual será absorvido no caso de reestruturação financeira da carreira, e declarada incidenter tantum a inconstitucionalidade da Lei n° 6.612, de 16 de maio de 1994, do estado do Rio Grande do Norte." (RE 561836, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 26/09/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-027 DIVULG 07-02-2014 PUBLIC 10-02-2014). Indubitável, portanto, que os servidores do executivo municipal fazem jus à incorporação em seus vencimentos dos valores devidos em virtude de eventual erro na conversão de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV). Isso, no entanto, não implica o reconhecimento de que o percentual devido equivale aos 11,98% pleiteados. Nesse ponto, o entendimento majoritário, ao qual me filio, é no sentido de que o percentual devido deve ser objeto de apuração em fase de liquidação de sentença por arbitramento. Vejamos: RETRATAÇÃO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO POR FORÇA DOS ARTIGOS 1.030, II, ALÍNEA 'B', E 1.036 AMBOS DO NCPC – APELAÇÃO CÍVEL – URV – DIREITO DOS SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO – MATÉRIA JÁ CONSOLIDADA – APURAÇÃO DA REAL DEFASAGEM E DO PERCENTUAL DE 11,98% EM LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA POR ARBITRAMENTO – ARTIGO 475-C DO CPC – PRECEDENTES DOS TRIBUNAIS SUPERIORES – ADEQUAÇÃO AO ENTENDIMENTO ESPOSADO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. Os Tribunais Superiores já pacificaram entendimento de que os servidores públicos federais, estaduais ou municipais - inclusive do Poder Executivo - têm direito ao acréscimo da diferença decorrente da conversão de seus vencimentos para a Unidade Real de Valor - URV, nos moldes previstos na Lei 8.880/94, levando-se em conta a data do efetivo pagamento. O reconhecimento deste direito e da real existência de defasagem salarial, entretanto, não induz ao reconhecimento do direito ao percentual de 11,98%, indistintamente, devendo, portanto, ser o mesmo apurado em liquidação de sentença por arbitramento, em consonância com o entendimento firmado pelos tribunais superiores, afastando-se, assim, qualquer possibilidade de recebimento em dobro ou em percentual indevido. (Ag 126295/2015, DESA. MARIA APARECIDA RIBEIRO, TERCEIRA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 12/12/2016, Publicado no DJE 16/12/2016). O próprio Supremo Tribunal Federal pronunciou em sede de Repercussão Geral - RE 561836, de Relatoria do Ministro LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 26-09-2013, que nem todo servidor sofreu a defasagem, e mesmo aos que sofreram, o percentual é variável, ressaltando que o índice de 11,98% não é fixo, representando apenas o limite máximo a ser alcançado, razão pela qual é necessária a liquidação de sentença por arbitramento para apurar a concreta existência

desta defasagem, e, acaso existente, qual o índice devido. A propósito: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do índice decorrente do processo de liquidação deve adstringir-se ao decisum na ADI nº 2.323-MC/DF e na ADI nº 2.321/DF. 5) O término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público. 6) A irredutibilidade estipendial recomenda que se, em decorrência da reestruturação da carreira do servidor, a supressão da parcela dos 11,98%, ou em outro percentual obtido na liquidação, verificar-se com a redução da remuneração, o servidor fará jus a uma parcela remuneratória (VPNI) em montante necessário para que não haja uma ofensa ao princípio, cujo valor será absorvido pelos aumentos subsequentes. 7) A reestruturação dos cargos no âmbito do Poder Judiciário Federal decorreu do advento da Lei nº 10.475/2002, diploma legal cuja vigência deve servir de termo ad quem para o pagamento e incorporação dos 11,98% no âmbito do referido Poder. 8) Inconstitucionalidade. 9) Recurso extraordinário interposto pelo estado do Rio Grande do Norte conhecido e parcialmente provido, porquanto descabida a pretensa compensação do percentual devido ao servidor em razão da ilegalidade na conversão de Cruzeiros Reais em URV com aumentos supervenientes a título de reajuste e revisão de remuneração, restando, por outro lado, fixado que o referido percentual será absorvido no caso de reestruturação financeira da carreira, e declarada incidenter tantum a inconstitucionalidade da Lei n° 6.612, de 16 de maio de 1994, do estado do Rio Grande do Norte." (RE 561836, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 26/09/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-027 DIVULG 07-02-2014 PUBLIC 10-02-2014). Esse também é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça: ADMINISTRATIVO - SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL" REAJUSTE DE VENCIMENTOS. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/94. COMPROVAÇÃO DE PREJUÍZO. DATA DO EFETIVO PAGAMENTO. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA POR ARBITRAMENTO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. [...] 2. Ainda que superado o referido óbice, o aresto recorrido não destoa da jurisprudência desta Corte no sentido de que "somente em liquidação de sentença há de se apurar a efetiva defasagem remuneratória devida aos servidores públicos decorrente do método de conversão aplicado pelo Município em confronto com a legislação federal, de modo a evitar eventual pagamento em duplicidade e o enriquecimento sem causa" (AgRg nos EDcl no REsp 1.237.530/SP, Rel. Ministro Cesar Asfor Rocha, Segunda Turma, julgado em 29/05/2012, DJe 13/06/2012)". 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no REsp 1564386/RJ, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/03/2016, DJe 29/03/2016). Afasto, portanto, a preliminar de impugnação ao valor da causa alegada pelo Município, eis que o valor atribuído à causa é meramente uma estimativa do valor a ser apurado em liquidação de sentença, pelas razões supramencionadas. Ante ao exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para condenar a parte requerida a incorporar à remuneração da parte autora o percentual a ser apurado em liquidação por arbitramento, decorrente da perda ocorrida na conversão da moeda de Cruzeiro Real para URV, devendo o reajuste incidir sobre todas as verbas percebidas pela parte autora no mencionado período, a qualquer título, inclusive férias (terço constitucional), gratificação natalina e qualquer vantagem ou benefício assegurado em decorrência de lei, nos termos da Lei Federal nº 8.880/94, com o consequente pagamento das diferenças que forem apuradas, observando-se o limite máximo de 11,98% e respeitada a prescrição quinquenal. Correção monetária pelos índices do IPCA-E e juros moratórios no percentual de 6% (seis por cento ao ano), a partir da citação válida, até a data da nova redação do artigo 1º- F da Lei n. 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960 de 29.06.2009, quando então deverão incidir os índices oficiais de remuneração básica e juros aplicáveis à caderneta de poupança. Determino a liquidação de sentença por arbitramento, a fim de apurar a existência de efetiva defasagem remuneratória do servidor e em sendo constatada a defasagem, aquilatar o percentual devido. Dada a sucumbência em maior proporção, condeno a parte ré ao reembolso das custas e despesas processuais adiantadas, bem como ao pagamento de honorários advocatícios cujo percentual, dada a iliquidez da sentença, será apurado oportunamente, nos termos do art. 85, § 4º, inciso II, do Código de Processo Civil. Extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do CPC. Sentença sujeita ao reexame necessário. P. R. I. C. Evandro Juarez Rodrigues Juiz de Direito Em substituição legal

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000447-82.2019.8.11.0111
Parte(s) Polo Ativo:
MARLENE ROSA DE CAMARGO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDA DE FREITAS ROSA OAB - MT9028/B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE MATUPA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
CLEBER KOCHHANN OAB - 782.053.361-72 (PROCURADOR)
Magistrado(s):
EVANDRO JUAREZ RODRIGUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE MATUPÁ SENTENÇA Processo: 1000447-82.2019.8.11.0111. AUTOR(A): MARLENE ROSA DE CAMARGO RÉU: MUNICIPIO DE MATUPA PROCURADOR: CLEBER KOCHHANN SENTENÇA Trata-se de Ação Ordinária proposta por MARILENE ROSA DE CAMARGO, em desfavor do Município de Matupá, objetivando a incorporação do percentual de 11,98% decorrente da perda ocorrida na conversão da moeda de cruzeiro real para URV. Instruiu o pedido inicial com os documentos. Devidamente citada, a parte requerida quedou-se inerte, consoante certidão inclusa. Formalizados os autos, vieram conclusos para deliberação. É o relatório. Fundamento e Decido. Em que pese o teor do Ofício Circular nº 178/2017/NUGEP/VQS que admitiu o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas - IRDR 85560/2016, e determinou a suspensão da tramitação dos processos pendentes de julgamento em todo o Estado de Mato Grosso, reputo desnecessária tal medida no caso em comento. Isso porque, a questão debatida é tão somente acerca da competência do Juizado Especial da Fazenda Pública para processamento e julgamento das ações de cobrança de diferença de URV. Não se tratando de processo ajuizado perante o Juizado da Fazenda Pública, inaplicável a suspensão ao presente feito. Feita essa consideração, passo à análise da demanda. Cuida-se de ação ordinária inominada com pedido de antecipação de tutela proposta em desfavor do Município de Matupá/MT. Dispensável a dilação probatória, visto tratar-se de demanda cuja questão é de direito, e cujos documentos trazidos com a inicial são suficientes à solução, razão pela qual passo ao julgamento antecipado do mérito, com fulcro no artigo 355, inciso I, do CPC. Quanto ao mérito propriamente dito, tem-se como premissa que a Lei Federal nº 8.880/94, a qual instituiu a Unidade Real de Valor (URV), não se destinou a assegurar aumento salarial dos servidores públicos. Em verdade, referida lei estipulou um método para a conversão da moeda nacional de Cruzeiro Real para URV, estabelecendo que os valores das tabelas de vencimentos, soldos e salários e das tabelas de funções de confiança e gratificadas dos servidores civis e militares serão convertidos em URV em 1º de março de 1994: I - dividindo-se o valor nominal, vigente em cada um dos quatro meses imediatamente anteriores à conversão, pelo valor em cruzeiros reais do equivalente em URV do último dia do mês de competência, de acordo com o Anexo I desta medida provisória e; II - extraindo-se a média aritmética dos valores resultantes do inciso anterior. § 2º - Da aplicação do disposto neste artigo não poderá resultar pagamento de vencimentos, soldos ou salários inferiores aos efetivamente pagos ou devidos,

relativamente ao mês de fevereiro de 1994, em cruzeiros reais, em obediência ao disposto nos arts. 37, inciso XV, e 95, inciso III, da Constituição (Art. 22) Quanto aos servidores que não recebiam seus vencimentos no último dia do mês é possível que tenha ocorrido decréscimo relativo aos dias que não foram incluídos na correção, desde que não tenha sido corrigida a defasagem remuneratória. Sob essa justificativa é que a pretensão ao recálculo dos vencimentos com base na conversão correta em URV não corresponde a pleito de aumento salarial, mas de aplicação de medida prevista em Lei Federal, a ser observada por todas as pessoas jurídicas de direito público, e por isso, aplicável tanto aos servidores federais quanto aos estaduais e municipais, inclusive do Poder Executivo. Nesse sentido: Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do índice decorrente do processo de liquidação deve adstringir-se ao decisum na ADI nº 2.323-MC/DF e na ADI nº 2.321/DF. 5) O término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público. 6) A irredutibilidade estipendial recomenda que se, em decorrência da reestruturação da carreira do servidor, a supressão da parcela dos 11,98%, ou em outro percentual obtido na liquidação, verificar-se com a redução da remuneração, o servidor fará jus a uma parcela remuneratória (VPNI) em montante necessário para que não haja uma ofensa ao princípio, cujo valor será absorvido pelos aumentos subsequentes. 7) A reestruturação dos cargos no âmbito do Poder Judiciário Federal decorreu do advento da Lei nº 10.475/2002, diploma legal cuja vigência deve servir de termo ad quem para o pagamento e incorporação dos 11,98% no âmbito do referido Poder. 8) Inconstitucionalidade. 9) Recurso extraordinário interposto pelo estado do Rio Grande do Norte conhecido e parcialmente provido, porquanto descabida a pretensa compensação do percentual devido ao servidor em razão da ilegalidade na conversão de Cruzeiros Reais em URV com aumentos supervenientes a título de reajuste e revisão de remuneração, restando, por outro lado, fixado que o referido percentual será absorvido no caso de reestruturação financeira da carreira, e declarada incidenter tantum a inconstitucionalidade da Lei n° 6.612, de 16 de maio de 1994, do estado do Rio Grande do Norte." (RE 561836, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 26/09/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-027 DIVULG 07-02-2014 PUBLIC 10-02-2014). Indubitável, portanto, que os servidores do executivo municipal fazem jus à incorporação em seus vencimentos dos valores devidos em virtude de eventual erro na conversão de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV). Isso, no entanto, não implica o reconhecimento de que o percentual devido equivale aos 11,98% pleiteados. Nesse ponto, o entendimento majoritário, ao qual me filio, é no sentido de que o percentual devido deve ser objeto de apuração em fase de liquidação de sentença por arbitramento. Vejamos: RETRATAÇÃO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO POR FORÇA DOS ARTIGOS 1.030, II, ALÍNEA 'B', E 1.036 AMBOS DO NCPC – APELAÇÃO CÍVEL – URV – DIREITO DOS SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO – MATÉRIA JÁ CONSOLIDADA – APURAÇÃO DA REAL DEFASAGEM E DO PERCENTUAL DE 11,98% EM LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA POR ARBITRAMENTO – ARTIGO 475-C DO CPC – PRECEDENTES DOS TRIBUNAIS SUPERIORES – ADEQUAÇÃO AO ENTENDIMENTO ESPOSADO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. Os Tribunais Superiores já pacificaram entendimento de que os servidores públicos federais, estaduais ou municipais - inclusive do Poder Executivo - têm direito ao acréscimo da diferença decorrente da conversão de seus vencimentos para a Unidade Real de Valor - URV, nos moldes previstos na Lei 8.880/94, levando-se em conta a data do efetivo pagamento. O reconhecimento deste direito e da real existência de defasagem salarial, entretanto, não induz ao reconhecimento do direito ao percentual de 11,98%, indistintamente, devendo, portanto, ser o mesmo apurado em liquidação de sentença por arbitramento, em consonância com o entendimento firmado pelos tribunais superiores, afastando-se, assim, qualquer possibilidade de recebimento em dobro ou em percentual indevido. (Ag 126295/2015, DESA. MARIA APARECIDA RIBEIRO, TERCEIRA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 12/12/2016, Publicado no DJE 16/12/2016). O próprio Supremo Tribunal Federal pronunciou em sede de Repercussão Geral - RE 561836, de Relatoria do Ministro LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 26-09-2013, que nem todo servidor sofreu a defasagem, e mesmo aos que sofreram, o percentual é variável, ressaltando que o índice de 11,98% não é fixo, representando apenas o limite máximo a ser alcançado, razão pela qual é necessária a liquidação de sentença por arbitramento para apurar a concreta existência desta defasagem, e, acaso existente, qual o índice devido. A propósito: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do índice decorrente do processo de liquidação deve adstringir-se ao decisum na ADI nº 2.323-MC/DF e na ADI nº 2.321/DF. 5) O término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público. 6) A irredutibilidade estipendial recomenda que se, em decorrência da reestruturação da carreira do servidor, a supressão da parcela dos 11,98%, ou em outro percentual obtido na liquidação, verificar-se com a redução da remuneração, o servidor fará jus a uma parcela remuneratória (VPNI) em montante necessário para que não haja uma ofensa ao princípio, cujo valor será absorvido pelos aumentos subsequentes. 7) A reestruturação dos cargos no âmbito do Poder Judiciário Federal decorreu do advento da Lei nº 10.475/2002, diploma legal cuja vigência deve servir de termo ad quem para o pagamento e incorporação dos 11,98% no âmbito do referido Poder. 8) Inconstitucionalidade. 9) Recurso extraordinário interposto pelo estado do Rio Grande do Norte conhecido e parcialmente provido, porquanto descabida a pretensa compensação do percentual devido ao servidor em razão da ilegalidade na conversão de Cruzeiros Reais em URV com aumentos supervenientes a título de reajuste e revisão de remuneração, restando, por outro lado, fixado que o referido percentual será absorvido no caso de reestruturação financeira da carreira, e declarada incidenter tantum a inconstitucionalidade da Lei n° 6.612, de 16 de maio de 1994, do estado do Rio Grande do Norte." (RE 561836, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 26/09/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-027 DIVULG 07-02-2014 PUBLIC 10-02-2014). Esse também é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça: ADMINISTRATIVO - SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL" REAJUSTE DE VENCIMENTOS. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/94. COMPROVAÇÃO DE PREJUÍZO. DATA DO EFETIVO PAGAMENTO. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA POR ARBITRAMENTO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. [...] 2. Ainda que superado o referido óbice, o aresto recorrido não destoa da jurisprudência desta Corte no sentido de que "somente em

liquidação de sentença há de se apurar a efetiva defasagem remuneratória devida aos servidores públicos decorrente do método de conversão aplicado pelo Município em confronto com a legislação federal, de modo a evitar eventual pagamento em duplicidade e o enriquecimento sem causa" (AgRg nos EDcl no REsp 1.237.530/SP, Rel. Ministro Cesar Asfor Rocha, Segunda Turma, julgado em 29/05/2012, DJe 13/06/2012)". 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no REsp 1564386/RJ, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/03/2016, DJe 29/03/2016). Afasto, portanto, a preliminar de impugnação ao valor da causa alegada pelo Município, eis que o valor atribuído à causa é meramente uma estimativa do valor a ser apurado em liquidação de sentença, pelas razões supramencionadas. Ante ao exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para condenar a parte requerida a incorporar à remuneração da parte autora o percentual a ser apurado em liquidação por arbitramento, decorrente da perda ocorrida na conversão da moeda de Cruzeiro Real para URV, devendo o reajuste incidir sobre todas as verbas percebidas pela parte autora no mencionado período, a qualquer título, inclusive férias (terço constitucional), gratificação natalina e qualquer vantagem ou benefício assegurado em decorrência de lei, nos termos da Lei Federal nº 8.880/94, com o consequente pagamento das diferenças que forem apuradas, observando-se o limite máximo de 11,98% e respeitada a prescrição quinquenal. Correção monetária pelos índices do IPCA-E e juros moratórios no percentual de 6% (seis por cento ao ano), a partir da citação válida, até a data da nova redação do artigo 1º- F da Lei n. 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960 de 29.06.2009, quando então deverão incidir os índices oficiais de remuneração básica e juros aplicáveis à caderneta de poupança. Determino a liquidação de sentença por arbitramento, a fim de apurar a existência de efetiva defasagem remuneratória do servidor e em sendo constatada a defasagem, aquilatar o percentual devido. Dada a sucumbência em maior proporção, condeno a parte ré ao reembolso das custas e despesas processuais adiantadas, bem como ao pagamento de honorários advocatícios cujo percentual, dada a iliquidez da sentença, será apurado oportunamente, nos termos do art. 85, § 4º, inciso II, do Código de Processo Civil. Extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do CPC. Sentença sujeita ao reexame necessário. P. R. I. C. Evandro Juarez Rodrigues Juiz de Direito Em substituição legal

Sentença Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1000302-60.2018.8.11.0111
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCOS ANTONIO DE ALMEIDA RIBEIRO OAB - MT5308-O (ADVOGADO(A))
MARCELO ALVARO CAMPOS DAS NEVES RIBEIRO OAB - MT15445-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
N. G. BERLANDA TARTARI DE SOUZA - ME (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EVANDRO JUAREZ RODRIGUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE MATUPÁ SENTENÇA Processo: 1000302-60.2018.8.11.0111. REQUERENTE: BANCO BRADESCO REQUERIDO: N. G. BERLANDA TARTARI DE SOUZA - ME Vistos. Trata-se de Ação de Busca e Apreensão de Alienação Fiduciária proposta pelo BANCO BRADESCO S.A. em face de N G BELANDA TARTARI DE SOUZA ME, ambos qualificados nos autos. No decorrer do procedimento, as partes formalizaram acordo, consoante petição inclusa. Formalizados autos, vieram conclusos para sentença. É o relatório do necessário. Fundamento e decido. Em análise dos autos, verifico que houve acordo extrajudicial entre as partes, as quais estabelecem espontaneamente sobre o objeto posto em litígio, razão pela qual requer a homologação do acordo e, em consequência, a extinção do feito. Assim sendo, como as partes apresentam ao Juízo solução pacificadora para o litígio, e sendo direito transigível, devida é a homologação por ato judicial. Nesse diapasão, inexistindo óbice legal, homologo por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo firmado entre os interessados nos autos, nos termos da inicial, com fulcro no artigo 200 do Código de Processo Civil. Julgo extinto por sentença o processo com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, III, "c", do Código de Processo Civil. Revogo eventuais constrições, razão por que determino a baixa de eventual gravame incluso, via RENAJUD. Custas processuais remanescentes, se houverem, pela parte requerida, conforme convencionado na petição de acordo. Transitada em julgado, arquivem-se os autos imediatamente. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Evandro Juarez Rodrigues Juiz de Direito Em substituição legal

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1000721-46.2019.8.11.0111
Parte(s) Polo Ativo:
PAMELA CRISTINA PATRIOTA CABRAL (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROSELUCIA RODRIGUES DE SOUZA OAB - MT16071/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EVANDRO JUAREZ RODRIGUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE MATUPÁ SENTENÇA Processo: 1000721-46.2019.8.11.0111. REQUERENTE: PAMELA CRISTINA PATRIOTA CABRAL REQUERIDO: BANCO DO BRASIL Vistos. Trata-se de Ação Declaratória de Ilegalidade c.c. Obrigação de Fazer c/c Obrigação de Não-Fazer proposta por PAMELA CRISTINA PATRIOTA CABRAL em face do BANCO DO BRASIL S.A., ambos qualificados nos autos. No decorrer do procedimento, a parte requerente requereu a extinção do feito por ausência superveniente do interesse de agir. Formalizados os autos, vieram conclusos para deliberação. É o relatório. Fundamento e decido. Tendo em vista que a parte requerente manifestou que não possui interesse no prosseguimento do feito, resta ao Juízo apenas a homologação de sua desistência. Posto isso, HOMOLOGO o pedido de desistência da ação para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, consoante inteligência do artigo 200, parágrafo único, do CPC, razão por que JULGO EXTINTO o processo sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil. Condeno a parte requerente ao pagamento de custas processuais, cuja exigibilidade está suspensa nos termos do artigo 98, §3º, do CPC. Transitada em julgado, arquivem-se os autos com as baixas e anotações pertinentes. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Evandro Juarez Rodrigues Juiz de Direito Em substituição legal

Sentença Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1000120-40.2019.8.11.0111
Parte(s) Polo Ativo:
BV FINANCEIRA S/A CREDITO- FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES OAB - MT11877-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LUIZ HENRIQUE SCAVONE (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EVANDRO JUAREZ RODRIGUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE MATUPÁ SENTENÇA Processo: 1000120-40.2019.8.11.0111. REQUERENTE: BV FINANCEIRA S/A CREDITO- FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO REQUERIDO: LUIZ HENRIQUE SCAVONE Vistos. Trata-se de BUSCA e APREENSÃO proposta pela BV FINANCEIRA S.A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO em face de LUIZ HENRIQUE SCAVONE, ambos qualificados nos autos. No decorrer do procedimento, a requerente noticiou a desistência da demanda, pugnando pela extinção do feito. Formalizado os autos, vieram conclusos para deliberação. É o relatório. Fundamento e decido. Tendo em vista que a parte requerente manifestou que não possui interesse no prosseguimento do feito, resta ao Juízo apenas a homologação de sua desistência. Posto isso, HOMOLOGO o pedido de desistência da ação para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, consoante inteligência do artigo 200, parágrafo único, do CPC, razão por que JULGO EXTINTO o processo sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil. Revogo eventuais constrições, via RENAJUD. Transitada em julgado, arquivem-se os autos com as baixas e anotações pertinentes. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Evandro Juarez Rodrigues Juiz de Direito Em substituição legal

Juizado Especial Cível e Criminal

Intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001046-21.2019.8.11.0111
Parte(s) Polo Ativo:
FERNANDA DE FIGUEIREDO TAVARES DE BRITO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ VIEIRA DE SOUZA OAB - MT11261-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MERCADOPAGO.COM REPRESENTACOES LTDA. (REQUERIDO)
NAILLA MAYARA MAGRI DE SOUZA 08960055930 (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1001046-21.2019.8.11.0111 POLO ATIVO:FERNANDA DE FIGUEIREDO TAVARES DE BRITO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: LUIZ VIEIRA DE SOUZA POLO PASSIVO: NAILLA MAYARA MAGRI DE SOUZA 08960055930 e outros FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: MATUPÁ - J.E - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Data: 11/03/2020 Hora: 13:00 , no endereço: AVENIDA HERMÍNIO OMETTO, 321, ZR 001, MATUPÁ - MT - CEP: 78525-000 . CUIABÁ, 12 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000953-58.2019.8.11.0111
Parte(s) Polo Ativo:
GRACIELA MATIAS NEKEL (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDREIA FERDINANDO VAREA OAB - MT0010641A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLEUSA MARISA MOSQUER DUTEL (RÉU)
Magistrado(s):
EVANDRO JUAREZ RODRIGUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE MATUPÁ DESPACHO Processo: 1000953-58.2019.8.11.0111. AUTOR(A): GRACIELA MATIAS NEKEL RÉU: CLEUSA MARISA MOSQUER DUTEL Vistos. Recebo a inicial. Cite-se a parte reclamada dos termos da peça inicial. Tendo em vista que a parte autora manifestou pelo desinteresse na realização da audiência de conciliação e, em observância ao artigo 334, § 4º, inciso I, do CPC, INTIME-SE a parte requerida para que se manifeste, expressamente, quanto ao desinteresse na composição consensual. Não havendo interesse da conciliação por ambas as partes, deverá a parte ré oferecer contestação por escrito no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de presumirem-se verdadeiros os fatos articulados na petição inicial. Após, volvam-me os autos conclusos. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Evandro Juarez Rodrigues Juiz de Direito Em substituição legal

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 67285 Nr: 1196-87.2017.811.0111
AÇÃO: Termo Circunstanciado->Procedimentos Investigatórios->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA:
PARTE(S) REQUERIDA(S): JOSE IDE TOREZZAN
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANA CAROLINA LENZI - OAB:13287/0-MT, Gefferson Cavalcanti Paixão - OAB:23125 O, PEDRO HENRIQUE GONÇALVES - OAB:11999
INTIMAÇÃO do(a) advogado(a) do autor do fato, JOSÉ IDE TOREZZAN, para comprovar nos autos o cumprimento da pena pecuniária, no prazo de 05 (cinco) dias.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Evandro Juarez Rodrigues
Cod. Proc.: 58162 Nr: 1231-18.2015.811.0111
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): GERSON LUIZ TURCATTO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: IVAINE MOLINA JUNIOR - OAB:21264/O
Código: 58192
Processo nº: 1231-18.2015.811.0111
Em razão da cumulação com duas Comarcas, este Magistrado tem proferido decisões e realizado audiências em processos de réus presos, infância e juventude e outros feitos urgentes.
Sendo assim, deixo de designar, por ora, audiência de instrução no presente feito.
AGUARDE-SE pela disponibilidade de pauta de audiência, permanecendo os autos no Cartório.
Cumpra-se, expedindo-se o necessário.
Matupá 09 de dezembro de 2019
Evandro Juarez Rodrigues
Juiz de Direito
Em substituição legal

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Evandro Juarez Rodrigues
Cod. Proc.: 59654 Nr: 68-66.2016.811.0111
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): SANDRO ALVES CAMELO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FERNANDA DE FREITAS ROSA - OAB:9.028-B/MT, LUCIOLA MORESCHI PASSANELI - OAB:21371/O
Código: 59654
Processo nº: 68-66.2016.811.0111
Em razão da cumulação com duas Comarcas, este Magistrado tem proferido decisões e realizado audiências em processos de réus presos, infância e juventude e outros feitos urgentes.
Sendo assim, deixo de designar, por ora, audiência de instrução no presente feito.
AGUARDE-SE pela disponibilidade de pauta de audiência, permanecendo os autos no Cartório.
Cumpra-se, expedindo-se o necessário.
Matupá 09 de dezembro de 2019
Evandro Juarez Rodrigues
Juiz de Direito
Em substituição legal

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Evandro Juarez Rodrigues
Cod. Proc.: 60654 Nr: 438-45.2016.811.0111
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): WALDIANA ROCHA DE SOUZA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FABIANE LEMOS MELO - OAB:MT 10569/O
Código: 60654
Processo nº: 438-45.2016.811.0111
Em razão da cumulação com duas Comarcas, este Magistrado tem proferido decisões e realizado audiências em processos de réus presos, infância e juventude e outros feitos urgentes.
Sendo assim, deixo de designar, por ora, audiência de instrução no presente feito.
AGUARDE-SE pela disponibilidade de pauta de audiência, permanecendo os autos no Cartório.
Cumpra-se, expedindo-se o necessário.
Matupá 09 de dezembro de 2019
Evandro Juarez Rodrigues
Juiz de Direito
Em substituição legal

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Evandro Juarez Rodrigues
Cod. Proc.: 60502 Nr: 393-41.2016.811.0111
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo->Procedimento

Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): JARBAS ALVES ALMEIDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: IVAINE MOLINA JUNIOR - OAB:21264/O
Código: 60502
Processo nº: 391-41.2019.811.0111
Em razão da cumulação com duas Comarcas, este Magistrado tem proferido decisões e realizado audiências em processos de réus presos, infância e juventude e outros feitos urgentes.
Sendo assim, deixo de designar, por ora, audiência de instrução no presente feito.
AGUARDE-SE pela disponibilidade de pauta de audiência, permanecendo os autos no Cartório.
Cumpra-se, expedindo-se o necessário.
Matupá 09 de dezembro de 2019
Evandro Juarez Rodrigues
Juiz de Direito
Em substituição legal

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Evandro Juarez Rodrigues
Cod. Proc.: 66979 Nr: 988-06.2017.811.0111
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ARIANA DOS SANTOS GALVÃO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: IVAINE MOLINA JUNIOR - OAB:21264/O
Código nº 66979.
Processo nº 988-06.2017.811.0111.
Vistos.
Ante o teor da manifestação de Ref.56, DEPRECO o interrogatório da acusada.
Para tanto, EXPEÇA-SE Carta Precatória para a Comarca de Nortelândia/MT, com a finalidade de realização do interrogatório de ARIANA DOS SANTOS GALVÃO.
CUMPRA-SE, expedindo o necessário.
Matupá/MT, 09 de dezembro de 2019.
Evandro Juarez Rodrigues
Juiz de Direito
Em substituição legal

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Evandro Juarez Rodrigues
Cod. Proc.: 67271 Nr: 1182-06.2017.811.0111
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): João Marcelino Maia
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: NILSON ALLAN RODRIGUES PORTELA - OAB:OAB/MT 17562
NOMEIO como DEFENSOR DATIVO do acusado, o advogado Nilson Allan Rodrigues Portela, a qual deverá ser intimado para atuar em defesa de João Marcelino Maia.Tomando em conta a natureza da causa, FIXO os honorários advocatícios em 05 (cinco) URH (Unidade Referencial De Honorário), de acordo com a tabela de honorários da OAB/MT.RECEBO a denúncia, nos termos que oferecida em Juízo, porque presentes os requisitos do artigo 41 do Código de Processo Penal, uma vez que descreve fato que, em princípio, configura crime, cuja materialidade e indícios de autoria foram demonstrados pelos documentos carreados aos autos de inquérito policial. Além disso, não verifico nenhuma das hipóteses de rejeição da denúncia previstas no art. 395 do Código de Processo Penal.A Defesa do acusado deverá responder à acusação por escrito, no prazo de dez (10) dias, CONSIGNANDO que na resposta poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário.Decorrido tal prazo, se não houver apresentação de resposta à acusação, volte-me conclusos. COMUNIQUE-SE o recebimento da denúncia aos órgãos de praxe (Cartório Distribuidor, Instituto de Identificação Criminal do Estado, INFOSEG, banco de dados de antecedentes criminais, bem como ao correspondente no âmbito federal e à Delegacia de Polícia, de onde proveio o procedimento inquisitorial respectivo, bem como a alimentação do banco de dados do Sistema Nacional de Informações Criminais – SINIC), nos termos do Art. 1.373, inciso III, da CNGC, CERTIFICANDO-SE as comunicações nos autos.CUMPRA-SE, COM URGÊNCIA.Matupá/MT, 09 de dezembro de 2019.Evandro Juarez RodriguesJuiz de DireitoEm substituição legal

Decisão

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1000039-62.2017.8.11.0111
Parte(s) Polo Ativo:
JOSIVALDO FELISARDO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
IVAINE MOLINA JUNIOR OAB - MT0021264-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JORGE LUCAS DE MELO E SILVA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EVANDRO JUAREZ RODRIGUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE MATUPÁ DECISÃO Processo: 1000039-62.2017.8.11.0111. EXEQUENTE: JOSIVALDO FELISARDO EXECUTADO: JORGE LUCAS DE MELO E SILVA Vistos. DEFIRO o pedido formulado pelo requerente (ID. 24379075). Para tanto, diligencie-se através do sistema INFOSEG a fim de obter informações sobre o endereço atualizado do requerido: JORGE LUCAS DE MELO E SILVA. Com a resposta, se localizado endereço do requerido diverso daquele constante dos autos, CITE-O nos termos da decisão de ID. 13080028. Se a resposta for negativa, intime-se a parte requerente para que, no prazo de 05 (cinco) dias, indique novo endereço do devedor, sob pena de arquivamento/extinção do feito. Cumpra-se, expedindo o necessário. Evandro Juarez Rodrigues Juiz de Direito Em substituição legal

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8010200-56.2010.8.11.0111
Parte(s) Polo Ativo:
RENATO BARBALHO DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE RIBEIRO JUNIOR OAB - MT0009410A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RAFAEL SGANZERLA DURAND OAB - MT12208-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EVANDRO JUAREZ RODRIGUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE MATUPÁ DECISÃO Processo: 8010200-56.2010.8.11.0111. REQUERENTE: RENATO BARBALHO DE SOUZA REQUERIDO: BANCO DO BRASIL S.A. Vistos. DEFIRO o pedido formulado à ID. 19365731. Para tanto, desarquive-se os autos e, INTIME-SE a parte requerida para se manifestar no que entender de direito, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de retorno dos autos ao arquivo. Não havendo manifestação no prazo acima estabelecido, certifique-se e, após arquive-se o feito. No mais, caso não haja habilitação do causídico, cadastre-se nos autos o advogado constituído pela parte ré, Dr. Rafael Sganzerla Durand – OAB/MT nº 12.208-A. Evandro Juarez Rodrigues Juiz de Direito Em substituição legal

Sentença

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8010079-18.2016.8.11.0111
Parte(s) Polo Ativo:
IVAINE MOLINA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
IVAINE MOLINA JUNIOR OAB - MT0021264-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLARO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
AOTORY DA SILVA SOUZA OAB - MS7785-A (ADVOGADO(A))

Magistrado(s):
DIEGO HARTMANN

ç ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE MATUPÁ SENTENÇA Processo: 8010079-18.2016.8.11.0111. REQUERENTE: IVAINE MOLINA REQUERIDO: CLARO S.A. Vistos. Dispensado o relatório, conforme permissão do artigo 38 da Lei n. 9.099/95. Pois bem. Ante o teor de ID. 24088961, considerando que as partes compuseram-se amigavelmente, HOMOLOGO o acordo. No mais, verifico que a parte requerida comprovou o pagamento do acordo efetuado. Nos termos do artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil "extingue-se a execução quando: II – a obrigação for satisfeita (...)". Ante o exposto, julgo extinta por sentença a execução com resolução de mérito, nos termos do artigo 924, II, do Código de Processo Civil. Transitada em julgado, arquivem-se os autos com as baixas e anotações necessárias. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Comunique-se. Evandro Juarez Rodrigues Juiz de Direito Em substituição legal

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8010085-59.2015.8.11.0111
Parte(s) Polo Ativo:
ANDERSON LUIZ DE ANDRADE BOIAN (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCIOLA MORESCHI PASSANELI OAB - MT21371/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL - AGENCIA DE MATUPA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA OAB - MT19081-A (ADVOGADO(A))
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EVANDRO JUAREZ RODRIGUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE MATUPÁ SENTENÇA Processo: 8010085-59.2015.8.11.0111. REQUERENTE: ANDERSON LUIZ DE ANDRADE BOIAN REQUERIDO: BANCO DO BRASIL - AGENCIA DE MATUPA Vistos. Dispensado o relatório, conforme permissão do artigo 38 da Lei n. 9.099/95. No decorrer do procedimento, a parte requerida noticiou o pagamento do débito (ID 26780359). A parte autora manifestou pela concordância do valor depositado, requerendo a liberação do valor depositado em Juízo (ID 27017192). Vieram-me os autos conclusos. É o breve relato. Fundamento e DECIDO Nos termos do artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil "extingue-se a execução quando: II – a obrigação for satisfeita (...)". Ante o exposto, julgo extinta por sentença a execução com resolução de mérito, nos termos do artigo 924, II, do Código de Processo Civil. Sem prejuízo, INTIME-SE a parte requerente, no endereço indicado à ID. 27017192, para que informe nos autos os dados bancários para transferência do valor. Após, DETERMINO a expedição de alvará judicial em favor da parte requerente, devendo constar os dados que serão fornecidos. Transitada em julgado, arquivem-se os autos com as baixas e anotações necessárias. Cumpra-se. Evandro Juarez Rodrigues Juiz de Direito Em substituição legal

Comarca de Nobres

Vara Única

Intimação

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000648-26.2019.8.11.0030
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA DE LOURDES BRODAI DOS SANTOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
VANESSA DE HOLANDA TANIGUT BASSI OAB - MT0010964A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE NOBRES DESPACHO Vistos, etc Analisando os autos verifico que a requerente não juntou aos autos cópia do indeferimento administrativo. Sendo assim intime-se a parte autora para que junte aos autos copia do indeferimento administrativo, haja vista ser um dos requesitos para ajuizamento da ação, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da inicial. Cumpra-se, expeça-se o necessário. NOBRES, 10 de dezembro de 2019. DIEGO HARTMANN Juiz(a) de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000579-91.2019.8.11.0030
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA JOSEFA DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
VANIA DOS SANTOS OAB - MT11332-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (RÉU)

DESPACHO Vistos etc. DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA A concessão do benefício da justiça gratuita está condicionada a comprovação do inciso LXXIV, art. 5º da Constituição Federal, a dizer, "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos". Neste sentido, a Lei nº 1.060 /50, em seu artigo 5º, caput, ressalva ao magistrado a possibilidade de afastar o benefício da justiça gratuita quando não forem cumpridos os requisitos legais e estiverem presentes fortes elementos capazes de contrariar a alegada presunção. No caso em análise a parte autora não demonstrou a sua hipossuficiência cingindo-se em pleitear a gratuidade da justiça. Tal alegação, por si só, não garante a aptidão de justificar a concessão do benefício. Sendo assim, intime-se o(a) requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, junte aos autos documentos que comprovem a sua hipossuficiência, sob pena de extinção do processo. Com o decurso do prazo, com ou sem manifestação, voltem-me os autos conclusos para deliberações. Cumpra-se, expedindo o necessário.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1000615-36.2019.8.11.0030
Parte(s) Polo Ativo:
RECON ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALYSSON TOSIN OAB - MG0086925A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FABRICIO FRANCA DE ALMEIDA (EXECUTADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE NOBRES Certidão Nos termos da Portaria n°12/2016 DF, desta comarca, designo audiência de conciliação para a data de 12/02/2020 às 10h00. NOBRES, 12 de dezembro de 2019. PABLO MURILLO COELHO LEAL Gestor(a) Judiciário(a) SEDE DO VARA ÚNICA DE NOBRES E INFORMAÇÕES: Fórum Dr. Péricles RondonPraça Gov. Júlio Campos, s/n, CENTRO, NOBRES - MT - CEP: 78460-000 TELEFONE: (65) 33761229

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000622-28.2019.8.11.0030
Parte(s) Polo Ativo:
LUCILENE FATIMA DO NASCIMENTO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ORLANDO MARTENS OAB - MT5782/B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (RÉU)

DESPACHO Vistos etc. DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA A concessão do benefício da justiça gratuita está condicionada a comprovação do inciso LXXIV, art. 5º da Constituição Federal, a dizer, "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos". Neste sentido, a Lei nº 1.060 /50, em seu artigo 5º, caput, ressalva ao magistrado a possibilidade de afastar o benefício da justiça gratuita quando não forem cumpridos os requisitos legais e estiverem presentes fortes elementos capazes de contrariar a alegada presunção. No caso em análise a parte autora não demonstrou a sua hipossuficiência cingindo-se em pleitear a gratuidade da justiça. Tal alegação, por si só, não garante a aptidão de justificar a concessão do benefício. Sendo assim, intime-se o(a) requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, junte aos autos documentos que comprovem a sua hipossuficiência, sob pena de extinção do processo. Com o decurso do prazo, com ou sem manifestação, voltem-me os autos conclusos para deliberações. Cumpra-se, expedindo o necessário.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000624-95.2019.8.11.0030
Parte(s) Polo Ativo:
JUVERCINA BOA MORTE DONATO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ORLANDO MARTENS OAB - MT5782/B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (RÉU)

DESPACHO Vistos etc. DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA A concessão do benefício da justiça gratuita está condicionada a comprovação do inciso LXXIV, art. 5º da Constituição Federal, a dizer, "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos". Neste sentido, a Lei nº 1.060 /50, em seu artigo 5º, caput, ressalva ao magistrado a possibilidade de afastar o benefício da justiça gratuita quando não forem cumpridos os requisitos legais e estiverem presentes fortes elementos capazes de contrariar a alegada presunção. No caso em análise a parte autora não demonstrou a sua hipossuficiência cingindo-se em pleitear a gratuidade da justiça. Tal alegação, por si só, não garante a aptidão de justificar a concessão do benefício. Sendo assim, intime-se o(a) requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, junte aos autos documentos que comprovem a sua hipossuficiência, sob pena de extinção do processo. Com o decurso do prazo, com ou sem manifestação, voltem-me os autos conclusos para deliberações. Cumpra-se, expedindo o necessário.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1000727-05.2019.8.11.0030
Parte(s) Polo Ativo:
JULIO ALVES DE LIMA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANTONIO FLAVIO DE OLIVEIRA OAB - MT19805/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE NOBRES DECISÃO Vistos etc. Trata-se de AÇÃO PREVIDENCIÁRIA. I – DO RECEBIMENTO DA INICIAL Recebo o pedido inicial, uma vez que preenche os requisitos dispostos no art. 319 do Código de Processo Civil. II – DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA Tendo em vista as informações de hipossuficiência da parte, defiro o pedido de gratuidade da justiça, ressalvada a possibilidade de impugnação/revogação. III – DO PLEITO LIMINAR Para a concessão da tutela antecipada é necessário o preenchimento de dois requisitos legais: a verossimilhança das alegações e o perigo de dano de difícil ou impossível reparação, caso se aguarde o provimento final da ação. No caso posto em exame, o autor, sem sombra de dúvida, demonstra o periculum in mora a autorizar a antecipação dos efeitos da tutela. Não nos escapa a urgência necessária na prestação da tutela jurisdicional em casos como o presente, ainda mais ao considerarmos o importante caráter social dos direitos ora veiculados. Contudo, no que tange à verossimilhança das alegações, verifico que a prova documental juntada aos autos, é suficiente, por si só, para que se antecipem os efeitos da tutela jurisdicional. Isto posto, DEFIRO o pedido de antecipação dos efeitos da tutela formulado pelo autor. IV – DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO A praxe e a própria experiência das conciliações a respeito da matéria versada nos presentes autos demonstra que a autarquia requerida não tem por hábito ou regra transacionar. Como de regra o INSS não faz transação, nem comparece às audiências, o que inviabilizaria eventual expediente conciliatório, que se resumiria em morosidade processual, atentando ainda contra os princípios da celeridade e da economia processual, mister que no momento da instrução será realizada a conciliação prévia. V – DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO Acerca da decisão junto ao Plenário do STF, de que se exige prévio requerimento administrativo antes de o segurado recorrer à Justiça para concessão de benefício previdenciário, verifico acostado aos autos o referido requerimento indeferido. VI – DA REALIZAÇÃO DE PERÍCIA Tendo em vista a necessidade de realização de perícia, nos termos do Ato Normativo 1607-53.2015.2.00.000 do CNJ, designe-se data para a perícia médica a ser realizada nas dependências deste Fórum. Para tanto, nomeio como perito o Dr. João Leopoldo Baçan. Considerando a necessidade de se manter FIXANDO a quantia de R$ 500,00 (quinhentos reais) a título de honorários periciais, nos termos da Resolução n.º 305/2014 do CJF. O exame médico consistirá na averiguação da condição física da parte autora, de seu quadro de saúde e do histórico clínico da enfermidade segundo os exames, atestados e relatórios médicos por ela apresentados, com elaboração de laudo ao final, detalhando todas as impressões colhidas. O Senhor perito deve ser advertido para responder com clareza e objetividade os quesitos formulados, devendo fornecer o laudo no prazo de 15 (quinze) dias, podendo pedir prorrogação desse lapso, se for essencialmente necessário, justificando por escrito essa situação, para apreciação judicial. A parte requerente deverá comparecer com carteira de trabalho, documentos pessoais, todos os exames (mesmos os antigos), receitas e declaração(ões) médica(s). Apresentado o laudo, REQUISITE-SE pagamento junto ao Diretor do Foro da Seção Judiciária de Mato Grosso (anexando cópia da presente nomeação), conforme ANEXO I da Resolução n. 305/2014 do CJF. Quesitos do Juízo: a) Queixa que o(a) periciado(a) apresenta no ato da perícia. b) Doença, lesão ou deficiência diagnosticada por ocasião da perícia (com CID). c) Causa provável da(s) doença/moléstia(s)/incapacidade. d) Doença/moléstia ou lesão decorrem do trabalho exercido? Justifique indicando o agente de risco ou agente nocivo causador. e) A doença/moléstia ou lesão decorrem de acidente de trabalho? Em caso positivo, circunstanciar o fato, com data e local, bem como se reclamou assistência médica e/ou hospitalar. f) Doença/moléstia ou lesão torna o(a) periciado(a) incapacitado(a) para o exercício do último trabalho ou atividade habitual? Justifique a resposta, descrevendo os elementos nos quais se baseou a conclusão. g) Sendo positiva a resposta ao quesito anterior, a incapacidade do(a) periciado(a) é de natureza permanente ou temporária? Parcial ou total? h) Data provável do início da(s) doença/lesão/moléstias(s) que acomete(m) o(a) periciado(a). i) Data provável de início da incapacidade identificada. Justifique. j) Incapacidade remonta à data de início da(s) doença/moléstia(s) ou decorre de progressão ou agravamento dessa patologia? Justifique. k) É possível afirmar se havia incapacidade entre a data do indeferimento ou da cessação do benefício administrativo e a data da realização da perícia judicial? Se positivo, justificar apontando os elementos para esta conclusão. l) Caso se conclua pela incapacidade parcial e permanente, é possível afirmar se o(a) periciado(a) está apto para o exercício de outra atividade profissional ou para a reabilitação? Qual atividade? m) Sendo positiva a existência de incapacidade total e permanente, o(a) periciado(a) necessita de assistência permanente de outra pessoa para as atividades diárias? A partir de quando? n) Qual ou quais são os exames clínicos, laudos ou elementos considerados para o presente ato médico pericial? o) O(a) periciado(a) está realizando tratamento? Qual a previsão de duração do tratamento? Há previsão ou foi realizado tratamento cirúrgico? O tratamento é oferecido pelo SUS? p) É possível estimar qual o tempo e o eventual tratamento necessários para que o(a) periciado(a) se recupere e tenha condições de voltar a exercer seu trabalho ou atividade habitual (data de cessação da incapacidade)? q) Preste o perito demais esclarecimentos que entenda serem pertinentes para melhor elucidação da causa. r) Pode o perito afirmar se existe qualquer indício ou sinais de dissimulação ou de exacerbação de sintomas? Responda apenas em caso afirmativo. Cientifique-se que o não comparecimento da parte autora ao exame pericial ou acarretará a extinção do processo por abandono. VII – DA CONTESTAÇÃO Com a juntada do laudo cite-se o requerido para que esse apresente contestação e manifestação a respeito do laudo, no prazo de 15 (quinze dias). Após, com ou sem manifestação da autarquia ré, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias. VIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS DETERMINO o que o INSS restabeleça o benefício do autor no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de multa que fixo em R$ 2.000,00 (dois mil Reais). Serve a presente decisão como ofício para encaminhamento do processo à Procuradoria do INSS, nos termos do art. 188 do CPC. Cumpra-se, expedindo o necessário. DIEGO HARTMANN Juiz(a) de Direito

Juizado Especial Cível e Criminal

Intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000517-51.2019.8.11.0030
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO JOSE DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Marcos Adriano Bocalan OAB - MT9566-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:

VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Nos termos da legislação vigente, intimo Vossa Senhoria parte autora para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar sobre os embargos de declaração id. 27306785.

Comarca de Nortelândia

Vara Única

Intimação

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1000417-93.2019.8.11.0031
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS OAB - PR8123-A (ADVOGADO(A))
THAIS DANIELA TUSSOLINI DE ALMEIDA OAB - MT21589-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VALDECI NOGUEIRA DE LIMA (EXECUTADO)
ADELINO ANTONIO DA SILVA (EXECUTADO)
MARIA DEVANI ARRAIS DE LIMA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
VICTOR LIMA PINTO COELHO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE NORTELÂNDIA DESPACHO Numero do Processo: 1000417-93.2019.8.11.0031 EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL SA EXECUTADO: ADELINO ANTONIO DA SILVA, VALDECI NOGUEIRA DE LIMA, MARIA DEVANI ARRAIS DE LIMA Vistos etc. DETERMINO, que seja realizada a intimação da parte autora para comprovar nos autos, o devido recolhimento das taxas e custas iniciais, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de cancelamento da distribuição e arquivamento do feito. Decorrido o aludido prazo, certifique-se. Após, retornem os autos conclusos ao gabinete para ulteriores deliberações. Cumpra-se. NORTELÂNDIA/MT, 12 de dezembro de 2019. VICTOR LIMA PINTO COELHO Juiz(a) de Direito

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Victor Lima Pinto Coelho
Cod. Proc.: 10813 Nr: 503-62.2011.811.0031
AÇÃO: Execução de Certidão de Crédito Judicial->Processo de Execução Trabalhista->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Elias Bernardo Souza
PARTE(S) REQUERIDA(S): Estado de Mato Grosso
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Elias Bernardo Souza - OAB:3898
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Procurador(a) do Estado - OAB:
Vistos etc.
Ante a petição de ref. 33, DETERMINO a intimação do exequente, para manifestação, no prazo de 05 dias, sob pena de preclusão.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Victor Lima Pinto Coelho
Cod. Proc.: 10815 Nr: 505-32.2011.811.0031
AÇÃO: Atos e expedientes->Outros Procedimentos->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Elias Bernardo Souza
PARTE(S) REQUERIDA(S): Estado de Mato Grosso
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Elias Bernardo Souza - OAB:3898
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Procurador(a) do Estado - OAB:
Vistos etc.
Ante a petição de ref. 15, DETERMINO a intimação do exequente, para manifestação, no prazo de 05 dias, sob pena de preclusão.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Victor Lima Pinto Coelho
Cod. Proc.: 34309 Nr: 108-31.2015.811.0031
AÇÃO: Execução Contra a Fazenda Pública->Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Elias Bernardo Souza
PARTE(S) REQUERIDA(S): Governo do Estado do Mato Grosso, ESTADO DE MATO GROSSO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Elias Bernardo Souza - OAB:3898
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Procurador(a) do Estado - OAB:
Vistos etc.
Ante a petição de ref. 68, DETERMINO a intimação do exequente, para manifestação, no prazo de 05 dias, sob pena de preclusão.
Cumpra-se.

Comarca de Nova Canaã do Norte

Vara Única

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 57865 Nr: 1819-20.2017.811.0090
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MARIA DE FÁTIMA DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MAURICIO RICARDO ALVES - OAB:15523
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Em conformidade com a Ordem de Serviço n. 001/2019 e nos termos do artigo 701, XVIII da CNGC impulsiono estes autos para que seja expedida intimação da parte requerente para que requeira o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 60279 Nr: 479-07.2018.811.0090
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MARCOS ANTONIO SANCHES
PARTE(S) REQUERIDA(S): CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NOVA CANAÃ DO NORTE-MT, ODAIR FORMIGONI
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: EDUARDO MOREIRA DE OLIVEIRA SILVA - OAB:22577/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Nos termos do artigo 701, XVIII da CNGC, impulsiono o presente feito com a finalidade de intimar a parte requerente para, no prazo legal, apresentar Impugnação à Constestação.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Fernando Kendi Ishikawa
Cod. Proc.: 45870 Nr: 2286-24.2012.811.0009
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MARIA DE FATIMA DAMASCENO OLIVEIRA
PARTE(S) REQUERIDA(S): SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S.A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: EDUARDO AUGUSTO BORDONI MANZEPPI - OAB:9203/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ - OAB:8506-A/MT
Vistos.
A fim de evitar eventual alegação de nulidade, bem como visando ao saneamento e ao encaminhamento da instrução do feito, em atendimento ao disposto nos arts. 9º e 10 do NCPC, intimem-se as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias:

a) Especificarem que provas pretendem produzir, estabelecendo relação clara e direta entre a prova pretendida e a questão de fato exposta na lide, de sorte a justificar sua adequação e pertinência;
b) Após cotejo da inicial, contestação, réplica e elementos documentais porventura já acostados ao feito, verificando se há matérias admitidas ou não impugnadas, indicarem que questões de direito entendem ainda controvertidas e relevantes para influenciar a decisão de mérito.
Decorrido o prazo sem manifestação, certifique-se.
Após, voltem-me os autos conclusos.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 62755 Nr: 1930-67.2018.811.0090
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGUROS S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): MARIA MADALENA NASCIMENTO, LUIS CLÁUDIO LUZINI MARCIANO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOSE CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS - OAB:273843
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Em conformidade com a Ordem de Serviço n. 001/2019 e nos termos do artigo 701, XVIII da CNGC, impulsiono o presente feito com a finalidade de intimar a parte requerente para que comprove o depósito da diligência do Senhor Oficial de Justiça no prazo de 05 (cinco) dias.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Fernando Kendi Ishikawa
Cod. Proc.: 36306 Nr: 15-27.2011.811.0090
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: OLIVEIRA SOUSA ALMEIDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): ANITA CALÇADOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: REGIS RODRIGUES RIBEIRO - OAB:OAB/MT 4936
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: BRUNO RUSSI SILVA - OAB:11298, José Sebastião Espindola - OAB:OAB/MS 4114, LAUDEMAR PEREIRA DA SILVA JUNIOR - OAB:9.415
Vistos.
Trata-se de cumprimento de sentença proposto por OLIVEIRA SOUZA ALMEIDA em desfavor de ANITA CALÇADOS.
Devidamente intimada da realização do bloqueio e penhora, a parte executada deixou transcorrer o prazo sem se manifestar, consoante certidão de fl. 210.
Daí a parte exequente pugnou pela transferência dos valores depositados (fl. 211).
Ante o exposto, defiro o(s) pedido(s) formulado(s) e, ante o cumprimento integral da obrigação pela parte executada e a ausência de outros requerimentos pela parte exequente, declaro EXTINTA A EXECUÇÃO, nos termos dos artigos 924, inciso II, e 925, ambos do Novo Código de Processo Civil.
Proceda a Secretaria Judicial com as providências necessárias ao levantamento do valor penhorado e vinculado a este processo à parte exequente, transferindo-o à conta indicada.
Após o encaminhamento do alvará judicial ao Departamento da Conta Única, aguarde-se o prazo de 05 (cinco) dias.
Em nada sendo requerido, arquivem-se os autos com as baixas e anotações necessárias, observando-se em tudo a novel CNGC.
Fica dispensado o registro da sentença, providência efetivada com a própria inserção no sistema informatizado APOLO/PJE/TJMT, nos termos do art. 317, § 4º, da CNGC/MT.
Publique-se. Intime(m)-se.
Cumpra-se, expedindo-se o necessário.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Fernando Kendi Ishikawa
Cod. Proc.: 57686 Nr: 1699-74.2017.811.0090
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: RMC
PARTE(S) REQUERIDA(S): FDAC
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JORGE AUGUSTO TREVELIN - OAB:16.910-B, JULIANE ANDRADE PEREIRA - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.A parte requerida impugnou a gratuidade da justiça concedida à parte autora. Todavia, verifica-se que não foi lhe dada a oportunidade de demonstrar a alegada hipossuficiência.Assim, malgrado a presunção de veracidade da declaração de hipossuficiência seja assegurada pelo art. 99, § 3º, do NCPC, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu art. 5º, inciso LXXIV, prevê que tal benefício será concedido para aqueles que comprovarem a insuficiência de recursos:"Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que COMPROVAREM insuficiência de recursos;" (sem destaques no original). Assim, intime-se-a, por meio de seu procurador, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, comprove o alegado, acostando aos autos cópia de carteira de trabalho/holerite, extrato de movimentação de conta bancária dos últimos 03 (três) meses e/ou declaração atualizada do imposto de renda (IRPF), a fim de se aferir eventual hipossuficiência. Além disso, em se tratando de pessoa casada ou união estável, necessário se faz a juntada dos mesmos comprovantes acima declinados do cônjuge ou companheiro.

Juizado Especial Cível e Criminal

Intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000130-50.2019.8.11.0090
Parte(s) Polo Ativo:
ELCIO ROSA BERNARDES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANILO GALADINOVIC ALVIM OAB - MT0014371A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Banco OLÉ CONSIGNADO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EUGENIO COSTA FERREIRA DE MELO OAB - MG103082-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE SENTENÇA Processo: 1000130-50.2019.8.11.0090. REQUERENTE: ELCIO ROSA BERNARDES REQUERIDO: BANCO OLÉ CONSIGNADO I – RELATÓRIO Dispenso o relatório, em atenção ao que dispõe o art. 38 da Lei 9.099/95. II – FUNDAMENTAÇÃO Estão presentes as condições da ação e os pressupostos processuais, ausentes vícios de qualquer ordem e sendo desnecessária a produção probatória em audiência, o processo está apto a julgamento. Com isso, passo à incursão no mérito da demanda, com base no art. 330, I, do CPC. Trata-se de RECLAMAÇÃO CÍVEL proposta por ELCIO ROSA BERNARDES em face de BANCO OLÉ BONSUCESSO CONSIGNADO S.A. Sustenta a parte autora que é beneficiária do INSS e que está sendo descontada em seu benefício valores referentes ao contrato número 850808056-4, 850913621-7 e 850913621-71, desde 04 de novembro de 2015, e que foram descontados valores mensais que totalizam R$1.896,72 (um mil oitocentos e noventa e seis reais e setenta e dois centavos), visto que não contratou o cartão de crédito consignado. O pedido da parte autora não merece ser acolhido. É que o demandante não se desincumbiu de seu ônus probatório subjetivo, nos termos do art. 333, I, do CPC, inexistindo, no particular, demonstração da conduta abusiva a responsabilizar a acionada. E, tendo a parte ré juntado aos autos contrato em que consta a assinatura, bem como documentos pessoais apresentados no ato da contratação, TED comprovando a transferência dos valores e fatura, é que demonstram que existe relação jurídica entre as partes e o débito é devido, não importando se o cartão de crédito consignado permite o saque, visto que muitos cartões de crédito já autorizam esta modalidade. Portanto, forçoso reconhecer a ausência de elementos para declarar a inexistência da dívida e, por conseguinte, ausentes os requisitos necessários à configuração da responsabilidade civil. Como é sabido, a prova incumbe a quem alega, não havendo prova do alegado deve a ação ser julgada improcedente, pois o ônus da prova incumbe ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito, conforme o

disposto no artigo 373, inciso I, do Novo Código de Processo Civil. Essas premissas forçam reconhecer que a existência de negócio jurídico restou incontroversa, como também a legitimidade da cobrança que ocasionou a inscrição restritiva. Assim, tenho que a hipótese é de improcedência dos pedidos da inicial. III – DISPOSITIVO Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE a pretensão contida na inicial, extinguindo-se o processo com resolução do mérito, com fundamento no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Sem custas processuais e honorários advocatícios (art. 54 e art. 55 da lei nº 9.099/95). Transitada em julgado, ao arquivo, com as devidas baixas. Sentença Publicada no PJE. Submeto os autos ao M.M. Juiz Togado para apreciação e posterior homologação, nos termos do art. 40 da Lei 9.099/95. Gláucia Águeda da Silva Magalhães Juíza Leiga Vistos etc. HOMOLOGO, para que surtam seus efeitos legais, a decisão exarada por juiz leigo conforme Lei n°9099/95. Cumpra-se expedindo o necessário com as cautelas de estilo.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000240-83.2018.8.11.0090
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA BARROSO SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIANO GALADINOVIC ALVIM OAB - MT0017010A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE SENTENÇA Processo: 1000240-83.2018.8.11.0090. REQUERENTE: MARIA BARROSO SILVA REQUERIDO: BANCO BRADESCO I – RELATÓRIO Dispenso o relatório, em atenção ao que dispõe o art. 38 da Lei 9.099/95. II – FUNDAMENTAÇÃO Estão presentes as condições da ação e os pressupostos processuais, ausentes vícios de qualquer ordem e sendo desnecessária a produção probatória em audiência, o processo está apto a julgamento. Com isso, passo à incursão no mérito da demanda, com base no art. 330, I, do CPC. Trata-se de RECLAMAÇÃO CÍVEL proposta por MARIA BARROSO SILVA em face de BANCO BRADESCO S.A. Sustenta a parte autora que é beneficiária do INSS e que está sendo descontada indevidamente em seu benefício valores referentes ao empréstimo consignado contrato número 763575712, sendo descontado o valor total de R$ 1.630,54 (um mil seiscentos e trinta reais e cinquenta e quatro centavos), desde de 7 de novembro de 2013. O pedido da parte autora não merece ser acolhido. É que o demandante não se desincumbiu de seu ônus probatório subjetivo, nos termos do art. 333, I, do CPC, inexistindo, no particular, demonstração da conduta abusiva a responsabilizar a acionada. E, tendo a parte ré juntado aos autos contrato datado de 06/06/2013 (rodapé do contrato) em que consta a assinatura da parte autora, bem como documentos pessoais apresentados no ato da contratação, é que demonstram que existe relação jurídica entre as partes e o débito é devido. Portanto, forçoso reconhecer a ausência de elementos para declarar a inexistência da dívida e, por conseguinte, ausentes os requisitos necessários à configuração da responsabilidade civil. Como é sabido, a prova incumbe a quem alega, não havendo prova do alegado deve a ação ser julgada improcedente, pois o ônus da prova incumbe ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito, conforme o disposto no artigo 373, inciso I, do Novo Código de Processo Civil. Essas premissas forçam reconhecer que a existência de negócio jurídico restou incontroversa, como também a legitimidade da cobrança. Assim, tenho que a hipótese é de improcedência dos pedidos da inicial. III – DISPOSITIVO Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE a pretensão contida na inicial, extinguindo-se o processo com resolução do mérito, com fundamento no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Sem custas processuais e honorários advocatícios (art. 54 e art. 55 da lei nº 9.099/95). Transitada em julgado, ao arquivo, com as devidas baixas. Sentença Publicada no PJE. Submeto os autos ao M.M. Juiz Togado para apreciação e posterior homologação, nos termos do art. 40 da Lei 9.099/95. Gláucia Águeda da Silva Magalhães Juíza Leiga Vistos etc. HOMOLOGO, para que surtam seus efeitos legais, a decisão exarada por juiz leigo conforme Lei n°9099/95. Cumpra-se expedindo o necessário com as cautelas de estilo.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000280-65.2018.8.11.0090
Parte(s) Polo Ativo:
ALCIDES VICENTE DA SILVA (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANILO GALADINOVIC ALVIM OAB - MT0014371A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Banco OLÉ CONSIGNADO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EUGENIO COSTA FERREIRA DE MELO OAB - MG103082-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE SENTENÇA Processo: 1000280-65.2018.8.11.0090. INTERESSADO: ALCIDES VICENTE DA SILVA REQUERIDO: BANCO OLÉ CONSIGNADO I – RELATÓRIO Dispenso o relatório, em atenção ao que dispõe o art. 38 da Lei 9.099/95. II – FUNDAMENTAÇÃO Estão presentes as condições da ação e os pressupostos processuais, ausentes vícios de qualquer ordem e sendo desnecessária a produção probatória em audiência, o processo está apto a julgamento. Com isso, passo à incursão no mérito da demanda, com base no art. 330, I, do CPC. Trata-se de RECLAMAÇÃO CÍVEL proposta por ALCIDES VICENTE DA SILVA em face de BANCO OLÉ BONSUCESSO CONSIGNADO S.A. Sustenta a parte autora que é beneficiária do INSS e que está sendo descontada em seu benefício valores referentes aos contratos números 851422762-1, 851451348-3 e 851451348-31, desde 11 de fevereiro de 2016, descontados até o momento o valor de R$1.626,55(um mil seiscentos e vinte e seis reais e cinquenta e cinco centavos), visto que não contratou o cartão de crédito consignado. O pedido da parte autora não merece ser acolhido. É que o demandante não se desincumbiu de seu ônus probatório subjetivo, nos termos do art. 333, I, do CPC, inexistindo, no particular, demonstração da conduta abusiva a responsabilizar a acionada. E, tendo a parte ré juntado aos autos contrato em que consta a assinatura da parte autora, bem como documentos pessoais apresentados no ato da contratação, TED comprovando a transferência dos valores e fatura, é que demonstram que existe relação jurídica entre as partes e o débito é devido, não importando se o cartão de crédito consignado permite o saque, visto que muitos cartões de crédito já autorizam esta modalidade. Portanto, forçoso reconhecer a ausência de elementos para declarar a inexistência da dívida e, por conseguinte, ausentes os requisitos necessários à configuração da responsabilidade civil. Como é sabido, a prova incumbe a quem alega, não havendo prova do alegado deve a ação ser julgada improcedente, pois o ônus da prova incumbe ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito, conforme o disposto no artigo 373, inciso I, do Novo Código de Processo Civil. Essas premissas forçam reconhecer que a existência de negócio jurídico restou incontroversa, como também a legitimidade da cobrança. Assim, tenho que a hipótese é de improcedência dos pedidos da inicial. III – DISPOSITIVO Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE a pretensão contida na inicial, extinguindo-se o processo com resolução do mérito, com fundamento no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Sem custas processuais e honorários advocatícios (art. 54 e art. 55 da lei nº 9.099/95). Transitada em julgado, ao arquivo, com as devidas baixas. Sentença Publicada no PJE. Submeto os autos ao M.M. Juiz Togado para apreciação e posterior homologação, nos termos do art. 40 da Lei 9.099/95. Gláucia Águeda da Silva Magalhães Juíza Leiga Vistos etc. HOMOLOGO, para que surtam seus efeitos legais, a decisão exarada por juiz leigo conforme Lei n°9099/95. Cumpra-se expedindo o necessário com as cautelas de estilo.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000239-98.2018.8.11.0090
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA SOARES RESENDE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIANO GALADINOVIC ALVIM OAB - MT0017010A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE SENTENÇA Processo:

1000239-98.2018.8.11.0090. REQUERENTE: MARIA SOARES RESENDE REQUERIDO: BANCO BRADESCO Vistos. I - RELATÓRIO Dispenso o relatório, em atenção ao que dispõe o art. 38 da Lei 9.099/95. II - FUNDAMENTAÇÃO II.1 - Da gratuidade da justiça A alegada hipossuficiência da parte autora não restou demonstrada. Malgrado a presunção de veracidade da declaração de hipossuficiência seja assegurada pelo art. 99, § 3º, do NCPC, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu art. 5º, inciso LXXIV, prevê que tal benefício será concedido para aqueles que comprovarem a insuficiência de recursos: "Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que COMPROVAREM insuficiência de recursos;" (sem destaques no original). Nesse sentir, o Enunciado nº 116 do FONAJE prevê que o magistrado poderá, de ofício, exigir que a parte comprove a insuficiência de recursos para a concessão da gratuidade da justiça: "ENUNCIADO 116 - O Juiz poderá, de ofício, exigir que a parte comprove a insuficiência de recursos para obter a concessão do benefício da gratuidade da justiça (art. 5º, LXXIV, da CF), uma vez que a afirmação da pobreza goza apenas de presunção relativa de veracidade (XX Encontro – São Paulo/SP)." E o Enunciado nº 11 do XV ENCONTRO DE JUÍZES DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO traz a mesma diretriz: "ENUNCIADO 11 - Na concessão da gratuidade de justiça é recomendável que o juiz analise a efetiva comprovação das circunstâncias que a ensejam, nos termos do artigo 5º, inciso LXXIV da Constituição Federal (APROVADO XII ENCONTRO – CUIABÁ)." Assim, intime-a, por meio de seu advogado ou pessoalmente, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, comprove o alegado, acostando aos autos cópia de carteira de trabalho/holerite, extrato de movimentação de conta bancária dos últimos 03 (três) meses ou declaração atualizada do imposto de renda (IRPF), a fim de se aferir eventual hipossuficiência. Além disso, em se tratando de pessoa casada ou união estável, necessário se faz a juntada dos mesmos comprovantes acima declinados do cônjuge ou companheiro. É que a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso adota o limite de renda familiar mensal líquida de 03 (três) salários mínimos para a presunção legal de hipossuficiência, nos termos do art. 1º, "caput", da Resolução nº 90/2017-CSDP, podendo ser elastecida para até 05 (cinco) salários mínimos quando mais de uma pessoa contribuir para ela, na forma dos §§ 1º e 2º, observadas as demais disposições dos §§ 3º a 5º e 7º, todos da referida disposição normativa: "Artigo 1º. Será presumido hipossuficiente de recursos, para fins de assistência jurídica pela Defensoria Pública, aquele que comprovar renda mensal familiar líquida de até três salários mínimos. § 1º. Renda familiar mensal é a soma dos rendimentos auferidos mensalmente pela entidade familiar, composta pelo casal e filhos que contribuam para o sustento do lar. § 2º. Quando mais de uma pessoa contribuir para a renda familiar líquida, o parâmetro para a atuação da Defensoria Pública será de até cinco salários mínimos. § 3º. Para aferição da renda familiar líquida deverão ser deduzidas as parcelas referentes ao INSS, ao Imposto de Renda e aos valores concedidos por programas oficiais de transferência de renda e de benefícios assistenciais. § 4º. Não serão computados para o fim de se aferir a renda mensal familiar os filhos maiores de idade e outros parentes que estejam residindo temporariamente na casa dos interessados. § 5º. Na hipótese de duas ou mais famílias residirem no mesmo teto, mas com despesas separadas, cada uma delas que buscar os serviços da Defensoria Pública deverá ser analisada separadamente para efeitos de aferimento da renda mensal familiar. § 7º. Havendo possibilidade de solução consensual do conflito, judicial ou extrajudicialmente, o limite previsto no caput e no § 2º será aferido apenas em relação à pessoa física que originalmente procurou o atendimento". Equânime, proporcional e razoável a adoção por este Juízo dos parâmetros estipulados para a atuação do órgão constitucional que tem por escopo a defesa dos necessitados, na forma do art. 134, "caput", da CRFB/88, de modo a se aferir pela concessão ou não da gratuidade da justiça. Acrescenta-se que para sanar quaisquer dúvidas, este Juízo efetuará pesquisas pelos Sistemas RENAJUD, BACENJUD, INFOJUD, CAGED e CEI, inclusive com acesso aos dados da Receita Federal. Sem a comprovação, a inicial será recebida ou o processo terá seu regular prosseguimento independentemente de custas, taxas ou despesas, na forma do art. 54 da Lei 9.099/95, mas, em caso de interposição de recurso, o preparo compreenderá todas as despesas processuais, inclusive as dispensadas em primeiro grau de jurisdição, exatamente como manda o parágrafo único do citado dispositivo legal: "Art. 54. O acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Parágrafo único. O preparo do recurso, na forma do § 1º do art. 42 desta Lei, compreenderá todas as despesas processuais, inclusive aquelas dispensadas em primeiro grau de jurisdição, ressalvada a hipótese de assistência judiciária gratuita." II.2 - Do mérito Estão presentes as condições da ação e os pressupostos processuais, ausentes vícios de qualquer ordem e sendo desnecessária a produção probatória em audiência, o processo está apto a julgamento. Não há arguições preliminares ou prejudiciais a serem analisadas. Com isso, passo à incursão no mérito da demanda, com base no art. 355, inciso I, do NCPC. Trata-se de RECLAMAÇÃO proposta por MARIA SOARES RESENDE em desfavor de BANCO BRADESCO S/A em que alega que está sendo descontada em seu benefício previdenciário referente a um cartão de crédito consignado que não contratou. E os pedidos formulados pela parte autora não merecem acolhimento. É que ela não se desincumbiu de seu ônus probatório subjetivo, nos termos do art. 373, inciso I, do NCPC, inexistindo, no particular, demonstração da conduta abusiva a responsabilizar a parte acionada. Para que se possa falar em eventual inversão do ônus da prova nos termos da legislação consumerista, é indispensável que a parte reclamante apresente um mínimo de lastro probatório sobre os fatos constitutivos de seu direito, a fim de respaldar a verossimilhança de suas alegações, o que não ocorreu no caso vertente, haja vista que a assertiva poderia ser corroborada por meios administrativos para a resolução extrajudicial do problema como protocolos seja perante a respectiva empresa, seja perante o serviço de atendimento ao consumidor, seja perante a ouvidoria, seja perante agências reguladoras ou instituições de controle (ANATEL, ANEEL, ANCINE, ANAC, ANTAQ, ANTT, ANP, ANVISA, ANS, ANA, ANM, Comissão de Valores Mobiliários e Banco Central do Brasil). No respeitante: "AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CONSUMIDOR. (...) INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. (...) 1. É firme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que a inversão do ônus da prova fica a critério do juiz, segundo apreciação dos aspectos de verossimilhança da alegação do consumidor e de sua hipossuficiência, conceitos intrinsecamente ligados ao conjunto fático-probatório dos autos delineado nas instâncias ordinárias, cujo reexame é vedado em sede especial. Precedentes. 2. O acórdão entendeu que não se juntou à inicial nenhum documento que comprovasse uma mínima prova de fato constitutivo do direito dos recorrentes, inexistindo qualquer verossimilhança a ensejar a inversão do ônus probatório. (...)" (AgRg no REsp 1335475/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 23/10/2012, DJe 06/11/2012). E a exigência de evidências mais concretas a respeito da controvérsia propalada pela parte autora faz-se necessária em razão das inúmeras ações inidôneas e/ou fraudulentas que foram propostas nesta região, a exemplo das seguintes: 1000282-84.2018.8.11.0009 (Colíder); 1000289-13.2017.8.11.0009 (Colíder); 1000645-71.2018.8.11.0009 (Colíder); 1000648-26.2018.8.11.0009 (Colíder); 1000649-11.2018.8.11.0009 (Colíder); 1000650-93.2018.8.11.0009 (Colíder); 1001654-05.2017.8.11.0009 (Colíder); 1001958-04.2017.8.11.0009 (Colíder); 8020011-79.2015.8.11.0009 (Colíder); 1000038-09.2018.8.11.0090 (Nova Canaã do Norte); 1000039-91.2018.8.11.0090 (Nova Canaã do Norte); 1000040-76.2018.8.11.0090 (Nova Canaã do Norte); 1000042-46.2018.8.11.0090 (Nova Canaã do Norte); 1000044-16.2018.8.11.0090 (Nova Canaã do Norte); 1000045-98.2018.8.11.0090 (Nova Canaã do Norte); 1000046-83.2018.8.11.0090 (Nova Canaã do Norte); 1000048-53.2018.8.11.0090 (Nova Canaã do Norte); 1000049-38.2018.8.11.0090 (Nova Canaã do Norte); 1000050-23.2018.8.11.0090 (Nova Canaã do Norte). É que, com a possibilidade da inversão do ônus da prova, o que antes era uma situação cômoda e abusiva por parte das grandes empresas e corporações pela distribuição estática do ônus da prova, o que colocava o consumidor em situação de desvantagem, agora virou instrumento de abuso por alguns destes (consumidores e advogados), que se aproveitam muitas vezes da desorganização de fornecedores de produtos e bens e prestadores serviços e da impossibilidade material de se defenderem de forma articulada em todas as comarcas do país, de norte a sul, de leste a oeste, implicando, assim, a perda da causa judicial quando havia contrato legítimo

entre as partes, como nos casos acima mencionados, fenômeno conhecido como "indústria do dano moral". III - DISPOSITIVO Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos formulados na inicial, e o faço com resolução do mérito, a teor do que dispõe o art. 487, inciso I, do NCPC. IV - DISPOSIÇÕES FINAIS Intime-se a parte autora, por meio de seu advogado ou pessoalmente, a respeito desta decisão e para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove a hipossuficiência alegada, acostando aos autos cópia de carteira de trabalho/holerite, extrato de movimentação de conta bancária dos últimos 03 (três) meses ou declaração atualizada do imposto de renda (IRPF), própria e do respectivo cônjuge ou companheiro(a), em caso de casamento ou união estável, a fim de se aferir eventual hipossuficiência. Sem custas processuais e honorários advocatícios (arts. 54 e 55 da Lei 9.099/95). Sentença Publicada no PJE. Intimem-se. Cumpra-se. Transitada em julgado, ao arquivo, com as devidas baixas. Submeto os autos ao M.M. Juiz Togado para apreciação e posterior homologação, nos termos do art. 40 da Lei 9.099/95. Gláucia Águeda da Silva Magalhães Juíza Leiga Vistos etc. HOMOLOGO, para que surtam seus efeitos legais, a decisão exarada por juiz leigo conforme Lei n°9099/95. Cumpra-se expedindo o necessário com as cautelas de estilo.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000098-45.2019.8.11.0090
Parte(s) Polo Ativo:
CORINA LINS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANILO GALADINOVIC ALVIM OAB - MT0014371A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO CETELEM S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE SENTENÇA Processo: 1000098-45.2019.8.11.0090. REQUERENTE: CORINA LINS REQUERIDO: BANCO CETELEM S.A. Vistos. I - RELATÓRIO Dispenso o relatório, em atenção ao que dispõe o art. 38 da Lei 9.099/95. II - FUNDAMENTAÇÃO II.1 - Da gratuidade da justiça A alegada hipossuficiência da parte autora não restou demonstrada. Malgrado a presunção de veracidade da declaração de hipossuficiência seja assegurada pelo art. 99, § 3º, do NCPC, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu art. 5º, inciso LXXIV, prevê que tal benefício será concedido para aqueles que comprovarem a insuficiência de recursos: "Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que COMPROVAREM insuficiência de recursos;" (sem destaques no original). Nesse sentir, o Enunciado nº 116 do FONAJE prevê que o magistrado poderá, de ofício, exigir que a parte comprove a insuficiência de recursos para a concessão da gratuidade da justiça: "ENUNCIADO 116 - O Juiz poderá, de ofício, exigir que a parte comprove a insuficiência de recursos para obter a concessão do benefício da gratuidade da justiça (art. 5º, LXXIV, da CF), uma vez que a afirmação da pobreza goza apenas de presunção relativa de veracidade (XX Encontro – São Paulo/SP)." E o Enunciado nº 11 do XV ENCONTRO DE JUÍZES DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO traz a mesma diretriz: "ENUNCIADO 11 - Na concessão da gratuidade de justiça é recomendável que o juiz analise a efetiva comprovação das circunstâncias que a ensejam, nos termos do artigo 5º, inciso LXXIV da Constituição Federal (APROVADO XII ENCONTRO – CUIABÁ)." Assim, intime-a, por meio de seu advogado ou pessoalmente, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, comprove o alegado, acostando aos autos cópia de carteira de trabalho/holerite, extrato de movimentação de conta bancária dos últimos 03 (três) meses ou declaração atualizada do imposto de renda (IRPF), a fim de se aferir eventual hipossuficiência. Além disso, em se tratando de pessoa casada ou união estável, necessário se faz a juntada dos mesmos comprovantes acima declinados do cônjuge ou companheiro. É que a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso adota o limite de renda familiar mensal líquida de 03 (três) salários mínimos para a presunção legal de hipossuficiência, nos termos do art. 1º, "caput", da Resolução nº 90/2017-CSDP, podendo ser elastecida para até 05 (cinco) salários mínimos quando mais de uma pessoa contribuir para ela, na forma dos §§ 1º e 2º, observadas as demais disposições dos §§ 3º a 5º e 7º, todos da referida disposição normativa: "Artigo 1º. Será presumido hipossuficiente de recursos, para fins de assistência jurídica pela Defensoria Pública, aquele que comprovar renda mensal familiar líquida de até três salários mínimos. § 1º. Renda familiar mensal é a soma dos rendimentos auferidos mensalmente pela entidade familiar, composta pelo casal e filhos que contribuam para o sustento do lar. § 2º. Quando mais de uma pessoa contribuir para a renda familiar líquida, o parâmetro para a atuação da Defensoria Pública será de até cinco salários mínimos. § 3º. Para aferição da renda familiar líquida deverão ser deduzidas as parcelas referentes ao INSS, ao Imposto de Renda e aos valores concedidos por programas oficiais de transferência de renda e de benefícios assistenciais. § 4º. Não serão computados para o fim de se aferir a renda mensal familiar os filhos maiores de idade e outros parentes que estejam residindo temporariamente na casa dos interessados. § 5º. Na hipótese de duas ou mais famílias residirem no mesmo teto, mas com despesas separadas, cada uma delas que buscar os serviços da Defensoria Pública deverá ser analisada separadamente para efeitos de aferimento da renda mensal familiar. § 7º. Havendo possibilidade de solução consensual do conflito, judicial ou extrajudicialmente, o limite previsto no caput e no § 2º será aferido apenas em relação à pessoa física que originalmente procurou o atendimento". Equânime, proporcional e razoável a adoção por este Juízo dos parâmetros estipulados para a atuação do órgão constitucional que tem por escopo a defesa dos necessitados, na forma do art. 134, "caput", da CRFB/88, de modo a se aferir pela concessão ou não da gratuidade da justiça. Acrescenta-se que para sanar quaisquer dúvidas, este Juízo efetuará pesquisas pelos Sistemas RENAJUD, BACENJUD, INFOJUD, CAGED e CEI, inclusive com acesso aos dados da Receita Federal. Sem a comprovação, a inicial será recebida ou o processo terá seu regular prosseguimento independentemente de custas, taxas ou despesas, na forma do art. 54 da Lei 9.099/95, mas, em caso de interposição de recurso, o preparo compreenderá todas as despesas processuais, inclusive as dispensadas em primeiro grau de jurisdição, exatamente como manda o parágrafo único do citado dispositivo legal: "Art. 54. O acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Parágrafo único. O preparo do recurso, na forma do § 1º do art. 42 desta Lei, compreenderá todas as despesas processuais, inclusive aquelas dispensadas em primeiro grau de jurisdição, ressalvada a hipótese de assistência judiciária gratuita." II.2 - Do mérito Estão presentes as condições da ação e os pressupostos processuais, ausentes vícios de qualquer ordem e sendo desnecessária a produção probatória em audiência, o processo está apto a julgamento. Não há arguições preliminares ou prejudiciais a serem analisadas. Com isso, passo à incursão no mérito da demanda, com base no art. 355, inciso I, do NCPC. Trata-se de Reclamação proposta por CORINA LINS DA LUZ em face de BANCO CELETEMS.A em que alega que está sendo cobrada por um cartão de crédito consignado, contrato n. 97-818664882/16, desde 17 de maio de 2016, sendo descontado até o momento o valor de R$ 1.421,02(um mil quatrocentos e vinte e um reais e dois centavos). E os pedidos formulados pela parte autora não merecem acolhimento. É que ela não se desincumbiu de seu ônus probatório subjetivo, nos termos do art. 373, inciso I, do NCPC, inexistindo, no particular, demonstração da conduta abusiva a responsabilizar a parte acionada. Para que se possa falar em eventual inversão do ônus da prova nos termos da legislação consumerista, é indispensável que a parte reclamante apresente um mínimo de lastro probatório sobre os fatos constitutivos de seu direito, a fim de respaldar a verossimilhança de suas alegações, o que não ocorreu no caso vertente, haja vista que a assertiva poderia ser corroborada por meios administrativos para a resolução extrajudicial do problema como protocolos seja perante a respectiva empresa, seja perante o serviço de atendimento ao consumidor, seja perante a ouvidoria, seja perante agências reguladoras ou instituições de controle (ANATEL, ANEEL, ANCINE, ANAC, ANTAQ, ANTT, ANP, ANVISA, ANS, ANA, ANM, Comissão de Valores Mobiliários e Banco Central do Brasil). No respeitante: "AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CONSUMIDOR. (...) INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. (...) 1. É firme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que a inversão do ônus da prova fica a critério do juiz, segundo apreciação dos aspectos de verossimilhança da alegação do consumidor e de sua hipossuficiência, conceitos intrinsecamente ligados ao conjunto fático-probatório dos autos delineado nas instâncias ordinárias, cujo reexame é vedado em sede especial. Precedentes. 2. O acórdão entendeu

que não se juntou à inicial nenhum documento que comprovasse uma mínima prova de fato constitutivo do direito dos recorrentes, inexistindo qualquer verossimilhança a ensejar a inversão do ônus probatório. (...)" (AgRg no REsp 1335475/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 23/10/2012, DJe 06/11/2012). E a exigência de evidências mais concretas a respeito da controvérsia propalada pela parte autora faz-se necessária em razão das inúmeras ações inidôneas e/ou fraudulentas que foram propostas nesta região, a exemplo das seguintes: 1000282-84.2018.8.11.0009 (Colíder); 1000289-13.2017.8.11.0009 (Colíder); 1000645-71.2018.8.11.0009 (Colíder); 1000648-26.2018.8.11.0009 (Colíder); 1000649-11.2018.8.11.0009 (Colíder); 1000650-93.2018.8.11.0009 (Colíder); 1001654-05.2017.8.11.0009 (Colíder); 1001958-04.2017.8.11.0009 (Colíder); 8020011-79.2015.8.11.0009 (Colíder); 1000038-09.2018.8.11.0090 (Nova Canaã do Norte); 1000039-91.2018.8.11.0090 (Nova Canaã do Norte); 1000040-76.2018.8.11.0090 (Nova Canaã do Norte); 1000042-46.2018.8.11.0090 (Nova Canaã do Norte); 1000044-16.2018.8.11.0090 (Nova Canaã do Norte); 1000045-98.2018.8.11.0090 (Nova Canaã do Norte); 1000046-83.2018.8.11.0090 (Nova Canaã do Norte); 1000048-53.2018.8.11.0090 (Nova Canaã do Norte); 1000049-38.2018.8.11.0090 (Nova Canaã do Norte); 1000050-23.2018.8.11.0090 (Nova Canaã do Norte). É que, com a possibilidade da inversão do ônus da prova, o que antes era uma situação cômoda e abusiva por parte das grandes empresas e corporações pela distribuição estática do ônus da prova, o que colocava o consumidor em situação de desvantagem, agora virou instrumento de abuso por alguns destes (consumidores e advogados), que se aproveitam muitas vezes da desorganização de fornecedores de produtos e bens e prestadores serviços e da impossibilidade material de se defenderem de forma articulada em todas as comarcas do país, de norte a sul, de leste a oeste, implicando, assim, a perda da causa judicial quando havia contrato legítimo entre as partes, como nos casos acima mencionados, fenômeno conhecido como "indústria do dano moral". Ademais, a parte reclamada trouxe aos autos contrato em que consta a assinatura de Jussara Lins e da testemunha Camila Lizot, visto que a parte autora é analfabeta, bem como documentos pessoais de todos que assinaram o contrato, apresentados no ato da contratação, fatos estes que demonstram que existe relação jurídica entre as partes e o débito é devido, não importando se o cartão de crédito consignado permite o saque, visto que muitos cartões de crédito já autorizam esta modalidade. III - DISPOSITIVO Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos formulados na inicial, e o faço com resolução do mérito, a teor do que dispõe o art. 487, inciso I, do NCPC. IV - DISPOSIÇÕES FINAIS Intime-se a parte autora, por meio de seu advogado ou pessoalmente, a respeito desta decisão e para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove a hipossuficiência alegada, acostando aos autos cópia de carteira de trabalho/holerite, extrato de movimentação de conta bancária dos últimos 03 (três) meses ou declaração atualizada do imposto de renda (IRPF), própria e do respectivo cônjuge ou companheiro(a), em caso de casamento ou união estável, a fim de se aferir eventual hipossuficiência. Sem custas processuais e honorários advocatícios (arts. 54 e 55 da Lei 9.099/95). Sentença Publicada no PJE. Intimem-se. Cumpra-se. Transitada em julgado, ao arquivo, com as devidas baixas. Submeto os autos ao M.M. Juiz Togado para apreciação e posterior homologação, nos termos do art. 40 da Lei 9.099/95. Gláucia Águeda da Silva Magalhães Juíza Leiga Vistos etc. HOMOLOGO, para que surtam seus efeitos legais, a decisão exarada por juiz leigo conforme Lei n°9099/95. Cumpra-se expedindo o necessário com as cautelas de estilo.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000087-16.2019.8.11.0090
Parte(s) Polo Ativo:
IRACEMA ALVES DE ABREU (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANILO GALADINOVIC ALVIM OAB - MT0014371A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BMG S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANDRE RENNO LIMA GUIMARAES DE ANDRADE OAB - MG78069-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE SENTENÇA Processo: 1000087-16.2019.8.11.0090. REQUERENTE: IRACEMA ALVES DE ABREU REQUERIDO: BANCO BMG Vistos. I - RELATÓRIO Dispenso o relatório, em atenção ao que dispõe o art. 38 da Lei 9.099/95. II - FUNDAMENTAÇÃO II.1 – Da revelia A reclamada não apresentou contestação. Assim, concluo que a reclamada deixou de apresentar sua contestação no prazo assinalado (Súmula 11 da TRU/MT), implicando em sua revelia, nos termos do Enunciado 11/FONAJE. Assim, com suporte no art. 20 da Lei 9.099/95, declaro-a revel. Frise-se que a ausência de contestação da reclamada importa em confissão ficta dos fatos aduzidos na inicial, contudo, não induz necessariamente à procedência do pedido, desde que convicção diversa possa ser extraída dos elementos existentes nos autos. II.2 - Da gratuidade da justiça A alegada hipossuficiência da parte autora não restou demonstrada. Malgrado a presunção de veracidade da declaração de hipossuficiência seja assegurada pelo art. 99, § 3º, do NCPC, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu art. 5º, inciso LXXIV, prevê que tal benefício será concedido para aqueles que comprovarem a insuficiência de recursos: "Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que COMPROVAREM insuficiência de recursos;" (sem destaques no original). Nesse sentir, o Enunciado nº 116 do FONAJE prevê que o magistrado poderá, de ofício, exigir que a parte comprove a insuficiência de recursos para a concessão da gratuidade da justiça: "ENUNCIADO 116 - O Juiz poderá, de ofício, exigir que a parte comprove a insuficiência de recursos para obter a concessão do benefício da gratuidade da justiça (art. 5º, LXXIV, da CF), uma vez que a afirmação da pobreza goza apenas de presunção relativa de veracidade (XX Encontro – São Paulo/SP)." E o Enunciado nº 11 do XV ENCONTRO DE JUÍZES DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO traz a mesma diretriz: "ENUNCIADO 11 - Na concessão da gratuidade de justiça é recomendável que o juiz analise a efetiva comprovação das circunstâncias que a ensejam, nos termos do artigo 5º, inciso LXXIV da Constituição Federal (APROVADO XII ENCONTRO – CUIABÁ)." Assim, intime-a, por meio de seu advogado ou pessoalmente, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, comprove o alegado, acostando aos autos cópia de carteira de trabalho/holerite, extrato de movimentação de conta bancária dos últimos 03 (três) meses ou declaração atualizada do imposto de renda (IRPF), a fim de se aferir eventual hipossuficiência. Além disso, em se tratando de pessoa casada ou união estável, necessário se faz a juntada dos mesmos comprovantes acima declinados do cônjuge ou companheiro. É que a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso adota o limite de renda familiar mensal líquida de 03 (três) salários mínimos para a presunção legal de hipossuficiência, nos termos do art. 1º, "caput", da Resolução nº 90/2017-CSDP, podendo ser elastecida para até 05 (cinco) salários mínimos quando mais de uma pessoa contribuir para ela, na forma dos §§ 1º e 2º, observadas as demais disposições dos §§ 3º a 5º e 7º, todos da referida disposição normativa: "Artigo 1º. Será presumido hipossuficiente de recursos, para fins de assistência jurídica pela Defensoria Pública, aquele que comprovar renda mensal familiar líquida de até três salários mínimos. § 1º. Renda familiar mensal é a soma dos rendimentos auferidos mensalmente pela entidade familiar, composta pelo casal e filhos que contribuam para o sustento do lar. § 2º. Quando mais de uma pessoa contribuir para a renda familiar líquida, o parâmetro para a atuação da Defensoria Pública será de até cinco salários mínimos. § 3º. Para aferição da renda familiar líquida deverão ser deduzidas as parcelas referentes ao INSS, ao Imposto de Renda e aos valores concedidos por programas oficiais de transferência de renda e de benefícios assistenciais. § 4º. Não serão computados para o fim de se aferir a renda mensal familiar os filhos maiores de idade e outros parentes que estejam residindo temporariamente na casa dos interessados. § 5º. Na hipótese de duas ou mais famílias residirem no mesmo teto, mas com despesas separadas, cada uma delas que buscar os serviços da Defensoria Pública deverá ser analisada separadamente para efeitos de aferimento da renda mensal familiar. § 7º. Havendo possibilidade de solução consensual do conflito, judicial ou extrajudicialmente, o limite previsto no caput e no § 2º será aferido apenas em relação à pessoa física que originalmente procurou o atendimento". Equânime, proporcional e razoável a adoção por este Juízo dos parâmetros estipulados para a atuação do órgão constitucional que tem por escopo a defesa dos necessitados, na forma do art. 134, "caput", da

CRFB/88, de modo a se aferir pela concessão ou não da gratuidade da justiça. Acrescenta-se que para sanar quaisquer dúvidas, este Juízo efetuará pesquisas pelos Sistemas RENAJUD, BACENJUD, INFOJUD, CAGED e CEI, inclusive com acesso aos dados da Receita Federal. Sem a comprovação, a inicial será recebida ou o processo terá seu regular prosseguimento independentemente de custas, taxas ou despesas, na forma do art. 54 da Lei 9.099/95, mas, em caso de interposição de recurso, o preparo compreenderá todas as despesas processuais, inclusive as dispensadas em primeiro grau de jurisdição, exatamente como manda o parágrafo único do citado dispositivo legal: "Art. 54. O acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Parágrafo único. O preparo do recurso, na forma do § 1º do art. 42 desta Lei, compreenderá todas as despesas processuais, inclusive aquelas dispensadas em primeiro grau de jurisdição, ressalvada a hipótese de assistência judiciária gratuita." II.3 - Do mérito Estão presentes as condições da ação e os pressupostos processuais, ausentes vícios de qualquer ordem e sendo desnecessária a produção probatória em audiência, o processo está apto a julgamento. Não há arguições preliminares ou prejudiciais a serem analisadas. Com isso, passo à incursão no mérito da demanda, com base no art. 355, inciso I, do NCPC. Trata-se de Reclamação proposta por IRACEMA ALVES DE ABREU em face de BANCO BMGS.A em que alega que está sendo cobrada por um cartão de crédito consignado, contrato n. 12893566, desde 18 de maio de 2017, sendo descontado até o momento o valor de R$ 1.104,47(um mil cento e quatro reais e quarenta e sete centavos). E os pedidos formulados pela parte autora não merecem acolhimento. É que ela não se desincumbiu de seu ônus probatório subjetivo, nos termos do art. 373, inciso I, do NCPC, inexistindo, no particular, demonstração da conduta abusiva a responsabilizar a parte acionada. Para que se possa falar em eventual inversão do ônus da prova nos termos da legislação consumerista, é indispensável que a parte reclamante apresente um mínimo de lastro probatório sobre os fatos constitutivos de seu direito, a fim de respaldar a verossimilhança de suas alegações, o que não ocorreu no caso vertente, haja vista que a assertiva poderia ser corroborada por meios administrativos para a resolução extrajudicial do problema como protocolos seja perante a respectiva empresa, seja perante o serviço de atendimento ao consumidor, seja perante a ouvidoria, seja perante agências reguladoras ou instituições de controle (ANATEL, ANEEL, ANCINE, ANAC, ANTAQ, ANTT, ANP, ANVISA, ANS, ANA, ANM, Comissão de Valores Mobiliários e Banco Central do Brasil). No respeitante: "AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CONSUMIDOR. (...) INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. (...) 1. É firme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que a inversão do ônus da prova fica a critério do juiz, segundo apreciação dos aspectos de verossimilhança da alegação do consumidor e de sua hipossuficiência, conceitos intrinsecamente ligados ao conjunto fático-probatório dos autos delineado nas instâncias ordinárias, cujo reexame é vedado em sede especial. Precedentes. 2. O acórdão entendeu que não se juntou à inicial nenhum documento que comprovasse uma mínima prova de fato constitutivo do direito dos recorrentes, inexistindo qualquer verossimilhança a ensejar a inversão do ônus probatório. (...)" (AgRg no REsp 1335475/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 23/10/2012, DJe 06/11/2012). E a exigência de evidências mais concretas a respeito da controvérsia propalada pela parte autora faz-se necessária em razão das inúmeras ações inidôneas e/ou fraudulentas que foram propostas nesta região, a exemplo das seguintes: 1000282-84.2018.8.11.0009 (Colíder); 1000289-13.2017.8.11.0009 (Colíder); 1000645-71.2018.8.11.0009 (Colíder); 1000648-26.2018.8.11.0009 (Colíder); 1000649-11.2018.8.11.0009 (Colíder); 1000650-93.2018.8.11.0009 (Colíder); 1001654-05.2017.8.11.0009 (Colíder); 1001958-04.2017.8.11.0009 (Colíder); 8020011-79.2015.8.11.0009 (Colíder); 1000038-09.2018.8.11.0090 (Nova Canaã do Norte); 1000039-91.2018.8.11.0090 (Nova Canaã do Norte); 1000040-76.2018.8.11.0090 (Nova Canaã do Norte); 1000042-46.2018.8.11.0090 (Nova Canaã do Norte); 1000044-16.2018.8.11.0090 (Nova Canaã do Norte); 1000045-98.2018.8.11.0090 (Nova Canaã do Norte); 1000046-83.2018.8.11.0090 (Nova Canaã do Norte); 1000048-53.2018.8.11.0090 (Nova Canaã do Norte); 1000049-38.2018.8.11.0090 (Nova Canaã do Norte); 1000050-23.2018.8.11.0090 (Nova Canaã do Norte). É que, com a possibilidade da inversão do ônus da prova, o que antes era uma situação cômoda e abusiva por parte das grandes empresas e corporações pela distribuição estática do ônus da prova, o que colocava o consumidor em situação de desvantagem, agora virou instrumento de abuso por alguns destes (consumidores e advogados), que se aproveitam muitas vezes da desorganização de fornecedores de produtos e bens e prestadores serviços e da impossibilidade material de se defenderem de forma articulada em todas as comarcas do país, de norte a sul, de leste a oeste, implicando, assim, a perda da causa judicial quando havia contrato legítimo entre as partes, como nos casos acima mencionados, fenômeno conhecido como "indústria do dano moral". III - DISPOSITIVO Ante o exposto, DECRETO a revelia da parte reclamada e JULGO IMPROCEDENTES os pedidos formulados na inicial, e o faço com resolução do mérito, a teor do que dispõe o art. 487, inciso I, do NCPC. IV - DISPOSIÇÕES FINAIS Intime-se a parte autora, por meio de seu advogado ou pessoalmente, a respeito desta decisão e para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove a hipossuficiência alegada, acostando aos autos cópia de carteira de trabalho/holerite, extrato de movimentação de conta bancária dos últimos 03 (três) meses ou declaração atualizada do imposto de renda (IRPF), própria e do respectivo cônjuge ou companheiro(a), em caso de casamento ou união estável, a fim de se aferir eventual hipossuficiência. Sem custas processuais e honorários advocatícios (arts. 54 e 55 da Lei 9.099/95). Sentença Publicada no PJE. Intimem-se. Cumpra-se. Transitada em julgado, ao arquivo, com as devidas baixas. Submeto os autos ao M.M. Juiz Togado para apreciação e posterior homologação, nos termos do art. 40 da Lei 9.099/95. Gláucia Águeda da Silva Magalhães Juíza Leiga Vistos etc. HOMOLOGO, para que surtam seus efeitos legais, a decisão exarada por juiz leigo conforme Lei n°9099/95. Cumpra-se expedindo o necessário com as cautelas de estilo.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000291-94.2018.8.11.0090
Parte(s) Polo Ativo:
VANIA GOMES DE BRITO BIF (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELISANGELA PERAL DA SILVA OAB - MT0013404A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE SENTENÇA Processo: 1000291-94.2018.8.11.0090. REQUERENTE: VANIA GOMES DE BRITO BIF REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A I – RELATÓRIO Dispenso o relatório, em atenção ao que dispõe o art. 38 da Lei 9.099/95. II – FUNDAMENTAÇÃO II.1 – Da ilegitimidade ativa Deixo de acolher a preliminar de ilegitimidade ativa, visto que em que pese a Unidade Consumidora estar em nome de VALDIR BIF, a parte autora comprovou ser a inventariante do espólio do titular da Unidade Consumidora. II.2 – Incompetência em razão da matéria Deixo de acolher a preliminar de incompetência em razão da necessidade de realização de perícia, vez que as provas dos autos são suficientes para julgamento da lide. II.3 - Mérito Estão presentes as condições da ação e os pressupostos processuais, ausentes vícios de qualquer ordem e sendo desnecessária a produção probatória em audiência, o processo está apto a julgamento. Com isso, passo à incursão no mérito da demanda, com base no art. 330, I, do CPC. Trata-se de Ação de Indenização por Danos Morais proposta por VÂNIA GOMES DE BRITO BIF em face de ENERGISA MATO GROSSO-DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A, em que alega que no dia 28/09/2018, houve a interrupção do fornecimento de energia na sua Unidade Consumidora da parte autora, permanecendo por mais de 48h, razão pela qual teve prejuízos com a perda da carne de um novilha que havia abatido no valor de R$1.464,00(mil e quatrocentos e sessenta e quatro reais). A requerida alega que não há registro de falta de energia elétrica na unidade. Pois bem. O pedido da parte autora não será acolhido. É que o demandante não se desincumbiu de seu ônus probatório subjetivo, nos termos do art. 333, I, do CPC, inexistindo, no particular, demonstração da conduta abusiva a responsabilizar a acionada. Ademais, para que se possa falar em eventual inversão do ônus da prova nos termos da legislação consumerista, é indispensável que o reclamante apresente um mínimo de lastro probatório sobre os fatos constitutivos de seu direito, a

fim de respaldar a verossimilhança de suas alegações, o que não ocorreu no caso vertente. No respeitante: AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CONSUMIDOR. (...) INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. (...) 1. É firme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que a inversão do ônus da prova fica a critério do juiz, segundo apreciação dos aspectos de verossimilhança da alegação do consumidor e de sua hipossuficiência, conceitos intrinsecamente ligados ao conjunto fático-probatório dos autos delineado nas instâncias ordinárias, cujo reexame é vedado em sede especial. Precedentes. 2. O acórdão entendeu que não se juntou à inicial nenhum documento que comprovasse uma mínima prova de fato constitutivo do direito dos recorrentes, inexistindo qualquer verossimilhança a ensejar a inversão do ônus probatório. (...) (AgRg no REsp 1335475/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 23/10/2012, DJe 06/11/2012). Verifico que não consta na inicial protocolos de reclamações perante a empresa requerida, ouvidoria ou na ANEEL, o que demonstrariam a boa fé e verossimilhança nas alegações. De outro lado, a empresa trouxe relatórios afirmando que não houve interrupção no fornecimento de energia. Assim, muito embora haja vídeos trazidos pela parte autora, estes não demonstram se o problema foi na rede da ENERGISA ou um problema local da propriedade. III - DISPOSITIVO Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos formulados na inicial, e o faço com resolução do mérito, com fulcro no art. 269, I, do CPC. Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos arts. 54 e 55 ambos da Lei 9.099/95. Transitada em julgado, ao arquivo, com as devidas baixas. Sentença Publicada no PJE. Submeto os autos ao M.M. Juiz Togado para apreciação e posterior homologação, nos termos do art. 40 da Lei 9.099/95. Gláucia Águeda da Silva Magalhães Juíza Leiga Vistos etc. HOMOLOGO, para que surtam seus efeitos legais, a decisão exarada por juiz leigo conforme Lei n°9099/95. Cumpra-se expedindo o necessário com as cautelas de estilo.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8020002-68.2015.8.11.0090
Parte(s) Polo Ativo:
SILVIO PAIM DE VARGAS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDSON FRANCISCO DONINI OAB - MT0008406A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
UNIMED NORTE DE MATO GROSSO - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANA ELISA DEL PADRE DA SILVA OAB - MT0015318S (ADVOGADO(A))
JOSIANE PEREIRA DE SOUZA OAB - MT0018602A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE SENTENÇA Processo: 8020002-68.2015.8.11.0090 REQUERENTE: SILVIO PAIM DE VARGAS REQUERIDO: UNIMED NORTE DE MATO GROSSO - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO Vistos. I - RELATÓRIO Dispenso o relatório, em atenção ao que dispõe o art. 38 da Lei 9.099/95. II - FUNDAMENTAÇÃO Estão presentes as condições da ação e os pressupostos processuais, ausentes vícios de qualquer ordem e sendo desnecessária a produção probatória em audiência, o processo está apto a julgamento. Com isso, passo à incursão no mérito da demanda, com base no art. 355, inciso I, do NCPC. Trata-se de ação cominatória para reinclusão em plano de saúde com pedido de antecipação de tutela c.c. indenização por danos morais proposta por SILVIO PAIM DE VARGAS em desfavor de UNIMED NORTE DO MATO GROSSO - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO, ambos devidamente qualificados nos autos em epígrafe. E os pedidos da parte autora merecem parcial acolhimento. Em observância ao disposto nos arts 2º, 3º, 4º, inciso I, 6º, inciso VIII, e 17 do Código de Defesa do Consumidor, impõe-se a facilitação da defesa dos direitos do consumidor com a inversão do ônus da prova a seu favor. Com efeito, restou incontroverso nos autos o contestado cancelamento do plano de saúde por falta de pagamento da fatura referente ao mês de dezembro de 2014. Entanto, verifica-se que desde a contratação (13/11/2009 - id. 5944338 - págs. 1/12), o pagamento das mensalidades era efetuado mediante débito automático, consoante documentos financeiros apresentados pela empresa reclamada (id. 5944453 - págs. 1/3). Daí que, em dezembro de 2014, o valor cobrado pela parte requerida não foi debitado, retornando a cobrança em janeiro 2015 até abril do mesmo ano, o que evidencia falha na prestação do serviço a cargo da empresa reclamada. Ademais, ao necessitar realizar avaliação médica, teve o serviço médico negado em razão do contrato estar rescindido pela falta de pagamento. E, não obstante a parte ré tenha alegado notificação prévia da parte autora à rescisão do contrato, em observância ao art. 13, inciso II, da Lei 9.656/98, os avisos de recebimento encaminhados com tal finalidade retornaram com motivo de devolução "mudou-se" e "ausente" (id. 5944484 - pág. 1). Ademais, é dever legal da operadora de plano de saúde a notificação pessoal do segurado acerca da inadimplência e rescisão do contrato, não sendo ela suprida pela afixação de edital quando não esgotados todos os meios de localização da parte. Assim, não tendo a(s) requerida(s) exibido documentação imprescindível à sustentação de sua(s) tese(s), presume-se a rescisão contratual indevida pela empresa reclamada e a ausência de notificação prévia da parte requerente. No particular, verifico, ainda, a hipótese de dano moral indenizável, eis que os pressupostos da responsabilidade civil objetiva (conduta, dano e nexo causal) se mostram presentes, nos termos dos arts. 5º, inciso X, da da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, cumulado com os arts. 186 e 927 do Código Civil e arts. 6º, inciso VI, e 12, "caput", 14, "caput", e 18, "caput", do Código de Defesa do Consumidor, sem falar que os fatos reportados na inicial configuram efetiva lesão a direitos da personalidade, não se constituindo em meros aborrecimentos ou dissabores cotidianos da vida em sociedade. De fato, a rescisão indevida do contrato de prestação de plano de saúde gera transtornos em sua vida social que afetam sua higidez psíquica, configurando-se, assim, o dever de indenizar. Na análise do montante indenizatório a título de dano moral, este deve ser orientado pelos critérios de razoabilidade e proporcionalidade, de tal modo que o valor arbitrado não configure enriquecimento sem causa da parte autora. Além disso, deve-se considerar o efeito pedagógico da medida para que a parte reclamada não reitere o comportamento danoso. Neste sentido, incidentes os critérios elencados pela doutrina e jurisprudência como determinantes para aferição do respectivo valor, tais como o grau da lesão causada, a condição econômica das partes, o grau de dolo ou culpa do ofensor, os benefícios advindos do comportamento danoso, dentre outros. Partindo-se de tais premissas, no caso em análise, sem embargo de valor requerido/sugerido pela parte autora, entendo por bem arbitrar a indenização por dano moral no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), quantia essa razoável à gravidade da conduta praticada, ao padrão de vida local, ao porte econômico das partes e aos danos advindos para a parte consumidora. III - DISPOSITIVO Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão deduzida na inicial, e o faço com resolução do mérito, a teor do que dispõe o art. 487, inciso I, do NCPC, para o fim de: a) DECLARAR a rescisão indevida do contrato de plano de saúde pactuado entre as partes apontado na inicial, determinando à(s) empresa(s) reclamada(s) que proceda(m) ao restabelecimento do mencionado negócio jurídico com o consequente pagamento da mensalidade vencida de dezembro de 2014 pela parte reclamante, por meio de boleto ou débito em conta anteriormente utilizada para tanto, sob pena de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitada a R$ 20.000,00 (vinte mil reais), nos termos do art. 536, § 1º, c.c. o art. 537 do NCPC; b) CONDENAR a(s) parte(s) reclamada(s) ao pagamento de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), a título de danos morais, devidos em favor da parte reclamante, com juros de mora de 1% ao mês, a partir do evento danoso, na forma do art. 398 do Código Civil e Súmula 54 do Superior Tribunal de Justiça, e correção monetária pelo IPCA-E a partir desta data, consoante art. 394 e art. 397 do Código Civil e Súmula 362 do Superior Tribunal de Justiça. IV - DISPOSIÇÕES FINAIS Sem custas processuais e honorários advocatícios (arts. 54 e 55 da Lei 9.099/95). Transitada em julgado, o que deverá ser certificado, ao arquivo com as devidas baixas, observando-se em tudo a novel CNGC. Sentença Publicada no PJE. Intimem-se. Cumpra-se. Nova Canaã do Norte, 12 de julho de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000183-31.2019.8.11.0090
Parte(s) Polo Ativo:
DANIEL VAZ SOBRINHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIANO GALADINOVIC ALVIM OAB - MT0017010A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BMG S.A (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE SENTENÇA Processo: 1000183-31.2019.8.11.0090 REQUERENTE: DANIEL VAZ SOBRINHO

REQUERIDO: BANCO BMG Vistos. Inicialmente, INDEFIRO a justificativa apresentada pelo advogado da parte reclamante quanto à ausência desta na audiência de conciliação (Num. 20345352 - Pág. 1), uma vez que eventual decretação da revelia da parte reclamada não desobriga a parte reclamante de comparecer pessoalmente à solenidade, nos termos do Enunciado 20 do FONAJE. De outro lado, DEFIRO o pleito de juntada de substabelecimento pelo advogado da parte requerente no prazo de 05 (cinco) dias. Verifica-se que a parte autora, devidamente intimada, por meio de seu advogado constituído, para audiência de conciliação, uma vez que é automaticamente designada quando da distribuição do feito, não compareceu à solenidade e não apresentou justificativa plausível, o que faz presumir sua desistência. Assim, HOMOLOGO a desistência tácita da parte autora e julgo EXTINTO o presente feito, sem resolução de mérito, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei 9.099/95 c.c. o art. 485, inciso VIII, do NCPC. Malgrado a previsão dos arts. 54 e 55 da Lei 9.099/95, a movimentação do Poder Judiciário sem o devido zelo por aquele que postula, mormente diante dos mais de 5 mil processos em trâmite neste Foro, enseja a cobrança pelo custo do trabalho, razão pela qual CONDENO a parte autora ao pagamento de custas e despesas processuais, na forma do art. 82, "caput", do NCPC c.c. o Enunciado 28 do FONAJE: "Art. 82. Salvo as disposições concernentes à gratuidade da justiça, incumbe às partes prover as despesas dos atos que realizarem ou requererem no processo, antecipando-lhes o pagamento, desde o início até a sentença final ou, na execução, até a plena satisfação do direito reconhecido no título." "ENUNCIADO 28 – Havendo extinção do processo com base no inciso I, do art. 51, da Lei 9.099/1995, é necessária a condenação em custas." Entretanto, dispenso-a do pagamento de honorários advocatícios na forma dos citados dispositivos legais suso declinados (arts. 54 e 55 da Lei 9.099/95). Com o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao arquivo com as cautelas e anotações necessárias, observando-se em tudo a novel CNGC. Fica dispensado o registro da sentença, providência efetivada com a própria inserção no sistema informatizado APOLO/PJE/TJMT, nos termos do art. 317, § 4º, da CNGC/MT. Sentença Publicada no PJE. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Nova Canaã do Norte, 14 de junho de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8010071-41.2015.8.11.0090
Parte(s) Polo Ativo:
THADEU KUFFEL (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
REGIS RODRIGUES RIBEIRO OAB - MT4936-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE MANDADO DE INTIMAÇÃO NOVA C NORTE , 10 de abril de 2017. O presente expediente tem por finalidade a intimação de Vossa Senhoria para CIÊNCIA da SENTENÇA exarada nos autos do processo abaixo identificado, em trâmite neste juizado, consignando que, nos termos do artigo 42 da Lei 9.099/95, o prazo para interpor recurso inominado é de 10 (dez) dias. Processo: 8010071-41.2015.8.11.0090; Valor causa: R$ 30.000,00; Tipo: Cível; Espécie: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) Parte Autora: REQUERENTE: THADEU KUFFEL Parte Ré: REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema do PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. Atenciosamente. DEIKSON LOURENCO DOS SANTOS Analista Judiciário ASSINA POR ORDEM DO MM JUIZ SEDE DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE E INFORMAÇÕES: RUA ALBERTO ALVES, 113, CENTRO, NOVA C NORTE - MT - CEP: 78515-000 - TELEFONE: (66) 35511105

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8010071-41.2015.8.11.0090
Parte(s) Polo Ativo:
THADEU KUFFEL (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
REGIS RODRIGUES RIBEIRO OAB - MT4936-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE MANDADO DE INTIMAÇÃO NOVA C NORTE , 10 de abril de 2017. O presente expediente tem por finalidade a intimação de Vossa Senhoria para CIÊNCIA da SENTENÇA exarada nos autos do processo abaixo identificado, em trâmite neste juizado, consignando que, nos termos do artigo 42 da Lei 9.099/95, o prazo para interpor recurso inominado é de 10 (dez) dias. Processo: 8010071-41.2015.8.11.0090; Valor causa: R$ 30.000,00; Tipo: Cível; Espécie: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) Parte Autora: REQUERENTE: THADEU KUFFEL Parte Ré: REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema do PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. Atenciosamente. DEIKSON LOURENCO DOS SANTOS Analista Judiciário(a) ASSINA POR ORDEM DO MM JUIZ SEDE DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE E INFORMAÇÕES: RUA ALBERTO ALVES, 113, CENTRO, NOVA C NORTE - MT - CEP: 78515-000 - TELEFONE: (66) 35511105

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8010071-41.2015.8.11.0090
Parte(s) Polo Ativo:
THADEU KUFFEL (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
REGIS RODRIGUES RIBEIRO OAB - MT4936-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))

Intimação do (a) advogado (a) da parte requerida para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso interposto, no prazo de 10 (dez) dias, na disposição do artigo 42 §2° da Lei 9.095/95.

Comarca de Nova Monte Verde

Vara Única

Intimação

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000816-39.2019.8.11.0091
Parte(s) Polo Ativo:
ROSA MARIANO DE FARIAS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
SHIRLENE BENITES OAB - MT16211-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (RÉU)
Magistrado(s):
BRUNO CESAR SINGULANI FRANCA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE NOVA MONTE VERDE DESPACHO Processo: 1000816-39.2019.8.11.0091. AUTOR(A): ROSA MARIANO DE FARIAS RÉU: INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL Vistos, etc. Intime-se a parte autora para juntar aos autos, no prazo de 15 dias, comunicado da decisão do indeferimento do INSS atinente ao benefício vindicado no feito (aposentadoria por idade rural), tendo em vista que o documento de id. 26782283 indica que houve pedido de aposentadoria pelo Regime Geral de Previdência Social, sob pena de extinção do feito. Decorrido o prazo sem manifestação, certifique-se e voltem os autos conclusos. Cumpra-se, expedindo o necessário. Nova Monte Verde/MT, 11 de dezembro de 2019. BRUNO CÉSAR SINGULANI FRANÇA Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000834-60.2019.8.11.0091
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA NEUZA DE OLIVEIRA (AUTOR(A))

Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO ALVES DE SOUZA MELO OAB - MT13964/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (RÉU)
Magistrado(s):
BRUNO CESAR SINGULANI FRANCA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE NOVA MONTE VERDE DESPACHO Processo: 1000834-60.2019.8.11.0091. AUTOR(A): MARIA NEUZA DE OLIVEIRA RÉU: INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL Vistos, etc. Analisando devidamente os autos, verifico que o prévio requerimento administrativo juntado se refere ao benefício de aposentadoria por tempo de contribuição e que o pedido constante na inicial concerne ao benefício de aposentadoria por tempo de contribuição idade mediante o reconhecimento do trabalho rural (aposentadoria híbrida). Desse modo, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 dias, emendar a petição inicial a fim de acostar aos autos o prévio requerimento administrativo junto à requerida no que se refere ao benefício de aposentadoria por idade híbrida ou adequar o pedido da inicial, sob pena de extinção. Decorrido o prazo sem manifestação, certifique-se e voltem os autos à conclusão. Cumpra-se, expedindo o necessário. Nova Monte Verde/MT, 11 de dezembro de 2019. BRUNO CÉSAR SINGULANI FRANÇA Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000732-38.2019.8.11.0091
Parte(s) Polo Ativo:
IOLANDA TEIXEIRA DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO PEREIRA DOS SANTOS OAB - MT0013388A-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (RÉU)
Magistrado(s):
BRUNO CESAR SINGULANI FRANCA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE NOVA MONTE VERDE DESPACHO Processo: 1000732-38.2019.8.11.0091. AUTOR(A): IOLANDA TEIXEIRA DA SILVA RÉU: INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL Vistos, etc. Conforme se observa do pedido inicial, a requerente, ao argumento de não possuir condições financeiras para arcar com as custas processuais, pleiteou assistência judiciária gratuita, pedido que passo a analisar. De acordo com o art. 98 do Código de Processo Civil, considera-se necessitado a pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios. Por outro lado o artigo 5º, inciso LXXIV, da Constituição da República dispõe que: LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos; Desta feita, o artigo 98 e ss. do Código de Processo Civil, o qual trata da assistência judiciária aos necessitados, deve ser interpretado tendo por base a Constituição da República, razão pela qual a parte deve comprovar sua insuficiência de recursos. Deve ainda ser analisado no caso concreto em que, aparentemente, não há qualquer comprovação de hipossuficiência nos autos. Da documentação carreada aos autos é possível verificar que a parte autora movimentou significativa quantidade de gado bovino, o que, em princípio, infirma a alegação de que é hipossuficiente. A jurisprudência entende ainda que sinais externos de capacidade financeira autorizam o indeferimento do benefício da justiça gratuita. RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL - REDUÇÃODO VALOR ARBITRADO A TÍTULO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA AO FILHO MENOR - BINÔMIO NECESSIDADE/POSSIBILIDADE DEMONSTRADO - CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA – SINAIS EXTERNOS DE CAPACIDADE FINANCEIRA DE QUEM DEVE PRESTAR OS ALIMENTOS - CORRETO O INDEFERIMENTO – RECURSO DESPROVIDO. Não se reduz o montante fixado a título de obrigação alimentar quando há proporcionalidade entre as necessidades do alimentando e a possibilidade econômico-financeira do alimentante. O deferimento do pedido de justiça gratuita, de acordo com o disposto na Lei 1.060/50, pressupõe a carência daquele que a pleiteia. Se a parte alega carência, mas apresenta sinais exteriores de capacidade econômica, correta a decisão que indefere o benefício. (APELAÇÃO Nº 29456/2011 – Tribunal de Justiça de Mato Grosso – Comarca de Rondonópolis - Data de Julgamento: 08-02-2012 – Relator Des. Guiomar Teodoro Borges) Sendo as custas judiciárias um recolhimento de natureza claramente tributária, não pode o Poder Judiciário coadunar com práticas que indubitavelmente lesam o erário - e o aceitamento cego de todo e qualquer pedido de assistência. Desta forma, intime-se o autor para emendar a petição inicial no prazo de 15 dias, devendo juntar documentos idôneos, como as últimas declarações de imposto de renda, que comprovem a hipossuficiência alegada, ou não havendo comprovação de hipossuficiência, proceda ao recolhimento de custas, sob pena de extinção. Decorrido o prazo sem manifestação, certifique-se e voltem os autos conclusos. Cumpra-se, expedindo o necessário. Nova Monte Verde/MT, 12 de dezembro de 2019. BRUNO CÉSAR SINGULANI FRANÇA Juiz de Direito

Expediente

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 76841 Nr: 860-12.2018.811.0091
AÇÃO: Medidas de Proteção à Criança e Adolescente->Processo de Execução->Seção Cível->JUIZADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
PARTE AUTORA: MPdEdMG, JFdSdS, DPdSdS, KEdSM
PARTE(S) REQUERIDA(S): KCdSM, JAdS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: RIELY CAMILO BORDINI - OAB:SP 387986
IMPULSIONAMENTO PARA MANIFESTAR-SE SOBRE DILIGÊNCIA NEGATIVA
Nos termos do art. 152, incisos II e VI do CPC, Impulsiono os autos para intimação da parte autora acerca da diligência negativa, para que no prazo de 05(cinco) dias informe o endereço do Requerido/Executado para citação, sob pena de extinção do processo sem julgamento de mérito, nos termos do art. 485, inciso III, do CPC.

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 75069 Nr: 1824-39.2017.811.0091
AÇÃO: Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos->Procedimento de Cumprimento de Sentença/Decisão->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: WCF, FACB
PARTE(S) REQUERIDA(S): MRF
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Maila Aleide Boing Pereira - OAB:OAB/MT 25392-O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
IMPULSIONAMENTO PARA MANIFESTAR-SE SOBRE DILIGÊNCIA NEGATIVA
Nos termos do art. 152, incisos II e VI do CPC, Impulsiono os autos para intimação da parte autora acerca da diligência negativa, para que no prazo de 05(cinco) dias informe o endereço do Requerido/Executado para citação, sob pena de extinção do processo sem julgamento de mérito, nos termos do art. 485, inciso III, do CPC.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Bruno César Singulani França
Cod. Proc.: 33611 Nr: 976-38.2006.811.0091
AÇÃO: Ação Penal de Competência do Júri->Processo Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Sandro Aparecido Lopes
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: EDSON CAMPOS DE AZEVEDO - OAB:37420
Código 33611 – Autos n. 976-38.2006.811.0091.
Vistos, etc.
Recebo o presente Recurso em Sentido Estrito, eis que tempestivo.
Nos termos do art. 588 do Código de Processo Penal, intime-se a defesa do réu para apresentar as razões recursais no prazo legal e, após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público para apresentar contrarrazões.
Apresentadas as contrarrazões ou não, cerifique-se e voltem os autos conclusos para sustentação ou reforma da decisão recorrida.
Cumpra-se, expedindo-se o necessário.
Nova Monte Verde/MT, 11 de dezembro de 2019.
BRUNO CÉSAR SINGULANI FRANÇA
Juiz de Direito

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 60835 Nr: 668-89.2012.811.0091
AÇÃO: Divórcio Litigioso->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Cenilda de Lourdes Rodrigues da Silva
PARTE(S) REQUERIDA(S): Jairo Rodrigues Gigliotti
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Claudinéia de Oliveira - OAB:OAB/MT 10.845
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Geisse Rodrigues de Souza - OAB:MT0026225O
IMPULSIONAMENTO PARA MANIFESTAR-SE SOBRE DILIGÊNCIA NEGATIVA
Nos termos do art. 152, incisos II e VI do CPC, Impulsiono os autos para intimação da parte autora acerca da diligência negativa, para que no prazo de 05(cinco) dias informe o endereço do Requerido/Executado para citação, sob pena de extinção do processo sem julgamento de mérito, nos termos do art. 485, inciso III, do CPC.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Bruno César Singulani França
Cod. Proc.: 71651 Nr: 1645-42.2016.811.0091
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: KBM, VLS
PARTE(S) REQUERIDA(S): FMFdJ
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CARLA JUVILIANA CARNELÓS - OAB:OAB/MT 20.851-A, Franciele Luciana de Oliveira - OAB:OAB/MT 24141-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Andressa Lucas de Oliveira - OAB:MT 26753-O
Código 71651 - Autos n. 1645-42.2016.811.0091
SENTENÇA
Vistos etc.
Trata-se de cumprimento de sentença movido por K. B. M. P. representada por sua genitora VERA LUCIA SILVA em face de FERNANDO MARTINS FERREIRA DE JESUS.
Decretada a prisão em desfavor do executado (fls. 51), o mandado foi cumprido (fls. 58/61).
As partes compuseram (fls. 74/77) pugnando pela homologação do acordo.
Vieram-me os autos conclusos.
É o relato do necessário.
Fundamento e Decido
Analisando os autos vislumbro que o negócio jurídico entabulado denota regularidade, comportando pois, homologação.
Ante o exposto e, por tudo mais que dos autos consta, HOMOLOGO POR SENTENÇA, para que surtam seus efeitos jurídicos e legais, nos termos do artigo 487, inciso III, alínea “b”, c/c art. 924, inc. II, do Código do Processo Civil, o acordo celebrado entre as partes.
Por consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.
Por ser ato incompatível com o direito de recorrer, certifique-se o trânsito em julgado e arquivem-se os autos, com as baixas e comunicações necessárias.
Sem custas processuais, consoante art. 90 do CPC.
Sem condenação em honorários, porquanto não há sucumbência.
Oficie-se ao empregador do requerido para que inclua o desconto mensal dos alimentos na folha de pagamentos, conforme acordo homologado.
Expeça-se Alvará de Soltura.
Ciência ao Ministério Público.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.
Nova Monte Verde/MT, 11 de dezembro de 2019.
BRUNO CÉSAR SINGULANI FRANÇA
Juiz de direito

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 73375 Nr: 870-90.2017.811.0091
AÇÃO: Monitória->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Alta Floresta Motos Ltda
PARTE(S) REQUERIDA(S): Edilson Pereira da Silva
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Patricia Jorge da Cunha Viana Dantas - OAB:OAB/MT 8.014
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
IMPULSIONAMENTO PARA MANIFESTAR-SE SOBRE DILIGÊNCIA NEGATIVA
Nos termos do art. 152, incisos II e VI do CPC, Impulsiono os autos para intimação da parte autora acerca da diligência negativa, para que no prazo de 05(cinco) dias informe o endereço do Requerido/Executado para citação, sob pena de extinção do processo sem julgamento de mérito, nos termos do art. 485, inciso III, do CPC.

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 74254 Nr: 1332-47.2017.811.0091
AÇÃO: Monitória->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: SE-Distribuidora de Alimentos Ltda
PARTE(S) REQUERIDA(S): Supermercado Marino Ltda ME
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: José Carlos Menegatti - OAB:12029
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
IMPULSIONAMENTO PARA MANIFESTAR-SE SOBRE DILIGÊNCIA NEGATIVA
Nos termos do art. 152, incisos II e VI do CPC, Impulsiono os autos para intimação da parte autora acerca da diligência negativa, para que no prazo de 05(cinco) dias informe o endereço do Requerido/Executado para citação, sob pena de extinção do processo sem julgamento de mérito, nos termos do art. 485, inciso III, do CPC.

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 78126 Nr: 1484-61.2018.811.0091
AÇÃO: Oposição->Incidentes->Outros Procedimentos->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Givalter de Menezes Vasconcelos, John de Andrade Oliveira, Cristiane Martins dos Santos Andrade, Ilizer Mateus Baldin, Daniel de Menezes Vasconcelos, Edineuza Quintiliana de Vasconcelos, Leonardo Richieri Capelini, Jose Valdete Soares, Edmilson Pereira da Silva, Terezinha de Castro Soares, José Bardini, Gislaine Rosseti, Jone Vieira Neves, Sirley Alves Pardim Neves, Manoel Marcos Pires Moreira, José Denivaldo Barbosa da Silva, Everli Roman Ros, Marcia Aparecida Rosa, Leonilda Ramos da Cruz
PARTE(S) REQUERIDA(S): Nivaldo de Souza Ramos, Lucila Leopoldo e Silva, José da Silva Pereira
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Edson Campos de Azevedo - OAB:37420
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
IMPULSIONAMENTO PARA MANIFESTAR-SE SOBRE DILIGÊNCIA NEGATIVA
Nos termos do art. 152, incisos II e VI do CPC, Impulsiono os autos para intimação da parte autora acerca da diligência negativa, para que no prazo de 05(cinco) dias informe o endereço do Requerido/Executado para citação, sob pena de extinção do processo sem julgamento de mérito, nos termos do art. 485, inciso III, do CPC.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1000832-90.2019.8.11.0091
Parte(s) Polo Ativo:
KAUANA RENATA FERREIRA DE ARAUJO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULLY FRANCIELE RUELIS OAB - MT0018164A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LUAN LUCAS ALMEIDA RODRIGUES (REQUERIDO)
Magistrado(s):
BRUNO CESAR SINGULANI FRANCA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE NOVA MONTE VERDE Processo: 1000832-90.2019.8.11.0091. REQUERENTE: KAUANA RENATA FERREIRA DE ARAUJO REQUERIDO: LUAN LUCAS ALMEIDA RODRIGUES 1000832 -90.2019.8.11.0091 DECISÃO Vistos, etc. Trata-se de Ação Cautelar De Busca E Apreensão De Menor que KAUANA RENATA FERREIRA DE ARAÚJO propôs em face de LUAN LUCAS ALMEIDA RODRIGUES visando seja o menor YAN DE ARAUJO RODRIGUES, nascido em 30/01/2017 apreendido e entregue aos cuidados da requerente. Narra em síntese que o menor é fruto do relacionamento de 01 (um) ano entre Requerente e Requerido, conforme certidão de nascimento (em anexo). Com o rompimento do relacionamento antes do nascimento do menor, o Requerido/Genitor teria retornado à cidade natal de Nova Bandeirantes/MT. Os genitores do menor realizaram acordo verbal de prestação de alimentos e acordaram ainda que a guarda ficaria com a Requerente e as visitas se dariam na modalidade livre, tendo em vista que o Genitor/Requerido reside em Nova Bandeirantes/MT, cerca de 195 KM de distância da moradia do menor. Narra que o requerido nunca teve contato continuo com o menor, pois somente o visitava esporadicamente, prestando auxílio material quando bem entendia. Esclarece que com a desculpa de que iria pegar o filho para passar por uma consulta médica, bem como para visitar a avó paterna, em 24/08/2019 o Requerido levou o menor para a cidade de Nova Bandeirantes/MT novamente, todavia na data prevista para a volta, ou seja, uma semana depois, ao ser indagado pelo retorno do menor, o Requerido alegou que na próxima semana traria o menor de volta para junto de sua genitora, o que não ocorreu. Assim, aduz que não vê seu filho a mais de 60 (sessenta) dias. Dessa forma requer a concessão da medida cautelar de busca e apreensão. A inicial foi instruída com Certidão de Nascimento, documentos pessoais, comprovante de endereço e outros. Vieram os autos conclusos. É a síntese do essencial. Fundamento e decido. Processe-se em segredo de Justiça, nos termos do inciso II, do art. 189, do Código de Processo Civil. Verifico que estão preenchidos os requisitos do art. 319 e 320 do Código de Processo Civil. DEFIRO o pedido do benefício da assistência judiciária gratuita, nos termos do art. 98 do CPC. No que concerne ao pedido de tutela de urgência, o art. 300 do CPC autoriza a concessão da tutela quando “houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo”. Probabilidade do direito na voz de Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart e Daniel Mitidiero: "Probabilidade do direito: (...) A probabilidade que autoriza o emprego da técnica antecipatória para a tutela dos direitos é a probabilidade lógica - que é aquela que surge da confrontação das alegações e das provas com os elementos disponíveis nos autos, sendo provável a hipótese que encontra maior grau de confirmação e menor grau de refutação nesses elementos. O juiz tem que se convencer de que o direito é provável para conceder tutela provisória". Quanto ao segundo requisito (risco ao resultado útil do processo), os citados autores escrevem que "é preciso ler as expressões perigo de dano e risco ao resultado útil do processo como alusões ao perigo na demora. Vale dizer: há urgência quando a demora pode comprometer a realização imediata ou futura do direito" (Novo Código de Processo Civil Comentado, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, p. 312/313). A propósito, desfilam os denodados Fredie Didier Jr., Paula Sarno Braga e Rafael Alexandria de Oliveira, na obra: Curso de Direito Processual Civil, Teoria da Prova, Direito Probatório, Decisão, Precedente, Coisa Julgada e Tutela Provisória, Conforme o Novo CPC e as Leis n.º 13.015/2014 (Recursos de Revista Repetitivos) e 13.058/2014, edição 2015, Ed. Juspodivm, pág. 572, “verbis”: “A principal finalidade da tutela provisória é abrandar os males do tempo e garantir a efetividade da jurisdição (os efeitos da tutela). Serve, então, para redistribuir, em homenagem ao princípio da igualdade, o ônus do tempo do processo, conforme célebqre imagem de Luiz Guilherme Marinoni. Se é inexorável que o processo demore, é preciso que o peso do tempo seja repartido entre as partes, e não somente o demandante arque com ele. Esta é a tutela antecipada, denominada no CPC-2015 como ‘tutela provisória’. A tutela provisória confere a pronta satisfação ou a pronta asseguração. A decisão que concede tutela provisória é baseada em cognição sumária e dá eficácia imediata à tutela definitiva pretendida (satisfativa ou cautelar). Por ser provisória, será substituída por uma tutela definitiva, que a confirme, revogue ou modifique”. No mesmo sentido Humberto Teodoro Jr[1]. Ensina que: “As tutelas provisórias têm em comum a meta de combater os riscos de injustiça ou de dano, derivados da espera, sempre longa, pelo desate final do conflito submetido à solução judicial. Representam provimentos imediatos que, de alguma forma, possam obviar ou minimizar os inconvenientes suportados pela parte que se acha numa situação de vantagem aparentemente tutelada pela ordem jurídica material (fumus boni iuris).” O fumus boni iuris é consubstanciado no interesse amparado pelo direito objetivo capaz de, mediante conhecimento sumário e superficial, formar uma opinião de credibilidade no juiz. Importa relembrar que o juízo necessário não é o juízo de certeza, mas sim o juízo de verossimilhança produzido de acordo com os elementos trazidos pela parte autora. O periculum in mora, traduzido no temor de que, enquanto caminha o processo rumo à tutela definitiva, possam faltar as circunstancias necessárias à própria existência e necessidade da tutela pleiteada. E isto pode ocorrer quando há o risco do perecimento, destruição, desvio, deterioração, ou de qualquer mutação de estado das pessoas, bens ou provas necessários para a perfeita e eficaz atuação do provimento final do processo[2]. Em se tratando de normas que retratam verdadeiros direitos e garantias constitucionais, hão elas de serem aplicadas de forma imediata, eis que independem de qualquer regulamentação. Noutro passo, a tutela cautelar foi criada com o escopo de repelir situações de ameaça a resultado de um processo de conhecimento ou execução. Nos termos do art. 301 do Código de Processo Civil, é lícito ao magistrado determinar as medidas provisórias que considerar adequadas com fito de evitar que lesão de grave ou difícil reparação ocorra; é o chamado Poder Geral de Cautela. Bastante pertinente o ensinamento do professor e magistrado Marcus Vinicius Rios Gonçalves sobre o tema: “O CPC atual avançou em relação ao anterior, atribuindo ao juiz um "poder-dever" de conceder a medida adequada, seja ela cautelar ou satisfativa. O juiz, então, tem, no caso concreto, esse poder-dever de examinar qual a providência – seja ela satisfativa ou cautelar - que se mostre a mais eficaz, a mais adequada, seja para arredar a situação de perigo, em casos de urgência, seja para retirar do autor os ônus da demora do processo, em casos de evidência. Além disso, o legislador entendeu desnecessário - como de fato é – enumerar determinadas medidas cautelares, tratando delas especificamente, como fazia o legislador anterior. Não há mais procedimentos diferenciados para as cautelares nominadas ou inominadas. O art. 301 menciona algumas medidas cautelares específicas, dando-lhes nomes próprios, :nas não lhes atribui requisitos nem estabelece procedimentos diferenciados em relação às demais tutelas provisórias de urgência. Afinal, se o juiz tem o "poder-dever geral" que lhe autoriza a conceder a tutela mais adequada, não havia razão para que a lei tratasse especificamente de determinadas medidas. O poder geral se justifica ante a impossibilidade de a lei antever todas as situações possíveis, e imaginar de antemão as medidas adequadas. Transfere-se, assim, ao juiz a possibilidade de, no caso concreto, determinar a providência adequada”. (GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Direito Processual Civil Esquematizado. São Paulo: Saraiva, 2016, p. 357). Analisando os autos observa-se que existem provas suficientes para agasalhar a pretensão antecipatória, já que estão preenchidos os requisitos do art. 300 do CPC. Isso porque, conforme se nota dos autos 1000621-54.2019.8.11.0091, o pedido de tutela antecipada para conferir a guarda do menor ao genitor foi recentemente indeferido. Dos extratos de conversas telefônicas é possível extrair que a mãe vinha exercendo a guarda regularmente e que o requerido se nega a restituir a criança a ela. O perigo da demora consubstancia-se no fato de que manter a criança longe da casa em que vivia regularmente, mormente quando era assistido pelo afeto materno, é prejudicial a seu desenvolvimento saudável. Ressalte-se que a criança possui pouca idade e necessita, nessa fase da vida, dos cuidados e atenção da mãe. O afeto materno nesse estágio do desenvolvimento infantil é fundamental para seu crescimento saudável. É verdade que o pai pode igualmente dispensar cuidados à criança, mas, no presente caso, tenho que o melhor interesse da dela é que esteja sob a guarda materna, priorizando-se a permanência dele com quem possui condições socioafetivas que lhe propicie desenvolvimento regular e sadio, considerando também que encontrará no ambiente familiar com o afeto necessário para crescimento. Assim, há probabilidade do direito invocado, bem como risco na demora, já que a requerente está a vários dias sem ter contato com seu filho em razão da conduta narrada dos autos. Resta sobejamente demonstrado o cabimento da presente medida cautelar de busca e apreensão, a qual poderia inclusive ter sido requerida no bojo da contestação daqueles autos originários. À vista dessas considerações de fato e de direito é que deve prosperar o pedido do autor para expedição de mandado de busca e apreensão do menor. Do exposto, DEFIRO o pedido de antecipação dos

efeitos da tutela formulado por KAUANA RENATA FERREIRA DE ARAÚJO e DETERMINO a expedição de MANDADO DE BUSCA E APREENSÃO de LUAN LUCAS ALMEIDA RODRIGUES, devendo o menor ser entregue à genitora, sob cuja guarda deverá permanecer até que seja estabelecida a guarda definitiva no processo. Cumpra-se com urgência, expedindo-se o necessário, inclusive cartas precatórias, conforme o caso. Cite-se o requerido para presentar resposta na forma da lei. Intime-se. Ciência ao Ministério Público. Nova Monte Verde/MT, na data do sistema. BRUNO CÉSAR SINGULANI FRANÇA Juiz de Direito [1] Theodoro Júnior, Humberto. Curso de Direito Processual Civil – Teoria geral do direito processual civil, processo de conhecimento e procedimento comum – vol. I / Humberto Theodoro Júnior. 56. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2015, pg 1661 [2] CALVOSA, Carlo. Sequestro Giudiziario. Novissimo Digesto Italiano, v. XVII, p. 66.

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000835-45.2019.8.11.0091
Parte(s) Polo Ativo:
GABRIEL BEZERRA CHICA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FRANCIELE LUCIANA DE OLIVEIRA OAB - PR53585 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
29.979.036.0001-40 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS (RÉU)
Magistrado(s):
BRUNO CESAR SINGULANI FRANCA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE NOVA MONTE VERDE DECISÃO Processo: 1000835-45.2019.8.11.0091. AUTOR(A): GABRIEL BEZERRA CHICA RÉU: 29.979.036.0001-40 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS Vistos etc. Verifico dos autos que o requerimento administrativo juntado com a inicial refere-se a beneficio diverso do pretendido com a ação. No caso, requer o autor a concessão de aposentadoria por invalidez ou a concessão de auxílio doença, contudo não houve requerimento administrativo relativo ao pedido de aposentadoria por invalidez. Diante disso, DETERMINO a suspensão do presente feito, pelo prazo de 90 (noventa) dias, para que a parte autora possa apresentar prévio requerimento administrativo e o indeferimento do pedido, nos moldes do Recurso Extraordinário nº 631.240/MG, Rel. Min. Luís Roberto Barroso, Tribunal Pleno, julgado em 03/9/2014, DJe 10/11/2014. Com a resposta, caso o pedido seja deferido administrativamente, o presente feito será extinto sem resolução do mérito. Já no caso de indeferimento do pedido ou ausência de resposta administrativa no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias após a data marcada para a entrevista da parte autora junto a parte requerida, o feito deverá prosseguir normalmente, vindo os autos conclusos para análise da petição. Esclareço por fim à parte autora, que é imprescindível a apresentação em juízo do protocolo administrativo, já que será o marco inicial para o cômputo do prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias para a Autarquia Federal deliberar sobre o requerimento. Intime-se. NOVA MONTE VERDE, na data do sistema. Bruno César Singulani França Juiz(a) de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000833-75.2019.8.11.0091
Parte(s) Polo Ativo:
JOAQUIM SCHMOELLER (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO ALVES DE SOUZA MELO OAB - MT13964/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (RÉU)
Magistrado(s):
BRUNO CESAR SINGULANI FRANCA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE NOVA MONTE VERDE DESPACHO Número do Processo: 1000833-75.2019.8.11.0091 REQUERENTE: AUTOR(A): JOAQUIM SCHMOELLER REQUERIDO: RÉU: INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL Vistos, etc. Firmada a competência deste Juízo, forte na competência excepcional do § 3º do artigo 109 da Constituição Federal. Verifica-se que estão preenchidos os requisitos dos artigos 319 e 320 ambos do Código de Processo Civil. Defiro o pedido do benefício da assistência judiciária gratuita, nos termos do artigo 98 do Código de Processo Civil. Analisando os autos observa-se que não existem, por ora, provas suficientes para agasalhar a pretensão antecipatória, já que pairam dúvidas acerca da qualidade de segurado especial do requerente, não havendo por isto o cumprimento dos requisitos de probabilidade do direito e o perigo de dano (art. 300 do CPC). Assim sendo, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada. Por outro lado, considerando o Ofício Circular da AGU/PF-MT/DPREV nº 01/2016, em consta orientação dos Procuradores Federais pela não realização de acordos em audiência de conciliação, bem como ante a impossibilidade de locomoção dos mesmos para as audiências de conciliação devido ao grande número de demandas em várias Cidades do Estado, cite-se o réu, por remessa postal, com a faculdade do artigo 212, § 2º, do Código de Processo Civil, para que responda a presente ação, no prazo de 30 (trinta) dias (art. 183 do CPC – dobro), se quiser. Com a chegada da contestação, intime-se o autor para impugnar, no prazo legal. Após, concluso. Cumpra-se com eficiência expedindo o necessário. Nova Monte Verde/MT, na data do sistema. BRUNO CÉSAR SINGULANI FRANÇA Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000797-33.2019.8.11.0091
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO BERNARDINO DE LIMA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
EDMILSON DONIZETE BOTEQUIO OAB - MT0010494A (ADVOGADO(A))
VINICIUS BOTEQUIO OAB - MT23354/O (ADVOGADO(A))
RAFAEL LEITE BARBOSA OAB - MT0017817A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS (RÉU)
Magistrado(s):
BRUNO CESAR SINGULANI FRANCA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE NOVA MONTE VERDE DESPACHO Número do Processo: 1000797-33.2019.8.11.0091 REQUERENTE: AUTOR(A): JOAO BERNARDINO DE LIMA REQUERIDO: RÉU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS Vistos, etc. Firmada a competência deste Juízo, forte na competência excepcional do § 3º do artigo 109 da Constituição Federal. Verifica-se que estão preenchidos os requisitos dos artigos 319 e 320 ambos do Código de Processo Civil. Defiro o pedido do benefício da assistência judiciária gratuita, nos termos do artigo 98 do Código de Processo Civil. Analisando os autos observa-se que não existem, por ora, provas suficientes para agasalhar a pretensão antecipatória, já que pairam dúvidas acerca da qualidade de segurado especial do requerente, não havendo por isto o cumprimento dos requisitos de probabilidade do direito e o perigo de dano (art. 300 do CPC). Assim sendo, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada. Por outro lado, considerando o Ofício Circular da AGU/PF-MT/DPREV nº 01/2016, em consta orientação dos Procuradores Federais pela não realização de acordos em audiência de conciliação, bem como ante a impossibilidade de locomoção dos mesmos para as audiências de conciliação devido ao grande número de demandas em várias Cidades do Estado, cite-se o réu, por remessa postal, com a faculdade do artigo 212, § 2º, do Código de Processo Civil, para que responda a presente ação, no prazo de 30 (trinta) dias (art. 183 do CPC – dobro), se quiser. Com a chegada da contestação, intime-se o autor para impugnar, no prazo legal. Após, concluso. Cumpra-se com eficiência expedindo o necessário. Nova Monte Verde/MT, na data do sistema. BRUNO CÉSAR SINGULANI FRANÇA Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1000793-93.2019.8.11.0091
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
A OMILDA DOS SANTOS - ME (EXECUTADO)
APARECIDA OMILDA DOS SANTOS (EXECUTADO)
Magistrado(s):
BRUNO CESAR SINGULANI FRANCA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE NOVA MONTE VERDE PROCESSO 1000793-93.2019.8.11.0091 Vistos etc... I – Cite-se a parte executada, por carta, para pagar a dívida, com os juros, multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa ou garantir a execução, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de penhora. II – Para as hipóteses de pronto pagamento, fixo os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor da execução. III – Efetuada a

citação e decorrido o prazo sem o pagamento do débito, intime-se a parte exequente para indicar bens para a penhora, no prazo de 15 (quinze) dias. IV - a hipótese da citação por carta restar frustrada, dê-se vista à Fazenda Pública para indicar o endereço atualizado do devedor ou requerer o que entender de direito, no prazo de 10(dez) dias. V – Não havendo a indicação de bem à penhora ou decorrido o prazo do item "IV" acima sem manifestação, a presente ação ficará suspensa pelo prazo de 01 (um) ano, nos termos do artigo 40, § 2º da Lei 6.830/80. VI – Decorrido o prazo da suspensão (item V), intime-se a parte credora para promover o andamento do feito, no prazo de 05(cinco) dias, requerendo o que entender de direito. VII – Cumpra-se NOVA MONTE VERDE, 9 de dezembro de 2019. Juiz(a) de Direito SEDE DO VARA ÚNICA DE NOVA MONTE VERDE E INFORMAÇÕES: Av. Rondonópolis, s/n, CENTRO, NOVA MONTE VERDE - MT - CEP: 78593-000 - TELEFONE: (66) 35971691

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1000795-63.2019.8.11.0091
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
A NATAL NETO - ME (EXECUTADO)
Magistrado(s):
BRUNO CESAR SINGULANI FRANCA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE NOVA MONTE VERDE PROCESSO 1000795-63.2019.8.11.0091 Vistos etc... I – Cite-se a parte executada, por carta, para pagar a dívida, com os juros, multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa ou garantir a execução, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de penhora. II – Para as hipóteses de pronto pagamento, fixo os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor da execução. III – Efetuada a citação e decorrido o prazo sem o pagamento do débito, intime-se a parte exequente para indicar bens para a penhora, no prazo de 15 (quinze) dias. IV - a hipótese da citação por carta restar frustrada, dê-se vista à Fazenda Pública para indicar o endereço atualizado do devedor ou requerer o que entender de direito, no prazo de 10(dez) dias. V – Não havendo a indicação de bem à penhora ou decorrido o prazo do item "IV" acima sem manifestação, a presente ação ficará suspensa pelo prazo de 01 (um) ano, nos termos do artigo 40, § 2º da Lei 6.830/80. VI – Decorrido o prazo da suspensão (item V), intime-se a parte credora para promover o andamento do feito, no prazo de 05(cinco) dias, requerendo o que entender de direito. VII – Cumpra-se NOVA MONTE VERDE, 12 de dezembro de 2019. Juiz(a) de Direito SEDE DO VARA ÚNICA DE NOVA MONTE VERDE E INFORMAÇÕES: Av. Rondonópolis, s/n, CENTRO, NOVA MONTE VERDE - MT - CEP: 78593-000 - TELEFONE: (66) 35971691

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1000827-68.2019.8.11.0091
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
CAMILO PINHEIRO BUENO (EXECUTADO)
ELAINE CRISTINA FIGUEIREDO CASSIANO JAQUES (EXECUTADO)
C E TRANSPORTES LTDA - ME (EXECUTADO)
Magistrado(s):
BRUNO CESAR SINGULANI FRANCA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE NOVA MONTE VERDE PROCESSO 1000827-68.2019.8.11.0091 Vistos etc... I – Cite-se a parte executada, por carta, para pagar a dívida, com os juros, multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa ou garantir a execução, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de penhora. II – Para as hipóteses de pronto pagamento, fixo os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor da execução. III – Efetuada a citação e decorrido o prazo sem o pagamento do débito, intime-se a parte exequente para indicar bens para a penhora, no prazo de 15 (quinze) dias. IV - a hipótese da citação por carta restar frustrada, dê-se vista à Fazenda Pública para indicar o endereço atualizado do devedor ou requerer o que entender de direito, no prazo de 10(dez) dias. V – Não havendo a indicação de bem à penhora ou decorrido o prazo do item "IV" acima sem manifestação, a presente ação ficará suspensa pelo prazo de 01 (um) ano, nos termos do artigo 40, § 2º da Lei 6.830/80. VI – Decorrido o prazo da suspensão (item V), intime-se a parte credora para promover o andamento do feito, no prazo de 05(cinco) dias, requerendo o que entender de direito. VII – Cumpra-se. NOVA MONTE VERDE, 12 de dezembro de 2019. Juiz(a) de Direito SEDE DO VARA ÚNICA DE NOVA MONTE VERDE E INFORMAÇÕES: Av. Rondonópolis, s/n, CENTRO, NOVA MONTE VERDE - MT - CEP: 78593-000 - TELEFONE: (66) 35971691

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1000825-98.2019.8.11.0091
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
SALATIE ALVES BACO CARACANHA (EXECUTADO)
ARLEY BRUMATI (EXECUTADO)
LEDA CRISTIANE DOS SANTOS BRUMATI (EXECUTADO)
AGRONORTE COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA - ME (EXECUTADO)
Magistrado(s):
BRUNO CESAR SINGULANI FRANCA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE NOVA MONTE VERDE PROCESSO 1000825-98.2019.8.11.0091 Vistos etc... I – Cite-se a parte executada, por carta, para pagar a dívida, com os juros, multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa ou garantir a execução, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de penhora. II – Para as hipóteses de pronto pagamento, fixo os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor da execução. III – Efetuada a citação e decorrido o prazo sem o pagamento do débito, intime-se a parte exequente para indicar bens para a penhora, no prazo de 15 (quinze) dias. IV - a hipótese da citação por carta restar frustrada, dê-se vista à Fazenda Pública para indicar o endereço atualizado do devedor ou requerer o que entender de direito, no prazo de 10(dez) dias. V – Não havendo a indicação de bem à penhora ou decorrido o prazo do item "IV" acima sem manifestação, a presente ação ficará suspensa pelo prazo de 01 (um) ano, nos termos do artigo 40, § 2º da Lei 6.830/80. VI – Decorrido o prazo da suspensão (item V), intime-se a parte credora para promover o andamento do feito, no prazo de 05(cinco) dias, requerendo o que entender de direito. VII – Cumpra-se. NOVA MONTE VERDE, 12 de dezembro de 2019. Juiz(a) de Direito SEDE DO VARA ÚNICA DE NOVA MONTE VERDE E INFORMAÇÕES: Av. Rondonópolis, s/n, CENTRO, NOVA MONTE VERDE - MT - CEP: 78593-000 - TELEFONE: (66) 35971691

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1000829-38.2019.8.11.0091
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
BEM BRASIL COMERCIO DE ROUPAS LTDA - ME (EXECUTADO)
RENAN AYRES DE OLIVEIRA RAIMUNDO (EXECUTADO)
FERNANDO DE OLIVEIRA RAIMUNDO JUNIOR (EXECUTADO)
Magistrado(s):
BRUNO CESAR SINGULANI FRANCA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE NOVA MONTE VERDE PROCESSO 1000829-38.2019.8.11.0091 Vistos etc... I – Cite-se a parte executada, por carta, para pagar a dívida, com os juros, multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa ou garantir a execução, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de penhora. II – Para as hipóteses de pronto pagamento, fixo os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor da execução. III – Efetuada a citação e decorrido o prazo sem o pagamento do débito, intime-se a parte exequente para indicar bens para a penhora, no prazo de 15 (quinze) dias. IV - a hipótese da citação por carta restar frustrada, dê-se vista à Fazenda Pública para indicar o endereço atualizado do devedor ou requerer o que entender de direito, no prazo de 10(dez) dias. V – Não havendo a indicação de bem à penhora ou decorrido o prazo do item "IV" acima sem manifestação, a presente ação ficará suspensa pelo prazo de 01 (um) ano, nos termos do artigo 40, § 2º da Lei 6.830/80. VI – Decorrido o prazo da suspensão (item V), intime-se a parte credora para promover o andamento do feito, no prazo de 05(cinco) dias, requerendo o que entender de direito. VII – Cumpra-se. NOVA MONTE VERDE, 12 de dezembro de 2019. Juiz(a) de Direito SEDE DO VARA ÚNICA DE NOVA MONTE VERDE E INFORMAÇÕES: Av. Rondonópolis, s/n, CENTRO, NOVA MONTE VERDE - MT - CEP: 78593-000 - TELEFONE: (66) 35971691

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL

Processo Número: 1000223-10.2019.8.11.0091
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA LUIZA DE OLIVEIRA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
BRUNO CESAR SINGULANI FRANCA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE NOVA MONTE VERDE DECISÃO Número do Processo: 1000223-10.2019.8.11.0091 REQUERENTE: EXEQUENTE: ESTADO DE MATO GROSSO REQUERIDO: EXECUTADO: MARIA LUIZA DE OLIVEIRA Vistos, etc. Defiro o pedido de bloqueio de ativos pelo sistema BACENJUD (ID. 22110134). Assim, proceda-se ao bloqueio de valores até o limite do crédito exequendo (R$ 44.374,33), via BACENJUD. Se a diligência de constrição de valores on-line for positiva, converta-se em penhora os valores eventualmente bloqueados, transferindo-se para a conta judicial. Após, intime-se o executado da penhora para, querendo, opor embargos no prazo de 15 (quinze) dias. Transcorrendo "in albis" o prazo para embargos, libere-se o valor ao exequente via alvará de levantamento. Juntado aos autos o protocolo do bloqueio, a parte executada deverá ser intimada da penhora. Caso o valor bloqueado seja irrisório com relação ao valor do débito, desbloqueie-se, independentemente de novo despacho, a importância tendo em vista que, nos termos do artigo 836 do CPC, não se levará a efeito a penhora quando ficar evidente que o produto da execução dos bens encontrados será totalmente absorvido pelo pagamento das custas da execução. Lado outro, não efetuado o bloqueio de bens pelo Sistema BACENJUD, intime-se a parte exequente para conhecimento e manifestação em 5 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito, indicando bens do Devedor passíveis de penhora, sob pena de suspensão da execução. Na hipótese do parágrafo anterior, existindo indicação de bens, penhorem-se os bens indicados expedindo-se o necessário. Não havendo indicação ou ficando inerte o exequente, conclusos para suspensão da execução. Intime-se. Cumpra-se com eficiência expedindo o necessário. Nova Monte Verde/MT, 12 de dezembro de 2019 . BRUNO CÉSAR SINGULANI FRANÇA Juiz de Direito

Juizado Especial Cível e Criminal

Intimação

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1000110-90.2018.8.11.0091
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO VALENTIN (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SILVANEI JOAO DA SILVA OAB - MT24620/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
NELSON RODRIGUES DE SOUZA (EXECUTADO)
TRATOMAQ AUTO PECAS EIRELI - ME (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
THIAGO ALVES DE SOUZA MELO OAB - MT13964/O-O (ADVOGADO(A))
ERON DA SILVA LEMES OAB - MT8358-B (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
BRUNO CESAR SINGULANI FRANCA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE NOVA MONTE VERDE DESPACHO Processo: 1000110-90.2018.8.11.0091. EXEQUENTE: JOAO VALENTIN EXECUTADO: TRATOMAQ AUTO PECAS EIRELI - ME, NELSON RODRIGUES DE SOUZA Vistos, etc. Inicialmente, em que pese o pedido de id. 2197158, é de se notar que a sentença de id. 20765416 não acolheu os embargos à execução opostos pelo executado, de modo que não há se falar em fase de cumprimento de sentença. Nesse passo, o art. 53 da Lei n. 9.099/95 assim dispõe: Art. 53. A execução de título executivo extrajudicial, no valor de até quarenta salários mínimos, obedecerá ao disposto no Código de Processo Civil, com as modificações introduzidas por esta Lei. § 1º Efetuada a penhora, o devedor será intimado a comparecer à audiência de conciliação, quando poderá oferecer embargos (art. 52, IX), por escrito ou verbalmente. § 2º Na audiência, será buscado o meio mais rápido e eficaz para a solução do litígio, se possível com dispensa da alienação judicial, devendo o conciliador propor, entre outras medidas cabíveis, o pagamento do débito a prazo ou a prestação, a dação em pagamento ou a imediata adjudicação do bem penhorado. § 3º Não apresentados os embargos em audiência, ou julgados improcedentes, qualquer das partes poderá requerer ao Juiz a adoção de uma das alternativas do parágrafo anterior. § 4º Não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto, devolvendo-se os documentos ao autor. Assim, intime-se o exequente para, no prazo de 15 dias, requerer o que de direito. Cumpra-se, expedindo o necessário. Nova Monte Verde/MT, 12 de dezembro de 2019. BRUNO CÉSAR SINGULANI FRANÇA Juiz de Direito

Expediente

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 39475 Nr: 1206-41.2010.811.0091
AÇÃO: Procedimento do Juizado Especial Cível->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Lucinéia Beatriz Fernandes Moco Lopes
PARTE(S) REQUERIDA(S): Lucia da Silva
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
IMPULSIONAMENTO PARA MANIFESTAR-SE SOBRE DILIGÊNCIA NEGATIVA
Nos termos do art. 152, incisos II e VI do CPC, Impulsiono os autos para intimação da parte autora acerca da diligência negativa, para que no prazo de 05(cinco) dias informe o endereço do Requerido/Executado para citação, sob pena de extinção do processo sem julgamento de mérito, nos termos do art. 485, inciso III, do CPC.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8010083-18.2016.8.11.0091
Parte(s) Polo Ativo:
ANGELA MARIA TRIBURTINI DE LIRI (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
LUIZ CARLOS ROJAS (REQUERIDO)
AUTO ESCOLA ESTRELA MARIS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
BRUNO CESAR SINGULANI FRANCA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE NOVA MONTE VERDE DECISÃO Processo nº. 8010083-18.2016.8.11.0091 Vistos etc. Certifique-se o trânsito em julgado da sentença proferida. Após, retifique-se o registro e a autuação, passando a constar o feito como cumprimento de sentença. Após, intime-se a parte executada, na forma do art. 513, §2º, do NCPC, para cumprimento da sentença, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de, não o fazendo, incidir multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1º, do NCPC. Não tendo o exequente patrono constituído nos autos, proceda a contadoria do juízo com a elaboração do referido cálculo. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo assinalado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, impugnação. Não havendo cumprimento voluntário, deverá a parte exequente apresentar atualização do débito com a incidência da multa acima referida, em 05 (cinco) dias, prazo este subsequente ao assinalado no item "II", independente de nova intimação, sob pena de arquivamento. Com o cálculo, retornem os autos conclusos para análise dos demais pedidos formulados pela parte exequente. Ainda para a hipótese de ausência de cumprimento voluntário, e desde que expressamente assim requerido, fica desde logo deferida a expedição de certidão em favor da parte credora, na forma do art. 517, §2º, do NCPC, para fins de protesto. Nesse caso, o valor considerado será aquele calculado na forma do item anterior, devendo ser providenciada a certidão preliminarmente à conclusão. Às providências. Nova Monte Verde, 12 de dezembro de 2019. BRUNO CÉSAR SINGULANI FRANÇA Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 8010041-66.2016.8.11.0091
Parte(s) Polo Ativo:

JOVENIL SOARES DE LARA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEANDRO BORGES DE SOUZA SA OAB - MT20901-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CINTIA LAUREANO LEME OAB - 861.918.451-20 (PROCURADOR)
CLAUDINEIA DE OLIVEIRA OAB - MT0010845A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
BRUNO CESAR SINGULANI FRANCA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE NOVA MONTE VERDE DECISÃO Processo nº. 8010041-66.2016.8.11.0091 Vistos etc. Certifique-se o trânsito em julgado da sentença proferida. Após, retifique-se o registro e a autuação, passando a constar o feito como cumprimento de sentença. Após, intime-se a parte executada, na forma do art. 513, §2º, do NCPC, para cumprimento da sentença, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de, não o fazendo, incidir multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1º, do NCPC. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo assinalado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, impugnação. Não havendo cumprimento voluntário, deverá a parte exequente apresentar atualização do débito com a incidência da multa acima referida, em 05 (cinco) dias, prazo este subsequente ao assinalado no item "II", independente de nova intimação, sob pena de arquivamento. Com o cálculo, retornem os autos conclusos para análise dos demais pedidos formulados pela parte exequente. Não tendo o exequente patrono constituído nos autos, proceda a contadoria do juízo com a elaboração do referido cálculo. Ainda para a hipótese de ausência de cumprimento voluntário, e desde que expressamente assim requerido, fica desde logo deferida a expedição de certidão em favor da parte credora, na forma do art. 517, §2º, do NCPC, para fins de protesto. Nesse caso, o valor considerado será aquele calculado na forma do item anterior, devendo ser providenciada a certidão preliminarmente à conclusão. Às providências. Nova Monte Verde, 12 de dezembro de 2019. BRUNO CÉSAR SINGULANI FRANÇA Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 8010067-98.2015.8.11.0091
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA SALVADOR DOS SANTOS (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
OI S/A (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Alexandre Miranda Lima OAB - MT13241-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
BRUNO CESAR SINGULANI FRANCA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE NOVA MONTE VERDE DECISÃO Processo: 8010067-98.2015.8.11.0091. EXEQUENTE: MARIA SALVADOR DOS SANTOS EXECUTADO: OI S/A É de conhecimento público que parte executada encontra-se em recuperação judicial, cujo processo tramita na 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro sob o nº 0203711-65.2016.8.19.0001, protocolado em junho de 2016, sendo que no dia 08/01/2018 foi concedida a recuperação judicial à Oi S.A. e homologado o plano de recuperação judicial. Registro que o Presidente do TJMT, por meio dos Ofícios Circulares nº 15/2018-DAP e nº 17/2018-DAP, ambos datados de 10 de abril de 2018, remeteu cópia de expedientes oriundos da 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro/RJ (ofício nº 240/2018/OF, de 13/03/2018 e ofício nº286/2018/OF, de 19/03/2018), para ciência. No ofício nº 240/2018/OF, o juízo da 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro/RJ, solicitou que: "Solicito as necessárias providências a fim de que seja expedido AVISO referente ao processo de Recuperação Judicial do Grupo OI (proc. 0203711-65.2016.8.19.0001) para que chegue ao conhecimento dos seus subordinados órgãos julgadores que: 'Com a aprovação do plano de recuperação judicial do Grupo OI, permanece inalterada a decisão deste Juízo, confirmada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro nos autos do AI 0034576-58.2016.8.19.0000, que permitiu a expedição de alvarás para liberação de valores espontaneamente depositados pelas Recuperandas antes de 21/06/2016, com a expressa finalidade de pagamentos de credores, bem como os valores depositados antes da referida data em execuções nas quais tenha havido preclusão ou trânsito em julgado de sentença de embargos à execução ou da decisão final de impugnação ao cumprimento de sentença'". No ofício nº 286/2018/OF, o Juízo Universal também solicitou o seguinte: "Solicito as necessárias providências a fim de que seja expedido AVISO referente ao processo de Recuperação Judicial do Grupo OI (proc. 0203711-65.2016.8.19.0001) para que chegue ao conhecimento dos seus subordinados órgãos julgadores que: 'Com a realização da Assembleia Geral de Credores realizada em 19.12.2017, os processos ajuizados em face do Grupo OI/TELEMAR que se encontravam suspensos podem retomar seu curso, sendo certo que aqueles que cuidam de créditos concursais (constituídos antes de 20.6.2016) deverão ser pagos na forma do plano aprovado, extinguindo-se, então, os processos em curso. Com relação aos créditos extraconcursais, as ações seguem seu curso natural, mas, na esteira do posicionamento da doutrina e da jurisprudência, os atos de constrição devem ser determinados pelo Juízo da Recuperação". Assim, os processos que tem por objeto créditos concursais (constituídos antes de 20/06/2016), deverão ser extintos e os créditos se sujeitarão aos critérios estabelecidos no plano de recuperação aprovado. Já no que tange aos processos que tem por objeto créditos extraconcursais, deverão prosseguir até a liquidação do crédito e o trânsito em julgado de eventual impugnação ao cumprimento de sentença ou embargos à execução, oportunidade em que deverá ser oficiado ao Juízo da Recuperação Judicial comunicando a necessidade do pagamento do crédito, uma vez que os atos de constrição devem ser efetuados exclusivamente pelo Juízo Universal, nos termos da pacífica jurisprudência do STJ: "AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. DEFERIMENTO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. MEDIDAS DE CONSTRIÇÃO DO PATRIMÔNIO DA EMPRESA. CRÉDITO EXTRACONCURSAL. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. AGRAVO IMPROVIDO. 1. São incompatíveis com a recuperação judicial os atos de execução proferidos por outros órgãos judiciais de forma simultânea com o curso da recuperação ou da falência das empresas devedoras, de modo a configurar conflito positivo de competência. 2. Tratando-se de crédito constituído depois de ter o devedor ingressado com o pedido de recuperação judicial (crédito extraconcursal), está excluído do plano e de seus efeitos (art. 49, caput, da Lei n. 11.101/2005). Porém, a jurisprudência desta Corte tem entendido que, como forma de preservar tanto o direito creditório quanto a viabilidade do plano de recuperação judicial, o controle dos atos de constrição patrimonial relativos aos créditos extraconcursais deve prosseguir no Juízo universal. 3. Franquear o pagamento dos créditos posteriores ao pedido de recuperação por meio de atos de constrição de bens sem nenhum controle de essencialidade por parte do Juízo universal acabará por inviabilizar, a um só tempo, o pagamento dos credores preferenciais, o pagamento dos credores concursais e, mais ainda, a retomada do equilíbrio financeiro da sociedade, o que terminará por ocasionar na convolação da recuperação judicial em falência, em prejuízo de todos os credores, sejam eles anteriores ou posteriores à recuperação judicial. 4. Agravo regimental improvido". (AgRg nos EDcl no CC 136.571/MG, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24/05/2017, DJe 31/05/2017). G.n. Sobre o tema, o art. 49, caput, da Lei n.º 11.105/05 estabelece que "estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos". Além disso, o art. 59, caput, do mesmo diploma legal prevê que "o plano de recuperação judicial implica novação dos créditos anteriores ao pedido, e obriga o devedor e todos os credores a ele sujeitos, sem prejuízo das garantias, observado o disposto no § 1.º do art. 50 desta Lei". Com efeito, a aprovação do plano de recuperação judicial implica em novação das dívidas nele incluídas. No caso concreto, considerando que o crédito teve fato gerador anterior ao pedido de recuperação judicial, estará sujeito à recuperação judicial, devendo a parte exequente promover a habilitação do crédito perante o juízo da recuperação judicial com base na expedição da certidão de crédito deste juízo, o que deve ser providenciado pela Secretaria. Entendimento diverso implicaria ferir o princípio da isonomia já que a parte exequente receberia seu crédito em detrimento dos demais credores sujeitos à recuperação. Com efeito, o processo deverá ser extinto, para que o exequente, habilite seu crédito na forma do plano aprovado, já que o crédito é extraconcursal, porquanto constituído após da Recuperação Judicial. Assim, diante da novação da dívida perseguida na presente demanda, de rigor a extinção do processo nos termos do art.

924, III, do Código de Processo Civil. Ante o exposto, JULGO EXTINTO o processo com fundamento no art. 924, III, do Código de Processo Civil. Sem custas e/ou honorários (Lei 9.099/95, art. 54). Determino a remessa dos autos à contadoria para atualização dos cálculos, conforme dispositivo da sentença. Após, determino a expedição de certidão de crédito à exequente, devendo ainda, ser encaminhada mediante ofício ao Juízo Universal (7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro/RJ) para que a parte exequente, caso queira, promova a habilitação de seus créditos, no bojo da recuperação judicial. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Nova Monte Verde/MT, 12 de dezembro de 2019. BRUNO CÉSAR SINGULANI FRANÇA Juiz de Direito NOVA MONTE VERDE, 9 de dezembro de 2019. Juiz(a) de Direito

Decisão Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1000007-20.2017.8.11.0091
Parte(s) Polo Ativo:
FERREIRA & PELEGRINI LTDA - ME (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO FRANCISCO FERREIRA OAB - PR0058131A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
A. A. MARQUES - ME (EXECUTADO)
Magistrado(s):
BRUNO CESAR SINGULANI FRANCA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE NOVA MONTE VERDE Número do Processo: 1000007-20.2017.8.11.0091 REQUERENTE: EXEQUENTE: FERREIRA & PELEGRINI LTDA - ME REQUERIDO: EXECUTADO: A. A. MARQUES - ME Vistos etc. Estando a execução munida de título executivo líquido, certo e exigível, bem como considerando que o dinheiro tem preferência sobre os demais bens a serem penhorados, não tendo ocorrido o cumprimento voluntário da obrigação, DEFIRO O PEDIDO DE INDISPONIBILIZAÇÃO DE ATIVOS FINANCEIROS EM NOME DA PARTE EXECUTADA, nos termos do art. 854, caput, do NCPC. Assim, proceda-se ao bloqueio de valores até o limite do crédito exequendo (R$ 4.471,67), via BACENJUD. Se a diligência de constrição de valores on-line for positiva, converta-se em penhora os valores eventualmente bloqueados, transferindo-se para a conta judicial. Após, havendo penhora, nos termos do art. 53, §1º da Lei 9099/95, designe-se audiência de conciliação intimando-se o executado da penhora para, querendo, opor embargos. Anote-se, ainda, que não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto, devolvendo-se os documentos ao autor (art. 53, §4º da Lei 9099/95). Intime-se. Cumpra-se com eficiência expedindo o necessário. Nova Monte Verde/MT, 12 de dezembro de 2019 . BRUNO CÉSAR SINGULANI FRANÇA Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1000018-49.2017.8.11.0091
Parte(s) Polo Ativo:
SERGIO APARECIDO DA SILVA - EPP (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SHIRLENE BENITES OAB - MT16211-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CINTIA LAUREANO LEME OAB - MT6907/O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
BRUNO CESAR SINGULANI FRANCA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE NOVA MONTE VERDE DECISÃO Processo: 1000018-49.2017.8.11.0091. EXEQUENTE: SERGIO APARECIDO DA SILVA - EPP EXECUTADO: MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES Processo: 1000018 -49.2017.8.11.0091. EXEQUENTE: SERGIO APARECIDO DA SILVA - EPP EXECUTADO: MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES Vistos e examinados. Dispensado o relatório, com fundamento no artigo 38 da Lei 9.099/95. Decido. Os embargos à execução merecem ser rejeitados, ante a ausência de garantia do juízo. Compulsando os autos, verifico que inexiste penhora de bens, de modo que não efetivada a segurança do juízo. Em que pese o artigo 914 do CPC, dispense a segurança do juízo, não se pode ignorar que referido dispositivo legal somente se aplicaria aos Juizados Especiais Cíveis se a Lei nº 9.099/95 não contivesse regra expressa sobre a necessidade de segurança do juízo. Nesse contexto, o art. 53, § 1º, da Lei nº 9.099/95, é claro ao determinar que a penhora deve preceder o oferecimento de embargos à execução, in verbis: “Art. 53. A execução de título executivo extrajudicial, no valor de até quarenta salários mínimos, obedecerá ao disposto no Código de Processo Civil, com as modificações introduzidas por esta Lei. § 1º Efetuada a penhora, o devedor será intimado a comparecer à audiência de conciliação, quando poderá oferecer embargos (art. 52, IX), por escrito ou verbalmente.” Ademais, o Enunciado nº 117 do FONAJE sedimentou a questão: Enunciado 117 - É obrigatória a segurança do Juízo pela penhora para apresentação de embargos à execução de título judicial ou extrajudicial perante o Juizado Especial. (Aprovado no XXI Encontro – Vitória/ES) A propósito, o entendimento das Turmas sobre a questão: “RECURSO INOMINADO. EMBARGOS DO DEVEDOR À EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. NECESSIDADE DE PRÉVIA SEGURANÇA DO JUÍZO. PRECEDENTES DAS TURMAS RECURSAIS CÍVEIS E ENUNCIADO Nº 117 DO FONAJE. REGRA DO ART. 53, § 1º, DA LEI Nº 9099/95 QUE SE SOBREPÕE À REGRA DO ART. 737 DO CPC, QUE SE APLICARIA SOMENTE EM HAVENDO OMISSÃO DA LEI ESPECIAL. NEGADO SEGUIMENTO AO RECURSO”. (Recurso Cível Nº 71004549127, Primeira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Pedro Luiz Pozza, Julgado em 01/08/2013) Assim, não tendo ocorrido a penhora de bens, impondo-se o não recebimento dos embargos, de modo que os rejeito. Por outro lado, de fato, o Código de Processo Civil dispõe que: “Art. 515. São títulos executivos judiciais, cujo cumprimento dar-se-á de acordo com os artigos previstos neste Título: I - as decisões proferidas no processo civil que reconheçam a exigibilidade de obrigação de pagar quantia, de fazer, de não fazer ou de entregar coisa; II - a decisão homologatória de autocomposição judicial; III - a decisão homologatória de autocomposição extrajudicial de qualquer natureza; IV - o formal e a certidão de partilha, exclusivamente em relação ao inventariante, aos herdeiros e aos sucessores a título singular ou universal; V - o crédito de auxiliar da justiça, quando as custas, emolumentos ou honorários tiverem sido aprovados por decisão judicial; VI - a sentença penal condenatória transitada em julgado; VII - a sentença arbitral; VIII - a sentença estrangeira homologada pelo Superior Tribunal de Justiça; IX - a decisão interlocutória estrangeira, após a concessão do exequatur à carta rogatória pelo Superior Tribunal de Justiça; [...] Art. 784. São títulos executivos extrajudiciais: I - a letra de câmbio, a nota promissória, a duplicata, a debênture e o cheque; II - a escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor; III - o documento particular assinado pelo devedor e por 2 (duas) testemunhas; IV - o instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pela Advocacia Pública, pelos advogados dos transatores ou por conciliador ou mediador credenciado por tribunal; V - o contrato garantido por hipoteca, penhor, anticrese ou outro direito real de garantia e aquele garantido por caução; VI - o contrato de seguro de vida em caso de morte; VII - o crédito decorrente de foro e laudêmio; VIII - o crédito, documentalmente comprovado, decorrente de aluguel de imóvel, bem como de encargos acessórios, tais como taxas e despesas de condomínio; IX - a certidão de dívida ativa da Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei; X - o crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício, previstas na respectiva convenção ou aprovadas em assembleia geral, desde que documentalmente comprovadas; XI - a certidão expedida por serventia notarial ou de registro relativa a valores de emolumentos e demais despesas devidas pelos atos por ela praticados, fixados nas tabelas estabelecidas em lei; XII - todos os demais títulos aos quais, por disposição expressa, a lei atribuir força executiva.” No caso dos autos, a exequente traz cópia de notas ficais relativas a serviços prestados. Entretanto, esses documentos, por si sós, não são suficientes a revelarem títulos executivos nos moldes da legislação de regência. Isso porque, toda execução tem por base título executivo judicial ou extrajudicial (arts. 515 e 784 do CPC) e a execução para cobrança de crédito fundar-se-á sempre em título líquido, certo e exigível (art. 783 do CPC). Se não há título executivo regularmente formado, não há falar em procedimento executivo, razão pela qual, a teor do que dispõe o artigo 618, inciso I, do Código de Processo Civil é nula a execução. Desta forma, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, colacionando ao feito documento que preencha todos os requisitos legalmente estipulados para a sua qualificação como título executivo extrajudicial, sob pena de indeferimento da inicial. Cumpra-se. Nova Monte Verde/MT, 12 de dezembro de 2019. BRUNO CÉSAR SINGULANI FRANÇA Juiz de Direito

Sentença

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000717-69.2019.8.11.0091
Parte(s) Polo Ativo:
FRANCISCO RODRIGUES DE SOUSA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDSON CAMPOS DE AZEVEDO OAB - GO37420 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CAIXA ECONÓMICA FEDERAL (REQUERIDO)
Magistrado(s):
BRUNO CESAR SINGULANI FRANCA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE NOVA MONTE VERDE SENTENÇA Processo: 1000717-69.2019.8.11.0091. REQUERENTE: FRANCISCO RODRIGUES DE SOUSA REQUERIDO: CAIXA ECONÓMICA FEDERAL 1000717 -69.2019.8.11.0091 Sentença Vistos, etc. Dispenso o relatório. Fundamento e decido. A demanda foi ajuizada em face de empresa pública federal, incorrendo o autor no preceito proibitivo contido no art. 8º da Lei n. 9.099/95. Não bastasse isso, na forma do art. 109, I da CF a competência para o processamento de lide em face de empresa pública federal é da Justiça Federal. Evidente, pois, a inadequação da via eleita. Ante o exposto INDEFIRO A INICIAL e julgo extinto o processo sem resolução de mérito na forma do art. 267, I do CPC. Sem custas e honorários nos termos dos artigos 54 e 55 da Lei n. 9.099/95. P.R.I. Nova Monte Verde/MT, 12 de dezembro de 2019. BRUNO CÉSAR SINGULANI FRANÇA Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8010087-89.2015.8.11.0091
Parte(s) Polo Ativo:
MARTA ERNESTINA GONCALVES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO PEREIRA DOS SANTOS OAB - MT0013388A-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Alexandre Miranda Lima OAB - MT13241-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
BRUNO CESAR SINGULANI FRANCA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE NOVA MONTE VERDE Número do Processo: 8010087-89.2015.8.11.0091 REQUERENTE: REQUERENTE: MARTA ERNESTINA GONCALVES REQUERIDO: REQUERIDO: OI S/A SENTENÇA Vistos etc. É de conhecimento público que parte executada encontra-se em recuperação judicial, cujo processo tramita na 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro sob o nº 0203711-65.2016.8.19.0001, protocolado em junho de 2016, sendo que no dia 08/01/2018 foi concedida a recuperação judicial à Oi S.A. e homologado o plano de recuperação judicial. Registro que o Presidente do TJMT, por meio dos Ofícios Circulares nº 15/2018-DAP e nº 17/2018-DAP, ambos datados de 10 de abril de 2018, remeteu cópia de expedientes oriundos da 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro/RJ (ofício nº 240/2018/OF, de 13/03/2018 e ofício nº286/2018/OF, de 19/03/2018), para ciência. No ofício nº 240/2018/OF, o juízo da 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro/RJ, solicitou que: "Solicito as necessárias providências a fim de que seja expedido AVISO referente ao processo de Recuperação Judicial do Grupo OI (proc. 0203711-65.2016.8.19.0001) para que chegue ao conhecimento dos seus subordinados órgãos julgadores que: 'Com a aprovação do plano de recuperação judicial do Grupo OI, permanece inalterada a decisão deste Juízo, confirmada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro nos autos do AI 0034576-58.2016.8.19.0000, que permitiu a expedição de alvarás para liberação de valores espontaneamente depositados pelas Recuperandas antes de 21/06/2016, com a expressa finalidade de pagamentos de credores, bem como os valores depositados antes da referida data em execuções nas quais tenha havido preclusão ou trânsito em julgado de sentença de embargos à execução ou da decisão final de impugnação ao cumprimento de sentença'". No ofício nº 286/2018/OF, o Juízo Universal também solicitou o seguinte: "Solicito as necessárias providências a fim de que seja expedido AVISO referente ao processo de Recuperação Judicial do Grupo OI (proc. 0203711-65.2016.8.19.0001) para que chegue ao conhecimento dos seus subordinados órgãos julgadores que: 'Com a realização da Assembleia Geral de Credores realizada em 19.12.2017, os processos ajuizados em face do Grupo OI/TELEMAR que se encontravam suspensos podem retomar seu curso, sendo certo que aqueles que cuidam de créditos concursais (constituídos antes de 20.6.2016) deverão ser pagos na forma do plano aprovado, extinguindo-se, então, os processos em curso. Com relação aos créditos extraconcursais, as ações seguem seu curso natural, mas, na esteira do posicionamento da doutrina e da jurisprudência, os atos de constrição devem ser determinados pelo Juízo da Recuperação". Assim, os processos que tem por objeto créditos concursais (constituídos antes de 20/06/2016), deverão ser extintos e os créditos se sujeitarão aos critérios estabelecidos no plano de recuperação aprovado. Já no que tange aos processos que tem por objeto créditos extraconcursais (constituídos após 20/06/2016) deverão prosseguir até a liquidação do crédito e o trânsito em julgado de eventual impugnação ao cumprimento de sentença ou embargos à execução, oportunidade em que deverá ser oficiado ao Juízo da Recuperação Judicial comunicando a necessidade do pagamento do crédito, uma vez que os atos de constrição devem ser efetuados exclusivamente pelo Juízo Universal, nos termos da pacífica jurisprudência do STJ: "AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. DEFERIMENTO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. MEDIDAS DE CONSTRIÇÃO DO PATRIMÔNIO DA EMPRESA. CRÉDITO EXTRACONCURSAL. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. AGRAVO IMPROVIDO. 1. São incompatíveis com a recuperação judicial os atos de execução proferidos por outros órgãos judiciais de forma simultânea com o curso da recuperação ou da falência das empresas devedoras, de modo a configurar conflito positivo de competência. 2. Tratando-se de crédito constituído depois de ter o devedor ingressado com o pedido de recuperação judicial (crédito extraconcursal), está excluído do plano e de seus efeitos (art. 49, caput, da Lei n. 11.101/2005). Porém, a jurisprudência desta Corte tem entendido que, como forma de preservar tanto o direito creditório quanto a viabilidade do plano de recuperação judicial, o controle dos atos de constrição patrimonial relativos aos créditos extraconcursais deve prosseguir no Juízo universal. 3. Franquear o pagamento dos créditos posteriores ao pedido de recuperação por meio de atos de constrição de bens sem nenhum controle de essencialidade por parte do Juízo universal acabará por inviabilizar, a um só tempo, o pagamento dos credores preferenciais, o pagamento dos credores concursais e, mais ainda, a retomada do equilíbrio financeiro da sociedade, o que terminará por ocasionar na convolação da recuperação judicial em falência, em prejuízo de todos os credores, sejam eles anteriores ou posteriores à recuperação judicial. 4. Agravo regimental improvido". (AgRg nos EDcl no CC 136.571/MG, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24/05/2017, DJe 31/05/2017). G.n. Sobre o tema, o art. 49, caput, da Lei n.º 11.105/05 estabelece que "estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos". Além disso, o art. 59, caput, do mesmo diploma legal prevê que "o plano de recuperação judicial implica novação dos créditos anteriores ao pedido, e obriga o devedor e todos os credores a ele sujeitos, sem prejuízo das garantias, observado o disposto no § 1.º do art. 50 desta Lei". Com efeito, a aprovação do plano de recuperação judicial implica em novação das dívidas nele incluídas. No caso concreto, considerando que o crédito teve fato gerador anterior ao pedido de recuperação judicial, estará sujeito à recuperação judicial, devendo a parte exequente promover a habilitação do crédito perante o juízo da recuperação judicial com base na expedição da certidão de crédito deste juízo, o que deve ser providenciado pela Secretaria. Entendimento diverso implicaria ferir o princípio da isonomia já que a parte exequente receberia seu crédito em detrimento dos demais credores sujeitos à recuperação. Com efeito, o processo deverá ser extinto, para que o exequente, habilite seu crédito na forma do plano aprovado, já que o crédito é concursal, porquanto constituído antes da Recuperação Judicial. Assim, diante da novação da dívida perseguida na presente demanda, de rigor a extinção do processo nos termos do art. 924, III, do Código de Processo Civil. Ante o exposto, JULGO EXTINTO o processo com fundamento no art. 924, III, do Código de Processo Civil. Sem custas e/ou honorários (Lei 9.099/95, art. 54). Determino a remessa dos autos à contadoria para atualização dos cálculos, conforme dispositivo da sentença. Após, determino a expedição de certidão de crédito à exequente, devendo ainda, ser encaminhada mediante ofício ao Juízo Universal (7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro/RJ) para que a parte exequente, caso queira, promova a habilitação de seus créditos, no

bojo da recuperação judicial. P.R.I.C Nova Monte Verde/MT, 12 de dezembro de 2019 . BRUNO CÉSAR SINGULANI FRANÇA Juiz de Direito

Comarca de Nova Ubiratã

Vara Única

Expediente

Intimação das Partes
JUIZ(A): Glauber Lingiardi Strachicini
Cod. Proc.: 64045 Nr: 1301-76.2017.811.0107
AÇÃO: Monitória->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANCA E INVESTIMENTO OURO VERDE DO MATO GROSSO - SICREDI OURO VERDE MT
PARTE(S) REQUERIDA(S): ALBERI BAMPI
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANDRE DE ASSIS ROSA - OAB:12809
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: RENATO NEGRÃO BARBOSA JUNIOR - OAB:22228/A
Ante o exposto, REJEITO os embargos monitórios e JULGO PROCEDENTE a pretensão inicial e assim o faço para constituir o débito apontado na inicial em título executivo judicial, na forma do art. 701, § 2º, do NCPC, com incidência de correção monetária pelo índice INPC e juros moratórios de 1% ao mês, a partir do vencimento da obrigação. Como consequência, resolvo o mérito da presente demanda, na forma do art. 487, inciso I, do NCPC.CONDENO, ainda, a parte requerida ao pagamento das custas judiciais e despesas processuais, além de honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% do valor atualizado da causa, nos termos do artigo 82, § 2º, do NCPC. Contudo, considerando tratar-se de parte assistida por advogado dativo, fica dispensada do pagamento, observada, porém, a norma do art. 98, § 3º, do Novo Código de Processo Civil.Após o trânsito em julgado, convertido o mandado inicial em executivo, este passará a tramitar segundo o rito especial dos arts. 523 e ss. do NCPC, devendo a parte exequente, caso tenha interesse no prosseguimento da cobrança, apresentar o demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, na forma da lei.Transitada em julgada esta sentença, EXPEÇA-SE certidão de honorários advocatícios em favor do advogado nomeado para patrocinar os interesses da requerida (02 URH), nos termos da Tabela OAB/MT.Publique-se. Registre-se. Intimem-se.Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Glauber Lingiardi Strachicini
Cod. Proc.: 68200 Nr: 889-14.2018.811.0107
AÇÃO: Monitória->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Banco do Brasil S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): MARGARIDA NATALIA PETZHOLD VOIEVODA, MIUTON CEZAR VOIEVODA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FABIULA MULLER KOENIG - OAB:22819/MT, GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELLI - OAB:17980/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE a pretensão inicial e assim o faço para constituir o débito apontado na inicial, em título executivo judicial, na forma do art. 701, § 2º, do NCPC, com incidência de correção monetária pelo índice INPC, a partir do vencimento da obrigação, e juros moratórios de 1% ao mês, a partir da citação válida. Como consequência, resolvo o mérito da demanda, na forma do art. 487, inciso I, do NCPC.CONDENO, ainda, a parte requerida ao pagamento das custas judiciais e despesas processuais, além de honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% do valor atualizado da causa, nos termos do artigo 82, § 2º, do NCPC.Após o trânsito em julgado, convertido o mandado inicial em executivo, este passará a tramitar segundo o rito especial dos arts. 523 e ss. do NCPC, devendo a parte exequente, caso tenha interesse no prosseguimento da cobrança, apresentar o demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, na forma da lei.Publique-se. Registre-se. Intimem-se.Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 68172 Nr: 875-30.2018.811.0107
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: PRODUZIR AGROPECUÁRIA LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
PARTE(S) REQUERIDA(S): MINORGAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FERTILIZANTES S.A.
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: BRUNO RAFAEL DA SILVA TAVEIRA - OAB:15471
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FERNANDA CRISTINA ROSSETO BORELLI - OAB:329984, GUILHERME SETOGUTI JULIO PEREIRA - OAB:286575
No termo da legislação vigente, intimo as partes para manifestar, no prazo de 10 dias, acerca do laudo pericial de ref:77.

Comarca de Novo São Joaquim

Diretoria do Fórum

Portaria

PORTARIA N. 40/2019-CA
O DOUTOR ALEXANDRE MEINBERG CEROY, MM. Juiz de Direito Diretor do Fórum da Comarca de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
NOMEAR o Senhor Iago Barbosa Utsunomiya, portador do RG nº. 23070943 SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 052.285.881-32, para exercer o cargo de Assessor de Gabinete II – CNE VIII, do Juízo da Vara Única e Juizado Especial da Comarca de Novo São Joaquim, com efeitos a partir da assinatura do Termo de Posse e Exercício, que deverá ser assinado e editado a partir da data de publicação desta.
Publique-se, cumpra-se, remetendo-se a cópia ao Egrégio Tribunal de Justiça.
Novo São Joaquim, 11 de dezembro de 2019.
Alexandre Meinberg Ceroy
Juiz de Direito – Diretor do Foro

Comarca de Paranaita

Vara Única

Expediente

Edital de Intimacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 67056 Nr: 997-84.2015.811.0095
AÇÃO: Divórcio Litigioso->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: EDS
PARTE(S) REQUERIDA(S): SMDS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Celso Sales Júnior - OAB:11111
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO 20 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) intimada(s): ELIETE DA SILVA, Cpf: 96218053172, Rg: 0711514-8, Filiação: Maria Aparecida de Jesus e Rafel José da Silva, data de nascimento: 09/03/1977, natural de Naviraí-MS, casado(a), Telefone 06696325786. atualmente em local incerto e não sabido
FINALIDADE: INTIMAÇÃO da parte acima qualificada, atualmente em lugar incerto e não sabido, dos termos da r. sentença proferida nos autos e a seguir transcrita. .
Sentença: Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE a pretensão inicial para o fim de decretar o divórcio do casal ELIETE DA SILVA MENDES DOS SANTOS em face de SIDINEY MENDES DOS SANTOS.Em consequência, julgo extinto o feito, com resolução do mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do Novo Código de Processo Civil.Transitada em julgado esta sentença, EXPEÇA-SE mandado de averbação ao Cartório de Registro Civil competente.Expeça-se a secretaria a certidão de honorários dos

advogados nomeados nos autos. Publique-se. Intimem-se. Intimem-se.Cumpra-se, expedindo-se o necessário.
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, ALACIR ANTÔNIO DA CÁS, digitei.
Paranaíta, 22 de julho de 2019
Maria Lourdes de Souza Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.205/CNGC

Juizado Especial Cível e Criminal

Intimação

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1000031-02.2018.8.11.0095
Parte(s) Polo Ativo:
FERREIRA & PELEGRINI LTDA - ME (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO FRANCISCO FERREIRA OAB - PR0058131A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LUCIANA RAMOS MARTINS (EXECUTADO)

CERTIDÃO Certifico que, intimo a parte autora através de seu(sua) advogado(a) com procuração nos autos, da data da audiência de conciliação que se realizará no dia 17/02/2020, às 12h20. Certifico ainda que, se o(a) advogado(a) optar pela intimação pessoal da parte autora, deverá requerer até o prazo máximo de 05 (cinco) dias antes da audiência. Certifico também que o(a) advogado(a) deve se fazer comparecer a audiência juntamente com a parte do processo. Paranaíta/MT, 12 de dezembro de 2019. Erevelto Fernando Eberhardt Brachtvogel - Técnico Judiciário - Matrícula 11.370

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1000194-79.2018.8.11.0095
Parte(s) Polo Ativo:
FERREIRA & PELEGRINI LTDA - ME (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO FRANCISCO FERREIRA OAB - PR0058131A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOAO FILHO ALVES PEREIRA (EXECUTADO)

CERTIDÃO Certifico que, intimo a parte autora através de seu(sua) advogado(a) com procuração nos autos, da data da audiência de conciliação que se realizará no dia 17/02/2020, às 13h. Certifico ainda que, se o(a) advogado(a) optar pela intimação pessoal da parte autora, deverá requerer até o prazo máximo de 05 (cinco) dias antes da audiência. Certifico também que o(a) advogado(a) deve se fazer comparecer a audiência juntamente com a parte do processo. Paranaíta/MT, 12 de dezembro de 2019. Erevelto Fernando Eberhardt Brachtvogel - Técnico Judiciário - Matrícula 11.370

Comarca de Pedra Preta

Vara Única

Intimação

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000937-80.2019.8.11.0022
Parte(s) Polo Ativo:
BERNARDINO PROENCA COELHO (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
DUILIO PIATO JUNIOR OAB - MT3719-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE PEDRA PRETA VARA ÚNICA DE PEDRA PRETA Rua Oscar Soares, 443, CENTRO, PEDRA PRETA - MT - CEP: 78795-000 INTIMAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO RAFAEL SIMAN CARVALHO PROCESSO n. 1000937-80.2019.8.11.0022 Valor da causa: R$ 72.468,50 ESPÉCIE: [ANULAÇÃO DE DÉBITO FISCAL] ->PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) POLO ATIVO: Nome: BERNARDINO PROENCA COELHO Endereço: Av. Presidente Médice, 1.144, Centro, PEDRA PRETA - MT - CEP: 78795-000 POLO PASSIVO: Nome: Estado de Mato Grosso Endereço: AC PALÁCIO PAIAGUAS, CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO, CUIABÁ - MT - CEP: 78000-000 FINALIDADE: INTIMAÇÃO DO PATRONO DO POLO ATIVO intimando o patrono do autor para que no prazo de 05 (cinco) dias, efetue o pagamento da diligência do Sr. Oficial de Justiça, para cumprimento do mandado que será encaminhado a Comarca de Cuiabá-MT, via Central de Mandados. Emitir a Guia pelo Sistema de Diligência no site www.tjmt.jus.br. Em caso de não constar o endereço na Planilha de Zoneamento, comunico que seja contactado a Central de Mandado da Comarca de Cuiabá-MT, para dirimir as dúvidas, encaminhando o comprovante de pagamento aos autos para posterior juntada. PEDRA PRETA, 12 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001044-27.2019.8.11.0022
Parte(s) Polo Ativo:
BERNARDINO PROENCA COELHO (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
DUILIO PIATO JUNIOR OAB - MT3719-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE PEDRA PRETA VARA ÚNICA DE PEDRA PRETA Rua Oscar Soares, 443, CENTRO, PEDRA PRETA - MT - CEP: 78795-000 INTIMAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO RAFAEL SIMAN CARVALHO PROCESSO n. 1001044-27.2019.8.11.0022 Valor da causa: R$ 82.869,43 ESPÉCIE: [LIMINAR, ANULAÇÃO DE DÉBITO FISCAL] ->PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) POLO ATIVO: Nome: BERNARDINO PROENCA COELHO Endereço: Av. Presidente Médice, 1.144, Centro, PEDRA PRETA - MT - CEP: 78795-000 POLO PASSIVO: Nome: Estado de Mato Grosso Endereço: Avenida Historiador Rubens de Mendonça, 5350, s/n, Centro Político Administrativo, CUIABÁ - MT - CEP: 78049-946 FINALIDADE: INTIMAÇÃO DO PATRONO DO POLO ATIVO intimando o patrono do autor para que no prazo de 05 (cinco) dias, efetue o pagamento da diligência do Sr. Oficial de Justiça, para cumprimento do mandado que será encaminhado a Comarca de Cuiabá-MT, via Central de Mandados. Emitir a Guia pelo Sistema de Diligência no site www.tjmt.jus.br. Em caso de não constar o endereço na Planilha de Zoneamento, comunico que seja contactado a Central de Mandado da Comarca de Cuiabá-MT, para dirimir as dúvidas, encaminhando o comprovante de pagamento aos autos para posterior juntada. PEDRA PRETA, 12 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar

as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código" e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código", clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o "Código" localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade "Solicitar Habilitação", sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba "Expedientes" no "Painel do Representante Processual", sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Ato Ordinatório Classe: CNJ-496 GUARDA
Processo Número: 1000030-08.2019.8.11.0022
Parte(s) Polo Ativo:
S. A. T. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RENATO GONÇALVES RAPOSO OAB - MT0009892A-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
P. A. F. (REQUERIDO)
F. A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
WELSON GAIVA MARINO OAB - MT0014033A-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MATO GROSSO 14.921.092/0001-57 (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE PEDRA PRETA Por determinação do MM. Juiz de Direito desta Comarca - ante a ausência da Defensoria Pública, nomeio como defensor(a) dativo(a) o(a) causídico(a) militante nesta municipalidade o Dr Renato Gonçalves Raposo - OAB/MT nº 9892, para promover a defesa da autora, conforme despacho exarado nos autos. PEDRA PRETA, 12 de dezembro de 2019. MARCO ANDRE BATISTA AMORIM Gestor(a) Judiciário(a) SEDE DO VARA ÚNICA DE PEDRA PRETA E INFORMAÇÕES: Rua Oscar Soares, 443, CENTRO, PEDRA PRETA - MT - CEP: 78795-000 - TELEFONE: (66) 34861197

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 45760 Nr: 1353-41.2014.811.0022
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Jandira Gomes Quevedo
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional de Seguros Social - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Luzia Stella Muniz - OAB:MT/4273/B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
INTIMAÇÃO DO(S) ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA, para que no prazo de 10 (dez) dias, manifeste-se nos autos quanto ao laudo pericial.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 68899 Nr: 1035-19.2018.811.0022
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Lindoval Salustiano da Silva
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional de Seguro Social - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Tatiane Sayuri Ueda Miqueloti - OAB:MT/8877/B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Procurador(a) Federal do INSS - Mato Grosso - OAB:
INTIMAÇÃO DO(S) ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA, para que no prazo de 10 (dez) dias, manifeste-se nos autos quanto ao laudo pericial.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 66845 Nr: 215-97.2018.811.0022
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: José Santana Costa
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional da Previdência Social - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ADILA ARRUDA SAFI - OAB:3611, Renata Bavaresco de Souza - OAB:14.627
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
INTIMAÇÃO DO(S) ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA, para que no prazo de 10 (dez) dias, manifeste-se nos autos quanto ao laudo pericial.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 65905 Nr: 2991-07.2017.811.0022
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Maria Helena da Silva
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Edenicio Avelino Santos - OAB:MT/15525
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
INTIMAÇÃO DO(S) ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA, para que no prazo de 10 (dez) dias, manifeste-se nos autos quanto ao laudo pericial.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 63725 Nr: 2083-47.2017.811.0022
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: José Francisco Santos
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Márcia Maria Mancoso Baptista - OAB:3.560-B/MT, Mauri Carlos Alves de Almeida Filho - OAB:MT/9981-B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
INTIMAÇÃO DO(S) ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA, para que no prazo de 10 (dez) dias, manifeste-se nos autos quanto ao laudo pericial.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 63190 Nr: 1844-43.2017.811.0022
AÇÃO: Interdição->Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Renata Santos Carvalho
PARTE(S) REQUERIDA(S): Rail Nunes dos Santos
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Glicya de Oliveira Theodoro Lima - OAB:19.045
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Gilberto Machado Custódio - OAB:MT/6.435
INTIMAÇÃO DO(S) ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA, para que no prazo de 10 (dez) dias, manifeste-se nos autos quanto ao laudo pericial.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 58537 Nr: 2272-59.2016.811.0022
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: João de Oliveira Souza
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional de Seguros Social - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Denise Rodeguer - OAB:291039
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Procurador(a) Federal do INSS - Mato Grosso - OAB:

INTIMAÇÃO DO(S) ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA, para que no prazo de 10 (dez) dias, manifeste-se nos autos quanto ao laudo pericial.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 46382 Nr: 1624-50.2014.811.0022
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Maria Helena Walker Brum, Marisa Teresinha Walker
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS- INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Odair Donizete Ribeiro - OAB:109334
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Procurador(a) Federal do INSS - Mato Grosso - OAB:
INTIMAÇÃO DO(S) ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA, para que no prazo de 10 (dez) dias, manifeste-se nos autos quanto ao laudo pericial.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 47981 Nr: 2212-57.2014.811.0022
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Francisco Canide Barros
PARTE(S) REQUERIDA(S): Porto Seguro Cia de Seguros
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Nádia Fernandes Ribeiro - OAB:4038/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Renato Chagas Corrêa da Silva - OAB:MT/8184-A
INTIMAÇÃO DO(S) ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA, para que no prazo de 10 (dez) dias, manifeste-se nos autos quanto ao laudo pericial.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 57709 Nr: 1864-68.2016.811.0022
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Carlos Gonçalves da Silva
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional de Seguro Social - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Nilson Novaes Porto - OAB:20487/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Procurador(a) Federal do INSS - Mato Grosso - OAB:
INTIMAÇÃO DO(S) ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA, para que no prazo de 10 (dez) dias, manifeste-se nos autos quanto ao laudo pericial.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 60848 Nr: 777-43.2017.811.0022
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Evanildes Alves Ribeiro
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social-INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: João Ricardo Filipak - OAB:MT/11551/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Procurador(a) Federal do INSS - Mato Grosso - OAB:
INTIMAÇÃO DO(S) ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA, para que no prazo de 10 (dez) dias, manifeste-se nos autos quanto ao laudo pericial.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 61016 Nr: 868-36.2017.811.0022
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: José Francisco de Souza
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social-INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Genia Pontes da Silva de Paula - OAB:MT/8.611
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Procurador(a) Federal do INSS - Mato Grosso - OAB:
INTIMAÇÃO DO(S) ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA, para que no prazo de 10 (dez) dias, manifeste-se nos autos quanto ao laudo pericial.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 65833 Nr: 2970-31.2017.811.0022
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Eliana da Silva
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Genia Pontes da Silva de Paula - OAB:MT/8.611
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
INTIMAÇÃO DO(S) ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA, para que no prazo de 10 (dez) dias, manifeste-se nos autos quanto ao laudo pericial.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 69417 Nr: 1252-62.2018.811.0022
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Erisvaldo da Silva Souza
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional da Previdência Social - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ADILA ARRUDA SAFI - OAB:3611
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Procurador(a) Federal do INSS - Mato Grosso - OAB:
INTIMAÇÃO DO(S) ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA, para que no prazo de 10 (dez) dias, manifeste-se nos autos quanto ao laudo pericial.

Juizado Especial Cível e Criminal

Intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001313-66.2019.8.11.0022
Parte(s) Polo Ativo:
RAFAEL ALVES RODRIGUES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CRISTIANO ALVES SANTOS OAB - MT22858/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1001313-66.2019.8.11.0022 POLO ATIVO:RAFAEL ALVES RODRIGUES ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: CRISTIANO ALVES SANTOS POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: Sala de audiência de conciliação de Pedra Preta Data: 29/01/2020 Hora: 13:40 , no endereço: RUA OSCAR SOARES, 443, CENTRO, PEDRA PRETA - MT - CEP: 78795-000 . CUIABÁ, 12 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Expediente

Edital de Intimacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 42067 Nr: 333-49.2013.811.0022
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Antonio Luiz Peres
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Edital de Intimação - Pagamento de Custas ME101
Prazo do Edital:20
Nome do(s) Intimando (a,s): Denunciado(a): Antonio Luiz Peres, Cpf: 14163110178, Rg: 1038629-7 SJ MT Filiação: Sebastião Crispim Peres e Maria Joaquina Maciel, data de nascimento: 19/01/1954, brasileiro(a), natural de Alto porã-SP, casado(a), pecuarista, Endereço: Gleba Rio

Vermelho, Bairro: Estância Dois Irmãos, Cidade: Rondonópolid-MT,
Valor das Custas Processuais:933,72 (novecentos e trinta e três reais e setenta e dois centavos)
Prazo para pagamento:05
Pagamento sob pena de:restrição de vosso nome e CPF junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, §5º da CNGC-TJMT.
Nome e cargo do digitador:Vanessa M. Lemos Pereira
Nº Ord. Serv. aut. escrivão assinar:

Comarca de Poconé

Diretoria do Fórum

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 181478 Nr: 4683-52.2019.811.0028
AÇÃO: Processo Administrativo->PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS
PARTE AUTORA: KSCM
PARTE(S) REQUERIDA(S): 1SNeRdCdP, ARdP
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FERNANDA PIEPER ESPINOLA - OAB:8489, LUIS GUTEMBERG EUBANK DE ARRUDA - OAB:3.009, LUIS LAUREMBERG EUBANK DE ARRUDA - OAB:4493, MARCO ANTONIO JOBIM - OAB:6412
Impulsiono os autos nos termos da legislação vigente, para intimação do advoado do polo passido, para ciencia da juntada da devolução da carta precatória expedida visando a oitiva da testemunha Ramon Fagundes Botelho.

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 171335 Nr: 1299-81.2019.811.0028
AÇÃO: Processo Administrativo->PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS
PARTE AUTORA: RDOCD
PARTE(S) REQUERIDA(S): 1SNeRdCdP, ARdP, EFEdPA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: AUGUSTO MARIO VIEIRA NETO - OAB:15948/MT, Clovis Sgusrezi Mussa de Moraes - OAB:14.485/MT, Vittor Arthur Galdino - OAB:13.955/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Luis Lauremberg Eubank de Arruda - OAB:4.493-MT, MARCO ANTONIO JOBIM - OAB:6412
Impulsiono os autos nos termos da legislação vigente para intimação das partes da audiência designada (ref. 156) para oitiva da testemunha Eduardo Adalberto da Silva, nos autos de Carta Precatória expedida para a Comarca de Cuiabá/MT, sob o nº 7466-37.2019.811.0041 - Código 1438821, no dia 05 de fevereiro de 2020, às 15 horas.

Vara Única

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Kátia Rodrigues Oliveira
Cod. Proc.: 78011 Nr: 848-03.2012.811.0028
AÇÃO: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Banco Pan S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): Milton Aparecido Silva Moraes
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR - OAB:16168/A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
DESPACHO
VISTOS
DEFIRO o pedido contido à fl. 48, com o fim de localizar o atual endereço da parte requerida.
DETERMINO o acesso aos sistemas conveniados ao Tribunal de Justiça (BACENJUD, INFOJUD, RENAJUD, INFOSEG) solicitando informações acerca do endereço do executado MILTON APARECIDO SILVA MORAES, devendo ser instruído com as informações do requerido eventualmente constante nos autos (filiação, data de nascimento, CPF, RG, dentre outras).
Localizado o endereço da devedora, de-se vista ao exequente.
Sendo infrutífera a busca de dados do(a) executado(a), a secretaria deverá intimar o(a) exequente para manifestar-se, em 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento dos autos.
Cumpra-se, expedindo o necessário.
Katia Rodrigues Oliveira
Juíza de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Kátia Rodrigues Oliveira
Cod. Proc.: 28 Nr: 63-95.1999.811.0028
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Banco do Brasil S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): Antonio Lucas, Catarino Donato da Silva
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Louise Rainer Pereira Gionédis - OAB:16.691/A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
CÓDIGO: 28
DECISÃO
VISTOS,
Requer o exequente o acesso ao Sistema Anoreg a fim de localizar bens em nome do executado.
Ocorre que o referido sistema não constitui único meio para obter informações acerca de bens existentes em nome da parte.
A parte autora por sua vez, não comprovou que esgotaram-se os meios para obtenção de eventuais propriedades em nome do devedor.
Dessa forma, considerando que o exequente não se trata de parte hipossuficiente, possuindo meios para localizar bens em nome do executado, aliado ao fato de que não há prova da impossibilidade de procurar outros meios para obtenção da informação, ou que os referidos dados estejam em sigilo, INDEFIRO o pedido de acesso ao Sistema da ANOREG.
Intime-se o exequente para dar prosseguimento ao feito no prazo de 15 dias, sob pena de extinção.
Cumpra-se, expedindo o necessário.
Katia Rodrigues Oliveira
Juíza de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Kátia Rodrigues Oliveira
Cod. Proc.: 182 Nr: 16-24.1999.811.0028
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Banco RCI Brasil S.A, Aciley Gonçalina da Silva, Arlindo Angelo de Moraes, Antonio Manoel da Silva, Ana Rita de Cassia e Silva, Aristote Bivar da Silva, Caio Pio da Silva Campos, Cristóvão Afonso da Silva, Donizetti Prado Filho, Evaristo Flumencio da Silva, Durval Pontes, Cyra Regina da Silva, Donizetti do Prado, Eleuza Antonia da Silva, Benedito Nélio Guimarães Eubank, Rodolfo Gomes da Silva, José Sebastião Gomes da Silva, Luiz Alberto Gomes da Silva, Rogério Cesar Gomes da Silva, João Evangelista da Silva, Jose Gomes da Silva
PARTE(S) REQUERIDA(S): Massa Falida Alcopan Alcool do Pantanal Ltda, Silvio Zulli, Nicola Cassani Zulli, Enio Zulli, Rubens Zulli, Luzia Leonil de Lesse Zulli, Isidoro Zulli
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Amanda Carina Uehara Paula de Lara - OAB:21.387-B, Anely de Moraes Pereira Merlin - OAB:13571-B/MT, ANTONIO FRANCISCATO SANCHES - OAB:2321, Antonio Franciscato Sanches - OAB:2321-B, Antonio Manoel da Silva - OAB:, BRUNO RAMOS DOMBROSKI - OAB:173725, Cinara Campos Carneiro - OAB:8521/MT, Dariel Elias de Souza - OAB:11945-B/MT, DARIEL ELIAS DE SOUZA - OAB:11945/B, Deivison Vinicius Kunkel Lopes - OAB:14690, Deivison Vinicius Kunkel Lopes de Souza - OAB:14690, Fabio Luis Nascimento dos Santos da Mota - OAB:19615, Gracielle de Almeida Campos - OAB:10847/MT, Helenise Sesti Reghelin - OAB:57752/RS, João Batista Araujo Barbosa - OAB:9847/MT, João Batista Ferreira - OAB:10962-B, Kamill Santana Castro e Silva - OAB:11887-B/MT, Luana de Almeida e Almeida Barros - OAB:7381/MT, Luiz Carlos Caceres - OAB:26822-B/PR, Nagib Kruger - OAB:4419/MT, Nelson Feitosa Junior - OAB:8656/MT, Rodrigo Luis da Silva Rosa - OAB:18.099, William José de Araújo - OAB:3928/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Alfredo Ribeiro da Cunha

Lobo - OAB:39684/DF, Marcelo Dias de Paula - OAB:39976/DF
CÓDIGO: 182
DESPACHO
VISTOS,
Considerando o efeito suspensivo conferido ao recurso, defiro o pedido da parte executada, a fim de manter os autos suspensos até ulterior decisão do STJ.
Mantenham-se os autos na serventia a juntada do acórdão.
Intimem-se as partes da presente.
Cumpra-se, expedindo o necessário.
Katia Rodrigues Oliveira
Juíza de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Kátia Rodrigues Oliveira
Cod. Proc.: 7380 Nr: 10-85.1997.811.0028
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Banco RCI Brasil S.A
PARTE(S) REQUERIDA(S): Garimpagem Rondon LTDA-ME
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: José Arnaldo Janssen Nogueira - OAB:19081-A/MT, Servio Tulio de Barcelos - OAB:44698/MG
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Valdecir Errera - OAB:3.365-A
CÓDIGO: 7380
DESPACHO
VISTOS,
Considerando que a forma de pagamento estabelecida na ocasião da arrematação foi o parcelamento, não havendo comprovante de pagamento juntado aos autos, INDEFIRO o pedido de fls. 239.
Ademais, certifique-se se as partes foram devidamente intimadas da realização do leilão e da venda do imóvel, bem como se houve interposição de recurso quanto ao leilão realizado para adjudicação do bem.
Intime-se.
Cumpra-se, expedindo o necessário.
Katia Rodrigues Oliveira
Juíza de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Kátia Rodrigues Oliveira
Cod. Proc.: 7892 Nr: 719-76.2004.811.0028
AÇÃO: Ação Civil Pública->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Ministerio Publico do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Municipio de Poconé -MT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Lucas Guimarães Rodrigues Gouveia - OAB:16928/MT
CÓDIGO: 7892
DECISÃO
VISTOS,
Insurge o Município requerido contra suposta irregularidade na intimação da sentença proferida por Instância Superior, afirmando que fora feita por Carta de Ordem, sendo a remessa a via correta para a devida comunicação dos atos processuais a Procuradoria.
Ocorre que se trata de ordem emanada pela 1ª Câmara de Direito Público e Coletivo, sendo remetida a este juízo apenas para o cumprimento (fls. 294/295), o qual fora devidamente efetivado conforme certidão de fls 300.
Dessa forma, em se tratando de ordem exarada por Instância Superior, em que esta comarca atuou tão somente como juízo deprecado, não há que se falar em reconhecimento de nulidade por esta Magistrada, ante a reconhecida incompetência para anular ato determinado pelo E. TJMT.
Assim, deveria o pedido do Município réu ter sido efetuado no bojo dos autos quando estes se encontravam em sede recursal, e direcionado ao Exmo. Relator do acórdão que determinou a suposta intimação irregular, não ao juízo a quo.
Aliado a isso, verifica-se que a citação do Município quanto ao cumprimento de sentença fora feita conforme o previsto no §1º do art. 183 do CPC, não havendo qualquer causa passível de nulidade.
Com tais considerações, tendo em vista a incompetência desse juízo para apreciar a matéria alegada pelo Município requerido, bem como a preclusão do pedido do Requerido, tendo em vista que foi intimado do acórdão em 14.11.2017, INDEFIRO o petitório de fls 307/308.
Considerando que a referida manifestação não detém efeito suspensivo, certifique-se quanto ao decurso do prazo para cumprimento voluntário da sentença.
Intimem-se as partes via remessa.
Cumpra-se, expedindo o necessário.
Katia Rodrigues Oliveira
Juíza de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Kátia Rodrigues Oliveira
Cod. Proc.: 15006 Nr: 3035-91.2006.811.0028
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Fazenda Pública Estadual
PARTE(S) REQUERIDA(S): Atail Marques do Amaral
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Flavia Beatriz Correa da Costa S. Soares - Subprocuradora-Geral - OAB:5351/MT, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
CÓDIGO: 15006
DECISÃO
VISTOS,
Trata-se de Ação de Execução Fiscal.
Em analise dos autos, observa-se que deferido a penhora online nos autos restou infrutífera fl.21/139.
Realizada a busca pelo sistema RENAJUD restou frutífera fl. 149.
Conforme a manifestação do exequente de fls.152/155, pela constrição mensal do rendimento do exequente no montante de 30%.
Pois bem.
Notório observar que no artigo 833, IV e §2° do CPC são bens impenhoráveis:
Art. 833 são impenhoráveis:
IV - os vencimentos, os subsídios, os soldos, os salários, as remunerações, os proventos de aposentadoria, as pensões, os pecúlios e os montepios, bem como as quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e de sua família, os ganhos de trabalhador autônomo e os honorários de profissional liberal, ressalvado o § 2º;
§ 2º O disposto nos incisos IV e X do caput não se aplica à hipótese de penhora para pagamento de prestação alimentícia, independentemente de sua origem, bem como às importâncias excedentes a 50 (cinquenta) salários-mínimos mensais, devendo a constrição observar o disposto no art. 528, § 8º, e no art. 529, § 3º.
Vale salientar que o artigo supramencioado prevê a inaplicabilidade da impenhorabilidade tratada pelo inciso acima, para o pagamento de prestações alimentícias.
Entretanto, a jurisprudência do STJ admite a penhora de 30% do salário nos casos de crédito não alimentício, desde que observada a Teoria do Mínimo Existencial:
AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. PENHORA DE 30% DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. EXCEPCIONAL POSSIBILIDADE. OBSERVÂNCIA DA TEORIA DO MÍNIMO EXISTENCIAL. PRECEDENTES. SÚMULA 83/STJ. REQUERIMENTO DA PARTE AGRAVADA DE APLICAÇÃO DA MULTA PREVISTA NO § 4º DO ART. 1.021 DO CPC/2015. NÃO CABIMENTO NA HIPÓTESE. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO. 1. O Tribunal de origem adotou solução em consonância com a jurisprudência do STJ, segundo a qual é possível, em situações excepcionais, a mitigação da impenhorabilidade dos salários para a satisfação de crédito não alimentar, desde que observada a Teoria do Mínimo Existencial, sem prejuízo direto à subsistência do devedor ou de sua família, devendo o Magistrado levar em consideração as peculiaridades do caso e se pautar nos princípios da proporcionalidade e razoabilidade. 2. Nos casos em que o recurso especial não é admitido com fundamento no enunciado n. 83 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, a impugnação deve indicar precedentes contemporâneos ou supervenientes aos mencionados na decisão combatida, demonstrando-se que outro é o entendimento jurisprudencial desta Corte. 3. A aplicação da multa prevista no § 4º do art. 1.021 do CPC/2015 não é automática, não se tratando de mera decorrência lógica do desprovimento do agravo interno em votação unânime. A condenação da parte agravante ao pagamento da aludida multa, a ser analisada em

cada caso concreto, em decisão fundamentada, pressupõe que o agravo interno mostre-se manifestamente inadmissível ou que sua improcedência seja de tal forma evidente que a simples interposição do recurso possa ser tida, de plano, como abusiva ou protelatória, o que, contudo, não se verifica na hipótese ora examinada. 4. Agravo interno improvido. (AgInt no AREsp 1386524/MS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/03/2019, DJe 28/03/2019).
Dessa forma, considerando a existência de entendimento em consonância com o pedido do Exequente, verifica-se que este merece acolhimento.
Assim, considerando que o exequente deixou de acostar aos autos demonstrativo dos rendimentos do executado, OFICIE-SE a Prefeitura Municipal a fim de que proceda o desconto em folha do executado na porcentagem de 30%, sob pena de incorrer em crime de desobediência.
Intime-se o exequente.
Cumpra-se, expedindo o necessário.
Katia Rodrigues Oliveira
Juíza de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Kátia Rodrigues Oliveira
Cod. Proc.: 152795 Nr: 1407-47.2018.811.0028
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Valdinei de Almeida Ferreira Gomes
PARTE(S) REQUERIDA(S): Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOELSON ELIAS DE ARRUDA - OAB:21577/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Fernando Cesar Zandonadi - OAB:5436-O/MT
Apresentada a proposta de honorários, INTIME-SE o Requerido para manifestar em 05 (cinco) dias, tendo em vista o pedido de perícia na contestação.Dessa forma, os honorários periciais serão incumbência do requerido.Anoto que a parte autora litiga sob o pálio da justiça gratuita.Com a manifestação favorável ao valor dos honorários, INTIME-SE a requerida para, em 05 (cinco) dias, sob pena de perda da prova, efetuar o recolhimento do valor dos honorários periciais em conta vinculada ao Juízo.Considerando que os quesitos da parte requerida encontram-se na contestação, INTIMEM-SE a parte requerente para apresentar quesitos, no prazo de 05 (cinco) dias.Em seguida, REMETAM-SE cópias dos quesitos apresentados pelas partes, cientificando, o perito nomeado, que caso entenda necessário analisar outros exames e laudos do feito, poderá retirar os autos em carga, pelo prazo de 05 (cinco) dias.Após, com a apresentação do laudo, promova-se a transferência, mediante alvará judicial, para a conta bancária a ser indicada pelo médico perito, Dr. JOÃO LEOPOLDO BAÇAN.Por fim, INTIMEM-SE, as partes, para no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestarem quanto ao laudo, voltando-me.Considerando o interesse das partes na audiência de instrução, DESIGNO o dia 07 de maio de 2020 às 14h00min.Intime-se na forma dos arts. 455, 269 e 270 do CPC/2015.Intimem-se.Cumpra-se, expedindo o necessário.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Kátia Rodrigues Oliveira
Cod. Proc.: 49968 Nr: 2474-62.2009.811.0028
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Jose Alves de Campos
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Aparecida Voine de Souza Néri - OAB:MT/8740-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Ana de Lourdes Barbosa Bastos - Procurador Federal - INSS - OAB:3.833
CÓDIGO: 49968
DESPACHO
VISTOS,
Tendo em vista a petição juntada à fl.136, intime-se a parte autora para manifestar-se e requerer o que entender de direito no prazo legal.
Ausente à manifestação, certifique-se.
Após, conclusos.
Intimem-se, cumpra-se expedindo o necessário.
Kátia Rodrigues Oliveira
Juíza de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 164966 Nr: 5813-14.2018.811.0028
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: TELMA LUCIA DOS SANTOS
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOSE ANTONIO SALDANHA POMPEU CARDOSO - OAB:21046/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
CERTIFICO que no demonstrativo do cálculo apresentado à ref. 56, não menciona o valor dos juros e respectivo índice aplicado para expedição do RPV, o que impossibilita a requisição de pagamento.
Nesses termos impulsiono INTIMAÇÃO DO EXEQUENTE para que no prazo de 15 (quinze) dias apresente planilha de cálculo com o respectivo valor e percentual dos juros adotados nos termos da lei.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 108303 Nr: 1170-18.2015.811.0028
AÇÃO: Procedimento Sumário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: José Brito de Moraes
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Lourival Alves Soares - OAB:13468/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Rui de Figueiredo Morais Segundo - Procuradoria Federal - OAB:2139680-Mat.MT
Certifico para intimar a parte a autora o retorno dos autos e manifestar no prazo legal.

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 153484 Nr: 1705-39.2018.811.0028
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Alessandro Rodrigues Tortorelli, LNT
PARTE(S) REQUERIDA(S): PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FELIPE CAMPOS LEITE - OAB:21005-/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JACKSON FREIRE JARDIM SANTOS - OAB:123907 /MG, Luiz Henrique Vieira - OAB:26417/A
Certifico para intimar as partes da juntada dos honorarios ref 37 e para manifestar no prazo legal

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 9323 Nr: 192-90.2005.811.0028
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Sicoob Central MT/MS - Central das Coop. de Créd Rural dos Estado de MT/MS
PARTE(S) REQUERIDA(S): Ana de Fátima de Lima, Cooperativa de Crédito Rural do Pantanal LTDA, Banco Cooperativo do Brasil S/A - BANCOOB
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Andressa Calvoso Carvalho de Mendonça. - OAB:6.173/MT, ROBERTO CAVALCANTI BATISTA - OAB:5868-A/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Fábio Schneider - OAB:5238, Fernando Henrique Machado da Silva - OAB:12866, Lara Cristina de Oliveira Lima - OAB:7614, MILENA DE JESUS MARTINS - OAB:250243/SP, Osmar Schneider - OAB:2152/MT, Paulo Fernando Schneider - OAB:8117, Rubiana Aparecida Barbieri - OAB:230.024/SP
PROCEDER vistas ao(s)executados (a,s) paramanifestar, no prazo de 15 (quinze) dias.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 11800 Nr: 21-02.2006.811.0028
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: Massa Falida de União Comercio Importação e Exportação Ltda
PARTE(S) REQUERIDA(S): Itamar de Almeida- ME
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Écio Roza - OAB:59.630, MAGDA REGINA MACIEL DA SILVA - OAB:78918
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Certifico e dou fé que, nesta data, afixei o EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS no átrio do Fórum, no lugar público de costume.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 83802 Nr: 2444-22.2012.811.0028
AÇÃO: Reintegração / Manutenção de Posse->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Arsenio Vicente de Araujo Bastos
PARTE(S) REQUERIDA(S): Edney Gonçalo de Araújo
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso -Pocone - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Alex Jose Silva - OAB:9.053/MT
Certifico que foram cumpridas todas determinações anteriores, o que encaminho ao arquivo os autos com as baixas e anotações de estilo, nos termos da sentença de fls 124 à 126.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 90466 Nr: 1713-89.2013.811.0028
AÇÃO: Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Joseildo Monteiro de Alcantara
PARTE(S) REQUERIDA(S): Bradesco Seguros S/A, Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Paulo Antonio Guerra - OAB:16276/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Renato Chagas Correa da Silva - OAB:8.184-A/MT
Certifico para intimar a parte requerida para, em 05 (cinco) dias, manifestar sobre a proposta de honorários a juntada na ref 73

Intimação das Partes
JUIZ(A): Kátia Rodrigues Oliveira
Cod. Proc.: 106102 Nr: 491-18.2015.811.0028
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Angelica Maria Guimarães Correa, Anielly Cristina Guimarães Curado
PARTE(S) REQUERIDA(S): BB Seguros - Companhia de Seguro Aliança do Brasil
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: VERA LUCIA DE SOUZA - OAB:9364-MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JACÓ CARLOS SILVA COELHO - OAB:15013-A/MT
DESPACHO
VISTOS,
Considerando a interposição dos Embargos de Declaração, vistas ao IRMP acerca dos termos do acordo de ref. 103, devendo apontar eventual discordância quanto a transação pactuada.
Havendo objeção, os embargos declaratórios serão devidamente analisados.
Caso haja concordância do IRMP, considerando que eventual nulidade foi sanada, mantenho a homologação.
Cumpra-se, expedindo o necessário.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Kátia Rodrigues Oliveira
Cod. Proc.: 134103 Nr: 1582-75.2017.811.0028
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: HELENA MUNIZ DE SOUZA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): Vivo Celular S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JACKSON RAPHAEL DELLA VALENTINA - OAB:20929/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Amanda B. de Oliveira Sodre Piona - OAB:13.333-MT
Com essas considerações e, com fundamento no artigo 487, incisos I do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido da autora, extinguindo o processo com resolução de mérito.Em conformidade com o posicionamento do E. STJ, deixo de condenar a ré em honorários advocatícios, considerando que não houve prova da resistência à exibição dos documentos pleiteados, ressaltando que a Requerida, ainda que em sede judicial, cumpriu com a decisão deferida nos autos.P.I.C.Transitada em julgado a presente sentença, após procedidas as baixas e anotações de estilo, arquivem-se os autos.Katia Rodrigues OliveiraJuíza de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Kátia Rodrigues Oliveira
Cod. Proc.: 183794 Nr: 5600-71.2019.811.0028
AÇÃO: Carta Precatória->Cartas->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Juizo de Direito da Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Com. De V. Grande/MT., Ministerio Publico do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Elicidio Campos Alexandre
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
DECISÃO
VISTOS,
Trata-se de Carta Precatória oriunda da Vara Especializada de Violência Domestica e Familiar Contra a Mulher – Várzea Grande.
A audiência de instrução e julgamento fora designada para o dia 12 de dezembro de 2019.
À ref. 12, o requerido pleiteia a redesignação do ato anteriormente aprazado em razão de haver outra audiência na cidade de Várzea Grande, no mesmo horário e data desta Comarca.
Pois bem.
Aduz o art. 265, § 1º do CPP que a audiência poderá ser adiada se, por motivo justificado, o defensor não puder comparecer.
Dito isso, DEFIRO o pedido feito na petição de ref.12, para tanto, redesigno a audiência para o dia 22 de janeiro de 2020 às 17h30min.
Intimem-se as partes.
Cumpra-se, expedindo o necessário.
Kátia Rodrigues Oliveira
Juíza de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 62368 Nr: 2047-31.2010.811.0028
AÇÃO: Procedimento Sumário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Oracilda da Silva Pontes
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Aparecida Voine de Souza Néri - OAB:MT/8740-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Diego Pereira Machado - Procurador Federal - OAB:70617/RS
ertifico para intimara as partes o retorno dos autos e para manifestar no prazo legal

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 111835 Nr: 2093-44.2015.811.0028
AÇÃO: Procedimento Sumário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Olicio Mendes da Silva
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Lourival Alves Soares - OAB:13468/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: WESLEY LAVOISIER DE BARROS NASCIMENTO- Procurador Federal - OAB:
Certifico para intimara as partes o retorno dos autos e para manifestar no prazolegal

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 97160 Nr: 875-15.2014.811.0028
AÇÃO: Procedimento Sumário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Tertulino Maria de Almeida
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: RICARDO FERREIRA GARCIA - OAB:7313/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DIEGO PEREIRA MACHADO - OAB:70617
Certifico para intimar as partes o retorno dos autos e para manifer no prazo legal

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 108301 Nr: 1169-33.2015.811.0028
AÇÃO: Procedimento Sumário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: José Munis de Oliveira
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Roberto Antonio Facchin Filho - OAB:13947
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Vanessa Viana Ribeiro - Procuradora Federal - OAB:2139167Matric
Certifico para intimara a parte Requerida o retorno dos autos e para maniestar no prazo legal

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Kátia Rodrigues Oliveira
Cod. Proc.: 117631 Nr: 376-60.2016.811.0028
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Maria Pereira dos Santos
PARTE(S) REQUERIDA(S): Juarez Antonio da Silva
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Defensoria Publica da Comarca de Poconé-MT - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: CLARISSA MARIA DA COSTA OCHOVE - OAB:, LUIZ GUTEMBERG EUBANK DE ARRUDA - OAB:3009/MT
CÓDIGO: 117631
DESPACHO
VISTOS,
Defiro o pedido de REF. 57, expeça-se mandado de penhora do imóvel, objeto da dissolução da união estável (art. 523, § 3º do CPC/2015).
Do auto de penhora será de imediato intimado o executado, na pessoa de seu advogado (arts. 272 e 273 do NCPC), ou, na falta deste, o seu representante legal, ou pessoalmente, por mandado ou pelo correio.
Cumpra-se.
Katia Rodrigues Oliveira
Juíza de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Kátia Rodrigues Oliveira
Cod. Proc.: 135857 Nr: 2282-51.2017.811.0028
AÇÃO: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): JOILSON LOPES DE OLIVEIRA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Antonio Samuel da Silveira - OAB:9948-A/MT, JAMIL ALVES DE SOUZA - OAB:12880/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
CÓDIGO:135857
DESPACHO
VISTOS,
Proceda-se as alterações necessárias.
Considerando o feito que se encontra parado a mas de 30 (trinta) dias, Intime-se o exequente por seu patrono para, no prazo de 05 (cinco) dias adotar as medidas pertinentes ao regular processamento da ação, sob pena de arquivamento
Ausente à manifestação ou sendo infrutífera intimação, certifique-se.
Cumpra-se.
Após, façam os autos conclusos.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Kátia Rodrigues Oliveira
Cod. Proc.: 103729 Nr: 3013-52.2014.811.0028
AÇÃO: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Banco Itaucard S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): Samuel Zanin
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: RAQUEL CRISTINA ROCKENBACH BLEICH - OAB:7655
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANILDO GONÇALO COELHO - OAB:15682/O
DESPACHO
VISTOS,
Proceda-se a juntada do inteiro teor do acórdão proferido e intimem-se as partes do retorno dos autos.
Não havendo manifestação no prazo de 15 dias, ao arquivo com baixas.
Cumpra-se, expedindo o necessário.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Kátia Rodrigues Oliveira
Cod. Proc.: 118469 Nr: 609-57.2016.811.0028
AÇÃO: Procedimento Sumário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Maria Cristina de Souza
PARTE(S) REQUERIDA(S): Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S.A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Jander Tadashi Babata - OAB:12.003-MT, Joedil Marciano Pires da Silva - OAB:10229/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Renato Chagas Correa da Silva - OAB:8.184-A/MT
DESPACHO
VISTOS,
Especifiquem as partes, de forma fundamentada, as provas que pretendem produzir no prazo de 10 (dez) dias sob pena de preclusão devendo, no mesmo prazo, depositar o rol de testemunhas caso haja interesse na produção de prova oral.
Após, CERTIFIQUE-SE se necessário e façam os autos conclusos.
CUMPRA-SE.
Katia Rodrigues Oliveira
Juíza de Direito

Sentença

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1001850-44.2019.8.11.0028
Parte(s) Polo Ativo:
ANGELICA MARIA MEZZOMO DA SILVA (REQUERENTE)
LUIZ CARLOS DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOEDIL MARCIANO PIRES DA SILVA OAB - MT0010229A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LUIZ CARLOS DA SILVA (REQUERIDO)
Outros Interessados:
PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
KATIA RODRIGUES OLIVEIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE POCONÉ SENTENÇA Processo: 1001850-44.2019.8.11.0028. REQUERENTE: ANGELICA MARIA MEZZOMO DA SILVA, LUIZ CARLOS DA SILVA REQUERIDO: LUIZ CARLOS DA SILVA SENTENÇA VISTOS, Trata-se de Embargos de Declaração opostos por Helisa Mezzomo da Silva representada por ANGELICA MARIA MEZZOMO DA SILVA, em face da sentença que julgou procedente o mérito. Afirma que a sentença

autorização a transferência do consórcio, sendo o pedido para transigir e contrair dívida em nome da menor, nos termos do art. 1.748 do CC. É o relatório. Decido. Recebo os presentes embargos de declaração por serem tempestivos. Deixo de intimar a parte contrária em razão de se tratar de procedimento de jurisdição voluntária. Os embargos de declaração têm a finalidade de esclarecer, tornar claro o julgado, sem lhe modificar, em princípio, sua substância; não operam novo julgamento, pois simplesmente deve afastar pontos contraditórios, suprir omissões e esclarecer obscuridades porventura encontradas na sentença, consoante o disposto no art.1.022 do CPC. Os embargos merecem acolhimento. Isto porque, verifica-se dos pedidos constantes na exordial que o Embargante pretendia autorização judicial "para contrair dívida em nome da mesma, e assim utilizar do crédito contemplado por meio do contrato nº 1055845, grupo 9203/30", deixando o dispositivo de mencionar a referida autorização. Ante o exposto, ACOLHO os presentes embargos para RECONHECER a contradição no dispositivo da sentença, concedendo-lhe efeitos infringentes para retificar o julgado nos seguintes termos: Onde se lê: "Assim, DEFIRO o pedido de Alvará Judicial promovido por ANGELICA MARIA MEZZOMO DA SILVA tão somente para AUTORIZAR a curadora a TRANSFERIR a cota do consórcio referente ao contrato nº 1055845 para o nome da menor HELISA MEZZOMO DA SILVA (RG 2238336-0), a fim de obter o desconto devido a pessoa com necessidades especiais, podendo, para tanto, assinar todos os documentos pertinentes para efetivar a transferência. Passe a constar: "Assim, DEFIRO o pedido de Alvará Judicial promovido por ANGELICA MARIA MEZZOMO DA SILVA tão somente para AUTORIZAR a curadora a CONTRAIR DÍVIDA em nome da menor HELISA MEZZOMO DA SILVA (RG 2238336-0), referente ao contrato nº 1055845 e utilizar o crédito contemplado, podendo, para tanto, assinar todos os documentos pertinentes para efetivar a transferência." P.I.C. Transitada em julgado a presente sentença, após procedidas as baixas e anotações de estilo, arquivem-se os autos.

Juizado Especial Cível e Criminal

Intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001341-16.2019.8.11.0028
Parte(s) Polo Ativo:
LUIS CESAR DE SOUZA (REQUERENTE)
VENICIO FERNANDES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ODILA ZORZI OAB - MT0008619A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (REQUERIDO)

DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA: audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para o dia 19 de dezembro de 2019, às 13h30 min. LOCAL DA AUDIÊNCIA: Endereço do Fórum: Avenida Dom Aquino -. Nº 372, Bairro: Centro, Cidade: Poconé-MT, CEP: 78.175-000, Telefone(s): 065 3345-1507/2022, 065 3345-1919.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001341-16.2019.8.11.0028
Parte(s) Polo Ativo:
LUIS CESAR DE SOUZA (REQUERENTE)
VENICIO FERNANDES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ODILA ZORZI OAB - MT0008619A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (REQUERIDO)

DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA: audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para o dia 19 de dezembro de 2019, às 13h30 min. LOCAL DA AUDIÊNCIA: Endereço do Fórum: Avenida Dom Aquino -. Nº 372, Bairro: Centro, Cidade: Poconé-MT, CEP: 78.175-000, Telefone(s): 065 3345-1507/2022, 065 3345-1919.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002205-54.2019.8.11.0028
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA JOSE DE PINHO SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SUZIMAR GONCALVES DA COSTA OAB - MT24417/O (ADVOGADO(A))
ROSELI CARDOSO OAB - MT25045-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
NIPPONFLEX INDUSTRIA E COMERCIO DE COLCHOES LTDA. (REQUERIDO)
Banco OLÉ CONSIGNADO (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1002205-54.2019.8.11.0028 POLO ATIVO:MARIA JOSE DE PINHO SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: SUZIMAR GONCALVES DA COSTA, ROSELI CARDOSO POLO PASSIVO: NIPPONFLEX INDUSTRIA E COMERCIO DE COLCHOES LTDA. e outros FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: Conciliação Juizado Poconé Data: 28/01/2020 Hora: 15:10 , no endereço: Av. Dom Aquino, 372, CENTRO, POCONÉ - MT - CEP: 78175-000 . CUIABÁ, 12 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000771-64.2018.8.11.0028
Parte(s) Polo Ativo:
EDIVAL CRISTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GILCECLEIDE FATIMA DE OLIVEIRA OAB - MT0006607A (ADVOGADO(A))
MAURICIO BUENO MAGALHAES OAB - MT0007509A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-A (ADVOGADO(A))

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação Sala: CONCILIAÇÃO Data: 20/05/2019 Hora: 15:10

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000771-64.2018.8.11.0028
Parte(s) Polo Ativo:
EDIVAL CRISTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GILCECLEIDE FATIMA DE OLIVEIRA OAB - MT0006607A (ADVOGADO(A))
MAURICIO BUENO MAGALHAES OAB - MT0007509A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE POCONÉ Certidão de Tempestividade Recursal Processo: 1000771-64.2018.8.11.0028; Valor causa: R$ 38.160,00; Tipo: Cível; Espécie: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)/ [INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL]; Recuperando: Sim/Não - Urgente: Sim/Não - Pode cumprir fora do expediente: Sim/Não. Certifico que o Recurso Inominado foi interposto tempestivamente. Certifico ainda, que impulsiono os autos para intimação da parte recorrida apresentar as contrarrazões. POCONÉ, 12 de dezembro de 2019 Gestor(a) Judiciário(a) SEDE DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE POCONÉ E INFORMAÇÕES: Av. Dom Aquino, 372, CENTRO, POCONÉ - MT - CEP: 78175-000 TELEFONE: (65) 33451507

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8010329-43.2015.8.11.0028
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA JOSUANA DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DARGILAN BORGES CINTRA OAB - MT9150-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
AOTORY DA SILVA SOUZA OAB - MS7785-A (ADVOGADO(A))
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE POCONÉ Certidão de Tempestividade Recursal Processo: 8010329-43.2015.8.11.0028; Valor causa: R$ 788,00; Tipo: Cível; Espécie: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)/[DIREITO DO CONSUMIDOR, INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL, INCLUSÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES]; Recuperando: Sim/Não - Urgente: Sim/Não - Pode cumprir fora do expediente: Sim/Não. Certifico que o Recurso Inominado foi interposto tempestivamente. Certifico ainda, que impulsiono os autos para intimação da parte recorrida apresentar as contrarrazões. POCONÉ, 12 de dezembro de 2019 Gestor(a) Judiciário(a) SEDE DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE POCONÉ E INFORMAÇÕES: Av. Dom Aquino, 372, CENTRO, POCONÉ - MT - CEP: 78175-000 TELEFONE: (65) 33451507

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001042-73.2018.8.11.0028
Parte(s) Polo Ativo:
GONCALINA GRAZIELA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SAULO AMORIM DE ARRUDA OAB - MT15634-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE POCONÉ Certidão de Tempestividade Recursal Processo: 1001042-73.2018.8.11.0028; Valor causa: R$ 10.000,00; Tipo: Cível; Espécie: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)/[ABATIMENTO PROPORCIONAL DO PREÇO]; Recuperando: Sim/Não - Urgente: Sim/Não - Pode cumprir fora do expediente: Sim/Não. Certifico que o Recurso Inominado foi interposto tempestivamente. Certifico ainda, que impulsiono os autos para intimação da parte recorrida apresentar as contrarrazões. POCONÉ, 12 de dezembro de 2019 Gestor(a) Judiciário(a) SEDE DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE POCONÉ E INFORMAÇÕES: Av. Dom Aquino, 372, CENTRO, POCONÉ - MT - CEP: 78175-000 TELEFONE: (65) 33451507

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000565-50.2018.8.11.0028
Parte(s) Polo Ativo:
MOACIR PEREIRA LEITE JUNIOR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SAULO AMORIM DE ARRUDA OAB - MT15634-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE POCONÉ Certidão de Tempestividade Recursal Processo: 1000565-50.2018.8.11.0028; Valor causa: R$ 10.000,00; Tipo: Cível; Espécie: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)/[ABATIMENTO PROPORCIONAL DO PREÇO]; Recuperando: Sim/Não - Urgente: Sim/Não - Pode cumprir fora do expediente: Sim/Não. Certifico que o Recurso Inominado foi interposto tempestivamente. Certifico ainda, que impulsiono os autos para intimação da parte recorrida apresentar as contrarrazões. POCONÉ, 12 de dezembro de 2019 Gestor(a) Judiciário(a) SEDE DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE POCONÉ E INFORMAÇÕES: Av. Dom Aquino, 372, CENTRO, POCONÉ - MT - CEP: 78175-000 TELEFONE: (65) 33451507

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8010850-17.2017.8.11.0028
Parte(s) Polo Ativo:
GEISA ELLEN DA CONCEICAO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DIEGO DA SILVA SOARES CRUZ OAB - MT0021519A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE POCONÉ Certidão de Tempestividade Recursal Processo: 8010850-17.2017.8.11.0028; Valor causa: R$ 15.760,00; Tipo: Cível; Espécie: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)/[INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL, INCLUSÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES]; Recuperando: Sim/Não - Urgente: Sim/Não - Pode cumprir fora do expediente: Sim/Não. Certifico que o Recurso Inominado foi interposto tempestivamente. Certifico ainda, que impulsiono os autos para intimação da parte recorrida apresentar as contrarrazões. POCONÉ, 12 de dezembro de 2019 Gestor(a) Judiciário(a) SEDE DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE POCONÉ E INFORMAÇÕES: Av. Dom Aquino, 372, CENTRO, POCONÉ - MT - CEP: 78175-000 TELEFONE: (65) 33451507

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8011190-58.2017.8.11.0028
Parte(s) Polo Ativo:
SEVERINA PIRES DO PRADO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SAULO AMORIM DE ARRUDA OAB - MT15634-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO LOSANGO S.A. - BANCO MULTIPLO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MT14992-S (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE POCONÉ Certidão de Tempestividade Recursal Processo: 8011190-58.2017.8.11.0028; Valor causa: R$ 0,00; Tipo: Cível; Espécie: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)/[DIREITO DO CONSUMIDOR]; Recuperando: Sim/Não - Urgente: Sim/Não - Pode cumprir fora do expediente: Sim/Não. Certifico que o Recurso Inominado foi interposto tempestivamente. Certifico ainda, que impulsiono os autos para intimação da parte recorrida apresentar as contrarrazões. POCONÉ, 12 de dezembro de 2019 Gestor(a) Judiciário(a) SEDE DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE POCONÉ E INFORMAÇÕES: Av. Dom Aquino, 372, CENTRO, POCONÉ - MT - CEP: 78175-000 TELEFONE: (65) 33451507

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000300-48.2018.8.11.0028
Parte(s) Polo Ativo:
JULIO CESAR DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONAN DA COSTA MARQUES OAB - MT21093/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ATIVOS S/A CIA SECURITIZADORA CREDITOS FINANCEIROS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELI OAB - MT17980-O (ADVOGADO(A))
ELISIANE DE DORNELLES FRASSETTO OAB - SC17458 (ADVOGADO(A))

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação Sala: CONCILIAÇÃO Data: 29/05/2019 Hora: 14:10

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000300-48.2018.8.11.0028
Parte(s) Polo Ativo:
JULIO CESAR DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONAN DA COSTA MARQUES OAB - MT21093/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ATIVOS S/A CIA SECURITIZADORA CREDITOS FINANCEIROS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELI OAB - MT17980-O (ADVOGADO(A))
ELISIANE DE DORNELLES FRASSETTO OAB - SC17458 (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE POCONÉ Certidão de Tempestividade Recursal Processo: 1000300-48.2018.8.11.0028; Valor causa: R$ 11.611,67; Tipo: Cível; Espécie: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)/[INCLUSÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES]; Recuperando:

Sim/Não - Urgente: Sim/Não - Pode cumprir fora do expediente: Sim/Não. Certifico que o Recurso Inominado foi interposto tempestivamente. Certifico ainda, que impulsiono os autos para intimação da parte recorrida apresentar as contrarrazões. POCONÉ, 12 de dezembro de 2019 Gestor(a) Judiciário(a) SEDE DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE POCONÉ E INFORMAÇÕES: Av. Dom Aquino, 372, CENTRO, POCONÉ - MT - CEP: 78175-000 TELEFONE: (65) 33451507

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002206-39.2019.8.11.0028
Parte(s) Polo Ativo:
SELMA CRISTINA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIELA CRISTINA DA SILVA CAMPOS PREZA OAB - MT22660/O (ADVOGADO(A))
LUCIANA ALMEIDA VENANCIO LOUREIRO OAB - MT12817-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1002206-39.2019.8.11.0028 POLO ATIVO:SELMA CRISTINA DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: DANIELA CRISTINA DA SILVA CAMPOS PREZA, LUCIANA ALMEIDA VENANCIO LOUREIRO POLO PASSIVO: VIVO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: Conciliação Juizado Poconé Data: 28/01/2020 Hora: 15:20 , no endereço: Av. Dom Aquino, 372, CENTRO, POCONÉ - MT - CEP: 78175-000 . CUIABÁ, 12 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 1000957-87.2018.8.11.0028
Parte(s) Polo Ativo:
SEBASTIAO LEONCIO SILVEIRA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Franciely Arruda da Silveira OAB - MT20830/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXECUTADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE POCONÉ SENTENÇA Processo: 1000957-87.2018.8.11.0028. EXEQUENTE: SEBASTIAO LEONCIO SILVEIRA EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO SENTENÇA VISTOS, Trata-se de Execução por Quantia Certa proposta por SEBASTIÃO LEÔNCIO DA SILVEIRA em face do ESTADO DE MATO GROSSO. Os embargos foram sentenciados à ID 20814641. Instada, a requerida manifestou concordando com o cálculo do requerente (ID 23760155). Os autos vieram conclusos. É a síntese necessária. Fundamento e decido. Considerando a manifestação da requerida, ACOLHO a pretensão deduzida na inicial e JULGO PROCEDENTE o pleito da requerente, nos termos do art. 487, I, do CPC, razão por que HOMOLOGO os cálculos apresentados à ID 21436334. Posto isso, inexistindo motivo para o prosseguimento do feito, com espeque no art. 924, II e 925, ambos do CPC, DECLARO EXTINTA a vertente execução. DEIXO DE CONDENAR a impugnada em custas e despesas processuais ante a ausência de resistência à pretensão. Desse modo, expeça-se ofício requisitório, via RPV, com observância aos valores acima homologados. Após, expeça-se o respectivo alvará na forma requisitada pelo advogado da parte autora, devendo a serventia se atentar acerca dos poderes conferidos ao patrono pela procuração outorgada. Cumpra-se, expedindo o necessário. P.I.C. Após o trânsito em julgado, ao ARQUIVO com as anotações e baixas de estilo.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001504-93.2019.8.11.0028
Parte(s) Polo Ativo:
ADEMARIO DE AZEVEDO DANTAS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PATRICIA SIQUEIRA BATISTA MACEDO OAB - MT15366/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE POCONÉ Certidão de Tempestividade Recursal Processo: 1001504-93.2019.8.11.0028; Valor causa: R$ 5.000,00; Tipo: Cível; Espécie: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)/ [INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL]; Recuperando: Sim/Não - Urgente: Sim/Não - Pode cumprir fora do expediente: Sim/Não. Certifico que o Recurso Inominado foi interposto tempestivamente. Certifico ainda, que impulsiono os autos para intimação da parte recorrida apresentar as contrarrazões. POCONÉ, 12 de dezembro de 2019 Gestor(a) Judiciário(a) SEDE DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE POCONÉ E INFORMAÇÕES: Av. Dom Aquino, 372, CENTRO, POCONÉ - MT - CEP: 78175-000 TELEFONE: (65) 33451507

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000069-84.2019.8.11.0028
Parte(s) Polo Ativo:
GISELI CONCEICAO RAMOS MARTINS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ODILA ZORZI OAB - MT0008619A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE POCONÉ DESPACHO Processo: 1000069-84.2019.8.11.0028. REQUERENTE: GISELI CONCEICAO RAMOS MARTINS REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Vistos etc, Converto o julgamento em diligência Trata-se de Ação de Indenização por danos morais proposta por GISELI CONCEIÇÃO RAMOS MARTINS em desfavor da ENERGISA MATO GROSSO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. Narra na petição inicial, a requerente ser detentora de uma Unidade Consumidora UC n. 6/2214508-0, e utiliza dos serviços oferecidos pela concessionária. Que no ano de 2014, nos dias 07 e 08, 11 e 12 de maio, houve a interrupção do fornecimento de energia elétrica que atingiu toda população da cidade de Poconé por aproximadamente 50 (cinquenta) horas, o qual teria gerado prejuízos de ordem extrapatrimonial passíveis indenização por dano moral. Porém dos documentos colacionados aos autos, apresenta uma fatura de energia referente ao mês 07/2014 da UC n. 3968693 – equipamento 860383, divergente da descrita na peça. Em contestação a requerida traz a defesa de que a unidade consumidora foi ligada após a data dos fatos, maio/2014, junta relatório de consumo e ficha cadastral, porem as provas são referente a numeração da unidade consumidora descrita no texto da petição inicial, qual seja UC 2214508. (medidor 2356434) Assim converto o julgamento em diligência para determinar: Intime-se a requerente para manifestar nos autos no prazo de 05 (cinco) dias, para que regularize a documentação de acordo com a fatura. Desse modo, converto o julgamento em diligencia e após, voltem conclusos para sentença. Decisão sujeita a homologação da MM.ª Juíza togada, conforme preceitua o art. 40 da lei 9099/95. Viviany Cecilia Assis Dias Juíza leiga

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001769-95.2019.8.11.0028
Parte(s) Polo Ativo:
LUANA CRISTINA RODRIGUES DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO MARQUES PONTES JUNIOR OAB - MT16873/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INTERBELLE COMERCIO DE PRODUTOS DE BELEZA LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CARLOS FERNANDO DE SIQUEIRA CASTRO OAB - MT15104-A (ADVOGADO(A))

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação juizado Sala: Conciliação Juizado Poconé Data: 05/11/2019 Hora: 13:20

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001480-65.2019.8.11.0028
Parte(s) Polo Ativo:
LUCIANA MARQUES DE ANUNCIACAO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PATRICIA SIQUEIRA BATISTA MACEDO OAB - MT15366/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE POCONÉ Certidão de Tempestividade Recursal Processo: 1001480-65.2019.8.11.0028; Valor causa: R$ 5.000,00; Tipo: Cível; Espécie: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)/ [INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL]; Recuperando: Sim/Não - Urgente: Sim/Não - Pode cumprir fora do expediente: Sim/Não. Certifico que o Recurso Inominado foi interposto tempestivamente. Certifico ainda, que impulsiono os autos para intimação da parte recorrida apresentar as contrarrazões. POCONÉ, 12 de dezembro de 2019 Gestor(a) Judiciário(a) SEDE DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE POCONÉ E INFORMAÇÕES: Av. Dom Aquino, 372, CENTRO, POCONÉ - MT - CEP: 78175-000 TELEFONE: (65) 33451507

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001747-37.2019.8.11.0028
Parte(s) Polo Ativo:
LEIDIANE LAURA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SILVIO LUIZ GOMES DA SILVA OAB - MT0017690A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE POCONÉ Certidão de Tempestividade Recursal Processo: 1001747-37.2019.8.11.0028; Valor causa: R$ 10.192,45; Tipo: Cível; Espécie: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)/ [ABATIMENTO PROPORCIONAL DO PREÇO]; Recuperando: Sim/Não - Urgente: Sim/Não - Pode cumprir fora do expediente: Sim/Não. Certifico que o Recurso Inominado foi interposto tempestivamente. Certifico ainda, que impulsiono os autos para intimação da parte recorrida apresentar as contrarrazões. POCONÉ, 12 de dezembro de 2019 Gestor(a) Judiciário(a) SEDE DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE POCONÉ E INFORMAÇÕES: Av. Dom Aquino, 372, CENTRO, POCONÉ - MT - CEP: 78175-000 TELEFONE: (65) 33451507

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000330-49.2019.8.11.0028
Parte(s) Polo Ativo:
JOYCE CAROLINA GOMES DE ARRUDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LICINIO VIEIRA DE ALMEIDA JUNIOR OAB - MT16625-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE POCONÉ Certidão de Tempestividade Recursal Processo: 1000330-49.2019.8.11.0028; Valor causa: R$ 19.120,81; Tipo: Cível; Espécie: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)/ [DIREITO DO CONSUMIDOR, INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL]; Recuperando: Sim/Não - Urgente: Sim/Não - Pode cumprir fora do expediente: Sim/Não. Certifico que o Recurso Inominado foi interposto tempestivamente. Certifico ainda, que impulsiono os autos para intimação da parte recorrida apresentar as contrarrazões. POCONÉ, 12 de dezembro de 2019 Gestor(a) Judiciário(a) SEDE DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE POCONÉ E INFORMAÇÕES: Av. Dom Aquino, 372, CENTRO, POCONÉ - MT - CEP: 78175-000 TELEFONE: (65) 33451507

Comarca de Porto dos Gaúchos

Diretoria do Fórum

Portaria

PORTARIA N. 68/2019-PGA
O Doutor RAFAEL DEPRA PANICHELLA, Juiz de Direito e Diretor do Foro da Comarca de Porto dos Gaúchos, Estado de Mato Grosso, e uso de suas atribuições legais, etc...
Considerando que a servidora Marli Trento, matrícula nº 4477, Gestora Geral, estará afastada de suas funções no período de 07 a 21/01/2020, por estar em gozo de férias.
RESOLVE:
DESIGNAR, a servidora DULCINÉIA DOS SANTOS MORIMÃ, matrícula nº 7312, Gestora Administrativa, para responder pela função de Gestora Geral, durante o afastamento da titular, no período de 07 a 21/01/2020.
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.
Porto dos Gaúchos/MT, 12 de Dezembro de 201 9
RAFAEL DEPRA PANICHELLA
Juiz de Direito e Diretor do Foro

A Portaria n. 067/2019-PGA completa encontra-se no Caderno de Anexos do Diário da Justiça Eletrônico no final desta Edição.
Clique aqui
Caderno de Anexo

Vara Única

Intimação

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000323-84.2019.8.11.0019
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE FERNANDES DE BRITO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULA ALESSANDRA ROSSI GEGLINI OAB - MT0010914A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (RÉU)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE PORTO DOS GAÚCHOS VARA ÚNICA DE PORTO DOS GAÚCHOS Av. Diamantino, 1487, CENTRO, PORTO DOS GAÚCHOS - MT - CEP: 78560-000 INTIMAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO RAFAEL DEPRA PANICHELLA PROCESSO n. 1000323-84.2019.8.11.0019 Valor da causa: R$ 24.950,00 ESPÉCIE: [APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, AUXÍLIO-DOENÇA PREVIDENCIÁRIO] ->PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) POLO ATIVO: Nome: JOSE FERNANDES DE BRITO, Endereço: Sítio Àguia Dourada, Lote 38, Gleba Caracol, Zona Rural, NOVO H NORTE - MT - CEP: 78570-000 POLO PASSIVO: Nome: INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL FINALIDADE: PROCEDER À INTIMAÇÃO da parte autora para apresentar a impugnação dentro do prazo legal PORTO DOS GAÚCHOS, 12 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade

"Solicitar Habilitação", sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba "Expedientes" no "Painel do Representante Processual", sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Expediente

Intimação das Partes
JUIZ(A): Rafael Depra Panichella
Cod. Proc.: 46534 Nr: 390-66.2019.811.0019
AÇÃO: Ação Penal de Competência do Júri->Processo Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso, Maria Natalina Palmieri Maia
PARTE(S) REQUERIDA(S): Paulo Faruk de Moraes
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Ministério Público Estadual - OAB:, ROGÉRIO PEREIRA DE SOUZA - OAB:13704
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Anderson Nunes de Figueiredo - OAB:5324-OAB/MT
Pelo MM. Juiz foi decidido nos seguintes termos: Vistos.
I. DEFIRO o pedido formulado pela Defesa técnica, de modo que concedo o prazo de 5 (cinco) dias para juntada da carta de substabelecimento da Advogada Dra. Diani de Moares – Advogada do Réu;
II. HOMOLOGO a desistência da testemunha Carlos Henrique Engelmann, de modo que SOLICITE-SE a carta precatória outrora expedida, independente de cumprimento;
III. SOLICITE-SE a carta precatória outrora expedida para oitiva da testemunha Leandro de Jesus Aragão, independente de cumprimento, tendo em vista sua oitiva nessa oportunidade;
IV. INDEFIRO a contradita ofertada pelo Ministério Público, diante da ausência de comprovação das circunstâncias legalmente previstas nos artigos 206 e 208 do CPP, de modo que se procedeu à inquirição de Nelson Silvério de Andrade e Leandro de Jesus Aragão como testemunha;
V. DEFIRO o pedido da defesa e, para tanto, DESIGNO AUDIÊNCIA EM CONTINUIDADE para oitiva da testemunha Marcelo Bonfim dos Santos e Maycon Ribeiro de Souza para o dia 06 de fevereiro de 2020, às 17h. Nos mesmos moldes do requerido pela defesa dispenso a presença do réu na audiência de continuidade, vez que interrogado nessa oportunidade com a respectiva anuência.
VI. Defiro o pedido no sentido de realização do interrogatório na presente oportunidade com a anuência de todos.
VII. Mantenho os autos conclusos para análise do pedido de liberdade formulado pela Defesa técnica.
Saem os presentes intimados. Cumpra-se, expedindo o necessário e com as cautelas de estilo. Nada Mais, eu Danyla Augusta Nunes Henrique, o digitei e encerro o presente.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 50320 Nr: 2687-46.2019.811.0019
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Claudinei Alves de Deus
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Ministério Público Estadual - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Sílvio Luiz de Oliveira - OAB:3.546/MT/A
Certifico a INTIMAÇÃO do douto Advogado Dr. Silvio Luiz de Oliveira inscrito na OAB/MT sob o n° 3.546/A, para patrocinar os interesses do acusado Claudinei Alves de Deus, nos termos e prazos legais, conforme decisão de ref. 22.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 26470 Nr: 1046-62.2015.811.0019
AÇÃO: Reintegração / Manutenção de Posse->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Cleide Salete Casonatto
PARTE(S) REQUERIDA(S): Elio Henrique Lazaron
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Alandarc da Rosa Dantas - OAB:8.140-B/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Michele Caroline Brustolin - OAB:341075/SP, Patrícia Quessada Milan - OAB:7131/MT
Certifico que a petição juntada pelo autor na ref. 217, não acompanha a guia e comprovante da diligência da ofícial de justiça.
Assim, intimo a requerente CLEIDE SALETE CASONATTO através de seu advogado para comprovar nos autos o pagamento da diligência da ofícial de justiça.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 34188 Nr: 792-21.2017.811.0019
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Odílio Araújo Figueiredo
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Ministério Público Estadual - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Fernando do Nascimento Melo - OAB:OAB/MT 9.110, Rejanne Ciliato Coutinho - OAB:20320/0
CERTIFICO a INTIMAÇÃO da douta Advogada Drª. Rejanne Ciliato Coutinho inscrita na OAB/MT sob o n° 20320/O, para patrocinar os interesses do acusado Odílio Araújo Figueiredo, nos termos e prazos legais, conforme determinado.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 42540 Nr: 1570-54.2018.811.0019
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Joselei Lemes da Silva
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Gládis Eliana Bess - OAB:8.880/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Certifico a intimação da parte requerente, na pessoa de seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, requerer o que entender de direito.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Rafael Depra Panichella
Cod. Proc.: 43214 Nr: 1963-76.2018.811.0019
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: João Maria de Oliveira
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Luiz Sergio Rossi - OAB:10.089-A/MT, Paula Alessandra Rossi Geglini - OAB:10.914-A/MT, Sérgio Eduardo Cardoso Rossi - OAB:22.252-O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO posto na exordial, para condenar o Instituto Nacional do Seguro Social INSS a conceder a aposentadoria rural por idade nos termos dos artigos 48 § 1º da Lei 8.231/91 a JOÃO MARIA DE OLIVEIRA, na base de um salário mínimo mensal, inclusive 13º salário, devido desde a data do indeferimento administrativo do benefício (14/02/2018), devendo esta data ser considerada para início do recebimento do benefício, para todos os efeitos legais.DECLARO extinto o processo, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil. 4.Providências FinaisOs juros de mora incidem a partir da citação válida, a teor do enunciado de Súmula 204 do Superior Tribunal de Justiça ("Os juros de mora nas ações relativas a benefícios previdenciários incidem a partir da citação válida") no percentual de 1% ao mês, até a entrada em vigor da Lei n° 11.960/09, a partir de quando os juros de mora incidirão a razão de 0,5% ao mês, ou com outro índice de juros remuneratórios da caderneta de poupança que eventualmente venha ser estabelecido (AC 2009.01.99.073676-1/MG, p. 11.04.2011), acrescido de correição monetária. Ainda, determino que a correção monetária se dê na forma dos enunciados de Súmulas 43 e 148 do Superior Tribunal de Justiça, incidente desde o momento em que cada prestação se tornou devida.Declaro a natureza alimentícia das

prestações, haja vista a finalidade do benefício e, assim, CONCEDO ao requerente a TUTELA DE URGÊNCIA, DETERMINANDO a implementação do beneficio no prazo de sessenta (60) dias, após sua comunicação por ofício, sob pena de MULTA DIÁRIA que fixo em R$ 500,00 (quinhentos reais(...)

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Rafael Depra Panichella
Cod. Proc.: 43850 Nr: 2340-47.2018.811.0019
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Zilda Marcondes de Oliveira Santos
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Luiz Sergio Rossi - OAB:10.089-A/MT, Paula Alessandra Rossi Geglini - OAB:10.914-A/MT, Sérgio Eduardo Cardoso Rossi - OAB:22.252-O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO posto na exordial, para condenar o Instituto Nacional do Seguro Social INSS a conceder a aposentadoria rural por idade nos termos dos artigos 48 § 1º da Lei 8.231/91 a ZILDA MARCONDES DE OLIVEIRA, na base de um salário mínimo mensal, inclusive 13º salário, devido desde a data do indeferimento administrativo do benefício (02/07/2018), devendo esta data ser considerada para início do recebimento do benefício, para todos os efeitos legais.DECLARO extinto o processo, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil. 4.Providências FinaisOs juros de mora incidem a partir da citação válida, a teor do enunciado de Súmula 204 do Superior Tribunal de Justiça ("Os juros de mora nas ações relativas a benefícios previdenciários incidem a partir da citação válida") no percentual de 1% ao mês, até a entrada em vigor da Lei n° 11.960/09, a partir de quando os juros de mora incidirão a razão de 0,5% ao mês, ou com outro índice de juros remuneratórios da caderneta de poupança que eventualmente venha ser estabelecido (AC 2009.01.99.073676-1/MG, p. 11.04.2011), acrescido de correição monetária. Ainda, determino que a correção monetária se dê na forma dos enunciados de Súmulas 43 e 148 do Superior Tribunal de Justiça, incidente desde o momento em que cada prestação se tornou devida.Declaro a natureza alimentícia das prestações, haja vista a finalidade do benefício e, assim, CONCEDO à requerente a TUTELA DE URGÊNCIA, DETERMINANDO a implementação do beneficio no prazo de sessenta (60) dias, após sua comunicação por ofício, sob pena de MULTA DIÁRIA que fixo em R$ 500,00 (quinhentos reais). O direito já foi reconhecido, de modo que nem há mais que se falar em probabilidade, e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo é evidente, já que se trata de verba de caráter alimentar. (...)Após, certifique-se o trânsito em julgado e arquive-se o feito, com as anotações de praxe.Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Rafael Depra Panichella
Cod. Proc.: 36051 Nr: 1597-71.2017.811.0019
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Gilmar Uliana
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Paula Alessandra Rossi Geglini - OAB:10.914-A/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Ante o exposto JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na inicial, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, para condenar o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a conceder o benefício de auxílio-doença, a partir da data de cessação do beneficio ocorrido em 23/03/2017 e posterior conversão em APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, desde a data da realização da perícia médica e data de início de pagamento na data desta sentença, a GILMAR ULIANA.4. Providências FinaisOs juros de mora incidem a partir da citação válida, a teor do enunciado de Súmula 204 do Superior Tribunal de Justiça ("Os juros de mora nas ações relativas a benefícios previdenciários incidem a partir da citação válida") no percentual de 1% ao mês, até a entrada em vigor da Lei n° 11.960/09, a partir de quando os juros de mora incidirão a razão de 0,5% ao mês, ou com outro índice de juros remuneratórios da caderneta de poupança que eventualmente venha ser estabelecido (AC 2009.01.99.073676-1/MG, p. 11.04.2011), acrescido de correição monetária. Ainda, determino que a correção monetária se dê na forma dos enunciados de Súmulas 43 e 148 do Superior Tribunal de Justiça, incidente desde o momento em que cada prestação se tornou devida.Declaro a natureza alimentícia das prestações, haja vista a finalidade do benefício e, assim, CONCEDO ao requerente a TUTELA DE URGÊNCIA, DETERMINANDO a implementação do beneficio no prazo de sessenta (60) dias, após sua comunicação por ofício, sob pena de MULTA DIÁRIA que fixo em R$ 500,00 (quinhentos reais). (...)Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Às providências.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Rafael Depra Panichella
Cod. Proc.: 44080 Nr: 2437-47.2018.811.0019
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Ana Lemke
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Luiz Sergio Rossi - OAB:10.089-A/MT, Paula Alessandra Rossi Geglini - OAB:10.914-A/MT, Sérgio Eduardo Cardoso Rossi - OAB:22.252-O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO posto na exordial, para condenar o Instituto Nacional do Seguro Social INSS a conceder a aposentadoria rural por idade nos termos dos artigos 48 § 1º da Lei 8.231/91 a ANA LEMKE, na base de um salário mínimo mensal, inclusive 13º salário, devido desde a data do indeferimento administrativo do benefício (13/06/2018), devendo esta data ser considerada para início do recebimento do benefício, para todos os efeitos legais.DECLARO extinto o processo, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil. 4.Providências FinaisOs juros de mora incidem a partir da citação válida, a teor do enunciado de Súmula 204 do Superior Tribunal de Justiça ("Os juros de mora nas ações relativas a benefícios previdenciários incidem a partir da citação válida") no percentual de 1% ao mês, até a entrada em vigor da Lei n° 11.960/09, a partir de quando os juros de mora incidirão a razão de 0,5% ao mês, ou com outro índice de juros remuneratórios da caderneta de poupança que eventualmente venha ser estabelecido (AC 2009.01.99.073676-1/MG, p. 11.04.2011), acrescido de correição monetária. Ainda, determino que a correção monetária se dê na forma dos enunciados de Súmulas 43 e 148 do Superior Tribunal de Justiça, incidente desde o momento em que cada prestação se tornou devida.Declaro a natureza alimentícia das prestações, haja vista a finalidade do benefício e, assim, CONCEDO à requerente a TUTELA DE URGÊNCIA, DETERMINANDO a implementação do beneficio no prazo de sessenta (60) dias, após sua comunicação por ofício, sob pena de MULTA DIÁRIA que fixo em R$ 500,00 (quinhentos reais). O direito já foi reconhecido, de modo que nem há mais que se falar em probabilidade, e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo é evidente, já que se trata de verba de caráter alimentar. (...).Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Rafael Depra Panichella
Cod. Proc.: 43853 Nr: 2343-02.2018.811.0019
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Antônio Ramos
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Luiz Sergio Rossi - OAB:10.089-A/MT, Paula Alessandra Rossi Geglini - OAB:10.914-A/MT, Sérgio Eduardo Cardoso Rossi - OAB:22.252-O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO posto na exordial, para condenar o Instituto Nacional do Seguro Social INSS a conceder a aposentadoria rural por idade nos termos dos artigos 48 § 1º da Lei 8.231/91 a ANTÔNIO RAMOS, na base de um salário mínimo mensal, inclusive 13º salário, devido desde a data do indeferimento administrativo do benefício (13/04/2018), devendo esta data ser considerada para início do recebimento do benefício, para todos os efeitos legais.DECLARO extinto o processo, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil. 4.Providências FinaisOs juros de mora incidem a partir da citação válida, a teor do enunciado de Súmula 204 do Superior Tribunal de Justiça ("Os juros de mora nas ações relativas a

benefícios previdenciários incidem a partir da citação válida") no percentual de 1% ao mês, até a entrada em vigor da Lei n° 11.960/09, a partir de quando os juros de mora incidirão a razão de 0,5% ao mês, ou com outro índice de juros remuneratórios da caderneta de poupança que eventualmente venha ser estabelecido (AC 2009.01.99.073676-1/MG, p. 11.04.2011), acrescido de correição monetária. Ainda, determino que a correção monetária se dê na forma dos enunciados de Súmulas 43 e 148 do Superior Tribunal de Justiça, incidente desde o momento em que cada prestação se tornou devida.Declaro a natureza alimentícia das prestações, haja vista a finalidade do benefício e, assim, CONCEDO ao requerente a TUTELA DE URGÊNCIA, DETERMINANDO a implementação do beneficio no prazo de sessenta (60) dias, após sua comunicação por ofício, sob pena de MULTA DIÁRIA que fixo em R$ 500,00 (quinhentos reais).(...).Após, certifique-se o trânsito em julgado e arquive-se o feito, com as anotações de praxe.Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Rafael Depra Panichella
Cod. Proc.: 42233 Nr: 1403-37.2018.811.0019
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Sebastião Pereira da Silva
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Luiz Sergio Rossi - OAB:10.089-A/MT, Paula Alessandra Rossi Geglini - OAB:10.914-A/MT, Sérgio Eduardo Cardoso Rossi - OAB:22.252-O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Ante o exposto JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na inicial, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, para condenar o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a conceder o benefício de auxílio-doença, a partir da data de cessação do beneficio ocorrido em 31/08/2017 e posterior conversão em APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, desde a data da realização da perícia médica e data de início de pagamento na data desta sentença, a SEBASTIÃO PEREIRA DA SILVA.4. Providências FinaisOs juros de mora incidem a partir da citação válida, a teor do enunciado de Súmula 204 do Superior Tribunal de Justiça ("Os juros de mora nas ações relativas a benefícios previdenciários incidem a partir da citação válida") no percentual de 1% ao mês, até a entrada em vigor da Lei n° 11.960/09, a partir de quando os juros de mora incidirão a razão de 0,5% ao mês, ou com outro índice de juros remuneratórios da caderneta de poupança que eventualmente venha ser estabelecido (AC 2009.01.99.073676-1/MG, p. 11.04.2011), acrescido de correição monetária. Ainda, determino que a correção monetária se dê na forma dos enunciados de Súmulas 43 e 148 do Superior Tribunal de Justiça, incidente desde o momento em que cada prestação se tornou devida.Declaro a natureza alimentícia das prestações, haja vista a finalidade do benefício e, assim, CONCEDO ao requerente a TUTELA DE URGÊNCIA, DETERMINANDO a implementação do beneficio no prazo de sessenta (60) dias, após sua comunicação por ofício, sob pena de MULTA DIÁRIA que fixo em R$ 500,00 (quinhentos reais). (...)Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Às providências.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Rafael Depra Panichella
Cod. Proc.: 50646 Nr: 2885-83.2019.811.0019
AÇÃO: Autorização judicial->Processo de Conhecimento->Seção Cível->JUIZADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
PARTE AUTORA: Fazenda Pública de Porto dos Gaúchos
PARTE(S) REQUERIDA(S): Juízo de Direito da Comarca de Porto dos Gaúchos-MT, Vara da Infância e Juventude da Comarca de Portos dos Gaúchos
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Larissa Fernanda Dias Azoia - OAB:16273
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
JULGO PROCEDENTE a presente ação, razão pela qual DEFIRO a expedição do respectivo alvará.ADVIRTO que "o indeferimento da expedição de alvará não impedirá a realização do evento, mas obstará a participação e frequência de crianças e adolescentes." - Portaria nº 0043/2018-DF/PG, no Capítulo V, artigo 16, §3°.ADVIRTO, também, que deve ser observada rigorosamente a Portaria nº 0043/2018-DF/PG, principalmente no que concerne a permanência de menores de 18 anos, desacompanhados dos pais, responsável legal ou pessoa maior por eles expressamente autorizados, bem como a proibição de venda de bebidas alcoólicas para menores, nos termos do Capítulo IV, artigo 10º e seguintes da Portaria nº 0043/2018-DF/PG deste Juízo da Infância e Juventude.Vale consignar, ainda, que em caso de descumprimento desta determinação judicial o requerente poderá incidir nas sanções previstas na portaria nº 0043/2018-DF/PG e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Rafael Depra Panichella
Cod. Proc.: 43213 Nr: 1962-91.2018.811.0019
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Antonio Geraldo Ceará
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Luiz Sergio Rossi - OAB:10.089-A/MT, Paula Alessandra Rossi Geglini - OAB:10.914-A/MT, Sérgio Eduardo Cardoso Rossi - OAB:22.252-O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO posto na exordial, para condenar o Instituto Nacional do Seguro Social INSS a conceder a aposentadoria rural por idade nos termos dos artigos 48 § 1º da Lei 8.231/91 a ANTÔNIO GERALDO CEARÁ, na base de um salário mínimo mensal, inclusive 13º salário, devido desde a data do indeferimento administrativo do benefício (02/05/2018), devendo esta data ser considerada para início do recebimento do benefício, para todos os efeitos legais.DECLARO extinto o processo, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil. 4.Providências FinaisOs juros de mora incidem a partir da citação válida, a teor do enunciado de Súmula 204 do Superior Tribunal de Justiça ("Os juros de mora nas ações relativas a benefícios previdenciários incidem a partir da citação válida") no percentual de 1% ao mês, até a entrada em vigor da Lei n° 11.960/09, a partir de quando os juros de mora incidirão a razão de 0,5% ao mês, ou com outro índice de juros remuneratórios da caderneta de poupança que eventualmente venha ser estabelecido (AC 2009.01.99.073676-1/MG, p. 11.04.2011), acrescido de correição monetária. Ainda, determino que a correção monetária se dê na forma dos enunciados de Súmulas 43 e 148 do Superior Tribunal de Justiça, incidente desde o momento em que cada prestação se tornou devida.Declaro a natureza alimentícia das prestações, haja vista a finalidade do benefício e, assim, CONCEDO à requerentes ao TUTELA DE URGÊNCIA, DETERMINANDO a implementação do beneficio no prazo de sessenta (60) dias, após sua comunicação por ofício, sob pena de MULTA DIÁRIA que fixo em R$ 500,00 (quinhentos reais). (...).Após, certifique-se o trânsito em julgado e arquive-se o feito, com as anotações de praxe.Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Rafael Depra Panichella
Cod. Proc.: 45001 Nr: 2922-47.2018.811.0019
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Creusa Lima da Silva Ceará
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Luiz Sergio Rossi - OAB:10.089-A/MT, Paula Alessandra Rossi Geglini - OAB:10.914-A/MT, Sérgio Eduardo Cardoso Rossi - OAB:22.252-O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO posto na exordial, para condenar o Instituto Nacional do Seguro Social INSS a conceder a aposentadoria rural por idade nos termos dos artigos 48 § 1º da Lei 8.231/91 a CREUSA LIMA DA SILVA CEARÁ, na base de um salário mínimo mensal, inclusive 13º salário, devido desde a data do indeferimento administrativo do benefício (16/07/2018), devendo esta data ser considerada para início do recebimento do benefício, para todos os efeitos legais.DECLARO extinto o processo, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil. 4.Providências FinaisOs juros de mora incidem a partir da citação válida, a teor do enunciado de Súmula 204 do Superior Tribunal de Justiça ("Os juros de mora nas ações relativas a benefícios previdenciários incidem a partir da citação válida") no percentual de 1% ao mês, até a entrada em vigor da Lei n° 11.960/09, a partir de quando os juros de mora incidirão a razão de 0,5% ao mês, ou com outro índice de juros remuneratórios da caderneta de poupança que eventualmente venha ser estabelecido (AC 2009.01.99.073676-1/MG, p. 11.04.2011), acrescido de correição monetária. Ainda, determino que a

correção monetária se dê na forma dos enunciados de Súmulas 43 e 148 do Superior Tribunal de Justiça, incidente desde o momento em que cada prestação se tornou devida.Declaro a natureza alimentícia das prestações, haja vista a finalidade do benefício e, assim, CONCEDO à requerentes a TUTELA DE URGÊNCIA, DETERMINANDO a implementação do beneficio no prazo de sessenta (60) dias, após sua comunicação por ofício, sob pena de MULTA DIÁRIA que fixo em R$ 500,00 (quinhentos reais). (...)Após, certifique-se o trânsito em julgado e arquive-se o feito, com as anotações de praxe.Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Rafael Depra Panichella
Cod. Proc.: 42235 Nr: 1405-07.2018.811.0019
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Damião Barbosa da Silva
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Paula Alessandra Rossi Geglini - OAB:10.914-A/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Ante o exposto JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na inicial, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, para condenar o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a conceder o benefício de auxílio-doença, a partir do indeferimento do requerimento administrativo ocorrido em 31/10/2017 e posterior conversão em APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, desde a data da realização da perícia médica e data de início de pagamento na data desta sentença, a DAMIÃO BARBOSA DA SILVA.4. Providências FinaisOs juros de mora incidem a partir da citação válida, a teor do enunciado de Súmula 204 do Superior Tribunal de Justiça ("Os juros de mora nas ações relativas a benefícios previdenciários incidem a partir da citação válida") no percentual de 1% ao mês, até a entrada em vigor da Lei n° 11.960/09, a partir de quando os juros de mora incidirão a razão de 0,5% ao mês, ou com outro índice de juros remuneratórios da caderneta de poupança que eventualmente venha ser estabelecido (AC 2009.01.99.073676-1/MG, p. 11.04.2011), acrescido de correição monetária. Ainda, determino que a correção monetária se dê na forma dos enunciados de Súmulas 43 e 148 do Superior Tribunal de Justiça, incidente desde o momento em que cada prestação se tornou devida.Declaro a natureza alimentícia das prestações, haja vista a finalidade do benefício e, assim, CONCEDO ao requerente a TUTELA DE URGÊNCIA, DETERMINANDO a implementação do beneficio no prazo de sessenta (60) dias, após sua comunicação por ofício, sob pena de MULTA DIÁRIA que fixo em R$ 500,00 (quinhentos reais). (...)Após, certifique-se o trânsito em julgado e arquive-se o feito, com as anotações de praxe. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Às providências.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Rafael Depra Panichella
Cod. Proc.: 45005 Nr: 2926-84.2018.811.0019
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: João Brito
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Luiz Sergio Rossi - OAB:10.089-A/MT, Paula Alessandra Rossi Geglini - OAB:10.914-A/MT, Sérgio Eduardo Cardoso Rossi - OAB:22.252-O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Luiz Sergio Rossi - OAB:10.089-A/MT, Paula Alessandra Rossi Geglini - OAB:10.914-A/MT, Sérgio Eduardo Cardoso Rossi - OAB:22.252-O
Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO posto na exordial, para condenar o Instituto Nacional do Seguro Social INSS a conceder a aposentadoria rural por idade nos termos dos artigos 48 § 1º da Lei 8.231/91 a JOÃO BRITO, na base de um salário mínimo mensal, inclusive 13º salário, devido desde a data do indeferimento administrativo do benefício (05/07/2018), devendo esta data ser considerada para início do recebimento do benefício, para todos os efeitos legais.DECLARO extinto o processo, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil. 4.Providências FinaisOs juros de mora incidem a partir da citação válida, a teor do enunciado de Súmula 204 do Superior Tribunal de Justiça ("Os juros de mora nas ações relativas a benefícios previdenciários incidem a partir da citação válida") no percentual de 1% ao mês, até a entrada em vigor da Lei n° 11.960/09, a partir de quando os juros de mora incidirão a razão de 0,5% ao mês, ou com outro índice de juros remuneratórios da caderneta de poupança que eventualmente venha ser estabelecido (AC 2009.01.99.073676-1/MG, p. 11.04.2011), acrescido de correição monetária. Ainda, determino que a correção monetária se dê na forma dos enunciados de Súmulas 43 e 148 do Superior Tribunal de Justiça, incidente desde o momento em que cada prestação se tornou devida.Declaro a natureza alimentícia das prestações, haja vista a finalidade do benefício e, assim, CONCEDO ao requerentes a TUTELA DE URGÊNCIA, DETERMINANDO a implementação do beneficio no prazo de sessenta (60) dias, após sua comunicação por ofício, sob pena de MULTA DIÁRIA que fixo em R$ 500,00 (quinhentos reais). (...).Após, certifique-se o trânsito em julgado e arquive-se o feito, com as anotações de praxe.Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Rafael Depra Panichella
Cod. Proc.: 42830 Nr: 1743-78.2018.811.0019
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Gabriel de Almeida
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Luiz Sergio Rossi - OAB:10.089-A/MT, Paula Alessandra Rossi Geglini - OAB:10.914-A/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Ante o exposto JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na inicial, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, para condenar o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a conceder o benefício de auxílio-doença, a partir da data de cessação do beneficio ocorrido em 03/11/2017 e posterior conversão em APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, desde a data da realização da perícia médica e data de início de pagamento na data desta sentença, a GABRIEL DE ALMEIDA.4. Providências FinaisOs juros de mora incidem a partir da citação válida, a teor do enunciado de Súmula 204 do Superior Tribunal de Justiça ("Os juros de mora nas ações relativas a benefícios previdenciários incidem a partir da citação válida") no percentual de 1% ao mês, até a entrada em vigor da Lei n° 11.960/09, a partir de quando os juros de mora incidirão a razão de 0,5% ao mês, ou com outro índice de juros remuneratórios da caderneta de poupança que eventualmente venha ser estabelecido (AC 2009.01.99.073676-1/MG, p. 11.04.2011), acrescido de correição monetária. Ainda, determino que a correção monetária se dê na forma dos enunciados de Súmulas 43 e 148 do Superior Tribunal de Justiça, incidente desde o momento em que cada prestação se tornou devida.Declaro a natureza alimentícia das prestações, haja vista a finalidade do benefício e, assim, CONCEDO ao requerente a TUTELA DE URGÊNCIA, DETERMINANDO a implementação do beneficio no prazo de sessenta (60) dias, após sua comunicação por ofício, sob pena de MULTA DIÁRIA que fixo em R$ 500,00 (quinhentos reais). (...).Após, certifique-se o trânsito em julgado e arquive-se o feito, com as anotações de praxe. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Às providências.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Rafael Depra Panichella
Cod. Proc.: 39404 Nr: 3201-67.2017.811.0019
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Lidia Castro Alves
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Paula Alessandra Rossi Geglini - OAB:10.914-A/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, para condenar o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a conceder o benefício de APOSENTADORIA POR IDADE MISTA a autora LÍDIA CASTRO ALVES, desde a data do indeferimento administrativo (19/09/2017), forte nos fundamentos de fato e de direito constantes da decisão, com fulcro no art. 48, § 3° e 4° da Lei 8.213/91, e DECLARO EXTINTO o processo, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. 4.Disposições FinaisOs juros de mora incidem a partir da citação válida, a teor do enunciado de Súmula 204 do Superior Tribunal de Justiça ("Os juros de mora nas ações relativas a benefícios previdenciários incidem a partir da citação válida") no percentual de 1% ao mês, até a entrada em

vigor da Lei n° 11.960/09, a partir de quando os juros de mora incidirão a razão de 0,5% ao mês, ou com outro índice de juros remuneratórios da caderneta de poupança que eventualmente venha ser estabelecido (AC 2009.01.99.073676-1/MG, p. 11.04.2011), acrescido de correição monetária. Ainda, determino que a correção monetária se dê na forma dos enunciados de Súmulas 43 e 148 do Superior Tribunal de Justiça, incidente desde o momento em que cada prestação se tornou devida.Declaro a natureza alimentícia das prestações, haja vista a finalidade do benefício e, assim, CONCEDO a requerente a TUTELA DE URGÊNCIA, DETERMINANDO a implementação do beneficio no prazo de sessenta (60) dias, após sua comunicação por ofício, sob pena de MULTA DIÁRIA que fixo em R$ 500,00 (quinhentos reais). (...).Após, certifique-se o trânsito em julgado e arquive-se o feito, com as anotações de praxe.Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Rafael Depra Panichella
Cod. Proc.: 45412 Nr: 3135-53.2018.811.0019
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Ginaura Gomes Andrade
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Gládis Eliana Bess - OAB:8.880/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, para condenar o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS a conceder o restabelecimento do benefício de AUXÍLIO-DOENÇA desde a sua cessação (30/06/2018), bem como a conversão em APOSENTADORIA POR INVALIDEZ RURAL desde a data de realização da perícia médica, a autora GINAURA GOMES ANDRADE, e data de início de pagamento na data desta sentença, via de consequência, declaro extinto o processo, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil.4.Providências FinaisOs juros de mora incidem a partir da citação válida, a teor do enunciado de Súmula 204 do Superior Tribunal de Justiça ("Os juros de mora nas ações relativas a benefícios previdenciários incidem a partir da citação válida") no percentual de 1% ao mês, até a entrada em vigor da Lei n° 11.960/09, a partir de quando os juros de mora incidirão a razão de 0,5% ao mês, ou com outro índice de juros remuneratórios da caderneta de poupança que eventualmente venha ser estabelecido (AC 2009.01.99.073676-1/MG, p. 11.04.2011), acrescido de correição monetária. Ainda, determino que a correção monetária se dê na forma dos enunciados de Súmulas 43 e 148 do Superior Tribunal de Justiça, incidente desde o momento em que cada prestação se tornou devida.Declaro a natureza alimentícia das prestações, haja vista a finalidade do benefício e, assim, CONCEDO a requerente a TUTELA DE URGÊNCIA, DETERMINANDO a implementação do benefício no prazo de sessenta (60) dias, após sua comunicação por ofício, sob pena de MULTA DIÁRIA que fixo em R$ 500,00 (quinhentos reais). (...).Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Rafael Depra Panichella
Cod. Proc.: 42591 Nr: 1604-29.2018.811.0019
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Aparecida de Castro Luiz
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Luiz Sergio Rossi - OAB:10.089-A/MT, Paula Alessandra Rossi Geglini - OAB:10.914-A/MT, Sérgio Eduardo Cardoso Rossi - OAB:22.252-O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, para condenar o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a conceder o benefício de APOSENTADORIA POR IDADE MISTA a autora APARECIDA DE CASTRO LUIZ, desde a data do indeferimento administrativo (09/11/2017), forte nos fundamentos de fato e de direito constantes da decisão, com fulcro no art. 48, § 3° e 4° da Lei 8.213/91, e DECLARO EXTINTO o processo, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. 4.Disposições FinaisOs juros de mora incidem a partir da citação válida, a teor do enunciado de Súmula 204 do Superior Tribunal de Justiça ("Os juros de mora nas ações relativas a benefícios previdenciários incidem a partir da citação válida") no percentual de 1% ao mês, até a entrada em vigor da Lei n° 11.960/09, a partir de quando os juros de mora incidirão a razão de 0,5% ao mês, ou com outro índice de juros remuneratórios da caderneta de poupança que eventualmente venha ser estabelecido (AC 2009.01.99.073676-1/MG, p. 11.04.2011), acrescido de correição monetária. Ainda, determino que a correção monetária se dê na forma dos enunciados de Súmulas 43 e 148 do Superior Tribunal de Justiça, incidente desde o momento em que cada prestação se tornou devida.Declaro a natureza alimentícia das prestações, haja vista a finalidade do benefício e, assim, CONCEDO a requerente a TUTELA DE URGÊNCIA, DETERMINANDO a implementação do beneficio no prazo de sessenta (60) dias, após sua comunicação por ofício, sob pena de MULTA DIÁRIA que fixo em R$ 500,00 (quinhentos reais). O direito já foi reconhecido, de modo que nem há mais que se falar em probabilidade, e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo é evidente, já que se trata de verba de caráter alimentar(...). Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Rafael Depra Panichella
Cod. Proc.: 36975 Nr: 2082-71.2017.811.0019
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Érica Vanessa dos Santos
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Fernando do Nascimento Melo - OAB:OAB/MT 9.110
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Ante o exposto, presentes os requisitos legais, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na inicial, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, para condenar o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS a pagar à parte autora ERICA VANESSA DOS SANTOS, em prestação única, as 04 (quatro) parcelas devidas e vencidas do salário-maternidade, sendo cada prestação no valor de 01 (um) salário mínimo vigente na data do parto. 4. Providências FinaisOs juros de mora incidem a partir da citação válida, a teor do enunciado de Súmula 204 do Superior Tribunal de Justiça ("Os juros de mora nas ações relativas a benefícios previdenciários incidem a partir da citação válida") no percentual de 1% ao mês, até a entrada em vigor da Lei n° 11.960/09, a partir de quando os juros de mora incidirão a razão de 0,5% ao mês, ou com outro índice de juros remuneratórios da caderneta de poupança que eventualmente venha ser estabelecido (AC 2009.01.99.073676-1/MG, p. 11.04.2011), acrescido de correição monetária. Ainda, determino que a correção monetária se dê na forma dos enunciados de Súmulas 43 e 148 do Superior Tribunal de Justiça, incidente desde o momento em que cada prestação se tornou devida(...)Após, certifique-se o trânsito em julgado e arquive-se o feito, com as anotações de praxe. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Às providências.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Rafael Depra Panichella
Cod. Proc.: 30498 Nr: 1286-17.2016.811.0019
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: GAVrpKLA
PARTE(S) REQUERIDA(S): GVdS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Ministério Público Estadual - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Joselaine Silva dos Anjos - OAB:23.765/MT
Vistos.
Tendo em vista se tratar de demanda fundada em direito da criança e do adolescente, o foro do domicílio dos pais ou responsável ou o lugar onde se encontra a criança ou adolescente, à falta dos pais ou responsável, é o critério determinante da competência para processar e julgar a lide em questão, conforme preconiza os incisos I e II, do art. 147, da Lei nº 8.069/90.
Portanto, a luz do que disciplina o Estatuto da Criança e do Adolescente, DEFIRO o pedido contido à ref. 145, de modo que DECLINO DA COMPETÊNCIA PARA PROCESSAR E JULGAR A LIDE e, em consequência, determino a remessa dos autos ao Juízo da Comarca de Juara/MT, a fim de processar e julgar o presente feito, fazendo constar nossas homenagens.
Ciência ao Ministério Público.
Após, ARQUIVE-SE com as baixas e comunicações necessárias.

Cumpra-se, expedindo-se o necessário e com as cautelas de praxe.
Às providências.

Juizado Especial Cível e Criminal

Decisão

Decisão Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 1000343-75.2019.8.11.0019
Parte(s) Polo Ativo:
FELIPE DE OLIVEIRA ALEXANDRINO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE DE OLIVEIRA ALEXANDRINO OAB - MG0103709A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (EXECUTADO)
Magistrado(s):
RAFAEL DEPRA PANICHELLA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO DOS GAÚCHOS DECISÃO Processo: 1000343-75.2019.8.11.0019. EXEQUENTE: FELIPE DE OLIVEIRA ALEXANDRINO EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos. I – INTIME-SE a parte exequente para que, no prazo de 05 (cinco) dias, apresente o título executivo original junto ao Cartório deste Juizado, caso ainda não tenha feito, sob pena de extinção e arquivamento do presente feito; II – Após, tendo o exequente comprovado o cumprimento do item anterior, mediante juntada aos autos do título devidamente carimbado, CITE-SE a Fazenda para pagamento, podendo opor embargos em 30 dias (CPC, art. 910); III – Não opostos embargos ou transitada em julgado à decisão que os rejeitar, DETERMINO que se expeça ofício requisitório de Precatório (créditos cujo valor seja superior a 100 UPF/MT), através do Sistema de Requisição de Pagamento – Precatórios – SRP, ou Requisições de Pequeno Valor - RPV (créditos com valor igual ou inferior a 100 UPF/MT), nos termos da Lei Estadual nº 10656/2017. IV – Caso o pagamento seja através de RPV, deverá ser efetuado conforme dispõe o Provimento n. 11/2017-CM, que regulamenta o processamento e pagamento de Requisição de Pequeno Valor – RPV, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, em especial o Art. 3º do provimento citado, dispondo que caberá a liquidação do cálculo ao Departamento da Secretaria Auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça, em especial, a identificação dos valores a serem recolhidos/retidos à título de impostos e contribuições, DETERMINO sejam remetidas as cópias necessárias dos documentos constantes da presente execução ao Departamento responsável para que proceda a liquidação do valor; V – Com a respectiva realização da liquidação, INTIMEM-SE as partes para que, cientes, querendo, se manifestem no prazo comum de 05 (cinco) dias, em relação ao cálculo aportado aos autos; VI – Aportando manifestação, de ambas as partes, de concordância com o valor apurado em aludido cálculo, fica desde já determinada a expedição de Requisição de Pequeno Valor – RPV, com a intimação da parte executada para quitação no prazo legal, adotando as providências de praxe, observando-se o disposto no art. 100 da Constituição Federal. (CPC, art. 910, § 1º); VII – Caso contrário, havendo discordância, tornem os autos conclusos; VIII – Por fim, na hipótese de não restar cumprida a providência descrita no primeiro item desta decisão, certifique e tornem os autos conclusos para arquivamento. Intime-se e cumpra-se. Às providências. PORTO DOS GAÚCHOS, 11 de dezembro de 2019. Rafael Depra Panichella Juiz de Direito em Cumulação

Decisão Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 1000342-90.2019.8.11.0019
Parte(s) Polo Ativo:
FELIPE DE OLIVEIRA ALEXANDRINO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE DE OLIVEIRA ALEXANDRINO OAB - MG0103709A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (EXECUTADO)
Magistrado(s):
RAFAEL DEPRA PANICHELLA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO DOS GAÚCHOS DECISÃO Processo: 1000342-90.2019.8.11.0019. EXEQUENTE: FELIPE DE OLIVEIRA ALEXANDRINO EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos. I – INTIME-SE a parte exequente para que, no prazo de 05 (cinco) dias, apresente o título executivo original junto ao Cartório deste Juizado, caso ainda não tenha feito, sob pena de extinção e arquivamento do presente feito; II – Após, tendo o exequente comprovado o cumprimento do item anterior, mediante juntada aos autos do título devidamente carimbado, CITE-SE a Fazenda para pagamento, podendo opor embargos em 30 dias (CPC, art. 910); III – Não opostos embargos ou transitada em julgado à decisão que os rejeitar, DETERMINO que se expeça ofício requisitório de Precatório (créditos cujo valor seja superior a 100 UPF/MT), através do Sistema de Requisição de Pagamento – Precatórios – SRP, ou Requisições de Pequeno Valor - RPV (créditos com valor igual ou inferior a 100 UPF/MT), nos termos da Lei Estadual nº 10656/2017. IV – Caso o pagamento seja através de RPV, deverá ser efetuado conforme dispõe o Provimento n. 11/2017-CM, que regulamenta o processamento e pagamento de Requisição de Pequeno Valor – RPV, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, em especial o Art. 3º do provimento citado, dispondo que caberá a liquidação do cálculo ao Departamento da Secretaria Auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça, em especial, a identificação dos valores a serem recolhidos/retidos à título de impostos e contribuições, DETERMINO sejam remetidas as cópias necessárias dos documentos constantes da presente execução ao Departamento responsável para que proceda a liquidação do valor; V – Com a respectiva realização da liquidação, INTIMEM-SE as partes para que, cientes, querendo, se manifestem no prazo comum de 05 (cinco) dias, em relação ao cálculo aportado aos autos; VI – Aportando manifestação, de ambas as partes, de concordância com o valor apurado em aludido cálculo, fica desde já determinada a expedição de Requisição de Pequeno Valor – RPV, com a intimação da parte executada para quitação no prazo legal, adotando as providências de praxe, observando-se o disposto no art. 100 da Constituição Federal. (CPC, art. 910, § 1º); VII – Caso contrário, havendo discordância, tornem os autos conclusos; VIII – Por fim, na hipótese de não restar cumprida a providência descrita no primeiro item desta decisão, certifique e tornem os autos conclusos para arquivamento. Intime-se e cumpra-se. Às providências. PORTO DOS GAÚCHOS, 11 de dezembro de 2019. Rafael Depra Panichella Juiz de Direito em Cumulação

Decisão Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 1000039-13.2018.8.11.0019
Parte(s) Polo Ativo:
LINDAMIR MACEDO DE PAIVA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LINDAMIR MACEDO DE PAIVA OAB - MT0016164A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (EXECUTADO)
Magistrado(s):
RAFAEL DEPRA PANICHELLA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO DOS GAÚCHOS DECISÃO Processo: 1000039-13.2018.8.11.0019. EXEQUENTE: LINDAMIR MACEDO DE PAIVA EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos. Tendo em vista o pedido retro formulado pela parte exequente, DETERMINO que seja oficiado o Departamento Auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça, informando-o acerca da prioridade do cálculo em questão, eis que se trata de verba de caráter alimentar, bem como da desconsideração da renúncia do valor referente à correção monetária, devendo o cálculo em questão ser formulado com o devida aplicação da correção monetária e juros. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário e com as cautelas de estilo. Porto dos Gaúchos/MT, 11 de dezembro de 2019. Rafael Depra Panichella Juiz de Direito em Cumulação

Decisão Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 1000186-05.2019.8.11.0019
Parte(s) Polo Ativo:
LINDAMIR MACEDO DE PAIVA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LINDAMIR MACEDO DE PAIVA OAB - MT0016164A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (EXECUTADO)
Magistrado(s):
RAFAEL DEPRA PANICHELLA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL

CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO DOS GAÚCHOS DECISÃO Processo: 1000186-05.2019.8.11.0019. EXEQUENTE: LINDAMIR MACEDO DE PAIVA EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos. Tendo em vista o pedido retro formulado pela parte exequente, DETERMINO que seja oficiado o Departamento Auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça, informando-o acerca da prioridade do cálculo em questão, eis que se trata de verba de caráter alimentar, bem como da desconsideração da renúncia do valor referente à correção monetária, devendo o cálculo em questão ser formulado com o devida aplicação da correção monetária e juros. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário e com as cautelas de estilo. Porto dos Gaúchos/MT, 11 de dezembro de 2019. Rafael Depra Panichella Juiz de Direito em Cumulação

Decisão Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 1000074-07.2017.8.11.0019
Parte(s) Polo Ativo:
LINDAMIR MACEDO DE PAIVA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LINDAMIR MACEDO DE PAIVA OAB - MT0016164A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (EXECUTADO)
Magistrado(s):
RAFAEL DEPRA PANICHELLA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO DOS GAÚCHOS DECISÃO Processo: 1000074-07.2017.8.11.0019. EXEQUENTE: LINDAMIR MACEDO DE PAIVA EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos. Tendo em vista o pedido retro formulado pela parte exequente, DETERMINO que seja oficiado o Departamento Auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça, informando-o acerca da prioridade do cálculo em questão, eis que se trata de verba de caráter alimentar, bem como da desconsideração da renúncia do valor referente à correção monetária, devendo o cálculo em questão ser formulado com o devida aplicação da correção monetária e juros. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário e com as cautelas de estilo. Porto dos Gaúchos/MT, 11 de dezembro de 2019. Rafael Depra Panichella Juiz de Direito em Cumulação

Decisão Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 1000341-08.2019.8.11.0019
Parte(s) Polo Ativo:
FELIPE DE OLIVEIRA ALEXANDRINO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE DE OLIVEIRA ALEXANDRINO OAB - MG0103709A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (EXECUTADO)
Magistrado(s):
RAFAEL DEPRA PANICHELLA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO DOS GAÚCHOS DECISÃO Processo: 1000341-08.2019.8.11.0019. EXEQUENTE: FELIPE DE OLIVEIRA ALEXANDRINO EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos. I – INTIME-SE a parte exequente para que, no prazo de 05 (cinco) dias, apresente o título executivo original junto ao Cartório deste Juizado, caso ainda não tenha feito, sob pena de extinção e arquivamento do presente feito; II – Após, tendo o exequente comprovado o cumprimento do item anterior, mediante juntada aos autos do título devidamente carimbado, CITE-SE a Fazenda para pagamento, podendo opor embargos em 30 dias (CPC, art. 910); III – Não opostos embargos ou transitada em julgado à decisão que os rejeitar, DETERMINO que se expeça ofício requisitório de Precatório (créditos cujo valor seja superior a 100 UPF/MT), através do Sistema de Requisição de Pagamento – Precatórios – SRP, ou Requisições de Pequeno Valor - RPV (créditos com valor igual ou inferior a 100 UPF/MT), nos termos da Lei Estadual nº 10656/2017. IV – Caso o pagamento seja através de RPV, deverá ser efetuado conforme dispõe o Provimento n. 11/2017-CM, que regulamenta o processamento e pagamento de Requisição de Pequeno Valor – RPV, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, em especial o Art. 3º do provimento citado, dispondo que caberá a liquidação do cálculo ao Departamento da Secretaria Auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça, em especial, a identificação dos valores a serem recolhidos/retidos à título de impostos e contribuições, DETERMINO sejam remetidas as cópias necessárias dos documentos constantes da presente execução ao Departamento responsável para que proceda a liquidação do valor; V – Com a respectiva realização da liquidação, INTIMEM-SE as partes para que, cientes, querendo, se manifestem no prazo comum de 05 (cinco) dias, em relação ao cálculo aportado aos autos; VI – Aportando manifestação, de ambas as partes, de concordância com o valor apurado em aludido cálculo, fica desde já determinada a expedição de Requisição de Pequeno Valor – RPV, com a intimação da parte executada para quitação no prazo legal, adotando as providências de praxe, observando-se o disposto no art. 100 da Constituição Federal. (CPC, art. 910, § 1º); VII – Caso contrário, havendo discordância, tornem os autos conclusos; VIII – Por fim, na hipótese de não restar cumprida a providência descrita no primeiro item desta decisão, certifique e tornem os autos conclusos para arquivamento. Intime-se e cumpra-se. Às providências. PORTO DOS GAÚCHOS, 11 de dezembro de 2019. Rafael Depra Panichella Juiz de Direito em Cumulação

Comarca de Porto Alegre do Norte

1ª Vara

Intimação

Despacho Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1001552-56.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
CANOPUS ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS S. A. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO OAB - MT4482-O (ADVOGADO(A))
WILLIAN HIDEKI YAMAMURA OAB - MT17564/O (ADVOGADO(A))
MARCELO BRASIL SALIBA OAB - MT11546-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DENILSON ARAUJO DA SILVA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NATHANY APARECIDA MEDEIROS DE BARROS OAB - MT15307-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA DE PORTO ALEGRE DO NORTE DESPACHO Processo: 1001552-56.2019.8.11.0059. REQUERENTE: CANOPUS ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS S. A. REQUERIDO: DENILSON ARAUJO DA SILVA Considerando o pagamento derradeiramente informado nos autos (fls. 83/99), intime-se o banco demandante para manifestação em cinco dias. No mais, vincule-se o valor depositado no feito a fim de viabilizar a expedição do alvará eletrônico. Decorrido o prazo acima, retornem os autos conclusos com urgência. Intimem-se. Cumpra-se. Porto Alegre do Norte-MT, 11 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1000588-97.2018.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
RAIMUNDO CONDAO PINHEIRO BARROS (EXECUTADO)
RAWLLISON BARROS MILHOMEM (EXECUTADO)
JACKELINE DE SOUSA E SILVA (EXECUTADO)

INTIMAÇÃO INTIMAÇÃO da exequente por meio de seu advogado, para efetuar o pagamento da complementação da diligência do Oficial de Justiça, no valor de R$ 1.069,20 (mil e sessenta e nove reais e vinte centavos), que deverá ser paga mediante guia disponibilizada no link arrecadacao.tjmt.jus.br, devendo ser indicado este Oficial para receber os valores, tudo conforme determina o Provimento nº 07/2017-CGJ.

Expediente

Intimação das Partes
JUIZ(A): Daniel de Sousa Campos
Cod. Proc.: 89260 Nr: 8874-18.2017.811.0059
AÇÃO: Execução de Alimentos->Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MKFA, ADF

PARTE(S) REQUERIDA(S): FAv"dL

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: TIAGO DA SILVA MACHADO - OAB:17908/O

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Manoela da Silva Antunes - OAB:MT 23918, Wueiner Cruzeiro Assis Vilela - OAB:18969/GO

(...)Assim, o rito da execução seguido está correto e o executado foi devidamente intimado, conforme preceitua a normativa processual, razão pela qual, não há que se falar em nulidade. Quanto ao abatimento do valor de R$ 4.800,00(quatro mil e oitocentos reais), conforme recibos juntados, não restou demonstrado que foram entregue à parte exequente, bem como esclareceu a representante do menor que o acordo entabulado anteriormente não foi devidamente cumprido, assim, não há que se falar em abatimento do valor bloqueado, ressaltando que o débito a ser executado no presente feito perfaz o valor de R$ 32.926,19.Outrossim, no que concerne à impenhorabilidade prevista no art. 833, inciso IV do CPC, não se aplica ao caso em tela, pois se trata de pagamento de prestação alimentícia, conforme excetua o § 2º do mesmo dispositivo.Com essas considerações, em consonância com o parecer ministerial, rejeito a impugnação apresentada pelo executado às fls. 72/81 e determino o regular prosseguimento do feito.Desse modo, tendo em vista o pedido para transferência do valor boqueado, providencie a vinculação ao feito. Vinculada a referida quantia, retornem conclusos para a expedição do alvará respectivo.Por fim, defiro o derradeiro pedido da parte exequente e determino nova tentativa de bloqueio pelo Sistema BACENJUD, até o valor do saldo remanescente (R$ 21.756,97), devendo os autos permanecer no Gabinete do Juiz até que seja processada a ordem perante as instituições financeiras por meio do Banco Central, a teor do que dispõe o art. 1°, § 2°, do Provimento n. 04/2007 – CGJ.Com a juntada do referido documento, processe-se o presente feito em segredo de justiça e intime-se a parte exequente para, no prazo de 05 dias, manifestar e requerer o que for de direito.Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação das Partes

JUIZ(A): Daniel de Sousa Campos

Cod. Proc.: 8845 Nr: 1223-18.2006.811.0059

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: Jorge Augusto de Oliveira, Oneide Simonette do Amaral, José Miguel Fernandes Naves, alcunha "Zezinho", João Milzanyr Esteves Galvão, Regiane Luz Oliveira Simonette, Cleuza Lopes Esteves

PARTE(S) REQUERIDA(S): Juliana do Couto Cardone, Fabiana do Couto Ribeiro Cardone, Itamar Ribeiro da Silva, Maria do Carmo Couto Ribeiro

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Clara Holleben Leite Muniz - OAB:5446, Derson Jales Costa Sales - OAB:3977, Jacy Holleben Leite - OAB:6.151-A, Joan Neto Barbosa Filho - OAB:41425/GO, Lourena Vieira de Oliveira Dávila - OAB:14063 - MT, Luiz Orione Neto - OAB:3.606-MT, Maria Arlene Pessoa Costa - OAB:15201 - MT, Naiara Andréa Peu da Silva - OAB:8460, Valter da Silva Costa - OAB:9704-A MT, Wueiner Cruzeiro Assis Vilela - OAB:18969/GO

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Alcenísio Alves Corrêa - OAB:2.400, Alexandre Peres do Pinho - OAB:8065 - MT, Antonio Carlos Xavier Filho - OAB:14543-A/MT, Antônio Carlos Xavier Filho - OAB:14543-B OAB/MT, Antonio Carlos Xavier Filho - OAB:14543-B/MT, Antônio Horário da Silva Neto - OAB:MT 23.572, Antonio João de Carvalho Junior - OAB:6232/MT, Jackson William de Arruda - OAB:6369/MT, Joaquim Luiz da Silveira - OAB:27356 - GO

Vistos, etc.

JORGE AUGUSTO DE OLIVEIRA E OUTROS ajuizaram a presente Ação Reivindicatória em face de ITAMAR RIBEIRO DA SILVA, devidamente qualificados nos autos.

O feito foi sentenciado (fls. 1989/2002) e, por meio de recurso de apelação, foi anulada a sentença, sendo determinada a realização de nova prova pericial.

Por meio da decisão de fls. 2166/2168, foi postergada a análise das preliminares arguidas para o momento de prolação da sentença e designada nova prova técnica com perito diverso, cumprindo as determinações do acórdão proferido nos autos.

Às fls. 2176/2177, a parte autora indicou assistente técnico e apresentou rol de quesitos.

Interposto Agravo de Instrumento pela parte ré, Maria do Carmo Couto Ribeiro, o feito foi extinto sem resolução do mérito (fls. 2223/2230).

Na sequência, em recuso de agravo interno, a decisão anterior foi revogada e o feito retornou para regular prosseguimento (fls. 2257/2263), devendo ser realizada a perícia já designada.

Às fls. 2265/2271, a parte requerida requereu o pronunciamento judicial de preclusão da prova pericial, ante a inércia da parte autora.

Pois bem.

Considerando o relatado, em razão de que os autos estavam aguardando julgamento de recurso, interposto pelo polo passivo, bem como a necessidade de realização da prova pericial para o deslinde do feito, com fulcro no art. 370 do CPC, INDEFIRO o pedido da parte requerida para declarar a preclusão da prova pericial.

Desse modo, determino o cumprimento da decisão de fls. 2166/2168, devendo a parte autora realizar o depósito dos honorários periciais no prazo de 30 dias.

Com o pagamento, proceda-se à conclusão dos autos.

Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação das Partes

JUIZ(A): Daniel de Sousa Campos

Cod. Proc.: 9752 Nr: 262-43.2007.811.0059

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: Maria de Fátima Rodrigue Soares, Gildasio Soares de Jesus

PARTE(S) REQUERIDA(S): MUNICIPIO DE CONFRESA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Gisele Rodrigues Soares - OAB:OAB/GO 39.925, Gisele Rodrigues Soares - OAB:OAB/GO 39925, Mário Sérgio dos Santos Ferreira Junior - OAB:OAB/MT 12.622, Ronia Maria Barros Milhomem - OAB:8242

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Joelma Rodrigues Alvares - OAB:OAB/MT 19.325-B, José Roberto Oliveira Costa - OAB:6456-A/MT

Vistos, etc;

Considerando o laudo pericial derradeiramente juntado, intimem-se as partes para manifestação, no prazo sucessivo de 10 dias.

Outrossim, ante a necessidade de efetivação do pagamento ao perito médico que realizou a perícia nos autos, intime-o para fornecer seus dados bancários, a fim de expedir o competente alvará eletrônico em seu favor.

Em relação aos pedidos pendentes de análise, postergo para depois do prazo de manifestação acima (fls. 620/661).

Por fim, tendo em vista a nova patrona constituída pela parte autora, atualize-se o cadastro dos advogados no Sistema Apolo, excluindo o anterior.

Decorrido o lapso temporal acima, retornem conclusos.

Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação das Partes

JUIZ(A): Daniel de Sousa Campos

Cod. Proc.: 20706 Nr: 657-02.2006.811.0049

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: Gina Ferreira Rios, Leila Ferreira Rios, Osmar Goro Takahashi, Joel Ferreira Rios

PARTE(S) REQUERIDA(S): Carlos Alberto de Oliveira Guimarães, Paulo Egídio da Silva Abreu, Eracilde Salomão Kunde, Antônio Ribeiro Flor, Lúcia Mendes de Carvalho Flor, Walquiria Marcelino Ferreira Abreu

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: José Souto Júnior - OAB:MG 93598

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Diego Petersem Luz Ribeiro - OAB:OAB/MT 12.781, Manoel Antonio de Rezende David - OAB:6078 - MT, Rhandell Bedim Louzada - OAB:9266 - MT

Vistos, etc.

Ponderando as derradeiras argumentações do perito judicial, às fls. 981/1000, defiro o pedido e renovo o prazo de 90 dias para a conclusão da perícia designada. Outrossim, determino a nova expedição de ofícios ao INTERMAT e ao INCRA/MT, para atender o solicitado pelo profissional técnico, a fim de viabilizar os trabalhos periciais, sob pena de incidência no crime de desobediência.

Por fim, após a reunião dos documentos requisitados e a informação da data da perícia de campo a ser fornecida pelo perito, proceda-se à conclusão dos autos para deliberação da data de início dos trabalhos e o

local de abertura da perícia.
Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Daniel de Sousa Campos
Cod. Proc.: 96734 Nr: 768-33.2018.811.0059
AÇÃO: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública->Procedimento de Cumprimento de Sentença/Decisão->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Claudio Paxepytygy Tapirepe
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional de Seguridade Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: TARCISIO JORGE SILVA ALMEIDA - OAB:22127-A/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos, etc;
Recebo o cumprimento de sentença, devendo ser anotado o necessário pela secretaria, nos termos do art. 1.028, § 4º da CNGC.
Intime-se a Fazenda Pública, na pessoa de seu representante judicial, por carga, remessa ou meio eletrônico para, querendo, apresentar impugnação à execução, nos próprios autos, no prazo de 30 (trinta dias), ou concordar com o cálculo apresentado, na forma do artigo 535 do CPC.
Com a apresentação de impugnação, certifique-se sua tempestividade e intime-se a parte autora para manifestação.
Transcorrido o prazo "in albis", certifique-se e tornem conclusos para deliberação.
Intimem-se. Cumpra-se.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1001592-38.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE BARREIRA LUZ (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TARCISIO JORGE SILVA ALMEIDA OAB - MS15630 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VALDECI SANTANA DE ANDRADE (EXECUTADO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1001592-38.2019.8.11.0059. EXEQUENTE: JOSE BARREIRA LUZ EXECUTADO: VALDECI SANTANA DE ANDRADE Considerando que o exequente entabulou contrato de compra e venda no valor de R$ 172.500,00, que originou a presente execução, nos termos dos artigos 320 e 321 do CPC, determino a sua intimação, por intermédio do advogado, para, no prazo de 15 dias, emendar a inicial a fim de comprovar a real impossibilidade de arcar com as custas do processo, devendo ser juntada aos autos declaração de imposto de renda, CTPS assinada ou outro documento que comprove a hipossuficiência financeira do requerente. Outrossim, ante a necessidade de comprovação do atual domicílio da parte autora nesta comarca, no mesmo prazo, deverá anexar comprovante de endereço atualizado e se tal comprovante estiver em nome de terceiros deverá comprovar o vínculo que possui com o terceiro, devendo ser juntado contrato de aluguel ou outro documento comprobatório, sob pena de ser cancelada a distribuição. Por fim, insta frisar que, conforme o caso, desde que a parte comprove a impossibilidade de arcar com as custas processuais em parcela única, o §6º, do art. 98, do CPC, prevê a possibilidade de parcelamento das custas processuais. Decorrido o lapso temporal acima, certifique-se e retornem conclusos. Intime-se. Cumpra-se. Porto Alegre do Norte-MT, 11 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1002507-87.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
ALDERINA BARROS DA SILVA MACEDO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
KERLY JOANA CARBONERA OAB - GO29987 (ADVOGADO(A))
JAQUESON DOS SANTOS CASTRO OAB - GO29515 (ADVOGADO(A))
GILMAR STEFFENS OAB - GO45484 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
29.979.036.0001-40 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS (RÉU)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002507-87.2019.8.11.0059. AUTOR(A): ALDERINA BARROS DA SILVA MACEDO RÉU: 29.979.036.0001-40 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS Defiro os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita, nos termos do art. 98 e seguintes do Código de Processo Civil. Esclareço que deixo de designar audiência conciliatória, nos termos do art. 334 do CPC, visto que como de praxe e conforme se extrai da própria experiência das conciliações a respeito da matéria versada nos presentes autos, resta demonstrado que a autarquia previdenciária não tem por hábito ou regra transacionar, não comparecendo sequer às audiências instrutórias, o que inviabilizaria eventual expediente conciliatório, que se resumiria em morosidade processual, atentando, ainda, contra os princípios da celeridade e da economia processual. Cite-se a autarquia requerida, por intermédio de sua procuradoria (com envio dos autos), para, querendo, apresentar contestação. Com a resposta, intime-se a parte autora para apresentar impugnação. Após, tornem conclusos. Intimem-se. Cumpra-se. Porto Alegre do Norte-MT, 12 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000293-26.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
ADRIANA DA SILVA FEITOSA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO PAULO SANTANA MORAIS OAB - MT24933/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
UNIMED GOIANIA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO (RÉU)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1000293-26.2019.8.11.0059. AUTOR(A): ADRIANA DA SILVA FEITOSA RÉU: UNIMED GOIANIA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO Tendo em vista a complementação, recebo a inicial. Ponderando as argumentações da parte autora, defiro os benefícios da gratuidade da Justiça, nos termos do art. 98 do CPC, ressalvando a possibilidade de revogação. Diante do que dispõe o art. 334 do CPC, designo audiência de conciliação para o dia 12 de fevereiro de 2020, às 15h30min (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Nos termos do § 3º do art. 334 do CPC, o polo ativo será intimado por meio do advogado e o passivo será citado, no mínimo, 20(vinte) dias antes da audiência designada. Os envolvidos deverão comparecer, obrigatoriamente, com seus respectivos advogados ou defensor público, ressaltando que a parte requerida deverá apresentar petição, em caso de eventual desinteresse na autocomposição, com 10(dez) dias de antecedência da solenidade, nos termos do § 5º do art. 334, CPC. Conste nas comunicações que o não comparecimento na audiência ora designada será considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até 2% da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor do Estado. O início do prazo para contestação, que é de 15 (quinze) dias, será nos termos do art. 335 do CPC. Às providências para a realização da solenidade. Intimem-se. Cumpra-se. Porto Alegre do Norte-MT, 12 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Juizado Especial Cível e Criminal

Intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002342-40.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA GORETE ALVES (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo:

1002342-40.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: MARIA GORETE ALVES Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 23 de março de 2020, às 12h45 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 04 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002341-55.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA ELENA PEREIRA DOS REIS (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002341-55.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: MARIA ELENA PEREIRA DOS REIS Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 23 de março de 2020, às 12h30 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 04 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002343-25.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA JOSE GONCALVES DOS SANTOS (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002343-25.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: MARIA JOSE GONCALVES DOS SANTOS Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 23 de março de 2020, às 13h00 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 04 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002346-77.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARINALDO MONTEIRO COSTA (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002346-77.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: MARINALDO MONTEIRO COSTA Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 23 de março de 2020, às 13h45 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 04 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002347-62.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARINETH ALVES TAVARES (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002347-62.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: MARINETH ALVES TAVARES Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 23 de março de 2020, às 14h00 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 04 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002350-17.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MERCIA PEREIRA DA SILVA (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002350-17.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: MERCIA PEREIRA DA SILVA Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 23 de março de 2020, às 14h15 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 04 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002349-32.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MAYANE PEREIRA DE SOUZA (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL

CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002349-32.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: MAYANE PEREIRA DE SOUZA Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 23 de março de 2020, às 14h45 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 04 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002348-47.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARLI JOSE ALVES DE SOUSA (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002348-47.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: MARLI JOSE ALVES DE SOUSA Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 23 de março de 2020, às 14h30 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 04 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002344-10.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA REPUBLICA E ASSIS ADORNO (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002344-10.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: MARIA REPUBLICA E ASSIS ADORNO Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 23 de março de 2020, às 13h15 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 04 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002352-84.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MILENA SOUZA CRUZ (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002352-84.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: MILENA SOUZA CRUZ Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 23 de março de 2020, às 15h15 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 04 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002351-02.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MICAELE NASCIMENTO PEREIRA (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002351-02.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: MICAELE NASCIMENTO PEREIRA Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 23 de março de 2020, às 15h00 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 04 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002354-54.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
NAILSON NUNES DA SILVA (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002354-54.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: NAILSON NUNES DA SILVA Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 23 de março de 2020, às 15h45 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 04 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002345-92.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA VALDIRENE DE JESUS SILVA (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002345-92.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: MARIA VALDIRENE DE JESUS SILVA Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 23 de março de 2020, às 13h30 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 04 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002353-69.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MIRELLI CASTRO DIAS (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002353-69.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: MIRELLI CASTRO DIAS Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 23 de março de 2020, às 15h30 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 04 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002357-09.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
NIVIA CRISTINA CARVALHO OLIVEIRA (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002357-09.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: NIVIA CRISTINA CARVALHO OLIVEIRA Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 23 de março de 2020, às 16h30 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 04 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002358-91.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
NIVIA MOREIRA RESENDE (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002358-91.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: NIVIA MOREIRA RESENDE Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 23 de março de 2020, às 16h45 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 04 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002359-76.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
POLLYANA CARMO DOS SANTOS (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002359-76.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: POLLYANA CARMO DOS SANTOS Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 23 de março de 2020, às 17h00 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 04 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002355-39.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
NEUSA ROMAO DOS SANTOS (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002355-39.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: NEUSA ROMAO DOS SANTOS Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 23 de março de 2020, às 16h00 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 04 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002356-24.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
NEYLTON NOLETO (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002356-24.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: NEYLTON NOLETO Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 23 de março de 2020, às 16h15 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 04 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002362-31.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
RAFAEL FRANCISCO DA SILVA (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002362-31.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: RAFAEL FRANCISCO DA SILVA Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 23 de março de 2020, às 17h45 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 04 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002364-98.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
RAYANE FREITAS DA SILVA (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002364-98.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: RAYANE FREITAS DA SILVA Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 06 de abril de 2020, às 12h30 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 05 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002360-61.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PRICILA MACEDO CANDIDA LAURINDO (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002360-61.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: PRICILA MACEDO CANDIDA LAURINDO Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 23 de março de 2020, às 17h15 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 04 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002363-16.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
RAFAEL PEREIRA DA SILVA (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002363-16.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: RAFAEL PEREIRA DA SILVA Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 23 de março de 2020, às 18h00 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 04 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002361-46.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PRISCILA MARCENA CARVALHO (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002361-46.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: PRISCILA MARCENA CARVALHO Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 23 de março de 2020, às 17h30 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 04 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002365-83.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ROMARIO SANTOS DE MELO (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002365-83.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: ROMARIO SANTOS DE MELO Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 06 de abril de 2020, às 12h45 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 05 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002367-53.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SAMARA PEREIRA SANTOS (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002367-53.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: SAMARA PEREIRA SANTOS Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 06 de abril de 2020, às 13h15 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 05 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002366-68.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ROSINEY ALVES DE ASSUNCAO (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002366-68.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: ROSINEY ALVES DE ASSUNCAO Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 06 de abril de 2020, às 13h00 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 05 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002368-38.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SANDREANE SOUSA GOMES (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002368-38.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: SANDREANE SOUSA GOMES Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 06 de abril de 2020, às 13h30 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 05 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002369-23.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEBASTIAO PEREIRA DA SILVA (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002369-23.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: SEBASTIAO PEREIRA DA SILVA Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 06 de abril de 2020, às 13h45 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 05 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002370-08.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SIDIANY ANDRADE AGUIAR (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002370-08.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: SIDIANY ANDRADE AGUIAR Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 06 de abril de 2020, às 14h00 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 05 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002374-45.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TANIA MENDES DE FREITAS (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002374-45.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME

REQUERIDO: TANIA MENDES DE FREITAS Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 06 de abril de 2020, às 15h00 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 05 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002371-90.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SIMONE SILVEIRA DAS NEVES (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002371-90.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: SIMONE SILVEIRA DAS NEVES Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 06 de abril de 2020, às 14h15 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 05 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002375-30.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TATIELI REIS RIBEIRO SILVA (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002375-30.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: TATIELI REIS RIBEIRO SILVA Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 06 de abril de 2020, às 15h15 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 05 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002377-97.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VAGNER BRITO DE OLIVEIRA (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002377-97.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: VAGNER BRITO DE OLIVEIRA Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 06 de abril de 2020, às 15h45 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 05 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002378-82.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VALDENICE LOPES CARDOSO (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002378-82.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: VALDENICE LOPES CARDOSO Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 06 de abril de 2020, às 16h00 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 05 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002380-52.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VALDICLEIA DA SILVA RIBEIRO (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002380-52.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: VALDICLEIA DA SILVA RIBEIRO Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 06 de abril de 2020, às 16h30 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 05 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002372-75.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SONIA MARIA DE SOUZA (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002372-75.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: SONIA MARIA DE SOUZA Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 06 de abril de 2020, às 14h30 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar

contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 05 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002379-67.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VALDERSON PEREIRA PINTO (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002379-67.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: VALDERSON PEREIRA PINTO Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 06 de abril de 2020, às 16h15 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 05 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002382-22.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VANESSA SOARES BENTO (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002382-22.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: VANESSA SOARES BENTO Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 06 de abril de 2020, às 17h00 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 05 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002383-07.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVIANE BRITO (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002383-07.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: VIVIANE BRITO Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 06 de abril de 2020, às 17h15 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 05 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002384-89.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
WELLINGTON ROGERIO DA SILVA (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002384-89.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: WELLINGTON ROGERIO DA SILVA Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 06 de abril de 2020, às 17h30 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 05 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002373-60.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SUELENE PIO DE SOUZA (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002373-60.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: SUELENE PIO DE SOUZA Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 06 de abril de 2020, às 14h45 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 05 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002381-37.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VALQUIRIA DOS REIS SILVA (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002381-37.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: VALQUIRIA DOS REIS SILVA Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 06 de abril de 2020, às 16h45 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a

partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 05 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002385-74.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ZAIRA CLAUDIA DA SILVA NOGUEIRA (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002385-74.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: ZAIRA CLAUDIA DA SILVA NOGUEIRA Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 06 de abril de 2020, às 17h45 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 05 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002376-15.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
THALYA CRISTTIANE CAMARGO MATOS (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002376-15.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: THALYA CRISTTIANE CAMARGO MATOS Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 06 de abril de 2020, às 15h30 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 05 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002399-58.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ADRIANA AZEVEDO DA SILVA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002399-58.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: ADRIANA AZEVEDO DA SILVA Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 13 de abril de 2020, às 12h30 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 10 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002400-43.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ADRIANA CRISTINA RIBEIRO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002400-43.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: ADRIANA CRISTINA RIBEIRO Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 13 de abril de 2020, às 12h45 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 10 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002404-80.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANA LUCIA ANASTACIO SOBRINHO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002404-80.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: ANA LUCIA ANASTACIO SOBRINHO Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 13 de abril de 2020, às 13h45 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 10 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002406-50.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANTONIA DAIANE BARROS DA SILVA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo:

1002406-50.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: ANTONIA DAIANE BARROS DA SILVA Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 13 de abril de 2020, às 14h15 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 10 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002401-28.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ADRIANA FRANCISCA DUTRA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002401-28.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: ADRIANA FRANCISCA DUTRA Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 13 de abril de 2020, às 13h00 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 10 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002405-65.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANTONIA CINTIA DA SILVA LIMA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002405-65.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: ANTONIA CINTIA DA SILVA LIMA Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 13 de abril de 2020, às 14h00 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 10 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002408-20.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CARLA LETICIA CALDEIRA DE OLIVEIRA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002408-20.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: CARLA LETICIA CALDEIRA DE OLIVEIRA Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 13 de abril de 2020, às 14h45 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 10 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002409-05.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CARLOS ROBERTO DE SOUSA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002409-05.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: CARLOS ROBERTO DE SOUSA Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 13 de abril de 2020, às 15h00 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 10 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002407-35.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANTONIA REGINA TORRES DE BRITO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002407-35.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: ANTONIA REGINA TORRES DE BRITO Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 13 de abril de 2020, às 14h30 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 10 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002402-13.2019.8.11.0059

Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ADRIANA PARENTE SILVA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002402-13.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: ADRIANA PARENTE SILVA Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 13 de abril de 2020, às 13h15 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 10 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002413-42.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLEITON DE LIMA COSTA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002413-42.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: CLEITON DE LIMA COSTA Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 13 de abril de 2020, às 16h00 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 10 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002403-95.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANA CELINA SOUSA SILVA 02759941124 (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002403-95.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: ANA CELINA SOUSA SILVA 02759941124 Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 13 de abril de 2020, às 13h30 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 10 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002410-87.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CASSIA GABRIELLA DA COSTA BASTOS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002410-87.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: CASSIA GABRIELLA DA COSTA BASTOS Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 13 de abril de 2020, às 15h15 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 10 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002411-72.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLEIA ALVES DE SOUSA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002411-72.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: CLEIA ALVES DE SOUSA Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 13 de abril de 2020, às 15h30 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 10 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002412-57.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLEIA FRANCA CAVALCANTE (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002412-57.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: CLEIA FRANCA CAVALCANTE Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 13 de abril de 2020, às 15h45 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar

contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 10 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002417-79.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DAIANE MENDES COSTA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002417-79.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: DAIANE MENDES COSTA Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 13 de abril de 2020, às 17h00 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 10 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002415-12.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLEUZA MARIA DE LIMA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002415-12.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: CLEUZA MARIA DE LIMA Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 13 de abril de 2020, às 16h30 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 10 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002416-94.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLOVIS DE MATOS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002416-94.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: CLOVIS DE MATOS Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 13 de abril de 2020, às 16h45 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 10 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002418-64.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DANILA ALVES VICENTE VIEIRA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002418-64.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: DANILA ALVES VICENTE VIEIRA Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 13 de abril de 2020, às 17h15 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 10 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002421-19.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Edmilson Cardoso Lopes (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002421-19.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: EDMILSON CARDOSO LOPES Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 13 de abril de 2020, às 18h00 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 10 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002428-11.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FERNANDA REIGIEL DOS SANTOS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002428-11.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: FERNANDA REIGIEL DOS SANTOS Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 11 de maio de 2020, às 13h30 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 10 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002420-34.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DIVINA DAS DORES FERREIRA DOS SANTOS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002420-34.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: DIVINA DAS DORES FERREIRA DOS SANTOS Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 13 de abril de 2020, às 17h45 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 10 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002419-49.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DEBORA ALVES LELIS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002419-49.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: DEBORA ALVES LELIS Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 13 de abril de 2020, às 17h30 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 10 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002424-71.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ELISANGELA SOUZA GALVAO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002424-71.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: ELISANGELA SOUZA GALVAO Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 11 de maio de 2020, às 14h00 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 10 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002423-86.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ELIANE RAYSSA LIMA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002423-86.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: ELIANE RAYSSA LIMA Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 11 de maio de 2020, às 13h45 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 10 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002414-27.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLESIA FERREIRA DA SILVA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002414-27.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: CLESIA FERREIRA DA SILVA Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 13 de abril de 2020, às 16h15 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 10 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Processo Número: 1002430-78.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FRANCIELE JOSE DA SILVA CASTRO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002430-78.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: FRANCIELE JOSE DA SILVA CASTRO Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 11 de maio de 2020, às 14h30 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 10 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002429-93.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FLAVIA BANDEIRA DAS NEVES (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002429-93.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: FLAVIA BANDEIRA DAS NEVES Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 11 de maio de 2020, às 14h15 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 10 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002398-73.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ADEMIR JOSE DA COSTA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002398-73.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: ADEMIR JOSE DA COSTA Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 06 de abril de 2020, às 18h00 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 10 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002431-63.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FRANCISNEIA COELHO PEREIRA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002431-63.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: FRANCISNEIA COELHO PEREIRA Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 11 de maio de 2020, às 14h45 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 10 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002436-85.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GESSYKA FABIULA FERREIRA DE SOUZA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002436-85.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: GESSYKA FABIULA FERREIRA DE SOUZA Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 11 de maio de 2020, às 16h00 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 10 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002432-48.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GEISIANE PEREIRA COSTA DANTAS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002432-48.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: GEISIANE PEREIRA COSTA DANTAS Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 11 de maio de 2020, às 15h00 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a

requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 10 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002433-33.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GEISLANE PEREIRA MORAES (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002433-33.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: GEISLANE PEREIRA MORAES Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 11 de maio de 2020, às 15h15 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 10 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002434-18.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GENILDA LIMA DA SILVA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002434-18.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: GENILDA LIMA DA SILVA Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 11 de maio de 2020, às 15h30 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 10 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002435-03.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GEOVANI ARAUJO DA SILVA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002435-03.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: GEOVANI ARAUJO DA SILVA Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 11 de maio de 2020, às 15h45 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 10 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002422-04.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ELIANE BARBOSA DA SILVA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002422-04.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: ELIANE BARBOSA DA SILVA Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 11 de maio de 2020, às 12h30 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 10 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002426-41.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ELIZANGELA GOMES DE BRITO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002426-41.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: ELIZANGELA GOMES DE BRITO Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 11 de maio de 2020, às 13h00 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 10 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002425-56.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ELIZABETH AGUIAR FEITOSA (REQUERIDO)

Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002425-56.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: ELIZABETH AGUIAR FEITOSA Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 11 de maio de 2020, às 12h45 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 10 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002427-26.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ERIKA DIAS QUARESMA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002427-26.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: ERIKA DIAS QUARESMA Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 11 de maio de 2020, às 13h15 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 10 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002437-70.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GUSTAVO HENRIQUE JOAQUINA FONTELA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002437-70.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: GUSTAVO HENRIQUE JOAQUINA FONTELA Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 11 de maio de 2020, às 16h15 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 11 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002442-92.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ISMAEL SANTOS REIS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002442-92.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: ISMAEL SANTOS REIS Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 11 de maio de 2020, às 17h30 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 11 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002438-55.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
HILDENEIS DE BRITO DE SOUSA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002438-55.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: HILDENEIS DE BRITO DE SOUSA Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 11 de maio de 2020, às 16h30 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 11 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002444-62.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JEFFERSON SOUZA DE ABREU (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002444-62.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: JEFFERSON SOUZA DE ABREU Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 11 de maio de 2020, às 18h00 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 11 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002439-40.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ILDA ARRUDA AZEVEDO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002439-40.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: ILDA ARRUDA AZEVEDO Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 11 de maio de 2020, às 16h45 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 11 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002447-17.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOCELIA FERREIRA DE SOUZA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002447-17.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: JOCELIA FERREIRA DE SOUZA Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 18 de maio de 2020, às 12h30 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 11 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002440-25.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
IMA AWYTYNGA RAINEL TAPIRAPE (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002440-25.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: IMA AWYTYNGA RAINEL TAPIRAPE Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 11 de maio de 2020, às 17h00 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 11 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002441-10.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
IRINETE ROCHA DE SOUZA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002441-10.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: IRINETE ROCHA DE SOUZA Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 11 de maio de 2020, às 17h15 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 11 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002450-69.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JUREMA DOS SANTOS VICENTE (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002450-69.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: JUREMA DOS SANTOS VICENTE Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 18 de maio de 2020, às 13h15 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 11 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002448-02.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE NILTON BURMESTEV (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002448-02.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: JOSE NILTON BURMESTEV Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 18 de maio de 2020, às 12h45 (horário

oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 11 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002446-32.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JHONATAS URIS OLIVEIRA DE MATOS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002446-32.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: JHONATAS URIS OLIVEIRA DE MATOS Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 18 de maio de 2020, às 12h15 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 11 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002452-39.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LAIARA ISABELA DA SILVA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002452-39.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: LAIARA ISABELA DA SILVA Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 18 de maio de 2020, às 13h45 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 11 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002451-54.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
KAOREWYGI REGINALDO TAPIRAPE (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002451-54.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: KAOREWYGI REGINALDO TAPIRAPE Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 18 de maio de 2020, às 13h30 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 11 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002453-24.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LAIS BARBOZA DA SILVA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002453-24.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: LAIS BARBOZA DA SILVA Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 18 de maio de 2020, às 14h00 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 11 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002455-91.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LEILIANE MARCIANO DAMACENO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002455-91.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: LEILIANE MARCIANO DAMACENO Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 18 de maio de 2020, às 14h30 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 11 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002454-09.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:
LEIDELANE SILVA DOS SANTOS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002454-09.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: LEIDELANE SILVA DOS SANTOS Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 18 de maio de 2020, às 14h15 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 11 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002457-61.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LEONARDO GOMES DA SILVA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002457-61.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: LEONARDO GOMES DA SILVA Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 18 de maio de 2020, às 15h00 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 11 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002449-84.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JUCELIA PEREIRA PIRES (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002449-84.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: JUCELIA PEREIRA PIRES Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 18 de maio de 2020, às 13h00 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 11 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002456-76.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LEILIANE PEREIRA REIS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002456-76.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: LEILIANE PEREIRA REIS Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 18 de maio de 2020, às 14h45 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 11 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002458-46.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LEUDIANA MORAES DA SILVA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002458-46.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: LEUDIANA MORAES DA SILVA Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 18 de maio de 2020, às 15h15 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 11 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002459-31.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LINDA INES NICOLAU SOUZA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002459-31.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: LINDA INES NICOLAU SOUZA Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 18 de maio de 2020, às 15h30 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 11 de

dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002443-77.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JANAINA CARVALHO DOS SANTOS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002443-77.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: JANAINA CARVALHO DOS SANTOS Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 11 de maio de 2020, às 17h45 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 11 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002445-47.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JESSICA SILVA DE SOUSA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002445-47.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: JESSICA SILVA DE SOUSA Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 18 de maio de 2020, às 12h00 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 11 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002460-16.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
LUCIANA DIAS DA CONCEIÇÃO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002460-16.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: LUCIANA DIAS DA CONCEIÇÃO Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 18 de maio de 2020, às 15h45 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 11 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002461-98.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LUCIANE MARTINS DA SILVA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002461-98.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: LUCIANE MARTINS DA SILVA Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 18 de maio de 2020, às 16h00 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 11 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002462-83.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LUCIRENE GOMES DE ASSIS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002462-83.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: LUCIRENE GOMES DE ASSIS Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 18 de maio de 2020, às 16h15 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 11 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002463-68.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LUDMILLA SILVA DE MORAES (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002463-68.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: LUDMILLA SILVA DE MORAES Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 18 de maio de 2020, às 16h30 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem

o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 11 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002466-23.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARCIANE DA SILVA NUNES (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002466-23.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: MARCIANE DA SILVA NUNES Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 18 de maio de 2020, às 17h15 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 11 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002464-53.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MAIONARA FERREIRA PARENTE (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002464-53.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: MAIONARA FERREIRA PARENTE Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 18 de maio de 2020, às 16h45 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 11 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002467-08.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA ANDREZA PEREIRA DA SILVA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002467-08.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: MARIA ANDREZA PEREIRA DA SILVA Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 18 de maio de 2020, às 17h30 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 11 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002468-90.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA APARECIDA BARBOSA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002468-90.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: MARIA APARECIDA BARBOSA Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 18 de maio de 2020, às 17h45 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 11 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002471-45.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA DIVINA BRITO BARROS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002471-45.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: MARIA DIVINA BRITO BARROS Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 11 de maio de 2020, às 12h15 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 11 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002465-38.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARCELO CAMPELO GOMES (REQUERIDO)

Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002465-38.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: MARCELO CAMPELO GOMES Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 18 de maio de 2020, às 17h00 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 11 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002469-75.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA DE LOURDES DE MEDEIROS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002469-75.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: MARIA DE LOURDES DE MEDEIROS Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 18 de maio de 2020, às 18h00 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 11 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002470-60.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
C M ARTERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA DE NAZARE RODRIGUES PEREIRA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002470-60.2019.8.11.0059. REQUERENTE: C M ARTERO - ME REQUERIDO: MARIA DE NAZARE RODRIGUES PEREIRA Recebo a inicial e designo audiência de conciliação para o dia 11 de maio de 2020, às 12h00 (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Caso não haja acordo, a requerida tem o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da audiência, para apresentar contestação, sob pena julgamento do feito no estado em que se encontra (Enunciado n. 11 da Súmula da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso e Enunciado n. 5 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso). O prazo para impugnar é de 5 (cinco) dias, a partir do término do prazo para apresentação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Alegre do Norte/MT, 11 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Sentença

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8010083-85.2014.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
VANDERLUCIO MORAIS DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SANDRA MARIA DE OLIVEIRA OAB - GO12632 (ADVOGADO(A))
AMAURI MARTINS FONTES OAB - GO6873 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CASSIMIRO RIBEIRO GOMES (REQUERIDO)
CASSIO GOMES COELHO (REQUERIDO)
JOSE NATALINO GUIMARAES (REQUERIDO)
TRANSUMATRA TRANSPORTES RODOVIARIOS DE CARGAS EIRELI (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
HENRIQUE BASTOS MARQUEZI OAB - SP0097087A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE SENTENÇA Processo: 8010083-85.2014.8.11.0059. REQUERENTE: VANDERLUCIO MORAIS DE SOUZA REQUERIDO: JOSE NATALINO GUIMARAES, CASSIO GOMES COELHO, CASSIMIRO RIBEIRO GOMES, TRANSUMATRA TRANSPORTES RODOVIARIOS DE CARGAS EIRELI Trata-se de ação de reparação de danos proposta por VANDERLUCIO MORAIS DE SOUZA em face de JOSÉ NATALINO GUIMARÃES, CASSIO GOMES COELHO, CASSIMIRO RIBEIRO GOMES E TRANSUMATRA TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE CARGAS EIRELI, já qualificados nos autos. A parte autora foi devidamente intimada pelo advogado constituído para manifestação acerca da certidão acostada à fl. 143, sob pena de extinção, e até a presente data nada apresentou. Vieram os autos conclusos. É o relatório. Decido. Com efeito, dispõe o §1º, do artigo 51 da Lei 9.099/95: "A extinção do processo independerá, em qualquer hipótese, de prévia intimação pessoal das partes." No caso em tela, vislumbro que a parte requerente, apesar de intimada pelo advogado constituído para manifestar acerca da certidão exarada nos autos, deixou transcorrer o prazo sem manifestação, bem como não apresentou justificativa. Desse modo, outro caminho não há senão a extinção do feito, ante o patente desinteresse da parte autora na tramitação do feito. Ante o exposto, sem mais delongas e com fulcro no art. 485, inciso III, do Código de Processo Civil, cumulado com artigo 51, §1º da Lei 9.099/95, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito. Sem custas e honorários (artigos 54 e 55 da Lei n. 9.099/95). Certificado o trânsito em julgado e nada sendo requerido em trinta dias, arquivem-se os autos com as cautelas e baixas de estilo. Submeto o presente projeto de sentença à homologação do Juiz Togado, para que surta os efeitos legais previstos no artigo 40 da Lei 9099/95. Homologada, intimem-se as partes, através de seus patronos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. MATHEUS ROOS Juiz Leigo Vistos, etc. Atendidos os requisitos legais, HOMOLOGO o projeto de sentença elaborado pelo Juiz Leigo para que produza seus efeitos jurídicos, na forma do artigo 40, da Lei nº 9.099/95. Sem custas e honorários. Com o trânsito em julgado, arquivem-se. P.R.I. Porto Alegre do Norte-MT, 12 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

2ª Vara

Intimação

Ato Ordinatório Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1002028-94.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
LUCIENE PEREIRA DUARTE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PHABLO TAINA LOPES DE SOUZA OAB - MT26946/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PRUDENT FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO-PADRONIZADOS (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002028-94.2019.8.11.0059. REQUERENTE: LUCIENE PEREIRA DUARTE REQUERIDO: PRUDENT FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO-PADRONIZADOS LUCIENE PEREIRA DUARTE ajuizou ação indenizatória com pedido liminar

em face de PRUDENT FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS – PRUDENT FIDC NP, ambos devidamente qualificados nos autos. Aduz a requerente ter sido surpreendida com uma negativação de seu nome junto aos cadastros de proteção ao crédito promovida pela requerida. Assevera que, mesmo desconhecendo a origem do suposto débito, teria realizado o pagamento para que fosse retirado o apontamento no SPC e Serasa. Alega que, mesmo com o pagamento do débito, a demandada não teria baixado o apontamento negativo em seu nome, razão pela qual postula pela concessão de liminar para que seja retirada a negativação. Junto da inicial vieram os documentos de fls. 08/21. É o relatório. Decido. No que dispõe o art. 300 do CPC/2015, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Ou seja, extrai-se do referido dispositivo que o julgador tem que se convencer de que o direito é provável para conceder a tutela provisória, como também há necessidade da urgência, pois a demora poderá comprometer a realização imediata ou futura do direito. In casu, tenho que o pedido liminar não merece prosperar, eis que a requerente alega ter realizado o pagamento do débito, todavia, consoante se infere à fl. 19, há nos autos, tão somente, o comprovante de agendamento de pagamento do boleto, não havendo, pois, comprovante do efetivo pagamento do débito. Ante o exposto, sem maiores digressões, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência. Por fim, diante do que dispõe o art. 334 do NCPC, designo audiência de conciliação para o dia 18 de fevereiro de 2020, às 14h00min (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Nos termos do §3º do art. 334 do NCPC, o polo ativo será intimado por meio do advogado e o passivo será citado, no mínimo, 20 (vinte) dias antes da audiência designada. Os envolvidos deverão comparecer, obrigatoriamente, com seus respectivos advogados ou defensor público, ressaltando que a parte requerida deverá apresentar petição, em caso de eventual desinteresse na autocomposição, com 10 (dez) dias de antecedência da solenidade, nos termos do § 5º do art. 334, NCPC. Conste nas comunicações que o não comparecimento na audiência ora designada será considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até 2% da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor do Estado. O início do prazo para contestação, que é de 15 (quinze) dias, será nos termos do art. 335 do NCPC. Às providências para a realização da solenidade. Intimem-se. Cumpra-se. Porto Alegre do Norte/MT, 24 de outubro de 2019. Daniel de Sousa Campos Juiz de Direito

Ato Ordinatório Classe: CNJ-284 DIVÓRCIO LITIGIOSO
Processo Número: 1000799-02.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
R. P. D. S. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VALDECI CARNEIRO DOS SANTOS OAB - DF51038 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
W. F. D. S. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PEDRO RICARDO GOMES PIMENTA OAB - MT0020613S (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PORTO ALEGRE DO NORTE SENTENÇA Processo: 1000799-02.2019.8.11.0059. REQUERENTE: ROMUALDO PEREIRA DOS SANTOS REQUERIDO: WYLKA FERREIRA DA SILVA ROMUALDO PEREIRA DOS SANTOS ajuizou ação de divórcio litigioso c/c partilha de bens em face de WYLKA FERREIRA DA SILVA, ambos devidamente qualificados nos autos. Recebida a inicial, foi designada audiência de conciliação. Realizada a solenidade, as partes entabularam acordo quanto à dissolução do vínculo conjugal, partilha de bens, guarda, visita e alimentos a filhos menores. É o relatório. Decido. Presentes os pressupostos processuais, legitimidade e interesse de agir, além do que ausentes preliminares, passo à análise do mérito da causa. Em relação ao pedido de divórcio, tem-se que com o advento da Emenda Constitucional nº 66/2010 o divórcio poderá ser requerido por ambos os cônjuges (consensual) ou apenas por apenas um deles (litigioso) a qualquer momento, dispensando o prazo que era anteriormente previsto, razão pela qual inexiste qualquer óbice à decretação do divórcio pleiteado na peça inicial. No tocante à guarda e alimentos, verifico que o acordo atende aos interesses do menor, razão pela qual o acordo celebrado deve ser homologado. Ante o exposto, JULGO extinto o processo com resolução do mérito, na forma do art. 487, inciso III, "b", do NCPC/2015, e homologo por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o r. acordo celebrado entre as partes, de modo que decreto o divórcio de ROMUALDO PEREIRA DOS SANTOS e WYLKA FERREIRA DA SILVA, fazendo cessar todos os deveres inerentes ao casamento. Em atenção ao princípio da causalidade, condeno a parte requerida ao pagamento de custas e despesas processuais. Cada parte arcará com os honorários dos seus respectivos advogados. Expeça-se o respectivo mandado de averbação ao Cartório de Registro Civil competente. Ciência ao Ministério Público. Após, arquivem-se os autos com as cautelas e baixas de estilo. Publique-se. Registre-se. Intimem-se Porto Alegre do Norte/MT, 05 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Ato Ordinatório Classe: CNJ-496 GUARDA
Processo Número: 1001840-04.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
M. F. D. S. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS ROBERTO RIBEIRO FILHO OAB - MT22160/B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
C. F. V. (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE PORTO ALEGRE DO NORTE 2ª VARA DE PORTO ALEGRE DO NORTE AV. RUA 16, QUADRA 20, S/N, LOTEAMENTO SANTOS DUMONT, PORTO ALEGRE DO NORTE - MT - CEP: 78655-000 - TELEFONE: (66) 35691216 CERTIDÃO DE IMPULSIONAMENTO CERTIFICO e dou fé para que surtam os jurídicos e legais efeitos que em cumprimento à Seção 16 do Capitulo 06 da CNGC/MT e art. 203, § 4º, do NCPC, impulsiono estes autos com a finalidade de intimar a parte autora para que forneça dados precisos quanto à atual localização da requerida, a fim de possibilitar o cumprimento do r. despacho e citação da requerida. Porto Alegre do Norte/MT,12/12/2019. RENATA DE CASTRO CANCIAN MOLINET Gestora Judiciária

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Daniel de Sousa Campos
Cod. Proc.: 48329 Nr: 4092-07.2013.811.0059
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Banco do Brasil S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): Adriana Geralda Patrocinio da Silva
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Louise Rainer Pereira Gionedis - OAB:16.691-A - MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
(...) No caso em tela, considerando que a parte executada não foi localizada para ser citada, DEFIRO o pedido de arresto executivo, via BACENJUD, até o valor da execução, devendo os autos permanecer no Gabinete do Juiz até que seja processada a ordem perante as instituições financeiras por meio do Banco Central, a teor do que dispõe o art. 1°, § 2°, do Provimento n. 04/2007 – CGJ. Após o processamento da ordem perante as instituições financeiras, encaminhem-se os autos ao Cartório Judicial a fim de que procedam às intimações necessárias. Em caso de penhora positiva, determino a intimação da parte executada, devendo ser obedecidos os prazos previstos nos artigos 847 e 854, § 3º do Código de Processo Civil. Não sendo encontrados valores ou decorrido o prazo acima sem a manifestação da parte executada, intime-se a parte exequente para, em 10 (dez) dias, dar andamento ao feito. Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Marcos André da Silva
Cod. Proc.: 100444 Nr: 2744-75.2018.811.0059
AÇÃO: Medidas de Proteção à Criança e Adolescente->Processo de Execução->Seção Cível->JUIZADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Este Juízo, Maria Aparecida Rodrigues
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Graziella Salina Ferrari - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
).Especial atenção deve ser dada à mãe que, como dito, pode ser "refém" ou mesmo cúplice da situação e não se duvidaria que o alegado silêncio de STEFANNY seja uma forma que o casal tenha encontrando para tentar protegê-la. Importante ainda salientar que sequer foi dado prosseguimento

ao Inquérito Policial. Ademais, frise-se que a lavratura do Boletim de Ocorrência se deu em 08/12/2017, sendo que, inclusive, a pessoa que registrou o suposto abuso não mais foi encontrada para prestar declarações e tecer esclarecimentos perante a Autoridade Policial.Outrossim, consoante relatórios elaborados pelo Conselho Tutelar, verifica-se que a menor vive com sua genitora, padrasto e mais 03 (três) irmãos, também menores de idade. Extrai-se dos autos, também, que o mantenedor da casa é Silvio Pereira.Desse modo, a medida pleiteada carece de maiores elementos para subsidiar seu deferimento.Assim, determino:1-à Secretaria Judicial que oficie a Equipe Multidisciplinar do Juízo para que realize acompanhameo trimestral da situação física e emocional da criança Stefanny Lorraine Rodrigues Oliveira, devendo serem elaborados e apresentados periodicamente os respectivos relatórios, pelo prazo de 06 (seis) meses;Cumpra-se, expedindo-se o necessário.Marcos André da SilvaJuiz de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Marcos André da Silva
Cod. Proc.: 100444 Nr: 2744-75.2018.811.0059
AÇÃO: Medidas de Proteção à Criança e Adolescente->Processo de Execução->Seção Cível->JUIZADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Este Juízo, Maria Aparecida Rodrigues
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Graziella Salina Ferrari - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Primeiramente, cumpra-se a determinação contida à referência 49.
Designo audiência concentrada para o dia 28 de junho de 2019, às 15h30min, horário oficial do Estado de Mato Grosso.
Em tempo, tendo em vista a proximidade da audiência agendada, determino à Secretaria Judicial que proceda a intimação da Direção do Abrigo 'Cantinho da Esperança', solicitando que compareça com a adolescente Stefanny Lorraine na solenidade acima designada, e do Conselho Tutelar do Município de São José do Xingu/MT, devendo tanto a Direção como o Conselho informar se há interessados na guarda da adolescente.
Cumpra-se, com a máxima urgência.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Marcos André da Silva
Cod. Proc.: 100444 Nr: 2744-75.2018.811.0059
AÇÃO: Medidas de Proteção à Criança e Adolescente->Processo de Execução->Seção Cível->JUIZADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Este Juízo, Maria Aparecida Rodrigues
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Graziella Salina Ferrari - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Considerando o desejo externado pela genitor da adolescente,Ariovaldo de Oliveira Sobrinho, em tê-la sob os seus cuidados, quando do seu comparecimento na sede deste Juízo, em 21/05/2019, determino seja realizado estudo psicossocial, no prazo de 30 (trinta) dias, na sua residência, oportunidade em que deverá ser examinada a possibilidade social (aspectos econômicos, geográficos e ambientais) e psíquica, especialmente afetiva, relacionada a todos integrantes do lar, no que tange ao recebimento da adolescente.
Por oportuno, sobreleva destacar que o motivo da fixação de prazo tão exíguo deve-se a necessidade deste Juízo cumprir o calendário das audiências concentradas.
Por fim, atente-se a Secretaria para o fato de que o genitor da adolescente reside na Rua Dom Pedro da Silva, número 1850, Jardim Tropical , Rondonópolis, Mato Grosso, telefone: (66) 999376682.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ivan Lucio Amarante
Cod. Proc.: 45077 Nr: 895-44.2013.811.0059
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Girgelia Bezerra de Araujo Strutz
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DIANATAN FERREIRA JORGE - OAB:18699/MT, Jodacy Gaspar Dantas - OAB:10993/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Impulsiono os autos a fim de INTIMAR a parte autora, mediante publicação no DJE, e a parte requerida, mediante remessa dos autos, para, querendo, no prazo legal, apresentar manifestação acerca do inteiro teor das requisições de RPV expedidas nos autos, nos termos do art. 11 da Resolução nº 458, de 4 de outubro de 2017, do Conselho da Justiça Federal.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ivan Lucio Amarante
Cod. Proc.: 18181 Nr: 2028-29.2010.811.0059
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Paulo José Arruda
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Luis Henrique Lopes - OAB:16171-A/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Considerando que o valor atualizado, acrescido de juros e correção monetária, conforme demonstra o cálculo de fls. 168/168verso, é maior do que 60 (sessenta) salários mínimos, impulsiono os autos com a finalidade de intimar a parte autora, por intermédio de seu advogado, para informar se pretende renunciar ao excedente, a fim de viabilizar a expedição de RPV, ou se deseja a expedição de PRECATÓRIO.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1002497-43.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
IVO DE ALMEIDA COTA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RAYSSA MORGANNA SANTOS SILVA OAB - MT21510/O (ADVOGADO(A))
JOAO PAULO SANTANA MORAIS OAB - MT24933/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
RENAULT DO BRASIL S.A (RÉU)
NAVESA VEICULOS LTDA (RÉU)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002497-43.2019.8.11.0059. AUTOR(A): IVO DE ALMEIDA COTA RÉU: NAVESA VEICULOS LTDA, RENAULT DO BRASIL S.A Nos termos dos artigos 320 e 321 do NCPC, determino a intimação do requerente, por intermédio do advogado para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial a fim de comprovar a real impossibilidade de arcar com as custas do processo, devendo ser juntada aos autos declaração de imposto de renda, certidão do órgão de trânsito que demonstre a existência/inexistência de veículos em nome do promovente da ação ou outro documento que comprove a hipossuficiência financeira do autor, sob pena de extinção. Decorrido o lapso temporal acima, certifique-se e retornem conclusos. Intime-se. Cumpra-se. Porto Alegre do Norte/MT, 12 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1002505-20.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
KARINE MORAIS LEMES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JAQUESON DOS SANTOS CASTRO OAB - GO29515 (ADVOGADO(A))
KERLY JOANA CARBONERA OAB - GO29987 (ADVOGADO(A))
GILMAR STEFFENS OAB - GO45484 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
29.979.036.0001-40 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS (RÉU)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002505-20.2019.8.11.0059. AUTOR(A): KARINE MORAIS LEMES RÉU: 29.979.036.0001-40 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS Defiro os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita, nos termos do art. 98 e seguintes do Novo Código de Processo Civil. Esclareço que deixo de designar audiência conciliatória, nos termos do art. 334 do CPC, visto que como de praxe e

conforme se extrai da própria experiência das conciliações a respeito da matéria versada nos presentes autos, resta demonstrado que a autarquia previdenciária não tem por hábito ou regra transacionar, não comparecendo sequer às audiências instrutórias, o que inviabilizaria eventual expediente conciliatório, que se resumiria em morosidade processual, atentando, ainda, contra os princípios da celeridade e da economia processual. Cite-se a autarquia requerida, por intermédio de sua procuradoria (com envio dos autos), para, querendo, apresentar contestação. Com a resposta, intime-se a parte autora para apresentar impugnação. Após, tornem conclusos. Intimem-se. Cumpra-se. Porto Alegre do Norte/MT, 12 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-279 ALVARÁ JUDICIAL - LEI 6858/80
Processo Número: 1002508-72.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
ELOI DIEHL ARAUJO (REQUERENTE)
EVALDO DIEHL ARAUJO (REQUERENTE)
ELAINE DIEHL ARAUJO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GABRIEL LUIZ ESTEVES OAB - MT22330/O (ADVOGADO(A))
EDILZETE GOMES MORAIS DE ABREU OAB - MT0015984A (ADVOGADO(A))
FABIANA CARLA DE OLIVEIRA OAB - MT16659/O (ADVOGADO(A))
CARLA VENTURINE ESTEVES OAB - MT0021977A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ERMELINDO COSTA ARAUJO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002508-72.2019.8.11.0059. REQUERENTE: EVALDO DIEHL ARAUJO, ELOI DIEHL ARAUJO, ELAINE DIEHL ARAUJO REQUERIDO: ERMELINDO COSTA ARAUJO Nos termos dos artigos 320 e 321 do NCPC, determino a intimação da parte autora, por intermédio do advogado para, no prazo de 15 dias, emendar a inicial, colacionando a certidão de óbito de Ermelindo Costa Araújo, sob pena de extinção. Decorrido o lapso temporal acima, certifique-se e retornem conclusos. Intime-se. Cumpra-se. Porto Alegre do Norte/MT, 12 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1002336-33.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
ADEMAR ALVES DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIANO PAIAO RIOS OAB - SP277251 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
29.979.036.0001-40 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002336-33.2019.8.11.0059. REQUERENTE: ADEMAR ALVES DA SILVA REQUERIDO: 29.979.036.0001-40 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS Recebo a emenda à exordial e, em prosseguimento, defiro os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita, nos termos do art. 98 e seguintes do Novo Código de Processo Civil. No que concerne ao pedido de tutela de urgência, analisados os autos, verifico que, conquanto os documentos trazidos ao caderno processual pela parte autora sirvam de início de prova material e os argumentos por ela explanados se mostrem plausíveis, o direito ao recebimento dos valores pleiteado constitui matéria que demanda necessariamente a produção de prova oral. Considerando o exposto, nos termos do art. 300 do NCPC, INDEFIRO, por ora, o pedido de tutela de urgência, na medida em que será melhor analisado no momento da prolação da sentença. Esclareço que deixo de designar audiência conciliatória, nos termos do art. 334 do CPC, visto que como de praxe e conforme se extrai da própria experiência das conciliações a respeito da matéria versada nos presentes autos, resta demonstrado que a autarquia previdenciária não tem por hábito ou regra transacionar, não comparecendo sequer às audiências instrutórias, o que inviabilizaria eventual expediente conciliatório, que se resumiria em morosidade processual, atentando, ainda, contra os princípios da celeridade e da economia processual. Cite-se a autarquia requerida, por intermédio de sua procuradoria (com envio dos autos), para, querendo, apresentar contestação. Com a resposta, intime-se a parte autora para apresentar impugnação. Intimem-se. Cumpra-se. Porto Alegre do Norte/MT, 12 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000481-53.2018.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
ANDREIA RODRIGUES DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO GABRIEL REGIS DE ALMEIDA OAB - GO0036973A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1000481-53.2018.8.11.0059. AUTOR: ANDREIA RODRIGUES DA SILVA RÉU: BANCO BRADESCO S.A. Trata-se de ação declaratória de inexistência de débito, cumulada com ação de cancelamento de protesto e reparação por danos morais com pedido de tutela de urgência, ajuizada por ANDRÉIA RODRIGUES DA SILVA em face de BANCO BRADESCO S/A. Nota-se que há pedido de antecipação de tutela para exclusão de nome do consumidor do cadastro de protestos. A requerente afirmou que, ao tentar realizar um empréstimo junto à uma instituição financeira, foi informada acerca de uma restrição em seu nome. Disse também que a dívida seria indevida, não havendo motivos para tal inscrição. É O RELATÓRIO. FUNDAMENTO E DECIDO. A parte autora, apesar de ter apresentado comprovantes que seu nome foi protestado, não colacionou nos autos qualquer indício de que o protesto é indevido, tampouco indício de inexistência de relação jurídica existente entre o autor e o requerido. Ademais, do extrato apresentado nos autos denota-se que a suposta inscrição indevida fora realizada em 2015, tendo a requerente tomado ciência em fevereiro/2016, contudo, somente agora ingressou com a demanda judicial no intento de ver seu nome retirado do SPC, o que descaracteriza a existência de 'perigo de dano ao resultado útil do processo'. Ante o exposto, não estando presentes os requisitos próprios, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA de URGÊNCIA. De outro norte, designo audiência de conciliação, nos termos do artigo 334 do Código de Processo Civil, para o dia 27 de setembro de 2018, às 12h30min, horário oficial do Estado de Mato Grosso. Cite-se e intime-se o demandado para comparecer à audiência designada. Frise que a citação e intimação do requerido deverá ocorrer até dia 29 de agosto de 2018. Consigne-se que em não havendo conciliação, o prazo para contestação fluirá a partir da data da efetiva realização da audiência. Intime-se a requerente na pessoa de seu advogado. Defiro a gratuidade de judiciária, nos termos do artigo 99 e seguintes do Código de Processo Civil. Cumpra-se, expedindo o necessário.

Sentença

Sentença Classe: CNJ-105 MANDADO DE SEGURANÇA
Processo Número: 1001283-17.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
GEANE MELO DO NASCIMENTO (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO GABRIEL REGIS DE ALMEIDA OAB - GO0036973A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARIONEIDE ANGÉLICA KLIEMASCHEWSK (IMPETRADO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PORTO ALEGRE DO NORTE SENTENÇA Processo: 1001283-17.2019.8.11.0059. IMPETRANTE: GEANE MELO DO NASCIMENTO IMPETRADO: MARIONEIDE ANGÉLICA KLIEMASCHEWSK GEANE MELO DO NASCIMENTO impetrou mandado de segurança contra o suposto ato coator de MARIONEIDE

ANGÉLICA KLIEMASCHEWSK, Secretária de Educação, Esporte e Lazer do ESTADO DE MATO GROSSO, devidamente qualificados nos autos. Narra a impetrante ser ocupante, na qualidade de servidor público temporário, do cargo de Técnico em Alimentação Escolar, eis que foi aprovada no processo seletivo promovido pelo Estado de Mato Grosso, cujo contrato prevê que o labor se iniciará em 01.04.2019 e findará em 20.12.2019. Aduz que seu filho é portador de Síndrome de Down e de cardiopatia congênita, e precisou ser hospitalizado e encaminhado à capital deste Estado, de modo que a impetrante acompanhou sua prole, oportunidade em que o Estado de Mato encerrou o contrato de trabalho. Obtempera que, em que pese ser servidora pública temporária, seu contrato é regido pelas normas contidas no Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, de maneira que lhe é possibilitado o afastamento para tratar de questões de saúde de familiar. Assevera, diante disso, que a decisão administrativa é ilegal. Recebida a inicial, foi deferido o pleito liminar (id 22067090). Notificada, a autoridade coatora prestou informações, ocasião em que arguiu a ausência de direito líquido e certo reclamado pela impetrante (id 24790371). Posteriormente, sobreveio informações quanto ao cumprimento da liminar (id 24790382). Com vistas dos autos, conforme estabelecido pelo art. 12, da Lei 12.016/2009, o Ministério Público emitiu parecer favorável à concessão da segurança pleiteada pela impetrante. Vieram os autos conclusos. É o relatório. Decido. Conforme determina o artigo 5º, inciso LXIX, da Constituição Federal: "conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por "habeas corpus" ou "habeas-data", quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público". A Lei n.12.016/09, no seu artigo 1º, caput, igualmente prevê: "Art. 1º Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça". O direito líquido e certo é aquele que se mostra inequívoco, sem necessidade de dilação probatória, urgindo, para sua configuração, a comprovação dos pressupostos fáticos adequados à regra jurídica. A propósito do tema, ensina Hely Lopes Meirelles: "... o direito invocado, para ser amparável por mandado de segurança, há de vir expresso em norma legal e trazer em si todos os requisitos e condições de sua aplicação ao impetrante: se sua existência for duvidosa; se sua extensão ainda não estiver delimitada; se seu exercício depender de situações e fatos ainda indeterminados, não rende ensejo à segurança, embora possa ser defendido por outros meios judiciais." (Mandado de Segurança, Ação Popular,.29 ed. São Paulo: Malheiros Editoras, 2006,p.36-37). Nos autos em exame, em oposição ao sustentando pelo impetrado, ante a ausência de disposição legal quanto à aplicabilidade da licença para acompanhamento de familiar ao servidor temporário, deve ser aplicada a legislação pertinente que rege os servidores efetivos, em observância ao princípio constitucional da isonomia. Ressalto, assim como delineado na decisão inaugural, que os contratos temporários formulados pela Administração Pública não devem menosprezar os direitos já assegurados pela legislação respectiva aos servidores públicos ocupantes de cargo efetivo, devendo ser conferido ao servidor temporário, no que forem compatíveis, os direitos estabelecidos na Lei n. 8.112/90, na Constituição Estadual de Mato Grosso e no Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direito. Nesse contexto, o sobredito Estatuto, em seu art. 105, estabelece que, in verbis: "Poderá ser concedida licença ao servidor, por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, padrasto ou madrasta, ascendente, descendente, enteado e colateral consangüíneo ou afim até o segundo grau civil, mediante comprovação médica. § 1º A licença somente será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo, o que deverá ser apurado através de acompanhamento social. § 2º A licença será concedida sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, até um 01 (um) ano, com 2/3 (dois terços) do vencimento ou remuneração, excedendo esse prazo, até 02 (dois) anos." Nesta senda, após hercúlea análise da exordial e dos documentos que a instruem, verifico ter restado demonstrada a relação de parentesco entre a impetrante e Otávio Nascimento Ribeiro, nascido em 13.09.2018, sendo certo, ainda, que, em decorrência da idade da criança, a necessidade da presença da genitora, ora impetrante, para acompanhamento do tratamento de saúde do menor mostra-se patente. De igual modo, saliento ser indiscutível a aplicabilidade das normas que regem os servidores públicos ocupantes de cargo efetivo aos servidores temporários. Por oportuno, colaciono decisão exarada pelo e. TJMT em caso análogo ao dos autos, in verbis: "MANDADO DE SEGURANÇA - SERVIDORA PÚBLICA ESTADUAL TEMPORÁRIA - PRORROGAÇÃO DE LICENÇA MATERNIDADE POR 180 DIAS - POSSIBILIDADE - PRINCÍPIO DA ISONOMIA - ART. 235 DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº. 04/1990 - REDAÇÃO ALTERADA PELA LEI ESTADUAL COMPLEMENTAR Nº. 330/2008 - SEGURANÇA CONCEDIDA. O benefício da licença maternidade pelo período de 180 (cento e oitenta) dias concedido pela Lei Complementar Estadual nº. 330/2008, que alterou o artigo 235, da Lei Complementar Estadual nº. 04/1990, deve ser assegurado também às servidoras públicas temporárias, em observância ao Princípio Constitucional da Isonomia." (N.U 0118874-73.2014.8.11.0000, , MARIA APARECIDA RIBEIRO, TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 04/12/2014, Publicado no DJE 12/12/2014) Ante o exposto, com base na motivação supra e consonância com o parecer ministerial, CONCEDO A SEGURANÇA para o fim de declarar a nulidade do ato administrativo por meio do qual foi realizado o distrato com a impetrante, devendo, por conseguinte, ser realizada sua reintegração aos quadros de servidores público temporário do Estado de Mato Grosso. Sem custas processuais, diante da isenção conferida pelo art. 24, inc. I, da Lei Estadual 3779/2009. Sem honorários advocatícios (Súmula 512 do STF e art. 25 da Lei n. 12.016/2009). Sentença sujeita ao duplo grau de jurisdição por força do art. 14, § 1º, da Lei n. 12.016/2009. Assim, esgotado o prazo para recursos voluntários, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as baixas necessárias. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Porto Alegre do Norte/MT, 12 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

3ª Vara

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Daniel de Sousa Campos
Cod. Proc.: 122459 Nr: 6572-45.2019.811.0059
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Genildo Goes dos Santos Filho, Vulgo "Peu"
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Adão Delgado da Silva Júnior - OAB:26684/O

Apresentada a resposta escrita, os autos seguem à conclusão para exame de eventual absolvição sumária, nos termos do artigo 397 do CPP.
Pois bem.
São hipóteses de absolvição sumária: a) existência manifesta de causa excludente da ilicitude do fato; b) existência manifesta de causa excludente da culpabilidade do agente, salvo inimputabilidade; c) circunstância de o fato narrado evidentemente não constituir crime; d) extinção da punibilidade do agente.
Compulsando os autos, verifico a inexistência das hipóteses elencadas pelo ordenamento jurídico, ressaltando que nesta fase processual incide o princípio in dubio pro societate.
Portanto, não sendo caso de absolvição sumária (art. 397 do CPP) e inexistindo questão pendente de apreciação, declaro o feito saneado e designo audiência de instrução e julgamento para o dia 21 DE JANEIRO DE 2020, ÀS 09H30 (horário oficial do Estado de Mato Grosso), devendo constar do mandado que o interrogatório será realizado após a oitiva das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, sendo as alegações finais oferecidas na mesma solenidade.
Intimem-se as partes e testemunhas arroladas.
Requisite-se o réu, expedindo-se o necessário.
Ciência ao MPE e a Defesa.
Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Daniel de Sousa Campos
Cod. Proc.: 18288 Nr: 2135-73.2010.811.0059
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso

PARTE(S) REQUERIDA(S): Jesusley Ferreira Moreira, vulgo "Ley"
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Daniela Dias Araújo Sousa - OAB:26511 - O - MT
Decisão
Apresentada a resposta escrita, os autos seguem à conclusão para exame de eventual absolvição sumária, nos termos do artigo 397 do CPP.
Pois bem.
São hipóteses de absolvição sumária: a) existência manifesta de causa excludente da ilicitude do fato; b) existência manifesta de causa excludente da culpabilidade do agente, salvo inimputabilidade; c) circunstância de o fato narrado evidentemente não constituir crime; d) extinção da punibilidade do agente.
Compulsando os autos, verifico a inexistência das hipóteses elencadas pelo ordenamento jurídico, ressaltando que nesta fase processual incide o princípio in dubio pro societate.
Portanto, não sendo caso de absolvição sumária (art. 397 do CPP) e inexistindo questão pendente de apreciação, declaro o feito saneado e designo audiência de instrução e julgamento para o dia 23 DE JANEIRO DE 2020, ÀS 07H30 (horário oficial do Estado de Mato Grosso), devendo constar do mandado que o interrogatório será realizado após a oitiva das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, sendo as alegações finais oferecidas na mesma solenidade.
Intimem-se as partes e testemunhas arroladas.
Requisite-se o réu, expedindo-se o necessário.
Ciência ao MPE e a Defesa.
Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Ivan Lucio Amarante
Cod. Proc.: 20971 Nr: 1494-51.2011.811.0059
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Adil Pereira da Silva, Max de Souza Torres
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Amauri Martins Fontes - OAB:4837-A - MT, Jodacy Gaspar Dantas - OAB:10993/MT, Weiner Cruzeiro Assis Vilela - OAB:18969/GO
Certifico que decorreu o prazo da defesa do acusado Adil Pereira da Silva, sem manifestação.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Ivan Lucio Amarante
Cod. Proc.: 49337 Nr: 5035-24.2013.811.0059
AÇÃO: Ação Penal de Competência do Júri->Processo Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Francislei Pereira Gonçalves
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Amauri Martins Fontes - OAB:4837-A - MT
Considerando o trânsito em julgado, impulsiono os autos para que a defesa do réu apresente o rol de testemunhas que irão depor em plenário, até o máximo de 5 (cinco), bem como junte documentos e requeira diligências na forma da decisão proferida à Fl. 92.

Edital de Citacao
JUIZ(A): Ivan Lucio Amarante
Cod. Proc.: 53152 Nr: 2677-52.2014.811.0059
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Eduardo Henrique da Silva, alcunha "Grilo"
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 15 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) citadas(s): EDUARDO HENRIQUE DA SILVA, ALCUNHA "GRILO", Cpf: 03807163131, Rg: 2361053-0, Filiação: Simone Henrique Alves da Silva e Divino Carlos da Silva, data de nascimento: 14/04/1991, brasileiro(a), natural de Mozarlândia-GO, convivente, desocupado, Telefone 35641012. atualmente em local incerto e não sabido
FINALIDADE: CITAÇÃO DO(S) RÉU(S) acima qualificado(s), para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. 2. Na resposta, o acusado poderá argüir preliminares e alegar tudo que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolas testemunhas, até o máximo de 08 (oito), qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário.
Resumo da Inicial: (...) Ante o exposto, o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSO, denuncia a Vossa Excelência MAYCON SOUZA DE JESUS, Vulgo "Bazé" e EDUARDO HENRIQUE DA SILVA, Vulgo "Grilo", como no incurso nas penas dos Artigos 155, §4° I e IV do Código Penal Brasileiro, (...)
Despacho: Defiro o pedido ministerial retro (fl. 79).Assim sendo, expeça-se carta precatória à Comarca de Água Boa/MT para citação do acusado. Na ocasião, deverá informar a eventual incapacidade financeira para constituir advogado.No caso de citação e perante a informação de não ter condições financeiras, nomeio, desde já, o Dr. Nelton Shcwingel, OAB/MT nº 14.175-A. Intime-se o causídico sobre esta nomeação, bem como para patrocinar a defesa do acusado durante a instrução criminal.Após, volvam-me os autos conclusos.Cumpra-se.
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Rodrigo Debrino de Mattos, digitei.
Porto Alegre do Norte, 11 de dezembro de 2019
Jonathas Costa Guimaraes Escrevente Autorizado art. 1.686/CNGC

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Daniel de Sousa Campos
Cod. Proc.: 54307 Nr: 3602-48.2014.811.0059
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Valdir Gomes de Souza
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Nivaldo Pereira da Silva - OAB:17795/MT
Ante o exposto, com base na motivação supra, JULGO PROCEDENTE a exordial acusatória, para condenar VALDIR GOMES DE SOUZA nas sanções do artigo no artigo 7º, parágrafo único, inciso IX, da Lei 8.137/90, segundo consta da denúncia. Com fulcro no princípio da individualização das penas, e atento às diretrizes do artigo 59 do Código Penal, passo à dosimetria da reprimenda: (...)Dessa forma, considerando que todas as circunstâncias judiciais foram valoradas favoráveis ou neutras, fixa-se a pena-base em 02 (dois) anos de detenção, no mínimo legal.Na segunda fase, reconheço a atenuante da confissão nos termos da súmula 545, do STJ, porém deixo de aplica-la em respeito ao enunciado da súmula 231, do STJ.Não há causas de aumento ou de diminuição a ser valorada, motivo pelo qual torno definitiva a pena de 02 (dois) anos de detenção.O regime prisional inicial deve ser o aberto, nos termos do artigo 33, § 2º, alínea "c", do Código Penal. (...) Concedo ao réu o direito de recorrer em liberdade, na medida em que inexistem os requisitos preventivos do artigo 312, do Código de Processo Penal.Condeno o réu ao pagamento das custas processuais, principalmente porque foi defendido durante toda a instrução criminal por advogado constituído.Por fim, deixo de fixar valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração penal em apuração neste processo, consoante disposição do artigo 387, IV, do Código de Processo Penal, em função da inexistência de parâmetros seguros para precisá-los, mormente pelo fato de os produtos do crime terem sido apreendidos. Nos termos do artigo 387, §2º, do Código de Processo Penal, tem-se que o tempo de prisão provisória não alterará o regime inicial de cumprimento de pena do acusado, consignando que a detração penal será realizada oportunamente pelo juízo da execução penal.Após o trânsito em julgado, deixo de lançar o nome do réu no rol dos culpados ante a revogação do artigo 393, do Código de Processo Penal. (...).Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Daniel de Sousa Campos
Cod. Proc.: 49109 Nr: 4819-63.2013.811.0059
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Valdomiro Lima Luz
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Wueiner Cruzeiro Assis

Vilela - OAB:18969/GO

SENTENÇA

Trata-se de ação penal proposta pelo Ministério Público contra VALDOMIRO LIMA LUZ pela suposta prática do crime previsto no artigo 147 do Código Penal, com as implicações da Lei nº 11.340/2006.

A denúncia foi recebida em 11.03.2016 (ref. 04).

Após regular trâmite processual, em sede de alegações finais, a representante ministerial pugnou pela condenação do réu, nos termos da denúncia (ref. 85). A defesa, por sua vez, requereu a absolvição, com fundamento no artigo 386, inciso VII, do Código Penal (ref. 90).

É o relatório. Decido.

No caso em tela, o tipo penal em apreço estabelece pena em abstrato máxima de 06 (seis) meses, razão pela qual a prescrição ocorrerá em 03 (três) anos, nos termos do artigo 109, inciso VI, do Código Penal.

Dessa maneira, de 11.03.2016 (data do recebimento da denúncia) até o presente momento, já se passaram mais de 03 (três) anos, consumando, portando, o prazo prescricional.

PELO EXPOSTO, nos termos do artigo 107, inciso IV, c/c artigo 109, inciso VI, todos do Código Penal, DECLARO extinta a punibilidade do acusado em razão da prescrição da pretensão punitiva estatal.

Ciência ao MPE e a defesa.

Após, com o trânsito em julgado, arquivem-se estes autos com as cautelas e baixas de estilo.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A): Daniel de Sousa Campos

Cod. Proc.: 121212 Nr: 5902-07.2019.811.0059

AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso

PARTE(S) REQUERIDA(S): José Francisco de Paiva, Milton Francisco Paiva Vulgo "Miltão", Alexandre Carvalho da Silva, Naiara Pereira de Souza

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MATHEUS ROOS - OAB:19739/O, Sebastião Carlos Toledo - OAB:13.217 - MT

DECISÃO

Em relação aos acusados Alexandre Carvalho da Silva e Naiara Pereira de Souza, foram devidamente citados e apresentaram resposta à acusação através de advogado constituído.

Após o decreto preventivo, os referidos réus encontram-se foragidos e, no dia 02 de dezembro de 2019, a defesa técnica constituída apresentou renúncia.

Assim, a fim de evitar nulidade, por cerceamento de defesa, determino o desmembramento do feito no tocante aos acusados Alexandre Carvalho da Silva e Naiara Pereira de Souza, devendo aguardar o cumprimento do mandado de prisão.

Quanto aos réus José Francisco de Paiva e Milton Francisco Paiva, redesigno a audiência de instrução e julgamento para o dia 23 de janeiro de 2020, às 07h30min (horário oficial de MT).

Expeça-se mandado de intimação das testemunhas Daniel Silva Cardoso, Kátia Maria Nunes Lima e João Marcos Batista de Araújo. Oficie-se requisitando a presença dos réus para realização do interrogatório.

Saem os presentes intimados.

Cumpra-se.

Comarca de Porto Esperidião

Vara Única

Expediente

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A): Edna Ederli Coutinho

Cod. Proc.: 57532 Nr: 147-84.2016.811.0098

AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso

PARTE(S) REQUERIDA(S): José Cândido dos Reis

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Francis Raiane Kischner - OAB:20615/B

PROCESSO/CÓD. Nº 57532

Tendo em vista a certidão de fl. 60, nomeio como Defensor dativ o Dr. Fransérgio de Souza Barbeiro, OAB/MT nº 10.362 - B, para atuar nos autos em favor do réu José Cândido dos Reis, salientando que os honorários serão arbitrados por ocasião da prolação de sentença, a serem executados posteriormente em face do Estado de Mato Grosso.

Assim, intime-se o referido causídico para apresentar resposta à acusação, no prazo legal.

Após, voltem-me conclusos para análise da possibilidade de absolvição sumária (art. 397, CPP) ou designação de audiência de instrução e julgamento.

Cumpra-se.

Porto Esperidião/MT, 23 de abril de 2019.

Edna Ederli Coutinho

Juíza de Direito

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A): Henriqueta Fernanda Chaves Alencar F. Lima

Cod. Proc.: 57532 Nr: 147-84.2016.811.0098

AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso

PARTE(S) REQUERIDA(S): José Cândido dos Reis

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Francis Raiane Kischner - OAB:20615/B

Autos nº. 147-84.2016.811.0098 (Código: 57532)

Vistos em Correição.

Tendo em vista que o advogado renunciou ao mandato, conforme fls. 62, nesse sentido, nomeio para patrocinar a sua defesa, o(a) douto(a) causídico(a) Dra. Francis Raiane Kischner OAB/MT nº 20615-B, devendo ser intimada para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente resposta à acusação (art. 396 e 396-A, 'caput', e § 2º, ambos do CPP).

Havendo preliminares, vista ao Ministério Público para se manifestar no que entender de direito pelo prazo de 05 (cinco) dias.

INTIMEM-SE.

CIÊNCIA ao Ministério Público.

CUMPRA-SE expedindo o necessário.

Expeça-se o necessário.

Porto Esperidião/MT, 30 de agosto de 2019.

Henriqueta Fernanda C. A. F. Lima

Juíza de Direito

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A): Henriqueta Fernanda Chaves Alencar F. Lima

Cod. Proc.: 67485 Nr: 1245-02.2019.811.0098

AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso

PARTE(S) REQUERIDA(S): Orismar da Silva Santos

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Francis Raiane Kischner - OAB:20615/B

Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia para o fim de CONDENAR o réu ORISMAR DA SILVA SANTOS, já qualificado nos autos, como incurso nas penas do art. 180 do Código Penal.Passo a dosar as penas a serem aplicadas ao réu Orismar da Silva Santos, nos termos do art. 68 do Código Penal (...) SIRVA CÓPIA DA PRESENTE COMO ALVARÁ DE SOLTURA EM FAVOR DO RÉU ORISMAR DA SILVA SANTOS, DEVIDAMENTE QUALIFICADO, DEVENDO SER POSTO IMEDIATAMENTE EM LIBERDADE, SALVO SE POR OUTRO MOTIVO DEVA PERMANECER PRESO. CUMPRA-SE COM URGÊNCIA.Haja vista a nomeação de fl. 97, aliado aos serviços prestados pela douta causídica Dra. Francis Raiane Kischner, OAB/MT 20.615, arbitro-lhe honorários advocatícios no importe de 05 (cinco) URH's. Expeça-se a competente certidão.Na toada do postulado pelo parquet à fl. 110, OFICIE-SE o juízo da Comarca de Araputanga/MT, tendo em vista que o condenado possui Executivo de Pena em trâmite sob o cód. 60696 [nº 657-20.2015.811.0038], encaminhando-lhe cópia das peças necessárias bem como desta sentença. Deixo de condenar o réu nas custas e despesas processuais por ser pobre na forma da lei.Oportunamente, após o trânsito em julgado, tomem-se as seguintes providências:a)Lance o nome do réu no rol dos culpados;b)Expeça-se guia de execução definitiva do condenado. Certificado o trânsito em julgado apenas para a acusação, expeça-se guia de execução provisória;Observe-se a detração penal. c)Em cumprimento ao disposto no art. 71, §2º, do Código Eleitoral, oficie-se

ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando-o sobre esta decisão;d)Comuniquem-se os institutos de identificação estadual e federal;P.R.I.C.Porto Esperidião/MT, 11 de dezembro de 2019.Henriqueta Fernanda C. A. F. LimaJuíza de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Jean Garcia de Freitas Bezerra
Cod. Proc.: 54730 Nr: 1111-48.2014.811.0098
AÇÃO: Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Emerson José Quintão
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Erykson Thyago Pereira da Silva - OAB:MT 22102/O
PROCESSO/CÓD. Nº 54730
Vistos, etc.
Trata-se de ação penal em face de Emerson José Quintão, imputando-lhe o cometimento, em tese, do crime tipificado no art. 306, do Código de Trânsito Brasileiro.
O acusado não foi localizado para citação pessoal, ensejando a citação editalícia, que também se mostrou infrutífera, oportunidade em que se declarou suspenso o processo e o curso do prazo prescricional, como também foi decretada a prisão preventiva do implicado.
Este juízo teve notícia da prisão do acusado por mandado expedido no processo sob o código 52710 [716-44.2011.811.0039], a qual fora cumprida em 03.07.2018 na comarca de Pontes e Lacerda/MT.
Em síntese, é o relatório.
Encontrado, em outra comarca, cite-se o acusado para responder a acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, em consonância com o art. 396 do CPP.
Consigne-se no mandado que o oficial de justiça deverá indagar ao acusado se este possui condições financeiras para constituir advogado. Em caso negativo, deverá informá-lo de que será acompanhado por advogado nomeado para o ato ante a ausência de defensor público nesta comarca.
Na resposta, o acusado poderá arguir preliminares e alegar tudo que interesse a sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, e se necessário requerer suas intimações.
Apresentada a defesa, manifeste-se o Ministério Público sobre as preliminares e documentos, se houverem, no prazo de 05 (cinco) dias.
Após, conclusos para análise da possibilidade de absolvição sumária (art. 397, CPP) ou designação de audiência de instrução e julgamento.
Intime-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário.
Porto Esperidião/MT, 05 de julho de 2018.
Jean Garcia de Freitas Bezerra
Juiz de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Jean Garcia de Freitas Bezerra
Cod. Proc.: 54730 Nr: 1111-48.2014.811.0098
AÇÃO: Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Emerson José Quintão
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Erykson Thyago Pereira da Silva - OAB:MT 22102/O
Por estas razões, com fulcro no art. 107, inciso IV, do Código Penal, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado EMERSON JOSÉ QUINTÃO, devidamente qualificado, pela ocorrência da prescrição virtual da pretensão punitiva estatal. Procedam-se as comunicações pertinentes, constante no artigo 1.453 da Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Mato Grosso quanto à extinção da punibilidade e retificações necessárias.Extinta a punibilidade, REVOGO a prisão anteriormente decretada.RECOLHAM-SE EVENTUAIS MANDADOS DE PRISÃO EXPEDIDOS.SIRVA A PRESENTE COMO ALVARÁ DE SOLTURA, salvo se por outro motivo estiver preso.No mais, tratando-se de sentença extintiva de punibilidade, e, tendo em vista o perdimento de metade da fiança (fls. 112/113) prestada à fl. 24, ao ensejo do cumprimento da revogação da prisão, deverá o oficial de justiça indaga-lo sobre a conta para restituição da parte remanescente do numerário no ato ou ainda, no prazo de 15 (quinze) dias não diligenciada, determino o perdimento em favor da união devendo ser remetida ao FUNPEN.Por fim, considerando que o acusado Emerson José Quintão foi devidamente citado (fls. 120/121), declarando não possuir condições de constituir advogado e, inexistindo núcleo da Defensoria Pública nesta Comarca, nos termos do art. 396-A, § 2º do CPP, nomeio para que tome ciência da presente sentença extintiva de punibilidade, e ainda, acaso entenda necessário, pugnar pelo que entender de direito, o douto causídico Dr. Erykson Thyago Pereira da Silva – OAB/MT nº 22102/O, arbitrando-lhe, para a ciência da sentença, o valor de 01 (uma) URH, devendo a secretaria da vara expedir a competente certidão.Com o trânsito em julgado, certifique-se e arquive-se com as anotações e baixas de estilo. P. R. I. CUMPRA-SE com URGÊNCIA, expedindo o necessário.Porto Esperidião/MT, 21 de agosto de 2018.Jean Garcia de Freitas BezerraJuiz de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Edna Ederli Coutinho
Cod. Proc.: 54730 Nr: 1111-48.2014.811.0098
AÇÃO: Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Emerson José Quintão
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Erykson Thyago Pereira da Silva - OAB:MT 22102/O
Cód. 54730
Certificada a tempestividade, recebo o recurso de apelação em seus legais efeitos.
Já apresentadas as razões recursais e a contrarrazões pelo réu, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso para apreciação.
Intimem-se.
Cumpra-se.
Porto Esperidião/MT, 19 de março de 2019.
Edna Ederli Coutinho
Juíza de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Henriqueta Fernanda Chaves Alencar F. Lima
Cod. Proc.: 54730 Nr: 1111-48.2014.811.0098
AÇÃO: Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Emerson José Quintão
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Erykson Thyago Pereira da Silva - OAB:MT 22102/O
Autos nº. 1111-48.2014.811.0098 (Código: 54730)
Vistos em correição.
Tendo em vista o retorno dos autos do E. Tribunal de Justiça dê-se vistas ao Ministério Público para se manifestar no que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.
CUMPRA-SE.
Porto Esperidião/MT, 14 de outubro de 2019.
Henriqueta Fernanda C. A. F. Lima
Juíza de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 64034 Nr: 1123-23.2018.811.0098
AÇÃO: Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Paulo Stefani Rocha
PARTE(S) REQUERIDA(S): Adalberto Ribeiro, Lauriana Rezende da Silva Ribeiro
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: WAGNER LEITE DA COSTA PINTO - OAB:12829
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Jorge Antonio Gonçalves Junior - OAB:24346-O
CERTIFICO QUE NESTA DATA SOLICITEI AO ADVOGADO JORGE ANTÔNIO GONÇALVES A DEVOLUÇÃO DOS AUTOS NO PRAZO DE 48 (QUARENTA E OITO HORAS)SOB PENA DE BUSCA E APREENSÃO. EU, FATIMA ADRIELLY SILVA FREITAS, GESTORA JUDICIAL DIGITEI.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Henriqueta Fernanda Chaves Alencar F. Lima
Cod. Proc.: 64722 Nr: 1470-56.2018.811.0098
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento

Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Osorivan Alves de Borba, Anderson Campos do Nascimento, Ariclenes Costa Ferreira
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Erykson Thyago Pereira da Silva - OAB:MT 22102/O, Kleber de Soza Silva - OAB:, RAMAO WILSON JUNIOR - OAB:11702
Autos nº. 64772 [1147-90.2014.811.0098]
Vistos.
Sentença condenatória proferida às fls. 411/422, em desfavor de Anderson, Ariclenes e Osorivan.
Ariclenes interpôs recurso de apelação à fl. 423, pugnando por prazo para apresentar suas razões recursais.
Anderson interpôs recurso de apelação à fl. 429, com suas inclusas razões às fls. 430/445.
Osorivan interpôs recurso de apelação à fl. 449, apresentando suas razões recursais em seguida às fls. 460/467.
Os acusados foram intimados pessoalmente da sentença condenatória (fl. 446/448-vº).
Certificada a tempestividade dos recursos (fl. 450).
Os autos vieram conclusos.
É o relatório, fundamento e decido.
Certificada a tempestividade (fl. 450), RECEBO os recursos de apelação defensivos em seus efeitos legais.
Tendo em vista que Anderson e Osorivan já apresentaram suas razões recursais, vista à defesa de Ariclenes, com o prazo de 08 (oito) dias, para apresentar suas razões recursais. Em seguida, ao Ministério Público para contrarrazões no mesmo prazo.
Tendo em vista que todos já foram intimados e já se manifestaram, com o cumprimento das determinações supra, inclusive a juntada da manifestação defensiva e ministerial, subam os autos ao e. Tribunal de Justiça de Mato Grosso para apreciação.
CUMPRA-SE.
Porto Esperidião/MT, 12 de dezembro de 2019.
Henriqueta Fernanda C.A.F. Lima
Juíza de Direito

Comarca de Querência

Vara Única

Intimação

Intimação Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1000807-64.2017.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
E. D. A. J. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
CLAUDINEI ROCHA PINHEIRO OAB - RS0086689A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
N. E. B. M. (RÉU)

Nos termos do Provimento 056/2007/CGJ, impulsiono o presente feito para intimar o advogado da parte autora para que se manifeste nos autos.

Expediente

Edital de Citacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 69626 Nr: 1980-89.2019.811.0080
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): WANDERSON COUTO DE ARAÚJO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Edital de Notificação
Edital de:
Prazo:
Intimando:
Finalidade:
Resumo da inicial:
Decisão/Despacho:
Nome do Servidor (digitador):
Portaria:

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 36236 Nr: 687-26.2015.811.0080
AÇÃO: Usucapião->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FÁBIO RODRIGUES GUIMARAES, JAQUELINNE PEREIRA DOS SANTOS
PARTE(S) REQUERIDA(S): COOPERATIVA AGROPECUARIA MISTA CANARANA LTDA - COOPERCANA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ALEKSANDER PASOTI FOSSA - OAB:18252/A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Nos termos do Provimento 056/2007/CGJ, impulsiono o presente feito para intimar os Requerentes via DJE, para que juntem aos autos DOCUMENTOS de IDENTIFICAÇÃO, ESCRITURA PÚBLICA DE UNIÃO ESTÁVEL com REGISTRO no LIVRO E, bem como CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR DE ÔNUS E AÇÕES DA MATRÍCULA do imóvel atualizada para instruir Mandado de Usucapião, conforme Nota de Devolução do Cartório de Registro de Imóveis em Ref: 62.

Edital de Intimacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 40888 Nr: 894-88.2016.811.0080
AÇÃO: Embargos à Execução Fiscal->Embargos->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Valério Fernandes dos Santos Silva
PARTE(S) REQUERIDA(S): SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Corina Pissato - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Corina Pissato - OAB:
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO 20 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) intimada(s): VALÉRIO FERNANDES DOS SANTOS SILVA, Cpf: 89693086104, Rg: 3946970, Filiação: Rosalina Fernandes dos Santos Silva e Valdote Pinheiro da Silva, data de nascimento: 03/09/1978, natural de Aragarças-GO, casado (a), vereador. atualmente em local incerto e não sabido
FINALIDADE: INTIMAÇÃO da parte acima qualificada, atualmente em lugar incerto e não sabido, dos termos da r. sentença proferida nos autos e a seguir transcrita. INTIMAR a parte Requerente acerca de r. Sentença que julgou improcedente o pedido da presente ação, conforme Sentença abaixo transcrita.
Sentença: Vistos.Trata-se de Embargos à Execução Fiscal opostos pela Defensoria Pública em legitimação extraordinária, alegando nulidade da citação por edital diante da ausência dos requisitos para seu deferimento. Os embargos foram recebidos e a parte embargada intimada para apresentar impugnação.A parte embargada não apresentou impugnação.Vieram conclusos os autos para Sentença.É o relatório. FUNDAMENTO E DECIDO.Concluída a fase postulatória, verifico que constam dos autos elementos suficientes para o julgamento integral do mérito, restando despicienda eventual produção probatória na espécie (art. 355, I, do NCPC), haja vista que a questão controvertida é exclusivamente de direito e foram juntados aos autos documentos suficientes para a comprovação das teses apresentadas pelas partes e formação do convencimento do julgador. Além disso, anoto que o magistrado é o destinatário das provas, de modo que a ele incumbe a direção do processo e a ponderação sobre a necessidade ou não da produção de outras provas. A propósito, já decidiu o Supremo Tribunal Federal que “a necessidade de produção da prova há de ficar evidenciada para que o julgamento antecipado da lide não implique em cerceamento de defesa. A antecipação é legítima se os aspectos decisivos estão suficientemente líquidos para embasar o convencimento do Magistrado” (RE 101.171-8- SP). Neste sentido, o NCPC prevê que no caso de diligências inúteis ou meramente protelatórias os requerimentos poderão ser indeferidos, conforme parágrafo único do art. 370 do NCPC.Ademais, o juiz não está adstrito a nomes jurídicos nem a artigos de lei indicados pelas partes, devendo atribuir aos fatos apresentados o enquadramento jurídico adequado. Aplica-se ao caso o brocardo “da mihi factum, dabo tibi ius” (REsp 1.537.996).Assim, verifico que os aspectos decisivos desta

causa estão suficientemente líquidos, de modo que está autorizado o julgamento antecipado da lide (RTJ 115/789).Tal entendimento é lastreado ainda no princípio da razoável duração do processo, garantia fundamental assegurada, insculpido no inciso LXXVIII do art. 5º da Constituição Federal de 1988, com o seguinte teor: “a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação”. Os motivos que levaram o legislador a erigir a questão do tempo do processo ao nível de garantia fundamental mostram-nos uma insatisfação da sociedade com a prestação da tutela jurisdicional e o entendimento de que a jurisdição não deve ser apenas "prestada" pelo Estado como decorrência do direito de ação, mas que a tutela jurisdicional deve ser efetiva, tempestiva e adequada, sendo atribuição do Estado alcançar este objetivo.Por essas razões, mister se faz evitar a criação de novas fases, incidentes ou procedimentos inúteis que só postergariam ainda mais o pronunciamento jurisdicional.Dito isto, reconheço presentes os pressupostos processuais de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo. Concorrem ao caso as condições da ação, como a legitimidade das partes e o interesse processual, entendidas como de direito abstrato, não vislumbrando, também, qualquer vício processual.A petição é apta e o procedimento corresponde à natureza da causa. A pretensão deduzida não carece de pedido ou causa de pedir. Ademais, o pedido é, em tese, juridicamente possível, não havendo incompatibilidade de pedidos, sendo que, a princípio, da narração dos fatos decorre logicamente a conclusão.No mérito, o pedido é IMPROCEDENTE.Na execução fiscal a citação por edital é cabível quando não exitosas as outras modalidades de citação previstas na legislação de regência - a citação por correio e a citação por oficial de justiça. Nesses termos é a Súmula n.º 414: A citação por edital na execução fiscal é cabível quando frustradas as demais modalidades. Neste sentido, assenta-se a jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça de Mato Grosso:AGRAVO INTERNO EM RECURSO DE APELAÇÃO – DECISÃO MONOCRÁTICA NEGANDO SEGUIMENTO AO RECURSO – EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL – CITAÇÃO POR EDITAL – ESGOSTAMENTO DAS DEMAIS MODALIDADES DE CITAÇÃO – DECISÃO MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. Súmula 414 do STJ: “A citação por edital na execução fiscal é cabível quando frustradas as demais modalidades”(AgR 171064/2016, DRA. VANDYMARA G. R. P. ZANOLO, PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 28/08/2017, Publicado no DJE 04/09/2017).Isso porque a regra, em nosso ordenamento jurídico, é a comunicação real dos atos às partes, seja citação, seja intimação. A comunicação ficta constitui exceção. No entanto, a citação por edital é possível se o réu se encontrar em local incerto e não sabido e se assegurados o contraditório e a ampla defesa, com a nomeação de curador especial. Neste caso, a citação por edital não gerou prejuízo processual para a parte.Assim, satisfeitos os requisitos do art. 8º da Lei de Execução Fiscal, a citação editalícia se mostra válida, mormente quando realizadas tentativas infrutíferas de localização do executado.Diante do exposto, julgo IMPROCEDENTE O PEDIDO, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Nos casos em que o recorrente é assistido por Curador Especial, a exigibilidade do pagamento das custas recursais e dos honorários advocatícios fica suspensa, uma vez que o mesmo encontra-se sob o pálio da justiça gratuita.cTraslade-se cópia à ação de execução dependente.P.R.I.

E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, MIRIÃ BRITO DO CARMO 028.553.521, digitei.

Querência, 11 de dezembro de 2019

Millaine Francisca Lopes da Silva Escrevente Autorizado art. 1.205/CNGC

Edital de Intimacao

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 50209 Nr: 2563-45.2017.811.0080

AÇÃO: Embargos à Execução Fiscal->Embargos->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: KUBISZESKI E KUBISZESKI LTDA - ME, Francisco kubiszeski

PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS MT

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: RODRIGO MACHADO FONSECA - OAB:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Joemar Moraes Rosa - OAB:2056/MT

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PRAZO 20 DIAS

Pessoa(s) a ser(em) intimada(s): KUBISZESKI E KUBISZESKI LTDA - ME, CNPJ: 01819066000170, Inscrição Estadual: 13174610-3 e atualmente em local incerto e não sabido FRANCISCO KUBISZESKI, Cpf: 21477132015, Rg: 1000898741/, Filiação: Helena da S. Kubiszeski e Aleixo Kubiszeski, data de nascimento: 26/11/1953, brasileiro(a), natural de Fred. Westphalen-RS, casado (a), comerciante. atualmente em local incerto e não sabido

FINALIDADE: INTIMAÇÃO da parte acima qualificada, atualmente em lugar incerto e não sabido, dos termos da r. sentença proferida nos autos e a seguir transcrita. INITIMAR as partes Requeridas acerca da r. Sentença que julgou improcedente o pedido, conform Senteça abaixo transcrita..

Sentença: Vistos.Trata-se de Embargos à Execução Fiscal opostos pela Defensoria Pública em legitimação extraordinária, alegando "negativa geral". Os embargos foram recebidos e a parte embargada intimada para apresentar impugnação.Em sede de impugnação, a parte embargada requereu a improcedência do pedido. Vieram conclusos os autos para Sentença.É o relatório. Fundamento e Decido.Concluída a fase postulatória, verifico que constam dos autos elementos suficientes para o julgamento integral do mérito, restando despicienda eventual produção probatória na espécie (art. 355, I, do NCPC), haja vista que a questão controvertida é exclusivamente de direito e foram juntados aos autos documentos suficientes para a comprovação das teses apresentadas pelas partes e formação do convencimento do julgador. Além disso, anoto que o magistrado é o destinatário das provas, de modo que a ele incumbe a direção do processo e a ponderação sobre a necessidade ou não da produção de outras provas. A propósito, já decidiu o Supremo Tribunal Federal que “a necessidade de produção da prova há de ficar evidenciada para que o julgamento antecipado da lide não implique em cerceamento de defesa. A antecipação é legítima se os aspectos decisivos estão suficientemente líquidos para embasar o convencimento do Magistrado” (RE 101.171-8- SP). Neste sentido, o NCPC prevê que no caso de diligências inúteis ou meramente protelatórias os requerimentos poderão ser indeferidos, conforme parágrafo único do art. 370 do NCPC.Ademais, o juiz não está adstrito a nomes jurídicos nem a artigos de lei indicados pelas partes, devendo atribuir aos fatos apresentados o enquadramento jurídico adequado. Aplica-se ao caso o brocardo “da mihi factum, dabo tibi ius” (REsp 1.537.996).Assim, verifico que os aspectos decisivos desta causa estão suficientemente líquidos, de modo que está autorizado o julgamento antecipado da lide (RTJ 115/789).Tal entendimento é lastreado ainda no princípio da razoável duração do processo, garantia fundamental assegurada, insculpido no inciso LXXVIII do art. 5º da Constituição Federal de 1988, com o seguinte teor: “a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação”. Os motivos que levaram o legislador a erigir a questão do tempo do processo ao nível de garantia fundamental mostram-nos uma insatisfação da sociedade com a prestação da tutela jurisdicional e o entendimento de que a jurisdição não deve ser apenas "prestada" pelo Estado como decorrência do direito de ação, mas que a tutela jurisdicional deve ser efetiva, tempestiva e adequada, sendo atribuição do Estado alcançar este objetivo.Por essas razões, mister se faz evitar a criação de novas fases, incidentes ou procedimentos inúteis que só postergariam ainda mais o pronunciamento jurisdicional.Dito isto, reconheço presentes os pressupostos processuais de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo. Concorrem ao caso as condições da ação, como a legitimidade das partes e o interesse processual, entendidas como de direito abstrato, não vislumbrando, também, qualquer vício processual.A petição é apta e o procedimento corresponde à natureza da causa. A pretensão deduzida não carece de pedido ou causa de pedir. Ademais, o pedido é, em tese, juridicamente possível, não havendo incompatibilidade de pedidos, sendo que, a princípio, da narração dos fatos decorre logicamente a conclusão.No mérito, o pedido é IMPROCEDENTE.Na execução fiscal a citação por edital é cabível quando não exitosas as outras modalidades de citação previstas na legislação de regência - a citação por correio e a citação por oficial de justiça. Nesses termos é a Súmula n.º 414: A citação por edital na execução fiscal é cabível quando frustradas as demais modalidades. Neste sentido, assenta-se a jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça de Mato Grosso:AGRAVO INTERNO EM RECURSO DE APELAÇÃO – DECISÃO MONOCRÁTICA NEGANDO SEGUIMENTO AO RECURSO – EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL – CITAÇÃO POR EDITAL –

ESGOSTAMENTO DAS DEMAIS MODALIDADES DE CITAÇÃO – DECISÃO MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. Súmula 414 do STJ: "A citação por edital na execução fiscal é cabível quando frustradas as demais modalidades"(AgR 171064/2016, DRA. VANDYMARA G. R. P. ZANOLO, PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 28/08/2017, Publicado no DJE 04/09/2017).Isso porque a regra, em nosso ordenamento jurídico, é a comunicação real dos atos às partes, seja citação, seja intimação. A comunicação ficta constitui exceção. No entanto, a citação por edital é possível se o réu se encontrar em local incerto e não sabido e se assegurados o contraditório e a ampla defesa, com a nomeação de curador especial. Neste caso, a citação por edital não gerou prejuízo processual para a parte.Assim, satisfeitos os requisitos do art. 8º da Lei de Execução Fiscal, a citação editalícia se mostra válida, mormente quando realizadas tentativas infrutíferas de localização do executado. Deste modo, não assiste razão ao embargante nos presentes "embargos por negativa geral".Diante do exposto, julgo IMPROCEDENTE O PEDIDO, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Nos casos em que o recorrente é assistido por Curador Especial, a exigibilidade do pagamento das custas recursais e dos honorários advocatícios fica suspensa, uma vez que o mesmo encontra-se sob o pálio da justiça gratuita.Traslade-se cópia à ação de execução dependente.P.R.I.

E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, MIRIÃ BRITO DO CARMO 028.553.521, digitei.

Querência, 11 de dezembro de 2019

Millaine Francisca Lopes da Silva Escrevente Autorizado art. 1.205/CNGC

Edital de Intimacao

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 50218 Nr: 2571-22.2017.811.0080

AÇÃO: Embargos à Execução Fiscal->Embargos->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: JOVERCINO LOURENÇO DA SILVA

PARTE(S) REQUERIDA(S): FAZENDA PUBLICA ESTADUAL MT

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: RODRIGO MACHADO FONSECA - OAB:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Romes Júlio Tomáz- Procurador do Estado - OAB:

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PRAZO 20 DIAS

Pessoa(s) a ser(em) intimada(s): JOVERCINO LOURENÇO DA SILVA, Cpf: 84348933120, brasileiro(a). atualmente em local incerto e não sabido

FINALIDADE: INTIMAÇÃO da parte acima qualificada, atualmente em lugar incerto e não sabido, dos termos da r. sentença proferida nos autos e a seguir transcrita. INTIMAR a parte Requerida caerca da r. Senteça que julgou imprrocedente o pedido dfa presente ação, conforme Sentença abaixo transcrita..

Sentença: Vistos.Trata-se de Embargos à Execução Fiscal opostos pela Defensoria Pública em legitimação extraordinária, alegando nulidade da citação por edital diante da ausência dos requisitos para seu deferimento. Os embargos foram recebidos e a parte embargada intimada para apresentar impugnação.Em sede de impugnação, a parte embargada requereu a improcedência do pedido. Vieram conclusos os autos para Sentença.É o relatório. Fundamento e Decido.Concluída a fase postulatória, verifico que constam dos autos elementos suficientes para o julgamento integral do mérito, restando despicienda eventual produção probatória na espécie (art. 355, I, do NCPC), haja vista que a questão controvertida é exclusivamente de direito e foram juntados aos autos documentos suficientes para a comprovação das teses apresentadas pelas partes e formação do convencimento do julgador. Além disso, anoto que o magistrado é o destinatário das provas, de modo que a ele incumbe a direção do processo e a ponderação sobre a necessidade ou não da produção de outras provas. A propósito, já decidiu o Supremo Tribunal Federal que "a necessidade de produção da prova há de ficar evidenciada para que o julgamento antecipado da lide não implique em cerceamento de defesa. A antecipação é legítima se os aspectos decisivos estão suficientemente líquidos para embasar o convencimento do Magistrado" (RE 101.171-8- SP). Neste sentido, o NCPC prevê que no caso de diligências inúteis ou meramente protelatórias os requerimentos poderão ser indeferidos, conforme parágrafo único do art. 370 do NCPC.Ademais, o juiz não está adstrito a nomes jurídicos nem a artigos de lei indicados pelas partes, devendo atribuir aos fatos apresentados o enquadramento jurídico adequado. Aplica-se ao caso o brocardo "da mihi factum, dabo tibi ius" (REsp 1.537.996).Assim, verifico que os aspectos decisivos desta causa estão suficientemente líquidos, de modo que está autorizado o julgamento antecipado da lide (RTJ 115/789).Tal entendimento é lastreado ainda no princípio da razoável duração do processo, garantia fundamental assegurada, insculpido no inciso LXXVIII do art. 5º da Constituição Federal de 1988, com o seguinte teor: "a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação". Os motivos que levaram o legislador a erigir a questão do tempo do processo ao nível de garantia fundamental mostram-nos uma insatisfação da sociedade com a prestação da tutela jurisdicional e o entendimento de que a jurisdição não deve ser apenas "prestada" pelo Estado como decorrência do direito de ação, mas que a tutela jurisdicional deve ser efetiva, tempestiva e adequada, sendo atribuição do Estado alcançar este objetivo.Por essas razões, mister se faz evitar a criação de novas fases, incidentes ou procedimentos inúteis que só postergariam ainda mais o pronunciamento jurisdicional.Dito isto, reconheço presentes os pressupostos processuais de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo. Concorrem ao caso as condições da ação, como a legitimidade das partes e o interesse processual, entendidas como de direito abstrato, não vislumbrando, também, qualquer vício processual.A petição é apta e o procedimento corresponde à natureza da causa. A pretensão deduzida não carece de pedido ou causa de pedir. Ademais, o pedido é, em tese, juridicamente possível, não havendo incompatibilidade de pedidos, sendo que, a princípio, da narração dos fatos decorre logicamente a conclusão.No mérito, o pedido é IMPROCEDENTE.Na execução fiscal a citação por edital é cabível quando não exitosas as outras modalidades de citação previstas na legislação de regência - a citação por correio e a citação por oficial de justiça. Nesses termos é a Súmula n.º 414: A citação por edital na execução fiscal é cabível quando frustradas as demais modalidades. Neste sentido, assenta-se a jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça de Mato Grosso:AGRAVO INTERNO EM RECURSO DE APELAÇÃO – DECISÃO MONOCRÁTICA NEGANDO SEGUIMENTO AO RECURSO – EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL – CITAÇÃO POR EDITAL – ESGOSTAMENTO DAS DEMAIS MODALIDADES DE CITAÇÃO – DECISÃO MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. Súmula 414 do STJ: "A citação por edital na execução fiscal é cabível quando frustradas as demais modalidades"(AgR 171064/2016, DRA. VANDYMARA G. R. P. ZANOLO, PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 28/08/2017, Publicado no DJE 04/09/2017).Isso porque a regra, em nosso ordenamento jurídico, é a comunicação real dos atos às partes, seja citação, seja intimação. A comunicação ficta constitui exceção. No entanto, a citação por edital é possível se o réu se encontrar em local incerto e não sabido e se assegurados o contraditório e a ampla defesa, com a nomeação de curador especial. Neste caso, a citação por edital não gerou prejuízo processual para a parte.Assim, satisfeitos os requisitos do art. 8º da Lei de Execução Fiscal, a citação editalícia se mostra válida, mormente quando realizadas tentativas infrutíferas de localização do executado.Diante do exposto, julgo IMPROCEDENTE O PEDIDO, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Nos casos em que o recorrente é assistido por Curador Especial, a exigibilidade do pagamento das custas recursais e dos honorários advocatícios fica suspensa, uma vez que o mesmo encontra-se sob o pálio da justiça gratuita.Traslade-se cópia à ação de execução dependente.P.R.I.

E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, MIRIÃ BRITO DO CARMO 028.553.521, digitei.

Querência, 11 de dezembro de 2019

Millaine Francisca Lopes da Silva Escrevente Autorizado art. 1.205/CNGC

Comarca de Rio Branco

Diretoria do Fórum

Expediente

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 60392 Nr: 2017-06.2019.811.0052

AÇÃO: Processo Administrativo Disciplinar em face de

Servidor->PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS
PARTE AUTORA: Este Juizo
PARTE(S) REQUERIDA(S): João Batista Nascimento
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: João de Freitas Novais II - OAB:MT - 12052, Marcelo Barroso Viaro - OAB:MT - 13290-A
Certifico e dou fé que nesta data, nos termos do art. 203, § 4º, do NCPC, e art. 412, §5º, da CNGC, impulsiono o feito para intimar o advogado da parte requerida sobre o relatório final do PAD de ref. 22 no prazo legal.

Vara Única

Intimação

Intimação Classe: CNJ-496 GUARDA
Processo Número: 1000501-31.2019.8.11.0052
Parte(s) Polo Ativo:
A. E. C. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ISIS ALVES PACHECO OAB - MT24821/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
E. V. D. S. S. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1000501-31.2019.8.11.0052 POLO ATIVO: ARIANA ESPINOSA CUNHA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: ISIS ALVES PACHECO POLO PASSIVO: Elessandro Vitor da Silva Santos FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, do polo ativo acima qualificado, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação Sala: CONCILIAÇÃO Data: 22/01/2020 Hora: 12:00 , no endereço: Rua Cáceres, s/n, Centro, RIO BRANCO - MT - CEP: 78275-000. RIO BRANCO/MT, 12 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1000506-53.2019.8.11.0052
Parte(s) Polo Ativo:
M. D. J. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MAXSUELBER FERRARI OAB - MT26680/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
W. N. B. (RÉU)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE RIO BRANCO SENTENÇA Processo: 1000506-53.2019.8.11.0052. AUTOR(A): MADALENA DE JESUS RÉU: WEVERTON NEI BUENO SENTENÇA Relatório Aqui se ação de divórcio litigioso com pedido de tutela de urgência ajuizado por Madalena de Jesus Silva em desfavor de Weverton Nei Bueno. Durante audiência de conciliação as partes entabularam acordo quanto ao divórcio entre as partes e a guarda, visita e alimentos da filha Isabella de Jesus Bueno. Aduziu que não há bens a partilhar e que ambas as parte concordam com o divórcio. Relatou que a guarda de Isabella será exercida pela genitora e que as visitas do genitora poderão ser realizadas de forma livre. Concordaram que o genitor pagará a título de pensão alimentícia, o valor de 30% do salário mínimo vigente, atualmente correspondente ao valor de R$300,00 (trezentos reais). Pactuaram que o débito pendente, serão acrescidos R$100,00 (cem reais) mensais pelos próximos 30 (trinta) meses, Os valores serão pagos todo dia 30 (trinta) de cada mês, começando no mês de Novembro de 2019, devendo os valores serem depositados em conta em nome da genitora Madalena de Jesus da Silva. Relatou que o genitora arcará com 50% das despesas extraordinárias. É o relatório. Fundamento e Decido. Não havendo óbice quanto ao pleito de homologação do acordo, tenho que é caso de deferimento do pedido. Ante o exposto, por estar o acordo formal e materialmente perfeito, HOMOLOGO por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, e, em consequência, RESOLVO O MÉRITO DO PRESENTE PROCESSO, nos termos do artigo 487, III, "b" do Código de Processo Civil. Determino que se oficie ao Cartório de Registro competente, para fins de averbação do divórcio junto ao Registro de Casamento de Madalena de Jesus Silva em desfavor de Weverton Nei Bueno. Tendo em vista o trabalho desempenhado pelo advogado nomeado, ARBITRO os honorários advocatícios no montante de R$ 1.857,03 (2 URH), de acordo com a tabela vigente da Ordem dos Advogados do Brasil. EXPEÇA-SE certidão em favor do advogado. Sem custas. Encaminhem-se os presentes autos ao arquivo com as baixas e anotações de estilo em condição de findo. Ciência ao Ministério Público. P.R.I.C RIO BRANCO, 4 de dezembro de 2019. Marcos André da Silva Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1000638-13.2019.8.11.0052
Parte(s) Polo Ativo:
R. B. M. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
OSWALDO ALVAREZ DE CAMPOS JUNIOR OAB - MT6702-O (ADVOGADO(A))
RODRIGO FRANCISCO DE SOUZA OAB - MT0019474A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
J. G. B. C. (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
MYRIAM CRISTINA CARVALHO VALIM OAB - 032.829.781-03 (REPRESENTANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE RIO BRANCO SENTENÇA Processo: 1000638-13.2019.8.11.0052. AUTOR(A): ROBERTO BENICIO MARTINS RÉU: JOAQUIM GABRIEL BENÍCIO CARVALHO REPRESENTANTE: MYRIAM CRISTINA CARVALHO VALIM SENTENÇA Relatório Aqui se ação de alimentos ajuizado por Roberto Benício Martins em favor do menor J. G. B. C. Durante audiência de conciliação as partes entabularam acordo quanto ao, visita alimentos da criança Joaquim Gabriel Benício Carvalho. Concordaram que o genitor pagará a título de pensão alimentícia, o valor de 20% do salário mínimo vigente, atualmente correspondente ao valor de R$200,00 (duzentos reais). Os referidos valores serão pagos todo dia 15 de cada mês, iniciando pelo mês de novembro, devendo ser depositado em conta em nome da genitora Myriam Cristina Carvalho Valim. Ademais, estabeleceram que o genitor arcará com 50% das despesas extraordinárias. É o relatório. Fundamento e Decido. Não havendo óbice quanto ao pleito de homologação do acordo, tenho que é caso de deferimento do pedido. Ante o exposto, por estar o acordo formal e materialmente perfeito, HOMOLOGO por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, e, em consequência, RESOLVO O MÉRITO DO PRESENTE PROCESSO, nos termos do artigo 487, III, "b" do Código de Processo Civil. Sem custas. Encaminhem-se os presentes autos ao arquivo com as baixas e anotações de estilo em condição de findo. Ciência ao Ministério Público. P.R.I.C Marcos André da Silva Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000807-97.2019.8.11.0052
Parte(s) Polo Ativo:
VALDIR ELIZIARIO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
EDUARDO PIMENTA DE FARIAS OAB - MT0015715S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (RÉU)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE RIO BRANCO VARA UNICA DE RIO BRANCO Rua Cáceres, s/n, Centro, RIO BRANCO - MT - CEP: 78275-000 TELEFONE: (65) 32571295 CERTIDÃO DE IMPULSIONAMENTO Certifico e dou fé que nesta data, nos termos do art. 203, § 4º, do NCPC, e art. 412, §5º, da CNGC, impulsiono o feito, para INTIMAR a parte requerente para impugnar a contestação, no prazo legal. Rio Branco/MT, 12/12/2019. Gestor de Secretaria (Assinado Digitalmente)

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Marcos André da Silva
Cod. Proc.: 51562 Nr: 932-19.2018.811.0052
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ECM, Gilberto Monteiro
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Eduardo Pimenta de Farias - OAB:MT - 15715-A

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Ante tudo o que foi dito nesta Sentença, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO CONTIDO NA INICIAL e, com fundamento no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, resolvo o mérito da demanda, julgando extinto o processo. Sem custas, considerando que o feito processou-se com os benefícios da justiça gratuita.Condeno a autora a pagar ao réu honorários advocatícios no montante equivalente a 10%(dez por cento) do valor atualizado da causa, mas, em razão da gozar a autora da gratuidade judiciária, a exigibilidade da verba fica suspensa.Publique-se. Registre-se. Intime-se.Com o trânsito em julgado, e nada sendo requerido, remetam-se os autos ao arquivo, na condição de findo, mediante adoção das formalidades e anotações de praxe.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Marcos André da Silva
Cod. Proc.: 51816 Nr: 1063-91.2018.811.0052
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Ailton Gustavo Batista
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Eduardo Santos de Paula - OAB:MT - 20135/O, Jair Roberto Marques - OAB:8969-B/MT, Juliano Marques Ribeiro - OAB:MT 8.973 B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Ante tudo o que foi dito nesta Sentença, JULGO PROCEDENTE OS PEDIDOS CONTIDOS NA INICIAL, extinguindo o feito, com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, CPC/2015, e condeno o INSS a proceder à implantação do benefício de auxílio doença, com renda mensal apurada na forma legal, mais 13º salário e, ainda, das parcelas em atraso relativas ao benefício, devidas desde a data do requerimento administrativo, haja vista que, em razão da não juntada de CNIS, não comprovação da data da cessação do benefício, observada a prescrição supramencionada, devidamente corrigidas monetariamente e acrescidas com jurus, mais 13º salário, compensando-se os valores eventualmente pagos a título de benefício previdenciário.Tangente ao lapso de duração do auxílio-doença, anoto que o benefício deverá ser pago pelo prazo de 24 meses a contar da sentença, sendo que após o transcurso de tal prazo deverá ser cessado, exceto se a parte autora requerer e obtiver sua prorrogação junto ao INSS, nos termos do artigo 60, §8º, da Lei 8.213/91.Determino à parte ré que promova a implantação do benefício previdenciário no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da intimação desta sentença, observando-se que o pagamento de eventuais parcelas atrasadas poderá ser executado após o trânsito em julgado.Em relação aos juros moratórios, nas ações relativas a benefícios previdenciários à razão de 1% ao mês até a entrada em vigor da Lei n. 11.960/2009, após o que incidem os juros aplicados à caderneta de poupança. (Súmula 204 da Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça; STJ, EDcl no AgRg no Ag 1247178/MG, Sexta Turma, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, j. 15/12/2015, DJe 02/02/2016)Em se tratando de benefícios previdenciários concedidos em Juízo, a correção monetária deve incide desde o vencimento de cada parcela, segundo os índices previstos na Lei 6.899/81 e legislação posterior, ainda que anteriores ao ajuizamento da ação, aplicando-se o índice IPCA-15.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Marcos André da Silva
Cod. Proc.: 55794 Nr: 3426-51.2018.811.0052
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Roniel Ferreira da Silva
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Eduardo Pimenta de Farias - OAB:MT - 15715-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Ante tudo o que foi dito nesta Sentença, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO CONTIDO NA INICIAL, com fundamento no artigo 487, I do Código de Processo Civil, resolvendo o mérito da demanda e, com isso, julgo extinto o processo.Revogo in totum a liminar concedida. Condeno à parte autora ao pagamento de honorários advocatícios ao advogado da parte adversa, contudo suspensa sua exigibilidade diante da concessão dos benefícios da justiça gratuita.Condeno, ainda, a requerente ao pagamento das custas e despesas processuais, entrementes, assim como os honorários sucumbenciais, permanecerão suspensas sua exigibilidade em razão da gratuidade.Transitada em julgado, determino o arquivamento dos autos, na condição de findo, mediante adoção das formalidades legais, providenciando as anotações e baixas de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.Marcos André da SilvaJuiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Marcos André da Silva
Cod. Proc.: 51783 Nr: 1046-55.2018.811.0052
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Eliezer de Oliveira Reis
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Eduardo Pimenta de Farias - OAB:MT - 15715-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Ante tudo o que foi dito nesta Sentença, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO CONTIDO NA INICIAL, com fundamento no artigo 487, I do Código de Processo Civil, para reconhecer o direito do autor ao benefício de prestação continuada, conforme previsto no artigo 20 da Lei 8.742/93, no valor de 01 (um) salário mínimo mensal, a partir da data do requerimento administrativo, observada a prescrição supramencionada, devidamente corrigidas monetariamente e acrescidas com juros, compensando-se os valores eventualmente pagos a título de antecipação dos efeitos da tutela.Determino à parte ré que promova a implantação do benefício de prestação continuada no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da intimação desta sentença, observando-se que o pagamento de eventuais parcelas atrasadas poderão ser executadas após o trânsito em julgado.Tangente ao lapso de duração do benefício assistencial de prestação continuada, anoto que o benefício deverá ser pago pelo prazo de 24 meses a contar da sentença, sendo que após o transcurso de tal prazo deverá ser cessado, exceto se a autora requerer e obtiver sua prorrogação junto ao INSS, nos termos do artigo 21 da Lei 8.742/93.Em relação aos juros moratórios, nas ações relativas a benefícios previdenciários à razão de 1% ao mês até a entrada em vigor da Lei n. 11.960/2009, após o que incidem os juros aplicados à caderneta de poupança. (Súmula 204 da Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça; STJ, EDcl no AgRg no Ag 1247178/MG, Sexta Turma, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, j. 15/12/2015, DJe 02/02/2016).Em se tratando de benefícios previdenciários concedidos em Juízo, a correção monetária deve incide desde o vencimento de cada parcela, segundo os índices previstos na Lei 6.899/81 e legislação posterior, ainda que anteriores ao ajuizamento da ação, aplicando-se o índice IPCA-15.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Marcos André da Silva
Cod. Proc.: 51794 Nr: 1053-47.2018.811.0052
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Jarbas Bessa de Oliveira
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Eduardo Pimenta de Farias - OAB:MT - 15715-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Ante tudo o que foi dito nesta Sentença, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO CONTIDO NA INICIAL, com fundamento no artigo 487, I do Código de Processo Civil, para reconhecer o direito do autor ao benefício de prestação continuada, conforme previsto no artigo 20 da Lei 8.742/93, no valor de 01 (um) salário mínimo mensal, a partir da data do requerimento administrativo, observada a prescrição supramencionada, devidamente corrigidas monetariamente e acrescidas com juros, compensando-se os valores eventualmente pagos a título de antecipação dos efeitos da tutela.Determino à parte ré que promova a implantação do benefício de prestação continuada no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da intimação desta sentença, observando-se que o pagamento de eventuais parcelas atrasadas poderão ser executadas após o trânsito em julgado.Tangente ao lapso de duração do benefício assistencial de prestação continuada, anoto que o benefício deverá ser pago pelo prazo de 24 meses a contar da sentença, sendo que após o transcurso de tal prazo deverá ser cessado, exceto se a autora requerer e obtiver sua prorrogação junto ao INSS, nos termos do artigo 21 da Lei 8.742/93.Em relação aos juros moratórios, nas ações relativas a benefícios

previdenciários à razão de 1% ao mês até a entrada em vigor da Lei n. 11.960/2009, após o que incidem os juros aplicados à caderneta de poupança. (Súmula 204 da Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça; STJ, EDcl no AgRg no Ag 1247178/MG, Sexta Turma, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, j. 15/12/2015, DJe 02/02/2016).Em se tratando de benefícios previdenciários concedidos em Juízo, a correção monetária deve incide desde o vencimento de cada parcela, segundo os índices previstos na Lei 6.899/81 e legislação posterior, ainda que anteriores ao ajuizamento da ação, aplicando-se o índice IPCA-15.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Marcos André da Silva
Cod. Proc.: 55778 Nr: 3417-89.2018.811.0052
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: José Ferreira da Silva
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Eduardo Pimenta de Farias - OAB:MT - 15715-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Ante tudo o que foi dito nesta Sentença, JULGO PROCEDENTE OS PEDIDOS CONTIDOS NA INICIAL, extinguindo o feito, com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, CPC/2015, e condeno o INSS a proceder à implantação do benefício de auxílio doença, com renda mensal apurada na forma legal, mais 13º salário e, ainda, das parcelas em atraso relativas ao benefício, devidas desde a da data da cessação do benefício, observada a prescrição supramencionada, devidamente corrigidas monetariamente e acrescidas com jurus, mais 13º salário, compensando-se os valores eventualmente pagos a título de benefício previdenciário.Tangente ao lapso de duração do auxílio-doença, anoto que o benefício deverá ser pago pelo prazo de 24 meses a contar da sentença, sendo que após o transcurso de tal prazo deverá ser cessado, exceto se a autora requerer e obtiver sua prorrogação junto ao INSS, nos termos do artigo 60, §8º, da Lei 8.213/91.Determino à parte ré que promova a implantação do benefício previdenciário no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da intimação desta sentença, observando-se que o pagamento de eventuais parcelas atrasadas poderá ser executado após o trânsito em julgado.Em relação aos juros moratórios, nas ações relativas a benefícios previdenciários à razão de 1% ao mês até a entrada em vigor da Lei n. 11.960/2009, após o que incidem os juros aplicados à caderneta de poupança. (Súmula 204 da Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça; STJ, EDcl no AgRg no Ag 1247178/MG, Sexta Turma, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, j. 15/12/2015, DJe 02/02/2016)Em se tratando de benefícios previdenciários concedidos em Juízo, a correção monetária deve incide desde o vencimento de cada parcela, segundo os índices previstos na Lei 6.899/81 e legislação posterior, ainda que anteriores ao ajuizamento da ação, aplicando-se o índice IPCA-15.ISENTO a Autarquia Federal do pagamento das custas processuais, salvo quanto aos valores comprovadamente despendidos pela parte autora, nos termos do inciso I do art. 3º da Lei Estadual 7.603, de 27 de dezembro de 2001.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Marcos André da Silva
Cod. Proc.: 52393 Nr: 1359-16.2018.811.0052
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Lucinéia Inácia Coelho
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Giuseppe Zampieri - OAB:MT - 10603
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Ante tudo o que foi dito nesta Sentença, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO CONTIDO NA INICIAL, com fundamento no artigo 487, I do Código de Processo Civil, resolvendo o mérito da demanda e, com isso, julgo extinto o processo.Revogo in totum a liminar concedida. Condeno à parte autora ao pagamento de honorários advocatícios ao advogado da parte adversa, contudo suspensa sua exigibilidade diante da concessão dos benefícios da justiça gratuita.Condeno, ainda, a requerente ao pagamento das custas e despesas processuais, entrementes, assim como os honorários sucumbenciais, permanecerão suspensas sua exigibilidade em razão da gratuidade.Transitada em julgado, determino o arquivamento dos autos, na condição de findo, mediante adoção das formalidades legais, providenciando as anotações e baixas de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Marcos André da Silva
Cod. Proc.: 37076 Nr: 747-83.2015.811.0052
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Roberto Rosa de Lima
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Adailton da Silva Peres - OAB:MT - 5106-A
Autos n. 747-83.2015.811.0052 (código 37076)
Aqui se tem ação penal, cuja denúncia foi oferecida em desfavor de EDERSON SILVA COSTA.
Defiro o requerido pelo MINISTÉRIO PÚBLICO, para DESIGNAR audiência de instrução e julgamento para o dia 19 DE FEVEREIRO DE 2020, ÀS 15:30, oportunidade em que será ouvida a vítima GIVAGNER BELCHIOR PEDROSO.
INTIME-SE o réu.
INTIME-SE a testemunha.
CIENTIFIQUE-SE o MINISTÉRIO PÚBLICO.
CUMPRA-SE, expedindo o necessário.
Às providências.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Marcos André da Silva
Cod. Proc.: 47224 Nr: 2560-77.2017.811.0052
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Paulo Herides da Costa Leite
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Eduardo Pimenta de Farias - OAB:MT - 15715-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Ante tudo o que foi dito nesta Sentença, JULGO PROCEDENTE OS PEDIDOS CONTIDOS NA INICIAL, extinguindo o feito, com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, CPC/2015, e condeno o INSS a proceder o restabelecimento/implantação do benefício de auxílio-doença, no valor de 1 (um) salário mínimo mensal, mais 13º salário e, ainda, das parcelas em atraso relativas ao benefício, também no valor de um salário mínimo mensal (vigente à época), relativas ao benefício devidas desde a data do requerimento administrativo, observada a prescrição supramencionada, devidamente corrigidas monetariamente e acrescidas com juros, mais 13º salário. Tangente ao lapso de duração do auxílio-doença, anoto que o benefício deverá ser pago pelo prazo de 24 meses a contar da sentença, sendo que após o transcurso de tal prazo deverá ser cessado, exceto se a autora requerer e obtiver sua prorrogação junto ao INSS, nos termos do artigo 60, §8º, da Lei 8.213/91.Determino à parte ré que promova a implantação do benefício previdenciário no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da intimação desta sentença, observando-se que o pagamento de eventuais parcelas atrasadas poderão ser executadas após o trânsito em julgado.Em relação aos juros moratórios, nas ações relativas a benefícios previdenciários, são eles devidos a partir da citação, à razão de 1% ao mês até a entrada em vigor da Lei n. 11.960/2009, após o que incidem os juros aplicados à caderneta de poupança. (Súmula 204 da Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça; STJ, EDcl no AgRg no Ag 1247178/MG, Sexta Turma, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, j. 15/12/2015, DJe 02/02/2016).Em se tratando de benefícios previdenciários concedidos em Juízo, a correção monetária deve incide desde o vencimento de cada parcela, segundo os índices previstos na Lei 6.899/81 e legislação posterior, ainda que anteriores ao ajuizamento da ação, aplicando-se o índice IPCA-15.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Marcos André da Silva
Cod. Proc.: 55083 Nr: 3058-42.2018.811.0052
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Jaine Silva dos Santos
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Marcos Lopes da Silva - OAB:MT - 15.800

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Ante tudo o que foi dito nesta Sentença, e por tudo o que há nos autos, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO CONTIDO NA INICIAL, resolvendo o mérito da demanda e, com isso, julgo extinto o processo, com fundamento no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.Condeno à parte autora ao pagamento de honorários advocatícios ao advogado da parte adversa, contudo suspensa sua exigibilidade diante da concessão dos benefícios da justiça gratuita.Condeno, ainda, a requerente ao pagamento das custas e despesas processuais que fixo em 10% sobre o valor da causa, entrementes, assim como os honorários sucumbenciais, permanecerão suspensas sua exigibilidade em razão da gratuidade.Transitada em julgado, determino o arquivamento dos autos, na condição de findo, mediante adoção das formalidades legais, providenciando as anotações e baixas de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Marcos André da SilvaJuiz de Direito

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Marcos André da Silva

Cod. Proc.: 41691 Nr: 1788-51.2016.811.0052

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: Nilzaias Alves

PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Eduardo Pimenta de Farias - OAB:MT - 15715-A

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Ante tudo o que foi dito nesta Sentença, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO CONTIDO NA INICIAL, com fundamento no artigo 487, I do Código de Processo Civil, resolvendo o mérito da demanda e, com isso, julgo extinto o processo.Condeno à parte autora ao pagamento de honorários advocatícios ao advogado da parte adversa, contudo suspensa sua exigibilidade diante da concessão dos benefícios da justiça gratuita.Condeno, ainda, a requerente ao pagamento das custas e despesas processuais, entrementes, assim como os honorários sucumbenciais, permanecerão suspensas sua exigibilidade em razão da gratuidade.Transitada em julgado, determino o arquivamento dos autos, na condição de findo, mediante adoção das formalidades legais, providenciando as anotações e baixas de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Marcos André da Silva

Cod. Proc.: 38470 Nr: 109-16.2016.811.0052

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: Clemente Moreira da Silva

PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Eduardo Pimenta de Farias - OAB:MT - 15715-A

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Ante tudo o que foi dito nesta Sentença, JULGO PROCEDENTES OS PEDIDOS CONTIDOS NA INICIAL, para reconhecer o direito do autor à aposentadoria rural por idade e, em consequência, para condenar o réu ao pagamento do benefício no valor de 1 (um) salário mínimo mensal, mais 13 º salário e, ainda , das parcelas em atraso, também no valor de um salário mínimo mensal (vigente à época), relativas ao benefício devidas desde o requerimento administrativo, observada a prescrição supramencionada, devidamente corrigidas monetariamente e acrescidas com juros, mais 13º salário, compensando-se os valores eventualmente pagos a título de benefício previdenciário. Determino à parte ré que promova a implantação do benefício previdenciário no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da intimação desta sentença, observando-se que o pagamento de eventuais parcelas atrasadas poderão ser executadas após o trânsito em julgado.Em relação aos juros moratórios, nas ações relativas a benefícios previdenciários à razão de 1% ao mês até a entrada em vigor da Lei n. 11.960/2009, após o que incidem os juros aplicados à caderneta de poupança. (Súmula 204 da Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça; STJ, EDcl no AgRg no Ag 1247178/MG, Sexta Turma, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, j. 15/12/2015, DJe 02/02/2016)Em se tratando de benefícios previdenciários concedidos em Juízo, a correção monetária deve incidir desde o vencimento de cada parcela, segundo os índices previstos na Lei 6.899/81 e legislação posterior, ainda que anteriores ao ajuizamento da ação, aplicando-se o índice IPCA-15.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Marcos André da Silva

Cod. Proc.: 38780 Nr: 270-26.2016.811.0052

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: CRISTIANA FERREIRA

PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Eduardo Pimenta de Farias - OAB:MT - 15715-A

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Ante tudo o que foi dito nesta Sentença, JULGO PROCEDENTE A PRETENSÃO INICIAL, extinguindo o feito, com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, CPC/2015, com o fim de reconhecer o direito da autora ao salário-maternidade e condenar o réu ao pagamento de todas as parcelas relativas o benefício de salário-maternidade, no valor de 1 salário mínimo mensal, corrigidas monetariamente e acrescidas com juros, mais 13º salário, a partir da apresentação do requerimento administrativo. Em relação aos juros moratórios, nas ações relativas a benefícios previdenciários, são eles devidos a partir da citação, à razão de 1% ao mês até a entrada em vigor da Lei n. 11.960/2009, após o que incidem os juros aplicados à caderneta de poupança. (Súmula 204 da Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça; STJ, EDcl no AgRg no Ag 1247178/MG, Sexta Turma, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, j. 15/12/2015, DJe 02/02/2016).Em se tratando de benefícios previdenciários concedidos em Juízo, a correção monetária deve incidir desde o vencimento de cada parcela, segundo os índices previstos na Lei 6.899/81 e legislação posterior, ainda que anteriores ao ajuizamento da ação, aplicando-se o índice IPCA-15.ISENTO a Autarquia Federal do pagamento das custas processuais, salvo quanto aos valores comprovadamente despendidos pela parte autora, nos termos do inciso I do art. 3º da Lei Estadual 7.603, de 27 de dezembro de 2001.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Marcos André da Silva

Cod. Proc.: 38783 Nr: 272-93.2016.811.0052

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: Cleidiana Ferreira

PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Eduardo Pimenta de Farias - OAB:MT - 15715-A

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Eduardo Pimenta de Farias - OAB:MT - 15715-A

Ante tudo o que foi dito nesta Sentença, JULGO PROCEDENTE A PRETENSÃO INICIAL, extinguindo o feito, com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, CPC/2015, com o fim de reconhecer o direito da autora ao salário-maternidade em relação à Yasmim Ferreira dos Santos, nascida 28/01/2013, e condenar o réu ao pagamento de todas as parcelas relativas o benefício de salário-maternidade, no valor de 1 salário mínimo mensal, corrigidas monetariamente e acrescidas com juros, mais 13º salário, a partir da apresentação do requerimento administrativo. Em relação aos juros moratórios, nas ações relativas a benefícios previdenciários, são eles devidos a partir da citação, à razão de 1% ao mês até a entrada em vigor da Lei n. 11.960/2009, após o que incidem os juros aplicados à caderneta de poupança. (Súmula 204 da Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça; STJ, EDcl no AgRg no Ag 1247178/MG, Sexta Turma, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, j. 15/12/2015, DJe 02/02/2016).Em se tratando de benefícios previdenciários concedidos em Juízo, a correção monetária deve incidir desde o vencimento de cada parcela, segundo os índices previstos na Lei 6.899/81 e legislação posterior, ainda que anteriores ao ajuizamento da ação, aplicando-se o índice IPCA-15.ISENTO a Autarquia Federal do pagamento das custas processuais, salvo quanto aos valores comprovadamente despendidos pela parte autora, nos termos do inciso I do art. 3º da Lei Estadual 7.603, de 27 de dezembro de 2001.Condeno a Autarquia Federal a pagar ao advogado da autora honorários advocatícios no montante equivalente a 10% (dez por cento) da condenação, a ser apurada em liquidação, observados os termos da Súmula 111/STJ.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Marcos André da Silva
Cod. Proc.: 39258 Nr: 481-62.2016.811.0052
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Waldemar Toro
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Arnaldo de Souza - OAB:MT - 11.283-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Ante tudo o que foi dito nesta Sentença, JULGO PROCEDENTES OS PEDIDOS CONTIDOS NA INICIAL, para reconhecer o direito do autor à aposentadoria rural por idade e, em consequência, para condenar o réu ao pagamento do benefício no valor de 1 (um) salário mínimo mensal, mais 13 º salário e, ainda , das parcelas em atraso, também no valor de um salário mínimo mensal (vigente à época), relativas ao benefício devidas desde o requerimento administrativo, observada a prescrição supramencionada, devidamente corrigidas monetariamente e acrescidas com juros, mais 13º salário, compensando-se os valores eventualmente pagos a título de benefício previdenciário. Determino à parte ré que promova a implantação do benefício previdenciário no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da intimação desta sentença, observando-se que o pagamento de eventuais parcelas atrasadas poderão ser executadas após o trânsito em julgado.Em relação aos juros moratórios, nas ações relativas a benefícios previdenciários à razão de 1% ao mês até a entrada em vigor da Lei n. 11.960/2009, após o que incidem os juros aplicados à caderneta de poupança. (Súmula 204 da Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça; STJ, EDcl no AgRg no Ag 1247178/MG, Sexta Turma, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, j. 15/12/2015, DJe 02/02/2016)Em se tratando de benefícios previdenciários concedidos em Juízo, a correção monetária deve incidir desde o vencimento de cada parcela, segundo os índices previstos na Lei 6.899/81 e legislação posterior, ainda que anteriores ao ajuizamento da ação, aplicando-se o índice IPCA-15.

Edital de Citacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 39435 Nr: 552-64.2016.811.0052
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Idalvina de Ramos
PARTE(S) REQUERIDA(S): Sebastiana Jose de Souza Chave, Madalena Araújo Ragi, Narcisa de Souza Castro, Vicente de Souza Araújo, Alfredo Donizete de Souza, Jose de Souza Araújo, Antônio de Souza Araújo, Orival Antonio de Souza, Antonio Rodrigues de Souza, Laide Rodrigues de Souza, Lindalva Rodrigues de Souza de Lima, Mariana Tolentino de Araújo, Sebastião de Souza Araújo
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Adailton da Silva Peres - OAB:MT - 5106-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 20 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) citadas(s): SEBASTIANA JOSE DE SOUZA CHAVE, Cpf: 30653568134, Rg: 645462, natural de Rio Branco-MT, casado(a), atualmente em local incerto e não sabido VICENTE DE SOUZA ARAÚJO, Cpf: 38828100287, Rg: 072.396, natural de Rio Branco-MT, solteiro(a), atualmente em local incerto e não sabido ALFREDO DONIZETE DE SOUZA, Cpf: 63219530168, Rg: 872334, natural de Rio Branco-MT, solteiro(a), atualmente em local incerto e não sabido JOSE DE SOUZA ARAÚJO, Cpf: 55977669291, Rg: 069.750 , natural de Rio Branco-MT, solteiro(a), atualmente em local incerto e não sabido ORIVAL ANTONIO DE SOUZA, Cpf: 08489599149, Rg: 247.347 , natural de Rio Branco-MT, solteiro(a), atualmente em local incerto e não sabido ANTONIO RODRIGUES DE SOUZA, Cpf: 15536742191, Rg: 377188, natural de Rio Branco-MT, solteiro(a), atualmente em local incerto e não sabido LINDALVA RODRIGUES DE SOUZA DE LIMA, Cpf: 23931264653, Rg: 1484273, natural de Rio Branco-MT, solteiro(a), atualmente em local incerto e não sabido MARIANA TOLENTINO DE ARAÚJO, Cpf: 89332725691, Rg: 232.958, natural de Rio Branco-MT, solteiro(a) e atualmente em local incerto e não sabido SEBASTIÃO DE SOUZA ARAÚJO, Cpf: 11297450159, Rg: 11970, solteiro(a). atualmente em local incerto e não sabido
FINALIDADE: CITAÇÃO dO(A) REQUERIDO(a) acima qualificado(a), atualmente em lugar incerto e não sabido, dos termos da ação que lhe é proposta, consoante consta da petição inicial a seguir resumida, para, no prazo de 15 dias, contados do término do prazo deste edital, apresentar resposta, caso queira, sob pena de serem considerados como verdadeiros os fatos afirmados na petição inicial.
Resumo da Inicial: AÇÃO DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL "POST MORTEM"... A requerente e o falecido conviveram em União Estável por cerca de 20 (vinte) anos, sendo referida convivência pública e contínua, estabelecida com objetivo de constituição de família, conhecida por parentes e amigos
Despacho/Decisão: Aqui se tem ação de reconhecimento e dissolução de união estável "post mortem", ajuizado por Idalvina de Ramos em desfavor de Sebastiana José de Souza Chave e outros.Ndefiro o pedido. Cite-se a parte ré por edital.
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Delmar Zanol, digitei.
Rio Branco, 12 de dezembro de 2019
Sócrates Jalves de Laet Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.205/CNGC

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Marcos André da Silva
Cod. Proc.: 57256 Nr: 149-90.2019.811.0052
AÇÃO: Ação Penal de Competência do Júri->Processo Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): José Aparecido de Almeida
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: KHRISTIAN SANTANA RAMOS - OAB:10318/O, Marcelo Barroso Viaro - OAB:MT - 13290-A, Marco Aurélio Monteiro Araújo - OAB:8510 MT
Se a prisão ocorrer por outro de natureza cautelar e outra infração penal (ou seja, não decorrer de providências relacionadas ao crime objeto do processo) não poderá haver essa espécie de detração para o cálculo do regime de pena."Em decorrência desta ação penal, o réu foi preso preventivamente em 24/12/2018. Diante disso, teria a decotar da pena imposta 11 (onze) meses e 19 (dezenove) dias, e por isso, para efeitos de determinação do regime, a pena seria fixada em 3 anos, 9 meses e 7 dias para o crime de homicídio tentado qualificado.Em face da natureza do delito, da quantidade da reprimenda ora aplicada, não cabe a conversão em restritivas de direito (CP, 44), tampouco a suspensão condicional da pena (CP, 77). À vista do art. 33, § 2º, alínea "a", do Código Penal, bem como das elementares do art. 59, fixo o regime inicialmente ABERTO para o cumprimento de sua segregação. Não foram demonstradas ou encontradas para imposição de regime mais gravoso.Não há razões para manutenção da prisão preventiva do acusado. Ademais, por ter sido beneficiado com o regime aberto, a manutenção da prisão do acusado revelaria desproporcional e justa decisão judicial.Expeça-se Alvará de Soltura em favor de JOSÉ APARECIDO DE ALMEIDA, já qualificado nos autos, pelo Banco Nacional de Mandado de Prisão, a ser cumprido, salvo se por outro motivo não tiver que permanecer preso.Não sendo possível a expedição do alvará de soltura pelo BNMP, deverá ser certificada tal impossibilidade e usar o modelo do Apolo.Em razão da urgência, poderá servir-se desta decisão como alvará de soltura.Submeto ao Juízo Natural da execução a fixação das condições do regime.

Juizado Especial Cível e Criminal

Intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000050-74.2017.8.11.0052
Parte(s) Polo Ativo:
ENI DAS GRACAS CUNHA ALMEIDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDRE DA CONCEICAO PAIVA OAB - MT22398-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EDITORA TRES LTDA. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARIA CRISTINA DAMICO OAB - RS57705 (ADVOGADO(A))

Autos 1000050-74.2017.811.0052 Fixo prazo de 15 dias para que a parte Editora Três Ltda. manifeste-se quanto à pretensão de continuidade da

execução e se for o caso, pagar o débito no prazo legal. Expeça-se alvará de levantamento em favor da parte Eni das Graças Cunha Almeida em relação ao montante já depositado nos autos.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000082-45.2018.8.11.0052
Parte(s) Polo Ativo:
GIVALDO DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCO ANTONIO CORBELINO OAB - MT9898-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE RIO BRANCO DESPACHO Autos n.° 1000082-45.2018.8.11.0052. Tendo em vista o retorno dos autos da Instância Recursal, bem como o trânsito em julgado do acórdão, fixo o prazo de 15 dias para a parte autora, manifestar-se nos autos requerendo o que entender de direito. Havendo manifestação, voltem-me os autos conclusos. Transcorrido o prazo in albis, encaminhe-se os autos ao arquivo, na condição de findo, mediante adoção das anotações e formalidade de praxe. RIO BRANCO, 1 de outubro de 2019. Marcos André da Silva Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000115-35.2018.8.11.0052
Parte(s) Polo Ativo:
ROSICLEIA RODRIGUES DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO YUJI YASHIRO OAB - MT16250-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO CARTÕES S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE RIO BRANCO DESPACHO Processo: 1000115-35.2018.8.11.0052. REQUERENTE: ROSICLEIA RODRIGUES DA SILVA REQUERIDO: BANCO BRADESCO CARTÕES S.A. Tendo em vista o retorno dos autos da Instância Recursal, bem como o trânsito em julgado do acórdão, INTIME-SE a parte autora para, no prazo de 15 dias, manifestar-se nos autos requerendo o que entender de direito. Havendo manifestação, voltem-me os autos conclusos. Transcorrido o prazo in albis, encaminhe-se os autos ao arquivo, na condição de findo, mediante adoção das anotações e formalidade de praxe. MARCOS ANDRÉ DA SILVA Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000124-31.2017.8.11.0052
Parte(s) Polo Ativo:
VALDEMAR DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDUARDO PIMENTA DE FARIAS OAB - MT0015715S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA (REQUERIDO)
MOTOS MATO GROSSO LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCO ANDRÉ HONDA FLORES OAB - MT9708-S (ADVOGADO(A))
PATRICIA JORGE DA CUNHA VIANA DANTAS OAB - MT8014-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE RIO BRANCO DESPACHO Processo: 1000124-31.2017.8.11.0052. REQUERENTE: VALDEMAR DE SOUZA REQUERIDO: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA, MOTOS MATO GROSSO LTDA Tendo em vista a informação prestada pela executada quanto ao depósito judicial do crédito exequendo, INTIME-SE a parte autora para, no prazo de 15 dias, manifestar-se nos autos requerendo o que entender de direito. Havendo manifestação, voltem-me os autos conclusos. Transcorrido o prazo in albis, encaminhe-se os autos ao arquivo, na condição de findo, mediante adoção das anotações e formalidade de praxe. MARCOS ANDRÉ DA SILVA Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8010330-19.2016.8.11.0052
Parte(s) Polo Ativo:
AMERICO JOSE JANUACAELY DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDUARDO PIMENTA DE FARIAS OAB - MT0015715S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-A (ADVOGADO(A))
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MT14992-S (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE RIO BRANCO DESPACHO Processo: 8010330-19.2016.8.11.0052. REQUERENTE: AMERICO JOSE JANUACAELY DE OLIVEIRA REQUERIDO: BANCO BRADESCO Autos sem custas e sem honorários em razão do resultado do julgamento, nos moldes do artigo 55, da Lei n. 9.099/1995. Tendo em vista o retorno dos autos da Instância Recursal, que reformou a sentença proferida por este Juízo julgando-a improcedente, bem como o trânsito em julgado do acórdão, DETERMINO a imediata remessa dos autos ao arquivo, na condição de findo, mediante adoção das formalidades e anotações de praxe. MARCOS ANDRÉ DA SILVA Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1000017-84.2017.8.11.0052
Parte(s) Polo Ativo:
NEILSON CUSTODIO DE FARIA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADAILTON DA SILVA PERES OAB - MT5106/A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI BRASILTELECOM (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE RIO BRANCO DESPACHO Processo: 1000017-84.2017.8.11.0052. EXEQUENTE: NEILSON CUSTODIO DE FARIA EXECUTADO: OI BRASILTELECOM Aqui se tem impugnação ao cumprimento de sentença . Intime-se a parte impugnada, por intermédio de seu advogado, para manifestar no prazo de 15 dias, sob risco de, não o fazendo, serem considerados verdadeiros os fatos narrados na inicial, nos termos do art. 52, inciso IX, da Lei 9.099/95 e art. 920, inciso I, do CPC. Caso apresentada a impugnação, intime-se o impugnante para, no prazo de 15 dias, manifestar-se, podendo a mesma corrigir eventual irregularidade ou vício sanável no prazo de 30 dias, nos termos do art. 352 do CPC Após, intimem-se as partes para especificarem as provas que pretendem produzir, nos termos do art. 370 do CPC, justificando-as, sob risco de indeferimento. Oportunamente, voltem-me os autos conclusos. Marcos André da Silva Juiz Substituto

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000087-67.2018.8.11.0052
Parte(s) Polo Ativo:
LENIR VENDRAMINI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDUARDO PIMENTA DE FARIAS OAB - MT0015715S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MOTOS MATO GROSSO LTDA (REQUERIDO)
ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCO ANDRÉ HONDA FLORES OAB - MT9708-S (ADVOGADO(A))
PATRICIA JORGE DA CUNHA VIANA DANTAS OAB - MT8014-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL

CÍVEL E CRIMINAL DE RIO BRANCO DESPACHO Autos n.º 1000087-67.2018.8.11.0052 Aqui se tem Ação de Reclamação Cível proposta por Lenir Vendramini em face de Administradora de Consórcio Nacional Honda LTDA, Motos Mato Grosso LTDA, julgada improcedente. Em Instância Recursal, manteve-se a sentença que julgou improcedente o pedido, por seus próprios fundamentos. Na ocasião, condenou-se a recorrente ao pagamento das custas judiciais e honorários advocatícios em 10% sobre o valor atualizado da causa. Desse modo, determino a imediata remessa dos autos à Central de Arrecadação e Arquivamento desta Comarca para adoção das medidas pertinentes ao pagamento do montante devido a título de custas judiciais. Nada sendo requerido, remetam-se os autos ao arquivo, na condição de findo, mediante adoção das formalidade e anotações de praxe. RIO BRANCO, 2 de outubro de 2019. Marcos André da Silva Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000834-80.2019.8.11.0052
Parte(s) Polo Ativo:
TATIENY MARCELA DA SILVA (REQUERENTE)
TATIENY MARCELA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KARLA DA SILVA MIRANDA OAB - MT20559-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LISTAD COMUNICACOES LTDA (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1000834-80.2019.8.11.0052 POLO ATIVO:TATIENY MARCELA DA SILVA e outros ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: KARLA DA SILVA MIRANDA POLO PASSIVO: LISTAD COMUNICACOES LTDA FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, do polo ativo acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: RIO BRANCO - J.E - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Data: 29/01/2020 Hora: 08:00 , no endereço: RUA CÁCERES, S/N, CENTRO, RIO BRANCO - MT - CEP: 78275-000. RIO BRANCO/MT, 12 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 1000156-36.2017.8.11.0052
Parte(s) Polo Ativo:
CARLOS ROBERTO DOS SANTOS (EXEQUENTE)
MARCO ABREU DOS SANTOS (INVENTARIANTE)
KARLA ABREU DOS SANTOS (INVENTARIANTE)
JOAO PAULO PEREIRA DOS SANTOS (INVENTARIANTE)
CARLOS ROBERTO DOS SANTOS JUNIOR (INVENTARIANTE)
SILVANA PEREIRA DOS SANTOS (INVENTARIANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELLEN BARROSO VIARO OAB - MT14138/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (EXECUTADO)

Expeça-se alvará de levantamento da quantia depositada. Após, nada mais sendo requerido, arquivem-se os autos na condição de findo. Marcos André da Silva Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 8010002-55.2017.8.11.0052
Parte(s) Polo Ativo:
EDUARDO PIMENTA DE FARIAS (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELLEN BARROSO VIARO OAB - MT14138/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
estado de mato grosso (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
WALDEMAR PINHEIRO DOS SANTOS OAB - MT0007718A (ADVOGADO(A))

Fixo prazo de 15 dias para que a parte autora manifeste-se quanto à alegação e pedido contidos em id 26488470. Marcos André da Silva Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 1000067-13.2017.8.11.0052
Parte(s) Polo Ativo:
ISABELA CAROLINE FERREIRA MACHADO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ISABELA CAROLINE FERREIRA MACHADO OAB - MT0021711A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
estado de mato grosso (EXECUTADO)

Fixo prazo de 15 dias para que a parte autora manifeste-se quanto à alegação e pedido contidos em id 26486744. Marcos André da Silva Juiz de Direito

Comarca de Rosário Oeste

Vara Única

Intimação

Intimação Classe: CNJ-269 INVENTÁRIO
Processo Número: 1000983-39.2019.8.11.0032
Parte(s) Polo Ativo:
JUCINEIA BENEDITA DA SILVA (INVENTARIANTE)
H. J. G. D. S. (REQUERENTE)
L. P. D. S. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA LUIZA ANTUNES GOMES OAB - MT0012588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JUSTIÇA PÚBLICA (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE ROSÁRIO OESTE VARA ÚNICA DE ROSÁRIO OESTE Avenida Otávio Costa, s/n, CENTRO, ROSÁRIO OESTE - MT - CEP: 78470-000 INTIMAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM. (ª)JUIZ(A) DE DIREITO RICARDO NICOLINO DE CASTRO PROCESSO n. 1000983-39.2019.8.11.0032 Valor da causa: R$ 1.000,00 ESPÉCIE: [Inventário e Partilha]->INVENTÁRIO (39) POLO ATIVO: Nome: JUCINEIA BENEDITA DA SILVA Endereço: RUA LIGIA BORGES, 558, FUNDOS, CENTRO, ROSÁRIO OESTE - MT - CEP: 78470-000 Nome: HELISON JAEL GUSMAO DA SILVA Endereço: RUA LIGIA BORGES, 558, FUNDOS, CENTRO, ROSÁRIO OESTE - MT - CEP: 78470-000 Nome: LIANDRE PAULINA DA SILVA Endereço: RUA LIGIA BORGES, 558, FUNDOS, CENTRO, ROSÁRIO OESTE - MT - CEP: 78470-000 POLO PASSIVO: Nome: JUSTIÇA PÚBLICA Endereço: desconhecido FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA por meio da sua Advogada da decisão, bem como para assinar TERMO DE INVENTARIANTE, devendo a mesma no prazo de 05 (cinco) dias , prestar o compromisso de bem e fielmente desempenhar a sua função. ADVERTÊNCIAS À PARTE: 1. O prazo é contado a partir do dia útil seguinte à consulta ao teor da citação ou da intimação, ou ao término do prazo para que a consulta se dê (art. 231, V, do CPC). ROSÁRIO OESTE, 12 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para

Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ricardo Nicolino de Castro
Cod. Proc.: 68069 Nr: 1814-12.2016.811.0032
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BdBS
PARTE(S) REQUERIDA(S): RPDS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Sérvio Tulio de Barcelos - OAB:14258-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: José Arnaldo Janssen Nogueira - OAB:MT 19.081-A, Servio Túlio de Barcelos - OAB:14.258-A
Vistos.
DEFIRO a suspensão do processo pelo prazo máximo de 1 (um) anos, nos termos do art. 921, II e § 1º, do CPC.
Intime-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ricardo Nicolino de Castro
Cod. Proc.: 59671 Nr: 478-07.2015.811.0032
AÇÃO: Execução de Sentença (arts. 632 e 730 do CPC)->MATÉRIA CÍVEL - 1ª INSTÂNCIA->Procedimento Criminal Militar->PROCESSO MILITAR
PARTE AUTORA: Valdomiro Nobres da Silva
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FABIANO GODA - OAB:7188
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Ante o exposto, forte em tais fundamentos de fato e de direito, ACOLHO A IMPUGNAÇÃO À EXECUÇÃO apresentada pela parte executada e, por consectário, HOMOLOGO os cálculos apresentados em ref.15 e JULGO EXTINTO o presente processo de execução, o que faço com fundamento no art. 924, III, do CPC.Com isto, proceda o Sr. Gestor com as providências necessárias para que seja expedido ofício requisitório (Requisição de Pequeno Valor) ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Liquidado o RPV, expeça-se, de plano, o respectivo Alvará para levantamento dos valores, certificando nos autos.No ponto, imperioso esclarecer que o Código de Processo Civil, em seu art. 85, § 1º, prevê expressamente a imposição de honorários sucumbenciais no cumprimento de sentença. Contudo, aplico o regramento previsto no §3° do art.98 do CPC.Intimem-se as partes.Após, arquivem-se os autos com as anotações e baixas necessárias.Cumpra-se, expedindo o necessário e com as cautelas de estilo. Às providências.Rosário Oeste/MT, 10 de dezembro de 2019.Ricardo Nicolino de CastroJuiz de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ricardo Nicolino de Castro
Cod. Proc.: 56467 Nr: 1102-90.2014.811.0032
AÇÃO: Reintegração / Manutenção de Posse->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Lourival Ferreira da Silva
PARTE(S) REQUERIDA(S): Alexsandro Broeto da Silva, Poliana Arruda
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Bruno Oliveira Castro - OAB:9237/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: CARLINHOS BATISTA TELLES - OAB:6656
Vistos.
DEFIRO a suspensão do processo pelo prazo de 30 (trinta) dias.
Intime-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ricardo Nicolino de Castro
Cod. Proc.: 60969 Nr: 971-81.2015.811.0032
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ARS
PARTE(S) REQUERIDA(S): RC
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOÃO PAULO BARUFI - OAB:OAB/MT 18.462
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Defensoria Pública da Comarca de Rosário Oeste - MT - OAB:
Ante o exposto, forte nos fundamentos de fato e de direito alhures, HOMOLOGO a desistência do processo e, por consectário, JULGO EXTINTO o presente processo sem resolução do mérito, tudo com fundamento no art. 485, VIII, do Novo CPC.Sem custas. Intime-se.Cumpra-se, expedindo o necessário e com as cautelas de estilo. Às providências.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Ricardo Nicolino de Castro
Cod. Proc.: 92192 Nr: 2283-53.2019.811.0032
AÇÃO: Adoção->Processo de Conhecimento->Seção Cível->JUIZADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
PARTE AUTORA: AFdB, RCdS
PARTE(S) REQUERIDA(S): ADdS, ACDS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DANIELLE AVILA ALMEIDA GAMA MARTINS - OAB:14442/B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Nilton Marcos Nunes Pereira - OAB:15481
Vistos.
Considerando a citação ficta da parte requerida, NOMEIO como curador especial para o patrocínio de seus interesses o Dr. NILTON MARCOS NUNES PEREIRA – OAB/MT N° 15.481 e condeno o Estado de Mato Grosso ao pagamento dos honorários advocatícios ao mesmo, nos termos do art.22, § 1º da Lei n. 8.906/94, os quais fixo em 02 (dois) URH, em virtude de sua atuação no processo, devendo atuação recair por todo o processo até o seu deslinde final.
Concedo o prazo de 05 (cinco) dias, a contar a intimação desta decisão para apresentação da contestação.
Com a apresentação da contestação, remetam-se os autos imediatamente ao MPE para manifestação.
Em seguida, conclusos para prolação de sentença.
Cumpra-se, COM URGÊNCIA.
Às providências.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ricardo Nicolino de Castro
Cod. Proc.: 63047 Nr: 1825-75.2015.811.0032
AÇÃO: Exceção de Incompetência->Exceções->Incidentes->Outros Procedimentos->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Leonidas Rachid Jaudy
PARTE(S) REQUERIDA(S): Sidnei Davino de Queiroz
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: GABRIEL AUGUSTO SOUZA MELLO - OAB:21393/O, LUCAS HENRIQUE MULLER PIROVANI - OAB:19.460, PEDRO DE ALMEIDA PINHEIRO - OAB:25.509, ROBSON WESLEY NASCIMENTO DE OLIVEIRA - OAB:21.518, William Khalil - OAB:6.487
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
Considerando que a intimação foi realizada por meio de Dje, quando deveria ser por meio de carta precatória. DETERMINO a expedição de missiva com tal desiderato.
Cumpra-se.
Às providências.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Ricardo Nicolino de Castro
Cod. Proc.: 84730 Nr: 3267-71.2018.811.0032
AÇÃO: Ação Civil de Improbidade Administrativa->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Ministério Público Estadual
PARTE(S) REQUERIDA(S): TEMISTOCLES ALVES DE ARAUJO JUNIOR
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Luane Rodrigues Bomfim - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Ale Arfux Júnior - OAB:OAB/MT 6.843, MAYARA CRISTINA CINTRA ROSA - OAB:24217/O, Tenarêssa Aparecida de Araújo Della Líbera - OAB:MT 7031
Vistos.
REITERE-SE o Ofício de ref. 40.
Cumpra-se.
Às providências.

Edital de Intimacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 80129 Nr: 583-76.2018.811.0032
AÇÃO: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)->Medidas Cautelares->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA:
PARTE(S) REQUERIDA(S): EMdS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO 20 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) intimada(s): ELÇON MANOEL DA SILVA, Rg: 15934497, Filiação: Zulmira Mendes da Silva e Alicio da Silva, data de nascimento: 29/07/1982, brasileiro(a), solteiro(a), servente de pedreiro. atualmente em local incerto e não sabido
FINALIDADE: INTIMAÇÃO da parte acima qualificada, atualmente em lugar incerto e não sabido, dos termos da r. sentença proferida nos autos e a seguir transcrita. Réu: Elçon Manoel da Silva.
Sentença: SENTENÇAVistos.Trata-se de procedimento instaurado para viabilizar à ofendida a concessão de MEDIDAS PROTETIVAS de urgência da Lei n.º 11340/2006, a fim de resguardá-la da prática de violência em âmbito doméstico.As medidas protetivas foram deferidas oportunamente concedidas.Os autos vieram-me conclusos.É o sucinto relatório.Fundamento e Decido.Inicialmente, verifico que houve a concessão de medidas protetivas em favor da ofendida, uma vez que os fatos relatados em suas declarações incluem-se entre aqueles objeto de tutela pela Lei n.º 11.340/2006, já que praticados no âmbito das relações domésticas.Com efeito, saliente-se que as medidas protetivas no âmbito de proteção à violência doméstica têm natureza satisfativa, ou seja, se exaurem com o seu mero deferimento, independentemente de quaisquer outras medidas, de molde que após o esgotamento dos seus efeitos, tem-se por encerrada a tutela jurisdicional.Por outro vértice, impõe-se advertir que as medidas cautelares oriundas da Lei Maria da Penha não podem ter duração indefinida no tempo, uma vez que se se caracterizam como medidas de natureza excepcional e de urgência. Neste ínterim, elucidativas são as palavras do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, verbis:RECURSO DE APELAÇÃO CRIMINAL – AÇÃO CAUTELAR PARA CONCESSÃO DE MEDIDAS PROTETIVAS DA LEI Nº. 11.340/2006 – DEFERIMENTO DAS CAUTELARES – APELO VISANDO A IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO POR AUSÊNCIA DE PROVAS DO COMETIMENTO DE ILÍCITOS PENAIS – NÃO CABIMENTO – PROCESSO CAUTELAR QUE NÃO CABE PRODUÇÃO DE PROVAS – FEITO APENAS DESTINADO À IMPOSIÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR – AÇÃO CRIMINAL EM ANDAMENTO PARA APURAÇÃO DOS DELITOS – ALEGADO EXCESSO DE PRAZO DA MEDIDA CAUTELAR – INVIABILIDADE – AS PARTES, EM RECENTE ACORDO NA ESFERA CÍVEL, CONCORDARAM COM A MANUTENÇÃO DA CAUTELAR NESTA AÇÃO CAUTELAR – VENIRE CONTRA FACTUM PROPRIUM –DECISÃO ESCORREITA – APELO DESPROVIDO. Ação cautelar de concessão de medidas protetivas não destina-se ao reconhecimento dos ilícitos penais, muito menos em imposição de sanções, pois, os crimes supostamente praticados pelo apelante, serão analisados na ação penal em trâmite, uma vez que tais delitos não foram objetos de apuração neste feito, cuja natureza é cautelar, visando apenas a imposição de medidas protetivas e não a condenação criminal. Sabe-se que o requerimento de concessão de medidas protetivas à ofendida é um ato de natureza cautelar, que impõe restrição à liberdade de ir e vir do suposto agente e, como tal, não pode prolongar-se infinitamente no tempo. Contudo, na hipótese, inviável a alegação de excesso de prazo das medidas protetivas, haja vista que o juiz singular determinou que as cautelares perdurassem durante o processamento da ação criminal – a qual se encontra na fase das alegações finais, bem como na ação cível de reconhecimento e dissolução de união estável, o apelante concordou pela manutenção da medida protetiva, sendo defeso agir de modo contraditório ("venire contra factum proprium"), motivo pelo qual não configura constrangimento ilegal a decisão cautelar proferida nestes autos.(Ap 139955/2016, DES. GILBERTO GIRALDELLI, TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL, Julgado em 14/12/2016, Publicado no DJE 23/01/2017)HABEAS CORPUS – MEDIDAS PROTETIVAS – PREVISÃO DA LEI 11.340/2006 (LEI MARIA DA PENHA) – PEDIDO DE REVOGAÇÃO – IMPOSIÇÃO HÁ QUASE 1 (UM) ANO – AÇÃO PENAL NÃO INSTAURADA –VÍTIMA DENUNCIADA POR LESÃO CORPORAL COMETIDA EM FACE DO PACIENTE – NATUREZA CAUTELAR DAS RESTRIÇÕES OU PROIBIÇÕES JUDICIAIS – JULGADO DO TJMG DO PROVIMENTO JUDICIAL – PARECER DA PGJ ADOTADO PER RELATIONEM – LIÇÃO DOUTRINÁRIA – DESCONSTITUIÇÃO – ORDEM CONCEDIDA. “[...] Não há dúvidas de que as medidas protetivas possuem caráter excepcional e natureza de urgência, não sendo plausível que estas se prolonguem, sem o acompanhamento de, ao menos, uma investigação criminal sobre os fatos que ensejaram a aplicação da medida”. (Parecer n° 009902-001/2016, Waldemar Rodrigues dos Santos Júnior, procurador de Justiça). “Não havendo ação penal ou inquérito policial em curso contra o réu, não cabe mais a imposição de medida protetiva na seara criminal, máxime se para elas não foi estabelecido prazo determinado.” (TJMG, Apelação Criminal 1.0024.12.112768-2/001)(HC 86364/2016, DES. MARCOS MACHADO, PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL, Julgado em 09/08/2016, Publicado no DJE 15/08/2016)Deste modo, evidencia-se que a concessão das medidas cautelares de urgência não é um fim em si mesmo, mas busca, sobretudo, acautelar a vítima até que os órgãos estatais competentes se pronunciem, em caráter de definitividade, sobre os fatos imputados ao ofensor.Ante o exposto, forte nos fundamentos de fato e direito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil c/c Art. 13 da Lei 11.340/06, JULGO O PEDIDO PROCEDENTE.Ressalto, por oportuno, que por cuida-se de medida cautelar, seus efeitos não podem ser perenes, litando-se, portanto, até o trânsito em julgado da ação penal ou arquivamento do inquérito policial que apuram os fatos aqui noticiados.Não sendo localizados vítima e/ou ofensor para serem intimados da sentença, desde já DETERMINO a publicação de edital com prazo de 20 (vinte) dias, findo qual haverá o trânsito em julgado da sentença. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se com as anotações e baixas de estilo.Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.Ciência ao MPE.Às providências. Rosário Oeste/MT, 07 de junho de 2019.Ricardo Nicolino de CastroJuiz de Direito
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Rodrigo da Cruz Azevedo , digitei.
Rosário Oeste, 11 de dezembro de 2019
Rogério Dorneles do Nascimento Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.686/CNGC

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 84617 Nr: 3218-30.2018.811.0032
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Jolito Aureliano da Luz
PARTE(S) REQUERIDA(S): COMANDO GERAL DA POLÍCIA MILITAR, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE MATOGROSSO (PGE)
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MOACIR ALMEIDA FREITAS - OAB:727
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Certifico que a contestação de ref:41 é tempestiva. Impulsiono os autos com a finalidade de intimar o autor para apresentar impugnação no prazo legal.

Edital de Intimacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 79152 Nr: 111-75.2018.811.0032
AÇÃO: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)->Medidas Cautelares->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA:
PARTE(S) REQUERIDA(S): JdS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO 15 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) intimada(s): JOACIR DE SOUZA, Filiação: Francisca de Souza e Milton de Souza, brasileiro(a), solteiro(a), serviços gerais, Telefone 65- 9 9676-7657. atualmente em local incerto e não sabido
FINALIDADE: INTIMAÇÃO da parte acima qualificada, atualmente em lugar incerto e não sabido, dos termos da r. sentença proferida nos autos e a seguir transcrita. Réu: Joacir de Souza.
Sentença: Trata-se de requerimento de medidas protetivas de urgência manejado pela ofendida Elizabeth Gertrudes de Camargo, que foram concedidas em 17/01/2018, conforme decisão de Ref. 04. Relatórios

acostados autos (ref.22/24), no qual consta descumprimento de medida protetiva por parte do ofensor JOACIR DE SOUZA. Em manifestação, o Ministério Público pugnou pela decretação da prisão preventiva do ofensor, em detrimento da garantia da ordem pública e da proteção da incolumidade física e psíquica da vítima (ref.26) Vieram-me os autos conclusos. É o relatório. Fundamento e decido. No caso, verifica-se que foram estabelecidas ao representado algumas restrições quanto à aproximação da vítima, bem como de seus familiares, ocasião em que se delimitou, ainda, o perímetro de distância de aproximação da vítima, bem como a proibição de frequentar seu lar e seu local de trabalho. Na ocasião, proibiu-se, ainda, o contato por qualquer meio de comunicação, dentre outras condições. Pois bem. À vista do relatório psicossocial de ref.22, verifica-se o descumprimento pelo ofensor da medida imposta no tocante à aproximação da vítima. Na espécie, em que pese o indiciado tenha descumprido ordem judicial anteriormente expedida no sentido de impor o seu afastamento do lar e proibição de aproximar-se da vítima, não vislumbro potencial ofensivo da conduta a ponto de impor a decretação da sua prisão preventiva. Ademais, muito embora tenha agido em desacordo com a ordem emanada por este juízo, não há nos autos informações de que o mesmo tenha praticado qualquer ato de violência física concreta, o que dessume a baixa gravidade concreta do delito, ao menos por ora. Com efeito, a decretação da prisão preventiva como medida protetiva tem caráter excepcional, pois a prisão preventiva como medida protetiva de urgência poderá ser decretada sempre que adequada e proporcional ao caso. Ela está prevista no art. 20 da Lei Maria da Penha, bem como no Código de Processo Penal (arts. 282, § 4º, e 312, parágrafo único, 313, III) e sempre será exceção, devendo ser imposta em circunstâncias muito especiais (BIANCHINI, 2013, p.182). Não obstante, entendo pertinente o seu monitoramento eletrônico, isto porque tal medida serve para controlar a aproximação do ofensor em relação à vítima, o que tem se mostrado eficaz na maioria dos casos, já que o monitoramento eletrônico do infrator da Lei Maria da Penha através das práticas de violência doméstica contra a companheira tem por finalidade maior dar a eficácia e efetividade da medida protetiva estabelecida na referida Lei, vez que se mostram idôneas à garantia da ordem pública, bem como à garantia da proteção da incolumidade física e psíquica da vítima, evitando, assim, a reiteração delituosa do ora representado. Desta feita, nos termos do art. 319 deste Código e observados os critérios constantes do art. 282 deste Código, DETERMINO o MONITORAMENTO ELETRÔNICO, com uso de tornozeleira eletrônica do representado JOACIR DE SOUZA, pelo prazo mínimo de 6 (seis) meses, devendo permanecer inalteradas as demais medidas protetivas outrora concedidas. Desde já, advirta-se o reeducando e o descumprimento das condições impostas, bem como a falta de zelo no cumprimento das responsabilidades atinentes ao equipamento eletrônico poderão acarretar em sua prisão. Comunique-se o Diretor da Cadeia Pública para que proceda à instalação da tornozeleira eletrônica no representado, bem como cientifique-o das condições de uso da mesma. Intime-se o requerido para que compareça na Cadeia Pública no prazo de 24h para instalação a partir de sua intimação pessoal. Sirva a presente decisão como MANDADO e OFÍCIO.

E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Rodrigo da Cruz Azevedo , digitei.

Rosário Oeste, 11 de dezembro de 2019

Rogério Dorneles do Nascimento Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.686/CNGC

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Ricardo Nicolino de Castro

Cod. Proc.: 81814 Nr: 1641-17.2018.811.0032

AÇÃO: Execução de Alimentos->Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: Jucilei Silvino de Souza, MRSdS(, KRSdS(, TVRSdS(, LRSdS(, KRSdS(

PARTE(S) REQUERIDA(S): Claudia Boabaid da Silva

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Douglas Camargo de Anunciação - OAB:19125/O

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Eliane Gomes Ferreira - OAB:9.862, Wesley Robert de Amorim - OAB:6610/MT

Processo Eletrônico n° 1641-17.2018.811.0032

Código n.º 81814

Vara Única

SENTENÇA

Vistos.

Trata-se de Execução de Alimentos proposta por KAROLAYNE RAIANE SILVA DE SOUZA, KETILLY RAIANE SILVA DE SOUZA, LOURAM RAYNER SILVA DE SOUZA, MAQUELE RAIANE SILVA DE SOUZA e THAEME VITORIA RAIANE SILVA DE SOUZA, menores, representados por seu genitor JUCILEI SILVINO DE SOUZA em face de CLAUDIA BOABAID DA SILVA, ambas as partes já qualificadas nos autos.

Compulsando os autos, verifica-se que a parte autora fora intimada para se manifestar acerca do pedido realizado pela parte executada à ref. 15, entretanto, quedou-se inerte (ref. 39).

Em manifestação, o Ministério Público pugnou pela extinção do feito ante a inércia da parte autora (ref. 47).

É o relatório do necessário.

Fundamento a decido.

A demanda deve ser extinta no estado em que se encontra.

Neste ínterim, uma vez constatado o desinteresse de qualquer das partes em dar continuidade ao processo, resta tão somente a este Magistrado a via da extinção do processo sem resolução do mérito, mormente porque em que pese à incidência do impulso oficial como regra geral, há atos processuais que são de competência privativa das partes e que, portanto, não podem ser supridas pelo juízo de ofício.

Ademais, registre-se, por oportuno, que o interesse processual é uma das condições da ação e sem elas o processo não pode se desenvolver válida e regularmente.

Ante o exposto, forte nos fundamentos de fato e de direito alhures, JULGO EXTINTO o presente processo, sem resolução do mérito, o que faço com fundamento no art. 485, incisos III, do Código de Processo Civil.

Sem custas.

Arquive-se os autos com as devidas baixas.

Às providências.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 78760 Nr: 4406-92.2017.811.0032

AÇÃO: Alvará Judicial - Lei 6858/80->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: Ceffas Soares da Silva , Espolio de Elza Bondespacho Ferreira da Silva

PARTE(S) REQUERIDA(S):

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CEFFAS SOARES DA SILVA - OAB:4996

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Impulsiono os autos com a finalidade de intimar o autor, para manifestação no prazo legal.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 81881 Nr: 1698-35.2018.811.0032

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: BANCO DO BRASIL ROSARIO OESTE/MT

PARTE(S) REQUERIDA(S): RENATO PEREIRA LARA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: José Arnaldo Janssem Nogueira - OAB:MT 19.081-A, Sérvio Tulio de Barcelos - OAB:14258-A

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Certifico que intimado (ref:50) o requerido deixou de apresentar manifestação. Impulsiono os autos com a finalidade de intimar o banco autor, para manifestação, bem como requerer o que entender de direito no prazo legal.

Edital de Intimacao

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 79773 Nr: 375-92.2018.811.0032

AÇÃO: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)->Medidas Cautelares->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA:

PARTE(S) REQUERIDA(S): RdAT

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO 20 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) intimada(s): RENATA FERREIRA TAVARES, Cpf: 02587900166, Rg: 18868371, Filiação: Carmelita Ferreira Tavares e Ricardo Luiz Tavares, data de nascimento: 07/01/1987, brasileiro(a), convivente, desempregada, Telefone 65- 9 9312-7022 e atualmente em local incerto e não sabido RICLAUDIO DE ALMEIDA TAVARES, Cpf: 86200615187, Rg: 11803258, Filiação: Carmelita Ferreira Tavares e Ricardo Luiz Tavares, data de nascimento: 21/08/1979, brasileiro(a), convivente, porteiro. atualmente em local incerto e não sabido
FINALIDADE: INTIMAÇÃO da parte acima qualificada, atualmente em lugar incerto e não sabido, dos termos da r. sentença proferida nos autos e a seguir transcrita. INTIMAÇÃO DAS PARTES RENATA FERREIRA TAVARES E RICLAUDIO DE ALMEIDA TAVARES, DA SENTENÇA PROLATADA NESTES AUTOS.
Sentença: SENTENÇAVistos.Trata-se de procedimento instaurado para viabilizar à ofendida a concessão de MEDIDAS PROTETIVAS de urgência da Lei n.º 11340/2006, a fim de resguardá-la da prática de violência em âmbito doméstico.As medidas protetivas foram deferidas oportunamente concedidas.Os autos vieram-me conclusos.É o sucinto relatório.Fundamento e Decido.Inicialmente, verifico que houve a concessão de medidas protetivas em favor da ofendida, uma vez que os fatos relatados em suas declarações incluem-se entre aqueles objeto de tutela pela Lei n.º 11.340/2006, já que praticados no âmbito das relações domésticas.Com efeito, saliente-se que as medidas protetivas no âmbito de proteção à violência doméstica têm natureza satisfativa, ou seja, se exaurem com o seu mero deferimento, independentemente de quaisquer outras medidas, de molde que após o esgotamento dos seus efeitos, tem-se por encerrada a tutela jurisdicional.Por outro vértice, impõe-se advertir que as medidas cautelares oriundas da Lei Maria da Penha não podem ter duração indefinida no tempo, uma vez que se se caracterizam como medidas de natureza excepcional e de urgência. Neste ínterim, elucidativas são as palavras do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, verbis:RECURSO DE APELAÇÃO CRIMINAL – AÇÃO CAUTELAR PARA CONCESSÃO DE MEDIDAS PROTETIVAS DA LEI Nº. 11.340/2006 – DEFERIMENTO DAS CAUTELARES – APELO VISANDO A IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO POR AUSÊNCIA DE PROVAS DO COMETIMENTO DE ILÍCITOS PENAIS – NÃO CABIMENTO – PROCESSO CAUTELAR QUE NÃO CABE PRODUÇÃO DE PROVAS – FEITO APENAS DESTINADO À IMPOSIÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR – AÇÃO CRIMINAL EM ANDAMENTO PARA APURAÇÃO DOS DELITOS – ALEGADO EXCESSO DE PRAZO DA MEDIDA CAUTELAR – INVIABILIDADE – AS PARTES, EM RECENTE ACORDO NA ESFERA CÍVEL, CONCORDARAM COM A MANUTENÇÃO DA CAUTELAR NESTA AÇÃO CAUTELAR – VENIRE CONTRA FACTUM PROPRIUM –DECISÃO ESCORREITA – APELO DESPROVIDO. Ação cautelar de concessão de medidas protetivas não destina-se ao reconhecimento dos ilícitos penais, muito menos em imposição de sanções, pois, os crimes supostamente praticados pelo apelante, serão analisados na ação penal em trâmite, uma vez que tais delitos não foram objetos de apuração neste feito, cuja natureza é cautelar, visando apenas a imposição de medidas protetivas e não a condenação criminal. Sabe-se que o requerimento de concessão de medidas protetivas à ofendida é um ato de natureza cautelar, que impõe restrição à liberdade de ir e vir do suposto agente e, como tal, não pode prolongar-se infinitamente no tempo. Contudo, na hipótese, inviável a alegação de excesso de prazo das medidas protetivas, haja vista que o juiz singular determinou que as cautelares perdurassem durante o processamento da ação criminal – a qual se encontra na fase das alegações finais, bem como na ação cível de reconhecimento e dissolução de união estável, o apelante concordou pela manutenção da medida protetiva, sendo defeso agir de modo contraditório ("venire contra factum proprium"), motivo pelo qual não configura constrangimento ilegal a decisão cautelar proferida nestes autos.(Ap 139955/2016, DES. GILBERTO GIRALDELLI, TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL, Julgado em 14/12/2016, Publicado no DJE 23/01/2017)HABEAS CORPUS – MEDIDAS PROTETIVAS – PREVISÃO DA LEI 11.340/2006 (LEI MARIA DA PENHA) – PEDIDO DE REVOGAÇÃO – IMPOSIÇÃO HÁ QUASE 1 (UM) ANO – AÇÃO PENAL NÃO INSTAURADA –VÍTIMA DENUNCIADA POR LESÃO CORPORAL COMETIDA EM FACE DO PACIENTE – NATUREZA CAUTELAR DAS RESTRIÇÕES OU PROIBIÇÕES JUDICIAIS – JULGADO DO TJMG DO PROVIMENTO JUDICIAL – PARECER DA PGJ ADOTADO PER RELATIONEM – LIÇÃO DOUTRINÁRIA – DESCONSTITUIÇÃO – ORDEM CONCEDIDA. "[...] Não há dúvidas de que as medidas protetivas possuem caráter excepcional e natureza de urgência, não sendo plausível que estas se prolonguem, sem o acompanhamento de, ao menos, uma investigação criminal sobre os fatos que ensejaram a aplicação da medida". (Parecer n° 009902-001/2016, Waldemar Rodrigues dos Santos Júnior, procurador de Justiça). "Não havendo ação penal ou inquérito policial em curso contra o réu, não cabe mais a imposição de medida protetiva na seara criminal, máxime se para elas não foi estabelecido prazo determinado." (TJMG, Apelação Criminal 1.0024.12.112768-2/001)(HC 86364/2016, DES. MARCOS MACHADO, PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL, Julgado em 09/08/2016, Publicado no DJE 15/08/2016)Deste modo, evidencia-se que a concessão das medidas cautelares de urgência não é um fim em si mesmo, mas busca, sobretudo, acautelar a vítima até que os órgãos estatais competentes se pronunciem, em caráter de definitividade, sobre os fatos imputados ao ofensor.Ante o exposto, forte nos fundamentos de fato e direito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil c/c Art. 13 da Lei 11.340/06, JULGO O PEDIDO PROCEDENTE.Ressalto, por oportuno, que por cuida-se de medida cautelar, seus efeitos não podem ser perenes, litando-se, portanto, até o trânsito em julgado da ação penal ou arquivamento do inquérito policial que apuram os fatos aqui noticiados.Não sendo localizados vítima e/ou ofensor para serem intimados da sentença, desde já DETERMINO a publicação de edital com prazo de 20 (vinte) dias, findo qual haverá o trânsito em julgado da sentença. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se com as anotações e baixas de estilo.Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.Ciência ao MPE.Às providências. Rosário Oeste/MT, 07 de junho de 2019.Ricardo Nicolino de CastroJuiz de Direito
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Rodrigo da Cruz Azevedo , digitei.
Rosário Oeste, 12 de dezembro de 2019
Rogério Dorneles do Nascimento Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.686/CNGC

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 69611 Nr: 2549-45.2016.811.0032
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Banco do Brasil S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): Edymarcio Nunes de Araújo, RONYE MARCIO NUNES DE ARAÚJO, Jucilene Joaquim Cosme Nunes, Elymarcio Nunes de Araújo, Espólio de Orivaldo Nunes
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ADRIANO ATHALA DE OLIVEIRA SHCAIRA - OAB:20495-A/MT, ANA BEATRIZ MARCHI ALVES, BRASILEIRA - OAB:367583-SP, CAMILA AMARAL SODRÉ - OAB:415606 - SP, Sérvio Tulio de Barcelos - OAB:14258-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Impulsiono os autos com a finalidade de intimar o autor para manifestar sobre o mandado juntado em ref:37, requerendo o que entender de direito no prazo legal.

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 76621 Nr: 3357-16.2017.811.0032
AÇÃO: Imissão na Posse->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: SANTA LUCIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A
PARTE(S) REQUERIDA(S): WILSON MESACASA, Maria Glair Vaz dos Santos
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: GLECI DO NASCIMENTO FACCO - OAB:14126
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Julio Silo da Conceição Filho - OAB:OAB/MT 18.061-O
Impulsiono os autos com a finalidade de intimar as partes da manifestação do perito de ref:42, requerendo o que entenderem de direito no prazo legal.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 82108 Nr: 1830-92.2018.811.0032

AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Banco do Brasil S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): ELIANE RODRIGUES DE CAMPOS - ME, ARILSON CESARINO DA COSTA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FABIULA MULLER KOENIG - OAB:22819, GUSTAVO R. GÓES NICOLADELLI - OAB:56918
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Nos termos da legislação vigente e Provimento n° 56/2007-CGJ, impulsiono estes autos, com a finalidade de intimar o autor/interessada para comparecer neste Juízo e retirar a carta precatória de (?) ou efetuar o preparo para o seu devido cumprimento.

Comarca de Santo Antônio do Leverger

Diretoria do Fórum

Edital

EDITAL N.º 12/2019-DF O JUIZ DE DIREITO E DIRETOR DO FORO DA COMARCA DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, no uso das atribuições legais e na forma da lei, em conformidade com o disposto no Edital nº 08/2019 vem divulgar a inexistência de recursos quanto ao gabarito preliminar, tornando-o definitivo, e, ainda, a lista preliminar de classificação dos candidatos, conforme Anexo I. O prazo recursal será de 02 (dois) dias úteis, iniciando na data de 13.12.2019. Serão recebidos recursos contra o gabarito de forma escrita perante a Diretoria do Foro no horário de expediente forense (12h00min às 19h00min). E, para que chegue ao conhecimento de todos, é expedido o presente Edital, que será publicado no átrio do Fórum. Santo Antônio do Leverger, 12 de dezembro de 2019. Alexandre Paulichi Chiovitti - Juiz de Direito e Diretor do Foro

Vara Única

Intimação

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1002744-42.2019.8.11.0053
Parte(s) Polo Ativo:
GONCALINA NILZA DE ARRUDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LINEIDE VIEIRA DE ALMEIDA OAB - MT15488-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO PAN (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ALEXANDRE PAULICHI CHIOVITTI

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE STO ANTÔNIO DO LEVERGER DESPACHO Processo: 1002744-42.2019.8.11.0053. REQUERENTE: GONCALINA NILZA DE ARRUDA REQUERIDO: BANCO PAN Vistos etc. A parte autora requer o deferimento de assistência judiciária, sob alegação de ser aposentada, juntando holerite que discrimina o rendimento bruto mensal no valor de R$ 4.436,48 (quatro mil quatrocentos e trinta e seis reais e quarenta e oito centavos), restringindo-se em dizer que não possuir condições de arcar com as despesas processuais. Outrossim, a demandante não juntou qualquer documento capaz de comprovar sua hipossuficiência em recolher as custas, desse modo, a simples declaração, não se mostra suficiente para concessão das benesses da gratuidade da justiça. A excepcionalidade da assistência judiciária gratuita foi criada para as pessoas necessitadas, isto é, todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família (NCPC, artigo 98). Como se sabe, tal benefício se estende apenas àqueles necessitados, sem condições de arcar com pagamento das custas processuais sem haver prejuízo do seu sustento ou de sua família. Não é o que ocorre com a parte Requerente, que não comprova sua hipossuficiência, evidente que se mostra capaz de recolher as custas necessárias ao recebimento e processamento de sua pretensão. No mais, cabia demonstrar, contabilmente, a sua impossibilidade de pagar a taxa judiciária exigida. Tendo em vista que a parte Requerente somente alegou, e não comprovou sua insuficiência, INDEFIRO, pois, o pedido de assistência judiciária. INTIME-SE a parte Requerente, na pessoa de seu advogado para que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o recolhimento das custas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição do feito (art. 290 CPC/2015). Cumpra-se. Intime-se. Expeça-se o necessário. Às providências. STO ANTÔNIO LEVERGER, 11 de dezembro de 2019. Juiz(a) de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1002755-71.2019.8.11.0053
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANO ATHALA DE OLIVEIRA SHCAIRA OAB - MT20495-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
L. PEREIRA DO NASCIMENTO E CIA LTDA - ME (RÉU)
VILMA MIOTTO DA ROCHA (RÉU)
ANIVAN MOREIRA DA CRUZ (RÉU)
Magistrado(s):
ALEXANDRE PAULICHI CHIOVITTI

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE STO ANTÔNIO DO LEVERGER DESPACHO Processo: 1002755-71.2019.8.11.0053. AUTOR(A): BANCO DO BRASIL SA RÉU: L. PEREIRA DO NASCIMENTO E CIA LTDA - ME, ANIVAN MOREIRA DA CRUZ, VILMA MIOTTO DA ROCHA Vistos etc. Cuida-se de Ação de Cobrança, que Banco Do Brasil S/A, move em desfavor de Regional MS Comércio De Alimentos LTDA ME; Anivan Moreira Da Cruz e Vilma Miotto Da Rocha, todos qualificados nos autos. Ocorre que até o momento a parte Autora não recolheu as custas processuais, tampouco comprovou hipossuficiência. Destarte, INTIME-SE a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar à inicial com o devido recolhimento de custas, sob pena de extinção da ação com a consequente baixa na distribuição, nos termos do artigo 290 caput do Código de Processo Civil. Cumpra-se expedindo o necessário com as cautelas de estilo. Às providências. Cumpra-se. STO ANTÔNIO LEVERGER, 11 de dezembro de 2019. Juiz(a) de Direito

Juizado Especial Cível e Criminal

Intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002785-09.2019.8.11.0053
Parte(s) Polo Ativo:
TATIANA MONTEIRO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONAN DA COSTA MARQUES OAB - MT21093/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1002785-09.2019.8.11.0053 POLO ATIVO:TATIANA MONTEIRO DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: RONAN DA COSTA MARQUES POLO PASSIVO: VIVO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: STO ANTONIO LEVERGER - J.E - AUD. DE CONCILIAÇÃO Data: 21/05/2020 Hora: 13:00 , no endereço: LOGRADOURO: RODOVIA PAES DE BARROS, Nº S/N, TELEFONE: (65) 3341-1426, BAIRRO: NOVO SANTO ANTÔNIO, STO ANTÔNIO LEVERGER - MT - CEP: 78180-000 . CUIABÁ, 12 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002788-61.2019.8.11.0053
Parte(s) Polo Ativo:
NOEMY PAULINI RODRIGUES DE AMORIM (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONAN DA COSTA MARQUES OAB - MT21093/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1002788-61.2019.8.11.0053 POLO ATIVO:NOEMY PAULINI RODRIGUES DE AMORIM ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: RONAN DA COSTA MARQUES POLO PASSIVO: EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: STO ANTONIO LEVERGER - J.E - AUD. DE CONCILIAÇÃO Data: 21/05/2020 Hora: 13:10 , no endereço: LOGRADOURO: RODOVIA PAES DE BARROS, Nº S/N, TELEFONE: (65) 3341-1426, BAIRRO: NOVO SANTO ANTÔNIO, STO ANTÔNIO LEVERGER - MT - CEP: 78180-000 . CUIABÁ, 12 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002789-46.2019.8.11.0053
Parte(s) Polo Ativo:
NOEMY PAULINI RODRIGUES DE AMORIM (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONAN DA COSTA MARQUES OAB - MT21093/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1002789-46.2019.8.11.0053 POLO ATIVO:NOEMY PAULINI RODRIGUES DE AMORIM ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: RONAN DA COSTA MARQUES POLO PASSIVO: EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: STO ANTONIO LEVERGER - J.E - AUD. DE CONCILIAÇÃO Data: 21/05/2020 Hora: 13:20 , no endereço: LOGRADOURO: RODOVIA PAES DE BARROS, Nº S/N, TELEFONE: (65) 3341-1426, BAIRRO: NOVO SANTO ANTÔNIO, STO ANTÔNIO LEVERGER - MT - CEP: 78180-000 . CUIABÁ, 12 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002790-31.2019.8.11.0053
Parte(s) Polo Ativo:
NOEMY PAULINI RODRIGUES DE AMORIM (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONAN DA COSTA MARQUES OAB - MT21093/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1002790-31.2019.8.11.0053 POLO ATIVO:NOEMY PAULINI RODRIGUES DE AMORIM ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: RONAN DA COSTA MARQUES POLO PASSIVO: EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: STO ANTONIO LEVERGER - J.E - AUD. DE CONCILIAÇÃO Data: 21/05/2020 Hora: 13:30 , no endereço: LOGRADOURO: RODOVIA PAES DE BARROS, Nº S/N, TELEFONE: (65) 3341-1426, BAIRRO: NOVO SANTO ANTÔNIO, STO ANTÔNIO LEVERGER - MT - CEP: 78180-000 . CUIABÁ, 12 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002791-16.2019.8.11.0053
Parte(s) Polo Ativo:
NOEMY PAULINI RODRIGUES DE AMORIM (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONAN DA COSTA MARQUES OAB - MT21093/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1002791-16.2019.8.11.0053 POLO ATIVO:NOEMY PAULINI RODRIGUES DE AMORIM ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: RONAN DA COSTA MARQUES POLO PASSIVO: EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: STO ANTONIO LEVERGER - J.E - AUD. DE CONCILIAÇÃO Data: 21/05/2020 Hora: 13:40 , no endereço: LOGRADOURO: RODOVIA PAES DE BARROS, Nº S/N, TELEFONE: (65) 3341-1426, BAIRRO: NOVO SANTO ANTÔNIO, STO ANTÔNIO LEVERGER - MT - CEP: 78180-000 . CUIABÁ, 12 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002792-98.2019.8.11.0053
Parte(s) Polo Ativo:
ENIA MARIA DE SOUSA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SANTIANY ALMEIDA DE SIQUEIRA CURVO OAB - MT0014889A (ADVOGADO(A))
MACIRLENE PEREIRA DOS SANTOS OAB - MT14232-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1002792-98.2019.8.11.0053 POLO ATIVO:ENIA MARIA DE SOUSA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MACIRLENE PEREIRA DOS SANTOS, SANTIANY ALMEIDA DE SIQUEIRA CURVO POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: STO ANTONIO LEVERGER - J.E - AUD. DE CONCILIAÇÃO Data: 21/05/2020 Hora: 13:50 , no endereço: LOGRADOURO: RODOVIA PAES DE BARROS, Nº S/N, TELEFONE: (65) 3341-1426, BAIRRO: NOVO SANTO ANTÔNIO, STO ANTÔNIO LEVERGER - MT - CEP: 78180-000 . CUIABÁ, 12 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002793-83.2019.8.11.0053
Parte(s) Polo Ativo:
ENIA MARIA DE SOUSA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SANTIANY ALMEIDA DE SIQUEIRA CURVO OAB - MT0014889A (ADVOGADO(A))
MACIRLENE PEREIRA DOS SANTOS OAB - MT14232-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1002793-83.2019.8.11.0053 POLO ATIVO:ENIA MARIA DE SOUSA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MACIRLENE PEREIRA DOS SANTOS, SANTIANY ALMEIDA DE SIQUEIRA CURVO POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: STO ANTONIO LEVERGER - J.E - AUD. DE CONCILIAÇÃO Data: 21/05/2020 Hora: 14:00 , no endereço: LOGRADOURO: RODOVIA PAES DE BARROS, Nº S/N, TELEFONE: (65) 3341-1426, BAIRRO: NOVO SANTO ANTÔNIO, STO ANTÔNIO LEVERGER - MT - CEP: 78180-000 . CUIABÁ, 12 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002794-68.2019.8.11.0053
Parte(s) Polo Ativo:
ARIANA CRISTINA DE PINHO PLACIDO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONAN DA COSTA MARQUES OAB - MT21093/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1002794-68.2019.8.11.0053 POLO ATIVO:ARIANA CRISTINA DE PINHO PLACIDO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: RONAN DA COSTA MARQUES POLO PASSIVO: EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: STO ANTONIO LEVERGER - J.E - AUD. DE CONCILIAÇÃO Data: 21/05/2020 Hora: 14:10 , no endereço: LOGRADOURO: RODOVIA

PAES DE BARROS, Nº S/N, TELEFONE: (65) 3341-1426, BAIRRO: NOVO SANTO ANTÔNIO, STO ANTÔNIO LEVERGER - MT - CEP: 78180-000 . CUIABÁ, 12 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002795-53.2019.8.11.0053
Parte(s) Polo Ativo:
ARIANA CRISTINA DE PINHO PLACIDO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONAN DA COSTA MARQUES OAB - MT21093/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1002795-53.2019.8.11.0053 POLO ATIVO:ARIANA CRISTINA DE PINHO PLACIDO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: RONAN DA COSTA MARQUES POLO PASSIVO: EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: STO ANTONIO LEVERGER - J.E - AUD. DE CONCILIAÇÃO Data: 21/05/2020 Hora: 14:20 , no endereço: LOGRADOURO: RODOVIA PAES DE BARROS, Nº S/N, TELEFONE: (65) 3341-1426, BAIRRO: NOVO SANTO ANTÔNIO, STO ANTÔNIO LEVERGER - MT - CEP: 78180-000 . CUIABÁ, 12 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002796-38.2019.8.11.0053
Parte(s) Polo Ativo:
ARIANA CRISTINA DE PINHO PLACIDO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONAN DA COSTA MARQUES OAB - MT21093/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1002796-38.2019.8.11.0053 POLO ATIVO:ARIANA CRISTINA DE PINHO PLACIDO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: RONAN DA COSTA MARQUES POLO PASSIVO: EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: STO ANTONIO LEVERGER - J.E - AUD. DE CONCILIAÇÃO Data: 21/05/2020 Hora: 14:30 , no endereço: LOGRADOURO: RODOVIA PAES DE BARROS, Nº S/N, TELEFONE: (65) 3341-1426, BAIRRO: NOVO SANTO ANTÔNIO, STO ANTÔNIO LEVERGER - MT - CEP: 78180-000 . CUIABÁ, 12 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002797-23.2019.8.11.0053
Parte(s) Polo Ativo:
ARIANA CRISTINA DE PINHO PLACIDO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONAN DA COSTA MARQUES OAB - MT21093/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1002797-23.2019.8.11.0053 POLO ATIVO:ARIANA CRISTINA DE PINHO PLACIDO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: RONAN DA COSTA MARQUES POLO PASSIVO: EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: STO ANTONIO LEVERGER - J.E - AUD. DE CONCILIAÇÃO Data: 21/05/2020 Hora: 14:40 , no endereço: LOGRADOURO: RODOVIA PAES DE BARROS, Nº S/N, TELEFONE: (65) 3341-1426, BAIRRO: NOVO SANTO ANTÔNIO, STO ANTÔNIO LEVERGER - MT - CEP: 78180-000 . CUIABÁ, 12 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002798-08.2019.8.11.0053
Parte(s) Polo Ativo:
ADNA VAZ RIBEIRO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SANTIANY ALMEIDA DE SIQUEIRA CURVO OAB - MT0014889A (ADVOGADO(A))
MACIRLENE PEREIRA DOS SANTOS OAB - MT14232-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1002798-08.2019.8.11.0053 POLO ATIVO:ADNA VAZ RIBEIRO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MACIRLENE PEREIRA DOS SANTOS, SANTIANY ALMEIDA DE SIQUEIRA CURVO POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: STO ANTONIO LEVERGER - J.E - AUD. DE CONCILIAÇÃO Data: 21/05/2020 Hora: 14:50 , no endereço: LOGRADOURO: RODOVIA PAES DE BARROS, Nº S/N, TELEFONE: (65) 3341-1426, BAIRRO: NOVO SANTO ANTÔNIO, STO ANTÔNIO LEVERGER - MT - CEP: 78180-000 . CUIABÁ, 12 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002799-90.2019.8.11.0053
Parte(s) Polo Ativo:
NOEMY PAULINI RODRIGUES DE AMORIM (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONAN DA COSTA MARQUES OAB - MT21093/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO SA (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1002799-90.2019.8.11.0053 POLO ATIVO:NOEMY PAULINI RODRIGUES DE AMORIM ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: RONAN DA COSTA MARQUES POLO PASSIVO: BANCO BRADESCO SA FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: STO ANTONIO LEVERGER - J.E - AUD. DE CONCILIAÇÃO Data: 21/05/2020 Hora: 15:00 , no endereço: LOGRADOURO: RODOVIA PAES DE BARROS, Nº S/N, TELEFONE: (65) 3341-1426, BAIRRO: NOVO SANTO ANTÔNIO, STO ANTÔNIO LEVERGER - MT - CEP: 78180-000 . CUIABÁ, 12 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002800-75.2019.8.11.0053
Parte(s) Polo Ativo:
ADNA VAZ RIBEIRO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SANTIANY ALMEIDA DE SIQUEIRA CURVO OAB - MT0014889A (ADVOGADO(A))
MACIRLENE PEREIRA DOS SANTOS OAB - MT14232-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1002800-75.2019.8.11.0053 POLO ATIVO:ADNA VAZ RIBEIRO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MACIRLENE PEREIRA DOS SANTOS, SANTIANY ALMEIDA DE SIQUEIRA CURVO POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: STO ANTONIO LEVERGER - J.E - AUD. DE CONCILIAÇÃO Data: 21/05/2020 Hora: 15:10 , no endereço: LOGRADOURO: RODOVIA PAES DE BARROS, Nº S/N, TELEFONE: (65) 3341-1426, BAIRRO: NOVO SANTO ANTÔNIO, STO ANTÔNIO LEVERGER - MT - CEP: 78180-000 . CUIABÁ, 12 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002801-60.2019.8.11.0053
Parte(s) Polo Ativo:

NOEMY PAULINI RODRIGUES DE AMORIM (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONAN DA COSTA MARQUES OAB - MT21093/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1002801-60.2019.8.11.0053 POLO ATIVO:NOEMY PAULINI RODRIGUES DE AMORIM ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: RONAN DA COSTA MARQUES POLO PASSIVO: VIVO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: STO ANTONIO LEVERGER - J.E - AUD. DE CONCILIAÇÃO Data: 21/05/2020 Hora: 15:20 , no endereço: LOGRADOURO: RODOVIA PAES DE BARROS, Nº S/N, TELEFONE: (65) 3341-1426, BAIRRO: NOVO SANTO ANTÔNIO, STO ANTÔNIO LEVERGER - MT - CEP: 78180-000 . CUIABÁ, 12 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002802-45.2019.8.11.0053
Parte(s) Polo Ativo:
ADNA VAZ RIBEIRO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MACIRLENE PEREIRA DOS SANTOS OAB - MT14232-O (ADVOGADO(A))
SANTIANY ALMEIDA DE SIQUEIRA CURVO OAB - MT0014889A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1002802-45.2019.8.11.0053 POLO ATIVO:ADNA VAZ RIBEIRO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MACIRLENE PEREIRA DOS SANTOS, SANTIANY ALMEIDA DE SIQUEIRA CURVO POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: STO ANTONIO LEVERGER - J.E - AUD. DE CONCILIAÇÃO Data: 21/05/2020 Hora: 15:30 , no endereço: LOGRADOURO: RODOVIA PAES DE BARROS, Nº S/N, TELEFONE: (65) 3341-1426, BAIRRO: NOVO SANTO ANTÔNIO, STO ANTÔNIO LEVERGER - MT - CEP: 78180-000 . CUIABÁ, 12 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002803-30.2019.8.11.0053
Parte(s) Polo Ativo:
THAYNARA ANDRADE SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONAN DA COSTA MARQUES OAB - MT21093/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO CARTÕES S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1002803-30.2019.8.11.0053 POLO ATIVO:THAYNARA ANDRADE SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: RONAN DA COSTA MARQUES POLO PASSIVO: BANCO BRADESCO CARTÕES S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: STO ANTONIO LEVERGER - J.E - AUD. DE CONCILIAÇÃO Data: 21/05/2020 Hora: 15:40 , no endereço: LOGRADOURO: RODOVIA PAES DE BARROS, Nº S/N, TELEFONE: (65) 3341-1426, BAIRRO: NOVO SANTO ANTÔNIO, STO ANTÔNIO LEVERGER - MT - CEP: 78180-000 . CUIABÁ, 12 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002805-97.2019.8.11.0053
Parte(s) Polo Ativo:
ADNA VAZ RIBEIRO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MACIRLENE PEREIRA DOS SANTOS OAB - MT14232-O (ADVOGADO(A))
SANTIANY ALMEIDA DE SIQUEIRA CURVO OAB - MT0014889A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1002805-97.2019.8.11.0053 POLO ATIVO:ADNA VAZ RIBEIRO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MACIRLENE PEREIRA DOS SANTOS, SANTIANY ALMEIDA DE SIQUEIRA CURVO POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: STO ANTONIO LEVERGER - J.E - AUD. DE CONCILIAÇÃO Data: 21/05/2020 Hora: 15:50 , no endereço: LOGRADOURO: RODOVIA PAES DE BARROS, Nº S/N, TELEFONE: (65) 3341-1426, BAIRRO: NOVO SANTO ANTÔNIO, STO ANTÔNIO LEVERGER - MT - CEP: 78180-000 . CUIABÁ, 12 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002806-82.2019.8.11.0053
Parte(s) Polo Ativo:
ADNA VAZ RIBEIRO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MACIRLENE PEREIRA DOS SANTOS OAB - MT14232-O (ADVOGADO(A))
SANTIANY ALMEIDA DE SIQUEIRA CURVO OAB - MT0014889A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1002806-82.2019.8.11.0053 POLO ATIVO:ADNA VAZ RIBEIRO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MACIRLENE PEREIRA DOS SANTOS, SANTIANY ALMEIDA DE SIQUEIRA CURVO POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: STO ANTONIO LEVERGER - J.E - AUD. DE CONCILIAÇÃO Data: 21/05/2020 Hora: 16:00 , no endereço: LOGRADOURO: RODOVIA PAES DE BARROS, Nº S/N, TELEFONE: (65) 3341-1426, BAIRRO: NOVO SANTO ANTÔNIO, STO ANTÔNIO LEVERGER - MT - CEP: 78180-000 . CUIABÁ, 12 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002807-67.2019.8.11.0053
Parte(s) Polo Ativo:
ADNA VAZ RIBEIRO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SANTIANY ALMEIDA DE SIQUEIRA CURVO OAB - MT0014889A (ADVOGADO(A))
MACIRLENE PEREIRA DOS SANTOS OAB - MT14232-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1002807-67.2019.8.11.0053 POLO ATIVO:ADNA VAZ RIBEIRO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MACIRLENE PEREIRA DOS SANTOS, SANTIANY ALMEIDA DE SIQUEIRA CURVO POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: STO ANTONIO LEVERGER - J.E - AUD. DE CONCILIAÇÃO Data: 21/05/2020 Hora: 16:10 , no endereço: LOGRADOURO: RODOVIA PAES DE BARROS, Nº S/N, TELEFONE: (65) 3341-1426, BAIRRO: NOVO SANTO ANTÔNIO, STO ANTÔNIO LEVERGER - MT - CEP: 78180-000 . CUIABÁ, 12 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Comarca de São Félix do Araguaia

2ª Vara

Intimação

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000580-18.2019.8.11.0017
Parte(s) Polo Ativo:
ERMITA MARIA DE ALECRIM (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCIO CASTILHO DE MORAES OAB - MS7247 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA (RÉU)
MOTOGARCAS COMERCIO E PARTICIPACOES LTDA (RÉU)
Magistrado(s):
JANAINA CRISTINA DE ALMEIDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA CÍVEL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA DESPACHO Processo: 1000580-18.2019.8.11.0017. AUTOR(A): ERMITA MARIA DE ALECRIM RÉU: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA, MOTOGARCAS COMERCIO E PARTICIPACOES LTDA Vistos, etc. Antes de receber a inicial e analisar o pleito antecipatório, verifico que a Requerente ajuizou a presente demanda, a qual fora objeto de emenda posterior, olvidando-se em comprovar a negativa das requeridas na devolução dos valores já pagos. Verifica-se que o pleito antecipatório inicial visava a abstenção das requeridas em cobrar as parcelas em atraso, impedindo, dessa forma, a negativação da autora, sendo que este fora objeto de emenda posterior (ID n° 22450509), alterando-se a tutela para a devolução dos valores já pagos, devidamente atualizados. Entretanto, efetuando-se a emenda, não trouxe a autora documentos que comprovem que tenha efetuado o requerimento via administrativa para a devolução dos valores, sendo requisito essencial ao deferimento do pleito, vez que a inércia da parte, nesse sentido, não demonstra seu interesse de agir com relação ao objeto da liminar requestada. Dessa forma, intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, comprove nos autos a negativa das requeridas em devolver os valores efetivamente pagos, bem como junte aos autos documento que comprove o termo do contrato firmado posteriormente, sob pena de indeferimento da liminar. Intime-se. Cumpra-se. São Félix do Araguaia - MT, 10 de dezembro de 2019. JANAÍNA CRISTINA DE ALMEIDA Juíza de Direito

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Janaína Cristina de Almeida
Cod. Proc.: 35158 Nr: 1229-44.2012.811.0017
AÇÃO: Execução de Alimentos->Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Luciana Ribeiro Machado, WRG
PARTE(S) REQUERIDA(S): Miguel Barbosa Gomes
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Afonso Sueki Miyamoto - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos, etc.
Defiro em parte os pedidos de fl. 65, para o fim de determinar a penhora dos veículos indicados. Vale lembrar que, a penhora independe de termo, eis que a anotação da constrição constará no Sistema RENAJUD.
Indefiro o pedido de avaliação por Oficial de Justiça. Isso porque, de acordo com o artigo 871, IV, do Código de Processo Civil, dispensa-se a atuação de Oficial de Justiça ou de avaliador quando o valor de mercado do veículo possa ser obtido através da consulta a órgãos oficiais ou de anúncios de vendas, como sucede com o preço médio de veículos apresentado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, conhecido por "Tabela FIPE".
Feita as pesquisas, os valores médio de mercado dos veículos indicados à penhora segundo a Tabela FIPE seguem em anexo.
Intime-se a parte exequente para se manifestar quanto à avaliação dos veículos, no prazo de 05 (cinco) dias.
Intime-se o executado da penhora e da avaliação, para querendo opor-se à Execução por meio de Embargos, no prazo legal.
Intime-se. Cumpra-se.

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 2441 Nr: 443-83.2001.811.0017
AÇÃO: Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Ministério Público em São Félix do Araguaia
PARTE(S) REQUERIDA(S): Abi Roque de Lima
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Afonso Sueki Miyamoto - OAB:MT Nº 6443
CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO Intimação do advogado(a) AFONSO SUEKI MIYAMOTO, para devolução dos autos nº 443-83.2001.811.0017, Protocolo 2441, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de adoção das medidas cabíveis (Provimento 38/2015/CGJ).

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Janaína Cristina de Almeida
Cod. Proc.: 41715 Nr: 2141-70.2014.811.0017
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Adalberto José Benez, Fernanda Macitelli Benez
PARTE(S) REQUERIDA(S): Espólio de José Basso Biason
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Kadmo Martins Ferreira Lima - OAB:7039-B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Pelo exposto, julgo procedente o pedido, e adjudico em favor dos autores ADALBERTO JOSÉ BENEZ e FERNADA MACITELLI BENEZ, o imóvel descrito na petição inicial, objeto da matrícula nº 13.432, Livro 02, do 1º Tabelionato e Registro de Imóveis de São Félix do Araguaia (fls. 16/18), valendo a presente sentença como título apto ao registro do domínio. Por conseguinte, extingo o processo com exame do mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil. Após o trânsito em julgado, e depois de comprovado o recolhimento do imposto de transmissão e a regularidade dos recolhimentos dos impostos municipais incidentes sobre o imóvel, mediante exibição de certidão negativa, expeça-se carta de adjudicação em favor dos autores, destinada ao Registro Imobiliário.Condeno a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) do valor atualizado da causa.Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Janaína Cristina de Almeida
Cod. Proc.: 132142 Nr: 2009-76.2015.811.0017
AÇÃO: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: LAB, IVB
PARTE(S) REQUERIDA(S): LSW
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Daniela Caetano de Brito - OAB:OAM/MT Nº 9880
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
ISTO POSTO, julgo improcedente o pedido feito por LEANDRO AZEVEDO BARROS mantendo o valor da pensão alimentícia antes, extinguindo-se o processo com julgamento de mérito, nos termos do art. 487, I do CPC.Condeno o autor ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor atualizado da causa, observada a condição suspensiva de exigibilidade das obrigações decorrentes de sua sucumbência, eis que beneficiário da justiça gratuita (art. 98, §3º, do CPC. Ciência ao Ministério Público e Defensoria Pública.Transitado em Julgado, arquivem-se com as formalidades e baixas de estilo independentemente de nova determinação.Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 151742 Nr: 2527-27.2019.811.0017
AÇÃO: Carta Precatória->Cartas->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): José de Macedo Mendanha
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Nos termos da legislação vigente, impulsiono estes autos à extração de fotocópias necessárias para o devido cumprimento, servindo a cópia de mandado. Cumprida a finalidade, devolva-se com as anotações de estilo.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-66 REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE
Processo Número: 1000144-59.2019.8.11.0017

Parte(s) Polo Ativo:
FERREIRA VIANNA ADMINISTRADORA DE IMOVEIS LTDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA TEREZA CAETANO LIMA CHAVES OAB - GO20620 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA GERALDA DE CARVALHO (RÉU)
MARCELO ALVES DE CARVALHO (RÉU)
GUSTAVO ADOLPHO ALVES DE CARVALHO (RÉU)
ESPÓLIO DE ANTÔNIO ALVES DE CARVALHO (RÉU)
Magistrado(s):
JANAINA CRISTINA DE ALMEIDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA CÍVEL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA DECISÃO Processo: 1000144-59.2019.8.11.0017. AUTOR(A): FERREIRA VIANNA ADMINISTRADORA DE IMOVEIS LTDA RÉU: MARIA GERALDA DE CARVALHO, ESPÓLIO DE ANTÔNIO ALVES DE CARVALHO, MARCELO ALVES DE CARVALHO, GUSTAVO ADOLPHO ALVES DE CARVALHO Vistos. Trata-se de Ação Possessória na forma de Manutenção de Posse, proposta por Ferreira Vianna Administradora de Imóveis Ltda - ME, em face de Maria Geralda de Carvalho e Outros, todos qualificados na inicial. Aduz o Requerente ser legítimo proprietário e possuidor da área rural denominada Fazenda São Gustavo, lindeira a Fazenda Damasco, de propriedade dos Requeridos. O autor teria realizado o georreferenciamento da área após a decisão emanada nos autos de cód. 2074-76.2012.811.0017 (suscitação de dúvida), por volta do ano de 2015. Em 2017 a Sr.ª Maria Geralda de Carvalho, representando o espólio do proprietário da Fazenda Damasco, teria firmado declaração de reconhecimento de limite entre as propriedades limítrofes. Dessa forma, posteriormente, os antecessores do requerente teriam notificado os requeridos que iria construir a cerca divisória, tendo a realizado em fevereiro de 2018. Entretanto, em 04 de agosto de 2018 os requeridos vieram a destruir a cerca divisória, em ato de desrespeito ao georreferenciamento realizado que, inclusive, veio a ser posteriormente reconhecido o limite pela Sr.ª Maria Geralda. Dessa forma, o Requerente pugnou pela concessão de liminar de manutenção da posse em seu favor, obrigando-se os requeridos a se absterem de destruírem a cerca divisória. Em decisão de ID n° 19059207 fora determinado a realização de Auto de Constatação, o qual foi juntado no documento n° 20288225. Este Juízo determinara a elaboração de novo auto de constatação, a fim de se registrar com maiores detalhes, a fim de suprir os fatos que restaram controvertidos/obscuros (ID n 23891492). Em razão disso, foi realizado nova constatação na área delimitada na exordial, conforme denota-se dos documentos n° 24335766 e 24338022. Vieram-me os autos conclusos. É o breve relato. Fundamento. DECIDO. A liminar é medida excepcional que adianta a provisão final da prestação jurisdicional com cunho satisfativo, desde que presentes os requisitos e pressupostos determinados pela lei processual. Para a concessão de liminar em possessória, necessária a presença dos permissivos elencados no artigo 561 do CPC in verbis. Art.561 – Incumbe ao autor provar: I – a sua posse; II – a turbação ou o esbulho praticado pelo réu; III – a data da turbação ou do esbulho; IV – a continuação da posse, embora turbada, na ação de manutenção; a perda da posse, na ação de reintegração. Segundo lições do festejado doutrinador Sílvio de Salvo Venosa, a posse é um estado de aparência, que em face de sua importância no mundo dos fatos, tem a proteção do ordenamento jurídico, visto que exterioriza um ou todos os poderes da propriedade. Vejamos o seu conceito nas palavras do doutrinador: "Por essa razão, nosso código apresenta vantagens em relação a outras legislações na conceituação do art. 1.196 (antigo, art. 485). Essa disposição não se refere aos direitos reais, mas a poderes inerentes ao domínio ou à propriedade: Considera-se possuidor todo aquele que tem de fato o exercício, pleno, ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade. Com isso, o legislador trouxe para o mundo jurídico o fato da posse. Antes de entrar no mundo jurídico, a posse é apenas um fato". (VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil. Direitos Reais. 4. ed. atual. de acordo com o Código Civil de 2002. Estudo Comparado com o Código Civil de 1916. São Paulo. Atlas S.A. 2004. pg. 62) Dito isso, contata-se que os requisitos legais da posse, assim como a ocorrência e data da turbação, restaram demonstrados em sede de cognição sumária. A probabilidade do direito restou evidenciada, pois da análise da documentação que acompanha a inicial é possível aferir que o autor exerce a posse sobre a Fazenda objeto da ação, sendo confirmado robustamente nos autos, com destaque ao processo de suscitação de dúvida n° 2074-76.2012.811.0017- Cód. 35979, no qual as partes buscavam regularizar os limites entre suas propriedades. Nesse sentido, tem-se que o foco central do presente feito, recai, sobremaneira, na mesma questão objeto da suscitação de dúvida, qual seja, a área de divisa das propriedades. Friso aqui que a presente demanda visa apenas ao reconhecimento do exercício da posse sobre a área, sendo que, para delimitação da área, devem as partes recorrerem a ação específica para o caso. Corroborando a posse do Requerente sobre a área, temos o comprovante de inscrição no CAR datado de 10/08/2017 (ID n° 18402380 – fls. 26/27), bem como relatório do engenheiro agrimensor Pedro Silvério Duarte, que realizara o georreferenciamento da área, no ano de 2009, no qual atestou que o proprietário do imóvel, Sr. Geraldo Ferreira Viana, era quem teria auxiliado no reconhecimento das divisas da propriedade (ID n° 18402355). Nesse sentido, temos, ainda, os autos de constatação realizados nos autos (Ids n° 20288225 e 24335766), no qual o requerido confirma ser lindeiro ao requerente, bem como o alegado pelos Senhores Elizandro Gabriel Cardoso, Evaristo Nascimento e Vilson Barbosa dos Santos, os quais atestaram que a construção da cerca fora realizada pelo proprietário da Faz. São Gustavo, demonstrando o exercício de sua posse até aquela limitação. Ainda, o Oficial de Justiça constatara que nas áreas onde estava situada a cerca, somente a área da Faz. São Gustavo é que possuía sinais/vestígios de utilização, vez que havia serviço de máquina, com abertura de pastagem. Do mesmo modo, ficou caracterizado a turbação e a data da sua ocorrência, conforme Boletim de Ocorrência (ID n° 18402374 – fls. 01/02), Relatório de Investigação do Local do Crime (ID n° 18402380 – fls. 26/27), filmagens e fotos realizadas na área demonstrando a cerca derrubada (IDs n° 18402387, 18402389, 18402694, 18402699 e 18402705), corroborados pelo auto de constatação de ID n° 24335766/24338022. Destarte, a definição da data do esbulho é de extrema relevância para a concessão de liminar em ação possessória, haja vista que caso a posse seja velha (mais de ano e dia), não cabe a aludida medida liminar, conforme dispõe o artigo 558 do Código de Processo Civil, in verbis: Art. 558. Regem o procedimento de manutenção e de reintegração de posse as normas da Seção II deste Capítulo quando a ação for proposta dentro de ano e dia da turbação ou do esbulho afirmado na petição inicial. No caso em apreço, o Requerente, em sede de cognição sumária, conseguiu demonstrar que a turbação ocorreu há menos de ano e dia do ajuizamento da ação (agosto de 2018 – B.O. ID n° 18402374), preenchendo, portanto, todos os requisitos do artigo 561 do Código de Processo Civil; por conseguinte, o pedido de liminar merece guarida. Logo, considerando a coerência dos fatos relatados e os documentos juntados, entendo ser o caso de concessão do pedido liminar, porquanto presentes o fumus boni iuris e o periculum in mora. Neste toar de ideias, com base em juízo de probabilidade da existência do direito, evidenciadas a posse da parte autora sobre a área em litígio e o esbulho pelo requerido há menos de ano e dia do ajuizamento da ação, a concessão da liminar é medida que se impõe. Nesse sentido é o entendimento do e. TJMT: AGRAVO DE INSTRUMENTO – INTERDITO PROIBITÓRIO – LIMINAR CONCEDIDA PELO JUÍZO "A QUO" – VIABILIDADE – PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS – AUSÊNCIA DE PROVAS QUE DESCONTITUAM A DECISÃO RECORRIDA – ARTIGO 927 DO CPC – POSSE E TURBAÇÃO DEMONSTRADAS DE ACORDO COM O LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO DO MAGISTRADO – MANUTENÇÃO DA DECISÃO – AGRAVO DESPROVIDO. A concessão de liminar em feitos possessórios traduz o convencimento provisório e precário do Magistrado que, com as provas trazidas, forma o seu livre convencimento motivado. Não havendo demonstração de ilegalidade patente, não deve ser alterada a decisão liminar, mormente porque, durante a instrução, cabe às partes envolvidas trazerem subsídios que construam o seu direito material. Restando demonstrado o preenchimento dos requisitos do artigo 927 do CPC/1973, norma em vigor na época dos fatos, impõe-se o deferimento do pleito liminar, nas ações de interdito proibitório. (AI 94113/2016, DES. SEBASTIÃO BARBOSA FARIAS, PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 29/11/2016, Publicado no DJE 05/12/2016) DECIDO: Por todo o exposto, com fundamento no art. 562 do Novo Código de Processo Civil, DEFIRO a liminar pleiteada, para o fim de conceder a Manutenção do autor na posse da área da Fazenda São Gustavo – Gleba B (matrícula 16.832), turbada pelos Requeridos com a derrubada da cerca. Por conseguinte, determino que o requerido se abstenha de praticar qualquer ato espoliativo ou turbativo na posse que a parte autora exerce sobre referida área, inclusive com relação à reconstrução da cerca

divisória no local exato da anterior, sob pena de, assim não o fazendo, incorrer em multa diária de R$ 2.000,00 (dois mil reais), com o limite de R$ 70.000,00 (setenta mil reais), para o caso de descumprimento da ordem e sem prejuízo da resposta criminal à transgressão da ordem judicial. Expeça-se o Mandado Cominatório, que deverá ser cumprido em diligência, com reforço policial, se necessário for, cabendo ao executor da Ordem Judicial, todo o cuidado que se poderia exigir em situações desta natureza, evitando-se, o quanto possível, o conflito com os requeridos. Caso haja necessidade de reforço policial, requisite-se mediante ofício ao Comando da Polícia Militar desta Comarca. Cite-se a parte requerida para, querendo, contestar a ação no prazo de 15 (quinze) dias. Após a contestação, intimem-se os requerentes para, em igual prazo, impugnar contestação. Ultrapassados os prazos, com ou sem manifestação, tornem-me os autos conclusos para análise. Cumpra-se. Intimem-se. Expeça-se o necessário. Às providências. São Félix do Araguaia – MT, 10 de dezembro de 2019. JANAÍNA CRISTINA DE ALMEIDA Juíza de Direito

Comarca de São José dos Quatro Marcos

Vara Única

Intimação

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000138-83.2019.8.11.0039
Parte(s) Polo Ativo:
KATIA GOMES DA SILVA AMARO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ALAN CESAR DA COSTA OAB - MT15033/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESPOLIO DE ODILON JUNQUEIRA (RÉU)
ESPOLIO DE TERCILIA LOPES JUNQUEIRA (RÉU)
LEIA APARECIDA JUNQUEIRA (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Passivo:
BRUNO RICCI GARCIA OAB - MT15078-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS SENTENÇA Processo: 1000138-83.2019.8.11.0039. AUTOR(A): KATIA GOMES DA SILVA AMARO ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL: LEIA APARECIDA JUNQUEIRA RÉU: ESPOLIO DE TERCILIA LOPES JUNQUEIRA, ESPOLIO DE ODILON JUNQUEIRA Vistos. KATIA GOMES DA SILVA AMARO, ajuíza Ação de Adjudicação Compulsória em face do espólio de TERCILIA LOPES JUNQUEIRA e ODILON JUNQUEIRA, representados nos autos de inventário pela inventariante, LEIA APARECIDA JUNQUEIRA, todos devidamente qualificados nos autos. Aduziu em apertada síntese que, os requeridos são proprietários de um imóvel urbano, Lote 04 da Quadra 04, situado no Loteamento denominado JARDIM VISTA ALEGRE, neste município, com a área de 527,68 m2; cujos limites e confrontações encontram-se descritos na Certidão de Inteiro Teor em anexo (ID n. 18275662); havido conforme Matrícula n. 10.475, do Lirvo n. 02, em 16/01/1992, Cartório do 1° Ofício de Registro Geral de Imóveis da Comarca de Mirassol D'Oeste-MT. Ressaltou nos autos que o referido lote já fora vendido há mito tempo para o requerente conforme se verifica no recibo e contrato em anexo, no entanto, nunca fora transmitido a referida venda. Requereu a procedência do pedido para o fim de que seja adjudicado o bem imóvel apontado na exordial em favor da parte autora. Audiência conciliatória realizada em 12 de junho de 2019, restando frutífera a conciliação, sendo o requerido manifestado favorável aos termos da inicial, resolvendo as partes a lide e consequente homologação do acordo entabulado. As partes, ainda, acordam a dispensa do direito à cobrança de custas processuais e honorários advocatícios. Vieram-me os autos conclusos. É o relatório. Fundamento e Decido. À luz dos poderes de direção conferidos ao Juiz na condução da demanda, com permissivo legal no artigo 355, I, do Código de Processo Civil, conheço diretamente do pedido e passo a julgar antecipadamente a lide. Como é cediço, o julgamento antecipado homenageia o princípio da economia processual, permitindo uma rápida prestação da tutela jurisdicional às partes e à comunidade, evitando-se longas e desnecessárias instruções. Observo que, devidamente citada, a requerida em momento oportuno concordou com o deferimento da adjudicação do lote supramencionado aos requerentes. Destarte, em casos tais, a solução célere decorre não de faculdade do Estado-juiz, mas de imperativo legal, cogente, público e inderrogável. Inicialmente, imperioso salientar que o instituto da adjudicação compulsória decorre do direito do promitente comprador em obter a outorga da escritura definitiva do imóvel em virtude da recursa do promitente vendedor. Sobre o tema, lecionam Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho: "O contrato de Promessa ou Compromisso de Compra e Venda é um contrato preliminar que tem como objeto um contrato futuro de venda e compra. Por meio dele, o vendedor continua titular do domínio que somente será transferido após a quitação integral do preço, constituindo excelente garantia para o alienante." (GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil - Contratos em Espécie, vol. IV, 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 75). E ainda acrescentam: "O grande diferencial da Promessa Irretratável de Compra e Venda é, indubitavelmente, a possibilidade de adjudicação compulsória do bem, decorrente de sua eficácia real." (GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil - Contratos em Espécie, vol. IV, 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 83). Tal faculdade encontra amparo legal no art. 1417 do Código Civil que assim dispõe: "Art. 1417: Mediante promessa de compra e venda, em que se não pactuou arrependimento, celebrada por instrumento público ou particular, e registrada no Cartório de Registro de Imóveis, adquire o promitente comprador direito real à aquisição do imóvel". Diante do exposto, HOMOLOGO o acordo de ID n. 20846795 para que produza seus jurídicos e legais efeitos e, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, o que faço com arrimo no art. 487, I, do Código de Processo Civil, para adjudicar o imóvel urbano situado: Lote 04 da Quadra 04, situado no Loteamento denominado JARDIM VISTA ALEGRE, neste município, com a área de 527,68 m2; cujos limites e confrontações encontram-se descritos na Certidão de Inteiro Teor em anexo (ID n. 18275662); havido conforme Matrícula n. 10.475, do Lirvo n. 02, em 16/01/1992, Cartório do 1° Ofício de Registro Geral de Imóveis da Comarca de Mirassol D'Oeste-MT, em favor da autora. Condeno a parte autora ao pagamento de custas e despesas processuais, se houver. Após o trânsito em julgado, expeça-se carta de adjudicação do bem constado em favor da requerente. Arquive-se, com as baixas e anotações de estilo. Publique-se. Registre-se (art. 317, § 4º Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI). P. R. I. C. São José dos Quatro Marcos-MT, 23 de setembro de 2019. Lílian Bartolazzi L. Bianchini Juíza de Direito

Expediente

Intimação das Partes
JUIZ(A): Lílian Bartolazzi Laurindo Bianchini
Cod. Proc.: 24692 Nr: 311-08.2011.811.0039
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: OLINDA DE PAULA
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Rodolfo Marconi Amaral - OAB:OAB/MT 21464/0, VALERIA APARECIDA SOLDA DE LIMA - OAB:9495
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LILIANE TAISE CAMPANELLI OHARA - OAB:PROCURADORA FED
AUTOS Nº311-08.2011.811.0039
CÓDIGO Nº 24692
Vistos em correição nos termos da PORTARIA Nº 021/2018-CA.
Processo em ordem.
Diante da complexidade do feito, voltem os autos conclusos para análise após decorrido o período correicional, com prioridade.
Cumpra-se.
São José dos Quatro Marcos/MT, 18 de setembro de 2018.
Lílian Bartolazzi L. Bianchini
Juíza de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Lílian Bartolazzi Laurindo Bianchini
Cod. Proc.: 20860 Nr: 1024-51.2009.811.0039
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): LÁZARO RAMOS DOS SANTOS - ESPÓLIO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DEUSDETE PEDRO DE OLIVEIRA -

OAB:2530/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANATOLY HODNIUK JUNIOR - OAB:MT 7963, WAGNER PERUCHI DE MATOS - OAB:9865/MT

AUTOS Nº. 1024-51.2009.811.0039.

CÓDIGO Nº. 20860

1. Vistos.

2. Procedam-se as retificações pertinentes, eis que o presente feito trata-se, agora, de cumprimento de sentença.

3. Intime-se o devedor para pagar o valor indicado na petição retro, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo ser consignado que a ausência do pagamento em tal interregno, importara na aplicação da multa e de honorários de advogado, indicados no artigo 523, § 1º, do Código de Processo Civil, sem prejuízo da expedição de mandado de penhora e avaliação.

4. Efetuado o pagamento parcial da obrigação perseguida, a multa e os honorários referenciados incidirão sobre o restante, consoante determina o parágrafo 2º, do art. 523, do Código de Processo Civil.

5. Ressalto que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias, para o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação (Código de Processo Civil, art. 525).

6. Intime-se.

7. Expeça-se o necessário.

8. Cumpra-se.

São José dos Quatro Marcos/MT, 07 de maio de 2019.

Lílian Bartolazzi L. Bianchini

Juíza de Direito

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A): Renato José de Almeida Costa Filho

Cod. Proc.: 63200 Nr: 1268-67.2015.811.0039

AÇÃO: Procedimento do Juizado Especial Criminal - Sumariíssimo->Processo Especial de Leis Esparsas->Processo Especial->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PARTE(S) REQUERIDA(S): ANTÔNIO CARLOS BEZERRA MORON

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JEFFERSON LUIS FERNANDES BEATO - OAB:3057/MT

Visto e bem examinado.

Trato de AÇÃO PENAL em que o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO apresentou manifestação no sentido de intimação da defesa técnica, a fim de que se manifeste sobre insistir ou não na inquirição da testemunha da defesa ADEVAIR AVELINO DA SILVA, o qual INDEFIRO.

Considerando que essa testemunha já foi ouvida na audiência realizada em 24/1/2018, pois consta nas ocorrências que "Aberta a audiência, foi constatada a presença das partes supra citadas. Em seguida fora procedida a oitiva das testemunhas/vítimas Ivone Dias da Silva, Lorival Ximenes Remedi, Luciano dos Reis Duarte Ferreira, Paulo Sergio dos Santos Pereira, Adevair Avelino da Silva e procedido o interrogatório do acusado", com firma/assinatura dela no Termo de Comparecimento e Compromisso, dou por encerrada a instrução de DETERMINO que os autos sejam enviados/remetidos, sucessivamente, à acusação e, após, intimada a(s) defesa(s) para que apresentem essas por memorial, no prazo de 5 (cinco) dias. Por fim, os autos deverão ser conclusos para que seja proferida a sentença - CPP, art. 404 e parágrafo único, com redação dada pela Lei n. 11.719, de 2008; CNGC, art. 1.412.

Cumpra.

Às providências.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Lílian Bartolazzi Laurindo Bianchini

Cod. Proc.: 85735 Nr: 485-70.2018.811.0039

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: MARIA JOANA DOS SANTOS

PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANDREZA ANGELICA D'AMICO DA SILVA - OAB:OABMT-22.687-O, ARNALDO DE SOUZA - OAB:11283

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Lívia Patriota de Holanda - OAB:

34.Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE a CONCEDER o benefício de aposentadoria rural por idade a Maria Joana Do Santos, no valor de 01 (um) salário mínimo, inclusive 13º (décimo terceiro) salário. 35.CONCEDO o benefício de aposentadoria rural por idade, desde a data do indeferimento do requerimento administrativo, qual seja 17/08/2016.36.Tendo em vista a verossimilhança dada pelas próprias razões da sentença e o perigo da demora consistente no nítido caráter alimentar do benefício, CONCEDO TUTELA ANTECIPADA para o fim específico de determinar ao INSS que implante o benefício ora concedido no prazo de 30 (trinta) dias.37.Quanto às prestações vencidas desde então, acaso existentes, serão devidos: a) correção monetária a partir do vencimento de cada parcela, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC); b) e juros moratórios, nos mesmos moldes aplicados à caderneta de poupança. 38.Isento a autarquia requerida do pagamento das custas judiciais em razão do comando normativo consignado no art. 1º, §1º da Lei nº 9.289/1.996 c/c o art. 8º, § 1º da Lei nº 8.620/1.993 c/c o art. 3º, inciso I da Lei Estadual nº 7.603/2.001.39.Condeno ainda o requerido ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, no importe de 10% sob o valor da condenação.40.Não havendo recurso voluntário, certifique-se o trânsito em julgado da sentença e, após, proceda-se com a liquidação da sentença. Caso o valor da condenação não ultrapasse 1.000 (mil) salários-mínimos, nos termos do art. 496, §3º, I, CPC, arquivem-se os autos.41.Às providências.42.Publique-se. 35 valendo este como termo de comparecimento e compromisso em relação à(s) testemunha(s), a(s) qual(ais) foi(ram) devidamente compromissada(s) na forma legal pela Meritíssima Juíza Lílian Bartolazzi Laurindo Bianchini, antes de prestar(em) depoimento, estando todo o depoimento registrado em áudio e vídeo nos termos Provimento 041/2016 da Corregedoria Geral da Justiça. São José dos Quatro Marcos-MT, 04 de setembro de 2019.Testemunha(s):1

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Lílian Bartolazzi Laurindo Bianchini

Cod. Proc.: 75081 Nr: 10-51.2017.811.0039

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: CLARICE MARINA LANZONI

PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: RAFAELLA LANZONI BUENO - OAB:59615

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

AUTOS Nº 10-51.2017.811.0039

CÓDIGO 75081

Vistos.

1. Retifique-se no Cartório Distribuidor e no Setor de Cadastro a capa dos autos, fazendo registrar que o feito já se encontra na fase de Cumprimento de Sentença, nos termos do artigo 513 e seguintes do CPC.

2. Após, nos termos do artigo 535, do Código de Processo Civil, intime-se a Autarquia Federal para que, caso queira, impugnar o cumprimento de sentença, no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhando demonstrativo do débito.

3. Se não houver impugnação, ou caso a executada concorde com o cálculo apresentado, certifique-se e independentemente de nova decisão, expeça-se ofício requisitório ou precatório ou, se for o caso, será determinado que a autoridade responsável pela autarquia executada proceda ao pagamento da obrigação de pequeno valor, não aplicando-se a multa prevista no §1º, do art. 523, do Código de Processo Civil, bem como, incidindo honorários advocatícios nos termos do § 7º, do art. 85, também do CPC.

4. Cumpra-se.

5. Intime-se.

São José dos Quatro Marcos-MT, 04 de outubro de 2019.

Lílian Bartolazzi L. Bianchini

Juíza de Direito

Edital de Citacao

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 69838 Nr: 1179-10.2016.811.0039

AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PARTE(S) REQUERIDA(S): AMARILDO LAFAETE OLIVEIRA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: HERRIGTHON MORBECK SANTOS DE OLIVEIRA - OAB:20.945, THIAGO RANNIERE RODRIGUES DE SOUSA - OAB:68827

Edital de Notificação - Terceiros e Interessados ME149

Prazo do Edital:20

Nome do(a) Citando(a):Denunciado(a): Amarildo Lafaete Oliveira, Cpf: 01443831107, Rg: 1.977.152-5 SSP MT Filiação: Antônio Oliveira e Maria Aparecida Zaura, data de nascimento: 11/05/1987, brasileiro(a), natural de Toledo-PR, casado(a), motorista, Endereço: Rua Juruti, Nº 4253, Bairro: Tancredo Neves, Cidade: Rondonópolis-MT

Resumo da Incial:EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA DA COMARCA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS IP nº 1179-10.2016.811.0039 – 69838 Simp n°.000933-084/2016 O NISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO, por intermédio da Promotora de Justiça que esta subscreve, vem respeitosamente perante Vossa Excelência oferecer E N Ú N C I A contra AMARILDO LAFAETE OLIVEIRA, vulgo "Goiabinha", portador do RG nº 19771525 SSP/MT, inscrito no CPF/MF sob o nº 014.438.311.07, nascido aos 11/05/1987, filho de Antônio Oliveira e Maria Aparecida Zaura, residente na Rua Juruti, nº 4253, Tancredo Neves, Rondonópolis/MT, telefone (65) 9.9972-2160. Pela prática dos seguintes fatos FATO: Consta dos inclusos autos de inquérito policial que no dia 02 de junho de 2016, no período noturno, por volta das 02h45m, na Rodovia MT 175, próximo ao Laticínio Vencedor, Zona Industrial, nesta Comarca de São José dos Quatro Marcos, AMARILDO LAFAETE OLIVEIRA, vulgo "Goiabinha", mediante destruição/rompimento de obstáculo, arrombou o veículo Uno Mille Way Econ, placa NJU - 6604, e dali subtraiu, para si ou outrem, coisa alheia móvel consistente em 01 (um) celular, LG E615, cor branca, 01 (um) pen drive, Sandisk, 4gb, cor vermelho, avaliados na quantia de R$ 300,00 (trezentos reais), consoante laudo de avaliação de objeto de fls. 28, pertencentes à vítima Amilton Sodré Dominicano. 2° FATO: Consta ainda que, nas mesmas circunstâncias de tempo e local, AMARILDO LAFAETE OLIVEIRA, vulgo "Goiabinha", mediante destruição/rompimento de obstáculo, arrombou o veículo Saveiro CL e dali subtraiu, para si ou outrem, coisa alheia móvel consistente em 01 (uma) bolsa, cor bege, 01 (um) pen drive Sandisk, 4gb, cor vermelho, 01 (um) aparelho de som, marca Pionner, 03 (três) frascos de tinta Spray, Chemi Color, 01 (um) frasco de tinta Spray, Renner, 01 (um) transmissor para controle de som automotivo, Stetsom, avaliados na quantia de R$ 608,00 (seiscentos e oito reais), consoante laudo de avaliação de objeto de fls. 28, pertencentes à vítima Thiago Simão do Nascimento. Fazem esclarecer as investigações policiais que, nas circunstâncias de tempo e local acima narradas, AMARILDO LAFAETE OLIVEIRA, vulgo "Goiabinha", arrombou os referidos veículos no local de estacionamento da festividade "Expomarcos", e dali subtraiu os objetos acima descritos. Ato contínuo, a guarnição da polícia militar foi acionada por populares, que presenciaram os furtos e descreveram as características físicas do seu autor e, em diligências, os policiais lograram localizar o suspeito em seu caminhão, nas proximidades do local do delito e, na revista do automotor e pessoal, foram encontradas os réus furtiva, que foram devidamente reconhecidas pelas vítimas. Diante do exposto, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso denuncia AMARILDO LAFAETE OLIVEIRA, vulgo "Goiabinha", como incurso nas sanções do art. 155, § 4°, inciso I, por duas vezes, na forma do artigo 69, todos do Código Penal, razão pela qual requer seja a presente inicial recebida, registrada e autuada, citando-o para apresentar resposta à acusação (artigo 396 CPP) e se ver processar, prosseguindo-se nos demais termos e atos processuais, tudo com observância das regras insculpidas no artigo 394 e seguintes do Código de Processo Penal, devendo ao final ser condenado. Requer-se, por fim, a intimação das testemunhas abaixo arroladas para oportuna oitiva, sob as penas da lei. Ministério Público do Estado de Mato Grosso Promotoria de Justiça de São José dos Quatro Marcos

Decisão/Despacho:AUTOS Nº 1179-10.2016.811.0039

CÓDIGO 69838

1. Vistos.

2. Trata-se de Ação Penal movida pelo Ministério Público Estadual em face de AMARILDO LAFAETE OLIVEIRA, pela prática, em tese, dos delitos tipificados no art. 155, § 4º, inciso I (por 02 [duas] vezes), c/c art. 69, ambos do Código Penal.

3. Considerando que o recebimento da denúncia ocorreu em 11/07/2016 (ref. 04) e que até a presente data o denunciado não fora citado acerca da presente persecução criminal, DETERMINO à Secretaria Judicial que proceda com a CITAÇÃO do acusado, na forma editalícia, para responder à acusação, por escrito, no prazo 10 (dez) dias, nos termos do art. 396-A do CPP, incluído pela Lei 11.719/08.

4. Decorrido in albis o referido prazo e certificada a não apresentação da defesa, dê-se vistas dos Autos ao Ministério Público para manifestação.

5. Após, voltem-me os Autos para deliberações.

6. Cumpra-se.

São José dos Quatro Marcos/MT, 08 de novembro de 2019.

Lílian Bartolazzi L. Bianchini

Juíza de Direito

Nome e cargo do digitador:Vera Lúcia Borges da Silva, Auxiliar Judiciaria.

Nº Ord. Serv. aut. escrivão assinar:

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Lílian Bartolazzi Laurindo Bianchini

Cod. Proc.: 79473 Nr: 2045-81.2017.811.0039

AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução Trabalhista->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: AÇOFER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.

PARTE(S) REQUERIDA(S): RODRIGUES DOS SANTOS & ABREU S LTDA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA - OAB:4032

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

1. Vistos.

2. Trata-se de Execução de Alimentos.

3. Citado o requerido para efetuar o pagamento no prazo legal, quedou-se inerte.

4. Houve pedido para o imediato bloqueio/penhora de numerários e valores encontrados em conta bancária para a satisfação do crédito do Exequente.

5. Informou o contador judicial tratar-se do valor de R$33.489,00 (trinta e três mil quatrocentos e oitenta e nove reais), título que a parte autora executa no presente momento.

6. O pedido deve ser deferido, pois visa o bloqueio de numerário, limitado ao valor executado, para viabilizar o prosseguimento da execução, evitando que se torne inócua.

7. Ademais, de se anotar que, consoante orientação do STJ, e penhora on-line "não ofende a gradação prevista no art. 655 do CPC e nem o princípio da menor onerosidade da execução disposto no art. 620 do CPC". (Ag.Rg. no Ag. Nº 935.082 – RJ Relator Ministro Fernando Gonçalves. Quarta Turma. Data do Julgamento: 19.02.2008.

8. Posto isto, defiro o pedido de bloqueio na Conta Corrente do Executado no valor de R$33.489,00 (trinta e três mil quatrocentos e oitenta e nove reais).

9. Informo que a ordem para o bloqueio do valor já foi enviada pelo Sistema Bacenjud na data de 07/11/2019 e, em resposta obtida em 22/11/2019 (conforme documento em anexo), foi cumprida parcialmente a penhora on-line.

10. DETERMINO a intimação da parte executada para que se manifeste, no prazo de 10 dias acerca do que entender de direito.

11. Após, transcorrido o prazo, o que deverá ser certificado, intime-se a parte exequente para manifestar-se nos autos.

12. Intime-se.

13. Cumpra-se.

São José dos Quatro Marcos-MT, 22 de novembro de 2019.

Lílian Bartolazzi L. Bianchini

Juíza de Direito

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A): Lílian Bartolazzi Laurindo Bianchini

Cod. Proc.: 57574 Nr: 1893-38.2014.811.0039

AÇÃO: Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PARTE(S) REQUERIDA(S): VILSON DE SOUZA GOMES

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: WILLIAN CATARINO SOARES - OAB:RO 5664

Diante do exposto, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTEFIXO A PENA DEFINITIVA em 01 (um) ano e 02 (dois) meses de reclusão e 11 (onze) dias-multa, que devem ser calculados à base de 1/30 do salário mínimo vigente à época dos fatos.Com fundamento no art. 33, § 2º, "c", do Código Penal, verificada a primariedade do condenado, deverá iniciar o cumprimento da pena privativa de liberdade definitiva dosada em regime ABERTO.Observando ainda o disposto no art. 44, I, II e III, e na forma do art. 46, ambos do Código Penal, percebe-se que o réu atende os requisitos

necessários à substituição da pena privativa de liberdade a ele aplicada por penas restritivas de direito, por se mostrar adequada à sua ressocialização, conforme restou demonstrado nos autos. Portanto, SUBSTITUO A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE , consoante autoriza os artigos 1.604, inciso III, 1.605, inciso II e 1.609, § único da CNGC.Deixo de suspender a pena aplicada ao acusado, nos termos do art. 77 do Código Penal, por já ter sido realizada sua substituição por pena restritiva de direitos.2. DAS DISPOSIÇÕES FINAISReconheço ao réu o direito de apelar em liberdade, pois não se vislumbra existirem as condições à decretação de sua prisão preventiva, ou seja, encontram-se, nesta fase, ausentes os requisitos insertos no art. 312 do Código de Processo Penal que ensejariam a decretação da segregação cautelar do acusado.Nos termos do artigo 3º, inciso II da Lei Estadual nº 7.603/01, o réu é isento do pagamento de emolumentos, despesas e custas.Intime-se o réu pessoalmente da sentença, nos moldes do art. 392, inciso II, do Código de Processo Penal.Oportunamente, após o trânsito em julgado, tomem-se as seguintes providências: A)lance-se o nome do réu no rol dos culpados; B)comunique-se ao TRE/MT para fins do art. 15, inciso III, CR/88;C)comuniquem-se os institutos de identificação estadual e federal;D)expeça-se guia de execução definitiva, nos termos do CNGC;E)arquivem-se os autos.P.R.I. Cumpra-se.São José dos Quatro Marcos-MT, 22 de novembro de 2019.Lílian Bartolazzi L. BianchiniJuíza de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Lílian Bartolazzi Laurindo Bianchini
Cod. Proc.: 99905 Nr: 3439-55.2019.811.0039
AÇÃO: Carta Precatória->Cartas->Outros Procedimentos->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MPDEDMG
PARTE(S) REQUERIDA(S): OJC
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: PEDRO RODRIGUES DA SILVA - OAB:16455
AUTOS Nº 3439-55.2019.811.0039
CÓDIGO 99905
1. Vistos.
2. Considerando que esta magistrada cumula a Vara Única desta Comarca de São José dos Quatro Marcos/MT (feitos cíveis e criminais) com a Vara Única da Comarca de Porto Esperidião/MT (feitos cíveis), faz-se necessária a readequação de pauta deste Juízo para racionalizar o trabalho desenvolvido em ambas unidades judiciais. Desta forma, REDESIGNO a audiência anteriormente agendada nestes autos para a data de 16 de DEZEMBRO de 2019, às 13h20min.
3. Intimem-se todos via e-mail, telefone ou qualquer outro meio hábil e rápido para o fim de que tomem ciência da presente redesignação evitando-se, deste modo, prejuízo para as mesmas.
4. Cumpra-se com URGÊNCIA, expedindo o necessário.
São José dos Quatro Marcos/MT, 09 de dezembro de 2019.
Lílian Bartolazzi L. Bianchini
Juíza de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 77779 Nr: 1203-04.2017.811.0039
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: M. B. DA SILVA PINHEIRO-ME, MARIA BERNADETE DA SILVA PINHEIRO, JOÃO PINHEIRO FILHO
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO BRADESCO S/A - MATRIZ
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CHARLES KLEBER RODRIGUES - OAB:OAB/MT 15.876, IZAIAS DOS SANTOS SILVA JÚNIOR - OAB:MT-11.849-B, SILVIO JOSÉ COLUMBANO MONEZ - OAB:MT 8996
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANDRE LUIZ C. N.RIBEIRO - OAB:12.560, MARCOS ANTÔNIO DE ALMEIDA RIBEIRO - OAB:5308-A
INTIMAÇÃO DOS ADVOGADO DAS PARTES PARA MANIFESTAR-SE ACERCA DA PROPOSTA DE HONORÁRIOS, JUNTADO DE REFERENCIA 60, NO PRAZO LEGAL

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 79374 Nr: 2006-84.2017.811.0039
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: TEREZINHA MARTINS DE OLIVIERIA
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: BRUNO RICCI GARCIA - OAB:15078, WAGNER PERUCHI DE MATOS - OAB:9865/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
CERTIDÃO DE IMPULSIONAMENTO Certifico que em cumprimento ao artigo 203, parágrafo 4º do C. P. C. e as disposições contidas na CNGC. Capítulo 2, Seção 17, item 2.17.4 – VI, impulsiono o presente feito, abrindo vistas ao advogado (a) da parte para manifestação no prazo legal.

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 57618 Nr: 1914-14.2014.811.0039
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JOSÉ VITÓRIO PAVIN
PARTE(S) REQUERIDA(S): SAGA JAPAN COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, NISSAN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: KLEBER DE SOUZA SILVA - OAB:OAB/MT 8002
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ALBADILO SILVA CARVALHO - OAB:24051/A, SELMA FERNANDES DA CUNHA - OAB:15600
INTIMAÇÃO DOS ADVOGADOS DAS PARTES, PARA MAINFIFESTAR-SE NOS PRESENTES AUTOS ACERCA DO LAUDO TECNICO PERICIAL JUNTADO DE REFERENCIA 202, NO PRAZO LEGAL

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 59513 Nr: 168-77.2015.811.0039
AÇÃO: Ação de Rito Sumário (art. 275 e ss do CPC)->MATÉRIA CÍVEL - 1ª INSTÂNCIA->Procedimento Criminal Militar->PROCESSO MILITAR
PARTE AUTORA: FLORINDO TONHOLO
PARTE(S) REQUERIDA(S): SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANATOLY HODNIUK JUNIOR - OAB:MT 7963
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JACKSON FREIRE JARDIM SANTOS - OAB:26992/A, LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO - OAB:OAB/MT 8506-A, LUIZ HENRIQUE VIEIRA - OAB:55.639-A
CERTIDÃO DE IMPULSIONAMENTO Certifico que em cumprimento ao artigo 203, parágrafo 4º do C. P. C. e as disposições contidas na CNGC. Capítulo 2, Seção 17, item 2.17.4 – VI, impulsiono o presente feito, abrindo vistas ao advogado (a) da parte para manifestação no prazo legal.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 26086 Nr: 1704-65.2011.811.0039
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: DEGMARCOS MACEDO DE OLIVEIRA, MANOEL ALVES PINA
PARTE(S) REQUERIDA(S): MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LUIZ GONZAGA DE MENEZES - OAB:MT 8620
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: PAULO HENRIQUE PIVOTTI JUNQUEIRA - OAB:24860/O
CERTIDÃO DE IMPULSIONAMENTO Certifico que em cumprimento ao artigo 203, parágrafo 4º do C. P. C. e as disposições contidas na CNGC. Capítulo 2, Seção 17, item 2.17.4 – VI, impulsiono o presente feito, abrindo vistas ao advogado (a) da parte para manifestação no prazo legal.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 51018 Nr: 889-34.2012.811.0039
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MAURO DE JOSÉ DE SOUZA

PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DIONE KAROLINE GONÇALVES HOLANDA - OAB:MT 20694, ELLEM CRISTHINE PETRELI DA COSTA - OAB:26830, Rodolfo Marconi Amaral - OAB:OAB/MT 21464/0, VALERIA APARECIDA SOLDA DE LIMA - OAB:9495

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

CERTIDÃO DE IMPULSIONAMENTO Certifico que em cumprimento ao artigo 203, parágrafo 4º do C. P. C. e as disposições contidas na CNGC. Capítulo 2, Seção 17, item 2.17.4 – VI, impulsiono o presente feito, abrindo vistas ao advogado (a) da parte para manifestação no prazo legal.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 52855 Nr: 626-65.2013.811.0039

AÇÃO: Procedimento Sumário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: FRANCIS MARIS CRUZ

PARTE(S) REQUERIDA(S): GILNEI CERETTA-ME, GILNEI CERETTA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: PATRÍCIA JORGE DA CUNHA VIANA DANTAS - OAB:MT-8014, RENATO RODRIGUES COUTINHO - OAB:MT 14393, WESLEY APARECIDO MARTINS FERREIRA - OAB:21095/O

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

CERTIDÃO DE IMPULSIONAMENTO Certifico que em cumprimento ao artigo 203, parágrafo 4º do C. P. C. e as disposições contidas na CNGC. Capítulo 2, Seção 17, item 2.17.4 – VI, impulsiono o presente feito, abrindo vistas ao advogado (a) da parte para manifestação no prazo legal.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 81255 Nr: 3025-28.2017.811.0039

AÇÃO: Ação de Cumprimento->Procedimentos Trabalhistas->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: DOUGLAS NAVES DA ROCHA, ANDREIA PADOVANI PARDINHO NAVES DA ROCHA, MAURÍCIO SILVA ROCHA, WELLISON NAVES DA ROCHA

PARTE(S) REQUERIDA(S): YMPACUTUS COMERCIAL LTDA, CARLOS NATANIEL WANZELER, CARLOS ROBERTO COSTA, JAMES MATTEW MERRIL

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: WAGNER RICCI DA SILVA - OAB:MT 21379-O

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

CERTIDÃO DE IMPULSIONAMENTO Certifico que em cumprimento ao artigo 203, parágrafo 4º do C. P. C. e as disposições contidas na CNGC. Capítulo 2, Seção 17, item 2.17.4 – VI, impulsiono o presente feito, abrindo vistas ao advogado (a) da parte para manifestação no prazo legal.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 83195 Nr: 4039-47.2017.811.0039

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: PEDRO FELICIANO DO NASCIMENTO

PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: BRUNO RICCI GARCIA - OAB:15078, WAGNER PERUCHI DE MATOS - OAB:9865/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

INTIMAÇÃO DO(S) ADVOGADO(S) DAS PARTES, PARA MANIFESTAR-SE NOS PRESENTES AUTOS, ACERCA DO LAUDO PERICIAL, NO PRAZO LEGAL.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 83805 Nr: 4364-22.2017.811.0039

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: APARECIDA MARQUES DOS SANTOS

PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARCO ANTONIO CORBELINO - OAB:9898

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

INTIMAÇÃO DO(S) ADVOGADO(S) DAS PARTES, PARA MANIFESTAR-SE NOS PRESENTES AUTOS, ACERCA DO LAUDO PERICIAL, NO PRAZO LEGAL.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 70316 Nr: 1331-58.2016.811.0039

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: CLEITON TIDO RIBEIRO, IRENI TIDO RIBEIRO

PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ROSIMAR DOMINGUES DOS REIS DOS SANTOS - OAB:OAB/MT 15.675/0

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

INTIMAÇÃO DO(S) ADVOGADO(S) DAS PARTES, PARA MANIFESTAR-SE NOS PRESENTES AUTOS, ACERCA DO LAUDO PERICIAL, NO PRAZO LEGAL.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 66985 Nr: 165-88.2016.811.0039

AÇÃO: Inventário->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: JDSG, SLGS

PARTE(S) REQUERIDA(S): JCDS-E

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MONICA LARISSE ALVES ARAUJO - OAB:14130

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

CERTIDÃO DE IMPULSIONAMENTO Certifico que em cumprimento ao artigo 203, parágrafo 4º do C. P. C. e as disposições contidas na CNGC. Capítulo 2, Seção 17, item 2.17.4 – VI, impulsiono o presente feito, abrindo vistas ao advogado (a) da parte para manifestação no prazo legal.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 86368 Nr: 829-51.2018.811.0039

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: MARIA DE LOURDES DA SILVA NASCIMENTO

PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: WAGNER PERUCHI DE MATOS - OAB:9865/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Lívia Patriota de Holanda - OAB:

CERTIDÃO DE IMPULSIONAMENTO Certifico que em cumprimento ao artigo 203, parágrafo 4º do C. P. C. e as disposições contidas na CNGC. Capítulo 2, Seção 17, item 2.17.4 – VI, impulsiono o presente feito, abrindo vistas ao advogado (a) da parte para manifestação no prazo legal.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 87360 Nr: 1315-36.2018.811.0039

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: ATAIR APARECIDO DE CARVALHO

PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: BRUNO RICCI GARCIA - OAB:15078, WAGNER PERUCHI DE MATOS - OAB:9865/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

INTIMAÇÃO DO(S) ADVOGADO(S) DAS PARTES, PARA MANIFESTAR-SE NOS PRESENTES AUTOS, ACERCA DO LAUDO PERICIAL, NO PRAZO LEGAL.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 88242 Nr: 1754-47.2018.811.0039
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: VILMA SOCORRO ATANAZIO DUTRA
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MÉRCIA VILMA DO CARMO - OAB:MT 8873
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
INTIMAÇÃO DO ADVOGADO, DA PARTE AUTORA PARA MANIFESTAR-SE NOS PRESENTES AUTOS, ACERCA RELATORIO SOCIOEDUCATIVOL, NO PRAZO LEGAL.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 88790 Nr: 1971-90.2018.811.0039
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: NELSON DOS SANTOS
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: SILVIO JOSÉ COLUMBANO MONEZ - OAB:MT 8996
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
INTIMAÇÃO DO(S) ADVOGADO(S) DAS PARTES, PARA MANIFESTAR-SE NOS PRESENTES AUTOS, ACERCA DO LAUDO PERICIAL, NO PRAZO LEGAL.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 90660 Nr: 2982-57.2018.811.0039
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: PAULO BATISTA MACHADO
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ROBERTA LAIANE PEREIRA SORATTO - OAB:22328/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LÍVIA PATRIOTA DE HOLANDA - OAB:25819-D
CERTIDÃO DE IMPULSIONAMENTO Certifico que em cumprimento ao artigo 203, parágrafo 4º do C. P. C. e as disposições contidas na CNGC. Capítulo 2, Seção 17, item 2.17.4 – VI, impulsiono o presente feito, abrindo vistas ao advogado (a) da parte para manifestação no prazo legal.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 91016 Nr: 3131-53.2018.811.0039
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: EDMAR ALVES SELES
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: WAGNER PERUCHI DE MATOS - OAB:9865/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
INTIMAÇÃO DO(S) ADVOGADO(S) DAS PARTES, PARA MANIFESTAR-SE NOS PRESENTES AUTOS, ACERCA DO RELATORIO SOCIECONOMICO, NO PRAZO LEGAL.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 92618 Nr: 3769-86.2018.811.0039
AÇÃO: Petição->Atos e expedientes->Outros Procedimentos->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MARCELO RODRIGUES BÔA
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DIONE KAROLINE GONÇALVES HOLANDA - OAB:MT 20694, JEANA VALERIA MENDES ALVES - OAB:20.246, VALERIA APARECIDA SOLDA DE LIMA - OAB:9495
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
INTIMAÇÃO DO(S) ADVOGADO(S) DAS PARTES, PARA MANIFESTAR-SE NOS PRESENTES AUTOS, ACERCA DO LAUDO PERICIAL, NO PRAZO LEGAL.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 92623 Nr: 3771-56.2018.811.0039
AÇÃO: Petição->Atos e expedientes->Outros Procedimentos->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: SANDRA REGINA ALVES ROSA
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DIONE KAROLINE GONÇALVES HOLANDA - OAB:MT 20694, VALERIA APARECIDA SOLDA DE LIMA - OAB:9495
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
INTIMAÇÃO DO(S) ADVOGADO(S) DAS PARTES, PARA MANIFESTAR-SE NOS PRESENTES AUTOS, ACERCA DO LAUDO PERICIAL, NO PRAZO LEGAL.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 92680 Nr: 3797-54.2018.811.0039
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ADENIL FARIA
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: WAGNER PERUCHI DE MATOS - OAB:9865/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
INTIMAÇÃO DO(S) ADVOGADO(S) DAS PARTES, PARA MANIFESTAR-SE NOS PRESENTES AUTOS, ACERCA DO LAUDO PERICIAL, NO PRAZO LEGAL.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Lílian Bartolazzi Laurindo Bianchini
Cod. Proc.: 67467 Nr: 319-09.2016.811.0039
AÇÃO: Execução de Alimentos->Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: PHAD
PARTE(S) REQUERIDA(S): ARLD
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DEFENSORIA PÚBLICA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS-MT - OAB:QUATRO MARCOS
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: WAGNER RICCI DA SILVA - OAB:MT 21379-O
1. Vistos.
2. Considerando a indicação de bens a serem penhorados, INDEFIRO o pleito de suspensão da CNH do executado.
3. Defiro o pedido no que se refere a penhora do bem descrito no item b), razão pela qual DETERMINO que proceda com a penhora e avaliação judicial do bem ali descrito, nos termos do art. 838 do CPC.
4. Com a vinda do laudo de penhora e avaliação, intimem-se as partes para que se manifestem, no prazo igual de 05 (cinco) dias.
5. Decorrido o prazo, sem manifestação, intime-se o devedor para que se manifeste acerca da formalização da penhora realizada, no prazo de 15 (quinze) dias.
6. Cumpra-se, expedindo o necessário.
São José dos Quatro Marcos/MT, 16 de outubro de 2019.
Lílian Bartolazzi L. Bianchini
Juíza de Direito

Comarca de Sapezal

Vara Única

Intimação

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1000773-44.2019.8.11.0078

Parte(s) Polo Ativo:
BARBARA CAMILA PAZ BARBOSA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIANA BRANDALY HUERGO FIDELIS OAB - MT26691/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A (REQUERIDO)

INTIMAÇÃO INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA ACERCA DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO DESIGNADA PARA O DIA 05/02/2020, ÀS 14 HORAS.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000133-41.2019.8.11.0078
Parte(s) Polo Ativo:
CICERO BARBOSA LIMA (AUTOR(A))
JOSE PAULO LEITE LIMA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ZILMA APARECIDA GONCALVES OAB - MT5150-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOAO DIAS FILHO (RÉU)
TEMATICA ENGENHARIA AGROFLORESTAL LTDA - ME (RÉU)

INTIMAÇÃO INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA ACERCA DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO DESIGNADA NOS AUTOS BEM COMO PARA EFETUAR O PREPARO E DISTRIBUIÇÃO DA CARTA PRECATÓRIA EXPEDIDA, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS.

Intimação Classe: CNJ-14 CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
Processo Número: 1001050-60.2019.8.11.0078
Parte(s) Polo Ativo:
FLAVIO CESAR SMANIOTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS ROBERTO DE CUNTO MONTENEGRO OAB - MT11903-A (ADVOGADO(A))
FABIO LUIS DE MELLO OLIVEIRA OAB - MT6848-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARCIO ROGERIO BERTONI (REQUERIDO)

INTIMAÇÃO INTIMAÇÃO DAS PARTES ACERCA DA AUDIÊNCIA DESIGNADA PARA O DIA 13/02/2020, ÀS 14:20 HORAS, PARA OITIVA DA TESTEMUNHA.

Intimação Classe: CNJ-37 CAUTELAR INOMINADA
Processo Número: 1000610-64.2019.8.11.0078
Parte(s) Polo Ativo:
COOPERATIVA MISTA SAPEZALENSE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
INDIAMARA CONCI OAB - MT10888 (ADVOGADO(A))
SAMANTHA BALTIERI CARVALHO OAB - MT0016152S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MAFRO TRANSPORTES LTDA (REQUERIDO)

INTIMAÇÃO INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA ACERCA DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO DESIGNADA PARA O DIA 14/02/2020, ÀS 16 HORAS.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001208-18.2019.8.11.0078
Parte(s) Polo Ativo:
L. V. C. C. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
CRISTIANE DE SOUZA SANTOS SILVA OAB - MT10574-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
U. C. C. D. T. M. (RÉU)

Intimação da parte autora, na pessoa de seu advogado(a), para ciência da Audiência conciliação designada para 06/02/2020 às 16:00hs, bem como, para que no prazo de 05(cinco) dias, proceda ao recolhimento de diligência para o Oficial de Justiça, a fim de que o mesmo possa dar cumprimento ao mandado expedido nos autos.

Expediente

Intimação das Partes
JUIZ(A): Conrado Machado Simão
Cod. Proc.: 108907 Nr: 1317-83.2018.811.0078
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: RAFAEL PILOTTI
PARTE(S) REQUERIDA(S): ADM DO BRASIL LTDA, SLC AGRÍCOLA S/A - FAZENDA PLANORTE
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MAURÍCIO MONTAGNER - OAB:20670/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEISE KELI MADUREIRA LAVARDA - OAB:24.911/O, JOÃO CARLOS GROSS DE ALMEIDA - OAB:9.724 RS, MARIA NÚBIA PANIAGO PEREIRA - OAB:5.780/MT, SILVANA DUTRA TORRES KEMPER - OAB:47501, Stalyn Paniago Pereira - OAB:6.115 – B
Posto isso, com fundamento no artigo 1.022 do Código de Processo Civil, REJEITO os Embargos de Declaração de ref. 59 ante a inexistência de omissão, contradição ou obscuridade na sentença e ACOLHO os embargos de declaração de ref. 58 para sanar a omissão na sentença, motivo pelo qual CONDENO o requerente ao pagamento honorários advocatícios de sucumbência que fixo com em 10% do valor atualizado da causa, para cada patrono.No mais, persiste a sentença tal como está lançada.Nos termos do artigo 1.010 do Código de Processo Civil, intime-se o apelado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, se o caso.Se o apelado interpuser apelação adesiva, intime-se o apelante para apresentar contrarrazões.Após, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça, com as nossas homenagens.Cumpra-se.Às providências.INTIME-SE.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Conrado Machado Simão
Cod. Proc.: 34669 Nr: 2004-12.2008.811.0078
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO CNH CAPITAL S.A
PARTE(S) REQUERIDA(S): FELIX UMBERTO SIMONETTI, VALDIR MARQUEZIN, LEILA ROSEMERI HINSCHING MARQUEZIN
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ESIO OLIVEIRA DE SOUZA FILHO - OAB:52589/PR, FABRICIO KAVA - OAB:14468-A/MT, LUIZ RODRIGUES WAMBIER - OAB:7295/PR
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: THALLYTTA DE OLIVEIRA SEIFERT - OAB:18.293
Vistos etc.
I - Nos termos do artigo 1.010 do Código de Processo Civil, intime-se o apelado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, se o caso.
II - Se o apelado interpuser apelação adesiva, intime-se o apelante para apresentar contrarrazões.
III - Após, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça, com as nossas homenagens.
Cumpra-se.
Às providências.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Conrado Machado Simão
Cod. Proc.: 79101 Nr: 2426-74.2014.811.0078
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução Trabalhista->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: AFFECTUM – AUDITORES E CONSULTORES SOCIEDADE SIMPLES
PARTE(S) REQUERIDA(S): MAURO FERNANDO SCHAEDLER, IEDA WEBLER SCHAEDLER
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DANIEL PAZ GONÇALVES - OAB:67.490 RS, FABIO DA SILVA FELITTI - OAB:90.850 RS, RICARDO PAZ GONCALVES - OAB:75209
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FABIO VALENTE - OAB:MT/8.116-B, JONAS HENRIQUE SCHOLL - OAB:90.888 RS, PEDRO GILMAR VAN DER SAND - OAB:4207
Vistos etc.
RECEBO o petitório de ref. 62 como cumprimento de sentença, eis que atendidos os requisitos legais.
Proceda com a retificação da capa dos autos e do Sistema Apolo para que conste como fase de Cumprimento de Sentença.
Na forma do artigo 513, §2º inciso I, do CPC, INTIME-SE a parte executada para que, no prazo de 15 (quinze) dias, pague a quantia de R$ 10.819,17

(dez mil, oitocentos e dezenove reais com dezessete centavos), devidos em favor da exequente com juros de mora e atualização conforme determinado na sentença, acrescidos de custas, se houver.
Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação.
Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do artigo 523 do CPC, o débito será acrescido de multa de 10% e, também, de honorários de advogado de 10%.
Ademais, não efetuado o pagamento voluntário no prazo de 15 (quinze) dias, independentemente de nova intimação do credor, poderá a parte exequente efetuar pedido de pesquisas junto aos sistemas informatizados à disposição do juízo.
Por fim, certificada a preclusão da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, mediante o recolhimento de eventuais taxas, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, também do Código de Processo Civil.
Intimem-se. Publique-se. Cumpra-se expedindo o necessário com as cautelas de praxe.
Às providências.
CONRADO MACHADO SIMÃO
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Conrado Machado Simão
Cod. Proc.: 102141 Nr: 2677-87.2017.811.0078
AÇÃO: Alvará Judicial - Lei 6858/80->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ALZIRA JUDITE DA SILVA ROBERTO
PARTE(S) REQUERIDA(S):
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JONAS DUARTE DE ARAUJO - OAB:25807/O, MARIA CECILIA ALVES DA CUNHA - OAB:17561
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos etc.
Defiro o petitório de ref. 34.
EXPEÇA-SE O COMPETENTE ALVARÁ para levantamento dos valores depositados nos autos, consoante dados apresentados à ref. 34.
Após, arquivem-se os autos, com as cautelas de estilo.
Publique-se.
Intime-se.
Cumpra-se, expedindo o necessário e com as cautelas de estilo.
Às providências.
CONRADO MACHADO SIMÃO.
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Conrado Machado Simão
Cod. Proc.: 91977 Nr: 1282-94.2016.811.0078
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ANDREZA CAROLINE SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): UNIMED - CACERES COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CIRO DE SOUZA - OAB:19.184 A MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos etc.
I - Nos termos do artigo 1.010 do Código de Processo Civil, intimem-se os apelados para apresentarem contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, se o caso.
II - Se o apelado interpuser apelação adesiva, intime-se o apelante para apresentar contrarrazões.
III - Após, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça, com as nossas homenagens.
Cumpra-se.
Às providências.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Conrado Machado Simão
Cod. Proc.: 85170 Nr: 2215-04.2015.811.0078
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: SEBASTIANA ALVES RODRIGUES
PARTE(S) REQUERIDA(S): MARIA FERREIRA DA CRUZ
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DEFENSORIA PÚBLICA - SAPEZAL/MT - OAB:DEF. PUB.
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: GERSON ALVES CAMPOS - OAB:24520
Vistos etc.
RECEBO o petitório de ref. 114 como cumprimento de sentença, eis que atendidos os requisitos legais.
Proceda com a retificação da capa dos autos e do Sistema Apolo para que conste como fase de Cumprimento de Sentença.
Na forma do artigo 513, §2º inciso I, do CPC, INTIME-SE a parte executada para que, no prazo de 15 (quinze) dias, entregue 01 (um) veículo reboque com 08 (oito) pneus novos, 01 (uma) carroceria e pague o valor residual de R$ 10.000,00 (dez mil reais), devidos em favor da exequente com juros de mora e atualização conforme determinado na sentença, acrescidos de custas, se houver.
Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação.
Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do artigo 523 do CPC, o débito será acrescido de multa de 10% e, também, de honorários de advogado de 10%.
Ademais, não efetuado o pagamento voluntário no prazo de 15 (quinze) dias, independentemente de nova intimação do credor, poderá a parte exequente efetuar pedido de pesquisas junto aos sistemas informatizados à disposição do juízo.
Por fim, certificada a preclusão da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, mediante o recolhimento de eventuais taxas, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, também do Código de Processo Civil.
Intimem-se. Publique-se. Cumpra-se expedindo o necessário com as cautelas de praxe.
Às providências.
CONRADO MACHADO SIMÃO
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Conrado Machado Simão
Cod. Proc.: 80178 Nr: 352-13.2015.811.0078
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: VICENCIA MARIA DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DE SEGUROS SOCIAL - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LAERCIO ARAUJO SOUZA NETO - OAB:17557 A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos etc.
Intime-se Valdirene dos Santos Silva, CPF: 069.320.654-36, (residente na Rua 28 de Julho, Quadra 08, Lote 118, Bairro Bosque, Sapezal/MT), para que tome as medidas necessária a fim de habilitar os herdeiros para recebimento do crédito.
Cumpra-se, expedindo o necessário e com as cautelas de estilo.
Às providências.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Conrado Machado Simão
Cod. Proc.: 95324 Nr: 2712-81.2016.811.0078
AÇÃO: Execução de Alimentos->Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JDOP
PARTE(S) REQUERIDA(S): GPA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARIA CECILIA ALVES DA CUNHA - OAB:, RODRIGO MICHELS DE OLIVEIRA - OAB:7.300-B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Ante o exposto, HOMOLOGO por sentença, para que produza seus

jurídicos e legais efeitos, o acordo extrajudicial entabulado e juntado à ref. 37 em todos os seus termos.Por consequência, tendo a transação efeito de sentença entre as partes, JULGO EXTINTO o processo com resolução do mérito, na forma do artigo 487, inciso III do Código de Processo Civil.Sem custas às partes, uma vez que estas transigiram antes da sentença, nos termos do art. 90, parágrafo 3º do CPC.Após o transito em julgado, certifique-se o necessário e remetam-se os autos imediatamente ao arquivo com as baixas necessárias e anotações de praxe.Cumpra-se, expedindo o necessário e com as cautelas de estilo.Cumpridas as determinações, ARQUIVE-SE.Às providências.CONRADO MACHADO SIMÃO Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 111669 Nr: 3034-33.2018.811.0078
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS
PARTE(S) REQUERIDA(S): ENERGISA S.A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DIANARU DA SILVA PAIXAO - OAB:10105
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MAYARA BENDÔ LECHUGA GOULART - OAB:20191/A
Intima-se a parte autora, para no prazo legal, apresente peça adequada acerca da contestação de ref. 17.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 122964 Nr: 3399-53.2019.811.0078
AÇÃO: Carta Precatória->Cartas->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: JDC 2ª VARA CRIMINAL DE PORTO VELHO/RO, MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDONIA
PARTE(S) REQUERIDA(S): GILMAR CARLOS BRUN
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LINDOLFO CARDOSO LOPES JÚNIOR - OAB:4974/RO
Intima-se o(s)advogado(s)habilitados nos autos paraciência acerca da audiência designada para o dia 05/03/2020, a realizar-se, às 13:00, no Fórum desta comarca, a fim de realizar a audiência para oferecimento da suspensão condicional do processo.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Conrado Machado Simão
Cod. Proc.: 87061 Nr: 2796-19.2015.811.0078
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CRIS PANNEBECKER
PARTE(S) REQUERIDA(S): BOM FUTURO ARMAZÉNS GERAIS LTDA, FERNANDO MAGGI SCHEFFER
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FLAVIANE RAMALHO PANNEBECKER - OAB:9.189
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANDRÉ LUIZ FARIA - OAB:MT 10.917-A, EDSON EMILIO SPAGNOLLO - OAB:22.497/B, LEONARDO ROSSATO - OAB:8810-B/MT, THIAGO DOMINGUES SIQUEIRA - OAB:11004
Vistos etc.
I - Nos termos do artigo 1.010 do Código de Processo Civil, intime-se o apelado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, se o caso.
II - Se o apelado interpuser apelação adesiva, intime-se o apelante para apresentar contrarrazões.
III - Após, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça, com as nossas homenagens.
Cumpra-se.
Às providências.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 91235 Nr: 1083-72.2016.811.0078
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JULIANO FELIX DE MENDONÇA
PARTE(S) REQUERIDA(S): MUNICÍPIO DE SAPEZAL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: INDIAMARA CONCI DAL'MASO - OAB:MT 10.888
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Intimação da parte requerente na pessoa de seu advogado, para que no prazo de 05 (cinco) dias, efetue o pagamento do saldo das custas processuais no valor de R$ 558,60, sendo, R$413,40 referente a custas judiciais e R$145,20 referente a taxas judiciais.
Estando a mesma sob pena de encaminhamento do débito à Divida ativa ou protesto extrajudicial, sem prejuízo das anotações no Cartório Distribuidor desta Comarca, na forma determinada na Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça.
Para efetuar o pagamento deverá retirar a guia de recolhimento em : www.tjmt.jus.br => Serviços => Guias => Custas e Taxas finais ou Remanescentes - Devendo a guia autenticada ser juntada ao processo, podendo ser via PEA.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 94099 Nr: 2183-62.2016.811.0078
AÇÃO: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BRADESCO ADMINSTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): VALDIR LOPES BALDOINO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: PEDRO ROBERTO ROMÃO - OAB:209551/SP, RICARDO KAWASAKI - OAB:15729
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Fica a parte autora devidamente intimada a requerer o que entender de direito dentro do prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do processo.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Conrado Machado Simão
Cod. Proc.: 98557 Nr: 984-68.2017.811.0078
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO DO BRASIL S.A
PARTE(S) REQUERIDA(S): OSVALDO DALL AGNOL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ADRIANO ATHALA DE OLIVEIRA SHCAIRA - OAB:140055, SERVIO TULIO DE BARCELOS - OAB:44698/MG
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos etc.
Considerando que o autor informou novo endereço do executado, intime-se o executado no endereço informado à ref. 27, nos termos da decisão de ref. 04.
Sendo infrutífera a citação, intime-se a parte autora, para manifestar-se no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito.
Cumpra-se expedindo o necessário e com as cautelas de estilo.
Às providências.
CONRADO MACHADO SIMÃO
Juiz De Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 79966 Nr: 274-19.2015.811.0078
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução Trabalhista->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO FIAT S.A
PARTE(S) REQUERIDA(S): LUCIANO TIAZOKAMAE
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR - OAB:16168
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Intimação da parte requerente na pessoa de seu advogado, para que no prazo de 05 (cinco) dias, efetue o pagamento do saldo das custas processuais no valor de R$ 1.678,28, sendo, R$ 839,14 referente a custas judiciais e R$ 839,14 referente a taxas judiciais.
Estando a mesma sob pena de encaminhamento do débito à Divida ativa ou protesto extrajudicial, sem prejuízo das anotações no Cartório Distribuidor desta Comarca, na forma determinada na Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça.

Para efetuar o pagamento deverá retirar a guia de recolhimento em : www.tjmt.jus.br => Serviços => Guias => Custas e Taxas finais ou Remanescentes - Devendo a guia autenticada ser juntada ao processo, podendo ser via PEA.

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 80656 Nr: 511-53.2015.811.0078
AÇÃO: Procedimento Sumário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: THIAGO SABIONI VALADARES
PARTE(S) REQUERIDA(S): FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: THIAGO SABIONI VALADARES - OAB:MT/16218/0
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES - OAB:OAB/MT 16846-A
Intima-se a parte interessada para manifestar-se acerca da juntada de ref. 12, dentro do prazo legal.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 81692 Nr: 925-51.2015.811.0078
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução Trabalhista->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ANDERSON CÉSAR FREI ALEXO, FELIPE BEDIN BIASOTTO
PARTE(S) REQUERIDA(S): RICARDO YASSUHIRO MAMOSE, ESPOLIO DE YASSUE MAMOSE, RICARDO YASSUHIRO MAMOSE, HATUNE MAMOSE, KARLA TOSHIE MAMOSE
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANDERSON CESAR FREI ALEXO - OAB:7069/MT, FELIPE BEDIN BIASOTTO - OAB:9183/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Intimação da parte requerente na pessoa de seu advogado, para que no prazo de 05 (cinco) dias, efetue o pagamento do saldo das custas processuais no valor de R$ 4.352,08, sendo, R$2.176,04 referente a custas judiciais e R$2.176,04 referente a taxas judiciais.
Estando a mesma sob pena de encaminhamento do débito à Divida ativa ou protesto extrajudicial, sem prejuízo das anotações no Cartório Distribuidor desta Comarca, na forma determinada na Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça.
Para efetuar o pagamento deverá retirar a guia de recolhimento em : www.tjmt.jus.br => Serviços => Guias => Custas e Taxas finais ou Remanescentes - Devendo a guia autenticada ser juntada ao processo, podendo ser via PEA.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 82587 Nr: 1253-78.2015.811.0078
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: PAOLLA DIVINA JOSE FERREIRA
PARTE(S) REQUERIDA(S): DANIELI PATRICIA DA COSTA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: INDIAMARA CONCI DAL'MASO - OAB:MT 10.888, SAMANTHA BALTIERI CARVALHO - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: WAGNER SANTOS LIRA - OAB:13026
Intimação da parte requerida na pessoa de seu advogado, para que no prazo de 05 (cinco) dias, efetue o pagamento do saldo das custas processuais no valor de R$ 2.851,98, sendo, R$1.425,99 referente a custas judiciais e R$1.425,99 referente a taxas judiciais.
Estando a mesma sob pena de encaminhamento do débito à Divida ativa ou protesto extrajudicial, sem prejuízo das anotações no Cartório Distribuidor desta Comarca, na forma determinada na Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça.
Para efetuar o pagamento deverá retirar a guia de recolhimento em : www.tjmt.jus.br => Serviços => Guias => Custas e Taxas finais ou Remanescentes - Devendo a guia autenticada ser juntada ao processo, podendo ser via PEA.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 75139 Nr: 173-16.2014.811.0078
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO DO BRASIL S.A
PARTE(S) REQUERIDA(S): RAUBER & MODELSKI - ME, LORIVALDO RAUBER, GENY MODELSKI RAUBER
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FABIULA MÜLLER KOENIG - OAB:22819, GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELLI - OAB:17980A/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Intimação da parte autora, na pessoa de seu advogado(a), para que, no prazo de 05(cinco) dias, proceda ao recolhimento de diligência para o Oficial de Justiça, a fim de que o mesmo possa dar cumprimento ao mandado expedido nos autos.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Conrado Machado Simão
Cod. Proc.: 110694 Nr: 2460-10.2018.811.0078
AÇÃO: Ação de Alimentos->Processo de Conhecimento->Seção Cível->JUIZADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
PARTE AUTORA: LTAF
PARTE(S) REQUERIDA(S): DFL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MURILO PIERUCCI DE SOUZA - OAB:11273, POLLYANA PIMENTA ABUD ROLIM - OAB:19912/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MAÍRA MOURA SOARES - OAB:13934
Vistos etc.
Remeto os autos para manifestação do Ministério Público.
Cumpra-se expedindo o necessário e com as cautelas de praxe.
Às providências.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Conrado Machado Simão
Cod. Proc.: 121056 Nr: 2604-47.2019.811.0078
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): FRANCISCO ELIAS DE FARIAS JUNIOR, ABIMAEL DOS SANTOS NUNES, FRANCISCO DE JESUS BATISTA DE FARIAS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: NILSON EDUARDO CARNELOSSI PONCIANO - OAB:26986
Diante do exposto, por toda a fundamentação lançada, não merece acolhimento o pedido de relaxamento da prisão preventiva, visto que inexiste constrangimento ilegal.DO PROSSEGUIMENTO DO FEITONão há preliminares arguidas pela defesa. Ainda, não se vislumbra a hipótese do art. 55, §5º, da Lei nº 11.343/06, razão por que RECEBO a denúncia oferecida contra ABIMAEL DOS SANTOS NUNES, FRANCISCO DE JESUS BATISTA DE FARIAS e FRANCISCO ELIAS DE FARIAS JUNIOR.DESIGNO audiência de instrução e julgamento para o dia 28/01/2020, às 14h30min, ocasião em que se tomará o depoimento das testemunhas de acusação e defesa e se procederá ao interrogatório do acusado.Depreque-se a oitiva das testemunhas eventualmente residentes em outra comarca.Ciência ao Ministério Público, a Defensoria Pública e ao Advogado constituído.Intimem-se.Cumpra-se expedindo o necessário e com as cautelas de estilo.Às providências.CONRADO MACHADO SIMÃOJuiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Conrado Machado Simão
Cod. Proc.: 80128 Nr: 333-07.2015.811.0078
AÇÃO: Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO BRADESCO S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): ANILTON LIMA VIEIRA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: GERSON DA SILVA OLIVEIRA - OAB:8350/MT, ILDO DE ASSIS MACEDO - OAB:3541, MAURO PAULO GALERA MARI - OAB:3056, SAIONARA MARI - OAB:5.225 MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos etc.
I - Nos termos do artigo 1.010 do Código de Processo Civil, intime-se o apelado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, se o

caso.
II - Se o apelado interpuser apelação adesiva, intime-se o apelante para apresentar contrarrazões.
III - Após, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça, com as nossas homenagens.
Cumpra-se.
Às providências.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Conrado Machado Simão
Cod. Proc.: 105756 Nr: 4465-39.2017.811.0078
AÇÃO: Monitória->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: POSTO DE MOLAS NOMA LTDA - ME, JEFFERSON GETTERT COELHO
PARTE(S) REQUERIDA(S): PEDRO CARLETTO ME
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JEVERSON LEANDRO COSTA - OAB:3134/RO, MARIANNE A. V. DE FREIAS PEREIRA - OAB:3.046/RO
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos etc.
Verifica-se que estão preenchidos os requisitos do artigo 319 e 700, § 2º, ambos do Código de Processo Civil, assim como foi observada a determinação posta no artigo 320 do mesmo diploma legal.
Desta forma, não sendo o caso de aplicação do disposto nos artigos 330, 332 e 700, §4º, todos do Código de Processo Civil, recebo a petição inicial.
Desse modo, com fulcro no artigo 700, §7º e artigo 701, ambos do Código de Processo Civil, expeça-se o mandado de citação e pagamento, para que em (quinze) dias efetue o pagamento do débito, nos termos do pedido inicial, e o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído a causa, anotando-se nesse mandado, que, caso o demandado cumpra, ficará isenta de custas processuais (artigo 701, §1º, CPC).
Conste, ainda, do mandado, que no mesmo prazo a parte requerida poderá oferecer embargos. Caso não haja cumprimento da obrigação, não oferecimento dos embargos ou, ainda, rejeitados esses, constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial, convertendo-se o mandado inicial em mandado executivo (artigo 701, §2º do Código de Processo Civil).
Cumpra-se, expedindo o necessário.
Às providências.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Conrado Machado Simão
Cod. Proc.: 114327 Nr: 4652-13.2018.811.0078
AÇÃO: Petição->Atos e expedientes->Outros Procedimentos->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: HELDER LEONES FRANCO
PARTE(S) REQUERIDA(S): TBX INDUSTRIA E COMERCIO DE VIDOR LTDA – TEMPERA SAPEZAL - TEMPERSAL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: BRUNO DE CASTRO SILVEIRA - OAB:16257
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos etc.
Trata-se de Ação de Adjunção Compulsória ajuizado por HELDER LEONES FRANCO em desfavor de TBX INDUSTRIA E COMERCIO DE VIDOR LTDA – TEMPERASAPEZAL - TEMPERSAL, todos devidamente qualificados.
Preenchidos os requisitos legais, RECEBO a inicial.
Nos termos do art. 334 do CPC, DESIGNE-SE audiência de conciliação de acordo com a pauta da Conciliadora Judicial desta Comarca, devendo as partes comparecer acompanhadas de seus procuradores devidamente constituídos.
Cite-se a requerida, para que compareça a audiência e oferecer contestação no prazo legal, cujo termo inicial será a data da audiência de conciliação acima designada, quando qualquer das partes requererem a sua realização.
Ficam as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir). A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até 2% da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (art. 334, § 8º, do CPC). As partes devem estar acompanhadas de seus advogados.
Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de quinze dias úteis apresente manifestação, oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção.
Consigne-se que, não havendo conciliação, sai o requerido intimado para oferecer contestação, no prazo de 15 (quinze) dias a partir da data da audiência (artigo 335, inciso I do CPC/2015), sob pena de incorrer nos efeitos da revelia, previstos no artigo 344 do CPC/2015.
Cumpra-se, expedindo o necessário, com as cautelas de estilo.
Às providências.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Conrado Machado Simão
Cod. Proc.: 92219 Nr: 1359-06.2016.811.0078
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CELITO MENEGAT
PARTE(S) REQUERIDA(S): CENTRAIS ELÉTRICAS MATOGROSSENSES S/A.
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: PEDRO JARDIM DRIEMEYER - OAB:7684/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS - OAB:5699, YUCATAN PAULO NUNES CERVO - OAB:MT20849/O
Vistos etc.
Trata–se de pedido de expedição de alvará para levantamento de valores bloqueados via Bacenjud, conforme consta na ref. 84.
Desta forma, DETERMINO a expedição do Alvará Judicial conforme requerido à ref. 90, para que efetue o levantamento dos valores penhorados, na conta informada.
Após, intime-se o exequente para manifestar sobre o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias.
Cumpra-se, expedindo o necessário e com as cautelas de estilo.
Às providências.
CONRADO MACHADO SIMÃO
Juiz de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Conrado Machado Simão
Cod. Proc.: 105146 Nr: 4193-45.2017.811.0078
AÇÃO: Ação Civil Pública->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): MAXIMINO SARTORETTO, ABIGAIL MARIA DE OLIVEIRA, JACKELINE VIEIRA SANTOS MANGANARO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Rafael Marinello - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: KAMILLA PALU SASSAKI - OAB:MT/13.367-E, KATIA CRISTINA RODRIGUES - OAB:MT/13.451, RENATA MOREIRA DE ALMEIDA VIEIRA NETO DEBESA - OAB:11674
Vistos etc.
INDEFIRO o pedido de suspensão do feito, pleiteado pela requerida Jackeline, tendo em vista que a suspensão do Recurso Extraordinário 636.886/AL, deve restringir-se a ações que busquem o ressarcimento ao erário por TÍTULO de Tribunal de Contas, o que não é o caso dos autos, sendo seu indeferimento medida que se impõe.
Dando prosseguimento no feito, cite-se o requerido MAXIMINO SARTORETTO no endereço indicado na exordial (Rua Presidente Costa e Silva, nº 348, Ouro Verde do Oeste/PR), mediante expedição de carta precatória, nos termos da decisão ref. 04.
Intime-se a requerida JACKELINE, através de sua advogada constituída para, querendo, contestar a ação no prazo legal, sob pena de preclusão.
Cumpra-se expedindo o necessário com as cautelas de praxe.
Às providências.
CONRADO MACHADO SIMÃO
Juiz de Direito

Intimação das Partes

JUIZ(A): Conrado Machado Simão
Cod. Proc.: 108571 Nr: 1115-09.2018.811.0078
AÇÃO: Ação Civil Pública->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): SGC PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI, SÉRGIO GONÇALVES DA COSTA, VALDINEY GOMES PAULINO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Rafael Marinello - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEAN PAUL HUNHOFF - OAB:5.730-B, PEDRO ROSA NETO - OAB:9.823
Vistos etc.
Com fundamento nos arts. 6º e 10º, do Código de Processo Civil, faculto às partes o prazo comum de 5 (cinco) dias para que apontem, de maneira clara, objetiva e sucinta, as questões de fato e de direito que entendam pertinentes ao julgamento da lide.
Quanto às questões de fato, deverão indicar a matéria que consideram incontroversa, bem como aquela que entendem já provada pela prova trazida, enumerando nos autos os documentos que servem de suporte a cada alegação.
Com relação ao restante, remanescendo controvertida, deverão especificar as provas que pretendem produzir, justificando, objetiva e fundamentadamente, sua relevância e pertinência.
O silêncio ou o protesto genérico por produção de provas serão interpretados como anuência ao julgamento do mérito, indeferindo-se, ainda, os requerimentos de diligências inúteis ou meramente protelatórias.
Intime-se.
Expeça-se o necessário e com as cautelas de estilo.
Às providências.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Conrado Machado Simão
Cod. Proc.: 105972 Nr: 4573-68.2017.811.0078
AÇÃO: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO BRADESCO S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): TRUCK TRANSPORTES LTDA ME
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FREDERICO DUNICE PEREIRA BRITO - OAB:21822
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ERNANI ORSO - OAB:16075
Vistos etc.
RECEBO o petitório de REF. 97 como cumprimento de sentença, eis que atendidos os requisitos legais.
Proceda com a retificação da capa dos autos e do Sistema Apolo para que conste como fase de Cumprimento de Sentença.
Na forma do artigo 513, §2º inciso I, do CPC, INTIME-SE a parte executada para que, no prazo de 15 (quinze) dias, pague a quantia de R$ 479.403,82 (quatrocentos e setenta e nove mil, quatrocentos e três reais e oitenta e dois centavos), devidos em favor da exequente com juros de mora e atualização conforme determinado na sentença, acrescidos de custas, se houver.
Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação.
Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do artigo 523 do CPC, o débito será acrescido de multa de 10% e, também, de honorários de advogado de 10%.
Ademais, não efetuado o pagamento voluntário no prazo de 15 (quinze) dias, independentemente de nova intimação do credor, poderá a parte exequente efetuar pedido de pesquisas junto aos sistemas informatizados à disposição do juízo.
Por fim, certificada a preclusão da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, mediante o recolhimento de eventuais taxas, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, também do Código de Processo Civil.
Intimem-se. Publique-se. Cumpra-se expedindo o necessário com as cautelas de praxe.
Às providências.

CONRADO MACHADO SIMÃO
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 106885 Nr: 29-03.2018.811.0078
AÇÃO: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): FRANCISCO PESSOA DOS SANTOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO - OAB:4482-0, MARCELO BRASIL SALIBA - OAB:11546, ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA - OAB:30.820
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Intimação da parte requerente na pessoa de seu advogado, para que no prazo de 05 (cinco) dias, efetue o pagamento do saldo das custas processuais no valor de R$ 558,60, sendo, R$413,40 referente a custas judiciais e R$145,20 referente a taxas judiciais.
Estando a mesma sob pena de encaminhamento do débito à Divida ativa ou protesto extrajudicial, sem prejuízo das anotações no Cartório Distribuidor desta Comarca, na forma determinada na Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça.
Para efetuar o pagamento deverá retirar a guia de recolhimento em : www.tjmt.jus.br => Serviços => Guias => Custas e Taxas finais ou Remanescentes - Devendo a guia autenticada ser juntada ao processo, podendo ser via PEA.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 109069 Nr: 1416-53.2018.811.0078
AÇÃO: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): MARCIO VIEIRA MENDES
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR - OAB:16168
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Intimação da parte requerente na pessoa de seu advogado, para que no prazo de 05 (cinco) dias, efetue o pagamento do saldo das custas processuais no valor de R$ 582,39, sendo, R$413,40 referente a custas judiciais e R$168,99 referente a taxas judiciais.
Estando a mesma sob pena de encaminhamento do débito à Divida ativa ou protesto extrajudicial, sem prejuízo das anotações no Cartório Distribuidor desta Comarca, na forma determinada na Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça.
Para efetuar o pagamento deverá retirar a guia de recolhimento em : www.tjmt.jus.br => Serviços => Guias => Custas e Taxas finais ou Remanescentes - Devendo a guia autenticada ser juntada ao processo, podendo ser via PEA.

Juizado Especial Cível e Criminal

Intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001447-22.2019.8.11.0078
Parte(s) Polo Ativo:
ROSINERIA MACHADO GONCALVES DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RODRIGO DE LIMA MICHELS DE OLIVEIRA OAB - MT0007300A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Rg (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1001447-22.2019.8.11.0078 POLO ATIVO:ROSINERIA MACHADO GONCALVES DE OLIVEIRA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: RODRIGO DE LIMA MICHELS DE OLIVEIRA POLO PASSIVO: Rg FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: Conciliação -

Juizado Data: 03/03/2020 Hora: 16:10 , no endereço: AVENIDA PIRAMBÓIA, 800, CENTRO, SAPEZAL - MT - CEP: 78000-000 . CUIABÁ, 12 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Comarca de Tabaporã

Diretoria do Fórum

Edital

O Edital n. 007/2019/DF completo encontra-se no Caderno de Anexos do Diário da Justiça Eletrônico no final desta Edição.
Clique aqui
Caderno de Anexo

Vara Única

Intimação

Despacho Classe: CNJ-284 DIVÓRCIO LITIGIOSO
Processo Número: 1000467-27.2019.8.11.0094
Parte(s) Polo Ativo:
GRAZIELE LARA DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AGNALDO VALDIR PIRES OAB - MT0010999S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FABIO JOSE ALBANO (REQUERIDO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DA COMARCA DE TABAPORÃ (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
RAFAEL DEPRA PANICHELLA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE TABAPORÃ Autos: 1000467-27.2019.8.11.0094 Assunto: [Alimentos, Guarda, Regime de Bens Entre os Cônjuges, Dissolução] Autor: GRAZIELE LARA DOS SANTOS Requerido: FABIO JOSE ALBANO Vistos. Antes da análise do pedido inicial, colha-se o parecer ministerial, por se tratar de direito indisponível de menor. Cumpra-se, expedindo o necessário e com as cautelas de estilo. Às providências. Tabaporã-MT. RAFAEL DEPRA PANICHELLA Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000550-43.2019.8.11.0094
Parte(s) Polo Ativo:
DEBORA DOS SANTOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULA ALESSANDRA ROSSI GEGLINI OAB - MT0010914A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE TABAPORÃ IMPULSIONAMENTO POR CERTIDÃO Impulsiono os presentes autos, com a finalidade de intimar o advogado da parte autora, para requerendo apresentar impugnação a contestação apresentada pelo INSS, no prazo legal. TABAPORÃ, 12 de dezembro de 2019. SOLANGE CRISTINA DE OLIVEIRA FREITAS Gestor(a) Judiciário(a) SEDE DO VARA ÚNICA DE TABAPORÃ E INFORMAÇÕES: Rua Carlos Roberto Platero, s/n, Qd 134, CENTRO, TABAPORÃ - MT - CEP: 78563-000 TELEFONE: (66) 35571116

Intimação Classe: CNJ-96 DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO CUMULADO COM COBRANÇA
Processo Número: 1000436-07.2019.8.11.0094
Parte(s) Polo Ativo:
ADHARA INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO AMBROSIO CINTRA OAB - MT8934-O (ADVOGADO(A))
Pedro Paulo Peixoto da Silva Junior OAB - MT12007-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TOTTI E TOTTI LTDA - ME (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE TABAPORÃ IMPULSIONAMENTO POR CERTIDÃO Impulsiono os presentes autos, com a finalidade de intimar a parte requerente para requerer o que de direito para prosseguimento do feito, informando o endereço atualizado da parte requerida, para sua devida Citação. TABAPORÃ, 9 de abril de 2019. MARCOS ANTONIO DE FREITAS Gestor Judiciário SEDE DO VARA ÚNICA DE TABAPORÃ E INFORMAÇÕES: Rua Carlos Roberto Platero, s/n, Qd 134, CENTRO, TABAPORÃ - MT - CEP: 78563-000 TELEFONE: (66) 35571116

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Rafael Depra Panichella
Cod. Proc.: 25682 Nr: 708-23.2016.811.0094
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Fazenda Pública Estadual
PARTE(S) REQUERIDA(S): Oldemar Danzer, Oldemar Danzer
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANELISE INES ANDRUCHAK - OAB:, ELIZANGELA BRAGA SOARES ALTOÉ - OAB:16126
Vistos e examinados os presentes autos de EXECUÇÃO FISCAL, registrados sob nº 708-23.2016.811.0094, Código 25682, proposta pela FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL.
S E N T E N Ç A
Trata-se de Ação de Execução Fiscal ajuizada pela Fazenda Pública Estadual.
A inicial foi recebida, determinando a citação do executado. Contudo, a parte exequente noticiou ter o Executado efetuado o pagamento integral do débito, requerendo a extinção do feito.
Era o necessário a relatar.
Fundamento. Decido.
Tendo sido satisfeita a obrigação do débito pelo devedor, conclui-se que a presente execução perdeu seu objeto, ante ao pagamento da dívida.
Isto posto, JULGO EXTINTO O PRESENTE PROCESSO, na forma do artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil.
Na eventualidade de constar bens penhorados nos autos, PROCEDA a Sra. Gestora com as baixas e liberações necessárias.
Custas na forma da lei. Contem-se as custas finais.
Havendo pendência, notifique-se o Executado para o pagamento. Não havendo o pagamento, cumpra o que está determinado nas disposições contidas na Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Mato Grosso, em especial nos artigos 573 e seguintes. Após, arquive-se.
Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Rafael Depra Panichella
Cod. Proc.: 25704 Nr: 726-44.2016.811.0094
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Fazenda Pública Estadual
PARTE(S) REQUERIDA(S): José Tomaz da Silva Comércio - Me, José Tomaz da Silva
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Letícia Jheneffer Alves Freitas - OAB:25595
Vistos.
Defiro a PENHORA ONLINE. Em sendo positivo o bloqueio, os valores serão transferidos para a Conta Única do Poder Judiciário.
Considerar-se-á efetuada a penhora quando confirmado o bloqueio do dinheiro, valendo como termo dela o protocolo emitido pelo sistema BACENJUD, que será juntado aos autos. Juntado aos autos o protocolo do bloqueio, o executado deverá ser intimado para, querendo, opor embargos.
Caso o valor bloqueado seja irrisório, desbloqueie-se a importância tendo em vista que, nos termos do artigo 836 do CPC, não se formalizará a penhora quando o seu objeto for insuficiente.
Intime-se.
Cumpra-se, expedindo o necessário e com as cautelas de estilo.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Rafael Depra Panichella
Cod. Proc.: 21804 Nr: 1166-45.2013.811.0094
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de

Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Jurimar Andrade de Sampaio
PARTE(S) REQUERIDA(S): Juarez Praxedes de Freitas
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Geraldino Viana da Silva - OAB:MT/15.814-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
Intime-se o executado por edital, para cumprimento da sentença proferida nestes autos, consoante determinado à fl. 55.
Após, certifique-se e retornem-se os autos novamente conclusos, para análise dos demais pedido do exequente.
Cumpra-se, expedindo o necessário.

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 7181 Nr: 116-28.2006.811.0094
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: J.P RIVA E CIA LTDA.
PARTE(S) REQUERIDA(S): Paulo Cezar de Paula
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: José dos Santos Netto - OAB:3.677-A, Milton Queiroz Lopes - OAB:57089/MG
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Jonas J. F. Bernardes - OAB:8247-B/MT, Manoela de São José Ramos - OAB:21.250-O, MARCELO HUCK JUNIOR - OAB:17976/O, Ricardo Luiz Huck - OAB:5651/MT
CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO Intimação do advogado(a)JONAS JOSE FRANCO BERNARDES, para devolução dos autos nº 116-28.2006.811.0094, Protocolo 7181, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de adoção das medidas cabíveis (Provimento 38/2015/CGJ).

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 22313 Nr: 382-34.2014.811.0094
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Nova Agrícola Comércio e Representações Ltda
PARTE(S) REQUERIDA(S): E. Gomes Agropecuária - ME, Edson Gomes
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Magaiver Baesso dos Santos - OAB:21081/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Jonas José Franco Bernardes - OAB:8247-B/MT, Marcelo Huck Junior - OAB:MT/17.976, Ricardo Luiz Huck - OAB:5651/MT
CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO Intimação do advogado(a)JONAS JOSE FRANCO BERNARDES, para devolução dos autos nº 382-34.2014.811.0094, Protocolo 22313, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de adoção das medidas cabíveis (Provimento 38/2015/CGJ).

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Rafael Depra Panichella
Cod. Proc.: 20046 Nr: 338-83.2012.811.0094
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Colunatas Representações, Comércio, Construções e Serviços LTDA, Waldemar Cunha Filho, Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: André Eduardo Esquiçato Dias - OAB:MT/10.120
Vistos.
I – DEFIRO o postulado às fls. 1050 dos autos, sendo assim, expeça-se MANDADO DE PENHORA, AVALIAÇÃO de bens suficientes à satisfação do montante perseguido na presente fase de cumprimento de sentença, para tanto, PROCEDA a Sra. Gestora com a remessa dos autos à Contadoria, para fins de atualizar o cálculo de fls. 1037, com a aplicação da multa no percentual de 10% (dez por cento);
II - Uma vez restando frutífera a penhora, INTIME-SE o executado, concedendo o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de DEFESA, nos termos do art. 915 do Código de Processo Civil;
III – Oportunamente, volte-me concluso.
Intime-se. Cumpra-se.
Às providências.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Rafael Depra Panichella
Cod. Proc.: 11444 Nr: 192-76.2011.811.0094
AÇÃO: Ação Civil Pública->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Hildebrando José Pais dos Santos
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Aline Manfrin Benatti - OAB:12.802
Vistos, etc.
Em atenção ao postulado de fls. 242/244 e, verificando que a sentença homologatória proferida nesses autos transitou em julgado, consoante certidão de fls. 166, DECIDO:
I – Proceda a Sra. Gestora com a modificação da fase processual, para que a presente demanda passe, doravante, a tramitar na fase de cumprimento de sentença, promovendo as alterações necessárias no polo ativo e passivo;
II – Ultimada esta providência, INTIME-SE o executado para que, no prazo de 06 (seis) meses, cumpra a obrigação de fazer descrita na sentença, consistente na comprovação da obtenção do Licenciamento Ambiental único – LAU em relação a obra descrita nesses autos, sob pena de incorrer em MULTA diária que fixo em 1.000,00 (um mil reais), nos termos do art. 536, §1º, do CPC;
III – Ultrapassado o aludido prazo, com ou sem manifestação do executado, CERTIFIQUE-SE e INTIME-SE a exequente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifeste requerendo o que de direito para prosseguimento do feito;
IV – Atente-se a Sra. Gestora para a renúncia juntada às fls. 248, visando a validade da intimação alhures.
Intime-se. Cumpra-se. Às providências.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Rafael Depra Panichella
Cod. Proc.: 11343 Nr: 29-48.2006.811.0019
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Espólio de Irineu Marques de Andrade, Terezinha de Jesus Perri de Andrade
PARTE(S) REQUERIDA(S): Felix de Souza Lima
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Lucia Rosseto Theodoro - OAB:MT/8.606-A, Marcelo Antonio Theodoro - OAB:PR/17.424
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Daniel Batista de Aguiar - OAB:3537/MT, Fernando Ulysses Pagliari - OAB:3047/MT, Sandra Satomi Okuno de Aguiar - OAB:3499/MT
Vistos.
I – DEFIRO o postulado às fls. 620 e 623 dos autos, sendo assim, expeça-se MANDADO DE PENHORA, AVALIAÇÃO do IMÓVEL indicado pelo exequente, constante da Matrícula 1617, do Cartório do 1º Ofício de Tabaporã/MT;
II - Uma vez restando frutífera a penhora, INTIME-SE o executado e sua esposa, concedendo o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de DEFESA, nos termos do art. 915 do Código de Processo Civil;
III - Sem prejuízo da providência alhures, e também na hipótese de restar frutífera a penhora, EXPEÇA-SE CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR do ATO, para que assim o exequente PROCEDA com a averbação da penhora nas margens da Matrícula do Imóvel;
IV - Oportunamente, volte-me concluso.
Intime-se. Cumpra-se.
Às providências.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Rafael Depra Panichella
Cod. Proc.: 11021 Nr: 647-75.2010.811.0094
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de

Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Rogério Lúcio Soares da Silva
PARTE(S) REQUERIDA(S): Nilson Aparecido Furtado Batista
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Marcio Rode - OAB:MT/9.447
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ALVARO ARANTES - OAB:OAB/SP 67.794, MAGAIVER BAESSO DOS SANTOS - OAB:MT/21.081
Vistos.
I – Tendo em vista o postulado de fls. 944/945, nos termos do art. 782, §3º do CPC, DEFIRO o pedido formulado pela parte Exequente para fim de determinar a expedição de ofício aos órgãos de proteção ao crédito e/ou se utilizar do sistema SERASA/JUD, para que no prazo de 10 (dez) dias, incluam o nome do executado na lista de registro da SERASA/SPC;
II – Sem prejuízo, em atenção ao postulado de fls. 942/943, INTIME-SE a parte exequente para que, ciente do informado às fls. 947/957, requeira o que de direito para prosseguimento do feito, isto no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento.
Intime-se.
Cumpra-se, expedindo o necessário.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Rafael Depra Panichella
Cod. Proc.: 26954 Nr: 357-16.2017.811.0094
AÇÃO: Medidas de Proteção à Criança e Adolescente->Processo de Execução->Seção Cível->JUIZADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
PARTE AUTORA:
PARTE(S) REQUERIDA(S): MAM, MRdS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Agnaldo Valdir Pires - OAB:MT/10.999-A
Ante o exposto, CONHEÇO dos presentes EMBARGOS DE DECLARAÇÃO de fls. 328/331 e, no mérito, DOU-LHES PROVIMENTO, para SANAR a OMISSÃO apontada, e assim FIXAR em 07 (sete) URHs os honorários do D. Causídico nomeado às fls. 114/verso, de acordo com o item 25 item 5.2 da Tabela XI da OAB/MT, sendo assim, expeça-se competente certidão de honorários. No mais, mantenho incólume a sentença proferida.Intime-se. Cumpra-se. Às Providências.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Rafael Depra Panichella
Cod. Proc.: 23825 Nr: 436-63.2015.811.0094
AÇÃO: Reintegração / Manutenção de Posse->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: José dos Santos Neto
PARTE(S) REQUERIDA(S): Ricardo Seiji Hayashi, Sara Outa Haiyashi
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: José dos Santos Netto - OAB:MT/3.677-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LUCAS BEATO BASTOS - OAB:341854, Marcos Eduardo Garcia - OAB:OAB/SP 189.621, Paulo Roberto Bastos - OAB:103.033
Vistos.
I – INTIME-SE a parte embargada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, querendo, se manifeste quanto aos embargos com efeitos infringente opostos às fls. 305/322, sob pena de PRECLUSÃO, nos termos do art. 1.023, §2º, do CPC;
II – Ultrapassado o prazo que assiste ao embargado, com ou sem manifestação, CERTIFIQUE-SE e tornem os autos conclusos para julgamento.
Intime-se. Cumpra-se.
Às providências.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Rafael Depra Panichella
Cod. Proc.: 25933 Nr: 886-69.2016.811.0094
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: José dos Santos Neto, Ilma Pais dos Santos
PARTE(S) REQUERIDA(S): Ricardo Seiji Hayashi, Hatiro Hayashi, Sara Outa Haiyashi, MARIA KIKUTI HAYASHI, Marcia Tieme Hayashi, Sandra Akeni Hayashi
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOSE DOS SANTOS NETO - OAB:63477, José dos Santos Netto - OAB:MT/3.677-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Paulo Roberto Bastos - OAB:103.033
Vistos.
Permaneçam os autos aguardando o transito em julgado da sentença proferida no feito em apenso (cód.: 23825), sendo que, os embargos opostos às fls. 47/64 tem como fundamento a sentença proferida naqueles autos.
Às providências.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Rafael Depra Panichella
Cod. Proc.: 30956 Nr: 493-76.2018.811.0094
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Regina Célia Vargas da Silva Basso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Estado de Mato Grosso
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Rafael Barion de Paula - OAB:MT/11.063-B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos, etc.
Antes de proceder na forma disciplinada no art. 355 (Do Julgamento Antecipado do Mérito) ou art. 357 (Do Saneamento e da Organização do Processo) do Código de Processo Civil (Lei n. 13.105/15), DETERMINO a INTIMAÇÃO das partes para especificarem as provas que pretendem produzir ou requerer o que entender de direito, no prazo comum de 10 (dez) dias, sob pena de preclusão.
Atente-se às partes que a especificação de provas deverá se dar de forma específica, ou seja, citada a modalidade (perícia, testemunhal, etc), justificando a necessidade e os fatos que pretendem provar com cada uma delas, sob pena de indeferimento, nos termos do artigo 370 do CPC.
Cumpra-se, expedindo o necessário.
Às providências.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Rafael Depra Panichella
Cod. Proc.: 10589 Nr: 211-19.2010.811.0094
AÇÃO: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Banco Bradesco S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): Vilibaldo João Schneider
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Maria Lucilia Gomes - OAB:5835-A/MT, THIAGO DE SIQUEIRA BATISTA MACEDO - OAB:17528/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Francisco Assis Dias de Freitas - OAB:5802/MT
Vistos.
I – Em atenção ao certificado às fls. 86, DETERMINO a INTIMAÇÃO pessoal da parte exequente, para MANIFESTAR-SE quanto ao prosseguimento PROFÍCUO do feito, mormente requerendo o que de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 485, § 1º, do CPC/15, sob pena de EXTINÇÃO do PROCESSO;
II – Decorrido o aludido prazo, com ou sem manifestação da parte exequente, CERTIFIQUE-SE e tornem os autos conclusos.
Às providências. Intime-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Rafael Depra Panichella
Cod. Proc.: 30826 Nr: 435-73.2018.811.0094
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Luciano Bontempo
PARTE(S) REQUERIDA(S): Estado de Mato Grosso
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Agnaldo Valdir Pires - OAB:MT/10.999-A, Francisco Assis Dias de Freitas - OAB:5802/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos, etc.
I – Recurso de apelação (fls. 50/64), proposto na vigência do NCPC, o juízo de admissibilidade será analisado pelo Tribunal ad quem (art. 1.010 §

3º do CPC).
II – Já tendo o apelado juntado suas contrarrazões, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça de Mato Grosso.
Intimem-se. Cumpra-se. Às providências.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Rafael Depra Panichella
Cod. Proc.: 21973 Nr: 108-70.2014.811.0094
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Ronaldo Rodrigues Pereira
PARTE(S) REQUERIDA(S): Sindicato Rural de Tabaporã, Clodoaldo Alves de Oliveira
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: GETULIO GEDIEL DOS SANTOS - OAB:16948
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Adhemar de Brito Figueira Peres - OAB:11203/MT, Jonas J. F. Bernardes - OAB:8247-B/MT, Manoela de São José Ramos - OAB:21.250-O, MARCELO HUCK JUNIOR - OAB:17976/O, Ricardo Luiz Huck - OAB:5651/MT
Vistos, etc.
I – Recurso de apelação (fls. 269/272/verso), proposto na vigência do NCPC, o juízo de admissibilidade será analisado pelo Tribunal ad quem (art. 1.010 § 3º do CPC).
II – Intime-se o apelado para apresentar contrarrazões no prazo legal.
III – Ultrapassado o prazo das contrarrazões, certifique-se e remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça de Mato Grosso.
IV – Sem prejuízo, no tocante ao pleito de fls. 268, EXPEÇA-SE competente certidão de honorários em favor do D. Causídico nomeado às fls. 14, atentando-se ao montante fixado no momento da nomeação. Em relação à verba de honorários de sucumbência, deixo de deliberar nesse momento, devendo ser formulado na fase de cumprimento de sentença, em razão do recurso interposto.
Intimem-se. Cumpra-se. Às providências.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Rafael Depra Panichella
Cod. Proc.: 23390 Nr: 168-09.2015.811.0094
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Everton Veloso
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Francisco Assis Dias de Freitas - OAB:5802/MT
Vistos, etc.
I – Tendo em vista o informado às fls. 252/253, NOMEIO o Dr. MAGAIVER BAESSO DOS SANTOS como advogado dativo para que apresente as razões do recurso de apelação recebido em decisão de fls. 248, isto no prazo legal;
II – Com a apresentação da peça processual, desde já determino a expedição da certidão de honorários, fixando, para tanto, o valor correspondente a 04 (quatro) URHs a título de honorários advocatícios;
III – Na sequência, vistas ao Ministério Público para que, no prazo de 08 (oito) dias, ofereça as contrarrazões.
IV – E, por fim, ultrapassados os prazos, com ou sem as contrarrazões, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.
Cumpra-se. Expeça-se o necessário.
Às providências.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Rafael Depra Panichella
Cod. Proc.: 25884 Nr: 861-56.2016.811.0094
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Banco do Brasil S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): Paulo de Tarso Gabriel de Oliveira, TERESA NAGY DE OLIVEIRA, Transportes Vale Oliveira Ltda - ME, Patriani Nagy de Oliveira, JOSE LIMA DE CARVALHO NETO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ADRIANO ATHALA DE OLIVEIRA SHCAIRA - OAB:19.645-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Arlindo Amalio Ghan Vasquez - OAB:RS/78.123, Jair Demétrio - OAB:RS/93.907-A
Vistos, etc.
Em atenção aos postulados de fls. 114/115 e 120/22, verifica-se que o patrono da parte requerida postula a execução dos honorários advocatícios de sucumbência, fixados em sentença proferida por este juízo, sendo que, em razão do não pagamento voluntário este juízo deferiu o pleito de penhora em contas bancárias, consoante decisão de fls. 126, restando frutífero o bloqueio.
Além disso, a parte autora Banco do Brasil S/A requer o prosseguimento da demanda em desfavor da parte executada, para fins de adimplemento do contrato, consoante deferido em decisão de fls. 126.
E, por fim, o patrono da parte executada, se manifestou às fls. 144, pela liberação do montante bloqueado a título de honorários de sucumbência, ante a inércia da parte autora, que não se insurgiu quanto ao bloqueio efetivado em suas contas, consoante certidão de fls. 142.
Posto isso, a presente execução deverá prosseguir visando à satisfação da verba de sucumbência que assiste ao patrono da parte autora, além do crédito exequendo oriundo do contrato, razão pela qual, DECIDO:
I – CUMPRA-SE o disposto em decisão de fls. 126, em razão do depósito do valor da diligência, isto às fls. 145/146, sendo deferida a penhora do bem dado em garantia real vinculado ao contrato objeto da ação;
II – Sem prejuízo, não havendo insurgência quanto ao montante bloqueado às fls. 137, sendo a parte devidamente intimada, consoante se verifica às fls. 139, deixando transcorrer "in albis" o prazo para opor embargos, consoante certificado às fls. 142, PROCEDA a Sra. Gestora com a expedição de competente alvará judicial, para fins de LEVANTAMENTO do montante bloqueado às fls. 137 em favor do patrono da parte executada, para fins de SATISFAÇÃO do montante devido a título de honorário de sucumbência em favor do patrono da parte executada.
Intime-se. Cumpra-se. Às providências.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Rafael Depra Panichella
Cod. Proc.: 26212 Nr: 1082-39.2016.811.0094
AÇÃO: Monitória->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Banco do Brasil S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): Paulo de Tarso Gabriel de Oliveira, Patriani Nagy de Oliveira, José Lima de Carvalho Neto, Transportes Vale Oliveira Ltda - ME
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ADRIANO ATHALA DE OLIVEIRA SHCAIRA - OAB:19.645-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Arlindo Amalio Ghan Vasquez - OAB:RS/78.123, Jair Demétrio - OAB:RS/93.907-A
II – Ultimada esta providência, INTIME-SE o executado para que, no prazo de 15 (quinze) dias, cumpra voluntariamente a sentença proferida nos autos, sob pena de ter o montante da condenação acrescido de multa no percentual de 10%, nos termos do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil (Lei n.º 13.105/2015);III – Ultrapassado o aludido prazo, com ou sem manifestação do executado, CERTIFIQUE-SE e INTIME-SE a exequente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifeste requerendo o que de direito para prosseguimento do feito, mormente atualizando o débito exequendo;IV – Sem prejuízo, ante a satisfação da verba de honorários de sucumbência que assiste ao patrono do executado, isto às fls. 97/98, não havendo insurgência quanto ao montante depositado, consoante manifestado às fls. 99, PROCEDA a Sra. Gestora com a expedição de competente alvará judicial, para fins de LEVANTAMENTO do saldo depositado às fls. 97/verso em favor do patrono da parte executada.Intime-se. Cumpra-se. Às providências.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-14 CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
Processo Número: 1000447-36.2019.8.11.0094
Parte(s) Polo Ativo:
HILDEBRANDO JOSE PAIS DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FLAVIO DE PINHO MASIERO OAB - MT0013967A (ADVOGADO(A))
ANA CAROLINA MOREIRA DA SILVA MASIERO OAB - MT23400-O (ADVOGADO(A))
JOSE ANTONIO BIAZAO BASSO OAB - MT21707/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:

JUARES DOMINGOS DOS SANTOS (REQUERIDO)
ALEXANDRA MARCOLINA DE OLIVEIRA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ORLANDO CESAR JULIO OAB - MT0010004S (ADVOGADO(A))
VALMIR ANTONIO DE MORAES OAB - MT4933-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
RAFAEL DEPRA PANICHELLA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE TABAPORÃ DECISÃO Processo: 1000447-36.2019.8.11.0094. REQUERENTE: HILDEBRANDO JOSE PAIS DOS SANTOS REQUERIDO: JUARES DOMINGOS DOS SANTOS, ALEXANDRA MARCOLINA DE OLIVEIRA Vistos. Diante do postulado pelo requerido ID 25761695, diligencie a Senhora Gestora Judiciária ao juízo deprecante, no intuito de obter informação se foi realizada por aquele juízo, a intimação da parte requerida para comparecimento na audiência realizada neste juízo. Após, retornem-se os autos novamente conclusos. Cumpra-se. TABAPORÃ, 11 de dezembro de 2019. Rafael Depra Panichella Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000553-95.2019.8.11.0094
Parte(s) Polo Ativo:
ARLEI ANGELO LOCATELLI (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
NERY BARCO HERNANDES JUNIOR OAB - MT9756/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JUARES DOMINGOS DOS SANTOS (RÉU)
HILDEBRANDO JOSE PAIS DOS SANTOS (RÉU)
Magistrado(s):
RAFAEL DEPRA PANICHELLA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE TABAPORÃ DECISÃO Processo: 1000553-95.2019.8.11.0094. AUTOR(A): ARLEI ANGELO LOCATELLI RÉU: HILDEBRANDO JOSE PAIS DOS SANTOS, JUARES DOMINGOS DOS SANTOS Vistos. Cuida-se de Ação de Embargos de Terceiro com pedido liminar, ajuizada por Arlei Angelo Locatelli em face Hildebrando José Pais dos Santos e Juarez Domingos dos Santos. De largada, anote-se que, muito embora o embargante tenha distribuído a presente demanda por dependência aos autos da Carta Precatória de n.º 1000353-88.2019.8.11.0094, bem como, tenha narrado em sua exordial que o auto de arresto fora cumprido em referida missiva, expedida nos autos do processo de origem de n.º 19810-11.2015.8.11.0015 (em tramite na Comarca de Sinop/MT), tem-se que, em Id. n.º 26539678 o embargante junta a certidão oriunda dos autos de n.º 1000273-27.2019.8.11.0094, inerente a diligência que resultou na constrição e remoção do bem móvel litigado nesses autos. Desse modo, em que pese o embargante mencione os autos da Carta Precatória de n.º 1000353-88.2019.8.11.0094 (em trâmite neste juízo), juntou o auto de penhora e certidão oriunda dos autos de n.º 1000273-27.2019.8.11.0094 (em trâmite neste juízo), na qual ocorreu a constrição. Em análise aos autos da carta precatória de n.º 100353-88.2019.8.11.0094, verifica-se no Id. n.º 27303841, datado em 11/12/2019, que o Sr. Oficial de Justiça, em cumprimento ao mandado de penhora, avaliação e remoção, certificou que deixou de efetuar a penhora e demais atos, em razão dos bens que foram localizados como sendo de propriedade do requerido, terem sido arrestados nos autos do processo n.º 1000273-27.2019.8.11.0094, na data de 09/08/2019. Nesse cenário, tem-se que a constrição que se insurge o embargante fora perfectibilizada no feito de n.º 1000273-27.2019.8.11.0094, isto na data de 09/08/2019, sendo que, tal informação se colhe justamente do auto de penhora que o ora embargante colaciona em Id. n.º 26539678, que consta expressamente a referencia a tal demanda. Em ambos os feitos (carta precatória n.º 1000353-88.2019.8.11.0094 e ação de execução n.º 1000273-27.2019.8.11.0094), o embargado Juarez Domingos dos Santos figura como parte executada, contudo, nos autos da carta precatória é exequente o ora embargado Hildebrando José Pais dos Santos, ao passo que, na ação de execução de título extrajudicial, em que ocorreu o arresto, é exequente a pessoa jurídica Pajé Transportes LTDA, de modo que, cabe ao embargante emendar a inicial a fim de regularizar o polo passivo. Isto porque, o art. 677, §4º, do CPC, leciona que: "Art. 677. Na petição inicial, o embargante fará a prova sumária de sua posse ou de seu domínio e da qualidade de terceiro, oferecendo documentos e rol de testemunhas. (...) § 4º Será legitimado passivo o sujeito a quem o ato de constrição aproveita, assim como o será seu adversário no processo principal quando for sua a indicação do bem para a constrição judicial." Posto isso, INTIME-SE a parte embargante para que, ciente, proceda com a regularização do polo passivo, a título de emenda da exordial, a fim de incluir o legitimado a quem o ato de constrição aproveita, nos termos do dispositivo alhures transcrito, atentando-se as partes que litigam nos autos em que ocorreu a constrição (de n.º 1000273-27.2019.8.11.0094), isto no prazo de 05 (cinco) dias. Ultimada aludida providência, certifique e tornem os autos conclusos para deliberação do pedido liminar, isto no prazo mais exíguo possível. No tocante ao pleito de sigilo, considerando que ainda não houve a análise do pleito liminar e, em atenção aos argumentos expostos pelo embargante, deixo para deliberar em conjunto com a decisão que receber a inicial e apreciar seus pedidos, isto após regularização do polo passivo e citação de todos que devam integrar a lide. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Rafael Depra Panichella Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-66 REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE
Processo Número: 1000433-52.2019.8.11.0094
Parte(s) Polo Ativo:
ELIZEU RIBEIRO SOBRINHO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIS CARLOS DE CARVALHO DORES OAB - MT12724-O (ADVOGADO(A))
RENAN JAUDY PEDROSO DIAS OAB - MT0015441A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLAUDETINO PAES DE ALMEIDA, (RÉU)
LETÍCIA DE FREITAS (RÉU)
JUAREZ PRAXETES DE FREITAS, (RÉU)
JUNIOR (RÉU)
DIDI (RÉU)
Magistrado(s):
RAFAEL DEPRA PANICHELLA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE TABAPORÃ DECISÃO Processo: 1000433-52.2019.8.11.0094. AUTOR(A): ELIZEU RIBEIRO SOBRINHO RÉU: JUAREZ PRAXETES DE FREITAS,, LETÍCIA DE FREITAS, CLAUDETINO PAES DE ALMEIDA,, JUNIOR, DIDI Vistos etc. Trata-se de ação de reintegração de posse com pedido liminar, proposta por Elizeu Ribeiro Sobrinho em face de Juarez Praxetes de Freitas, Letícia de Freitas, Claudetino Paes de Almeida, Junior, Didi e todos os demais invasores do imóvel. Alega o requerente Elizeu Ribeiro Sobrinho que detem a posse mansa, pacífica e contínua do imóvel denominado Fazenda Bom Futuro, sendo tal posse garantida pelo Acórdao proferido pelo E. TJMT no julgamento do Agravo de Instrumento de n.º 1008246-92.2017.8.11.0000, sendo reintegrado nos autos da ação de código 27372 (em trâmite nesta Comarca de Tabaporã/MT). Contudo, assevera que na data de 01/09/2019 seu funcionário, que reside no imóvel acima citado, lhe comunicou de uma invasão, isto por diversas pessoas, que construíram barracos e se mantém injustamente no local. Aduz que os requeridos qualificados na exordial se identificaram como responsáveis pela ocupação, e impediram de retornar a posse do imóvel, razão pela qual pugna pela concessão da medida liminar para ser reintegrado no imóvel denominado Fazenda Bom Futuro, argumentando o preenchimento dos pressupostos autorizadores. Por força da decisão proferida em Id. n.º 25454885 este juízo indeferiu os benefícios da assistência judiciária gratuita, isto após emenda da inicial e adequação do valor da causa. Na sequência, em Id. n.º 25649834 o autor juntou o comprovante de pagamento das custas complementares. Sendo assim, em decisão proferida no Id. n.º 26449181 este juízo recebeu a inicial e, visando angariar maiores dados a respeito do litígio narrado na exordial, determinou a expedição de mandado de constatação a ser cumprido no imóvel por Oficial de Justiça. Nesse cenário, aportou em Id. n.º 27182005 o auto de constatação confeccionado pelo Sr. Oficial de Justiça. Por fim, foram os autos remetidos em conclusão. É o relatório. Fundamento. Decido. Inicialmente, faz-se imperioso consignar que, em razão do caso versado nestes autos apresentar os contornos de ocupação para fins de distribuição de terras, sendo visível o caráter coletivo, este juízo determinou a expedição de mandado de constatação, oportunidade em que o Sr. Oficial de Justiça assim certificou: "(...)Dando prosseguimento à constatação adentramos em uma das estradas abertas na área, percorremos cerca de mil metros aonde chegamos até um "barraco" e encontramos o Sr. Juarez Praxedes de Freitas que se apresentou como Presidente da Associação Nova Aliança (CNPJ 35.308.570.0001/70).

Indagado acerca do motivo de estarem naquela área ele nos informou que fazem parte de um movimento sem-terra e que "aquela área pertence à União e desta forma a invadiram, que já estão ali a quase 4 meses e dividiram a área da fazenda em 101 (sítios) (lotes de 22 e 25hectares), havendo uma família assentada em cada sítio.(...)" (Id. n.º 27182006) Ainda, em continuidade, o Sr. Oficial de Justiça listou o nome das pessoas assentadas e suas famílias, sendo 57 famílias acampadas, totalizando 87 pessoas. Nesse cenário, a Resolução n.º 006/2014/TP, publicada em 12/05/2014, em seu artigo 1º, atribuiu à Vara Especializada de Direito Agrário as seguintes competências: "Processar e julgar ações que envolvam conflitos fundiários/agrários Coletivos dentro do Estado de Mato Grosso, independentemente do local do litígio, nos termos do art.126 da Constituição Federal, e ações que lhe são conexas, assim como os processos que envolvam conflitos possessórios individuais urbanos e rurais da Comarca de Cuiabá, excluindo da competência o processo e julgamento dos crimes praticados em decorrência dos conflitos agrários ou com eles relacionados." Logo, sendo constatado conflito de natureza social agrário e coletivo, de rigor o declínio da competência, tal como dispositivo alhures transcrito, somado ao disposto no Provimento n.º 004/2008/CM. Isto porque, a competência da Vara Especializada de Direito Agrário se estende a todas as lides que envolvem litígios coletivos pela posse de terras, situadas em território mato-grossense, independente do local do litígio. A propósito, a jurisprudência que emana do E. TJMT nos orienta em consonância com a Resolução e o Provimento alhures citados: AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE – DESLOCAMENTO DE COMPETÊNCIA – VARA ESPECIALIZADA DE DIREITO AGRÁRIO – CONFLITO SOCIAL AGRÁRIO DETECTADO – PRESENÇA DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS – DECISÃO MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. Nos termos do Provimento 004/2008/CM e Resolução n. 006/2014/TP, compete à Vara Especializada em Direito Agrário julgar causas que envolvam litígios coletivos pela posse de terras rurais situadas no território mato-grossense, além dos conflitos possessórios individuais urbanos e rurais da comarca de Cuiabá, o que se vê na espécie. No caso, resta evidenciada a existência de conflito coletivo agrário , razão pela qual a remessa do feito à Vara Especializada de Direito Agrário é altamente salutar, pois, visa pacificar de forma célere e efetiva o conflito coletivo existente sobre o imóvel, prestigiando assim a atual concepção de efetividade do comando jurisdicional, e fazendo cair por terra qualquer alegação em sentido contrário. (N.U 1011571-41.2018.8.11.0000, CÂMARAS ISOLADAS CÍVEIS DE DIREITO PRIVADO, CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA, Terceira Câmara de Direito Privado, Julgado em 24/04/2019, Publicado no DJE 02/05/2019) Portanto, ante o caráter coletivo da invasão, tendo o Sr. Oficial de Justiça constatado que se trata de uma associação, havendo mais de cinquenta famílias acampadas no local, que pertencem a um movimento sem terra, este juízo se torna incompetente para processar e julgar a presente demanda. "Ex positis", DECLINO a COMPETÊNCIA para processar e julgar a presente demanda em favor da Vara Especializada em Direito Agrário da Comarca de Cuiabá. Intime-se o autor e, nada sendo postulado, PROCEDA a Sra. Gestora com a remessa dos autos à Vara Especializada de Direito Agrário, com as cautelas e homenagens de estilo. Cumpra-se, expedindo-se o necessário no prazo mais exíguo possível. Às providências. Rafael Depra Panichella Juiz de Direito

Sentença

Sentença Classe: CNJ-102 HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1000212-69.2019.8.11.0094
Parte(s) Polo Ativo:
MAICON MORAES DA SILVA (REQUERENTE)
FRANCIANE TEODORO TAVARES (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
RAFAEL DEPRA PANICHELLA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE TABAPORÃ Autos: 1000212-69.2019.8.11.0094 Assunto: [Alimentos] Autor: FRANCIANE TEODORO TAVARES e outros Vistos. Trata-se de pedido de homologação de transação judicial, realizada mediante a conciliadora, por Franciane Teodoro Tavares e Maicon Moraes da Silva, devidamente qualificados, concernente a alimentos, guarda e separação de bens, visando preservar os direitos de Eduardo Gabriel Tavares da Silva, nascido em 21/12/2010, filho dos interessados. Em síntese, na referida avença foi pactuado a divisão de bens do casal, bem como que a guarda do menor será exercida na forma compartilhada, porém, o infante residirá com a genitora. Ademais, o genitor se compromete a pagar, a título de pensão alimentícia, a quantia mensal de R$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), equivalente a 35,1% do salário-mínimo vigente, que deverá ser depositada até o 10º dia de cada mês, na conta bancária especificada na avença, além de arcar em 50% com despesas extraordinárias do infante. Na vigência da convivência os solicitantes adquiriram os seguintes bens: 01 (uma) casa de alvenaria, localizada na Rua Goiás, Nova Fronteira, avaliada em R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais); 01 (um) veiculo automotor, Chevrolet Onix, ano/fabricação 2013, avaliado em R$ 33.000,00 (trinta e três mil reais); 01 (um) veiculo automotor, motocicleta Honda Fan ESI, avaliada em R$ 4.000,00 (quatro mil reais) e 01 (um) lote urbano, localizado na rua Rio Grande do Sul, Centro,Tabapora/MT, avaliado em R$ 5.000,00 (cinco mil reais). As partes concordam que o imóvel (casa) localizada em Nova Fronteira, bem como a motocicleta Honda Fan ESI, ficarão em sua totalidade com a cônjuge virago, o veiculo automotor Chevrolet Onix, ano/fabricação 2013 e o imóvel urbano (lote) localizado na Rua Rio Grande do Sul, nesta cidade, ficarão em sua totalidade com o cônjuge varão. O Ministério Público Estadual, manifestou-se pela homologação do acordo, por entender que resguarda os direitos dos menores envolvidos. Os autos vieram-me conclusos para sentença. É o relatório. Fundamento e Decido. II – FUNDAMENTAÇÃO Analisando o mérito da ação, entendo que a pretensão dos requerentes merece guarida, até mesmo porque as partes capazes compareceram perante a conciliadora do juízo, ocasião em que entabularam o presente acordo, tendo o Ministério Público Estadual manifestado favorável, restando a juízo sua homologação. III – DISPOSITIVO Concedo aos requerentes os benefícios da assistência judiciária gratuita. Processe-se em segredo de justiça. Por conseguinte, HOMOLOGO O ACORDO entabulado pelas partes nestes autos e, JULGO EXTINTO o processo com Resolução do Mérito, com fundamento no artigo 487, inciso III, "b", do Código de Processo Civil. IV – PROVIDÊNCIAS FINAIS Expeça-se termo de guarda do menor, em favor da requerente Franciane Teodoro Tavares. CONDENO a parte requerente ao pagamento das custas, no entanto, haja vista ser beneficiário da assistência judiciária gratuita, aplique-se o disposto no art. 98, §3º, do CPC. Após o transito em julgado, procedidas às anotações e baixas necessárias, arquivem-se estes autos. Ciência ao Ministério Público. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Intimem-se. Tabaporã-MT. RAFAEL DEPRA PANICHELLA Juiz de Direito

Juizado Especial Cível e Criminal

Intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000574-71.2019.8.11.0094
Parte(s) Polo Ativo:
ANDERSON TREUHERZ (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AGNALDO VALDIR PIRES OAB - MT0010999S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1000574-71.2019.8.11.0094 POLO ATIVO:ANDERSON TREUHERZ ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: AGNALDO VALDIR PIRES POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: Tabaporã - CONCILIAÇÃO Data: 04/02/2020 Hora: 11:00 , no endereço: RUA CARLOS ROBERTO PLATERO, S/N, QUADRA 134, CENTRO, TABAPORÃ - MT - CEP: 78563-000 . CUIABÁ, 12 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Comarca de Tapurah

Diretoria do Fórum

Portaria

PORTARIA Nº 51/2017/DF

A Excelentíssima Senhora Melissa de Lima Araújo, Juíza de Direito Diretora do Foro da Comarca de Tapurah, Estado do Mato Grosso, na forma da lei e no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER a servidora KARINE EDINÉIA VATER DOS SANTOS, matrícula 30296, Distribuidora/Contadora, 15 (quinze) dias de férias referentes os exercício de 2019, no período de 6 a 20 de janeiro de 2020.

Art. 2- DESIGNAR os servidores VALNICE TERESINHA WAGNER, matrícula 11976, e JEAN ALENCAR SCHECK, matrícula 20511, Técnicos Judiciários, para na ausência de um, se substituírem na função da titular do cargo de distribuidor/contador, no período de gozo de férias.

Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

Tapurah-MT, 12 de dezembro de 2019.

Melissa de Lima Araújo

Juíza de Direito Diretora do Foro em Substituição Legal

PORTARIA Nº 50/2019/DF

A Excelentíssima Senhora Melissa de Lima Araújo, Juíza de Direito em Substituição Legal na Comarca de Tapurah, Estado do Mato Grosso, na forma da lei e no uso de suas atribuições legais,

Considerando a escala anual de férias dos servidores;

RESOLVE:

CONCEDER ao servidor JOSÉ MIGUEL DA PAIXÃO, matrícula 12532, Oficial de Justiça, 20 (vinte) dias de férias regulamentares referentes o exercício de 2019, no período de 7 a 26 de janeiro de 2020.

Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

Tapurah-MT, 12 de dezembro de 2019.

Melissa de Lima Araujo

Juíza de Direito em Substituição Legal

PORTARIA Nº 49/2019/DF

A Excelentíssima Senhora Melissa de Lima Araújo, Juíza de Direito Diretora do Foro da Comarca de Tapurah, Estado do Mato Grosso, na forma da lei e no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o período de recesso forense compreendido nos dias 20 de dezembro de 2019 a 6 de janeiro de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º ESTABELECER a seguinte escala de PLANTÃO JUDICIAL a ser obedecida pelos servidores lotados na Secretaria da Vara Única, com auxílio dos estagiários desta Comarca de Tapurah, durante o período de recesso, compreendido entre 20.12.2019 a 06.01.2020, das 13h às 18h;

SECRETARIA DA VARA ÚNICA – Fone: 66-66-99207-8330

20 a 21 de dezembro/2019

Rogério de Barros Sousa

22 a 2 3 de dezembro/2019

Carlyne Ticyane Ferreira Ortiz

24 de dezembro/2019 a 29 de dezembro/2019

Jucileine Kreutz de Lima

30 de dezembro a 2 de janeiro/2020

Gabriel de Oliveira

3 a 6 de janeiro /2020

Alessandra Neves Sousa

Art. 2º - Estabelecer a escala de Plantão dos Oficiais de Justiça da comarca de Tapurah, durante o recesso forense, devendo disponibilizar seus telefones celulares aos Gestores Judiciários para contato urgente:

OFICIAIS DE JUSTIÇA

20 a 28 de dezembro de 2019

Layza Michelle Souza Serra

65-99625-2411

29 de dezembro a 6 de Janeiro/2020

José Miguel da Paixão

66-99633-6897

Art. 3º. Convocar os servidores do Cartório Distribuidor para trabalhar em sistema de sobreaviso, para atendimento exclusivo aos Magistrados Plantonistas, em casos urgentes e/ou emergenciais, tais como, expedição das certidões criminais necessárias para instruir pedidos de liberdade. Período de 19.12.2019 a 06.01.2020:

CENTRAL DE ADMINISTRAÇÃO

20 de dezembro a 6 de janeiro de 2020

Karine Edinéia Santos Vater - 66- 99604-1593

Art. 4º. Convocar os servidores da Central de Administração para trabalhar em sistema de sobreaviso, para atendimento exclusivo aos Magistrados e servidores plantonistas, em casos urgentes e/ou emergenciais, conforme a seguinte escala de atendimento:

CENTRAL DE ADMINISTRAÇÃO

20 a 28 de dezembro de 2019

Valnice Teresinha Wagner

66 -99617-6504

29 dezembro a 6 de janeiro/2020

Jean Alencar Scheck

66-98430-4560

Parágrafo único. O sistema de sobreaviso determinado compreende que os servidores ficarão à disposição do juiz plantonista de sua área, podendo ser chamado ao Fórum, quando solicitado, para promoverem as necessidades do expediente forense sempre que necessário.

Art. 5º - Os expedientes recebidos no período de recesso forense pelos Gestores Judiciários plantonistas deverão ser entregues aos plantonistas sucessores que, no dia 07.01.2020, mediante Termo de Entrega, procederão remessa ao Cartório Distribuidor para as providências necessárias.

Art. 6º- Os Atos das Audiências de Custódia serão cumpridos pelos respectivos Gestores e Oficiais de Justiça das Varas Criminais Plantonistas nos dias uteis.

Art. 7º - Os objetos apreendidos no período que compreende o recesso forense somente deverão ser encaminhados à Diretoria do Foro no dia 07.01.2020.

Art. 8º - A presente Ordem de Serviço entrará em vigor na data de sua publicação. Comunique-se ao Egrégio Tribunal de Justiça, à Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Mato Grosso, ao Presidente da 1ª Subseção da OAB, aos representantes do Ministério Público e da Defensoria Pública, à Delegacia de Polícia Civil e ao Comando da Polícia Militar.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Tapurah-MT, 12 de dezembro de 2019.

Melissa de Lima Araújo

Juíza de Direito em Substituição

Vara Única

Intimação

Ato Ordinatório Classe: CNJ-14 CARTA PRECATÓRIA CÍVEL

Processo Número: 1001076-65.2019.8.11.0108

Parte(s) Polo Ativo:

JABUR PNEUS S.A (REQUERENTE)

Advogado(s) Polo Ativo:

FERNANDA FUJISAO KATO OAB - PR37725 (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:

ANTONIO MARQUES MENDONÇA (REQUERIDO)

LIDIO MENDONCA (ESPÓLIO)

Impulsiono a presente deprecata para intimar da parte autora, por seu(ua) procurador(a), para que efetue, no prazo de 30 dias, o depósito da diligência do Sr. Oficial de Justiça, por meio da Guia emitida no endereço , link do site do Tribunal de Justiça de Mato Grosso e apresentar o comprovante de pagamento de diligência nos autos, a fim de que seja cumprido o ato deprecado. Não havendo manifestação no prazo de 30 dias, o ato deprecado será devolvido à origem no estado em que se encontra.

Expediente

Edital de Intimacao

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 71123 Nr: 1457-90.2019.811.0108

AÇÃO: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)->Medidas Cautelares->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: DDPCDT-M

PARTE(S) REQUERIDA(S): MRP

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PRAZO 20 DIAS

Pessoa(s) a ser(em) intimada(s): MARCIANO ROQUE PERONDI, Cpf: 86276352187, Rg: 1.259.101-7, Filiação: Juraci Terezinha Frizzo Perondi e Dorival Perondi, data de nascimento: 15/08/1979, brasileiro(a), natural de Rondinha-, convivente, serralheiro. atualmente em local incerto e não

sabido
Finalidade: INTIMAÇÃO DO AUTOR DO FATO acima qualificado para que tome ciência do Despacho anexo, no qual deferiu MEDIDAS PROTETIVAS, quais são: 1) Afastamento do lar, domicílio ou local de convivência; 2) Proibição do agressor se aproximar da ofendida e de seus familiares e testemunhas, fixando o limite mínimo de distância de 300 (trezentos metros) entre estes e o agressor; 3) Proibição de contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação, em especial telefones, aplicativos de conversas, redes sociais e congêneres; 4) Proibição de frequentar a residência da ofendida, seu trabalho e locais de frequência usual da ofendida, a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida; 5) Separação de corpos.
Despacho/Decisão: Autos n.º 1457-90.2019.811.0108 - Código n.º 71123Autor do fato: Marciano Roque PerondiVítima: Valdirene Aparecida PradoMEDIDA PROTETIVAV I S T O S.Cuida-se de pedido de aplicação de medidas protetivas em favor de VALDIRENE APARECIDA PRADO, em tese, vítima de situação de violência doméstica por MARCIANO ROQUE PERONDI.Narra a vítima, em síntese, que conviveu com o auto do fato por 16 anos, sendo que dessa relação tiveram uma filha. Destaca que pediu para que o suspeito saísse de casa, pois o relacionamento havia acabado, tendo este último se comprometido a deixar o lar, todavia, não o fez até o presente momento.Informa, ainda, que na data de 02/09/2019, tomou conhecimento de que o autor do fato estava perseguindo-a, tendo este ligado dias atrás ameaçando-a de morte, dizendo inclusive, que jurava pela própria vida que mataria a declarante, conforme termo de declarações de fls. 09.A vítima manifestou o desejo de não oferecer representação em desfavor do autor dos fatos, conforme termo de renuncia de fls. 08. É o relato do necessário.DECIDO.Anote-se, inicialmente, que entre todos os tipos de violência existentes contra a mulher, aquela praticada no ambiente familiar é uma das mais cruéis e perversas, seja qual for o grau de parentesco entre os envolvidos.A narrativa constante dos autos denota clara situação de risco a que foi exposta a requerente, visto que o ex-companheiro demonstra comportamento de agressividade, não aceitando o fim do relacionamento.Portanto, no caso em discussão, verifico a presença de elementos autorizadores da atuação estatal e a tutela jurisdicional no sentido de garantir a integridade física e psíquica da vítima, a ser realizada por intermédio de instrumentos próprios para coibir a concretização dos riscos que está sofrendo.À vista do que foi relatado pela vítima, entendo que está configurada a situação de iminente risco de violência, já que, segundo os relatos da vitima, o agressor manifesta vontade de atentar contra sua vida, a partir do momento que a ameaça de morte e recusa-se a deixar o lar, gerando grande temor na vítima, que após o ocorrido não voltou mais para casa por medo do ex-compaheiro causar-lhe algum mal.A conduta ameaçadora do suspeito demonstra o risco à vida da vítima, caracterizando a cognição sumária própria das tutelas de urgência, o que justifica a proibição do agressor em se aproximar ou manter contato com a vítima e seus familiares.Neste ponto, é importante frisar que a palavra da vítima em crimes cometidos no âmbito doméstico e familiar é de suma importância, já que, em regra, a violência ocorre, na maioria das vezes, dentro do próprio âmbito familiar, sem prova testemunhal. Nesse sentido:"APELAÇÃO CRIMINAL – VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER – DELITO DE AMEAÇA E VIAS DE FATO PERPETRADO CONTRA A EX-COMPANHEIRA – SENTENÇA CONDENATÓRIA – IRRESIGNAÇÃO DO RÉU – PLEITO À ABSOLVIÇÃO – ALEGAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA – PRETENSÃO SEM AMPARO NOS AUTOS – AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS – PALAVRA SEGURA DA VÍTIMA EM HARMONIA COM OUTROS ELEMENTOS – SENTENÇA ESCORREITA – RECURSO DESPROVIDO.Deve ser mantida a sentença condenatória quando a materialidade e a autoria do crime restar comprovada pelos depoimentos da vítima e demais provas nos autos, ainda mais em se tratando de crime que envolve violência doméstica e familiar contra a mulher, em que a palavra da vítima se reveste de maior força probatória. (Apelação Criminal nº 122.516/2015, Relator: Des. Juvenal Pereira da Silva, Terceira Câmara Criminal, Julgado em 18/11/2015, Publicado no DJE 27/11/2015)."Assim, configurada a hipótese de violência doméstica (artigo 5º, inciso III e artigo 7º, inciso II, da Lei nº 11.340/2006), bem como a imperiosa necessidade de aplicação de medidas de proteção à ofendida, o deferimento do presente pedido é necessário, a fim de resguardar a incolumidade física e psíquica da requerente.Ademais, evidencia-se a necessidade da aplicação das medidas protetivas, precatando a incolumidade da agredida e colocando freio nos arroubos de agressividade do acusado. Diante do exposto, nos termos do artigo 22 da denominada Lei Maria da Penha (Lei n.º 11.340/2006), concedo à ofendida as medidas postuladas, e aplico imediatamente ao ofensor, MARCIANO ROQUE PERONDI, as seguintes medidas de urgência:1)Afastamento do lar, domicílio ou local de convivência;2)Proibição do agressor se aproximar da ofendida e de seus familiares e testemunhas, fixando o limite mínimo de distância de 300 (trezentos metros) entre estes e o agressor; 3) Proibição de contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação, em especial telefones, aplicativos de conversas, redes sociais e congêneres; 4) Proibição de frequentar a residência da ofendida, seu trabalho e locais de frequência usual da ofendida, a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida;5)Separação de corpos.Contudo, deixo de aplicar a medida de restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, prestação de alimentos provisionais de dois salários mínimos e proibição temporária para celebração de atos e contratos de compra, venda e locação de propriedade em comum, uma vez que tais medidas não se mostram necessárias para o deferimento do pleito ora requisitado, cabendo ainda à parte ajuizar demanda para a revisão, analise e apreciação das medidas supra.Intime-se a requerente pessoalmente desta decisão, cientificando-a de que, caso MARCIANO descumpra qualquer das medidas acima impostas, deverá procurar imediatamente a Delegacia de Polícia ou mesmo o Fórum local para a adoção das medidas pertinentes.Intime-se o requerido, pessoalmente, cientificando-o de que o descumprimento de quaisquer dessas medidas ensejará a sua imediata prisão preventiva (artigo 20 da Lei nº 11.340/2006). Caso não seja encontrado, intime-o por edital.Insta consignar que as medidas protetivas ora determinadas podem ser revistas a qualquer momento, bem como, outras poderão ser aplicadas, previstas na legislação em vigor, sempre que a segurança da ofendida ou as circunstâncias o exigirem (Lei nº. 11.340/2006, art.22, § 1º).Notifique-se imediatamente a vítima, consoante previsão do artigo 21 da Lei nº 11.340/2006.Cientifiquem-se o Ministério Público e a Delegada da Polícia Civil, inclusive para fins de controle do cumprimento da ordem, autorizando desde logo, a prisão cautelar se flagrado o agressor desobedecendo as medidas de restrição impostas.Nos termos do artigo 18, inciso III, da Lei nº 11.340/2006, encaminhem-se os autos ao Ministério Público para que tome ciência desta decisão.Ciência ao Ministério Público.Cumpra-se, servindo a presente decisão como mandado/ofício/carta precatória.Tapurah/MT, 03 de setembro de 2019.Jorge Hassib IbrahimJuiz de Direito
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, ALESSANDRA NEVES DE SOUSA, digitei.
Tapurah, 11 de dezembro de 2019
Jucileine Kreutz de Lima Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.686/CNGC

Edital de Intimacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 54112 Nr: 1687-40.2016.811.0108
AÇÃO: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)->Medidas Cautelares->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: DDPCDT-M
PARTE(S) REQUERIDA(S): LCDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO 20 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) intimada(s): IVANIR CONCEIÇÃO DE LIMA, Cpf: 98541633187, Rg: 1.364.054-2, Filiação: Jardelina dos Santos Lima e Cristino Conceição Araujo, data de nascimento: 27/05/1977, brasileiro(a), natural de Poxoreo-MT, convivente. atualmente em local incerto e não sabido
FINALIDADE: INTIMAÇÃO da parte acima qualificada, atualmente em lugar incerto e não sabido, dos termos da r. sentença proferida nos autos e a seguir transcrita. Bem como CIENTIFICAÇÃO da vítima de que nada e impede de requerer novas medidas protetivas, havendo justa motivação..
Sentença: Autos nº: 1687-40.2016.811.0108 – Código 54112Vistos.Trata-se de PEDIDO DE MEDIDAS PROTETIVAS concedidas em favor de IVANIR CONCEIÇÃO DE LIMA, ante a suposta situação de violência doméstica, em tese praticada por LUIZ CARLOS DORIGAN ARRIAS.As medidas protetivas foram deferidas às fls. 14/16.Por fim,

houve o requerimento do parquet para que o processo fosse arquivado, em razão do tempo decorrido e tendo em vista que o presente feito atingiu sua finalidade, conforme cota ministerial de fls. 39.É O RELATO DO NECESÁRIO.DECIDO.O processo merece ser extinto.Isto pois, o pedido da vítima fora acolhido, consoante decisão de fls. 14/16, que concedeu as medidas protetivas de urgência.Reza o Art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil:Art. 487. Haverá resolução de mérito: I - quando o juiz acolher ou rejeitar o pedido formulado na ação ou na reconvenção;No que tange à aplicação do referido artigo às medidas protetivas é o entendimento jurisprudencial no sentido de que "Não se declara nula a decisão do Magistrado que extingue o processo com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil, quando, em que pese a natureza criminal das medidas protetivas, o entendimento adotado na sentença encontra apoio em julgados desta Turma, que já decidiu pela natureza civil das medidas. Ademais, a própria Lei 11.340/2006, no seu art. 13, determina a aplicação, além de outras, das normas do Código de Processo Civil às causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher. (...) quanto à extinção do processo, se o pedido restringiu-se à concessão de medidas protetivas, ou seja, se esse era o próprio mérito da ação, sob o ponto de vista processual com os contornos da Lei 11.340/2006, não há irregularidade na decisão que extinguiu o processo com julgamento de mérito." (sem grifo no original).Ante o exposto, com fulcro no Art. 487, I do Código de Processo Civil c/c Art. 13 da Lei 11.340/06, JULGO EXTINTO o processo com resolução de mérito. Tendo em vista a cessação de sua necessidade, REVOGO as medidas protetivas.Intimem-se as partes, cientificando a vítima de que nada a impede de requerer novas medidas protetivas, havendo justa motivação.Encaminhe-se cópia da presente sentença à Delegacia de Polícia Judiciária Civil e ao Destacamento da Polícia Militar desta Comarca. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se com as anotações e baixas de estilo.Publique-se. Registre-se.Intime-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário.

E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, ALESSANDRA NEVES DE SOUSA, digitei.

Tapurah, 11 de dezembro de 2019

Jucileine Kreutz de Lima Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.686/CNGC

Edital de Intimacao

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 56058 Nr: 149-87.2017.811.0108

AÇÃO: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)->Medidas Cautelares->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: DDPCDT-M

PARTE(S) REQUERIDA(S): JG

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PRAZO 20 DIAS

Pessoa(s) a ser(em) intimada(s): ROSELI APARECIDA VITAL LIMA, Cpf: 98530470125, Rg: 1.494.711-0, Filiação: Maria de Lourdes Vital e Ireneu Carlos Vital, data de nascimento: 07/07/1983, brasileiro(a), natural de Juara-MT, solteiro(a), Telefone 8432-1975. atualmente em local incerto e não sabido

FINALIDADE: INTIMAÇÃO da parte acima qualificada, atualmente em lugar incerto e não sabido, dos termos da r. sentença proferida nos autos e a seguir transcrita. Bem como CIENTIFICAÇÃO da vítima de que nada a impede de requerer novas medidas protetivas, havendo justa motivação..

Sentença: Autos nº: 149-87.2017.811.0108 – Código 56058Vistos.Trata-se de PEDIDO DE MEDIDAS PROTETIVAS concedidas em favor de ROSELI APARECIDA VITAL LIMA, ante a suposta situação de violência doméstica, em tese praticada por JAIR GARBIM.As medidas protetivas foram deferidas às fls. 13/14.Às partes fora devidamente intimadas acerca do deferimento das medidas protetivas, às fls. 17.Instado a manifestar-se, o Ministério Público em sua cota de fls. 24, requereu a extinção do feito e a revogação das medidas protetivas, ante a informação de que a vítima teria voltado a residir com o suposto agressor (estudo psicossocial de fls. 18/19).É O RELATO DO NECESÁRIO.DECIDO.O processo merece ser extinto.Isto pois, o pedido da vítima fora acolhido, consoante decisão de fls. 13/14, que concedeu as medidas protetivas de urgência.Reza o Art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil:Art. 487. Haverá resolução de mérito: I - quando o juiz acolher ou rejeitar o pedido formulado na ação ou na reconvenção;No que tange à aplicação do referido artigo às medidas protetivas é o entendimento jurisprudencial no sentido de que "Não se declara nula a decisão do Magistrado que extingue o processo com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil, quando, em que pese a natureza criminal das medidas protetivas, o entendimento adotado na sentença encontra apoio em julgados desta Turma, que já decidiu pela natureza civil das medidas. Ademais, a própria Lei 11.340/2006, no seu art. 13, determina a aplicação, além de outras, das normas do Código de Processo Civil às causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher. (...) quanto à extinção do processo, se o pedido restringiu-se à concessão de medidas protetivas, ou seja, se esse era o próprio mérito da ação, sob o ponto de vista processual com os contornos da Lei 11.340/2006, não há irregularidade na decisão que extinguiu o processo com julgamento de mérito." (sem grifo no original).Ante o exposto, com fulcro no Art. 487, I do Código de Processo Civil c/c Art. 13 da Lei 11.340/06, JULGO EXTINTO o processo com resolução de mérito. Tendo em vista a cessação de sua necessidade, REVOGO as medidas protetivas.Intimem-se as partes, cientificando a vítima de que nada a impede de requerer novas medidas protetivas, havendo justa motivação.Encaminhe-se cópia da presente sentença à Delegacia de Polícia Judiciária Civil e ao Destacamento da Polícia Militar desta Comarca. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se com as anotações e baixas de estilo.Publique-se. Registre-se.Intime-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário.

E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, ALESSANDRA NEVES DE SOUSA, digitei.

Tapurah, 11 de dezembro de 2019

Jucileine Kreutz de Lima Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.686/CNGC

Edital de Intimacao

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 24121 Nr: 395-30.2010.811.0108

AÇÃO: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)->Medidas Cautelares->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE TAPURAH - MT

PARTE(S) REQUERIDA(S): João Edegar Silvino de Camargo

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PRAZO 20 DIAS

Pessoa(s) a ser(em) intimada(s): JOÃO EDEGAR SILVINO DE CAMARGO, brasileiro(a), casado(a), contador. atualmente em local incerto e não sabido

FINALIDADE: INTIMAÇÃO da parte acima qualificada, atualmente em lugar incerto e não sabido, dos termos da r. sentença proferida nos autos e a seguir transcrita. .

Sentença: VISTO,Trata-se de procedimento para aplicação de medidas protetivas de urgência (Lei Maria da Penha).Em síntese, as medidas protetivas foram deferidas.Em seguida, as partes foram devidamente intimadas.Por fim, houve requerimento do parquet para que o processo fosse arquivado, em razão do tempo decorrido e tendo em vista que o presente feito atingiu sua finalidade.É a síntese do necessário. DECIDO.É sabido que a medida protetiva possui caráter cautelar. Assim, presta-se a resguardar a vítima de futuras agressões perpetradas por pessoas de seu íntimo relacionamento. Nesse sentido, as cautelares necessitam de fumus boni iuris e periculum in mora.No caso epigrafado, não se fazem mais presentes os requisitos acima delineados, que outrora estavam presentes, diante do lapso temporal perpetrado entre o deferimento das medidas protetivas e a presente data, bem como por terem sido elas satisfativas à vítima, sob pena de sua manutenção tornar-se indefinidamente ad eternum.Portanto, torna-se inócua a manutenção da tutela emergencial. Com estas considerações, entendo que as medidas protetivas perderam seu objeto, de modo que as restrições severas ao direito de ir e vir do réu devem ser revogadas.Consigno que nada impede a vítima de novamente requerer as medidas protetivas de urgência se houver justa motivação.Diante do exposto, REVOGO as presentes medidas protetivas e ante a cessação de sua necessidade, JULGO EXTINTO o presente feito, com julgamento de mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do Novo Código de Processo Civil.Tomem-se as seguintes

providências:1) Encaminhe-se cópia da presente sentença à Delegacia de Polícia Judiciária Civil e ao Destacamento da Polícia Militar desta Comarca; 2) Intimem-se as partes, cientificando a vítima de que nada a impede de requerer novas medidas protetivas, havendo justa motivação; 3) Dê-se ciência ao Ministério Público. 5) Por fim, com o trânsito em julgado, arquive-se autos com as baixas e cautelas de estilo.Cumpra-se, expedindo o necessário.
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, ALESSANDRA NEVES DE SOUSA, digitei.
Tapurah, 11 de dezembro de 2019
Jucileine Kreutz de Lima Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.686/CNGC

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Melissa de Lima Araújo
Cod. Proc.: 69358 Nr: 659-32.2019.811.0108
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MP-M
PARTE(S) REQUERIDA(S): VC
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JANAINA LINO SERRA TEIXEIRA - OAB:23145/O, Marcio Ronaldo de Deus da Silva - OAB:OAB/MT 13.171
Autos n.º 659-32.2019.811.0108 - Código 69358.
Autor: Ministério Público do Estado de Mato Grosso.
Réu: Valmor Chaves.
AÇÃO PENAL.
Vistos.
Inicialmente, HOMOLOGO o pedido de desistência quanto a oitiva da testemunha Thais dos Santos Souza, formulado pela defesa às fls. 146.
Ademais, tendo em vista que não restam testemunhas a serem inquiridas, DECLARO encerrada a fase de instrução processual, devendo o feito ser remetido com vistas às partes para apresentação de alegações finais, no prazo legal, a iniciar pelo Ministério Público.
Após, volvam-me os autos conclusos para deliberação.
Cumpra-se, expedindo-se o necessário.
Tapurah/MT, 12 de dezembro de 2019.
Melissa de Lima Araújo.
Juíza de Direito em substituição legal

Intimação das Partes
JUIZ(A): Melissa de Lima Araújo
Cod. Proc.: 60706 Nr: 2835-52.2017.811.0108
AÇÃO: Guarda->Processo de Conhecimento->Seção Cível->JUIZADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
PARTE AUTORA: YMDO
PARTE(S) REQUERIDA(S): PRS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FERNANDA DENICOLO - OAB:MT 17.713
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ASTOR BESKOW - OAB:MT 16.586- B
Autos n.º 2835-52.2017.811.0108 - Código 60706.
Requerente: Yohana Maria de Oliveira.
Requerido: Paulo Roberto Scheren.
AÇÃO DE GUARDA.
Vistos.
Dê-se vistas ao Ministério Público para manifestar-se quanto ao acordo entabulado entre as partes, às fls. 98/108, por se tratar de processo com interesse de menor.
Após, volvam-me os autos conclusos para deliberação.
Cumpra-se, expedindo-se o necessário.
Tapurah/MT, 12 de dezembro de 2019.
Melissa de Lima Araújo.
Juíza de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Melissa de Lima Araújo
Cod. Proc.: 19816 Nr: 880-35.2007.811.0108
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ANGELIM GOUBAD
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Flávia Beatriz Corrêa da Costa S. Soares - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Autos n.º 880-35.2007.811.0108 - Código 19816.
Exequente: Fazenda Pública Estadual.
Executados: Angelim Goubad
EXECUÇÃO FISCAL.
Vistos.
Trata-se de Execução Fiscal movida pela Fazenda Pública Estadual, em face de Angelim Goubad, ambos devidamente qualificados nos autos em epígrafe.
No decorrer do procedimento a parte exequente pugnou pela extinção da ação, ante o adimplemento do débito (fls. 33/34).
Formalizados os autos, vieram conclusos para deliberação.
É o relato do necessário.
Fundamento e Decido.
No decorrer do procedimento o executado adimpliu integralmente a obrigação executada.
Ante o exposto, JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÇÃO, nos 924, II, do Código de Processo Civil/2015, vez que, consoante consta nos autos, o executado satisfez a obrigação.
Com efeito, eventual penhora efetivada nos autos, fica prejudicada, devendo ser liberado do ônus o(s) referido(s) bem(s).
Transitada em julgado a sentença, arquive-se com as baixas e anotações de estilo.
Custas e honorários pelo executado, se houver.
Publique-se.
Registre-se.
Intime-se.
Cumpra-se, expedindo-se o necessário.
Tapurah/MT, 12 de dezembro de 2019.
Melissa de Lima Araújo.
Juíza de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Melissa de Lima Araújo
Cod. Proc.: 21414 Nr: 820-28.2008.811.0108
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ANGELIM GOUBAD
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Fernando Pasini - OAB:OAB/MT 8856
Autos n.º 820-28.2008.811.0108 - Código 21414.
Exequente: Fazenda Pública Estadual.
Executados: Angelim Goubad
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.
Vistos.
INTIME-SE a parte exequente para se manifestar acerca do petitório de fls. 86/87, no prazo de 15 dias.
INIME-SE, mediante carga dos autos.
Após, volvam-me os autos conclusos para deliberação.
Cumpra-se, expedindo-se o necessário.
Tapurah/MT, 12 de dezembro de 2019.
Melissa de Lima Araújo.
Juíza de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Melissa de Lima Araújo
Cod. Proc.: 41017 Nr: 1556-07.2012.811.0108
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Banco de Lage Landen Brasil S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): RENATO SUSSUMU TAKAHASHI
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA - OAB:17224, LUIZ ANTONIO FILIPPELLI - OAB:MT 15.280-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DANIELA HOFFMANN ZAMBENEDETTI - OAB:OAB/MT 13461-A, TIAGO MATHEUS SILVA BILHAR - OAB:MT 13.412-A, VINICIUS DIOGO SCHIRMER DE PAULA - OAB:15079
Autos n.º 1556-07.2012.811.0108 - Código 41017.

Exequente: Banco de Lage Landen Brasil S/A.
Executados: Renato Sussumu Takahashi
EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL.
Vistos.
Trata-se de Execução De Título Extrajudicial movida por Banco de Lage Landen Brasil S/A, em face da Renato Sussumu Takahashi, ambos devidamente qualificados nos autos em epígrafe.
As partes entabularam acordo, tendo este sido homologado às fls. 122.
A parte autora pugnou pela extinção do feito, ante a quitação das obrigações abrangidas no acordo (fls. 125).
É o relato do necessário.
Fundamento e Decido.
Extrai-se das fls. 125 que a parte executada cumpriu de forma integral com as condições entabuladas entre as partes.
Certo é que, a disciplina do artigo 924, inciso II do Novo Código de Processo Civil traz que a extinção da execução ocorre quando a obrigação for satisfeita, restando, como via de consequência, a perda do objeto da ação.
Ante o exposto, JULGO EXTINTO o processo com resolução de mérito, nos termos do artigo 924, inciso II do Novo Código de Processo Civil.
Transitado em julgado a sentença, ARQUIVEM-SE os autos com as baixas e cautelas de estilo.
Custas e honorários remanescentes nos termos da clausula DÉCIMA PRIMEIRA do acordo entabulado entre as partes, (fls. 120-v).
Publique-se.
Registre-se.
Intime-se.
Cumpra-se, expedindo o necessário.
Tapurah/MT, 12 de dezembro de 2019.
Melissa de Lima Araújo.
Juíza de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Melissa de Lima Araújo
Cod. Proc.: 55370 Nr: 2347-34.2016.811.0108
AÇÃO: Perda ou Suspensão do Poder Familiar->Processo de Conhecimento->Seção Cível->JUIZADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
PARTE AUTORA: MP-M
PARTE(S) REQUERIDA(S): SBO, AGdC
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Ana Carolina Belleze Silva - OAB:MT 9.601-B
Processo n°: 347-34.2016.811.0108 (Código 55370)
Autor: Ministério Público Estadual
Requeridos: Sandra Bressiani Ortiz e Outros
AÇÃO DESTITUIÇÃO PODER FAMILIAR
Vistos.
Antes do julgamento do feito, aguarde-se a retomada do convívio dos menores ao ambiente familiar da genitora, de forma gradual, na forma determinada nos autos em apenso (código 63127).
Encerrado o período de adaptação, consoante decisão proferida naqueles autos, conclusos para sentença.
Intime-se.
Cumpra-se, expedindo-se o necessário.
Tapurah/MT, 12 de dezembro de 2019.
MELISSA DE LIMA ARAÚJO
Juíza de Direito em substituição legal

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Melissa de Lima Araújo
Cod. Proc.: 63127 Nr: 1102-17.2018.811.0108
AÇÃO: Medidas de Proteção à Criança e Adolescente->Processo de Execução->Seção Cível->JUIZADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
PARTE AUTORA: CTdT
PARTE(S) REQUERIDA(S): SBO, WJP, AGdC
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Amanda de Souza Campos Belo - OAB:MT 12.584
Processo n°: 1102-17.2018.811.0108 (Código 63127)
Autor: Conselho Tutelar de Tapurah
Requeridos: Sandra Bressiani Ortiz e Outros
MEDIDAS CAUTELARES
Vistos.
Atenta à manifestação ministerial (fl.202/203), em conformidade com os relatórios de estudos psicossociais apresentados recentemente nos autos, pertinente a tentativa de reinserção dos menores ao ambiente familiar materno, porém, de forma gradual, a fim de se evitar qualquer nova situação de risco aos infantes.
Sendo assim, defiro o requerimento de fl. 203, devendo o desacolhimento dos infantes ser promovido da seguinte forma:
a) Realização de visitas supervisionadas pela equipe técnica do juízo, de forma semanal, pelo período de 30 (trinta) dias;
b) Encerrado o referido prazo, poderão os menores pernoitar na residência da genitora, aos finais de semana, podendo busca-los aos sábados pela manhã e devolvê-los à instituição de abrigo na segunda-feira pela manhã, respeitando-se o horário escolar, o que deverá ocorrer pelo período de 30 (trinta) dias;
c) Encerrado esse período, deverá ser elaborado relatório técnico circunstanciado, pela equipe multidisciplinar do juízo, avaliando a possibilidade do desacolhimento definitivo dos menores.
Aportando o relatório respectivo, vistas ao Ministério Público para manifestação.
O período de adaptação deverá ser acompanhado rigorosamente pela equipe técnica do juízo, a fim de resguardar a integridade física e psicológica dos menores, destacando os fatos pretéritos relatados nos autos.
Ademais, em consonância com o parecer ministerial, determino o acompanhamento psicológico da genitora Sandra Bressiani Ortiz, a fim de assegurar a sua melhora permanente, garantindo a possibilidade do desabrigamento definitivo dos menores.
Intime-se.
Cumpra-se, expedindo-se o necessário.
Tapurah/MT, 12 de dezembro de 2019.
MELISSA DE LIMA ARAÚJO
Juíza de Direito em substituição legal

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Melissa de Lima Araújo
Cod. Proc.: 49870 Nr: 1518-87.2015.811.0108
AÇÃO: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública->Procedimento de Cumprimento de Sentença/Decisão->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ADEMAR DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Amanda de Souza Campos Belo - OAB:MT 12.584
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Autos n.º 1518-87.2015.811.0108 - Código 49870.
Exequente: Ademar da Silva.
Executados: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Vistos.
Inobstante a decisão proferida às fls. 99, determinando o levantamento das Requisições de Pequeno Valor (RPV) em favor da parte autora e de sua causídica, separadamente, observo que não houve a expedição de alvará referente aos referidos montantes, motivo pelo qual DEFIRO o pedido formulado pela parte exequente, às fls. 100, devendo os valores de fls. 97 e 98 serem levantados, integralmente, via alvará judicial, em favor da causídica da demandante, na conta informada em seu petitório de fls. 100.
Noutro giro, intime-se a parte autora para que informe, quanto a implantação do beneficio pela parte ré, no prazo de 15 dias, conforme já determinado às fls. 99.
Intime-se.
Cumpra-se, expedindo-se o necessário.
Tapurah/MT, 12 de dezembro de 2019.
Melissa de Lima Araújo.
Juíza de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Melissa de Lima Araújo
Cod. Proc.: 72118 Nr: 1856-22.2019.811.0108
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MP-M
PARTE(S) REQUERIDA(S): FML
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Cássio de Souza - OAB:21098-MS

(...) Isto posto, RECEBO a denúncia ofertada pelo Ministério Público contra o acusado FABRÍCIO MIRANDA LOPES.CITE-SE o acusado para responder a acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, conforme preconiza o artigo 396 do CPP, em nada se manifestando, remeta-se à Defensoria Pública.Na resposta, o acusado poderá arguir preliminares e alegar tudo que interesse a sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário, com fundamento no artigo 396-A do CPP.INDEFIRO o pedido acostado na cota ministerial de fls. 44 – item 02, eis que tal providência cabe à parte.Outrossim, DEFIRO os pedidos contidos na cota ministerial de fls. 44 – itens 03 e 04, conforme requerido pelo Ministério Público em sua manifestação.Quanto ao pedido posto pela parte ré, às fls. 62/63, dê-se vistas ao Ministério Público para manifestação.Cumpra-se, expedindo o necessário.De Lucas do Rio Verde/MT p/ Tapurah/MT, 12 de dezembro de 2019.Melissa de Lima Araújo.Juíza de Direito em substituição legal

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Melissa de Lima Araújo
Cod. Proc.: 66754 Nr: 3191-13.2018.811.0108
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: HRMR, NBMR, LJM, JAMR
PARTE(S) REQUERIDA(S): WJADR
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

(...) Ademais, tendo em vista que o requerido, apesar de regularmente citado (fls. 26-v), não efetuou o pagamento, ainda que parcial, do débito executado, ou ofereceu proposta capaz de adimplir com o débito exequendo, e, em consonância com o parecer ministerial, de fls. 37, DECRETO A PRISÃO CIVIL do requerido Wellinton Junior Araújo dos Reis, pelo prazo de 30 (trinta) dias ou até que efetue o pagamento das três últimas parcelas de alimentos vencidas durante o curso do feito.Expeça-se mandado de prisão civil, observando que o executado deverá permanecer separado dos presos comuns.De igual modo, DEFIRO os demais pedidos formulados pela parte demandante, para que seja realizado o protesto contra o devedor, perante ao Cartório de 2º Oficio desta Comarca, bem como perante aos órgãos de proteção ao crédito (SPC e SERASA) para negativação do nome do requerido, encaminhando-se em anexo aos respectivos ofícios a serem expedidos, cópia do pronunciamento judicial a ser protestado, bem assim, cópia da planilha do débito atualizado para constar no protesto.Expeça-se carta precatória ao endereço declinado às fls. 26-v e 31-v, para cumprimento do mandado de prisão civil.Intime-se a parte exequente para que apresente a atualização do débito exequendo.Proceda-se em segredo de justiça.Ciência ao Ministério Público e à Defesa.Cumpra-se, expedindo-se o necessário.Tapurah/MT, 12 de dezembro de 2019.Melissa de Lima Araújo.Juíza de Direito

Juizado Especial Cível e Criminal

Intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001319-09.2019.8.11.0108
Parte(s) Polo Ativo:
ONIDES MORESCHI - EPP (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO HENRIQUE FRAGA DAVY OAB - GO46487 (ADVOGADO(A))
PEDRO HENRIQUE FREIRE DINIZ OAB - GO47767 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
COFCO INTERNATIONAL GRAINS LTDA. (REQUERIDO)
PACTUS TRANSPORTES LTDA - ME (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1001319-09.2019.8.11.0108 POLO ATIVO:ONIDES MORESCHI - EPP ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: PEDRO HENRIQUE FREIRE DINIZ, PAULO HENRIQUE FRAGA DAVY POLO PASSIVO: PACTUS TRANSPORTES LTDA - ME e outros FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: Audiências de Conciliação Data: 11/02/2020 Hora: 16:40 , no endereço: AVENIDA RIO DE JANEIRO, 223, CENTRO, TAPURAH - MT - CEP: 78000-000 . CUIABÁ, 12 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Comarca da Terra Nova do Norte

Vara Única

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Janaína Rebucci Dezanetti
Cod. Proc.: 67692 Nr: 748-27.2019.811.0085
AÇÃO: Carta Precatória->Cartas->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): JOSE TOMIM DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: EDER JOSE DE OLIVEIRA - OAB:18.013 MT, PAULO ROGERIO DE OLIVEIRA - OAB:11324/O
Processo nº: 748-27.2019.811.0085 (Código 67692)
Vistos.
Considerando a manifestação ministerial de fl. 09, REDESIGNO a solenidade anteriormente aprazada para o dia 17/12/2019, às 13h50min, face a ausência de data anterior na pauta.
OFICIE-SE ao Juízo Deprecante, comunicando sobre a redesignação da audiência.
CIENTIFIQUE-SE o Ministério Público Estadual
CUMPRA-SE, expedindo o necessário.
ÀS PROVIDÊNCIAS.
De Alta Floresta para Terra Nova do Norte, 12 de novembro de 2019.
Janaína Rebucci Dezanetti
Juíza de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Janaína Rebucci Dezanetti
Cod. Proc.: 67947 Nr: 824-51.2019.811.0085
AÇÃO: Carta Precatória->Cartas->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): JOÃO GLADKI PETRENKO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: EDUARDO OLIVEIRA FRAGA - OAB:18.506 MT, EDUARTI MATOS CARRIJO FRAGA - OAB:4574
Carta Precatória nº 824-51.2019.811.0085 (Código 67947)
Vistos.
DESIGNO o dia 17/12/2019, às 14h20min, face a ausência de data anterior na pauta, para audiência a ser realizada nesta Comarca, onde deverá comparecer a testemunha JOÃO BOSCO NOGUEIRA DE PINHO, para ser inquirida neste Juízo.
OFICIE-SE ao Juízo Deprecante, comunicando sobre a designação da solenidade.
Após, cumpridos todos os atos constantes do objeto da respectiva carta precatória, DEVOLVA-SE ao Juízo deprecante, com as baixas de estilo e com nossas homenagens.
Caso seja negativo o mandado de intimação da(s) testemunha(s), DETERMINO a imediata devolução da respectiva carta precatória à comarca de origem, independentemente de nova conclusão, pelo que determino desde já o cancelamento da solenidade pela secretaria, procedendo-se com as comunicações necessárias.
CIÊNCIA ao Ministério Público.
CUMPRA-SE, expedindo o necessário.
ÀS PROVIDÊNCIAS.
De Alta Floresta para Terra Nova do Norte, 19 de novembro de 2019.
Janaína Rebucci Dezanetti
Juíza de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 68105 Nr: 870-40.2019.811.0085
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ALINE KATIÚSCIA DA SILVA FIDELEX

PARTE(S) REQUERIDA(S): KLAYTON ANTÔNIO FIDELEX
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: TALES SALES - OAB:20768/O MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MAX ALEI GOULART - OAB:OAB/MT Nº 8403
ATO ORDINATÓRIO. Certifico e dou fé que passo a cumprir o item (i) das fls. 13, a seguir transcrito: "(...) i) INTIME-SE a parte requerida, na pessoa de seu advogado ou, caso não o tenha ou decorrido um ano do trânsito em julgado da sentença, via carta com AR (art. 513, §4º), para que cumpra a obrigação de fazer imposta na sentença de fls. 215/217, no prazo de 15 (quinze dias), consignando que em não ocorrendo o cumprimento voluntário no prazo aludido, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito, bem como honorários advocatícios arbitrados no mesmo patamar."

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 52794 Nr: 66-48.2014.811.0085
AÇÃO: Cautelar Inominada->Processo Cautelar->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: SONIA MARIA DE PAIVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): TATIANE LEMOS MIGUEL, LUIZ FELIPE PEREIRA DE LIMA, KARINA LEMOS MIGUEL GIBBINI, LUIZ EDUARDO GIBBINI
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: HELIO PEREIRA DE SOUZA - OAB:OAB/MT Nº 13911
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO Intimação do advogado(a) ALEXANDRE FRANKLIN CARDOSO, para devolução dos autos nº 66-48.2014.811.0085, Protocolo 52794, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de adoção das medidas cabíveis (Provimento 38/2015/CGJ).

Edital de Intimacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 39032 Nr: 141-92.2011.811.0085
AÇÃO: Inventário->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MARLI LOPES, SOELI LOPES, ROZELI LOPES, CARLOS LOPES
PARTE(S) REQUERIDA(S): IBRAEMA PIRES DO NASCIMENTO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ALINE ALENCAR DE OLIVEIRA - OAB:OAB/MT 16037
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO 30 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) intimada(s): SOELI LOPES, Cpf: 91292778172, Rg: 1779561-3, Filiação: Vicente Lopes e Ibraema Pires do Nascimento, data de nascimento: 24/07/1980, brasileiro(a), natural de Juvinópolis-PR, atualmente em local incerto e não sabido ROZELI LOPES, Cpf: 88534766134, Rg: 2457769-3, Filiação: Ibraema Pires do Nascimento e Vicente Lopes, data de nascimento: 30/05/1978, brasileiro(a), natural de Cascavel-PR, convivente, dolar e atualmente em local incerto e não sabido CARLOS LOPES, Cpf: 04776258196, Filiação: Vicente Lopes e Ibraema Pires do Nascimento, data de nascimento: 09/04/1977, brasileiro(a), natural de Cascavel-PR, solteiro(a), serviço gerais. atualmente em local incerto e não sabido
FINALIDADE: INTIMAÇÃO da parte acima qualificada, atualmente em lugar incerto e não sabido, dos termos da r. sentença proferida nos autos e a seguir transcrita. bem como para que, no prazo de 05 (cinco) dias efetue o pagamento das custas judiciais, sob pena de ser lavrada certidão e encaminhada à procuradoria Estadual para a devida Execução fiscal, sem prejuízo das devidas anotações no Cartório Distribuidor desta Comarca, na forma determinada na Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da justiça.
Sentença: Trata-se de Inventário e Partilha do Espólio da inventariada Ibraema Pires do Nascimento pleiteada pela inventariante Marli Lopes.A inicial foi recebida à fl. 30.Ato contínuo, a inventariante foi instada para manifestar-se sobre a nomeação da advogada dativa (fl. 55), tendo em vista ausência de DPE (fl. 48), de forma que deixara transcorrer o prazo para manifestação (fl. 58).É o sucinto relatório. Decido.A lei processual, quando da inércia da parte autora em promover o seguimento do feito, prevê a possibilidade de extinção sem resolução do mérito, nos exatos termos do art. 267, III e IV, do CPC. Trata-se de providência estatal com o fim de cessar a dispendiosa movimentação da máquina judiciária diante do desinteresse da parte na prestação jurisdicional.O Poder Judiciário não pode ficar "entulhado" de processos sem qualquer interesse das partes, pois tal situação é potencialmente causadora da demora na tramitação de outros feitos cujas partes possuem relevante interesse em seu término, contribuindo para a famigerada lentidão processual.FORTE EM TAIS FUNDAMENTOS e em cumprimento aos limites procedimentais do Código de Processo Civil julgo extinto o presente processo sem resolução do mérito, nos termos do artigo 267, inc. III, do CPC.Eventuais custas pela parte requerente.Transitada em julgado, arquivem-se após as baixas e anotações necessárias.P.R.I.C.
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Gizela Terezinha Garcia Soares da Silva, digitei.
Terra Nova do Norte, 21 de novembro de 2019

Edital de Intimacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 51006 Nr: 938-34.2012.811.0085
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): FABIANO VIEIRA DE SOUZA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: QUECELE DE CARLI - OAB:OAB/MT 17062/O
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO 30 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) intimada(s): FABIANO VIEIRA DE SOUZA, Cpf: 88083250163, Rg: 1.282.562-0, Filiação: Maria Vieira de Souza e Miguel Vieira, data de nascimento: 19/02/1977, brasileiro(a), natural de Mairiporã-SP, convivente, serrador. atualmente em local incerto e não sabido
FINALIDADE: INTIMAÇÃO da parte acima qualificada, atualmente em lugar incerto e não sabido, dos termos da r. sentença proferida nos autos e a seguir transcrita. .
Sentença: Ante o exposto e por tudo o mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE a pretensão punitiva estatal para CONDENAR o acusado FABIANO VIEIRA DE SOUZA, nas infrações do delito de furto qualificado, capitulado no artigo 155, § 4º, II, do Código Penal, razão pela qual, passo a dosar sua pena, em estrita observância aos artigos 68, caput, do Código Penal e 5º, XLVI, da Constituição Federal.IV – DOSIMETRIA DA PENAA pena prevista para o delito de furto qualificado é de reclusão de 02 (dois) a 08 (oito) anos e multa.1ª Fase – Pena Base:Analisando as diretrizes do artigo 59, do Código Penal, denoto que o acusado agiu com culpabilidade normal à espécie, nada tendo a se valorar. Não revela possuir antecedentes criminais, vistos que são imaculados. Não constam nos autos elementos e provas para analisar, com exatidão, a conduta social e a personalidade do agente, apesar de a conduta delitiva indicar propensão ao ilícito e dificuldade na assimilação dos valores morais básicos. O motivo do crime é o lucro obtido de forma fácil, o qual já é punido pela própria tipicidade e previsão do delito, de acordo com a própria objetividade jurídica dos crimes contra o patrimônio. As circunstâncias não são desfavoráveis. As consequências são próprias do tipo. No que se refere ao comportamento da vítima, essa são inexistente.À vista dessas circunstâncias analisadas individualmente é que fixo a pena-base em 02 (dois) anos de reclusão e ao pagamento de 20 (vinte) dias-multa, cada um no equivalente a um trigésimo do salário mínimo vigente ao tempo do fato delituoso, observado o disposto pelo artigo 60 do Código Penal.2ª Fase – Atenuantes e Agravantes:Reconheço a atenuante de confissão espontânea, porém, deixo de valorá-la por força da súmula 231 do STJ, mantendo a pena intermediária em 02 (dois) anos de reclusão e ao pagamento de 20 (vinte) dias-multa. Não havendo circunstancias agravantes da pena passo à terceira fase da dosimetria penal.3ª Fase – Causas de Diminuição ou Aumento:Não há causas de diminuição ou aumento a serem observadas.Assim, fica o acusado condenado definitivamente a pena de 02 (dois) anos de reclusão e ao pagamento de 20 (vinte) dias-multa.Da pena de multaRespeitando a proporcionalidade com as circunstâncias judiciais já aferidas, fixo a pena de multa em 20 (vinte) dias-multa, à razão de um trigésimo do salário mínimo vigente à época dos fatos.DO REGIME DE CUMPRIMENTO DE PENANos termos do artigo 33, parágrafo 2°, alínea 'c' e § 3º, do Código Penal, estabeleço o

regime inicialmente aberto para o cumprimento da pena privativa de liberdade.DA DETRAÇÃONão há detração a ser analisada tendo em vista que o acusado respondeu o processo em liberdade.DA SUBSTITUIÇÃO DA PENA Tendo em vista que o acusado preenche as condições objetivas e subjetivas previstas no artigo 44 e seguintes do Código Penal, aplico a substituição da pena privativa de liberdade por duas penas restritivas de direito (art. 44, § 2º, 2ª parte, CP), por entender ser esta medida socialmente recomendável ao caso dos autos.A pena consistirá na prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas e pena pecuniária, cujas formas e condições serão fixadas em audiência admonitória a ser designada para tal finalidade.SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENAComo foi aplicada ao acusado a substituição da pena privativa de liberdade, medida que lhe é penalmente mais favorável, como reconhecido no item 65 da Exposição de Motivos do Código Penal, não há que se falar em aplicação do sursis, na esteira do disposto no artigo 77, III, do Código Penal. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAISIsento o acusado ao pagamento das custas e despesas processuais.Intime-se pessoalmente o réu da presente sentença condenatória.Certificado o trânsito em julgado, cumpra-se conforme determinado a seguir: 1. Lance-se o nome dos condenados no rol dos culpados;2. Expeça-se ofício ao TRE-MT, via sistema INFODIP, nos termos do artigo 1.455 da CNGC;3. Expeçam-se ofícios comunicando o trânsito em julgado da sentença condenatória irrecorrível aos órgãos de identificação Federal e Estadual;4. Expeça-se a carta de execução de pena instruindo-a conforme determina a Lei de Execuções Penais e a CNGC.5. Após, encaminhe a guia respectiva ao Juízo de Execuções Penais competente.6. Recolha-se a pena pecuniária na conformidade do que dispõe o art. 686, CPP ou do art. 164 e seguintes da Lei nº 7.172 (Lei das Execuções Penais). A multa deverá ser paga dentro de 10 dias do trânsito em julgado (art. 50, CP). O quantum deverá ser atualizado, por ocasião da execução (art. 49, § 2º, CP). Expeça-se certidão em favor do(a) advogado(a) nomeado(a) a fim de que possa cobrar os honorários arbitrados junto ao Estado de Mato Grosso.Após o cumprimento de todas as determinações constantes da presente sentença (mormente a expedição de guia de execução definitiva), devidamente CERTIFICADO, ARQUIVE-SE o presente, mediante as baixas e cautelas de praxe.ÀS PROVIDÊNCIAS.Terra Nova do Norte, 07 de março de 2018.Jean Paulo Leão RufinoJuiz de Direito

E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Gizela Terezinha Garcia Soares da Silva, digitei.

Terra Nova do Norte, 21 de novembro de 2019

Ercílio Giacomel Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.686/CNGC

Edital de Intimacao

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 51233 Nr: 1181-75.2012.811.0085

AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: MPDEDMG

PARTE(S) REQUERIDA(S): NADS

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PRAZO 30 DIAS

Pessoa(s) a ser(em) intimada(s): NIVALDO ANTONIO DE SOUZA, Cpf: 95278036168, Rg: 1324055-2, Filiação: Filipa Domingas de Souza e Benedito Raimundo de Souza, data de nascimento: 01/12/1976, brasileiro(a), natural de Rosario Oeste-MT, casado(a), vaqueiro, Telefone (66) 9647-3250. atualmente em local incerto e não sabido

FINALIDADE: INTIMAÇÃO da parte acima qualificada, atualmente em lugar incerto e não sabido, dos termos da r. sentença proferida nos autos e a seguir transcrita. Bem como, para que compareça à Secretaria do juízo, no prazo de 05 (cinco) dias para INFORMAR a conta bancária em que será realizada a restituição da fiança arbitrada pela autoridade policial, nos termos do art. 337 do Código de Processo Penal, advertindo o acusado que a inércia ensejará perdimento do valor depositado, nos termos do que preceitua a CNGC.

Sentença: "...Posto isto, em razão da falta de interesse processual, declaro EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado NIVALDO ANTONIO DE SOUZA, devidamente qualificado nos autos, com relação ao delito capitulado no artigo 129, §9º (quinta figura), c/c artigo 7º, inciso I, da Lei 11.340/06.P.R.I.C.DETERMINO a intimação do acusado para que compareça à Secretaria do juízo, no prazo de 05 (cinco) dias para INFORMAR a conta bancária em que será realizada a restituição da fiança arbitrada pela autoridade policial, nos termos do art. 337 do Código de Processo Penal, advertindo o acusado que a inércia ensejará perdimento do valor depositado, nos termos do que preceitua a CNGC.Com a juntada dos dados bancários de titularidade do acusado, PROCEDA-SE esta Secretaria do juízo com o levantamento do valor pertinente.CUMPRA-SE com urgência o presente feito, tendo em vista que o mesmo encontra-se incluso na Meta 02 do Conselho Nacional de Justiça.Após o trânsito em julgado, cumpridas as formalidades legais, arquivem-se os autos com as baixas e anotações de praxe.Às providências."

E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Gizela Terezinha Garcia Soares da Silva, digitei.

Terra Nova do Norte, 22 de novembro de 2019

Ercílio Giacomel Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.686/CNGC

Juizado Especial Cível e Criminal

Expediente

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 38018 Nr: 578-70.2010.811.0085

AÇÃO: Termo Circunstanciado->Procedimentos Investigatórios->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

PARTE(S) REQUERIDA(S): JOSÉ PEREZ DURAN

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO Intimação do advogado(a) ALEXANDRE FRANKLIN CARDOSO, para devolução dos autos nº 578-70.2010.811.0085, Protocolo 38018, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de adoção das medidas cabíveis (Provimento 38/2015/CGJ).

Comarca de Vila Bela da Santíssima Trindade

Vara Única

Expediente

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 67953 Nr: 696-55.2019.811.0077

AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso

PARTE(S) REQUERIDA(S): Kelvis Adriano Saucedo Sundadozo, Acacio Ferreira Alves

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Felipe de Paula Zamo - OAB:24192/O, Graciele Cristina Romero Munhoz - OAB:20.748-O/MT

Certifico e dou fé que, nos termos da Legislação Vigente e Provimento n°. 52/2007-CGJ, impulsiono o presente feito aos advogados dos Réus com a finalidade abrir vistas as partes para apresentar as Alegações Finais conforme Termo de Audiência fl.(168/168v°) e em conformidade as Ordem de Serviço n°. 01/2008 e 01/2017 deste Juízo.

Para constar, lavrei a presente.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 66002 Nr: 1489-28.2018.811.0077

AÇÃO: Mandado de Segurança->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: MLB, MLS

PARTE(S) REQUERIDA(S): DdPCQM

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Felipe Carlos Almeida - OAB:19847, Felipe Carlos Almeida - OAB:19847/O

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Certifico que, em cumprimento a r. decisão de fls. 41/41vº compulsei

detidamente o presente feito, e verifiquei que no termo de apreensão de fls. 15 e 45vº, não consta 04 CRV's apreendidos, mas somente 01 CRV apreendida em nome de Sandra A. do Nascimento; assim o pedido do autor quanto a restituição de 04 CRV's fica por ora prejudicado.
Certifico ainda que, diante do supra relatado e nos termos da legislação vigente e Provimento nº. 56/2007-CGJ, impulsiono o feito para intimar o advogado dos impetrantes para manifestar-se, no prazo legal, em conformidade as ordens de serviços nº. 01/2008 e 01/2017 deste juízo.
Para constar, lavrei a presente.

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 31396 Nr: 696-36.2011.811.0077
AÇÃO: Procedimento Sumário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Catarina Rosaria Charupa
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: RAFAEL NEVACK RIBEIRO - OAB:15196/A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO Intimação do advogado(a) PAULO ROGÉRIO DE SOUZA E SILVA, para devolução dos autos nº 696-36.2011.811.0077, Protocolo 31396, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de adoção das medidas cabíveis (Provimento 38/2015/CGJ).

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 52401 Nr: 590-06.2013.811.0077
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Ernesto Urtado Egues
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Fabricio de Almeida Teixeira - OAB:15073/A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO Intimação do advogado(a) PAULO ROGÉRIO DE SOUZA E SILVA, para devolução dos autos nº 590-06.2013.811.0077, Protocolo 52401, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de adoção das medidas cabíveis (Provimento 38/2015/CGJ).

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 56090 Nr: 437-02.2015.811.0077
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Ilma Nunes Oliveira
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Fabricio de Almeida Teixeira - OAB:15073/A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO Intimação do advogado(a) PAULO ROGÉRIO DE SOUZA E SILVA, para devolução dos autos nº 437-02.2015.811.0077, Protocolo 56090, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de adoção das medidas cabíveis (Provimento 38/2015/CGJ).

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 58379 Nr: 441-05.2016.811.0077
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Jose Marcus de Carli
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Fabricio de Almeida Teixeira - OAB:15073/A, Paulo Rogério de Souza e Silva - OAB:20.236/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO Intimação do advogado(a) PAULO ROGÉRIO DE SOUZA E SILVA, para devolução dos autos nº 441-05.2016.811.0077, Protocolo 58379, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de adoção das medidas cabíveis (Provimento 38/2015/CGJ).

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Elmo Lamoia de Moraes
Cod. Proc.: 50906 Nr: 730-74.2012.811.0077
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Ailton Rodrigues dos Santos
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Júlia Daibert Rocha - OAB:MG 142.563
a)com fundamento no art. 386, inciso VII, do Código de Processo Penal, julgo improcedente a pretensão punitiva e ABSOLVO o acusado AILTON RODRIGUES DOS SANTOS da imputação deduzida na exordial acusatória, qual seja, art. 180, "caput", c/c art. 29, ambos do Código Penal.23.Certificado o trânsito e julgado oficie-se aos órgãos de registro criminal, na forma da lei.24.Por fim, arbitro em favor da advogada dativa, Dra. Júlia Daibert Rocha – OAB/MG n. 142.563, honorários advocatícios proporcionais no montante de 5 (cinco) URH, equivalente a R$ 4.642,58, em observância à proporcionalidade entre o trabalho realizado e o disposto nos itens 7 e 7.1 da Tabela XIX da OAB/MT 2019. Expeça-se certidão de crédito para fins de cobrança, independentemente do trânsito em julgado da sentença, sendo que os honorários de eventual fase recursal serão arbitrados oportunamente, conforme o trabalho realizado.Publique-se, registre-se e intimem-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Elmo Lamoia de Moraes
Cod. Proc.: 57604 Nr: 67-86.2016.811.0077
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MPdEdMG
PARTE(S) REQUERIDA(S): JMMJ
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Miguel de Carvalho Franco - OAB:MT/3.498-A
31.Por todo o exposto, julgo IMPROCEDENTE a pretensão contida na denúncia para:a)nos termos do artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal, ABSOLVER o acusado JOÃO MILTON MATOS JUSTIANO quanto ao delito tipificado no art. 217-A, c/c art. 226, inciso II, ambos do Código Penal.32.Desnecessária intimação pessoal do acusado quanto à sentença de absolutória, nos termos do art. 1.387 da CNGC/MT.33.Certificado o trânsito e julgado oficie-se aos órgãos de registro criminal, nas formas da lei.34.Publique-se. Registre-se e intime-se.35.Às providências de estilo. Expeça-se o necessário.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Elmo Lamoia de Moraes
Cod. Proc.: 28836 Nr: 1512-86.2009.811.0077
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: O Ministério Público do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Euripedes Martins Vieira
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Roberta Faria Lima - OAB:32.092/GO
DECLARO extinta a punibilidade do acusado EURIPEDES MARTINS VIEIRA em relação aos crimes previstos no art. 297, caput, c/c art. 304, caput, na forma do art. 69, todos do CP.Havendo bens móveis lícitos apreendidos, determino a intimação do acusado para retirada no prazo de 05 (cinco) dias. Decorrido o prazo sem manifestação, decreto o perdimento e determino a destruição ou doação para entidades beneficentes, conforme o estado de conservação, certificando-se nos autos.Determino que a(s) arma(s) e munição(ões) apreendida(s) seja(m) desvinculada(s) do processo. Assim, proceda a remessa do armamento ao Comando do Exército, para destruição ou doação aos órgãos de segurança pública ou às Forças Armadas, na forma do art. 25 da Lei 10.826/2003, regulamentado pelo art. 65 do Decreto 5.123/2004, na redação dada pelo Decreto 8.938/2016. Comunique-se à Direção do Foro para cumprimento, certificando-se nos autos.Desnecessária intimação pessoal do acusado quanto à sentença de extinção da punibilidade, nos termos do art. 1.387 da CNGC/MT.Por fim, arbitro em favor do advogado dativo, Dr. Alinor Sena Rodrigues – OAB/MT n. 11.453, honorários advocatícios proporcionais no montante de 01 (um) URH, equivalente a R$ 928,52, em observância à proporcionalidade entre o trabalho realizado e o disposto nos itens 7 e 7.1 da Tabela XIX da OAB/MT 2019. Expeça-se certidão de crédito para fins

de cobrança, independentemente do trânsito em julgado da sentença, sendo que os honorários de eventual fase recursal serão arbitrados oportunamente, conforme o trabalho realizado.Cumpra-se, publique-se e intime-se, expedindo o necessário.Ciências às partes.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Elmo Lamoia de Moraes
Cod. Proc.: 52459 Nr: 651-61.2013.811.0077
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: A União - Fazenda Nacional
PARTE(S) REQUERIDA(S): PRIMEIRO OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS TÍTULOS E DOCUMENTOS DA COMARCA DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Eliane Moreno Heidgger da Silva - Procuradora - OAB:2287-B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Obadias Coutinho dos Reis - OAB:7877/MT
Vistos, etc.
O depósito judicial foi convertido em renda e a guia GPS foi paga, conforme alvará judicial que junto aos autos.
Vista ao exequente para dizer se a obrigação foi integralmente adimplida ou se resta débito remanescente, prazo de cinco dias.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Elmo Lamoia de Moraes
Cod. Proc.: 31747 Nr: 1047-09.2011.811.0077
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Levi Martins Pimenta, Luiz Carlos de Sales
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Andre Henrique Barbosa da Silveira - OAB:15333, José Aécio Pires Salomé - OAB:3.111/TO, Matheus Salomé de Souza - OAB:24.554/O
Diante disso, com fundamento no art. 107, inciso IV, c/c 109, inciso V, ambos do Código Penal c/c artigo 61 do Código de Processo Penal, DECLARO extinta a punibilidade do réu LEVI MARTINS PIMENTA.91.Após o trânsito em julgado, recolha(m)-se o(s) mandado(s) de prisão eventualmente expedido(s) nos autos e arquivem-se os autos com as baixas e anotações pertinentes.92.Desnecessária intimação pessoal do acusado LEVI MARTINS PIMENTA quanto à sentença de extinção da punibilidade, nos termos do art. 1.387 da CNGC/MT.93.Por fim, arbitro em favor do advogado dativo, Dr. André Henrique Barbosa da Silveira – OAB/MT n. 15.333, honorários advocatícios proporcionais no montante de 5 (cinco) URH, equivalente a R$ 4.642,58, em observância à proporcionalidade entre o trabalho realizado e o disposto nos itens 7 e 7.1 da Tabela XIX da OAB/MT 2019. Expeça-se certidão de crédito para fins de cobrança, independentemente do trânsito em julgado da sentença, sendo que os honorários de eventual fase recursal serão arbitrados oportunamente, conforme o trabalho realizado.Publique-se, registre-se e intimem-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Elmo Lamoia de Moraes
Cod. Proc.: 55574 Nr: 234-40.2015.811.0077
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MPdEdMG
PARTE(S) REQUERIDA(S): RJCF
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Juliana Rafaella Soares Nava - OAB:13358
resultando numa PENA FINAL DE 10 (DEZ) ANOS E 08 (OITO) MESES DE RECLUSÃO.39.Regime de pena: diante do quantum de pena aplicada, nos termos do art. 33, §2º, alínea "a", do Código Penal, fixo o regime INICIALMENTE FECHADO para o cumprimento da reprimenda.40.Detração penal: diante do total da pena já fixada, deixo de reconhecer o disposto no art. 387, § 2º do CPP, pois sua aplicação não traria nenhum resultado prático na atual fase processual, já que o período da prisão provisória não corresponde com o total da fração aplicável ao caso, de maneira que as questões relativas à detração penal devem ser dirimidas pelo juízo execucional no momento oportuno.41.Substituição da pena e suspensão da pena: incabível a substituição em razão da natureza do delito e do quantum de pena aplicada.V – DISPOSIÇÕES GERAIS42.Da prisão preventiva: no que se refere ao disposto no art. 387, § 1º do CPP, considerando que o acusado foi solto na presente ação penal, concedo ao réu o direito de recorrer em liberdade.43.Indenização à vítima: não havendo pedido expresso para a fixação de valor mínimo para a reparação dos danos causados pela infração, deixo de aplicar o disposto no art. 387, IV, do CPP.44.Condeno o réu ao pagamento de custas e despesas processuais, devendo o valor ser descontado de eventual fiança prestada. 45.Transitada em julgado esta sentença condenatória, determino:a) comunique-se ao TRE/MT, para fins do art. 15, III da CR/88;b) comuniquem-se os institutos de identificação estadual e federal;c) expeça(m)-se guia de recolhimento definitiva, encaminhando-se ao juízo correspondente e,d) por fim, arquive-se com as baixas e cautelas de estilo.46.No ato da intimação da presente sentença, deverá ser indagado ao acusado se deseja recorrer, o que será feito mediante termo, a teor do art. 1.421 e parágrafo único da CNGCGJ/MT.47.Certificado o trânsito e julgado oficie-se aos órgãos de registro criminal, nas formas da lei.48.Publique-se. Registre-se e intime-se.49.Às providências de estilo. Expeça-se o necessário.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Elmo Lamoia de Moraes
Cod. Proc.: 52767 Nr: 919-18.2013.811.0077
AÇÃO: Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Maria Eva Maconhó Tapanaché
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Fabricio de Almeida Teixeira - OAB:15073/A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos, etc.
A Resolução TJMT/TP nº 03/2018, que Regulamenta o Processo Judicial Eletrônico no âmbito da 1ª e 2ª Instâncias do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, dispõe que:
"Art. 13. No Primeiro Grau de Jurisdição, as ações propostas até a data da implantação do Sistema PJe continuarão tramitando em meio físico, inclusive os respectivos incidentes processuais e as ações conexas, ainda que distribuídos por dependência posteriormente àquela data, exceto quando:
I – o processo principal já estiver baixado;
II – se tratar de cumprimento de sentença, observada a estratégia de digitalização do acervo físico a ser definida pela Corregedoria-Geral da Justiça".
No caso em comento, a ação de conhecimento tramitou na forma física e, portanto, por ocasião do pedido de cumprimento de sentença, deverá este ser distribuído na forma eletrônica, conforme exceção prevista no art. 13, II, acima.
Ante o exposto, DEIXO DE CONHECER do pedido de cumprimento de sentença e DETERMINO a intimação da parte exequente para distribuir o pedido na forma eletrônica, via PJe, instruído com digitalização das peças essenciais do processo, sem a necessidade de recolhimento de custas iniciais ou taxa judiciária, por se tratar de mera continuidade do mesmo processo já distribuído.
Certifique-se o trânsito em julgado, se ainda não tiver sido certificado.
Arquivem-se estes os autos físicos, com baixa na distribuição.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Elmo Lamoia de Moraes
Cod. Proc.: 53815 Nr: 525-74.2014.811.0077
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Rosirene de Oliveira Javanu
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Fabricio de Almeida Teixeira - OAB:15073/A, Paulo Rogério de Souza e Silva - OAB:20.236/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos, etc.
Considerando o teor da manifestação retro, HOMOLOGO por sentença, para que possa produzir seus jurídicos e legais efeitos a desistência da ação, para os fins do art. 200, parágrafo único do CPC e, em consequência, julgo extinto o processo, sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil, autorizando o desentranhamento dos documentos.
Custas pela parte autora, suspensa a exigibilidade em razão da justiça

gratuita.
Nos termos dos art. 934 e 935 da CNGC, dou como transitada em julgado nesta data a sentença, desnecessária a intimação das partes.
P.R.I.C. e, após, arquive-se, observadas as formalidades legais.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Elmo Lamoia de Moraes
Cod. Proc.: 30172 Nr: 1270-93.2010.811.0077
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Ermocinda Poiqui Charupa
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Fabricio de Almeida Teixeira - OAB:15073/A, Paulo Rogério de Souza e Silva - OAB:20.236/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos, etc.
Interposto recurso de apelação e/ou apelação adesiva, dê-se vista à parte recorrida para apresentar contrarrazões, no prazo legal.
Apresentadas as contrarrazões, remetam-se os autos ao Eg. Tribunal Regional Federal da 1ª Região, com as homenagens e cautelas de estilo.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Elmo Lamoia de Moraes
Cod. Proc.: 30173 Nr: 1271-78.2010.811.0077
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: José Ribeiro da Fonseca
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: RAFAEL NEVACK RIBEIRO - OAB:15196/A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos, etc.
Expeça-se alvará eletrônico.
Aguarde-se pagamento da RPV.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Elmo Lamoia de Moraes
Cod. Proc.: 31077 Nr: 376-83.2011.811.0077
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Vilma Magalhães Pereira Nobre
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Fabricio de Almeida Teixeira - OAB:15073/A, Paulo Rogério de Souza e Silva - OAB:20.236/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos, etc.
Vista ao exequente sobre manifestação do executado.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Elmo Lamoia de Moraes
Cod. Proc.: 32035 Nr: 1335-54.2011.811.0077
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Nadir Sala
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Jobé Barreto de Oliveira - OAB:8404/MT, Lucinéia Rodrigues de Souza - OAB:16339/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos, etc.
A parte autora não juntou aos autos o documento imprescindível para prosseguimento do feito, na esteira da jurisprudência do STF.
Mesmo após nova manifestação da causídica, não juntou o documento.
Se não for extinto sem mérito, será julgado improcedente.
Ao menos assim a parte pode propor novamente a ação, inclusive via PJE, que é mais célere.
Cumpra-se. Ao arquivo, com baixa.

Juizado Especial Cível e Criminal

Intimação

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1000590-76.2019.8.11.0077
Parte(s) Polo Ativo:
LIDIANE AUGUSTA COELHO DE BARROS (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANO DOMINGUES FERNANDES OAB - MT0013384A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (EXECUTADO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE RUA MUNICIPAL, S/N, CENTRO, VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE - MT - CEP: 78237-000 INTIMAÇÃO EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO ELMO LAMOIA DE MORAES PROCESSO n. 1000590-76.2019.8.11.0077 Valor da causa: R$ 10.239,53 ESPÉCIE: [NULIDADE / INEXIGIBILIDADE DO TÍTULO] ->CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156) POLO ATIVO: Nome: LIDIANE AUGUSTA COELHO DE BARROS Endereço: rua Raul Bernardes, s/n, aeroporto, VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE - MT - CEP: 78245-000 POLO PASSIVO: Nome: Estado de Mato Grosso Endereço: SEDUC - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO, RUA H, S/N, CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO, CUIABÁ - MT - CEP: 78049-909 FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERIDA para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestando-se sobre o cálculo ID 27285828. COMPLEMENTO : 1. Nos termos do art 485, do CPC, o juiz não resolverá o mérito quando: II - o processo ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes; III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias; ADVERTÊNCIAS AO OFICIAL DE JUSTIÇA:1. Nos termos do art. 212, §2º, do CPC, as citações e intimações, independentemente de autorização judicial, poderão realizar-se no período de férias forenses, nos feriados ou dias úteis fora do horário de 6h às 20h, observado o disposto no artigo 5º, inciso XI, da Constituição Federal. 2. Nos termos do art. 252, do CPC, quando, por 2 (duas) vezes, o oficial de justiça houver procurado o citando em seu domicílio ou residência sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar. 3. Nos termos do art. 372 da CNGC inexistindo prazo expressamente determinado, os mandados deverão estar cumpridos no prazo máximo de (10) dez dias. VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, 12 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Técnico(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Comarca de Vera

Vara Única

Intimação

Intimação Classe: CNJ-14 CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
Processo Número: 1000635-05.2019.8.11.0102
Parte(s) Polo Ativo:
SIPAL INDUSTRIA E CMERCIO LTDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIO LUIS ANTONIO OAB - MT31149-O (ADVOGADO(A))
EDUARDO DESIDERIO OAB - MT40321-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VILSON MISTURINI (REQUERIDO)
NEURIDE ZUCCHI MISTURINI (REQUERIDO)
LUIZ MISTURINI (REQUERIDO)
DILONEI STRELLO MISTURINI (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VERA VARA ÚNICA DE VERA AV. Rua Otawa, 1729, Esperança, VERA - MT - CEP: 78880-000 - TELEFONE: (66) 35831503 Processo n. 1000635-05.2019.8.11.0102 C E R T I D Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de INTIMAR o(a) Advogado(a) da parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, recolher o valor de R$ 45,00 reais referente às diligências complementares do oficial de justiça, conforme certidão positiva do oficial de justiça de ID nº 26136223, por meio de guia emitida no Portal do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (www.tjmt.jus.br), conforme provimento n. 07/2017-CGJ, devendo proceder a juntada nos autos de cópia da guia e comprovante de pagamento. VERA, 12 de dezembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1000009-83.2019.8.11.0102
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO FINASA BMC S.A. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR OAB - MT16168-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DONNIZETE LIMA DOS SANTOS (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VERA VARA ÚNICA DE VERA AV. Rua Otawa, 1729, Esperança, VERA - MT - CEP: 78880-000 - TELEFONE: (66) 35831503 Processo nº 1000009-83.2019.8.11.0102 CERTIDÃO INTIMAR o(a) Advogado(a) da Parte Autora para, no prazo de 10 (dez) dias, requerer o que de direito. VERA, 12 de dezembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-269 INVENTÁRIO
Processo Número: 1000131-33.2018.8.11.0102
Parte(s) Polo Ativo:
SCHIRLEY GOMES DE ANDRADE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCIANA VIEIRA DE MELO GOMES ALMEIDA OAB - MT7374-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA FRANCISCA SALES GOMES (REQUERIDO)
Outros Interessados:
FERNANDO SALES GOMES (HERDEIRO)
ANNA PAOLA GOMES NICHELE (HERDEIRO)
JOSE LAURINDO GOMES NETO (HERDEIRO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VERA VARA ÚNICA DE VERA AV. Rua Otawa, 1729, Esperança, VERA - MT - CEP: 78880-000 - TELEFONE: (66) 35831503 Processo nº 1000131-33.2018.8.11.0102 CERTIDÃO INTIMAR o(a) Advogado(a) da Parte Autora para, no prazo de 10 (dez) dias, requerer o que de direito. VERA, 12 de dezembro de 2019.

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Jorge Hassib Ibrahim
Cod. Proc.: 125772 Nr: 2596-32.2018.811.0102
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JOÃO JUNIOR TABORDA DOS SANTOS
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CAMILLA AFONSO DE BRITO - OAB:14187
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
Considerando o Ofício-Circular nº 91/2019-CCGJ, em que determinou a regularização dos processos em que haja ordem de suspensão, seja pelo STJ ou pelo STF, em razão de recurso repetitivo; repercussão geral; incidente de resolução de demanda repetitiva – IRDR; ou incidente de assunção de competência – IAC, DETERMINO a suspensão do presente feito até o julgamento dos Recursos Especiais nº 1.729.555/SP e 1.786.736/SP (Tema 862/STJ), sob o rito dos repetitivos.
INTIMEM-SE as partes. CUMPRA-SE.
Vera/MT, 11 de dezembro 2019.
Jorge Hassib Ibrahim
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Jorge Hassib Ibrahim
Cod. Proc.: 115971 Nr: 1208-31.2017.811.0102
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ARI DA SILVA ABREU
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (INSS)
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CAMILLA AFONSO DE BRITO - OAB:14187
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
Considerando o Ofício-Circular nº 91/2019-CCGJ, em que determinou a regularização dos processos em que haja ordem de suspensão, seja pelo STJ ou pelo STF, em razão de recurso repetitivo; repercussão geral; incidente de resolução de demanda repetitiva – IRDR; ou incidente de assunção de competência – IAC, DETERMINO a suspensão do presente feito até o julgamento dos Recursos Especiais nº 1.729.555/SP e 1.786.736/SP (Tema 862/STJ), sob o rito dos repetitivos.
INTIMEM-SE as partes. CUMPRA-SE.
Vera/MT, 11 de dezembro 2019.
Jorge Hassib Ibrahim
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Jorge Hassib Ibrahim
Cod. Proc.: 115380 Nr: 968-42.2017.811.0102
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: IDARCI VALARDÃO
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (INSS)
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CAMILLA AFONSO DE BRITO - OAB:14187
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
Considerando o Ofício-Circular nº 91/2019-CCGJ, em que determinou a regularização dos processos em que haja ordem de suspensão, seja pelo STJ ou pelo STF, em razão de recurso repetitivo; repercussão geral; incidente de resolução de demanda repetitiva – IRDR; ou incidente de assunção de competência – IAC, DETERMINO a suspensão do presente feito até o julgamento dos Recursos Especiais nº 1.729.555/SP e 1.786.736/SP (Tema 862/STJ), sob o rito dos repetitivos.
INTIMEM-SE as partes. CUMPRA-SE.
Vera/MT, 11 de dezembro 2019.
Jorge Hassib Ibrahim
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 123851 Nr: 1760-59.2018.811.0102
AÇÃO: Monitória->Procedimentos Especiais de Jurisdição

Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: IVANIR VIVAN

PARTE(S) REQUERIDA(S): Construvera Comercio de Material de Construção Ltda., OLGA BUENO DE FARIAS, ODETE RODRIGUES BERNARDO

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LUCAS ASSMANN - OAB:24590/O

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

INTIMAR o advogado do autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar acerca da devolução de CP de ref. 60.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Des. Carlos Alberto Alves da Rocha
Presidente

Desa. Maria Helena Gargaglione Póvoas
Vice-Presidente

Des. Luiz Ferreira da Silva
Corregedor-Geral

Dúvidas e Sugestões:
Gestão do Diário da Justiça
Coordenadoria Judiciária
(65) 3617-3198

E-mail:
dje@tjmt.jus.br

Site:
www.tjmt.jus.br

CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO - CPA - CEP 78050-970 - Caixa Postal - 1071
Cuiabá - Mato Grosso - FONE/FAX: (65)3617-3000 - CNPJ: 03.535.606/0001-10

CADERNO DE ANEXOS

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE ALTO TAQUARI

EDITAL 09/2019/DF
CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE AUTOS

A Presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos, Geovana Ferreira, designada pela portaria nº 18/2019-CNpar, de acordo com a listagem de documentos abaixo, dos autos de pedido de providências 1751-93.2019.811.0092, código 56878, faz saber a quem possa interessar que, transcorridos 45 (quarenta e cinco) dias da data da publicação do presente edital publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado de Mato Grosso-DJE, se não houver oposição, serão eliminados os autos abaixo relacionados:

LISTAGEM DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS **UNIDADE JUDICIÁRA: VARA DA COMARAC DE ALTO TAQUARI/MT**				
Código do processo	**Num. única**	**Classe Processual**	**Autor/Vitima/Requerente**	**Réu/Indicado/Requerido**
13376	126-15.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Sirlei Aparecida de Oliveira	Neuza Gouveia
10414	815-93.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Walter Junior dos Reis	Espólio de Marcos César de Carvalho
7802	968-29.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Júlio Soares Silva e Aurora Lemos Barbosa	Júlio Soares Silva e Aurora Lemos Barbosa
13361	110-61.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Nucineide de Jesus Schuantes	Elcio Shuantes
13351	104-54.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Dennici Silva Briancini	Genivaldo Reginaldo Jorge
13413	161-72.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Ana Maria Gomes Barbosa	Maria Inacio Teodoro
10109	870-44.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Ronival Medeiros Rodrigues	Walter Junior dos Reis
10432	889-50.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Nilfa Lima de Jesus	Alonso Pereira de Souza
10097	868-74.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Maria Auxiliadora Paes Belini	Iranilson Belini
Código do processo	Num. única	Classe Processual	Autor /Requerente/Vitima	Réu/Indicado/Requerido Autor do Fato
12877	1077-43.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Lucélia Paes Ananias	Reginaldo dos Santos Ribeiro
12986	1198-71.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Adriana Alves da Conceição	Hilda Maria da Silva
12516	1071-36.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Centrais Elétricas Matogrossenses S.A	José Assis da Silva
12515	863-52.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado do Mato Grosso	Marcelino Rosa Ferreira
13421	168-64.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Maria Ivone dos Reis	Nelcy dos Reis
7686	965-74.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Marinho Manoel dos Santos	Jorge Lemes dos Santos
13631	380-85.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado do MT	Pedro Alves Mota
12394	972-66.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado do MT	Jeudi Costa Pereira
13496	247-43.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Luiz Carlos Marreiro	A apurar
14065	810-37.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Lucimar Dias de Oliveira	Luiz Carlos dos Santos
10930	1064-44.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	A sociedade	Ronaldo Rezende da Silva Junior
12041	987-35.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Ministério Público do MT	Joelcio Vilela de Carvalho
13685	428-44.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado MT	Pablo Thiago Cravalho

7855	827-10.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Ana de Oliveira Salles	Dennici Silva Briancini
Código do processo	Num. única	Classe Processual	Autor /Requerente/Vitima	Réu/Indicado/Requerido Autor do Fato
13497	248-28.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Wellingthon Cesar Gavani Pereira	Aurélio Henrique Rodrigues
13293	44-81.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado MT	Jaime Luiz Dahlem Junior
13654	403-31.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado MT	Gabriel Rodrigues Neto
9036	1042-83.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado MT	Willian de Souza
12897	1110-33.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Haucia Rodrigues Esmério Fernandes	Silvana Cristina Johann
10431	816-78.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado MT	Izarley Gomes dos Santos
11311	387-14.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado MT	Jeudi Costa Pereira
13475	221-45.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	A comunidade	Marcio Alessandro da Silva Chaiko
8494	146-40.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Anderson Christie da Silva Almeida	Antônio Claro da Silva Neto
13289	31-82.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Rony Kley Ribeiro da Silva	Lindomar Dias de Souza
12445	973-51.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Maria Aparecida Cardoso	José Marcio Rainha
7016	946-68.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado MT	José Antônio Bueno
13967	715-07.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	João das Dores Conceição	Janei Luiz Dornelles de Oliveira
14044	790-46.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Elisângela Borges de Oliveira	Fernanda Silva Santos
Código do processo	Num. única	Classe Processual	Autor /Requerente/Vitima	Réu/Indicado/Requerido Autor do Fato
9171	823-70.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Ronaldo Aparecido de Souza	Marcos Rosa Paniago
8041	1088-72.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Rosilei Elias	Elcimar Alves Nunes e Romilda Bento Almeida
12876	1076-58.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado MT	Cristiano Farias Neiva
13834	588-69.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Marco Aurélio Julien	Vicente Corrêa da Silva Filho
14001	749-79.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Maria de Fatima Oliveira Almeida	Maria Luiza da Silva e Laura Aparecida de Souza
13962	710-82.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Vadna Cavalcante Rodrigues	Sidnei José Wagner
9425	1036-76.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Udison de Albuquerque	Sérgio Freitas dos Santos e Josuel Silva Boges
13511	262-12.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	A comunidade	Antonio de Matos Martins, Antonio Silva Lopes, Genivaldo dos Santos Viana, Ilanderson Silva Vieira, Thiago Silva Lopes e Antonio de Matos Martins
6019	85-82.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Maria Landivar	Álberto Alves Domingos
13582	331-45.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado MT	Jose Israel Bernardino dos Santos
13686	429-29.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado MT	Alécio Aparecido Cândido Ramiro
12110	1020-25.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	André Johann	Milton da Silva Barbosa
13903	648-42.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Cidriano Barbosa de Souza	Rosiana Anisia da Silva
10835	811-56.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Jucyneide Cardoso Ferguson	Nucineide de Jesus Schuantes

7877	150-77.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Sebastião Lázaro de Souza	Natalino Vieira Otoni
13971	714-22.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Tania Margarete Silva	Walter Gomes Dias
13812	562-71.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Sêmor Meneses David	Walter Gomes Dias
13622	374-78.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Vadna Cavalcante Rodrigues	Sidnei José Wagner
12397	1023-77.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Cemi Luiz da Silva	Maria de Fátima Luiz
7055	1089-57.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Ministério Publico MT	Ronei Armando Mirowski
11660	995-12.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Ministério Público MT	Roselizangela Maria Moraes Souza
11662	807-19.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Ministério Pública MT	Aparecida Clemente de Souza
13677	426-74.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Fabricio Borges Rodrigues	Dagmar Barbosa
6542	964-89.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado MT	Joelma Cristian da Silva

Código do processo	Num. única	Classe Processual	Autor /Requerente/Vitima	Réu/Indicado/Requerido Autor do Fato
12749	104-88.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Nélio José Pedro Gouveia
13335	84-63.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Paulo Eduardo Delfino da Costa
13799	549-72.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Obedes Rodrigues de Aguiar
11161	933-69.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	MP	Gislaine Aparecida da Silva
5992	86-67.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	MP	Paulo Afonso Pereira Inêz de Almeida
12963	1171-88.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	A comunidade	Wender Silva Souza
13845	591-24.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Geidna Aparecida da Silva Simão Ruffo	Vanderley Jesus dos Santos
11039	903-334.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Joaquim Rodrigues dos Santos	Ronaldo José dos Santos
13451	201-54.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Aparecido Marden Reis	Fabiano Aparecido Gaioto
12768	546-54.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Elcimar Alves Nunes
13702	458-79.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Débora Teodoro dos Santos	Ivonilda Bento de Almeida
8306	882-58.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Maria Auxiliadora Paes Belini	Iranilson Belini
9411	878-21.2004.811.0092	Nota Promissória	Ledir Marques de Souza	Ana Oliveira Souza
13423	171-19.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Lorenço Teodoro dos Santos	Elcimar Rodrigues de Souza

Código do processo	Num. única	Classe Processual	Autor /Requerente/Vitima	Réu/Indicado/Requerido Autor do Fato
13445	194-62.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Dennici Silva Briancini	Euzimar Oliveira Batista
13446	195-47.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Rosimere Moraes Alves da Rocha	Valdemir Alves de Freitas
13478	226-67.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Dinete Maria da Silva	Luiz Lazzari Barbosa
13279	25-75.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Eliene Lima dos Santos	Celimar Pereira da Silva
13278	24-90.2005.811.0092	Termo	Elisangela Souza	Luiz Carlos da Silva

		Circunstanciado	Ferreira	
13302	50-88.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Aparecida Ines de Souza	Leucimar Alves Ferreira
13344	93-25.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Ledir Marques de Souza	Aparecido Otacilio dos Santos
13368	119-23.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Gabriel Rodrigues de Oliveira	Wesley Sousa Dias
12838	914-63.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Jose Francisco da Silva
13362	113-16.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Dennici Silva Briancini	Panabens Eletro Eletrônico Ltda.
7879	157-69.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Joelcio Vilela de Cravalho	Valcir Meneguetti Bertin & Cia Ltda.
12901	1112-03.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Aletheia Cristiane Blau	Luciene Pereira Gouveia
12975	1183-05.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Adolfo Gonçalves e Fátima Aparecida Alves Lopes	Juizo de Direito da Vara Única

Código do processo	Num. única	Classe Processual	Autor /Requerente/Vitima	Réu/Indicado/Requerido Autor do Fato
10792	810.71.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Antônio da Silva Paes	Antônio Paes Felício (Espólio)
13282	28-30.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Ledir Marques de Souza	Givonette Lopes de Souza Oliveira
13287	36-07.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Ledir Marques de Souza	Pedro Lazzeri Barbosa
13285	34-37.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Lucélia Paes Ananias	Luciene Mariano Soares
13569	318-45.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Silvana Aparecida Scitti	Benedito Aparecido Alves de Toledo
8850	887-80.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Nucineide de Jesus Schuantes	Yunes Marcelo Marchan Honório
13290	32-67.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Espólio de Marcos César de Carvalho	Angelita Aparecida das Dores
13452	198-02.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Gilva Gomes de Jesus e Guitelma Lopes Souza	Glaudio Cesar da Silva Aguiar
13575	324-52.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Adauto Paes Santos	Sebastião Martins Pereira
13403	817-63.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Luciana Brito dos Santos	Aparecido Brito dos Santos
9438	907-71.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Elidamárcia Bueno de Souza	Devolcy José Reis
7684	163-76.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Rosalina Ribeiro dos Santos	Henrique Ribeiro dos Santos
13389	141-81.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	A comunidade	Espólio de Marcos César de Carvalho

Código do processo	Num. única	Classe Processual	Autor /Requerente/Vitima	Réu/Indicado/Requerido Autor do Fato
13517	268-19.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Maria Luzia da Silva	Gelcina Conceição de Oliveira
13484	235-29.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Raimundo Bernardino dos Santos	Mário Junior dos Santos
13498	249-13.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Adilson Nogueira de Souza e Cleusimeire Nogueira Furtado	Donizete Marçal de Almeida
13488	237-96.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Poliane Conceição Elias	Tânia Barbosa de Souza
8226	966-59.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Valdemir Alves de Freitas	Irineu Briancini
13427	176-41.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Vera Maria Bottezine	Antonio Alvicio Wammes Wilchen

12956	1164-96.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Arnaldo Gomes de Souza	Elcimar Rodrigues de Souza
13628	377-33.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Maria de Fátima Luiz	Volney Domingos do Carmo
12514	862-67.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Wlademir Capoci
13476	225-82.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	A comunidade	Marcos da Silva dos Santos
10272	818-78.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Orlandino Custódio de Paula	Ronicley da Silva Dourado e Sabastião Martins Pereira
14024	769-70.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Maria Luce Marques dos Santos	Simone Ferreira dos Santos

Código do processo	Num. única	Classe Processual	Autor /Requerente/Vitima	Réu/Indicado/Requerido Autor do Fato
13531	280-33.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Janaina Paes Capoci e Marco Aurélio Julien	Janaina Paes Capoci e Marco Aurélio Julien
9702	910-26.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Marilza Ramos Carvalho	Ana Alves Rodrigues
13929	672-70.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Maria Aparecida de Souza	Ednaldo Souza da Silva
13899	646-72.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Maria Pereira da Silva	Kenia Rosa da Silva e Sandra Maria da Silva
7731	845-31.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Valdinei do Rosário
12436	930-17.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Cristina Sales Masciel	Sirlene Sales Monteiro Neres
13938	696-98.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	João Joaquim dos Santos	Lorival Luiz do Nascimento e Pedro Bueno
12434	1053-15.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Hiacuhi Lima da Silva	Geislaine Rezende da Silva
10925	893-87.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Joelcio Vilela de Carvalho	Paulo Aparecido Rainha
12435	1055-82.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Alniz Vieira Muniz	Terezinha Gomes de Souza
15155	699-19.2006.811.0092	Pagamento	Luzia José Barbosa	Lucimar Rocha
14036	775-77.2005.811.0092	Pagamento	Gean da Silva	Silvano de Tal (Filé Motos)
15264	808-33.2006.811.0092	Pagamento	Fermanorte Medicamentos e Perfumaria LTDA-ME	Orivaldo Rodrigues Dias
15266	809-18.2006.811.0092	Pagamento	Fermanorte Medicamentos e Perfumaria LTDA-ME	Janio Melo Garcez
15102	650-75.2006.811.0092	Pagamento	Dioni Terezinha Heck	Marisa Schenkel

Código do processo	Num. única	Classe Processual	Autor /Requerente/Vitima	Réu/Indicado/Requerido Autor do Fato
14295	1032-05.2005.811.0092	Pagamento	Silvia Regina Coutinho Lemen	Noemy Goes da Luz
15127	678-43.2006.811.0092	Pagamento	Nilceli Barbosa Dias	Cleidemar Pereira Gouveia
14064	807-82.2005.811.0092	Pagamento	Geidina Apª da Silva Simão Ruffo	Lucimar Rocha
15378	925-24.2006.811.0092	Pagamento	Belmiro Pereira da Costa - ME	Hélio Galdino Pereiro
13804	552-27.2005.811.0092	Pagamento	Douglacy Ferreira da Costa	Gerceyr Francisca Nunes
15450	994-56.2006.811.0092	Pagamento	Dioni Terezinha Heck	Leosmar Fernando Gonçalves Medeiros
15451	997-11.2006.811.0092	Pagamento	Dioni Terezinha Heck	Juliana Cardoso de Sá
15449	1001-48.2006.811.0092	Pagamento	Dioni Terezinha Heck	Vanderley Martins da

				Silva
14688	235-92.2006.811.0092	Pagamento	Dioni Terezinha Heck	Valdeilson Silva Santos
15267	806-63.2006.811.0092	Pagamento	Fermanorte Medicamentos e Perfumaria LTDA-ME	Giovanete Lopes Souza de Oliveira
15261	807-48.2006.811.0092	Pagamento	Fermanorte Medicamentos e Perfumaria LTDA-ME	Fabio Ferreira de Freitas
15307	854-22.2006.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomésticos LTDA-ME	Lucitelma da Costa Meireles
14581	134-55.2006.811.0092	Pagamento	Isoralda da Silva Costa	Wagner Araujo
15035	581-43.2006.811.0092	Pagamento	Rosane dos Santos Oliveira	Graciele Oliveira
15427	970-28.2006.811.0092	Pagamento	Geidina Apª da Silva Simão Ruffo	Edmar Abadia Dourado

Código do processo	Num. única	Classe Processual	Autor /Requerente/Vitima	Réu/Indicado/Requerido Autor do Fato
15431	976-35.2006.811.0092	Pagamento	Geidina Apª da Silva Simão Ruffo	Renato Martins da Silva
15432	978-05.2006.811.0092	Pagamento	Geidina Apª da Silva Simão Ruffo	Monica Rodrigues Pereira
13734	484-77.2005.811.0092	Pagamento	Renata Andreia Rodrigues de Oliveira	Marcos Correa
15433	979-87.2006.811.0092	Pagamento	Valdir Alves Eduardo	Guaraci Gazadel
15265	805-78.2006.811.0092	Pagamento	Fermanorte Medicamentos e Perfumaria LTDA-ME	Renato Luis Sagrado
14006	750-64.200.811.0092	Pagamento	Antônia Cordeiro da Silva	Cucineide M. da Costa
14997	546-83.2006.811.0092	Pagamento	Dione Terezinha Heck	José Valmos Assis
13735	485-62.2005.811.0092	Pagamento	Renata Andreia Rodrigues de Oliveira	Publio Gebra de Freitas
13883	630-21.2005.811.0092	Pagamento	Diobe Terezinha Heck	Gionette Lopes de Souza Oliveira
15123	675-88.2006.811.0092	Pagamento	Dione Terezinha Heck	Paulo Rogério da Silva
14724	274-89.2006.811.0092	Pagamento	Farmanorte Medicamentos e Perfumaria LTDA-ME	Osvaldo Gomes
13879	622-44.2005.811.0092	Pagamento	Dione Terezinha Heck	Rosa Maria Mora
14817	364-97.2006.811.0092	Pagamento	Elgimar Rodrigues de Souza	Edilson França
14711	258-38.2006.811.0092	Pagamento	Walter Gomes Dias	Lucas de Oliveira Albuquerque
Código do processo	Num. única	Classe Processual	Autor /Requerente/Vitima	Réu/Indicado/Requerido Autor do Fato
14451	3-80.2006.811.0092	Pagamento	Junior Cesár Marques de Matos -ME	Genivaldo Batista de Almeida
14624	177-89.2006.811.0092	Dívidas e Títulos de Crédito	Geidna Aparecida da Silva Simão Ruffo	Elia Rosa de Jesus
13442	191-10.2005.811.0092	Dívidas e Títulos de Crédito	Adonildo José da Costa	Dionisio Aparecido de Souza
13733	483-92.2005.811.0092	Dívidas e Títulos de Crédito	Neuza Maria de Souza	Argemiro Rodrigues de Souza
15361	902-78.2006.811.0092	Dívidas e Títulos de Crédito	Cristiano da Rocha	Reinaldo Santos Andrade
13611	360-94.2005.811.0092	Dívidas e Títulos de Crédito	Adaguimar Pereira da Silva	Serralheria Ferraço
13614	362-64.2005.811.0092	Dívidas e Títulos de Crédito	Enilda da Silva	Maria Aparecida da Silva
13706	452-72.2005.811.0092	Dívidas e Títulos de Crédito	Guilhermina Alves Eduardo	Valdir Alves Eduardo
14297	1037-27.2005.811.0092	Dívidas e Títulos de Crédito	Juney Alves Mahalhães	Eleuza Ribeiro Goulart

13624	375-63.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	José Ribamar de Souza
9704	1025-47.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Maria das Graças Campos
12330	1049-75.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	João Pires de Souza
12218	824-55.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Aldair Jose Lermen, Darci Lemen, Antonio Bispo Xavier e Ueverton Nunes Xavier
Código do processo	Num. única	Classe Processual	Autor /Requerente/Vitima	Réu/Indicado/Requerido Autor do Fato
13849	597-31.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Erocy Antônio Scaini
13928	676-10.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Adriano Dôtoli de Souza
12570	959-67.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Marcos Mendes Oliveira
13494	243-06.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Euza Teodoro de Souza
13803	551-42.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Elidamárcia Bueno de Souza
9532	1029-84.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Edson Castro de Souza
13958	706-45.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Natal Francisco Rainha
14090	839-87.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Jose Aparecido Gomes Rodrigues
12518	1070-51.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Helber Henrique Irgang
12348	923-25.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	A coletividade	Adejar Rodrigues de Souza
12875	1016-85.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Joaquim Rodrigues dos Santos	Ronaldo José dos Santos
10854	1063-59.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Julio Cesar Augusto dos Santos	Carlos Alberto Brás, Ivete Aparecida Correia Quadro e Paulo Jean dos Santos
7803	1032-39.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Érica Alessandra de Souza Lopes	Sidnei de Lima
Código do processo	Num. única	Classe Processual	Autor /Requerente/Vitima	Réu/Indicado/Requerido Autor do Fato
9578	941-46.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Ana Patrícia Souza de Sá Silva	Aparecido Martins da Silva
14073	817-29.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Alaor Mariano de Souza	Joelma Cristian da Silva
12448	1019-40.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Jeanete de Souza	Paulo Almeida de Andrade
10278	888-65.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Anderson Miguel dos Santos	Joelcio Vilela de Carvalho
14174	914-29.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Joana Darc Alves Ferreira	Backenbauer de Oliveira
14165	907-37.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Solange Jesus Carneiro	Darliane Corrêa de Souza
12837	913-78.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Janice Cirlene Braun	Genis dos Santos
13820	569-63.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Antônia Maria da Silva	Juliana Cardoso de SÁ E Joel Pereira Mendonça
12400	1024-62.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Hermes Antônio Cherba	Paulo Irineu Follmann
12432	1056-67.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Martha da Silva Barbosa	Maria de Lourdes Rezende de Abreu
12623	371-26.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	João Fábio Carvalho de Oliveira	Albertino Barbosa de Lima
14389	1124-80.2005.811.0092	Termo	Liza Carla Bio Ferreira	Janaina Paes Capoci

		Circunstanciado	e Marco Aurélio Julien	
15774	126-44.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Laura Aparecida Bispo de Oliveira	Luzinete de Fátima Batista de Moraes
9003	820-18.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Geisibel Rodrigues de Oliveira	Wesley Sousa Dias
Código do processo	Num. única	Classe Processual	Autor /Requerente/Vitima	Réu/Indicado/Requerido Autor do Fato
12954	1162-29.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Ruth Nely de Sá	José Carlos Briancini
13802	555-79.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Gerceyr Francisca Nunes	Douglacy Ferreira da Costa
14180	924-73.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Noberto Kloehn	Sônia Kloehn
12639	944-98.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Carlos Henrique Coelho Menezes	Valdelan Batista da Costa
13574	323-67.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Marco Aurélio Julien	Janaina Paes Capoci
10110	871-29.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Maria Luzinete Coelho Menezes	Juliana Cardoso de Sá
14811	358-90.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Leoneis Aparecido Siqueira	Fábio Vilela de Carvalho
8107	883-43.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Maria Aparecida Matias da Silva	Odemias Nunes de Almeida
14736	277-44.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Gercino Vieira dos Santos	Maria Aparecida de Souza
14737	287-88.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Maria Auxiliadora Silva Paes	Manoel Alves Garcia e Marcia Garcia dos Santos
14521	76-52.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	A sociedade	Rogério de Lima Fernandes e Almiro Martins de Barbosa
13343	92-40.2005.811.0092	Homologação	Ledir Marques de Souza	Sebastião Corrêa de Menezes
13521	269-04.2005.811.0092	Homologação	Silvana Aparecida Scutti	Cristiano da Rocha
Código do processo	Num. única	Classe Processual	Autor /Requerente/Vitima	Réu/Indicado/Requerido Autor do Fato
13542	295-02.2005.811.0092	Homologação	Nelcina Maria Wagner	Orivaldo Domingos dos Passos
13505	256-05.2005.811.0092	Homologação	Lourentino de Assis	Rodrigp Aguiar de Brito
12199	1050-60.2004.811.0092	Homologação	Centrais Elétricas Matogrossenses S.A e Renato Sanini	Juizado Especial
13286	35-22.2005.811.0092	Homologação	Lucélia Paes Ananias	José Anselmo dos Santos
14187	938-57.2005.811.0092	Homologação	Benedito Attilio Casadei, Centrais Elétricas Matogrossenses S.A	Juizo de Direito
13322	72-49.2005.811.0092	Homologação	Nélson Markus	Ronei Armando Mirowski
13364	115-83.2005.811.0092	Homologação	Suzana Bovino Esqueria	Marco Aurélio Julien
11782	999-49.2004.811.0092	Homologação	Centrais Elétricxas Matogrossenses S.A e Jesualdo Alves de Morais	Juizo de Direito
13410	153-95.2005.811.0092	Homologação	Silvana Aparecida Acutti	Joás Santos Rodrigues
13566	317-60.2005.811.0092	Homologação	Claudionei Bergamin	Nuceni Rosa de Jesus
13412	155-65.2005.811.0092	Homologação	Silvana Aparecida Scutti	Nivaldo Gomes Guimarães
13324	74-19.2005.811.0092	Homologação	Edu Marion de Barbosa	Edilberto Aparecido Elias
13477	234-44.2005.811.0092	Homologação	Flavia Teodoro da Silva Rodrigues	Aline Ferndes Apolinario
Código do	Num. única	Classe Processual	Autor	Réu/Indicado/Requerido

processo			/Requerente/Vitima	Autor do Fato
14266	1009-59.2005.811.0092	Pagamento	Nivaldo Gomes Guimarães	Ronei Armando Mirowski
14729	281-81.2006.811.0092	Pagamento	Fermanorte Medicamento e Perfumaria LTDA-ME	Jorge Cláudio da Silva
14329	1065-92.2005.811.0092	Pagamento	Lourentino de Assis	Rodrigo Aguiar de Brito
14900	441-09.2006.811.0092	Pagamento	Heloiza Teixaira Barros	Maria Ivone dos Reis
14099	844-12.2005.811.0092	Pagamento	Nilvany de Freitas Lopes	Cáudia Gianni de Oliveira
13744	495-09.2005.811.0092	Pagamento	Renata Andreia Rodrigues de Oliveira	Clovis Ferreira de Souza
14687	237-62.2006.811.0092	Pagamento	Dione Terezinha Heck	Evanderson Pereira Oliveira
14727	279-14.2006.811.0092	Pagamento	Farmanorte Medicamento e Perfumaria LTDA-ME	Divino Martins Mendonça
13671	419-82.2005.811.0092	Pagamento	Selma Eli Dotóli	Álber Alves Domingos
14689	236-77.2006.811.0092	Pagamento	Dione Terezinha Heck	Nry Aparecido Gonçalves
14084	828-59.2005.811.0092	Pagamento	Jose Otalirio de Jesus	Rosangela Teodoro de Oliveira
14625	178-74.2006.811.0092	Pagamento	Claudinéia Santana Lopes	Valdir de Souza Gonzaga
14163	908-22.2005.811.0092	Contrato Compra e Venda	Paulo Machado Miranda	José Silvone de Oliveira
4009	970-96.2004.811.0092	Nota Promissória	Lory Krebs Eickhoff	Andelita M. de Oliveira
Código do processo	Num. única	Classe Processual	Autor /Requerente/Vitima	Réu/Indicado/Requerido Autor do Fato
13615	363-49.2005.811.0092	Nota Promissória	Enilda da Silva	Maria Ângela Ferreira de Souza
14769	316-41.2006.811.0092	Despejo	Benicio da Ora Fernandes	Daiguinha Alves da Silva Fernandes
13932	673-55.2005.811.0092	Contrato Verbal	Eduardo Paes Costa	Sebastião Fraga Bueno
12325	1021-10.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Vicente Corrêa da Silva Filho
13581	330-59.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Rubens Maria dos Santos
13778	531-51.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Bruno Ricardo Nascimento de Azevedo
14409	1144-71.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	José Viana da Cruz
14309	1052-93.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Márcia Aparecida da Silva
14074	820-81.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Giliard Henrique Baiardo
14140	885-76.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Roberto Antonio Knoll
13963	707-30.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Marcos Rodrigues Souza
13784	538-43.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Fábio Júnior da Silva
13774	529-81.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Ministério Público	Taide Satake
11181	980-43.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Ministério Público	Márcia Aparecida da Silva
Código do processo	Num. única	Classe Processual	Autor /Requerente/Vitima	Réu/Indicado/Requerido Autor do Fato
14240	982-76.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Osnir Mariano de Souza
14175	915-14.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Ademilson Rosa de Jesus
13606	353-05.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Juraci de Souza Alves e Osvaldo de Souza Alves

13681	431-96.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Fábio Barbosa do Vale
13630	379-03.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Fábio Barbosa do Vale
12326	911-11.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Valdivino Pereira da Silva (Bila)
14260	1001-82.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Jose Silvone de Oliveira e Cleverton dos Reis	Jose Silvone de Oliveira e Cleverton dos Reis
13754	504-68.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Ademilson Calixto da Silva	Darkiene Corrêa de Souza
12769	547-39.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	João Ferreira Borges Filho	Samuel Silva
14261	1002-67.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Valdir Alves Eduardo e Neuza Gouveia	Valdir Alves Eduardo e Neuza Gouveia
14663	211-64.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Ailton Gouveia	Domingos Savio de Souza
14069	813-89.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Joaquim Lopes de Carvalho	Maria de Lourdes Rezende de Abreu
14377	1115-21.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Lucilena Miranda da Costa	Paulo Irineu Follmann
8127	819-33.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Sandra Regina dos Reis	Janaina Paes Capoci
Código do processo	Num. única	Classe Processual	Autor /Requerente/Vitima	Réu/Indicado/Requerido Autor do Fato
14338	1076-24.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Lucineide Miranda da Costa	Junio Cesar Augusto dos Santos
13791	543-65.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	André Johann	Divaldo Cesár do Nascimento Júnior
14048	793-98.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Roseli Vieira	Elizandro Joel Pletsch
14676	224-63.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Leandra Ribas de Freitas	Ronaldo Rezende da Silva Junior
14644	190-88.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Oscar Thober	Izabel Almendras Mnezes
14315	1049-41.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Maria Aparecida de Souza Bueno	Maria de Fátima Batista
10899	984-80.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Gislaine Aparecida da Silva	Ronaldo Rezende da Silva Junior
9370	1022-92.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Danúver Alves Barbosa	Sebastião Martins Pereira
14379	1120-43.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	José Raul Ferreira Freitas	Alcianir Carlos Lardini
9534	1030-69.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Leila Clemente de Souza	Nanci Gomes Cordeiro
14310	1053-78.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Paulo Irineu Follmann	Kelsio de Oliveira Tiago
14129	878-84.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Sirlene Sales Montelo Neres	Eberty Pereira Neres
14018	760-11.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	A comunidade	Andre Paula Ribeiro
14110	856-26.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Fabiana Tavares de Oliveira	Estela Mares Vialle e Jose Tavares Chaiko
Código do processo	Num. única	Classe Processual	Autor /Requerente/Vitima	Réu/Indicado/Requerido Autor do Fato
14453	5-50.2006.811.0092	Pagamento	Junior Cesár Marques de Matos –ME	Esmael Ribeiro dos Santos
9172	1039-31.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Lorival Sperandio
14675	223-78.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Ana Paula Ferreira de Carvalho
14812	352-83.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Adelaide Madureira Nogueira Ferreira e Edson Nogueira de Souza	Leonar Martins Madureira
14749	300-87.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Maria Liberaci de Lima Ferri	Paulo Rogerio dos Reis

14861	406-49.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Adneia Silverio	Marciana Vieira
6173	843-61.2004.811.092	Termo Circunstanciado	Márcio Rodrigo Berger	Ari Chagas Vieira
14792	337-17.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Luciele Guimarães Silva	Valdenico de Souza Umbelino
14888	435-02.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Devani Vieira de Lima	José Marques de Lima
14537	64-38.2006.0081.0092	Termo Circunstanciado	Rosy Célia Almeida de Carvalho	João Cardoso Vilela
14645	192-58.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Luzia Fagundes dos Santos	Gilson Gomes Batista
13276	22-23.2005.811.0092	Homologação	Janio Melo Garcez	Osmar Gomes Gonçalves
13379	129-67.2005.811.0092	Homologação	Eva Francisca de Jesus	Audieles Otacílio Paniago
13571	322-82.2005.811.0092	Homologação	Silvana Aparecida Scutti	Luiz Carlos de Souza
Código do processo	Num. única	Classe Processual	Autor /Requerente/Vitima	Réu/Indicado/Requerido Autor do Fato
13272	18-83.2005.811.0092	Homologação	Sebastiana Paes Antikiewics	Ester dos Santos
13342	91-55.2005.811.0092	Homologação	Ledir Marques de Souza	Zenilda dos Santos
13288	37-89.2005.811.0092	Homologação	Sebastiana Paes Antikiewics	Rosa Maria Moura
13363	114-98.2005.811.0092	Homologação	Geidna Aparecida da Silva Simão Ruffo	Marco Aurélio Julien
13435	185-03.2005.811.0092	Homologação	Rosimeire Morais Alves da Rocha	Maria Aparecida de Souza
8076	1044-53.2004.811.0092	Pagamento	Flávio Esmerino da Silva	Eduardo Vieira
14253	994-90.2005.811.0092	Pagamento	Iraci Maria Vargas	Clara Zaide
14563	116-34.2006.811.0092	Pagamento	Marinalva da Silva	Roberto Aparecido da Silva
13438	187-70.2005.811.0092	Pagamento	Dennici Silva Briancini	Philips da Amazônia Industria Eletrônica LTDA.
14454	6-35.2006.811.0092	Pagamento	Junior Cesár Marques de Matos -ME	Mauricio Santana Chimenes
14579	131-03.2006.811.0092	Pagamento	André Johann	Francisco das Chagas
13697	445-80.2005.811.0092	Pagamento	Rodrigo Pereira Viera	Maura Benedita de Lima
13805	553-12.2005.811.0092	Pagamento	Santilia Rocha	Suzi Seredica dos Santos
14686	234-10.2006.811.0092	Pagamento	Dione Terezinha Heck	Adriana Alves da Conceição
Código do processo	Num. única	Classe Processual	Autor /Requerente/Vitima	Réu/Indicado/Requerido Autor do Fato
14682	227-18.2006.811.0092	Pagamento	Dione Terezinha Heck	Eva Francisca de Jesus
14328	1064-10.2005.811.0092	Pagamento	Dione Terezinha Heck	Patricia Gomes Gonçalves
14683	239-32.2006.811.0092	Pagamento	Dione Terezinha Heck	Maria Divina Goveia Tekchashi
14732	284-36.2006.811.0092	Pagamento	Farmanorte Medicamento e Perfumaria LTDA-ME	Ari da Silva Francisco
14728	280-96.2006.811.0092	Pagamento	Farmanorte Medicamento e Perfumaria LTDA-ME	Mauricio da Costa Lopes
14779	327-70.2006.811.0092	Pagamento	Isabel Salvagnini	Sol Sois Prestadora de Serviços Ltda.
13750	500-31.2005.811.0092	Pagamento	Renata Andreia Rodrigues de Oliveira	Rogerio dos Anjos
14780	328-55.2006.811.0092	Pagamento	Isabel Salvagnini	Walney Carvalho de Oliveira
14133	881-39.2005.811.0092	Pagamento	Silvia Angálica	Eduardo Paes Costa

			Stangalini Sperândio	
13752	502-98.2005.811.0092	Pagamento	Milton Silva Souza	Romildo de Paula Ribeiro
13617	365-19.2005.811.0092	Pagamento	Enilda da Silva	Carla Lopes
15122	674-06.2006.811.0092	Pagamento	Dione Terezinha Heck	Roberto Antonio Knoll
14998	551-08.2006.811.0092	Pagamento	Dione Terezinha Heck	Reginaldo dos Santos Ribeiro
15134	680-13.2006.811.0092	Pagamento	Dione Terezinha Heck	Katiucia Terezinha C de Moraes
Código do processo	Num. Única	Classe Processual	Autor /Requerente/Vitima	Réu/Indicado/Requerido Autor do Fato
15121	673-21.2006.811.0092	Pagamento	Dione Terezinha Heck	Valter Augusto dos Santos
14327	1063-25.2005.811.0092	Pagamento	Dione Terezinha Heck	Eva Catarina Oliveira da Luz
15003	548-53.2006.811.0092	Pagamento	Dione Terezinha Heck	Margarete Ferreira da Silva
14751	298-20.2006.811.0092	Execução de Título Extra Judicial	Jose Carlos Ferreira de Souza	Edson dos Santos Mattos
15719	72-78.2007.811.0092	Execução de Título Extra Judicial	Credinorte Movéis e Eletrodomésticos Ltda.	Matheus Thiago Gonçalves
14423	1160-25.2005.811.0092	Execução de Título Extra Judicial	Junior Cesár Marques de Matos-ME	Moacyr Pereira de Carvalho
14168	910-89.2005.811.0092	Execução de Título Extra Judicial	Luiz Antonio Bocalan-EPP	Euzimar Oliveira Batista
13825	572-18.2005.811.0092	Execução de Título Extra Judicial	Enilda da Silva	João Rodrigues Barbosa
15143	694-94.2006.811.0092	Execução de Título Extra Judicial	Nilton Antônio do Amaral	Maria Helena Oliveira da Silva
14991	534-69.2006.811.0092	Execução de Título Extra Judicial	Jose Heleno da Silva	Geraldo Eugenio de Souza
15145	687-05.2005.811.0092	Execução de Título Extra Judicial	Nilton Antônio do Amaral	Luciene Pereira Gouveia
15146	695-79.2006.811.0092	Execução de Título Extra Judicial	Nilton Antônio do Amaral	Raimundo Gomes de Araújo Silva
15464	1006-70.2006.811.0092	Execução de Título Extra Judicial	Aletheia Cristiane Blau	Joana Darc Nascimento Rainha
Código do processo	Num. Única	Classe Processual	Autor /Requerente/Vitima	Réu/Indicado/Requerido Autor do Fato
14612	162-23.2006.811.0092	Execução de Título Extra Judicial	Fausto Pereira da Silva	Garbugio &Garbugio Ltda.
14627	179-59.2006.811.0092	Execução de Título Extra Judicial	Dinete Maria da Silva	José Julio Nunes Pereira
15720	78-85.2007.811.0092	Execução de Título Extra Judicial	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda-Me	Edval Alves da Silva
14628	174-37.2006.811.0092	Execução de Título Extra Judicial	Dinete Maria da Silva	Idervânio Alves da Silva
13947	692-61.2005.811.0092	Execução de Título Extra Judicial	Enilda da Silva	Sílvia Regina Coutinho Lermen
14321	1058-03.2005.811.0092	Execução de Título Extra Judicial	Dione Terezinha Heck	Maria Camelo Mota
14427	1167-17.2005.811.0092	Execução de Título Extra Judicial	Junior Cesár Marques de Matos-Me	Marcos Alves dos Santos
15805	157-64.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Enio Caetano de Moura
11136	1067-96.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Wanderley Rocha de Souza
8840	147-25.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	MP	Roque de Souza Medrado
15857	211-30.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Renato Rodrigues Pereira
14112	858-93.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Mirian Barbosa Vieira	Jose Silvone de Oliveira
16465	825-35.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Leodovino Liberato da Silva	Adriano Aparecido Gabriel da Silva

Código do processo	Num. Única	Classe Processual	Autor /Requerente/Vitima	Réu/Indicado/Requerido Autor do Fato
13529	283-85.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Timotheo Cruciol	Antônio Silva Oliveira
16463	818-43.2077.811.0092	Termo Circunstanciado	Cleverton dos Reis e Espólio de Marcos Cesár de Carvalho	Cleverton dos Reis e Espólio de Marcos Cesár de Carvalho
15538	1085-49.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Marcia Dourado de Assis	Geidna Aparecida da Silva Simão Ruffo
15486	1030-98.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Luzinete de Fátima Batista Moraes	Lucélia Paes Ananias
16017	368-03.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Monica Patricio da Silva	Lenir Alves Dias
12855	951-90.2004.811.00922	Termo Circunstanciado	Maria Helena Santana	Juliana Cardoso de Sá
15958	307-45.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Severino Ferreira Simão	Gabriel Rodrigues Neto
15137	685-35.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Anderson Oliveira dos Santos	Paulo Rogerio dos Reis
10035	826-25.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Rosimeire Cândido da Silva	Valmir Barbosa dos Santos
16461	814-06.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Lucio Jose Morais Carneiro	Cristiano Gonçalves de Almeida
15461	1005-85.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Generoso Dias Barbosa	Solange da Silva
16421	773-39.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Lindomar Dias de Souza e Ronair de Souza Umbelino	Lindomar Dias de Souza e Ronair de Souza Umbelino
15892	245-05.2007.811.0092	Pagamento	Lucia Helena Barbosa Alves	Márcio Marques Dótoli
Código do processo	Num. Única	Classe Processual	Autor /Requerente/Vitima	Réu/Indicado/Requerido Autor do Fato
17844	976-64.2008.811.0092	Pagamento	Antonia Lopes de Moraes	Mário Francisco de Souza
16855	11-86.2008.811.0092	Pagamento	Carlos Henrique de Freitas Gifani	Janaina Paes Capoci
17564	718-54.2008.811.0092	Pagamento	Sílvia Regina Coutinho Lermen	Lili Diana Henkes
17470	581-72.2008.811.0092	Pagamento	Sílvia Regina Coutinho Lermen	Elzimar S. Vieira
17640	772-20.2008.811.0092	Pagamento	Sílvia Regina Coutinho Lermen	Sandra Gomes de Souza Carvalho
15091	637-76.2006.811.0092	Pagamento	José Wilson da Silva	José Julio Nunes Pereira
14580	132-85.2006.811.0092	Pagamento	André Johann-ME	Francisco Salis de Almeira
15262	804-93.2006.811.0092	Pagamento	Farmanorte Medicamento e Perfumaria Ltda-Me	José Rogério de Melo
15302	849-97.2006.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda-Me	Barbina da Silva Barbosa
15543	1090-71.2006.811.0092	Pagamento	Sirlene Mares	Cleverton dos Reis
15976	333-43.2007.811.0092	Pagamento	Margarida Maria dos Santos	Adriano Aparecido Gabriel da Silva
12748	122-12.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado e Rosiel Oliveira da Silva	Carla Jaqueline da Silva Santos
16761	1124-12.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Livia Silva	Rafael do Nascimento
Código do processo	Num. Única	Classe Processual	Autor /Requerente/Vitima	Réu/Indicado/Requerido Autor do Fato
15328	871-58.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Iracema Gomes	Rosilei Elias
16327	682-46.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Jakeline Bispo Ribeiro e Edivan de Souza Mandinga	Jakeline Bispo Ribeiro e Edivan de Souza Mandinga

9373	1027-17.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Edivaldo Jurandir de Lima, José Severino Cavalcante da Rocha e Osvaldo Arena	Edivaldo Jurandir de Lima, José Severino Cavalcante da Rocha e Osvaldo Arena
15370	913-10.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Devani Vieira de Lima	Márcio Marques Dótoli
16376	735-27.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Roselima da Aparecida Lima de Sene e Rozeline Kossann Oliveira	Roselima da Aparecida Lima de Sene e Rozeline Kossann Oliveira
9033	881-73.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Amália Pereira Leite	Lindomar Dias Souza
16131	481-54.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Juraci André de Souza	Junior Gomes dos Santos
16251	604-52.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Rafael Alves de Oliveira	Leandro de Oliveira Lopes
16188	530-95.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Marcos Soares Silva e Mayco Antonio Tonsis	Marcos Soares Silva e Mayco Antonio Tonsis
9375	906-86.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Robson Gonçalo Pinto do Espirito Santo	Rosana de Lima Portela
16495	848-78.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Idalina Rodrigues Lopes	Juney Alves Magalhães
16843	1170-98.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Laura Aparecida de Souza	Pedro Paulo Souza
Código do processo	Num. Única	Classe Processual	Autor /Requerente/Vitima	Réu/Indicado/Requerido Autor do Fato
15478	1024-91.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Ademilson Calixto da Silva e Atamar Calixto Teodoro	Carlos Humberto da Silva Campos
14171	919-51.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Ary Coelho de Oliveira e Jesus Aparecido Subitil de Oliveira	Ary Coelho de Oliveira e Jesus Aparecido Subitil de Oliveira
16958	122-70.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Alexsandra Conceição Rezende	Laura Aparecida de Souza
16963	117-48.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Alessandra Lopes de Lima e Joaquim Fernandes da Silva	Jose Pio Guimarães
8131	1045-38.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Luiz Acádio Scherer	Antônio Sérgio Nunes de Goes, Gilmar Antonio Costa e Francisco Almeida Alves
14299	1039-94.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Tânia Barbosa de Souza	Paulo Caetano de Brito
15664	11-23.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Almerida Otacílio Paniago	Helem Cristina Souza de Oliveira
15349	892-34.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Ana Carolina Souza Silva e Juliana Souza Silva	Luzia Fagundes dos Santos
15947	296-16.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Rosangela Maria Dotoli	João Cácio Souza Lima
10412	1060-07.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Jarbas de Paulo Pereira
12853	1002-04.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Jose Aparecido Teodoro Barbosa
Código do processo	Num. Única	Classe Processual	Autor /Requerente/Vitima	Réu/Indicado/Requerido Autor do Fato
14850	403-94.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Benedito Vicente dos Santos
11131	809-86.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	José Gonçalves
3267	1094-79.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Nelvo Fries
15980	331-73.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Nelsi Casturiana de Jesus	Atamar Calixto Teodoro
15963	317-89.2007.811.0092	Termo	Leidiane Alves de	Marinaldo Arantes de

		Circunstanciado	Souza	Oliveira
14449	1-71.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Sônia Maria de Oliveira	Valdivino Santana dos Santos
13175	14-46.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Raul Rolim	Acácio Romeu Rodrigues
15503	1051-74.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Carlos Alexandre de Souza Gomes	Rosimeri Aparecida Moreira e Gilberto Vanderlei Siqueira
15960	308-30.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Maielly Tiecher Dourado e Elaine Tiecher Dourado	Rafaela Aparecida Gonçalves
15946	299-68.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Norilene Ferreira Ramos e Sarine Silva Souza	Carlos Roberto Rosa
15298	851-67.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Graciele Ferreira	Audieles Otacílio Paniago
16525	880-83.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Fernanda Nascimento de Freitas	Anivaldo Aparecido Félix
15959	315-22.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Paulo Joaquim da Silva e Arlindo Batista Barbosa	Paulo Joaquim da Silva e Arlindo Batista Barbosa
Código do processo	Num. Única	Classe Processual	Autor /Requerente/Vitima	Réu/Indicado/Requerido Autor do Fato
15945	295-31.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Dolvirio Batista Neto	João Cácio Souza Lima
15994	345-57.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Idelvando Correa Silva	Edson Ramos da Silva
11903	1057-52.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Márcio de Oliveira	Sergio Alves Rodrigues
12874	1015-03.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Juliana Cardoso de Sá	Maria Helena Santana
15373	918-32.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Janice Cirlei Braun	Genis dos Santos
16176	526-58.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Luiz Henrique da Silva	Evandro Pergentino Martins
16125	474-62.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Antônio da Silva Vieira	Espólio de: Maria Alves de Souza
15965	310-97.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Elizabete Tambuque Pinheiro e Karen Bianca Garcia Freitas	Cleidiane Alves de Souza
15953	305-75.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Thania Almeida Oliveira	Maria Dalva da Silva Portilho
15114	659-37.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Dielly Dandara Rainho	Maria Aparecida da Silva
16233	582-91.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Maria Bárbara Dias Simão e Joana Darc Alves Ferreira	Maria Bárbara Dias Simão e Joana Darc Alves Ferreira
15113	663-74.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Maria Liberaci de Lima Ferri	Paulo Rogerio dos Reis
8801	974-36.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Areovaldo José de Camargo	Reginaldo Simão e Mázio Gomes da Silva
17263	416-25.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Washington de Sá Trapia	Jesulino da Silva
16078	432-13.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Maria Nazaré de Souza e Mauro Cesar de Souza	Adilson Gross da Silva-Espólio
8706	790-80.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Otacílio Pereira dos Santos	Iranilson Belini
14402	1136-94.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Zanete Fernandes Barbosa	Lourivaldo Nunes
8776	975-21.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Antônio Marcos de Lima	Edival Jurandir de Lima
13332	79-41.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	A comunidade	Perci Ribeiro dos Santos
6694	1091-27.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	A comunidade	José Euripedes de Souza
12818	839-24.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Henrique Romildo Almeida

13814	567-93.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Ronaldo Rezende da Silva Junior
15680	31-14.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Edson Gomes
14646	191-73.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Fazenda Pública	Vilmar Paulo Brackmann
15367	911-40.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Vagner Lopes de Souza
12914	1124-17.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Ailton Brás dos Santos
14448	1180-16.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Osmir Mariano de Souza
9369	1028-02.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Luiz Gomes Gonçalves
14828	368-37.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	João Maria Santos de Jesus
10900	1061-89.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Gilmar Rocha Cardoso	Wanderley Rocha de Souza
8805	821-03.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Cícero Ulisses Bacural	Edvaldo Matias da Silva e Elivan da Cruz Matias
13543	291-62.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Ana de Oliveira Salles e Elen Fernanda Aparecida Salles Socorro	José Roberto da Silva
13390	142-66.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Mônica Rodrigues Pereira e Osmar Gomes Gonçalves	Noemi Góis da Luz
7088	748-31.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	MP	Edmundo Justino da Silva
15087	631-69.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Jesulino da Silva	Antonio Alvicio Wammes Wichen
13570	321-97.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Valdir Felix da Silva e José Ronaldo Buscariol	Valdir Felix da Silva e José Ronaldo Buscariol
13771	517-67.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Douglacy Ferreira da Costa	Gerci Francisca Nunes
16046	592-72.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Sidney Rodrigues da Silva	Jose Silvone de Oliveira
14249	990-53.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Lana Patricia Gomçalves de Lima	Celson José Barbosa
15013	559-82.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Doralva Silva Dourado	Vicente Corrêa da Silva Filho
14968	511-26.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	José Carlos Ferreira	Eliémerson de Souza e Valguimar Rodrigues de Souza
9158	822-85.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Suzana Bovino Esgueira	Antônio Claro da Silva Neto
13460	208-46.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	A comunidade	Erivelton Bergamin
16196	548-19.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado e Cleyber Pereira Maia	Palohane Costa Silva e Rogério Costa Silva
16360	712-81.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Sebastião dos Santos Batista
16872	35-17.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Cristiane Vasco	Solange Lourindo de Souza
16466	817-58.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Sirlene Ferreira Mares	Milton da Silva Barbosa
16833	1178-75.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Laerte Barbosa Gomes	João Dom Bosco Coelho de Oliveira
16906	61-15.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Rosileny Menezes da Costa	Cláudio Oliveira Narciso e Kléber Simey Oliveira Faustino
11330	992-57.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	MP	Carlos Magno Moreira Fraga e Wender Santos Freitas Silva
17010	177-21.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Vicente Tavares de Moura	Edecio de Souza Cruz
16390	712-19.2007.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomésticos Ltda.-	Lucelia José Vicente

			ME	
Código do processo	Num. Única	Classe Processual	Autor /Requerente/Vitima	Réu/Indicado/Requerido Autor do Fato
15975	329-06.2007.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomésticos Ltda.-ME	Clodoaldo Bergamin
15972	327-36.2007.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomésticos Ltda.-ME	Valdeilson Silva Santos
16046	400-08.2007.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomésticos Ltda.-ME	Maria Isabel Inácio
15750	101-31.2007.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomésticos Ltda.-ME	Marcilio Borges da Silva
16391	743-04.2007.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomésticos Ltda.-ME	Sabrina Jaira da Silva
15971	320-44.2007.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomésticos Ltda.-ME	Nelson Pereira da Silva
15753	102-16.2007.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Credinorte Móveis e Eletrodomésticos Ltda.	Janete Menezes Mirowski
15518	1062-06.2006.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Credinorte Móveis e Eletrodomésticos Ltda.	Maria Helena Vieira Rezende
15515	1059-51.2006.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Credinorte Móveis e Eletrodomésticos Ltda.	Roberto Antonio Knoll
15520	1073-35.2006.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Credinorte Móveis e Eletrodomésticos Ltda.	Oronizio Neto Mundin dos Santos
15714	62-34.2007.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Credinorte Móveis e Eletrodomésticos Ltda.	Rogério Costa Silva
16086	437-35.2007.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Credinorte Móveis e Eletrodomésticos Ltda.	Eliana Barbosa da Silva
15717	77-03.2007.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Credinorte Móveis e Eletrodomésticos Ltda.	Valmir Gomes Gonçalves
16036	399-23.2007.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Credinorte Móveis e Eletrodomésticos Ltda.	Maura Benedita de Lima
16770	1050-55.2007.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Iliçandra Alves Dias	Juliana Bellodi
15708	64-04.2007.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Dennici Silva Briancini	Tiao Costa Magalhães
16423	775-09.2007.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Antônia Cordeiro da Silva	Marcela Santos da Silva
15890	240-80.2007.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Adair Rodrigues Fernandes	Gislaine Aparecido da Silva
16111	462-48.2007.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Sílvia Regina Coutinho Lermen	Antonio Carlos de Jesus
15783	134-21.2007.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Sebastiana Maria Silvério	Wagno Souza Silva
15749	103-98.2007.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomésticos Ltda.-ME	Ueverton Nunes Xavier
15970	319-59.2007.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomésticos Ltda.-ME	Zenilda dos Santos
17112	268-14.2008.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomésticos Ltda.-ME e Suzely Pereira de Freitas	Nelio Divino de Freitas
16986	140-91.2008.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomésticos Ltda.-ME e Suzely Pereira de Freitas	Sônia Fagundes de Oliveira
16589	934-49.2007.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomésticos Ltda.-ME e Suzely Pereira de Freitas	Moisés Aparecido da Silva

16988	142-61.2008.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomésticos Ltda.-ME e Suzely Pereira de Freitas	Simone da Silva Bento
16592	939-71.2007.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomésticos Ltda.-ME e Suzely Pereira de Freitas	Nuceni Rosa de Jesus
17113	199-16.2007.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomésticos Ltda.-ME e Suzely Pereira de Freitas	Janete da Silva
16947	98-42.2008.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomésticos Ltda.-ME e Suzely Pereira de Freitas	André Lima da Silva
16917	73-29.2008.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomésticos Ltda.-ME e Suzely Pereira de Freitas	Adilon Nogueira de Souza
16913	78-51.2008.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomésticos Ltda.-ME e Suzely Pereira de Freitas	Silvio Joaquim Alves
17032	186-80.2008.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomésticos Ltda.-ME	Leosmar Fernando Gonçalves Medeiros
15517	1061-21.2006.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Credinorte Móveis e Eletrodomésticos Ltda.	Luiz Rogério Bezerra Neto
15747	99-61.2007.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Credinorte Móveis e Eletrodomésticos Ltda.	Orivaldo Rodrigues Dias
16225	576-84.2007.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Regina Nogueira de Oliveira	Ana Ferreira Rodrigues
15540	1088-04.2006.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Sirlene Ferreira Mares	Cleverton dos Reis
15942	293-61.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Junior Gomes dos Santos
16189	531-80.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Fernando Martins Tregnago
16904	59-45.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Marco Aurélio Julien
16458	810-66.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Claudenice Maria Augusto
15416	965-06.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Nivaldo Gomes Guimarães, Valdecir Honório Barbosa e Sêmor Meneses David
17832	1000-92.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Lucindo Meira de Azevedo	Vilmar Rodrigues Oliveira
16497	862-62.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Mariana Landivar	Maria Inacia Teodoro
17382	539-23.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Marcia Aparecida Marques Rosa	Irani Gomes Batista e Gilson Batista
17644	774-87.2008.811.0092	Pagamento	Sílvia Regina Coutinho Lermen	Ronildo Rosa de Jesus
18112	20-14.2009.811.0092	Pagamento	Jose de Souza	Tião
17457	635-38.2008.811.0092	Pagamento	Marco Antonio Moura da Silva	Gean da Silva
17238	371-21.2008.811.0092	Pagamento	Leônidas Gomes Carvalho	Renato Sanini
17035	190-20.2008.811.0092	Pagamento	Márcia Helena Lopes de Lima	Divina Aparecida da Silva Souza
16563	925-87.2007.811.0092	Pagamento	Maciel e Cia Ltda. e Antônia Maria da Silva	Aguinaldo Rodrigues Malheiro
18113	54-86.2009.811.0092	Pagamento	Moises Ananias Paes	Gislaine Antkiewicz
16768	1106-88.2007.811.0092	Pagamento	Remy Matos-Espólio	Hélio Borges
15812	163-71.2007.811.0092	Pagamento	Marlene Maria da Silva	Noemy Gomes da Luz

19415	825-64.2009.811.0092	Pagamento	Pina e Almeida Pina Ltda. Epp-Pina Moveis	Decidio Barbosa de Oliveira
17622	778-27.2008.811.0092	Pagamento	Givanildo Alves Carrijo	Vivo S/A
16115	465-03.2007.811.0092	Pagamento	Sílvia Regina Coutinho Lermen	Gisele Nascimento
17687	828-53.2008.811.0092	Pagamento	Aparecido Marden Reis	Silvio Joaquim Alves
14869	413-41.2006.811.0092	Pagamento	Walter Gomes Dias	Cleomar Brunetto
16598	936-19.2007.811.0092	Pagamento	Nilfa Lima de Jesus	Unibanco-União de Bancos Brasileiros S/A
18489	321-58.2009.811.0092	Pagamento	Dinete Maria da Silva	Giseli Nascimento da Silva
18052	1262-42.2008.811.0092	Pagamento	Marco Antonio Moura da Silva	Adriana Dias Campos
17268	423-17.2008.811.0092	Pagamento	Meire Mendes	Shop Time
16293	645-19.2007.811.0092	Pagamento	Lourentino de Assis	Fábio Silvério da Silva
17355	507-18.2008.811.0092	Pagamento	Rosangela Alves de Souza	Nilza Rosa Souza
16562	924-05.2007.811.092	Pagamento	Maciel e Cia Ltda. e Antônio Maria da Silva	Mabio Coelho de Moura
17440	595-56.2008.811.0092	Pagamento	Arno Alfredo Schimidt	Brasil Telecom S.A
18366	121-51.2009.811.0092	Pagamento	Dinete Maria da Silva	Jampierre Teixeira Barros
18364	287-83.2009.811.0092	Pagamento	Dinete Maria da Silva	Nahiara Vieira Rodrigues
18186	107-67.2009.811.0092	Pagamento	Isabel Salvagnini	Estrela Distribuidora de Eletrodomésticos Ltda.
17492	651-89.2008.811.0092	Pagamento	João Santos Coelho de Oliveira	Rosidelma Barbosa de Melo
19413	895-81.2009.811.0092	Pagamento	Nubia Amaral Fidelis	Thalitha Mendes de Oliveira
19406	893-14.2009.811.0092	Pagamento	Nubia Amaral Fidelis	Wesley Mota
19416	826-49.2009.811.0092	Pagamento	Pina e Almeida Pina Ltda. Epp-Pina	Edmilson Lucas de Souza
19399	816-05.2009.811.0092	Pagamento	Pina e Almeida Pina Ltda. Epp-Pina	Juscimar de Jesus Melo
19499	1104-50.2009.811.0092	Pagamento	Marcia E. Toloth Félix	Agro Produtos de Sementes Jaboticabal Ltda.
19422	814-35.2009.811.0092	Pagamento	Pina e Almeida Pina Ltda. Epp-Pina	Tatiane Barbosa Ferrreira
19498	1101-95.2009.811.0092	Pagamento	Claudir da Silva	Centro de Formação de Condutores Liderança
19407	894-96.2009.811.0092	Pagamento	Nubia Amaral Fidelis	Luiz Agomar Worst
19212	635-04.2009.811.0092	Pagamento	Sania Duarte Moraes Ribeiro	Fernanda Paula Conceição Elias
19207	630-79.2009.811.0092	Pagamento	Sania Duarte Moraes Ribeiro	Jonas José Maria
19208	631-64.2009.811.0092	Pagamento	Sania Duarte Moraes Ribeiro	Aparecido Louredo Paes
19209	632-49.2009.811.0092	Pagamento	Sania Duarte Moraes Ribeiro	Estefania Soardi dos Santos
17484	621-54.2008.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Iliçanda Alves Dias	Ivety Gonçalves de Oliveira Antkiewcz
14992	535-54.2006.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Osmar de Oliveira Tanbuque	Eguimar Rodrigues Spuza
17399	528-91.2008.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomésticos Ltda.-ME e Suzely Pereira de Freitas	Devani Vieira de Lima
17259	422-32.2008.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomésticos Ltda.-ME e Suzely Pereira de Freitas	Lenir Bernardes de Oliveira
17397	551-37.2008.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomésticos Ltda.-ME e Suzely Pereira de Freitas	Cacilda Ferreira dos Santos Figueiredo

17360	497-71.2008.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomésticos Ltda.-ME e Suzely Pereira de Freitas	Valtair de Oliveira Ribeiro
17197	350-45.2008.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomésticos Ltda.-ME e Suzely Pereira de Freitas	Claudio André Londero
16915	77-66.2008.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomésticos Ltda.-ME e Suzely Pereira de Freitas	Flávio Esmerio da Silva
19411	796-14.2009.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomésticos Ltda.-ME	Salma Moreira dos Santos
18233	1223-45.2008.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomésticos Ltda.-ME e Suzely Pereira de Freitas	Aleandro Morais de Oliveira
18237	1213-98.2008.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomésticos Ltda.-ME e Suzely Pereira de Freitas	Edna Gomes da Rocha e Valdecy Alves Eduardo
16505	838-34.2007.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomésticos Ltda.-ME e Suzely Pereira de Freitas	Caita Esmerina da Silva
16919	75-96.2008.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomésticos Ltda.-ME e Suzely Pereira de Freitas	Claudemilson Souza Embelino
16822	1163-09.2007.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomésticos Ltda.-ME e Suzely Pereira de Freitas	Luiza Francisca de Souza
17114	261-22.2008.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomésticos Ltda.-ME e Suzely Pereira de Freitas	Edilson Tambuque Pinheiro
17422	568-73.2008.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomésticos Ltda.-ME e Suzely Pereira de Freitas	Lucia Maria de Oliveira Tambuque
17166	319-25.2008.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomésticos Ltda.-ME e Suzely Pereira de Freitas	Uanderson de Araujo Santos
17165	318-40.2008.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomésticos Ltda.-ME e Suzely Pereira de Freitas	Eurlene Jesus da Silva
17167	320-10.2008.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomésticos Ltda.-ME e Suzely Pereira de Freitas	Lorentino Gonçalves de Jesus
17196	352-15.2008.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomésticos Ltda.-ME e Suzely Pereira de Freitas	Nilsinéia Mundim Moraes
17407	525-39.2008.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomésticos Ltda.-ME e Suzely Pereira de Freitas	Mauricio da Costa Lopes
15724	80-55.2007.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomésticos Ltda.-ME	Luiz Gomes Gonçalves
18269	11-52.2009.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomésticos Ltda.-	Angelita Silva Santos

			ME	
18258	4-60.2009.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomésticos Ltda.-ME	Adailson Barbosa Vieira
18234	1224-30.2008.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomésticos Ltda.-ME	Adecio Martins de Miranda
17591	737-60.2008.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomésticos Ltda.-ME	Paulo Roberto Pereira
18259	5-45.2009.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomésticos Ltda.-ME	Tânia Mara Vieira Nunes
17168	321-92.2008.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomésticos Ltda.-ME	Helio de Oliveira Bispo
19431	871-53.2009.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomésticos Ltda.-ME	Welli Carla Galvani Pereira
17624	761-88.2008.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomésticos Ltda.-ME	Neldimar Roza de Souza
16948	93-20.2008.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomésticos Ltda.-ME	Dirceu Ferreira da Rocha-Espólio
19434	864-61.2009.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomésticos Ltda.-ME	Adelaide Alves da Silva
18032	1166-27.2008.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomésticos Ltda.-ME	Adeildo Alves de Lima e Aparecida Clemente de Souza
19427	867-16.2009.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomésticos Ltda.-ME	Welli Carla Galvani Pereira e Cleide Miranda da Costa
19426	866-31.2009.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomésticos Ltda.-ME	Deveni Vieira
19217	803-06.2009.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomésticos Ltda.-ME	Welli Carla Galvani Pereira e Nilsinéia Mundin Moraes
19221	806-58.2009.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomésticos Ltda.-ME	Welli Carla Galvani Pereira e Uanderson de Araujo Santos
19432	1051-69.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomésticos Ltda.-ME	Paulo Cardoso de Sá
19428	868-98.2009.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomésticos Ltda.-ME	Fabio Fagundes Oliveira
19220	805-73.2009.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomésticos Ltda.-ME	Gislaine Antkiewicz
19412	760-69.2009.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomésticos Ltda.-ME	Noeli Teixeira
19216	802-21.2009.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomésticos Ltda.-ME	Nelson Pereira da Silva
19430	870-68.2009.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomésticos Ltda.-ME	Elisangela Bergamin S. Gonzaga
18260	6-30.2009.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomésticos Ltda.-ME	Noeli Inácio Ribeiro
18268	10-67.2009.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomésticos Ltda.-ME	Adilson Augusto de Souza
18251	1206-09.2008.811.0092	Execução de Título	Garcia Moveis e	Marcos da Silva Dias

		Extrajudicial	Eletrodomésticos Ltda.-ME	
18031	1165-42.2008.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomésticos Ltda.-ME	Luzinete Aparecida de Jesus e Jose Carlos da Cruz Souza
18267	9-82.2009.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomésticos Ltda.-ME	Nelio Divino de Freitas
18229	1219-08.2008.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomésticos Ltda.-ME	Carlos Alberto Buscariol de Carvalho
17691	818-09.2008.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomésticos Ltda.-ME	Juliana Bellodi
17941	1009-54.2008.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomésticos Ltda.-ME	Juscelina Bernardes de Oliveira
17693	806-92.2008.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Dinete Maria da Silva	Luzia Claudia Henkes
18557	274-84.2009.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Dinete Maria da Silva	Joelma Rocha de Amorin
17225	367-81.2008.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Dinete Maria da Silva	Marcos Paulo Gouveia Silva
17695	802-55.2008.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Dinete Maria da Silva	Lili Diana Henkes
18735	659-32.2009.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Dinete Maria da Silva	Ulda Souza Santos
18492	322-43.2009.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Dinete Maria da Silva	Fernando Conceição Elias
18553	273-02.2009.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Dinete Maria da Silva	Tarciso Ribeiro
17697	803-40.2008.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Dinete Maria da Silva	Gean da Silva
17670	840-67.2008.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	O estado	Dilson Bento Gomes
16534	869-54.2007.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Ótica Onix e Nilton Antônio do Amaral	Wender Batista Oliveira
18226	35-80.2009.811.0092	Pagamento	Geerlofs Rezende	Marta Fernandes Apolinario
19414	756-32.2009.811.0092	Pagamento	José Barbosa de Souza	Laura Aparecida Silva de Assis
19419	811-80.2009.811.0092	Pagamento	Pina e Almeida Pina Ltda-EPP-Pina Moveis	João Batista da Silva
19206	532-94.2009.811.0092	Pagamento	Iarci Maria Vargas	Ramersom Messias da Silva
18344	151-86.2009.811.0092	Pagamento	Aletheia Cristiane Blau	Soyane Pricila Cardoso Ferguson
19215	755-47.2009.811.0092	Pagamento	José Barbosa de Souza	Claudenice Maria Augusto
15794	146-35.2007.811.0092	Pagamento	Janio Melo Garcez	Gereon Ivan Girardelo
16071	422-66.2007.811.0092	Pagamento	Rubens Flores Barbosa	Anivaldo Aparecida Félix
17477	617-17.2008.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Iliçanda Alves Dias	Letícia Souza Santana
16862	17-93.2008.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Iliçanda Alves Dias	Rosidelma Alves de Melo
17561	716-84.2008.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Silvia Regina Coutinho Lermen	Lucimar Rocha
17245	384-20.2008.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Celia Vicente Pereira	Indiamira Oliveira Lima
14590	140-62.2006.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Silvana Cristina Johann	Maria Camelo Mota
13758	507-23.2005.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Magnum Moraes Nogueira	Divino Aparecido da Silva Oliveira
9430	908-56.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Adonildo José da Costa	Rogério Costa Silva
14714	264-45.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Zeni Aparecida Fonseca	Mauriney de Souza

14735	286-06.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Marciana Vieira	Adriano Dias da Silva
14748	299-05.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Daiguinha Alves da Silva Fernandes	Jose Aparecido da Ora Fernandes
14807	359-75.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Afonsina de Jesus Melo e Jucimar de Jesus Melo	Donizete Aparecido Barbosa de Souza
14838	383-06.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Eliane Ramos Bispo da Silva	André Miranda de Souza
14892	432-47.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Noemy Goes da Luz	Simone Rodrigues Pereira
14925	472-29.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Adriano Dias da Silva	Marciana Vieira
14989	538-09.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Jose Otalirio de Jesus e Rosa Meires Alves da Silva	Jose Otalirio de Jesus e Rosa Meires Alves da Silva
14929	476-66.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Luciana de Cássia Zanoni	Carlos Alexandre de Souza Gomes
14791	338-02.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Keila de Souza Ferreira e Vanderley Dias Miranda	Keila de Souza Ferreira e Vanderley Dias Miranda
14860	405-64.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Renato Vila da Costa	Antônio Gabriel de Paula Pereira
14546	98-13.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Janice Cirlei Braun	Genis dos Santos
10270	792-50.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	A comunidade	Robson da Silva Alves
13978	726-36.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Ailton Brás dos Santos	Janderson Pereira Duarte e Mabio Coelho de Moura
18473	331-05.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	Ivan Marion de Borba	Oscar Luis Ferreira
16015	363-78.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Solange Laurindo de Souza e Rosimar Barbosa Gomes	Solange Laurindo de Souza e Rosimar Barbosa Gomes
18724	644-63.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	Rubivon Rodrigues Paloco	João Reis Pinheiro Furtado e Anila Lima Rodrigues
18618	474-91.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	Simone Ferreira dos Santos e Jose Heleno da Silva	Fabio da Silva Teixeira e Alfeu Teixeira
18125	29-73.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	Valéria Rosa de Oliveira	Alessandra Silvério de Castro
18705	596-07.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	Idalina Fernandes Apolinária	Aparecida dos Santos Oliveira e Sergio Feliciano dos Santos
18530	462-77.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	Magda do Rocio dos Santos Souza	Laudeir Joaquim de Souza
13414	167-79.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	A comunidade	Ronaldo Malaquias França
18167	60-93.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	Ulgair Viana e Hermes Danilo Cherba	Ulgair Viana e Hermes Danilo Cherba
16846	1184-82.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Elizete Viana	Jose Amaro Denard da Silva
18096	1247-73.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Elciano Coimbra da Silva e Arcindo Bezerra Lima Junior	Elciano Coimbra da Silva e Arcindo Bezerra Lima Junior
16499	863-47.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Fabiana Silva Silverio Rodrigues e Iracema de Souza Viana	Fabiana Silva Silverio Rodrigues e Iracema de Souza Viana
16978	136-54.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	José Juliano Nunes Pereira	Eliene Almeida Texeira
16874	18-15.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Silber Alves Garcia	Elton Nunes Xavier
16750	1115-50.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Tereza Pereira dos Reis	Luiz Fernando de Araújo Melo e Francisco de Lima do Espirito Santo Filho
14730	282-66.2006.811.0092	Pagamento	Farmanorte	Rosiel Oliveira da Silva

			Medicamentos e Perfumaria Ltda-ME	
14979	526-92.2006.811.0092	Pagamento	Valdelan Batista da Costa	Izaias Souza Viana
14750	297-35.2006.811.0092	Pagamento	Sílcia Regina Coutinho Lermen	Devolcy José Reis
15059	607-41.2006.811.0092	Pagamento	Elgimar Rodrigues de Souza	Luiz Antônio Muniz
14456	8-05.2006.811.0092	Pagamento	Noeli Terezinha dos Santos	Vaner Luis Kreutz
14005	751-49.2005.811.0092	Pagamento	Antônia Cordeiro da Silva	Lucilene da Costa
13823	570-48.2005.811.0092	Pagamento	Antonia Lopes de Moraes	Ivo Isael Frederico Severo
18128	666-29.2006.811.0092	Pagamento	Nilceli Barbosa Dias	Antonio Camelo
15260	803-11.2006.811.0092	Pagamento	Aldair Peres de Souza	Cidiclei da Rocha
15401	946-97.2006.811.0092	Pagamento	Almeida Otacilio Paniago	Solange Cameiro da Silva
15514	1058-66.2006.811.0092	Pagamento	Credinorte Móveis e Eletrodomésticos Ltda.	Neuza Dias de Oliveira
14382	1118-73.2005.811.0092	Pagamento	Nelcina Maria Wagner	Esmerino da Silva
14623	173-52.2006.811.0092	Pagamento	Geidna Aparecida da Silva Simão Ruffo	Martha da Silva Barbosa
15063	609-11.2006.811.0092	Pagamento	Elgimar Rodrigues de Souza	Ana Paula da Silva
14598	152-76.2006.811.0092	Pagamento	Izoralda Silva Costa	Érica Alessandra de Souza Lopes
14251	992-23.2005.811.0092	Pagamento	Iraci Maria Vargas	Valdeci Fabiano Cardoso
14400	1140-34.2005.811.0092	Pagamento	Espolio de Dionizio Aparecido de Souza	Rodrigo Pereira Vieira
14890	437-69.2006.811.0092	Pagamento	Paschoalina Santana Lopes	Sandra Maria da Silva
14819	363-15.2006.811.0092	Pagamento	Elgimar Rodrigues de Souza	Altonir da Silva Barbosa
16297	652-11.2007.811.0092	Pagamento	Fausto Pereira da Silva	Antônio Perracchia
15065	610-93.2006.811.0092	Pagamento	Isabel Salvagnini	Maria Camelo Mota
16337	698-97.2007.811.0092	Pagamento	Bernadeth das Graças Souza	Graciele Ferreira
14685	232-40.2006.811.0092	Pagamento	Dione Terezinha Heck	Salma Moreira dos Santos
16418	766-47.2007.811.0092	Pagamento	Nilton Antônio do Amaral	Backenbauer de Oliveira
14063	809-52.2005.811.0092	Pagamento	Geidna Aparecida da Silva Simão Ruffo	Valéria Aparecida Lopes de Souza
16124	473-77.2007.811.0092	Pagamento	Silvia Regina Coutinho Lermen	Veronilde Capoci
16097	454-71.2007.811.0092	Pagamento	Luzinete de Fatima Batista de Moraes	Juney Alves magalhães
15315	843-90.2006.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomestcios Ltda-ME	Celso Silvestre dos Santos
14120	864-03.2005.811.0092	Pagamento	Sebastião de Oliveira	Wagner Alcantara Buono
15124	676-73.2006.811.0092	Pagamento	Dione Terezinha Heck	Valdinei do Rosário
15873	224-29.2007.811.0092	Pagamento	Jucyneide Cardoso Ferguson	Vanderley Dias Miranda
16116	466-85.2007.811.0092	Pagamento	Maria Aparecida de Almeida	Janderson Pereira Duarte
15066	605-71.2006.811.0092	Pagamento	Adair Peres de Souza	David Paulino Filho
15428	971-13.2006.811.0092	Pagamento	Geidna Aparecida da Silva Simão Ruffo	Heloisa Helena do Nascimento da Silva
15419	957-29.2006.811.0092	Pagamento	Márcia Helena Lopes de Lima	Ailton José da Silva
14279	1019-06.2005.811.0092	Pagamento	Iraci Maria Vargas	Maria Ivete da Costa
16169	524-88.2007.811.0092	Pagamento	Silvia Regina Coutinho Lermen	Valéria Aparecida Lopes de Souza

15077	623-92.2006.811.0092	Pagamento	Amelio Betta	Aurican paes Marçal
15867	222-59.2007.811.0092	Pagamento	Adair Rodrigues Fernandes	Núbia Cristina Carvalho
15979	323-96.2007.811.0092	Pagamento	Margarida Maria dos Santos	Suzana de Campos
15001	552-90.2006.811.0092	Pagamento	Dione Terezinha Heck	Simone da Silva Bento
15125	677-58.2006.811.0092	Pagamento	Dione Terezinha Heck	José Igor Vieira Rezende
15247	785-87.2006.811.0092	Pagamento	Romeu Gerhardt	Noildo Clemente de Souza
15462	1009-25.2006.811.0092	Pagamento	Ronei Armando Mirowski	Antonio Melquiades Dourado
15767	119-52.2007.811.0092	Pagamento	Antônio Soardi	Fabio Mateus Sang
14284	1025-13.2005.811.0092	Pagamento	Iraci Maria Vargas	Tânia Barbosa de Souza
15310	857-74.2006.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda-ME	Nelson Cardoso Ribeiro
19475	1115-79.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Marcos Aurelio Santos Furtado
18776	706-06.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Lucia Maria de Oliveira Tambuque
18617	476-61.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Jhony Barbosa Cardoso
17811	982-71.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Ary Alves de Souza
15535	1082-94.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Espólio de Olga Coelho de Oliveira	Jesus Aparecido Subtil de Oliveira
19968	115-10.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	Benedito Vieira Gama	Eliel Martins Correa
20465	609-69.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	Nelson dos Santos Saraiva	Ronaldo da Conceição Melo
15190	735-61.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Alessandra Rodrigues Barbosa	Wesley Santos Barbosa
12840	917-18.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Cleber Cordeiro
13844	593-91.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Maria Ângela Ferreira de Souza	Luiz Gomes Gonçalves
15525	1076-87.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Maria da Penha Miranda e Valdinei Joaquim de Almeida Ortiz	Maria Fatima Marques Batista e José Pacheco Coelho
14920	463-67.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Valmira Alves Eduardo	Ailton Rodrigues de Queiroz
13443	192-92.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Elson Martins de Souza E Marcio Silva Souza	Nelson Martins de Souza
15115	664-59.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	José Marcio Rainha	Maria Aparecida Cardoso
10107	869-59.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Nelson Antkiewics	Joelcio Vilela de Carvalho
14851	397-87.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Gizelia Martins da Silva	Claudenice Maria Augusto
13605	356-57.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Paulo Aparecido Caldeira da Silva
15479	1026-61.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Mariana Landivar	Odete Barbosa Domingos e Elizabeth Domingos Barbosa
13608	357-42.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Maria Auxiliadora dos Santos	Jose Pereira da Silva
15548	1094-11.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Rosimere Aparecida Moreira	Andréia Melo dos Santos
15070	616-03.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Leidemar de Souza Lima	Kleber Welington de Souza Gomes
15376	920-02.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Adeildo Alves de Lima	Lourivaldo da Silva
18564	480-98.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	Sidney da Silva e Roniely Pereira da Costa	Sidney da Silva e Roniely Pereira da Costa

18725	645-48.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	Aparecida dos Santos Oliveira	Idalina Fernandes Apolinário
18046	1242-51.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Milton Silva Souza	Rosivaldo Barbosa Dias
13990	733-28.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Mercedes de Jesus Marques	Rosa Meires Alves da Silva
12513	1069-66.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	A comunidade	Fábio Augusto da Silva Pântano
13880	627-66.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	R.C.S.	Ronicley da Silva Dourado e Emerson Mauricio Anjos de Moura
14734	276-59.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Marciana Vieira e Adriano Dias da Silva	Marciana Vieira e Adriano Dias da Silva
15477	1025-76.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Ivan da Silva Barbosa	João Paulo Fróes e Miguel Angelo Froes
10590	814-11.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Fernanda Hokazono da Cunha
6160	1479-27.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Claudine Gifani	Mauriney de Souza, Tatiane B. Lima, Fabiana M. da Silva, Adair G. dos Santos, Antônia M. da Silva , Giovana C. Baiardo e Hilda M. da Silva
14906	450-68.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Edson Luiz Zacarias	Simone Rodrigues Pereira
15225	768-51.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Maria Camelo Mota	Roberto Luiz Mirowski
15010	554-60.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Lucinete Batista da Costa	Valdeilson Silva Santos
15230	772-88.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Graciele Ferreira	Audieles Otacílio Paniago
15168	712-18.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Maurilene Rosa Moura Fernandes	Andreia Dias Simão
14653	202-05.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	A sociedade	Diego Tiecher Dourado e Ronaldo Rezende da Silva Junior
15167	711-33.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Jose Jorge Vieira Junior	Vantuir Rodrigues Dias
12643	957-97.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Amanda Nunes Benits
15212	750-30.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Eny Subtil Gonzaga	Gilson Catariano Gonzaga
14806	350-16.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Adneia Silverio	Marciana Vieira
9701	82-30.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	A comunidade	Janei Luiz Dornelles de Oliveira
10559	904-19.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Valdinei Joaquim de Almeida Ortiz	Sebastião de Oliveira
16099	448-64.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Fabio Carvalho Martins	Mauro Cesar de Souza
4901	1035-91.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	MP	João Geraldo Nunes
15029	574-51.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Liza Carla Bio Ferreira	Janaina Paes Capoci
9428	1038-46.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Ildenor Laurindo de Souza	Sérigio Freitas dos Santos e Josuel Silva Borges
13933	681-32.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Juliana Souza Silva	José de Moraes
12641	1074-88.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Walter Junior dos Reis	Kleber Welington de Souza Gomes
14265	1006-07.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Carlos Eduardo de Paula	Erocy Antônio Scaini
13701	457-94.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Aline Fernandes Apolinario	Solange Fabiano Soares
6446	963-07.2004.811.0092	Termo	O estado	Roodfirestony dos

		Circunstanciado		Santos
8129	927-62.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Eduardo Vieira
8033	1087-87.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	MP	Edson dos Santos Mattos
8073	4-36.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	MP	João Carlos Freitas da Silva
10589	813-26.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Edvan Souza Nascimento
15846	198-31.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Roberto Antonio Knoll
15286	828-24.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Leiliane Vale dos Santos	João Olicio dos Santos
14239	981-91.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Vicente Tavares de Moura
15366	910-55.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Maria de Fatima Inacio da Silva	Ana maria Barbosa
16123	476-32.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Sandiele Barbosa Peracchia	Milena Souza de Morais
14893	430-77.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Elvio Jose Teixeira Pinotti	Paulo Rogerio da Silva
15030	575-36.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Roberta Ferreira Chaves	Cristiane Vasco
14972	520-85.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Paulo Eduardo da Silva Cesar e Karine Neres de Lima	Paulo Eduardo da Silva Cesar e Karine Neres de Lima
8000	23-42.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Valdivino Santana dos Santos
16100	447-79.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Milena Souza de Morais	Martha da Silva Barbosa
15674	26-89.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Vera Lúcia Salomão dos Santos	Marcio Silva Souza
15211	751-15.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	MP	Fernandes Hiroshi Tsumura
16440	801-07.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Rosane de Lurdes Menezes da Rocha	Isaura Aparecida Rodrigues Monteiro
13433	182-48.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	A comunidade	Sidnei José Wagner
14952	500-94.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Mauricio de Lemos	Carla Lopes de Faria
15011	557-15.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Ademir Cândido de Freitas
14809	357-08.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Adriane Martins de Souza	Aparecio Lima do Espírito Snato
7812	912-93.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Cosme Ferreira da Silva	Carlos de Tal
15239	781-50.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Simone Rauber de Almeida, Arlete Freitas de Souza e Rosenir da Silva	Arlete Freitas de Souza e Rosenir da Silva
15117	660-22.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Vilmar Ribeiro dos Santos	Humberto Ferreira da Costa
15665	15-60.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Jose Carlos Ferreira de Souza	Paulo Aparecido Rainha e João Carlos Freitas da Silva
12438	1054-97.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Adilson Nogueira de Souza e Antonio Nogueira Sobrinho	Adilson Nogueira de Souza e Antonio Nogueira Sobrinho
14355	1102-22.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	A comunidade	Ledson Nunes Xavier
15663	14-75.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Sônia Aparecida Messias	Juliana Souza Silva
15485	1034-38.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Fábio Mauri Garbúgio	Nelson Ned Previdnete
15903	256-34.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Fabiana Silva Silverio Rodrigues	Luzia Francisca de Souza
14072	819-96.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Claudine Cavalcante de Melo	Vilmar Rodrigues Oliveira

11499	386-29.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Wanderley Rocha de Souza
15353	898-41.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	José Marcio Rainha
13972	719-44.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Jesus Aparecido Subitl de Oliveira	Ary Coelho de Oliveira, Heleno Sousa Carvalho e Hugo Borges Gomes
12852	1001-19.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Ester Dos Santos	Marinalva da Silva
13590	339-21.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Rosana Teixeira Silva Barros	Benedito Attilio Casadei
15067	614-33.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Salomão C. de Ribeiro e Ledir Marques de Souza	Kenia Rosa da Silva e Marcio D. Souza
7854	1031-54.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Gislei Rezende da Silva	Aquiles Gomes de Rezende
14716	263-60.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Alcianir Carlos Lardini	Robison Junio Alves dos Santos
15213	756-37.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	José Carlos Briancini e Pedro Martins da Rosa	Ivo Nelson Briancini, José Carlos Briancini e Pedro Martins da Rosa
12851	1000-34.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Josiane da Silva Chagas	Jose Gomes de Carvalho Filho
13970	717-74.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Rosa Meires Alves da Silva	Ronaldo Marques de Abreu
15791	142-95.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Vagner Santana dos Santos
15901	253-79.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Heloiza Texeira Barros	Aparecida Freitas Gadelha
13989	736-80.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Jesuel Silva Borges	Cleocide de Jesus Pereira
13425	173-86.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Adão de Jesus Silva e Donizete Marçal de Almeida	Adão de Jesus Silva e Donizete Marçal de Almeida
15666	16-45.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Euza Teodoro de Souza	Leodora Franscisca da Silva
15494	1042-15.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Elais Moreira de Freitas dos Santos	Marcelo Nogueira Cavalcante
14250	991-38.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Juizado Especial	Flávio Esmerino da Silva
13621	370-41.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Valeria Aparecida Lopes de Souza	Euds Eucly Medeiros de Oliveira
15830	182-77.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Adriano Dias da Silva e Marciana Vieira	Adriano Dias da Silva e Marciana Vieira
15668	20-82.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Ironi José Kovacs	Paulo Renato B. dos Santos, Marinho M. dos Santos, Valdemir A. de Freitas e Alfredo P. de Freitas
7708	842-76.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Luiz Acádio Scherer	Carlos Antonio Ananias da Silva
14993	540-76.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado	Joaquim Prado de Carvalho
13908	656-19.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Giliard Henriques Baiardo
13670	418-97.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Isaias Gomes Damaceno	Nelson Ned Previdente
14353	1092-75.2005.811.0092	Pagamento	Aldair Jose Lermen	Luis Gomes Gonçalves
14679	230-70.2006.811.0092	Pagamento	Dione Terezinha Heck	Edivaldo Jurandir de Lima
13612	361-79.2005.811.0092	Pagamento	Enilda da Silva	Andreia Aparecida Viana Soares
14684	231-55.2006.811.0092	Pagamento	Dione Terezinha Heck	Ester dos Santos
15400	945-15.2006.811.0092	Pagamento	Almeida Otacilio Paniago	Nelci Sebastião dos Santos
14618	168-30.2006.811.0092	Pagamento	Eucimar Rodrigues dos Santos	Alex Sandro Santos Alcantara
15453	998-93.2006.811.0092	Pagamento	Dione Terezinha Heck	Maria Aparecida Cardoso

15047	593-57.2006.811.0092	Pagamento	Argemiro Rodrigues de Souza	Domingos de Freitas
12500	865-22.2004.811.0092	Pagamento	José Barbosa de Souza	Maria Camelo Mota
14157	905-67.2005.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Jose Carlos dos Santos	Eberty Pereira Neres
13838	589-54.2005.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Belmiro Pereira da Costa –ME	Francisnalva Ferraz de Souza e Terezinha Souza Almeida
15176	717-40.2006.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	José Carlos Briancini	Rosemere de Oliveira Ribeiro Gabriotti
14189	936-87.2005.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Selma Eli Dotóli	Gislaine Aparecida da Silva
15454	996-26.2006.811.0092	Procedimento	MP	Elcimar Alves Nunes
14526	57-46.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Ediane Ribeiro dos Santos	Ismael Ribeiro dos Santos
15545	1096-78.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Rosana Eleno Lofiego	Vanderleia da Silva
14049	794-83.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Ronaldo Marques de Abreu	Jose Silvone de Oliveira
14852	398-72.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Norilene Ferreira Ramos	Raimundo José da Silva
15550	1098-48.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Ana Cecília Vragas	Andreza Cristina Sanaiotti
15527	1069-95.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Antonia Lopes de Moraes	Maria Aparecida Vieira
15071	617-85.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Antônio Jonas da Silva
17654	810-32.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Antoninho Soardi e Mari Terezinha Soardi	Fábio Vilela de Carvalho e Carlos Henriques de Freitas Gifani
16959	113-11.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Keiliane Ferreira Mendonça	José de Moraes
20273	419-09.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Vivo S/A
17770	909-02.2008.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda-ME	Maria das Graças Campos
16041	395-83.2007.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda-ME	Irani de Fatima Oliveira da Luz
19391	952-02.2009.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda-ME	Marinha da Penha Miranda
17595	733-23.2008.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda-ME	Luciana Silva Santos
18253	1208-76.2008.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda-ME	Elisangela Souza Ferreira
16085	436-50.2007.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda-ME	Rosemary Bento Martins
19222	807-43.2009.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda-ME	Marilea Teixeira Barros
19381	329-35.2009.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Dinete Maria da Silva	Daniel Barbosa Gomes
19385	275-69.2009.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Dinete Maria da Silva	Cleide Miranda da Costa
17226	368-66.2008.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Dinete Maria da Silva	Irani de Fatima Oliveira da Luz
18549	247-04.2009.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	RM Rancing Motos Peças e Serviços Ltda-Me	Valdeci Braz Lourenço
15748	100-46.2007.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda-ME	Shirley Luz Gomes

18271	13-22.2009.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda-ME	Alvaneza Dias e João Pedro
18235	1225-15.2008.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda-ME	Carlos Magno Moreira Fraga
16918	74-14.2008.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda-ME	Giseli Nascimento da Silva
19219	804-88.2009.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda-ME	Adriana Dias Campos
18255	1210-46.2008.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda-ME	Ide Fagundes de Oliveira
16590	928-42.2007.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda-ME	Adriano Gorgem
16952	110-56.2008.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda-ME	Vanderci Rodrigues da Silva
18245	1202-69.2008.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda-ME	Daniela Barbosa Gomes
15752	105-68.2007.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda-ME	Marcos Da Silva Dias
19402	857-69.2009.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda-ME	Elaine Cristina de Oliveira da Silva Prado
17918	1006-02.2008.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda-ME	Daniela Basto Lima
19404	858-54.2009.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda-ME	Jose Otalirio de Jesus
18252	1207-91.2008.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda-ME	Dalva Castruxe
19395	1004-95.2009.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda-ME	Marvelo Lemes da Silva
16037	402-75.2007.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda-ME	Roberto Rocha de Azevedo
15978	322-14.2007.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda-ME	Fabiano Mateus Sang
18247	1204-39.2008.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda-ME	Orivaldo Rodrigues Dias
19388	861-09.2009.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda-ME	Jose Hilton Almeida Teixeira
16042	396-68.2007.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda-ME	Dolvirio Batista Neto
16989	143-46.2008.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda-ME	Pedro Lazzeri Barbosa
16991	145-16.2008.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda-ME	Joel Rocha de Amorim
15977	330-88.2007.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda-ME	Carlos Magno Moreira Fraga
20556	700-62.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Keith Paes Santos

20689	831-37.2010.811.0922	Termo Circunstanciado	O estado	Idezio Cesar Zaccas
20867	1009-83.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Nilsiney Mundin Moraes
19826	1424-03.2009.811.092	Termo Circunstanciado	O estado	Vivo S/A
15288	831-76.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Jurimar Cornélio da Silva
21074	1216-82.2010.811.092	Termo Circunstanciado	Claudineia Mendes Teodoro	Valdenico de Souza Umbelino
21073	1215-97.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	Claudineia Mendes Teodoro	Adelicio Souza Oliveira
20581	725-75.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	Leda Ferreira Dias Souto	Jessica Lara Chaves
20752	894-62.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	Nubya de Oliveira	Valdirene Gomes Gonçalves
20991	1133-66.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	Aparecida Alves Moreira de Souza	Jose Rodrigues dos Santos
20644	788-03.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	Rubinéia da Costa Silva	Elida Santos Morais
21031	1173-48.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	Nusa Bergamin Subtil	João Dom Bosco Coelho de Oliveira
19510	1134-85.2009.811.0092	Procedimento do Juizado Especial Cível	Egno Juliano Cherba	Vanderlise Augustion
18690	614-28.2009.811.0092	Procedimento do Juizado Especial Cível	Iraci Maria Vargas	Laudeir Fernandes Madureira
18437	297-30.2009.811.0092	Procedimento do Juizado Especial Cível	Ramy Matos Junior	Administradora de Consórcio Saga S/A Ltda.
18650	569-24.2009.811.0092	Procedimento do Juizado Especial Cível	Rosilda da Silva Dourado Correa	Brastem Eletro Eletrônicos e Informática Ltda.
18646	420-28.2009.811.0092	Procedimento do Juizado Especial Cível	Adilon Nogueira de Souza	Brastem Eletro Eletrônicos e Informática Ltda.
18297	197-75.2009.811.0092	Procedimento do Juizado Especial Cível	Fátima Aparecida Alves Lopes	FIDC NP Multisegmentos Creditstore
18101	19-29.2009.811.0092	Procedimento do Juizado Especial Cível	Vanessa Garcia de Queiroz	Claudia Giani
18911	846-40.2009.811.0092	Procedimento do Juizado Especial Cível	Rosane Ebling	Brastem Eletro Eletrônicos e Informática Ltda.
20105	252-89.2010.811.0092	Procedimento do Juizado Especial Cível	Valdinei Joaquim de Almeida Ortiz	CEMAT
18643	360-55.2009.811.0092	Procedimento do Juizado Especial Cível	Serralheria Toledo Ltda.	Grauna Agro Ltda.
21237	47-26.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Adye Lautter Cunha de Oliveira
21434	244-78.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Joelma de Jesus Melo
19860	1448-31.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Joel Pereira Mendonça
20330	476-27.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Luciano Gonçalves Batista
21674	484-67.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	Marina Teodoro Gomes	Fernanda Gabriela dos Santos
21557	367-76.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	Idelvando Correa Silva	Izaias Souza Viana
19640	1248-24.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	Luciene Mariano Soares e Rachel Fernandes Soares	Luciene Mariano Soares e Rachel Fernandes Soares
18697	594-37.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	Heloiza Texeira Barros e Angelita Silva Santos	Heloiza Texeira Barros e Angelita Silva Santos
17616	759-21.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Francisco Teixeira Duarte Neto	Aparecida Tavares de Moura
15350	890-64.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Valdir Alves Eduardo	José Carlos de Almeida

22147	959-23.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	Ideon de Souza	Adilson Maximo de Amorim
21487	297-59.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	Marina Aparecida Moreno Pereira	Jenica Martins Guimarães e Katiucia Sousa Reis
20480	624-38.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Denilvo Elias de Araújo
18337	216-81.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Nilseney Mundin Moraes
17174	338-31.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Robson Luiz Ferraz de Souza
18012	1177-56.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Arno Alfredo Schimidt
18008	1188-85.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Jonathan Juliano dos Santos Correia e Lucitelma da Costa Meireles
20141	287-49.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	Maria Bethania Martins	Elcylem Maria Meireles de Oliveira
21308	118-28.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	Lucas de Paula Santana	Deise Lopes Mattos
20424	569-87.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	José Ribamar Alves Rocha	Everson Andrei da Silva e Edson Manoel da Silva
20637	781-11.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	Marcia Sirlei Ebling	Selma Miriam Citeli Dias
18359	266-10.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	Iracema Gomes e Manoel Ferreira dos Anjos	Rosilei Elias
18779	709-58.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	Jose Buzuti Neto	Ricardo de Moraes Pereira
21592	402-36.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	Marcela Pontes da Silva	Elgimar Rodrigues de Souza
20608	752-58.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	Iraci Gomes Barbosa Vieira	Eva de Souza Oliveira
21575	385-97.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	Rosilda da Silva Dourado Correa	Josiane Lira de Camargo e Noeli Teixeira
21060	1202-98.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	Alessandro Freitas Gonçalves, Janaina da Silva Hubner e Marcos Paulo Gouveia Silva	Alessandro Freitas Gonçalves, Janaina da Silva Hubner e Marcos Paulo Gouveia Silva
21084	1226-29.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	Mice Vieira Muniz e Lucirene Ines Albertoni	Mice Vieira Muniz e Lucirene Ines Albertoni
21556	366-91.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	Lorraine Pereira Gouvea	Arnon Alberto Medrado
20631	775-04.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	Bruna Paula da Silva	Antônio Braz Corrêa
21593	403-21.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	Thauany dos Santos Souza	Karine Ranquetat Peracchia Tortorreli
21568	378-08.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	Janaina Vieira de Melo	Selma maria Grisólia Vaz
20290	436-45.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	Magda do Rocio dos Santos Souza	Rosidelma Alves de Melo
21476	286-30.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	Sidney da Silva	Jose Simplicio da Silva
21490	300-14.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	Devani Vieira de Lima	José Marques de Lima
21240	50-78.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	Waldir Pereira Mais Junior	Itamar Correira de Oliveira e Domiciano Alves de Oliveira Neto
21307	117-43.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	Andreia Melo dos Santos	Carla Daniela de Carvalho Madureira
21027	1169-11.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	Gelsina Conceição de Oliveira	Alexandra Alves de Souza
18668	263-55.2009.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Alves Dias e Alves Dias-ME	Eva DE Oliveira da Luz
19409	817-87.2009.811.0092	Execução de Título	Alves Dias e Alves	Marcos Antonio

		Extrajudicial	Dias-ME	Barcelini
19403	823-94.2009.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Alves Dias e Alves Dias-ME	Joana D'arc Martins Rocha Paniago
18667	262-70.2009.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Alves Dias e Alves Dias-ME	Lorraine Pereira Gouveia
18666	260-03.2009.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Alves Dias e Alves Dias-ME	Lucimar Rocha
17920	1008-69.2008.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda-ME	Nivaldo Gomes Guimarães e Alice Jesus Souza
17625	766-13.2008.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda-ME	Andréia Pereira Rodrigues
17590	742-82.2008.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda-ME	Jackeline Barbosa Gorgen
15780	132-51.2007.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Everaldo Freitas da Rocha	J A Pinho Transporte Ltda-EPP
17562	719-39.2008.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Silvia Regina Coutinho Lermen	Tarciso Ribeiro
16866	23-03.2008.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Maria Gorete Rodrigues	Jose Barbosa Ferreira
16355	710-14.2007.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Nucineide de Jesus Mencks	Valdecir Bocchi
17068	225-48.2006.811.0092	Execução de Título Extrajudicial	Cleverton dos Reis	Alberto Contel
22531	247-96.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	Elizete Viana, Tatiana Jesus de Oliveira e Uelivanio Emilio de Jesus	Elizete Viana, Tatiana Jesus de Oliveira e Uelivanio Emilio de Jesus
30957	457-16.2013.811.0092	Termo Circunstanciado	Welber Felix Berquó, Thairon Rodrigo de Esperito, Kelyson Naves da Silva e Carlos Arlan Ebrling	Welber Felix Berquó, Thairon Rodrigo de Esperito, Kelyson Naves da Silva e Carlos Arlan Ebrling
19728	1327-03.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	Bruna Aparecida Cordeiro de Macedo Oliveira e Maria Auxiliadora da Silva Paes	Bruna Aparecida Cordeiro de Macedo Oliveira e Maria Auxiliadora da Silva Paes
21809	620-64.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	Jose Simplicio da Silva	Neuselene Rosa de Souza
30958	458-98.2013.811.0092	Termo Circunstanciado	Sergio Barbosa de Souza	Carine da Silva Barbosa e Ana Laura de Paulo Pereira
20020	168-88.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	Ironi dos Santos	Jose Cicero Da Silva
30842	340-25.2013.811.0092	Termo Circunstanciado	Luiz Carlos Jose dos Santos	Janaina Ribeiro Jose dos Santos
22456	173-42.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	Flavia Patricia Barbosa de Souza	Daiane Aparecida dos Santos
30191	1052-49.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Erivelton Bergamin
22756	471-34.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Airton Dall'ago
30250	1083-69.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Celio Pereira dos Santos e Jose Carlos Pereira dos Santos
20382	527-38.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	A sociedade	Clerio Paulino da Silva
22486	202-92.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	João Ferreira Borges Filho	Elder Rodrigues de Souza
20240	386-19.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	Dalva Bemandes da Silva	Jose Heleno da Silva e Simone Ferreira dos Santos
30732	208-65.2013.811.0092	Termo Circunstanciado	Maria Aparecida	Anuncio Aguero
22341	58-21.2012.811.0092	Termo	Joziane Lira de	Vicente Corrêa da Silva

		Circunstanciado	Camargo Rodrigues	Filho
22517	233-15.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	Dulce Rodrigues dos Santos	Elvis River de Morais Silva
22979	693-02.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	Suanir Oliveira Cruvinel e Eder Ferreira de Freitas	Suanir Oliveira Cruvinel e Eder Ferreira de Freitas
22160	972-22.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Luiz Carlos da Glória Senabio
22455	172-57.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Marcos Alberto Rodrigues
22792	507-76.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Fernando Conceição Elias
21322	132-12.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Ronei Armando Mirowski
22768	483-48.2012.811.00922	Termo Circunstanciado	O estado	Valdiran da Silva
31511	1057-37.2013.811.0092	Termo Circunstanciado	Jose Carlos Ferreira de Souza	Thiago Martins Barbosa
31098	615-71.2013.811.0092	Termo Circunstanciado	Cibele Raquel Almeida Kosloski	Elisángela Leandro
22073	885-66.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	Leander Souza Tunes	Junior Gomes Santos
22855	569-19.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	Suely Maria dos Passos	Keith Paes dos Santos
21223	1255-79.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	Adriano Pereira Vieira e Werley Marques Paes	Adriano Pereira Vieira e Werley Marques Paes
30550	20-72.2013.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Lindomar Dias de Souza e Levi Torres Souza
30184	1043-87.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Cristian Luis Bernadon
30060	907-90.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	Evandro Almeida França	Eunice Barbosa Bergamin
31187	706-64.2013.811.0092	Termo Circunstanciado	Marcella Coelho	Jesus Aparecido Subtil de Oliveira
22016	828-48.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	Antonia da Silva Carneiro	Ideane Mesquita
22357	74-72.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	A Sociedade	Cicero Martins da Silva
31492	1032-24.2013.811.0092	Termo Circunstanciado	Francisco Itamar Rodrigues da Silva	Leide Daiana Ramos
31696	1247-97.2013.811.0092	Termo Circunstanciado	Indiamira Oliveira Lima	Renata Bruna Andrade Lopes
18165	1259-87.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Arno Alfredo Schimidt
20066	213-92.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Joel Pereira Mendonça
19608	1241-32.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Hugo Barbosa da Silva
20751	893-77.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Jose Aparecido Teodoro Barbosa
21850	661-31.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Sergio Souza Carvalho
18010	1069-27.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Marlene Aparecida Borges Espirito
21848	659-61.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Givanildo dos Santos Melo
16556	915-43.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Leys Inácio de Oliveira
22343	60-88.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Arthur Lauro Kaha
30279	1116-59.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Isvaldo Gomesw da Silva
22836	550-13.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Lucinaldo da Silva Santos
17565	720-24.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	A sociedade	Marques Roberto de Paulo
16842	1161-39.2007.811.0092	Termo	Heliandra Souza Lima	José Resende de

		Circunstanciado		Carvalho
30467	1321-88.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	Maria da Graças Campos	Carlos Roberto Chaves Mendes
22195	1007-79.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	Verócica Honorato Valadão	Jose de Couto Sobrinho
22006	818-04.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	Denis Carlos Briancini	Thairon Rodrigo de Espirito
18875	773-68.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado e Rosana dos Santos Moraes	Janice Cirlei Braun
17718	884-86.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Marcus Wilker de Moraes
18566	506-96.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Jose Fabiano de Jesus e André Luiz de Jesus Macri
20067	214-77.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	O estado	Santo Antkiewicz
21160	1302-53.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	MP	Nilza Vieira Barbosa
19546	1149-54.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	Marisete Mundin de Lima e Edvânia Ramos da Silva	Marisete Mundin de Lima e Edvânia Ramos da Silva
18527	397-82.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	Sônia Cândida da Silva	Fábio Vilela de Carvalho
18018	1199-17.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Sebastião dos Santos Batista	Riginaldo dos Santos da silva
19035	850-77.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	Claudio Ribeiro da Silva	Claudione Rodrigues da Silva e Joelma Pereira dos Santos
22169	981-81.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	Antônio Pedro Vieira	Walter Monteiro Silva
17468	583-42.2008.811.0092	Execução de Titulo Extrajudicial	Silvia Regina Coutinho Lermen	Cleusimeire Nogueira Furtado
16048	401-90.2007.811.0092	Execução de Titulo Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomestico Ltda. ME	Danila Basto Lima
17931	1036-37.2008.811.0092	Execução de Titulo Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomestico Ltda. ME	Gilberto Lemos de Oliveira
18272	14-07.2009.811.0092	Execução de Titulo Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomestico Ltda. ME	Levi Torres de Souza
17401	540-08.2008.811.0092	Execução de Titulo Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomestico Ltda. ME	Eleandro Ciriaco dos Santos
17698	804-25.2008.811.0092	Execução de Titulo Extrajudicial	Dinete Maria da Silva	Eva Catarina Oliveira da Luz
16157	508-37.2007.811.0092	Execução de Titulo Extrajudicial	Adão Dias Correa	Sandra Gonçalves da Conceição
18560	325-95.2009.811.0092	Execução de Titulo Extrajudicial	Edno Fernando Broetto	Lucélia Santos da Silva
18551	497-37.2009.811.0092	Execução de Titulo Extrajudicial	RM Rancing Motos Peças e Serviços Ltda. ME	Juney Alves Magalhães
17260	408-48.2008.811.0092	Execução de Titulo Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomestico Ltda. ME	Juney Alves Magalhães
16043	377-62.2007.811.0092	Execução de Titulo Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomestico Ltda. ME	Alessandra Oliveira da Luz
16503	839-19.2007.811.0092	Execução de Titulo Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomestico Ltda. ME	Joelma Francia Hosrt de Oliveira
18238	1214-83.2008.811.0092	Execução de Titulo Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomestico Ltda. ME	Caira Aparecida Silva do Espirito Santo
17694	820-76.2008.811.0092	Execução de Titulo Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomestico Ltda. ME	Moises Lima de Araujo

17768	903-92.2008.811.0092	Execução de Titulo Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomestico Ltda. ME	Ronair de Souza Umbelino
18033	1167-12.2008.811.0092	Execução de Titulo Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomestico Ltda. ME	Irene Soares
17583	735-90.2008.811.0092	Execução de Titulo Extrajudicial	Garcia Moveis e Eletrodomestico Ltda. ME	Tiago da Silva Santos e Luciana Silva Santos
15712	63-19.2007.811.0092	Execução de Titulo Extrajudicial	Credinorte Móveis e Eletrodomesticos Ltda.	Jonson Rodrigo Riffel
15522	1067-28.2006.811.0092	Execução de Titulo Extrajudicial	Credinorte Móveis e Eletrodomesticos Ltda.	Solange Carneiro da Silva
15511	1072-50.2006.811.0092	Execução de Titulo Extrajudicial	Credinorte Móveis e Eletrodomesticos Ltda.	Valdecir Bocchi
17227	336-61.2008.811.0092	Execução de Titulo Extrajudicial	Dinete Maria da Silva	Marcos Paulo Gouveia Silva
16995	160-82.2008.811.0092	Execução de Titulo Extrajudicial	Euzébio Oly Medeiros de Oliveira	HSBC Bank Brasil S/A
15448	993-71.2006.811.0092	Execução de Titulo Extrajudicial	Sirlene Ferreira Mares	Sérgio da Silva Rezende
18559	295-60.2009.811.0092	Execução de Titulo Extrajudicial	Patricia Aparecida da Silva	Gizelia Martins da Silva
2879	13-95.2004.811.0092	Execução de Titulo Extrajudicial	Sirlene Caetano da Silva	Associação comercial e agropecuária de Alto Taquari e Erocy Antônio Scaini
15773	125-59.2007.811.0092	Danos	Douglas Júnior Turchetti	Kleber Weber Industrial S/A
17058	211-93.2008.811.0092	Danos	Raimundo Jose Costa de Souza	Vivo S/A
17059	212-78.2008.811.0092	Danos	Arlindo Luiz Varjão	Vivo S/A
20485	629-60.2010.811.0092	Danos Material	Carla Gonçalves Dahlem	Americanas.com S/A Comércio Eletrônico
20455	599-25.2010.811.0092	Execução de Titulo Extrajudicial	Ildo Clemente de Souza	Nelma C. da S. Santos Montagem-ME
13322	72-49.2005.811.0092	Homologação	Nelson Markus	Ronei Armando Mirowski
18430	302-52.2009.811.0092	Pagamento	Sirlene Ferreira Mares	João Carlos de Jesus e Luciana Moraes Correia
16682	1027-12.2007.811.0092	Pagamento	Sebastião de Oliveira	Walney Carvalho de Oliveira
16929	85-43.2008.811.0092	Pagamento	Ernandes José dos Santos	Marinho Manoel dos Santos
18561	326-80.2009.811.0092	Pagamento	Edno Fernando Broetto	Keila de Souza Ferreira
14320	1060-70.2005.811.0092	Pagamento	Dione Terezinha Heck	Edirlei Jose Martins
16565	921-50.2007.811.0092	Pagamento	Sirlene Ferreira Mares-ME	Augusto dos Santos Neto
17317	463-96.2008.811.0092	Execução Título Extrajudicial	Valdir Alves Eduardo	Zuleine Vitorina D. Moraes
19405	824-79.2009.811.0092	Execução Título Extrajudicial	Alves Dias e Alves Dias-Me	Fernanda Barbosa Pereira
19398	821-27.2009.811.0092	Execução Título Extrajudicial	Alves Dias e Alves Dias-Me	Milton da Silva Barbosa
17008	175-51.2008.811.0092	Execução Título Extrajudicial	Alves Dias e Alves Dias-Me	Noeli Teixeira
17317	463-96.2008.811.0092	Execução Título Extrajudicial	Rosangela Alves de Souza	Noeli Teixeira
19594	1206-72.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	Nilma Martins da Paixão	Marlucia Gouveia
18698	595-22.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	Julio Cesar Paes Ananias	Estado
18747	663-69.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	Anderson Ramos Pires	Estado
15995	346-42.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Edson Ramos da Silva	Josmar da Silva Oliveira
14559	110-27.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Celson Ricardo de Oliveira	Comunidade

19072	998-88.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	Admilson Domingos de Sousa	Rosenilda Siqueira da Costa
17353	505-48.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Adriano Francisco de Oliveira e outro	Érica Alessandra de Souza Lopes
15155	699-19.2006.811.0092	Pagamento	Luzia José Barbosa	Lucimar Rocha
14036	775-77.2005.811.0092	Pagamento	Gean da Silva	Silvano de Tal (Filé Motos)
15264	808-33.2006.811.0092	Pagamento	Fermanorte Medicamentos e Perfumaria LTDA-ME	Orivaldo Rodrigues Dias
15266	809-18.2006.811.0092	Pagamento	Fermanorte Medicamentos e Perfumaria LTDA-ME	Janio Melo Garcez
15102	650-75.2006.811.0092	Pagamento	Dioni Terezinha Heck	Marisa Schenkel

14295	1032-05.2005.811.0092	Pagamento	Silvia Regina Coutinho Lemen	Noemy Goes da Luz
15127	678-43.2006.811.0092	Pagamento	Nilceli Barbosa Dias	Cleidemar Pereira Gouveia
14064	807-82.2005.811.0092	Pagamento	Geidina Apª da Silva Simão Ruffo	Lucimar Rocha
15378	925-24.2006.811.0092	Pagamento	Belmiro Pereira da Costa - ME	Hélio Galdino Pereiro
13804	552-27.2005.811.0092	Pagamento	Douglacy Ferreira da Costa	Gerceyr Francisca Nunes
15450	994-56.2006.811.0092	Pagamento	Dioni Terezinha Heck	Leosmar Fernando Gonçalves Medeiros
15451	997-11.2006.811.0092	Pagamento	Dioni Terezinha Heck	Juliana Cardoso de Sá
15449	1001-48.2006.811.0092	Pagamento	Dioni Terezinha Heck	Vanderley Martins da Silva
14688	235-92.2006.811.0092	Pagamento	Dioni Terezinha Heck	Valdeilson Silva Santos
15267	806-63.2006.811.0092	Pagamento	Fermanorte Medicamentos e Perfumaria LTDA-ME	Giovanete Lopes Souza de Oliveira
15261	807-48.2006.811.0092	Pagamento	Fermanorte Medicamentos e Perfumaria LTDA-ME	Fabio Ferreira de Freitas
15307	854-22.2006.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomésticos LTDA-ME	Lucitelma da Costa Meireles
14581	134-55.2006.811.0092	Pagamento	Isoralda da Silva Costa	Wagner Araujo
15035	581-43.2006.811.0092	Pagamento	Rosane dos Santos Oliveira	Graciele Oliveira
15427	970-28.2006.811.0092	Pagamento	Geidina Apª da Silva Simão Ruffo	Edmar Abadia Dourado

15431	976-35.2006.811.0092	Pagamento	Geidina Apª da Silva Simão Ruffo	Renato Martins da Silva
15432	978-05.2006.811.0092	Pagamento	Geidina Apª da Silva Simão Ruffo	Monica Rodrigues Pereira
13734	484-77.2005.811.0092	Pagamento	Renata Andreia Rodrigues de Oliveira	Marcos Correa
15433	979-87.2006.811.0092	Pagamento	Valdir Alves Eduardo	Guaraci Gazadel
15265	805-78.2006.811.0092	Pagamento	Fermanorte Medicamentos e Perfumaria LTDA-ME	Renato Luis Sagrado
13692	441-43.2005.811.0092	Pagamento	Flavia T. da Silva	Noemy Goes da Luz
13751	501-16.2005.811.0092	Pagamento	Renata Andreia Rodrigues de Oliveira	Juliana Bellodi
14450	2-95.2006.811.0092	Pagamento	Junior Cesar Marques de Matos - ME	Vilson Ribeiro dos Santos
13746	497-76.2005.811.0092	Pagamento	Renata Andreia	Mateus Godoy

			Rodrigues de Oliveira	
14323	1069-32.2005.811.0092	Pagamento	Dioni Terezinha Heck	Jackeline Barbosa Do Vale
14725	275-74.2006.811.0092	Pagamento	Fermanorte Medicamentos e Perfumaria LTDA-ME	Izaias Alves Bezerra
13742	492-24.2005.811.0092	Pagamento	Renata Andreia Rodrigues de Oliveira	Dislei dos Reis
14296	1033-87.2005.811.0092	Pagamento	Silvia Regina Coutinho Lemen	Eliane Mateus Goulart
14172	912-59.2005.811.0092	Pagamento	Luzinete de Fátima Batista de Moraes e Ellen Regina Moraes Bispo	Dorcilia Lopes Lemos e Eurico Lemos
14313	1050-26.2005.811.0092	Pagamento	Nelcina Maria Wagner	José Roberto da Silva
14132	875-32.2005.811.0092	Pagamento	Silvia Angélica Stangalini Sperandio	Aparecido Marden Reis
14312	1048-56.2005.811.0092	Pagamento	Sebastião de Oliveria	Jonas Valentino da SIlva
14325	1062-40.2005.811.0092	Pagamento	Dioni Terezinha Heck	Daniela Bellodi
14131	880-54.2005.811.0092	Pagamento	Silvia Angélica Stangalini Sperandio	Ilma Borges Ferreira
14252	993-08.2005.811.0092	Pagamento	Iraci Maria Vargas	Dilamar de Souza
14162	903-97.2005.811.0092	Pagamento	Silvia Angélica Stangalini Sperandio	Nilton Alves de Moraes
14231	975-84.2005.811.0092	Pagamento	Nelcina Maria Wagner	Oziel Oliveir da Silva
13822	577-40.2005.811.0092	Pagamento	Silvana Aparecida Scutti	Andrei Tosta Ribeiro
13749	499-46.2005.811.0092	Pagamento	Renata Andreia Rodrigues de Oliveira	Jean Zancani
14160	906-52.2005.811.0092	Pagamento	Silvia Angélica Stangalini Sperandio	João Joaquim dos Santos
14383	1119-58.2005.811.0092	Pagamento	Nelcina Maria Wagner	Darci Viana
14331	1072-84.2005.811.0092	Pagamento	Dioni Terezinha Heck	Clarindo Luiz de Oliveira
14461	29-78.2006.811.0092	Pagamento	Maria Aparecida Matias da Silva	Walter Gomes Dias (Cabo Walter)
14147	892-68.2005.811.0092	Pagamento	Rosane dos Santos Oliveira	Fabrissia Cunha
14311	1046-86.2005.811.0092	Pagamento	Firmina Inácia Ferreira	Elisangela Souza Fagundes
14154	898-75.2005.811.0092	Pagamento	Luzinete de Fátima Batista de Moraes	Kall Veiculos
14115	862-33.2005.811.0092	Pagamento	João Geraldo Nunes	Jose Messias Dourado
14062	808-67.2005.811.0092	Pagamento	Geidina Apª da Silva Simão Ruffo	Luciana De Cassia Zanoni
13759	508-08.2005.811.0092	Pagamento	Cemi Luiz Da Silva	Alcebido Jose Luiz
13957	705-60.2005.811.0092	Pagamento	Gabriel Rodrigues Neto	Marcio De Oliveira
13745	496-90.2005.811.0092	Pagamento	Renata Andreia Rodrigues de Oliveira	Eder Dias
13787	541-95.2005.811.0092	Pagamento	Willian De Souza	Credilar Eletrodomestico Ltda
13552	302-91.2005.811.0092	Pagamento	Jerônimo Rodrigues De Jesus	Osmir Mariano De Souza
14083	829-43.2005.811.0092	Pagamento	Rafael Miranda Cerqueia	Rosangela Teodoro De Olivira
13557	307-16.2005.811.0092	Pagamento	Ervino Bernardi	Dionisio Aparecido De Souza
14002	748-94.2005.811.0092	Pagamento	Maria Camelo Mota	Marcos Prado
13821	576-55.2005.811.0092	Pagamento	Ueverton Nunes Xavier	Francisco De Tal
14562	115-49.2006.811.0092	Pagamento	Marinalva Da Silva	Joelma Francia Hosrt
14565	118-04.2006.811.0092	Pagamento	Marinalva Da Silva	Andre Buono Leal
14338	1127-35.2005.811.0092	Pagamento	Clovis Agusto Mendonça	João Olicio Dos Sntos
14283	1023-43.2005.811.0092	Pagamento	Iraci Maria Vargas	Marina Landivar
14156	900-45.2005.811.0092	Pagamento	Silvia Angélica	Sergivan Esmerido Da

			Stangalini Sperandio	Silva
13636	385-10.2005.811.0092	Pagamento	Joaquim Rodrigues Dos Santos	Elizângela Souza Fagundes
14159	901-30.2005.811.0092	Pagamento	Silvia Angélica Stangalini Sperandio	Marionelia Dourado Da Silva
14166	917-91.2005.811.0092	Pagamento	Maria Camelo Mota	Andreson Schwans
13987	734-13.2005.811.0092	Pagamento	Evanildes Amorim De Arruda	Noildo Clemente De Souza
14230	980-09-.2005.811.0092	Pagamento	Nelcina Maria Wagner	Sidnei Da Silva
14003	746-27.2005.811.0092	Pagamento	Maria Camelo Mota	Hermes Antônio Cherba
14445	1184-53.2005.811.0092	Pagamento	Maria Rosa Santos Ribeiro	Reginaldo Santos Ribeiro
13747	498-61.2005.811.0092	Pagamento	Renata Andreia Rodrigues de Oliveira	Antônio Carlos Pesado
13740	490-84.2005.811.0092	Pagamento	Renata Andreia Rodrigues de Oliveira	Eronildo Barbosa da Silva
13874	615-52.2005.811.0092	Pagamento	Dioni Terezinha Heck	Valdeir Bacchi
14232	976-69.2005.811.0092	Pagamento	Nelcina Maria Wagner	Lorenço Francisco Lopes
13323	73-34.2005.811.0092	Homologação	Lucélia Paes Ananias	Rosilei Elias
14564	117-19.2006.811.0092	Pagamento	Marinalva da Silva	Mauro do Pave
15430	975-50.2006.811.0092	Pagamento	Geidina Apª da Silva Simão Ruffo	Donizete Marçal de Almeida
15443	990-19.2006.811.0092	Pagamento	Sirlene Ferreira Mares	Joelcio Vilela de Carvalho
15457	1002-33.2006.811.0092	Pagamento	Sirlene Ferreira Mares	Iranilson Belini
15544	1091-56.2006.811.0092	Pagamento	Sirlene Ferreira Mares	Alverina Kosanke Souza Monteiro
14452	4-65.2006.811.0092	Pagamento	Junior Cesar Marques de Matos - ME	Geraldo Batista de Almeida
14032	776-62.2005.811.0092	Pagamento	Jose Rodrigues Dos Santos	Sidnei Benedito Maria
14161	902-15.2005.811.0092	Pagamento	Silvia Angélica Stangalini Sperandio	Carlos Jefferson Romulado Pereira
14155	899-60.2005.811.0092	Pagamento	Silvia Angélica Stangalini Sperandio	Francisco Sales de Almeida
14999	543-31.2006.811.0092	Pagamento	Dioni Terezinha Heck	Adriana Alves Conceição
8841	935.39.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Ministério Público do Estado de Mato Grosso	Roque de Souza Medrado
11180	1065-29.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Ministério Público do Estado de Mato Grosso	Milton Silva Souza
13923	671-85.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Gilmar Verona Gabriotti	Rodrigo Aguiar de Brito
14111	857-11.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Theotonio Nogueira Ferreira	Washington Batista dos Santos, Rogério Correa de Almeida, Ronelson Correa de Almeida e Marcos Sandro da Silva Chaico
14209	952-41.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Keith Paes dos Santos	Lourivaldo Nunes
9426	1037-61.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Lori Krebs Eickhoff	Luiz Nunes de Mata
14143	886-61.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Solange Jesus Carneiro	Darliane Correa de Souza
8222	1047-08.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado	Cleison Freitas da Silva
12854	1003-86.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Rene Antunes Falcão	Paulo Casar Carvalho
9579	1026-32.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Nilfa Lina de Jesus	Osmarina Jesus de Souza
9174	395-88.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Giglio Bernini Neto	Diocleciano Borges de Oliveira e Domiciano Borges de Oliveira Filho
14188	935-05.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Sonia Maria de Oliveira	Valdivino Santana dos

				Santos
14208	935-26.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	José Carlos Guimarães	José Heitos Miranda Maciel, Mario Junior dos Santos
15831	183-62.2007.811.0092	Pagamento	João Ferreira Borges Filho	Janete Meneses
15081	628-17.2006.811.0092	Pagamento	Simone Fernandes dos Anjos Viana	Ademir Moura Brasil
15609	1160-88.2006.811.0092	Pagamento	Sirlene Ferreira Mares	Valdir Alves Eduardo
15506	1054-29.2006.811.0092	Pagamento	Ivan da Silva Barbosa	Miguel Angelo Froes
14726	272-22.2006.811.0092	Pagamento	Farmanorte Medicamento e Perfumaria LTDA - ME	Edmundo Justino da Silva
14280	1026-95.2005.811.0092	Pagamento	Iraci Maria Vargas	Marciano Jesus da Costa
13619	366-04.2005.811.0092	Pagamento	Silvana Aparecida Scutti	Márcio Hideo Katsuyama
14093	835-50.2005.811.0092	Alvará	Juizado Esp. de Alto Taquari	Nilfa Lima De Jesus
11120	894-72.2004.811.0092	Execução	Rosimeire Serafim da Costa	Carlos Alberto Nascimento
7776	967-44.2004.811.0092	Execução	Duglacy Ferreira Da Costa	Wanderley Rocha De Souza
2878	1095-64.2004.811.0092	Execução	Hary Eduardo Koch	Osmar Sanini - Espolio
13946	685-69.2005.811.0092	Execução	Enilda da Silva	Wender Santos Freitas Silva
13873	621-59.2005.811.0092	Execução	Bomilly Distribuidora de Bicicletas e Peças LTDA-ME & Simei Bengozi Botti Carvalho	Antonio Donizete Garcia & Credilar Eletrodomesticos LTDA
8548	1033-24.2004.811.0092	Pagamento	Sirlene Ferreira Mares	Márcio Hideo Katsuyama
9199	1040-16.2004.811.0092	Pagamento	Maria Ferreira Santos	Luiz Otávio Cosentino
12833	848-83.2004.811.0092	Pagamento	Edilson Francisco Nunes	Devolcy José Reis
6810	1093-94.2004.811.0092	Pagamento	Olívio Pereira Vieira	José De Moraes
13358	102-84.2005.811.0092	Pagamento	Marlon Aparecido Barbosa	Sebastião Martins Pereira
13672	420-67.2005.811.0092	Pagamento	Joserlindo Maciel Bernardino	Valmir Gomes Gonçalves & Osmar Gomes Gonçalves
12910	1114-70.2004.811.0092	Pagamento	João Francisco da Silva	José Messias Dourado & Elaine Tiecher Dourado
12756	138-63.2004.811.0092	Pagamento	Ledir Marques De Souza	Wanderley Rocha De Souza
9420	142-03.2004.811.0092	Pagamento	Rosimeire Serafim da Costa	José Martins Freitas
16049	380-17.2007.811.0092	Execução	Garcia Moveis e Eletrodomésticos LTDA-ME	Selma Elli Dótoli
13741	493-39.2005.811.0092	Pagamento	Renata Andreia Rodrigues de Oliveira	Fabio Aparecido de Almeida
16416	764-77.2007.811.0092	Pagamento	Milton Antonio do Amaral	Ernandes José dos Santos
16269	622-73.2007.811.0092	Pagamento	Zeni Aparecida Fonseca	João Ezoel dos Santos
16420	768-17.2007.811.0092	Pagamento	Rosimary Bento Martins	Jucimar Jesus de Melo
16614	954-40.2007.811.0092	Pagamento	Rosa Batista da Costa Neves	Tereza Barbosa
16032	390-61.2007.811.0092	Pagamento	Jose Pereira dos Santos	Ondino (Gato da capina do Algodão
14622	176-07.2006.811.0092	Pagamento	Geidina Apª da Silva Simão Ruffo	Weder Santos Freitas Silva
16769	1107-73.2007.811.0092	Pagamento	Roseli Lucia da Silva	Hélio Borges
17252	400-71.2008.811.0092	Pagamento	Izoralda Silva Costa	Érica Alessandra de Souza Lopes
16854	10-04.2008.811.0092	Pagamento	Carlos Henrique de	Valeria Aparecida

			Freitas Gifani	Lopes de Souza
16564	926-72.2007.811.0092	Pagamento	Marciel e CIA LTDA & Antonia Maria da Silva	Valdecir Bocchi
17357	59-85.2008.811.0092	Pagamento	Rosangela Alves de Souza	Giseli Nascimento da Silva
16580	927-57.2007.811.0092	Pagamento	Milton Luiz Turchetto	Maria Camelo Mota
16417	765-62.2007.811.0092	Pagamento	Milton Antonio do Amaral	Rosa Maria Moura
15948	302-23.2007.811.0092	Pagamento	Margarida Maria dos Santos	Lourivaldo da Silva Souza
17029	183-28.2008.811.0092	Pagamento	Suzana Aparecida Fonseca	Waldir Rosa
17318	470-88.2008.811.0092	Pagamento	Antonio de Jesus	Miguel Macio
17794	962-80.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Ronaldo Rezende da Silva Junior	Jackeline Barbosa Gorgen
15964	309-15.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Manoel Barbosa de Sa	O Estado de Mato Grosso
16333	705-89.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Maria de Lourdes Santos Passos	Lucelma Pires Vicente
13979	724-66.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Roberto de Souza	O Estado de Mato Grosso
17125	280-28.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Anderson Lucas Martins	Gustavo F. Dourado
16839	1154-77.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Daguimar Barbosa	Aparecida Tavares de Moura
17845	1056-28.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Patricia Maria da Silva Soares e Elizane Viana Gonçalves	Patricia Maria da Silva Soares e Elizane Viana Gonçalves
17725	879-64.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Osvaldo Gomes da Silva	Daniel Ferreira Paes
17569	724-61.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Alvaro de Jesus Alves Martins	Aparecido Lima do Espirito Santo
16392	744-86.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Charles Fernando Senerine Zolin	Paulo Sergio Senerine Zolin
14947	490-50.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Eguimar Rodrigues Souza	Osmar de Oliveira Tanbuque
16059	407-97.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Flaviana Oliveira Braun Dal Ri San Marco	Aparecido Marden Reis
15659	17-30.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Aleandro Morais de Oliveira	O Estado de Mato Grosso
11901	1034-09.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Washington Ribeiro Reis	Arnaldo Gomes de Souza e Luciano Gonçalves Batista
15336	880-20.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Sebastião Jose da Silva e Adriano Perreira Vale	O Estado de Mato Grosso
8421	936-24.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Ministerio Publico do Estado de Mato Grosso	Flavio Esmerino da Silva
16576	911-06.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Huberman da Silva Figueredo	Raimundo Jose Costa Souza
11179	982-13.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Mauro Cesar de Souza	Noeli Terezinha dos Santos
15792	143-80.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Adelson de Moares de Oliveira & Luzineth Nogueira de Oliveira	Luciana de Cássia Zanoni
9038	144-70.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Neuri Matias De Souza	O Estado
16549	875-61.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Valcimar Barbosa de Moraes & Marcos Antonio Akinabu Hokazono	Valcimar Barbosa de Moraes & Marcos Antonio Akinabu Hokazono
16762	1125-94.2007.811.0092	TCO	Isaura Fontes ParraVano	Gislaine Antkiewicz
16571	940-56.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Dirlene Carvalho Silva & Franciele Anjos de Moura	Rosangela da Silva Dourado
12953	1161-44.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Joaquim Machado das Silva Filho	O Estado de Mato Grosso
12215	787-28.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Devolcy José Reis	O Estado de Mato Grosso
16636	996-89.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Hermes Antônio Cherba	Maria Monteiro da Silva

13604	352-20.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Donisete de Deus Alves Junior	O Estado de Mato Grosso
14805	356-23.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Milton Luiz Turchetto & Isabel Salvagnini	O Estado de Mato Grosso
16763	1126-79.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Sônia Maria de Oliveira	Maria Cirino dos Santos
16361	713-66.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Maria Pereira dos Santos	Sergio Paniago Santana
16496	849-63.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Daniel Barbosa Gomes	O Estado de Mato Grosso
16845	1183-97.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Antonio Alvicio Wammes Wilchen	Eliana da Silva Souza
10477	890-35.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Ministerio Publico do Estado de Mato Grosso	Jesse Batista Martins
16238	545-46.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Jair Antonio Felippe dos Santos	O Estado de Mato Grosso
16226	579-39.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Maria Eroneide Ribeiro Santos e Antonio Jose Santos da Silva	Josmar da Silva Oliveira
16885	38-69.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Cristiane Vasco	Solange Laurindo de Souza
17040	198-94.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Lindomar Dias de Souza	Keila de Souza Ferreira
16832	1186-52.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Gislaine Aparecida da Silva	Heloisa Teixeira Barros
11176	981-28.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Ministério Público do Estado de Mato Grosso	Adelcio da Silva Iora
6654	745-76.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Ministério Público do Estado de Mato Grosso e Elcimar Alves Nunes	Adilson Gross da Silva - Espólio
16871	26-55.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	EDELVÂNIO ALVES DA SILVA	Joana D'arc Martins Rocha Paniago
16875	30-92.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Juliana Cardoso de Sá	Rosileny Menezes da Costa
16956	118-33.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Jose Eldo da Conceição	JARBAS DE PAULO PEREIRA
15806	158-49.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Ednaldo Souza da Silva	Rayane Nogueira Mota
13637	386-92.2005.811.0092	Pagamento	Jose Heleno da Silva	Wilson E. Alves
15034	573-66.2006.811.0092	Pagamento	Rosane dos Santos Oliveira	Deuvânia Barbosa Ferreira
15126	670-66.2006.811.0092	Pagamento	Nilceli Barbosa Dias	Reila Madureira da Silva
14399	1139-49.2005.811.0092	Pagamento	Maria de Lourdes Rezende de Abreu	Joaquim Lopes de Carvalho
15045	591-87.2006.811.0092	Pagamento	Argemiro Rodrigues de Souza	Jose Carlos Ferreira de Souza
13275	21-38.2005.811.0092	Pagamento	Olair Rodrigues Fernandes	Sebastião Correia Menezes
13281	27-45.2005.811.0092	Pagamento	Lourentino de Assis	Isvaldo Gomes da Silva
14778	326-85.2006.811.0092	Pagamento	Orivaldo Rodrigues Dias	Clovis Carrijo dos Santos
14782	329-40.2006.811.0092	Pagamento	Isabel Salvagnini	Jose Carlos Ferreira de Souza
12907	1120-77.2004.811.0092	Pagamento	Elisabeth Medeiros Pereira	Panabens Eletro Eletrônicos Ltda
11828	997-79.2004.811.0092	Pagamento	Eva Da Silva Oliveira	Carlos Henrique Coelho Menezes e Paulo César De Souza
8727	884-28.2004.811.0092	Pagamento	Eva Francisca De Jesus	Lorivaldo Da Silva Souza
11372	899-94.2004.811.0092	Pagamento	Manoel Teodoro Barbosa	Roque De Souza Medrado
12752	124-79.2004.811.0092	Pagamento	Carlos Garcia de Souza	Vanderley Rocha de Souza
14185	929-95.2005.811.0092	Pagamento	Maria Aparecida de Jesus	Jose Silvone de Oliveira

8478	977-88.2004.811.0092	Pagamento	Dejanira Martins Pereira De Melo	Sebastião Martins Pereira
13591	340-06.2005.811.0092	Pagamento	Benedito Attilio Casadei	Rosana Teixeira Silva Barros
13354	98-47.2005.811.0092	Pagamento	Sirlene Ferreira Mares	Adriano Pereira Vieira
13481	229-22.2005.811.0092	Pagamento	Luiz Antonio Bocalan – EPP e Helaine Maria Barbosa -ME	Donizete Marçal de Almeida
14870	414-26.2006.811.0092	Pagamento	Imara Cristina Erpen Michels	Paulo Rogério da Silva
14681	233-25.2006.811.0092	Pagamento	Dione Terezinha Heck	Elza Abadia Gomes De Souza
14949	495-72.2006.811.0092	Pagamento	Rafael Benatti	Leidemar Rodrigues Barbosa
13713	466-56.2005.811.0092	Pagamento	Antônio Nunes	Sebastião de Oliveira
14424	1164-62.2005.811.0092	Pagamento	Junior Cesár Marques de Matos - ME	Eurípedes Júnior Rosa
14392	1132-57.2005.811.0092	Pagamento	Mauro de Oliveira Santos	Casa de Carnes Taquari LTDA - ME
14426	1166-32.2005.811.0092	Pagamento	Junior Cesár Marques de Matos - ME	Alexandra Vieira Dos Santos
14591	141-47.2006.811.0092	Pagamento	Silvana Cristina Johann	Luciana de Cássia Zanoni
14378	1114-36.2005.811.0092	Pagamento	Auto Elétrica Satake Ltda	Daniel de Paula Souza
15507	1055-14-2006.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda - ME	Adenilza Evangelista Barros
14422	1163-77.2005.811.0092	Pagamento	Junior Cesár Marques de Matos - ME	Rosa Maria Moura
13436	186-85.2005.811.0092	Pagamento	Rosimere Moraes Alves da Rocha	Francisco Chagas da Silva
14411	1149-93.2005.811.0092	Pagamento	Tayllan Antonio Velasco da Silva , Gauber Haudas Velasco da Silva e Darc Augusto Velasco da Silva	Juizo do Juizado Especial Civel Criminal da Comarca de Alto Taquari-MT
16824	1165-76.2007-811.0092	Pagamento	Sílvia R. Coutinho L.	Valéria Apª L.deSouza
16381	717-06.2007.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda - ME	Sidney Rodrigues da Silva
15751	104-83.2007.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda - ME	Elenice Braun
17195	351-30.2008.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME, Suzely Pereira de Freitas	Wesley Santos Barbosa
16506	871-24.2007.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME, Suzely Pereira de Freitas	Hélio Galdino Ribeiro
16859	14-41.2008.811.0092	Pagamento	Iliçanda Alves Dias	Joelma Rocha de Amorim
15536	1083-79.2006.811.0092	Pagamento	Tatiana Valéria de Souza	Maria Eliete Pereira Lima
15924	273-70.2007.811.0092	Pagamento	Simone Ferreira dos Santos	Carla Gifani
18528	406-44.2009.811.0092	Pagamento	Simone Ferreira dos Santos	Geisla Bernades da Silva
15726	71-93.2007.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda - ME	Maria Aparecida Krakeker
17431	570-43.2008.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME e Suzely Pereira de Freitas	Eriton Bergamin
16990	144-31.2008.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e	Donizete Aparecido

			Eletrodomesticos Ltda – ME e Suzely Pereira de Freitas	Barbosa de Souza
17111	267-29.2008.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME e Suzely Pereira de Freitas	Milton da Silva Barbosa
16613	950-03.2007.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME e Suzely Pereira de Freitas	Adilson Augusto de Souza
17990	1119-53.2008.811.0092	Pagamento	José Igor VieiraRezende	Daiana Marion
18241	146-64.2009.811.0092	Pagamento	Terezinha de Carvalho Oliveira	Ivandro Ulmerindo Vargas
18529	461-92.2009.811.0092	Pagamento	Andre Marcos da Silva	Joaquim Rosa da Silva
17243	369-51.2008.811.0092	Pagamento	Eliene Almeida Texeira	José Julio Nunes Pereira
17485	622-39.2008.811.0092	Pagamento	Iliçanda Alves Dias	Julio César Alves Rodrigues
16916	72-44.2008.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME e Suzely Pereira de Freitas	Adecio Martins de Miranda
17115	262-07.2008.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME e Suzely Pereira de Freitas	Edmar Bernades de Oliveira
17034	189-35.2008.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME e Suzely Pereira de Freitas	Luiz Carlos Guimarães Junior
17158	284-65.2008.811.0092	Pagamento	Sílvia Regina Coutinho Lermen	Rosane de Lurdes Menezes da Rocha
17482	630-16.2008.811.0092	Pagamento	Iliçanda Alves Dias	Joelma Cristian da Silva
16985	139-09.2008.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME e Suzely Pereira de Freitas	João das Dores Conceição
16382	718-88.2007.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME e Suzely Pereira de Freitas	Elisangela Bergamin S. Gonzaga
17031	185-95.2008.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME	Genisley Mendes Santos
16462	820-13.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Edval Carlos Moreira da Silva	José Gomes de Carvalho e Elma Rosa de Carvalho
16873	36-02.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Silber Alves Garcia	Elton Nunes Xavier
15308	855-07.2006.811.0092		Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda - ME	Rosa Maria Moura
15315	843-90.2006.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda - ME	Celso Silvestre Dos Santos
15314	839-53.2006.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda - ME	Maria Salete Gois da Luz
10674	892-05.2004.811.0092	Pagamento	Silvana Cristina Johann	Raquel Pereira Mendonça
15311	858-59.2006.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda - ME	Ildevânio Alves da Silva
9709	872-14.2004.811.0092	Pagamento	André Luiz Marques	Sindicato dos Trabalhadores da Movimentação de Mercadorias

15725	70-11.2007.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda - ME	Gilson Gomes Batista
13588	337-51.2005.811.0092	Pagamento	Mario Valdir Zuhl	Eletroshop Eletro Eletronicos
17480	629-31.2008.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME e Suzely Pereira de Freitas	Laura Lucia Rezende de Souza
18371	117-14.20018.2009.811.0092	Pagamento	Dinete Maria da Silva	Noeli Teixeira
17423	564-36.2008.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME e Suzely Pereira de Freitas	Thayssa Laura Grisolia Bergamin
17933	1041-59.2008.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME e Suzely Pereira de Freitas	Ivety Gonçalves de Oliveira Antkiewcz
17406	524-54.2008.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME e Suzely Pereira de Freitas	Angelita Silva Santos
17702	815-54.2008.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME e Suzely P. Freitas	Jaqueline Aparecida Ramos
15713	6671.2007.811.0092	Pagamento	Credinorte Móveis e Eletrodomésdticos LTDA	Carlos Catarino de Oliveira
17398	538-38.2008.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME e Suzely Pereira de Freitas	Joscelina Fagundes de Oliveira
17358	495-04.2008.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME e Suzely Pereira de Freitas	Noeli Teixeira
17405	527-09.2008.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME e Suzely Pereira de Freitas	Adão José Otacilio Paniago
17592	738-45.2008.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME e Suzely Pereira de Freitas	Gizelia Martins da Silva
17402	541-90.2008.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME e Suzely Pereira de Freitas	Cristiano da Rocha
17404	523-69.2008.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME e Suzely Pereira de Freitas	Elaine Cristina de Oliveira da Silva Prado
16987	141-76.2008.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME e Suzely Pereira de Freitas	Luiz Alves Dias
17169	322-77.2008.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME e Suzely Pereira de Freitas	Sidcley da Rocha Silva
17771	910-84.2008.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME e Suzely Pereira de Freitas	Roberto Bertozo de Lima e Cicero Bertolzo de Lima
15973	328-21.2007.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME	Elisangela Souza Ferreira

17033	187-65.2008.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletro	Rony de S. Umbelino
17696	861-43.2008.811.0092	Pagamento	Dinete Maria da Silva	Maria da Penha Miranda
17639	776-57.2008.811.0092	Pagamento	Sílvia Regina Coutinho Lermen	Adriana Paes Campos
17244	383-35.2008.811.0092	Pagamento	Celia Vicente Pereira	Juney Alves Magalhães
16084	435-62.2007.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda - ME	Ana Maria Barbosa
15012	558-97.2006.811.0092	Pagamento	Joseilton Oliveira Santos	Leandro Vieira Borges
15226	769-36.2006.811.0092	Pagamento	Nivaldo Francisco Roza	Joseilton Oliveira Santos
18254	1209-61.2009.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME E Suzely Pereira de Freitas	Joana Dárc Rodrigues da Silva
18029	1164-57.2008.811.0092	Pagamento	Suzely Pereira de Freitas E Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda - ME	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda -ME
19435	865-46.2009.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda - ME	Luiz Alves Dias
18028	1163-72.2008.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME E e Suzely Pereira de Freitas	Evangelista Domingos dos Passos e Orivaldo Domingos dos Passos
19213	629-64.2009.811.0092	Pagamento	Sania Duarte Moraes Ribeiro	Nadir de Oliveira Cruz
19382	534-64.2009.811.0092	Pagamento	Dinete Maria da Silva	Sirlei Aparecida de Oliveira
15727	74-48.2007.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda - ME	Rogério Costa Silva
19433	863-76.2009.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda - ME	Geraldo Batista de Almeida
17935	1012-09.2008.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME E e Suzely Pereira de Freitas	Natalino Martins da Silva
19438	1065-53.2009.811.0092	Pagamento	Ivone Maria da Silva	Arnaldo Gomes de Souza
15521	1064-73.2006.811.0092	Pagamento	Credinorte Móveis e Eletrodomésdticos LTDA	Eritides Passos de Souza
19211	703-51.2009.811.0092	Pagamento	Sania Duarte Moraes Ribeiro	Antônia Maria da Silva
17593	739-30.2008.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME E e Suzely Pereira de Freitas	Elidamárcia Bueno De Souza
17919	1007-84.2008.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME E e Suzely Pereira de Freitas	Cleidiane Souza Gorgem
16504	837-49-2007.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME E e Suzely Pereira de Freitas	Noel Dias Campos
17938	1050-21.2008.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME E e Suzely Pereira de Freitas	Ana Idalina Brandão Netto
17939	1051-06.2008.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME E e Suzely Pereira	João Batista da Silva

			de Freitas	
19205	281-76.2009.811.0092	Pagamento	Dinete Maria da Silva	Marcos Sandro da Silva Chaiko
19214	634-19.2009.811.0092	Pagamento	Sania Duarte Moraes Ribeiro	Joana D'arc Martins Rocha Paniago
19436	793-59.2009.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME e Welli Carla Galvani Pereira	Lucineide Miranda da Costa
19410	859-39.2009.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME	Leosmar Fernando Gonçalves Medeiros
19408	759-84.2009.811.00092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME	Elenice Braun
19437	862-91.2009.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME	Fabio da Silva Teixeira
19425	860-24.2009.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME	Fernanda Paula Conceição Elias
19429	869-83.2009.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME	Sílvia Regina Coutinho Lermen
18246	1203-54.2009.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME E e Suzely Pereira de Freitas	Fernando Conceição Elias
17924	1005-17.2008.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME E e Suzely Pereira de Freitas	Irani de Fatima Oliveira da Luz
17940	1053-73.2008.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME E e Suzely Pereira de Freitas	Marcio José Richter Coracini
17917	1054-58.2008.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME E e Suzely Pereira de Freitas	Eny Subtil
17403	542-75.2008.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME E e Suzely Pereira de Freitas	Jumar Andrade das Graças
17936	1048-51.2008.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME E e Suzely Pereira de Freitas	Juliene Patrícia Naves dos Santos
17993	1080-56.2008.811.0092	Pagamento	Dinete Maria da Silva	Gilmar Ferreira da Silva
19203	351-93.2009.811.	Pagamento	Dinete Maria da Silva	Juvanete Batista dos Santos
15513	1066-43.2006.811.0092	Pagamento	Credinorte Móveis e Eletrodomésdticos LTDA	Jairo Ramos
19380	1049-02.2009.811.0092	Pagamento	Patricia Aparecida da Silva	Gesiete Viana
19508	1132-18.2009.811.0092	Pagamento	Rulli & Cia LTDA - ME	Sermontal Comercio de Ferragens LTDA – ME e Defeje Indústria e Comercio de Montagens Industriais LTDA - EPP
16356	708-44.2007.811.0092	Pagamento	Nucineide rosa de Jesus	Paulo da Silva César
17160	286-35.2008.811.0092	Pagamento	Sílvia Regina Coutinho Lermen	Eliane Gomes de Souza
19421	813-50.2009.811.0092	Pagamento	Pina e Almeida Pina Ltda EPP - Pina Moveis	Ronival de Souza Oliveira

15002	544-16.2006.811.0092	Pagamento	Dione Terezinha Heck	Lucimar Rocha
18660	277-39.2009.811.0092	Pagamento	Dinete Maria da Silva	Thalitha Mendes de Oliveira
18386	252-26.2009.811.092	Pagamento	Rosivaldo Barbosa Dias	MILTON SILVA SOUZA
16860	15-26.208.811.0092	Pagamento	Iliçanda Alves Dias	Rafael Alves de Oliveira
16861	16-11.2008.811.0092	Pagamento	Iliçanda Alves Dias	Leidiane Alves de Souza
16945	91-50.2008.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME e Suzely Pereira de Freitas	Jose Gomes de Carvalho Filho
18273	15-89.2009.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME e Suzely Pereira de Freitas	Adão Paes de Freitas
18373	119-81.2009.811.0092	Pagamento	Dinete Maria da Silva	Ildevânio Alves da Silva
18703	286-98.2009.811.0092	Pagamento	Dinete Maria da Silva	Gizelia Martins da Silva
18706	272-17.2009.811.0092	Pagamento	Gizelia Martins da Silva	Janete Menezes Mirowski
17093	254-30.2008.811.0092	Pagamento	Francisco Salis De Almeida	Valdecir Honório Barbosa
17036	191-05.2008.811.0092	Pagamento	Márcia Helena Lopes de Lima	Edelvânio Alves Da Silva
14179	923-88.2005.811.0092	Pagamento	Arcebidio José Luiz	Ivo Nelson Briancini
17156	289-87.2008.811.0092	Pagamento	Sílvia Regina Coutinho Lermen	Edimar Bernardes de Oliveira
17439	589-49.2008.811.0092	Pagamento	Alexandre Bernini	Brasil Telecom S.A
17185	337-46.2008.811.0092	Pagamento	Claudinei Rulli	Lucas de Paula Santana
12971	1178-80.2004.811.0092	Pagamento	Joelcio Vilela de Carvalho	Anderson Miguel Dos Santos
12972	1179-65.2004.811.0092	Pagamento	Joelcio Vilela de Carvalho	Anderson Miguel Dos Santos
18796	710-43.2009.811.0092	Pagamento	Clóvis Patriota	O Estado de Mato Grosso
18218	92-98.2009.811.0092	Pagamento	Argemiro Rodrigues de Souza	O Estado de Mato Grosso
16960	114-93.2008.811.0092	Pagamento	JOSÉ DE MORAES	Sônia Aparecida Messias
2400	947-53.2004.811.0092	Pagamento	Ministério Público do Estado de Mato Grosso	Ministério Público do Estado de Mato Grosso
17264	417-10.2008.811.0092	Pagamento	Alexsandro Pedro de Lima Silva	A Sociedade
18059	1256-35.2008.811.0092	Pagamento	Nelson Moraes da Silva Neto	Livia Franco do Nascimento
17094	259-52.2008.811.0092	Pagamento	Maura Cavalcante Silva Marilene Berco Santana	André Cavalcante Silva
16252	603-67.811.0092	Pagamento	André Cavalcante Silva	Edelvânio Alves Da Silva
17262	411-03.2008.811.0092	Pagamento	EDELVÂNIO ALVES DA SILVA	O Estado de Mato Grosso
18562	500-89.2009.811.0092	Pagamento	Joubert de Souza Silva	O Estado de Mato Grosso
16184	543-94.2007.811.0092	Pagamento	Advair Pereira de Souza	Eny Subtil Gonzaga
13795	544-50.2005.811.0092	Pagamento	Valdecir Honório Barbosa E Mara Cleonice Alves	Juizo do Juizado Especial Civel Criminal da Comarca de Alto Taquari-MT
17299	446-60.2008.811.0092	Pagamento	Neusa Bergamin Subtil	Brasil Telecom S.A
12878	1078-28.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Marco Aurélio Julien	A Sociedade
19067	930-41.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	Susie Oliveira dos Santos	Ivanete Lemos de Oliveira

17703	821-61.2008.811.0092	Pagamento	Ótica Onix e Nilton Antônio do Amaral	Rodrigo da Silva Santos
15452	995-41.2006.811.0092	Pagamento	Dione Terezinha Heck	Andrei Tosta Ribeiro
17967	1133-37.2008.811.0092	Pagamento	Alda Jose de Souza	Aparecido Louredo Paes
16819	1149-25.2007.811.0092	Pagamento	Valdecy Alves dos Santos	Gomes Moura e Cia Ltda
17039	196-27.2008.811.0092	Pagamento	Lucas de Paula Santana	Franciele Anjos de Moura
13881	628-51.2005.811.0092	Pagamento	Dioni Terezinha Heck	Maria Camelo Mota
15939	288-39.2007.811.0092	Pagamento	Marcos Lioterio Leite	Paulo Rogério da Silva
17089	242-16.2008.811.0092	Pagamento	Elizete Viana	Rede Cemat
16419	767-32.2007.811.0092	Pagamento	Nilton Antônio do Amaral	Valdeilson Silva Santos
17354	506-33.2008.811.0092	Pagamento	Rosangela Alves de Souza	Alessandro Peiter Gorgen
17090	247-38.2008.811.0092	Pagamento	Borges Filho e Carvalho LTDA - ME	Hundemberto Silva Ferreira
17356	508-03.2008-811.0092	Pagamento	Rosangela Alves de Souza	Soyane Priscila Cardoso Ferguson
17184	335-76.2008.811.0092	Pagamento	Nair Pedro da Silva Oliveira	Brenco - Companhia Brasileira de Energia Renovavel
18148	99-90.2009.811.0092	Pagamento	Odirene Magana Franco de Rezende	Dione Rodrigues da Silva
18330	139-72.2009.811.0092	Pagamento	Sílvia Regina Coutinho Lermen	Marcio Davi Lofiego
18587	535-49.2009.811.0092	Pagamento	João Batista de Oliveira	Moacir Brito Nunes
18443	251-41.2009.811.0092	Pagamento	Antonio Carlos Nunues da Silva	José Roberto Pinheiro
18478	357-03.2009.811.0092	Pagamento	Nilfa Lima De Jesus	CENTRAIS ELÉTRICAS MATOGROSSENSES S.A
18658	522-50.2009.811.0092	Pagamento	Milton Luiz Turchetto	Luciley Alves dos Santos
18305	208-07.2009.811.0092	Pagamento	Janio Melo Garcez	Rodogrande Transporte Rodoviário Ltda
17154	327-02.2008.811.0092	Pagamento	Sílvia Regina Coutinho Lermen	Lenir Bernades de Oliveira
18327	235-87.2009.811.0092	Pagamento	Rosana Pasetti	Reginaldo dos Santos Ribeiro
17349	510-70.2008.811.0092	Termo Cicunstanciado	Tatiane Vieira Domingos	Marina Landivar
15782	133-36.2007.811.0092	Pagamento	Jerliandro Antônio de Carvalho Teixeira	Luiz Carlos Rodrigues dos Santos
15607	1154-81.2006.811.0092	Pagamento	Sirlene Ferreira Mares	Cristiano da Rocha
15542	1089-86.2006.811.0092	Pagamento	Sirlene Ferreira Mares	Alessandro Peiter Gorgen
14723	268-82.2006.811.0092	Pagamento	Farmanorte Medicamento e Perfumaria LTDA - ME	Roseli Padilha Mendes
14384	1122-13.2005.811.0092	Pagamento	Maria Aparecida Medeiros de Oliveira	Celso Silvestre Dos Santos
13562	310-68.2005.811.0092	Pagamento	Elizabete da Costa	Giseli Nascimento da Silva
13785	539-28.2005.811.0092	Pagamento	Olaerte Gomes Da Silva	Arcebidio José Luiz
13545	292-47.2005.811.0092	Pagamento	Lúcia Roweder	Elias Queiroz
14785	330-25.2006.811.0092	Pagamento	Elgimar Rodrigues De Souza	Nelson Albert
13554	304-61.2005.811.0092	Pagamento	Silvana Aparecida Scutti	Renato Luis Sagrado
14281	1022-58.2005.811.0092	Pagamento	Iraci Maria Vargas	Lorivaldo Da Silva Souza
15303	850-82.20056.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda -	Lucimar Rocha

			ME	
15818	170-63.2007.811.0092	Pagamento	João Rosa de Souza	Nelson Lino de Souza
16343	703-22.2007.811.0092	Pagamento	Carlos Jefferson Romualdo Pereira	Consorcio Nacional Honda Ltda.
16406	749-49.2007.811.0092	Pagamento	Adelcino Moreira da Silva	Vilmar Rodrigues Oliveira
16165	515-29.2007.811.0092	Pagamento	Jose de Souza	Julio Cesar Custodio Souza e Gilson Gomes Batista
16070	421.81.2007.811.0092	Pagamento	Carlos Vieira	Sebastião de Oliveira
19069	641-11.2009.811.0092	Pagamento	Pereira e Freitas Ltda e Almiro Alves Pereira	Samara & Cia Ltda - ME
13699	446-65.2005.811.0092	Pagamento	André Luiz Marques	Fausto Pereira da Silva
16339	699-82.2007.811.0092	Pagamento	Jânio Borges	Julio César Honorio Barbosa
13266	1450-74.2009.811.0092	Pagamento	Município de Alto Taquari - MT	SEMENTES 13 PONTOS LTDA.
16045	378-47.2007.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda - ME	Cleomar Martins de Borba
17594	627-61.2008.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME e Suzely Pereira de Freitas	Antônia Maria da Silva
17699	816-39.2008.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME e Suzely Pereira de Freitas	Jose Otalirio de Jesus
17170	323-62.2008.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME e Suzely Pereira de Freitas	Marcelo Lemes da Silva
19543	1153-91.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	Sulina Barbosa Alves e Tais Mendes Bempck	Marcela Aparecida Barbosa Paula e Aparecida Barbosa Alves
19606	1339-62.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	Paulo Uander Silva Santos	Hiacuhi Lima da Silva
19611	1233-55.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	Marcos Silva Lima	Olavio Lins Soares
18244	149-19.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	Henrique Ribeiro dos Santos	Perci Ribeiro dos Santos
18024	1197-47.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Onofra Ferreira Soares	Geerlofs Rezende
16449	800-22.2007.811.0092	Pagamento	Carlos Cunha Júnior	Rubens Mariano de Castro e Daniel Elias Campos
17937	1049-36.2008.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME e Suzely Pereira de Freitas	Hiacuhi Lima da Silva
17769	356-32.2008.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME e Suzely Pereira de Freitas	Mario Pais Barboza
16759	1123-27.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Antônia Maria da Silva e Sandra Regina Dos Reis e Marcia Aparecida Sayuri Katsuyama	Antônia Maria da Silva
17359	496-86.2008.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME e Suzely Pereira de Freitas	Juscenito José do Nascimento
16038	394-98.2007.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda - ME	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda -ME
16914	71-59.2008.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME e Suzely Pereira de	Conceição Elias Araujo

			Freitas	
18230	1220-90.2009.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME e Suzely Pereira de Freitas	Márcia Cristina Ramos Câmara
17410	562-66.2008.811.0092	Pagamento	Suzely Pereira de Freitas	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda –ME e Keila de Souza Ferreira
18370	116-29.2009.811.0092	Pagamento	Dinete Maria da Silva	Cristina Sales Masciel
17932	1047-66.2008.811.0092	Pagamento	CRISTINA SALES MASCIEL E Suzely Pereira de Freitas	Jeferson Nunes Xavier E Antonio Bispo Xavier
16047	379-32.2007.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda - ME	Paulo Rogerio dos Reis
17934	1042-44.2008.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME E Suzely Pereira de Freitas	UEVERTON NUNES XAVIER
16038	394-98.2007.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda - ME	Gilberto Lemos de Oliveira
15745	97-91.2007.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda - ME	Ulda Sousa Santos
17396	550-52.2008.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME E Suzely Pereira de Freitas	Iracilda Araujo da Silva
16909	63-82.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Jose Carlos Chaiko E Marcos Sandro da Silva Chaiko	Marcio Davi Lofiego
16958	709-29.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Lindomar Dias de Souza	O Estado de Mato Grosso
16018	369-35.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	LORIVALDO DA SILVA SOUZA E Graciele Ferreira	Kathrynn Thaiane da Silva
16403	752-63.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	ARNO ALFREDO SCHIMIDT	Meio Ambiente
17350	511-55.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Marina Landivar	Adalberto Barbosa Domingos E Tatiane Vieira Domingos
8666	885-13.2004.811.0092	Pagamento	Francisco Das Chagas Da Silva	Sindicato dos Trabalhadores da Movimentação de Mercadorias
14396	1137-79.2005.811.0092	Pagamento	Junior Cesár Marques de Matos - ME	Josemar Roza de Souza
9196	143-85.2004.811.0092	Pagamento	Maria De Lourdes Rezende De Abreu	Marco Aurélio Julien
10669	928-47.2004.811.0092	Pagamento	João Góes De Azevedo	Rosimeire Aparecida Rainha
14130	879-69.2005.811.0092	Pagamento	Silvia Angélica Stangalini Sperândio	Salma Moreira dos Santos
15399	944-30.2006.811.0092	Pagamento	Antônio Carlos da Silva	Eventos Corretora e Consórcio e Estacionamento de Veículos LTDA
15524	1075-05.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Paulo Pereira dos Reis	Nilson Vigilato e Carlos Eduardo de Carvalho
13675	424-07.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Wesley Souza Dias e Lisses Ervino Aparecido Araújo
15887	244-20.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Ricardo Barbosa Lira e Roberto Bertozo de	Ricardo Barbosa Lira e Roberto Bertozo de

			Lima	Lima
15374	917-47.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Elvio Jose Teixeira Pinotti	Darci Lermen, Adriano Rodrigo Lermen, Hellen Cristina Souza De Oliveira, Denize Graziela Lermem
15829	181-92.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Dagmar Barbosa	Andre Mendonça Siqueira
7931	789-95.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Carlos Magno Moreira Fraga
16054	405-30.2007.811.0092	Pagamento	Sebastião Lazaro de Souza	Pedro Grutka
14818	362-30.2006.811.0092	Pagamento	Elgimar Rodrigues De Souza	Sebastião Canela
14680	226-33.2006.811.0092	Pagamento	Dione Terezinha Heck	Osmar Gomes Gonçalves
15429	974-65.2006.811.0092	Pagamento	Geidna Aparecida da Silva Simão Ruffo	Rosimeri Knoll
1430	1066-77.2005.811.0092	Pagamento	Dione Terezinha Heck	Marilea Teixeira Barros
14146	891-83.2005.811.0092	Pagamento	Rosane dos Santos Oliveira	Paulo da Silva César
15637	1184-19.2006.811.0092	Pagamento	Antonia Lopes De Moraes	MARIA APARECIDA VIEIRA
15379	926-09.2006.811.0092	Pagamento	Belmiro Pereira da Costa - ME	Guilherme Augustinho e Outros
15380	922.69.2006.811.0092	Pagamento	Belmiro Pereira da Costa - ME	Sebastião Tortola
15103	647-23.2006.811.0092	Pagamento	Argemiro Rodrigues de Souza	Manoel Barbosa de Sá
15104	648-08.2006.811.0092	Pagamento	Argemiro Rodrigues de Souza	Luiz Antônio
15064	611-78.2006.811.0092	Pagamento	Argemiro Rodrigues de Souza	Carlos Carrijo dos Santos
14710	257-53.2006.811.0092	Pagamento	Walter Gomes Dias	Marcos da Silva dos Santos
15495	1043-97.2006.811.0092	Pagamento	Vagner Lopes de Souza	Keila Fernandes de Lima - ME
15263	811-85.2006.811.0092	Pagamento	Farmanorte Medicamento e Perfumaria LTDA - ME	Luiz Gomes Gonçalves
14124	868-40.2005.811.0092	Pagamento	Nelcina Maria Wagner	José Martins Freitas
13356	100-17.2005.811.0092	Pagamento	Sirlene Ferreira Mares	Genialdo Souza Da Silva
14254	995-75.2005.811.0092	Pagamento	Belmiro Pereira da Costa - ME	Gilson Matias de Araujo
13878	626-81.2005.811.0092	Pagamento	João Luís de Souza	Antonio Naves Rezende
13565	316-75.2005.811.0092	Pagamento	Dennici Silva Briancini	Genivaldo Reginaldo Jorge
9421	20-87.2004.811.0092	Pagamento	Rosimeire Serafim da Costa	Ana Atalaide Martins
12767	545-69.2004.811.0092	Pagamento	Dennici Silva Briancini	Rosangela Candida De Moura
13949	694-31.2005.811.0092	Pagamento	Enilda da Silva	Jaqueline Alves dos Santos
13544	296-84.2005.811.0092	Pagamento	Nelcina Maria Wagner	Antonio Carlos de Jesus
11927	1052-30.2004.811.0092	Pagamento	Rosimeire Serafim da Costa	Elisângela Joaquina Silva
11868	81-45.2004.811.0092	Pagamento	Fábio Mauri Garbúgio	QI INFOR
12847	948-38.2004.811.0092	Pagamento	Maria Izabel Barbosa Oliveira	Panabens Eletro Eletrônicos Ltda
5867	1086-05.2004.811.0092	Pagamento	Arno Krebs	Vicente Juarez Da Silva
8635	148-10.2004.811.0092	Pagamento	Sérgio Rodrigues	Francisco Salis De

			Malheiro	Almeida
8835	880-88.2004.811.0092	Pagamento	Eva Francisca De Jesus	João Maria Gonçalves
12141	73-68.2004.811.0092	Pagamento	Zenildo Vital Da Rocha	Ivanildo Rosa Da Conceição
10276	1059-22.2004.811.0092	Pagamento	Janderson Pereira Duarte	Luciano Bezerra dos Santos
6589	1090.42.2004.811.0092	Pagamento	Evanildes Amorim de Arruda	Cleverton dos Reis
13273	16-68.2005.811.0092	Pagamento	Patricia de Souza de Sá Silva	Patricia de Souza de Sá Silva
15144	690-57.2006.811.0092	Pagamento	Nilton Antônio do Amaral	Rosimeri Knoll
15032	580-58.2006.811.0092	Pagamento	Rosane dos Santos Oliveira	Giselia Martins Silva
13508	259-57.2005.811.0092	Pagamento	Nelcina Maria Wagner	Izaias Alves Bezerra
13383	133-07.2005.811.0092	Pagamento	EDU MARION DE BORBA	Wender Batista Oliveira
13444	193-77.2005.811.0092	Pagamento	Iraci Maria Vargas	Eva Catarina Oliveira da Luz
13380	130-52.2005.811.0092	Pagamento	Caira Aparecida Silva do Espírito Santo	Marta Fernandes Apolinario
13274	20-53.2005.811.0092	Pagamento	Sebastiana Paes Antikiewics	Luciana de Cássia Zanoni
13882	629-36.2005.811.0092	Pagamento	Dioni Terezinha Heck	Pedro Lazzeri Barbosa
14690	238-47.2006.811.0092	Pagamento	Dione Terezinha Heck	Ildevânio Alves da Silva
15119	662-89.2006.811.0092	Pagamento	Ronilson Nogueira Furtado	Ivanildo Ferreira da Silva
14234	977-54.2005.811.0092	Pagamento	Nelcina Maria Wagner	Valdir Alves Eduardo
13563	311-53.2005.811.0092	Pagamento	Elizabete da Costa	Rosa Maria Moura
14942	493-05.2006.811.0092	Pagamento	MT Instaladora Elétrica LTDA	Ivo Nelson Briancini
15508	1056-96.2006.811.0092	Pagamento	Credinorte Móveis e Eletrodomésdticos LTDA	Adenilza Evangelista Barros
14148	893-53.2005.811.0092	Pagamento	Rosane dos Santos Oliveira	PAULO EDUARDO DA SILVA CEZAR
16427	780-31.2007.811.0092	Pagamento	Eliana Pereira da Silva	Zelhanir Fatima Rodrigues Furtado
16265	615-81.2007.811.0092	Pagamento	Associação Hospitalar Bom Samaritano de Alto Araguaia E Alexandre Silva Aguiar	Andrei Tosta Ribeiro
16205	556-93.2007.811.0092	Pagamento	JÚLIO SOARES SILVA	Carlos Magno Moreira Fraga
15865	221-74.2007.811.0092	Pagamento	Adair Rodrigues Fernandes	Mari Aparecida Matias Silva
13824	571-33.2005.811.0092	Pagamento	Enilda da Silva	Alessandro Peiter Gorgen
14866	410-86.2006.811.0092	Pagamento	Walter Gomes Dias	Clomar Carrijo Resende
13836	585-17.2005.811.0092	Pagamento	Enilda da Silva	Itagiba Dourado da Silva
15033	572-81.2006.811.0092	Pagamento	Rosane dos Santos Oliveira	EDVÂNIO DE PAULA MARTINS
15309	856-89.2006.811.0092	Pagamento	EDVÂNIO DE PAULA MARTINS	Lucimar Dias de Oliveira
13847	598-16.2005.811.0092	Pagamento	Lucimar Dias de Oliveira	LEANDRO JOÃO GRAFF
9527	83-15.2004.811.0092	Pagamento	ALDELICE SOUZA ARAGÃO	ARCINDO MAGALHÃES LIMA
14847	390-95.2006.811.0092	Pagamento	Sirlene Ferreira Mares	Fausto Pereira da Silva
16168	517-96.2007.811.0092	Pagamento	SÍLVIA REGINA COUTINHO LERMEN	Jonas José Maria
16591	942-26.2007.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda –	Miguel Angelo Froes

			ME E Suzely Pereira de Freitas	
13492	241-36.2005.811.0092	Pagamento	Adair Rodrigues Fernandes	Marcos Rodrigues Souza E Maria de Fátima
11521	994-27.2004.811.0092	Pagamento	Rosimeire Serafim da Costa	ALEXANDRA VIEIRA DOS SANTOS
8394	2-71.2004.811.0092	Pagamento	LEDIR MARQUES DE SOUZA	Nucineide de Jesus Schuants
12393	139-14.2004.811.0092	Pagamento	OLINDO GOMES DOS SANTOS E LUZIA GOMES DE OLIVEIRA	Juízo de Direito da Vara Única de Alto Taquari
15722	69-26.2007.811.0092	Pagamento	Credinorte Móveis e Eletrodomésdticos LTDA	Roziel Oliveira da Silva
15718	68-41.2007.811.0092	Pagamento	Credinorte Móveis e Eletrodomésdticos LTDA	Renato Rodrigues Pereira
16409	754-33.2007.811.0092	Pagamento	Iliçanda Alves Dias	Aparecido Marden Reis
15736	89-17.2007.811.0092	Pagamento	Iliçanda Alves Dias	Noemy Goes da Luz
15926	277-10.2007.811.0092	Pagamento	Nucineide de Jesus Mencke	Sandra da Silva César
16044	397-53.2007.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda - ME	Marcia Marques Dotoli
15510	1071-65.2006.811.0092	Pagamento	Credinorte Móveis e Eletrodomésdticos LTDA	Sheila Cristina Gomes de Souza Schvan
16039	375-92.2007.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda - ME	Walney Carvalho De Oliveira
15927	278-92.2007.811.0092	Pagamento	Nucineide de Jesus Mencke	Ana Claudia Alves Eduardo
15509	1070-80.2006.811.0092	Pagamento	Credinorte Móveis e Eletrodomésdticos LTDA	Cleisson Freitas Da Silva
15847	200-98.2007.811.0092	Pagamento	Jose Carlos Ferreira de Souza	Edson dos Santos Mattos
15512	1057-81.2006.811.0092	Pagamento	Credinorte Móveis e Eletrodomésdticos LTDA	Ildevania Alves da Silva
15721	79-70.2007.811.0092	Pagamento	Credinorte Móveis e Eletrodomésdticos LTDA	Andreia Bernini
16040	376-77.2007.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda - ME	Valdemar Menezes da Costa
15925	276-25.2007.811.0092	Pagamento	Nucineide de Jesus Mencke	Deuvânia Barbosa Ferreira
15516	1060-36.2006.811.0092	Pagamento	Credinorte Móveis e Eletrodomésdticos LTDA	Lazaro Rodrigues dos Santos
15523	1074-20.2006.811.0092	Pagamento	Credinorte Móveis e Eletrodomésdticos LTDA	Carlos Carrijo dos Santos
16276	629-65.2007.811.0092	Pagamento	Terezinha Rosa de Souza	Graciele Ferreira
16345	691-08.2007.811.0092	Pagamento	Rosane dos Santos Oliveira	Deuvânia Barbosa Ferreira
14282	1024-28.2005.811.0092	Pagamento	Iraci Maria Vargas	Salma Moreira dos Santos
16344	688-53.2007.811.0092	Pagamento	Rosane dos Santos Oliveira	Graciele Ferreira
16818	1148-40.2007.811.0092	Pagamento	Elza Vilela de Carvalho	Madalena Chagas de Souza
16193	544-79.2007.811.0092	Pagamento	João Marciniak	Valdelirio Davi da Costa

16010	361-11.2007.811.0092	Pagamento	Márcia Helena Lopes de Lima	Sergio Garbugio
16422	774-24.2007.811.0092	Pagamento	Rosane de Lurdes Menezes da Rocha	Graciele Ferreira
16067	418-29.2007.811.0092	Pagamento	Olivio da Silva	Ronilson Nogueira Furtado
16264	614-96.2007.811.0092	Pagamento	João Ferreira Borges Filho	Raniere Bezerra da Costa e Orlinda Pereira Vieira
15807	159-34.2007.811.0092	Pagamento	Jorge Barbosa da Silva Junior	Marco Antonio Moura da Silva
16410	755-18.2007.811.0092	Pagamento	Iliçanda Alves Dias	Adriana Alves da Conceição
16338	702-37.2007.811.0092	Pagamento	Antônia Cordeiro da Silva	Graciele Ferreira
16750	1115-50.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Tereza Pereira dos Reis	Luiz Fernando de Araújo Melo e Francisco de Lima do Espírito Santo Filho
15258	800-56.2006.811.0092	Pagamento	Jose Jorge Vieira Junior	Vantuir Rodrigues Dias
14589	142-32.2006.811.0092	Pagamento	Silvana Cristina Johann	Valdir de Oliveira
14864	409-04.2006.811.0092	Pagamento	ELGIMAR RODRIGUES DE SOUZA	AILTON JOSÉ DA SILVA
17038	195-42.2008.811.0092	Pagamento	Deise Lopes Mattos	Franciele Anjos de Moura - M.E e Franciele Anjos de Moura
12963	1177-95.2004.811.0092	Pagamento	Bárbara Marta Tannus e Bárbara Marta Tannus	Said Badui Tannu Juízo de Direito da Vara Única de Alto Taquari s Neto
9584	874-81.2004.811.0092	Pagamento	Mairi Magalhães Barbosa	ADAIR PERES DE SOUZA
13625	372-11.2005.811.0092	Pagamento	Silvana Aparecida Scutti	Nivaldo Gomes Guimarães
12143	986-50.2004.811.0092	Pagamento	DUGLACY FERREIRA DA COSTA	SELMA PEREIRA DE OLIVEIRA
15641	1188-56.2006.811.0092	Pagamento	Tanise Cristina Tortorelli	Ademilson Luiz De Rezende E Zinair Da Silva Rezende
12848	949-23.2004.811.0092	Pagamento	Ivete Jucimara da Silva Pereira	Panabens Eletro Eletrônicos Ltda
13530	279-48.2005.811.0092	Pagamento	Dinete Maria da Silva	Caira Aparecida Silva do Espírito Santo
12822	852-23.2004.811.0092	Pagamento	ALETHEIA CRISTIANE BLAU	ANA OLIVEIRA SOUZA
12741	900-79.2004.8111.0092	Pagamento	Rosimeire Serafim da Costa	Vicente Juarez da Silva
8882	1048-90.2004.811.009	Pagamento	ROSIMEIRE APARECIDA RAINHA	Carlos Henrique Coelho Menezes
13296	40-44-2005.811.0092	Pagamento	NILFA LIMA DE JESUS	ALONSO PEREIRA DE SOUZA
13345	96-77-2005.811.0092	Pagamento	Sirlene Ferreira Mares	João Marques de Souza
12501	866-07.2004.811.0092	Pagamento	Otúlio Francisco Dias	RONEI ARMANDO MIROWSKI
14648	197-80.2006.811.0092	Pagamento	Aderçon Fernandes Barbosa	Luiz Gustavo Koch
14345	1088-38.2005.811.0092	Pagamento	Evandro Souza Duarte e Bernadeth das Graças Souza	Anivaldo Aparecido Félix
15203	742-53.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Leonardo de Jesus Rodrigues	O Estado de Mato Grosso
14200	943-79.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Marly Subtil de Oliveira Gomes	Marlene de Oliveira Carvalho
15279	826-54.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Vanuci Sefrin	Davi Vieira de Lima

9034	976-06.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	CARLOS ANDRÉ SODER	O Estado de Mato Grosso
12214	1051-45.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	JERVÁSIO RIBEIRO DOS SANTOS	JOÃO RIBEIRO DOS SANTOS
15297	845-60.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Graciele Ferreira	Almerida Otacílio Paniago
14820	365-82.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Ronilton Alves de Ferreira	O Estado de Mato Grosso
6167	846-16.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	TATIANE BEZERRA LIMA e FABIANA MARTINS DA SILVA	Giovana Carla Baiardo
12437	985-65.2004.811.00092	Termo Circunstanciado	MILTON LUIZ TURCHETTO e ISABEL SALVAGNINI	LOURDES KREBS DOS SANTOS
13694	436-21.205.811.0092	Termo Circunstanciado	Célio Mariano Corréa	A COMUNIDADE
8838	938-91.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Ministério Público do Estado de Mato Grosso	GLEIDES MARTINS ALVES e ROBSON MARTINS DE MELO e MARCELO MARTINS DE MELO
6388	943-83.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	RENATO GONÇALVES PEREIRA	APARECIDO LIMA DO ESPÍRITO SANTO
14371	1110-96.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	KLEBER WELINGTON DE SOUZA GOMES	Leidemar de Souza Lima
9506	925-92.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Areovaldo José de Camargo	ILDO JORGE BORDIGNON
13991	739-35.2005.8111.0092	Termo Circunstanciado	José Igor Vieira Rezende	O Estado de Mato Grosso
11299	991-72.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Ronnei Aparecido Martins da Silva	Keila de Almeida Novaes
13885	632-88.2005.811.0092	Pagamento	Darci Lermen	Juizado Especial Civel e Criminal de Alto Taquari
7057	24-27.2004.811.0092	Pagamento	Clauber Antônio Koch	Sindicato dos Trabalhadores da Movimentação de Mercadorias e Ezequiel Gonçalves
12656	895-57.2004.811.0092	Pagamento	Rosimeire Serafim da Costa	Gean Da Silva
9189	77-08.2004.811.0092	Pagamento	Aníbal Romualdo Pereira	Valdecir Bocchi
7058	844-46.2004.811.0092	Pagamento	Lucélia Paes Ananias	Maurina Pereira Borges
12881	1081-80.2004.811.0092	Pagamento	Maria Emilia Silva Santos	Tania Margarete Silva
13479	227-52.2005.811.0092	Pagamento	Luiz Antonio Bocalan - EPP	Eneas dos Anjos de Jesus
8795	80-60.2004.811.0092	Pagamento	Juliano Braun	Carlos Henrique Coelho Menezes
12517	864-37.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Reinaldo Alexandre De Souza	O Estado de Mato Grosso
12925	1133-76.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Elcio Shuantes	Nucineide De Jesus Schuantes
13589	338-36.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Jhon Lenon dos Santos Oliveira	Aparecida dos Santos Oliveira e Edson Francisco Braz
13420	170-34.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Juliano Braun
13547	298-54.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Sônia Aparecida Messias	Sônia Aparecida Messias
13603	351-35.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Fernanda Cândida Costa	Leôni Alves de Almeida
12979	1192-64.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado	Vilmar Ribeiro Santos
13221	17-98.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Janaina Paes Capoci	Marco Aurélio Julien
13360	112-31.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Jose Adones da Costa	Raul Rosa de Souza
13388	140-96.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Geisibel Rodrigues De	Wesley Souza Dias

			Oliveira	
13407	158-20.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Elisangela Souza Ferreira e Adimar Rodrigues de Jesus	Elessandra Pereira da Silva
12646	958-82.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Hélio Ferreira de Souza
13353	97-62.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	J. B. de O e C. B. O	Cezaro de Oliveira e Jacinta Lurdes Bombardelli de Oliveira
12911	1115-55.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Ilaídes Maria dos Reis	Janaina Paes Capoci
14356	1097-97.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Jaqueline Santos da Silva	Salma Moreira dos Santos
14542	80-89.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Amélia Teodoro de Carvalho Silva e Meire de Andrade das Graças	Amélia Teodoro de Carvalho Silva e Meire de Andrade das Graças
14713	262-75.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Josilene da Silva	Alceno Menezes dos Reis
13931	678-77.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Jonson Rodrigo Riffel
14712	259-23.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Susana Arantes de Oliveira	Valdenico de Souza Umbelino
14841	381-36.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Luciene Pereira Gouveia e Aleriomacs Pereira Gouveia	Ailton Gouveia
13100	12-76.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	A COMUNIDADE	Valério Luiz Tentuliano da Cruz Alves
12640	1073-06.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Ana Cecília Vargas	Kléber Simey Oliveira Faustino
14664	213-34.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Dazia Nogueira Cavalcante	Luiz Carlos Pepe de Souza
14715	265-30.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Maria Aparecida de Souza Bueno	Maria de Fatima Marques Batista
10402	16-50.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado	Walter Junior Dos Reis e Robson Da Silva Alves
12544	1068-81.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	A COMUNIDADE	Kléber Simey Oliveira Faustino
10923	1062-74.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Edelvânio Alves Da Silva
11300	804-64.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Silvia Angélica Stangalini Sperândio	Márcio Aureo Campos
10903	983-95.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Ministério Público do Estado de Mato Grosso	Valdivino Santana dos Santos
17009	176-36.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Elvio Jose Teixeira Pinotti	Adão Rodrigues Barbosa
18432	309-44.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Adriano Pereira Vale
19502	1124-41.2009.811.811.0092	Termo Circunstanciado	MP e Francisco Simões de Melo Neto	João Trento
20301	447-74.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	Luiz Antônio Mundim dos Santos	Claudione Rodrigues da Silva
17218	402-41.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Lourival Antônio Sperandio
19661	1312-34.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	Janaina Maria Canteiro de Oliveira	Keila Rodrigues da Silva e Janete Batista de Almeida
15402	949-52.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Sidnei Torres Pereira e Madedor Industria e Comércio de Madeiras
17509	678-72.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Iracema Gomes	Avani Teixeira da Silva
17179	342-68.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Manoel Laurentino da Silva	Ivanildo Severino de Santana
18126	53-04.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	A Comunidade	Marcos Pereira Silva
15845	195.76.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Maria Edith Pilco	Andreza Cristina

				Sanaiotti
17309	451-82.2008.811.0092	Pagamento	André Carlos Adams	Brasil Telecom S.A
16068	419-14.2007.811.0092	Pagamento	Sirlene Ferreira Mares	José Renato Dias
16298	653-93.2007.811.0092	Pagamento	Fausto Pereira da Silva	Sergivan Esmerindo Silva
18745	671-46.2009.811.0092	Pagamento	Valdelan Batista Da Costa	Ronaldo Maciel Skowronki
18723	536-34.2009.811.0092	Pagamento	Eliane Ramos Bispo	Brastem Eletro Eletronicos e Informatica Ltda
18836	568-39.2009.811.0092	Pagamento	Ronicley da Silva Dourado	Francisco Sales de Almeida
19401	822-12.2009.811.0092	Pagamento	Alves Dias e Alves Dias - ME	Elcylem Maria Meireles de Oliveira
18439	268-77.2009.811.0092	Pagamento	Iliçanda Alves Dias	Joelma Rocha de Amorim
18374	120-66.2009.811.0092	Pagamento	Dinete Maria da Silva	Givonete Lopes Souza de Oliveira
18835	567-54.2009.811.0092	Pagamento	Ronicley da Silva Dourado	Francisco Sales de Almeida
19210	636-86.2009.811.0092	Pagamento	Sania Duarte Moraes Ribeiro	Irani de Fatima Oliveira da Luz
19202	795-29.2009.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME e Welli Carla Galvani Pereira	Hélio Galdino Ribeiro
18369	115-44.2009.811.0092	Pagamento	Dinete Maria da Silva	Claudia Gianni Ferreira de Oliveira
18248	12005-24.2009.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME e Suzely Pereira de Freitas	Ezequiel de Campos e Luiz Carlos Marreiro
18131	48-79.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	Cilmar Ribeiro de Souza	O Estado de Mato Grosso
19643	48-79.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Cilmar Ribeiro de Souza
18338	221-06.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	Ademilson Calixto da Silva	Renaldo Soares da Costa
17513	655-29.2008.811.009	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Élion Gomes da Silva
19643	1271-67.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	Adão Vicente Dias	Álber Alves Domingos
17080	252-60.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	A Sociedade	Fabio Júnior Lopes Ferreira
17374	521-02.2008.811.0092	Termo Circunst.	Marili Kossmann	Araci Maria Kossmann
17757	902-10.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Benedito Aparecido Alves de Toledo	Leonice Alves da Silva
16905	60-30.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Lourivaldo da Silva Souza	Rogério Correia de Almeida e Ronelson Correa de Almeida
17107	266-44.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Janio Melo Garcez	Jose Ivan Vieira de Melo
17194	357-37.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Maria Eliete Pereira Lima e Armínio Leonardo Pereira Lima	Cláudio Oliveira Narciso
17279	432-76.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Maria da Penha Miranda	Sônia Maria de Oliveira
19719	13-28.85.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	Ricardo Alves de Souza	João Batista de Oliveira
19745	1334-92.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	Maria de Fátima Conceição Oliveira	Rosamaria Aparecida Ferraz
17351	512-40.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Andreia Aparecida Viana Soares	Marta Mendes De Oliveira e Thalitha Mendes de Oliveira
15368	912-25.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Deusziene Bento de Rezende	Rosileny Menezes da Costa
17326	480-35.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Rozeli Lucia da Silva	Selma Luiza Aniceto

				dos Santos
17348	494-19.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Reginaldo dos Santos	Carlito da Costa Silva
17182	348-75.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Rosani Follmer e Irineu Gomes Guimarães	César Vanderley Ebling e Irineu Gomes Guimarães
17516	620-06.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Jaqueline Vieira de Melo	Adriano Francisco de Oliveira
14836	382-21.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Romilda Bento Almeida	Elcimar Alves Nunes
17289	455-22.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Mateus Felipe Portela e Maria Lúcia de Lima Portela	Amarildo Ferreira de Souza
17137	292-42.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Deise Lopes Mattos	Ronicley da Silva Dourado
17814	981-86.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Ronicley da Silva Dourado	Soeli da Silva
17518	675-20.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Uáguina Chirli Rodrigues da Silva	Maria Eliete Pereira Lima
17566	721-09.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Alaor Mariano de Souza e Jose Edivaldo Vieira Melo	Alaor Mariano de Souza e Jose Edivaldo Vieira Melo
17615	764-43.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Ademir Francisco Correa	Marcos Antonio Elias Neves
17458	626-76.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Jose de Souza	Jose Carlos de Oliveira da Cruz
17512	658-81.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Araci Maria Kossmann	Marili Kossmann
16840	1141-48.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Aparecida Tavares de Moura	Daguimar Barbosa
17288	454-37.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Josenildo Brito da Silva e Alan Deivid de Abreu Junqueira	Carlos Antonio Ferreira de Souza e Euds Eucly Medeiros de Oliveira
17613	763-58.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Samuel Ferreira Paes	Arnaldo Gomes de Souza
17729	890-93.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Indiamira Oliveira Lima e Nilsiney Mundim Moraes	Nilsiney Mundim Moraes e Indiamira Oliveira Lima
17527	687-34.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Leidinalva Ferreira Aparecido e Patricia Nunes de Souza Freitas	Leidinalva Ferreira Aparecido e Patricia Nunes de Souza Freitas
17286	452-38.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	A Sociedade	Roberto Antonio Knoll
18103	1294-47.20009.811.0092	Termo Circunstanciado	Bruno Ricardo Nascimento de Azevedo	Luiz Fernando de Araújo Melo e Arlindo Luiz Varjão e Edilio da Silva Resende
17076	240-46.2008.81.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Katayama Alimentos Ltda
14430	1168-02.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Lisete Inês Wagner	Divaldo César do Nascimento Júnior
13676	425-89.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Odair Jose Duarte
16127	480-69.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Ministério Público do Estado de Mato Grosso	Elias Bacila Sade Junior
16227	580-24.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Fábio Júnior da Silva
12771	563-90.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Flávio Esmerino Da Silva
14889	436-84.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Iracema Gomes	Romilda Bento Almeida
17140	294-12.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Antoninho Soardi	Fábio Vilela de Carvalho
15554	1103-70.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Valdeci Fabiano Cardoso
17214	376-43.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Ary Coelho de Oliveira	João Santos Coelho de Oliveira
16101	456-41.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Alice de Carvalho	Manoel Teodoro

			Correa	Barbosa
15982	332-58.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Angelita Silva Santos	Hellen Cristina Souza De Oliveira
17493	652-74.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Lourivaldo da Silva Souza
17199	359-07.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Alessandra Pereira dos Reis	Maria Eroneide Ribeiro Santos
19751	13-5823.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Celso Ezauri de Oliveira
20144	290-04.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	Laiz Rosa Guimarães E Luiza Gomes Guimarães	Renata Andreia Rodrigues de Oliveira
19239	1019-64.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	Tânia Mara Vieira Nunes E Roberta Cristina Magno de Senna	Roberta Cristina Magno de Senna e Sara Menegon Musa Abed
18440	337-12.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	Antônio Jonas da Silva	Walney Carvalho De Oliveira
16228	578-54.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Siellen Cristina Searense	Telma Gomes da Silva
17266	419-77.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Magda do Rocio dos Santos Souza	Ataide Joaquim de Souza, Leidiane Alves de Souza e Rosidelma Alves de Melo
18149	104-15.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	Rafaela Souza Menezes	Daiani Arantes Novaes
17053	208-41.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Douglas da Silva Belo
16443	793-30.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Atamar Calixto Teodoro	Alessandra Pereira dos Reis
17719	885-71.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Marcelo Moreno Marques	Charlene Ribeiro da Silva, Urias José de Oliveira e Marcelo Moreno Marques
16498	865-17.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Rosane de Lurdes Menezes da Rocha	Fernanda Hokazono Da Cunha
17885	1062-35.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	Ministério Público do Estado de Mato Grosso	Alessandra Pereira dos Reis
16441	791-60.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Francisco de Lima do Espírito Santo Filho e O Estado de Mato Grosso	Ana Paula Pereira dos Reis e Tereza Pereira dos Reis
17466	591-19.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	A Sociedade	Maria Eliete Pereira Lima
17146	315-85.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Helli Cristina Dotoli	Espólio de Marcos César de Carvalho
17291	452-67.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Elton Alves dos Santos
17514	656-14.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	João Rodrigues Barbosa Filho	Sidney da Silva
17510	653-59.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Wanderley Souza Barbosa	Carlinhos de Tal
16834	1181-30.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Ary Coelho de Oliveira	João Dom Bosco Coelho de Oliveira
16760	1127-64.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Marlene de Lima Soares	Laura Jesus de Souza
16548	877-31.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Luzia Helena Souza Rezende	Wlisses Rodrigues de Souza
19474	1114-94.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	Joziane Lira de Camargo	Maria Betania Cosme Virgilio
14905	449-83.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	FLÁVIO ESMERINO DA SILVA
20415	506-28.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Adriano Moreira da Silva
16844	1171-83.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Francisco de Lima do Espírito Santo Filho e Pompilio Pereira Soares Neto e Arlindo Luiz Varjão	Charles Fernando Jorge de Souza
16967	312-64.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Joselita Oliveira de Lima	Fábio Júnior da Silva
18508	398-67.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	Maria Pereita da Silva	Pedro Paulo de Souza

18841	781-45.2009.811.092	Termo Circunstanciado	Rubens da Paixão Nakashima	Mauro Cesar de Souza
18848	853-32.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	Charles Tolentino Oliveira Graciano	Luiz Fernando Garcia Lopes
18023	1196-62.2008.8111.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	O Estado de Mato Grosso
17666	832-90.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	EVA FRANCISCA DE JESUS
18170	58-26.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	A Sociedade e A COMUNIDADE	Gilberto Paulo das Neves
17796	964-50.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Maria Monteiro da Silva
17352	504-63.2008.811.009	Termo Circunstanciado	Daniela Barbosa Gomes	Cícero Serrão de Carvalho
18509	407-29.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Fabiano Aparecido Gaioto e Wellington Batista Barbosa
18163	50-49.009.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Roselino Bento
18169	43-57.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Nelson Pereira da Silva
18164	51-34.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	Jorge Yamada	SALOMÃO CAETANO DE BRITO
17567	722-91.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	João Batista Cavalcante Silva
15848	201-83.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Ministério Público do Estado de Mato Grosso	Jesus Aparecido Subitl de Oliveira
15240	783-20.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	A COMUNIDADE	Valdinei do Rosário e José Viana da Cruz
16950	107-04.2008.811.0092	Pagamento	Espólio de Marcos César de Carvalho	Solange Maria Wilhelms Naumann
16535	894-67.2007.811.0092	Pagamento	Rosane de Lurdes Menezes da Rocha	Fernanda Hokazono Da Cunha
12970	1180-0.2004.811.0092	Pagamento	Joelcio Vilela de Carvalho	Nelson Antkiewicz
17124	279-43.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Adão Dias Correa	Paulo Irineu Follmann
19387	335-42.2009.811.0092	Pagamento	Dinete Maria da Silva	Leidimar Feliciana da Rocha
19386	330-20.2009.811.0092	Pagamento	Dinete Maria da Silva	Marcela Santos da Silva
19383	248-86.2009.811.0092	Pagamento	Dinete Maria da Silva	Bruna Rafaela Oliveira da Luz
18367	114-59.2009.811.0092	Pagamento	Dinete Maria da Silva	Fabiano Aparecido Gaioto
15737	86-62.2007.811.0092	Pagamento	Iliçanda Alves Dias	Heloisa Helena do Nascimento da Silva
12406	896.42.2004.811.0092	Pagamento	Luzia Guimarães Silva	Panabens Eletro Eletrônicos Ltda
6875	1092.12.2004.811.0092	Pagamento	Maria Rosa Da Silva	José Martins Freitas
13516	267-35.2005.811.0092	Pagamento	Luiz Antonio Bocalan - EPP	Jair João Rauber
19396	819-57.2009.811.0092	Pagamento	Alves Dias e Alves Dias - ME	Noemi Góis da Luz
17159	285-50.2008.811.0092	Pagamento	Sílvia Regina Coutinho Lermen	Rafael Alves de Oliveira
18570	350-11.2009.811.0092	Pagamento	José Roberto Guedes	Aparecido Marden Reis
19394	809-13.2009.811.0092	Pagamento	Pina e Almeida Pina Ltda EPP - Pina Moveis	Eneias dos Anjos de Jesus
15907	264-11.2007.811.0092	Pagamento	Sirlene Ferreira Mares	Joelcio Vilela de Carvalho
14119	863-18.2005.811.0092	Pagamento	Maria Ivone dos Reis	Ivanilda Soares dos Santos - ME
16858	13-56.2008.811.0092	Pagamento	Iliçanda Alves Dias	Aline de Oliveira Worst
19393	633-34.2009.811.0092	Pagamento	Sania Duarte Moraes Ribeiro	Fabio Ferreira Freitas

18346	155-26.2009.811.0092	Pagamento	Aletheia Cristiane Blau	Jucyneide Cardoso Ferguson
16526	855-70.2007.811.0092	Pagamento	Euripedes Marques de Lima	Devani Vieira de Lima
17028	211-93.2008.811.0092	Pagamento	Raimundo Jose Costa de Souza	VIVO S.A.
13411	154-80.2005.811.0092	Pagamento	Silvana Aparecida Scutti	Valney Domingos do Carmo
16561	919-80.2007.811.0092	Pagamento	Orivaldo Rodrigues Dias	Edson dos Santos Mattos
16853	9-19.2008.811.0092	Pagamento	Vidal Valdir Dourado	Ronaldo MacieLSkowronki
17443	597-26.2008.811.0092	Pagamento	Rosangela Alves de Souza	Luciana de Cássia Zanoni
14352	1091-90.2005.811.0092	Pagamento	ALDAIR JOSE LERMEN	Ronildo Pereira Barbosa
14927	467-06.2006.811.0092	Pagamento	Adarbi Ribeiro	Rede Cemat
16779	1101-66.2007.811.0092	Pagamento	Carlos Roberto Chaves Mendes	Auto Show Veiculos Ltda
15716	67-56.2007.811.0092	Pagamento	Credinorte Móveis e Eletrodomésdticos LTDA	Ademilson Calixto da Silva
14405	1146-41.2005.811.0092	Pagamento	Joelcio Vilela de Carvalho	Regina Celia de Abreu
13715	461-34.2005.811.0092	Pagamento	Elen Aparecida Salles Socorro E Ana Oliveira Sales	José Roberto da Silva
13349	103-69.2005.811.0092	Pagamento	Sirlene Ferreira Mares	Antônio do Nascimento Afonso
3765	962-22.2004.811.0092	Pagamento	SÉRGIO RODRIGUES MALHEIRO	Jordino Pereira Ramos
12948	1155-37.2004.811.0092	Pagamento	JOSÉ ROGÉRIO DE MELO	Adalberto Barbosa Domingos
12902	1113-85.2004.811.0092	Pagamento	Nilda Terezinha Briancini	PANABENS ELETRO ELETRÔNICOS LTDA
15313	859-44.2006.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda - ME	Fabio Ferreira Freitas
12873	1019-18.2004.811.0092	Pagamento	Iria Terezinha Blau	PANABENS ELETRO ELETRÔNICOS LTDA
15316	860-29.2006.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda - ME	Marilea Teixeira Barros
15300	847-30.2006.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda - ME	Sidney da Silva
15306	853-37.2006.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda - ME	Aparecido Lopes da Silva
16639	999-44.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Palohane Costa Silva	Rogério Costa Silva
16399	761-25.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Iracema Gomes	Romilda Bento Almeida
17520	660-50.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	A Sociedade	Cássio Domingos de Oliveira
18243	148-34.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Vergelino Marques Machado	Reginaldo dos Santos Ribeiro
20019	167-06.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Daviel Castro Frazão
17986	1183-63.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Sergio Monteiro Duelis	Antônio Silva Oliveira
18127	1263.27.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	Natal Francisco Rainha	Otavio Chela
17215	377-28.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Cleidiane Souza Gorgem	Luciana de Cássia Zanoni
17750	900-40.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Marcilene Maria dos Santos	Luiz Carlos de Souza e Valdecir Percher

14322	1059-85.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Lisses Ervino Aparecido Araújo
15537	1084-64.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Ary Coelho de Oliveira	João Dom Bosco Coelho de Oliveira
17171	326-17.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Marinalva Aparecida Camargo	Paulo Sergio da Silva
18014	1178.26.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Guilherme Augustin
16639	995-07.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Rosileny Menezes da Costa	Joelma Cristian da silva
15491	1039-60.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Priscila de Fátima Gonçalves	TELEMAT CELULAR S/A
13653	399-91.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Sirlene Ferreira Mares	José Antônio de Souza
16156	507-52.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Associação Hospitalar Bom Samaritano de Alto Araguaia e Alexandre Silva Aguiar	Zenilda dos Santos
15626	1180-79.2006.811.0092	Pagamento	Aldair Jose Lermen - ME	Hélio Borges
2493	960.52.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	JOÃO BARBOSA DOS SANTOS	GENIALDO SOUZA DA SILVA
13968	716-89.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Claudio Bernini	Embratel - Empresa Barsileira de Telecomunicações
15164	708-78.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Jose Custódio da Silva Neto	Juizado Especial Civel e Criminal de Alto Taquari
16660	1004-66.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	MARIA CAMELO MOTA	ISABEL SALVAGNINI
16336	697-15.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Luzia José Barbosa	Graciele Ferreira
16816	1154-47.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	João Dom Bosco Coelho de Oliveira	João Rodrigues Barbosa Filho e João Rodrigues Barbosa Filho
15473	1019-69.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Olga Pereira da Silva	Aparecida Clemente de Souza
16292	644-34.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Lourentino de Assis	Amaro Alves de Carvalho
17704	823-31.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Ótica Onix E Nilton Antônio do Amaral	Noeli Teixeira
15238	782-35.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	CLEBER CORDEIRO	LUIZ GOMES GONÇALVES
13904	649-27.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Silvana Aparecida Scutti	Jose Aparecido de Souza
13618	367-86.205.811.0092	Termo Circunstanciado	Silvana Aparecida Scutti	Adalto Azevedo Pereira
14862	407-34.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Nelvo Fries
18289	164-85.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	Eder Ferreira De Freitas	Banco Finasa S/A
19509	1133-03.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	Margarida de Almeida Ferreira	Alexandre Augustin
17143	296-79.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Lindomar Rodrigues de Carvalho
17943	1011-24.2008.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME e Suzely Pereira de Freitas	André Lima da Silva
18030	1218-23.2008.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME e Suzely Pereira de Freitas	Adriano Gorgem
16946	92-35.2008.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME e Suzely P. Freitas	Noeli dos Santos Melo Carrijo
18347	156-11.2009.811.0092	Pagamento	Aletheia Cristiane Blau	Ana Lidia Capoci Alkimim
18341	100-75.2009.811.0092	Pagamento	RM Rancing Motos Peças e Serviços Ltda -	Andrella União Agricola Ltda

			ME	
14169	916-96.2005.811.0092	Pagamento	Luiz Antonio Bocalan - EPP	Levi Geraldo de Menezes
17923	1034-67.2008.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME e Suzely Pereira de Freitas	Fábio Gomes da Silva
16953	111-41.2008.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME e Suzely Pereira de Freitas	Levino Henkes
18662	285-16.2009.811.0092	Pagamento	Dinete Maria da Silva	Dalva Castruxe
18027	1201-84.2008.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME e Suzely Pereira de Freitas	Elisangela Borges Oliveira
17930	1035-52.2008.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME e Suzely Pereira de Freitas	Luciana Moraes Correia e Elidamárcia Bueno De Souza
18257	3-75.2009.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME e Suzely Pereira de Freitas	Jose Fagundes de Oliveira e Ide Fagundes de Oliveira
18999	884-52.2009.811.0092	Pagamento	Sílvia Regina Coutinho Lermen	Cláudia Rocha Morais
20258	404-40.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	Silene Francisca Nunes Xavier e Senilda Francisca Nunes Dos Santos	Lucélia Santos da Silva
18778	708-73.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	Elizelto Godoi Gomes	Klebe Sousa da Silva
18162	49-64.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Celma Rodrigues de Resende
18858	776-23.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	Maria Jesus de Sá	Juliana Cardoso de Sá
18128	1239-96.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	Maria Aparecida Benta e Joselina Vieira Pereira	Maria Aparecida Benta e Joselina Vieira Pereira
17085	244-83.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Danila Fabiane Felizarda Camilo dos Santos	Rodrigo Gontijo Ribeiro
18129	1246-88.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado	João Teodoro Kok
20645	789-85.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	Vânia Aparecida Alves Gouveia	João Brasil
19178	1033-48.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado	Alexsandra Conceição Rezende, Reinan Vinícius Castelhano Castro e Natal Francisco Rainha Neto
20634	778-56.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	Marciana Vieira	Norilene Ramos Silva Souza
20213	359-36.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado	Antonio Donizete Garcia
18777	707-88.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	S. C. Metrovias Brasil Ltda - Me	Maria Luzimar Almeida Teixeira
17741	898-70.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado	Renato Sanini
9208	1041-98.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Ministério Público do Estado de Mato Grosso	Renato Gonçalves Pereira
18105	1277-11.2009.811.0092	Procedimento do Juizado Esp. Cível	Ueslei Oliveira Mota	Disal Administradora de Consórcio LTDA
20292	438-15.2010.811.0092	Procedimento do Juizado Esp. Cível	Antonio Malam Rodrigues Carvalho	Antonio Nogueira Sobrinho
20230	376-72.2010.811.0092	Procedimento do Juizado Esp. Cível	Severino Pereira da Silva	Elias Pedroso Magalhães
20202	348-07.2010.811.0092	Procedimento do Juizado Esp. Cível	Adelino de Almeida	Gesiete Viana
19908	58.89.2010.811.0092	Procedimento do Juizado Esp. Cível	Ivone Maria da Silva	Nilda Vargas Centurion
18824	696-59.2009.811.0092	Procedimento do Juizado Esp. Cível	Grafica Taquari LTDA	Adelmo

18707	283-46.2009.811.0092	Procedimento do Juizado Esp. Cível	Dinete Maria da Silva	Adriana Dias Campos
19004	882-82.2009.811.0092	Procedimento do Juizado Esp. Cível	Sílvia Regina Coutinho Lermen	Gislaine Aparecida da Silva
20343	489-26.2010.811.0092	Procedimento do Juizado Esp. Cível	Fabiano Borges Rodrigues	Viação Reunidas LTDA e Junio Rodrigues da Silva
19000	885-37.2009.811.0092	Procedimento do Juizado Esp. Cível	Sílvia Regina Coutinho Lermen	Araci Maria Kossmann
18630	516-43.2009.811.0092	Procedimento do Juizado Esp. Cível	Augusto dos Santos Neto –ME e Alexandre Augustin	Augusto Dos Santos Neto
18303	199-45.2009.811.0092	Procedimento do Juizado Esp. Cível	Ademilso Manoel De Oliveira	Vivo S/A
18656	581-38.2009.811.0092	Procedimento do Juizado Esp. Cível	Sílvia Regina Coutinho Lermen	Joelma Jesus Melo
19392	818-72.2009.811.0092	Procedimento do Juizado Esp. Cível	Pina e Almeida Pina Ltda EPP - Pina Moveis	Maria dos Anjos Lima
18826	692-22.2009.811.0092	Procedimento do Juizado Esp. Cível	Dennici Silva Briancini	Jose Rivelino Moreira
18637	518-13.2009.811.0092	Procedimento do Juizado Esp. Cível	Odete Barbosa Domingos	Nilsinéia Mundim Moraes
19400	810-95.2009.811.0092	Procedimento do Juizado Esp. Cível	Pina e Almeida Pina Ltda EPP - Pina Moveis	Fernando Conceição Elias
18475	349-26.2009.811.0092	Procedimento do Juizado Esp. Cível	Iara Aparecida Barbosa Alves	Brastem Eletro Eletronicos e Informatica Ltda
18132	2-92.2009.811.0092	Procedimento do Juizado Esp. Cível	Vanessa Garcia de Queiroz	Mary Aparecida Matias
16690	1043-63.2007.811.0092	Pagamento	Valdecy Alves dos Santos	BV Finaceira S.A. Credito, Financiamento e Investimento.
16891	47-31.2008.811.0092	Pagamento	Isabel Salvagnini	Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos - Alto Taquari
16890	44-76.2008.811.0092	Pagamento	Sílvia Regina Coutinho Lermen	Ita Cosméticos
11782	999-49.2004.811.0092	Pagamento	Jesualdo Alves de Morais e Centrais Elétricas Matogrossenses S.A	Juizado Especial Civel
13364	115-83.2005.811.0092	Pagamento	Suzana Bovino Esqueira	Marco Aurélio Julien
19420	829-04.2009.811.0092	Procedimento do Juizado Esp. Cível	Pina e Almeida Pina Ltda EPP - Pina Moveis	Rozeli Kossmann Oliveira
18851	873-23.2009.811.0092	Procedimento do Juizado Esp. Cível	Regina Nogueira de Oliveira	Brastem Eletro Eletronicos e Informatica Ltda
18296	196-90.20009.811.0091	Procedimento do Juizado Esp. Cível	Zelhanir Fatima Rodrigues Furtado	Brastem Eletro Eletronicos e Informatica Ltda
19555	1145-17.2009.811.0092	Procedimento do Juizado Esp. Cível	Onivio Irineu Pipper Kronbauer	Idarlan Parent de Almeida
18438	298-15-2009.811.0092	Procedimento do Juizado Esp. Cível	Valdecir Percher	Brastem Eletro Eletronicos e Informatica Ltda
18647	421-13.2009.811.0092	Procedimento do Juizado Esp. Cível	Leia Torres de Souza Silva	Brastem Eletro Eletronicos e Informatica Ltda
18160	124-06.2009.811.0092	Procedimento do Juizado Esp. Cível	Geerlofs Rezende	Marta Fernandes Apolinario
18161	33-13.2009.811.0092	Procedimento do Juizado Esp. Cível	Ivone Maria da Silva	Marta Fernandes Apolinario
18335	181-24.2009.811.0092	Procedimento do Juizado Esp. Cível	Ondina Rosalves Barbosa	Brastem Eletro Eletronicos e Informatica Ltda
18708	314-66.2009.811.0092	Procedimento do Juizado Esp. Cível	Dinete Maria da Silva	Evandro Gentil Alves da Silva

18442	319-88.2009.811.0092	Procedimento do Juizado Esp. Cível	ARNÓBIO JACINTO FIGUEIREDO	Brastem Eletro Eletronicos e Informatica Ltda
18295	135-35.2009.811.0092	Procedimento do Juizado Esp. Cível	Luzia Fagundes dos Santos	Brastem Eletro Eletronicos e Informatica Ltda
18333	228-95.2009.811.0092	Procedimento do Juizado Esp. Cível	Diany Pereira Naves	Brastem Eletro Eletronicos e Informatica Ltda
18910	880-15.2009.811.0092	Procedimento do Juizado Esp. Cível	Brastem Eletro Eletronicos e Informatica Ltda	Brastem Eletro Eletronicos e Informatica Ltda
18828	697-44.2009.811.0092	Procedimento do Juizado Esp. Cível	Urias José de Oliveira	Ilza Marques de Oliveira
19584	1203-20.2009.811.0092	Procedimento do Juizado Esp. Cível	Eudes dos Santos Urbieta	Rulli & Cia LTDA - ME
18108	177-84.2009.811.0092	Procedimento do Juizado Esp. Cível	Marineide Jara Barbosa	Brastem Eletro Eletronicos e Informatica Ltda
19417	827-34.2009.811.0092	Procedimento do Juizado Esp. Cível	Pina e Almeida Pina Ltda EPP - Pina Moveis	Ronair de Souza Umbelino
18823	767-61.2009.811.0092	Procedimento do Juizado Esp. Cível	Grafica Taquari LTDA	Eurìpedes Silva Gomes
19201	978-97.2009.811.0092	Procedimento do Juizado Esp. Cível	Sergio Rodrigues	Joelma Francia Hosrt de Oliveira
19424	855-02.2009.811.0092	Procedimento do Juizado Esp. Cível	Vanderlei Gomes Peixoto	Valberto Duarte de Souza
18695	615-15.2009.811.0092	Procedimento do Juizado Esp. Cível	Nubya de Oliveira	Pina e Almeida Pina Ltda EPP - Pina Moveis
19907	57-07.2010.811.0092	Procedimento do Juizado Esp. Cível	Ivone Maria da Silva	Rosivânio Vieira Lima
20169	315-17.2010.811.0092	Procedimento do Juizado Esp. Cível	Raimundo Gomes de Araújo Silva	Roberto Aperecido de Souza
18655	580-53.2009.811.0092	Procedimento do Juizado Esp. Cível	Sílvia Regina Coutinho Lermen	Gilmar Ferreira da Silva
18861	890-59.2009.811.0092	Procedimento do Juizado Esp. Cível	Sania Fagundes Duarte Moraes e CIA LTDA	Editora Veneza de Catálogo LTDA
18552	498-22-2009.811.0092	Procedimento do Juizado Esp. Cível	Dinete Maria da Silva	Itamir Neto Cardoso Ferguson
18657	582-23.2009.811.0092	Procedimento do Juizado Esp. Cível	Sílvia Regina Coutinho Lermen	Margarete Ferreira da Silva
18329	152-71.2009.811.0092	Procedimento do Juizado Esp. Cível	Aletheia Cristiane Blau	Jucyneide Cardoso Ferguson
18494	324-13.2009.811.0092	Procedimento do Juizado Esp. Cível	Dinete Maria da Silva	Noeli Teixeira
19448	1071-60.2009.811.0092	Procedimento do Juizado Esp. Cível	Tais Mendes Bempck	Disal Administradora de Consórcio LTDA
18178	82-54.2009.811.0092	Procedimento do Juizado Esp. Cível	Disal Administradora de Consórcio LTDA	Carla Jaqueline da Silva Santos
18631	517-28.2009.811.0092	Procedimento do Juizado Esp. Cível	Augusto dos Santos Neto –ME E AUGUSTO DOS SANTOS NETO	Ouro Branco Transportadora Meridiano Ltda
19423	815-20.2009.811.0092	Procedimento do Juizado Esp. Cível	Pina e Almeida Pina Ltda EPP - Pina Moveis	Paulo Eduardo Da Silva Cezar
18273	15-89.2009.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME e Suzely Pereira de Freitas	Adão Paes de Freitas
18476	385-68.2009.811.0092	Procedimento do Juizado Esp. Cível	SENILDA FRANCISCA NUNES DOS SANTOS	Marcleno Oliveira da Silva
19418	828-19.2009.811.0092	Procedimento do Juizado Esp. Cível	Pina e Almeida Pina Ltda EPP - Pina Moveis	Loilda Rosa Pereira
19465	1099-28.2009.811.0092	Procedimento do Juizado Esp. Cível	Eder Lucas Martins	Consorcio Nacional Honda Ltda.
18649	438-04.2009.811.0092	Procedimento do	Etel Wille Schnack	Brastem Eletro

		Juizado Esp. Cível		Eletronicos e Informatica Ltda
18704	313-81.2009.811.0092	Procedimento do Juizado Esp. Cível	Dinete Maria da Silva	Evandro Gentil Alves da Silva
20169	315-17.2010.811.0092	Procedimento do Juizado Esp. Cível	Raimundo Gomes de Araújo Silva	Roberto Aperecido de Souza
18391	306-89.2009.811.0092	Procedimento do Juizado Esp. Cível	Espolio - Sergio Ancelmo da Silva	D.M.P Pneus e Acessórios Ltda
19006	883-67.2009.811.0092	Procedimento do Juizado Esp. Cível	SÍLVIA REGINA COUTINHO LERMEN	Jose Otalirio de Jesus
18825	691-37-2009.811.0092	Procedimento do Juizado Esp. Cível	Grafica Taquari LTDA	Genivaldo Batista de Almeida
18654	579-68.2009.811.0092	Procedimento do Juizado Esp. Cível	SÍLVIA REGINA COUTINHO LERMEN	Adão Paes de Freitas
18659	486-08.2009.811.0092	Procedimento do Juizado Esp. Cível	Jose Tavares dos Santos	Arcebidio José Luiz
18653	1305-42.2009.811.0092	Procedimento do Juizado Esp. Cível	Farney de Oliveira e Vagner Galvão	Jeane Aparecida da Silva
17221	401.56.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Elismar Freitas Silva
16575	917-13.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Ministério Público do Estado de Mato Grosso	Djeimisson Pereira Leite
20638	782-93.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	Valdeneide Silva de Oliveira	Luceni Mundim dos Santos
20220	366-28.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Marcelo da Silva Peres
20557	701-47.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	Ivanildo Queiros da Silva	Vanderli Rosa da Silva
19976	123-48.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	Manoel Batista	Edson dos Santos Mattos
17421	574-80.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	José Ivo Barbosa	Wesley Luiz Antonio de Souza
20718	860-87.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Anderson José Rodrigues Monteiro
17987	1184-48.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	REGINALDO FERNANDES LISBOA	Lourentino de Assis
20633	777-71.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	Mari Terezinha Soardi E Fernanda Soardi de Oliveira	Sonivaldo Candido de Oliveira
19559	1146-02.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	Francisco das Chagas Coelho da Silva E Alessandra Vieira de Souza	Alessandra Vieira de Souza E Francisco das Chagas Coelho da Silva
20016	164-51.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Fabio Ferreira Freitas
20642	786-33.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Djackes da Silva Rosendo
20422	567-20.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Willian Freitas da Silva
20800	942-21.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	HONORIO BERNARDINO DE LEMOS
20294	440-82.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	Maria Emilia Silva Santos e Denisley Felix Martins	Angela Maria Felix Martins e Polyany Felix Martins
20217	363-73.2010.811..0092	Termo Circunstanciado	Ivone Maria da Silva e Maria Rosa Santos Ribeiro	Maria Rosa Santos Ribeiro e Ivone Maria da Silva
20320	466-80.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	Ivone Maria da Silva	Claudemir de Oliveira Vieira
22196	1008-64.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	José Carlos Briancini
22607	323-23.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Alex Sandro Bezerra Souza
20143	284-19.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	Santo Donizete Pasquim	Saloan Menezes David
30368	1214-44.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	Genilson Naves Alegre	Kelyson Naves da Silva
22053	865-75.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	Marianne Bernini	José Benedito Leite

			Bertotti Peres	
22541	257-43.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	Gislaine Antkiewicz	Nucineide de Jesus Mencke
18770	716-50.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Luzinete de Fátima Batista de Moraes
22197	1009-49.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Zulmiel Barbosa Machado
30203	1066.33.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	Patricia Horacio da Silva E Lazaro Antonio Bento Ferreira E Adineia Silverio	Lazaro Antonio Bento Ferreira E Adineia Silverio E Adineia Silverio
22661	377.86.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Cleide Alves Guimarães
20259	405.25.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	Rosidelma Alves de Melo	Antônia Maria da Silva
21662	472.53.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Creuzeni Augusta da Silva
22977	691-32.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	Euller Rodrigues Ramos	Francisco Itamar Rodrigues da Silva
23007	721-67.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	Ilder Marola Viana Garcia	Roberta Grellet da Costa Bavia
21811	622-34.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Roniely Pereira da Costa
23064	778-85.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	Município de Alto Taquari - MT	Antonio Carlos Chela
20423	568-05.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Marcione Abreu Silva
21812	623-19.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Aparecida da Silva
20417	562-95.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Djeimisson Pereira Leite
30149	1006-60.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	José Antônio de Souza	Maycon Luiz da Silva
21955	767-90.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Edson Francisco Braz
22385	102-40.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	Antônia Cavalcante de Melo e Silva	Giglio Bernini Neto
21828	639-70.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	Elizelto Godoi Gomes	Antonio Donizete Garcia
22512	228-90.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	A Sociedade e Luceni Mundim dos Santos	Damião Bosco Vieira do Nascimento
22636	352-73.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Hélio Ferreira de Souza
15660	13-90.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Maximo José de Carvalho	Vicente Tavares de Moura
15789	140-28.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Vicente Tavares de Moura
30812	310-87.2013.811.0092	Termo Circunstanciado	Dennisley Rosa de Carvalho	Anderson Manerich dos Santos
21849	660-46.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Lairto João Sperandio Filho
20866	1008-98.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	João Dom Bosco Coelho de Oliveira E Ministério Público do Estado de Mato Grosso	Laerte Barbosa Gomes
19129	650-70.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	Andriele Alves de Freitas e Lais Ferreira Bruno	Juliano Souza Silva E Uilian Falcão da Silva
30039	883-62.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	Anuncio Aguero	Cicero Ferreira da Silva
23065	779-70.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Paulo Etinay Rainha
17720	886-59.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Taide Satake
21745	556-54.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Isrrael Barbosa da Silva
17795	963-65.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Almiro Martins de Borba	José Messias Dourado
19218	900-06.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Mauro Cabral júnior

21528	338-26.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	Elias da Silva	Luiz Fernando Mirowski
17674	836-30.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Marcos Jones Souza de Brito
22028	840-62.201.811.0092	Termo Circunstanciado	Marcos Jones Souza de Brito	Jose Simplício da Silva
18771	717-35.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	Sementes São Bento S/A e Martin Aguero	João Roberto de Cristo Silva
22096	908-12.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	Joerlei Pio da Silva	Ronyval Alves da Mata
17588	747-07.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Helen Regina Moraes Bispo	Marcio Janjacomo dos Reis
17964	1132-52.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Euvânia Cristina Medeiros de Oliveira	Karen Bianca Garcia Freitas
22452	169-05.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	Sebastiana Alves Velasco Goulart	Luzinete de Fátima Batista de Moraes
21252	62-92.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Rogério Pequeno da Silva
21087	1229-81.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	João Dom Bosco Coelho de Oliveira	Laerte Barbosa Gomes
18358	258-33.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	Iracema Gomes	Rosilei Elias
30186	1046-42.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	Gisele Rocha Gonlçalves E Joana D'arc Martins Rocha Paniago	Camila Rocha Gonçalves E Ramilo Borges Gonçalves
21445	255-10.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Eduardo Henrique Lapio Alves Ferreira
21713	523-64.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	Ernildo Andrade de Araujo	José Carlos dos Santos
18567	507-81.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	André Luiz de Jesus Macri	Marcos Paulo dos Santos
18860	889-74.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	Warley da Silva Reis	Adriano Alves Pereira e Jose Rosa Serra Furtado
19071	779-75.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Mauricio Richter Coracini
19486	1107-05.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	Shirliane Marinho da Costa	Antonia Lopes de Moraes
18700	541-56.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Jose Antonio David
18387	253-11.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Douglas Alves da Silva
18609	470-54.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	Cleidiomar Rodrigues da Silva	Davi Costa Mendonça
18804	711-28.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Ademir Soares Borges
18859	887-07.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	Antônio Pedro Vieira e Maria Monteiro da Silva	Patrícia Monteiro Soares e Antônio Pedro Vieira
18874	843-85.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Bruno Lemos Carrijo
18846	833-41.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	Leidivan Rodriguees da Silva	Evilácio Ribeiro de Sousa
19540	1175-52.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Vicente Corrêa da Silva Filho
17989	1186-18.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Juliano Carneiro Stacheski
16212	562-03.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Ana Izabel Alves Correia de Almeida
18608	503-44.209.811.0092	Termo Circunstanciado	Julio César Paes Ananias E Jose Silvone de Oliveira	Julio César Paes Ananias E Jose Silvone de Oliveira
20065	212-10.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	Nathanael Vitor Carvalho	Nathanael Vitor Carvalho
17800	965-35.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	José Carlos de Almeida
19551	1148-69.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	Ana Paula Silva	Maria Osnira da Silva e Carlos Magno Moreira Fraga

8755	653-25.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	Fabrissia Aparecida Silvério Pereira Cunha e Maria Auxiliadora Quintilhano de Abreu Flores	Euds Eucly Medeiros de Oliveira
15904	267-63.2007.811.0092	Pagamento	Credinorte Móveis e Eletrodomésdticos LTDA	Martha da Silva Barbosa
15905	257-19.2007.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda - ME	Martha da Silva Barbosa
13506	257-87.2005.811.0092	Pagamento	Dinete Maria da Silva	Ulda Sousa Santos
13507	258.72.2005.811.009	Pagamento	Dinete Maria da Silva	Jessica Diane Rodrigues Nunes
18134	54-41.2009.811.0092	Procedimento do Juizado Esp. Cível	Banco Itaú S/A	Evolução Agro Comércio de Insumos Agropecuários LTDA-ME
14136	876-17.2005.811.0092	Pagamento	Dinete Maria da Silva	Genesley Mendes dos Santos
14125	873-62.2005.811.0092	Pagamento	Dinete Maria da Silva	Nery Aparecido Gonçalves
14137	877-02.2005.811.0092	Pagamento	Dinete Maria da Silva	Marcos Rodrigues Souza
1907	62-97.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Joziane Lira de Camargo	Luciana Vieira Carrijo
19397	820-42.2009.811.0092	Pagamento	Alves Dias e Alves Dias - ME	Nahiara Vieira Rodrigues
16742	1111-13.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Bruno Barbosa Cardoso
15025	561.62.2006.811.0092	Pagamento	Albani Gislaine Gonçalves Souza	Claudomiro Pereira da Costa Filho
15304	852-52.2006.81.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda - ME	Reginaldo Santos Ribeiro
16961	115-78.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Santilia Rocha	Wilson Bernini
8819	879-06.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	WILSON PEREIRA DOS SANTOS
18644	282-61.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	Dinete Maria da Silva	Luciene Pereira Gouveia
18368	122-36.2009.811.0092	Pagamento	Dinete Maria da Silva	Alexsandra Conceição Rezende
17728	889-11.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Angélica de Souza Lima E Bruna Cassiely de Lima	Flavia Cardoso de Sá
17087	246-53.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Luiz Carlos Guimarães Junior E Jose Disoney Rother Junior
16433	785-53.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Julio César Paes Ananias
169008	66-37.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Kelly Aparecida Pereira Magalhães	Dolvirio Batista Neto
15981	324-81.811.00+2	Termo Circunstanciado	Maura Cavalcante Silva	Hellen Cristina Souza De Oliveira
30367	1213-59.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	Bruno Gouveia Silva	Kelyson Naves da Silva
30188	1048-12.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	Murilo Paulon Paes	Otavia Pereira de Farias
22454	171-72.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	Juney Alves Magalhães E Roberto Carlos de Souza	Juney Alves Magalhães E Roberto Carlos de Souza
17833	997-40.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Diogo Melo De Abreu	Erocy Antônio Scaini
30391	1237-87.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	Delegacia de Policia Civil E Dener Vieira de Lima	Stenio Alves Leal E Devani Vieira de Lima
13474	220-60.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Ministério Público do Estado de Mato Grosso	PAULO CÉSAR DE SOUZA
30408	1254-26..2012.811.0092	Termo Circunstanciado	Delegacia de Policia	Joelma Cristian da

			Civil E Rosileny Menezes da Costa	Silva
30392	1238-72.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	Delegacia de Policia Civil E Diogo Carvalho Silva	Camila Emanuelle Marques do Nascimento E Diogo Carvalho Silva
17075	227-47.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Juney Alves Magalhães
21697	507-13.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	Lisa Carla Bio Ferreira	Janaina Paes Capoci
22937	651-50.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Juliana Cardoso de Sá
30441	1293-23.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	Mirian Barbosa Vieira	Ester Barboza Vieira
30162	1019-59.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	Delegacia de Policia Civil	Fabio da Silva Teixeira E Raimundo José de Jesus Santos E Antonio Dheymy de Oliveira Lima Viana
18849	678-98.2009.811.0092	Procedimento do Juizado Esp. Cível	Wellington César Galvani Pereira	Comercial de Alimentos Carrefour S/A
19261	886-22.2009.811.0092	Procedimento do Juizado Esp. Cível	Sílvia Regina Coutinho Lermen	Kleber Welington De Souza Gomes
18304	207-22.2009.811.0092	Procedimento do Juizado Esp. Cível	João Angeloni Junior	MENGE FABRICACAO DE TANQUES LTDA - EPP
18331	144-94.2009.811.0092	Procedimento do Juizado Esp. Cível	Sílvia Regina Coutinho Lermen	Audieles Otacílio Paniago
17149	30-56.2008.811.0092	Pagamento	Luzia José Barbosa	Tânia Aparecida Cardoso
17781	921-16.2008.811.002	Pagamento	Luzia José Barbosa	Núbia Cristina Carvalho
17563	717-69.2008.811.0092	Pagamento	Sílvia Regina Coutinho Lermen	Sandra da Silva Chagas
17921	1045-96.2008.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda - ME	Suzely Pereira de Freitas E Lucitelma da Costa Meireles
17092	250-90.2008.811.0092	Pagamento	Borges Filho e Carvalho LTDA - ME	FRANCISCO SALIS DE ALMEIDA
22349	66-95.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	Aristides Pinheiro	Márcia Helena Lopes de Lima
19749	1348-76.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	Eurislene Dourado de Oliveira	Kléber Simey Oliveira Faustino
21637	447-40.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	Paulo Renato Batista dos Santos	Tereza Pereira dos Reis
30190	1051-64.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	Alfeu Teixeira E Claudinei da Silva Teixeira	Raimundo José de Jesus Santos
30288	1125-21.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	Joana de Souza Rondon	Luceni Mundim dos Santos
30187	1047-27.2012.811.811.0092	Termo Circunstanciado	Ênio Martins Borba E Valdeci Alves dos Santos	Ênio Martins Borba E Valdeci Alves dos Santos
22610	326-75.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	Tainara Santos da Cruz	Mayara Laureentino da Silva
15891	241-65.2007.811.0092	Pagamento	Adair Rodrigues Fernandes	Mari Aparecida Matias Silva
18839	780-60.2009.811.0092	Procedimento do Juizado Esp. Cível	Olívio Pereira Vieira	Janice Cirlei Braun
16357	707-59.2007.811.0092	Pagamento	Nucineide de Jesus Mencke	Sandra da Silva César
16432	783-83.2007.811.0092	Pagamento	Sílvia Regina Coutinho Lermen	Valéria Aparecida Lopes de Souza
18431	303-37.2009.811.0092	Procedimento do Juizado Esp. Cível	Valdete Martins Pereira	Eloi Goltschalg Mencke
18009	1187-03.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Valderi Antonio Parussulo
19613	64-33.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	Ironi dos Santos	Geerlofs Rezende

20687	829-67.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	Inez Terezinha de Oliveira Santana	Juney Alves Magalhães E Renata Bruna Andrade Lopes
20274	420-91.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Cemilso Rodolfo da Silva
21435	245-63.2011811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Edmundo Sampaio Neto
17105	274-27.2008.811.2092	Termo Circunstanciado	Martha da Silva Barbosa E Milton da Silva Barbosa E JANDERSON PEREIRA DUARTE	JANDERSON PEREIRA DUARTE E Milton da Silva Barbosa E KLÉBER SIMEY OLIVEIRA FAUSTINO E Cláudio Oliveira Narciso
17420	579-05.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Wesley Luiz Antonio de Souza
21570	380-75.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	Anderson Mai Zuhl E Tales Silva Moraes	Anderson Mai Zuhl E Tales Silva Moraes
18615	543-26.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	Elisangela Souza Ferreira	Paulo Pereira dos Reis
16321	669-47.2007.811.0092	Pagamento	Iliçanda Alves Dias	Maria Helena Oliveira da Silva
17863	1067-57.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Pagamento	Zinalva de Souza Freitas
20896	1038-36.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Juarez Aparecido Dias
19852	1441-39.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	Gerson Gomes de Oliveira	Luiz Fernando Carvalho da Silva
18265	7-15.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME E Suzely Pereira de Freitas	MARIA EMILIA SILVA SANTOS
18345	140-57.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	SÍLVIA REGINA COUTINHO LERMEN	Marcela Santos da Silva
17471	582-57.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	SÍLVIA REGINA COUTINHO LERMEN	Lúcia Rosa de Jesus
16431	784-68.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	SÍLVIA REGINA COUTINHO LERMEN	Rose Ribeiro
17157	290-72.2008.811.0092	Pagamento	SÍLVIA REGINA COUTINHO LERMEN	Julio César Alves Rodrigues
17999	1127-30.2008.811.0092	Pagamento	Patricia Aparecida da Silva	Maria Aparecida Martins Silva
18377	249-79.2009.811.0092	Pagamento	Keila de Souza Ferreira	Hailton Pereira de Souza
30371	1217-96.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	Rotary Clube de Alto Taquari	Juízo de Direito da Vara Única de Alto Taquari
30695	169-68.2013.811.0092	Termo Circunstanciado	Diones Ferreira Dias	Delegacia de Policia Civil E Larice dos Santos Dotoli
30389	1235-20.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	Messias Aparecido Carvalho Júnior	Delegacia de Policia Civil e Ilario Mai
22216	1028.55.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	Antônio Pedro Vieira	Silvana Aparecida Scutti
30595	64-91.2013.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Raimundo Nonato Lima Fonseca
30296	1134-80.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	Termo Circunstanciado e Termo Circunstanciado	Nilma Martins da Paixão
22508	224-53.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Miguel Angelo Froes
30429	1279-39.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Maria Luzimar Almeida Teixeira
31222	744-76.2013.811.0092	Termo Circunstanciado	Delegacia de Policia Civil e Ademilson Rosa de Jesus	Álvaro de Jesus Alves Martins
18256	1211-31.2009.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda –	Jorge Claudino da Silva

			ME e Suzely Pereira de Freitas	
17928	1055-43.2008.811.0092	Pagamento	Marcos Antônio Rodrigues	Ronicley da Silva Dourado
22550	266-05.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Jose Geovan Otavio dos Santos
22027	839-77.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	Termo Circunstanciado	Peterson Romualdo Pereira
20871	1013-23.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Lucelia José Vicente
22095	907-27.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	Ruy Jacob Sturmer - ESPÓLIO	Euzébio Oly Medeiros de Oliveira
22997	711-23.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	Delegacia de Policia Civil e O Estado de Mato Grosso	Maycon de Souza Rodrigues
22320	37-45.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	Josilene Aparecida de Oliveira	Elivando da Silva Freitas
22510	226-23.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	Benedito Vieira Gama	Claudeon de Souza
30769	251-02.2013.811.0092	Termo Circunstanciado	Delegacia de Policia Civil e	José Antonio de Sousa e Valdriana Souza da Silva
30983	489-21.2013.811.0092	Termo Circunstanciado	Termo Circunstanciado e Termo Circunstanciado	Jose Barbosa Ferreira
21663	473-38.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Ary Coelho de Oliveira
22261	1073-59.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	Nivaldo Gomes Guimarães	LUIZ GOMES GONÇALVES
30934	433-85.2013.811.0092	Termo Circunstanciado	Jose Luiz Souza Santana e Claudemir da Silva	Carlos Alberto Ribeiro dos Santos
21641	451-77.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	Joanidia Francisca Dourado de Oliveira e Jaqueline Dourado de Oliveira	Romario Oliveira de Cunha Vieira
30840	338-55.2013.811.0092	Termo Circunstanciado	Queli Daiana da Campo e Luciana Vargas da Campo	Queli Daiana da Campo e Luciana Vargas da Campo
20957	1099-91.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	Thairon Rodrigo de Espirito e Welber Felix Berquó	Thairon Rodrigo de Espirito e Welber Felix Berquó e Kelyson Naves da Silva e Carlos Arlan Ebling
18340	240-12.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	Isabel Peres de Sousa e Cleidiane Souza Gorgem	Isabel Peres de Sousae Cleidiane Souza Gorgem
22194	1006-94.811.0092	Termo Circunstanciado	Devani Vieira de Lima	Armando Antonio dos Santos Junior
31857	79-26.2014.811.0092	Termo Circunstanciado	Delegacia de Policia Civil e Thiago Bezerra de Oliveira	Delegacia de Policia Civil E Thiago Bezerra de Oliveira
2264	362-20.2012.811.009	Termo Circunstanciado	Admilson Alves Gouveia	Rodrigo Ribeiro de Oliveira
31907	141-66.2014.811.0092	Termo Circunstanciado	Ministério Público do Estado de Mato Grosso E Maria Evaneide dos Santos Lisboa	José Carlos de Souza Lisboa
31242	764-67.2018.811.0092	Termo Circunstanciado	Delegacia de Policia Civil E Valdivino Rodrigues Barbosa	Blayner Batista Barreto
30640	105-58-2013.811.0092	Termo Circunstanciado	Rubinéia da Costa Silva	Carlos Magno Moreira Fraga
16314	667-77.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Claudeci Vieira E Rosemere Knoll
30333	1176.32.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	Valéria Aparecida Lopes de Souza E O Estado de Mato Grosso	Delegacia de Policia Civil E Orlando Sperandio Neto
22932	646-28.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	José Barbosa de Souza	Rafael Pereira de Souza

20643	787-18.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Ismael Pereira dos Santos
22317	34-90.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	Jackson Aleixo da Silva	Murilo Lourenço da Silva
30690	164-46.2013.811.0092	Termo Circunstanciado	Riberson Messias da Silva	Maciel Rodrigues da Silva
20291	437.30.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	Riberson Messias da Silva	Maciel Rodrigues da Silva
21812	954-35.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	João Elias dos Santos
18013	1178-41.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Valdemar Tieppo
22867	581-33.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	Carla Gifani	Gedalva Romeiro Rodrigues
31218	740-39.2013.811.0092	Termo Circunstanciado	Termo Circunstanciado E Cristina Dourado de Assis	Sebastião Higino da Costa E Cristina Dourado de Assis
31326	858-15.2013.811.0092	Termo Circunstanciado	Antonio Santos Nery e Delegacia de Policia Civil	Alda de Souza Rodrigues
30933	432-03.2013.811.0092	Termo Circunstanciado	Sirlei Bomfim da Silva	Gilson Naves Alegre
22064	876-07.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	Gilson Naves Alegre	Ruberson Espúrio
23101	.815-15.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	Joseliene de Aquino Macedo Sousa	Leonildo Guedes Santos
16878	27-40.2008.811.0092	Pagamento	Fernando Augustinho de Oliveira Galindo	Marden Augusto Silva Moares
16661	1020-20.2007.811.0092	Pagamento	Gilson Alves Carrijo	Silveira Bruno Borges
16083	434-80.2007.811.0092	Pagamento	Marcos Antonio Elias Neves	Antonio Marcos de Freitas Silva
17316	461-29.2008.811.0092	Pagamento	Rosangela Alves de Souza	EDELVÂNIO ALVES DA SILVA
18550	244-49.2009.811.0092	Pagamento	RM Rancing Motos Peças e Serviços Ltda - ME	Izaias Alves Dias
17325	472-58-2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Pedro Henrique dos Santos	O Estado de Mato Grosso
19541	1152-09.811.0092	Termo Circunstanciado	Andrieli Elisete Almeida Kosloski	Enilson Tomas Menke e Osmilda Fatima dos Santos Almeida
15732	82-25.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	Ester Barboza Vieira	Jose Silvone de Oliveira
14907	451-53.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Ronaldo Rezende da Silva Junior
14533	62-68.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	A COMUNIDADE	Ronaldo Rezende da Silva Junior
14922	46974.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	MARIA GORETI MANERICH E Andressa Manerich dos Santos Souza	Ronaldo Rezende da Silva Junior
10300	141-18.2006.811.0092	Pagamento	NELSON ANTKIEWICZ	JÂNIO CLEY MOREIRA CHAVEZ
15120	672-36.2006.811.0092	Pagamento	Dione Terezinha Heck	EURÍPEDES JÚNIOR ROSA
14381	1117-88.2005.811.0092	Pagamento	Nelcina Maria Wagner	JOSÉ DE MORAES
13277	23-08.2005.811.009	Pagamento	Sebastiana Paes Antikiewics	Andreia Aparecida Viana Soares
12770	543-02.2004.811.0092	Termo Circunstanciado		Antônia Maria da Silva E Juliana Cardoso de Sá E Sêmor Meneses David E Eder Dias
14733	285-21.2006.811.0092	Pagamento	Farmanorte Medicamento e Perfumaria LTDA - ME	EDELVÂNIO ALVES DA SILVA
13486	233-59.2005.811.0092	Levantamento de Deposito	Maria Aparecida Matias da Silva E Vitório Vinicius Cardoso da Silva	Juizado Especial Civel e Criminal de Alto Taquari

14259	1000-97.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Vanderley dos Santos Silva
13930	677-92.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Esmael Ribeiro dos Santos
13450	200-69.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Luciana de Cássia Zanoni	Midiã Soares Sobrinho Lima
13510	261-27.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Valney Domingos do Carmo	MARIA DE FÁTIMA LUIZ
13352	105-39.2005.81.0092	Termo Circunstanciado	Levi Guilherme da Silva	Jovaino de Paula Martins
5736	1085-20.2004.811.0092	Pagamento	Ildo Clemente De Souza	Ildo Clemente De Souza
6298	969-14.2004.811.0092	Pagamento	Nadir Dutra Ribeiro	Walter Gomes Dias
13377	127-97.2005.811.0092	Pagamento	Vagner Lopes de Souza	Euzimar oliveira Batista
9410	877-36.2004.811.0092	Pagamento	LEDIR MARQUES DE SOUZA	JOSÉ MARTINS FREITAS
13357	101-02.2005.811.0092	Pagamento	Sirlene Ferreira Mares	RONILSON ROSA DE JESUS
13355	99-32.2005.811.0092	Pagamento	Sirlene Ferreira Mares	João Esmerino da Silva
4421	1084-35.2004.811.0092	Pagamento	Clodonei Pires Leal	Sílvia Regina Coutinho Lermen
14401	1135-122005.811.0092	Pagamento	Espolio De Dionízio Aparecido De Souza	Adriano Pereira Vieira
14380	1121-28.2005.811.0092	Pagamento	Auto Elétrica Satake Ltda	Daniel de Paula Souza
14731	283-51.2006.811.0092	Pagamento	Farmanorte Medicamento e Perfumaria LTDA – ME	Maria Jesus de Sá
13495	244-88.2005.811.0092	Pagamento	Flavia Teodora da Silva Rodrigues	Olga Izabel Martins da Silva
13277	23-08.2005.811.0092	Pagamento	Sebastiana Paes Antikiewics	Andreia Aparecida Viana Soares
13509	260-42.2005.811.0092	Pagamento	Nelcina Maria Wagner	Rudmar Calaza Teixeira
14134	882-24.2005.811.0092	Pagamento	Valdesson Rodrigues Mendes	Claudinei de Oliveira Ramos
13945	691-76.2005.811.0092	Pagamento	Enilda da Silva	Andreia Aparecida Viana Soares
14557	109-42.2006.811.0092	Pagamento	Marinalva da Silva	Mayra Rodrigues Siqueira de Abreu
11503	902-49.2004.811.0092	Pagamento	Rosimeire Serafim da Costa	Carla Jaqueline da Silva Santos
14398	1134-27.2005.811.0092	Pagamento	Junior Cesár Marques de Matos - ME	Rosa de Jesus
14170	911-74.2005.811.0092	Pagamento	Luiz Antonio Bocalan - EPP	Selma Pereira De Oliveira
13869	620-74.2005.811.0092	Pagamento	Genivaldo de Oliveira Cruz	Panabens Eletro Eletrônicos Ltda
14397	1138-64.2005.811.0092	Pagamento	Junior Cesár Marques de Matos - ME	Mirian Barbosa Vieira
14425	1165-47-2005.811.0092	Pagamento	Junior Cesár Marques de Matos - ME	Alessandra Lopes de Lima
13942	688-24.2005.811.0092	Pagamento	Enilda da Silva	Maria Camelo Mota
13837	586-02.2005.811.0092	Pagamento	Enilda da Silva	Giseli Nascimento da Silva
13944	690-91.2005.811.0092	Pagamento	Enilda da Silva	SIMONE RODRIGUES FERREIRA
14626	171-82.2006.811.0092	Pagamento	Caita Esmerina da Silva	José Julio Nunes Pereira
14190	939-42.2005.811.0092	Pagamento	Selma Eli Dotóli	Andréia Liane Soares
14629	170-97.2006.811.0092	Pagamento	Dinete Maria da Silva	Andreia Aparecida Viana Soares
13939	697-83.2005.811.0092	Pagamento	Aldamir Lívio Parise	MARIA CAMELO MOTA

15465	1007-55.2006.811.0092	Pagamento	Aletheia Cristiane Blau	Aparecido Marden Reis
10404	394-06.2004.811.092	Termo Circunstanciado	MARIA GORETI MANERICH	Vadna Cavalcante Rodrigues E Giovana Carla Baiardo
13835	584-32.2005.811.0092	Levantamento de Deposito	Arceno Inácio Simão	Juízo de Direito da Vara Única de Alto Taquari
8663	76-23.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	Ministério Público do Estado de Mato Grosso	GENIS DOS SANTOS
13305	69-94.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Ronaldo Jose Mirowski	Guilherme Junior Paes Ananias
13303	67-97.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	Walter Gomes Dias	Guilherme Junior Paes Ananias
30992	498-80.2013.811.0092	Termo Circunstanciado	Guilherme Junior Paes Ananias	Vilmar Gonçalves
30245	1078-47.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	João Paulo Brasil dos Santos e Maraci Aparecida Brasil
14928	474-96-2006.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Guilherme Junior Paes Ananias e KLÉBER SIMEY OLIVEIRA FAUSTINO
22401	118-91.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	Karina Brasil dos Santos e João Paulo Brasil dos Santos e Leidiane Moraes Silva e O Estado de Mato Grosso	Eder Alves Gomes
14738	278-29.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Guilherme Junior Paes Ananias
16841	1142-33.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Iracema Gomes	Paulo Almeida de Andrade e Jose Carlos Fernandes Carneiro
22097	909-94.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	Brunna Bárbara Gouveia Brito e Ideane Mesquita	Ideane Mesquita e Brunna Bárbara Gouveia Brito
20479	623-53.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Evandro Gentil Alves da Silva
20347	493-63.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	Delegacia de Policia Civil	Juízo de Direito da Vara Única de Alto Taquari
22944	658-42.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	MARCO AURÉLIO JULIEN	Ildevânio Alves da Silva e Fábio Mauri Garbúgio e Sidney da Silva e Evandro Gentil Alves da Silva
14606	156-16.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	José Marcio Rainha
19865	1452-68.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Celia Cristina Ferreira e Cintia Milena Perfeito e Silvana Lucilia Monteiro Sampaio
19827	1425-85.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Comercial de Alimentos Carrefour S/A
21810	621-49.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Francisco Neto Menezes
19657	1310-64.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Argemiro Rodrigues de Souza
17519	659-66.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	João Rodrigues Barbosa Filho	Sidney da Silva
1580	729-83.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Valdecir Chaiko
19750	1364-30.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Meire Martins Borges
17251	407-632008.811.0092	Termo Circunstanciado	MILTON SILVA SOUZA	Joeslei da Silva Paes

21954	76-08.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	Idelvando Correa Silva	Noeli Terezinha dos Santos
17077	233-54.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Milton da Silva Barbosa	JANDERSON PEREIRA DUARTE E KLÉBER SIMEY OLIVEIRA FAUSTINO E Adriano Aparecido Gabriel da Silva
16502	831-42.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Linamara Rocha Monteiro	José Messias Dourado
17517	673-50.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	JOÃO GÓES DE AZEVEDO	Sidcley da Rocha Silva
18850	854-172009.811.0092	Termo Circunstanciado	Diogo do Espirito Santo da Silva E O Estado de Mato Grosso	Espólio de Marcos César de Carvalho
21670	480-30.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	Marineia Teodoro Dias	Fernanda Gabriela dos Santos E Eunice Maria dos Santos
21159	1301-68.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Patrícia Oliveira Cardoso
16962	116-63.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Juliana Souza Silva	JOSÉ DE MORAES
18380	218-51.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	Francisco Pereira de Sousa	Adriano Pereira Vale
20190	336-90.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	Tatiana Andreia Leal	Rogério Correia de Almeida e Ronelson Correa de Almeida
21168	1310-30.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Adilson Batista Diniz e Domingos de Lima e Ederson Marcos
21089	1231-51.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Leo Vitor da Costa Lima e Rubinéia da Costa Silva
21061	1203-83.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Ruberson Espúrio
21912	724-56.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	Graciely Oliveira de Lima	Nilsiney Mundim Moraes
21466	276-83.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Deomar Rosa de Jesus
20990	1132-81.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	Luana Rosa Dias	Luciene Rosa de Freitas
16685	1039-26.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Dercy Martins dos Santos	Vicente Corrêa da Silva Filho
21154	1296-46.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	José Ribeiro do Nascimento Junior
19481	1108-87.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	Carlos Magno Moreira Fraga	Nelson Moraes da Silva Neto
21170	1312-97.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	Jakson Antonio Alves Dos Santos	Josilene da Silva
19476	1116-64.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	Alessandra Lopes de Lima	Jose Pio Guimarães
21026	1168-26.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Lourival Antônio Sperandio
20783	925-82.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Thulio Aparecido Jesus Oliveira
20576	720-53.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	Mauricio Cardoso da Cruz	Luiz Gustavo Barbosa da Silva
19484	1105-35.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Nelson Moraes da Silva Neto
20873	1015-90.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	A Sociedade	Lucinei Ignan Teodoro
18011	1070-12.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Jose Cristiano Neiva de Oliveira	Ademir Pedroso da Cunha
21276	86-23.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	Eliel Martins Correa e Valdeilson Silva Santos	Eliel Martins Correa e Valdeilson Silva Santos e
20686	828-82.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	Valdemon Rodrigues Miranda	José Claudenir Fabri
21136	1278-25.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato	Sergio Garbugio e

			Grosso	Allysom Henrique Fabiano da Mota
16847	1185-67.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Rosilene Nunes Dias	Edecio de Souza Cruz e Robson Duarte Carvalho e Celso Malaguti
21968	780-89.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	Leudiane do Lago Sena	Sandra da Silva Cardoso
21535	345-18.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	Antonio Carlos Galo e Valdir da Silva Miranda	Luiz Gonçalves da Costa e Silvio Marinho do Nascimento
17292	439-68.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Diego Ferreira da Silva Quadros
19516	1150-39.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	Luiz Henrique Moraes Picchetto e Sidnei José Wagner	Volni Pedrinho Schmitz e Manoel Victor Beffart e Harri Nelio Roth
21934	746-17.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	Juliana da Silva Barbosa	Maria Aparecida Lemes de Oliveira
20856	998-54.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	Adauto Rodrigues Souza	José Carlos Briancini
18775	718-20.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	Termo Circunstanciado	Lucitelma da Costa Meireles
19240	1020-49.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Natan Barbosa Pinheiro
19472	1112-27.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	A Sociedade	Leandro Rodrigues de Souza
20464	608-84.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	Meire Martins Borges e Sueidy Regina Marques Paes	Meire Martins Borges e Sueidy Regina Marques Paes
20577	721-38.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Cristine Schmidt Bernini
20989	1131-96.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	Marilea Teixeira Barros E Sonivaldo Candido de Oliveira	Sonivaldo Candido de Oliveira E Sonivaldo Candido de Oliveira
20662	806-24.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	Claudete Maria Ferri de Freitas	Fábio Mauri Garbúgio
12396	825-40.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	MANOEL WILLIAMS DO CARMO
17327	481-20.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Roberto Ventura da Silva
17467	642-30.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	KLEBER WELINGTON DE SOUZA GOMES	Ângela de Fátima dos Santos Ferreira
17865	1013-91.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Nelson Moraes da Silva Neto
18434	316-36.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	Termo Circunstanciado	Rosilene Aparecida de Morais
17272	415-40.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	KLÉBER SIMEY OLIVEIRA FAUSTINO E Cláudio Oliveira Narciso	Gizelia Martins da Silva
18019	1198-32..208.811.0092	Termo Circunstanciado	Izaias Alves Bezerra	Lucas de Paula Santana
17985	1182-78.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	JÚLIO SOARES SILVA	JÚLIO SOARES SILVA
17261	409-33.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Kelson Costa da Silva	Reginaldo do Carmo Silva
16537	888-60.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	SÉRGIO FREITAS DOS SANTOS
17198	358-22.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Leidiane Alves de Souza	Magda do Rocio dos Santos Souza
15952	303-08.2007.811.0092	oTermo Circunstanciad	Magda do Rocio dos Santos Souza	Valdomiro Felix Meira
18729	638-56.2009.811.0092	oTermo Circunstanciad	Sania Duarte Moraes Ribeiro	Munique de Jesus Rodrigues Pereira
20622	766-42.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	Bernardeth Souza Barbosa	Alexsandra Alves de Souza

17219	403-26.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Taide Satake
17409	561-81.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Elias Pedroso Magalhães
20069	216-47.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Fausto Dias Fontoura
17788	934-15.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Walter Monteiro Silva
16400	762-10.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Avani Teixeira da Silva	Romilda Bento Almeida
17086	245-68.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Jucely Rosa de Souza	Elcylene Maria Meireles de Oliveira
18242	147-49.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Wellinton Santana da CostaE EDELVÂNIO ALVES DA SILVA
19656	1295-95.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	ALL - América Latina Logistica Malha Norte S/A	Antônia Souza Cabral
20210	356-81.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Shirley Ferreira dos Santos
18702	540-71.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	Sebastiana Libanio de Souza	Lucélia Santos da Silva
18803	700-96.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Fábio Aparecido Martins da Silva
18805	701-81.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Geerlofs Rezende
17976	1158-50.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Ruan Felipe Favaro Cruz E Jeferson Andrade dos Santos	JOÃO GÓES DE AZEVEDO
15793	144-65.2007.81.0092	Termo Circunstanciado	Jordão Cardoso Mateus	Jordão Cardoso Mateus
16316	670-32.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Luiz Celestino Bonomo	Alveniz Benito Prieto Cirullo
17097	228-32.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Esmeralda Rodrigues Paes	Adão Rodrigues Barbosa
17998	1126-45.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Patricia Aparecida da Silva	Fabiana Aparecida Gomes da Silva
15974	321-29.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda - ME	Jose Carlos Ferreira de Souza
15715	76-18.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Credinorte Móveis e Eletrodomésdticos LTDA	Raimundo Nonato Medeiros de Araujo
17916	972-27.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Dinete Maria da Silva	Sidney da Silva
15093	639-46.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Daniel Elias Campos	Abrão Oliveira de Amorim
17929	1040-74.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME E Suzely Pereira de Freitas	João Carlos Souza de Jesus E ELIDAMÁRCIA BUENO DE SOUZA
15519	1063-88.20006.811.0092	Termo Circunstanciado	Credinorte Móveis e Eletrodomésdticos LTDA	Credinorte Móveis e Eletrodomésdticos LTDA
18495	312-96.2009.811.0092	Pagamento	Dinete Maria da Silva	Lara Maria Campos
17942	1010-39.2008.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME Suzely Pereira de Freitas	Debora Jeronima Perira de Menezes e Cleber de Paula Lacerda
18661	284-31.2009.811.0092	Pagamento	Dinete Maria da Silva	Almerinda Otacilio Paniago
17762	905-62.2008.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME e Suzely Pereira de Freitas	Marina Landivar
1653	868-69.2007.8111.0092	Pagamento	Nilton Antônio do Amaral e Ótica Onix	José Igor Vieira Rezende
16500	852-18.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato	Paulo Renato Batista

			Grosso	dos Santos
14146	891-83.2007.811.0092	Pagamento	Rosane dos Santos Oliveira	Paulo da Silva César
17626	767-95.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME Suzely Pereira de Freitas	Leonice Alves de Toledo
18365	113-74.2009.811.0092	Pagamento	Dinete Maria da Silva	José Julio Nunes Pereira
15786	138-58.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Ministério Público do Estado de Mato Grosso	Elias Bacila Sade Junior
15787	139-43.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Elcimar Alves Nunes
15408	955-59.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Deusziene Bento de Rezende	Rosileny Menezes da Costa
17285	456-07.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Julio César Magno de Senna

20063	210-40.20010.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Maria Josefa Castruxi
21852	663-98.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Fabricio Borges Rodrigues
22373	89.41.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Luciano Gonçalves Batista
21956	768.75.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	Elessandro Silva Paula	José Carlos de Souza Lisboa
22319	36.60.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	Esmeraldo Camargo dos Santos	José Barbosa de Souza
30780	268.38.2013.811.0092	Termo Circunstanciado	Monis Kleia Carmo da Silva	Ideane Mesquita
20318	464.13.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Almir Coelho de Sousa
30129	986.69.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	Maria Goreti Manerich	Izoralda Silva Costa
16478	833.12.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Edecio de Souza Cruz	Jean Barbosa Dias e Rosivaldo Barbosa Dias
19658	1296-80.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	Tais Mendes Bempck	Ivan Barbosa Alves, Sulina Barbosa Alves e Paula Aparecida Barbosa Alves
17253	399-86.2008.811.0092	Pagamento	Izoralda Silva Costa	Rose Ribeiro
18302	198-60.2009.811.0092	Procedimento do Juizado Especial Cível	Ademilso Manoel De Oliveira	Unibanco - União De Bancos Brasileiros S/A
18332	145-79.2009.811.0092	Procedimento do Juizado Especial Cível	Sílvia Regina Coutinho Lermen	Álber Alves Domingos
18625	523-35.2009.811.0092	Procedimento do Juizado Especial Cível	João Batista da Silva	Idelvando Correa Silva
20009	157-59.2010.811.0092	Procedimento do Juizado Especial Cível	Ivone Maria da Silva	Maria Rosa Santos Ribeiro
18334	229.80.811.0092	Procedimento do Juizado Especial Cível	Luciene Mariano Soares	Brastem Eletro Eletronicos e Informatica Ltda
20007	155-89.2010.811.0092	Procedimento J.E.Cível	Joselina Vieira Pereira	Credilar Eletrod. Ltda
18133	1279-78.2009.811.0092	Procedimento do Juizado Especial Cível	Paulo Cardoso de SáMaria A M Silva	Maria A M Silva
19485	1106-20.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Tiago Paiva de Oliveira
19054	848-10.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Orisvaldo Chagas de Oliveira
30185	1044-72.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	Manoel Barbosa de Sá	Antônia Maria da Silva
18563	501-74.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Luzinete de Fátima Batista de Moraes, Sebastiana Alves Velasco Goulart e Werick Angelo da Costa

20060	207-85.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Charles Tolentino Oliveira Graciano
21137	1279-10.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Tânia Mara Vieira Nunes
20554	698.92.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	Maytha Rayane de Oliveira Santos e Eliana Pereira da Silva	Luiz Dalbelo
20315	461-58.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	A Sociedade	Marcel Moreno da Silva Pereira
17726	871-87.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Elias Pedroso Magalhães
18389	267-92.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Janderson Pereira Duarte
18876	774-53.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Cleverton dos Reis
22315	32-23.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	Rosilene de Aquino Macedo	Zinalva de Souza Freitas
22501	217-61.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	Zinalva de Souza Freitas	Rosilene de Aquino Macedo
21367	177-16.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Rafael Bergamin
20863	1005-46.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	Erlene Jesus da Silva	Luiz Carlos da Glória Senabio
20159	305-70.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Adriana Martins
22746	461-87.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	Sônia Aparecida Messias	Marilene da Silva Barboza
18699	607-36.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	Janaina Savazoni Morelato	Katiane Souza Feliz
30062	909-60.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	Fabiana Aparecida Rodrigues Tonsis	Jose Luis Marcolino de Souza
17574	727-16.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Wender Fernando de Matos Portes e Carlos Alberto Modesto Vilhena	Carlos Magno Moreira Fraga
18176	97-23.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	Monica Pagliuso Siqueira	Nivaldo Gomes Guimarães
17579	731-53.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Carlos Magno Moreira Fraga	Filho do Gilson Pedreiro e Fabio de Tal
17864	1003-47.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Lourenço Francisco Lopes	João Dom Bosco Coelho de Oliveira
17614	758-36.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Ana Paula da Silva Roza e Caroline Souza Gama	Luzia Alves Teodoro e Claudia de Carvalho
17481	643-15.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Jean Barbosa Dias	Lucineide Aragão Macêdo
12962	1170-06.2004.811.0092	Termo Circunstanciado	A COMUNIDADE	Carlos Magno Moreira Fraga
18966	976-30.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	Maria Ivone Moreira Moreira de Sousa e Ritiane Diomidio de Souza Vieira	Ritiane Diomidio de Souza Vieira, Jonathan Martins e Maria Ivone Moreira Moreira de Sousa
18174	103-30.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	A Sociedade	Maria Luzia de Souza
17568	723-76.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado	Joriel Patricio Dias
17669	839-82.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado	Marco Antônio César e Ademilson Calixto da Silva
17798	960-13.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Espolio de Sebastião Paes Ananias	José Messias Dourado
16877	32-62.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Rosália Ferreira de Souza	Danyela Sousa de Jesus
17408	560-96.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Osmilda Fatima dos Santos Almeida	Amelio Betta, Celia Betta e Suzineide Gandolfi Betta
17587	746-22.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Keila de Souza Ferreira	Hailton Pereira de Souza
18130	42.72.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	Leidian Silva Gomes e Vítima	Fabio da Silva Teixeira e Leidian Silva Gomes

17834	998-25.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Angélica de Souza Lima	Flavia Cardoso de Sá
13898	645-87.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado	Maria Aparecida Cardoso e José Marcio Rainha
19737	1207-57.2009.811.0092	Procedimento do Juizado Especial Cível	Onofre de Melo Andrade & Cia LTDA	COS - Emergencial Interm. E AGR LTDA
17164	317-55.2008.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME E Suzely Pereira de Freitas	Nilza Rosa Souza
16322	602-82.2007.811.0092	Pagamento	Iliçanda Alves Dias	Álber Alves Domingos
14845	391-80.2006.811.0092	Pagamento	Sirlene Ferreira Mares	Geralda Maria de Souza
13940	687-39.2005.811.0092	Pagamento	Vanderval Gomes Oliveira	Ronei Armando Mirowski
18663	264-40.2009.811.0092	Pagamento	Alves Dias e Alves Dias - ME	Bruna Rafaela Oliveira da Luz
16681	1029-79.2007.811.0092	Pagamento	Sebastião de Oliveira	Edirlei Jose Martins
16817	1153-62.2007.811.0092	Pagamento	João Dom Bosco Coelho de Oliveira	João Rodrigues Barbosa Filho
17925	1046-81.2008.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME E Suzely Pereira de Freitas	Laura Barbosa de Souza
15138	682-80.2006.811.0092	Termo Circunstanciado	Rosidelma Alves de Melo	Luciene Mariano Soares
21253	63-77.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	Rosangela Paggi Diomedesse	Eny Subtil
20877	1019-30.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Marcos Antonio Krebs dos Santos
21288	98-37.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	Luciana Rosa da Silva	Marciana Vieira
21605	415-35.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	Joelma de Jesus Melo	Sonia Martins Rosa e Marta Regina Barcelos
21238	48-11.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	Lana Lorraine de Souza Silva e Avani Teixeira da Silva	Maria Cristina David Dutra
21273	83-68.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	Sebastiana Alves Velasco Goulart	Helio de Oliveira Bispo
21250	60-25.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	Reginalda de Oliveira Santos	Danivaldo de Candido de Araujo
21500	310-58.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	Ronicley da Silva Dourado e Jose Carlos da Cruz Souza	Ronicley da Silva Dourado e Jose Carlos da Cruz Souza
21155	1297-31.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	Elaine da Silva Chagas e Sandra da Silva César	Cleuza Francisca da Silva
20784	926-67-2010.811.0092	Termo Circunstanciado	A Sociedade	Jose Ilmo de Aquino Delfonso e Maria Elena da Cruz
21396	206-66.011.811.0092	Termo Circunstanciado	A Sociedade	Jose Ilmo de Aquino Delfonso e Maria Elena da Cruz
21272	82-83.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	Elias da Silva	Jair Inacio de Souza
20425	570-72.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado	Amaro Patricio da Silva Filho
20414	559-43.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado	Ivo Nelson Briancini
20293	439-97.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado	Dennici Silva Briancini
21357	167-69.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	Samuel Cardoso dos Santos e Simoni Aparecida Cardoso dos Santos	Valdeilson Silva Santos
21290	100-07.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	Marinalva Aparecida Camargo e Geraldo Eugenio de Souza	Geraldo Eugenio de Souza e Marinalva Aparecida Camargo
21274	84-53.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	Márcia Aparecida Coimbra de Carvalho	Fabio da Silva Teixeira
19529	1166-90.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado	Marlene Aparecida Borges Espirito
21358	168-54.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	João Ferreira Borges	Jose Hilton Almeida

			Filho	Teixeira
30888	390-51.2013.811.0092	Termo Circunstanciado	Welber Felix Berquó e Marcell Cristian Pereira dos Santos	Marcelo Hoppen das Chagas
20017	165-36.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado	Reginaldo de Cicco Junior
32992	737-50.2014.811.0092	Termo Circunstanciado	Janio Fabio de Carvalho e Luciano Pacheco de Almeida Prado Neto	Delegacia de Policia Civil e Gabriel da Silva Gomes
31465	1005-41.2013.811.0092	Termo Circunstanciado	Michele Dótoli Santos	Gesiete Viana e Delegacia de Policia Civil
30239	1072-40.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado	Marcos Antonio Belarmindo
30777	265-83.2013.811.0092	Termo Circunstanciado	Elizete Viana e Delegacia de Policia Civil	Alessandro Carvalho dos Reis
20899	1041-88.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	Andreia Sabrina Silva Lopes	Jose Carlos Silva
31538	1091-12.2013.811.0092	Termo Circunstanciado	Delegacia de Policia Civil e Jaira Gonçalves de Arruda	Marlon de Carvalho
31661	1217-62.2013.811.0092	Termo Circunstanciado	Amanda Thatiana de Oliveira Batista	Josiane Maria Alves Martins
30744	221-64.2013.811.0092	Termo Circunstanciado	Delegacia de Policia Civil e O Estado	Marta Mendes De Oliveira
31546	1099-86.2013.811.0092	Termo Circunstanciado	Delegacia de Policia Civil, Mônica Alessandra dos Santos e Scarlet Moon Rezende Honorato	Mônica Alessandra dos Santos, Scarlet Moon Rezende Honorato e Anderson Costa Leonel
23006	720-82.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	Roberta Grellet da Costa Bavia e Pedro Grellet da Costa Bavia	Silber Alves Garcia
22637	353-58.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	Nilson Batista dos Santos	Cleiton Rocha de Moraes
30691	165-31.2013.811.0092	Termo Circunstanciado	Antoninho Soardi	Daniel Luiz da Silva
22530	246-14.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado	Ezequiel Senna
30703	177-45.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	Kelly Aparecida Pereira Magalhães, Dolvirio Batista Neto e Guilherme Gonçalves Teodoro dos Santos	Mariangela Célia Ferreira Da Silva
21957	769-60.011.811.0092	Termo Circunstanciado	Leidemar Ferreira de Jesus e Marilia Maciel Pereira	Leidemar Ferreira de Jesus e Marilia Maciel Pereira
22569	285-11.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado	Wegner Felix Berquó
14043	787-91.2005.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado	Guilherme Junior Paes Ananias e Eurípedes Júnior Rosa
22348	65-13.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	Lourenço Teodoro dos Santos	Joao Olicio dos Santos
23008	722-52.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	Daiane Aparecida dos Santos e Delegacia de Policia Civil	Elaine Moreira Dias
22457	174-27.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	Cedrique Barbosa de Souza	Jucelia de Jesus Xavier
22159	971-37.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	Lenir Bernardes de Oliveira	Maria de Fatima Luiza Ferreira
21672	482-97.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	Fernanda Gabriela dos Santos	Laudilene Elias da Silva e Marineia Teodoro Dias
18102	1264-12.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado de Mato Grosso	Isaias de Souza Viana
21602	412-80.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	Maura Cavalcante Silva	Tereza Pereira dos Reis
21105	1247-05.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	Vanessa Alves dos Santos	Priscila de Fátima Gonçalves
20316	462-43.2010.811.0092	Termo Circunstanciado	Ananeide Maria da	Edna da Conceição

			Conceição	Benedito e Mario César Barbosa da Silva
19824	1423-18.2009.811.0092	Termo Circunstanciado	Fernanda Aparecida dos Santos	Maria de Fátima Freitas
30915	415-64.2013.811.0092	Termo Circunstanciado	Fabrícia Cândida Martins Garcia E Delegacia de Policia Civil	Maria Auxiliadora da Silva Paes e Mayara Cristina Silva dos Santos
21976	788-66.2011.811.0092	Termo Circunstanciado	Ataide Barbosa de Souza, Maria Custodia de Paula, Marilza Batista Martins e Orlinda Pereira Vieira	Hélio Galdino Ribeiro
31361	893-72.2013.811.0092	Termo Circunstanciado	Delegacia de Policia Civil e Janaína da Silva Hubner	José Jessé Barros
31650	1207-18.2013.811.0092	Termo Circunstanciado	Delegacia de Policia Civil e Cristiane dos Santos Silva	Thais Salatiele Morette dos Santos
22354	71-20.2012.811.0092	Termo Circunstanciado	Francisco Antonio Cesario - De Cujus	João Ferreira de Lima
30607	74-38.2013.811.0092	Termo Circunstanciado	Sebastião Higino da Costa	Kelyson Naves da Silva
18788	695-74.2009.811.0092	Procedimento do Juizado Especial Cível	Pedro Donato de Lima Junior	Brenco - Companhia Brasileira De Energia Renovavel
19002	881-97.2009.811.0092	Procedimento J.E Cível	Sílvia Regina C. Lermen	Lucélia Silva Souza
18844	794-44.2009.811.0092	Procedimento do Juizado Especial Cível	Rogerio da Silva Padilha	Carlos Eduardo de Carvalho
18652	519-95.2009.811.0092	Procedimento do Juizado Especial Cível	Gilmar Verona Cabriotti	Secretaria dos Transportes- Departamento de Estrada e Rodagem
16560	910-21.2007.811.0092	Procedimento do Juizado Especial Cível	Maciel e Cia Ltda e Antônia Maria da Silva	Jose Carlos Ferreira de Souza
18664	245-34.2009.811.0092	Pagamento	Dinete Maria da Silva	Nery Aparecido Gonçalves
19515	1138-25.2009.811.0092	Pagamento	Lopes e Oliveira Transporte e Turismo Ltda.	José Carlos de Almeida
17701	814-69.2008.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME e Suzely Pereira de Freitas	Igor Martins Cabral
17922	1004-32.2008.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME e Suzely Pereira de Freitas	Alessandra Oliveira da Luz
17091	249-08.2008.811.0092	Pagamento	Borges Filho e Carvalho LTDA - ME	Edirlei Jose Martins
16910	64-67.2008.811.0092	Pagamento	Valneis Gomes Barbosa	Vilmar Adilton Follmann
16876	31-77.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Manoel Inacio Pereira	Aparecida Tavares de Moura
17373	520-17.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Ivo Nelson Briancini	Maria Santissima Correa Dias
18651	589-15.2009.811.0092	Procedimento do Juizado Especial Cível	Klebe Sousa da Silva	Eder Alves Gomes
17200	360-89.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Manoel Nunes Dourado	Antonio Nogueira Leitão
15667	19-97.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Luzia Rosa de Jesus	Solangira Laurindo de Souza
15962	316-07.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	O Estado	Fábio Júnior da Silva
17100	260-37.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Elcimar Alves Nunes	Romilda Bento Almeida
16524	882-53.2007.811.0092	Termo Circunstanciado	Rosemary Bento Martins	Valdir Nunes da Silva
16957	119-18.2008.811.0092	Termo Circunstanciado	Dolvirio Batista Neto	Kelly Aparecida

				Pereira Magalhães
18270	12-37.2009.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME e Suzely Pereira de Freitas	Sérgio Antônio Carvalho
18236	1212-16.2009.811.0092	Pagamento	Garcia Moveis e Eletrodomesticos Ltda – ME e Suzely Pereira de Freitas	Rozeli Kossmann Oliveira
19389	333-72.2009.811.0092	Pagamento	Dinete Maria da Silva	Célia Belchior da Silva
18114	30-58.2009.811.0092	Procedimento do Juizado Especial Cível	Igor Daniel Burin	Disal Administradora de Consórcio LTDA
18291	204-67.2009.811.0092	Procedimento do Juizado Especial Cível	Espedito Roberto dos Santos	Junior Cesar Martins Mattos

Os interessados, no prazo citado, poderão requerer, às suas expensas, o desentranhamento de documentos ou cópias de peças dos processos, mediante petição com a respectiva qualificação e demonstração de legitimidade do pedido, dirigida à Comissão Permanente de Avaliação de Documentos da Comarca de Alto Taquari-MT.

Alto Taquari, 12 de dezembro de 2019.

Geovana Ferreira
Gestora Geral e Presidente da CPAD-Alto Taquari
Portaria 18/2019-CNpar

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE ARENÁPOLIS

PROCESSO SELETIVO PARA RECRUTAMENTO DE ESTAGIÁRIO DE NÍVEL SUPERIOR DA COMARCA DE ARENÁPOLIS

EDITAL N. 31/2019 - DF

CIA Nº 0736449-88.2019.8.11.0026

O Juiz de Direito em Substituição Legal na Comarca de Arenápolis – **Victor Lima Pinto Coelho**, no uso de suas atribuições legais e, na forma da lei,

1- Torna Público a relação dos candidatos aprovados ao Processo Seletivo para cadastro de reserva **Nível Superior em Direito** da Comarca de Arenápolis-MT, realizado no dia 24/11/2019, abaixo relacionados:

1. CURSO DE DIREITO:

Nº ORDEM	NOME	PONTUAÇÃO	SITUAÇÃO
1º	LUCAS FERNANDO LEONCIO SANTOS	80	APROVADO
2º	LARYSSA SILVA DE OLIVEIRA	72	APROVADA
3º	ANGÉLICA ALVES CORREIA MOREIRA	68	APROVADA
4º	MILTON RODRIGUES BARROS	68	APROVADO
5º	MATEUS F. GOMES ANDRADE	68	APROVADO
6º	VINICIUS VIANA RONDON	64	APROVADO
7º	GABRIELLE TOBIAS CHAVES DA SILVA	64	APROVADA
8º	ANDERSON BEZERRA LEAL	64	APROVADO
9º	LIGIA KAROLINE DE FRANÇA SCARPAT	56	APROVADA
10º	CARLA BEATRIZ SILVA MEIRA	52	APROVADA

2- Serão admitidos recurso no prazo de 02 (dois) dias a contar da publicação deste Edital no DJE quanto ao resultado final da pontuação ao processo seletivo (Edital n.22/2019-DF e Portaria n. 1.106/2018-PRES).

3- O critério de avaliação, classificação, desempate e resultado, foi realizado de acordo com o item 8, do Edital n. 22/2019-DF.

4. A homologação do Processo Seletivo será realizada pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar desconhecimento, expediu-se o presente Edital, que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu (Domingas Maria da Silva Lima) Gestora Adm. III, que digitei.

Arenápolis-MT, 12 de dezembro de 2019.

VICTOR LIMA PINTO COELHO
Juiz de Direito Diretor do Foro

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE MARCELÂNDIA

Edital 13/2019-Marcelândia

A COMISSÃO ORGANIZADORA DO TESTE SELETIVO PARA ESTAGIÁRIO E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA DESTA COMARCA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, ETC...

Torna público o RESULTADO DEFINITIVO do Teste Seletivo realizado em 24.11.2019, a saber:

Classificação	NOME	NOTA	SITUAÇÃO
01º	ANA SOPHIA ZERETZKI HARTMANN	76	APROVADA
02º	VIVIAN DE ANDRADE FERREIRA	72	APROVADA
03º	LEONARDO LOPES RICCI	72	APROVADO
04º	FERNANDO MASSAHIRO SATO	68	APROVADO
05º	ADRIEL CALEBI GODOI	68	APROVADO
06º	GABRIEL HENRIQUE N. AMARANTE	64	CLASSIFICADO
07º	LETICIA MARINHEIRO JOCELIN	64	CLASSIFICADO
08º	HANDREY GUSTAVO MARTINS	60	CLASSIFICADO
09º	MICHELLE MARQUES DA SILVA	60	CLASSIFICADO(A)
10º	MELISSA FIORINDO	60	CLASSIFICADO(A)
11º	PAMELA SIQUEIRA	56	CLASSIFICADO(A)
12º	POLIANA APARECIDA SIQUEIRA	56	CLASSIFICADO(A)
13º	ANNY VICTORIA DE SOUZA TORRES FEIJÓO	56	CLASSIFICADO(A)
14º	MARIA VITORIA DA LUZ PIRES	56	CLASSIFICADO(A)
15º	MICHELE FIORINDO	56	CLASSIFICADO(A)
16º	SUELEN GOLIJEWSKI BORIN	56	CLASSIFICADO(A)
17º	KEDIMA OLIVEIRA KOTIKOSKI	52	CLASSIFICADO(A)
18º	YASMIM CRISTIANE BONTEMPO FERNANDES	52	CLASSIFICADO(A)
19º	TAMIRES CORDEIRO DA COSTA	52	CLASSIFICADA
20º	MARIA EDUARDA DE S.B.ALMEIDA MATOS	52	CLASSIFICADO(A)
21º	DHIEMEKELLY DA SILVA	48	REPROVADA
22º	EDERSON BRAYAN DOS REIS AGUIAR	48	REPROVADA
23º	LUCAS SAUER ROYER	44	REPROVADO
24º	RAYANY VITORIA PEREIRA MUSSINATO	44	REPROVADA
25º	JULIA CAROLINY SOARES	44	REPROVADA
26º	PAULO RICARDO DA SILVA	40	REPROVADO
27º	FRANCIELY VIEIRA DE SOUZA	40	REPROVADA
28º	KAUANY PAIVA BESSA	40	REPROVADA
29º	CAMILY CHRISTINE M DE SIQUEIRA	40	REPROVADA
30º	GABRIEL ABREU VOLKEN	36	REPROVADO
31º	ENRIQUE GONÇALVES CARNEIRO	36	REPROVADO
32º	LUIZ ANTONIO DA CONCEIÇÃO ALVES	36	REPROVADO
33º	KAMILA DE JESUS SILVA	36	REPROVADA
34º	KAILAINE DE OLIVEIRA SIQUEIRA	32	REPROVADA
35º	KAUÃ DA SILVA MATOS	32	REPROVADA
36º	DEBORA DA SILVA SANTOS	32	REPROVADA
37º	SARA MIKAELLY DOS SANTOS PEREIRA	28	REPROVADA
38º	VALERIA DE SOUZA OLIVEIRA	28	REPROVADA
39º	KALLEY JAMILY MARCONDES GOMES	24	REPROVADA
40º	YHANGRA FERREIRA MENDES	24	REPROVADA
41º	RAIANE DARON AZEVEDO	AUSENTE	ELIMINADA
42º	MAYCON DOUGLAS RIBEIRO SANTOS	AUSENTE	ELIMINADO
43º	GABRIELY SEDANO GARCIA BASQUERA	AUSENTE	ELIMINADO
44º	ANA ALICE RODRIGUES DA SILVA	AUSENTE	ELIMINADA
45º	NICOLE LIMA BISPO	AUSENTE	ELIMINADA
46º	NAIARA FERREIRA MASUR	AUSENTE	ELIMINADA
47º	JUPORETE KAIABI	AUSENTE	ELIMINADA
48º	LAIANA LUDMYLLA B. MATTOS	AUSENTE	ELIMINADA
49º	RYAN CONCEIÇÃO DA SILVA	AUSENTE	ELIMINADA
50º	PAMELA RAIANE BERGONZI	AUSENTE	ELIMINADA
51º	MILENE CAMILA DA MOTTA XAVIER	AUSENTE	ELIMINADA
52º	MATEUS SCHINEIDER ANDRADE	AUSENTE	ELIMINADA

53º	CAROLINA SAUER DE QUADROS	AUSENTE	ELIMINADA
54º	GABRIEL GONÇALVES CARNEIRO	AUSENTE	ELIMINADA
55º	ANNI VITORIA DE MORAES ALMEIDA	AUSENTE	ELIMINADA
56º	EZABELLE CRISTINY A PEREIRA	AUSENTE	ELIMINADA
57º	RAQUEL RAFAELA VOLLBRECHT	AUSENTE	ELIMINADA
58º	ANTONIO ESTEVÃO MELO	AUSENTE	ELIMINADO
59º	EDUARDA APARECIDA MATIAS GASQUES	AUSENTE	ELIMINADA

Publique-se e *afixe*-se o presente Edital no átrio do Fórum.

Marcelândia-MT, 03 de dezembro de 2019.

THATIANA DOS SANTOS
JUÍZA DE DIREITO PRESIDENTE DA COMISSÃO ORGANIZADORA

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE PORTO DOS GAÚCHOS

PORTARIA Nº 067/2019-PGA

O Doutor **RAFAEL DEPRA PANICHELLA,** MM. Juiz de Direito e Diretor do Fórum da Comarca de Porto dos Gaúchos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas Atribuições Legais, etc…

CONSIDERANDO o Provimento nº 27/2019-CM, datado de 13 de novembro de 2019 que dispõe sobre o Recesso Forense, Período do Plantão Judiciário de 20 de dezembro de 2019 a 06 de janeiro de 2020 e Suspensão dos prazos processuais;

CONSIDERANDO os termos da Portaria nº 1466/2019-PRES, datada de 19 de novembro de 2019, que estabelece o horário de expediente do Tribunal de Justiça e das Comarcas do Estado de Mato Grosso no período de 20 de dezembro de 2019 a 6 de janeiro de 2020 (Recesso Forense), das 13h00min às 18h00min horas;

CONSIDERANDO a necessidade de normatizar a escala de servidores que atenderão durante o Plantão Judiciário desta Comarca de Porto dos Gaúchos.

R E S O L V E:

Art.1º - CONVOCAR os Senhores Servidores que integrarão a escala de Plantão Judiciário no recesso forense.

Art. 2º - ESTABELECER o horário de expediente no Fórum da Comarca de Porto dos Gaúchos, no período de **20.12.2019 a 06.01.2020,** em virtude do recesso forense das 13h00min às 18h00min nos dias úteis, e aos sábados, domingos e feriados das 13h00min às 17h00min, e estabelecer a escala de plantão dos servidores, conforme segue:

PERIODO	JUIZ	TELEFONE
19 a 28/12/2019	Wagner Dupim Dias	(66).99283-0667
29/12/19 a 07/01/20	Alexandre Sócrates da S. Mendes	(66).99283-0667

PERÍODO	ASSESSORES	TELEFONE
20 a 24/12/2019	Jéssica Marmol Batista	(66)99601:1603
25 a 28/12/2019	Danyla Augusta N. Henrique	(65)99924:5676
29/12/19 a 02/01/20	Thaylla Kaoany Sena	(66)98102:0846
03 a 06/01/2020	Maria Marta Lançone	(66)99656:1991

PERIODO	OFICIAL DE JUSTIÇA	TELEFONE
20 a 28/12/2019	Anelize Grun	(66)98443:2693
29/12/19 a 06/01/20	Dirce Rodrigues	(66)98461:6542

PERIODO	SERVIDORES	TELEFONE
20 a 22/12/2019	Sirlei de Oliveira	(66).99283-0667
23 a 25/12/2019	Tânia Andrade Guimarães	(66).99283-0667
26 a 27/12/2019	Aparecida L.M. de Sousa	(66).99283-0667
28 a 29/12/2019	Dulcinéia dos Santos Morimã	(66).99283-0667
30/12/2019 a 03/01/20	Karolinne de C. Costa Coutinho	(66).99283-0667
04 a 06/01/2020	Vânia C. Machado Blau	(66).99283-0667

PERIODO	DIRETORIA DO FORO	TELEFONE
20/12/2019	Marli Trento	(66).98446:4662

Publique-se, registre-se e cumpra-se, dando ciência aos Servidores Plantonistas, remetendo-se cópia à Diretoria-Geral, à Presidência do Tribunal de Justiça e à Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Mato Grosso.

Porto dos Gaúchos/MT, 11 de Dezembro de 2019.

RAFAEL DEPRA PANICHELLA
Juiz de Direito e Diretor do Foro

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE TABAPORÃ

EDITAL N. 007/2019/DF

O MM. JUIZ DE DIREITO E DIRETOR DO FORO DA COMARCA DE TABAPORÃ, DR. RAFAEL DEPRA PANICHELLA, no uso de suas atribuições legais, torna público o RESULTADO FINAL do Processo Seletivo para Credenciamento de Conciliador do Fórum da Comarca de Tabaporã, uma vez que não houve recurso interposto, em conformidade com o edital 003/2019/DF, disponibilizado no DJE nº 10604-2019, em 22/10/2019.

Classificação	Nome	Pontuação Final
1.	Jaberson Iuri Barbosa	74,0
2.	Edemar Rosas dos Santos Junior	72,0
3.	Leidiane de Barros Matias	60,0
4.	Carlos Henrique da Cunha dos Santos	52,0
5.	Haianne Undaiha Ondina Luzatto Medeiros	50,0

Tabaporã - MT, 12 de dezembro de 2019.

RAFAEL DEPRA PANICHELLA
JUIZ DE DIREITO E DIRETOR DO FORO